

AVALIAÇÃO INTERCALAR
DO PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

RELATÓRIO FINAL

VOLUME CENTRAL

OUTUBRO DE 2003



FICHA TÉCNICA

*Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Relatório Final Preliminar*

Agosto 2003

Autoria: *Consórcio constituído pela Augusto Mateus e Associados, CIRIUS e GeoIdeia*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Paulo Madruga, Isabel André e Sandra Primitivo*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Gonçalo Caetano, José António Oliveira, Manuel Brandão Alves, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio, Vítor Escária*

SIGLAS

Siglas	Denominação
CCR	Comissão de Coordenação Regional
CE	Comissão Europeia
DGDR	Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA – O	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação
FSE	Fundo Social Europeu
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
NUTS	Unidades Territoriais Estatísticas
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POE	Programa Operacional da Economia
PROALGARVE	Programa Operacional da Região do Algarve
QCA II	Quadro Comunitário de Apoio II
QCA III	Quadro Comunitário de Apoio III
SI	Sistema de Informação
SIDREG	Sistema de Informação de Base Regional
SIFEC	Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
UE	União Europeia

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Relatório Final

VOLUME CENTRAL

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	I
SIGLAS	II
ÍNDICE.....	IV
ÍNDICE DE CAIXAS.....	X
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XII
ÍNDICE DE QUADROS	XIV
INTRODUÇÃO	1

I PARTE - O PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO LISBOA E VALE DO TEJO E A CONCRETIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA SUA AVALIAÇÃO INTERCALAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA: CONTEXTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO	1-1
1.1. O ENQUADRAMENTO DO PORLVT.....	1-1
1.1.1. O ciclo de programação 2000-2006 e a estrutura dos programas regionais.....	1-1
1.1.2. O lugar da RLVT e do PORLVT no QCA III.....	1-6
1.2. A ORGANIZAÇÃO DO PORLVT E A SUA ARTICULAÇÃO ENTRE INSTRUMENTOS E OBJECTIVOS	1-12
1.2.1. Os objectivos, a estrutura da programação e a dimensão global do PORLVT	1-12
1.2.2. A estrutura de financiamento do PORLVT	1-19
1.2.3. A consolidação do PORLVT : alterações introduzidas nos documentos de programação	1-24
1.3. O PORLVT FACE ÀS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DE INTERVENÇÃO	1-31

2. UMA SÍNTESE DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INTERCALAR: PRINCÍPIOS ORIENTADORES, DESENHO METODOLÓGICO E MODELO ORGANIZACIONAL.....	2-1
2.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	2-1
2.2. A CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS COMO EXERCÍCIOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E AS QUESTÕES CHAVE DE AVALIAÇÃO	2-4
2.2.1. A concepção das intervenções financiadas pelos fundos estruturais como exercícios de política económica	2-4
2.2.2. Questões chave de avaliação e o papel específico das avaliações intercalares	2-7
2.2.3. Um quadro de referência para avaliação dos indicadores	2-9
2.3. A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT.....	2-15
2.3.1. A lógica vertical de avaliação polarizada pelo ciclo de vida da intervenção	2-16
2.3.2. A lógica horizontal de avaliação polarizada pela competitividade e coesão territoriais.....	2-19
2.4. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À AVALIAÇÃO	2-24
2.4.1. Sistema de Informação de Apoio à Gestão do PORLVT.....	2-25
2.4.2. Sistema de informação de “follow-up”	2-26
2.4.3. Sistema de observação de experiências relevantes e fontes de informação estatística secundárias.....	2-29

II PARTE - OS GRANDES RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INTERCALAR: ESTRATÉGIA, RESULTADOS E GESTÃO

II.A. A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA

3. O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO: A SITUAÇÃO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU E A SUA EVOLUÇÃO MAIS RECENTE	3-1
3.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO EUROPEU.....	3-2
3.1.1. A GRANDE REGIÃO DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU.....	3-2
3.1.2. A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU.....	3-10
3.2. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL.....	3-13
3.2.1. O POSICIONAMENTO ESTRUTURAL GLOBAL DA REGIÃO	3-13

3.2.2.	A EVOLUÇÃO GLOBAL DA REGIÃO NO PERÍODO MAIS RECENTE (1998-2001).....	3-22
3.3.	OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS DA REGIÃO.....	3-35
4.	AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROGRAMA	4-1
4.1.	AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO PO.....	4-1
4.1.1.	O modelo territorial da região e dinâmicas sub-regionais	4-1
4.1.2.	O aprofundamento do diagnóstico da região: breve caracterização intra-regional dos domínios subjacentes à competitividade e coesão económica e social	4-5
4.1.3.	A análise do diagnóstico de suporte da intervenção	4-16
4.2.	AVALIAÇÃO DA PERTINÊNCIA PO.....	4-25
4.2.1.	Avaliação da pertinência por domínios territoriais.....	4-26
4.2.2.	Avaliação da pertinência por domínios temáticos	4-28
4.2.3.	Adequação dos objectivos do PO aos domínios subjacentes à competitividade territorial e à coesão económica e social.....	4-46
4.2.4.	A identificação das estratégias de intervenção integradas no PORLVT.....	4-48
5.	AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA DO PROGRAMA.....	5-1
5.1.	A COERÊNCIA INTERNA DO PROGRAMA	5-1
5.2.	A COERÊNCIA EXTERNA DO PROGRAMA	5-13
5.2.1.	PROT-AML.....	5-21
5.2.2.	URBAN II – Lisboa (Vale de Alcântara) e Amadora (Damaia - Buraca)	5-22
5.2.3.	LEADER +	5-23
5.2.4.	Programa Operacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI).....	5-24
5.2.5.	Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI).....	5-24
5.2.6.	LISACTION	5-25
5.2.7.	Programa Operacional da Educação	5-26
5.2.8.	Programa Operacional da Saúde.....	5-26
5.2.9.	Programa Operacional da Cultura (POC).....	5-27
5.2.10.	Programa Operacional da Economia	5-28
5.2.11.	Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.....	5-29
5.2.12.	PO Pescas	5-34
5.2.13.	PO Acessibilidades e Transportes.....	5-35
5.2.14.	PO Ambiente	5-37

5.2.15. Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).....	5-41
5.2.16. Estratégia Europeia do Emprego / Plano Nacional Emprego	5-42
5.2.17. Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI).....	5-43
5.2.18. A apreciação dos promotores e da gestão do PO	5-44
5.3. A PERTINÊNCIA DOS INDICADORES DO PROGRAMA	5-44

II.B. A AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PROGRAMA EM ACÇÃO

6. AVALIAÇÃO DA ADESÃO DO PROGRAMA À POPULAÇÃO-ALVO.....	6-1
6.1. UMA VISÃO DE CONJUNTO DOS PROJECTOS APOIADOS E DA SUA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA.....	6-4
6.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS SEGUNDO UMA TIPOLOGIA DE PROJECTOS	6-13
6.3. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS SEGUNDO UMA TIPOLOGIA DE PROMOTORES	6-20
6.4. A IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NOS FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	6-29
7. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PROGRAMA	7-1
7.1. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS FEDER.....	7-1
7.1.1. Avaliação da eficiência das medidas FEDER (excluindo a componente contratualizada do Eixo 1	7-2
7.1.2. Avaliação das Medidas Contratualizadas do Eixo 1	7-19
7.2. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DO FSE DESCONCENTRADAS DO POEFDS (MEDIDA 3.1 A 3.6)	7-31
8. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA	8-1
8.1. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA FINANCEIRA DO PO.....	8-2
8.1.1. Avaliação da eficácia financeira por Eixos e Medidas do PO	8-2
8.1.2. Avaliação da eficácia financeira do FEOGA por acções	8-10
8.1.3. A Realização Financeira do PO no quadro das intervenções do QCA na região.....	8-16
8.2. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS DO PO.....	8-18
8.2.1. Tipologia de avaliação dos ritmos de eficácia dos indicadores	8-19
8.2.2. Avaliação Global dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do PORLVT.....	8-26

8.2.3.	Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 1 do PORLVT.....	8-34
8.2.4.	Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 2 do PORLVT.....	8-38
8.2.5.	Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 3 do PORLVT.....	8-40
8.2.6.	Avaliação dos Níveis de Eficácia do Caso Particular FEOGA - Medida 3.15	8-44
8.3.	ANÁLISE DOS RESULTADOS E EFEITOS GLOBAIS DO PROGRAMA NA REGIÃO	8-48
8.3.1.	A aproximação da eficácia a partir da relevância à luz da execução	8-48
8.3.2.	A evolução económica e social da região de Lisboa e Vale do Tejo à luz do Programa.....	8-59
8.3.3.	O contributo global dos projectos para os objectivos do programa no quadro da evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	8-69
9.	ANÁLISE DOS INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA	9-1
9.1.	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	9-1
9.2.	INDICADORES DE RESULTADO	9-5
II.C.	A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO DO PROGRAMA.....	10-1
10.	AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO.....	10-1
10.1.	A CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO, CONTROLO E ACOMPANHAMENTO.....	10-2
10.1.1.	MATRIZ DE RESPONSABILIDADES E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	10-7
10.1.2.	ASPECTOS CRÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO	10-17
10.1.3.	AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES.....	10-23
10.1.4.	O MODELO DE GESTÃO EM FUNCIONAMENTO: ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO.....	10-35
10.1.5.	DISPOSITIVO DE ACOMPANHAMENTO.....	10-45
10.1.6.	CONTROLO	10-50
10.1.7.	DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DO PO	10-57
10.2.	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PO E DOS PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO.....	10-60
10.3.	APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO	10-64

10.3.1. EIXO 1 - MEDIDAS CONTRATUALIZADAS, FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL	10-64
10.3.2. EIXO 2 – VALTEJO E FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE	10-66
10.3.3. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO: “CRITÉRIOS DE SELECÇÃO”	10-67
10.4. AVALIAÇÃO GLOBAL DO SISTEMA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO....	10-71

III PARTE - O CONTRIBUTO DO PROGRAMA PARA OS GRANDES OBJECTIVOS E PRIORIDADES NACIONAIS E COMUNITÁRIAS

11. A CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO QCA EM PORTUGAL	11-3
11.1. OS EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO DO QCA III.....	11-3
11.1.1. Enquadramento global das prioridades estratégicas do QCA III	11-3
11.1.2. Os grandes domínios de análise do impacte global das intervenções	11-5
11.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA AS CADEIAS DE IMPACTE DA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DE NÍVEL QCA POR DOMÍNIOS E QUESTÕES RELEVANTES	11-8
12. QUALIDADE DA INTEGRAÇÃO DAS GRANDES PRIORIDADES HORIZONTAIS AO NÍVEL COMUNITÁRIO	12-1
12.1. O DESENVOLVIMENTO LOCAL	12-2
12.1.1. Apresentação da prioridade	12-2
12.1.2. Leitura do diagnóstico na óptica do desenvolvimento local	12-4
12.1.3. Leitura dos objectivos do PORLVT na óptica do desenvolvimento local	12-6
12.1.4. Critérios de selecção de projectos.....	12-8
12.1.5. Contributo dos projectos para o desenvolvimento local	12-12
12.2. A PROTECÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	12-13
12.2.1. Apresentação da prioridade	12-13
12.2.2. Leitura do diagnóstico (SWOT) na óptica do ambiente.....	12-16
12.2.3. Leitura dos objectivos do PORLVT na óptica do ambiente	12-19
12.2.4. Critérios de selecção	12-22
12.2.5. Contributo dos projectos para a prioridade horizontal “Ambiente”	12-27
12.3. A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	12-28
12.3.1. Apresentação da prioridade	12-28

12.3.2. Leitura do diagnóstico (SWOT) na óptica da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	12-30
12.3.3. Leitura dos objectivos do PORLVT na óptica da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	12-31
12.3.4. Critérios de selecção dos projectos	12-32
12.3.5. Contributo dos projectos para a prioridade horizontal	12-37
12.4. A EMPREGABILIDADE	12-38
12.4.1. Apresentação da prioridade	12-38
12.4.2. Leitura do diagnóstico na óptica do emprego	12-39
12.4.3. Leitura dos objectivos específicos do PO na óptica do emprego	12-40
12.4.4. Critérios de selecção dos projectos	12-41
12.4.5. Contributo dos projectos para a prioridade horizontal “emprego”	12-42
12.5. A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	12-43
12.5.1. Apresentação da prioridade	12-43
12.5.2. Leitura do diagnóstico (SWOT) na óptica da Sociedade de Informação	12-45
12.5.3. Leitura dos objectivos do PORLVT na óptica da Sociedade de Informação	12-45
12.5.4. Critérios de selecção dos projectos para o desenvolvimento da Sociedade de Informação	12-47
12.5.5. Contributo dos projectos para a prioridade horizontal	12-48
13. O CONTRIBUTO DO PORLVT EM TERMOS DE VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO	13-1
13.1. CONTEÚDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO	13-1
13.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA O VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO	13-15

IV PARTE – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

VOLUME CENTRAL - ANEXOS

ANEXO AO CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA: CONTEXTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO.....	2
ANEXO I.A - FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS GLOBAIS E ESPECÍFICOS DO PORLVT E DA TIPOLOGIA DE PROJECTOS DAS MEDIDAS	2
ANEXO AO CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROGRAMA	52
ANEXO IV.A. – LISTA DOS INDICADORES DE CONTEXTO	52
ANEXO IV.B – MATRIZ SWOT ASSOCIADA AOS INDICADORES DE CONTEXTO (ACTUALIZADA).....	57
ANEXO IV.C. – ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE SUPORTE DA INTERVENÇÃO	66
ANEXOS AO CAPÍTULO V– AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA DO PROGRAMA	77
ANEXO V.A. – INDICADORES DO PROGRAMA DEFINIDOS NO PO E NO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO.....	77
ANEXO V.B. – MATRIZES DE AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA EXTERNA DO PO	84
ANEXO VIII – AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA	104
ANEXO VIII.A –AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES DO PO.....	104

SUMÁRIO EXECUTIVO – RELATÓRIO FINAL

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (VOLUME COMPLEMENTAR I)

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À AVALIAÇÃO (VOLUME COMPLEMENTAR II)

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 1- 1: Fichas de Identificação do PO e da tipologia de projectos	1-30
Caixa 4-1: Matriz de identificação dos tipos de estratégia adoptados no PO	4-49
Caixa 6-1 Grau de Cobertura da base de dados de projectos desenvolvida no âmbito da avaliação intercalar do PORLVT	6-2
Caixa 10-1: Composição da Comissão de Acompanhamento	10-14
Caixa 10-2: Composição das Unidades de Gestão: Eixo 1	10-15
Caixa 10-3: Composição das Unidades de Gestão: Eixo 2	10-16
Caixa 10-4: Composição das Unidades de Gestão: Eixo 3	10-17
Caixa 10-5: Check –list Fornecido aos Promotores do Eixo 1	10-45
Caixa 13-1: Prioridades Comunitárias.....	13-9

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-1: Evolução dos textos do PO e do Complemento de programação	1-24
Figura 2-1: Sequência lógica das intervenções comunitárias	2-6
Figura 2-2: O ciclo de vida do programa e a segmentação dos seus objectivos	2-6
Figura 2-3: Questões fundamentais da avaliação de programas e intervenções públicas	2-7
Figura 2-4: Indicadores do programa e articulação dos níveis de programação	2-13
Figura 2-5: Abordagem metodológica proposta	2-15
Figura 2-6: Um quadro global para estudos de avaliação: conteúdo, dimensões e instrumentos	2-18
Figura 2-7: Articulação dos elementos a considerar nas questões de avaliação	2-18
Figura 2-8: Introdução dos domínios temáticos da avaliação	2-20
Figura 2-9: Domínios prioritários de avaliação de horizontal – territorial	2-24
Figura 2-10 Sistema de Informação para avaliação intercalar do PORLVT	2-26
Figura 2-11: Concelhos seleccionados para os estudos de caso	2-29
Figura 4-1: Sistemas e subsistemas territoriais na região de Lisboa e Vale do Tejo	4-3
Figura 4-2: Análise da relevância dos domínios territoriais de avaliação	4-27
Figura 4-3: Análise da relevância dos domínios temáticos horizontais de avaliação	4-29
Figura 4-4 .domínios de potencial exclusão social, défices e grupos-alvo	4-39
Figura 4-5: Incidência e Relevância das medidas do PO sobre os domínios da competitividade e coesão económico-social	4-47
Figura 4-6: Tipologia dos efeitos das medidas do PO sobre os domínios da competitividade e coesão económico-social	4-48
Figura 5-1: Articulação entre os níveis e os efeitos das intervenções	5-2
Figura 5-2: “Árvore” de objectivos	5-3
Figura 5-3: Correlação entre as prioridades estratégicas do PO e os eixos/medidas	5-11
Figura 5-4: Articulação entre PORLVT e outros instrumentos de planeamento da administração pública	5-14
Figura 5-5: Matriz de influências recíprocas entre os objectivos estratégicos globais do QCA III e os objectivos do PORLVT	5-15
Figura 5-6: Prioridades e dimensões nacionais: as articulações do PORLVT no seio do QCA III	5-18
Figura 6-1: Número de projectos por habitante	6-7
Figura 6-2: Número de projectos da medida 3.15. Agricultura (feoga)	6-7
Figura 6-3: Investimento elegível aprovado por projecto	6-11
Figura 6-4: Investimento elegível aprovado por habitante	6-11
Figura 6-5: Investimento elegível aprovado por habitante, Eixo 1	6-12
Figura 6-6: Investimento elegível aprovado por habitante, Eixo 2	6-12
Figura 6-7: Investimento elegível aprovado por habitante, Eixo 3	6-12
Figura 6-8: Número de projectos afectos a medidas FEOGA, por habitante	6-12
Figura 6-9: Investimento elegível aprovado por projecto (projectos afectos a medidas FEOGA)	6-13
Figura 6-10: Investimento elegível aprovado por habitante (só para projectos afectos a medidas FEOGA)	6-13
Figura 6-11: Investimento elegível aprovado por habitante em índice (Projectos da administração local)	6-29

Figura 6-12: Investimento elegível aprovado por habitante em índice (Projectos contratualizados do eixo 1).....	6-29
Figura 8-1: Estrutura da Matriz Base	8-21
Figura 8-2: Ritmos de Eficácia dos Indicadores.....	8-24
Figura 8-3: A evolução da situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2003): a visão dos promotores contrastada pela visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção (*)	8-62
Figura 8-4: O contributo do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão dos promotores dos projectos apoiados por grandes domínios de intervenção (*)	8-73
Figura 8-5: O contributo do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão dos promotores dos projectos apoiados por domínios detalhados de intervenção (*).....	8-74
Figura 8-6: O contributo global do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão dos promotores contrastada pela visão das entidades envolvidas na gestão por grandes domínios de intervenção (*).....	8-76
Figura 8-7: O contributo global do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão dos promotores contrastada pela visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção (*)	8-77
Figura 8-8: avaliação, pela gestão do programa e pelos promotores, do contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da rlvvt (*).....	8-78
Figura 8-9: A relação entre a intensidade do contributo global do PORLVT e a intensidade da evolução da situação da Região: a visão dos promotores por domínios detalhados de intervenção (*).....	8-80
Figura 8-10: A relação entre a intensidade do contributo global do PORLVT e a intensidade da evolução da situação da Região: a visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção.....	8-81
Figura 8-11: Avaliação, pela gestão do Programa e pelos promotores, do contributo dos projectos aprovados no âmbito do PORLVT para os objectivos do Programa (em média) (***).....	8-83
Figura 10-1: Organograma do PORLVT	10-3
Figura 10-2: Principais Passos da Construção Legislativa da Estrutura de Gestão do PO da Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	10-4
Figura 10-3: Fluxograma Eixos 1 e 2	10-43
Figura 10-4: Fluxograma do eixo 3	10-44
Figura 11-1: Sequência da transmissão de efeitos utilizada para a análise de cada cadeia.....	11-9
Figura 13-1: As Articulações das Intervenções Estruturais nos Grandes Espaços de Referência – Comunitário, Nacional e Regional – à luz dos Grandes Objectivos de Competitividade e Coesão.....	13-5
Figura 13-2: Prioridades Comunitárias: a articulação entre as dimensões transversais e os objectivos globais.....	13-8

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-1: Repartição da Despesa Pública no QCA III.....	1-4
Gráfico 1-2: Distribuição temporal dos financiamentos Comunitários do PORLVT , do total da região LVT e do total do QCA III	1-7
Gráfico 1-3: Regionalização da Despesa Pública do QCA III para a RLVT.....	1-8
Gráfico 1-4: Contribuição de cada Programa operacional para o total de investimento público programado no QCA III para a RLVT.....	1-9
Gráfico 1-5: Taxa de comparticipação comunitária no QCA e na RLVT	1-9
Gráfico 1-6: Repartição do investimento global do PORLVT 2000-06	1-15
Gráfico 1-7: Distribuição temporal da despesa pública no PORLVT (2000-06).....	1-19
Gráfico 1-8: Fontes de financiamento do PORLVT e do QCA III.....	1-20
Gráfico 1-9: Repartição do Custo Total do PORLVT por fonte de financiamento	1-21
Gráfico 1-10: Repartição da despesa pública nacional por fonte de financiamento	1-22
Gráfico 1-11: Taxa de comparticipação comunitária no PORLVT	1-23
Gráfico 1-12: Efeito de alavanca no PORLVT.....	1-24
Gráfico 3-1: A convergência real nas regiões europeias antes do QCA III (1986-1999): Os países da “coesão” e a Europa do sul.....	3-2
Gráfico 3-2: O ranking do nível de vida nas regiões capitais europeias (diferença do PIB per capita face à UE15, 2000)	3-3
Gráfico 3-3: as regiões capitais europeias e a coesão regional nacional (diferença do PIB per capita face à respectiva média nacional, 2000)	3-4
Gráfico 3-4: O peso relativo das regiões capitais europeias no PIB e na População (2000)	3-5
Gráfico 3-5: As disparidades do nível de educação nas regiões capitais europeias (dotações relativas por níveis alcançados na população 25-59 anos, 2001	3-6
Gráfico 3-6: A especialização económica das regiões capitais europeias (2000).....	3-7
Gráfico 3-7: As perspectivas do “desenvolvimento policentrico” na Europa.....	3-9
Gráfico 3-8: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu	3-10
Gráfico 3-9: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu (óptica “pessoas”)	3-11
Gráfico 3-10: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu (óptica “organizações”).....	3-12
Gráfico 3-11: Evolução do PIB per capita na região de Lisboa e Vale do Tejo (Portugal = 100).....	3-14
Gráfico 3-12: Evolução da Produtividade na região de Lisboa e Vale do Tejo (Portugal = 100)	3-14
Gráfico 3-13: O peso da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional	3-15
Gráfico 3-14: Taxa de actividade em Lisboa e Vale do Tejo (2001).....	3-16
Gráfico 3-15: o desemprego na região de Lisboa e Vale do Tejo (evolução da taxa de desemprego, %).....	3-17
Gráfico 3-16: Especialização Produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo (Indicador de Localização Produtiva segundo o VAB, 1999).....	3-18
Gráfico 3-17: A especialização industrial da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional (diferença nas estruturas de emprego, em %)	3-20
Gráfico 3-18: Especialização Relativa de Comércio Internacional da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional (diferenças na estrutura de exportações, em %).....	3-21
Gráfico 3-19: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [PIB (preços correntes) e Exportações (valor)].....	3-25
Gráfico 3-20: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [População Activa e Desemprego].....	3-26

Gráfico 3-21: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Construção Habitação e Crédito Hipotecário]	3-26
Gráfico 3-22: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Dormidas Hotelaria (nº) e Receitas Hotelaria (nº)]	3-27
Gráfico 3-23: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Consumo de Energia (Usos Domésticos e Industriais)]	3-27
Gráfico 3-24: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [despesas de Investimento das Autarquias]	3-28
Gráfico 3-25: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Abertura Comercial Total e Intra-Europeia]	3-29
Gráfico 3-26: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Extroversão Comercial Total e Intra-Europeia]	3-29
Gráfico 3-27: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [PIB per capita e Produtividade]	3-31
Gráfico 3-28: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal [Distâncias em termos de PIB per capita e Produtividade]	3-31
Gráfico 3-29: Região de Lisboa e Vale do Tejo e Portugal vs UE15 [Distância do PIB per capita (€ e PPS)]	3-34
Gráfico 3-30: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs UE15 [Distância do PIB per capita (€, escala da esquerda e PPS, escala da direita)]	3-34
Gráfico 6-1: Peso dos Eixos e Fundos no total dos projectos aprovados para o PORLVT	6-4
Gráfico 6-2: Variabilidade do investimento elegível aprovado no total do PO (euros)	6-5
Gráfico 6-3: Variabilidade do investimento elegível aprovado, por Eixos e fundos (euros)	6-5
Gráfico 6-4: Peso do número de projectos no total do PO, por NUTS III	6-6
Gráfico 6-5: Variabilidade do investimento elegível aprovado, por NUTS III (euros)	6-6
Gráfico 6-6: Peso do investimento elegível aprovado no total do PO, por NUTS III	6-7
Gráfico 6-7: Peso do investimento elegível executado no total do PO, por NUTS III	6-7
Gráfico 6-8: Diferencial entre o peso do investimento elegível executado e o peso do investimento elegível aprovado, no total do PO (NUTS III)	6-8
Gráfico 6-9: Diferença do Peso do número de projectos das NUTS III por Eixo e Fundo face ao seu peso no total do PO	6-9
Gráfico 6-10: Diferença do Peso do Investimento Elegível Aprovado das NUTS III por Eixo e Fundo face ao seu peso no total do PO	6-10
Gráfico 6-11: Diferença do Peso do Investimento Elegível Executado das NUTS III por Eixo e Fundo face ao seu peso no total do PO	6-10
Gráfico 6-12: Peso do número de projectos por Eixo (domínios)	6-15
Gráfico 6-13: Peso do investimento elegível aprovado por Eixo (domínios)	6-15
Gráfico 6-14: Peso do número de projectos por Fundo (domínios)	6-16
Gráfico 6-15: Peso do investimento elegível aprovado por Fundo (domínios)	6-16
Gráfico 6-16: Peso do número de projectos, no total do PO (domínios desagregados)	6-17
Gráfico 6-17: Peso do investimento elegível aprovado, no total do PO (domínios desagregados)	6-17
Gráfico 6-18: Diferencial entre o peso do investimento elegível executado e o peso do investimento elegível aprovado, no total do PO (domínios desagregados)	6-18
Gráfico 6-19: Diferença do Peso do número de projectos das NUTS III por Domínios face ao seu peso no total do PO	6-19
Gráfico 6-20: Diferença do Peso do Investimento Elegível Aprovado das NUTS III por Domínios face ao seu peso no total do PO	6-19
Gráfico 6-21: Diferença do Peso do Investimento Elegível Executado das NUTS III por Promotores face ao seu peso no total do PO	6-20
Gráfico 6-22: Variabilidade do investimento elegível aprovado, por promotores (euros)	6-22

Gráfico 6-23: Peso do número de projectos por Eixo (promotores).....	6-23
Gráfico 6-24: Peso do investimento elegível aprovado por Eixo (promotores).....	6-23
Gráfico 6-25: Peso do número de projectos por Fundo (promotores).....	6-24
Gráfico 6-26: Peso do investimento elegível aprovado por Fundo (promotores).....	6-24
Gráfico 6-27: Peso do número de projectos, no total do PO (promotores desagregados).....	6-25
Gráfico 6-28: Peso do investimento elegível aprovado, no total do PO (promotores desagregados).....	6-26
Gráfico 6-29: Diferencial entre o peso do investimento elegível executado e o peso do investimento elegível aprovado, no total do PO (promotores desagregados).....	6-26
Gráfico 6-30: Diferença do Peso do Investimento Elegível Aprovado das NUTS III por Promotores face ao seu peso no total do PO.....	6-27
Gráfico 6-31: Diferença do Peso do Investimento Elegível Executado das NUTS III por Promotores face ao seu peso no total do PO.....	6-27
Gráfico 6-32: Diferença do Peso do número de projectos das NUTS III por Promotores face ao seu peso no total do PO.....	6-28
Gráfico 6-33: Composição das transferências de capital dos Municípios por NUTS III(2000-2002).....	6-31
Gráfico 6-34: Peso dos fundos comunitários e do Passivo Financeiro nas receitas de capital dos municípios por NUTS III (2000-2002).....	6-32
Gráfico 6-35: Importância dos fundos comunitários e do passivo financeiro nas receitas de capital dos municípios (2000-2002).....	6-32
Gráfico 6-36: Peso dos Fundos Comunitários no investimento dos municípios (2000-2002).....	6-33
Gráfico 6-37: Algumas rubricas das receitas de capital dos municípios (2000-2002) (euros per capita, em índice, RLVT=100).....	6-34
Gráfico 6-38: Relação entre as transferências financeiras para as autarquias locais e o investimento aprovado nas medidas contratualizadas do PORLVT (em índice: total de cada uma das variáveis = 100).....	6-35
Gráfico 6-39: Relação entre as transferências financeiras para as autarquias locais e o investimento aprovado no PORLVT (excepto FSE) (em índice: total de cada uma das variáveis = 100).....	6-35
Gráfico 7-1 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito”.....	7-4
Gráfico 7-2 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos”.....	7-5
Gráfico 7-3 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos”.....	7-7
Gráfico 7-4 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Acções de assistência técnica”.....	7-8
Gráfico 7-5 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Rede de distribuições de gás natural construída”.....	7-9
Gráfico 7-6 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais”.....	7-10
Gráfico 7-7 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Centros de Saúde construídos”.....	7-11
Gráfico 7-8 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Intervenções integradas de renovação urbana”.....	7-12
Gráfico 7-9 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários”.....	7-13
Gráfico 7-10 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas”.....	7-14
Gráfico 7-11 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico”.....	7-15

Gráfico 7-12 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística”	7-16
Gráfico 7-13 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Contadores”	7-17
Gráfico 7-14 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados”	7-18
Gráfico 7-15 – Variabilidade dos Custos por projecto avaliada segundo o Indicador “Estradas construídas/requalificadas”	7-19
Gráfico 7-16: Custos médios dos projectos por medidas (projectos executados por medidas)	7-34
Gráfico 7-17: Custo médio por curso, por formando e por hora de formação (projectos executados na medida 3.1)	7-36
Gráfico 7-18: Custo médio por curso, por formando e por hora de formação (projectos executados na medida 3.2)	7-37
Gráfico 7-19: Custo médio por curso, por formando e por hora de formação (projectos executados na medida 3.3)	7-38
Gráfico 7-20: Custo médio por curso, por formando e por hora de formação (projectos executados na medida 3.5)	7-39
Gráfico 7-21: Custo médio por curso, por formando e por hora de formação (projectos executados na medida 3.6)	7-41
Gráfico 8-1: Taxa de Realização Financeira (Período 2000-2003) – PORLVT	8-3
Gráfico 8-2 peso da programação financeira do período 2000-2003 no total da programação financeira do porlvt	8-4
Gráfico 8-3: Taxa de Realização Financeira (Período 2000-2006) – PORLVT	8-5
Gráfico 8-4: Decomposição da taxa de rerealização: taxa de Execução taxa de Compromisso (Período 2000-2003) – PORLVT	8-6
Gráfico 8-5 :Taxa de compromisso financeiro paratodo o período (2000-2006)	8-7
Gráfico 8-6: Decomposição da taxa de rerealização: taxa de Execução taxa de Compromisso (Período 2000-2006) – PORLVT	8-7
Gráfico 8-7: Taxa de Realização Financeira (Período 2000-2002) – FEOGA	8-12
Gráfico 8-8: Taxa de Execução vs Taxa de Compromisso (Período 2000-2002) – FEOGA	8-15
Gráfico 8-9 Taxa de realização financeira (2000-2006) na região de lvt das intervenções previstas no qca	8-16
Gráfico 8-10 Taxa de compromisso (2000-2006) na região de lvt das intervenções previstas no qca	8-17
Gráfico 8-11 diferença entre a estrutura dos valores ainda disponíveis para lvt nas intervenções previstas no QCA e a estrutura inicial da programação	8-18
Gráfico 8-12: Taxas de Realização para os Eixos 1 e 2: FSE e FEDER, por Indicadores	8-27
Gráfico 8-13: Grau de Execução dos Eixos do PORLVT	8-28
Gráfico 8-14: Grau de Execução dos Fundos do PORLVT	8-30
Gráfico 8-15: Grau de eficácia do PORLVT, segundo Diferentes Formas de Cálculo	8-31
Gráfico 8-16: Comparação dos Graus de Execução dos Eixos com as médias do PORLVT	8-33
Gráfico 8-17: Distribuição dos Graus de Execução por Eixos do PORLVT	8-34
Gráfico 8-18: Taxas de Realização para o Eixo 1, por Indicadores	8-35
Gráfico 8-19: Grau de Execução do Eixo 1, por Medida	8-36
Gráfico 8-20: Taxas de Realização para o Eixo 2, por Indicadores	8-38
Gráfico 8-21: Grau de Execução do Eixo 2, por Medida	8-39
Gráfico 8-22: Taxas de Realização para o Eixo 3, por Indicadores	8-40
Gráfico 8-23: Grau de Execução do Eixo 3, por Medida	8-42
Gráfico 8-24: Taxas de Realização para o EIXO 3 – Medidas FEOGA, por Indicadores	8-45

Gráfico 8-25: Graus de Execução do Eixo 3 – FEOGA (Medida 3.15), por Acção.....	8-46
Gráfico 10-1: Qualidade do Quadro Institucional de Funcionamento do PO.....	10-20
Gráfico 10-2: Grau de Realização dos Contratos Programa do Eixo 1	10-21
Gráfico 10-3: Grau de Articulação Funcional do Sistema de Gestão	10-23
Gráfico 10-4: Contributo dos Sistemas de Informação para a Gestão do Programa	10-33
Gráfico 10-5: Adequação dos Recursos Existentes para o Cumprimento das Responsabilidades Atribuídas	10-35
Gráfico 10-6: Adequação de Procedimentos Segundo as Várias Fases do Ciclo do Projecto - Classificação dos Projectos do PO na sua Globalidade e por Eixos	10-37
Gráfico 10-7: Adequação dos Prazos de Tramitação das Várias Fases do Ciclo do Projecto - Classificação dos Projectos por Eixos	10-37
Gráfico 10-8: Ocorrência de Atrasos Resultantes das Dificuldades Encontradas (% de respostas dos promotores).....	10-39
Gráfico 10-9: Adequação dos Formulários de Candidatura	10-39
Gráfico 10-10: Nível de Eficiência Alcançado no Funcionamento das Unidades de Gestão	10-41
Gráfico 10-11: Avaliação dos Promotores Relativamente ao Desempenho da Gestão do Programa	10-42
Gráfico 10-12: Adequação dos Meios Existentes ao Caso Específico das Tarefas de Acompanhamento	10-49
Gráfico 10-13: Adequação dos Instrumentos de Acompanhamento ao Nível da Execução Física dos Projectos	10-49
Gráfico 10-14: Ocorrência de Acções de Controlo e Entidades que Desenvolveram Essas Acções (% de respostas dos promotores).....	10-56
Gráfico 10-15: Adequação e Qualidade do Sistema de Controlo	10-57
Gráfico 10-16: Grau de Divulgação, Informação e Promoção Prestada a Potenciais Promotores e Adequação da Informação Existente para Apoio à Gestão	10-58
Gráfico 10-17: Meio de Conhecimento do PORLVT.....	10-59
Gráfico 10-18: Fontes de Informação Para Aprofundamento do Conhecimento Sobre o PORLVT	10-60
Gráfico 10-19: Adequação dos Critérios de Selecção Previstos no PO.....	10-70
Gráfico 11-1: Abrangência e frequência dos impactes associados às medidas do PO	11-13
Gráfico 11-2: Contribuição do PORLVT para os objectivos do QCA (análise ao nível da concepção, em índice)	11-15
Gráfico 11-3: Contribuição do PORLVT para os objectivos do QCA (concepção versus execução, diferença em índice)	11-17
Gráfico 11-4: Comparação do contributo do PORLVT para os objectivos do QCA nas fases de concepção e execução.....	11-18
Gráfico 13-1: A evolução do “gap” de competitividade medido pelo PIB per capita (escala da esquerda pps de 1995 (2001, estimativas; 2002-3, previsões) , escala da direita rácio UE/EUA).....	13-7

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1-1: Regionalização e Desconcentração das Intervenções Sectoriais do QCA III.....	1-10
Quadro 1-2: Objectivos específicos dos eixos prioritários e medidas do PORLVT.....	1-13
Quadro 1-3: Domínios de intervenção previstos no PORLVT.....	1-16
Quadro 1-4: Distribuição da programação financeira dos eixos e do PO por domínios (Despesa Pública).....	1-17
Quadro 1-5: Distribuição da programação financeira dos domínios por eixos (Despesa Pública).....	1-18
Quadro 1-6: Resumo das alterações às medidas no programa operacional e no complemento de programação.....	1-27
Quadro 1-7: Interação entre objectivos do PORLVT (1994-1999) e objectivos do PORLVT (2000-2006).....	1-32
Quadro 1-8: Matriz de articulação entre subprogramas/medidas do PORLVT (1994 -1999) e o PORLVT (2000-2006).....	1-37
Quadro 3-1: A evolução recente da situação económica da Região.....	3-24
Quadro 3-2: A evolução da abertura comercial da Região.....	3-28
Quadro 3-3: O peso relativo da Região no País.....	3-32
Quadro 3-4: A evolução do PIB per capita da Região no contexto Nacional e Europeu.....	3-33
Quadro 4-1: Análise dos itens da matriz swot e sugestões de reformulação (pontos fortes e fracos).....	4-17
Quadro 4-2: Comentários sobre os itens da matriz swot e sugestões de reformulação (Oportunidades e ameaças).....	4-20
Quadro 5-1: Indicadores do PORLVT definidos no PO e no Complemento de Programação.....	5-47
Quadro 5-2: Matriz de Correspondência entre categorias e tipologias de indicadores do po.....	5-48
Quadro 5-3: Matriz de Correspondência entre nível de programação e tipologia de indicadores.....	5-49
Quadro 5-4: Classificação por tipo e nível de programação do conjunto de Indicadores do Programa definidos.....	5-50
Quadro 6-1: Tipologia dos Projectos por Domínios de Intervenção.....	6-14
Quadro 6-2: Tipologia dos Promotores (Entidades).....	6-21
Quadro 7-1 – Indicadores com número de utilizações relevante.....	7-3
Quadro 7-2: Candidaturas Aprovadas e Executadas - Diferença entre Níveis Médios.....	7-32
Quadro 8-1: Distribuição Indicativa da Programação financeira da Despesa Pública para as Acções e Sub-acções da Medida 3.15 Agricultura e Desenvolvimento Rural.....	8-11
Quadro 8-2: % da Despesa Pública acumulada, até 2003 (Junho e Final), para o PORLVT, por medida.....	8-20
Quadro 8-3: Grau de Execução do Eixo 1, por Indicador.....	8-37
Quadro 8-4: Graus de Execução do Eixo 2, por Indicador.....	8-40
Quadro 8-5: Graus de Execução do Eixo 3, por Indicador.....	8-43
Quadro 8-6: Graus de Execução do Eixo 3 – FEOGA (Medida 3.15), por Indicador.....	8-47
Quadro 8-7: Análise da passagem da relevância esperada (programação) à relevância revelada (execução) nos domínios temáticos de avaliação.....	8-52

Quadro 8-8 – A evolução da situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2003) a visão dos promotores por domínios detalhados de intervenção.....	8-60
Quadro 8-9 – A evolução da situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2003) a visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção.....	8-61
Quadro 8-10 – Quadro síntese da evolução situação económica e social da Região de Lisboa e Vale do Tejo no período de execução do programa operacional.....	8-68
Quadro 8-11 – A evolução recente do desemprego.....	8-69
Quadro 8-12 – Uma Visão global das realizações e resultados do PORLVT.....	8-71
Quadro 8-13 – O contributo do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão dos promotores dos projectos apoiados por domínios detalhados de intervenção.....	8-72
Quadro 8-14 – O contributo do PORLVT para a melhoria da situação da Região: a visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção.....	8-75
Quadro 9-1: Indicadores da reserva de eficiência – indicadores de realização.....	9-3
Quadro 9-2 – Representatividade financeira dos indicadores de realização afectos à reserva de eficiência.....	9-4
Quadro 9-3: Indicadores da reserva de eficiência – indicadores de resultado.....	9-6
Quadro 10-1: Matriz de Responsabilidades/Competências dos Órgãos de Gestão, Acompanhamento e Controlo.....	10-8
Quadro 10-2: Recursos Humanos da EAT da Coordenação.....	10-25
Quadro 10-3: EAT das Medidas Contratualizadas do Eixo 1.....	10-27
Quadro 10-4: EAT das Medidas 2.1 e 2.2 – Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana (Componentes Territorial – FEDER – e empregabilidade – FSE).....	10-28
Quadro 10-5: EAT das Medidas Sectoriais Regionalmente Desconcentradas- Eixo 3.....	10-28
Quadro 10-6: Adequação dos Recursos Humanos Existentes (valores médios).....	10-31
Quadro 10-7: Adequação dos Recursos Físicos Existentes (valores médios).....	10-32
Quadro 10-8: Necessidade de Ajustamento dos Prazos de Tramitação dos Projectos (% de Respostas).....	10-38
Quadro 10-9: Avaliação dos Promotores Relativa ao Actual Formulário de Candidatura.....	10-40
Quadro 10-10: Funcionamento do Eixo 3 – Pertinência de Algumas Situações (% de Respostas).....	10-41
Quadro 10-11: Síntese dos Critérios de Selecção Previstos no Complemento de Programação.....	10-65
Quadro 10-12: Grelha-Tipo de Avaliação dos Projectos.....	10-68
Quadro 10-13: Avaliação dos Promotores Relativa às Condições de Elegibilidade do Programa.....	10-69
Quadro 10-14: Avaliação dos Promotores Relativa ao Grau de Selectividade do Programa.....	10-70
Quadro 11-1: Cadeias de impacte por domínio de intervenção.....	11-8
Quadro 11-2: Principais impactes do PORLVT (análise ao nível da concepção).....	11-10
Quadro 11-3: Os 10 principais impactes do PORLVT no contributo para o QCA (Análise ao nível da concepção).....	11-13
Quadro 11-4: Os 2 principais impactes do PORTLVT em cada um dos objectivos do QCA (análise ao nível da concepção).....	11-14
Quadro 11-5: Os 10 principais impactes do PORLVT no contributo para o QCA.....	11-16
Quadro 11-6: Os 2 principais impactes do PORTLVT em cada um dos objectivos do QCA.....	11-16
Quadro 12-1: Conteúdos da matriz SWOT relevantes na óptica do Desenvolvimento Local.....	12-5
Quadro 12-2: Contributo dos objectivos das medidas para a prioridade horizontal “desenvolvimento local”.....	12-6

Quadro 12-3: Contributo dos critérios de selecção para as dimensões de análise do desenvolvimento local	12-8
Quadro 12-4: Contributo dos critérios de selecção para a prioridade horizontal “desenvolvimento local”	12-9
Quadro 12-5: Contributo dos projectos para o desenvolvimento local.....	12-13
Quadro 12-6: Conteúdos da matriz SWOT relevantes na óptica do ambiente	12-17
Quadro 12-7: Contribuição dos objectivos das medidas para a prioridade horizontal “Ambiente”	12-20
Quadro 12-8 Critérios de selecção nas medidas relevantes no domínio do ambiente	12-22
Quadro 12-9: Critérios de selecção a reconfigurar na perspectiva da prioridade «ambiente».....	12-26
Quadro 12-10: Contributo global dos projectos para a prioridade horizontal “Ambiente”	12-28
Quadro 12-11: Matriz conceptual de referência para a prioridade “promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres”	12-29
Quadro 12-12: Conteúdos da matriz SWOT relevantes na óptica da promoção da igualdade de oportunidades.....	12-30
Quadro 12-13: Contributo dos objectivos das medidas para a prioridade horizontal “igualdade de oportunidades entre homens e mulheres”	12-31
Quadro 12-14: Eixos de intervenção para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres contemplados nos critérios de selecção.....	12-34
Quadro 12-15: Referências explícitas à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos critérios de selecção de candidaturas	12-34
Quadro 12-16: Referências a condições importantes para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos critérios de selecção de candidaturas	12-35
Quadro 12-17: Contributo global dos projectos para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	12-37
Quadro 12-18: Conteúdos da matriz SWOT relevantes na óptica do emprego	12-40
Quadro 12-19: Contributo dos critérios de selecção para a prioridade horizontal “emprego”	12-41
Quadro 12-20: Contributo global dos projectos para o reforço da empregabilidade.....	12-42
Quadro 12-21: Acções recomendadas pelo concelho de Lisboa, no âmbito da sociedade de informação.....	12-44
Quadro 12-22: Contributo dos objectivos das medidas para a prioridade horizontal “Sociedade de Informação”	12-46
Quadro 12-23: Contributo dos critérios de selecção para a ph sociedade de informação.....	12-48
Quadro 12-24: Contributo dos projectos para a prioridade horizontal “sociedade de informação”	12-49
Quadro 13-1: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário	13-12
Quadro 13-2: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário	13-16
Quadro 13-3: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário	13-17

INTRODUÇÃO

1. A avaliação intercalar do **Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT)** constitui um exercício desenvolvido com base num “mandato” que se define de acordo com os seguintes pilares principais:
 - as **linhas de orientação** e as recomendações, emanadas pela **Comissão Europeia** e pela Comissão de Gestão do QCA, que enquadram o actual ciclo de avaliações intercalares do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006;
 - os objectivos expressos nos documentos metodológicos e no **caderno de encargos**, e respectivos termos de referência, do **concurso internacional** lançado para a selecção da equipa de avaliação;
 - a **proposta metodológica** apresentada para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo pelo agrupamento composto pela AM&A – Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda., pelo CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas e pela GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Lda.
2. A experiência dos estudos de avaliação de programas de intervenção pública nos domínios económico e social, nomeadamente no quadro da utilização dos fundos estruturais europeus, permitiu consensualizar três grandes motivações ou domínios de utilidade indiscutíveis para os mesmos. Em primeiro lugar, encontra-se a *operacionalização das lições da experiência*, por forma a melhorar de forma sistemática a qualidade das intervenções, em segundo lugar, encontra-se a *confirmação da fundamentação da intervenção*, por forma a explicitar quer a existência de problemas e/ou necessidades com dimensão suficiente para a justificar, quer a existência de uma adequada articulação entre os objectivos e responsabilidades de nível nacional e de nível europeu (princípio da subsidiariedade) e, em terceiro lugar, encontra-se a *prestação de contas*, por forma a identificar objectivamente quer a dimensão dos resultados obtidos, quer a qualidade da utilização dos recursos, nomeadamente os financeiros, colocados à disposição do programa.
3. A delimitação do papel e objectivos das avaliações ex-ante, intercalares e finais conduz, por outro lado, a encarar como motivação mais relevante para os estudos de avaliação intercalar a que se prende com o contributo para a melhoria da eficiência e eficácia operacionais dos programas em causa, embora sem descurar o contributo que possa ser dado, completando e/ou

actualizando a avaliação ex-ante, em termos de confirmação da fundamentação, nem o contributo que possa ser dado, antecipando o conhecimento de resultados face à avaliação final, em termos da prestação de contas (os indicadores definidos para a monitorização do desempenho com consequências na utilização da reserva de eficiência enquadram, como se sabe, este contributo).

4. O estudo de Avaliação Intercalar do PORLVT orienta-se, assim, na base do mandato referido, para um modelo exigente e alargado de avaliação, centrado nos *processos*, nos *resultados* e nos *efeitos* das intervenções públicas apoiadas pelos fundos estruturais, estabelecendo assim uma diferença relativamente às anteriores gerações de avaliações muito centradas nas realizações, físicas e financeiras, mais imediatas.
5. As recomendações, contidas nos documentos de orientação da Comissão Europeia e das autoridades nacionais, no sentido de que a avaliação deve ser pragmática, baseada em análises objectivas, conducentes a um quadro claro de conclusões e a um leque preciso de recomendações, são adoptadas, pela equipa de avaliação, em toda a sua extensão e relevância. A avaliação intercalar do PORLVT foi, portanto, desenvolvida através de um processo de concepção e aprofundamento metodológicos, por um lado, e de um processo de recolha, tratamento e análise de informação, por outro lado, que permitiram chegar a uma adequada combinação dos cinco critérios fundamentais da avaliação intercalar:
 - o a relevância da estratégia;
 - o a eficiência na mobilização dos instrumentos;
 - o a eficácia na prossecução dos objectivos;
 - o a configuração das cadeias de impactes;
 - o a sustentabilidade das intervenções programadas.

O acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos de avaliação, tendo contemplado quer a realização de reuniões periódicas de acompanhamento, quer a apreciação de relatórios prévios, correspondeu, também, a essa lógica de construção e consolidação progressiva dos resultados da avaliação, seja procurando garantir o cumprimento integral das especificações do caderno de encargos, seja contribuindo para a incorporação atempada dos contributos úteis da avaliação para o processo de gestão do programa em causa.

6. O Relatório Final da Avaliação Intercalar do PORLVT, contempla, para além deste Relatório Central, um Sumário Executivo e dois volumes complementares, um primeiro com apresentação

detalhada da Metodologia de Avaliação e, um segundo que integra o **Sistema de Informação de Suporte à Avaliação**, onde se incluem:

- a apresentação detalhada dos resultados da audição de actores, que completa a análise apresentada ao longo dos vários capítulos do Relatório Central;
- a apresentação dos casos de estudos que, ao adoptarem o território como ponto de partida, incidiram sobre quatro concelhos (Arruda dos Vinhos, Abrantes, Amadora e Montijo), permitindo a identificação e articulação entre os diversos tipos de intervenções apoiadas pelo Programa e a sua contextualização quer no conjunto dos investimentos públicos quer no quadro do desenvolvimento local e da coesão territorial;

Este Relatório **Central da Avaliação Intercalar**, estrutura-se, por seu lado, em 4 partes, composta por 13 capítulos, mais as conclusões e recomendações, em que se procura fornecer uma visão tão completa quanto possível do processo e dos resultados da avaliação. Abordam-se, assim, sucessivamente as seguintes questões:

- Na primeira parte, “*O programa operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a concretização do exercício da sua avaliação intercalar*”, procede-se à identificação do programa (capítulo 1) e à apresentação de uma síntese da metodologia da avaliação, realçando os princípios orientadores, desenho metodológico e modelo organizacional da avaliação intercalar e o sistema de informação de suporte à avaliação (capítulo 2), que é objecto de desenvolvimento no primeiro volume complementar;
- Na segunda parte, “*Os grandes resultados da avaliação intercalar: estratégia, resultados e gestão*”, procede-se:
 - em primeiro lugar, à avaliação da qualidade da formulação estratégica do programa, através da apresentação da caracterização da situação da Região no contexto europeu e nacional e da sua evolução recente (capítulo 3), da avaliação da relevância e pertinência do programa (capítulo 4) e da avaliação da coerência do programa (capítulo 5);
 - em segundo lugar, à avaliação dos efeitos do programa em acção, através da avaliação da aderência da população-alvo ao Programa (capítulo 6), da avaliação da eficiência do Programa (capítulo 7), da avaliação da eficácia (capítulo 8) e da análise dos indicadores da reserva de eficiência (capítulo 9);
 - em terceiro lugar, à avaliação da qualidade da gestão do Programa, através da avaliação da sistema de gestão, controlo e acompanhamento (capítulo 10).

- Na terceira parte, “*O contributo do Programa para os grandes objectivos e prioridades nacionais e comunitárias*” procede-se, sucessivamente, à análise da contribuição do Programa para a concretização dos objectivos do QCA em Portugal (capítulo 11), à avaliação da qualidade da integração das grandes prioridades horizontais comunitárias (capítulo 12) e à análise do PORLVT em termos de valor acrescentado comunitário (capítulo 13).
 - Na quarta parte incluem-se, finalmente, as *Conclusões e Recomendações*.
7. A inexistência de um sistema de informação que centralize os elementos relativos a cada projecto nas diversas medidas do PO e a não disponibilização, em tempo útil, da actualização da informação do SIFEC, implicou um esforço acrescido da equipa de avaliação que resultou na consolidação de uma base de dados por projecto, a partir da informação dispersa por várias suportes informáticos, o que implicou a reformulação da análise efectuada anteriormente no relatório final preliminar.
 8. A equipa de avaliação atribuiu, no quadro do seu próprio entendimento do exercício de avaliação (expresso, nomeadamente, na metodologia proposta), uma especial relevância a três questões centrais, isto é, a garantia da independência da formulação da sua apreciação crítica do programa, a adopção de “leitura” adequada das questões de avaliação, caminhando da situação da região e dos objectivos do programa para a sua execução, e o contributo para a utilidade da avaliação enquanto processo colectivo de aprendizagem.
 9. Enquadrada a estrutura e opções do presente relatório, entende a equipa de avaliação, relevar uma nota de reconhecimento, nomeadamente no quadro do Grupo Técnico de Acompanhamento, seja ao nível da Comissão Europeia, seja ao nível das Autoridades Nacionais, seja ao nível das estruturas de gestão do programa, nomeadamente do Gestor, Gestores de Eixo, Chefes das EAT, Coordenadores de Medidas, e, num plano mais operacional, da Dra. Margarida Dimas e do Sr. Aniceto Pereira, na medida em que sempre pôde contar, ao longo dos trabalhos de avaliação, com uma colaboração empenhada das diferentes entidades, seja no sentido de ultrapassar as lacunas e deficiências da informação acima referidas, seja na resolução de problemas práticos que se foram colocando, seja na produção de um conjunto de úteis sugestões e críticas.

Lisboa, Novembro de 2003

A equipa de avaliação

I PARTE
O PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO
LISBOA E VALE DO TEJO E A
CONCRETIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA SUA
AVALIAÇÃO INTERCALAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA: CONTEXTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO

10. Este capítulo tem como objectivo posicionar a região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e o respectivo Programa Operacional Regional (PORLVT) no ciclo de programação do QCA III e apresentar a estrutura, organização e articulação entre instrumentos e objectivos do PO, evidenciando as especificidades decorrentes, no plano comunitário, da situação de “phasing out” em que se encontra a região e, no plano nacional, do enquadramento do PO num exercício mais amplo de planeamento estratégico em curso na região de LVT.

1.1. O ENQUADRAMENTO DO PORLVT

1.1.1. O ciclo de programação 2000-2006 e a estrutura dos programas regionais

11. As políticas estruturais e de coesão da União Europeia visam essencialmente contribuir para a redução das disparidades económicas e sociais no território comunitário, apoiando as políticas nacionais e regionais nas regiões mais débeis. Embora a responsabilidade da definição das respectivas prioridades para o desenvolvimento caiba, em defesa do princípio da subsidiariedade, aos Estados Membros, a União Europeia, enquanto co-financiadora de programas estruturais define orientações a que aquelas prioridades devem atender afim de promover a dimensão comunitária da coesão económica e social.

As disparidades de desenvolvimento na União Europeia têm constituído uma realidade em constante agravamento desde a constituição da Comunidade Económica Europeia em 1958. Esta situação é fundamentalmente explicada pelos sucessivos alargamentos a novos países membros. Efectivamente, excluindo o último alargamento, em todos os anteriores se verificou a entrada de países mais pobres que a média comunitária e com fortes disparidades internas de desenvolvimento. É neste contexto evolutivo, que a preocupação com a implementação de políticas regionais, nas quais se inseriu a aprovação dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, surge no espaço da Europa Comunitária a nível da União, a par das políticas regionais dos próprios Estados Membros.

12. O actual período de programação 2000-2006 comporta, no contexto da articulação entre os objectivos comunitários e os objectivos nacionais e da articulação entre os enquadramentos

específicos dos fundos estruturais europeus e das iniciativas complementares ou autónomas de base nacional, uma **especificidade** particularmente relevante para as políticas de desenvolvimento regional. Com efeito, pela primeira vez, um Quadro Comunitário de Apoio a Portugal contempla, com nitidez, uma clara diferenciação interna entre três “estados” e, portanto, três desafios, em matéria de desenvolvimento económico e social e de posicionamento:

- as regiões autónomas enquadradas como “ultraperiferias”;
 - o Continente, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo, dado o seu menor desenvolvimento relativo em termos europeus, enquadrado como território de “objectivo 1”;
 - a região de Lisboa e Vale do Tejo que, dado o seu progresso em termos de convergência com a média comunitária, é enquadrada num regime transitório.
13. O PNDES 2000-2006 traçou as linhas de orientação que deveriam enquadrar as opções estratégicas de médio prazo, com um âmbito nacional, traduzidas, nomeadamente, na formulação de uma estratégia de desenvolvimento regional consubstanciada no PDR 2000-2006, e na qual foram definidos os eixos estratégicos do desenvolvimento regional. Estes estão, por sua vez, na base da formulação dos objectivos do III Quadro Comunitário de Apoio, negociado entre o Governo Português e a União Europeia, o qual sistematiza e formaliza o apoio financeiro que esta se compromete a assegurar a Portugal no período de 2000 a 2006¹.
14. O PDR assumiu três domínios prioritários de intervenção, que foram assumidos, também, pelo QCA III: o potencial humano, as actividades produtivas e a estruturação do território. A estrutura de objectivos estratégicos para os quais o QCA III procura contribuir corresponde à formulação das questões chave fundamentais com que se defronta a economia e a sociedade portuguesas, dela decorrendo, conseqüentemente, a seguinte estrutura de quatro eixos de intervenção prioritários:
- Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social/Qualificação de pessoas;
 - Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro/Qualificação de actividades;
 - Afirmar o valor do território e da posição geoeconómica do País/Valorização do território;
 - Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional/Descentralização.

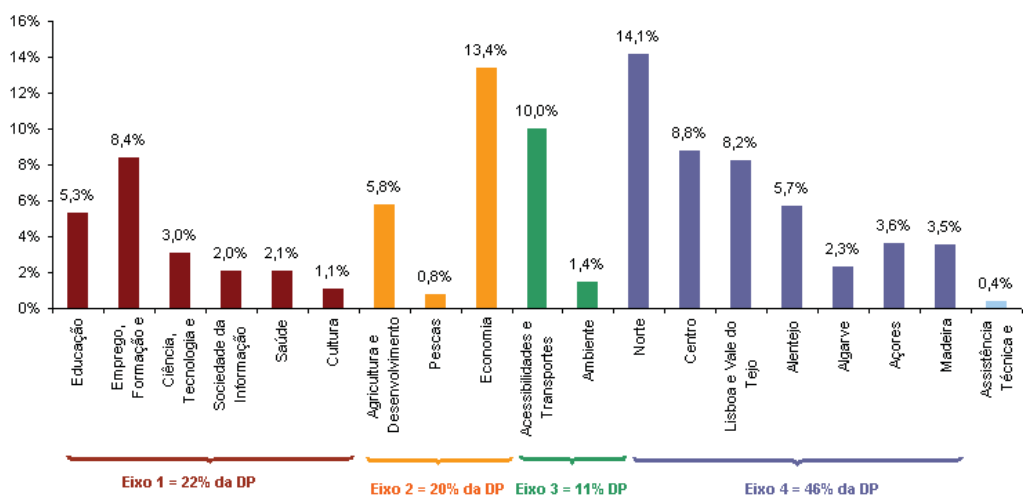
¹ Note-se que os recursos mobilizados pelo PDR não esgotam o conjunto dos recursos públicos que, durante o período da sua implementação, serão afectos a objectivos de desenvolvimento regional e local.

15. O QCA III, estruturado ao longo daqueles eixos de actuação, materializa-se em 18 intervenções operacionais, das quais 11 são de natureza sectorial, 7 são regionais, a que se junta uma intervenção de “Assistência Técnica e Financeira”. O valor programado para o custo total das intervenções do QCA III ascende a 42.200 milhões de euros, dos quais 39.412 milhões de euros foram repartidos na programação inicial, constituindo o remanescente as reservas de eficiência e de programação, que serão atribuídas em 2004 na sequência das avaliações intercalares das intervenções operacionais. O QCA é sobretudo financiado pelos fundos estruturais (49%, correspondendo 32% ao FEDER, 11% ao FSE, 5% ao FEOGA e 1% ao IFOP), enquanto que a despesa pública nacional e o financiamento privado asseguram, respectivamente, 29% e 22% do custo total.
16. A distribuição da despesa pública programada para o QCA III² em função dos quatro eixos prioritários e respectivas intervenções operacionais encontra-se representada no Gráfico 1-1. Verifica-se uma clara concentração de meios no Eixo 4 (“Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”) que alberga os sete programas regionais e absorve 46% das verbas do QCA, enquanto os eixos 1 e 2 (“Elevar o nível de qualificação dos portugueses; promover o emprego e a coesão social” e “Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro”) apresentam dotações em torno dos 20% e o eixo 3 representa cerca 12% da despesa pública programada. No que respeita aos programas operacionais, destacam-se as verbas afectas aos programas operacionais da Economia e da Região Norte, ambos com cerca de 14% da despesa pública programada para o QCA, seguidos por um conjunto de outras intervenções que absorvem individualmente verbas que representam entre 8% e 10% daquela despesa, designadamente os programas operacionais das acessibilidades e transportes, do emprego, formação e desenvolvimento social, do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo.
17. A preponderância nos meios afectos aos programas regionais no QCA III representa uma clara alteração face ao período de programação anterior (1994-99), o que se deve essencialmente a alterações da estrutura e composição dos Programas Operacionais do Continente, nomeadamente no que se refere à desconcentração operada através dos respectivos eixos 3. Na concepção do actual QCA assumiu-se claramente que a estrutura do programa se deveria adaptar ao movimento de descentralização que caracteriza as sociedades modernas, onde o aumento da complexidade das estruturas de decisão requer uma redistribuição de responsabilidades e de competências entre os diferentes níveis da administração. Como em Portugal esse movimento

² excluindo as reservas de eficiência e de programação que não serão consideradas nos cálculos subjacentes à análise que se apresenta no presente capítulo.

não se traduziu na criação de um nível de decisão intermédio, como acontece na generalidade dos países mais desenvolvidos, a estrutura dos programas regionais acabou por ser uma solução de compromisso entre uma lógica nacional/sectorial e uma lógica nacional/regional descentralizada. Tal solução está evidenciada nos programas sectoriais desconcentrados que constituem o Eixo 3, e que decorrem de programas definidos à partida segundo uma lógica sectorial, e dos quais derivam intervenções que se devem cruzar com especificidades e necessidades regionais.

GRÁFICO 1-1: REPARTIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NO QCA III



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

18. Na prática, os PO regionais integram um conjunto de intervenções com um âmbito territorial relativamente diversificado, incluindo o nível municipal, supra-municipal, a que se juntam a figura das áreas de intervenção territorial integrada. Estas diferentes dimensões territoriais são susceptíveis de serem integradas num quadro mais vasto de desenvolvimento regional, no pressuposto de que cada região dispõe de uma estratégia, de objectivos, de meios, e de um quadro institucional que viabilizem a absorção dos recursos disponibilizados. Formalmente os programas regionais estão concebidos na base de um padrão comum no que se refere à estruturação básica dos três eixos prioritários que os constituem:
- O primeiro eixo, “Apoios a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal”, destina-se a assegurar e a apoiar o envolvimento directo dos municípios no processo de desenvolvimento apoiados pelos Fundos Estruturais. A experiência anterior, adquirida nos QCA I e II, revela-se de inegável utilidade na gestão do novo ciclo de investimento,

sobretudo num contexto em que a implementação do programa adquire uma maior complexidade.

Com efeito, em relação ao anterior QCA, verifica-se um aumento da escala das intervenções municipais e intermunicipais, esperando-se que os efeitos dessas intervenções tenham uma dimensão supra-municipal e regional. Por outro lado, os investimentos devem concentrar-se nos domínios do ambiente, acessibilidades e requalificação urbana, em coerência com as prioridades definidas a nível nacional e concretizadas nas intervenções de natureza sectorial.

- ii. O segundo eixo “Acções Integradas de Base Territorial” representa, por outro lado, uma proposta inovadora em relação ao anterior QCA, e visa superar as fragilidades, ou aproveitar as oportunidades insuficientemente exploradas, das regiões ou sub-regiões do Continente que apresentem problemas ou potencialidades específicos cuja solução passa por uma abordagem e intervenção mais integradas.

O PDR identifica cerca de 20 Acções Integradas de Base Territorial, com uma delimitação sub-regional, a que se junta, em cada região NUTE 2, uma intervenção visando a Qualificação e a Competitividade das Cidades com o objectivo de melhorar o acesso a determinados serviços, organizar o território e estruturar o espaço de modo a promover a competitividade e reforçar o papel das cidades portuguesas no contexto europeu, combater a segregação funcional e social dos territórios urbanos como factores de exclusão social.

Igualmente, e de modo a responder à especificidade das duas grandes áreas metropolitanas do país, desenharam-se as intervenções de Qualificação Metropolitana, para cada uma daquelas áreas, e que têm justamente como objectivos o reordenamento das zonas urbanas degradadas contribuindo dessa forma para aumentar e reforçar a coesão social das populações que habitam em áreas degradadas. A dimensão das intervenções exige um grande esforço de articulação entre as competências das administrações central e local.

- iii. O terceiro eixo dos programas operacionais regionais, Acções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, agrega as acções sectoriais desconcentradas do conjunto dos programas do QCA, sendo por isso o mais problemático em termos de gestão e o mais exigente em coordenação, na medida em que implica a harmonização dos objectivos de política regional e sectorial e uma efectiva consensualização na fase de implementação (selecção e priorização de projectos, acompanhamento de execução, etc.). Na verdade, enquanto que as acções dos dois primeiros eixos podem ser directa e inequivocamente ligadas às necessidades e objectivos de cada região, já o terceiro eixo responde também a objectivos

de política sectorial susceptíveis de serem diferenciados regionalmente, contribuindo assim para os objectivos de desenvolvimento regional.

19. Os investimentos financiados no âmbito do QCA III em cada uma das sete NUTS II não se confinam, no entanto, aos previstos nos programas regionais; a programação inicial dos recursos financeiros encontra-se, ao contrário do que sucedeu nos QCA anteriores, totalmente regionalizada para os restantes programas operacionais (no caso da RLVT, por se encontrar em regime de *phasing-out*, os valores regionalizados funcionam como rigorosos limites ao investimento público dos PO sectoriais na região), reflectindo as opções estratégicas assumidas no domínio da política regional.

1.1.2. O lugar da RLVT e do PORLVT no QCA III

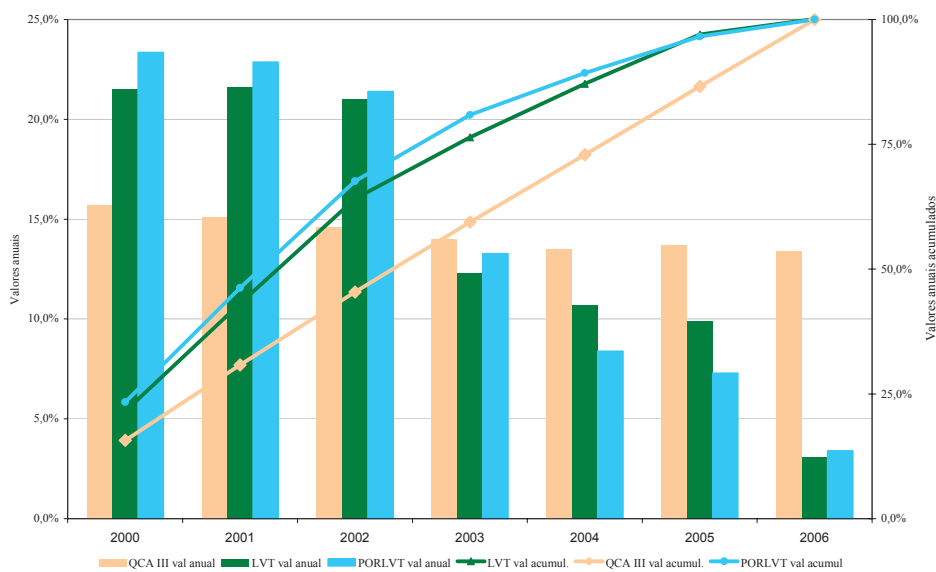
20. O “lugar” da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do PORLVT no QCA III é muito marcado pelo posicionamento já alcançado pela região no processo de convergência real no espaço europeu. O facto de ser esta a única NUTS II portuguesa que já ultrapassou o limiar de $\frac{3}{4}$ do PIB *per capita* da média comunitária coloca esta região num regime de conclusão desse mesmo processo – o *phasing-out* de objectivo 1⁽³⁾.
21. O investimento público programado no âmbito do QCA III para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) corresponde a 16,2% do total da despesa pública, sendo que o PORLVT representa metade (50,7%) desse investimento. Estas percentagens se, por um lado, traduzem, em termos de Programa Operacional Regional, um aumento considerável dos meios que lhe estão afectos quando comparados com os valores programados no anterior quadro comunitário (o PORLVT representa 8,2% da despesa pública do QCAIII, por oposição a cerca de 3% da despesa pública no QCAII), correspondem, em consequência do regime transitório de “*phasing-out*”, a uma redução anual progressiva dos apoios (ver Gráfico 1-2) alcançando, no cômputo global dos meios financeiros do QCAIII afectos à região menos de metade do montante afecto no ciclo anterior de programação (QCAII, 1994-1999).
22. Os programas operacionais sectoriais que na programação inicial afectaram maior proporção dos seus recursos⁴ à RLVT (Gráfico 1-3) foram o POCTI e o POAT (28% e 23% da despesa

³ O regime de apoio transitório definido pela decisão da Comissão de 1 de Julho de 1999 coloca, ainda, como se sabe, uma diferenciação no interior da própria região, com as sub-regiões do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo a serem apoiadas até ao horizonte de 31 de Dezembro de 2006, enquanto as restantes sub-regiões são apoiadas apenas no horizonte de 31 de Dezembro de 2005 (FEDER).

⁴ Não se consideram aqui os recursos previamente desconcentrados por cada Intervenção Operacional Sectorial, uma vez que estão considerados no PORLVT .

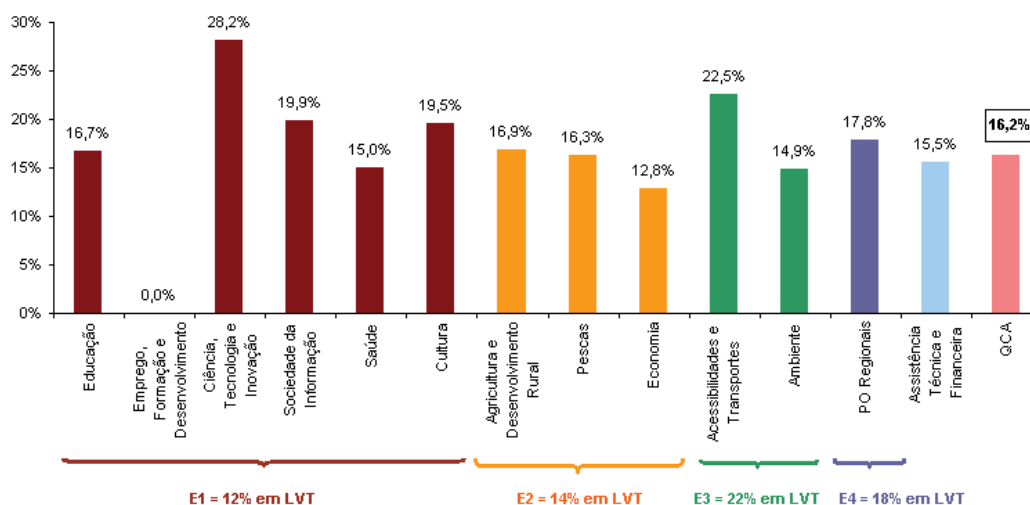
pública), seguidos do POSI e do PO da Cultura, enquanto que no POE a regionalização dos recursos para a região se ficou pelos 13%. O POEFDS constitui um caso particular, não prevendo regionalização de verbas para a RLVT, uma vez que se optou por proceder a uma maior desconcentração de meios para o eixo 3 do PORLVT, que assume todas as intervenções nesta área na região.

GRÁFICO 1-2: DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS DO PORLVT, DO TOTAL DA REGIÃO LVT E DO TOTAL DO QCA III



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento
 Nota: Valores da despesa comunitária do QCA, incluindo as reservas de eficiência e programação

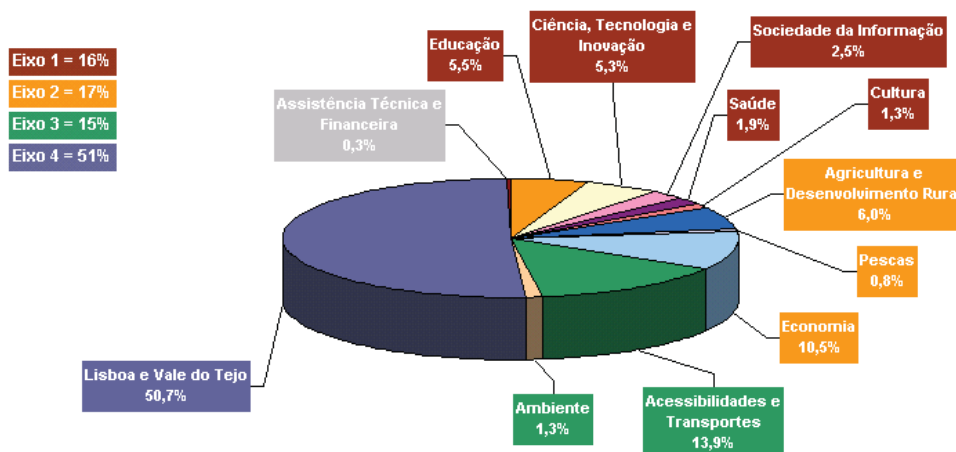
GRÁFICO 1-3: REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DO QCA III PARA A RLVT



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

23. O eixo 3 do QCA surge, assim, como aquele que no processo de regionalização do investimento público, maior proporção de recursos disponíveis afectou à RLVT (22%), seguido do eixo 4 (18%, que corresponde ao peso do PORLVT no total dos programas regionais), tendo os restantes eixos afectações menores. A diferente dimensão dos programas, e por conseguinte dos eixos, implica, no entanto, diferentes contribuições em valor absoluto para a totalidade do investimento público programado no QCA para a RLVT (perto de 5.000 milhões de euros): não obstante o diferente esforço de regionalização verificado nos quatro eixos analisados, a sua contribuição em valor absoluto é semelhante nos três primeiros eixos, rondando os 16% (Gráfico 1-4). A hierarquização do contributo de cada PO para os investimentos públicos na região altera-se quando consideramos as verbas envolvidas, passando o POAT e o POE a contribuir com recursos mais substanciais que os restantes programas sectoriais nacionais.

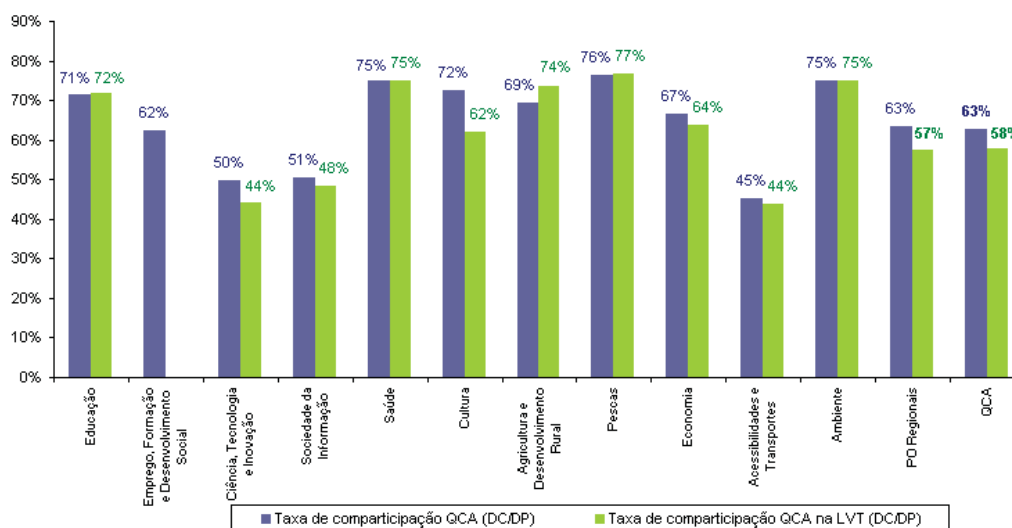
GRÁFICO 1-4: CONTRIBUIÇÃO DE CADA PROGRAMA OPERACIONAL PARA O TOTAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO PROGRAMADO NO QCA III PARA A RLVT



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

24. A taxa de participação comunitária (peso da despesa comunitária na despesa pública total) do investimento público programado para a RLVT é inferior em 5 pontos percentuais à verificada no total do QCA III (Gráfico 1-5). Tal diferença resulta, sobretudo, do facto das taxas de participação dos outros programas regionais serem superiores à do PORLVT, mas, também, da menor participação comunitária do investimento na LVT verificada no PO da Cultura, no POCTI e no POE, uma vez que não existe tratamento diferenciado nos outros programas, com excepção do PO da Agricultura em que se verifica a situação oposta à referida.

GRÁFICO 1-5: TAXA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO QCA E NA RLVT



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

25. A contribuição total de cada intervenção operacional sectorial para os investimentos programados na RLVT inclui não só a regionalização do investimento de cada PO sectorial nacional (analisada acima), mas também a desconcentração de meios que foram conduzidos, à priori, para o eixo 3 do PORLVT (Quadro 1-1).

Em termos globais, verifica-se a afectação de recursos à RLVT, operada através das intervenções sectoriais, se realiza mais através da regionalização das verbas dos PO sectoriais nacionais do que por meio da desconcentração para o eixo 3 do PORLVT (esta situação apenas encontra excepções no caso do emprego, formação profissional e desenvolvimento social e no desporto). Na comparação destas duas componentes destacam-se desde logo três casos particulares: (i) na intervenção do emprego, formação profissional e desenvolvimento social a afectação de verbas à RLVT processou-se na totalidade por via da desconcentração para o PO; (ii) no âmbito do desporto, todas as verbas foram desconcentradas regionalmente, sendo a actuação a nível nacional o somatório das intervenções regionais e (iii) na intervenção da cultura a afectação de verbas à região ocorre unicamente através da regionalização do PO Cultura, não se tendo procedido a qualquer desconcentração.

QUADRO 1-1: REGIONALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DAS INTERVENÇÕES SECTORIAIS DO QCA III

Intervenções Operacionais Sectoriais	POs sectoriais (10 ³ euros)	Regionalização p/ LVT dos POs sectoriais (10 ³ euros)	Componente desconcentrada no PORLVT das IOs sectoriais (10 ³ euros)	Regionalização p/ LVT dos PO sectoriais	Componente desconcentrada no PORLVT das IOs sectoriais	Peso do PORLVT no total das intervenções sectoriais na RLVT
	[1]	[2]	[3]	[5 = 2 / 1]	[6 = 3 / 1]	[7 = 3 / (2+3)]
Educação	1.636.818	273.783	68.543	17%	4%	20%
Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	2.573.738	0	587.990	0%	23%	100%
Ciência, Tecnologia e Inovação	931.282	262.517	6.987	28%	1%	3%
Sociedade da Informação	625.035	124.262	24.855	20%	4%	17%
Saúde	634.083	95.113	46.635	15%	7%	33%
Cultura	327.467	63.999	0	20%	0%	0%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	1.762.945	297.602	184.047	17%	10%	38%
Pescas	232.774	37.922	10.122	16%	4%	21%
Economia	4.098.366	524.232	389.904	13%	10%	43%
Acessibilidades e Transportes	3.071.916	692.141	270.497	23%	9%	28%
Ambiente	443.540	65.971	32.793	15%	7%	33%
Desporto	0	0	35.493	-	-	100%

Nota: A totalidade da despesa pública programada no âmbito do QCAIII para a RLVT corresponde assim ao somatório das colunas 2 e 3, acrescido dos valores previstos nos eixos 1 e 2 do PORLVT e que não são considerados neste quadro.

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

26. A importância atribuída, através da programação financeira, ao PORLVT na totalidade das **intervenções sectoriais** previstas no QCA para a RLVT (coluna 7 do quadro) surge assim diferenciada em função das áreas de intervenção consideradas: o PO regional é responsável pela totalidade das intervenções do QCA na região em termos de desporto e de emprego, formação profissional e desenvolvimento social, assume alguma relevância nas intervenções previstas no âmbito da economia, da agricultura e desenvolvimento rural, do ambiente e, da saúde (30% a 40% das intervenções sectoriais na região), enquanto que ao nível das intervenções sectoriais nas áreas da ciência, tecnologia e informação e da cultura a relevância do programa é insignificante ou mesmo nula.
27. Esta especificidade atribuída à RLVT no presente ciclo de programação tem consequências relevantes, nomeadamente, para o presente estudo de avaliação intercalar, que podem ser sistematizadas nos seguintes aspectos principais:
- i. A execução do PORLVT enquadra-se, neste contexto, numa tendência, que se prolonga para além de 2006, de reforço progressivo da iniciativa e do papel do sector privado e, também, do sector social, assumindo a iniciativa e o investimento públicos um papel menos directo (que não, necessariamente, menos importante) mais orientado para as condições de enquadramento, apoio e regulação daquelas iniciativas;
 - ii. A execução do PORLVT pressupõe, também, assim, no ciclo 2000-2006, a necessidade de uma atenção permanente reforçada, nos critérios de decisão, seja em termos de investimento público, seja em termos de incentivo/apoio ao investimento privado, a garantias efectivas de obtenção de níveis elevados de qualidade e selectividade nos projectos e acções realizados;
 - iii. A execução do PORLVT contempla, finalmente, dada a configuração do ritmo do “phasing-out”, uma bastante reduzida margem de correcção, no plano quantitativo, no período posterior a 2003.

1.2. A ORGANIZAÇÃO DO PORLVT E A SUA ARTICULAÇÃO ENTRE INSTRUMENTOS E OBJECTIVOS

1.2.1. Os objectivos, a estrutura da programação e a dimensão global do PORLVT

28. O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) prossegue o objectivo global de qualificar o território, as pessoas e as organizações visando a promoção do desenvolvimento sustentável da Região e a sua coesão económico e social. Para a concretização deste objectivo, o PORLVT define objectivos específicos, entendidos como três prioridades estratégicas:
- i. Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local;
 - ii. Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais;
 - iii. Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região.
29. O Programa estrutura-se em três eixos – (Eixo 1) Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal, (Eixo 2) Acções integradas de base territorial e (Eixo 3) Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas – que acolhem 29 medidas (para além de três medidas especificamente vocacionadas para a Assistência Técnica em articulação com os três fundos estruturais envolvidos – FEDER, FSE, FEOGA) através das quais se pretende intervir na região, estabelecendo condições para a criação de factores de competitividade capazes de reposicionar a RLVT de forma activa no quadro internacional, sem descuidar a necessidade de um desenvolvimento harmonioso e equilibrado no seu interior (ver Quadro 1-2).

QUADRO 1-2: OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS DO PORLVT

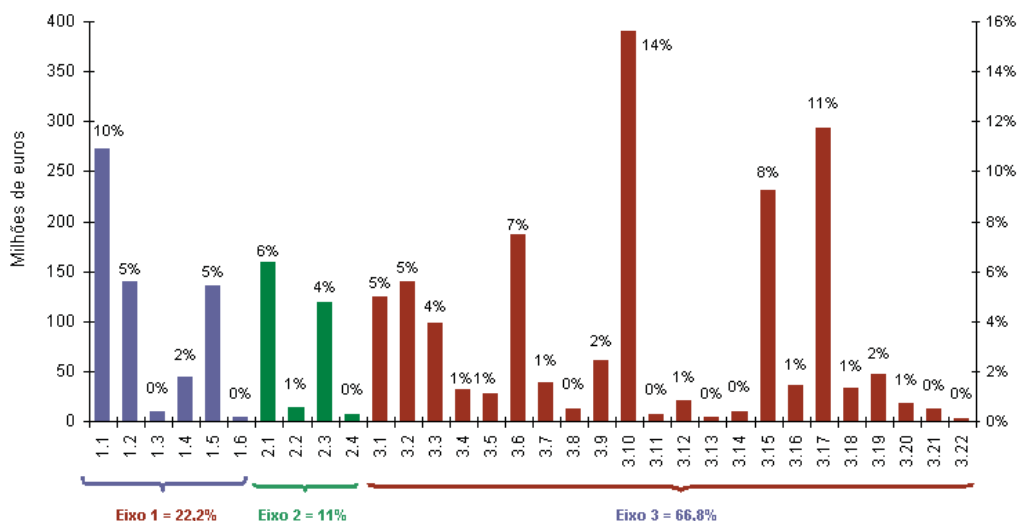
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS	MEDIDAS
EIXO PRIORITÁRIO 1 APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL	
<p>Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas</p> <p>Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial</p> <p>Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais</p> <p>Qualificar o potencial humano</p> <p>Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos</p>	<p>1.1. Acessibilidades e equipamentos</p> <p>1.2. Valorização ambiental e patrimonial</p> <p>1.3. Capacidade institucional regional</p> <p>1.4. Formação para o desenvolvimento</p> <p>1.5. Acções específicas de valorização territorial</p> <p>1.6. Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico</p>
EIXO PRIORITÁRIO 2 ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL	
<p>Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável</p> <p>Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano</p> <p>Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa</p> <p>Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social</p> <p>Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social</p>	<p>2.1. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial</p> <p>2.2. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente empregabilidade</p> <p>2.3. VALTEJO - Valorização do Tejo</p> <p>2.4. Formação e empregabilidade</p>

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS	MEDIDAS
EIXO PRIORITÁRIO 3 INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS	
<p>Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social</p> <p>Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar</p> <p>Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário</p> <p>Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial</p> <p>Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;</p> <p>Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação</p> <p>Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios</p> <p>Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social</p> <p>Estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva</p> <p>Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas</p> <p>Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental</p> <p>Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde</p>	<p>3.1. Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa</p> <p>3.2. Formação ao longo da vida e adaptabilidade</p> <p>3.3. Qualificação e inserção profissional dos desempregados</p> <p>3.4. Criação de Emprego</p> <p>3.5. Eficácia e equidade das políticas</p> <p>3.6. Promoção do Desenvolvimento Social</p> <p>3.7. Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social</p> <p>3.8. Infra-estruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário</p> <p>3.9. Ensino profissional</p> <p>3.10. Economia</p> <p>3.11. Ciência, tecnologia e inovação</p> <p>3.12. Sociedade da informação - FEDER</p> <p>3.13. Sociedade da informação - FSE</p> <p>3.14. Pescas - infraestruturas de portos</p> <p>3.15. Agricultura e desenvolvimento rural</p> <p>3.16. Desenvolvimento de equipamento desportivos</p> <p>3.17. Acessibilidades e transportes</p> <p>3.18. Ambiente</p> <p>3.19. Saúde</p> <p>3.20. Assistência técnica – FEDER</p> <p>3.21. Assistência técnica – FSE</p> <p>3.22. Assistência técnica – FEOGA</p>

30. O **montante global de investimento programado**⁵ para o PORLVT é de 2.732 milhões de euros, ao qual corresponde uma despesa pública de 2.523 milhões de euros (92%) que tem associada uma comparticipação comunitária de 1.449 milhões de euros.

O eixo 3, que agrega as intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, destaca-se pela dimensão financeira que detém no PORLVT (67% do investimento, distribuído por 22 medidas), apresentando os restantes eixos dimensões financeiras menos significativas: os eixos 1 e 2 representam 22% e 11% do investimento total do programa, respectivamente. As medidas com maior dimensão financeira (Gráfico 1-6), são a 3.10 (Economia), a 3.17 (Acessibilidades e Transportes) e a 1.1 (Acessibilidades e Equipamentos), seguidas da medida 3.15 (Agricultura e desenvolvimento rural) e 3.6 (Promoção do desenvolvimento social).

GRÁFICO 1-6: REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO GLOBAL DO PORLVT 2000-06



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do QCA III, Ministério do Planeamento

31. À programação financeira de cada medida do PORLVT foram, no Complemento de Programação, associados domínios de intervenção considerados como prioritários e que agregam, de forma indicativa, as diversas tipologias de projectos. Os domínios de intervenção considerados apresentam-se no Quadro 1-3, com diferentes níveis de agregação.

⁵ A programação financeira do PORLVT considerada neste capítulo é a que consta das primeiras versões do Complemento de Programação e do Programa, não incluindo qualquer reprogramação efectuada posteriormente (por exemplo a efectuada ao nível da medida 3.15)

QUADRO 1-3: DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO PREVISTOS NO PORLVT

Enquadramento produtivo	
11	Agricultura
12	Silvicultura
13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais
15	Ajudas às grandes empresas
16	Ajudas às PME e ao artesanato <i>161 Investimentos corpóreos (instalações e equipamentos, regimes de ajudas)</i> <i>163 Serviços de aconselhamento às empresas (informação, plano de empresa, aconselhamento em matéria de organização, marketing, design, internacionalização, exportação, gestão ambiental, aquisição de tecnologias)</i> <i>164 Serviços comuns às empresas (parques de actividade, viveiros de empresas, animação, acções de promoção, ligação em rede, conferências, feiras comerciais)</i> <i>167 Formação profissional específica das PME e do artesanato</i>
18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI) <i>182 Inovação e transferências de tecnologia, realizações em rede empresas e/ou institutos de investigação</i> <i>183 Infra-estruturas de IDTI</i>
Recursos humanos	
21	Políticas activas do mercado de trabalho
22	Integração social
23	Desenvolvimento da educação e da formação profissional não ligada a um sector específico (pessoas, empresas)
24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e da comunicação (pessoas e empresas)
25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado do trabalho
Infra-estruturas de base	
31	Infra-estruturas de transportes <i>312 Estradas</i> <i>315 Portos</i> <i>317 Transportes urbanos</i> <i>318 Transportes multimodais</i> <i>319 Sistemas de transporte inteligentes</i>
32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação <i>322 Tecnologias de informação e comunicação (incluindo segurança e prevenção de riscos)</i> <i>323 Serviços e aplicações para o cidadão (saúde, administração, educação)</i> <i>324 Serviços e aplicações para as PME (comércio electrónico, educação/formação, ligação em rede)</i>
33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição) <i>332 Energias renováveis (eólica, solar, hidroeléctrica, biomassa)</i>
34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água) <i>341 Ar</i> <i>342 Ruído</i> <i>343 Resíduos urbanos e industriais (incluindo resíduos hospitalares e resíduos perigosos)</i> <i>344 Água potável (captação, distribuição, tratamento)</i> <i>345 Águas residuais, tratamento</i>
35	Ordenamento e requalificação <i>351 Ordenamento e requalificação de zonas industriais e militares</i> <i>352 Reabilitação de zonas urbanas</i> <i>353 Protecção, melhoria e requalificação do ambiente</i> <i>354 Valorização e recuperação do património cultural</i>
36	Infra-estruturas sociais e de saúde
Diversos	
41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP) <i>411 Preparação, execução, acompanhamento</i> <i>412 Avaliação</i> <i>413 Estudos</i> <i>415 Informação aos cidadãos</i>

Fonte: Base de dados do SIFEC

32. A distribuição da despesa pública programada para o PORLVT e respectivos eixos pelos domínios de intervenção previstos encontra-se apresentada no Quadro 1-4. Em termos de programação financeira, 50% das verbas públicas do PORLVT estão afectas ao domínio das infra-estruturas de base (em que se destacam as de transporte), 27% aos recursos humanos (essencialmente no que respeita ao desenvolvimento da educação e formação profissional), 22% ao enquadramento produtivo e 1% à assistência técnica. Os eixos 1 e 2 actuam essencialmente ao nível das infra-estruturas de base, destinando-lhes, respectivamente, 76% e 81% das verbas de que dispõem, enquanto que no eixo 3, em virtude da sua composição diferenciada, existe uma repartição mais equitativa dos recursos entre estas infra-estruturas, os recursos humanos e o enquadramento produtivo.

QUADRO 1-4: DISTRIBUIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS EIXOS E DO PO POR DOMÍNIOS (DESPESA PÚBLICA)

	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	PORLVT
Enquadramento produtivo	17%	14%	25%	22%
11 Agricultura	0%	0%	4%	3%
12 Silvicultura	0%	0%	3%	2%
13 Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	0%	3%	3%	2%
15 Ajudas às grandes empresas	0%	0%	5%	3%
16 Ajudas às PME e ao artesanato	8%	1%	8%	7%
17 Turismo	6%	10%	1%	3%
18 Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	2%	0%	1%	1%
Enquadramento produtivo	8%	5%	36%	27%
21 Políticas activas do mercado de trabalho	0%	0%	5%	3%
22 Integração social	0%	1%	9%	6%
23 Desenvolvimento da educação e da formação profissional não ligada a um sector específico (pessoas, empresas)	3%	3%	20%	15%
24 Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e da comunicação (pessoas e empresas)	3%	1%	2%	2%
25 Acções positivas a favor das mulheres no mercado do trabalho	1%	0%	0%	1%
Infra-estruturas de base	76%	81%	37%	50%
31 Infra-estruturas de transportes	16%	15%	17%	16%
32 Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	0%	0%	1%	1%
33 Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	1%	0%	11%	8%
34 Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	11%	6%	0%	3%
35 Ordenamento e requalificação	22%	50%	2%	11%
36 Infra-estruturas sociais e de saúde	25%	9%	5%	10%
Diversos	0%	0%	2%	1%
41 Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	0%	0%	2%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados do SIFEC

33. Verifica-se uma transversalidade, ao longo dos três eixos, numa parte substancial das categorias que integram os diversos domínios, com especial incidência nas infra-estruturas de transporte, no ordenamento e requalificação, no turismo, na adaptabilidade, espírito de empresa e inovação,

novas tecnologias da informação e da comunicação e nas infra-estruturas ambientais. Esta transversalidade justifica-se essencialmente pela forma como o PO está estruturado e exige, tal como referido anteriormente, um grande esforço de articulação entre as competências da administração local e central, sob pena de reduzir claramente a eficácia e a eficiência das intervenções. O Quadro 1-5 permite visualizar, para cada um dos domínios, a distribuição, por eixos, da despesa pública que lhe está associada, sendo útil na análise da transversalidade referida.

QUADRO 1-5: DISTRIBUIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS DOMÍNIOS POR EIXOS (DESPESA PÚBLICA)

	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Total
Enquadramento produtivo	18%	6%	76%	100%
11 Agricultura	0%	0%	100%	100%
12 Silvicultura	0%	0%	100%	100%
13 Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	0%	11%	89%	100%
15 Ajudas às grandes empresas	0%	0%	100%	100%
16 Ajudas às PME e ao artesanato	28%	1%	72%	100%
17 Turismo	51%	33%	16%	100%
18 Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	39%	2%	59%	100%
Enquadramento produtivo	7%	2%	91%	100%
21 Políticas activas do mercado de trabalho	0%	0%	100%	100%
22 Integração social	0%	2%	98%	100%
23 Desenvolvimento da educação e da formação profissional não ligada a um sector específico (pessoas, empresas)	5%	2%	93%	100%
24 Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e da comunicação (pessoas e empresas)	40%	6%	54%	100%
25 Acções positivas a favor das mulheres no mercado do trabalho	35%	6%	59%	100%
Infra-estruturas de base	36%	15%	49%	100%
31 Infra-estruturas de transportes	23%	9%	68%	100%
32 Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	6%	0%	94%	100%
33 Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	4%	0%	96%	100%
34 Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	78%	18%	5%	100%
35 Ordenamento e requalificação	47%	42%	12%	100%
36 Infra-estruturas sociais e de saúde	57%	8%	35%	100%
Diversos	0%	0%	100%	100%
41 Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	0%	0%	100%	100%
Total	24%	9%	67%	100%

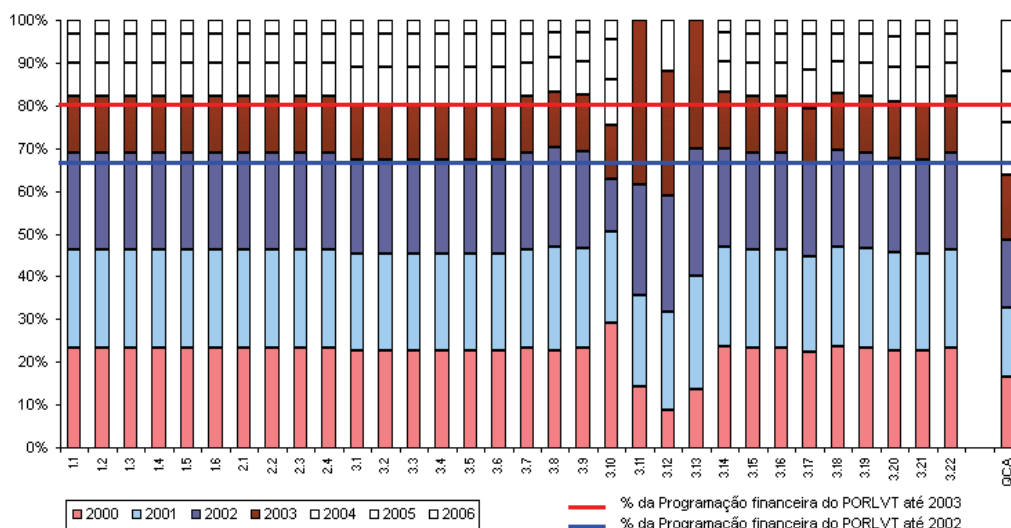
Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados do SIFEC

34. Por último, importa ainda abordar o **ritmo associado à programação financeira**, que assume especial relevância no PORLVT em virtude do regime de *phasing-out* a que está sujeita a região. O investimento público será progressivamente reduzido, concentrando-se os recursos nos três primeiros anos de vigência do programa: em 2002 a programação financeira do PO situa-se nos 67% e em 2003 nos 71%, enquanto que no QCA o ritmo de investimento previsto é muito mais

homogéneo ao longo do período, situando-se em 49% no ano 2002 e em 64% em 2003 (Gráfico 1-7).

A generalidade das medidas do PO apresenta uma repartição anual da despesa pública semelhante salientando-se apenas alguns casos particulares: (i) as medidas 3.11 e 3.13 (ciência, tecnologia e inovação e sociedade da informação-FSE) esgotam a totalidade do recursos no ano 2003, o que implica um ritmo de aprovação/execução superior à média, (ii) o mesmo acontecendo com a medida 3.12, embora com menor intensidade uma vez que existem também verbas programadas para 2004, e (iii) a medida 3.10, em que o investimento público acumulado previsto até 2003 se situa um pouco abaixo da média do PO, em virtude de uma menor afectação de verbas no ano 2002.

GRÁFICO 1-7: DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DA DESPESA PÚBLICA NO PORLVT (2000-06)



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados de programação das primeiras versões do Complemento de Programação e do PORLVT e no QCA III, Ministério do Planeamento

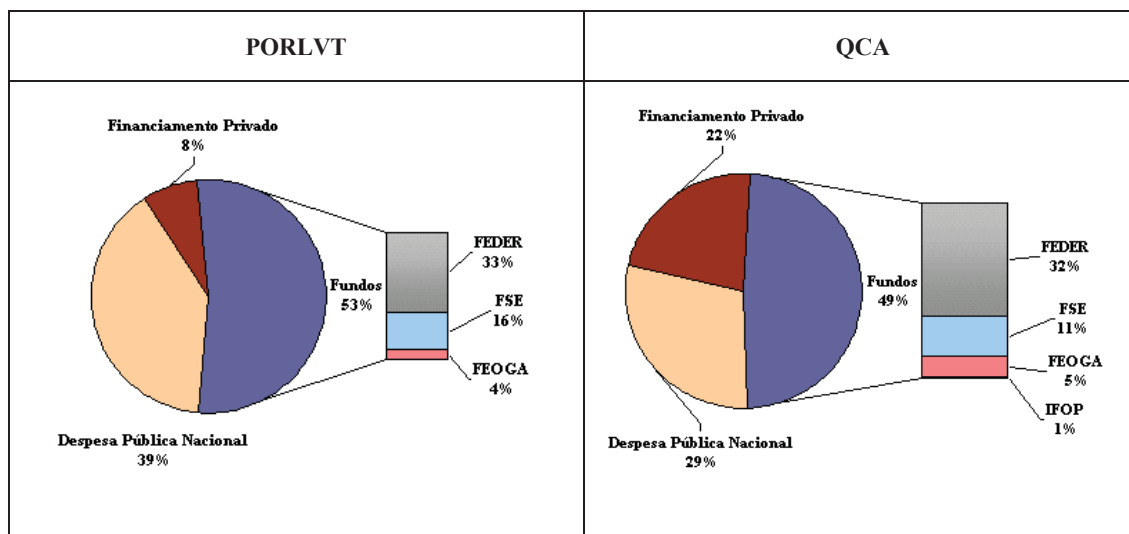
1.2.2. A estrutura de financiamento do PORLVT

35. Entre as **fontes de financiamento do PORLVT** destacam-se os fundos estruturais (onde assume relevância a comparticipação do FEDER) que correspondem a 53% do investimento total, cabendo à despesa pública nacional e ao financiamento privado, respectivamente, 39% e 8% (Gráfico 1-8).

No PORLVT o financiamento privado tem uma participação muito inferior à verificada no total do QCA, o que é compensado essencialmente pelos recursos públicos nacionais. No que respeita aos fundos estruturais, a contribuição de que cada fundo para a despesa comunitária total

também apresenta algumas diferenças: enquanto que a participação do FEDER assume pesos semelhantes no PORLVT e no QCA (63% e 65% do financiamento comunitário, respectivamente), a contribuição do FSE é mais elevada no PO do que no QCA (30% face a 23%, respectivamente) e a do FEOGA é menor no PO que no QCA (7% e 11%, respectivamente).

GRÁFICO 1-8: FONTES DE FINANCIAMENTO DO PORLVT E DO QCA III

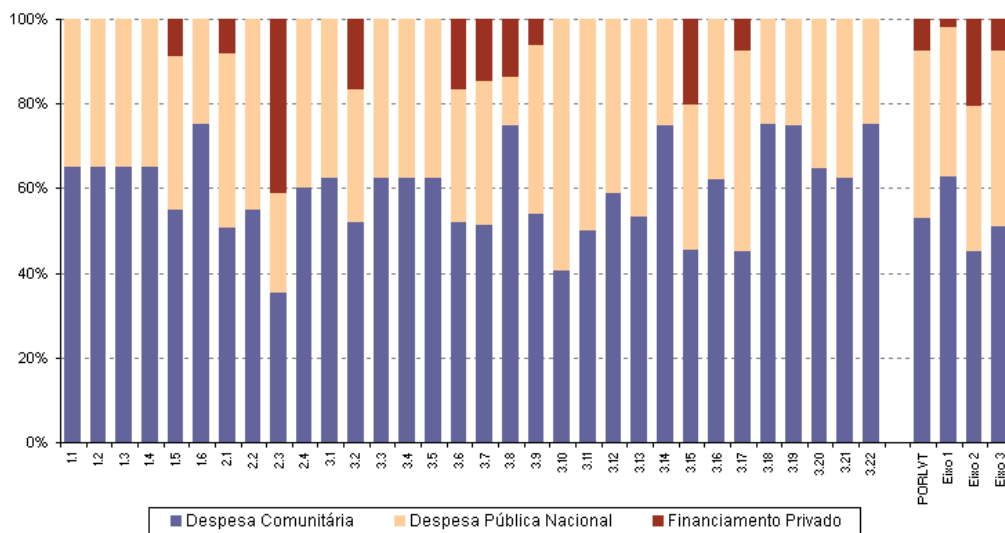


Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do PORLVT e do QCA III

36. A estrutura dos eixos e medidas do PORLVT por fontes de financiamento evidencia situações diferenciadas, não obstante a hierarquização das respectivas rubricas se manter inalterada, com clara relevância para a despesa comunitária:
- o eixo 1 é aquele onde existe maior financiamento através dos fundos estruturais (63%) e menor contribuição do financiamento privado (2%, efectuado apenas através da medida 1.5);
 - o eixo 2 destaca-se por ser aquele em que o financiamento privado previsto assume maior relevância (21%), em virtude de albergar a medida 2.3 (Valtejo) que representa (seguida de perto pela medida 3.10), quer em termos em absolutos, quer em termos relativos, a medida com maior importância na rubrica financiamento privado;
 - o eixo 3, em virtude da sua dimensão financeira, acompanha em média a distribuição de financiamento referida para o PO, apresentando situações diferenciadas ao nível das medidas, podendo-se distinguir entre aquelas que apresentam financiamentos comunitários acima da média do eixo, nomeadamente as medidas 3.8, 3.14, 3.18 e 3.19, e as que detêm uma

proporção de investimento público nacional superior à média do eixo, ou seja, as medidas 3.10, 3.11, 3.13 e 3.17, onde se intensifica o princípio da adicionalidade.

GRÁFICO 1-9: REPARTIÇÃO DO CUSTO TOTAL DO PORLVT POR FONTE DE FINANCIAMENTO



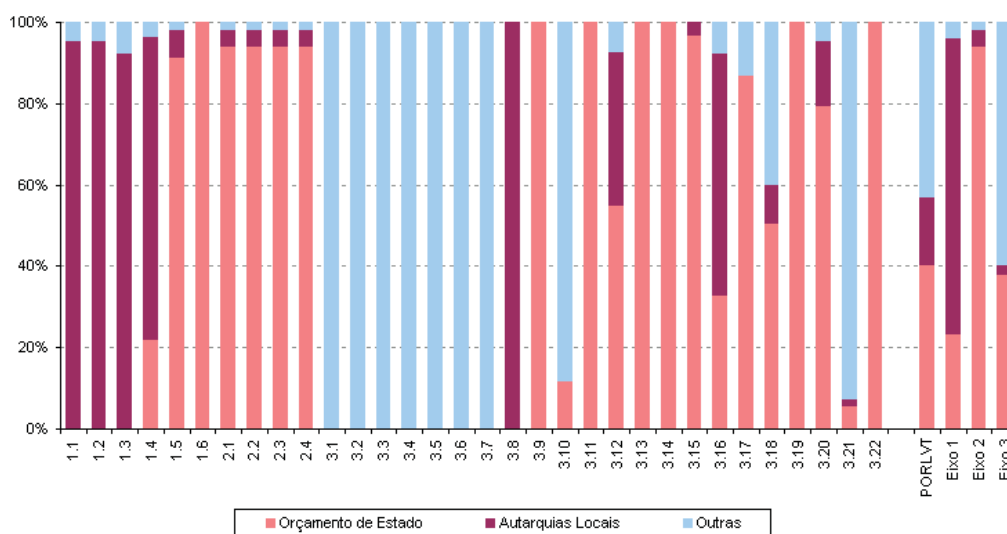
Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados de programação das primeiras versões do Complemento de Programação e do PORLVT e no QCA III, Ministério do planeamento

37. **A estrutura do financiamento público nacional** difere consideravelmente entre medidas e eixos, o que se justifica plenamente num programa regional com uma estrutura ancorada na segmentação de promotores e na repartição das responsabilidades de gestão entre os vários níveis da administração pública. No PORLVT em geral, o financiamento da despesa pública nacional é assegurado pelo Orçamento do Estado em 40%, pelas Autarquias locais em 17% e por outras fontes em 43%. Na análise da composição dos recursos públicos nacionais por eixo e medida salienta-se (Gráfico 1-10):

- i. no eixo 1, a importância do financiamento efectuado pelas autarquias locais (73%), essencialmente nas primeiras quatro medidas e uma participação moderada do financiamento via Orçamento do Estado (23%), com maior incidência nas medidas 1.5 e 1.6;
- ii. a quase totalidade dos recursos afectos ao eixo 2 é assegurada centralmente;
- iii. no eixo 3 o financiamento local detém uma contribuição relativa muito pouco significativa (2%) e concentrada nas medidas 3.8, 3.12 e 3.16 (educação, desporto e sociedade da informação - FEDER, sendo que na primeira o financiamento é totalmente assegurado pela Administração Local), o Orçamento do Estado assegura 38% dos recursos, financiando integralmente as medidas 3.9, 3.11, 3.13, 3.14 e 3.19 (ensino profissional, ciência e

tecnologia, sociedade da informação-FSE, portos e saúde) e a quase totalidade das medidas 3.15 e 3.17 (agricultura e acessibilidades); a principal origem do financiamento dos recursos cabe, no entanto, às outras entidades públicas ou equiparadas para efeitos do PO (60%), que financiam na íntegra as medidas desconcentradas do POEFDS (3.1 a 3.7, financiadas pelo Orçamento da Segurança Social) e a quase totalidade da medida 3.10.

GRÁFICO 1-10: REPARTIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NACIONAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO

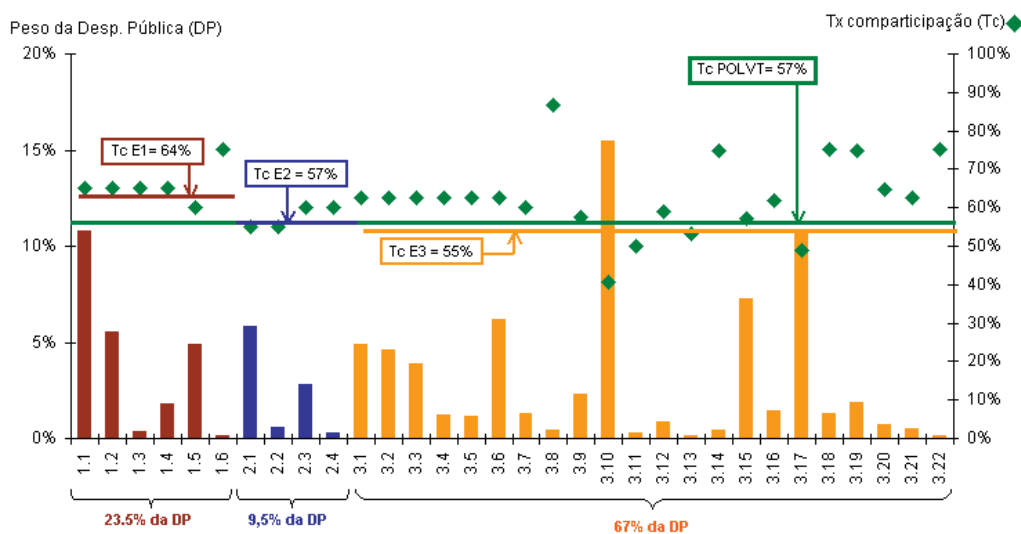


Fonte: Equipa de avaliação, a partir da base de dados do SIFEC

38. **A taxa de comparticipação comunitária** (peso da despesa comunitária na despesa pública total) média do PORLVT é de 57%, situando-se 6 pontos percentuais abaixo da média de comparticipação no QCA. A taxa de comparticipação é mais elevada no eixo 1 (64%) e mais baixa no eixo 3 (55%), coexistindo, neste último caso, situações diferenciadas entre medidas (Gráfico 1-11):

- i. As taxas de comparticipação mais elevadas verificam-se na medida 3.8 (87%, sendo superior à verificada no PO Educação em 16 pontos percentuais) e nas medidas 3.14, 3.18 e 3.19 (75%) com actuação nas áreas dos portos, ambiente e saúde;
- ii. nas medidas desconcentradas do POEFDS (3.1 a 3.7) e na medida 3.16 a taxa de comparticipação ronda os 62%;
- iii. as taxas de comparticipação mais baixas encontram-se nas medidas 3.10 (41%, o que contrasta com a taxa de comparticipação do POE nacional que se situa nos 67%), 3.11 e 3.17 (50%).

GRÁFICO 1-11: TAXA DE COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PORLVT

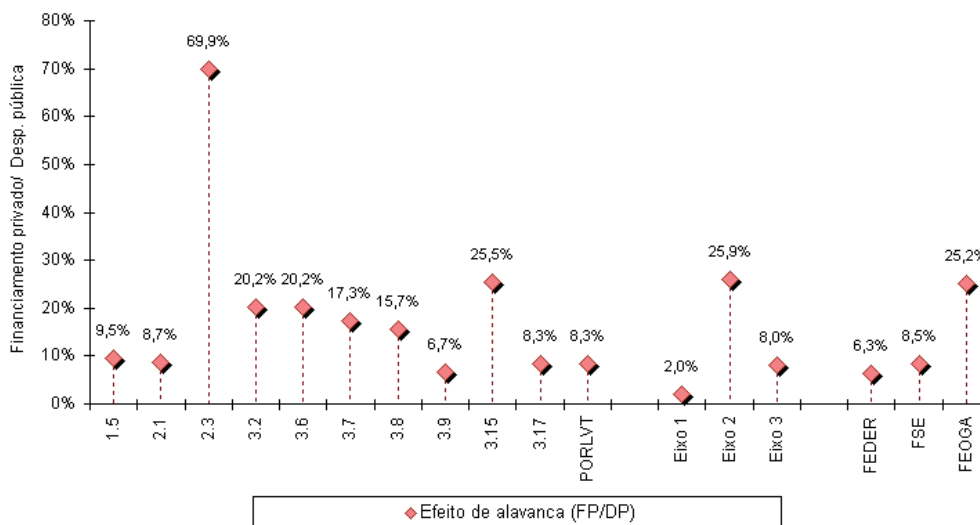


Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados de programação das primeiras versões do Complemento de Programação e do PORLVT

39. Os investimentos apoiados no âmbito do QCA, pela sua dimensão, natureza e amplitude geram um elevado efeito multiplicador sobre a actividade económica, criando inúmeras oportunidades de participação ao sector privado, quer directamente enquanto beneficiário directo dos apoios previstos, quer indirectamente através da melhoria das condições do meio envolvente e do aumento da procura induzida por aqueles investimentos.

Sendo o PORLVT um programa onde o financiamento privado é pouco significativo, o **efeito de alavanca** (medido pelo quociente do financiamento privado sobre a despesa pública - Gráfico 1-12) deste programa (8,3%) é claramente inferior ao verificado no QCA (29%, conseguidos sobretudo através dos POs da Economia, da Agricultura e das Pescas), ou seja, em termos de programação financeira, cada unidade de investimento público gera a participação directa de 0,08 unidades de investimento privado, sendo ligeiramente superior ao verificado no conjunto dos Programas Regionais (7,7%). O efeito de alavanca é mais elevado no eixo 2 (26%), o que se deve ao facto de na medida 2.3 este indicador atingir os 70%, sendo quase inexistente no eixo 1. No eixo 3 destaca-se a medida Agricultura e Desenvolvimento Rural, com um efeito de alavanca de 25,5%, seguida das medidas 3.2 e 3.6, sendo de referir a inexistência de financiamentos privados na medida economia, o que contrasta com o facto de o POE ser o programa do QCA com valores mais altos neste indicador, situação que se associa ao tipo de objectivos/tipologias de projectos que foram desconcentrados.

GRÁFICO 1-12: EFEITO DE ALAVANCA NO PORLVT

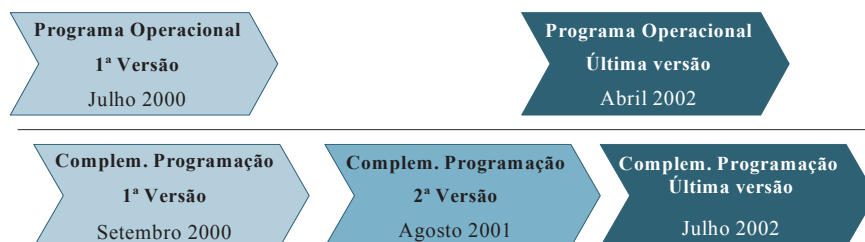


Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados de programação das primeiras versões do Complemento de Programação e do PORLVT

1.2.3. A consolidação do PORLVT : alterações introduzidas nos documentos de programação

40. O exercício de avaliação implica a identificação clara dos objectivos globais e específicos do PORLVT e dos respectivos eixos e medidas, tarefa que deve foi efectuada com base na leitura do texto do Programa Operacional e do respectivo Complemento de Programação. Se, por um lado, a aprovação das primeiras versões destes dois documentos se desenvolve de forma sequencial no tempo, por outro, cada um deles vai sendo sucessivamente actualizado, dando lugar a novas versões que se vão adaptando à evolução da execução do programa.

FIGURA 1-1: EVOLUÇÃO DOS TEXTOS DO PO E DO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO



41. A análise dos dois documentos referidos foi efectuada em dois passos: i) uma comparação entre os textos do PO e do CP e ii) uma análise autónoma da evolução do texto de cada um dos documentos (PO e CP).

A análise comparativa dos dois documentos, permitiu constatar a existência de um conjunto de alterações às respectivas versões iniciais, algumas diferenças entre o número e formulação de objectivos entre os dois documentos referenciados, e a não explicitação de objectivos a alguns dos níveis relevantes para a identificação do PO.

Na análise comparativa, das duas últimas versões disponibilizadas, do texto do PO (versão de 14 de Abril de 2002) e do Complemento de Programação (versão de 30 de Julho de 2002) verificou-se que:

- i. ao nível do Programa Operacional e dos respectivos eixos existe uma clara definição dos objectivos globais e específicos, existindo uma correspondência entre o texto do PO e do CP (com excepção do Eixo 1 em que se apresentam 4 objectivos específicos no PO e 5 no CP);
- ii. no âmbito das medidas não se denota uma preocupação clara em identificar os objectivos globais, no entanto esta preocupação revela-se ao nível dos objectivos específicos, que são normalmente definidos; nos casos em que são identificados, em ambos os documentos, os objectivos específicos de determinada medida, não foram detectadas, regra geral, incongruências, no entanto verificaram-se algumas diferenças entre os dois textos, nomeadamente:
 - o na Medida 2.1, os objectivos específicos referidos no PO e no CP não são os mesmos, encontrando-se mais resumidos no PO (3 obj. específicos); no PO distinguem-se duas acções no âmbito desta medida (o que não acontece no CP), para as quais são também enumerados objectivos específicos;
 - o na Medida 2.2, distinguem-se no PO duas acções no âmbito da medida (o que não acontece no CP), no entanto verifica-se uma correspondência nos objectivos específicos referidos nos dois documentos;
 - o na Medida 3.10, foi alterada no CP a redacção de 2 objectivos específicos e da tipologia de projectos da acção B, não se procedendo a qualquer alteração no texto do PO, o que se traduz em discrepâncias entre os textos dos dois documentos, nomeadamente ao nível das alterações nas tipologias de projectos, que no PO continuam com o texto inicial;
 - o na Medida 3.15, o PO apresenta 6 objectivos específicos, enquanto que no CP contém os objectivos específicos para cada uma das 8 acções (e subacções) da medida;

- o na Medida 3.19, o PO apresenta uma descrição de objectivos mais completa e extensa que no CP.
42. A análise das alterações introduzidas no Programa Operacional (PO) e no Complemento de Programação (CP) foi efectuada, nesta primeira fase, por duas vias: através do confronto do texto inicial com o texto da última versão de cada um destes dois documentos e através da leitura das actas da Comissão de Acompanhamento⁶ e de duas comunicações⁷ enviadas à Comissão Europeia a apresentar as alterações aprovadas pela Comissão de Acompanhamento.

O Quadro 1-6 que a seguir se apresenta resume as alterações detectadas pela equipa de avaliação nos dois documentos em análise ao nível de cada medida do PORLVT. Verificam-se no âmbito do Complemento de Programação diversas alterações, de diferente magnitude, nomeadamente nos objectivos específicos (medidas 2.3, 3.10 e 3.16), nas tipologias de projectos (medidas 1.4, 3.10, 3.12 e 3.16), nos critérios de selecção (medidas 1.4 e 3.16), nas despesas elegíveis (nas taxas de participação da medida 3.16), nas categorias de beneficiários (medidas 1.4, 3.10 e 3.17), no âmbito geográfico (medida 1.5), no calendário de execução (medidas 2.1, 3.6 a 3.8, 3.10 a 3.12, 3.14 a 3.16, 3.18 e 3.19) e nos indicadores de acompanhamento (medidas 3.1, 3.2, 3.6, 3.10 e 3.18). A maioria destas alterações não está referida nas actas das reuniões da Comissão de Acompanhamento, sendo necessário esclarecer em fase posterior se na documentação distribuída nestas reuniões e nas comunicações à CE estas alterações são visíveis.

No Programa Operacional apenas foi alterada a medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural, que passou a incluir subsecções no âmbito da Acção 1 (Diversificação na Pequena Agricultura), tendo sido também reduzido em 13.117.000 € a despesa pública a afectar a esta medida.

⁶ Estas reuniões foram realizadas nas seguintes datas: 25/9/2000, 30/5/2001, 3/12/2001, 6/6/2002 e 21/11/2002

⁷ Estas comunicações são datadas de 19/8/2002 e de 30/9/2002.

QUADRO 1-6: RESUMO DAS ALTERAÇÕES ÀS MEDIDAS NO PROGRAMA OPERACIONAL E NO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

Medida	Alteração	CP/PO
1.4	Foi modificada, a redacção introdutória da tipologia de projectos, de modo a abranger os estagiários apenas na medida em que possuam o estatuto de agentes. Foi alterada, ao nível dos beneficiários da medida, a definição de agente da Administração Local que contempla os colaboradores contratados a termo certo, cujo contrato os equipare a funcionários públicos e os estagiários, na medida em que possuam estatuto de funcionários ou agente.	CP
1.4	Foi alterado o critério de selecção dos projectos que impõe um limiar mínimo de investimento de 2000 contos (9975,94 €), de forma a admitir excepções a este limiar nos casos de candidaturas: <ul style="list-style-type: none"> • complementares de outras já em execução; • promovidas por entidades com competência formativa numa área restrita específica; • promovidas por entidades com reduzido pessoal e necessidade de formação própria ou por imposição legal. 	CP
1.5	No âmbito do CP apenas foi alterado o âmbito geográfico da medida, que passa a abranger toda a NUT II da LVT.	CP
2.3	Foi alargado o âmbito do 2º e 5º objectivos específicos da medida, tendo sido retirada a referência específica às intervenções sobre o Tejo. Foi extraída do CP a seguinte tipologia de projectos: “Projectos de construção de infra-estruturas ambientais e de qualificação do ambiente”	CP
3.1, 3.2	Foi acrescentado um indicador de acompanhamento não quantificado: nº de acções profissional que incluam o módulo “sensibilização ambiental”.	CP
3.6	Foi acrescentado um indicador de acompanhamento: contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	CP
3.10	No 1º obj. específico, foi substituída a expressão “reconversão de Parques Industriais” por “criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial”. No 5º obj. Específico foi retirado o domínio da consultoria e acrescentados dois novos domínios: qualidade e formação. Passa a ter a seguinte redacção: “promover o reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação”. A tipologia de projectos da Acção B (Melhoria da envolvente empresarial) foi alterada, passando a especificar as infra-estruturas do sistema tecnológico, e do SPQ em particular, que se pretendem apoiar e a incluir infra-estruturas de formação; as infra-estruturas vocacionadas para a inovação e ambiente são realçadas como prioritárias. No âmbito do “Nível das ajudas”, nos projectos da acção B refere-se como excepção o caso das entidades privadas com fins lucrativos para as quais o incentivo será, no máximo, de 45% das despesas elegíveis (inferior ao geral). Nas categorias de beneficiários verificaram-se alterações: <ul style="list-style-type: none"> • Na acção A (Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento), onde são elencadas as empresas concessionárias de gás natural, inclui-se a Transgás; • Na acção B, no que respeita aos projectos de criação de infra-estruturas tecnológicas, da formação e específicas, foi especificado o tipo de entidades de interface e assistência tecnológica, foram incluídas entidades e infra-estruturas cujo objectivo social principal seja o desenvolvimento de acções de formação profissional, tendo passado também a ser consideradas alguma infra-estruturas de utilização colectiva na área da protecção ambiental. No que respeita aos projectos de criação de infra-estruturas do SPQ foi especificado o tipo de beneficiários. Foram acrescentados dois indicadores de acompanhamento não quantificados: Nº de projectos de investimento relativos a ALEs com efeitos na redução de consumos energéticos e nº de projectos de turismo sustentável. <i>No PO, não se procedeu a qualquer alteração o que se traduz em discrepâncias entre os textos dos dois documentos, nomeadamente ao nível das alterações nas tipologias de projectos, que no PO continuam com o texto inicial.</i>	CP
3.12	A tipologia de projectos da Acção 1 (Portugal Digital) passou a considerar os “projectos que visem a prossecução das finalidades da Iniciativa Internet e de outras iniciativas nacionais ou da União Europeia do mesmo âmbito”	CP
3.15	Inclusão de subsecções no âmbito da Acção A (Diversificação na Pequena Agricultura), designadamente “Apoio à Pequena Agricultura”, “Diversificação de actividades na exploração agrícola” e “Incentivos à actividades turísticas e artesanais”. <i>O CP inicial já contemplava esta alteração.</i>	PO
3.15	Foi reduzida da despesa pública a afectar a esta medida em 13.117.000 €.	PO

Medida	Alteração	CP/ PO
3.16	<p>Foram aditados 3 objectivos específicos: “aumentar a quantidade e qualidade da oferta de condições de treino e formação desportivas”, “Contribuir para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades” e “aumentar o nº de atletas federados”. Foi alterada a redacção de um dos objectivos específicos, tendo sido reduzido o âmbito do mesmo: incentiva-se o desenvolvimento do desporto de alto rendimento (em vez do desporto a todos os níveis) como forma de atrair a juventude (não havia uma população-alvo definida) para a prática desportiva.</p> <p>Foram alteradas as redacções de 2 tipologias de projectos: no Desenvolvimento da Rede de Equipamentos de Base, foi reduzido o seu âmbito no que se refere aos campos de jogos (passaram a ser apenas os grandes) e piscinas (apenas as cobertas) a apoiar; no Desenvolvimento da Rede de Equipamentos para Alta Competição e Espectáculos Desportivos foi alargado o âmbito dos projectos a apoiar, que passam a incluir todos os estádios (e não apenas os de nível internacional).</p> <p>Foi acrescentado um novo critério de selecção, que exige que as entidades promotoras, caso sejam Câmaras Municipais, se comprometam a garantir a vocação e afectação desportiva da infra-estrutura.</p> <p>As prioridades na afectação de verbas também sofreram algumas alterações, passando a considerar a adequabilidade do projecto às necessidades da população a servir e aos custos máximos de referência.</p> <p>As despesas elegíveis foram alteradas, passando a comparticipação financeira (e respectivas taxas) a efectuar-se em função da posterior geração (ou não) de receitas dos projectos, da vocação dos equipamentos para determinadas modalidades desportivas específicas e da adequabilidade dos equipamentos de base às necessidades da região.</p>	CP
3.17	Nas categorias de beneficiários foram incluídos o ICOR (Instituto para a Construção Rodoviária) e o ICERR (Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária), nos casos em que o Instituto de Estradas de Portugal julgue conveniente.	CP
3.18	Foram acrescentados dois indicadores de acompanhamento na acção C: % do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000 e % do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores	CP
3.21	As tipologias de projectos foram classificadas de acordo com a tipologia “despesa IN”, “despesa OUT” ou “despesa IN/OUT”.	CP
2.1, 3.6 a 3.8, 3.10 a 3.12, 3.14, 3.16, 3.18 a 3.19	Alteração no calendário de execução da medida, reajustando o período de programação em função das NUT III consideradas	CP

* Quadro elaborado pela Estrutura de Apoio Técnico do Gestor do PORLVT que sintetiza as datas das alterações ao PO e ao CP.

43. Já foram aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, em 21/11/2002, novas alterações ao PO e ao CP, que não constam da última versão disponível destes documentos, não sendo assim referidas no Quadro 1-6. Essas alterações⁸, nomeadamente as de reprogramação, são as seguintes:

- Reforço da Medida 1.3 - Capacidade Institucional Regional (FEDER), em 1 milhão de euros de Fundo, repartido igualmente em 2003 e 2004; a contrapartida será a redução do mesmo valor nas verbas da Medida 1.5.
- Diminuição das verbas da Medida 1.4 – Formação para o Desenvolvimento (FSE), em cerca de 5 milhões de euros de Fundo, assim como a criação de uma nova medida – Medida 1.7 (FSE);
- Diminuição das verbas da Medida 1.5 – Acções específicas de Valorização Territorial (FEDER), em cerca de 1 milhão de euros de Fundo, sendo reforçados os recursos públicos nacionais em 36

⁸ Em 16/7/2003, no final desta Avaliação Intercalar, a Decisão da Comissão C(2003)2662 aprova alterações ao Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo aprovadas em sede de Comissão de Acompanhamento de 21/11/2002.

milhões de euros (dos quais 21,6 milhões de euros da componente nacional e 14,4 milhões de euros da componente local); a taxa de co-financiamento média passará de 60% para 46,1%.

- Criação de uma Medida 1.7 – Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Comunitário (FSE), relacionada apenas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pela Medida 1.5. O custo total da medida é de cerca de três milhões de euros, sendo o financiamento assegurado em dois milhões de euros pelo FSE e o restante através da redução de verbas da medida 1.3.;
 - Alteração da Medida 3.6 – Promoção do desenvolvimento social (FSE), retirando a tipologia de projectos que será objecto de candidatura Medida 1.7;
 - Reforço das verbas da Medida 3.9 – Ensino Profissional, em 3 milhões de euros de FSE; propõe-se também a alteração do quadro de indicadores no CP;
 - Na Medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA), propõe-se a alteração da taxa média de co-financiamento FEOGA de 50% para 75% nas sub-secções 5.1 e 5.2.. Foi também proposta alteração para o texto desta medida, de forma a fazer coincidir os textos do PO e do CP.
 - Alteração do texto da Medida 3.17 – Acessibilidades e transportes no CP, de modo a incluir referência às Associações de Municípios na categoria de beneficiários.
 - Criação de uma nova acção (acção 8) na Medida 3.20 – Assistência Técnica (FEDER), que corresponde à criação da assistência técnica à medida 3.17 – Acessibilidades e transportes. A dotação da medida será de 100 mil euros (25 mil euros do Fundo e 25 mil euros da contrapartida da Administração Central).
44. As diferenças identificadas, nomeadamente ao nível de alguns objectivos específicos, na análise comparativa dos dois documentos referidos, por um lado, e a evolução dos textos do PO e do CP, por outro, revelaram a necessidade de se adoptar, previamente ao exercício de avaliação, uma formulação dos objectivos e tipologia de projectos do PORLVT de referência para a equipa de avaliação. Assim, tendo como ponto de partida apenas os documentos relativos aos textos integrais do Programa Operacional e do Complemento de Programação, foi elaborado um documento de trabalho de suporte à análise a efectuar pela equipa de avaliação que se consubstanciou num conjunto de ***Fichas de identificação dos objectivos do PO e da tipologia dos projectos das medidas***, apresentado no Anexo I a este Relatório. Neste documento, cuja metodologia de elaboração se descreve na Caixa 1-1, é também possível identificar a evolução entre a primeira e última versão do Complemento de Programação no que respeita aos objectivos específicos e tipologias de cada medida.

CAIXA 1-1: FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PO E DA TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Na elaboração das **Fichas de identificação dos objectivos do PO e da tipologia dos projectos das medidas** (ver Anexo I do Relatório), optou-se por, nesta fase, não considerar as formulações de objectivos que constam de outros documentos, nomeadamente da avaliação ex-ante e da estrutura de objectivos apresentada no caderno de encargos, uma vez que para além de não coincidirem com as dos documentos anteriormente referidos, não coincidem entre si, criando por isso uma diversidade de formulações que poderia provocar alguma falta de uniformidade entre as formulações consideradas no âmbito dos vários domínios de observação do PO.

No que respeita aos **objectivos globais das medidas** que explicitamente não foram identificados nos dois documentos considerados, optou-se por extrai-los, quando possível, dos textos introdutórios das medidas, privilegiando o texto do PO. No caso dos **objectivos específicos das medidas**, foram extraídos do documento onde estavam identificados como tal; quando não era explícita a sua identificação, optou-se também por extrai-los dos textos introdutórios das medidas (com preferência pelo texto do CP), evitando deduzi-los dos textos constantes das tipologias dos projectos ou confundi-los com os instrumentos das medidas. No que respeita às **tipologias dos projectos**, foi claramente privilegiado o texto do Complemento de Programação.

Estas fichas permitem ainda identificar a evolução dos objectivos e tipologias ao longo do tempo, evidenciando as alterações introduzidas no CP (entre a 1ª versão e a última versão aprovada) que tiveram implicações a este nível, uma vez que no texto do PO não se procedeu a qualquer alteração nos objectivos iniciais. As colunas que se encontram à direita de cada medida indicam o documento de onde foi retirado o texto de cada objectivo, em que:

- 1ºPO – 1ª versão do Programa Operacional (versão com data de 28 de Julho de 2000);
- 1ºCP – 1ª versão do Complemento de Programação (versão com data de 25 de Setembro de 2000);
- PO – última versão do Programa Operacional fornecida pela CCRLVT (versão com data de 14 de Abril de 2002);
- CP – última versão do Complemento de Programação fornecida pela CCRLVT (versão com data de 30 de Julho de 2002);
- Equipa – esta coluna assinala os casos em que os objectivos, globais ou específicos, não estão explicitamente identificados como tal no PO e no CP, tendo, no entanto, sido possível a sua formulação, a partir dos textos introdutórios das medidas, e classificado o objectivo em questão como global ou específico.

1.3. O PORLVT FACE ÀS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DE INTERVENÇÃO

45. A orientação definida PORLVT 2000-2006 caracterizou-se por uma continuidade de alguns objectivos estabelecidos no PO para a região no período 1994-1999, por um aprofundamento da área de actuação em alguns domínios já anteriormente intervencionados, trazendo assim complementaridade a objectivos previamente definidos, e por uma definição de objectivos inovadores, permitindo, por este meio, valorizar a experiência ganha e enveredar pela definição de objectivos estratégicos de cariz mais estruturante.
46. A análise dos **objectivos** que enquadram o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo do QCA II e do QCA III, pode contribuir para auxiliar na interpretação dos factores de continuidade e descontinuidade entre ambas as fases.

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, previsto no âmbito do Eixo 4 do Quadro Comunitário de Apoio para Portugal 1994-1999, apresentava como objectivos estratégicos:

- o Reforço da coesão do território regional e melhoria da qualidade de vida, traduzindo a vertente de actuação ao nível local;
- o Incremento da competitividade da economia regional;
- o Dinamização da estrutura produtiva.

Os objectivos específicos definidos no PORLVT (2000-2006) consistem em:

- o Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local;
- o Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das subunidades regionais;
- o Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região.

QUADRO 1-7: INTERACÇÃO ENTRE OBJECTIVOS DO PORLVT (1994-1999) E OBJECTIVOS DO PORLVT (2000-2006)

OBJECTIVOS DO PORLVT (1994-99) OBJECTIVOS DOS EIXOS DO PORLVT (2000-2006)	Reforço da coesão do território regional e melhoria qualidade de vida	Incremento da competitiv. da economia regional	Dinamiz. da estrutura produtiva	Melhorar o ambiente e os sistemas de saneam. básico	Desenvolver e qualificar as áreas acessibil. e transportes	Incrementar a dotação de equipam. culturais	Incrementar a oferta de infraestrut. apoio a act. produtiva	Valoriz. património e renovação urbana	Dinamização empres. e promoção do potencial endógeno da região	Desenvolver estudos e/ou projectos e Assist. Técnica
Reforçar a coesão reg., melhorando a qualidade de vida da população e o desenv. Local										
Obj. Específico 1										
Obj. Específico 2										
Obj. Específico 3										
Obj. Específico 4										
Obj. Específico 5										
Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das subunidades regionais										
Obj. Específico 1										
Obj. Específico 2										
Obj. Específico 3										
Obj. Específico 4										
Obj. Específico 5										
Promover equidade territ. e incentivar desenv. potencial humano e empres., no sentido de fortalecer a competitiv. e sustent. económica e social da região										
Obj. Específico 1										
Obj. Específico 2										
Obj. Específico 3										
Obj. Específico 4										
Obj. Específico 5										
Obj. Específico 6										
Obj. Específico 7										
Obj. Específico 8										
Obj. Específico 9										
Obj. Específico 10										
Obj. Específico 11										

Legenda:

Continuidade moderada entre o PORLVT (1994-1999) e o PORLVT (2000-2006)

Continuidade forte entre o PORLVT (1994-1999) e o PORLVT (2000-2006)

Nota: Como se pode observar, não foi possível identificar uma estrutura em árvore entre os objectivos do PORLVT (1994-1999) e os eixos de intervenção, pelo que se optou por utilizar os objectivos e os eixos de intervenção deste PORLVT, resultantes do exercício de coerência interna da avaliação intercalar.

47. O PORLVT (2000-2006) foi bastante mais abrangente do que o PORLVT anterior, seja em termos da definição de novos objectivos, seja no alargamento do âmbito daqueles que anteriormente já eram considerados.
48. O PORLVT (1994-1999) incidiu, de forma expressiva, em acções relacionadas com o desenvolvimento e qualificação das acessibilidades e transportes (que apresentam forte interacção com objectivos específicos definidos nos eixos estratégicos 1, 2 e 3 do novo PORLVT), com a melhoria do ambiente – tendo sido o saneamento básico uma das principais apostas do antigo PORLVT – com o aumento da dotação de equipamentos culturais (ambos com forte interacção com o eixo estratégico 1 do novo PORLVT) e, apesar de com menos intensidade, na melhoria da envolvente empresarial (que de certa forma se interliga com o objectivo geral do estratégico 3 do novo PORLVT).

Deste modo, o PORLVT (1994-1999) privilegiou, sobretudo, a coesão do território regional e a promoção da qualidade de vida das populações, o que se interliga, na sua maioria, por um lado, com o objectivo global associado ao eixo prioritário 1 do PORLVT (2000-2006) – Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local, o qual abrange preocupações como a dotação de equipamentos e infra-estruturas que satisfaçam as necessidades das populações e a recuperação do património ambiental e por outro lado, relaciona-se também com o eixo prioritário 2 do PORLVT (2000-2006) – Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das subunidades regionais, nomeadamente nos domínios de reforço do equilíbrio do sistema urbano regional.

49. No entanto, apesar de os referidos aspectos se assumirem como relações de continuidade entre o PORLVT (1994-1999) e os eixos prioritários 1 e 2 do PORLVT (2000-2006), os eixos do PORLVT actual são bastante mais abrangentes na definição dos seus objectivos específicos, dado que consideram aspectos como a qualificação do potencial humano no eixo prioritário 1 e a promoção da igualdade de oportunidades e das qualificações da população no eixo prioritário 2, as quais não são preocupações muito aprofundadas no PORLVT (1994-1999).
50. As relações de continuidade do PORLVT (1994-1999) face ao PORLVT (2000-2006) surgem, portanto, nos domínios da coesão do território regional, reforço do equilíbrio do sistema urbano regional, dotação em infra-estruturas e equipamentos, acessibilidades intra e inter-regionais incentivando, por estes meios, a melhoria da qualidade de vida das populações, e nos domínios de preservação dos valores ambientais e patrimoniais, com reflexos no incentivo ao turismo e na melhoria das condições de promoção do potencial endógeno.

Assim sendo, detectam-se relações de continuidade entre os objectivos estratégicos dos PORLVT (1994-1999) e os eixos prioritários 1 e 2 do PORLVT (2000-2006), apesar do novo PORLVT ser, nos respectivos eixos, bastante mais abrangente na definição de objectivos, dado os domínios agora contemplados englobarem novas preocupações anteriormente pouco focadas como as relacionadas com a promoção do potencial humano.

51. O eixo prioritário 3 do PORLVT (2000-2006) apresenta um objectivo global – promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região – que contempla domínios numa óptica que se aproxima mais da definição de objectivos inovadores, dado que incidem sobre domínios anteriormente não (ou muito pouco) abordados. A este facto, deve-se a fraca incidência do PORLVT (1994-1999) em domínios como a agricultura e pescas (que são alvo de tratamento directo nos objectivos específicos do eixo prioritário 3 do novo PORLVT), os recursos humanos (também abordados no eixo prioritário 3 do novo PORLVT e cuja forma de tratamento no antigo PORLVT se tinha restringido à melhoria na dotação de equipamentos nas áreas do ensino, desporto escolar e cultura) e a incidência na garantia de uma prestação adequada e eficiente dos cuidados de saúde.
52. A consolidação da estrutura social e o aperfeiçoamento e modernização da gestão do território são domínios com respostas dadas pelo PORLVT (1994-1999), também muito limitadas, podendo no entanto, ser considerados efeitos indirectos sobre estes domínios decorrentes de acções enquadradas na medida 1 do sub-programa C – Dinamização regional – designadamente através da realização de seminários e colóquios, do apoio a serviços às empresas, da implementação de acções de contacto com os mercados, com vista a aumentar a competitividade empresarial, preocupação esta que complementarmente com a promoção da sustentabilidade económica e social da região, continua é aprofundada no eixo prioritário 3 do PORLVT (2000-2006).
53. Efectuando uma análise mais fina, ao nível dos **sub-programas/medidas**, verifica-se que O PORLVT (2000-2006) considera, na sua definição, medidas que no PORLVT (1994-1999) não estavam contempladas. O PORLVT actual estabelece uma intervenção muito mais directa no domínio da promoção da valorização do potencial humano, nomeadamente ao nível da melhoria de qualificações, acções de reconversão profissional, promoção da empregabilidade de grupos mais desfavorecidos, acções de formação que promovam a adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações, entre outros aspectos, bem como no domínio da saúde.

54. O novo PORLVT define, também, uma intervenção directa no domínio da agricultura e pescas (que agora são alvo de intervenção decorrente de medidas específicas), bem como no domínio do fortalecimento da sustentabilidade económica e promoção da competitividade da região, cujos maiores impactos no PORLVT anterior decorriam da realização de intervenções da medida 1 do subprograma C, associada à promoção da actividade económica, e que no actual PORLVT são tornadas mais abrangentes ao nível da dinamização regional e incentivos à competitividade empresarial, nomeadamente através de projectos de generalização de tecnologias de informação e comunicação e da promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento.
55. As linhas de continuidade mais marcantes entre o PORLVT antigo e o PORLVT actual esboçam-se ao nível das medidas de acessibilidades e transportes, protecção e valorização ambiental e patrimonial, reforço do sistema urbano e melhoria de condições propícias à valorização turística.

Deste modo, da análise efectuada as relações de continuidade e de “adicionalidade” entre o PORLVT (1994-1999) e o PORLVT (2000-2006), encontram-se articuladas na matriz em baixo colocada, e podem ser sistematizadas da seguinte forma:

- Áreas continuadas;
- Acessibilidades e transportes;
- Protecção e valorização ambiental e patrimonial;
- Melhorias das condições de valorização turística;
- Reforço do sistema urbano;
- Áreas aprofundadas;
- Melhoria da envolvente empresarial;
- Fortalecimento da competitividade e sustentabilidade económica e social da região;
- Melhoria das infra-estruturas de ensino e de desporto;
- Novas áreas abordadas (áreas sem intervenção ou alvo de intervenção indirecta no PORLVT anterior);
- Potencial humano: formação, qualificações e empregabilidade;
- Sociedade de Informação;
- Modernização das Pescas;

- Modernização da actividade agrícola;
 - Saúde.
56. O subprograma A e a medida 1 do subprograma B do PORLVT (1994-1999) orientam-se para acções relacionadas com as acessibilidades e transportes, as quais continuam a ser alvo de incidência no PORLVT mais actual, designadamente através da prossecução das medidas 1.1. e 3.17.
57. No que diz respeito ao domínio da protecção ambiental e patrimonial, abordado no subprograma A e na medida 2 do subprograma B do PORLVT anterior, detecta-se uma continuidade no PORLVT actual através das acções previstas na medida 1.2. e na medida 3.18. A valorização e protecção dos recursos ambientais e patrimoniais interligam-se com a melhoria das condições de valorização turística, as quais se encaixam nos objectivos associados ao subprograma A e com a medida 3 do subprograma B do antigo PORLVT , e que são, também, alvo de abordagem na medida 3.10 e 2.3. do actual PORLVT , apesar de o serem de forma mais aprofundada, devido, nomeadamente ao facto de visarem desenvolver projectos de aproveitamento do potencial turístico no contexto de promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento (medida 3.10) e de pretenderem apostar em novos segmentos de mercado (medida 2.3), entre outros aspectos.
58. As medidas 1.5 e 3.18. do novo PORLVT abrangem tipologias de projectos de revitalização urbana que se enquadram com as preocupações de recuperação de áreas urbanas e industriais degradadas expressas no subprograma A e na medida 3 do subprograma B, apesar do novo PORLVT desenvolver, através de medidas como a 1.5 e a 2.1., acções complementares às actuações previstas no PORLVT anterior, tais como a promoção de projectos específicos de requalificação económica territorial de modo a viabilizar a utilização pelas actividades económicas, entre outros aspectos.
59. O subprograma A do antigo PORLVT prevê a melhoria da dotação em equipamentos de desporto, o que é alvo de uma intervenção mais alargada na medida 3.16. do novo PORLVT . A medida 3.8 do novo PORLVT referente a infra-estruturas de ensino continua com as preocupações expressas ao nível do fornecimento de equipamentos no âmbito do ensino básico previstas no subprograma A do antigo PORLVT , apesar do novo PORLVT desenvolver uma área de actuação muito mais alargada e aprofundada no domínio do ensino do que o seu antecessor, abarcando não só actuações ao nível das infra-estruturas muito mais vastas, mas também áreas inovadoras, tais como, acções de formação profissional para qualificar recursos e promover a empregabilidade e a inserção profissional, reconversão profissional destinada a trabalhadores menos qualificados, fomento da integração profissional de grupos com

necessidades especiais de acesso ao mercado de trabalho, promoção do espírito empresarial nas pessoas desempregadas, aproximação das qualificações e capacidades técnicas às exigências empresariais, entre outros aspectos.

QUADRO 1-8: MATRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE SUBPROGRAMAS/MEDIDAS DO PORLVT (1994 -1999) E O PORLVT (2000-2006)

PORLVT (1994-1999)	Subprograma A	Subprograma B			Subprograma C	
		Medida 1	Medida 2	Medida 3	Medida 1	Medida 2
PORLVT (2000-2006)						
Medida 1.1						
Medida 1.2						
Medida 1.3						
Medida 1.4						
Medida 1.5						
Medida 1.6						
Medida 2.1						
Medida 2.2						
Medida 2.3						
Medida 2.4						
Medida 3.1						
Medida 3.2						
Medida 3.3						
Medida 3.4						
Medida 3.5						
Medida 3.6						
Medida 3.7						
Medida 3.8						
Medida 3.9						
Medida 3.10						
Medida 3.11						
Medida 3.12						
Medida 3.13						
Medida 3.14						
Medida 3.15						
Medida 3.16						
Medida 3.17						
Medida 3.18						
Medida 3.19						
Medida 3.20						
Medida 3.21						
Medida 3.22						

Legenda:  Áreas continuadas  Áreas aprofundadas  Novas áreas

60. Os objectivos relacionados com a melhoria da envolvente empresarial e com o fortalecimento da competitividade e sustentabilidade económica e social da região são bastante mais aprofundados no PORLVT actual comparativamente com o seu antecessor. O PORLVT antigo contemplava, nomeadamente através da medida 1 do subprograma C, acções destinadas a promover a criação de um enquadramento favorável às empresas, apoio a centros de inovação e a promoção da visibilidade externa da região através da realização de encontros, seminários e exposições. Estes aspectos foram alvo de continuidade no PORLVT actual (nomeadamente através da medida

1.3.), sendo, no entanto, a intervenção nestas áreas complementada e aprofundada por acções contempladas na medida 3.10. do novo PORLVT , nomeadamente através da promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento, da melhoria da envolvente empresarial, modernizando as infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação, entre outros aspectos.

61. As medidas consideradas de cariz mais inovador no PORLVT (2000-2006), por abrangerem áreas de actuação não contempladas ou áreas que recebiam efeitos decorrentes de intervenções noutras áreas, assumindo-se portanto como áreas de intervenção muito pouco directas, incidem na promoção do potencial humano, formação, capacidades técnicas, empregabilidade que, tal como já foi mencionado, foram alvo de uma intervenção muito mais directa e abrangente no novo PORLVT, nomeadamente através das medidas 1.4, 2.4., 3.1, 3.2., 3.3., 3.4, 3.5, 3.6, 3.7. e 3.8.. A área de saúde é alvo da definição de objectivos específicos na medida 3.19. do novo PORLVT, contrastando portanto com o anterior PORLVT . Por outro lado, o novo PORLVT concede também grande ênfase, comparativamente com o PORLVT anterior, a medidas direccionadas para o domínio da sociedade da informação, designadamente através das medidas 3.11., 3.12., e 3.13.

A agricultura e as pescas também não são alvo de uma intervenção directa no PORLVT antigo, o que contrasta com o PORLVT (2000-2006), através da definição das medidas 3.15 e 3.14.

2. UMA SÍNTESE DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INTERCALAR: PRINCÍPIOS ORIENTADORES, DESENHO METODOLÓGICO E MODELO ORGANIZACIONAL

62. Este capítulo do Relatório Central da Avaliação Intercalar do PORLVT é dedicado à apresentação de uma síntese dos princípios, metodologia e programa de trabalhos da avaliação que se encontra desenvolvida de forma detalhada num volume autónomo (ver *volume 3 A operacionalização da avaliação intercalar princípios orientadores, desenho metodológico e modelo organizacional*) e aborda sequencialmente os princípios orientadores da avaliação de programas e políticas públicas (2.1.), a concepção das intervenções financiadas pelos fundos estruturais como exercícios de política económica e as questões chave de avaliação (2.2.), a metodologia de avaliação intercalar do PORLVT (2.3.) e o sistema de informação de suporte à avaliação do programa (2.4.).

2.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

63. Os desafios actuais colocados às políticas públicas têm vindo a acentuar a relevância de um adequado tratamento da complexidade, dos problemas, necessidades, oportunidades e ameaças a enfrentar, da qualidade, dos instrumentos, soluções e iniciativas a utilizar ou desenvolver, e da sustentabilidade intertemporal e interdimensional, dos resultados, efeitos e impactos a produzir ou controlar.
64. O tempo das políticas públicas do presente encontra-se cada vez mais distante de um tempo anterior caracterizado por respostas prioritariamente quantitativas a problemas predominantemente simples, organizadas num horizonte temporal limitado e num quadro de sistemas relativamente fechados (nomeadamente no que respeita às articulações entre o económico, o social e o ambiental).
65. O sector público tem manifestado, nos anos mais recentes, uma tendência reformista no sentido da passagem de uma visão administrativa a uma óptica de gestão. O “new public management”

(OCDE, 1994¹) incide especialmente na qualidade dos serviços prestados, na introdução de indicadores e medidas de desempenho, na integração dos princípios da competitividade e no uso eficaz e eficiente dos recursos mobilizados. É no quadro deste novo modo de entender a administração pública, cujas orientações e estratégias traduzem claramente os ensinamentos do sector privado, que a avaliação de políticas, de programas e de projectos desenvolvidos na base de recursos públicos ganha uma relevância crescente.

66. Não tem sido fácil, contudo, implementar uma cultura de avaliação. Este exercício tem gerado muitas resistências, sendo entendido frequentemente como um tributo a pagar pelos apoios financeiros. Esta relutância parece decorrer, por um lado, do facto de, por esta via, ser restringida a margem de manobra dos agentes responsáveis pelas políticas, programas ou projectos e deles se sentirem expostos e vulneráveis perante uma apreciação exterior que inevitavelmente lhes condiciona a liberdade de acção. Por outro lado, e porque se trata de uma prática relativamente recente, os exercícios de avaliação têm reproduzido, em larga medida, os ensinamentos oriundos de dois domínios em que há longo tempo se desenvolve este tipo de procedimentos – o ensino e a saúde, prevalecendo uma óptica de “passagem/reprovação” ou de “saudável/doente”, ou seja, a avaliação tem correspondido, em muitos casos, a juízos finais sobre acções.
67. Apesar de os agentes (públicos e privados, gestores e beneficiários) se mostrarem cada vez mais sensibilizados para a mais valia das avaliações e de serem cada vez mais as referências ao facto das intervenções públicas, por um lado, utilizarem recursos que os cidadãos e os agentes económicos e sociais disponibilizam e relativamente aos quais “exigem, de forma cada vez mais explícita e generalizada, contrapartidas efectivas em termos de bens e serviços a que atribuam interesse colectivo” e, por outro lado, integrarem “formas organizativas nas quais os cidadãos e os agentes económicos e sociais desejam participar”⁽²⁾, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de multiplicar o valor acrescentado destes exercícios. Este percurso passa pelo desenvolvimento de três dimensões que constituem, a base do salto qualitativo que os estudos de avaliação devem dar no sentido de fortalecerem o seu reconhecimento, promovendo a sua utilidade social.
- A **identificação do interesse colectivo**. A noção de interesse colectivo corresponde basicamente ao conjunto de necessidades e problemas em torno dos quais existe um consenso da comunidade, devendo idealmente constituir o centro dos objectivos das políticas e programas que mobilizam

¹ OCDE (1994), La gestion des performances dans l’administration: mesures des performances et gestion axées sur les resultants, Public Management Service (PUMA), Paris.

² Citações de Comissão de Gestão do QCA III, Guia para a Avaliação do QCA III, 2001, p.7

recursos públicos. A ideia ampla de interesse geral consagrada no Tratado de Amesterdão (art. 7D) ajuda a consubstanciar o conceito, ligando-o à concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos e ao desenvolvimento do modelo democrático europeu, configurado, apesar das especificidades nacionais, regionais e locais, no quadro de um importante conjunto de valores partilhados que se sobrepõe ao interesse imediato e individual.

- **A abertura a uma efectiva participação dos agentes e actores.** A avaliação de políticas, de programas ou de projectos só atinge plenamente os seus objectivos se der lugar a exercícios de auto-avaliação conduzidos de modo rigoroso e objectivo. Na realidade, o rumo das acções só é corrigido quando o “timoneiro” acredita que existe um percurso mais adequado do que aquele que vinha seguindo. Para atingir essa meta, a avaliação deve constituir-se como uma oportunidade privilegiada de participação e de debate que garanta a todos os *stakeholders* a possibilidade de apresentarem as suas razões e argumentos, de obterem informação e de influenciarem o sentido da mudança (Maria Angeles Diez, 1999 ⁽³⁾). Cada vez mais se torna claro que os processos que conduzem ao acréscimo da eficácia das acções não residem na imposição de modelos e normas, mas sim na negociação, na cooperação e na reciprocidade.
- **A valorização da aprendizagem associada ao processo de avaliação.** A avaliação não deve ter apenas como horizonte um capítulo final, semelhante à foz onde desagua a água de um rio, que normalmente se designa “conclusões e recomendações”. Indo ao encontro das soluções encontradas no campo da educação, os avaliadores não podem encarar-se ou ser entendidos como os detentores da verdade, por isso, para além da participação, devem valorizar igualmente os processos de aprendizagem baseados numa permuta de saberes entre aqueles que estão no terreno a executar uma acção concreta, os que definem as estratégias e as regras e os que aplicam conceitos e metodologias para avaliar as estratégias, as regras e as acções. É na base desse intercâmbio que se constroem novos saberes e que se dá lugar à inovação. A avaliação não deve ser uma lição, mas, em vez disso, um exercício de organização e sistematização de dados e de saberes sobre os quais promove uma reflexão, tendo como base de partida um conjunto articulado e coerente de princípios, conceitos e métodos e como meta a identificação de caminhos mais adequados para garantir o “*social betterment*” (Gary Henry, 2000 ⁽⁴⁾).

³ Maria Angeles Diez (1999), “How to improve evaluation practice? From traditional to participatory evaluation”, Regional Studies Association International Conference – Regional Potentials in an Integrated Europe, Bilbao.

⁴ Gary HENRY (2000), “Using evaluation findings for policy: a realist perspective”, European Evaluation Society - Fourth Conference, Lausanne.

2.2. A CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS COMO EXERCÍCIOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E AS QUESTÕES CHAVE DE AVALIAÇÃO

68. Os serviços da Comissão organizaram um conjunto de documentos de trabalho de natureza metodológica ⁵ onde o alcance e conteúdo dos trabalhos de avaliação são desenvolvidos em extensão e profundidade, constituindo, obviamente, um elemento central no quadro de referência para a metodologia de trabalhos a desenvolver.

2.2.1. A concepção das intervenções financiadas pelos fundos estruturais como exercícios de política económica

69. O quadro fixado para os trabalhos de avaliação deve ser enquadrado, em termos mais gerais, nas ferramentas conceptuais da metodologia da política económica ⁽⁶⁾, consolidando uma abordagem em termos de uma **lógica depurada na articulação entre meios e fins**, através de escolhas optimizadas por critérios de eficiência e eficácia (envolvendo modelos adequados de afectação de recursos e especialização de responsabilidades), por um lado, e em termos de uma **lógica de coerência ou consistência das intervenções**, traduzida na utilização de instrumentos equilibrados com a ambição dos objectivos pretendidos, por moderação/elevação dos objectivos face à escassez/abundância de instrumentos.

70. A preparação, decisão, execução e avaliação de programas e políticas públicas pode e deve, neste quadro, valorizar duas lógicas diferenciadas, privilegiando, alternadamente, os dois pólos referidos, isto é:

- uma **lógica descendente (“top-down”)**: caminho hierárquico de desagregação e decomposição dos grandes fins e objectivos a prosseguir, através da organização coerente de um desdobramento rigoroso numa sequência descendente relacionando objectivos globais, objectivos específicos e objectivos operacionais;
- uma **lógica ascendente (“bottom-up”)**: caminho de coordenação, convergência e reunião dos meios, recursos financeiros, humanos, técnicos e organizacionais (inputs), na produção de resultados

⁵ Veja-se, nomeadamente, MEANS (1998), Evaluation of Socio-economic Programmes: Selecting and Using Indicators for Monitoring and Evaluation, MEANS Collection Vol. 2, Outubro e Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa, Novo período de programação 2000-2006: Documentos de trabalhos metodológicos - documentos de Trabalho nº 1 a 3.

⁶ Nomeadamente nos desenvolvimentos da contribuição fundadora de Jan Tinbergen.

(outputs) e, através de mecanismos mais directos ou indirectos, mais curtos ou mais longos (efeitos directos, indirectos e induzidos), de impactos (parciais/específicos ou globais) nos objectivos/fins prosseguidos.

71. A adopção destas orientações implica necessariamente uma reflexão aprofundada sobre o seu conteúdo e a forma de o operacionalizar, prática que deve estar presente nos diversos passos que compõem o exercício de avaliação, e que claramente se assume no presente exercício. A abordagem metodológica a adoptar deve, neste contexto, articular-se com uma concepção da função de avaliação capaz de :

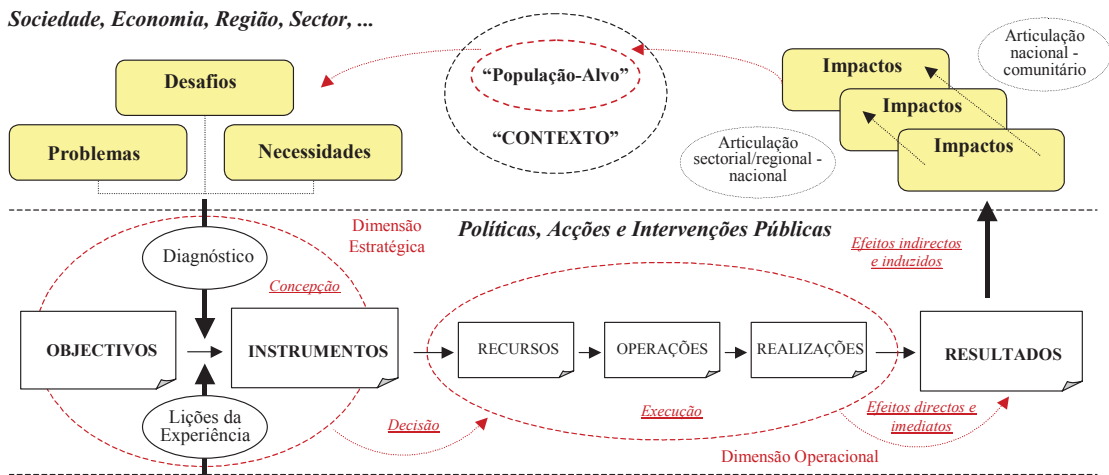
- responder às exigências de, através da pluridisciplinaridade científica e técnica das abordagens e instrumentos utilizados, de **rigor e objectividade**, através da construção de indicadores adequados aos diferentes planos da avaliação (nomeadamente no que respeita aos processos de “medição” das realizações, resultados, efeitos, impactos e desempenho ou performance, de comparação do planeado com o observado e de articulação entre momentos “ex-ante”, “on-going” e “ex-post”);
- contribuir de forma **útil** para o processo permanente de mudança da população-alvo, traduzido na respectiva capacitação, progresso e desenvolvimento, através, nomeadamente, da produção de informação e de processos de comunicação, apoio à reflexão e concertação estratégicas e à mudança organizacional e cultural dos agentes envolvidos, isto é, de contribuir para o reforço da capacidade de aprendizagem e inovação de um sector ou de uma região, de uma economia ou de uma sociedade, de acordo com as características e dimensões da intervenção em causa.

72. A sequência lógica das intervenções financiadas por fundos da União Europeia segue, em geral, o esquema apresentado na Figura 2-1 em que se articula o nível das **políticas acções e intervenções públicas** com o contexto e população-alvo, **sector, região, economia, sociedade** sobre os quais a intervenção se desenvolve.

A sequência lógica representada na figura, para além de evidenciar a ligação entre os desafios-problemas-necessidades e a estratégia seguida pelo programa e entre os recursos das intervenções e as realizações e, subsequentes resultados e impactos, serve ainda como base para proceder à explicitação do relacionamento das realizações, resultados e impactes com as várias categorias de objectivos definidos (ver Figura 2-2):

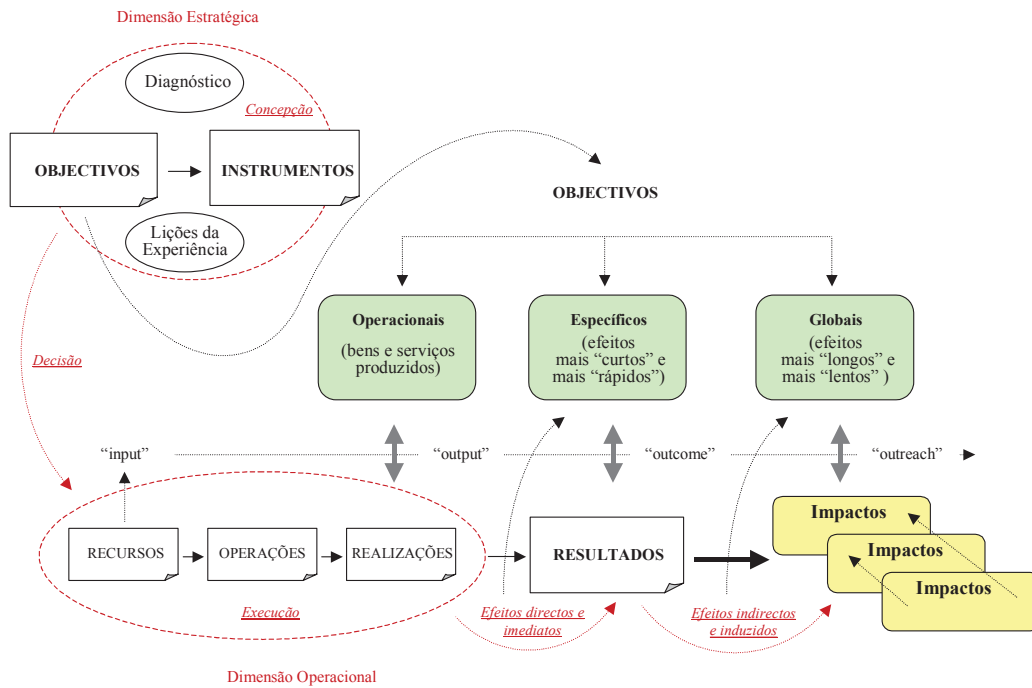
- os objectivos operacionais são expressos em termos de realizações;
- os objectivos específicos são expressos em termos de resultados;
- os objectivos globais são expressos em termos de impactos.

FIGURA 2-1: SEQUÊNCIA LÓGICA DAS INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS



Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

FIGURA 2-2: O CICLO DE VIDA DO PROGRAMA E A SEGMENTAÇÃO DOS SEUS OBJECTIVOS



Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

2.2.2. Questões chave de avaliação e o papel específico das avaliações intercalares

73. Os exercícios de avaliação devem responder a um conjunto de questões fundamentais (ver Figura 2-3) e integram-se num ciclo global de programação, que cobre o diagnóstico, a concepção, a decisão, a execução e a avaliação, onde se tornou corrente distinguir entre três momentos diferenciados, isto é, a avaliação ex-ante, avaliação intercalar e a avaliação ex-post.

FIGURA 2-3: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E INTERVENÇÕES PÚBLICAS

Relevância

Em que medida o diagnóstico dos problemas, necessidades e desafios (ameaças – oportunidades) adere às realidades da “população-alvo” e aos contornos e tendências do respectivo “contexto” social, económico e institucional ?

Pertinência

Em que medida são os objectivos da intervenção pertinentes para as necessidades da “população-alvo”, no quadro da consideração das “lições da experiência”, e para as prioridades, num contexto em evolução, aos níveis nacional e da UE ?

Coerência

Estão garantidas condições de exequibilidade ou consistência da estratégia adoptada, nomeadamente ao nível das soluções de afectação, especialização e coordenação de meios (intra-programa e inter-programas) e ao nível da hierarquia, complementaridade e articulação convergente dos objectivos prosseguidos ?

Eficiência

De que modo são os recursos transformados em realizações ou resultados? Que indicações fornece a comparação entre “custos” e “benefícios” para as decisões relativas a afectações alternativas de recursos ?

Qual o grau de penetração das medidas, acções e projectos nos diferentes segmentos relevantes dos destinatários (“população-alvo”) ?

Eficácia

Até que ponto contribuiu a intervenção para alcançar os seus objectivos específicos e globais? Qual a dimensão das sinergias e efeitos internos e externos do programa em termos de “valor acrescentado” sectorial, regional, nacional e comunitário ?

Utilidade

A intervenção teve impacto na populações-alvo, em relação às suas necessidades e problemas ? Como compara a “situação de chegada” da “população-alvo” com a “situação de partida” do programa (ou, no plano intercalar, as situações intermédias conhecidas ou estimadas) ?

Sustentabilidade

É possível identificar e quantificar as grandes mudanças e efeitos estruturais “produzidos” pelo programa ?

Em que medida se pode esperar que as alterações (ou benefícios) perdurem após a conclusão da intervenção?

A realização do programa configura uma experiência institucional de aprendizagem colectiva com influência futura ?

Sistema de gestão e acompanhamento

O quadro organizativo e de relacionamento institucional é adequado (definição e hierarquia de responsabilidades, circuitos de gestão, quadro normativo, selecção de projectos, parceria)?

O sistema de controlo é eficaz?

O Sistema de informação responde de forma adequada às necessidades da gestão?

Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

74. O conteúdo e a utilidade de cada um destes tipos de avaliação são, também eles, claramente diferenciados, constituindo a avaliação ex-ante um momento privilegiado de focalização nas questões relativas à pertinência e coerência desempenhando um papel relevante na montagem dos sistemas de indicadores e na respectiva qualidade e fiabilidade, enquanto a avaliação ex-post desempenha um papel relevante na medição do grau de concretização dos objectivos num horizonte que permita esclarecer não só as questões da utilidade, como da sustentabilidade (de algum modo a lógica da prestação de contas arrasta uma maior valorização da eficácia).
75. A **avaliação intercalar**, embora se situe, no tempo, entre a avaliação ex-ante e a avaliação ex-post, não constitui uma espécie de meio termo mas, antes, um exercício dotado de autonomia própria com um papel de validação de aspectos da avaliação ex-ante e de antecipação de aspectos da avaliação ex-post, sendo, talvez de todos os três exercícios o que contempla todas as grandes dimensões de análise (pertinência, coerência, eficiência, eficácia, sustentabilidade e utilidade) embora a um nível sempre limitado. A avaliação intercalar pode desempenhar ainda um papel relevante nas melhorias, adaptações e correcções “on-going”, contribuindo, desse modo, para a optimização da execução das intervenções.
76. A natureza da avaliação intercalar é bem apresentada, neste sentido, num documento de trabalho da Comissão ⁷, pelo que parece útil recordar algumas ideias chave nele fixadas sobre a natureza das avaliações intercalares:
- “A avaliação intercalar não constitui uma **finalidade em si mesma** mas sim uma medida destinada a melhorar a qualidade e a pertinência da programação”;
 - “A avaliação intercalar fornece um contributo essencial para a **revisão intercalar** e está correlacionada com a **reserva de eficiência**”;
- “A avaliação intercalar deverá incidir nos principais elementos da programação já examinados no âmbito da avaliação ex-ante no intuito de verificar a respectiva **pertinência**, determinar os resultados provisórios e analisar os **impactos** considerados como **prováveis**”;
77. “Os **elementos fundamentais** a considerar em matéria de **avaliação intercalar** são, pois, os seguintes: (i) Resultados da avaliação anterior; (ii) Validade da análise dos pontos fortes, pontos fracos e potencialidades; (iii) Pertinência e coerência da estratégia; (iv) Quantificação dos objectivos – Realizações físicas, resultados e impactos; (v) Eficácia e eficiência até à data considerada e impactos socioeconómicos esperados; avaliação da medida e da afectação dos

⁷ “Avaliação Intercalar das intervenções dos Fundos Estruturais”, Documento de trabalho metodológico n.º 8, de 5 de Dezembro de 2000.

recursos financeiros; (vi) Qualidade dos sistemas de execução e acompanhamento; (vii) Resultados relativos aos indicadores estabelecidos para a reserva de eficiência”;

78. “Os primeiros três elementos enumerados supra conduzirão a um exame da **adequação da estratégia da programação**. O **essencial da avaliação** consistirá, contudo, em apreciar até que ponto a forma de intervenção se revela realmente eficaz, tendo em conta a sua pertinência, assim como a eficácia e eficiência da sua execução”.
79. O quadro conceptual apresentado permite situar com clareza a diferença qualitativa dos exercícios de avaliação relativos quer à dimensões de pertinência, quer às dimensões de utilidade e sustentabilidade, que valorizam necessariamente o **médio-longo prazo** e moldam mais significativamente os momentos ex-ante e ex-post, respectivamente, face aos exercícios de avaliação relativos às dimensões eficiência/eficácia, que se focalizam mais no **curto-médio prazo** e moldam mais significativamente o momento da avaliação intercalar.

2.2.3. Um quadro de referência para avaliação dos indicadores

80. O **acompanhamento** da execução das intervenções e a **avaliação** do seu desempenho relativamente aos fins estabelecidos exige a utilização de um conjunto diversificado de indicadores que possam responder aos diferentes instrumentos utilizados, às diferentes medidas ou acções implementadas e aos diferentes objectivos prosseguidos por cada intervenção. O objectivo desta componente de avaliação passa por analisar o conjunto dos indicadores de quantificação dos objectivos o que pressupõe avaliar a pertinência, adequação, quantificação, fiabilidade e disponibilidade dos indicadores de contexto, recursos, realização, resultados e impactes, envolvidos na quantificação dos objectivos fixados inicialmente. De modo particular avalia-se, igualmente, a qualidade dos indicadores seleccionados para a reserva de eficiência e a respectiva fiabilidade dos procedimentos de recolha de dados.
81. O grande número e variedade de indicadores propostos, a sua utilização com finalidades diversas – por exemplo: indicadores de contexto ou indicadores do programa (recursos, realização, resultados e impactes), de acompanhamento ou avaliação, do projecto, da acção da medida do eixo ou do programa, afectos ou não à reserva de eficiência – a que se acrescentam os indicadores específicos para o acompanhamento dos objectivos da competitividade e coesão⁸, os

⁸ Ver, por exemplo, o Segundo Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social - COM(2003) 34 final-Bruxelas,30.1.2003.

indicadores estruturais adoptados pela Comissão Europeia⁹ e os indicadores avançados para a análise do Valor Acrescentado Comunitário, entre outros, sugere que se clarifiquem conceitos e tipologias e se estabeleçam prioridades e critérios de hierarquização dos indicadores sem os quais o elevado número e diferentes tipologias definidas poderia tornar inviável o objectivo dos utilizar enquanto ferramenta fundamental de apoio à gestão e avaliação do PO.

82. A necessidade de uma clarificação no tema dos indicadores foi, aliás, acolhida no Comité para o Desenvolvimento e Reconversão das Regiões, realizado em 21 de Novembro de 2002 que, na sequência dos Comités dos vários Fundos, aceitou a redução do número de indicadores, nomeadamente nos programas de pequena dimensão. Considerando igualmente a complexidade do tema específico “indicadores”, a Comissão de Gestão do QCA, elaborou uma nota de orientação complementar sobre a natureza diversa dos indicadores definidos na fase de programação das intervenções e que permite situar os vários grupos de indicadores¹⁰.
83. Na metodologia subjacente a esta avaliação intercalar¹¹, em termos de tipologias dos indicadores, importa começar por distinguir entre **indicadores de contexto** e **indicadores do programa**. Os primeiros fazem parte integrante do processo de programação e devem procurar reflectir as disparidades, atrasos e potencialidades de desenvolvimento da região e fornecem um suporte para:
- as análises socioeconómicas subjacentes à estratégia do programa;
 - o acompanhamento do contexto geral do programa;
 - a implementação e fixação dos objectivos quantificados;
 - a avaliação dos impactos socioeconómicos do programa.
84. Os **indicadores do programa**, por seu lado, têm como objectivo acompanhar a execução e avaliar o desempenho do programa relativamente aos objectivos estabelecidos e estão associados aos principais níveis de programação:
- **indicadores de recursos (“input”)** referem-se ao orçamento atribuído a cada nível da intervenção. Os indicadores financeiros são utilizados para acompanhar os progressos em termos de autorização e de pagamento dos fundos disponíveis para cada operação, em relação ao seu custo elegível;

⁹ Indicadores Estruturais - COM(2001) 619 final-Bruxelas,30.10.2001.

¹⁰ Comissão de Gestão do QCA (2003), QCA 2000-2006 Relatório 2002.

¹¹ O quadro conceptual de base para a definição e validação dos indicadores de acompanhamento e avaliação está apresentado no Documento de Trabalho nº 3, Indicadores de Acompanhamento e Avaliação, DG Regio.

- **indicadores de realizações (“output”)** dizem respeito à actividade. São frequentemente medidos em unidades físicas ou monetárias (por exemplo, número de empresas que receberam apoio financeiro, número de postos de formação oferecidos, etc.);
 - **indicadores de resultados (“outcome”)** referem-se ao efeito directo e imediato causado por uma intervenção. Fornecem informações sobre as alterações, por exemplo, no comportamento, na capacidade ou no desempenho dos beneficiários directos. Estes indicadores podem ter um carácter físico ou financeiro (por exemplo, efeito de alavanca sobre os recursos do sector privado);
 - **indicadores de impacto (“outreach”)** referem-se às consequências da intervenção para além dos efeitos imediatos sobre os seus beneficiários directos. É possível definir dois conceitos de impacto: os impactos específicos são os efeitos que ocorrem ao fim de um determinado lapso de tempo, mas que estão directamente ligados à acção empreendida; os impactos globais são efeitos a mais longoprazo que afectam uma população mais vasta. É evidente que a medição deste tipo de impacto é complexa, sendo muitas vezes difícil estabelecer relações causais evidentes.
85. Assim, ao nível dos **indicadores de avaliação do programa** (utilizando, quer indicadores de recursos e de realização, física e financeira, quer indicadores de resultados e de impacte), deve-se procurar construir uma base suficiente para, nomeadamente:
- permitir a medida de **realizações** (sentido e intensidade da evolução das variáveis que representam objectivos operacionais das medidas ou acções), **resultados** (sentido e intensidade da evolução das variáveis que representam objectivos mais específicos e imediatos do programa) e **efeitos ou impactos** (sentido e intensidade da evolução das variáveis que representam objectivos mais gerais e mediatos do programa);
 - considerar explicitamente diferentes **mecanismos de transmissão** de influência dos projectos e medidas ao conjunto da indústria e da actividade económica, isto é, mecanismos **primários** (processos mais simples, curtos ou limitados, traduzidos em impactos directos) e **secundários** (processos mais complexos, longos ou alargados, traduzidos em impactos indirectos ou induzidos).
86. O esforço de quantificação e medição a desenvolver, nomeadamente através dos indicadores seleccionados, cobre, deste modo, diferentes níveis de análise. Com efeito, a **realização física** e a **realização financeira** verificam-se ao nível da execução da própria medida, enquanto os **resultados** se analisam ao nível dos **beneficiários directos** e dos efeitos imediatos.
- Os **impactos**, que dizem respeito aos efeitos para além dos beneficiários directos, devem ser analisados, seja numa **lógica agregativa ou vertical**, ao nível do sector, da região, da economia

nacional, seja numa **lógica temática ou transversal**, ao nível, nomeadamente, do contributo para a competitividade e para a coesão económica e social.

Em termos de conteúdo, os indicadores do programa¹² devem descrever os objectivos da intervenção em termos operacionalmente mensuráveis, ou seja, explicitar a mudança de estado provocada ou induzida pela intervenção, e expressar uma mudança positiva, verificando o alcance do objectivo desejado, em termos de quantidade, qualidade, grupo-alvo, lugar e tempo.

87. A definição dos indicadores obriga, deste modo, a verificar a viabilidade dos objectivos, o que justifica por vezes a respectiva revisão e redefinição. A cada indicador deve ter associada a respectiva **fonte de verificação** que pode ser constituída, entre outras, por fontes estatísticas regulares, inquéritos ou relatórios.

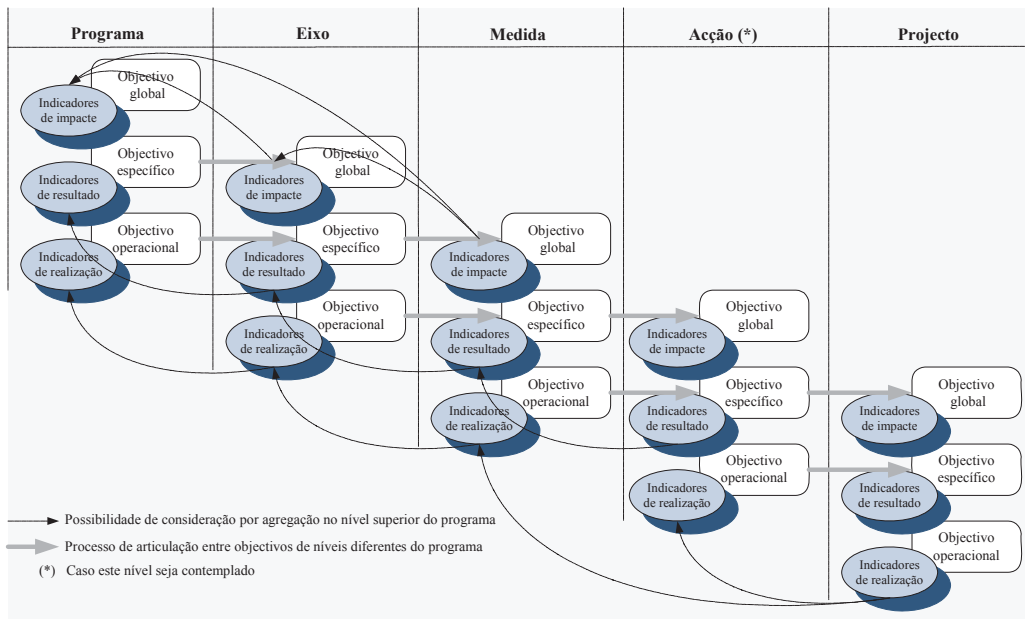
O exercício de avaliação, partindo da **unidade “medida”**, ou em algumas situações da “acção”, realiza-se, segundo diferentes perspectivas de análise: a da **execução financeira** da medida; a da **realização física** da medida; a dos **resultados** da medida (efeitos) ao nível dos beneficiários directos; a do **impacto** da medida (consequências) para além dos beneficiários directos (sector, região, economia nacional).

Os resultados da avaliação de cada medida devem ser **objecto de agregação** para a obtenção dos resultados referentes aos diversos Eixos e ao Programa globalmente considerado. Contudo, dada a natureza diversa das medidas do programa, a agregação deve ter em conta as afinidades entre medidas, nomeadamente no que respeita a objectivos, destinatários e instrumentos.

88. Na presente avaliação adoptam-se os princípios gerais relativos à utilização de indicadores, designadamente, os princípios da independência e da concentração num único indicador por objectivo, a menos que a sua natureza pouco explicativa justifique a utilização de mais do que um indicador. A figura seguinte ajuda a clarificar a hierarquia dos indicadores no âmbito da estrutura de um programa.

¹² Ver European Commission, **Project Cycle Management Handbook**, March 2002, EuropeAid Cooperation Office.

FIGURA 2-4: INDICADORES DO PROGRAMA E ARTICULAÇÃO DOS NÍVEIS DE PROGRAMAÇÃO



Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

89. O grande número de medidas incluídas numa intervenção leva frequentemente ao desenvolvimento e à quantificação de um grande número de indicadores de acompanhamento e avaliação. Esta realidade justifica a necessidade de selecção de um conjunto mais restrito de indicadores, os **indicadores chave** que, pela sua relevância e abrangência, possam representar uma aproximação e cobertura adequadas na caracterização das variáveis que correspondem aos objectivos mais importantes.
90. **Os indicadores chave** são indicadores que podem ser utilizados para fazer comparações entre programas ou medidas semelhantes. Podendo ser agregados a um nível mais elevado, estes indicadores ganham uma **importância estratégica** na avaliação no sentido em que venham a reflectir áreas prioritárias específicas de interesse comunitário.

O número de indicadores chave deve ser, de uma forma geral, pequeno, para que sejam adequados e fáceis de gerir no acompanhamento dos programas e na realização de análises comparativas ou temáticas. Os indicadores chave podem referir-se aos recursos, às realizações, aos resultados e(ou) aos impactos, podendo, aliás, servir para desenvolver, de forma simplificada, a lógica dos mecanismos de transmissão das intervenções (recursos → realizações → resultados → impactes).

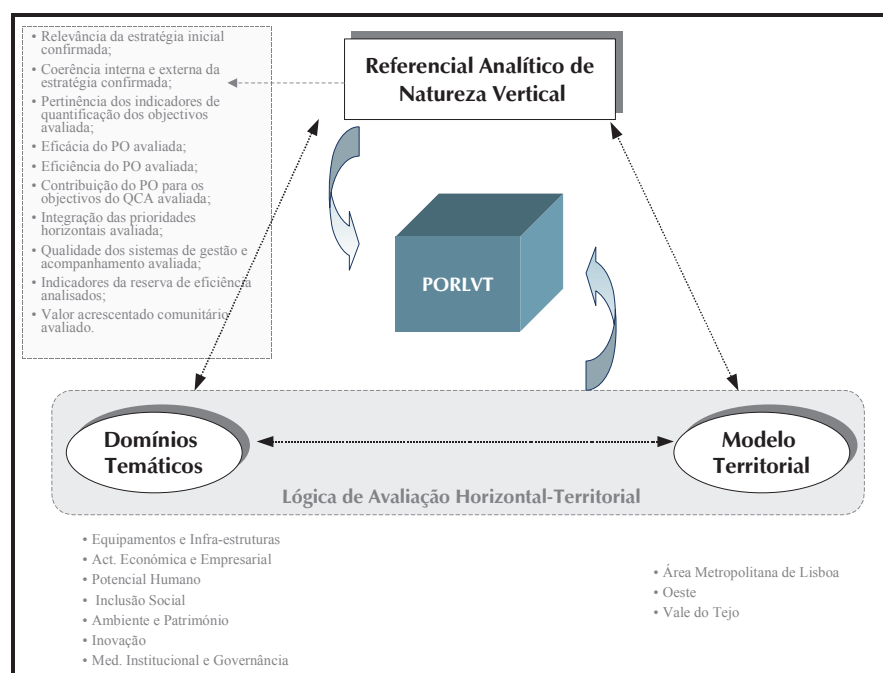
A dimensão dos estudos de avaliação tem sido enriquecida com a consagração da noção de **desempenho** (performance) como noção relevante, a um nível necessariamente agregado e assumindo um âmbito alargado, seja do ponto de vista da intervenção (ex: programa e não medida), seja do ponto de vista da análise (ex: articulação das avaliações de eficácia e de eficiência).

91. O sistema de **reserva de eficiência** pode ser ligado à noção de avaliação do desempenho que, num quadro mais vasto, se prende, também, com o aprofundamento dos sistemas democráticos em torno da ideia de “prestação de contas” (“accountability”), na medida em que constitui uma forma de virar a administração e as políticas públicas para uma lógica de satisfação das pessoas e das organizações da sociedade civil através da qualidade e dos resultados que induzem elevados níveis de satisfação (não separação entre eficiência e eficácia), em detrimento de uma lógica de oferta centrada nas realizações. Os indicadores relacionados com a avaliação do desempenho tendem a privilegiar para além da eficácia, por comparação, para os objectivos retidos, entre os valores planeados e os valores alcançados, a eficiência alcançada pelas entidades responsáveis pela intervenção, por análise da qualidade da gestão e do nível de execução financeira.
92. Esta estrutura de indicadores está em linha com a orientação assumida no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio, no sentido da adopção de um modelo de acompanhamento e avaliação centrado nos processos, nos resultados e nos efeitos das intervenções públicas apoiadas pelos fundos estruturais, estabelecendo assim uma diferença relativamente às anteriores gerações de avaliações muito centradas nas realizações físicas e financeiras mais imediata e tem como consequência:
 - i. A apresentação da avaliação da pertinência dos **indicadores de contexto** no quadro das questões da avaliação da relevância e da pertinência do Programa, em que se sistematiza uma bateria de indicadores organizada em torno de domínios temáticos de observação, definidos em função dos objectivos e prioridades horizontais explicitados à escala comunitária e nacional e considerando as características centrais da “população-alvo” e do seu contexto, reveladas a partir do diagnóstico que conduziu à elaboração da estratégia de intervenção subjacente ao Programa Operacional;
 - ii. A apresentação da avaliação da pertinência dos **indicadores do programa** no quadro das questões da avaliação da coerência do PO em que se procura responder às questões sobre a natureza dos indicadores definidos (realização, resultado e impacte), a sua relação com os objectivos globais, específicos e operacionais das medidas, eixos e programa, a fiabilidade da informação de suporte e a apreciação das metas definidas.

2.3. A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

93. Tendo em conta que o objectivo global da avaliação intercalar visa “melhorar a qualidade e a pertinência da programação, dando assim lugar a uma oportunidade de identificação de possíveis reorientações da programação que se considerem pertinentes de modo a garantir a concretização dos objectivos definidos”¹³, adoptou-se, na proposta apresentada, uma metodologia de avaliação que articula duas grandes dimensões de análise (ver Figura 2-5): a primeira, consta explicitamente do caderno de encargos e consubstancia-se num **referencial analítico de natureza vertical**, onde os vectores do exercício de avaliação se centram na análise da relevância, pertinência, coerência, eficiência, eficácia, utilidade e sustentabilidade; a segunda, assenta numa lógica de avaliação **horizontal-territorial**, em que as questões de articulação dos objectivos específicos do PORLVT com os objectivos estratégicos nacionais e comunitários aparece reforçada.

FIGURA 2-5: ABORDAGEM METODOLÓGICA PROPOSTA



Fonte: Equipa de avaliação, Metodologia de Avaliação do PORLVT

¹³ Avaliação intercalar do PORLVT, Caderno de Encargos – Cláusulas técnicas, p. 5/94

94. Esta lógica horizontal-territorial de avaliação permite uma leitura transversal do programa, centrada na preocupação de reforço da capacidade competitiva regional e da coesão económica e social inter e intra regional, seleccionando-se, para tal, um conjunto de domínios temáticos prioritários e uma leitura dos efeitos do PO efectuada a partir das diferentes sub-regiões e do seu modelo de articulação territorial.

Com esta opção pretende-se equilibrar os aspectos pragmáticos das necessidades da avaliação intercalar, nomeadamente as que relevam da preparação e fundamentação de correcções e adaptações visando a melhoria da eficiência e da eficácia, a aplicação da reserva de eficiência ou o fornecimento atempado de inputs para a avaliação global do QCA III, com os aspectos mais estratégicos, prospectivos e dinâmicos da avaliação, isto é, uma combinação coerente entre as dimensões da eficiência e da eficácia, por um lado, e da pertinência e da sustentabilidade, por outro.

95. Esta lógica complementar de avaliação permite introduzir, com efeito, categorias de observação e análise que funcionam como grelha de avaliação a aplicar em alguns objectivos específicos da avaliação intercalar e que complementam a lógica analítica ou vertical.

2.3.1. A lógica vertical de avaliação polarizada pelo ciclo de vida da intervenção

96. A articulação entre a dimensão operacional de uma intervenção pública e o espaço de referência sobre o qual esta se desenrola serve de suporte ao desenvolvimento de uma metodologia de avaliação (ver Figura 2-6) que, com vista à realização dos objectivos operacionais das diversas dimensões dos estudos da avaliação intercalar (ver Figura 2-7), se operacionaliza através da execução de um conjunto de actividades que podem ser agrupadas em quatro componentes fundamentais:

- i. Reavaliação da concepção do PO e confirmação da respectiva relevância, pertinência e coerência estratégica de programação, que inclui:
 1. Identificação do PO;
 2. Confirmar a relevância e pertinência da estratégia definida;
 3. Confirmar a coerência da estratégia definida;
 4. Analisar a pertinência dos indicadores de quantificação dos objectivos.

- ii. Articulação das dimensões de eficácia e de eficiência com base numa medição de realizações, resultados e impactos específicos no referencial da quantificação de objectivos operacionais e específicos que inclui:
5. Analisar a adesão e perfis dos promotores, a selectividade e tipologia dos projectos e a articulação, ao nível da estratégia e comportamentos, dos promotores do POface a outros instrumentos de política;
 6. Avaliar a eficiência do PO;
 7. Avaliar a eficácia do PO;
 8. Analisar os indicadores de reserva de eficiência.
- iii. Articulação das dimensões de utilidade e sustentabilidade com base numa medição de resultados e impactos globais no referencial da quantificação de objectivos globais do PO e do contributo para a realização dos objectivos do QCA, das prioridades horizontais e do valor acrescentado comunitário, que inclui:
9. Avaliar os impactos globais do programa e sua a contribuição para os objectivos do QCA;
 10. Analisar a integração das prioridades horizontais (ambiente, igualdade de oportunidades, emprego, desenvolvimento local e sociedade de informação);
 11. Avaliar o contributo do PO em termos de valor acrescentado comunitário.
- iv. Análise do sistema de execução, acompanhamento e controlo, numa perspectiva de contribuição para formas de optimização e melhoria do PO, centrada na avaliação do modelo e desempenho de gestão na avaliação da qualidade do sistema de informação na eficácia do sistema de controlo.
12. Análise do sistema de gestão e acompanhamento.

No volume autónomo é apresentada, para cada uma das questões de avaliação referidas, uma ficha que indica os principais aspectos a ter em consideração em cada uma das dimensões de análise e a procura evidenciar o modo como se articulam os elementos a considerar nas questões de avaliação.

FIGURA 2-6: UM QUADRO GLOBAL PARA ESTUDOS DE AVALIAÇÃO: CONTEÚDO, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS

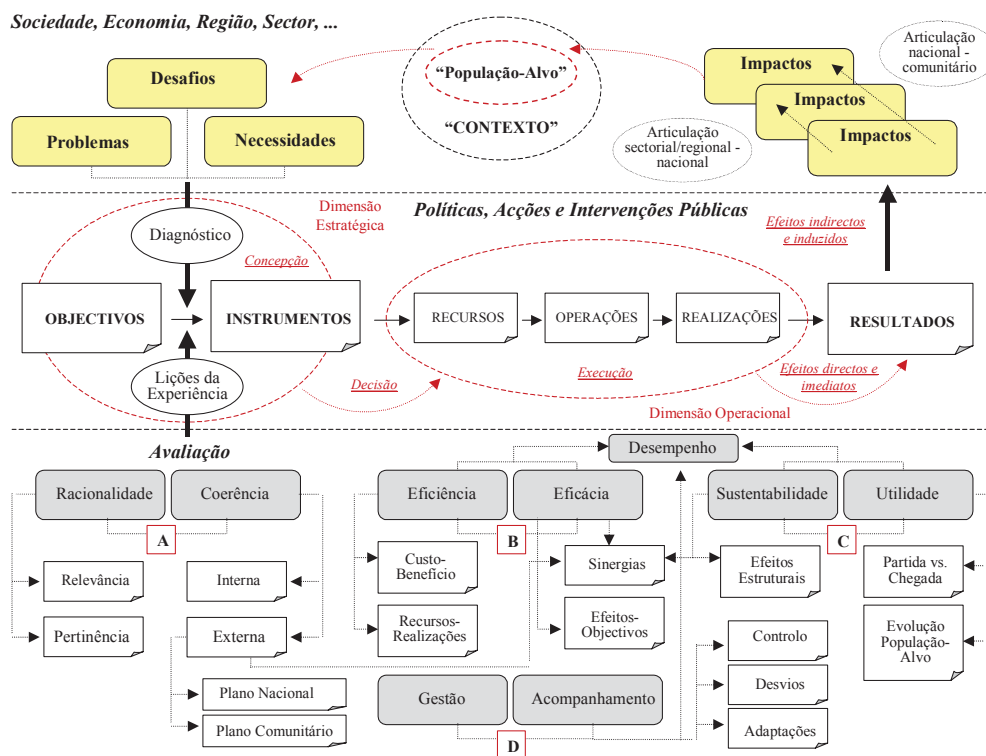
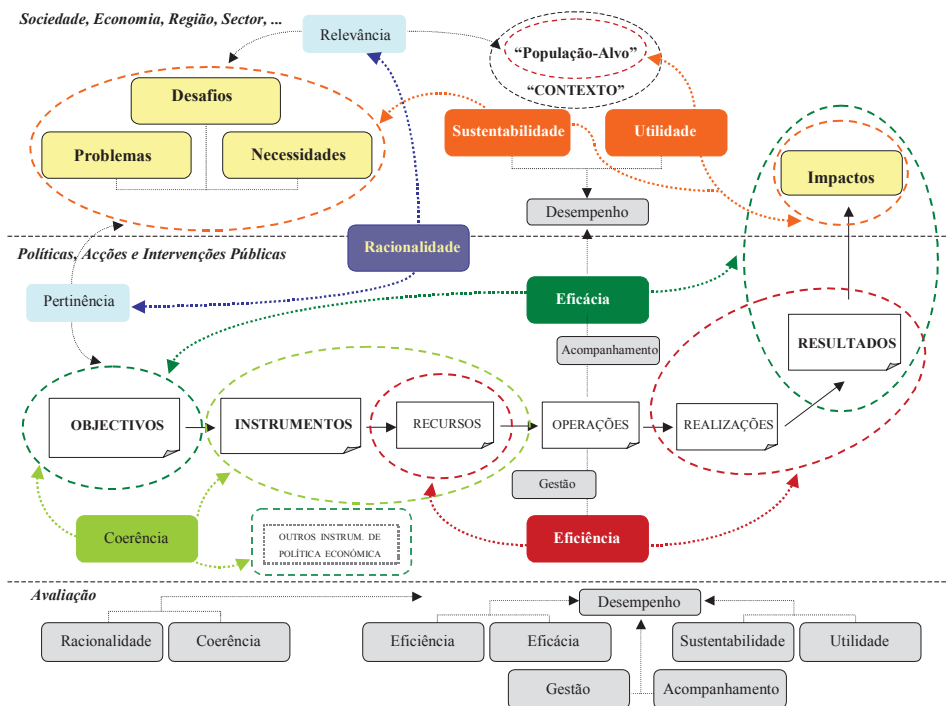


FIGURA 2-7: ARTICULAÇÃO DOS ELEMENTOS A CONSIDERAR NAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO



Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

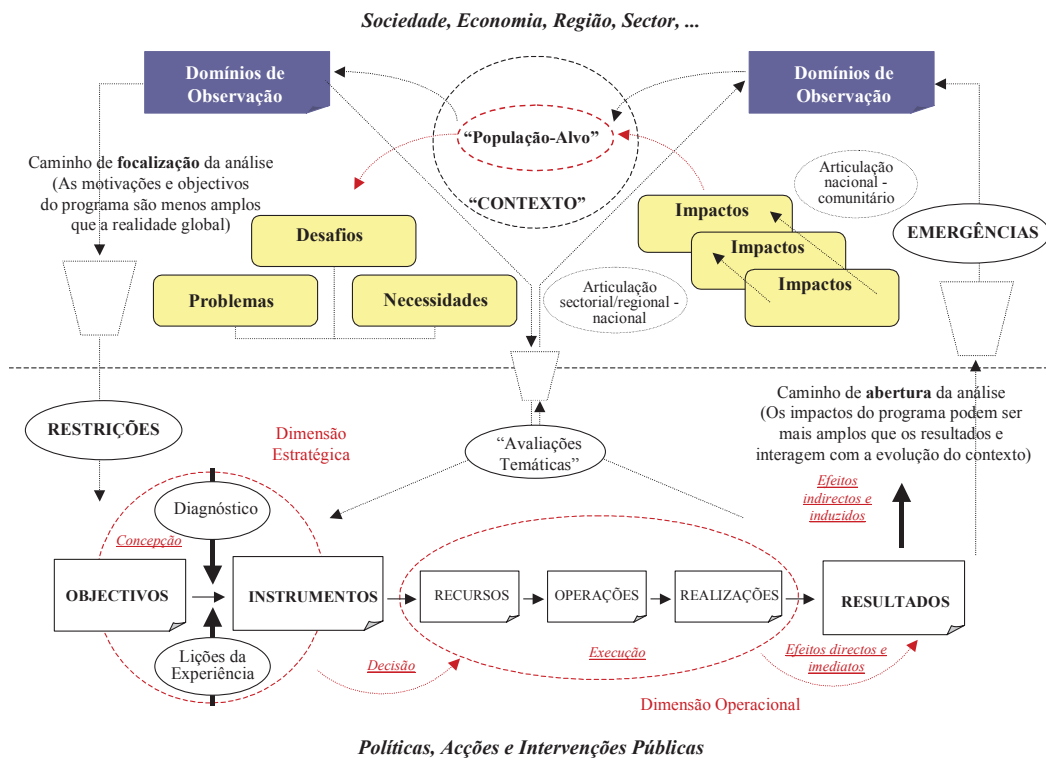
2.3.2. A lógica horizontal de avaliação polarizada pela competitividade e coesão territoriais

97. O desenvolvimento da avaliação de um programa operacional envolve, necessariamente, a articulação entre uma abordagem global e diferentes abordagens temáticas, de carácter horizontal, que se colocam quer em função das prioridades transversais definidas no plano comunitário e/ou nacional, quer em função da estimação dos efeitos de sinergia, quer, finalmente, em função do grau de realização de objectivos referenciados à qualificação ou capacitação de pessoas e organizações.
98. Os programas operacionais regionais comportam, de forma mais explícita ou implícita, articulações relevantes entre intervenções de natureza sectorial e intervenções de natureza territorial e, portanto, também, entre objectivos de carácter nacional, sectorial e regional. No contexto específico do ciclo de programação 2000-2006 (QCA III) os programas operacionais regionais comportam um eixo específico relativo a operações sectoriais desconcentradas onde a consideração da articulação entre as dinâmicas regionais e sectoriais se revela particularmente importante.
99. O desenvolvimento metodológico que a equipa de avaliação utiliza para tratar esta questão parte da definição de domínios temáticos de observação, seja a partir dos objectivos e prioridades transversais explicitados à escala comunitária e nacional, seja a partir das características centrais da “população-alvo” e do seu “contexto” reveladas pelo diagnóstico que conduziu à elaboração da estratégia de intervenção subjacente ao programa operacional.
100. Os domínios temáticos de observação, uma vez definidos, são integrados no dispositivo convencional de avaliação através de um processo que envolve, *ao nível da concepção*, o recurso a *restrições*, “*descendo*” do geral ao particular, através de um caminho de focalização da análise, para o qual são apenas relevantes as motivações e objectivos do programa operacional (muito mais restritos que a realidade global da “população-alvo” e do respectivo “contexto”), e ao nível dos *efeitos*, o recurso a *emergências*, “*subindo*” do particular para o geral, através de um caminho de abertura da análise, para o qual são relevantes todas as ligações implícitas na transmissão de efeitos indirectos e induzidos associados às realizações do programa (na medida em que os impactos do programa podem ser muito mais amplos que os resultados e interagem com a própria evolução do contexto).
101. A articulação entre os domínios temáticos de observação e os domínios convencionais da avaliação faz-se, portanto, em dois tempos, “*fechando*” e “*abrindo*” o foco da análise para garantir a maximização da objectividade na avaliação global do programa, não lhe exigindo, a

montante, o que ele não se propõe fazer, por um lado, não lhe limitando, a jusante, a dimensão e alcance dos efeitos produzidos (veja-se Figura 2-8).

A utilização de domínios de observação como ferramenta metodológica de avaliação revela-se importante, ainda, no quadro das chamadas “avaliações temáticas” onde, no entanto, os procedimentos de “fecho” e “abertura” de análise se desenvolvem no quadro de um caminho estritamente limitado pelo “tema” (objectivo, prioridade, ...) em apreço.

FIGURA 2-8: INTRODUÇÃO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS DA AVALIAÇÃO



Fonte: AM&A, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas.

102. A lógica horizontal-territorial da avaliação pressupõe a concepção de um quadro analítico de avaliação que permita perpetuar a forma como o PO contribui para se realizarem os objectivos globais definidos, de âmbito comunitário, nacional e do próprio Programa, e concretiza-se através da observação de um conjunto de domínios temáticos transversais prioritários que constituem os alicerces base de uma nova abordagem para estruturação dos conceitos de *competitividade territorial* e de *coesão económica e social*.

103. A competitividade territorial reveste-se de um cariz complexo, alargado e multifacetado (porque resulta da conjugação de múltiplos elementos), relativo (porque assenta num conceito de

performance relativa, uma vez que, mais do que mérito absoluto, exprime uma superioridade relativa de desempenho, isto é, não basta progredir isoladamente, por comparação com o próprio “passado”, é necessário progredir por comparação com o “presente” dos outros) e dinâmico (porque as posições relativas das economias estão em constante mutação, devendo a competitividade relacionar-se com a obtenção de vantagens duradouras e sustentadas de cariz estrutural), e apresenta como determinantes um conjunto lato de factores que se articulam e bipolarizam numa dimensão microeconómica - baseada na competitividade empresarial - e numa dimensão macroeconómica - relacionada com a organização do sistema sócio-económico de cada espaço territorial.

A abordagem da competitividade necessita, desta forma, de articular as suas diferentes dimensões, entrando em linha de conta não só com a competitividade empresarial, mas também com o enquadramento institucional, organizacional e social, que molda a capacidade de aperfeiçoamento e condiciona o processo de inovação da actividade empresarial. As diferentes dimensões da competitividade não podem ser dissociadas, sendo importante complementar a análise da competitividade empresarial com as influências da organização territorial sobre a actividade empresarial.

A competitividade territorial, no longo prazo, é avaliada pela sua capacidade em melhorar, de forma sustentada, o nível de vida dos seus habitantes, podendo ser entendida como a capacidade que as regiões têm de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais e de gerar, quando expostas à concorrência internacional, níveis de emprego e de rendimento relativamente elevados. Deste modo, a competitividade territorial pressupõe a concorrência entre empresas e territórios no seio de espaços mais vastos (nomeadamente regiões em economias nacionais e economias nacionais em blocos supranacionais).

104. A **Coesão Económica e Social** encontra-se intrinsecamente relacionada com a verificação de progressos, seja em termos de desempenho económico, seja da melhoria das condições de vida, com expressão real ao nível dos agentes, cidadãos e espaço geográfico. Os processos de convergência real entre regiões, que estão desejavelmente associados ao processo de coesão económica e social, são processos com um horizonte de longo prazo, estendendo-se ao longo de décadas, até mesmo quando são estimulados por expressivos diferenciais de crescimento económico.

O processo de Coesão Económica e Social, nas suas dimensões económica e social, ramifica-se por múltiplos e diferenciados domínios, que exercem complexas interações entre si,

nomeadamente os domínios da Performance Económica, Educacional e Cultural, Distribuição do Rendimento, Habitação e Saúde, Bem-Estar e Conforto, e Protecção Social.

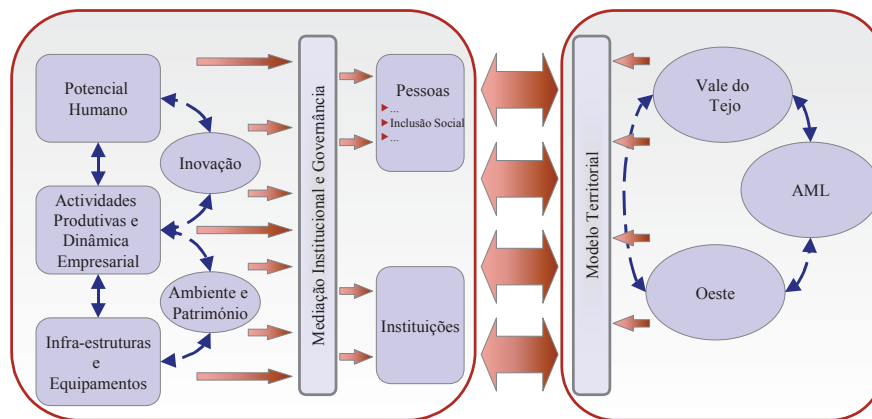
105. A **Coesão Económica** relaciona-se expressivamente com o domínio da Performance Económica, cuja apreciação da dinâmica de convergência pode ser estruturada em torno da evolução do PIB per capita, evolução da Produtividade e Desempenho no Mercado de Trabalho em termos de evolução do desemprego e da evolução da estrutura do emprego por níveis de qualificação e sectores de actividade. A abordagem do processo de Coesão Económica pode ser desenvolvida com base nos vectores subjacentes ao domínio da Performance Económica, os quais permitem identificar as disparidades internas do ponto de vista territorial, no que se refere a assimetrias nos níveis de desenvolvimento (divergências no PIB per capita), capacidade de geração de riqueza adicional e de transformação das regiões em economias mais competitivas (divergências na produtividade), sustentabilidade das especializações produtivas e fragilidades do ponto de vista das complementaridades inter-sectoriais (disparidades internas do mercado de emprego).
106. A **Coesão Social** reflecte a forma como a partir da Performance Económica se produzem assimetrias na distribuição dos rendimentos, se garante o acesso a determinados bens cruciais para a qualidade de vida e se asseguram funções de segurança perante certos riscos. Assim sendo, a Coesão Social não se relaciona de forma directa com variáveis como o emprego e a produtividade, directamente associadas ao processo de Coesão Económica, privilegiando antes a consideração do nível de protecção social existente e das condições de acesso à educação, saúde e habitação. O domínio Educacional e Cultural abrange vertentes como divergências regionais no nível educacional da população, desigualdades regionais em termos de oportunidades de acesso aos bens culturais e das capacidades de conservação e divulgação do património histórico.
107. O processo de **Coesão Económica e Social**, dadas as suas especificidades, não pode ter uma natureza extensiva, no sentido de ser um processo gerador de emprego, mas pouco exigente em qualificações e com crescimentos baixos da produtividade. De facto, para que se detecte uma aceleração dos ritmos de desenvolvimento económico e social, que conduza a um processo virtuoso e sustentado de Competitividade Territorial e de Coesão Económica e Social, é importante que as regiões apresentem tanto uma quantidade atractiva de postos de trabalho ocupados, como um nível relativamente elevado de produtividade, dada a importância de complementar a capacidade de criação de empregos que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis com a capacidade de produzir com eficiência, o que se traduz numa combinação entre uma “maior” e uma “melhor” utilização dos recursos humanos.

108. A **Coesão Económica e Social**, enquanto processo de convergência das trajectórias regionais no contexto nacional, pressupõe, na sua génese, um desenvolvimento coerente e sustentável dos diversos subsistemas regionais, e como tal, assume-se, em simultâneo, como um forte condicionador e uma forte condicionante de uma realidade sistémica e pluridimensional resultante de processos económicos, sociais e políticos complexos, entendida como a **Competitividade Territorial**. Neste sentido, dada a influência que as disparidades detectadas ao nível de uma região podem exercer sobre os níveis de Competitividade Territorial, a Coesão Económica e Social, enquanto processo de esbatimento das desigualdades territoriais, encontra-se intrinsecamente relacionada com os factores determinantes da Competitividade Territorial. É, de facto, através do território, entendido como um protagonista activo do processo de desenvolvimento, que se podem concretizar as estratégias relativas à coesão económica e à coesão social.
109. Os diferentes domínios intrínsecos às noções de competitividade territorial e coesão económica apresentam, desta forma, fortes ligações de interdependência e interactividade entre si, e abrangem aspectos dinâmicos e multifacetados que se traduzem em níveis de vida progressivamente mais elevados, sustentados por combinações virtuosas de produtividade e utilização de recursos humanos, na melhoria da qualidade de vida e do potencial humano, na promoção de uma maior equidade territorial e do grau de estruturação dos meios urbanos com os respectivos espaços envolventes e de um desenvolvimento local mais equilibrado e sustentável.
110. As modernas abordagens da articulação entre eficiência individual e colectiva, traduzidas, entre outros aspectos, na valorização e aprofundamento do conceito de “capital” – reposicionando o respectivo centro de gravidade na função de recurso potencial, e já não na função de simples activo – que, desse modo, pode alargar-se do “capital produtivo” ao “capital humano” e ao “capital infra-estrutural” e, sobretudo, ao “capital social” e ao “capital institucional”.
111. A vantagem desta abertura metodológica, que se procura materializar, no presente estudo de avaliação intercalar, através da articulação dos domínios horizontais considerados, é a de ajudar a situar de forma mais adequada os exercícios, mais ou menos formalizados e explicitados, de “benchmarking” (ou de simples valoração relativa) que qualquer exercício de avaliação contempla. Aqui o resultado desejado é o de deslocar o centro de gravidade do referencial da análise das “âncoras” tradicionais, nomeadamente as da simples aproximação à realidade comunitária ou do simples afastamento do passado recente da realidade nacional, para um referencial onde as respectivas “âncoras” são dinamizadas pela articulação dos três grandes factores que alimentam a inovação no crescimento endógeno actual – informação, conhecimento, aprendizagem – e pela consideração das “pessoas”, enquanto portadoras de necessidades e

expectativas evolutivas, como grandes destinatários de qualquer estratégia ou processo de desenvolvimento.

112.A Figura 2-9 apresenta os principais factores e formas de articulação que estão na base da competitividade territorial e da coesão económica e social, designadamente o capital humano, a dinâmica empresarial no contexto produtivo em que se insere, as infra-estruturas e equipamentos económicos, o ambiente e a inovação. A função de uma espécie de “dupla consideração” das pessoas visa alcançar dois objectivos diferenciados. Por um lado importa valorizar o papel crescentemente relevante assumido pela procura enquanto pólo determinante na orientação e ritmo do crescimento, bem como a articulação reforçada entre procuras individuais e procuras sociais. Por outro lado, numa sociedade democrática, importa conferir à população, nas suas valências económicas, sociais e políticas, um papel determinante na configuração da qualidade dos modelos de governância e de desenvolvimento territorial.

FIGURA 2-9: DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE AVALIAÇÃO DE HORIZONTAL – TERRITORIAL



Fonte: Equipa de avaliação, Metodologia de Avaliação do PORLVT.

2.4. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À AVALIAÇÃO

113.O exercício de avaliação deve apoiar-se numa caracterização tão rigorosa quanto possível dos projectos candidatos e dos efeitos directos, indirectos e induzidos pelos projectos aprovados, seja numa perspectiva ex-ante (com base em informação histórica e previsional contida nos dossiers de candidatura, em bases de dados e outras fontes estatísticas e em informação especialmente recolhida para efeitos de avaliação com recurso a inquéritos específicos), seja numa perspectiva mais qualitativa (com base em informação resultante de adequadas acções de estudo de caso, estudos de opinião e entrevistas especializadas).

114. Deste modo, a avaliação intercalar do PORLVT exige a concepção de um sistema de informação próprio, alimentado pela informação relevante disponível e organizado em função dos objectivos próprios dos trabalhos de avaliação devendo englobar os seguintes elementos (ver Figura 2-10):

- i. **Sistema de informação de apoio à gestão do Programa** que consolida a informação de todos os projectos candidatos ao programa, construído a partir das **bases** de dados de suporte à gestão do Programa e que reúne, ainda, a informação documental e de controlo de gestão relativa ao programa;
- ii. **Sistema de informação de follow-up** que integra os resultados do processo de auscultação dos diferentes intervenientes no PORLVT;
- iii. **Sistema de observação de experiências relevantes e fontes de informação estatística secundárias** que engloba a informação resultante de outras experiências nacionais e internacionais de avaliação de programas e iniciativas públicas e a informação estatística de suporte à construção e actualização dos indicadores de contexto do Programa e de avaliação dos impactes macroeconómicos.

2.4.1. Sistema de Informação de Apoio à Gestão do PORLVT

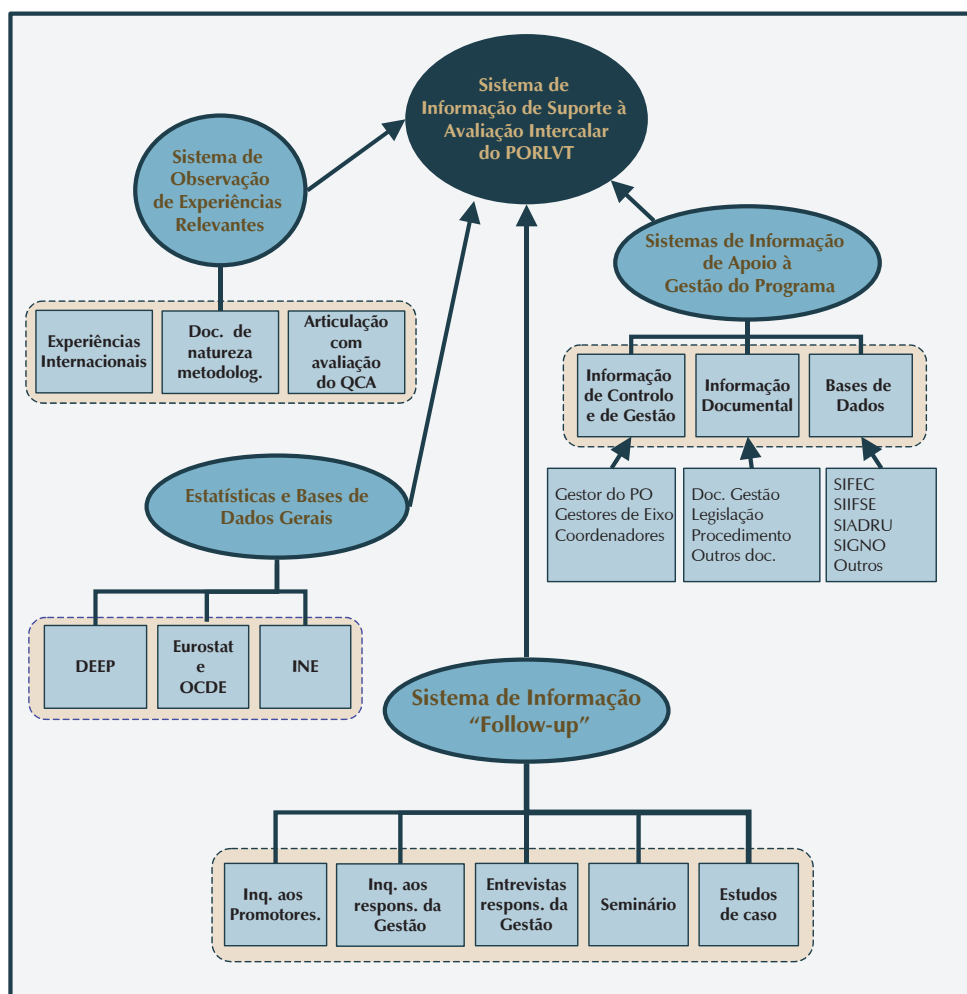
115. A filosofia de construção deste módulo passa pela consolidação do sistema de informação de apoio à gestão do PORLVT e deve permitir a utilização do máximo de informação incluída nos vários tipos de formulários de candidatura bem como das várias fichas de análise e selecção das candidaturas e dos módulos relacionados com a execução física e financeira dos projectos.

A construção de um sistema de informação organizado por projecto deveria permitir a realização de uma multiplicidade de cruzamentos e perspectivas de análise que vão desde o apuramento dos níveis de realização física e financeira por medida e eixo até à comparação do modo como o promotor e a entidade de análise avaliam o mesmo projecto, passando pelo apuramento dos valores do investimento apoiado por áreas e tipo de despesas elegíveis.

116. No caso concreto da avaliação do PORLVT, o desenvolvimento deste módulo implicou, em virtude das fortes debilidades do Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão –SIFEC (apresentadas mais à frente de forma detalhada), um forte investimento da equipa de avaliação, que passou pelo consolidação de diversos ficheiros desenvolvidos com estruturas e suportes aplicativos diferentes exigindo, igualmente a construção de uma tipologia de classificação dos projectos por tipo de promotor e por domínio de intervenção dos Fundos de Estruturais, dos cerca de 3300 projectos homologados, até Junho de 2003, no âmbito do Programa.

Apesar deste investimento permaneceram debilidades consideráveis neste módulo do sistema de informação condicionando de forma significativa o desenvolvimento de algumas partes da avaliação e obrigando a adopção de soluções de recurso que serão apresentadas no âmbito do desenvolvimento das respectivas componentes.

FIGURA 2-10 SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT



Fonte: Equipa de avaliação, Metodologia de Avaliação do PORLVT

2.4.2. Sistema de informação de “follow-up”

117.O sistema de informação de “follow-up” visa apoiar a análise dos indicadores de acompanhamento construídos a partir do sistema de informação de apoio à gestão, através da recolha de informação de natureza mais qualitativa e inscreve-se no princípio da audição dos beneficiários, promotores e agentes envolvidos na gestão no processo de avaliação do Programa.

Em complemento aos dados disponíveis, nomeadamente os que integram o sistema de informação do PORLVT e a informação estatística produzida pelas entidades do sistema estatístico nacional, a metodologia proposta para o exercício de avaliação intercalar do PO impõe a recolha directa de informação através da auscultação dos agentes envolvidos e da análise de “Estudos de caso”. O sistema de informação de “Follow-up” é analisado exhaustivamente no Volume 4 desta Avaliação Intercalar e incluiu a audição de actores e o desenvolvimento de um conjunto de estudos de caso.

Audição de actores

118. **A audição dos actores** – essencialmente promotores e entidades envolvidas na gestão – foi efectuada através de Inquéritos, Entrevistas Individuais e de uma sessão de trabalho:

- **Inquérito postal**, dirigido aos **promotores** e às **entidades com responsabilidades na Gestão do Programa**, visando a obtenção de opiniões quantificáveis (essencialmente questões de resposta fechada) com base em três formulários – promotores em geral, promotores com candidaturas exclusivamente no âmbito do FEOGA e intervenientes na gestão – que contemplaram as necessárias adaptações em função das entidades inquiridas e dos tipos de promotores/beneficiários em questão;

A concepção do inquérito realizado aos **promotores** do PORLVT teve como objectivo a obtenção de uma leitura focalizada na óptica dos utilizadores do Programa, valorizando as suas opiniões e o seu conhecimento sobre: a Região, o Programa, os processos de candidatura, o desempenho da gestão, o desenvolvimento dos projectos, a adequação da informação prestada a beneficiários finais e potenciais e à opinião pública e a avaliação dos resultados do Programa.

O inquérito realizado às entidades com responsabilidades no âmbito da concepção e da **gestão do Programa** teve como objectivo a obtenção de uma análise de sensibilidade do modo de funcionamento do Programa, numa óptica de leitura especificamente vocacionada para a eficácia e eficiência alcançada e para a detecção de problemas de carácter estrutural, em aspectos que se prendem com: o ciclo do projecto, o quadro institucional e articulação funcional do sistema de gestão, a adequação dos recursos disponíveis, a divulgação de informação, a adequação dos critérios de selecção, a eficácia do sistema de acompanhamento e de controlo, a avaliação da situação da região e com a execução e resultados do Programa.

- **Entrevistas** directas realizadas aos intervenientes na **Gestão do Programa**, visando o aprofundamento do conhecimento sobre a evolução do Programa e da análise da adequação e da qualidade dos dispositivos de gestão, acompanhamento e controlo;
- **Sessão de trabalho**¹⁴, promovida pela Equipa de Avaliação, subordinada ao tema “Avaliação Intercalar do PORLVT – perspectivas para o período 2003-2006”, em que os intervenientes na gestão do Programa foram convidados, em conjunto: i) a discutir algumas linhas de conclusões preliminares da Avaliação, ii) a debater questões centrais para a formulação de recomendações visando a melhoria da eficiência e eficácia do PO e iii) a formular desafios para o próximo período de programação.

Estudos de caso

119.No que respeita aos Estudos de caso, à análise teve como objectivos:

- aprofundar os dados recolhidos através das análises extensivas (inquéritos aos responsáveis pela gestão e inquérito aos promotores) no sentido de compreender os processos e mecanismos que estão na origem das acções e dos resultados;
- interligar as intervenções apoiadas pelos diferentes eixos e pelas diversas medidas do Programa;
- contextualizar os resultados e impactes potenciais do PORLVT.

O modo mais adequado para operacionalizar esses três objectivos é fazer coincidir os estudos de caso com espaços concelhios uma vez que ao adoptar o território como ponto de partida permite, por um lado, identificar a articulação entre os diversos tipos de acções que o PO promove e, por outro, contextualizar o PO no conjunto dos investimentos públicos e no quadro do desenvolvimento regional e local.

120.Esta opção metodológica concretizou-se na selecção de quatro concelhos, um em cada um dos subespaços regionais, efectuada a partir do investimento total elegível¹⁵ ponderado pela população residente em 2001. Foi escolhido, em cada uma das sub-regiões, o concelho que apresenta o valor correspondente à mediana, o que permite eliminar situações extremas, ou seja, aquelas em que um projecto de muito grande dimensão “distorce” a leitura da execução do PO

¹⁴ Realizada mediante convite direccionado a todos os membros das UG e aos chefes de projecto da EAT Central e das EAT das medidas desconcentradas.

¹⁵ Foi apenas considerado o investimento elegível relativo aos projectos apoiados pelo FEDER dado que a total desagregação concelhia dos outros dois instrumentos de financiamento não estava ainda disponível nas bases de dados do Estudo de Avaliação no momento da selecção dos casos. Esta restrição não nos parece prejudicar a selecção dos casos de estudo uma vez que os investimentos apoiados pelo FEDER são aqueles que assumem uma maior relevância ao nível da estruturação do espaço concelhio.

ou aquelas em que o PO assume, até ao final de 2002, um significado muito diminuto. Com os critérios de selecção anteriormente identificados, foram apurados como caso de estudo os concelhos apresentados na Figura 2-11.

FIGURA 2-11: CONCELHOS SELECIONADOS PARA OS ESTUDOS DE CASO

Sub-região	Concelho
AML Grande Lisboa	Amadora
AML Península de Setúbal	Montijo
Oeste	Arruda dos Vinhos
Ribatejo	Abrantes

121. A análise dos estudos de caso combinou diversos procedimentos que asseguraram no seu conjunto a triangulação dos dados, o que configura aliás uma das principais mais valias da metodologia radicada em casos de estudo. Os procedimentos desenvolvidos incluíram:

- o tratamento da informação constante das bases de dados;
- a consulta dos dossiers de candidatura efectuada com base em ficha de leitura concebida a partir dos formulários de candidatura;
- realização de entrevistas aos promotores dos projectos mais relevantes na óptica da dimensão e/ou do carácter inovador;
- realização de entrevista ao Presidente da Câmara Municipal na perspectiva da relevância e da adicionalidade do PO no quadro concelhio.

2.4.3. Sistema de observação de experiências relevantes e fontes de informação estatística secundárias

122. A realização do estudo de avaliação exige ainda um volume de informação, estatística e documental, considerável e alargado a diversas áreas, no sentido de garantir a definição e a alimentação de um eficaz sistema de indicadores de contexto e de avaliação dos impactos meso e macro económicos e que procure ainda incorporar as lições de outras experiências de avaliação, nomeadamente através dos documentos de natureza metodológica com relevância para a avaliação intercalar. Nesse quadro, identificaram-se e utilizaram-se os seguintes elementos principais:

- **Sistema de informação do Sistema Estatístico Nacional e Internacional:** foram utilizadas, sobretudo no que respeita à actualização do diagnóstico, diversas publicações do INE (Anuários

Estatísticos Regionais, Contas regionais, Inquérito ao emprego, Estatísticas do Comércio Internacional, Censos, Inquérito aos orçamentos familiares, Estatísticas da Justiça, Estatísticas demográficas e Estatísticas dos transportes), estatísticas não publicadas de diversos ministérios (por ex. estatísticas ambientais), estudos e bases de dados de organizações internacionais como EUROSTAT e dos Relatórios e base de dados da OCDE;

- **Sistema de observação de experiências relevantes:** para além da informação estatística, foi igualmente fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos a utilização de um conjunto de estudos elaborados por entidades nacionais ou internacionais com relevância para a temática da avaliação, destacando-se os documentos de trabalho e metodológicos da Comissão Europeia;

Ao longo do Relatório e no Volume 4, referente ao Sistema de Informação de Suporte à Avaliação apresenta-se uma identificação completa da informação trabalhada no âmbito desta avaliação intercalar.

II PARTE
OS GRANDES RESULTADOS DA AVALIAÇÃO
INTERCALAR: ESTRATÉGIA, RESULTADOS E
GESTÃO

II.A. A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA

3. O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO: A SITUAÇÃO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU E A SUA EVOLUÇÃO MAIS RECENTE

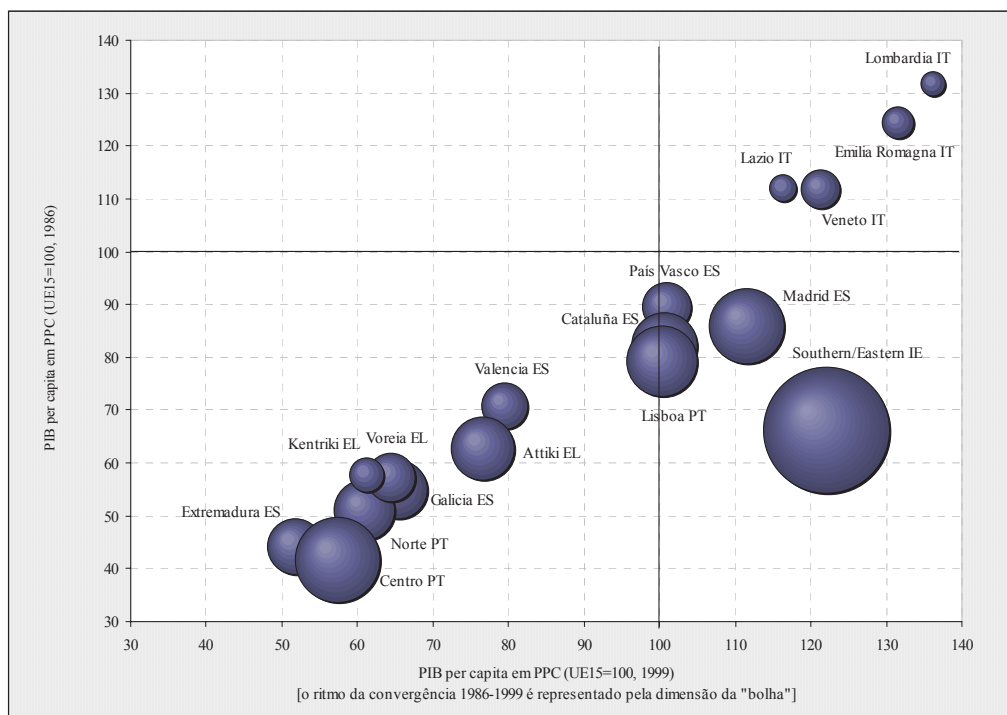
123. A situação da região de Lisboa e Vale do Tejo e a sua evolução mais recente, no contexto europeu e nacional é analisada neste capítulo. A apresentação de uma síntese dos principais desafios estratégicos que se colocam à região enquanto principal pólo de desenvolvimento do país, seja na dinâmica de consumo, seja na dimensão dos efeitos de arrastamento sobre o conjunto da economia portuguesa é avançada para valorizar, também, a especificidade da região quer no plano do seu enquadramento na política estrutural comunitária, isto é, o de um regime transitório no grupo de regiões elegíveis para apoio no quadro do objectivo 1, quer no plano da sua própria reconfiguração administrativa¹ com efeitos relevantes no final deste processo de “phasing-out” e, portanto, no próximo ciclo de programação financeira estrutural na União Europeia (2007-2013).

124. A análise do processo de convergência regional real na Europa antes do QCA III fundamenta com bastante clareza (ver Gráfico 3-1) o quadro em que a região de Lisboa e Vale do Tejo avançou para o regime transitório onde o Programa Operacional Regional 2000-2006 se veio a inserir, isto é, uma trajectória de efectiva e significativa convergência real que tendia a situar a região no grupo das regiões mais desenvolvidas da Península Ibérica (com Madrid, Catalunha e País Basco), ainda a alguma distância das regiões mais desenvolvidas da Itália, mas em claro “catching-up” e alinhadas com o nível de vida médio da UE. Sabe-se hoje que se tratava de uma visão excessivamente optimista (compare-se, nomeadamente, a posição do PIB por habitante na região face à média da UE e face à Comunidade de Madrid, nos gráficos 3-1 e 3-2²).

¹ De acordo com o Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de Novembro, a NUTS II Lisboa passa a integrar apenas a NUTS III Grande Lisboa e a NUTS III Península de Setúbal.

² A correcção das paridades de poder de compra realizada pelo Eurostat, até ao início de 2002, era mais “generosa” para a economia portuguesa e para as suas regiões. As actualizações posteriores, reflectindo a convergência do nível geral de preços, em Portugal, com o nível médio geral de preços na UE, em grande parte evidenciado pela manutenção, desde 1997, de um diferencial positivo na inflação portuguesa, face à inflação média na UE, corrigiram em baixa as realizações avançadas, nomeadamente no “*Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social*”, em Janeiro de 2001, e no “*Primeiro Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social*”, em Janeiro de 2002.

GRÁFICO 3-1: A CONVERGÊNCIA REAL NAS REGIÕES EUROPEIAS ANTES DO QCA III (1986-1999): OS PAÍSES DA “COESÃO” E A EUROPA DO SUL



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Primeiro Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2002

125. A questão da gestão do “*phasing-out*” na região de Lisboa e Vale do Tejo será, assim, bem mais exigente e difícil do que a visão do final dos anos 90 tendia a sugerir constituindo, necessariamente, um dos elementos relevantes na avaliação intercalar do programa que resultam do aprofundamento da análise do contexto da intervenção.

3.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO EUROPEU

3.1.1. A grande região de Lisboa no contexto europeu

126. O nível médio de vida, aproximado pelo PIB por habitante expresso em paridades de poder de compra, da região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de superar a média nacional ficava, em 2000, ainda aquém da média da UE 15 (ver gráfico 3-2). O PIB per capita da Região de Lisboa e Vale do Tejo atingia, nesse ano, cerca de 90,9% da média da UE 15 e cerca de 100,2% da UE uma vez concretizado o alargamento (UE 25). A nova fronteira administrativa da região de Lisboa induz uma melhoria do nível do seu PIB per capita de cerca de 11,2%, o que o situa já acima da média da UE15 em 1,1%.

A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, assim, no contexto das regiões capitais da Europa em alargamento, uma posição intermédia, sendo o seu nível de vida aproximado por algumas regiões da Europa central e oriental (como Bratislava) ou mesmo ultrapassado (como Praga), muito embora, no contexto da actual União (UE15), o seu nível de vida apenas supere o da região capital da Grécia (Atenas) e aproxime o de Berlim.

GRÁFICO 3-2: O RANKING DO NÍVEL DE VIDA NAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS (DIFERENÇA DO PIB PER CAPITA FACE À UE15, 2000)



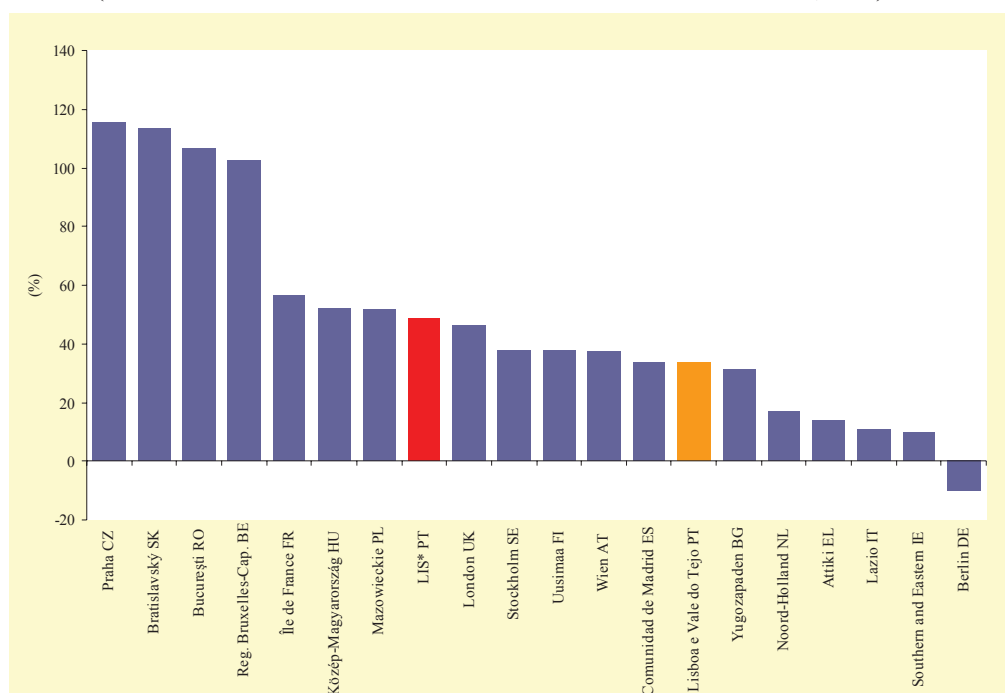
Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003

127. O grau de afastamento do PIB per capita da região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional encontra-se, não obstante o diferencial positivo apresentado, entre os menos significativos no seio das regiões capitais à escala europeia (ver Gráfico 3-3) indiciando, neste plano, um nível de coesão económica regional alinhado com os países médios e pequenos da União (Suécia, Finlândia, Áustria e Espanha). Com a nova definição³ da NUTS II, a região de Lisboa aprofunda a sua distância em relação á média nacional, situando-se num nível de coesão próximo dos grandes países mais desenvolvidos (França, Reino Unido) ou dos países do alargamento mais coesos (Polónia, Hungria).

³ Para facilitar a comparação os diferentes gráficos usam a sigla “LVT”, para a “velha” fronteira da NUTS II, e a sigla “LIS*”, para a “nova” fronteira da NUTS II.

128.O grau de afastamento do nível de vida na região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional deve ser enquadrado, no entanto, com o peso relativo assumido pela região no total do país (ver Gráfico 3-4), seja em termos de criação de riqueza (PIB), seja em termos populacionais. Importa, assim, notar, em contraste com a relativamente moderada diferença no PIB per capita face à média nacional, a importância muito significativa assumida pela região de Lisboa e Vale do Tejo a nível nacional, seja ao nível da população (33,5%), seja, sobretudo, ao nível do PIB (44,8%).

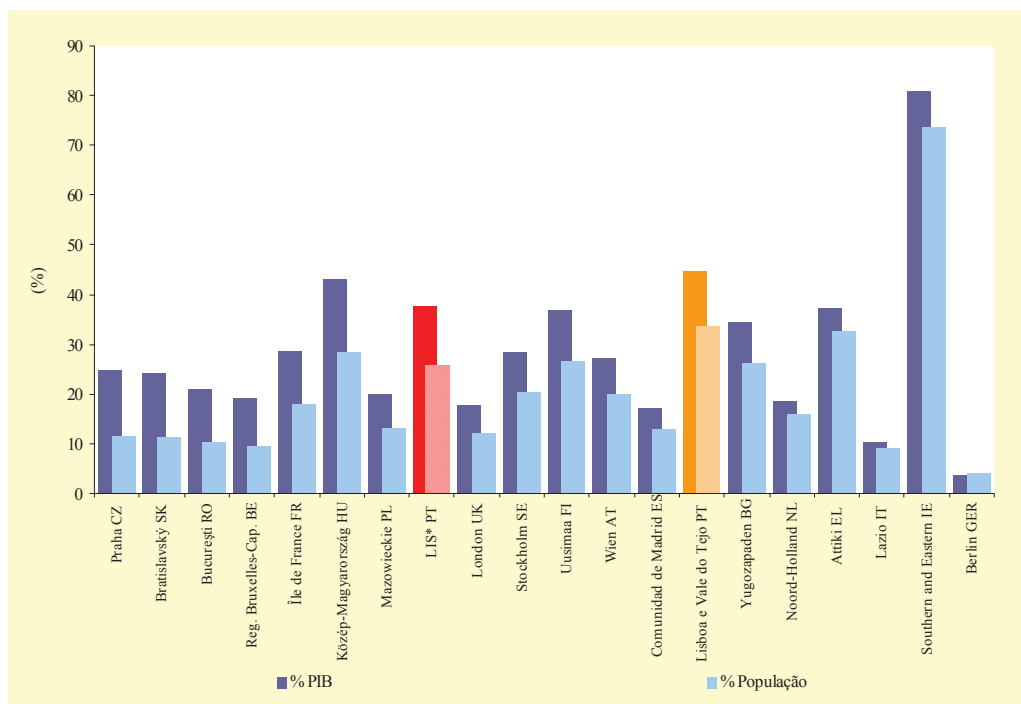
GRÁFICO 3-3: AS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS E A COESÃO REGIONAL NACIONAL (DIFERENÇA DO PIB PER CAPITA FACE À RESPECTIVA MÉDIA NACIONAL, 2000)



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003.

A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, assim, no contexto nacional, um papel não só relevante, como desafiante para a concepção, execução e avaliação das políticas estruturais, na medida em que o respectivo sucesso depende, crescentemente, de uma boa combinação da lógica da afectação de recursos (redistribuição) com a lógica dos efeitos de arrastamento, a “montante” e a “jusante”, sobre a produção, o consumo e o emprego (sinergias), no relacionamento da região com as outras regiões do país. Com efeito, a coesão regional nacional tanto pode ser prejudicada por sinergias sem suficiente redistribuição, como por uma redistribuição excessiva que limite a dimensão efectiva das sinergias entre a região e o resto da economia.

GRÁFICO 3-4: O PESO RELATIVO DAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS NO PIB E NA POPULAÇÃO (2000)

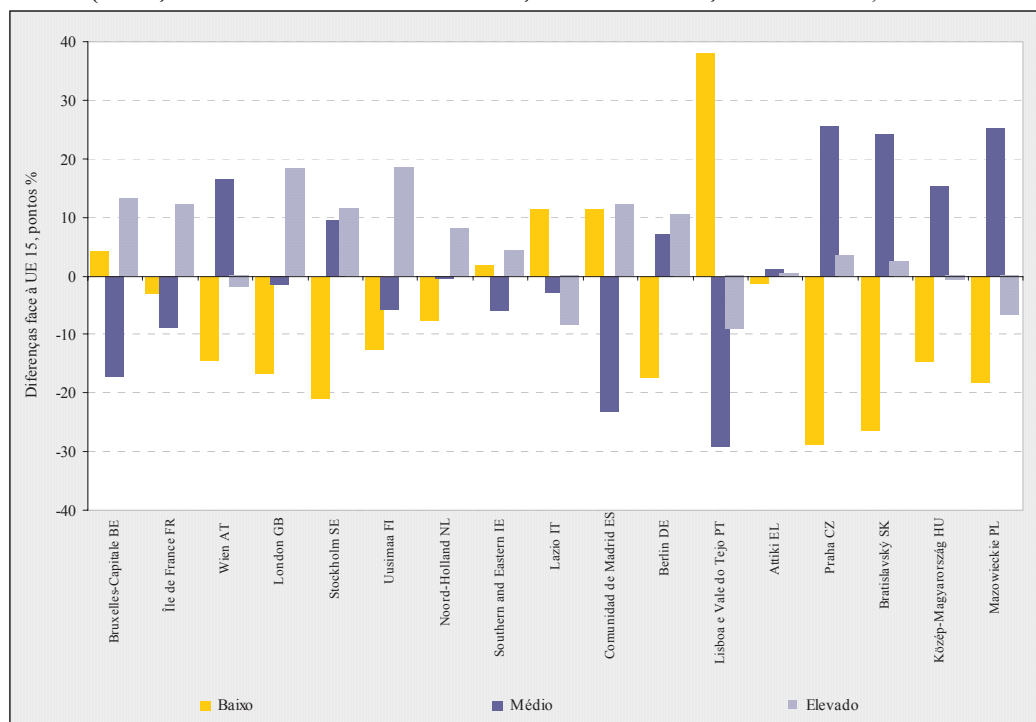


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003.

129. A região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser referenciada ao grupo das “regiões intermédias em consolidação”, cujo núcleo central se situa no arco Bélgica flamenga – Alemanha – Áustria, grande parte da Suécia rural e algumas regiões dispersas por vários países, com destaque para outra capital de localização periférica, Bratislava. Revelando um perfil tipo bastante próximo da média da União, o grupo das “regiões intermédias em consolidação” destaca-se pelas dinâmicas específicas do mercado de trabalho, isto é, uma elevada taxa de emprego da população em idade activa em 2001, mas agravamento da taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

130. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, por outro lado, uma estrutura global de níveis educacionais bastante débil no contexto europeu, apresentando um peso muito significativo dos níveis de educação da população activa mais baixos e um peso muito limitado dos níveis de educação médios e elevados (ver Gráfico 3-5). Esta característica da estrutura global de recursos humanos da região constitui uma importante restrição sobre o seu potencial de crescimento futuro, muito embora sejam as competências (“skills”) que, ligando a educação, a formação profissional e a qualificação, se revelem determinantes nos processos de criação de riqueza e, nesse quadro, a região tem revelado uma capacidade significativa de superar esses limites aproximando-se, como se viu, ao nível dos resultados na criação de riqueza de regiões com melhor dotação de recursos humanos.

GRÁFICO 3-5: AS DISPARIDADES DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO NAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS (DOTAÇÕES RELATIVAS POR NÍVEIS ALCANÇADOS NA POPULAÇÃO 25-59 ANOS, 2001)

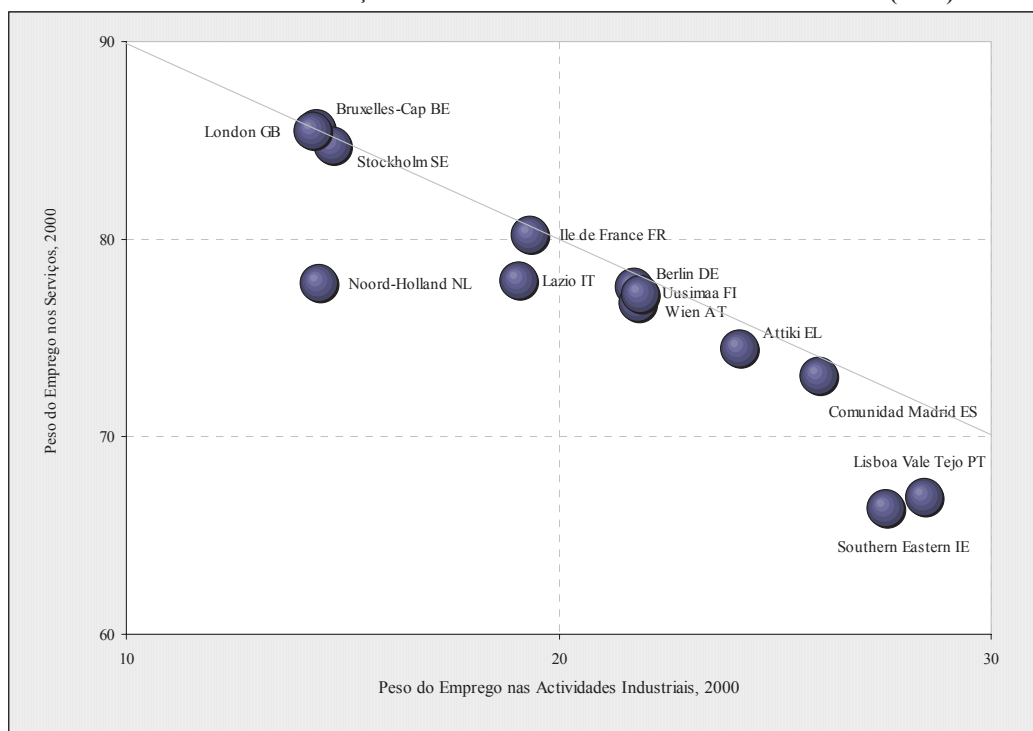


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003.

A evolução mais recente da região revela, também, no entanto, a manifestação de progressivas dificuldades, nessa capacidade de superação parcial dos limites do nível global de educação da população activa, à medida que se vai afirmando, na realidade competitiva efectiva dos mercados, a referência da “economia baseada no conhecimento”. Uma lúcida gestão do regime transitório da região exigirá, neste quadro, uma aproximação inovadora à valorização da sua dotação em recursos humanos, traduzida na dinamização de projectos centrados no binómio educação e formação, dotados de dimensão com suficiente massa crítica, mas polarizados muito selectivamente nas necessidades das actividades portadoras de capacidade competitiva internacional.

131. O perfil de especialização de actividades na região de Lisboa e Vale do Tejo revela um peso do sector dos serviços no geral inferior ao das regiões capitais europeias, sobretudo no que concerne aos actuais países membros da UE (ver gráfico 3-6). A situação região de e Vale do Tejo, aproxima-se quase totalmente da situação média da UE15 no que respeita ao peso relativo do emprego nos três grandes sectores de actividade (agricultura, indústria e serviços). No entanto, em termos das regiões capitais, ela apresenta dois traços distintivos:

GRÁFICO 3-6: A ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA DAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS (2000)



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada com o “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003.

- a) um peso ainda relevantes das actividades industriais (28,5%), no que é acompanhada pelas regiões de Dublin (27,6%), Madrid (26,0%)e, em menor grau, Atenas (24,2%), afastando-se com alguma nitidez das restantes regiões capitais e, sobretudo, das regiões de Estocolmo (14,8%), Bruxelas (14,4%) e Londres (14,3%), fortemente polarizadas pelas actividades de serviços;
- b) um peso claramente minoritário, mas ainda assim com alguma expressão das actividades associadas à agricultura, floresta, pecuária e pesca (4,6%), no que é acompanhada pelas regiões capitais da Irlanda (6,1%), Itália (3,0%) e Holanda (2,0%).

132. A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, no contexto europeu, uma posição intermédia ao nível do esforço efectuado para reforçar a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, o qual pode ser medido com base nas actividades de Investigação e Desenvolvimento de uma região. Com efeito a região afectava, em 1999, cerca de 0,9 % das despesas do PIB regional a gastos com actividades de I&D, onde envolvia cerca de 1% do volume de emprego, ficando claramente aquém, neste último indicador, das regiões com apostas claras na I&D como Paris (3,2%), Estocolmo (3,5%), Helsínquia (3,3%), mas aproximando-se de regiões como Milão, Londres, Roma, Turim, Bordéus ou Manchester-Liverpool (todas situadas entre 0,7-1,3%).

No espaço das regiões ibéricas importa notar, no entanto, que a região de Lisboa e Vale do Tejo se situa, em termos do peso relativo das despesas e do emprego em I&D, num relativamente folgado 3º lugar, próxima da Catalunha (1,1%-1,3%, respectivamente), mas relativamente afastada da Comunidade de Madrid (1,4%-2,2%), o que, considerando o fortíssimo dinamismo da integração económica entre Portugal e Espanha, obriga a considerar uma prioridade estratégica mais elevada no desenvolvimento da região para os esforços públicos e privados em matéria de investigação & desenvolvimento.

133. O contexto da concepção e execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo é assim, em função dos elementos de caracterização da sua posição no quadro dinâmico de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento, um contexto que estabelece, com bastante clareza, a necessidade do predomínio de estratégias de intervenção “ofensivas” sobre estratégias de intervenção “defensivas” ou de “consolidação”, ainda que orientadas por motivações de “catching-up”.

Um estudo recente sobre o papel do policentrismo no equilíbrio espacial do desenvolvimento europeu⁴ ajuda a situar este desafio estratégico, cuja grau de exigência se acentua no quadro da gestão do regime de “phasing-out” de objectivo 1 da região, ao situar o pólo regional de Lisboa num grupo de “estrelas emergentes”, isto é, sistemas urbanos competitivos, com boas ligações internacionais, podendo ter algum papel nos processos de decisão económica, com reflexos positivos nas regiões vizinhas menos desenvolvidas, muito embora revelando, ainda debilidades em termos de capital humano ou de produtividade.

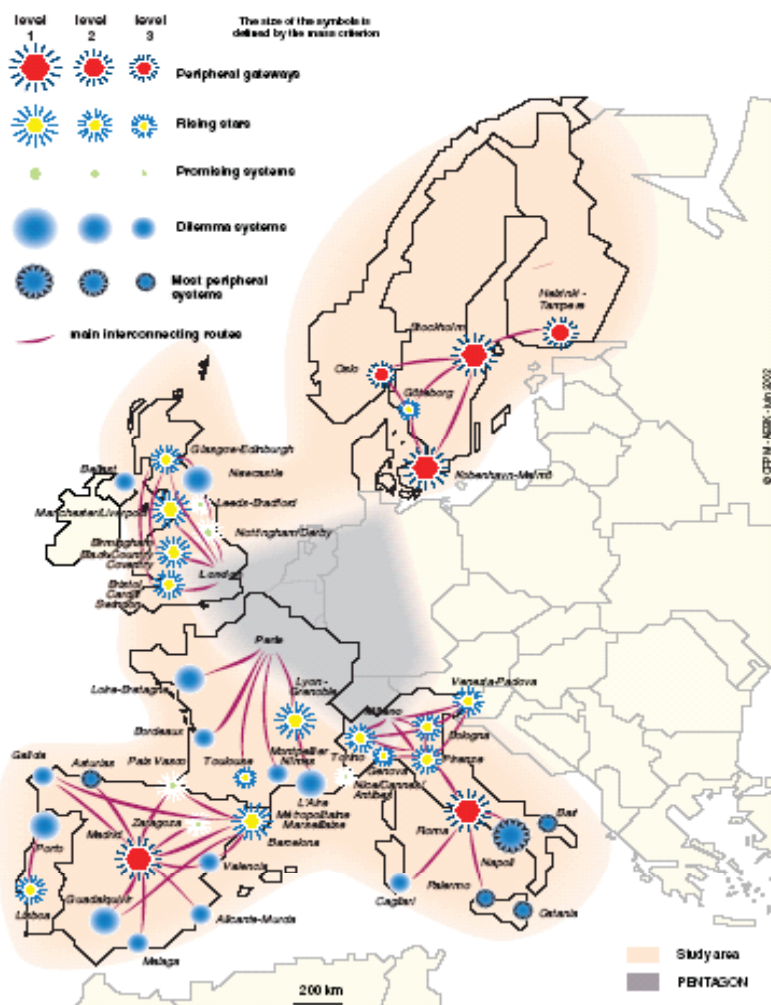
Neste grupo a região de Lisboa, ao lado de Barcelona, de regiões do norte de Itália (como Turim, Génova ou Veneza) e de regiões do centro do Reino Unido (como Birmigham, Manchester-Liverpool ou Glasgow-Edimburgo), é apontada como podendo progredir com base no dinamismo revelado.

134. A grande conclusão que emerge desta caracterização da região de Lisboa centra-se na natureza dos seus desafios de desenvolvimento económico, social e institucional, isto é, no facto de eles serem, no essencial, muito mais externos e dinâmicos do que internos e estáticos, muito mais referenciados à construção do “futuro” do que à simples correcção das insuficiências do “passado”.

⁴ CPRM (2002), *Study on the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory*, Conference of Peripheral Maritime Regions of Europe, Peripheries Forward Studies Unit .

Quer isto dizer que os grandes objectivos estratégicos do desenvolvimento económico e social, sejam eles mais polarizados pelas pessoas (emprego, nível de vida, coesão social, igualdade de oportunidades, nomeadamente), sejam eles polarizados pelas organizações (competitividade, produtividade, inovação, coesão económica, nomeadamente), sejam eles polarizados pelo território (coesão territorial, equilíbrio espacial, desenvolvimento local, nomeadamente) só podem ser prosseguidos com eficácia num contexto exigente de “benchmarking” relativo com outras regiões europeias numa lógica concorrencial no acesso aos recursos avançados, na captação dos fluxos de capitais e pessoas e na produção e retenção dos rendimentos.

GRÁFICO 3-7: AS PERSPECTIVAS DO “DESENVOLVIMENTO POLICENTRICO” NA EUROPA



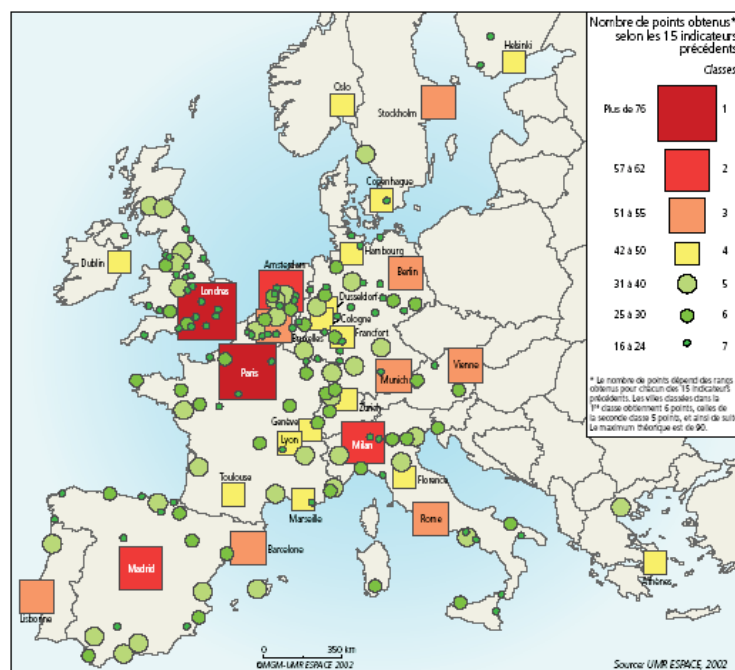
Fonte: CPRM (2002), “Study on the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory”, Conference of Peripheral Maritime Regions of Europe, Peripheries Forward Studies Unit .

3.1.2. A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu

135. A região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo uma região diversificada, é, no entanto, uma região fortemente urbanizada que integra a maior cidade e capital, para além da principal aglomeração urbana do país. Interessa, neste quadro, situar agora as grandes características da aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu.

Outro estudo recente⁵ permite fazê-lo, de forma muito sintética, permitindo identificar (ver Gráfico 3-8) um posicionamento global relevante da aglomeração urbana de Lisboa no espaço europeu, integrando-se no grupo das “grandes cidades” que, em termos de uma hierarquia de dimensão demográfica e económica e de qualidade funcional diversificada, se situam a seguir quer às duas grandes metrópoles europeias (Londres e Paris), quer aos três grandes pólos que, de forma diversificada, conseguem assumir posições preponderantes nalgumas funções especializadas (Madrid, Milão e Amsterdão), isto é, no grupo do 6º ao 13º lugares, entre 180 aglomerações, com Barcelona, Roma, Viena, Bruxelas, Munique, Berlim e Estocolmo.

GRÁFICO 3-8: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU
UM POSICIONAMENTO GLOBAL RELEVANTE

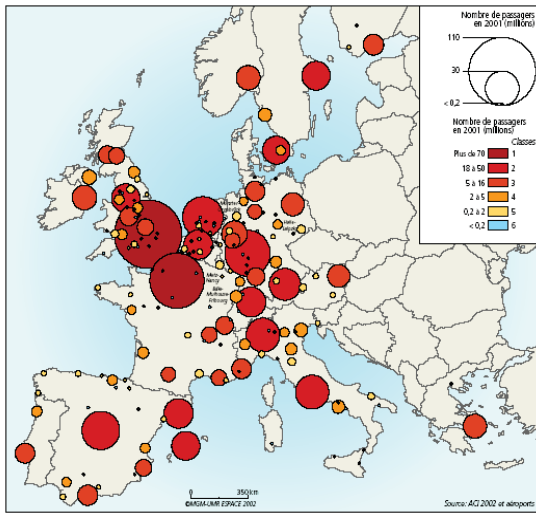


Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

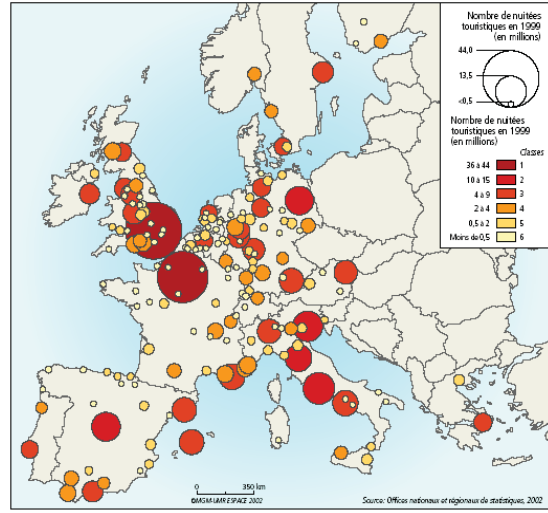
⁵ Rozenblat, Cécile e Cicille, Patricia (2003), “Les Villes Européennes, une Analyse Comparative”, DATAR.

GRÁFICO 3-9: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU (ÓPTICA “PESSOAS”)

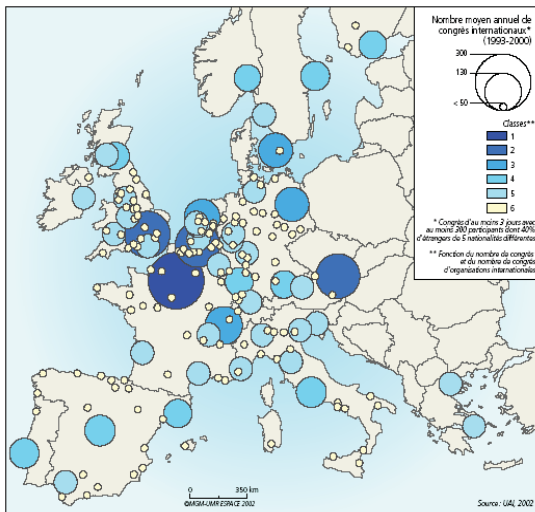
TRÁFEGO NA AVIAÇÃO
(número passageiros nos aeroportos, 2001)



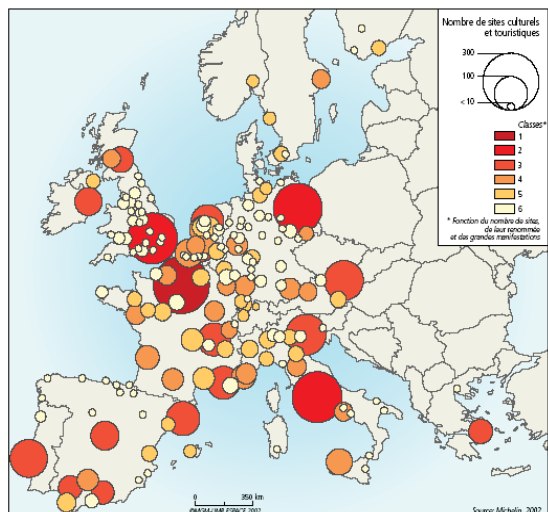
RELEVÂNCIA TURÍSTICA
(número de dormidas, 1998)



EVENTOS PROFISSIONAIS
(número anual de congressos, 1999-2000)



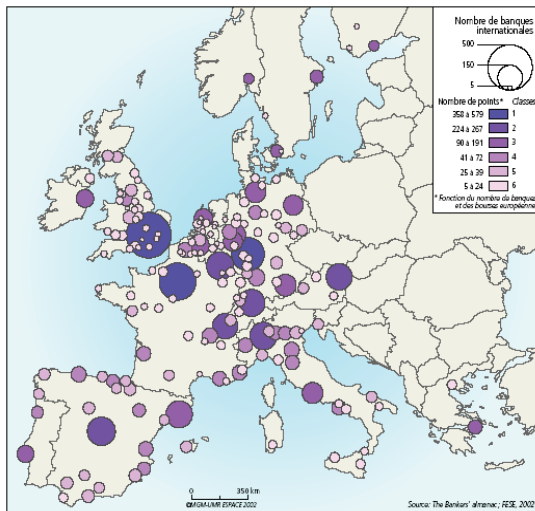
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
(Número de sítios culturais e turísticos relevantes)



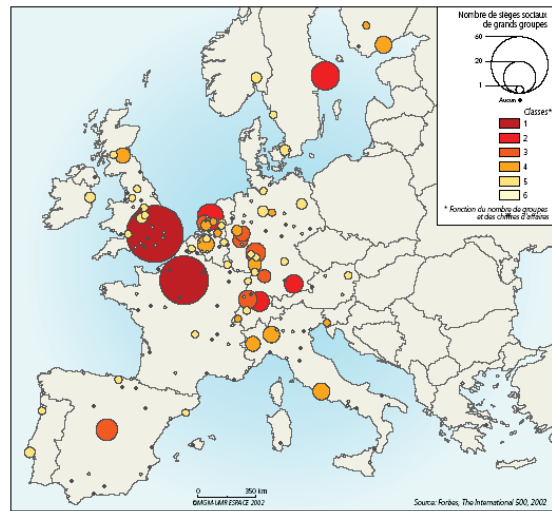
Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

GRÁFICO 3-10: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU (ÓPTICA “ORGANIZAÇÕES”)

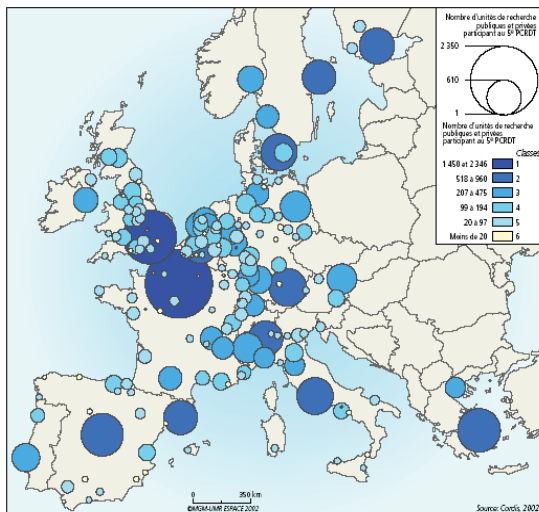
INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA
(Presença de operadores internacionais)



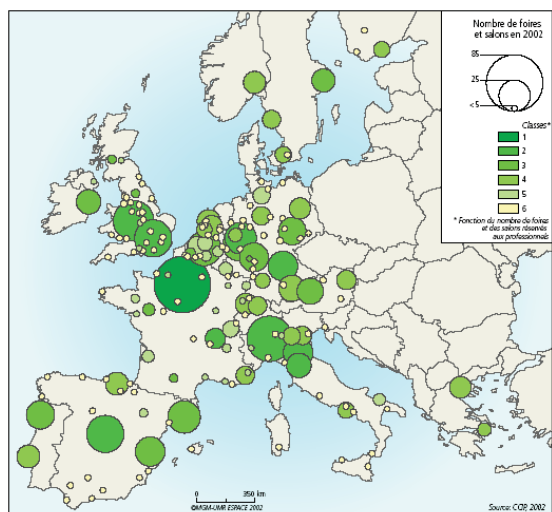
CENTROS DE DECISÃO EMPRESARIAL
(Localização de sedes de grupos económicos europeus)



PARTICIPAÇÃO EM REDES DE INVESTIGAÇÃO
(5º programa quadro europeu)



DINAMISMO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
(Número de Feiras e Exposições)



Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

Os indicadores utilizados no estudo para qualificar o desempenho funcional das aglomerações urbanas estudadas permitem identificar com alguma clareza, também, que Lisboa apresenta debilidades que se enraízam nos desequilíbrios entre diferentes domínios que limitam o desenvolvimento de sinergias e dificultam a consolidação das iniciativas, nomeadamente as de natureza mais estrutural. Importa, neste quadro salientar:

- a) no plano da óptica das “pessoas” (ver Gráfico 3-9) esses desequilíbrios são expressos, sobretudo, por um desempenho bastante relevante ao nível das motivações de mobilidade turística e profissional, com um número muito significativo de congressos e manifestações culturais, que, no entanto, não é acompanhado, nem pela dimensão do tráfego aéreo, nem pelo número de dormidas turísticas;
- b) no plano da óptica das “organizações” (ver Gráfico 3-10) esses desequilíbrios são expressos, sobretudo, por uma reduzida expressão ao nível dos centros empresariais de decisão envolvidos na internacionalização financeira e produtiva, ainda que o número de feiras e exposições realizadas ou o grau de participação das universidades nas redes de investigação do 5º programa quadro europeu sejam significativos.

136. A grande conclusão que emerge desta caracterização da aglomeração urbana de Lisboa centra-se, pelo seu lado, na natureza do processo de conversão de recursos em realizações ou resultados, isto é, no facto de parecer existir um défice de exploração de sinergias ou de articulação e coordenação de políticas e intervenções, que geram desequilíbrios, limitam o normal curso da transmissão dos efeitos ao longo das “cadeias de impacte” e prejudicam a afirmação concorrencial da “cidade” e da “região” no plano europeu.

3.2. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL

3.2.1. O posicionamento estrutural global da região

137. A região de Lisboa e Vale do Tejo regista, no plano nacional, os mais elevados níveis de médios de rendimento por habitante e de produtividade. Esta vantagem relativa da região no plano nacional que encontrou, como se viu, também expressão no plano da convergência regional à escala europeia, conduziu, naturalmente, à entrada da região no regime de “phasing out”, para a elegibilidade no quadro do objectivo 1 dos Fundos Estruturais, situação em que se encontra actualmente.

O PIB per capita regional superava, em 2000 (último ano com informação disponibilizada pelo INE em termos de contas regionais), em cerca de 33%, a média nacional, fruto de um crescimento mais rápido, face à economia nacional, no período 1995/1998, que se nivelou, no entanto, nos dois anos seguintes (ver Gráfico 3-11).

GRÁFICO 3-11: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PORTUGAL = 100)

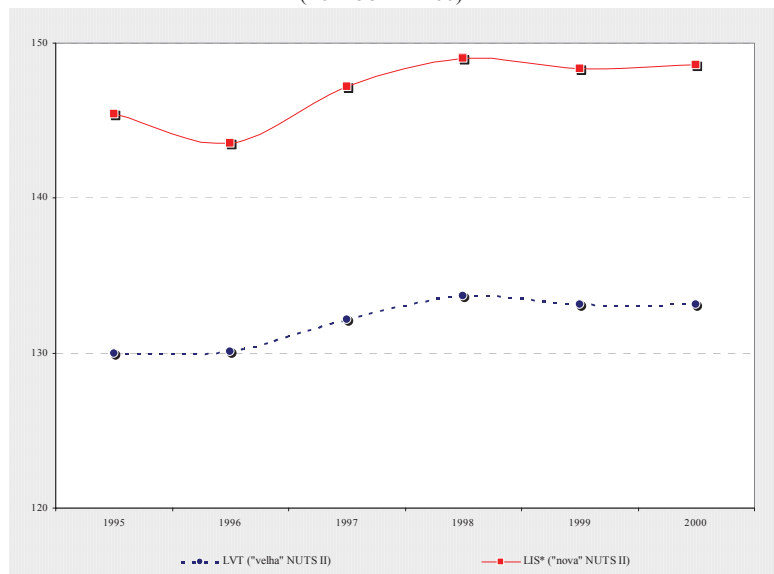
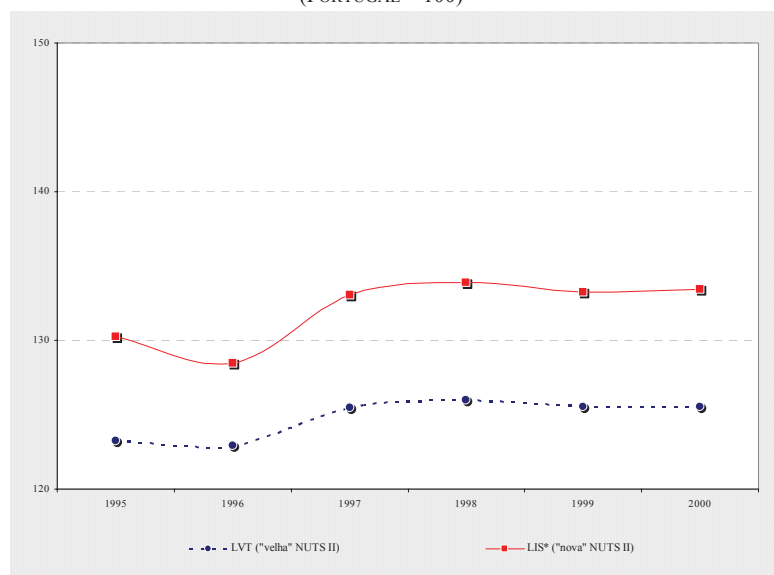


GRÁFICO 3-12: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PORTUGAL = 100)

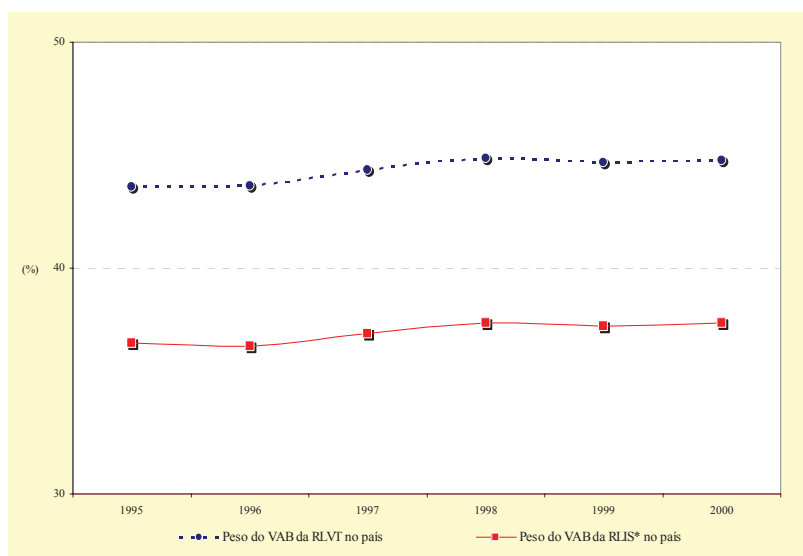


Fonte: Equipa de Avaliação a partir de dados do INE, Contas Regionais

A tendência de crescimento dos níveis de produtividade da região, na segunda metade da década de 90, em face do contexto nacional, aproximou-se bastante da tendência evidenciada pelo PIB per capita, posicionando-se os níveis de produtividade, em 2000, em cerca de 26% acima da média do espaço nacional (ver Gráfico 3-12). A consideração da nova configuração da NUTS II Lisboa permite quantificar o resultado esperado, que é o de uma melhoria da posição relativa da região, na sua nova configuração restrita, no contexto nacional, dado que a mesma passa a apresentar um nível de PIB per capita cerca de 48,6% acima da média nacional e um nível de produtividade 33,5% mais acentuado que a média nacional.

138. A região de Lisboa e Vale do Tejo tem seguido, deste modo, uma trajetória de reforço da sua dimensão económica no contexto nacional: em 1995 a região representava 43,6% do VAB gerado no espaço nacional, posicionando-se, em 2000, em cerca de 44,7% do mesmo. A consideração da nova configuração da NUTS II Lisboa revela aqui, ao contrário, um ligeiro declinar da importância da região, na sua nova configuração restrita, no contexto nacional, passando a mesma a representar, no ano 2000, cerca de 37,6% do VAB gerado no espaço nacional.

GRÁFICO 3-13: O PESO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL

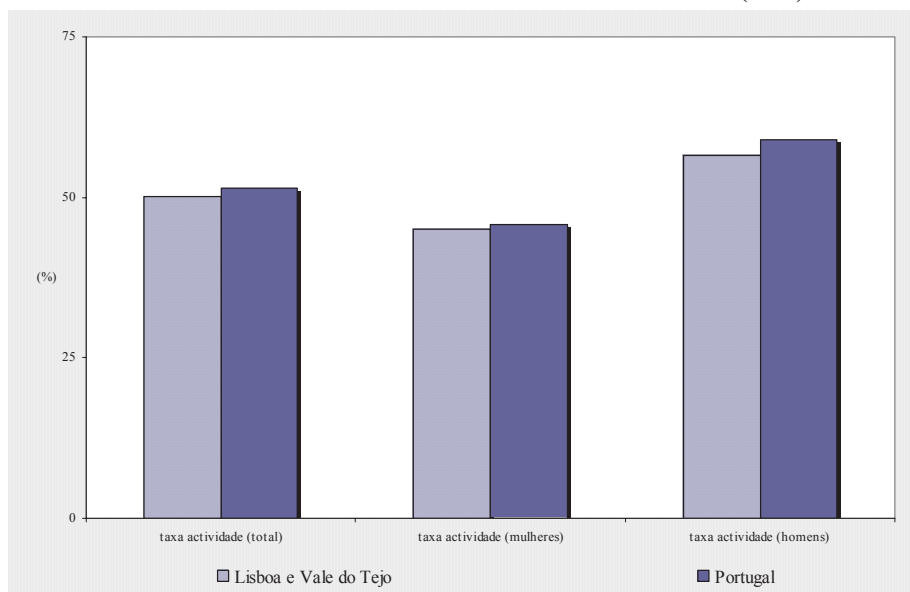


Fonte: Equipa de Avaliação a partir de dados do INE, Contas Regionais

139. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta no que respeita ao perfil do emprego e à dinâmica do mercado de trabalho uma combinação própria de factores de natureza estrutural e conjuntural que criam, em simultâneo, quer um potencial mais favorável, quer desafios mais exigentes. Assim importa notar:

- a) A taxa de actividade na região de Lisboa e Vale do Tejo, embora menor, aproximava-se bastante, em 2001, da taxa de actividade nacional (ver Gráfico 3-14) e, à semelhança do que ocorre no espaço nacional, apresentava uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (45,1% nas mulheres e 56,6% nos homens);

GRÁFICO 3-14: TAXA DE ACTIVIDADE EM LISBOA E VALE DO TEJO (2001)

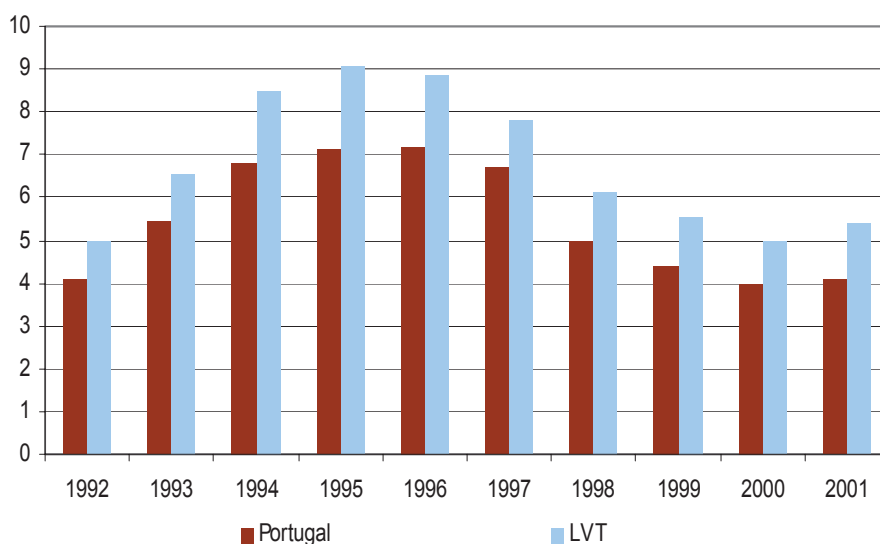


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

- b) A estrutura dos recursos humanos, no plano dos níveis de educação alcançados, evidenciada pela região destaca-se favoravelmente no contexto nacional, embora de forma não especialmente vincada. Com efeito verifica-se que, por um lado, 14,2% da população da região concluiu o ensino superior, superando os 10,6% do espaço nacional, enquanto que, por outro lado, o peso da população com habilitações inferiores ao 1º ciclo, apesar de ainda se revelar muito elevado, 43,1%, é inferior ao verificado no conjunto do espaço nacional, 49,4%;
- c) A estrutura de qualificações evidenciada pela região de Lisboa e Vale do Tejo é, também, mais favorável que a verificada para o conjunto do país, demarcando-se, até, de uma forma ligeiramente mais nítida que a estrutura dos níveis de educação, apresentado, desse modo, um maior peso relativo dos quadros superiores, quadros médios, encarregados e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações e, por oposição, um menor peso relativo dos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados, praticantes e aprendizes;

- d) A evolução registada, na última década, pela taxa de desemprego na região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma tendência pesada para um nível estrutural de desemprego superior em relação ao verificado no país (1-2 pontos percentuais acima da média nacional), embora acompanhando os movimentos conjunturais cíclicos verificados na economia nacional. A região evidencia, assim, face ao país, para além de um “desemprego friccional”, associado a uma maior mobilidade profissional, tecnológica e organizacional, naturalmente mais elevado, quer uma tendência para uma maior intensidade do fenómeno do desemprego, nos períodos de desaceleração do nível de actividade económica, quer uma menor capacidade de gerar os empregos necessários para satisfazer as complexas tendências demográficas que se manifestam na região (em especial as que surgem associadas aos fluxos de imigração, à diferenciação dos modelos familiares e à expansão das periferias urbanas).

GRÁFICO 3-15: O DESEMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
(EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO, %)



Fonte: Equipa de Avaliação a partir de dados do INE, Inquérito ao Emprego

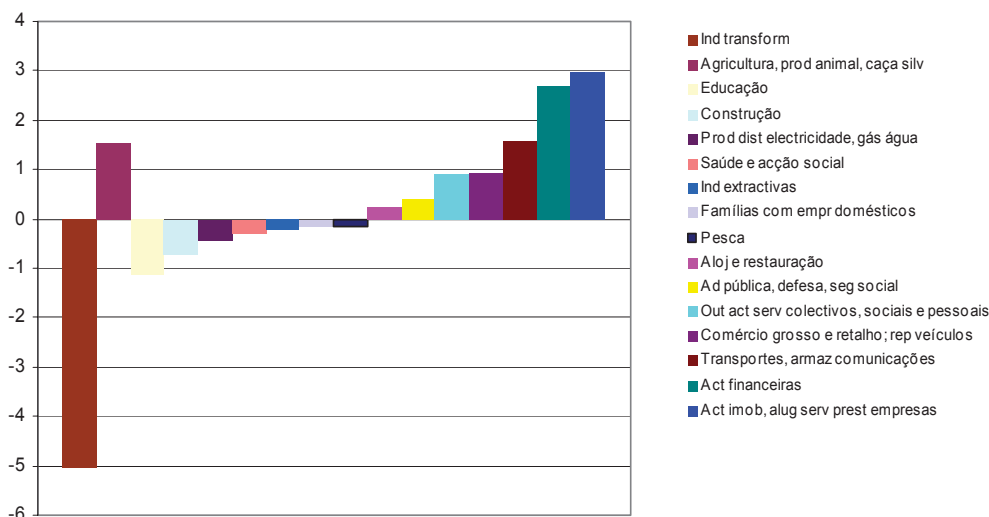
140. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, em termos de “demografia empresarial”, um dinamismo caracterizado por uma turbulência demográfica ainda mais acentuada que a revelada pela economia nacional, isto é, a região caracteriza-se por uma maior intensidade de criação de empresas de pequena, média e grande dimensão e um menor nível de criação de empresas de muito pequena dimensão. Contudo, a região evidencia, também, uma maior intensidade de encerramentos do que o continente ao nível das médias e grandes empresas.

141. A estrutura de especialização produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo, considerando a criação de riqueza, o valor acrescentado, por actividades a nível nacional, apoia-se em duas características fundamentais: uma considerável diversificação no quadro de uma especialização terciária bastante desenvolvida.

As actividades com maior expressão na região são, assim, as actividades de serviços, como as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, serviços financeiros e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, e as actividades de comércio, transportes e armazenagem. As restantes actividades surgem com menor expressão, nomeadamente, as indústrias transformadoras e extractivas, as “utilities”, a educação, saúde e acção social (ver Gráfico 3-16). Em termos mais detalhados importa notar:

- O traço essencial da especialização de actividades da região é dado, no plano global, pela sua polarização nas actividades de suporte ao dinamismo das empresas e dos consumidores, isto é, nas actividades associadas aos serviços às empresas, aos serviços financeiros, à logística e ao comércio, por um lado, e nas actividades associadas à função de principal centro administrativo e institucional do país, isto é, administração pública e serviços colectivos, por outro lado;
- A elevada eficiência alcançada nas actividades da agricultura, pecuária e pesca, evidenciada pelo valor acrescentado gerado, constitui um traço específico relevante na especialização da região;

GRÁFICO 3-16: ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
(INDICADOR DE LOCALIZAÇÃO PRODUTIVA SEGUNDO O VAB, 1999)

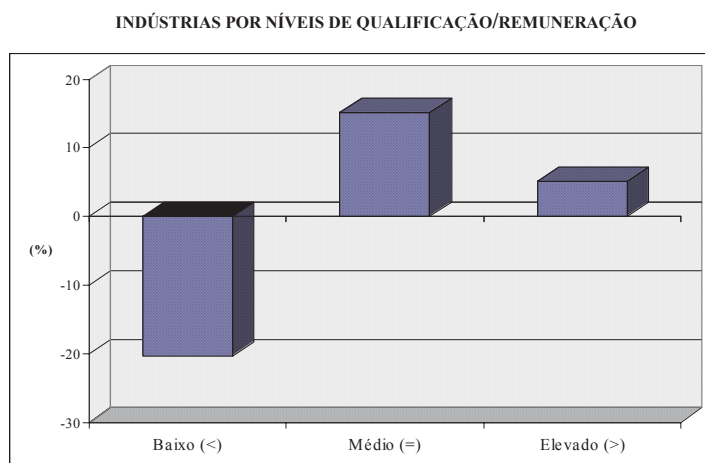
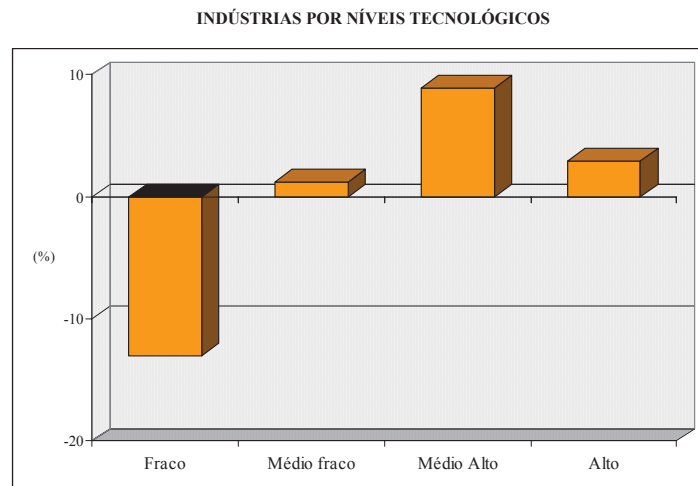
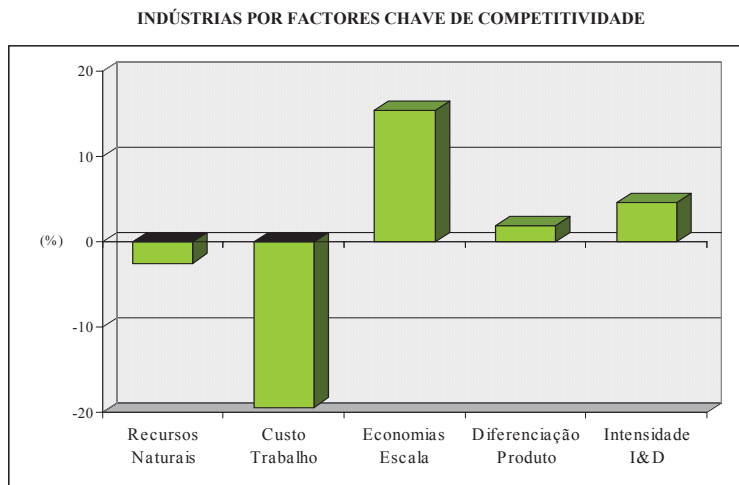


Fonte: Equipa de Avaliação a partir de dados do INE, Contas Regionais

- c) A análise da especialização produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo, no plano específico das actividades industriais, conduzida com base na distribuição da estrutura do emprego na região e na economia nacional, considerando os grandes segmentos competitivos, tecnológicos e de qualificação/remuneração em acção na organização industrial (ver gráfico 3-17) permite revelar quer a existência de diferenças muito significativas, quer, sobretudo, que essas diferenças configuram uma especialização industrial da região bastante mais favorável que a do país, isto é, portadora de uma menor vulnerabilidade nos factores que condicionam a capacidade concorrencial das empresas. Com efeito verifica-se:
- i) que os factores competitivos menos sofisticados, os níveis tecnológicos menos exigentes e os níveis de qualificação/remuneração mais baixos estão claramente “subrepresentados” na região;
 - ii) que os factores competitivos mais sofisticados, os níveis tecnológicos mais exigentes e os níveis de qualificação/remuneração mais elevados, estando claramente “sobrepresentados” na região, são sistematicamente superados pelos níveis intermédios, isto é, o perfil de especialização da região é marcado pelas economias de escala nos dos factores competitivos, pelo nível médio-alto na especialização tecnológica e pelo nível intermédio na mobilização dos recursos humanos em termos de qualificação e remuneração;
 - iii) que existe, portanto, uma margem de progresso qualitativo da especialização industrial da região que importa explorar de forma sustentada, seja por razões internas, consolidação dos clusters de actividades mais relevantes e resposta às procuras desenhadas pela evolução demográfica, seja por razões externas, na medida em que, no quadro das regiões capitais europeias, a articulação entre indústria e serviços é mais relevante na região de Lisboa.

142.O peso da região de Lisboa e Vale do Tejo no país, em termos de comércio internacional, é consideravelmente mais acentuado a nível dos fluxos de entrada (64,3%) do que dos fluxos de saída (37,1%). A região apresenta taxas de cobertura no comércio internacional deficitárias e baixas, quer seja no comércio intracomunitário (39,7%), quer seja no comércio extracomunitário (26,3%), que se caracterizam por serem bastante inferiores aos valores da economia nacional, que tal como a região, revela uma posição ao nível dos fluxos de comércio intracomunitário (66,2% de taxa de cobertura) mais favorável que ao nível dos fluxos extracomunitários (49,4%).

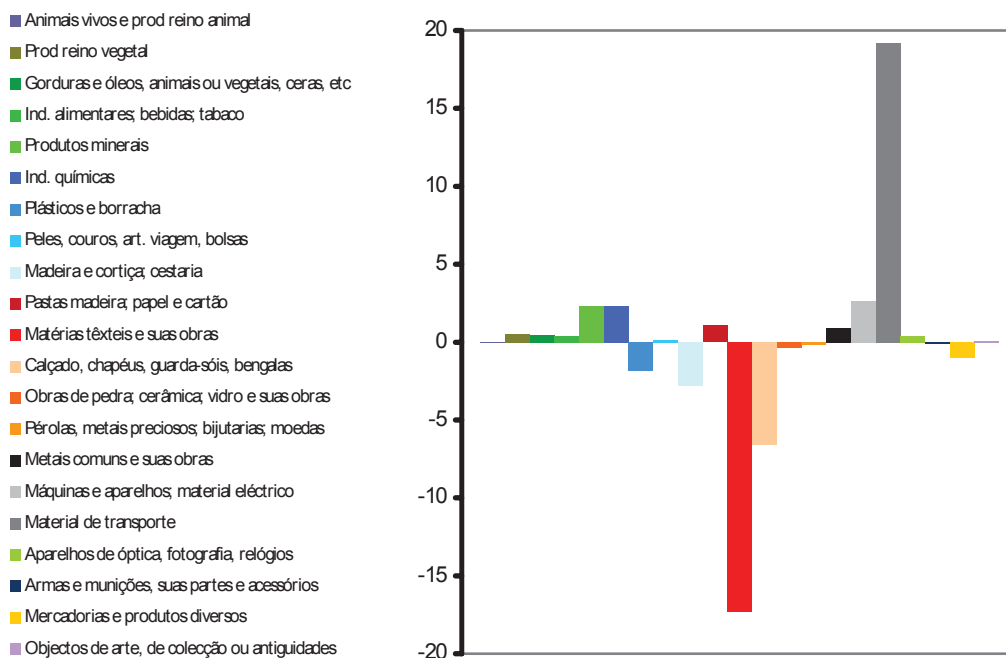
GRÁFICO 3-17: A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL (DIFERENÇA NAS ESTRUTURAS DE EMPREGO, EM %)



Fonte: Quadros de Pessoal, DETEF.

143. A região Lisboa e Vale do Tejo apresenta, considerando o peso dos fluxos de saída e dos fluxos de entrada no PIB, um grau de abertura um pouco superior à taxa correspondente ao espaço nacional. No entanto, em termos de taxa de penetração das importações e das chegadas, a região revela um menor grau de autonomia, ou seja, um maior grau de dependência global do que o espaço nacional, o que traduz um maior peso das importações e das chegadas no total da procura interna da região. Face ao espaço nacional, a região evidencia uma menor orientação para o mercado externo, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais.
144. A análise da especialização relativa de comércio internacional da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional, utilizando como variável as exportações, permite verificar que a região se apresenta como sendo especializada com forte expressividade na fileira metálica, muito em especial no “cluster” do material de transporte e, também, nas máquinas e equipamentos e no material eléctrico e electrónico, e em segmentos das fileiras de recursos naturais, nomeadamente nos produtos minerais não metálicos, indústrias químicas, pastas, papel e cartão e nas indústrias agro-alimentares, entre outros (ver Gráfico 3-18).

GRÁFICO 3-18: ESPECIALIZAÇÃO RELATIVA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL
(DIFERENÇAS NA ESTRUTURA DE EXPORTAÇÕES, EM %)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Anuários Estatísticos Regionais.

3.2.2. A evolução global da região no período mais recente (1998-2001)

145. A comparação da evolução global recente da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional (o período de referência utilizado corresponde a 1998-2001, isto é, desde ao período final do QCA II até ao ano mais recente para o qual existe informação coerente regionalizada), que se desenvolve de seguida, baseou-se numa bateria de indicadores construída a partir da informação disponibilizada pelo INE no quadro da publicação regular dos anuários estatísticos regionais⁶.

Procurou-se, também, utilizar essa informação para construir um indicador sintético de actividade que permitisse estimar, com alguma segurança, o PIB da região para 2001, em coerência com as contas nacionais⁷. Procedeu-se, finalmente, a uma articulação entre estes indicadores e os indicadores produzidos pelo Eurostat, para o mesmo período, para articular adequadamente, no tratamento da evolução do processo de convergência do PIB per capita, o referencial nacional no referencial europeu⁸.

146. O conjunto dos indicadores utilizados para situar o contexto económico global das intervenções enquadradas no PORLVT, seja na “situação de partida”, seja na sua evolução e transformação mais recente, (sistemizados nos gráficos 3-13 a 3-24 e nos quadros 3-3 a 3-6), permite fazer ressaltar as seguintes conclusões principais relativas à evolução recente da região e, portanto, à confirmação ou alteração do contexto que influenciou a estratégia de programação da intervenção:

- a) A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta indícios claros de estar a sofrer mais significativamente do que o resto do país os efeitos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final do ano 2000.

⁶ Aproveitamos para agradecer, na pessoa da respectiva directora, a colaboração prestada pela Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Instituto Nacional de Estatística, traduzida no acesso expedito aos resultados publicados, no final do mês de Agosto, relativos ao Anuário de 2002.

⁷ A estimativa obtida revelou, para o último ano disponível em contas regionais, isto é 2000, uma forte aproximação: o valor do PIB da região apurado nas contas regionais foi de 51,700 milhares de milhões de €, enquanto o valor, por nós estimado, com base no indicador sintético de actividade construído, foi de 51,854 milhares de milhões de €.

⁸ Utilizaram-se, para o efeito, os valores do anexo estatístico da “Economia Europeia” da primavera de 2003, isto é, o mais recente (ECFIN/ 156 /2003).

Esta característica é especialmente evidenciada pelo comportamento do sector da habitação, do consumo de electricidade e do desemprego, reflectindo, nomeadamente, os ajustamentos “em baixa”, suscitados nos comportamentos de consumo das famílias, em particular ao nível do consumo de bens duradouros, induzidos pela inevitável travagem e correcção do elevado nível de endividamento anteriormente alcançado;

- b) A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no entanto, indícios, igualmente claros, do prosseguimento de uma melhor performance qualitativa do que a do resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização.

Esta característica é especialmente evidenciada pela manutenção de um diferencial positivo de produtividade muito significativo, por uma maior capacidade de incorporar valor na produção de bens e serviços, de que é exemplo, na hotelaria, o melhor desempenho das receitas face às dormidas (justificado em parte relevante através da consolidação das melhorias globais suscitadas pela Expo-98) e pelo ritmo mais elevado de internacionalização intra-europeia (embora mais com base na dinâmica de consumo do que na dinâmica de produção da região);

- c) A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, assim, um perfil específico nos processos de convergência nas dimensões nacional e europeia. Com efeito, enquanto que, em termos nacionais, se verifica que a redução do “gap” entre a região de Lisboa e Vale do Tejo em termos de PIB per capita e de produtividade se fica a dever, em grande parte, ao referido impacto diferenciado da desaceleração conjuntural da economia portuguesa, em termos europeus, a região de Lisboa e Vale do Tejo prossegue uma caminho, lento, mas efectivo de convergência em termos de valores nominais (em €) que, no entanto, vai sendo cada vez menos expressivo em termos de paridades de poder de compra⁹.

⁹ Com efeito, a permanência duradoura, em Portugal, de um ritmo de inflação superior ao verificado no espaço global da União Europeia, conduz a uma progressiva aproximação dos níveis de preços dos cabazes de compras tomados como referência para o cálculo das paridades de poder de compra. As correcções – discretas – introduzidas pelo Eurostat para dar conta deste processo – contínuo – tendem, por outro lado, a fazer pesar – excessivamente – em certos anos o encontro dessas correcções com os resultados do processo de convergência de preços (é, nomeadamente, o caso do ano de 2000, que apresenta um salto demasiado brusco na conversão, para Portugal, dos valores em € em valores em PPS: +47,7% em 1998, + 44,6% em 1999, +36,7% em 2000 e + 34,5% em 2001).

QUADRO 3-1 – A EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA REGIÃO

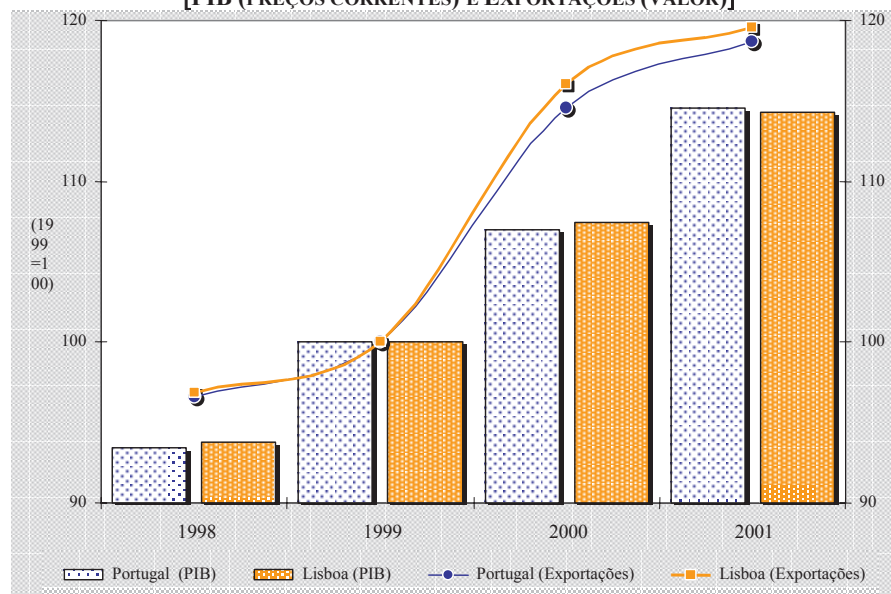
Indicadores	1998	1999	2000	2001
PIB, preços mercado (milhões €)				
Lisboa e Vale do Tejo	93,8	100,0	107,4	114,3
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	93,2	100,0	106,6	114,8
Portugal	93,5	100,0	107,0	114,5
Exportações intra(milhares €)				
Lisboa e Vale do Tejo	96,8	100,0	116,0	119,6
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	96,5	100,0	113,7	118,1
Portugal	96,6	100,0	114,6	118,7
Importações (milhares €)				
Lisboa e Vale do Tejo	89,4	100,0	115,2	117,1
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	96,7	100,0	115,5	118,1
Portugal	92,0	100,0	115,3	117,5
PIB per capita (milhares €)				
Lisboa e Vale do Tejo	94,3	100,0	110,3	116,7
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	93,3	100,0	106,3	113,8
Portugal	94,3	100,0	108,9	116,0
População Activa				
Lisboa e Vale do Tejo	99,6	100,0	100,0	100,6
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	99,9	100,0	100,3	100,8
Portugal	99,8	100,0	100,2	100,7
Desemprego				
Lisboa e Vale do Tejo	108,0	100,0	90,9	98,8
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	114,6	100,0	93,4	93,1
Portugal	111,9	100,0	92,3	95,4
Obras concluídas, Fogos Habitação novos				
Lisboa e Vale do Tejo	78,5	100,0	98,7	78,2
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	84,3	100,0	105,0	111,8
Portugal	82,4	100,0	102,9	100,7
Crédito Hipotecário Particulares (milhares de milhões €)				
Lisboa e Vale do Tejo	91,1	100,0	86,3	87,3
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	83,2	100,0	80,6	86,5
Portugal	86,7	100,0	83,1	86,9
Dormidas Estabelecimentos Hoteleiros (nº)				
Lisboa e Vale do Tejo	111,7	100,0	107,4	104,4
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	95,4	100,0	102,1	102,0
Portugal	99,0	100,0	103,3	102,5
Receitas Hotelaria (milhões €)				
Lisboa e Vale do Tejo	110,6	100,0	113,2	115,3
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	90,8	100,0	111,7	115,1
Portugal	96,9	100,0	112,2	115,2
Despesas Investimento Autarquias (milhões €)				
Lisboa e Vale do Tejo	87,2	100,0	108,9	128,1
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	90,6	100,0	109,9	138,2
Portugal	89,5	100,0	109,6	134,8
Consumo electricidade Doméstico (MKw)				
Lisboa e Vale do Tejo	91,2	100,0	104,9	110,4
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	92,7	100,0	106,0	112,2
Portugal	92,2	100,0	105,6	111,6
Consumo electricidade Indústria (MKw)				
Lisboa e Vale do Tejo	98,0	100,0	103,5	103,4
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	95,7	100,0	105,8	108,1
Portugal	96,4	100,0	105,1	106,7

Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

d) As características, atrás evidenciadas, para o processo de convergência económica da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional e europeu parecem manter-se apesar da redução relativa dos meios públicos afectos ao seu desenvolvimento económico e social, seja no quadro das restrições inerentes à sua situação de transição (“phasing-out”) no actual ciclo de programação financeira dos fundos estruturais europeus (2000-2006), seja no quadro da distribuição regional do investimento público suportado pelo OGE (o Gráfico 3-24, onde se representa a evolução das despesas de investimento das municípios, ilustra essa tendência).

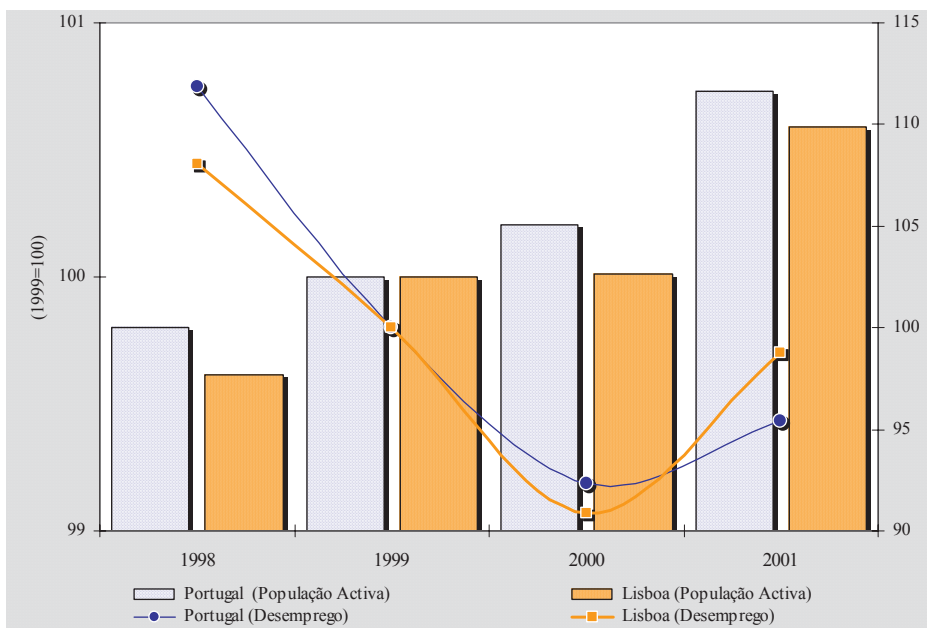
147. As estimativas apresentadas, se confirmadas, como se espera, revestem-se, no entanto, de especial relevância, na medida em que, se, por um lado, apoiam a lição do passado recente de que a convergência regional nacional se tem feito mais em tempos de crise ou desaceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a sofrer impactos negativos mais pronunciados) do que em tempos de progresso ou aceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a evidenciar maior capacidade de crescimento económico), colocam, por outro lado, a interrogação de saber se esta característica se manterá na próxima situação de recuperação de uma conjuntura desfavorável onde, pela primeira vez, a região de Lisboa e Vale do Tejo não poderá contar com apoios estruturais na quantidade e qualidade a que pode aceder desde a plena adesão à UE em 1986.

**GRÁFICO 3-19: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[PIB (PREÇOS CORRENTES) E EXPORTAÇÕES (VALOR)]**



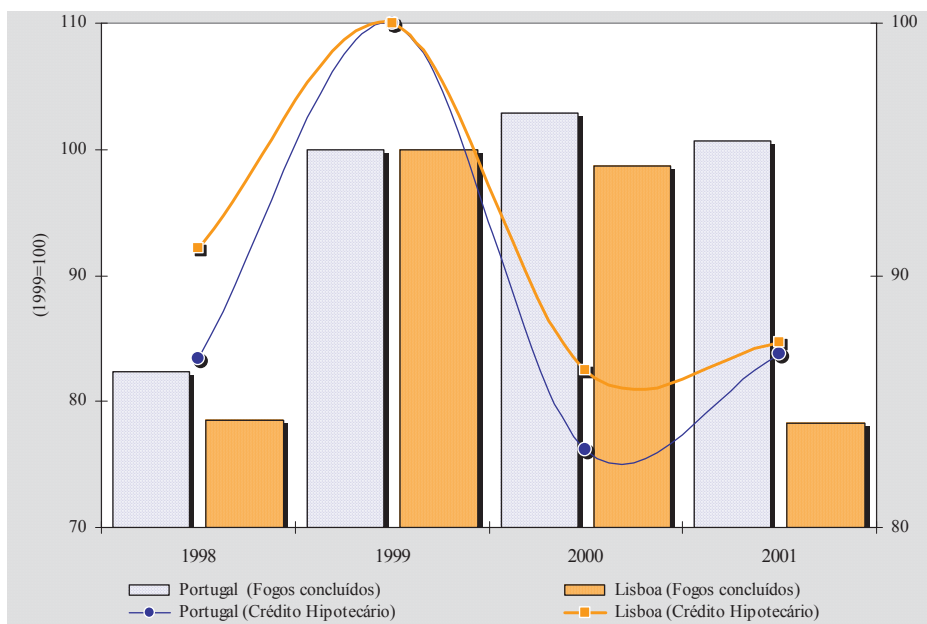
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-20: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[POPULAÇÃO ACTIVA E DESEMPREGO]**



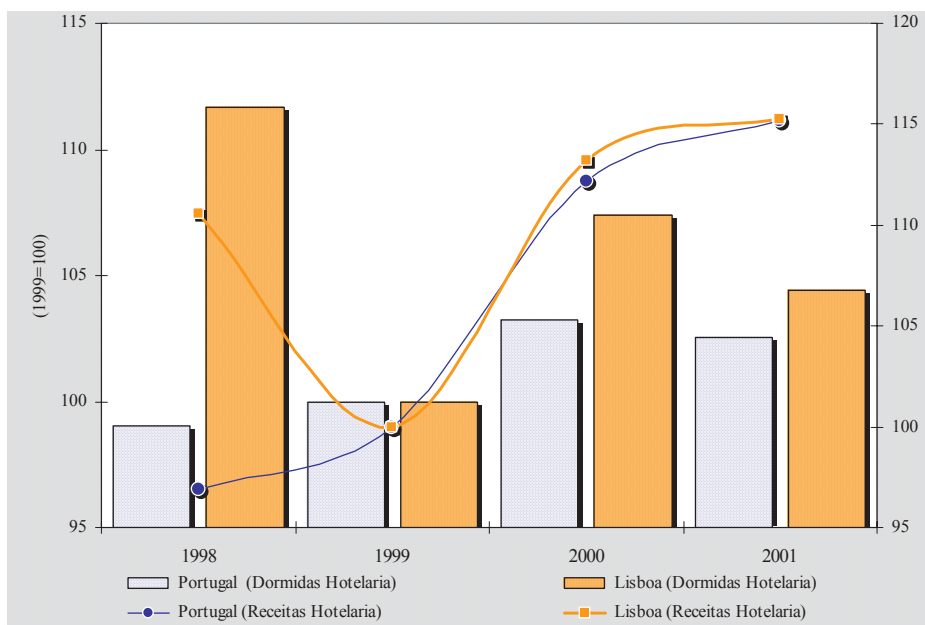
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-21: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO E CRÉDITO HIPOTECÁRIO]**



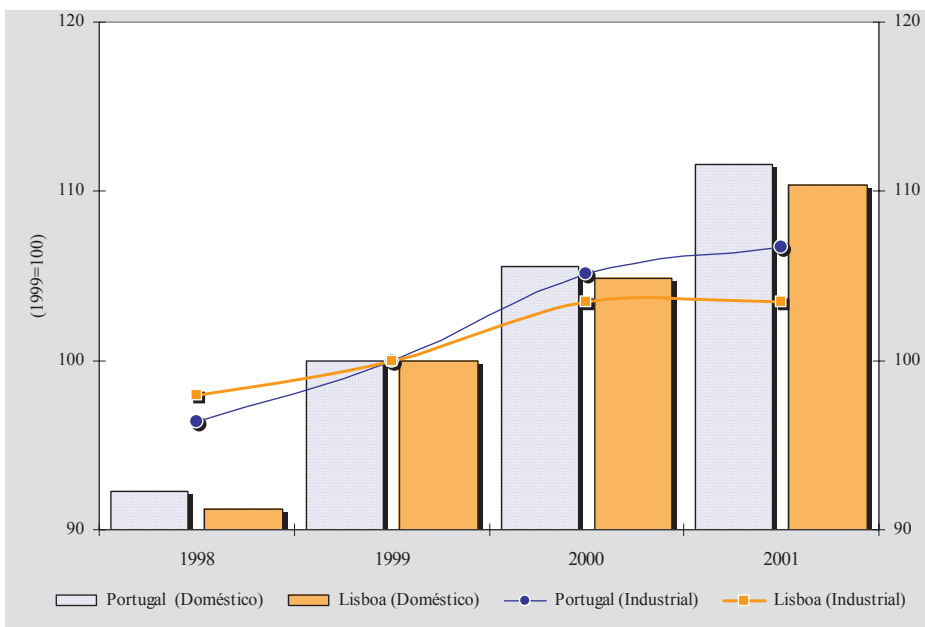
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-22: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[DORMIDAS HOTELARIA (Nº) E RECEITAS HOTELARIA (Nº)]**



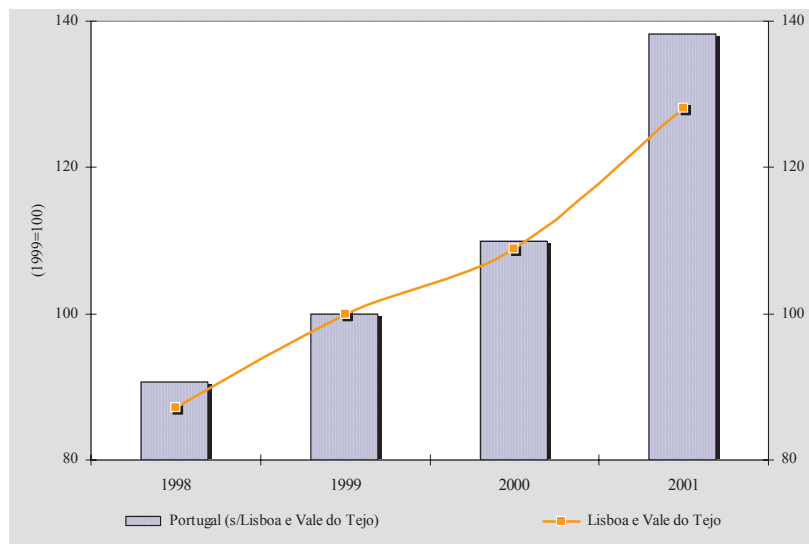
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-23: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[CONSUMO DE ENERGIA (USOS DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS)]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-24: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[DESPESAS DE INVESTIMENTO DAS AUTARQUIAS]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

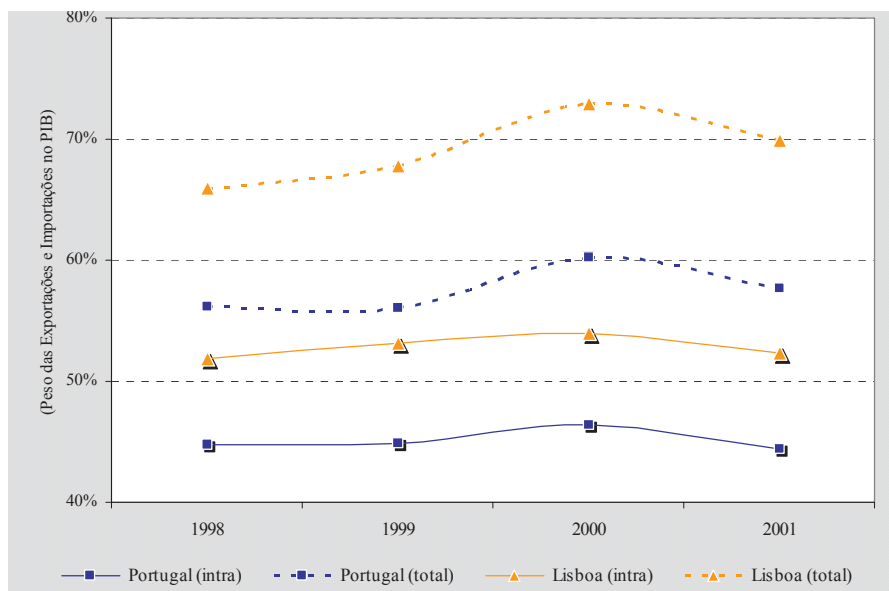
148. A evolução da inserção comercial internacional da economia portuguesa permite, pelo seu lado, identificar na evolução mais recente, que no essencial, reflecte uma forte continuidade, uma ligeiro reforço da polarização no espaço europeu por parte da região de Lisboa e Vale do Tejo, que vê crescer o peso do comércio intra-europeu, quer ao nível das suas exportações, que ao nível da sua abertura global (importações e exportações), enquanto, no resto do país, se passa exactamente o contrário. Trata-se, no entanto, de um sinal não suficientemente expressivo para poder ser considerado como uma tendência suficientemente definida.

QUADRO 3-2 – A EVOLUÇÃO DA ABERTURA COMERCIAL DA REGIÃO

Indicadores	1998	1999	2000	2001
Extroversão Comercial (X/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	18,3%	17,7%	19,1%	18,5%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	25,1%	24,2%	25,8%	24,9%
Portugal	22,0%	21,3%	22,8%	22,1%
Extroversão Comercial intra-europeia (X/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	14,7%	14,6%	15,1%	14,9%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	20,8%	20,3%	21,0%	20,0%
Portugal	18,1%	17,7%	18,3%	17,7%
Abertura Comercial (X+M/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	66,0%	67,8%	72,9%	69,9%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	48,2%	46,5%	50,0%	47,9%
Portugal	56,2%	56,0%	60,3%	57,7%
Abertura Comercial intra-europeia (X+M/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	51,8%	53,1%	53,9%	52,3%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	39,0%	38,2%	40,4%	38,1%
Portugal	44,8%	44,9%	46,4%	44,4%

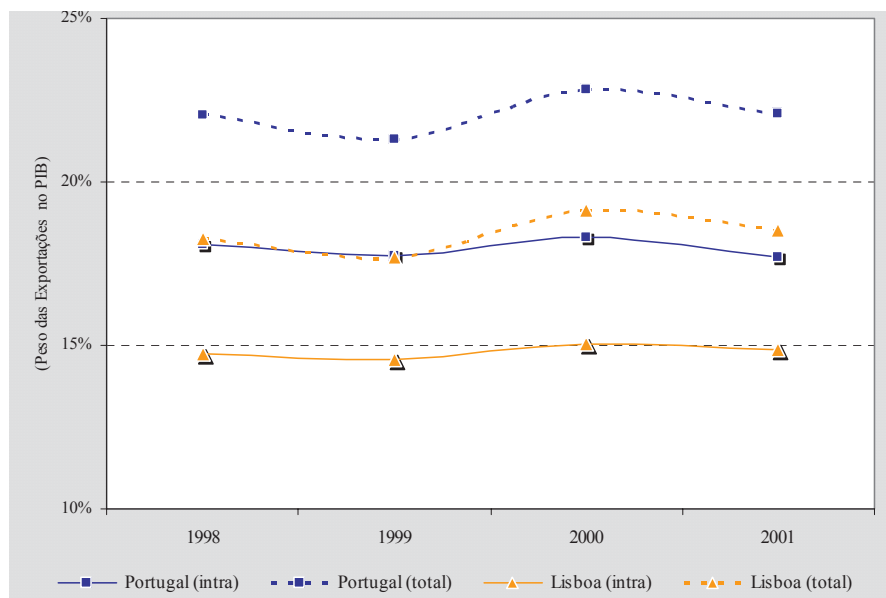
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-25: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[ABERTURA COMERCIAL TOTAL E INTRA-EUROPEIA]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-26: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[EXTROVERSÃO COMERCIAL TOTAL E INTRA-EUROPEIA]**

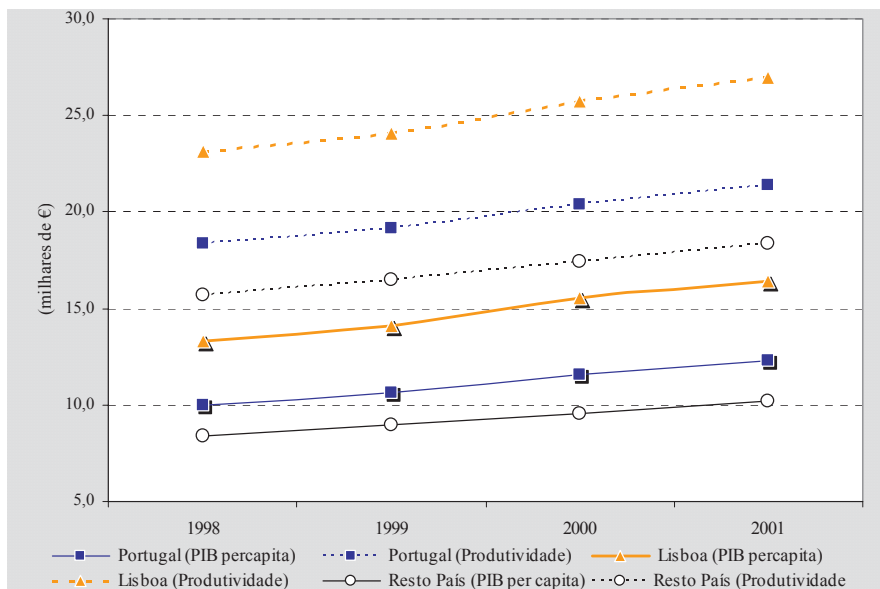


Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

Esta tendência, que tem um elevada probabilidade de confirmação, seja pela dinâmica de procura associada ao facto de a região comportar o principal pólo de consumo da economia portuguesa, seja pela dinâmica de investimento internacional associada ao facto de a região acolher alguns dos investimentos mais significativos realizados numa lógica de produção para o mercado europeu no seu conjunto (o sector automóvel constitui um bom exemplo), sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro, quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas e, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.

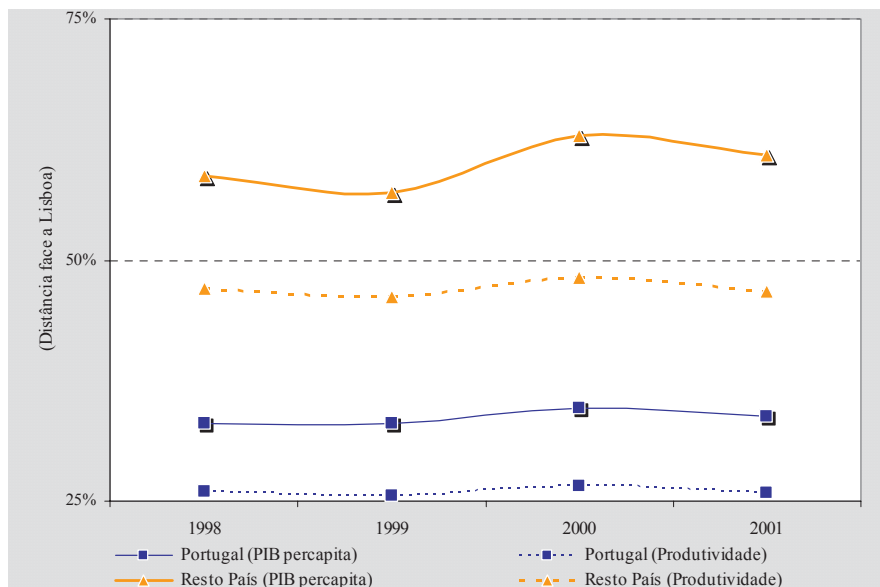
149. A sistematização da informação relativa à evolução agregada do nível de vida (PIB per capita) e da produtividade (Valor acrescentado por trabalhador) permite, pelo seu lado, confirmar a manutenção de um significativo diferencial positivo, favorável à região, no contexto nacional: o PIB per capita superava, em 2001, em 60,9%, o nível médio no resto do país, enquanto o VAB por emprego superava, em 2001, em 46,8%, o nível médio no resto do país.
150. A região de Lisboa e Vale do Tejo, para além desta situação qualitativa específica, apresenta, ainda um peso quantitativo bastante relevante (cf. Quadro 3-5) no contexto nacional. Com efeito, concentrando cerca de 1/3 da população e 45% do PIB a preços de mercado, a região de Lisboa e Vale do Tejo é responsável por 48% do tráfego aéreo internacional de passageiros, 53,6% do correio e 59,1% da carga movimentados nos aeroportos, 62,3% dos veículos ligeiros de passageiros vendidos e por 64,3% das importações totais da economia portuguesa.
151. A articulação entre as políticas estruturais regionais nos espaços nacional e europeu coloca, assim, desafios muito particulares e exigentes na gestão da transição da região de Lisboa e Vale do Tejo, no seio dos quais se destaca, sem dúvida, a capacidade de encontrar formas novas de sustentar a coerência dos processos de convergência através da ligação da projecção europeia da região de Lisboa e Vale do Tejo com um efectivo “catching-up” activo das outras regiões portuguesas no contexto nacional e europeu, isto é, essa articulação obriga a encontrar trajetórias concretas de investimento e desenvolvimento onde se possa verificar, simultaneamente, um aumento do “peso” europeu da RLVT e um redução do seu “peso” nacional.

**GRÁFICO 3-27: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-28: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[DISTÂNCIAS EM TERMOS DE PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

QUADRO 3-3 – O PESO RELATIVO DA REGIÃO NO PAÍS

Indicadores	1998	1999	2000	2001
PIB, preços mercado (milhares de milhões €)	44,9%	44,7%	44,9%	44,6%
PIB per capita (milhares €)	133,0%	133,0%	134,7%	133,7%
Emprego (milhares)	35,6%	35,6%	35,5%	35,4%
Produtividade (milhares €)	126,0%	125,5%	126,5%	125,9%
População	33,3%	33,4%	33,3%	33,3%
Activa	32,8%	32,8%	32,7%	32,6%
Desempregada	40,1%	41,5%	40,9%	43,0%
Consumo electricidade (MKw)	35,0%	35,1%	34,9%	34,6%
Doméstico	33,4%	33,8%	33,5%	33,4%
Indústria	30,1%	29,6%	29,1%	28,7%
Agricultura	42,4%	43,2%	72,5%	43,8%
Obras concluídas, Fogos Habitação novos	31,6%	33,2%	31,8%	25,8%
Crédito Hipotecário Particulares (milhares de milhões €)	46,4%	44,1%	45,8%	44,4%
Tráfego Comercial Aeroportos				
Passageiros (nº)			45,2%	45,2%
dos quais internacional			48,0%	48,0%
Carga (t)			62,0%	59,1%
Correio (t)			63,3%	53,6%
Veículos Automóveis Vendidos (nº)			60,0%	60,8%
Ligeiros passageiros			61,2%	62,3%
Pesados			61,8%	60,4%
Comércio Externo (milhares de milhões €)				
Importações	62,6%	64,5%	64,4%	64,3%
Intra UE	62,3%	63,5%	62,0%	62,4%
Extra UE	63,8%	67,1%	71,7%	69,8%
Exportações	37,2%	37,1%	37,6%	37,4%
Intra UE	36,6%	36,7%	36,9%	37,5%
Extra UE	40,0%	39,1%	40,6%	37,1%
Dormidas Estabelecimentos Hoteleiros (nº)	25,1%	22,3%	23,2%	22,7%
dos quais nacionais	25,2%	23,9%	24,8%	24,2%
Receitas Hotelaria (milhões €)	35,1%	30,7%	31,0%	30,7%
Despesas Investimento Autarquias (milhões €)	33,0%	33,8%	33,6%	32,1%

Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

152. A análise da evolução do processo de convergência económica da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto da economia europeia permite, pelo seu lado, dar conta de uma tendência complexa, que só poderá ser reforçada no futuro próximo, de articulação entre uma efectiva convergência do PIB per capita, quando avaliado em termos de € correntes – no período 1998-2001, a região deve ter progredido em 5,2 pontos percentuais, passando de 65,6% da média comunitária para 70,8% – com uma estagnação ou travagem da convergência do PIB per capita, quando avaliado em termos de paridades de poder de compra (PPS) – no período 1998-2001, a região deve ter regredido em 1,7 pontos percentuais, passando de 96,9% da média comunitária para 95,2%.

A explicação deste fenómeno, aparentemente contraditório, encontra-se num duplo movimento ao nível dos preços dos factores, bens e serviços, isto é, uma lenta mas efectiva convergência do preços absolutos e relativos articulada com um nível de inflação persistentemente mais elevado em Portugal face á média comunitária. Neste quadro, a correcção da passagem de valores em € para valores em PPS será cada vez menos relevante no caso português (relembra-se que essa correcção significava, em 1990, um aumento de 65%, para compensar as diferenças de preços, já só atingia, em 1995, 49,5% e situava-se, como se viu, em 2001, em 34,5%).

QUADRO 3-4 – A EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU

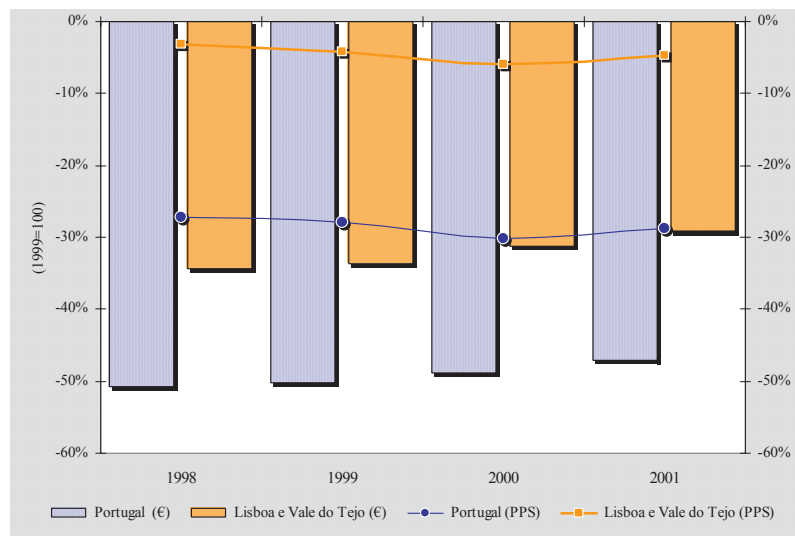
PIB per capita	1998	1999	2000	2001
(em milhares de €)				
UE15	20,276	21,269	22,580	23,232
Portugal	10,000	10,600	11,546	12,299
Lisboa e Vale do Tejo	<i>(UE15=100)</i> 49,3	<i>(UE15=100)</i> 49,8	<i>(UE15=100)</i> 51,1	<i>(UE15=100)</i> 52,9
Lisboa e Vale do Tejo	13,300	14,100	15,548	16,449
Lisboa e Vale do Tejo	<i>(UE15=100)</i> 65,6	<i>(UE15=100)</i> 66,3	<i>(UE15=100)</i> 68,9	<i>(UE15=100)</i> 70,8
(em milhares de PPS)				
UE15	20,276	21,269	22,580	23,232
Portugal	14,771	15,331	15,784	16,538
Lisboa e Vale do Tejo	<i>(UE15=100)</i> 72,8	<i>(UE15=100)</i> 72,1	<i>(UE15=100)</i> 69,9	<i>(UE15=100)</i> 71,2
Lisboa e Vale do Tejo	19,645	20,393	21,256	22,119
Lisboa e Vale do Tejo	<i>(UE15=100)</i> 96,9	<i>(UE15=100)</i> 95,9	<i>(UE15=100)</i> 94,1	<i>(UE15=100)</i> 95,2

Fonte: INE, Contas Nacionais e Contas Regionais; EUROSTAT; estimativas da equipa de avaliação.

153. Os desafios da convergência económica de Portugal e, em particular, da região de Lisboa e Vale do Tejo, situam-se, deste modo, cada vez mais no plano dos factores estruturais (qualidade do investimento, do crescimento e do modelo competitivo, melhoria rápida do nível de produtividade e sustentabilidade das intervenções estruturantes) e não no plano dos factores nominais ou conjunturais.

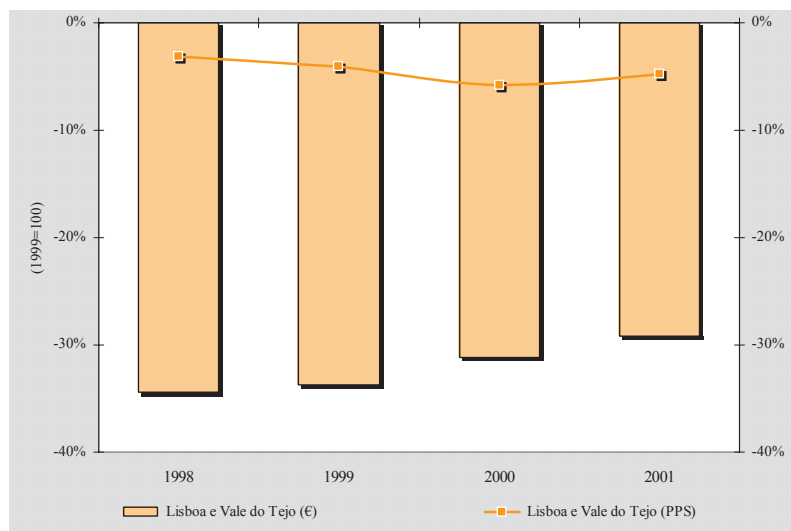
As consequências desta evolução são, como facilmente se compreende, bastante relevantes ao nível da formulação das políticas estruturais, na medida em que reforçam drasticamente a necessidade de viabilizar projectos de elevada qualidade, de alcançar níveis de selectividade mais elevados e deslocar progressivamente os referenciais de eficiência e eficácia do quadro nacional (menos exigente) para o quadro europeu e internacional (mais exigente).

**GRÁFICO 3-29: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E PORTUGAL VS UE15
[DISTÂNCIA DO PIB PER CAPITA (€ E PPS)]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 3-30: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS UE15
[DISTÂNCIA DO PIB PER CAPITA (€, ESCALA DA ESQUERDA E PPS, ESCALA DA DIREITA)]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

3.3. OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS DA REGIÃO

154. A configuração da especialização produtiva das regiões portuguesas constitui, talvez, o melhor indicador da importância da afirmação de estratégias que, sendo nacionais e de internacionalização, porque é a esse nível que se pode obter a massa crítica de objectivos e instrumentos que permitem construir a autonomia necessária, não podem ser neutras ou omissas em relação ao desenvolvimento regional, porque é ao nível da criação de efectiva igualdade de oportunidades em todo o território para as pessoas e as empresas e do desenvolvimento de uma nova lógica de especialização que garanta a cooperação inter-regional, que qualquer estratégia de desenvolvimento se constrói e pode vingar em Portugal.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, neste contexto uma posição específica no conjunto das regiões e sub-regiões que constituem o referencial de espacialização das actividades económicas no território nacional (NUTS II e III).

Esta posição, embora derivando das características e insuficiências do modelo de crescimento experimentado, não deixa de lhe conferir um apreciável potencial de desenvolvimento que se exprime numa dupla perspectiva de “condições de partida” e de “exigências concorrenciais”, isto é, no terreno dos factores competitivos, dos níveis tecnológicos e da qualificação dos recursos humanos mobilizados, através de uma posição estrutural mais favorável que a do resto do país, mas comportando, ainda, riscos de poder ficar “presa” numa situação intermédia à escala europeia, e no terreno da inserção europeia e internacional, através de uma posição estrutural também mais favorável, seja em termos de “ligações”, seja em termos de “receptividade” aos modelos da sociedade da informação e da economia baseada no conhecimento, que, no entanto, força a região a ter de prosseguir objectivos de desenvolvimento mais exigentes e num ritmo mais elevado.

155. A Região de Lisboa e Vale do Tejo constitui o grande pólo de consumo da sociedade portuguesa quer na dimensão quantitativa população/poder de compra, quer na dimensão qualitativa da difusão de modelos de consumo e de formas de distribuição, o que se revela particularmente importante na medida em que a especialização de cada espaço económico integrado, neste processo de globalização, desenha-se, cada vez mais, ao nível da procura, dos produtos e das competências e não ao nível da oferta, dos sectores e dos recursos.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, encontra-se, de facto, uma dinâmica relativamente completa de articulação entre economias de escala e de aglomeração, entre consumo de bens e de serviços, entre estratégias e comportamentos de custo e de qualidade.

Em termos de mercado regional na economia portuguesa, a RLVT constitui o único pólo que apresenta massa crítica para que a dinâmica de consumo possa ser considerada como factor estratégico de desenvolvimento, seja pelos efeitos de arrastamento a montante, seja pelo dinamismo de criação de emprego e rendimento, seja como factor de atracção e internacionalização, seja como elemento de articulação com outros espaços regionais do país.

156. A “chave” para a adequada exploração deste potencial de desenvolvimento reside na construção de uma estreita articulação entre a inserção dinâmica no processo, mais global, de internacionalização da economia portuguesa e a redução das disparidades internas de coesão económica e social que a caracterizam, isto é, na construção de uma nova capacidade de gerar riqueza (segundo critérios internacionais) e distribuir rendimento (no espaço nacional), num contexto aberto e competitivo.

A visão estratégica que emerge desta análise é a da necessidade de combinar adequadamente iniciativas e acções que promovam um processo, complexo e difícil, de afirmação internacional da região (ganhando peso e relevância à escala ibérica, europeia e mundial) e de reequilíbrio interno da região (perdendo peso quantitativo, que não relevância qualitativa, na afectação de recursos e na concentração da riqueza).

157. A construção de vantagens competitivas dinâmicas de médio e longo prazo no mercado mundial só é possível com base numa forte cooperação envolvendo o sector público e o sector privado que viabilize estratégias criativas de utilização dos factores produtivos e permita melhorar o poder de mercado das empresas portuguesas.

Neste quadro, podem ser apontados alguns grandes desafios que se colocam à região de Lisboa e Vale do Tejo:

- a) os desafios da afirmação de iniciativas e acções de desenvolvimento económico, social e ambiental protagonizadas por agentes económicos e políticos com estratégias centradas nas suas próprias potencialidades e limitações da região;
- b) os desafios do desenvolvimento de novos factores de atracção e conservação da localização das actividades económicas estruturantes;
- c) os desafios da implantação participada de formas de flexibilidade produtiva e organizacional, necessariamente valorizadoras do desenvolvimento e qualificação generalizada dos recursos humanos, em sintonia com o imprescindível upgrading tecnológico;

- d) os desafios da promoção da coesão económica e social, encarada como objectivo regional, nacional e comunitário;
- e) os desafios do enriquecimento e diversificação das funções desempenhadas pela região no quadro mais geral da estruturação dos espaços onde se insere - o espaço nacional e o espaço europeu.

4. AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROGRAMA

158. Neste capítulo procede-se à avaliação da relevância do PO, analisando o modo como o diagnóstico dos problemas, necessidades e desafios (ameaças – oportunidades) adere às realidades da “população-alvo” e aos contornos e tendências do respectivo “contexto” social, económico e institucional (4.1.), e, seguidamente, à avaliação da pertinência do PO, o que implica a apreciação do modo como os objectivos da intervenção são ajustados às necessidades da “população-alvo”, no quadro da consideração das “lições da experiência”, e para as prioridades, num contexto em evolução, aos níveis nacional e da UE (4.2).

4.1. AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO PO

159. O PORLVT estrutura a sua estratégia de intervenção com base nos resultados do diagnóstico efectuado sobre a situação de partida. Tendo subjacente que no horizonte desta avaliação intercalar se registam algumas alterações nessa mesma situação, fruto não só dos resultados entretanto obtidos com o Programa, mas também dos factores de crescimento associados à evolução “natural” das condições sociais e económicas, torna-se assim necessário, proceder a uma actualização daquele mesmo diagnóstico.

160. A análise do contexto da região, desenvolvida no capítulo anterior, permite avaliar a evolução da RLVT e a sua situação a nível nacional e europeu. No entanto a existência de dinâmicas subregionais claramente diferenciadas e a necessidade do seu aprofundamento à luz dos diversos domínios da temática da competitividade e da coesão económica e social implicam a quantificação e análise de um conjunto de adicional de indicadores como forma de complementar a análise do contexto já desenvolvida, e, deste modo, sustentar a “análise do diagnóstico de suporte da intervenção” que se desenvolve no ponto 4.1.3..

4.1.1. O modelo territorial da região e dinâmicas sub-regionais

161. Com base no diagnóstico da região e nos textos do Programa Operacional, podem distinguir-se três grandes sistemas territoriais na região, embora se possam identificar, no seu interior, diversos subsistemas (Figura 4-1): a Área Metropolitana de Lisboa, o Oeste e o Vale do Tejo.

Área Metropolitana de Lisboa (AML)

162. Marcada por fortes dinamismos económicos, demográficos e urbanísticos, a AML desenvolveu-se de forma axial, numa primeira fase, com a convergência de todos os principais eixos viários na cidade de Lisboa. Configuraram-se, assim, as diversas “linhas” (linha do Estoril, linha de Sintra, linha de Vila Franca) cuja diferenciação inclui também uma componente social - de Leste para Oeste, regista-se uma nítida gradação crescente do estatuto social da população residente.

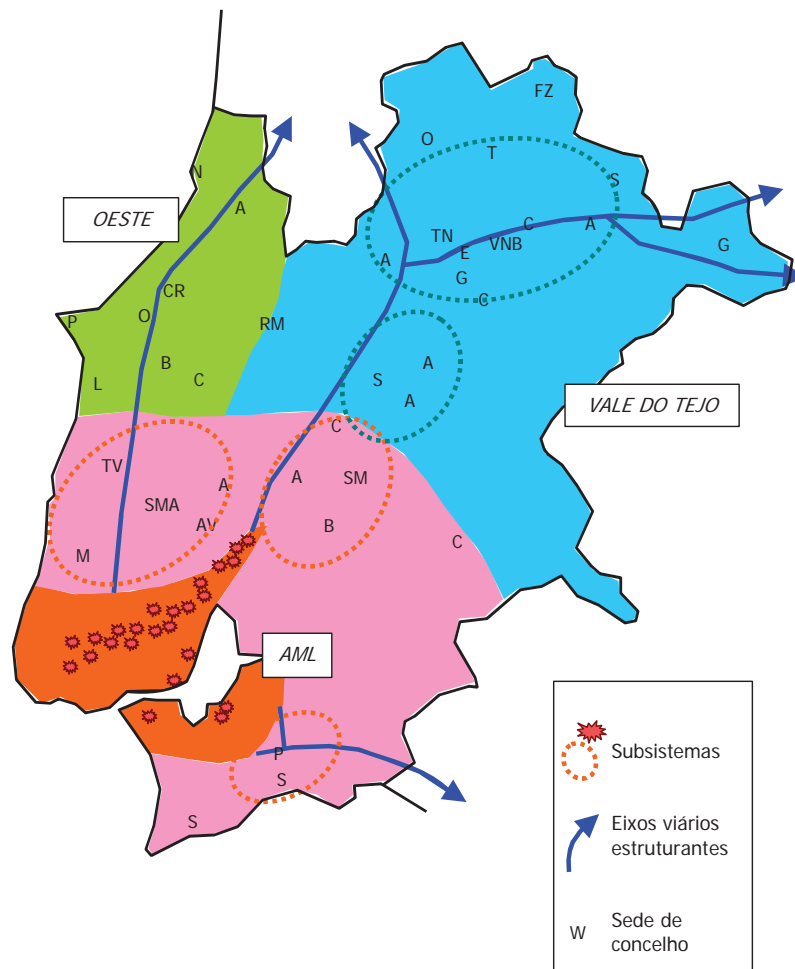
O desenvolvimento da margem Sul já corresponde a uma segunda fase, impulsionada pela construção da ponte sobre o Tejo, apresentando um crescimento em mancha formatado pela flexibilidade do transporte rodoviário.

Essas duas primeiras fases de desenvolvimento da Área Metropolitana são marcadas por fortes défices de planeamento e ordenamento do território, o que conduziu a situações particularmente críticas que vão desde a construção clandestina em larga escala, frequentemente feita em terrenos sujeitos a riscos naturais intensos (leitos de cheia, encostas demasiado inclinadas, ...), à desorganização da rede viária com graves prejuízos ao nível das acessibilidades e da poluição atmosférica, à deficiência das redes de saneamento básico ou a elevadíssimas densidades habitacionais decorrentes de um mercado imobiliário especialmente desregulado.

163. É na segunda metade dos anos 70 e especialmente a partir dos anos 80 que se afirma a necessidade e a urgência do planeamento e do ordenamento do território metropolitano. Coincidindo com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e com a recuperação económica da capital, a AML começa a ver resolvidos alguns dos problemas mais estruturais.

As novas acessibilidades e a modernização do tecido empresarial vão dar origem a uma nova fase de desenvolvimento da AML, que se passa a estender num espaço mais vasto e com tendência para a polinuclearização.

FIGURA 4-1: SISTEMAS E SUBSISTEMAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



164. Na AML, podemos distinguir três sistemas espaciais:

- i. A *Área Metropolitana Central*, configurada na 1ª e 2ª fases de crescimento urbano/suburbano, foi alvo de reorganizações importantes nas décadas recentes, sobretudo em termos de acessibilidades, a que se associam processos de requalificação económica relevantes.
- ii. Imbricado na AML Central, destaca-se um segundo sistema, descontíguo, formado por *espaços urbanos e suburbanos desqualificados* e constituído, na sua maioria, pelas áreas periféricas mais degradadas, sujeitas a uma pressão urbanística intensa e a fenómenos de construção anárquica e clandestina, em muitos casos com forte pressão demográfica exercida por uma população recém-chegada e, por isso, desenraizada e vulnerável ao risco de exclusão

social. Incluem-se, também, neste sistema os interstícios desqualificados situados no interior da cidade de Lisboa e a sua envolvente imediata.

iii. A *Área Peri-Metropolitana* (em processo de metropolização) corresponde à expansão mais recente da AML induzida pelo considerável incremento das acessibilidades regionais. Distinguem-se, nesta área, três subsistemas relativamente individualizados:

- a. o *subsistema polarizado por Torres Vedras*, área onde se faz sentir, com alguma intensidade, o processo de expansão da AML para Norte, sobretudo após a construção da A8; para além da importância das actividades agrícolas direccionadas para o abastecimento a Lisboa, tem-se registado um dinamismo industrial significativo; este espaço marca com nitidez a transição entre o urbano e o rural na Região;
- b. o *subsistema Baixo Tejo*, área que beneficia do seu atravessamento por importantes vias de comunicação (o rio Tejo, a Linha do Norte, a A1), o que justifica uma dinâmica demográfica e económica significativa, ancorada, especialmente, nas actividades de logística e armazenagem;
- c. o *subsistema Setúbal-Palmela*, área marcada pela centralidade da cidade de Setúbal associada à importância das suas infraestruturas portuárias o que proporcionou um desenvolvimento industrial relevante; nos anos mais recentes, o maior dinamismo económico está associado à instalação da AutoEuropa no concelho de Palmela; a construção da Ponte Vasco da Gama e da A12 vieram incrementar as oportunidades económicas neste subsistema.

165. No âmbito da coesão social, o desequilíbrio fundamental encontra-se assim precisamente no interior da *Área Metropolitana*, onde se localizam, a par, espaços altamente qualificados e outros que constituem autênticos “ghettos” sociais, com sérios problemas de exclusão, de pobreza e mesmo de saúde. A afluência a Lisboa, a um ritmo crescente, de populações muito carenciadas, como são a maioria dos imigrantes que procuram emprego nos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho, tem feito ampliar, nos anos mais recentes, esses espaços de marginalidade social. O défice de resposta do mercado formal de habitação ao nível dos grupos sociais mais desfavorecidos tem contribuído bastante para a total desqualificação desses espaços.

Oeste

166. As actividades agrícolas e, em especial, a vinicultura tem assumido e mantém actualmente um papel muito importante na economia desta sub-unidade regional, marcando nitidamente a paisagem. As novas potencialidades configuradas pela abertura da A8 traduziram-se, sobretudo, no crescimento demográfico alimentado por uma população que efectua diariamente o trajeto para trabalhar na AML. Paralelamente, tem-se assistido a um apreciável desenvolvimento das actividades turísticas e de lazer associado às segundas residências localizadas quer na orla costeira, quer no campo. Este espaço é polarizado pelas Caldas da Rainha, embora se esboce uma tendência para a polinuclearização, nomeadamente com a afirmação do Bombarral como centro secundário.

Vale do Tejo

167. Configurada pelo rio Tejo e pelos eixos viários e ferroviários que reproduziram, em larga medida, o traçado fluvial, esta subunidade regional apresenta dois subsistemas com características distintas:

- i. Lezíria do Tejo, área polarizada por Santarém, principal centro de serviços da subregião e sede da área agrícola com os maiores níveis de produtividade e rendibilidade do país;
- ii. o Médio Tejo, área estruturada em torno do triângulo Tomar-Torres Novas-Abrantes, com uma tradição industrial em recessão; aqui se situa a bifurcação do corredor multimodal que configura a estrutura das acessibilidades a Lisboa a partir do Norte e do Nordeste.

4.1.2. O aprofundamento do diagnóstico da região: breve caracterização intra-regional dos domínios subjacentes à competitividade e coesão económica e social

168. Por razões que se prendem com o estabelecimento de um modelo analítico coerente que permita ultrapassar, entre outros, os problemas relacionados com os processos de quantificação e análise de dados (identificação de comunalidades entre variáveis e de componentes de redundância dos dados), foi concebido um quadro que pretende sistematizar, com base nos indicadores avançados no ponto anterior, a análise dos domínios subjacentes à competitividade e coesão económica e social.

A quantificação dos indicadores de contexto que se apresenta nos quadros que se encontram em anexo a este capítulo (Anexo IV.A), resultou do balanço entre, por um lado, a disponibilidade e a qualidade da informação estatística existente e homologada nos serviços oficiais e, por outro, a

possibilidade de, tendo em conta o seu nível de desagregação espacial e grau de actualidade¹, poder permitir uma comparação intra-regional ou com outros períodos/anos de referência, por forma a poderem-se identificar eventuais variações estatisticamente significativas.

No “*Anexo IV.A. – Informação adicional para a actualização do diagnóstico de suporte da intervenção*” apresentam-se os quadros com os indicadores quantificados que foi possível recolher para os anos mais recentes e que suportam a síntese analítica que se segue, tendo por referência uma análise intra-regional dos domínios temáticos da competitividade e coesão económica e social. Nesta análise incluem-se ainda os resultados do processo de audição dos actores (gestão e promotores) que se relacionam com a situação da região e que poderão ser aprofundados no Volume 4 deste relatório.

Actividades Produtivas e Dinâmica Empresarial

169. A Região da Grande Lisboa detém cerca de 71% do total do PIB regional (valor que sobe para cerca de 84% quando se acrescenta a participação da NUTS III Península de Setúbal). Noutras variáveis económicas como a produtividade destaca-se igualmente a região da Grande Lisboa, com valores significativamente superiores aos registados na RLVT e no Continente. No interior da região apenas as NUTS III Oeste e Médio Tejo revelam níveis de produtividade abaixo da média nacional.

170. A análise intra-regional das estruturas de especialização da região permite verificar que a sub-região da Grande Lisboa e a Península de Setúbal revelam especializações produtivas muito semelhantes à da região, muito centradas nos sectores do comércio, serviços financeiros, serviços às empresas, outros serviços, turismo e em indústrias que exploram intensivamente a obtenção de economias de escala e a diferenciação do produto e, no caso da Grande Lisboa, a I&D, como sejam as indústrias da fabricação de material de transporte, de produtos químicos e farmacêuticos, entre outras actividades industriais de maior valor acrescentado.

As sub-regiões da Lezíria do Tejo e, sobretudo, do Oeste e Médio Tejo apresentam, por outro lado, estruturas produtivas menos diversificadas que as anteriores, bastante menos centradas nos serviços e na exploração, a nível industrial, de economias de escala, na diferenciação do produto e na I&D, e revelam um peso mais elevado da agricultura e das actividades industriais que utilizam como factor competitivo predominante o fácil acesso a uma gama de recursos naturais

¹ A necessidade de obter dados estatísticos desagregados ao nível das NUTS III implicou, algumas vezes, a consideração de informação menos actualizada que aquela em que se baseou a actualização do contexto da intervenção desenvolvida no capítulo 3.

abundantes e diversificados, como sejam os casos da fabricação de produtos agro-alimentares e de produtos cerâmicos.

171. Ao nível da caracterização do perfil de especialização por factores-chave de competitividade observa-se que, a região se apresenta como “sub-especializada” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho e como “sobre-especializada” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de I&D, da diferenciação do produto e dos recursos naturais como factores de competitividade.

A NUTS III Oeste apresenta um padrão de especialização centrado fortemente na exploração de recursos naturais, sendo reveladas carências nos sectores que assentam na valorização dos restantes factores de competitividade, o que contrasta com o perfil evidenciado pelo conjunto da região. A sub-região da Grande Lisboa apresenta um padrão de especialização muito similar ao padrão regional: revela-se como sendo “sobre-especializada” em sectores que apostam na exploração de economias de escala, I&D e diferenciação do produto e como sendo “sub-especializada” nos sectores que exploram os baixos custos de trabalho. A única divergência detectada reside no facto da sub-região Grande Lisboa se mostrar como sendo “sub-especializada” na exploração de recursos naturais.

A Península de Setúbal apresenta um padrão de especialização centrado fortemente na exploração de economias de escala e também na diferenciação de produto, enquanto que se encontra como “sub-especializada” nos sectores que exploram os baixos custos de trabalho, os recursos naturais e a I&D. Por fim, o Médio Tejo apresenta um padrão de especialização centrado na exploração de economias de escala e de recursos naturais. As carências da região revelam-se nos sectores que assentam na valorização dos restantes factores de competitividade.

172. Os dados empíricos antes apresentados não deixam de ter reflexos na percepção manifestada pelos actores envolvidos no Programa quando questionados sobre a situação actual da Região e as mudanças verificadas de 2000 para 2003. Enquanto no que respeita à audição dos responsáveis pela gestão do PO, a exploração das respostas obtidas em termos da pontuação atribuída (de 1 – situação má ou reduzida - a 6 - situação muito boa ou elevada) aos vários itens que configuram o domínio das actividades produtivas e dinâmica empresarial, evidencia um posicionamento relativamente pouco optimista (média teórica das respostas = 3,5 versus média agregada total obtida = 3,6), surgindo a “qualidade da produção agrícola e florestal” e a “criação/promoção produtos e marcas regionais”, com uma apreciação abaixo da média, já para os promotores tal apreciação assume claramente contornos mais pessimistas, acrescendo aos itens já avaliados negativamente pela gestão o da “criação e desenvolvimento de *clusters*”.

No entanto, quando os actores (gestão e promotores) são questionados sobre as mudanças entretanto ocorridas na situação de partida, verifica-se uma apreciação mais positiva que, apesar de tudo, não é suficientemente contrastada relativamente à média teórica, facto que está em relação directa com uma maior frequência relativa de respostas que consideram a não alteração significativa das condições de partida da Região.

Inclusão Social

173. Neste âmbito foi considerado um conjunto alargado de dimensões analíticas cobrindo o universo dos contextos de desagregação do conceito subjacente a esta área temática (político, cultural, social, económico, formação/informação e contexto residencial).
174. Como reflexo dos rendimentos médios mais elevados dos residentes na Região, as despesas familiares na aquisição de alguns produtos e serviços são mais elevadas que no País. No entanto, não deixa de ser interessante verificar que enquanto para alguns produtos mais banais (como o vestuário e calçado) essa diferença é de apenas mais 4 pontos percentuais, já no que respeita às despesas familiares médias anuais em lazer, distração e cultura, ou com hotéis, restaurantes, cafés e similares, aquela diferença aumenta para 25 e 28 pontos, respectivamente. Se no caso do último indicador pode estar, em grande medida, reflectido o efeito associado às maiores distâncias médias entre locais de residência e de emprego, já no caso da aquisição de bens ou serviços de lazer e cultura é nítida a maior valorização social de um consumo potenciador de mais elevados níveis de inclusão.
175. Na dimensão social, e como factores mais negativos, é de salientar uma maior tendência para o envelhecimento da população residente na Região (102.3 no País e 109.9 na Região, em 2000) e uma maior incidência da criminalidade geral. Mas, é também nesta dimensão que se verificam fortes diferenças internas à Região. Por um lado, o envelhecimento populacional é muito mais acentuado no Oeste, Médio Tejo e Lezíria e, por outro, a taxa de criminalidade apresenta valores na Grande Lisboa e na Península de Setúbal que muito se afastam, tanto do valor nacional como, de forma mais vincada, das restantes NUTS III retidas para análise.
176. Indicadores como a taxa de abandono escolar precoce ou a % de idosos utentes de serviços de acção social, não apresentam valores muito diferentes comparativamente aos níveis nacional ou intraregional. No entanto, já no que se refere ao nº de médicos por mil habitantes, para além de não se verificarem alterações face à situação globalmente detectada em 1997, registam-se valores de cerca de metade da média nacional nas NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria.

177. Na dimensão económica, à semelhança do que já antes se referiu para a área temática das actividades produtivas e dinâmica empresarial, para além de um aumento da taxa de desemprego face à situação de partida do PO, salienta-se uma inversão da situação nacional e regional relativamente ao comportamento do desemprego dos adultos jovens. O desemprego de longa duração assume na região valores próximos dos registados a nível nacional (39,7% face a 39,2% no país).
178. Relativamente aos indicadores retidos no âmbito da dimensão formação/informação, a Região apresenta sempre uma situação mais favorável que o conjunto do País, sendo de destacar, pela importância que merecem no contexto da detecção das maiores fragilidades de acesso à informação, as diferenças encontradas para os indicadores “% de agregados domésticos com computador pessoal” e “% de agregados domésticos com computador pessoal com acesso à internet”.
179. Também para o conjunto dos indicadores referidos ao contexto residencial, a Região está sempre numa posição mais favorável que o conjunto do País, com especial destaque para as variáveis que reflectem as condições de vida urbana, não podendo deixar de salientar-se a sua melhoria generalizada, da situação de referência do PO (1997) para os resultados do Censo de 2001, tanto a nível nacional como regional.
180. Em síntese, pesem embora alguns factores negativos do comportamento demográfico (com implicações directas na necessidade de investimentos de suporte a esta população em algumas das sub-regiões), nalguns casos agravados pela deficiente cobertura por pessoal médico, a Região apresenta num amplo leque de indicadores de consumo uma situação privilegiada face ao todo nacional.
181. Esta realidade evidenciada pela análise quantitativa tem, como seria de esperar, correspondência nas opiniões manifestadas pelos actores auscultados. Enquanto que a gestão do PO tem uma opinião mais negativa sobre a situação actual relativamente aos “serviços e condições de apoio pessoas com deficiência ou doença crónica” e à “exclusão social” em geral (cuja média agregada de respostas está abaixo da média teórica – 3,5), os promotores manifestam uma opinião mais negativa (abaixo da média teórica) relativamente a todos os itens analisados neste domínio. No que respeita à evolução entre 2000 e 2002, a maioria dos inquiridos considera que a situação se manteve, sendo que 25% (gestão) a 30% (promotores) das respostas evidencia uma opinião optimista.

Instituições e Governância

182. A recolha/disponibilização de informação oficial que permitisse quantificar os indicadores sugeridos pela equipa veio a revelar-se, no âmbito desta área temática, ou demasiado morosa (e com uma elevada margem de erro associada – levantamentos através de sites internet, por exemplo), ou não passível de desagregação pelas unidades territoriais retidas para análise. Deste modo, a pretensão de abarcar as dinâmicas espaciais na perspectiva do desenvolvimento de espaços em rede, a cooperação entre os diversos tipos de agentes e o papel das organizações e dos movimentos sociais na qualificação do tecido institucional, não foi inteiramente superada, apesar de ser possível dispor de alguns indicadores que não comprometem em definitivo o exercício idealizado.
183. Quando se considera a dimensão “exercício da cidadania”, os indicadores quantificados que foi possível obter (% de mandatos de independentes nas eleições para as Câmaras Municipais e a % de votos obtidos por candidatos independentes nas eleições para a Assembleia de Freguesia – STAPE, 2001) podem ser alvo de uma dupla leitura.
184. Estes indicadores, ao aferirem, de forma directa, o grau de adesão (o acto de votar) e, de forma indirecta, o grau de envolvimento (o acto de candidatar), dos cidadãos na vida política não partidária, podem assim ser lidos, ou na óptica do grau de integração/organização no espectro político/partidário – sobretudo relevante quando prevalece um sentimento de identificação com o ideário ou a percepção da recompensa –, ou na óptica da capacidade de mobilização das forças vivas locais, seja por razões de descontentamento face aos partidos, seja, entre outras razões, pela percepção de que a resolução dos problemas locais não passa pela adesão a estruturas que, apesar de desconcentradas ou descentralizadas, assumem a defesa de interesses que apenas são relevantes (para o senso comum) a uma menor escala (nacional ou europeia).
185. É interessante verificar que no casos dos dois indicadores referidos, as NUTS III Oeste e Médio Tejo são aquelas onde se verifica uma maior percentagem de mandatos de independentes nas eleições para as Câmaras e, correlativamente, uma maior percentagem de votos em candidatos independentes para as Assembleias de Freguesia. Aliás, a comparação entre os valores da Região e os do País, desde logo parece revelar que este tipo de comportamento está mais associado a áreas rurais, também potencialmente aquelas onde os níveis de consciência política menos se organizam em torno de projectos partidários naturalmente mais orientados para uma visão mais ampla e, eventualmente, mais integrada dos problemas locais.
186. No entanto, adoptando uma outra óptica de valorização pela positiva destes resultados, não pode deixar de se afirmar que é também nas áreas mais rurais que parece prevalecer um maior

sentimento de comunidade (ou de identidade), cujas virtualidades em termos de mobilização dos agentes e das vontades se constitui como um potencial de desenvolvimento a não esquecer na aplicação das políticas co-financiadas.

187. Um indicador sobremaneira relevante para a aferição da qualidade da relação entre as instituições e os cidadãos refere-se à celeridade do processamento da Justiça. O indicador “% de processos cíveis findos em relação ao total de processos (entrados e pendentes)” deve ser lido com alguma cautela, pois incorpora o fenómeno da acumulação de processos, que apesar de ao longo dos últimos anos ter vindo a ser superado (a análise do balanço anual entre processos entrados e processos findos tem vindo a ser, na generalidade, bastante positivo), ainda permanece, por inércia, principalmente nas áreas de maior concentração populacional do País. Deste modo, enquanto a Região está numa situação menos favorável que o País, todas as NUTS III, com excepção das mais urbanas, se encontram numa posição mais favorável.

188. Em síntese, na área temática das instituições e governância verifica-se a necessidade de apurar informação de qualidade que permita assegurar a monitorização das várias dimensões sugeridas pela equipa. Os indicadores analisados mostram, por um lado, um mais elevado grau de integração na vida político-partidária por parte dos territórios mais urbanos, sendo também nestes que se verificam os maiores défices de despacho dos processos cíveis acumulados.

189. Os resultados do processo de auscultação da gestão e dos promotores, mais ricos do ponto de vista da diversidade dos sub domínios abrangidos (opiniões sobre a “articulação entre Administração Pública Local e Central”, a “articulação regional entre organismos da Administração Central”, a “qualidade da prestação de serviços públicos”, a “participação cívica e qualidade do tecido associativo” e o “ordenamento do território”), apontam para padrões de resposta diferentes. De facto, as opiniões da gestão e dos promotores não são coincidentes, já que estes últimos apresentam uma constância de resposta que privilegia uma opinião menos favorável sobre a situação actual da Região. Relativamente aos primeiros, destaca-se uma opinião mais favorável sobre a situação actual da Região no que respeita à “articulação entre Administração Pública Local e Central”. Mas já a “articulação regional entre organismos da Administração Central” merece uma apreciação negativa. No entanto, as mudanças ocorridas entre 2000 e 2003 são entendidas, em geral, como bastante positivas.

Para os promotores, e mais uma vez em contraste com a opinião manifestada pela gestão, a apreciação da situação actual da Região tende a privilegiar pontuações abaixo da média (facto sobretudo evidente no capítulo do “ordenamento do território”), facto que poderá ser de interpretação mais gravosa se se atender a que, para a maioria dos mesmos actores, não ocorreu

qualquer alteração entre 2000 e 2003 (a “qualidade da prestação dos serviços públicos” é o único item que regista uma opinião de mudança para melhor por mais de 38% dos inquiridos).

Inovação

190. Para além de concentrar cerca de 42% dos estabelecimentos de ensino superior (público e privado) e a grande parte dos maiores laboratórios do Estado, é também na Região que se localizam a maior parte das empresas com maiores níveis de incorporação de inovação tecnológica e, correlativamente, afectando maiores montantes financeiros a I&D.
191. A pouca informação regionalizada disponibilizada pelo actual Observatório da Ciência e do Ensino Superior (ex-OCT), aponta para uma progressiva evolução (desde 1988 a 1999) positiva da despesa em I&D, tanto a nível nacional como da Região de Lisboa e Vale do Tejo que, em 1999, detinha 53.6% do total nacional (englobando o Estado e o sector privado – empresas e instituições privadas sem fins lucrativos).
192. Registe-se que a participação da Região no total da despesa nacional tem vindo a diminuir em termos relativos dado o crescimento registado ao nível de outras regiões (como o Algarve, o Alentejo e os Açores).
193. No domínio da inovação existe uma convergência de opiniões, entre promotores e gestão, tanto no que respeita à boa situação actual da Região, como à qualidade das mudanças operadas entre 2000 e 2003 (predomínio das opiniões de que a situação actual é muito melhor que a anterior). Neste último caso, deve ressaltar-se que, para os promotores, à excepção da aplicação de recursos em Investigação e Desenvolvimento, todos os outros aspectos sobre os quais emitiram opinião apresentam uma apreciação extremamente positiva de mudança, nomeadamente no que respeita à utilização de novas tecnologias da informação e comunicação por parte dos cidadãos e das empresas (a situação está melhor para cerca de 90% dos inquiridos).

Ambiente

194. A análise e caracterização das questões ambientais carece de um trabalho aprofundado que extravasa as responsabilidades do estudo de avaliação intercalar do PORLVT. De facto, com excepção da quantificação de indicadores genéricos sobre os níveis de serviço da população residente pelas diversas redes de saneamento e tratamento de efluentes, ocorrem problemas de quantificação de outros indicadores mais relevantes para a avaliação da qualidade ambiental, cuja natureza não se relaciona apenas com a sua desagregação geográfica, mas também com os procedimentos de recolha e qualidade das redes de amostragem (ver Anexo IV.A)

195. Sendo percebido que, a um tempo, a Região apresenta um conjunto de potencialidades no domínio ambiental e, a outro, problemas graves de preservação da qualidade do ar, da água e do ambiente sonoro e electromagnético, é cada vez mais urgente a disponibilização, por parte dos organismos oficiais, de informação com níveis suficientes de desagregação geográfica que permita, não apenas a percepção, mas o conhecimento exacto das condições ambientais a diferentes escalas.
196. Dos indicadores para os quais são apresentados valores em anexo, alguns permitem comparações da região com o país e das NUTS III com o total da região, sendo sobre esses que recai a presente análise. Assim, na RLVT a quase totalidade da população (99,1%) era em 2001 servida com abastecimento de água revelando uma cobertura superior à do país (90,4%) em qualquer das NUTS III da região. No que respeita à população servida com sistemas de drenagem de águas residuais verifica-se também, em 2001, uma superioridade da região face aos valores registados no país (91,4% face a 71,1%, respectivamente), sendo que apenas o Médio Tejo apresenta uma cobertura inferior à média nacional.
197. Quanto à população servida com estações de tratamento de águas residuais, embora a região evidencie uma menor cobertura do que a registada nos dois indicadores acima analisados, verifica-se igualmente que, em 2001, apresentava uma situação mais favorável que a do país (67,1% face a 54,9%, respectivamente), essencialmente em resultado dos valores apresentados pela Grande Lisboa para este indicador (para além desta, apenas o Oeste apresenta um valor ligeiramente superior à média nacional e a Península de Setúbal, que apresenta nos indicadores analisados valores normalmente acima da média da região, surge como a sub-região com maior défice nesta área). Foi também neste indicador que se registou a maior evolução da região nos últimos dois anos (a região apresentava uma cobertura de 58,5% em 1999).
198. A quase totalidade da população, quer do país, quer da região, está servida com sistemas de recolha de resíduos, verificando-se no entanto que a região apresentava no ano 2000 valores ligeiramente superiores ao país (99,6% face a 98,4% no país), sendo que as sub-regiões do Vale do Tejo se situaram ligeiramente abaixo da média do país.
199. As questões ambientais (incluindo o património, nas vertentes de conservação e valorização dos centros históricos e da animação cultural e turística), são consensuais (para a gestão e para os promotores), tanto no que respeita à actual situação positiva da Região, nomeadamente no que respeita ao património, como ao mesmo sinal de mudança de 2000 para 2003. No entanto, mais uma vez, a opinião positiva dos promotores é mais reservada, sobretudo em aspectos como a qualidade ambiental e a protecção dos sistemas naturais.

Potencial Humano

200. A estrutura dos activos segundo o grau de instrução é um indicador que resume de forma simples mas eficaz as condições mais vantajosas da Região face ao conjunto do País. Por um lado, os níveis de escolaridade mais elevados têm uma maior representação na Região e, por outro, quando se considera o *stock* regional por comparação com o País constata-se que nela residem, por exemplo, 46.1% dos activos que detêm um grau do ensino superior.

201. Não obstante as melhores qualificações e níveis de instrução da população, existe no entanto um dado (ponderação que deve também ser feita à luz de fenómenos de iliteracia emergentes), cujo significado ainda é relevante, constituindo-se assim como um ponto fraco que, apesar de estar a ser combatido desde há algumas décadas (também por via do investimento em formação profissional), deverá continuar a ser uma área de preocupação: a Região ainda continha, em 2001, quase 20% dos activos do País sem qualquer grau de instrução.

202. Um outro dado relativamente recente e sobre o qual é necessária alguma reflexão e avaliação empírica, relaciona-se com o novo padrão de migrações internacionais, onde Portugal surge como receptor de mão-de-obra altamente qualificada, facto que poderá configurar num futuro relativamente próximo, novos processos de competição por postos de trabalho mais exigentes do ponto de vista técnico-científico.

Note-se que apesar deste novo fenómeno migratório ser identificável em todo o País, ele assume uma expressão deveras relevante no contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Se tivermos em conta que, em 2001, a população activa ascendia a 1695.9 mil residentes e já nessa data a Região recebeu (apenas entre 31/12/1999 e 12/3/2001) 45.9 mil imigrantes estrangeiros (cerca de 43% dos imigrantes estrangeiros recenseados para aquele período), podemos estimar que seguramente mais de 2.5% do total de activos da Região (só no período de pouco mais de 1 ano) já correspondia a esse tipo de mão-de-obra. Deste modo, não tanto pela sua relevância quantitativa imediata, mas mais pelos possíveis efeitos de longo prazo (que julgamos benéficos) num contexto de decréscimo da população de origem Portuguesa, este fenómeno deve ser devidamente equacionado, pelo menos, em futuras medidas de políticas co-financiadas.

203. No que respeita ao Potencial Humano, a qualificação dos recursos humanos e o sistema de formação profissional são dois sub-domínios que merecem uma avaliação positiva, tanto por parte da gestão como dos promotores, quando se considera a situação actual da Região. Aliás, é também nestes aspectos que a grande maioria dos inquiridos considera ter havido uma melhoria substancial da situação actual da Região face ao que se verificava no ano 2000. Mas, fenómenos

como o desemprego e a inserção profissional dos jovens, são maioritariamente avaliados, seja na situação actual, seja em termos de evolução, como muito pouco favoráveis.

Infra-Estruturas e Equipamentos Colectivos

204. A Região encontra-se num processo de evolução positiva dos seus níveis de infraestruturização.

Apesar de algumas diferenças internas que afectam de forma mais negativa as áreas rurais, que ao mesmo tempo são também aquelas onde os níveis de serviço não permitem limiares de utilização economicamente rendíveis, não pode deixar de referir-se que, pelo menos no contexto nacional, tem sido feito um esforço considerável na melhoria das infraestruturas, quer de transportes e comunicações, quer de saneamento, quer dos mais variados abastecimentos, quer ainda de tratamento e deposição de resíduos. Ao nível dos equipamentos (saúde, ensino e formação, cultura, desporto e lazer e serviços de apoio à população), idêntico esforço tem vindo a ser desenvolvido.

No entanto, continuam a subsistir algumas deficiências, nomeadamente ao nível da adopção de metodologias de recolha, tratamento e reciclagem de resíduos, consentâneas com a protecção e preservação do ambiente. Dessas metodologias faz também parte a promoção de iniciativas de educação e sensibilização ambiental (e de educação para a cidadania).

205. Em sintonia com o que antes se referiu, não é de estranhar que, no caso particular dos promotores, a opinião sobre o estado actual da Região no sub domínio das infra-estruturas ambientais, seja o único objecto de uma apreciação menos positiva, facto que é de salientar num contexto em que prevalece uma opinião geral muito favorável (tanto por parte da gestão como dos promotores), relativamente à situação actual da Região e à evolução verificada de 2000 para 2003.

206. No entanto, na opinião da equipa de avaliação, se não forem combatidos fenómenos de abandono do centro das cidades (sobretudo em resultado de uma forte especulação imobiliária que começa a mostrar sintomas que a médio/longo prazo conduzirão, no nosso entender, a um colapso do mercado só recuperável em décadas futuras), será de esperar que continue a tendência para o alargamento do “core” metropolitano, facto que poderá acarretar problemas futuros, tanto ao nível das acessibilidades, em particular, como da eficiência das infra-estruturas e dos níveis de serviço dos equipamentos, em geral.

4.1.3. A análise do diagnóstico de suporte da intervenção

207. Neste ponto procede-se à validação da matriz SWOT utilizada no PORLVT para sistematizar o diagnóstico da região, avançando também um conjunto de sugestões para a actualização da mesma.

208. A actualização do contexto da região efectuada no Capítulo 3, aliada aos resultados da quantificação dos indicadores de contexto analisados no ponto anterior, bem assim como a opinião dos especialistas dos diversos domínios temáticos e áreas territoriais (devidamente fundamentada nos principais textos de referência sobre a Região), permitem avançar para um diagnóstico actualizado da Região.

209. No sentido de apreciar de modo sistemático e de identificar soluções de correcção/actualização do diagnóstico, efectuaram-se três tipos de leitura da matriz SWOT, tarefa que foi elaborada por cada um dos 10 especialistas responsáveis pelos domínios temáticos e pelas áreas territoriais. Essas leituras englobam:

- i. Classificação de cada item SWOT em função da sua validade no âmbito de três espaços de referência: Intra regional (no seio da RLVT), Inter regional (à escala nacional) e Internacional (à escala europeia). Pretende-se deste modo responder à seguinte questão – determinado aspecto, apontado como ponto forte ou ponto fraco, é pertinente ao nível do espaço intra regional, inter regional, internacional, em nenhum deles, em todos ou em dois deles²? No caso das oportunidades e ameaças, uma vez que estão identificadas para o conjunto da Região, a questão não abrange o nível do espaço Intra regional.
- ii. Comentários aos itens que se afiguram com uma formulação mais problemática e respectivas sugestões de reformulação.
- iii. Enunciado de itens considerados pertinentes e omissos na matriz SWOT incluída no PORLVT.

Apresentam-se a seguir os quadros síntese dessas três ópticas de leitura do diagnóstico e uma sinopse dos pontos mais relevantes.

² Por exemplo, os recursos turísticos do Oeste são um ponto forte relevante aos níveis intraregional e inter-regional, mas não ao nível internacional. Ou, a criminalidade e a insegurança decorrentes de fenómenos de exclusão social são uma ameaça com relevo ao nível inter-regional (espaço nacional) mas não no contexto internacional, ou seja, vista do exterior, esta ameaça é menos pertinente na Região de Lisboa do que noutras regiões metropolitanas.

**QUADRO 4-1 – ANÁLISE DOS ITENS DA MATRIZ SWOT E SUGESTÕES DE REFORMULAÇÃO
(PONTOS FORTES E FRACOS)**

Entradas da SWOT		Intra regional	Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
PONTOS FORTES						
Área Metropolitana						
S.1.1.	Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional; (capitalidade)	X	X	X	A concentração é importante pela posição relativa que confere à região na rede nacional e no plano externo. A concentração de funções político-administrativas na área da Ciência Tecnologia e Inovação não constitui necessariamente um ponto forte, uma vez isso não se traduz em mais inovação nesta região	Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (capitalidade) que configuram, por um lado, a posição de lugar central que a região ocupa ao nível nacional e, por outro, o seu papel de ponte com o exterior
S.1.2.	Localização das principais infraestruturas logísticas, do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, etc).	X	X	X		
S.1.3.	Sedeação e "densidade" dos elementos mais dinâmicos do desenv. económico (sistema de ciência e tecnologia; grupos financeiros; multinacionais; categorias sócio-profissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo, etc).	X	X		À escala europeia, a AML revela ainda carências significativas em termos da "densidade" de alguns elementos que possam dinamizar o tecido produtivo	
S.1.4.	Conjunto de equipamentos culturais desportivos e turísticos de âmbito regional e nacional.	X	X			
S.1.5.	Condições naturais e de património singulares (estuários do Tejo e do Sado; serras da Arrábida e Sintra; extensão e qualidade da orla costeira, etc).	X	X	X		
S.1.6.						Dinâmica de crescimento do emprego e empresarial (crescimento da produtividade; utilização de RH; dinâmica de criação de emprego - dinamismo e sucesso empresarial)
S.1.7.						Diversidade da especialização produtiva
S.1.8.						Grau de abertura ao comércio internacional
S.1.9.						Concentração de população de origem estrangeira correspondente a uma significativa diversidade sócio-cultural que promove a inovação sócio cultural e a internacionalização secundária da Região
Oeste						
S.2.1.	Qualidade dos recursos naturais, ambientais e patrimoniais.	X			Formulação demasiado genérica	Património natural e cultural de qualidade e susceptível de suportar o desenvolvimento das actividades de turismo e recreio
S.2.2.	Vida associativa e tradições sócio-culturais valiosas.	X			Em certos casos, a tradição associativa não constitui um ponto forte, na medida em que dificulta a obtenção de consensos.	

Entradas da SWOT		Intra regional	Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
S.2.3.	Estrutura produtiva diversificada.				O perfil de especialização da sub-região Oeste revela algumas carências significativas em termos de diversificação do tecido produtivo, nomeadamente no sector de serviços.	
S.2.4.	Elevado potencial agrícola e turístico.	X	X		Formulação incorrecta	Importantes recursos agrícolas e pecuário (a dimensão do turismo ficaria expressa em S.2.1.)
S.2.5.	Acessibilidades rodoviárias externas em realização.	X	X			Acessibilidades rodoviárias externas
Vale do Tejo						
S.3.1.	Posição geoestratégica e acessibilidades externas, face à AML, ao país e aos principais corredores de acesso à Europa.	X	X		A referência ao espaço internacional parece abusiva	
S.3.2.	Sistema de cidades intermédias atractivas, com apreciável qualidade urbana e valores patrimoniais.	X	X		Os valores patrimoniais não se limitam às cidades e devem ser autonomamente referenciados	Sistema de cidades intermédias atractivas, com apreciável qualidade urbana
S.3.3.	Agentes sociais, económicos e autárquicos activos.	X			A formulação deve ser completada com uma referência ao relacionamento institucional dos agentes de modo a suportar a eliminação de um ponto forte que, incorrectamente, surge na matriz de oportunidades (O. 0. 3.)	Agentes sociais, económicos e autárquicos activos e com bom relacionamento institucional
S.3.4.						Importantes recursos agrícolas e florestais
S.3.5.						Património natural e cultural susceptível de suportar o desenvolvimento das actividades de recreio e turismo
S.3.6.						Recursos hídricos significativos
PONTOS FRACOS						
Área Metropolitana						
W.1.1.	Acentuado desordenamento urbanístico e territorial, com relevância para a desertificação e degradação dos centros históricos.	X				
W.1.2.	Existência de extensas "manchas" de habitat degradado e de pobreza.	X	X		A referência não se deve limitar à pobreza dado que ela se associa, normalmente, a uma forma específica de exclusão ligada ao rendimento	Existência de extensas "manchas" de habitat degradado caracterizado pela sobre-representação de grupos marginalizados e por diversas formas de exclusão
W.1.3.	Crescimento urbano espacialmente extensivo implicando, por um lado, transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos e, por outro, a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares diários	X	X			
W.1.4.	Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, tendo em conta nomeadamente as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano.	X				
W.1.5.	Fragilidade dos equipamentos e do sistema de saúde.	X	X	X		

Entradas da SWOT		Intra regional	Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
W.1.6.	Insuficiente "protecção" dos sistemas naturais, com riscos de degradação.	X		X		
W.1.7.	Inexistência de uma identidade regional, socialmente federadora e institucionalmente afirmativa.	X	X	X		
W.1.8.						Insucesso escolar e abandono precoce do sistema educativo
W.1.9.						Défice de qualificações escolares e profissionais
W.1.10.						Fraco protagonismo das organizações e movimentos sociais
W.1.11.						Difícil acesso dos cidadãos e das empresas às instituições públicas
Oeste						
W.2.1.	Fragmentação social e territorial.	X			Fragmentação pressupõe fenómenos de exclusão.	Défice de articulação entre as unidades sócio-geográficas da sub-região
W.2.2.	Debilidades institucionais e organizativas.	X				
W.2.3.	Áreas ambientais críticas.	X			Formulação muito vaga	Utilização intensiva do solo, desordenamento do território e degradação de alguns recursos naturais e ambientais
W.2.4.	Acentuada endogeneidade.	X				
W.2.5.	Baixa escolaridade e qualificação da população.	X	X	X		
W.2.6.	Tercialização insuficiente.	X				
W.2.7.	Fraca internacionalização da economia.	X		X		
Vale do Tejo						
W.3.1.	Sistemas de ensino superior, de formação profissional e de actividades de I&D.	X	X	X	Não se considera ponto fraco o nível de oferta de ensino superior.	Sistemas de formação profissional e de actividades de I&D.
W.3.2.	Rede de sistemas de transportes (PRN e rede capilar).	X	X			
W.3.3.	Áreas ambientais sensíveis e críticas.	X			Formulação muito vaga	Degradação de ecossistemas e poluição dos sistemas hidrográficos e dos aquíferos
W.3.5.						Especialização produtiva pouco diversificada
W.3.6.						Vulnerabilidade da base económica
W.3.7.						Défice de qualific. escolares e profissionais
W.3.8.						Difícil acesso dos cidadãos e das empresas às instituições públicas
W.3.9.						Rede de equipamentos insuficiente (cultura, desporto, lazer)

QUADRO 4-2: COMENTÁRIOS SOBRE OS ITENS DA MATRIZ SWOT E SUGESTÕES DE REFORMULAÇÃO (OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)

Entradas da SWOT		Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
OPORTUNIDADES					
O.0.1.	Elevado potencial agro-florestal e industrial. Diversidade e riqueza do património natural, cultural, histórico das paisagens e dos espaços rurais.	X	X	A formulação deste item corresponde sobretudo à definição de pontos fortes e não de oportunidades. O património está contemplado na O.0.8	Mercado receptivo à produção agro-florestal e industrial com origem na região.
O.0.2.	Elevado potencial turístico e de lazer.			O potencial turístico e de lazer está contemplado na O.0.8	
O.0.3.	Associações de Municípios e Empresariais activas e bom relacionamento institucional.			A formulação deste item corresponde sobretudo à definição de pontos fortes e não de oportunidades.	Facilidade de cooperação entre agentes devido ao dinamismo e bom relacionamento institucional das Assoc. Municípios e Empresariais.
O.0.4.	Reforço da "clusterização" em torno de pólos industriais como os de material de transporte e mobilidade; agro-indústrias; química fina/biotecnologia etc.	X			
O.0.5.	Crescimento das actividades terciárias associadas aos serviços informáticos, produção de "software" e conteúdos audiovisuais.	X			
O.0.6.	Crescimento de serviços financeiros associados ao crescimento da participação do sector privado nos sistemas de pensões e de saúde e a uma aposta rápida das formas distribuição através do ciberespaço.	X			
O.0.7.	Desenvolvimento de uma especialização competitiva na agricultura de produtos de elevada qualidade e na "fileira" florestal.	X	X	Esta oportunidade está contida na O.0.1.	
O.0.8.	Exploração da valia paisagística, ambiental e patrimonial e desenvolvimento de actividades, infraestruturas de animação e de serviços que favoreçam vários segmentos das indústrias de turismo e lazer.	X	X		
O.0.9.	Aproveitamento das novas vias previstas no PRN, que permitam encarar uma malha viária mais reticular e menos radiocêntrica, bem como da melhoria do transporte público em modo ferroviário, para descongestionar a rede viária.	X			
O.0.10	Aproveitamento de novas infraestruturas - novo aeroporto, expansão do sistema portuário meridional, novas ligações ferroviárias a Espanha (Madrid) para reforçar o papel de plataforma multimodal de valia ibérica e, mesmo europeia.	X	X		

Entradas da SWOT		Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
O.0.11	Aproveitamento da concentração de recursos humanos e materiais nas actividades de I&D para desenvolver alguns pólos de excelência a nível europeu.	X		A concentração de RH e materiais nas actividades de I&D pode facilitar o desenvolvimento de alguns pólos de excelência a nível europeu, apontando tendencialmente para o modelo económico das economias mais desenvolvidas centrado na I&D, RH altamente qualificado, sectores financeiros sofisticados, serviços e ind. geradores de maior valor acrescentado	
O.0.12					Possível rejuvenescimento da população, induzido pelas correntes imigratórias
O.0.13					Eventual reforço do nível de capital humano em áreas técnicas associado à imigração do Leste Europeu
O.0.14					Diversificação das oportunidades de emprego proporcionada pelo crescimento das actividades terciárias associadas ao turismo/lazer, à cultura e à intervenção social
O.0.15					Dinamização interna e articulação com o exterior propiciadas pela concentração de população de origem estrangeira com padrões sócio-culturais diversificados (p.e. crescimento do comércio e serviços de cariz étnico ou processos de internacionalização através das redes de imigração)
O.0.16					Sentido de pertença e identidade fortes em algumas sub-regiões ou lugares o que potencia a coesão social e a participação
AMEAÇAS					
T.0.1.	Protecção ambiental (saneamento básico e fertilizantes).	X	X	A protecção ambiental não é uma ameaça mas sim um ponto forte	Agravamento do desordenamento territorial e dos impactes negativos sobre o património natural e paisagístico, muito em particular na faixa litoral
T.0.2.	Rede de equipamentos (cultura, desporto, habitação).	X	X	Este item, assim formulado, é um ponto fraco e não ameaça	Escassez estrutural na oferta de equipamentos (educação, saúde, cultura, desporto, habitação) que impede a evolução para um padrão de desenvolvimento mais elevado
T.0.3.	Estrutura empresarial e estratégias de internacionalização.		X		As debilidades na estrutura do tecido empresarial e estratégias de internacional. pouco consistentes
T.0.4.	Atraso na implementação de reformas estruturais e na mudança nos factores de atractividade da região, que dificultem a fixação e atracção de investimento estrangeiro.	X	X		
T.0.5.	Sistema de ensino produzindo um número mais elevado de jovens com qualificações desadaptadas do dinamismo das actividades ; insuficiente esforço de generalizar as competências informáticas aos diversos graus de ensino e à formação.	X	X		

Entradas da SWOT		Inter regional	Internacional	Comentários	Sugestões de reformulação
T.0.6.	Processo de formação da renda fundiária urbana, continuando a privilegiar um processo de urbanização em extensão, difuso e com elevados custos ambientais.	X			
T.0.7.	Insuficiência de estímulos e de mudanças nos quadros regulamentares para favorecer a inovação nos sistemas de transporte metropolitanos.				
T.0.8.	Incapacidade de preparar a Área Metropolitana para o processo de envelhecimento das populações - ao nível dos equipamentos, serviços, oportunidades de emprego associados à cidade, apoio às famílias, desenvolvimento do voluntariado, etc.				
T.0.9.	Incapacidade de favorecer o investimento maciço na digitalização da "cidade", continuando a considerar exclusivamente as obras públicas tradicionais como investimentos infraestruturais chave.	X	X		
T.0.10.	Risco de crescimento dos fenómenos de exclusão social e de "ghetificação" do tecido urbano, acompanhada por maiores riscos de criminalidade e insegurança.	X		O vocábulo usado na bibliografia portuguesa especializada é "guetização"	
T.0.11.	Riscos de destruição paisagística e do património natural e insuficiente prioridade dada ao investimento público/privado em corredores e espaços verdes - quer no interior, quer em torno da AML.			Este risco, tal como está redigido, parece reportar-se sobretudo à AML e espaços urbanos. O seu âmbito deveria ser alargado a toda a Região	
T.0.12.					Maiores vantagens comparativas dos países do leste Europeu susceptíveis de levar à deslocalização industrial
T.0.13.					Risco de agravamento das situações de desigualdade e exclusão ligado à incapacidade de oferecer habitação em quantidade a preços não especulativos (sobretudo na AML)
T.0.14.					Riscos de erosão das bases identitárias e de degradação do património cultural material e imaterial
T.0.15.					Risco de exclusão de lugares e de grupos sociais associado ao incumprimento das normas estipuladas nos instrumentos de ordenamento do território
T.0.16.					Défice acentuado de cooperação entre agentes, gerando riscos decorrentes dos baixos níveis de capital social (confiança, reciprocidade, constituição de redes)

As ideias chave conclusivas da análise SWOT

210. A maioria dos itens presentes na SWOT apresentada no Programa Operacional reflecte a situação da região e mantém a sua actualidade face à evolução do contexto em que se insere. Foi sugerida a reformulação de 16 das 48 entradas da SWOT, com maior incidência nos itens identificados como pontos fortes e pontos fracos e, dentro destes, nas sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo. Foram igualmente avançadas formulações para 26 novos itens, cuja introdução se sugere sobretudo ao nível dos pontos fracos e pontos fortes e com especial incidência na sub-região Vale do Tejo.
211. Deve-se referir que parte das sugestões apresentadas surgem, de modo implícito, no texto do PORLVT. Na realidade, do texto do Programa transparecem várias dimensões de diagnóstico que apesar de não estarem contidas na matriz SWOT da situação de partida, não deixaram de ser válidas como instrumento de apoio à definição da estratégia e objectivos do Programa.
212. Em termos globais, a matriz SWOT apresenta alguns problemas, em particular no que respeita às vertentes oportunidades/ameaças, onde se inscrevem algumas entradas que são, na verdade, pontos fortes/fracos, pelo menos na forma em que estão redigidas. Por outro lado, a matriz SWOT revela também alguma incongruência na relação entre o binómio pontos fortes/pontos fracos, por um lado, e oportunidades/ameaças, por outro. O défice de articulação entre as duas componentes do diagnóstico é mais vincado pelo facto de se considerarem níveis de desagregação geográfica diferentes: o primeiro binómio surge por territórios específicos – sub-regiões – e o segundo diz respeito à Região no seu todo. Na realidade, determinadas ameaças ou oportunidades que se colocam ao Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, não fazem sentido quando aplicadas à Grande Lisboa, ou mesmo, à Península Setúbal.
213. Estas debilidades gerais do diagnóstico derivam, por certo, da utilização de dois documentos de referência de natureza distinta cujos diagnósticos obedecem a critérios específicos. A definição dos pontos fortes e fracos corresponde, na sua totalidade, ao Plano Estratégico da Região, enquanto que a vertente oportunidades/ameaças tem origem no PDR 2000-2006.

A - Pontos Fortes e Pontos Fracos

214. Os espaços de referência dos pontos fortes das três sub-regiões situam-se sobretudo nos níveis intra regional e inter regional. No caso do Oeste e do Vale do Tejo, as vantagens comparativas limitam-se, de modo significativo, ao plano sub-regional. Pelo contrário, na AML identificam-se vários pontos fortes relevantes ao nível internacional, designadamente no campo das infra-estruturas e dos recursos patrimoniais e naturais.

215. Com alguma frequência, os pontos fortes enunciados na matriz SWOT limitam-se aos fundamentos e não referem os argumentos. É, por exemplo, o caso da “concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (capitalidade)” (AML) ou “Agentes sociais, económicos e autárquicos activos” (Vale do Tejo). No primeiro caso, há que referir os argumentos decorrentes de tal concentração, designadamente o facto de conferir à região um lugar central na rede nacional e uma posição importante no plano das relações com o exterior. No segundo caso, é necessário ligar a actividade desses agentes com o relacionamento institucional na óptica da qualidade da governância.
216. No âmbito dos pontos fracos, também se encontra um conjunto de itens apenas pertinente à escala sub-regional. As desvantagens referenciadas nas três escalas geográficas dizem sobretudo respeito aos níveis de formação escolar e profissional, às qualificações e à fragmentação sócio-cultural (défices de identidade).
217. Em termos da formulação dos conteúdos, importa realçar que a referência à pobreza (W.1.2) corresponde a uma perspectiva restrita da exclusão social, deixando de fora situações igualmente preocupantes na óptica da coesão, como a infoexclusão, a exclusão de pessoas com doenças graves ou deficiências ou outras formas de marginalidade acentuada, como as toxicodependências.
218. Deve também salientar-se a falta de precisão da definição dos itens relacionados com as questões ambientais: por exemplo, “Áreas ambientais críticas” (Oeste) ou “Áreas ambientais sensíveis e críticas” (Vale do Tejo) é manifestamente uma formulação excessivamente vaga. Neste item podem estar contidas debilidades com significados tão distintos ao nível das intervenções como o défice de ordenamento do território, a degradação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a contaminação de recursos aquíferos, etc..

B - Oportunidades e Ameaças

219. No conjunto das 11 oportunidades identificadas na matriz SWOT do PORLVT, existem duas – “Elevado potencial turístico e de lazer e “Associações de Municípios e Empresariais activas e bom relacionamento institucional”- que não se consideram pertinentes em qualquer dos espaços de referência dado que a sua formulação parece incorrecta por razões que serão apresentadas mais adiante. Todas as outras oportunidades são pertinentes e algumas assumem manifesto relevo ao nível internacional, designadamente a diversidade e valor do património natural, paisagístico e histórico, a especialização nas produções agrícolas de elevada qualidade e na fileira florestal e as novas infra-estruturas de transporte.

220. São contudo as ameaças que apresentam um maior número de itens relevantes ao nível internacional, sendo identificadas vulnerabilidades significativas nos planos da protecção ambiental, dos equipamentos sociais, das estratégias empresariais, do sistema de ensino e formação e do desenvolvimento da sociedade da informação. Embora estes problemas tenham claramente uma dimensão nacional, não deixam de ser pertinentes na região de Lisboa, representando ameaças significativas ao crescimento da competitividade, à coesão social e à internacionalização.
221. No campo da formulação dos conteúdos, os quadros de síntese apresentados anteriormente ilustram alguma confusão entre oportunidades e pontos fortes e entre ameaças e pontos fracos. É verdade que uma oportunidade ou uma ameaça decorre frequentemente de uma vantagem ou debilidade ou da conjugação de várias, mas as oportunidades e ameaças situam-se sempre num horizonte prospectivo e não no plano da análise da realidade existente. Este conceito não está presente, de facto, nalguns dos itens incluídos na matriz SWOT, situação que é assinalada, caso a caso, nos quadros de síntese.

4.2. AVALIAÇÃO DA PERTINÊNCIA PO

222. A avaliação da pertinência do PO, que implica a apreciação do modo como os objectivos da intervenção são pertinentes para as necessidades da “população-alvo”, no quadro da consideração das “lições da experiência”, e para as prioridades, num contexto em evolução, aos níveis nacional e da UE, foi realizada com recurso a duas leituras que se revelam complementares. No quadro da lógica de avaliação horizontal-territorial procedeu-se a uma identificação e leitura do PO baseada na apreciação qualitativa da composição dos eixos e medidas do PO, analisados exclusivamente ao nível da concepção, ou seja, a partir dos respectivos objectivos globais e específicos e da tipologia de projectos das medidas³. Esta análise foi desenvolvida para os vários domínios temáticos e territoriais de acordo com o instrumento metodológico nº 1, apresentado no volume 3 – Metodologia de Avaliação do PORLVT e visa avaliar a adequação dos objectivos a partir da análise da incidência e relevância das medidas (objectivos e tipologias das medidas) sobre os domínios temáticos e territoriais que se constituem como alicerces fundamentais de uma nova abordagem para estruturação dos conceitos de competitividade territorial e de coesão económica e social.

³ Tendo como suporte as fichas de identificação do PO apresentadas no Anexo I.A ao Cap.1.

Em seguida, procede-se à identificação das estratégias utilizadas no PO através da análise das combinações dos jogos forças fraquezas, oportunidades e ameaças como forma de associar, ao nível de cada uma das medidas, dos eixos e do PO globalmente, o resultado do diagnóstico com os objectivos definidos.

4.2.1. Avaliação da pertinência por domínios territoriais

223. A apreciação do PO à luz dos domínios territoriais, apresentada na Figura 4-2 permite identificar as seguintes situações em termos de relevância das medidas do PO para as diversas sub-regiões:

- a mancha de medidas relevante é generalizada, havendo apenas cinco medidas que não são consideradas com algum grau de relevância simultaneamente nas três sub-regiões identificadas, nomeadamente: as medidas 2.3 e 2.4 – *VALTEJO e Formação e empregabilidade*, cuja intervenção está delimitada geograficamente ao Vale do Tejo; medida 3.5 – *Eficácia e equidade das políticas*; a medida 3.11 – *Ciência, Tecnologia e Inovação*; e a medida 3.14 – *Pescas – Infra-estruturas de Portos*;
- na AML as medidas que, em função dos seus objectivos, assumem mais relevância estão distribuídas pelos três eixos do Programa, destacando-se no eixo 2 as medidas 2.1 e 2.2 que se destinam, sobretudo, à AML, no eixo 1 a medida 1.3 – *Capacidade institucional regional* e no eixo 3 a medida 3.2 – *Formação ao longo da vida e adaptabilidade*.
- no Oeste, as medidas consideradas mais relevantes integram o eixo 3 do PO (medidas 3.9, 3.10, 3.15 e 3.18, ou seja, ensino *profissional, economia, agricultura e ambiente*), sendo também a medida 1.2 – *Valorização ambiental e patrimonial* classificada com o idêntico grau de importância
- no Vale do Tejo as medidas com maior relevância são as 2.3 e 2.4 (VALTEJO) uma vez que são especificamente direccionadas para esta sub-região.

FIGURA 4-2: ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DOS DOMÍNIOS TERRITORIAIS DE AVALIAÇÃO

	AML	Oeste	Vale do Tejo
EIXO PRIORITÁRIO 1: Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal			
Medida 1.1: Acessibilidades e equipamentos (FEDER)			
Medida 1.2: Valorização ambiental patrimonial (FEDER)			
Medida 1.3: Capacidade institucional regional (FEDER)			
Medida 1.4: Formação para o desenvolvimento (FSE)			
Medida 1.5: Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)			
Medida 1.6: Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico (FEDER)			
EIXO PRIORITÁRIO 2: Acções Integradas de Base Territorial			
Medida 2.1: Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial (FEDER)			
Medida 2.2: Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade (FSE)			
Medida 2.3: VALTEJO – Valorização do Tejo (FEDER)			
Medida 2.4: Formação e empregabilidade (FSE)			
EIXO PRIORITÁRIO 3: Acções Integradas de Base Territorial			
Medida 3.1: Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa (FSE)			
Medida 3.2: Formação ao longo da vida e adaptabilidade (FSE)			
Medida 3.3: Qualificação e inserção profissional dos desempregados (FSE)			
Medida 3.4: Criação de emprego (FSE)			
Medida 3.5: Eficácia e equidade das políticas (FSE)			
Medida 3.6: Promoção do desenvolvimento social (FSE)			
Medida 3.7: Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social (FEDER)			
Medida 3.8: Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER)			
Medida 3.9: Ensino Profissional (FSE)			
Medida 3.10: Economia (FEDER)			
Medida 3.11: Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)			
Medida 3.12: Sociedade de Informação (FEDER)			
Medida 3.13: Sociedade de Informação (FSE)			
Medida 3.14: Pescas – infra-estruturas de portos (FEDER)			
Medida 3.15: Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA)			
Medida 3.16: Desenvolvimento de equipamentos desportivos (FEDER)			
Medida 3.17: Acessibilidades e transportes (FEDER)			
Medida 3.18: Ambiente (FEDER)			
Medida 3.19: Saúde (FEDER)			

Legenda:

Muito relevante		Relevante		Pouco Relevante	
-----------------	--	-----------	--	-----------------	--

4.2.2. Avaliação da pertinência por domínios temáticos

224. A apreciação do PO à luz dos domínios temáticos, apresentada na Figura 4-3, permite identificar situações diferenciadas em termos de relevância das medidas do PO para os domínios temáticos subjacentes à competitividade e coesão económica e social que a seguir se analisam de forma detalhada.

Domínio temático: Infra-estruturas e Equipamentos

225. O domínio de observação “Infra-estruturas e equipamentos” assume uma natureza transversal aos três eixos do PO. As infra-estruturas constituem quase sempre a base física ou infraestrutural de objectivos, que desembocam na sua utilização no suporte à actividade produtiva, ou na sua utilização na melhoria da qualidade de vida da população-alvo, ou nas duas vertentes em simultâneo. As infra-estruturas são por isso um meio e não uma finalidade, pelo que os investimentos em infra-estruturas e em equipamentos estarão sempre associados a objectivos precisos no domínio do desenvolvimento regional. Nessa medida compreende-se a sua dispersão ao longo das diferentes medidas do programa. Mas também se assume que o presente QCA deveria apoiar não só uma nova geração de infra-estruturas, mas, sobretudo, focalizar-se no desenvolvimento dos serviços associados às referidas infra-estruturas.

226. Numa óptica de avaliação importa por isso ter em conta não apenas as realizações físicas decorrentes dos projectos de infra-estruturas, mas sobretudo os resultados e os impactos de decorrerão dessas realizações. O conceito de “infra-estrutura” excede assim a mera componente física do investimento, para se estender às formas organizativas que asseguram a sua gestão e a respectiva prestação de serviços, e que permitem potenciar a sua utilização por parte dos beneficiários.

FIGURA 4-3: ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS HORIZONTAIS DE AVALIAÇÃO

	Infra-estruturas e equipamentos	Actividades produtivas e dinâmica empresarial	Potencial humano	Inclusão social	Ambiente e património	Inovação	Instituições e Governança
EIXO PRIORITÁRIO 1: Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal							
Medida 1.1: Acessibilidades e equipamentos (FEDER)	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante
Medida 1.2: Valorização ambiental patrimonial (FEDER)	Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 1.3: Capacidade institucional regional (FEDER)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Relevante
Medida 1.4: Formação para o desenvolvimento (FSE)	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Relevante
Medida 1.5: Acções Especificas de Valorização Territorial (FEDER)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Relevante
Medida 1.6: Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico (FEDER)	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
EIXO PRIORITÁRIO 2: Acções Integradas de Base Territorial							
Medida 2.1: Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial (FEDER)	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante
Medida 2.2: Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade (FSE)	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 2.3: VALTEJO – Valorização do Tejo (FEDER)	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 2.4: Formação e empregabilidade (FSE)	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
EIXO PRIORITÁRIO 3: Acções Integradas de Base Territorial							
Medida 3.1: Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa (FSE)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.2: Formação ao longo da vida e adaptabilidade (FSE)	Pouco Relevante	Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.3: Qualificação e inserção profissional dos desempregados (FSE)	Pouco Relevante	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.4: Criação de emprego (FSE)	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.5: Eficácia e equidade das políticas (FSE)	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Relevante
Medida 3.6: Promoção do desenvolvimento social (FSE)	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.7: Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social (FEDER)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.8: Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER)	Relevante	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.9: Ensino Profissional (FSE)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.10: Economia (FEDER)	Relevante	Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.11: Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)	Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Relevante	Muito Relevante
Medida 3.12: Sociedade de Informação (FEDER)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Relevante	Muito Relevante
Medida 3.13: Sociedade de Informação (FSE)	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.14: Pescas – infra-estruturas de portos (FEDER)	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.15: Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA)	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.16: Desenvolvimento de equipamentos desportivos	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.17: Acessibilidades e transportes (FEDER)	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.18: Ambiente (FEDER)	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante
Medida 3.19: Saúde (FEDER)	Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante	Muito Relevante	Pouco Relevante	Pouco Relevante

Legenda:



227. Os investimentos em infra-estruturas estão presentes em 16 das 29 medidas, ao longo dos três eixos: 1.1 – Acessibilidades e equipamentos, 1.2 – Valorização ambiental patrimonial, 1.4 – Formação para o desenvolvimento, 1.5. – Acções Específicas de Valorização Territorial, 2.1. – Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial, 2.3. – VALTEJO, 3.7. – Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social, 3.8. – Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, 3.10. – Economia, 3.11. – Ciência, Tecnologia e Inovação, 3.14. – Pescas – Infra-estruturas de portos, 3.15. – Agricultura e desenvolvimento rural, 3.16. – Desenvolvimento de equipamentos desportivos, 3.17. – Acessibilidades e transportes, 3.18. – Ambiente e 3.19. – Saúde.

228. Numa primeira linha de relevância (células assinaladas a *bordeaux* na Figura 4-3), no domínio analítico das “Infra-estruturas e Equipamentos”, destacam-se:

- pela sua natureza e conteúdo, a *medida 1.1.* assume um peso significativo no total dos investimentos uma vez que concentra as infra-estruturas viárias bem como outros equipamentos colectivos, designadamente nos domínios do ensino básico, da cultura, e do desporto. Esta medida inclui assim domínios distintos que remetem para diferentes objectivos de política e que podem ser por isso concorrentes em termos de mobilização de recursos e/ou de definição de prioridades. Em termos de avaliação defrontamo-nos aqui com uma dificuldade metodológica, na medida em que cada tipo de equipamento remete para objectivos distintos que requerem por isso indicadores de resultados também diferentes.
- A *medida 1.2* refere-se à construção/reabilitação de infra-estruturas associadas às vertentes ambiental e patrimonial. O domínio em análise tem uma presença forte nesta medida ao nível das infra-estruturas ambientais e energéticas e da valorização urbana, na componente do espaço público, ficando de fora do domínio a valorização do edificado urbano, quando não estamos perante um equipamento colectivo.
- A *medida 2.1* inclui investimentos ao nível do espaço urbano, dos quais uma parcela significativa faz parte do domínio *Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos*, nomeadamente, ao nível das acessibilidades, transportes e estacionamento, mobiliário urbano e equipamentos colectivos em zonas degradadas.
- as *medidas 3.8, 3.10, 3.11, 3.14, 3.16, 3.17 e 3.19*, visam a construção ou remodelação de equipamentos colectivos para diferentes fins, consoante o sector económico ou social em causa. O domínio das infra-estruturas e equipamentos tem um forte peso nestas medidas uma vez que em todas elas, associadas a outro tipo de intervenções, se encontra sempre a componente de construção e/ou remodelação de equipamentos. A *medida 3.17*, naturalmente, é constituída por intervenções

associadas na íntegra ao domínio em análise. Tratando-se de medidas relativas às intervenções desconcentradas, o problema principal da avaliação consiste em medir o seu impacto específico face aos objectivos de desenvolvimento regional, num contexto em que outras intervenções, sobre o mesmo território, são geridas pela administração central. Existe assim uma indivisibilidade ao nível dos impactos das várias intervenções, sendo nalguns casos praticamente impossível distinguir os efeitos das medidas do PO relativamente às medidas dos POs sectoriais.

229. Numa segunda linha de relevância, destacam-se os investimentos previstos no âmbito das seguintes medidas: a *medida 1.5*, ao nível da reabilitação de espaços urbanos e construção de equipamentos; a *medida 2.3*, na qual o domínio em análise se mostra relevante para a concretização da intervenção em duas das suas componentes: equipamentos ambientais e culturais (não é considerada a componente de valorização do património), e acessibilidades; a *medida 3.7*, inclui projectos em infra-estruturas de formação, promoção do emprego e de apoio e desenvolvimento social; o domínio *Infra-Estruturas e Equipamentos Colectivos* revela-se igualmente relevante na prossecução da *medida 3.15*, pelo facto de contribuir para a construção dos regadios e perímetros de rega, construção de equipamentos colectivos e valorização do espaço público em zonas rurais, e a *medida 3.18*, ao nível dos equipamentos de turismo, ordenamento e arranjo paisagístico, e reabilitação de infra-estruturas relacionadas com os recursos naturais (ex. reabilitação de barragens). Também em relação a estas medidas se colocam as questões acima levantadas, designadamente sobre a indivisibilidade, ao nível dos efeitos, das medidas da responsabilidade da administração sectorial (através dos PO sectoriais) e as que fazem parte do PO regional.

Domínio Temático: Actividades Produtivas e Dinâmica Empresarial

230. O desenvolvimento económico e social de uma região encontra-se intrinsecamente ligado às actividades de especialização produtiva existentes nesse território e respectivo grau de dinamismo empresarial, nomeadamente no que concerne à capacidade dos agentes e das organizações utilizarem as condições existentes nesse território, contribuindo para o melhoramento contínuo dos recursos disponíveis e para o incremento dos factores de competitividade regionais.

A relevância assumida por este domínio, enquanto domínio chave para o desenvolvimento regional, articula-se com o facto da competitividade de um território se encontrar fortemente relacionada com a especialização produtiva das empresas que o compõem. Daí a importância de avaliar as interacções existentes entre a especialização produtiva da região e a sua capacidade de dinamização regional, quer ao nível interno, quer ao nível externo, designadamente no que diz

respeito à forma como as actividades de especialização produtiva de uma região evidenciam potencial de endogeneização dos benefícios decorrentes da interacção da região com outros espaços territoriais, com a sua performance em termos de flexibilidade de resposta às alterações dos mercados, com a potenciação de melhores níveis de produtividade regionais e com a sua capacidade em actuarem como potenciadoras da projecção externa da região.

231.No domínio das actividades produtivas consideraram-se com maior grau de relevância as medidas 2.2, 2.3, 2.4, 3.2, 3.4, 3.10 e 3.15, pelos motivos em seguida apresentados.

- as medidas 2.2 - Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade, 2.4 - Formação e empregabilidade, 3.2. - Formação ao longo da vida e adaptabilidade e 3.4 - Criação de emprego, promovem o desenvolvimento de competências profissionais dos recursos humanos, o reforço de uma mão-de-obra competente, qualificada e adaptável a novas exigências. Os objectivos contemplados nestas medidas por se vocacionarem para exercer influência sobre o nível cultural e educacional dos recursos humanos da região, constituem um dos vectores básicos de suporte à actividade económica, podendo contribuir para melhorias significativas na capacidade de atractividade territorial.
- a relevância da *medida 3.10* – Economia está sobretudo relacionada com a sua preocupação em termos de promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento empresarial, de fomento de infra-estruturas e serviços de apoio e da melhoria da envolvente empresarial. Esta medida contempla objectivos de importância vital para o desenvolvimento económico regional, dado que os mesmos se enquadram com acções que se podem transformar em importantes vectores de dinamização e diferenciação regional, susceptíveis de incrementar os factores de atractividade territorial.
- as *medidas 2.3. – VALTEJO e 3.15. – Agricultura e desenvolvimento rural* actuam sobre a promoção da competitividade de actividades económicas específicas, respectivamente o turismo e a agricultura, pelo que podem potencialmente reforçar os factores de estruturação territorial que têm impacto naquelas actividades produtivas, reforçando a competitividade económica do tecido produtivo regional.

232.Num segundo grau de relevância, identificam-se investimentos previstos em 10 medidas repartidas entre o primeiro e o último eixo prioritários, que podem ser importantes se considerarmos os efeitos que, apesar de forma indirecta, se relacionam com o domínio em causa, podendo estimular a envolvente empresarial e melhorar as condições de actuação das actividades produtivas:

- as medidas 1.1, 3.14 e 3.17 actuam ao nível da melhoria de infra-estruturas potenciadoras da actividade produtiva e destinadas à produção e apoio empresarial, bem como, de forma mais

específica, ao nível da infra-estruturas da actividade piscatória e da melhoria das acessibilidades. Os objectivos contemplados nestas medidas podem impulsionar as condições de actuação da actividade empresarial, por incidirem num dos vectores básicos de suporte à actividade económica, nomeadamente no que diz respeito à disponibilidade de infra-estruturas na região, visando as medidas em causa, aproximar o padrão de infra-estruturas e de acessibilidades existente na região, das necessidades regionais;

- as medidas 1.4, 3.1, 3.7, e 3.9, assumem relevância para o domínio das actividades produtivas, uma vez que os seus objectivos visam o desenvolvimento de competências dos recursos humanos, através de acções específicas de formação profissional a fim de melhorar a capacidade de resposta às necessidades do tecido produtivo, e o apoio à criação de emprego;
- a medida 1.3 contribui para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da região, através da criação e apoio a estruturas de oferta de serviços, acções de promoção e de sensibilização e envolvimento dos agentes económicos, estimulando assim a competitividade regional;
- a medida 1.5 apresenta relevância por actuar ao nível da revitalização e requalificação económica de espaços específicos, por desenvolver projectos que permitam consolidar potencialidades económicas regionais e que possibilitem a utilização de espaços, de forma sustentável, por parte da actividade produtiva;
- por último, a medida 3.12 mostra-se igualmente relevante para o domínio das actividades produtivas, nomeadamente pelo incremento do acesso e utilização das tecnologias de informação como forma de aumentar a modernização do tecido económico e competitividade das empresas.

Domínio Temático: Potencial Humano

233.O Capital Humano assume particular importância como factor de competitividade territorial e também ao nível da coesão económica e social.

234.No que diz respeito à competitividade, é neste momento claramente reconhecido que a competitividade sustentada depende consideravelmente do aperfeiçoamento de modo contínuo dos recursos humanos, que podem servir de base para a inovação e para a eficiência produtiva. Deve notar-se, no entanto, que a simples qualificação dos recursos humanos não é, necessariamente, sinónimo de obtenção de ganhos competitivos, uma vez que a relevância recai sobre as vantagens decorrentes da sua utilização produtiva. Nos Estados Unidos, o Conselho para a Competitividade (*Council on Competitiveness*) reconhece que prosperidade das economias no contexto das economias do conhecimento exige uma mão-de-obra mais qualificada e produtiva tendo elegido no seu relatório de 2001 a vitória na corrida das

qualificações como o principal desafio enfrentado pela economia americana “Members of the Council on Competitiveness singled-out worker skills as the greatest competitive challenge the nation [USA] faces over the next decade”. No seio da União Europeia, a adopção da Estratégia de Lisboa, estabeleceu para a União Europeia objectivos estratégicos ambiciosos na direcção de uma economia baseada no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.

235. Ao nível da problemática da coesão social, é também reconhecido que os baixos níveis de capital humano são um dos elementos potenciadores dos riscos de exclusão do mercado de trabalho, constituindo este tipo de exclusão uma das principais causas da exclusão social.

236. A adopção do conceito de empregabilidade, definida como a capacidade de encontrar ou manter um emprego, enquanto elemento central das intervenções neste domínio decorre do reconhecimento de que a preocupação não deve estar centrada nos desempregados, mas sim no conjunto dos indivíduos que enfrentam riscos de exclusão do mercado de trabalho, ainda que neste momento estejam nele integrados.

237. A estratégia definida para o domínio do potencial humano, visando a qualificação dos recursos humanos, surge sustentada no reforço da formação de base, na elevação das qualificações médias e especializadas e no reforço das competências profissionais.

Neste sentido, integram o PO, com relevância relativamente ao domínio do potencial humano, um conjunto relativamente vasto de medidas (17 em 29).

238. Consideram-se de grande relevância, dado o seu carácter mais geral, as medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.8, e 3.9. Em todas estas medidas o domínio de potencial humano é de grande relevância, estando as mesmas associadas ao reforço das infra-estruturas de apoio à educação e formação e ao desenvolvimento de acções de formação visando a elevação das qualificações e das competências profissionais, e portanto directamente ligadas a diversos pilares da Estratégia Europeia para o Emprego.

239. Consideram-se ainda com alguma relevância, a medida 1.1 na sua componente de construção/reparação de escolas profissionais e equipamentos escolares; a medida 1.4, em termos de qualificação dos funcionários da Administração Pública Local; a medida 2.2, em tudo o que se relaciona com acções de formação potenciadoras de competências profissionais que favoreçam a dinamização de actividades no espaço urbano e metropolitano; as medidas 2.4, 3.4, 3.5 e 3.6 considerando diversas especificidades de acções de formação, criação de emprego, inserção de grupos desfavorecidos e informação; a medida 3.7 em termos de apoio à construção/reparação de centros de emprego e formação; e as medidas 3.11, 3.12 e 3.13, sobretudo pelo seu

papel ao nível de acções de formação e informação em tecnologias de informação e comunicação.

240. É ainda considerada como tendo alguma relevância neste domínio a medida 3.10, na sua componente de apoio à modernização/expansão das infra-estruturas de apoio às empresas no domínios tecnológicos e de formação.

Domínio Temático: Ambiente e Património

241. No espaço comum europeu, as bases da política de ambiente datam de 1972. Desde essa altura, os programas de acção têm sido aprovados de um modo ininterrupto e têm visado, sucessiva e cumulativamente, a prossecução dos seguintes princípios fundamentais: a abordagem preventiva, a partir de 1983; a integração da política ambiental nas restantes políticas comunitárias e a definição de normas de protecção do ambiente, a partir de 1987; o desenvolvimento sustentável, a partir de 1992.

242. O conceito de desenvolvimento sustentável, que tem servido de suporte à nova visão comunitária da problemática ambiental, assenta nas quatro seguintes dimensões: o desenvolvimento económico, que pressupõe capacidade competitiva⁴; a coesão social, com a qual se procuram reduzir disparidades e corrigir atrasos; o pilar especificamente ecológico, vocacionado para a protecção do ambiente nas suas vertentes clássicas, mas simultaneamente voltado para uma abordagem mais abrangente que inclui o respeito pela capacidade de carga dos ecossistemas, a preservação da diversidade biológica e a eco-eficiência⁵; e finalmente, a capacidade de inovação institucional.

243. Por outro lado, a nova visão a que acima se fez referência, que se pretende eminentemente inovadora e dinâmica, sustenta as mais importantes linhas programáticas da prioridade «ambiente» e, também, por analogia, do domínio «ambiente e património».

Neste contexto, um qualquer Programa Operacional Regional que pretenda reflectir a crescente relevância que os problemas da sustentabilidade têm assumido nas políticas europeias comuns

⁴ Será conveniente ter em conta que a partir da década de 1990 a questão das relações entre o ambiente e a sustentabilidade, de um lado, e a competitividade, do outro, começou a ser perspectivada como um jogo de soma não nula em que o cumprimento das normas ambientais contribui para obtenção de ganhos de eficiência e de capacidade competitiva.

⁵ Por «eco-eficiência» deve entender-se a produção de bens e serviços com qualidade acrescida, com menor consumo de materiais e de energia e com menor geração de resíduos. Numa formulação complementar, poderemos afirmar que a «eco-eficiência» se baseia numa adequada relação entre as actividades económicas e os respectivos efeitos negativos no ambiente que visa fundamentalmente reduzir as emissões e a utilização de recursos naturais por unidade de riqueza produzida.

deve fomentar e valorizar um conjunto multifacetado de áreas de intervenção. Em conformidade, os seus propósitos e os resultados obtidos deverão ser avaliados em função da capacidade revelada para responder com eficácia a uma complexa bateria de desafios que dificilmente deixaremos de classificar como inadiáveis – a título meramente exemplificativo: o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente seguras (*environmentally sound technologies*), mas também a internalização dos custos ambientais; a conversão de consumos de energia para gás natural e a promoção das energias renováveis, mas também o incentivo à adopção, pelas empresas, de sistemas de gestão ambiental adequados e de certificação ambiental; a monitorização da poluição atmosférica em áreas urbanas, mas também o controlo do ruído e a construção de ciclovias; a preservação de valores patrimoniais naturais e construídos, mas também o uso eficiente da água nas actividades agrícolas e o uso eficiente da energia nas actividades industriais; os resíduos sólidos urbanos, mas também os resíduos hospitalares tóxicos e perigosos; a protecção de espécies da fauna e da flora em risco de extinção, mas também o combate ao despovoamento e à descaracterização do mundo rural.

244. No âmbito do domínio temático «ambiente e património» identificaram-se 5 medidas consideradas de relevância elevada, 7 de relevância média e 17 com pouca ou nenhuma relevância.
245. Afigura-se possível identificar um conjunto de 5 medidas que claramente atribuem uma elevada relevância à problemática do ambiente e do património, nomeadamente no que se refere à consideração de diversos aspectos que apontam para a concretização dos princípios cruciais do desenvolvimento sustentável. São elas: 1.2. – *Valorização ambiental e patrimonial*, 2.1. – *Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial*, 2.3. – *VALTEJO*, 2.4. – *Formação e empregabilidade e*; 3.18. – *Ambiente*. A elevada propensão destas medidas para valorizar este domínio temático dispensa comentários circunstanciados, na medida em que resulta directamente da leitura dos objectivos enunciados e da tipologia dos projectos que se assumem como elegíveis.
246. Num segundo nível de relevância agrupam-se 7 medidas que, muito embora evidenciem uma menor propensão para valorizar a problemática do ambiente e do património, não deixam, em todo o caso, de lhe atribuir uma relevância que merece ser assinalada. No essencial, a justificação para a classificação destas medidas na categoria que se designa por «relevante» – que corresponde a uma relevância média, nem elevada, nem demasiado mitigada – é a seguinte: a medida 1.1. – *Acessibilidades e equipamentos* assume os objectivos de garantir a mobilidade nos centros urbanos e de tornar a região atractiva como espaço de vida e de trabalho e como espaço de lazer; a 1.5. – *Ações Específicas de Valorização Territorial* considera a necessidade

de preservar e recuperar conjuntos territoriais de grande importância, assim como a necessidade complementar de promover acções de revitalização económica e social de espaços degradados, no âmbito de processos de recuperação ambiental; a 2.2. – *Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade* considera dever promover iniciativas empresariais e competências profissionais relacionadas especificamente com os domínios da cultura, do património, da animação urbana e do apoio social; a 3.10. – *Economia* aposta nas potencialidades do gás natural, na utilização de novas tecnologias com impacte benéfico para o ambiente e na criação de ALEs em que a sustentabilidade surge como uma preocupação fundamental; a 3.14. – *Pescas – infra-estruturas de portos* pretende incentivar a melhoria do exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios; a 3.15. – *Agricultura e desenvolvimento rural* contempla objectivos e projectos manifestamente relevantes do ponto de vista ambiental, nomeadamente: a resposta às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar e a salvaguarda dos valores ambientais no reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, no que respeita aos objectivos e, no respeitante aos projectos, iniciativas minimizadoras de impactes ambientais e recuperação de fachadas de edifícios com traça tradicional; a 3.17. – *Acessibilidades e transportes*: estipula a necessidade de descongestionar as áreas urbanas, bem como de desenvolver meios de transporte menos poluentes.

247. É globalmente suficiente e consistente a relevância atribuída pelo PO ao «ambiente e património», quer no que se refere aos aspectos ambientais clássicos (ar, água, resíduos, conservação da natureza, biodiversidade, ambiente urbano e ruído), quer no que respeita ao desígnio explicitamente assumido de promover a sustentabilidade nas suas múltiplas e intrincadas vertentes. Ao mesmo tempo, algumas das medidas dos Eixos 1 e 3, nos objectivos, mas também na tipologia de projectos elegíveis, deveriam revelar maior empenho na resolução de problemas candentes e decisivos; muito particularmente, a *medida 1.1* (Acessibilidades e Equipamentos) no apoio aos projectos destinados a promover os modos de transporte «amigos do ambiente», a *medida 1.4* (Formação para o Desenvolvimento) na qualificação de recursos humanos que sejam capazes de assumir os argumentos ambientais como uma das componentes intrínsecas ao processo de avaliação e gestão de projectos no âmbito da administração local, a *medida 3.15* (Agricultura e Desenvolvimento Rural) na avaliação e monitorização da eficiência do uso da água, a *medida 3.17* (Acessibilidades e Transportes) na promoção de um modelo de transportes alternativo, assente na mobilidade sustentável e, finalmente, a *medida 3.19* (Saúde) no controlo e tratamento de resíduos hospitalares tóxicos e perigosos, bem como de resíduos clínicos e equiparados.

Domínio Temático: Inclusão social

248.A inclusão social, veículo privilegiado da coesão das comunidades, não se deve confinar aos aspectos configurados pelo mercado de trabalho, embora esta seja certamente um factor essencial. Entre os principais défices de coesão social salientam-se os seguintes:

- Dificuldade na garantia da universalidade e dos níveis de qualidade na prestação de serviços de interesse geral, incluindo neste conjunto os transportes, a saúde, a educação, a acção social, o saneamento básico e a habitação;
- A existência de largas parcelas da população com rendimentos insuficientes para assegurar níveis mínimos de qualidade de vida, sujeitas, pela via da pobreza, à exclusão social;
- Permanência de níveis de literacia muito baixos que conduzem a fenómenos generalizados de infoexclusão;
- Condições de habitação muito precárias, sobretudo nas áreas suburbanas, que geram não só problemas de saúde pública mas também desestruturas significativas das relações familiares e de vizinhança;
- Funcionamento deficiente dos serviços de saúde e oferta reduzida de serviços de acção social com graves consequências directas ao nível dos utentes e indirectas, por exemplo, no campo do absentismo ao trabalho ou na dificuldade de conjugação entre vida familiar e vida profissional;
- Deficiente cobertura dos transportes públicos pensados quase exclusivamente na óptica das deslocações casa-trabalho.

249.A questão da igualdade de oportunidades, incluída conceptualmente no domínio da inclusão social, merece, neste estudo, um tratamento autónomo enquanto prioridade comunitária.

A figura seguinte, base da matriz conceptual da análise da inclusão social no âmbito do PORLVT, sintetiza os principais domínios de inclusão/exclusão social, identifica os défices fundamentais e os alvos mais vulneráveis.

FIGURA 4-4 .DOMÍNIOS DE POTENCIAL EXCLUSÃO SOCIAL, DÉFICES E GRUPOS-ALVO

Domínios de inclusão/exclusão	Défices fundamentais	Alvos mais vulneráveis
Político-institucional	Cidadania, participação nas decisões	Imigrantes Jovens (menores)
Cultural	Identificação com os valores chave do modelo de desenvolvimento, associados essencialmente ao consumo, à juventude, à estética e ao lazer Incapacidade para dominar “as ferramentas” da sociedade da informação”	Populações rurais Idosos Imigrantes
Social	Reduzida universalidade dos equipamentos Desigualdade de oportunidades	Idosos Famílias monoparentais Imigrantes Deficientes
Económico	Rendimento insuficiente para garantir uma qualidade de vida ao nível mínimo segundo os padrões europeus Qualificação e instrução dos recursos humanos, níveis de competências técnicas, sociais e pessoais	Desempregados, sobretudo DLDs Trabalhadores informais Jovens que abandonam precocemente o sistema escolar
Territorial	Existência de espaços (bairros, regiões) desqualificados e em declínio (com reduzida acessibilidade, ambiente degradado, perda de empregos e actividades económicas), que partilham imagens estigmatizadas	Áreas rurais remotas; Áreas centrais degradadas das grandes cidades; Áreas suburbanas desqualificadas

250.O quadro das respostas às situações de exclusão constitui também uma componente da matriz de análise da inclusão social. O conjunto vasto e diversificado de respostas pode sintetizar-se com base em três tipos de vias de intervenção, designadamente:

- **a via distributiva**, relacionada com o acesso às infra-estruturas, aos equipamentos, ao conhecimento e à informação;
- **a via relacional**, ligada à capacitação individual e colectiva no sentido da promoção de iniciativas, sobretudo através da integração em redes que proporcionem o *empowerment* dos actores mais fracos (individuais ou colectivos) reforçando as suas oportunidades;
- **a via institucional**, ligada ao papel mediador das instituições na disponibilização dos recursos e na mobilização dos agentes e actores.

A maioria das estratégias que visam o reforço da inclusão social combinam essas três vias de intervenção, dando, no entanto, mais relevo a uma a ou a outra, consoante as orientações de política e as características específicas das situações alvo.

251. Este domínio de análise encontra sobretudo representatividade no segundo e terceiro eixo de estruturação do PORLVT, contando-se um total de 12 medidas com relevância: 1.5., 2.1, 2.2, 3.1, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7, 3.8, 3.12, 3.13 e 3.19.
252. Daquele conjunto de medidas com relevância numa óptica de inclusão social, podemos destacar aquelas que têm maior importância. A *medida 2.1. – Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial*, considera objectivos de qualificação urbana e ambiental nas áreas de realojamento e bairros de arrendamento público, a *medida 3.1 – Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa*, inclui acções para qualificação e formação de indivíduos à procura do primeiro emprego, que abandonaram precocemente o sistema educativo, ou que já desempenharam funções em empregos não qualificados, pelo que se enquadram ambas no âmbito da inclusão social.
253. As *medidas 3.6 – Promoção do desenvolvimento social* e *3.7 – Apoio ao desenvolvimento local e regional* têm objectivos similares, em termos de promoção do desenvolvimento social integrado de grupos sujeitos à exclusão social, promoção social e profissional de indivíduos com deficiência ou de grupos desfavorecidos, ainda que a *medida 3.6* se preocupe especificamente com acções de formação e informação ou actividades de apoio à empregabilidade e a *medida 3.7* adopte a construção de infra-estruturas e a aquisição de equipamentos para dar resposta a pessoas com deficiência ou carência e o apoio financeiro à constituição de unidades empresariais em zonas carenciadas. A *medida 3.13 – Sociedade de Informação* é, neste âmbito, similar à *medida 3.6*, ainda que as acções de formação sejam mais específicas - tecnologias de informação e comunicação, e estejam orientadas igualmente para indivíduos com necessidades especiais decorrentes de deficiência, idade ou estado de incapacidade temporária.
254. Num segundo nível de relevância consideram-se seis medidas sobretudo enquadradas no terceiro eixo prioritário do PORLVT:
- as *medidas 3.3. – Qualificação e inserção profissional dos desempregados* e *3.4 – Criação de emprego* visam de uma forma genérica através de acções de formação reforçar competências ou qualificações profissionais, reintegrar indivíduos na vida activa, fazer reconversões e promover a empregabilidade de desempregados pela criação de postos de trabalho; a *medida 2.2 – Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade*, considera igualmente acções de formação que reforcem competências no sentido de combater a exclusão social, pelo que têm importância no âmbito da inclusão social;
 - a *medida 3.8 – Infra-estruturas da educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário*, prevê construir e equipar infra-estruturas de educação e ensino (desde a educação pré-escolar até ao ensino

secundário, incluindo escolas profissionais) enquanto que a *medida 3.12 – Sociedade de Informação*, no seguimento da medida anterior, considera a ligação das escolas à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade e projectos que contribuam para o aumento da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais;

- na medida – 3.19 – Saúde, o domínio inclusão social mostra-se relevante sobretudo por aquela medida considerar objectivos de melhoria no acesso, qualidade e humanização dos cuidados de saúde prestados, com a melhoria de condições físicas e organizacionais de prestação de cuidados de saúde e na criação de novas soluções assistenciais.

Domínio Temático: Inovação

255.A inovação pode ser entendida como uma articulação entre os processos de produção, codificação e difusão do conhecimento e os processos que conduzem à introdução no mercado (distribuição e comercialização) de novos produtos e serviços e/ou à introdução nas organizações (desenvolvimento, adopção e adaptação) de novos processos produtivos e organizacionais, pressupondo mediações, mais ou menos complexas, quer ao nível do desenvolvimento tecnológico, quer ao nível da comunicação de informação, quer ao nível da educação e formação dos recursos humanos. O processo de inovação configura, assim, uma forma específica de produção de *sinergias* entre *ganhos de eficiência*, mais associados à melhoria dos processos, e *ganhos de eficácia*, mais associados à melhoria dos produtos.

256.O desenvolvimento económico e social das regiões depende não só de melhores infra-estruturas públicas e colectivas, e investimento em capital físico, mas sobretudo cada vez mais de factores de carácter imaterial, tais como: a qualificação técnica e tecnológica dos recursos humanos, a utilização que os actores regionais fazem das novas tecnologias, o acesso a mercados, a organização interna dos actores bem como a sua inter-organização, etc. Em muitos casos, são precisamente esses factores imateriais, que arrastam o investimento físico em equipamentos (em particular os relacionados com as TIC) e não o contrário, pelo que se deve considerar este domínio como um dos domínios chave para o desenvolvimento de qualquer região. Note-se porém que a maior importância que, nesta análise, se deve dar a factores imateriais significa que a economia se está a tornar mais intensiva em conhecimentos de vários tipos, mas não necessariamente apenas mais intensiva em I&D. Ou seja, não se deve reduzir a análise dos factores imateriais – muito importantes para a inovação e para o desenvolvimento regional –, à análise do esforço regional com actividades e infra-estruturas vocacionadas para a I&D. É necessário, portanto, adoptar uma definição lata no seu sentido mais abrangente do conceito de inovação. É esse conceito lato que orientou a presente análise do Programa e da incidência das

suas medidas nesse processo de construção e/ou facilitação dos factores imateriais, atrás enumerados, que constituem o processo de inovação.

257. O domínio da Inovação surge com uma estratégia que pretende antecipar e definir padrões de mercado e aumentar a eficiência dos processos produtivos, sendo sustentada em 18 medidas deste PO, ainda que com diferentes graus de relevância. O terceiro eixo prioritário do PORLVT, relativo às intervenções da administração central regionalmente desconcentradas, é aquele que maior relevância parece ter, à luz da análise deste ângulo de observação, havendo contudo medidas dos eixos 1 e 2 que têm também alguma influência relevante.

258. Considerando as medidas com incidência no domínio da Inovação, podemos concluir que o programa surge com dois tipos de estratégias. Uma mais ofensiva, centrada nos actuais recursos e capacidades da região, outra mais defensiva centrada na necessidade de recuperação, tentando eliminar pontos fracos. Estas estratégias pretendem aumentar a eficiência do processo de inovação a nível regional, e são sustentadas pelas seguintes medidas: 1.2, 2.2, 3.1, 3.2, 3.10, 3.12, 3.13 e 3.15.

259. Numa primeira linha, e no respeito à medidas mais relevantes destacam-se:

- a *medida 3.10 – Economia*, cuja relevância é justificada pelo objectivo claro de promover a inovação empresarial e a utilização de novas tecnologias, bem como de modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas no domínio tecnológico. Esta medida específica poderá ter problemas de indivisibilidade em termos de origem dos efeitos conseguidos, resultantes do cruzamento com outros PO transversais como o POCTI e o POSI.
- a *medida 3.11 – Ciência, Tecnologia e Inovação*, pretende criar Centros de Ciência Viva, que terão, no longo prazo, impacto na promoção regional de uma cultura mais permeável às áreas das Ciências Exactas e Naturais.
- as *medidas 3.12 e 3.13 – Sociedade de Informação*, de uma forma mais alargada pretendem aumentar o acesso e utilização de tecnologias de informação e comunicação, em empresas privadas ou em instituições públicas, potenciando a modernização do tecido económico e aumentando a competitividade das empresas nacionais.

260. Numa segunda linha de relevância destacam-se mais cinco medidas:

- a *medida 1.2 – Valorização Ambiental Patrimonial* tem relevância para o domínio da inovação uma vez que os seus objectivos visam o desenvolvimento de energias renováveis, criando assim condições efectivas para uma diversificação de fontes energéticas que poderá actuar como estímulo à inovação;

- a *medida 2.2 – Qualificação das cidades e re-qualificação metropolitana – componente empregabilidade* tem relevância para o domínio da inovação pois tem como objectivo acções de formação que podem reforçar as competências, em vários domínios, nomeadamente nos domínios das tecnologias de informação que dinamizem iniciativas e reforcem competências empresariais;
- a *medida 3.1 – Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa* tem relevância para o domínio da inovação pois contribui para o desenvolvimento de acções de especialização tecnológica, destinadas a candidatos com uma qualificação de nível 3, e que confere certificação profissional de nível 4. Trata-se de uma temática vital para dotar a região de competências para promover com o processo de inovação tecnológica e inovação organizacional;
- esta *medida 3.2 – Formação ao longo da vida e adaptabilidade* tem relevância para o domínio da inovação uma vez que promove acções de consultoria formativa especificamente dirigidas a PME's e sustentadas em modelos de diagnóstico situacional, as quais normalmente têm um impacto significativo na capacidade das empresas para empreenderem processos de inovação;
- finalmente a *medida 3.15 – Agricultura e desenvolvimento rural*, terá uma relevância vital para a inovação no seu sector alvo, sobretudo no que está relacionado com tecnologias aplicadas à produção agro-florestal e agro-rural, por forma a obter um crescimento sustentado da produtividade.

Domínio Temático: Mediação Institucional e Governância

261. Num contexto de liberalização e flexibilização dos mercados, a conjugação entre competitividade e coesão económica e social – processo crucial do desenvolvimento regional - impõe fortes mecanismos de mediação institucional e formas de governância flexíveis e participadas, adequadas às realidades específicas e ao seu dinamismo. A eficácia da actuação das instituições na governância territorial é mediada pela intensidade e pelas sinergias que se revelem capazes de gerar, quer no relacionamento entre instituições, quer no relacionamento com as entidades empresariais, ou seja, pelas sinergias de relacionamento entre os diferentes actores que consigam desencadear.

262. A análise da qualificação do tecido institucional local e regional no âmbito do PORLVT, desenvolve-se com base em quatro conceitos essenciais.

- Dinâmicas espaciais** - Decorrentes quer da globalização das economias, quer das novas tecnologias da comunicação e da informação, quer de níveis de mobilidade da população muito elevados, as configurações territoriais que se foram esboçando nas últimas duas décadas privilegiam a imbricação de diferentes escalas geográficas, que assumem frequentemente uma natureza reticular. Esta transformação confronta-se com uma

organização institucional (entidades públicas, partidos, sindicatos, associações, ...) baseada na relação de proximidade e na contiguidade geográfica que revela níveis de eficácia pouco satisfatórios. Importa compreender em que medida os esforços no sentido da reorganização e qualificação do tecido institucional, nas diversas escalas geográficas e nos vários tipos de instituições, podem contribuir para o adequar a essas novas configurações territoriais. Esta questão torna-se particularmente relevante em determinados tipos de espaços, nomeadamente nas áreas urbanas, cujo crescimento, heterogeneidade e multipolaridade tornam difícil a resposta adequada das instituições tradicionais.

- ii. **Relações entre Instituições e Cidadãos** - Se ao nível local parece ter havido progressos assinaláveis no âmbito do relacionamento entre instituições e cidadãos (concretizado, por exemplo, na importância social crescente das Instituições Particulares de Solidariedade Social ou no notável crescimento do voluntariado), já ao nível dos grandes espaços urbanos e suburbanos não acontece o mesmo, o que se traduz num bloqueio particularmente prejudicial ao desenvolvimento da cidadania. O reconhecimento das instituições e do seu papel social por parte dos cidadãos, bem como a relação de confiança mútua (expectativa de encontrar o que se espera) são duas condições essenciais para a obtenção de maiores níveis de eficácia. Por outro lado, a qualidade deste relacionamento e a adequação das respostas institucionais passa pelo estabelecimento de uma ligação de sentido duplo (instituições ó cidadãos), pela promoção de uma atitude pró-activa dos cidadãos e por se articularem, nas tomadas de decisão, os processos top-down e bottom-up.
- iii. **Cooperação entre Agentes** – Surgindo quase como uma constante nos objectivos estratégicos das políticas e programas de desenvolvimento regional, a cooperação entre agentes assume frequentemente um perfil formal com pouco conteúdo. Com uma pesada herança de individualismo, atomização e autarcia, as instituições têm mais facilidade em encararem-se como adversárias do que como cooperantes. De facto, não existe em Portugal uma cultura de cooperação institucional e foi, sobretudo, por via das políticas comunitárias que se lançaram no nosso País as sementes dessa prática. Importa, pois, compreender de que modo as diversas formas de cooperação (contratualização, parcerias, colaboração, utilização conjunta de infra-estruturas, equipamentos ou recursos, ...) entre os vários tipos de agentes (públicos, privados, associativos) estão a concorrer para potenciar a acção de cada um dos participantes e para obter sinergias frutuosas.
- iv. **Papel das Organizações e dos Movimentos Sociais na Mudança do Tecido Institucional** - As organizações e os movimentos sociais desempenham um papel crucial na transformação do tecido institucional no sentido de o tornar socialmente adequado e eficaz nos seus diversos

níveis territoriais. Este tipo de intervenção tem assumido uma importância crescente nas últimas décadas, especialmente nos domínios do ambiente, da igualdade de oportunidades, da promoção de culturas minoritárias, do apoio aos grupos mais vulneráveis ou no combate à exclusão social. Pode-se afirmar que os principais protagonistas da inovação social na actualidade são as ONG ou os movimentos que decorrem de mobilizações pontuais com objectivos muito específicos.

263. Uma vez que o diagnóstico é bastante omissivo em matéria de Mediação Institucional e Governança, apenas se identifica alguma relevância neste domínio em oito medidas do PORLVT.

264. Numa primeira linha de relevância, encontram-se cinco medidas que se consideram muito relevantes neste domínio temático, tendo em consideração as áreas de intervenção correspondente, nomeadamente: (i) acesso dos cidadãos e das empresas à informação e ao conhecimento, (ii) imbricação das diversas escalas de regulação, (iii) relações instituições – cidadãos e instituições empresas, (iv) cooperação entre agentes e (v) protagonismo e visibilidade das organizações e movimentos sociais. Aquela análise permite identificar como muito relevantes as medidas: 1.3 – *Capacidade institucional regional*, 1.4 – *Formação para o desenvolvimento (FSE)*, 1.5 – *Ações Específicas de Valorização Territorial*, 2.1 – *Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial*, 3.5 – *Eficácia e equidade das políticas* e 3.6 – *Promoção do desenvolvimento social*.

265. Em todas estas medidas, o domínio “Instituições e Governança” é de grande relevância, uma vez que pretendem (em função dos objectivos e tipologias de projecto respectivos) pôr em prática um conjunto de intervenções programadas, nomeadamente: desenvolvimento de sistemas de informação regional; acções de formação que visam a modernização da Administração Pública e conseqüentemente o acréscimo da sua eficácia e eficiência; qualificação dos agentes das políticas de emprego e formação e de desenvolvimento social; incremento da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana; promoção da participação do público; a realização de estudos, planos, projectos e infra-estruturas que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público; desenvolvimento de uma rede de centros de recursos nas áreas da formação, informação e investigação; desenvolvimento da Rede Social para o Desenvolvimento, através da dinamização e consolidação de redes territoriais; funcionamento em rede de infra-estruturas e equipamentos na óptica do desenvolvimento articulado da Região; promoção de formas institucionais de cooperação entre a Administração Central e a Administração Local; e desenvolvimento de sistemas de contratualização entre a Administração Pública e os agentes de desenvolvimento local (sector privado e terceiro sector).

266. Com menor relevância, identificam-se três medidas: a medida 3.6 – *Promoção do desenvolvimento social*, numa lógica sobretudo justificada pela criação de uma Rede Social para o Desenvolvimento e pela qualificação dos agentes de desenvolvimento social, e as medidas 3.13 – *Sociedade de Informação (FSE)* e 3.11 – *Ciência, Tecnologia e Inovação*, que podem constituir um valor acrescentado em termos de mediação institucional e qualificação da governância, designadamente ao nível do acesso dos cidadãos e das empresas à informação e ao conhecimento.

4.2.3. Adequação dos objectivos do PO aos domínios subjacentes à competitividade territorial e à coesão económica e social

267. Avaliação da pertinência das diferentes medidas no quadro da lógica de avaliação horizontal-territorial, efectuada a partir de uma leitura efectuada por eixo e medida, permite encontrar, quer em termos dos domínios temáticos, quer em termos dos domínios territoriais, uma “arrumação” para as medidas do PO tendo em a consideração a frequência com que são referidas (no ponto anterior) como tendo algum grau de relevância para os diversos domínios e a intensidade da relevância atribuída.

O resultado da aplicação desta grelha de leitura ao conjunto dos domínios temáticos é apresentada na Figura 4-5 e Figura 4-6. A leitura da tipologia proposta na Figura 4-6 permite distinguir entre:

- ***medidas de espectro amplo, com efeitos fortes***, sobre os domínios da competitividade e coesão (medidas classificadas na zona I); estão neste caso um conjunto de apenas três medidas todas inseridas no Eixo 3 mas que representam no conjunto 20% da despesa pública programada, fundamentalmente por via dos 15,5% da medida 3.10 Economia;
- ***medidas de espectro amplo mas com efeitos fracos*** sobre os domínios da competitividade e coesão (medidas classificadas na zona IV); estão neste caso medidas de todos os eixos do programa que representam no conjunto 21% da despesa pública programada;
- ***medidas de espectro reduzido mas com efeitos fortes*** sobre os domínios da competitividade e coesão (medidas classificadas na zona II); estão neste caso 3 das 4 medidas do Eixo 2 e um conjunto de medidas do Eixo 3 que se caracterizam pela sua intervenção na área dos Equipamentos e infra-estruturas (medidas 3.17, 3.19, 3.16 e 3.14) para além da medida relativa à formação profissional de activos (medida 3.2.); estas medidas no seu conjunto representam cerca de 28% da despesa pública programada;

- **medidas de espectro reduzido e com efeitos fracos** sobre os domínios da competitividade e coesão (medidas classificadas na zona III); estão neste caso 4 das 6 medidas do Eixo 1 e 5 medidas do Eixo 3, onde se incluem três medidas financiadas pelo FSE, a medida Agricultura financiada pelo FEOGA e a medida Ambiente financiada pelo FEDER; estas medidas no seu conjunto representam 29% no total da despesa pública programada;

268. Estes quatro tipos identificados podem também apenas ser distinguidos pela natureza dos efeitos (leitura horizontal da Figura 4-6), tendo-se então medidas de efeitos diversificados (zona I e zona IV) e medidas de efeitos especializados (zona II e zona III) ou pela intensidade dos efeitos (leitura vertical da Figura 4-6) sobre os domínios de base da competitividade e coesão distinguindo-se, neste caso ntre medidas de efeitos fortes (zona I e zona II) e medidas de efeitos fracos (zona III e zona IV);

FIGURA 4-5: INCIDÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS DO PO SOBRE OS DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE E COESÃO ECONÓMICO-SOCIAL

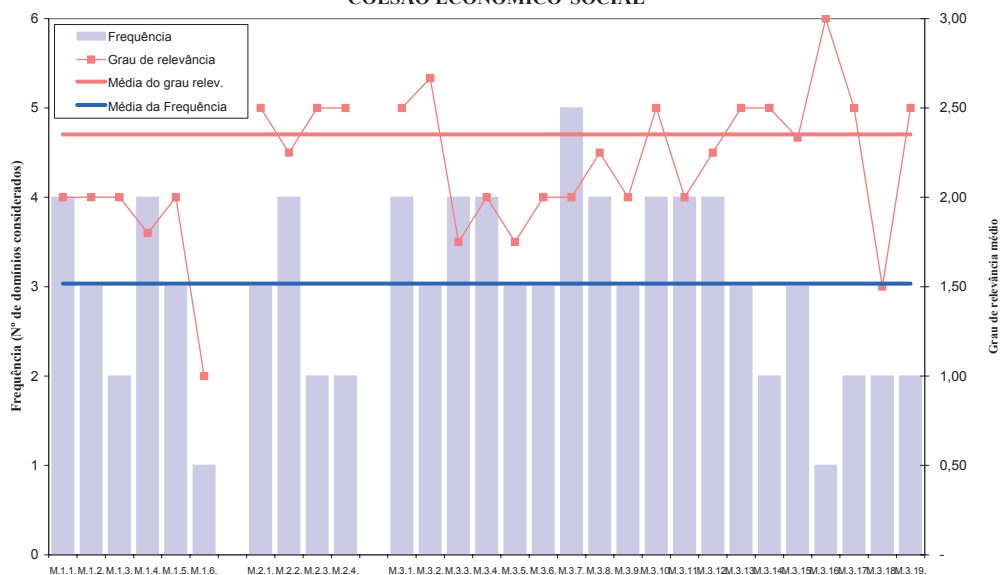


FIGURA 4-6: TIPOLOGIA DOS EFEITOS DAS MEDIDAS DO PO SOBRE OS DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE E COESÃO ECONÓMICO-SOCIAL

Grau de relevância (média dos domínios considerados)	Força	<p>2.1. <i>Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial</i></p> <p>2.3. <i>VALTEJO – Valorização do Tejo</i></p> <p>2.4. <i>Formação e Empregabilidade</i></p> <p>3.2. <i>Formação ao longo da vida e Adaptabilidade</i></p> <p>3.14. <i>Pescas – Infra-estruturas de portos</i></p> <p>3.16. <i>Desenvolvimento de equipamentos desportivos</i></p> <p>3.17. <i>Acessibilidades e transportes</i></p> <p>3.19. <i>Saúde</i></p> <p style="text-align: center;">27,9 % da Desp. Pública- Zona II</p>	<p>3.1. <i>Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a vida activa</i></p> <p>3.10. <i>Economia</i></p> <p>3.13. <i>Sociedade de Informação (FSE)</i></p> <p style="text-align: center;">20,5 % da Desp. Pública- Zona I</p>
	Fraca	<p>1.2. <i>Valorização ambiental e patrimonial</i></p> <p>1.3. <i>Capacidade institucional regional</i></p> <p>1.5. <i>Ações específicas de valorização territorial</i></p> <p>1.6. <i>Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico</i></p> <p>3.5. <i>Eficácia e equidade das políticas</i></p> <p>3.6. <i>Promoção do desenvolvimento social</i></p> <p>3.9. <i>Ensino Profissional</i></p> <p>3.15. <i>Agricultura e desenvolvimento rural</i></p> <p>3.18. <i>Ambiente</i></p> <p style="text-align: center;">29,1 % da Desp. Pública –Zona III</p>	<p>1.1. <i>Acessibilidades e Equipamentos</i></p> <p>1.4. <i>Formação para o desenvolvimento</i></p> <p>2.2. <i>Qualificação das cidades e Requalificação metropolitana – Componente empregabilidade</i></p> <p>3.3. <i>Qualificação</i></p> <p>3.4. <i>Criação de Emprego</i></p> <p>3.7. <i>Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social</i></p> <p>3.8. <i>Infraestruturas da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico</i></p> <p>3.11. <i>Ciência Tecnologia e Inovação</i></p> <p>3.12. <i>Sociedade de Informação – FEDER</i></p> <p style="text-align: center;">21,2 % da Desp. Pública –Zona IV</p>
		Reduzida	Ampla
Incidência da medida (Nº de domínios)			

4.2.4. A identificação das estratégias de intervenção integradas no PORLVT

269. A passagem de uma análise SWOT para a formulação de uma estratégia concreta de acção constitui um processo que é tudo menos directo ou automático. Com efeito, o estabelecimento de um quadro, tão rigoroso e objectivo quanto possível, do conjunto das forças e fraquezas e das ameaças e oportunidades que caracterizam os grandes desafios de um dado sistema/região, numa dada conjuntura de médio-longo prazo, constitui um mero ponto de partida para a formulação estratégica da acção.

A construção de um referencial de “estratégias-tipo”, como aquele que se apresenta na (Caixa 4-1)., visa criar um instrumento metodológico que permita o acompanhamento do processo efectivo do caminho que liga a análise SWOT à estratégia subjacente ao PO, tomando em consideração a especificação das prioridades e a natureza das intervenções desenhadas ao nível da concepção.

CAIXA 4-1: MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE ESTRATÉGIA ADOPTADOS NO PO

TIPOS DE ESTRATÉGIA ADOPTADA NO PO		S	W	O	T
		Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Tipo 1	Ofensiva centrada na estrutura actual ("usar as forças para agarrar as oportunidades")	•	→	•	
	As variantes desta estratégia-tipo ligam-se à dimensão do "feed-back" em novas forças	▲	→	•	
Tipo 2	Defensiva centrada nas ameaças actuais ("responder às ameaças corrigindo as fraquezas")		•	←	•
	As variantes desta estratégia-tipo ligam-se à respectiva "extensão"	•	←	•	•
Tipo 3	Ofensiva centrada nas oportunidades ("usar os desafios das oportunidades para desenvolver novas forças e corrigir certas fraquezas")	•	•	•	
	As variantes desta estratégia-tipo ligam-se ao "equilíbrio" dos resultados obtidos nas mudanças no par forças-fraquezas	•	•	•	
	Ou à "sustentabilidade" resultante da margem de manobra aberta pelos efeitos na redução das ameaças	•	•	•	▲
Tipo 4	Defensiva centrada no "catching-up" ("reduzir ou eliminar fraquezas, melhorar o jogo das oportunidades e ameaças")		•	•	•
	As variantes desta estratégia-tipo ligam-se à "velocidade" da adaptação estrutural associada à evolução da "agenda" do "catching-up"	•	•	•	•

270. A identificação da estratégia seguida globalmente pelo PO e pelas diversas medidas obedeceu assim à aplicação de uma classificação da estratégia dominante para as medidas consideradas, na Figura 4-3 do ponto anterior, relevantes ou muito relevantes no âmbito de cada um dos domínios de avaliação

O ensaio de sistematização das estratégias possíveis foi estabelecido, por um lado, com base nas relações que se podem estabelecer entre o conjunto identificado de *forças* (que se podem associar a vantagens comparativas potenciais ou reveladas) e de *fraquezas* (que não se podem reduzir apenas a limitações impostas por uma dotação quantitativa de recursos, na medida em que também contemplam atrasos relativos quer aos aspectos qualitativos dessa dotação, quer aos aspectos de organização e gestão na respectiva mobilização mas, sobretudo, pela intervenção insuficiente ou negativa do factor humano) e, por outro lado, perante a configuração específica do jogo das *oportunidades* e *ameaças*. Relações estas que comportam, sempre, margens mais ou menos apreciáveis, de intervenção e acção susceptíveis de produzir transformações positivas mediante políticas voluntaristas bem dirigidas e determinadas.

271. A sistematização adoptada para as estratégias-tipo baseou-se, em particular, nos aspectos relativos à dinâmica, atendendo, nomeadamente, ao quadro evolutivo particularmente exigente, quer da globalização, quer da lógica de aprofundamento e alargamento presente na construção europeia. As noções de convergência estrutural e de convergência relativa foram tomadas para valorizar quer o foco principal na determinação do conteúdo das intervenções (forças/fraquezas vs. ameaças/oportunidades), quer o alcance e equilíbrio dos resultados desejados (obtidos), quer, finalmente, a dimensão dos efeitos de arrastamento a montante e a jusante considerados, em especial aqueles que se revelam decisivos para construir ou manter vantagens competitivas de longo prazo ou para alterar duradouramente o quadro de debilidades e atrasos.

272. Uma visão mais desagregada por eixos permite observar que em relação ao ***Eixo 1 - Apoio ao Investimento de interesse municipal e intermunicipal*** predominam estratégias *Defensivas centradas nas ameaças actuais “responder às ameaças corrigindo as fraquezas” (tipo 2)*. Genericamente, este tipo de estratégia parece adequar-se melhor às medidas de impacte intra-regional, designadamente, que visam a melhoria da rede de equipamentos para uso das populações residentes e a valorização dos espaços urbanos e de acessibilidades e mobilidade internas;

No entanto, para alguns domínios específicos é possível verificar no quadro do Eixo 1 algumas estratégias de tipo 4 *Eliminar fraquezas para melhorar o jogo oportunidades ameaças*, concretizando-se, por exemplo, para o domínio Mediação institucional e Governância, na

sensibilização e envolvimento dos *agentes* para o incremento da visibilidade e notoriedade da Região, no estímulo às dinâmicas de cooperação institucional e interregional (*Medida 1.3 Capacidade institucional regional*), na qualificação dos agentes e dos serviços da administração local (*Medida 1.4 Formação para o desenvolvimento*). Na óptica do Potencial Humano esta última medida também configura uma estratégia de tipo 4.

Ainda ao nível do Eixo 1 o objectivo de desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional através de acções de cooperação inter-institucional e dos sistemas de contratualização entre a administração pública e os actores locais (*Medida 1.5*) ilustra, no âmbito do domínio Mediação Institucional e Governância uma estratégia tipo 1 ofensiva centrada na estrutura actual “usar as forças para agarrar as oportunidades”.

273. Este último tipo de estratégia, “*Ofensiva centrada na estrutura actual- usar as forças para agarrar as oportunidades*” adequa-se sobretudo às áreas económicas cujas vantagens comparativas residem sobretudo na valorização dos recursos naturais - a medida 2.3. *VALTEJO* uma vez que procura explorar o sistema fluvial Tejo/Zêzere, através da preservação de elementos patrimoniais de carácter natural e construído, com a finalidade de explorar oportunidades associadas a novos segmentos de mercado como o turismo cultural rural.

Em relação às restantes medidas do **Eixo 2 - Acções Integradas de Base Territorial** vocacionadas para qualificação das cidades e requalificação metropolitana o tipo de estratégia adoptada aponta para a eliminação de pontos fracos procurando melhorar o jogo das oportunidades e ameaças, ou seja uma estratégia de tipo 4 *Defensiva centrada no Catching-up*.

274. No **Eixo 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas** predominam as estratégias de tipo 4 *Defensiva centrada no Catching-up* “*Eliminar fraquezas para melhorar o jogo oportunidades ameaças*” nomeadamente nas medidas financiadas pelo FSE.

As excepções a este tipo de estratégia estão fundamentalmente no domínio da inclusão social onde as medidas 3.1., 3.6 e 3.7. tem uma estratégia defensiva centrada nas ameaças actuais, no domínio da inovação onde as estratégias associadas às medidas 3.11. e 3.12. são de tipo ofensivo, a primeira centrada na estrutura actual e a segunda centrada nas oportunidades. Finalmente, a medida 3.10 é classificada como tendo uma estratégia de tipo 3 pelos domínios das Actividades produtivas e da Inovação e do tipo 1 no âmbito da sua intervenção na área das Infra-estruturas e Equipamentos.

275. A estratégia predominante no PORLVT é a de tipo 4, ou seja, uma estratégia **defensiva centrada no objectivo de “catching-up”**, procurando nesse processo eliminar fraquezas e, ao mesmo

tempo, melhorar o jogo das oportunidades e ameaças. Na generalidade dos domínios, qualquer que seja a sua natureza, esta estratégia é ditada pela necessidade de uma aproximação às dotações prevaletentes nos países mais desenvolvidos da Europa Comunitária, e naturalmente também em relação a Espanha, a qual tende a assumir um papel determinante na evolução do perfil produtivo da economia portuguesa.

5. AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA DO PROGRAMA

1. O objectivo deste capítulo é de procurar avaliar se estão garantidas as condições para a execução consistente da estratégia adoptada, nomeadamente ao nível das soluções da afectação, especialização e afectação de meios e ao nível da hierarquia, complementaridade e articulação convergente dos objectivos prosseguidos, quer numa perspectiva intra-programa (5.1. Coerência interna), quer, também, numa perspectiva inter-programas (5.2. Coerência externa).

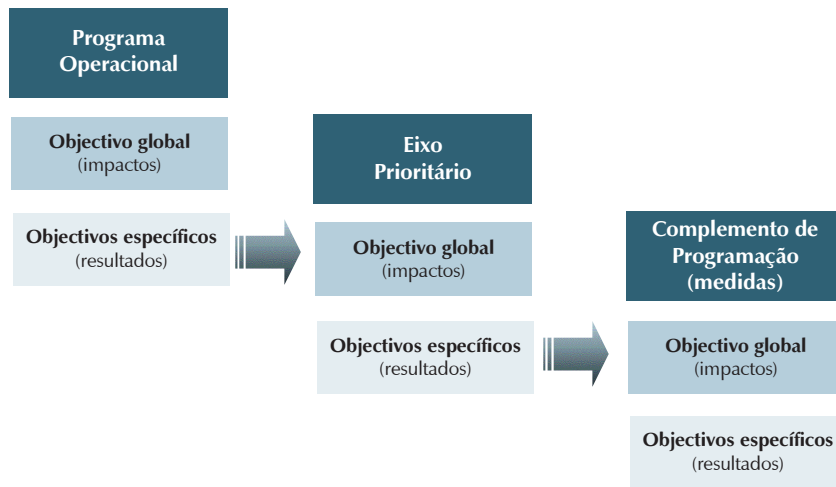
Finalmente, procede-se, ainda neste capítulo, à avaliação da pertinência dos indicadores do programa (5.3.) em que se procura responder às questões sobre a natureza dos indicadores definidos (realização, resultado e impacto), a sua relação com os objectivos globais, específicos e operacionais das medidas, eixos e programa, a fiabilidade da informação de suporte e a apreciação das metas definidas.

5.1. A COERÊNCIA INTERNA DO PROGRAMA

2. Na análise da coerência da programação importa, essencialmente, avaliar a coerência da estrutura adoptada para o PORLVT, verificando em que medida os objectivos do Programa, dos eixos e das medidas se articulam e se reforçam. Para avaliar a coerência interna, a Comissão Europeia recomenda¹ que se proceda à construção de uma árvore de objectivos – que permite explicitar a lógica de conjunto de uma intervenção pública –, em que cada nível de programação está sujeito à mesma categorização de objectivos (Figura 5-1). De acordo com estas indicações, a coerência interna pressupõe uma hierarquia clara de objectivos, em que o objectivo específico de nível mais elevado deve incluir o objectivo global de nível mais baixo (ou seja, do nível seguinte) e este deverá corresponder ao objectivo específico do nível mais elevado (ou seja, do nível anterior).

¹ Documento de trabalho nº3 “Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa”, DGXVI

FIGURA 5-1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS E OS EFEITOS DAS INTERVENÇÕES



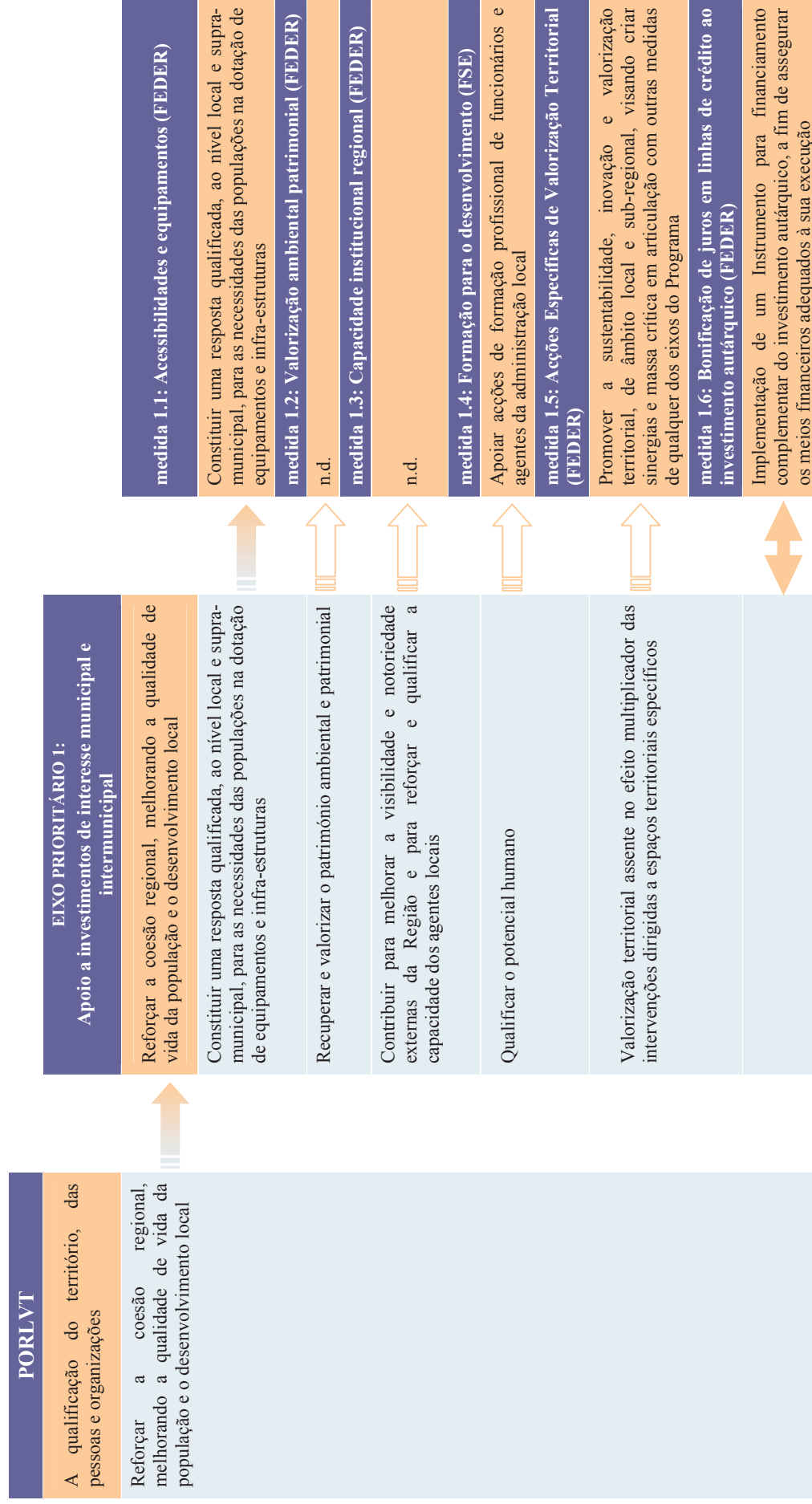
Fonte: Equipa de avaliação, com base no Documento de trabalho nº3 “Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa”, da CE

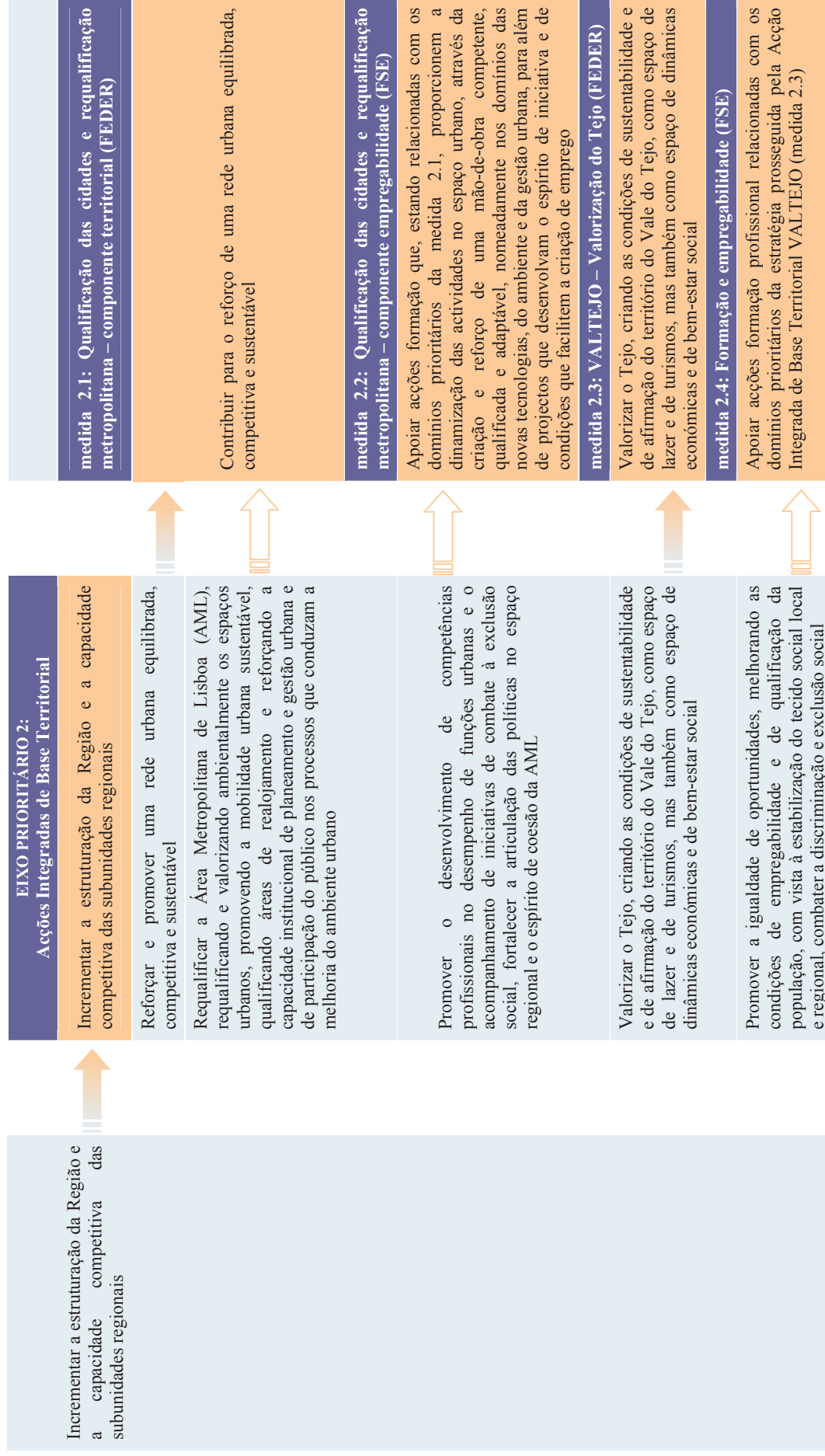
3. A construção da árvore de objectivos (ver Figura 5-2) veio a revelar-se de difícil concretização, uma vez que a estrutura interna do Programa Operacional não adere inteiramente a uma lógica de hierarquização de objectivos conforme a metodologia convencional do tipo “*project logical framework*”.
4. Os problemas e dificuldades apontados não se referem a insuficiências específicas da estrutura do PO, resultando, antes, da opção que se traduziu na utilização de uma estrutura de eixos similar a todos os programas operacionais regionais, propiciando dessa forma uma base comum na repartição dos recursos comunitários.

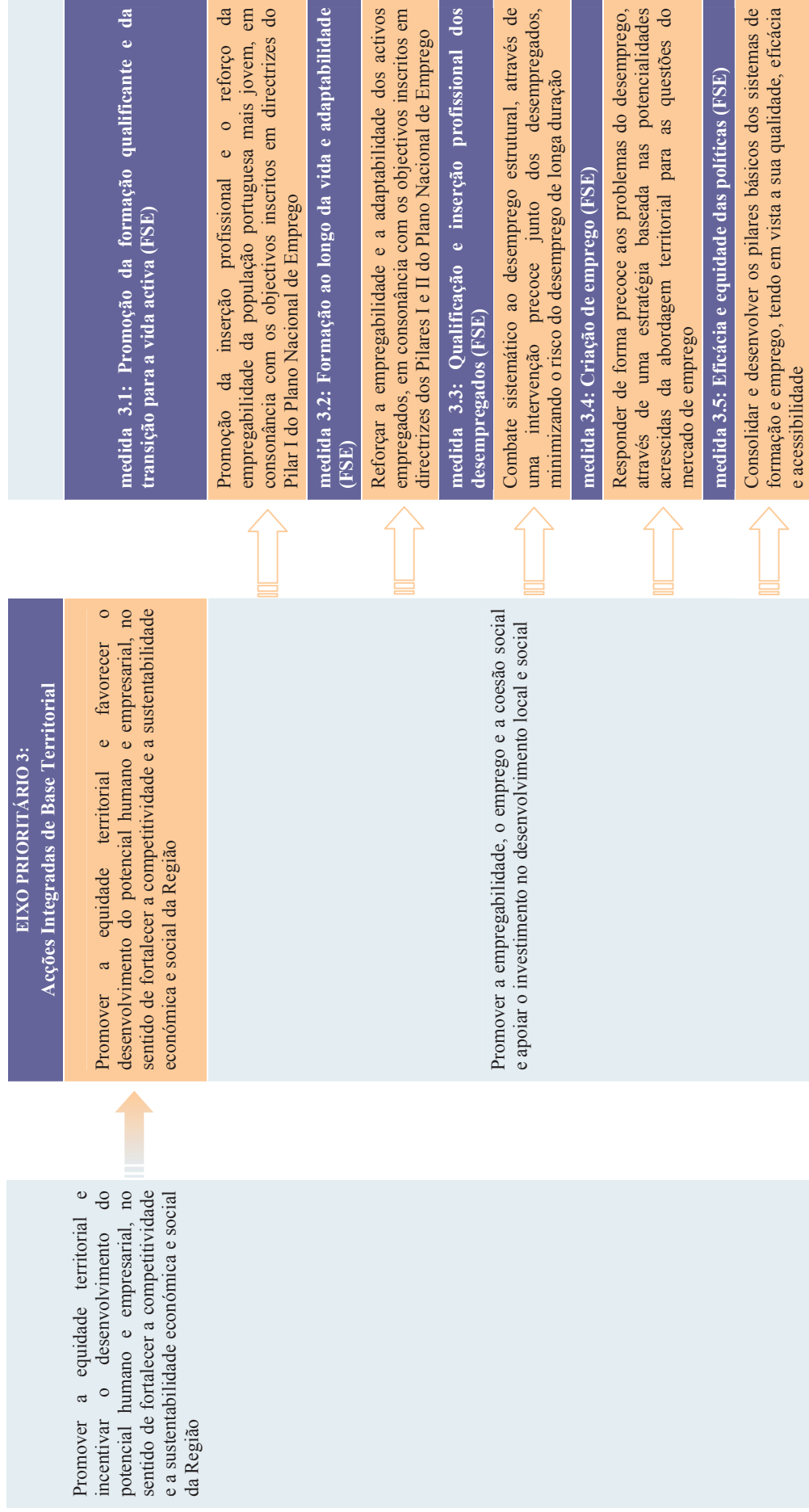
Com efeito, a definição dos eixos prioritários dos Programas Operacionais Regionais parece reflectir mais uma lógica de “repartição de responsabilidades de gestão”, do que uma lógica “repartição por domínios-problema”, de mais fácil compatibilização com uma abordagem segundo estruturas de árvores de problemas e objectivos, que resulta do modelo conceptual preconizado pelos serviços da Comissão da UE.







A uniformização no desenho de cada programa regional tem, no entanto, como contrapartida uma aderência da árvore de objectivos daí resultante à estrutura específica de problemas e necessidades de cada região, considerada *de per si*, menos directa.







FIGURA 5-2: “ÁRVORE” DE OBJECTIVOS

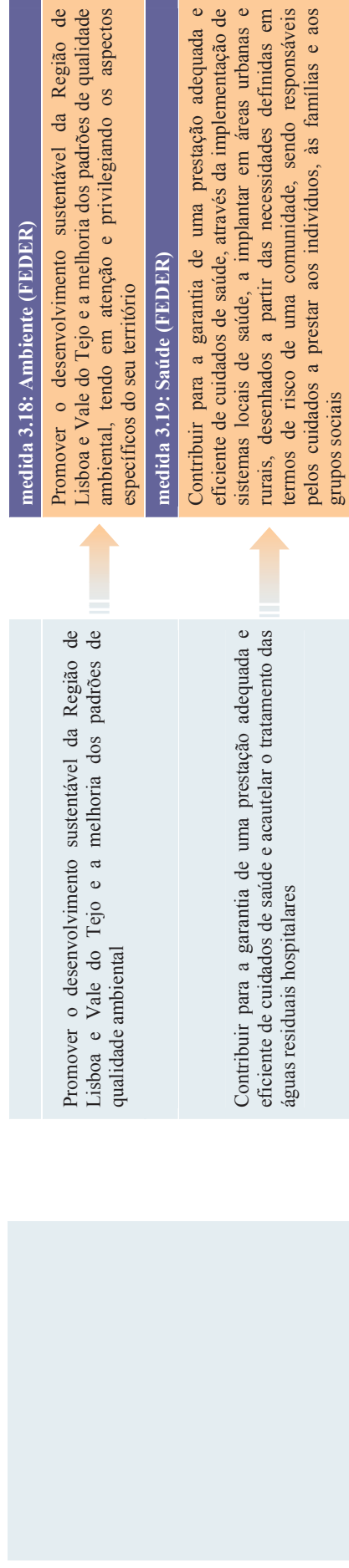






<p>medida 3.6: Promoção do desenvolvimento social (FSE) Fomentar a integração social e profissional de grupos com necessidades especiais de acesso ao mercado de trabalho</p>		<p>Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social (continuação)</p>
<p>medida 3.7: Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social (FEDER) Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e reforçar a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos</p>		<p>Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar</p>
<p>medida 3.8: Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER) Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais do Plano de Desenvolvimento Educativo para Portugal - PRODEP III, no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário</p>		<p>Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário</p>
<p>medida 3.9: Ensino Profissional (FSE) Consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período 2000-2006</p>		<p>Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial</p>
<p>medida 3.10: Economia (FEDER) n.d. (prosssegue os objectivos gerais do PORLVT)</p>		<p>Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região</p>
<p>medida 3.11: Ciência Tecnológica e Inovação (FEDER) Promover a cultura científica e tecnológica junto do grande público</p>		<p></p>

<p>medida 3.12: Sociedade de Informação (FEDER) Dinamização e generalização das tecnologias da informação e da comunicação</p>		<p>Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação</p>
<p>medida 3.13: Sociedade de Informação (FSE) Criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital</p>		<p>Apoiar e melhorar as infra-estruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios</p>
<p>medida 3.14: Pescas – infra-estruturas de portos (FEDER) n.d.</p>		<p>Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social</p>
<p>medida 3.15: Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA) Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social</p>		<p>Estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva</p>
<p>medida 3.16: Desenvolvimento de equipamentos desportivos (FEDER) Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização, recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas mediante uma política integrada que, vise o desenvolvimento da procura e o equilíbrio regional entre a procura e a oferta desportiva, no sentido de corrigir a escassez de infra-estruturas</p>		<p>Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas</p>
<p>medida 3.17: Acessibilidades e transportes (FEDER) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida na região, em especial nas zonas urbanas, e para a viabilização de um maior desenvolvimento económico</p>		



5. A superação dos problemas e dificuldades metodológicos apresentados terá de ser concretizada, assim, tendo em consideração a especificidade de cada um dos seus três eixos, isto é:

- em termos de motivações e dinâmicas, podemos verificar que o eixo 1 se articula com um processo ascendente, acolhendo intenções e projectos de nível municipal e intermunicipal, que o eixo 2 permite responder a problemas e/ou a desafios (oportunidades-ameaças) específicos de sub-regiões, acolhendo iniciativas mais defensivas (correção de insuficiências detectadas, por exemplo) ou mais ofensivas (criação de potencial competitivo, por exemplo) e que, finalmente, o eixo 3 se articula com um processo descendente, acolhendo uma motivação de desconcentração dos recursos financeiros sectoriais que, no entanto, coloca questões de articulação entre as prioridades sectoriais e a hierarquia de necessidades a nível regional subjacente à respectiva estratégia;
- em termos de especialização das intervenções e dos objectivos na região, podemos verificar que, para além da clivagem entre os eixos 1 e 3 (que cobrem, à partida, toda região) e o eixo II (que cobre sub-regiões específicas), importa afinar, no seio dos eixos 1 e 3, a efectiva correspondência entre os objectivos e as intervenções em função do nível a que se concretizam, ligando o local ao regional.

6. A articulação subjacente à metodologia da árvore de objectivos torna-se, assim, mais difícil quando se procura associar, no mesmo desenho programático, as dimensões sectorial e regional.

A concepção e operacionalização de componentes desconcentradas no quadro dos programas operacionais regionais coloca problemas metodológicos, problemas de gestão e problemas de avaliação que importa explicitar, uma vez que estamos perante um modelo que releva mais de uma situação de coexistência de dinâmicas (sectoriais e regional), do que de uma situação de integração de objectivos (sectoriais em estratégias regionais). A coexistência das vertentes sectorial e regional conduz, também, à coexistência das duas dimensões, quer em termos de hierarquização de objectivos, quer em termos das estruturas de gestão, que obrigarão, em certos casos, a escolher qual dimensão de referência dominante.


7. O Programa Operacional Regional assenta, deste modo, numa estrutura de objectivos que toma naturalmente como referência a vertente regional, mas que coexiste (no Eixo 3) com uma estrutura que à partida serve os objectivos sectoriais. O cruzamento destas duas dimensões envolve alguns riscos de duplicação na definição de objectivos nos eixos e nas medidas, com o conseqüente risco de duplicação de recursos para atingir o mesmo fim, envolvendo ainda o risco de definição pouco adaptada à região dos objectivos das medidas desconcentradas (por ex. alguns objectivos globais das medidas do Eixo 3 correspondem aos objectivos globais dos programas operacionais sectoriais que lhes estão subjacentes, como por ex.. medida 3.10).

8. O exercício de articulação pode ser efectuado, como se mostra na Figura 5-2, mas não de forma exacta pois a relação entre os objectivos não é unidimensional, verificando-se mesmo que os objectivos específicos dos eixos podem ser concretizados através de várias medidas que estão integradas em eixos diferentes. Numa análise mais fina, verifica-se que embora alguns objectivos específicos de nível mais alto correspondam exactamente aos objectivos globais de nível inferior (nomeadamente quando se articulam os objectivos do PO com os dos eixos prioritários e ainda no caso de algumas medidas como, por exemplo, a 1.1 ou a 2.3), esta articulação não é assegurada em muitos outros casos como a seguir se exemplifica: existem vários objectivos específicos dos eixos que são “servidos” pela mesma medida (por ex. os dois primeiros do eixo 2 são assegurados pela medida 2.1), assim como objectivos específicos dos eixos que são assegurados por diversas medidas (por ex. o primeiro objectivo do eixo 3), existindo também uma medida que não corresponde a nenhum objectivo específico do respectivo eixo (medida 1.6).

9. As dificuldades de aplicação da metodologia baseada na árvore de objectivos encontram uma alternativa - menos exacta mas, eventualmente, mais viável num PO com estas características –, numa estrutura matricial que cruza os dois níveis de objectivos (específicos dos eixos e globais das medidas). Foi, por exemplo, este o caminho seguido no âmbito da avaliação ex-ante, onde se optou por relacionar os objectivos globais dos eixos com as diferentes medidas através da construção de uma matriz (Figura 5-3).

Nesta matriz verifica-se claramente que a relação entre os objectivos dos eixos e as medidas é muito forte e transversal, o que implica que uma apreciação mais clara do processo de articulação interna do Programa exija uma análise dos projectos candidatos e apoiados no âmbito do PO e a audição dos actores envolvidos no sentido de distinguir uma lógica de efeitos transversais e complementares de uma eventual lógica de sobreposição das medidas e objectivos definidos.

FIGURA 5-3: CORRELAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PO E OS EIXOS/MEDIDAS

 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
1. Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal			
Acessibilidades e equipamentos	●	⊙	⊙
Valorização ambiental patrimonial	●	⊙	⊙
Capacidade institucional regional	●	⊙	⊙
Formação para o desenvolvimento	●	⊙	⊙
Acções específicas de valorização territorial	●	●	●
2. Acções Integradas de Base Territorial			
Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - comp. Territorial	●	●	●
Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - comp. empregabilidade	●	●	●
VALTEJO - Valorização do Tejo	●	●	●
Formação e empregabilidade	●	●	●
3. Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas			
Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	●	●	●
Formação ao longo da vida e adaptabilidade	●	●	●
Qualificação e inserção profissional das desempregadas	●	●	●
Criação de emprego	●	●	●
Eficácia e equidade das políticas	●	●	●
Promoção do Desenvolvimento Social	●	●	●
Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	●	●	●
Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário	●	●	●
Ensino profissional	●	●	●
Economia	●	●	●
Ciência, tecnologia e inovação	●	●	●
Sociedade de Informação	●	●	●
Peças-Infra-estruturas de portos	●	●	●
Agricultura e desenvolvimento rural	●	●	●
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	●	●	●
Acessibilidades e Transportes	●	●	●
Ambiente	●	●	●
Saúde	●	●	●

● forte correlação ⊙ correlação média ○ fraca correlação

Fonte: Complemento de Programação, com base na avaliação ex-ante do PORLVT

10. Uma análise da coerência a um nível mais fino, pode ser efectuada relacionando os objectivos das medidas com as respectivas tipologias de projectos. Este exercício foi realizado através do preenchimento de uma matriz (segundo a matriz de análise da coerência definida nos instrumentos de análise utilizados), que relaciona aquelas duas variáveis a partir dos objectivos e tipologias que constam do Anexo I.A. ao capítulo 1 e de acordo com a numeração aí indicada. As matrizes foram preenchidas pelos vários especialistas dos domínios temáticos e territoriais, tendo ressaltado da síntese destas matrizes algumas conclusões que a seguir se enunciam.
11. A análise efectuada em função dos vários domínios temáticos e territoriais revela um grau elevado de coerência entre os objectivos das medidas e as respectivas tipologias de projectos. De uma forma geral verifica-se uma correspondência entre as tipologias de projectos e os objectivos definidos, acontecendo frequentemente existir mais do que uma tipologia de projecto para

alcançar um determinado objectivo específico e o mesmo tipo de projecto contribuir para mais do que um objectivo específico.

Assim, não foram detectadas tipologias de projectos não acolhidas por algum objectivo específico, da mesma forma que todos os objectivos específicos encontram correspondência em pelo menos uma tipologia de projectos exceptuando-se o caso do objectivo específico nº8 “Inserção de equipamentos desportivos em programas de requalificação urbana” da medida 3.16 “Desenvolvimento de equipamentos desportivos”, que não parece encontrar execução na tipologia de projectos apresentada.

12. O grau de coerência considerável verificado a este nível (essencialmente no domínio Potencial Humano), deve ser relativizado pelo facto de existirem variados objectivos e tipologias definidos de forma relativamente ampla e imprecisa, o que favorece aquela apreciação:

- ao nível dos objectivos com formulação demasiado ampla (e portanto com capacidade de acolher inúmeras tipologias) saliente-se, a título de exemplo, os objectivos específicos nº3 da medida 1.2 “Valorização ambiental patrimonial “os nºs 2 e 8 da medida 2.1 “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial” ou o nº 2 da medida 2.3 “VALTEJO”, assim como os objectivos globais das medidas 2.1 “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana”, 3.10 “Economia”, 3.11 “Ciência Tecnologia e Inovação”, 3.12 “Sociedade de Informação” ou 3.17 “Acessibilidades e transportes”);
- no que respeita às de tipologias, verifica-se uma formulação demasiado abrangente (e como tal com capacidade de contribuir para a realização de diversos objectivos), por exemplo, na nº2 da medida 1.5 “Acções Específicas de Valorização Territorial” ou a nº 9 da medida 2.3 “VALTEJO”, importando ainda referir o facto de algumas das apresentadas no Complemento de Programação não constituírem de facto tipologias o que se verifica claramente na medida 3.11 “Ciência Tecnologia e Inovação” e, de alguma forma, na medida 3.15 “Agricultura e desenvolvimento rural” onde se apresentam, sob o título de tipologias, formulações que se referem, na maioria dos casos, a despesas elegíveis mas onde se encontram alguns enunciados que correspondem, de facto, a tipologias de projectos.

A apreciação do quadro de objectivos pelos promotores e pela gestão do PO

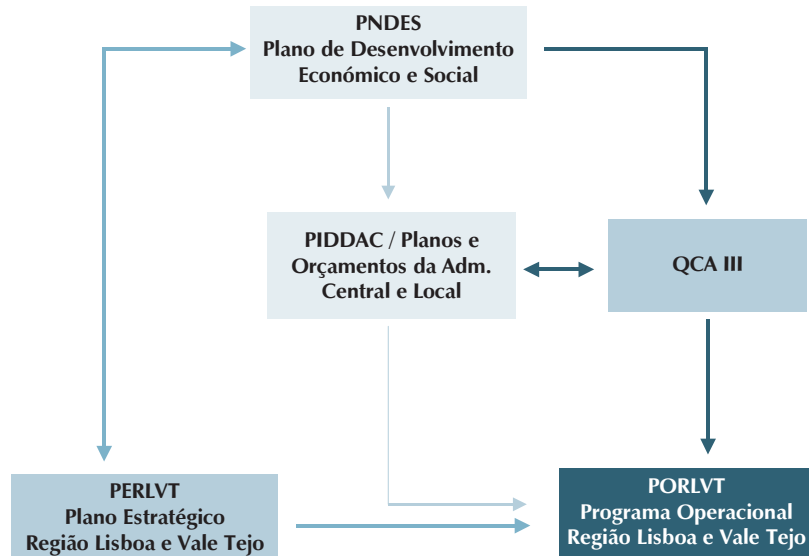
13. No âmbito da auscultação dos actores envolvidos no PO, foi solicitada, aos promotores e responsáveis pela gestão, a apreciação da coerência da construção do quadro de objectivos do PO, numa escala de 1 a 6 (1=não é coerente e 6=é muito coerente). A opinião manifestada, quer pelos promotores, quer pelos responsáveis da gestão, revela que o quadro de objectivos do

programa é coerente, sendo a apreciação da gestão ligeiramente mais positiva (em média as respostas da gestão situam-se em 4,6 e as dos promotores em 4), essencialmente no que respeita aos inquiridos com responsabilidades no Eixo 1.

5.2. A COERÊNCIA EXTERNA DO PROGRAMA

14. No âmbito da avaliação da coerência externa do PORLVT desde logo se levanta uma questão de fundo que remete para a sua própria identidade como “*programa*” e à sua articulação com outros instrumentos de planeamento com uma amplitude mais abrangente (*PNDES, PDR, QCA III. Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT), Planos Anuais/PIDDAC*) e que por isso mesmo são determinantes nas decisões de investimento público com incidência na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Levantam-se a este respeito duas questões centrais. A primeira refere-se à existência e ao funcionamento dos mecanismos de decisão a vários níveis, visando assegurar a necessária coerência entre aqueles níveis de planeamento no que se refere à programação de recursos públicos. A segunda remete para a avaliação do modo como, na realidade do processo de execução, foram resolvidas as zonas cinzentas de articulação entre a perspectiva sectorial e a perspectiva regional.
15. O actual processo de planeamento, em termos conceptuais e na perspectiva do Quadro Comunitário de Apoio, pauta-se no essencial por um esquema de articulação como o apresentado na Figura 5-4, e que decorre do pressuposto da existência de um planeamento integrado, envolvendo os domínios central e regional/local, de onde deve decorrer uma programação global e articulada do investimento público, num horizonte plurianual correspondente ao do actual QCA. Como se sabe tal abordagem é seguida de um modo muito parcial e nem sempre coerente, sobretudo quando se considera a articulação com os instrumentos de programação exteriores ao universo do Quadro Comunitário de Apoio.

FIGURA 5-4: ARTICULAÇÃO ENTRE PORLVT E OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



16. Neste quadro, a articulação em termos de coerência externa do PORLVT faz-se por duas vias complementares:

- a **primeira**, mais **imediate**, de natureza **horizontal** e de âmbito **regional**, através da articulação com o conjunto dos programas operacionais relevantes para a Região, em que se analisam os objectivos e a estratégia do PORLVT no contexto da estratégia e objectivos regionais.
- a **segunda**, mais **mediata**, de natureza **vertical** e de âmbito **nacional** em que avalia a articulação dos contributos específicos do PORLVT para a prossecução dos grandes objectivos globais nacionais ao nível do QCA III procurando respeitar integralmente a lógica de planeamento nacional utilizada (PNDES → PDR → QCA III) e os grandes eixos de prioridades retidos.

17. Equacionando a análise da primeira via, esta é justificada em função de um duplo interesse:

- em primeiro lugar o PERLOVT enquadra-se numa lógica de planeamento de situações, em que se procura, sobretudo, a partir de um grande objectivo (situação) considerado desejável e alcançável, identificar, pensando da “frente” para “trás” (“backward chaining”), as acções e iniciativas que melhor podem contribuir para a sua realização. Neste sentido, pode desempenhar um papel complementar útil em relação a exercícios de programação mais orientados por lógicas de “forward chaining”, isto é, procurando transformar situações de partida em situações de chegada através de uma eficiente e eficaz conversão de recursos em realizações e resultados susceptíveis de produzirem impactos mais vastos e mais mediatos.

- em segundo lugar o PERLOVT adopta um horizonte temporal mais vasto (2010) que o PORLVT, pelo que pode constituir um elemento relevante, nomeadamente para a análise da questão da sustentabilidade das intervenções concretizadas no horizonte 2000-2006, sobretudo, no caso do PORLVT que se desenvolve num contexto de “phasing-out” em relação aos apoios concedidos no quadro do Objectivo 1 dos fundos estruturais europeus.
18. Em resposta à segunda via analítica, a construção de uma matriz de influências recíprocas, ascendentes e descendentes, entre os objectivos estratégicos do PORLVT e os objectivos estratégicos globais do QCA III, revela-se um instrumento igualmente útil e permite evidenciar os seguintes aspectos Figura 5-5:
- verificar a existência de contributos dos objectivos de nível PO para os objectivos de nível PDR/QCA (notados em linha →) e a existência de contributos dos objectivos de nível PDR/QCA para os objectivos de nível PO (notados em coluna ↓). A configuração global da articulação destes contributos permite situar as zonas mais relevantes do ponto de vista da obtenção de sinergias entre o QCA III e o PORLVT e enriquecer o quadro analítico do estudo aplicado das “cadeias de impacte” em efectiva acção;
 - qualificar a dominância dos efeitos, nos casos de mútua interacção, utilizando a ordem da representação para a indicar. Assim (→↓) representa a dominância do contributo PO sobre o contributo PDR/QCA e (↓→) representa a dominância do contributo PDR/QCA sobre o contributo PO;

FIGURA 5-5: MATRIZ DE INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS ENTRE OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS GLOBAIS DO QCA III E OS OBJECTIVOS DO PORLVT

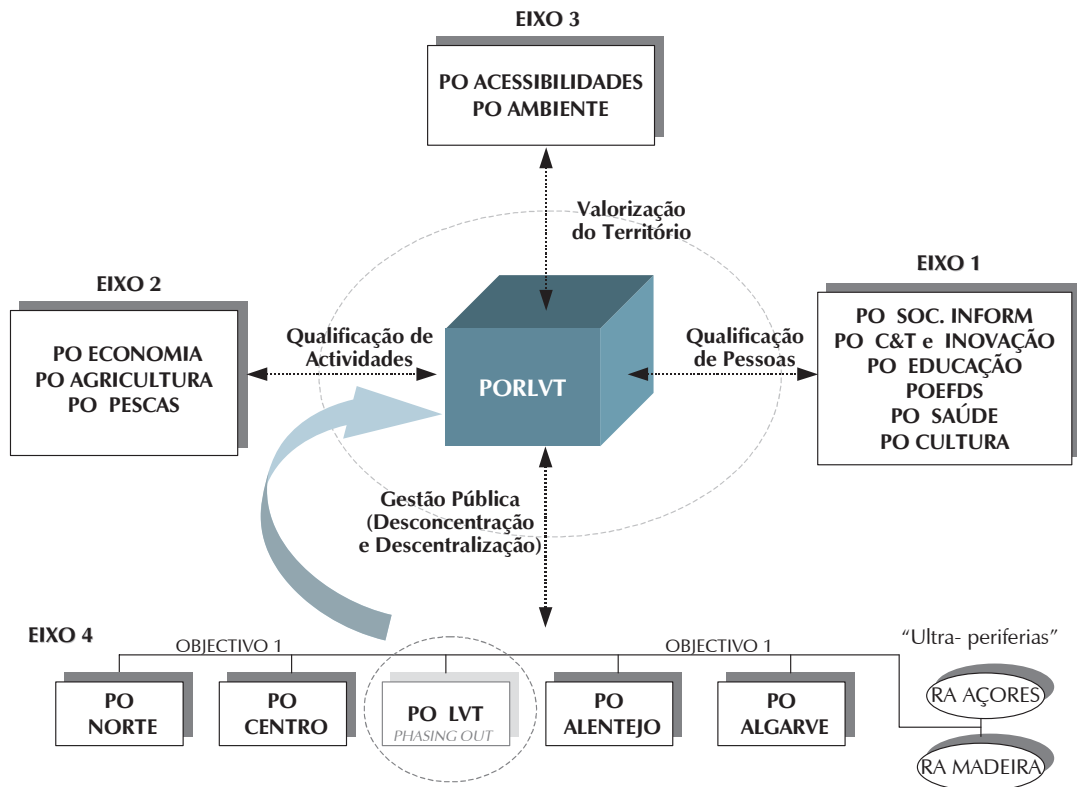
OBJECT. GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PORLVT	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS GLOBAIS DO QCA III			
		Elevar o nível de qualificação dos portugueses, pro-mover o emprego e a coesão social	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro	Afirmar a valia do território e da posição geoecon. do país	Promover o desenvolv. sustentável das regiões e a coesão nacional
Qualificar o Território, as pessoas e organizações visando a promoção do desenvolvimento sustentável da região e sua coesão económico-social	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local			→	→↓
	Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	↓→	↓	↓	↓→
	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitiv. e a sustentab. econ. e social da região	→↓	↓→	→↓	→↓

19. A articulação entre o Programa Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT) e Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) ilustra bem a problemática levantada em torno da compatibilização de estratégias dos vários níveis da administração pública.
20. O PERLOVT contempla um objectivo global no horizonte 2010 definido em torno da transformação RLVT “numa região euroatlântica de excelência; numa região singular e competitiva no sistema das regiões europeias; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado; numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades”. A prossecução deste objectivo global é traduzida, pelo PERLOVT em três eixos estratégicos:
- i. “construir um novo modelo de desenvolvimento”;
 - ii. “desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu”;
 - iii. “reforçar a presença da região nas redes globais de comunicação”.
21. O PERLOVT, enquanto exercício de planeamento e prospectiva, caracteriza-se por atribuir, por um lado, uma forte relevância a uma estreita articulação entre “pessoas”, “organizações” e “território” na formulação dos seus objectivos e mecanismos ou alavancas de transformação e mudança e por tratar de forma integrada a articulação interna, ao nível das três sub-regiões, nacional e internacional da região de Lisboa.
22. Se uma das ideias centrais transmitidas pelo seu diagnóstico, isto é, uma região de Lisboa, “grande” para o país, mas “pequena” para o mundo, ilustra bem o alcance dessas articulações regionais (internas e externas, nacionais e internacionais), são, talvez, as formulações relativas à “ideia para o futuro da região no horizonte 2010”, isto é, “uma economia forte”, “um território organizado”, “uma sociedade coesa”, “um sistema urbano moderno”, “o ambiente como factor de bem-estar e oportunidade”, “uma região internacionalizada” e “uma região bem ligada interna e externamente”, que melhor permitem ilustrar a articulação específica que o PERLOVT contempla entre “pessoas”, “organizações” e “território, **articulação que se expressa em todos os seus três eixos estratégicos.**

Com efeito, se o primeiro eixo cobre a dimensão endógena do modelo de desenvolvimento, o segundo eixo cobre a diferenciação no contexto europeu e o terceiro eixo a internacionalização, qualquer deles substancialmente relevante para a qualificação do território, das pessoas e das organizações numa região em busca de um desenvolvimento sustentável com coesão económica e social.

23. Nestas condições, os objectivos estratégicos de desenvolvimento do primeiro (PERLOVT) dão origem a uma árvore de objectivos centrada em três eixos estratégicos, que não correspondem biunivocamente aos eixos prioritários do segundo (PORLVT). Estes últimos foram, necessariamente mediados, por razões de coerência da programação global do QCA III, seja através da consideração do conceito de “prioridades estratégicas” deduzido do PNDES, seja através da consideração da articulação dos seus objectivos com os objectivos globais do QCA III.
24. As características dos exercícios de planeamento e programação referidos não permitem, portanto estabelecer uma relação nem inequívoca, nem simples, entre o Programa Estratégico e o Programa Operacional da Região de Lisboa. O objectivo global do PORLVT comporta relações de contributo directo, indirecto e de sinergia com **todos** os eixos estratégicos do PERLOVT, muito embora em proporções e combinações que se apresentam bastante diferenciadas.
25. A análise da coerência externa do PORLVT requer, assim, um aprofundamento da análise, seja da consideração das relações com o PERLOVT, seja da consideração da com as outras intervenções integradas no QCA III.
26. A análise da segunda via acima referida é formalmente privilegiada no presente estudo de avaliação, na medida em que é a que corresponde à lógica de uma intervenção integrada na disciplina dos fundos estruturais europeus. Destacam-se aqui dois grandes prismas de articulação (ver Figura 5-6):
- o primeiro prisma relaciona **qualificação de actividades ↔ qualificação de pessoas** (a relação “horizontal” na figura seguinte entre o eixo 1 e o eixo 2 do QCA III) e corresponde à análise das interacções fundamentais para o desenvolvimento de um novo modelo de crescimento económico apoiado em novos factores competitivos determinantes para a promoção efectiva da convergência real no espaço europeu e para a prossecução do grande objectivo do referido exercício de planeamento, a saber, a superação dos atrasos estruturais no espaço de uma geração;
 - o segundo prisma relaciona **valorização do território / desenvolvimento regional ↔ gestão pública** (desconcentração, descentralização), parceria público/privado e interacção administração/sociedade (a relação “vertical” na figura seguinte entre o eixo 3 e o eixo 4 do QCA III) e corresponde à análise das interacções fundamentais para a promoção de uma efectiva coesão social e territorial no espaço nacional envolvendo o desenvolvimento de novas formas de gestão pública, seja na referência territorial (descentralização e desconcentração), seja na referência às relações Estado/Sociedade (parcerias público/privado e relacionamento administração/Sociedade civil).

**FIGURA 5-6: PRIORIDADES E DIMENSÕES NACIONAIS:
AS ARTICULAÇÕES DO PORLVT NO SEIO DO QCA III**



27. Importa desde logo salientar uma questão metodológica que influencia a análise que segue. Na verdade, apesar da metodologia adoptada para a análise da coerência externa do PORLVT assentar na comparação dos objectivos específicos dos eixos deste programa com os dos programas sectoriais, este exercício só foi verdadeiramente possível recorrendo a uma análise pormenorizada do conteúdo das medidas que materializam esses mesmos objectivos. Essa abordagem resulta do facto de, com alguma frequência, os objectivos específicos dos Eixos não corresponderem aos objectivos das medidas, ou ao facto de algumas medidas serem enunciadas na base de uma formulação diferente do próprio objectivo.

Convém por outro lado ter presente, quando se analisa o Eixo 3 do PORLVT, que a desconcentração dos programas operacionais sectoriais que origina o Eixo 3 do Programa Operacional não tem um carácter uniforme, variando entre uma situação de total desconcentração (Desporto), e uma situação de ausência total de desconcentração (Cultura).

28. O primeiro prisma analítico acima referido, que relaciona a qualificação de actividades com a qualificação de pessoas, encontra expressão na convergência dos vários programas operacionais

na RLVT face aos objectivos globais do Programa Operacional. Essa convergência resulta da incidência regional dos programas operacionais sectoriais, a qual ocorre por duas vias: i) através da “regionalização” dos programas sectoriais, e ii) através das componentes desconcentradas que compõem o Eixo 3 do Programa Regional.

A integração destas várias intervenções num quadro coerente de afectação de recursos relevante para os objectivos de desenvolvimento da região, não se afigura fácil à partida, dados os factores envolvidos, quer ao nível dos diferentes mecanismos de gestão (diferentes instâncias de decisão a nível sectorial e regional), quer ao nível dos factores externos que escapam à gestão do Programa (por exemplo, a disponibilidade das contrapartidas nacionais). A análise da coerência externa permite justamente reflectir sobre a coerência dos vários programas e a sua implementação na Região, na base de um teste que no essencial analisa as relações entre o Programa Regional e cada um dos Programas sectoriais focando as possíveis relações de complementaridade ou de sobreposição. Num modelo globalmente coerente todas as relações deverão ser de complementaridade, contribuindo para a construção de um modelo competitivo de crescimento económico na base de uma utilização eficiente dos recursos financeiros públicos disponíveis.

29. Esta abordagem é feita em dois tempos. Num primeiro tempo, e que encontra expressão no presente relatório, analisam-se as relações entre o PO regional e os programas sectoriais com incidência na região, na óptica da concepção dos programas e da respectiva programação. Num segundo tempo, analisa-se a execução através de uma análise dos projectos aprovados. Finalmente, importa ter em conta as iniciativas comunitárias que, diferentemente dos programas operacionais, se pautam por um conjunto de normas específicas, mas cujos impactos na região devem ser medidos conjuntamente com os programas operacionais.
30. As intervenções que visam a “qualificação das pessoas” (vide Figura 5-6) cobrem as diferentes vertentes que contribuem para a formação do capital humano, designadamente os PO da Educação e da Formação Profissional, da Cultura e da Saúde, complementados com os programas da Sociedade da Informação e da Ciência e Tecnologia. No conjunto, estes programas totalizam cerca de 38% da despesa pública dos programas sectoriais, regionalizados e desconcentrados (via Eixo 3), valor que supera ligeiramente os 35% que se destinam aos programas que visam a “qualificação das actividades”. O valor restante (cerca de 26%) é absorvido pelos Programas de Acessibilidades e Transportes e Ambiente.
31. Mais do que o valor da despesa programada, que no conjunto daqueles programas absorve quase $\frac{3}{4}$ dos recursos financeiros, e que já por si é um valor significativo, importa reflectir sobre a

lógica das relações entre os programas face aos objectivos de desenvolvimento da região, sem perder de vista que esta análise procura sobretudo verificar a coerência das intervenções na Região que são intermediadas pelo programa regional.

32. A articulação directa entre o Programa Regional e os programas operacionais sectoriais faz-se por via do Eixo 3, em concreto através das acções sectoriais desconcentradas. Neste caso, tais acções estão sob o controlo da gestão do programa, enquanto que as acções “regionalizadas”, devem ser consideradas como factores externos ao programa regional, embora devam ser consideradas como condições necessárias para a prossecução dos objectivos do programa.
33. Começando pela análise dos objectivos, uma lógica de programação adequada apontaria para uma correspondência directa entre os objectivos dos programas sectoriais e os objectivos a nível do programa regional. Todavia, isso nem sempre se verifica. Por exemplo, nos casos dos programas operacionais da Saúde, das Acessibilidades e Transportes e de certo modo das Pescas, a formulação dos respectivos objectivos não é consistente com a formulação a nível do Programa Regional. Em princípio compreende-se que tal resulte do facto de a formulação dos objectivos a nível sectorial tenha sido feita de um modo genérico, numa perspectiva exclusivamente sectorial, independentemente das especificidades regionais. A descrição dos objectivos do Eixo 3, numa formulação basicamente funcional, é um compromisso entre uma “árvore de objectivos programáticos sectoriais” (comum para todo o país) e uma “árvore de objectivos regional” que na prática difere de região para região.
34. A lógica de articulação entre as infra-estruturas dos eixos 1 e 3 levanta por isso algumas questões, sobretudo porque se reconhece a existência de um potencial de sobreposição entre intervenções da mesma natureza presentes nos dois eixos. Na verdade, as intervenções sectoriais desconcentradas do Eixo 3 pressupõem uma complementaridade entre os domínios que são da responsabilidade da Administração Central e os domínios que são da responsabilidade do poder local. Porém, nem sempre estão claramente explicitados os critérios que permitem traçar as fronteiras entre esses domínios (vide por exemplo o caso do POAT), pelo que, na prática, se remete para a gestão do programa a clarificação de tais situações. Em termos de avaliação da execução, só através de uma análise dos projectos aprovados é possível verificar o que ocorreu na realidade.
35. Em termos de concepção, a complementaridade entre os programas é todavia dominante. Na verdade, e de um modo geral, o PORLVT apresenta amplas zonas de complementaridade com as várias intervenções com incidência na região. Tais complementaridades observam-se quer a um nível de planeamento macro-regional (casos do PERLOVT e do PROT-AML), quer a um nível

de programação envolvendo acções específicas, mas significativas na prossecução dos objectivos de desenvolvimento e de requalificação da região (LEADER +, LISACTION, URBAN II).

As complementaridades das várias intervenções registam-se a vários níveis. Elas podem decorrer: i) de actuações da mesma natureza em áreas de incidência não coincidentes (como é por exemplo o caso do URBAN II); ii) de níveis de intervenção hierarquicamente diferenciadas (como é o caso das intervenções na rede de estradas com o POAT e da formação profissional como se verifica no caso do POSI que actua a níveis mais avançados do que o PORLVT); iii) de áreas de intervenção espacialmente diferentes (como é o caso do LEADER+ que actua sobre as zonas rurais enquanto que o PORLVT parece mais direccionado para as áreas urbanas.

36. Seguidamente faz-se uma análise mais pormenorizada a nível de cada instrumento de planeamento e de cada programa operacional com incidência na Região. Em anexo (ver Anexo V.A.) junta-se um conjunto de matrizes que ajudam a visualizar as relações de complementaridade ou de sobreposição potencial que se verificam entre o PORLVT e os restantes programas operacionais.

5.2.1. PROT-AML

37. O exercício de avaliação da coerência externa do PORLVT com o PROT-AML é de extraordinária relevância para que se possa ajuizar da possibilidade do desenvolvimento de sinergias entre um e outro, e da necessidade de corrigir duplicações e, porventura, acções que tenham efeitos de bloqueamento mútuo.

Para o efeito, foi construída uma matriz onde se cruzam os objectivos específicos do PORLVT com as medidas para a concretização das linhas estratégicas do PROTAML. A observação da matriz mostra uma forte densidade de relações positivas, embora se note uma maior presença de zeros nas últimas colunas da matriz. A explicitação destas interdependências é essencial para que as administrações possam dispor de um instrumento que lhes permita incentivar as sinergias positivas e refrear as perniciosas.

38. Estes resultados revelam que, à partida, existe uma forte complementaridade entre as iniciativas financiadas no âmbito dos dois planos, nomeadamente, e no que diz respeito ao PROT-AML, no quadro da qualificação do território, da requalificação sócio-urbanística, do reforço de acessibilidades e qualificação de sistemas de educação e formação profissional.
39. O grau de agregação com que o exercício é feito não nos deve, no entanto, levar a tirar conclusões com incidências operacionais demasiado vincadas. Com efeito, notar-se-á que não foram identificadas relações de substituibilidade ou duplicação. Tal não se deve ao facto de que

não possam existir, mas antes à circunstância de que com um grau de agregação elevado, não é possível identificar se as relações eventualmente existentes são de complementaridade ou de duplicação. Um exemplo é o das medidas no âmbito do reforço da rede urbana (PORLVT) e da qualificação do território (PROT-AML). Optamos, no entanto por privilegiar as situações deste tipo como sendo relações de complementaridade.

40. O exercício vale, contudo, pelo seu carácter demonstrativo sobre a pertinência da identificação a um nível mais fino das interdependências, positivas ou negativas, existentes.

5.2.2. URBAN II – Lisboa (Vale de Alcântara) e Amadora (Damaia - Buraca)

41. A articulação potencial entre o PORLVT e o PIC URBAN II pode ser considerada bastante significativa tendo em atenção os objectivos específicos dos Eixos (prioritários e estratégicos), bem como as medidas (objectivos gerais e específicos e tipologias de projectos) que encontram acolhimento em cada um deles. Optámos por classificar todas as articulações na categoria de “com predominância de complementaridade”, mesmo nos casos em que a sobreposição, ao nível da execução, se afigura com maior grau de probabilidade: O1.2 /obj. do Eixo 1 do URBAN II – “Melhorar a qualidade ambiental da Zona através do reforço da estrutura verde por forma a dinamizar novos espaços destinados ao lazer e às actividades recreativas dos diversos estratos da população alvo”.
42. A articulação bastante significativa entre as duas intervenções justifica-se tendo em atenção os âmbitos de intervenção multidimensionais do PORLVT, por um lado, e do URBAN II – Amadora e URBAN II – Vale de Alcântara, por outro. Na verdade, embora sendo intervenções com objectivos gerais diferentes e com áreas de intervenção dificilmente comparáveis, estabelecem-se linhas de encruzilhada que, embora em planos de incidência não coincidentes (plano geográfico, plano das populações-alvo e plano dos impactos esperados), estão na base das articulações assinaladas: requalificação ambiental, inclusão e dinamização económica e social, promoção da cidadania e do associativismo de base, prevenção de comportamentos “desviantes”, melhoria da qualidade geral de vida e abertura ao exterior.
43. É de salientar ainda que os objectivos do PORLVT que se articulam com um maior número de objectivos estratégicos do URBAN II, são os que, tais como os O2.3 e O2.5, estão associados à luta contra a exclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades, ou objectivos bastante gerais como é o caso dos O1.5 e O3.1.

5.2.3. LEADER +

44. A articulação entre o PORLVT e o PIC LEADER+ terá de ser encarada dentro de uma dimensão meramente potencial já que o *Vector 1 - Estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto* - se expressam, na prática, através dos diversos Planos de Acção Local (PAL), os quais, em função dos seus diagnósticos, traçam os objectivos e estratégias específicas a cada uma das áreas LEADER+, acolhendo e expressando de forma diversa os vários objectivos adstritos ao vector.
45. Por outro lado, importa desde já referir que as articulações encontradas entre os objectivos específicos de cada um dos Eixos/Vectores foram todas elas classificadas como tendo predominância de complementaridade. Esta opção derivou do entendimento da existência de uma complementaridade básica entre os dois instrumentos de intervenção: o PORLVT em boa medida mais direccionado para as áreas urbanas e para a resolução de problemas decorrentes do fenómeno urbano; o LEADER+, sobretudo vocacionado para intervir ao nível dos problemas existentes nas áreas de matriz rural, bem como nas pequenas aglomerações populacionais do mundo rural. O que atrás se referiu não pode ser entendido como um enunciado absoluto (note-se, por exemplo, os objectivos O2.4 e O3.8), mas parece-nos razão suficiente para encarar as articulações dentro de uma perspectiva geral e potencial de complementaridade espacial.
46. A densidade de relações é máxima com o O3.8 do PORLVT, tendo em atenção a sua natureza alargada e associada directamente à problemática da agricultura e desenvolvimento rural. Para além destes cruzamentos, parece interessante referir ainda as articulações que se estabelecem entre o O2.4 e os objectivos do Vector 1, articulações essas que têm por base a recuperação e valorização do património histórico, cultural e ambiental, a qualificação do capital humano e a promoção do desenvolvimento local e sub-regional, através/tendo em vista o reforço do turismo rural, cultural e de natureza. É, de resto, neste objectivo, conjuntamente com o O3.8, que, potencialmente, se correm mais riscos de se verificarem articulações com predominância de sobreposição.
47. É, ainda, de destacar o O1.3, visto ser o único que se considerou encerrar articulações potenciais com os objectivos do Vector 2 e 3 do LEADER+. As razões desta opção estribam-se nas dimensões de “fomento da informação e cooperação entre unidades territoriais” aí presentes. Finalmente, relativamente ao objectivo do Vector 1 do LEADER+ “Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais” - objectivo que apresenta um conjunto bastante numeroso de articulações - é importante referir que se adoptou um entendimento bastante amplo do conceito de “competências”, facto que justifica as articulações

assinaladas com todos os objectivos do PORLVT relacionados com o reforço das competências científicas e tecnológicas e das competências profissionais e escolares da população (competências pessoais).

5.2.4. Programa Operacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI)

48. No caso do POCTI a única medida regionalmente desconcentrada é a medida 3.1 – Promover a Cultura Científica e Tecnológica, que encontra correspondência no PORLVT ao nível da medida 3.11 – Ciência Tecnologia e Inovação (O3.5).
49. Identificam-se situações de alguma complementaridade, ao nível da afectação de recursos diferentes a finalidades/beneficiários diferentes, concorrendo os programas para um mesmo objectivo global. É o caso dos objectivos que dizem respeito à temática da formação e qualificação dos recursos humanos, em particular a níveis de formação elevados. Enquanto o PORLVT actua a níveis de formação e qualificação menos avançados, o POCTI visa o estímulo à formação no âmbito de mestrados e doutoramentos. Ambos contribuem contudo para o mesmo objectivo global de aumento das qualificações da população, das suas condições de empregabilidade e da valorização do potencial humano.
- É também o caso dos objectivos que dizem respeito ao reforço do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na região. A complementaridade é possível quando se conjugam os esforços de ambos os programas para valorizar, apoiar e melhorar diferentes infra-estruturas, que funcionam como um sistema.
50. Finalmente a complementaridade de objectivos pode ainda ser identificada ao nível da promoção da cultura científica e tecnológica.

5.2.5. Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI)

51. No caso do POSI existem três medidas regionalmente desconcentradas: a medida 2.3 *Projectos integrados das cidades digitais ao Portugal digital* e a medida 3.1 *Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública*, que se traduzem nas acções 1 e 2 da medida 3.12 do PORLVT (O3.6). Refira-se ainda a medida 2.4 do POSI, *Acções Integradas de Formação*, que se traduz na medida 3.13 *Sociedade de Informação – FSE* do PORLVT (O3.6).

Para além destes casos de correspondência directa, é possível identificar ainda alguma complementaridade ao nível da afectação de recursos diferentes a finalidades/beneficiários diferentes, concorrendo os programas para um mesmo objectivo global.

52. É também o caso, tal como no POCTI, dos objectivos que dizem respeito à temática da formação e de desenvolvimento de competências. Com efeito o POSI actua ao nível das competências básicas e da formação de nível avançado. O PORLVT actua a níveis de formação e qualificação menos avançados. Ambos contribuem contudo para o mesmo objectivo global de aumento das qualificações da população nas áreas de tecnologia relacionadas com a Sociedade de Informação.
53. Entre o PORLVT e o POSI pode-se também identificar complementaridade de objectivos no âmbito do objectivo global da modernização da administração pública, actuando o PORLVT numa lógica mais próxima de beneficiários de âmbito local e regional.

5.2.6. LISACTION

54. Relativamente ao POCTI e ao POSI, as Acções Inovadoras, no âmbito do Art. 10 do FEDER, para a região de Lisboa e Vale do Tejo têm maior complementaridade. Isso pode ser atribuído ao facto de tais acções terem sido desenhadas em articulação com o Plano Estratégico da região, privilegiando uma óptica supletiva se se pretendem desenvolver pequenas acções que, numa fase, posterior ao apoio através do LISACTION, possam efectivamente vir a receber apoios de maior montante, quer no programa operacional regional de Lisboa e Vale de Tejo, quer em programas operacionais sectoriais relevantes.
55. O objectivo específico das acções inovadoras “melhorar a interacção entre a I&DT e a inovação” encontra assim complementaridade ao nível dos objectivos do PORLVT que incidem na qualificação e no potencial humano na região e numa actuação mais próxima dos agentes locais (em especial fora da área metropolitana de Lisboa) e privilegiando sectores e áreas tecnológicas chave para o futuro da região.
56. Já o objectivo específico das acções inovadoras que corresponde a “aumentar a informação e os serviços de apoio tecnológico” encontra complementaridade ao nível dos objectivos do PORLVT que qualifiquem as capacidades dos agentes locais, a sua mobilidade e coesão social bem como o aproveitamento de pequenas economias de aglomeração em áreas tecnológicas específicas de grande interesse para a região.
57. Por outro lado o objectivo específico das acções inovadoras que corresponde a “fomentar a transferência de tecnologia” encontra alguma complementaridade ao nível da formação e das competências da região, da promoção de novas capacidades nos agentes regionais, na valorização territorial, na promoção do emprego, na exploração de sinergias e economias de aglomeração (no caso do fomento dos parques tecnológicos) e num plano mais geral nos

incentivos a um desenvolvimento sustentável, quer da agricultura quer de outros sectores de actividades económica.

5.2.7. Programa Operacional da Educação

58. Verifica-se uma situação de sobreposição potencial entre o O1.1. do PORLVT, que prevê o apoio a equipamentos escolares, e o obj.1.1. do Eixo 1 do PRODEP (medidas 6, 7 e 8), que igualmente financiam infra-estruturas do ensino superior, cantinas e residências e infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
59. No que diz respeito ao Eixo 3, e mais precisamente à intervenção desconcentrada do PRODEP relativamente à educação pré-escolar e ensino básico e secundário (O3.2), na medida 8 (correspondente ao obj. 1.1 do PRODEP) é expresso que esta intervenção “complementa os investimentos em infra-estruturas concretizadas no âmbito das Intervenções Operacionais Regionais (componente sectorial desconcentrada da educação)”.

Poderá também verificar-se uma sobreposição entre a intervenção desconcentrada correspondente à formação profissional (O3.3 do PORLVT) e a medida 1 do obj.1.1 do PRODEP, na medida em que ambos apoiam cursos profissionais com as mesmas características.

60. Por outro lado, a medida 9 do PRODEP (obj 3.1. do Eixo 3) prevê o apetrechamento informático da totalidade das escolas a ligação à Internet e a outras redes intranet, a disponibilização do acesso em banda larga e a criação de condições para o uso do correio electrónico, não sendo evidente se tais objectivos estão ou não incluídos da medida 3.8 (obj. 3.2 do PORLVT) visando o apetrechamento das escolas secundárias.

5.2.8. Programa Operacional da Saúde

61. O PO da Saúde e as intervenções no âmbito da saúde previstas no PORLVT assumem orientações distintas. O Eixo 1 do PO da Saúde incide ao nível da defesa da saúde pública, fundamentalmente nas vertentes da informação e monitorização da saúde da população, prevenção (centros de rastreio), tratamentos dos resíduos hospitalares, unidades especializadas em algumas áreas e de emergência. O Eixo 2 preconiza a melhoria dos serviços de saúde prestados, através, em linhas gerais, da introdução de uma Rede de Referenciação Hospitalar, de Tecnologias de Informação, de certificação e qualificação de serviços e de projectos de modernização organizacional. O Eixo 3 promove a constituição de parcerias com actores de

solidariedade social ou privados, através do apoio de criação ou reabilitação de infraestruturas de saúde promovidas por estas entidades.

62. Por seu turno, a maioria das intervenções previstas no PORLVT no âmbito da saúde referem-se principalmente ao apoio à criação ou reabilitação de equipamentos de prestação de serviços de saúde tradicionais e outras de carácter mais específico e inovador, nomeadamente, de apoio a equipamentos que dêem resposta a necessidades emergentes, instalação de equipamentos em espaços específicos em meio comunitário, e criação de condições para dar resposta a casos de emergência.
63. Desta forma, se todas estas intervenções previstas, quer no âmbito do PO Saúde, quer no PORLVT, concorrem para o objectivo global comum, a melhoria da prestação dos cuidados de saúde, elas têm objectivos específicos diferenciados. Mesmo na medida 3.19 do PORLVT (O3.11), que corresponde à intervenção regionalmente desconcentrada do PO Saúde, se verifica esta situação, cujas principais áreas de actuação foram descritas no parágrafo anterior. Por esta razão, considera-se como complementar a relação existente entre os objectivos do PO Saúde e o O3.11.

Acresce ainda que o O3.6 inclui o apoio a projectos que desenvolvam o uso da tele-medicina, podendo existir aqui alguma sobreposição com o obj. 2.2. do PO Saúde, apesar de não existir qualquer referência à implementação deste sistema específico.

64. Por fim, é ainda de referir que no O1.1. do PORLVT está previsto o apoio a equipamentos sociais; no entanto, na tipologia de projectos da medida associada aquele objectivo (1.1.) não são discriminados os equipamentos de saúde, podendo contudo estar considerados numa tipologia residual “outros equipamentos de utilização colectiva”. Como não é feita de forma expressa referência aos equipamentos de saúde não foi assinalada qualquer referência entre este objectivo e os objectivos do PO Saúde.

5.2.9. Programa Operacional da Cultura (POC)

65. A articulação potencial entre o PORLVT e o Programa Operacional da Cultura (POC) deverá ser analisada tendo por base os dois eixos que estruturam este último programa:
- relativamente ao primeiro (Valorizar o património histórico e cultural), as articulações estabelecem-se em torno de duas áreas fundamentais: a valorização de sítios de elevado significado histórico e cultural e o reforço do peso específico dos museus nacionais. Estas áreas estabelecem a verdadeira ponte entre os dois programas, ou seja, o suprimento das necessidades das populações em matéria de

lazer e cultura, a projecção exterior dos locais, o reforço da sua atractividade turística, e a criação de emprego qualificado. É importante, ainda, assinalar que estas dimensões de articulação revelam elevados níveis de complementaridade potencial tendo em atenção que o POC se orienta, sobretudo, para investimentos vultuosos em grandes instituições/sítios de significado nacional, ao passo que o PORLVT, nos domínios referenciados, opera numa banda mais vasta, abrindo assim caminho para investimentos com uma dimensão municipal/local, os quais, densificam e complementam os anteriores.

- No que diz respeito ao segundo eixo (Favorecer o acesso dos cidadãos a bens culturais) as articulações directas entre os dois programas são muito menos evidentes, estabelecendo-se, sobretudo, ao nível da dotação/animação de equipamentos/recintos culturais em áreas de menor centralidade (articulação que no caso de Lisboa e Vale do Tejo detém menor significado do que noutras regiões), a qualificação do potencial humano susceptível de animar, movimentar e possibilitar, quer os recintos culturais, quer a disponibilização de informação cultural à distância e, finalmente, o apoio às redes digitais no âmbito da sociedade da informação.

66. Interessa, ainda, referir que a não existência de intervenções desconcentradas no domínio específico da cultura dentro do PORLVT, empobrece drasticamente a matriz de articulações entre os dois programas. Este facto, se bem que compreensível à luz da concentração de equipamentos/oferta cultural na Região, pode no entanto ser questionado tendo em atenção duas ordens de argumentos: (i) a dimensão da Região de Lisboa e Vale do Tejo, facto que contribui para que, paralelamente à “luz” com génese em Lisboa, também detenha “cones de sombra” em matéria de oferta cultural; (ii) a concentração e dimensão nacional dos equipamentos situados na Região não invalida a necessidade de investimento em sítios, museus e outros equipamentos de dimensão regional, municipal ou mesmo local.

5.2.10. Programa Operacional da Economia

67. Não obstante estarmos perante um Programa com incidência sobretudo territorial/regional e um outro com intervenções sobretudo a nível sectorial, com o que isso representa em termos de diferenças nos modos, instrumentos e áreas de actuação, existem naturalmente algumas zonas de complementaridade e, em menor grau, de sobreposição, mais ou menos expressivas, mais ou menos directas, entre os objectivos específicos do PORLVT e do POE (mais evidentes nos Eixos 2 e, sobretudo, 3 daquele Programa).
68. No Eixo 1 do PORLVT, há que relevar a importância da recuperação ambiental e patrimonial para o desenvolvimento sustentado de actividades como o turismo (O1.2), ao mesmo tempo que

existe alguma complementaridade na promoção internacional simultânea da região e do país (O1.3) e, por outro lado, na recuperação e valorização de certas áreas territoriais, designadamente na promoção de um ordenamento espacial mais adequado e competitivo das actividades económicas e do desenvolvimento destas apoiado na exploração efectiva das potencialidades regionais e das chamadas economias de aglomeração e de cooperação (O1.5).

69. No Eixo 2 do PORLVT, dá-se relevo ao objectivo 3 que aponta para a formação em áreas como as actividades turísticas e culturais e aos objectivos 4 e 5 que apontam para a criação de algumas das condições necessárias para a afirmação de novos produtos e actividades estratégicas para o reforço da competitividade global da economia portuguesa e, concomitantemente, para um seu reposicionamento a nível internacional.
70. No Eixo 3 do PORLVT, por seu lado, as relações entre objectivos, com o POE, são mais evidentes do que no caso dos dois eixos anteriores, seja naquilo que tem que ver com a valorização dos recursos humanos e a promoção da sua empregabilidade (parecendo existir mesmo alguma sobreposição entre o O3.1 do Eixo 3 do PORLVT e o obj. 4 do 2º eixo do POE, no domínio da qualificação de recursos humanos), seja ao nível da promoção do desenvolvimento competitivo de diversas actividades estratégicas, onde as modalidades de desconcentração territorial para os Programas regionais respectivos de algumas medidas/acções previstas em Programas sectoriais como o POE permitem e favorecem, em certa medida, uma relação complementar entre os objectivos específicos das duas intervenções, a partir da definição prévia de critérios designadamente geográficos de desconcentração ou de outros critérios que, em alternativa, têm mais a ver com a diferente natureza das próprias acções previstas.
71. Encontram-se entre estas a promoção das novas áreas de localização empresarial, dos programas integrados turísticos estruturantes de base regional, a criação de novas infraestruturas tecnológicas, de qualidade e de formação e no domínio energético, entre outras intervenções que têm, sobretudo, a ver com os Eixos 2 e 3 do POE. A relação com os objectivos do Eixo 1 deste Programa, dedicado eminentemente à promoção do ajustamento competitivo das empresas, não é tão evidente, até porque as intervenções do PORLVT situam-se, a existir alguma relação com os objectivos específicos do POE, ao nível da envolvente empresarial, e não tanto das empresas propriamente ditas e dos seus investimentos de desenvolvimento organizacional e modernização.

5.2.11. Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

72. Na análise da coerência externa do PORLVT face aos instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, nomeadamente o Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento

Rural (AGRO) e o Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), tomaram-se os seis objectivos definidos para as intervenções públicas que constituem elemento central da política agrícola e de desenvolvimento rural e que correspondem aos objectivos específicos do Plano de Desenvolvimento Regional para a agricultura e desenvolvimento rural.

73. Estes objectivos específicos estão definidos como objectivos específicos para o AGRO e como objectivos globais para o RURIS. Estão igualmente definidos para a medida *Agricultura e Desenvolvimento Rural* dos PO Regionais (AGRIS), pela Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural (LEADER +) e pelo quadro regulamentar e apoios das Organizações Comuns de Mercado (OCM's).
74. Apesar dos objectivos específicos serem os mesmos e os instrumentos de política terem enquadramentos regulamentares, financiamentos e finalidades diferenciadas, os dois programas (AGRO e RURIS) actuam com maior intensidade sobre, preferencialmente, alguns dos objectivos, estando desenhados para que o impacto das suas acções tenha uma articulação complementar. A sua complementaridade é observável, quer ao nível do conteúdo das medidas/intervenções, quer na perspectiva de abordagem e integração territorial. A mesma relação de complementaridade foi procurada com a elaboração da estrutura do AGRIS.
75. Esta complementaridade verifica-se claramente ao nível da articulação entre o O3.8 do PORLVT e todos os objectivos específicos tanto do AGRO como do RURIS, uma vez que, como previamente mencionado, este objectivo específico O3.8 corresponde ao objectivo geral central do AGRO e do RURIS e caracteriza-se, igualmente, como o objectivo geral da medida do PORLVT a ele associada, que é a medida 3.15 – AGRIS. Contudo, poder-se-ia questionar o facto da semelhança entre objectivos gerais e específicos poder originar uma sobreposição na articulação entre os programas, situação que não parece verificar-se, devido às diferenças processuais existentes entre os vários objectivos específicos (por exemplo, critérios de selecção, tipologias de projectos, beneficiários, entre outros).

Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO)

76. A complementaridade da articulação do objectivo O3.8 do PORLVT parece ser, da forma como já foi mencionada, transversal aos vários objectivos específicos do AGRO, estando este mais vocacionado para projectos à escala sectorial e para explorações com maior dimensão económica, fomentando, acima de tudo, o reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, procurando, igualmente, salvaguardar os valores ambientais e a coesão económica e social. Ao contrário, o objectivo O3.8 do PORLVT, dirige-se para explorações com menor dimensão económica, apresentando-se mais vocacionado para a escala

regional, fomentando principalmente a valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e o apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica.

77. O obj. 4 do AGRO parece ter igualmente uma articulação complementar, ao nível da “valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica”, com os objectivos específicos do PORLVT:

- O2.4, uma vez que este objectivo promove intervenções destinadas à preservação de ecossistemas bem como à protecção e valorização de espécies da flora, tendo desta forma uma articulação complementar com o AGRO ao nível da valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais, como por exemplo os recursos florestais e hidro-agrícolas;
- O1.5, uma vez que promove a requalificação económica territorial, de modo a viabilizar a utilização destes espaços, de forma sustentável, por parte da actividade produtiva e das populações, sendo de certa forma complementar com o desenvolvimento sustentável das florestas e com a gestão e infraestruturas hidro-agrícolas apoiado pelo AGRO;
- O1.2. uma vez que, de certa forma, parece complementar o objectivo do AGRO pela preservação, recuperação e valorização do património paisagístico, ambiental e patrimonial, valorizando, nesse sentido, o potencial específico dos diversos territórios bem como a sua sustentabilidade, através da compatibilização dos objectivos de desenvolvimento com as necessidades da preservação do ambiente, principalmente ao nível das infraestruturas hídricas (mais especificamente ao nível dos sistemas de drenagem).

78. Verifica-se ainda que, no eixo 1 do PORLVT, o O1.1 apresenta-se complementar ao objectivo obj. 5 do AGRO, uma vez que o objectivo do PORLVT, tem como base, a promoção e incremento da mobilidade quotidiana, através da elaboração de planos de transporte em zonas rurais pouco povoadas, melhorando, dessa forma, as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais.

79. O O1.3 complementa o obj. 6 uma vez que estimula dinâmicas de cooperação inter-institucional e inter-regional reforçando a importância da organização, associação e a iniciativa dos agricultores para as dinâmicas da região promovendo igualmente a criação e implementação de sistemas de informação regional, elementos complementares aos objectivos prosseguidos pelo AGRO ao nível do obj. 6 através dos serviços agro rurais especializados. Esta complementaridade poderá ser biunívoca.

80. Ainda neste eixo, verifica-se uma articulação, de certa forma, complementar, do O1.4 do PORLVT com o obj. 5, uma vez que ambos os objectivos procuram o desenvolvimento humano

através da formação profissional. Apesar de ambos os objectivos promoverem a formação, podendo desta forma existir a possibilidade de sobreposição na articulação entre eles, não só se destinam a projectos diferentes, como os critérios de selecção dos projectos associados ao O1.4 não permitem a possibilidade de sobreposição.

81. Ao nível do eixo 2 do PORLVT, observamos que para além da complementaridade revelada entre o O2.4 com o obj. 4 do AGRO, este objectivo (O2.4) do PORLVT verifica, igualmente, uma certa articulação complementar com o obj. 1 do AGRO, especificamente ao nível da diversificação económica através do reforço do turismo rural e protecção e valorização das espécies da flora local promovidos pelo objectivo do PORLVT.

82. Quanto aos objectivos específicos do Eixo 3 do PORLVT, a articulação complementar verificada entre estes e os objectivos específicos do AGRO (para além do caso específico do O3.8 já mencionado), parece também existir entre os O3.1, O3.2 e O3.3 face ao obj. 5, uma vez que estes três objectivos específicos promovem a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, através da qualificação, da promoção do emprego, e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano. Há que ter em conta, no entanto que na base desta complementaridade com o obj. 5 do AGRO, encontra-se o incentivo à formação. No entanto, a possibilidade de sobreposição na articulação entre eles, apesar de não existir informação contrária, parece não acontecer uma vez que a orientação inerente aos O3.1, O3.2 e O3.3 é generalizada para o um nível regional, enquanto que o obj. 5 tem uma orientação mais específica, ao nível sectorial, para entidades ligadas à agricultura, agro-industria e mundo rural.

Da mesma forma, o O3.5 do PORLVT poderá ter uma articulação complementar com obj. 3 uma vez que ambos promovem a qualidade e a inovação via divulgação e desenvolvimento da cultura científica e tecnológica.

83. Por último, há ainda que referir que os obj. 1 e 2 parecem ter uma articulação complementar com o O3.10 do PORLVT uma vez que têm no seu âmago o princípio base da sustentabilidade regional e da qualidade ambiental.

Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)

84. Tal como acontece com o Programa AGRO, também no caso do RURIS, a avaliação da coerência externa face ao PORLVT apresenta uma complementaridade entre o O3.8 do PORLVT e todos os objectivos específicos do RURIS (uma vez que são os mesmos que o AGRO e que o AGRIS). No caso do RURIS, e como já foi mencionado, enquanto que o O3.8 do PORLVT assenta essencialmente na valorização do potencial específico dos diversos territórios

rurais e o apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica, o RURIS promove, sobretudo, o incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, a prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, a diversificação interna e a viabilidade económica.

85. Deve salientar-se que, que ao contrário do AGRO, o RURIS não é um Programa Operacional do QCA (não sendo regido pelas mesmas regras), mas sim um instrumento de política agrícola financiado pelo FEOGA – Garantia para regiões de Objectivo 1, e que se traduz em quatro medidas de desenvolvimento rural (Apoio às zonas desfavorecidas – Indemnizações compensatórias, medidas agro-ambientais, Reforma antecipada e Florestação de terras agrícolas). A possibilidade de sobreposição dos seus objectivos específicos com o O3.8, não parece assim possível.
86. No caso dos outros objectivos específicos do PORLVT, verificamos que o O1.2 aparenta ter uma articulação complementar com o obj. 2 do RURIS, uma vez que ambos promovem a conservação da diversidade paisagística, a protecção ambiental e a sustentabilidade do meio envolvente.
87. No que se refere ainda à questão ambiental, verificamos que a articulação complementar apresentada nos dois objectivos acima mencionados, também parece existir entre o O3.10 do PORLVT e o obj. 2 do RURIS, uma vez que esta é promovida pelo PORLVT através das acções de conservação e valorização do património natural, da valorização e protecção dos recursos naturais, da informação e gestão ambientais, da melhoria do ambiente urbano e da promoção de acções de recuperação do passivo ambiental. No caso do RURIS, as questões ambientais fundamentam-se através do apoio às zonas desfavorecidas (que contribui para evitar as consequências ambientalmente negativas do abandono agrícola) e através das medidas agro ambientais (que contribuem directamente para a resolução de um vasto leque de problemas ambientais que incidem, de modo diferenciado, sobre os diversos espaços rurais).

O O1.3 apresenta, por sua vez, uma articulação complementar com o obj. 6 do RURIS, no sentido em que ambos salientam a importância da organização, cooperação e iniciativa dos agentes económicos, sociais e institucionais, na estratégia da região.

88. Ao nível da valorização territorial, verificamos que tanto o O1.5 como o objectivo O2.4 parecem apresentar um certo grau de complementaridade na articulação com o RURIS ao nível do obj. 4. No caso da articulação do O1.5 com o obj. 4, esta justifica-se no sentido em que ambos os objectivos promovem a valorização territorial, sendo de destacar que, no entanto, que o obj. 4 tem no RURIS uma orientação mais específica para a promoção de espaços rurais da valia

ambiental. Quanto à articulação entre o O2.4 e o obj. 4, os dois objectivos parecem complementar-se no sentido em que ambos procuram valorizar o potencial específico de cada território, que no caso do PORLVT se processa através de espaços de lazer e de turismo, de dinâmicas económicas e de bem-estar social, ao passo que no caso do RURIS, se processa através do uso florestal dos solos com fraca aptidão agrícola e da promoção do uso recreativo dos espaços rurais.

89. Por fim, observa-se também uma articulação complementar ao nível do O2.3 do PORLVT com o obj. 5 do RURIS assente na promoção da coesão social. Apesar do O2.3 estar mais vocacionado para a área metropolitana de Lisboa, o seu fundamento na promoção, gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social acaba por ser complementar com o princípio da coesão social em que se baseia o obj. 5 do RURIS.

5.2.12. PO Pescas

90. Em geral, pode-se concluir que é reduzida a relação entre os objectivos do PORLVT e o MARE, já que este é um programa direccionado para uma temática muito específica. Contudo, há casos onde é possível identificar algumas zonas de complementaridade, mais ou menos directas, ao nível da afectação de recursos diferentes a finalidades/beneficiários diferentes, concorrendo os programas para um mesmo objectivo global, que, neste caso, diz respeito à promoção do desenvolvimento competitivo do sector pesqueiro.
91. É o caso dos objectivos que dizem respeito, ao nível do PORLVT, à melhoria das infraestruturas dos portos pesqueiros e das condições de actividade em certos núcleos pesqueiros de pequena dimensão, revelando complementaridade com a adaptação e renovação da frota de pesca, com a promoção da qualificação dos recursos humanos e de alternativas profissionais para os profissionais da pesca e com o conhecimento e valorização dos recursos pesqueiros, ao nível do MARE, concorrendo para o mesmo objectivo global de desenvolvimento competitivo das pescas, ainda que actuando em pontos diferenciados com recursos diferentes, e com incidência espacial diferente.

É também o caso dos objectivos que dizem respeito à criação de condições de empregabilidade e de combate à exclusão social, designadamente pela abertura de alternativas profissionais na mesma ou em novas actividades económicas, que encontram algumas áreas de complementaridade nomeadamente com o objectivo específico 4 do Programa MARE.

92. A valorização dos aspectos ambientais e da sustentabilidade do desenvolvimento da região de Lisboa e Vale do Tejo, associada, neste contexto, à preservação da qualidade das águas e do

pescado e à afirmação e diversificação das actividades económicas nela presentes, revela alguma complementaridade, apesar de tudo importante, com os objectivos de desenvolvimento da aquicultura e de conhecimento e valorização dos recursos haliêuticos, pela valorização que promove dos recursos ambientais, e de renovação dos equipamentos, meios materiais e humanos postos à disposição da actividade pesqueira, favorecendo a criação de alternativas laborais aos profissionais da pesca, no quadro de um desenvolvimento competitivo mais efectivo e sustentado do sector das pescas.

5.2.13. PO Acessibilidades e Transportes

93. De uma forma geral o POAT – Programa Operacional das Acessibilidades e Transportes está vocacionado para financiar projectos de âmbito nacional, nomeadamente, ao nível dos principais eixos rodoviários (Itinerários Principais, Itinerários Complementares e Estradas Nacionais) e ferroviários, intervenções nos portos nacionais e principais plataformas logísticas. Por seu turno, o PORLVT, no que diz respeito às acessibilidades e transportes, preconiza intervenções fundamentalmente localizadas dentro dos perímetros urbanos e entre localidades, ao nível das estradas nacionais e municipais. Desta forma, as complementaridades e sobreposições entre as intervenções previstas nos dois programas operacionais em análise podem verificar-se nas seguintes situações: i) quando existe uma relação entre os investimentos de âmbito nacional e regional (tratando-se de relações de complementaridade), nomeadamente ao nível das vias rodoviárias; ii) quando as intervenções são efectuadas na fronteira dos perímetros urbanos, nomeadamente, as circulares e variantes dos espaços urbanos e os transportes de acesso às zonas urbanas (nos quais, pelo menos em termos conceptuais, se registam situações de sobreposição); e iii) quando se trata de intervenções em infra-estruturas de âmbito nacional, mas que estão localizadas na RLVT, como por exemplo as Plataformas Logísticas.
94. A comparação entre o PORLVT e o POAT permite-nos verificar articulações entre estes dois programas ao nível dos três eixos do PORLVT:
- No Eixo 1 verificam-se articulações, de complementaridade e sobreposição, entre o O1.1 do PORLVT e a maioria dos objectivos globais² definidos no POAT, uma vez que o objectivo definido no PORLVT (e a medida 1.1 associada) inclui uma vasta variedade de intervenções, que vão desde

² Apesar de ser preconizada a utilização de Objectivos Específicos dos Eixos para a comparação entre o PORLVT e os Programas Sectoriais, no caso do POAT serão utilizados os Objectivos Gerais dos Eixos, na medida em que são os únicos definidos no respectivo programa.

as vias rodoviárias e ferroviárias, passando pelas questões dos transportes e da logística, precisamente as áreas que constituem o POAT.

- No Eixo 2, verificam-se duas situações pontuais de complementaridade, na medida em que as acções integradas de base territorial por vezes incluem, entre outras, intervenções no domínio das acessibilidades internas das sub-regiões delimitadas.
- No Eixo 3, e concretamente, no objectivo do PORLVT correspondente às intervenções regionalmente desconcentradas do POAT, verificam-se três situações igualmente pontuais de complementaridade e de sobreposição.

95. Em concreto e relativamente ao Eixo 1 do PORLVT, o O1.1. do PORLVT preconiza projectos na área das infra-estruturas de apoio à rede de transportes, construção de variantes aos centros urbanos, circulares e outras ligações aos eixos principais, construção, beneficiação ou remodelação de estradas, caminhos municipais e rede viária urbana, centros coordenadores de transportes e centros multimodais e plataformas logísticas e interfaces de passageiros. Desta forma, este objectivo articula-se de forma complementar com os quatro objectivos globais do Eixo 1 do POAT, uma vez que estes definem intervenções nas redes rodoviárias e ferroviárias dos eixos principais e transversais e diagonais, que promovam a interligação entre os diversos transportes (rodoviário, ferroviário e marítimo) e que culminam ou atravessam a RLVT.
96. Por outro lado, verifica-se uma sobreposição com os objectivos 2 e 4 do Eixo 2, uma vez que estes preconizam projectos na área da logística e articulação intermodal e intramodal, objectivos estes também definidos no O1.1. do PORLVT. Refira-se, no entanto, que no POAT são especificados as infraestruturas a apoiar, designadamente no caso da RLVT, os CTM e o CCA, enquanto que no PORLVT, não sendo efectuada esta discriminação, não é claro se se tratam dos mesmos projectos, ou se se prevê o apoio a outros. Ainda neste âmbito, a melhoria da articulação do transporte marítimo com os outros modos de transporte (obj. 3 do Eixo 2 do POAT) pode favorecer igualmente o sistema logístico a desenvolver, sendo considerado por esta razão como uma intervenção complementar.
97. Relativamente ao Eixo 3 do POAT, verifica-se uma relação de sobreposição com o O1.1 do PORLVT ao nível das intervenções em circulares e variantes urbanas (obj. 2), e complementar com as intervenções no transporte ferroviário urbano (obj. 4), concorrendo igualmente para os propósitos subjacentes no O1.1 do PORLVT, nomeadamente a melhoria da mobilidade nos espaços urbanos.

98. Quer o O1.1 quer os objectivos 2 e 3 do Eixo 4 do POAT prevêem investimentos na área da segurança e qualidade ambiental dos sistemas de transportes, podendo verificar-se uma sobreposição entre eles.
99. Pode verificar-se alguma complementaridade entre o O2.2 e o O2.4 PORLVT e o 2.º obj. do Eixo 3 do POAT, ao nível das circulares e variantes que se repercutam na mobilidade interna dos centros urbanos. Com efeito, conceptualmente, as ligações entre a rede de estradas nacionais, que podem simultaneamente ter como efeito a diminuição do tráfego de atravessamento dos centros urbanos, estão previstas em ambos os POs.
100. Por fim, relativamente às intervenções regionalmente desconcentradas do POAT, que se encontram no O3.9. do PORLVT, verificam-se complementaridades nas seguintes situações: com o 2.º obj. Eixo 2 do POAT (este preconiza a intervenção na melhoria das acessibilidades a portos principais, enquanto que o PORLVT prevê intervenções na mesma vertente em portos regionais); no 2.º obj. do Eixo 3 do POAT encontram-se igualmente definidas, entre outras, intervenções em variantes e circulares de centros urbanos e em estradas nacionais (podemos estar perante uma situação de sobreposição); e no 4.º obj. do Eixo 3 do POAT é prevista a promoção do transporte ferroviário como alternativa ao transporte individual nos centros urbanos, incluindo o projecto Lisboa-Odivelas, enquanto que o O3.9 do PORLVT, prevê o financiamento do projecto do Metro Ligeiro do Sul do Tejo, isto é, projectos aparentemente da mesma natureza são financiados por programas distintos e com lógicas de intervenção diferenciadas.

5.2.14. PO Ambiente

101. O PORLVT e o POA exibem uma notável partilha de princípios essenciais e de finalidades. Desde logo, porque ambos atribuem ao desenvolvimento sustentável um lugar de destaque nos respectivos objectivos. Ao mesmo tempo, porque ambos assumem que o caminho que conduz ao incremento da competitividade, simultaneamente em termos de políticas públicas e de práticas empresariais, deve necessariamente passar pela cabal integração dos aspectos e argumentos ambientais nas actividades económicas e sociais, por um lado, e nas políticas sectoriais e territoriais de desenvolvimento, por outro, ambos reconhecem que à protecção do ambiente deve ser creditado o estatuto de factor catalisador do progresso técnico e da competitividade. Finalmente, porque ambos conferem uma importância nuclear às questões que se relacionam com o desenvolvimento local, com a gestão racional dos recursos naturais e com a qualidade e atractividade do ambiente urbano. Quando confrontamos os objectivos estratégicos e

operacionais do PORLVT, assim como as suas prioridades estratégicas, que se retiram dos objectivos globais dos Eixos, de um lado, com os principais objectivos definidos e a estratégia geral adoptada pelo POA, do outro, as asserções anteriores são integralmente validadas.

102. As relações de complementaridade entre os objectivos específicos dos Eixos dos dois Programas surgem com maior nitidez, no essencial, a partir das seguintes interações:

- O O2.4 (valorização do Tejo, na componente da sustentabilidade ambiental e da promoção da biodiversidade, mas também do desenvolvimento local, numa perspectiva integrada, e da preservação de elementos patrimoniais históricos e construídos) contribui para reforçar os efeitos subjacentes a todos os objectivos específicos do POA;
- O mesmo se passa com o O3.10 (desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade ambiental da RLVT), que revela igualmente complementaridade relativamente a todos os objectivos específicos do POA;
- O O3.8 (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social) contribui para fortalecer os resultados que decorrerão do cumprimento de quatro dos sete objectivos específicos do POA;
- As restantes relações de complementaridade incidem fundamentalmente sobre a “promoção do desenvolvimento local em áreas protegidas” (Eixo 1 do POA) e sobre a “melhoria do ambiente urbano” (Eixo 2 do POA), com oito objectivos específicos do PORLVT (O1.1, O1.2, O1.5, O2.1, O2.2, O2.5, O3.5 e O3.7) a concorrerem para a consolidação de ambos ou de pelo menos um daqueles objectivos específicos do POA, essencialmente: i) porque apostam na requalificação ambiental e na criação de condições favoráveis à competitividade em zonas limítrofes de Áreas Protegidas, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e social das populações que habitam e das actividades produtivas que se processam nessas Áreas e ii) porque favorecem os valores cruciais da política de ambiente e da sustentabilidade, designadamente em contextos urbanos;
- Interessará ainda salientar as seguintes relações específicas de complementaridade: i) no cruzamento de O2.1 e O2.2, na componente territorial, com o objectivo da «melhoria do ambiente urbano» (Eixo 2 do POA), a complementaridade emerge por intermédio do POLIS; ii) no cruzamento de O3.11 com o objectivo da “melhoria do ambiente urbano” (Eixo 2 do POA), a complementaridade resulta do facto das acções previstas para o sector da Saúde considerarem explicitamente a necessidade de se promover um ambiente urbano saudável através do tratamento das águas residuais dos hospitais.

- Em termos globais, realizando a análise comparativa ao nível dos objectivos específicos dos Eixos, apenas 24% das células da matriz evidenciam relações de complementaridade (35 em 147) e em nenhuma delas se detecta uma relação de sobreposição.

103. É contudo no plano dos objectivos globais e específicos das medidas 1.2 e 3.18 do PORLVT (correspondentes aos O1.2 e O3.10, respectivamente) que encontramos a maior sintonia e uma articulação mais acentuada entre este POR e o POA. Com efeito, para atestar a plena compatibilidade de propósitos entre estes dois Programas ao nível daquelas medidas bastará referenciar, a título meramente exemplificativo, os seguintes vectores de intervenção: preservar, recuperar e valorizar o património natural e construído (medida 1.2); reabilitar as áreas ambiental e paisagisticamente degradadas (medida 3.18); estimular a modernização ambiental das actividades económicas (medida 3.18); contribuir para uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade (medida 3.18).

104. Assim, se nos situarmos no plano analítico correspondente às medidas de ambos os Programas, verificaremos que existem interações consistentes – e, portanto, uma sólida relação de articulação – entre os objectivos específicos da medida 3.18 do PORLVT e as cinco medidas do POA. Em certos casos, constatamos que estamos inclusivamente em presença de uma articulação com clara sobreposição, já que os objectivos específicos e os beneficiários são os mesmos. Concretizando:

- A Acção A da medida 3.18 do PORLVT e a medida 1.1 do POA apresentam a mesma designação (Conservação e Valorização do Património Natural), os mesmos objectivos específicos e os mesmos beneficiários, muito embora os projectos do POA devam ser implementados no território abrangido pela Rede Nacional de Áreas Protegidas ou pela Reserva Ecológica Nacional, enquanto os projectos do PORLVT não têm incidência em Áreas Protegidas. Por este facto, consideramos que entre a Acção A da medida 3.18 do PORLVT e a medida 1.1 do POA existe uma relação de articulação com predominância de complementaridade;
- A Acção B da medida 3.18 do PORLVT e a medida 1.2 do POA apresentam a mesma designação (Valorização e Protecção dos Recursos Naturais) e os mesmos beneficiários. Quanto aos objectivos específicos, os seis primeiros são comuns a ambos os Programas, sendo que o PORLVT estipula dois objectivos adicionais («Promover o ordenamento das utilizações potenciais das albufeiras» e «Promover acções de melhoria das condições de segurança das barragens») que o POA não contempla. Por este facto, consideramos que entre a Acção B da medida 3.18 do PORLVT e a medida 1.2 do POA existe uma relação de sobreposição no que se refere ao cruzamento directo dos seis objectivos iniciais e uma relação de complementaridade nas restantes modalidades de

cruzamento e também dos dois objectivos adicionais do PORLVT relativamente aos objectivos do POA;

- A Acção C da medida 3.18 do PORLVT (Informação e Gestão Ambientais) e a medida 1.3 do POA (Informação, Sensibilização e Gestão Ambiental) apresentam os mesmos beneficiários. Da análise dos objectivos específicos e da tipologia dos projectos a apoiar em ambos os Programas resulta que existem áreas de perfeita sobreposição – objectivos semelhantes e os mesmos projectos a apoiar – e algumas áreas em que o POA estabelece uma intenção mais ambiciosa, com objectivos mais pormenorizados e tipos de projectos que o PORLVT não considera;
- A Acção D da medida 3.18 do PORLVT e a medida 2.1 do POA apresentam a mesma designação (Melhoria do Ambiente Urbano) e os mesmos beneficiários. Cinco dos seis objectivos específicos que o PORLVT estipula surgem no POA: consideramos, então, que existe uma relação de sobreposição ao nível destes objectivos comuns. Para os restantes objectivos a relação será, naturalmente, de complementaridade, já que contribuem para a prossecução de um mesmo objectivo global;
- A Acção E da medida 3.18 do PORLVT (Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental) e a medida 2.2 do POA (Apoio à Sustentabilidade Ambiental das Actividades Económicas) estão articuladas numa clara relação de sobreposição no que se refere ao objectivo único da Acção E – que reproduz quase por inteiro o primeiro objectivo da medida 2.2 – e numa relação de complementaridade relativamente aos dois restantes objectivos da medida 2.2.

105.A avaliação da coerência externa do PORLVT no que respeita à sua articulação global com o POA resulta claramente positiva se considerarmos os respectivos objectivos e orientações estratégicas a um nível elevado de agregação. Se fizermos incidir o trabalho de análise comparativa sobre os objectivos específicos, a tipologia de projectos e os beneficiários das medidas de ambos os Programas, concluiremos que existem fortes relações de complementaridade e situações de manifesta sobreposição (recursos do POR e do POA destinados aos mesmos objectivos-projectos-beneficiários) entre a medida 3.18 do PORLVT e as cinco medidas do POA.

5.2.15. Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

106.A articulação do PORLVT com o POEFDS faz-se sentir, fundamentalmente a dois níveis. Por um lado, ao nível da Intervenção Desconcentrada do Emprego e Formação Profissional, do Eixo 3 do PORLVT (O3.1. e O 3..3.) e, por outro, ao nível das outras medidas visando a formação a que correspondem nos dois primeiros eixos os objectivos O1.4., O2.3..e O.2.5. e ainda no eixo 3 o objectivo O3.6..

A situação particular da Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se regista uma total desconcentração dos instrumentos previstos no POEFDS para o Eixo 3 do PORLVT, concretizada na orientação de toda a procura dirigida neste domínio sectorial para o PO regional, evitando, por esta via a sobreposição dos destinatários, permite, neste caso, afirmar que existe uma relação de perfeita articulação entre os principais objectivos neste domínio do Eixo 3 do PORLVT e os objectivos do POEFDS.

Neste sentido, a articulação entre os objectivos do POEFDS com os restantes objectivos de formação do PORLVT, deve ser entendida, simultaneamente, como uma análise de coerência interna do Programa.

107.No que respeita ao O1.4 do Eixo 1 do PORLVT, considera-se que a articulação com o POEFDS é uma articulação de complementaridade com os objectivos do POEFDS relativo à formação dos funcionários públicos, na medida em que constituindo abordagens com a mesma preocupação, os públicos-alvo divergem: o Eixo 3 do POEFDS visa a formação de agentes da Administração Central enquanto que a intervenção do Eixo 1 do PORLVT visa a formação dos funcionários da Administração Local.

108.Ao nível das intervenções de formação do Eixo 2 do PORLVT, que dão cumprimento aos objectivos O2.3 e O2.5, relativos à “promoção do desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecimento da articulação das políticas no espaço regional e do espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa” e à “promoção da igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combate à discriminação e exclusão social”, considera-se que existe algum risco de sobreposição com os objectivos do POEFDS, e logo com os objectivos do Eixo 3 do próprio PORLVT, na medida em que embora estas intervenções tenham um âmbito territorial específico, as mesmas não estariam excluídas de financiamento no

âmbito das medidas do Eixo 3, podendo os beneficiários de formação ser os mesmos indivíduos. A preocupação aqui terá sido a de desenhar uma intervenção coerente sobre um dado território e, nesse sentido, não parece muito relevante a sobreposição.

109. Existem ainda alguns riscos de sobreposição ao nível do O3.6, respeitante à “promoção do desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação”, com os objectivos de formação dos funcionários da Administração Pública Central das medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social pois parecem poder existir componentes de projectos comuns, ou seja, projectos com componentes de formação ao nível de tecnologias de informação poderão ser enquadráveis em mais do que uma medida do PORLVT.

5.2.16. Estratégia Europeia do Emprego / Plano Nacional Emprego

110. Na análise da coerência externa com a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e, consequentemente, com o Plano Nacional de Emprego (PNE), que constitui a aplicação nacional daquela estratégia, a questão que se coloca não é tanto a da existência de sobreposições ou de complementaridades, mas sim a identificação de quais os objectivos do PORLVT que contribuem para a realização dos objectivos da EEE/PNE. Este facto decorre da EEE/PNE não possuir instrumentos próprios mas constituir, mais, uma articulação dos diversos instrumentos de política pública, desde as medidas de política de emprego, a medidas de carácter fiscal, políticas redistributivas e de segurança social, regulamentos, entre outras, que têm efeitos no mercado de trabalho, procurando que no desenho dessas medidas a preocupação com os seus efeitos sobre o mercado de trabalho sejam tidos em conta.

111. Este exercício vai ser realizado ao nível dos Pilares da EEE (Pilar I - Melhorar a empregabilidade, Pilar II - Desenvolver o espírito empresarial e a criação de emprego, Pilar III - Incentivar a adaptabilidade das empresas e seus trabalhadores, Pilar IV - Igualdade de oportunidades), considerando os instrumentos e prioridades definidos ao nível de cada um desses pilares no PNE 2002.

112. A articulação do PORLVT com a EEE/PNE faz-se sentir fundamentalmente ao nível dos objectivos O1.4, O2.3, O2.5, O3.1, O3.2, O3.3, O3.5 e O3.6. Essa articulação é fundamentalmente com o Pilar I da EEE/PNE. Ao nível de algumas intervenções da Intervenção Desconcentrada do Emprego e Formação Profissional, associadas à criação de emprego, e da intervenção desconcentrada de Ciência e Tecnologia e da Sociedade da Informação, associadas nomeadamente às cidades digitais, existe alguma articulação com o Pilar II. Por último, ao nível

de intervenção desconcentrada da Educação e da Intervenção Desconcentrada do Emprego e Formação Profissional existe uma ligação mais estreita com o Pilar IV, nomeadamente ao nível da fomento da educação pré-escolar, existindo na generalidade das medidas a preocupação com esta problemática ao nível da existência de majorações.

5.2.17. Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)

113. A análise da articulação externa entre o PORLVT e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão é efectuada, no que diz respeito ao PNAI, tendo por base os Objectivos e Sub-objectivos que estruturam o Plano. Na verdade, após a leitura do seu documento base, não foi possível identificar objectivos específicos associados aos seis eixos estratégicos aí mencionados. Assim sendo, duas opções se abriam: ou eram utilizados os próprios eixos estratégicos (opção que nos pareceu menos aconselhável tendo em atenção a sua redacção extremamente abrangente), ou se tomaria por elemento de referência a própria estrutura do Plano (que, de resto, não se encontra articulada de forma evidente com os mencionados eixos).

114. Ao nível da classificação das articulações todas foram consideradas como potencialmente complementares tendo em atenção as diferentes abrangências dos dois instrumentos: o PORLVT vocacionado para intervir num espectro bastante mais alargado de beneficiários; o PNAI sobretudo dirigido para uma população com sérios problemas de exclusão ou em graves riscos de cair em processos de marginalização/exclusão social e económica. Contudo, tendo presente os diversos objectivos do PORLVT, é de referir que aqueles onde se evidenciam maiores “riscos” de sobreposição são os que, tal como os objectivo O2.5. e O3.1., acolhem directa e explicitamente vertentes de luta em prol da inclusão social e económica e da minimização de riscos na génese de processos de exclusão/marginalização.

115. Por acréscimo (e como será compreensível) vão ser, igualmente, estes dois objectivos aqueles que, juntamente com o O2.3, detêm mais áreas de encruzilhada com os objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

Relativamente a este último objectivo (O2.3.), convém esclarecer que as articulações assinaladas detêm uma racionalidade que se prende com ter-se considerado que a promoção de competências ao nível local tendo em vista o acompanhamento das iniciativas de combate à exclusão é algo que, embora de forma indirecta, se articula transversalmente com todos os objectivos e sub-objectivos do PNAI.

116. Por último é de salientar que, pese embora as articulações detectadas, não deve ser esquecida a natureza distinta dos dois instrumentos. No caso do PORLVT estamos perante um programa de

intervenção que conta com fundos próprios (fundos estruturais e comparticipação nacional), enquanto que o PNAI é um plano de natureza essencialmente estratégica que se apoia financeiramente, para além dos fundos provenientes do esforço nacional de solidariedade, num conjunto bastante alargado de programas do QCA III.

5.2.18. A apreciação dos promotores e da gestão do PO

117.No âmbito da auscultação dos actores envolvidos no PO, foi solicitada, aos promotores e responsáveis pela gestão, a apreciação do quadro de objectivos do PO em função do seu grau de articulação com os outros programas do QCA (numa escala de 1 a 6. em que 1=não há articulação e 6=muito boa articulação). A opinião manifestada pelos promotores e pelos responsáveis da gestão é coincidente (em média as respostas situam-se nos 3,7 no caso dos promotores e em 3,6 no caso da gestão) e revela que existe uma articulação razoável entre o quadro de objectivos do PO e os restantes programas do QCA. Refira-se no entanto que a opinião dos responsáveis da gestão é ligeiramente mais positiva quando se tomam em consideração apenas as respostas das pessoas com responsabilidades no eixo 3, ou seja, precisamente aquelas que asseguram a ligação entre o PO e os programas sectoriais do QCA.

5.3. A PERTINÊNCIA DOS INDICADORES DO PROGRAMA

118.As características específicas centrais do PORLVT, nomeadamente as que se prendem com o modelo de planeamento utilizado (consideração das articulações entre PORLVT e PERLOVT), com a compatibilização necessariamente indirecta entre objectivos e eixos de intervenção (necessidade de cuidados próprios na construção das árvores de objectivos), com uma forma particular de “encontro” entre lógicas sectorial e regional nas componentes desconcentradas (necessidade de exercícios de articulação e integração de indicadores) e com a natureza transitória do regime dos apoios, isto é, com o processo de “phasing-out” de objectivo 1 (consideração de comparações com outras regiões sujeitas ao mesmo regime transitório no quadro europeu e atenção particular à dimensão da avaliação de sustentabilidade para evidenciar a maior ou menor segurança na consolidação dessa situação), justificam um cuidado particular na avaliação e operacionalização da bateria de indicadores do programa a utilizar.

119. A análise do documento relativo a alterações nos indicadores da Comissão de Gestão do QCA³ permite esclarecer o modo como os indicadores do programa foram considerados na fase de programação dos PO. Assim, no Programa Operacional foram considerados indicadores, *de natureza diversa, que pretendem medir o efeito combinado das medidas que compõem o Eixo e tratam-se por isso de indicadores representativos de cada Eixo Prioritário do Programa Operacional. No caso dos Programas Operacionais Regionais, os Eixos I e II foram considerados de forma agregada.* No Complemento de Programação foram considerados indicadores, *“que medem os efeitos combinados dos projectos a financiar e por isso representativos de cada medida”*, tendo procurado *“associar pelo menos um indicador a cada medida”* podendo, nalguns casos, *“resultar de agregações automáticas de dados fornecidos pelo sistema de informação”*.

No que toca especificamente à atribuição da reserva de eficiência, “em sede de complemento de programação foram identificados, num ponto autónomo, os indicadores de eficácia, seleccionados de entre os indicadores físicos e de resultados definidos por medida para garantir o terceiro nível de análise da reserva de eficiência”.

120. A análise do texto da decisão (PORLVT) permite constatar que foram definidos um conjunto de indicadores (47 indicadores), agrupados, em dois sub-conjuntos, o primeiro referente a indicadores do eixo 1 e do eixo 2 e, o segundo, com indicadores relativos ao eixo 3 do PO. No entanto, não foi estabelecida qualquer classificação destes indicadores em termos de realização, resultados e impactes ou da sua relação com os objectivos dos Eixos e ou Medidas. Apenas, no caso dos indicadores associados aos eixos 1 e 2, foi efectuado o seu agrupamento segundo uma tipologia de domínios de intervenção do programa em que se consideraram as categorias de *ambiente/saneamento, transportes, intervenções de requalificação urbana e equipamentos, administração/ formação, promoção e qualificação regional, zonas industriais e turismo.* Verifica-se igualmente, que apesar de terem sido fixadas metas para 2006, não são referidas as fontes de informação, nem apresentados os valores para a situação de partida nem fixadas metas para um momento intermédio do Programa.

121. No Complemento de Programação, posteriormente ao texto da decisão, foi definido um conjunto de indicadores, designado por indicadores de *acompanhamento*, tendo sido estabelecida uma distinção entre *“objectivos quantificados / indicadores de acompanhamento”*, a que se encontra associada uma quantificação da situação de partida e do valor a alcançar no final do programa e *“indicadores de acompanhamento não quantificados”*, que se distinguem dos anteriores pelo

³ Comissão de Gestão do QCA (2003), QCA 2000-2006 Relatório 2002.

facto de não terem associados qualquer valor para a situação de partida e para as metas a atingir. Nestes dois sub-grupos de indicadores é possível, no entanto, encontrar alguns indicadores idênticos aos já anteriormente avançados no texto do PO ou que apenas sofreram pequenos ajustamentos na sua formulação, no sentido de precisar ou delimitar o respectivo âmbito.

122. Tendo como ponto de partida estes indicadores de acompanhamento, foi igualmente definido no Complemento de Programação, um sub-conjunto de indicadores para atribuição da reserva de eficiência para os quais foram apresentadas as fontes e fórmula de cálculo, determinados os valores da situação de partida e definidas as metas para 2003 e 2006. Para um dos 28 indicadores afectos à reserva de eficiência verificou-se que, provavelmente por lapso, não tinha ainda sido objecto de inclusão em qualquer dos grupos anteriores.
123. O conjunto inicial de indicadores previstos nos documentos do Programa pode ser sintetizado de acordo com uma tipologia que tem em consideração a origem do indicador (texto da decisão ou Complemento de Programação), a utilização para efeitos de atribuição da reserva de eficiência e a sua relação com os Eixos e Medidas do PO (ver Quadro 5-1 e Anexo V.B.).
124. Ao conjunto de 158 indicadores previstos nos documentos iniciais do Programa foram aprovadas em Comissão de Acompanhamento⁴ um conjunto de alterações aos indicadores das Medidas 3.12 “Sociedade de Informação” (FEDER) e 3.13: “Sociedade de Informação” (FSE) que passaram, no caso dos 6 indicadores propostos no Complemento de Programação para a Medida 3.12, pela retirada de três e pela alteração dos restantes que foram classificados como indicadores de resultados. Foram ainda propostos, nesta medida, sete novos indicadores (3 de resultados e 4 de realização). No caso da medida 3.13. “Sociedade de Informação” (FSE) foram propostos 4 novos indicadores que não foram classificados segundo qualquer tipologia. Deste modo, resulta um quadro actual de 166 indicadores do programa.
125. Avaliação da bateria de indicadores do Programa, agrupados pelas suas categorias de origem e de acordo com a tipologia adoptada nos documentos do PO e Complemento de Programação permite constatar que, na sua larga maioria, os indicadores não foram classificados com a tipologia consagrada na metodologia de base, avançada nos documentos metodológicos de concepção e avaliação de programas. Apenas, no caso dos indicadores afectos à Reserva de Eficiência, foi estabelecida uma classificação entre indicadores de realização física e indicadores de resultado, estando, neste caso, repartidos de forma equilibrada entre estas duas tipologias (ver Quadro 5-2),.

⁴ 6ª reunião de Comissão de Acompanhamento realizada em 06/06/2003

QUADRO 5-1: INDICADORES DO PORLVT DEFINIDOS NO PO E NO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

	Eixo	Medida / Ação	Reserva de Eficiência		Total
			Não Afectos	Afectos	
Indicadores incluídos apenas no texto de decisão do PO sem qualquer tipologia de classificação	E1 / E2		8		8
	E3		16		16
	Sub-Total		24	0	24
Indicadores do texto de decisão do PO, e igualmente utilizados pelo Complemento de Programação referenciados nesta fonte como Indicadores de Acompanhamento Quantificados	E1	M1.1	2		2
		M1.3	2		2
		M1.4		1	1
	E3	M3.1		1	1
		M3.2	2		2
		M3.3		1	1
		M3.6	3		3
		M3.8	1		1
		M3.10		1	1
		M3.11	1		1
		M3.18-AA	1		1
		M3.18-AB		1	1
M3.18-AD	1		1		
Sub-Total		13	5	18	
Indicadores do texto de decisão do PO e igualmente utilizados pelo Complemento de Programação exclusivamente para efeitos da Reserva de Eficiência	E1	M1.1		3	3
		M1.2		2	2
	Sub-Total		0	5	5
Indicadores apenas incluídos no Complemento de Programação, classificados como Indicadores de Acompanhamento Quantificados		M1.1	3	4	7
		M1.2	1	2	3
		M1.3	1		1
		M1.4	3	1	4
		M1.5	4		4
		M2.1	3		3
		M2.2	1		1
		M2.3	1	2	3
		M2.4	2		2
		M3.1	1	1	2
		M3.2	2		2
		M3.3		1	1
		M3.4	1		1
		M3.5	1		1
		M3.6	2		2
		M3.7	1		1
		M3.8	1		1
		M3.9	3	2	5
		M3.12	6		6
		M3.10	2	1	3
		M3.14	1		1
		M3.15-A1	2		2
		M3.15-A2	3		3
		M3.15-A3	10		10
		M3.15-A4	3		3
		M3.15-A5	10		10
		M3.15-A6	7		7
		M3.15-A7	1		1
		M3.15-A8	1		1
		M3.16	3		3
M3.17	2	2	4		
M3.18-AA		1	1		
M3.18-AC	3		3		
M3.18-AD	2		2		
M3.19	6		6		
Sub-Total		93	17	110	
Indicadores do Complemento de Programação utilizados exclusivamente para Reserva de Eficiência		M2.3		1	1
	Sub-Total		0	1	1
TOTAL			130	28	158

Fonte: Equipa de Avaliação

QUADRO 5-2: MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS E TIPOLOGIAS DE INDICADORES DO PO

Categoria de Indicadores utilizada no PORLVT	Tipologia referente aos Documentos Oficiais			S/Tipologia	Total
	Impactes	Resultados	Realização Física		
Indicadores do texto de decisão do PO				24	24
Indicadores do texto de decisão do PO, e igualmente utilizados pelo Complemento de Programação como Indicadores de Acompanhamento Quantificados		1	4	13	18
Indicadores do texto de decisão do PO, e igualmente utilizados pelo Complemento de Programação exclusivamente para Reserva de Eficiência		5			5
Indicadores do Complemento de Programação, definidos como Indicadores de Acompanhamento Quantificados		11	16	91	118
Indicadores do Complemento de Programação utilizados exclusivamente para Reserva de Eficiência		1			1
TOTAL	0	18	20	128	166

Fonte: Equipa de Avaliação

126. Com objectivo de avaliar a adequação dos indicadores procedeu-se à sua classificação de acordo com a tipologia subjacente à metodologia de base da avaliação, tendo ainda em consideração a distribuição dos indicadores em função dos diversos níveis de programação (ver Quadro 5-3). Neste caso a distinção realizada entre indicadores de nível de programação de “Eixo” e de “Eixo/Medida”, resulta do simples facto dos respectivos indicadores surgirem, para o caso do “Eixo”, única e exclusivamente no texto de decisão do PO, como indicadores afectos aos eixos prioritários, e para o caso do “Eixo / Medida”, pelos indicadores aparecerem em simultâneo, tanto no texto de decisão do PO afectos a eixos como no Complemento de Programação afectos a medidas.

Esta classificação por níveis de programação é meramente resultado do modo como os indicadores se apresentam “arrumados” nos documentos do Programa, não se devendo, daí, retirar a noção de que os indicadores definidos como de “Eixo/Medida” são indicadores específicos para quantificar os efeitos da execução do programa quer ao nível da medida quer, em simultâneo, ao nível do eixo. Realce-se, igualmente, que na “fusão” dos indicadores no nível de programação “Eixo / Medida”, constatou-se a existência de diferenças ao nível das metas programadas e da própria definição do indicador, verificando-se que os indicadores definidos no PO são por regra mais abrangentes que os definidos no CP. No entanto, uma vez que o CP apresentava-se como o documento mais recente face ao texto de decisão do PO, optou-se por considerar as definições apresentadas e as metas definidas no CP, para os indicadores repetidos, em detrimento das apresentadas no PO. Como ilustração desta situação refira-se, por exemplo, o caso do indicador definido no CP “Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social” que apresentava no texto de decisão do PO outra descrição, mais geral e menos particularizada para o objectivo específico em causa, “Nº

de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido/ano”, apresentando, igualmente, valores diferentes para as metas definidas.

QUADRO 5-3: MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE NÍVEL DE PROGRAMAÇÃO E TIPOLOGIA DE INDICADORES

Nível de Programação	Eixo / Medida / Acção	Tipologia referente aos Documentos Oficiais			S/Tipologia (tipologia subjacente à Metodologia de Base da Avaliação)			Total
		Impactes	Resultados	Realização Física	Impacte	Resultado	Realização	
Programa	Sub-Total	0	0	0	0	0	0	0
	E1 / E2					2	6	8
Eixo	E3				2	11	3	16
	Sub-Total	0	0	0	2	13	9	24
Eixo/Medida	E1 / M1.1		3				2	5
	E1 / M1.2		2					2
	E1 / M1.3						2	2
	E1 / M1.4		1					1
	E3 / M3.1			1				1
	E3 / M3.2						2	2
	E3 / M3.3			1				1
	E3 / M3.6						3	3
	E3 / M3.8						1	1
	E3 / M3.10			1				1
	E3 / M3.11						1	1
	E3 / M3.18-AA						1	1
	E3 / M3.18-AB			1				1
	E3 / M3.18-AD						1	1
	Sub-Total	0	6	4	0	1	12	23
Medida	M1.1			4			3	7
	M1.2			2			1	3
	M1.3						1	1
	M1.4			1			3	4
	M1.5					1	3	4
	M2.1						3	3
	M2.2						1	1
	M2.3		1	2			1	4
	M2.4						2	2
	M3.1		1			1		2
	M3.2					1	1	2
	M3.3		1					1
	M3.4					1		1
	M3.5						1	1
	M3.6					1	1	2
	M3.7						1	1
	M3.8						1	1
	M3.9		1	1			3	5
	M3.10		1				2	3
	M3.12-A1		3	2				5
	M3.12-A2		3	2				5
	M3.13						4	4
	M3.14						1	1
	M3.15-A1						2	2
	M3.15-A2						3	3
	M3.15-A3						10	10
	M3.15-A4						3	3
	M3.15-A5						10	10
	M3.15-A6						7	7
	M3.15-A7						1	1
	M3.15-A8						1	1
	M3.16					1	2	3
	M3.17			2			2	4
M3.18-AA		1					1	
M3.18-AC						3	3	
M3.18-AD						2	2	
M3.19						6	6	
Sub-Total	0	12	16	0	6	85	119	
TOTAL		0	18	20	2	20	106	166

Fonte: Equipa de Avaliação

A afectação dos indicadores de acordo com as duas dimensões acima referidas permite constatar (ver Quadro 5-3) que dos 128 indicadores sem tipologia atribuída, 106 foram classificados como indicadores de realização, 20 como indicadores de resultado e apenas 2 como indicadores de impacte, o que reforçou de forma considerável o número de indicadores de realização no conjunto total de indicadores. Verifica-se igualmente, que a generalidade das medidas, com excepção das Medidas 1.6 e 1.7, apresenta-se coberta por indicadores quer eles sejam de realização, resultado ou impacte.

127. Sistematizando, e considerando agora apenas a classificação dos indicadores segundo a tipologia subjacente à metodologia de base da avaliação, procedeu-se igualmente à afectação dos indicadores pelos níveis de programação de avaliação, tendo-se considerado apenas os níveis do Programa, Eixo e Medida, para os quais existia. Nos casos em que não existia uma afectação aproximada para a generalidade das categorias de indicadores definidas no PORLVT ou que a afectação não era unívoca, procedeu-se à sua correcção procurando seguir da forma mais aproximada as indicações subjacentes ao Programa (e.g.: caso dos indicadores afectos a níveis iniciais de programação do tipo “eixo/medida”).

O resultado desta classificação (ver Quadro 5-4) evidencia, a existência de apenas um indicador (de realização) ao nível de programa, uma distribuição equilibrada entre indicadores de realização e de resultado ao nível do Eixo, que inclui igualmente os dois únicos indicadores de impacte, e um claro predomínio de indicadores de realização fundamentalmente associados ao nível de programação da medida, donde sobressai, igualmente, o reduzido número de indicadores de resultado e a inexistência de indicadores de impacte.

QUADRO 5-4: CONJUNTO OFICIAL DE INDICADORES DO PROGRAMA POR NÍVEL DE PROGRAMAÇÃO E TIPO DE INDICADOR

Tipologia Nível de Programação	Realização	Resultado	Impacte	Total
Programa	1	0	0	1
Eixo	20	20	2	42
Medida	105	18		123
Total	126	38	2	166

Fonte: Equipa de Avaliação

128. A ausência de indicadores, fundamentalmente, de impacte e resultado, em particular a nível do Programa e dos Eixos parece já ter merecido alguma atenção no quadro da avaliação ex-ante, que, em matéria de indicadores, apesar de se reconhecer um esforço na quantificação dos objectivos do Programa e nos indicadores apresentados no “sentido de alcançar uma visão

abrangente e mais completa da situação da Região face à sua actual situação e aos objectivos preconizados” recomenda o estudo para a construção de “indicadores e objectivos que medissem, de modo mais directo e integrado, a competitividade regional e sub-regional, a coesão regional, a equidade territorial, o desenvolvimento do potencial humano (“capacitação”) e a sustentabilidade económica e social no seu âmbito mais global”.

O reduzido número de indicadores de resultado e, fundamentalmente, de impacte levanta a questão das possibilidades efectivas para uma medição dos objectivos fixados pelo Programa Operacional, constituindo por isso uma limitação à avaliação dos efeitos do Programa.

129.No entanto, apesar das diversas lacunas reveladas ao nível dos indicadores do programa através da análise da distribuição destes por níveis de programação e tipo de indicador, importa igualmente analisar a respectiva **relevância**, ou seja, o modo como os indicadores estão relacionados com os objectivos e tipologias de projectos que procuram avaliar, bem como a sua respectiva qualidade intrínseca.

A avaliação da qualidade dos indicadores de programa tem por base os critérios de apreciação propostos nos documentos metodológicos de avaliação da Comissão Europeia, normalmente designados por critérios “*Means*” e que analisam os indicadores tendo em conta as suas características em termos de, **actualidade, comparabilidade, normatividade, sensibilidade, significado/fiabilidade, e disponibilidade.**

No anexo a este capítulo os vários indicadores “oficiais” são classificados em relação à respectiva relevância e aos diversos critérios acima enunciados, apresentando-se, em seguida, uma apreciação global do conjunto dos indicadores para cada um dos critérios:

- Em termos de **relevância** os indicadores foram classificados segundo quatro níveis tendo em consideração o número de objectivos específicos (tipologias no caso dos indicadores de realização das medidas e acções) cobertos pelo indicador em relação ao número total de objectivos específicos do nível de programação a que este se refere. Em termos gerais, observa-se que todos os indicadores se revelam adequados a pelo menos uma tipologia ou objectivo específico, verificando-se que são os indicadores de Eixo aqueles que revelam, em termos relativos, níveis de relevância mais elevados.

Apesar de predominarem os indicadores de realização, no sentido em que exprimem o resultado imediato das intervenções/projectos (nº de kms de estrada reabilitados, nº de acções de formação por ano apoiadas) e de estes se revelarem adequados para o acompanhamento e avaliação dos objectivos operacionais das medidas, poucos são, no entanto, aqueles que exprimem mudanças de estado associadas aos objectivos, registando na verdade, melhorias na cobertura de determinados equipamentos.

- Em termos de **actualidade** o conjunto de indicadores do Programa revela um boa performance, uma vez que a grande maioria (138 em 166) é totalmente construído a partir de informação interna ao Sistema de Informação do PORLVT (SI PORLVT) e apresentam por isso um elevado grau de actualidade, sendo o desfaseamento temporal relativamente reduzido. O sub-conjunto de 28 indicadores afectos à reserva de eficiência é também integralmente calculável com informação interna ao SI PORLVT revelando também uma forte actualidade. Os restantes 28 indicadores não afectos ao SI PORLVT, apresentam contudo, a possibilidade de serem quantificados e actualizados a partir do Sistema Estatístico Nacional (SEN).
- Igualmente, o peso significativo dos indicadores de realização ao nível das medidas, associado à sua relativa especificidade não permite estabelecer grandes níveis de **comparabilidade** “interna” e dificultam igualmente a possibilidade de agregação dos indicadores de acção ou medida para indicadores de Eixo ou Programa. Do mesmo modo o reduzido número de indicadores de impacte, a sua natureza de indicadores internos ao Programa, dificulta o estabelecimento de comparações com os indicadores de contexto, limitando por isso as possibilidade de inserir os efeitos do Programa no quadro mais geral da respectiva população alvo. Em contrapartida, no caso particular dos indicadores da Reserva de Eficiência, regista-se uma maior preocupação com a comparabilidade “externa” através do recurso a um número mais significativo de indicadores baseados em informação do Sistema Estatístico Nacional;
- Em termos de **normatividade**, verifica-se que a maioria dos indicadores (161 em 166) apresentam metas definidas tendo por isso uma referência ou padrão que possibilite a formalização de um juízo sobre o seu comportamento. Complementarmente, para 5 dos indicadores sem metas definidas, estes apresentam a possibilidade de estabelecer comparações com referências ou padrões em termos nacionais ou internacionais pelo que, dos indicadores inicialmente definidos, não existe nenhum que não obedece ao critério da normatividade. Tendo em conta as exigências associadas à verificação do critério da reserva de eficiência constata-se que todos os indicadores afectos cumprem o critério da normatividade;
- Em termos de **sensibilidade** os indicadores apresentam alguma limitação uma vez que predominam indicadores de contagem simples do número de realizações, não permitindo distinguir a natureza e dimensão das respectivas intervenções, o que tem consequências na forma pouco significativa como os indicadores reagem em função dos diferentes tipos e dimensões dos projectos apoiados. Deste modo, um conjunto significativo de indicadores não traduz, de forma clara, os efeitos do Programa;
- Em relação ao critério da **fiabilidade** verifica-se que apenas 4% dos indicadores não têm procedimentos de cálculo perfeitamente definidos, dando origem a diversas interpretações e

possibilitando discrepâncias no seu cálculo. Exemplo desses indicadores com reduzida fiabilidade, é o “cobertura (em%) da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana”, que apresenta uma designação um pouco ambígua, dificultando o seu processo de cálculo e podendo dar origem a discrepâncias nos seus resultados. Dada a existência de indicadores do PO com fraca fiabilidade, sugere-se a necessidade de se criar uma ficha por indicador onde se definam, de forma rigorosa e explícita, a definição, delimitação e processo de cálculo dos respectivos indicadores.

- A observação do conjunto de indicadores em termos de **disponibilidade** pode ser efectuada, de uma forma pragmática, em função da utilização dos indicadores para a realização do presente exercício de avaliação. Nesse sentido constata-se que dos 28 indicadores definidos para efeitos da reserva de eficiência, todos apresentaram uma boa disponibilidade de informação. Já no caso dos indicadores de medida com metas definidas (164 no total de 166) foi possível utilizar no presente exercício de avaliação (ver capítulo 8) apenas 105 indicadores, o que representa uma percentagem 64% dos 164. Desta forma, observa-se um número elevado de indicadores (132) com bons níveis de disponibilidade de informação, enquanto que os restante 34, apesar de alguns apresentarem metas definidas, carecem de melhor definição.

130. Como forma de ultrapassar os desequilíbrios e falhas de indicadores, anteriormente detectadas, o aprofundamento da organização do conjunto dos indicadores a utilizar, promovendo, nomeadamente, quer um tratamento de construção de indicadores sintéticos por agregação, quer a selecção de novos indicadores, afigura-se absolutamente necessário para garantir uma articulação equilibrada entre indicadores de realizações, de resultados e de impactos, sem a qual o apuramento dos efeitos, imediatos ou diferidos, das actividades concretizadas e, portanto, a cabal apreciação do cumprimento dos objectivos estipulados para cada uma das medidas e acções, resultará diminuído. Neste sentido, avançou-se com um conjunto de indicadores adicionais de modo a procurar garantir a cobertura, com indicadores de realização, da generalidade das medidas/acções que compõem o Programa, e a aumentar o número de indicadores de resultado e de impacte nos vários níveis da programação, mas com especial atenção aos níveis de Eixo e de Programa.

Esta proposta, tem em consideração, igualmente, diversos contributos apresentados no decurso desta avaliação onde se incluem as sugestões de novos indicadores propostos pelas entidades envolvidas na gestão do PORLVT, nomeadamente, os indicadores da medida 3.15, que se encontravam previamente mencionados nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos da Avaliação Intercalar do PORLVT, e que foram definidos pelo Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e utilizados pelo coordenador da medida. Por outro lado, este quadro

final de indicadores procura igualmente sistematizar os diversos tipos de indicadores e de informação incorporada ao longo de todo o exercício de avaliação, integrando também, os indicadores de articulação com a avaliação dos contributos do PO para o QCA e para o do valor acrescentado comunitário, nomeadamente ao nível dos indicadores de eixo e de programa nas categorias de resultado e, fundamentalmente, de impacto.

- 131.No sentido de procurar minimizar o número de novos indicadores, e pelo facto de nos indicadores iniciais, existirem alguns com definições muito parecidas, recorreu-se à agregação dos indicadores sempre que a sua denominação o permitia, variando o indicador apenas ao nível das metas, unidades e a acção/medida a que foi afectado. Assim a contagem futura dos indicadores será feita pelo código afecto a este e não pelo número de entradas (linhas) da matriz final de indicadores de programa.
- 132.Em termos globais o resultado deste exercício implicou a definição e inclusão de 21 novos indicadores de realização, 76 indicadores de resultado e 42 indicadores de impacte, totalizando 139 novos indicadores propostos pela Equipa de Avaliação.
- 133.Deste processo, resulta um quadro final de indicadores do programa constituído por 283 indicadores (144 originais e 139 propostos pela equipa de avaliação, não tendo sido contabilizados os indicadores repetidos em acções/medidas diferentes) de acordo com a distribuição por tipologia de indicador e nível de programação que se sintetiza no Quadro 5-5. Tendo em consideração o facto da generalidade dos indicadores privilegiar fontes de informação internas e qualidade do Sistema de Informação do Programa, o conjunto final de indicadores, apesar de extenso (ver Anexo para uma análise detalhada da definição e características dos indicadores) parece reunir condições para a sua operacionalização.

QUADRO 5-5: CONJUNTO FINAL DE INDICADORES DO PROGRAMA POR NÍVEL DE PROGRAMAÇÃO E TIPO DE INDICADOR

Tipologia Nível de Programação	Realização	Resultado	Impacte	Total
Programa	1	3	4	8
Eixo	20	23	28	71
Medida	106	86	12	204
Total	127	112	44	283

Fonte: Equipa de Avaliação

- 134.O conjunto final de indicadores do Programa, caracteriza-se assim, por uma matriz composta por um elevado número de indicadores de realização, afectos na sua maioria ao nível da Medida, por

indicadores de resultado que se apresentam preferencialmente ao nível da Medida e do Eixo, e por um reduzido número de indicadores de impacte, afectos preferencialmente ao nível do Eixo.

135. Tendo em atenção, no entanto, que em termos de gestão do programa, nomeadamente no quadro das articulações entre o PO e o QCA e entre os âmbitos nacional e comunitário, o caminho lógico a seguir não é o da dispersão ou multiplicação de indicadores, mas o de uma afinação focalizada dos indicadores, este quadro final de indicadores deve ser hierarquizado de forma a conduzir à definição de um conjunto de indicadores-chave susceptível de tratar, de forma adequada, a integração dos projectos, acções e medidas, tendo presente o quadro dos eixos, das dimensões sectoriais e das prioridades horizontais, numa lógica mensurável de convergência (contribuição) para o objectivo global do PORLVT.

136. Desta forma, complementarmente ao exercício de avaliação da pertinência dos indicadores definidos no Programa a equipa elaborou uma proposta para um quadro final de indicadores que se pode revelar útil como suporte a um *tableau de bord* de monitorização do PO, na 2ª fase da execução do Programa e como base de trabalhos para a actualização da avaliação a efectuar em 2005 e para a discussão da informação necessária à avaliação dos impactes globais do PO a efectuar no momento da avaliação final.

O *tableau de bord* para a monitorização dos indicadores do programa, compõe-se assim, pela definição a partir do conjunto final de 283 indicadores, de 70 indicadores-chave, em que se teve como critério a inclusão de todos os indicadores afectos à reserva de eficiência, a garantia de um indicador de realização por medida e uma presença mínima de indicadores de resultados e impactos, principalmente afectos ao nível do Eixo e do Programa. Introduziram-se ainda, como indicadores para o *tableau de bord*, no intuito de reforçar a articulação externa do Programa, alguns (19) indicadores-chave seleccionados a partir do conjunto de indicadores de contexto propostos pela avaliação e que se encontram listados no respectivo anexo (Anexo V.C.) deste capítulo, na sua totalidade, agregados por domínios e dimensões, apresentando-se sempre que possível a origem e a fonte do indicador.

A lista completa dos indicadores a incluir no *tableau de bord* é apresentada de forma resumida no Quadro 5-6 e no Quadro 5-7, e de forma detalhada na Matriz Completa dos Indicadores de Programa apresentada no Anexo ao capítulo.

QUADRO 5-6: CLASSIFICAÇÃO *TABLEAU DE BORD* PARA MONITORIZAÇÃO CONJUNTO FINAL DE INDICADORES DO PROGRAMA POR NÍVEL DE PROGRAMAÇÃO E TIPO DE INDICADOR

Tipologia Nível de Programação	Realização	Resultado	Impacte	Total
Programa	1	1	20	22
Eixo	8	8	3	19
Medida	29	17	2	48
Total	38	26	25	89

Fonte: Equipa de Avaliação

QUADRO 5-7 LISTA DOS INDICADORES PROPOSTOS PARA O *TABLEAU DE BORD* POR NÍVEL DE PROGRAMAÇÃO E TIPO DE INDICADOR - NÍVEIS PROGRAMA E EIXO

Nível de Programação	Tipologia	Código Indicador	Designação	Número
Programa	Impacte	3.10-Z19	Emprego bruto/líquido criado ou mantido ao fim de dois anos (número e % dos postos de trabalho totais)	1
		I-AM-1	% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) relativamente ao território total.	1
		I-AM-22	Intensidade energética (energia primária e energia final): intensidade em energia final	1
		I-AM-3	Emissões de GEE por unidade de PIB (intensidade carbónica)	1
		I-AP-1	PIB pm	1
		I-AP-10	Produtividade	1
		I-AP-12	Taxa de Actividade	1
		I-AP-13	População Empregada	1
		I-AP-27	Estrutura Dimensional do tecido empresarial	1
		I-AP-3	PIB per capita	1
		I-AP-7	FBCF/VABpm (esforço do investimento, medido através da percentagem do VABpm a afectar a FBCF)	1
		I-IE-14	Taxa de analfabetismo	1
		I-IE-2	Densidade Populacional	1
		I-IE-3	Taxa de Mortalidade	1
		I-IE-4	Taxa de Mortalidade Infantil	1
		I-IN-1	Despesas de I&D da região por área C&T	1
		I-IN-3	Recursos humanos em I&D ao nível NUTS III	1
		I-IS-14	Taxas de insucesso escolar	1
		I-IS-20	Taxa de Desemprego por sexos	1
	I-IS-22	% desemp. de longa duração no total desemp.	1	
Resultado	3.10-Z14	Investimento em I&D + Inovação/ Investimento Total	1	
Realização	1+2.-E17	Nº de intervenções de valorização do património histórico e paisagístico, apoiadas	1	
Total do Programa				22
Eixo	Impacte	3.12-Z02	Aumento dos candidatos ao Ensino Superior na áreas das Ciências (por área geográfica)	1
		3.15-E18	Taxa de crescimento médio anual da produtividade de trabalho nas actividades agro-florestais, medida através da relação entre o VABpm e as unidades de trabalho agrícola (UTA)	1
		3.-E15	Taxa de mortalidade perinatal (0/00)	1
	Resultado	1.1-E03	Densidade da rede rodoviária municipal (nº de km/1000km2)	1
		1.1-E06	% de população servida por biblioteca	1
		1.1-E07	% de população servida por equipamentos desportivos	1
		1.2-E01	% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	1

Nível de Programação	Tipologia	Código Indicador	Designação	Número
		1.2-E02	% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	1
		1.4-E01	Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)	1
		1+2.-E09	Cobertura (em%) da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana	1
		3.-E14	% de cidades da Região com mais de 50000 habitantes com estatuto de "cidade digital"	1
	Realização	1.1-E16	Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	1
		3.10-E20	Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)	1
		3.18-AB-E29	Extensão de costa a interencionar (nº de km)	1
		3.1-E07	Nº médio anual de formandos em formação em alternância	1
		3.2-E08	Nº de activos em formação	1
		3.2-E09	Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	1
		3.6-E04	Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	1
		3.6-E11	Nº de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	1
	Total do Eixo			
Medida	Impacte	3.12-Z04	Poupança de custos com serviços da Administração pública, conseguida com as novas tecnologias	1
		3.18-AE-Z02	Redução do nº de zonas de impacto (black-spots) ambientais	1
	Resultado	1.3-Z01	Nº de parcerias/protocolos formalizados entre agentes regionais	1
		1.3-Z02	Nº de parcerias/protocolos formalizados entre agentes inter-regionais	1
		1.5-I03	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	1
		1.6-Z02	Acréscimo de investimento que beneficiou de juros bonificados através do PORLVT	1
		2.3-X01	% de freguesias com pólos de atracção turística	1
		2.4-Z02	Variação dos rendimentos provenientes de actividades económicas tradicionais	1
		3.10-I04	Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	1
		3.12-I03	Organismos com ligação à internet	1
		3.18-AA-I01	Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	1
		3.18-AD-Z07	% de população abrangida por estruturas de confinamento e recolha selectiva de resíduos urbanos	1
		3.1-I03	Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	1
		3.2-I04	Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	1
		3.3-I02	% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	1
		3.4-I01	Nº de postos de trabalho criados	1
		3.6-I05	Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	1
		3.8-Z04	Percentagem de escola do ensino secundário equipadas com "centros de recursos"	1
		3.9-I05	Nº de jovens/formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III	1
	Realização	1.1-I01	Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	1
		1.1-I06	Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	1
		1.1-I07	Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	1
		1.1-I08	Nº de equipamentos escolares construídos, apoiados	1
		1.2-I01	Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	1
		1.2-I02	Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	1
		1.3-I03	Nº de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	1
		1.4-I02	Nº total de formandos	1
1.5-I01		Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	1	

Nível de Programação	Tipologia	Código Indicador	Designação	Número
		1.6-Z01	Valor dos juro bonificados	1
		2.1-I03	Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (nº de m2)	1
		2.3-I02	Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	1
		2.3-I03	Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	1
		3.10-Z02	Nº de projectos de investimento relativos a áreas de localização empresarial com infra-estruturas e serviços ambientais	1
		3.12-I07	Redes locais instaladas	1
		3.14-I01	Nº de projectos de beneficiação ou construção em Portos de Pesca	1
		3.15-A5-I06	Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	1
		3.15-A5-I09	Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento	1
		3.15-A6-I06	Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	1
		3.16-I02	Nº de m2 de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	1
		3.17-I03	Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	1
		3.17-I04	Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	1
		3.18-AD-I03	Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	1
		3.19-I05	Nº de novas infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação	1
		3.19-I06	Nº de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais	1
		3.3-E03	Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	1
		3.5-Z02	Nº de acções para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	1
		3.7-I01	Nº de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	1
		3.8-I02	Nº de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	1
Total da Medida				48
Total do PORLVT				89

Fonte: Equipa de Avaliação

II.B. A AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PROGRAMA EM ACÇÃO

6. AVALIAÇÃO DA ADESÃO DO PROGRAMA À POPULAÇÃO-ALVO

413.A avaliação da aderência do Programa à população-alvo, isto é, a análise da interacção efectivamente obtida entre o Programa e a região de Lisboa e Vale do Tejo, nos domínios de intervenção em que o PO se propôs actuar, é desenvolvida no presente capítulo a partir de uma visão centrada no conjunto dos projectos aprovados, sendo objecto de aprofundamento através da análise das tipologias de projectos e promotores e, ainda, da dimensão e localização dos projectos apoiados.

As intervenções do PORLVT podem ser alvo de aplicação de diferentes metodologias conducentes à fixação de tipologias que ajudem a clarificar o processo de avaliação e quantificação dos respectivos resultados. A escolha de uma tipologia depende, no entanto, decisivamente da informação disponível, na medida em que pouco interesse terá uma tipologia não quantificável. No caso do PORLVT a inexistência de um sistema de informação que centralize a informação por projecto relativa às diversas medidas do PO levou a equipa de avaliação a desenvolver uma base de dados por projecto a partir da informação dispersa por várias suportes informáticos. Neste sentido, a uniformização da informação existente nos sete ficheiros, que foram necessários consolidar, está na origem do desenvolvimento das tipologias de promotores e projectos utilizadas ao longo deste capítulo do relatório.

Este trabalho, de que se dá conta de forma detalhada no volume 4 desta avaliação, exigiu a atribuição da classificação e tipologias adoptadas para os cerca de 3300 projectos que foi possível reunir, uma vez que se constatou a existência de um número significativo de atribuições de tipologias de promotores e de projectos incorrectas e que passa, também, pela não utilização de um critério uniforme no tratamento de todos os projectos constantes da mesma base de dados original, o que, desde logo, indicia a fragilidade nos processos de certificação e controlo da informação desta natureza nos sistemas de informação actualmente em utilização.

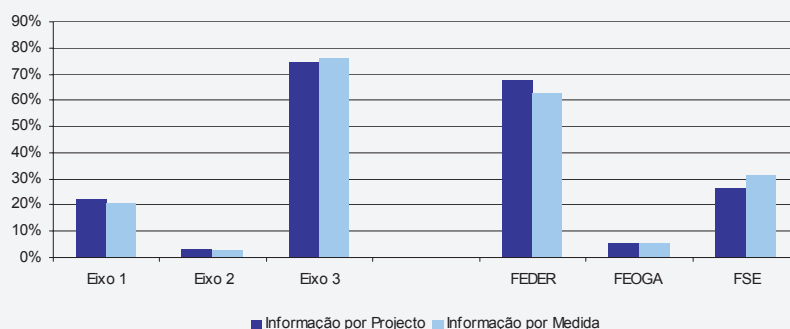
O resultado final obtido com a construção desta base de dados por projecto é revelador de uma boa cobertura do universo dos projectos apoiados, o que pode ser comprovado pela análise apresentada na Caixa 6-1.

CAIXA 6-1 GRAU DE COBERTURA DA BASE DE DADOS DE PROJECTOS DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

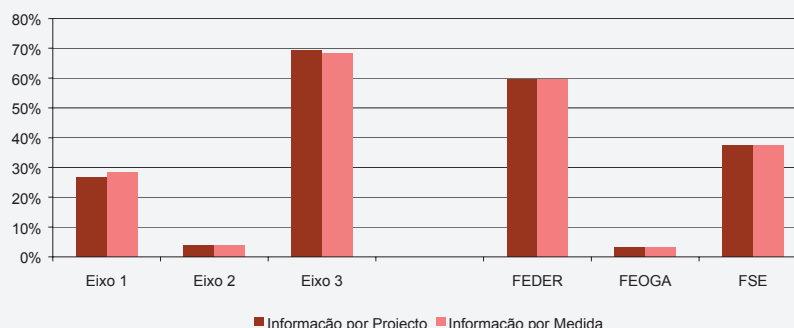
A base de dados por projectos desenvolvida pela equipa de avaliação procura consolidar e uniformizar a informação dispersa por várias aplicações e suportes informáticos. Este trabalho, de que se dá conta de forma detalhada no volume 4 desta avaliação, permitiu obter informação uniformizada e “certificada” para 3300 projectos aprovados no âmbito do PORLVT.

A comparação desta base de dados com a informação financeira por medida, relativa a 30 de Junho de 2003, revela a existência de um fraco grau de enviesamento da base criada. A comparação da distribuição do investimento elegível por Eixos e Fundos revela distribuições muito semelhantes entre as duas fontes de informação comparadas.

Comparação da distribuição do investimento elegível aprovado na base de dados de projectos e na informação financeira por medidas (% por eixo e Fundo)



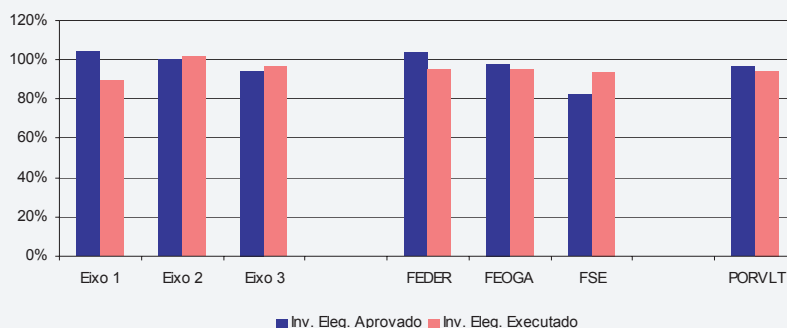
Comparação da distribuição do investimento elegível executado na base de dados de projectos e na informação financeira por medidas (% por eixo e Fundo)



GRAU DE COBERTURA DA BASE DE DADOS DE PROJECTOS DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT (CONT.)

A análise da representatividade da base por projectos fica igualmente bem patente no grau de cobertura, quando comparado com a informação da Ficha de Acompanhamento do Programa de Junho de 2003, que é de cerca de 97% tendo em conta o investimento elegível total aprovado e de cerca de 94% para o investimento elegível executado. Esta diferença fica a dever-se, principalmente, ao facto de não ter sido possível, em tempo útil, actualizar os valores da informação financeira relativas às medidas do FSE desconcentradas do POEFDS no PORLVT e, ainda, ao facto da base de projectos não integrar informação relativa aos projectos da medida 3.7.

Grau de Cobertura da Base de dados de projectos criada no âmbito da avaliação Intercalar- Comparação com informação financeira por medidas (% por eixo e Fundo)



Fonte: Equipa de Avaliação

Este processo de consolidação apenas permitiu reunir um conjunto de informação relativamente limitado aos valores de natureza financeira, valores aprovados e executados, criar uma tipologia hierárquica de projectos (com três níveis) e de promotores (com dois níveis) e identificar a localização dos projectos para o caso das medidas FEDER e FEOGA. No caso do FSE, uma vez que a informação da localização se refere ao promotor da formação mas não ao local concreto da sua realização optou-se pela sua não inclusão.

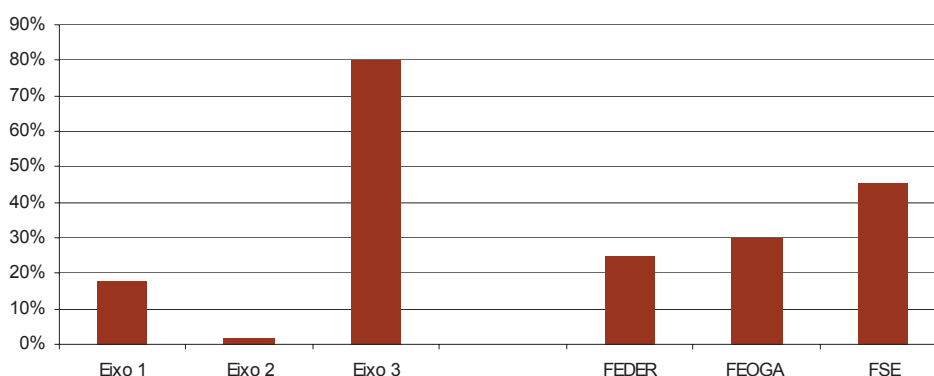
414.A construção de uma visão global da dimensão assumida pelo Programa Operacional desenvolve-se, no presente capítulo, através de uma lógica que privilegia a análise das características dos projectos e dos promotores envolvidos e da sua distribuição geográfica no interior da região. Procura-se, deste modo, avaliar a dimensão quantitativa e qualitativa alcançada pelo programa recorrendo, nomeadamente, a uma caracterização global das dinâmicas de procura ou resposta às oportunidades por ele abertas, a uma caracterização do universo dos projectos apoiados e, em particular, uma caracterização do grau e formas de penetração do programa no investimento de natureza municipal.

415. Este capítulo encontra-se, desta forma, organizado em quatro pontos. Num primeiro ponto apresenta-se uma visão de conjunto dos projectos apoiados e da sua distribuição geográfica, seguidamente, aprofunda-se a caracterização dos projectos aprovados segundo uma tipologia de projectos e, posteriormente, utilizando uma tipologia de promotores. Finalmente, dada a relevância do PO no caso particular dos municípios analisa-se a relevância dos fundos comunitários no financiamento do investimento das câmaras municipais.

6.1. UMA VISÃO DE CONJUNTO DOS PROJECTOS APOIADOS E DA SUA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

416. A análise que se desenvolve de seguida baseia-se nos elementos disponibilizados a partir dos 3228 projectos aprovados no âmbito do Programa, tomando como referência a data de 30 de Junho de 2003. A observação do Gráfico 6-1 evidencia, de forma clara, o peso do Eixo 3 no número total de projectos de projectos aprovados, resultado da concentração do número de projectos nas medidas desconcentradas do FSE e no FEOGA.

GRÁFICO 6-1: PESO DOS EIXOS E FUNDOS NO TOTAL DOS PROJECTOS APROVADOS PARA O PORLVT

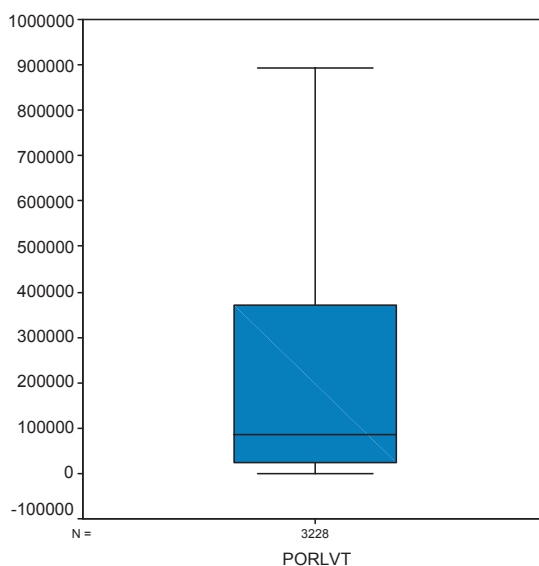


Fonte: Equipa de Avaliação

417. Ao nível do investimento elegível, verifica-se que cerca de 75% dos projectos não ultrapassaram os 400.000 euros de investimento elegível aprovado (Gráfico 6-2) e que, quando analisado por eixos (Gráfico 6-3), se observa que o Eixo 3, apesar de agregar o maior número de projectos, representa, na sua maioria, projectos com investimentos elegíveis aprovados claramente mais reduzidos. O Eixo 2, por seu lado, representa os projectos onde a variabilidade do investimento elegível aprovado é a mais elevada. Por Fundos, verifica-se que os projectos afectos ao FEOGA apresentam, para o investimento elegível aprovado, valores na sua maioria muito pouco

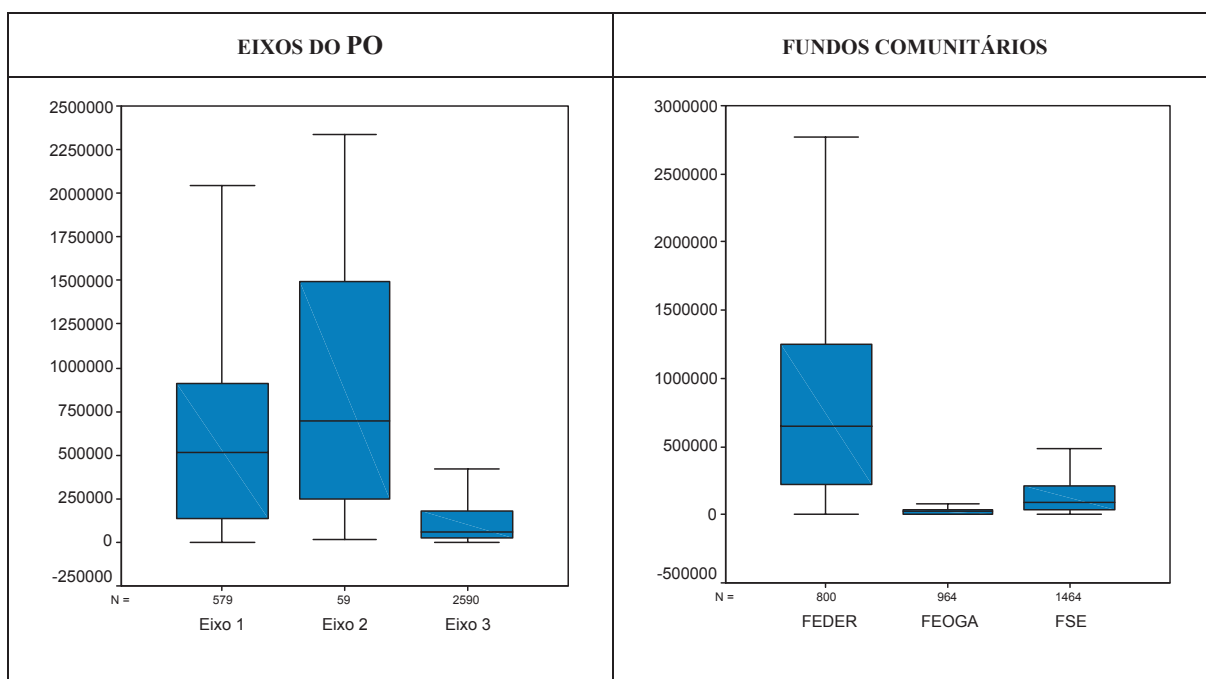
significativos e com uma baixa variabilidade. Observa-se igualmente que apesar de existir um maior número de projectos afectos ao FSE, estes apresentam, na sua generalidade, valores para o investimento elegível aprovado muito inferiores aos projectos afectos ao FEDER, onde se concentram os projectos de investimento elegível aprovado de maior dimensão.

GRÁFICO 6-2: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO TOTAL DO PO (EUROS)



Fonte: Equipa de Avaliação

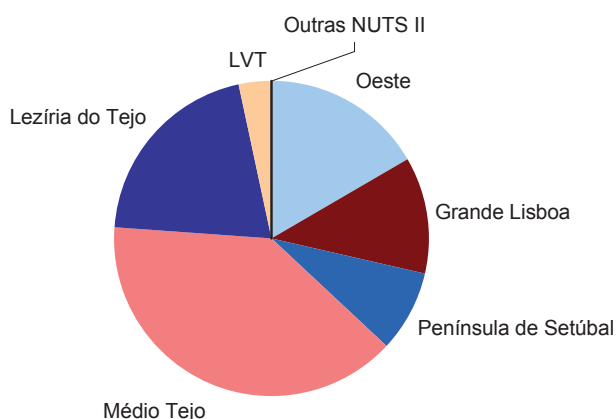
GRÁFICO 6-3: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, POR EIXOS E FUNDOS (EUROS)



Fonte: Equipa de Avaliação

418.A análise da distribuição regional dos projectos¹, permite constatar a elevada concentração em número de projectos nas NUTS III do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo (ver Gráfico 6-4) o que, dada a sua menor dimensão demográfica e económica, apenas é explicável em função da forte concentração nessas NUTS III dos projectos apoiados no âmbito do FEOGA. Este facto, tendo em conta a dimensão média dos projectos, origina igualmente valores médios de investimento por projecto claramente inferiores aos registados nas restantes NUTS III (ver Gráfico 6-5).

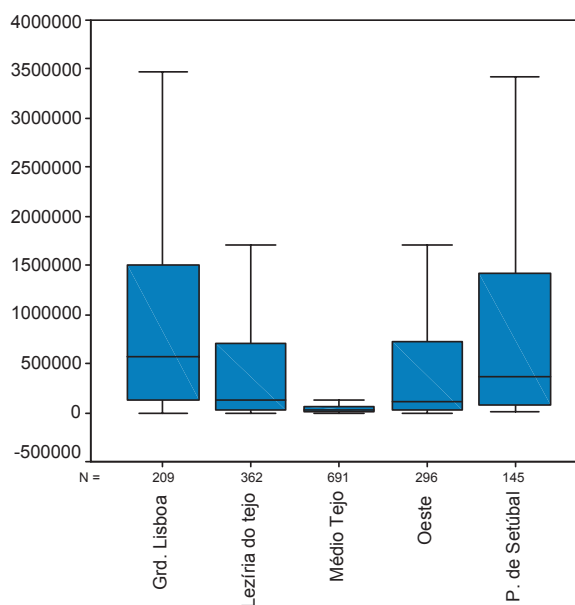
GRÁFICO 6-4: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS NO TOTAL DO PO, POR NUTS III



LVT- Corresponde a projectos não regionalizáveis, ou que abrangem várias NUTS III
A referência a outras NUTS II, resulta do facto da inclusão de concelhos de outras NUTS II entre os promotores de alguns projectos multi.-concelhios.

Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-5: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, POR NUTS III (EUROS)

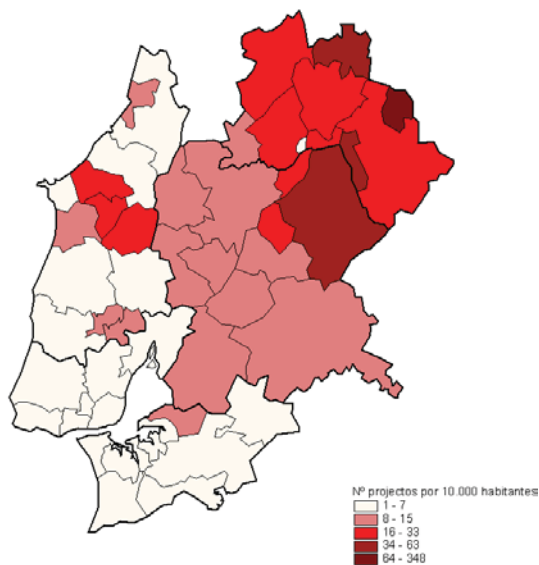


Fonte: Equipa de Avaliação

419.A observação por concelhos do número de projectos por habitante, através da Figura 6-1, permite constatar que os concelhos que apresentaram o maior número de projectos por habitante foram o Sardoal com 348 projectos por 10.000 habitantes, logo seguido dos concelhos de Constância, Ferreira do Zêzere e Chamusca, com 63, 42 e 38 projectos por 10.000 habitantes, respectivamente, resultado fortemente decorrente do número de projectos da medida 3.15., financiada pelo FEOGA.

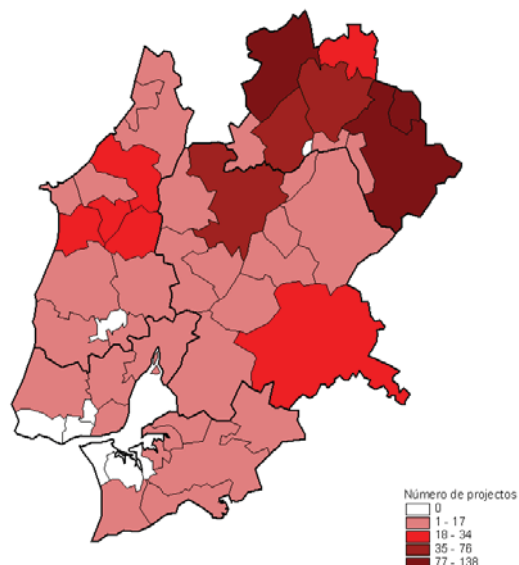
¹ Para a qual não foram considerados os projectos do FSE, como se justifica na Caixa 6-1 e com maior detalhe no volume 4 desta Avaliação.

FIGURA 6-1: NÚMERO DE PROJECTOS POR HABITANTE



Fonte: Equipa de Avaliação

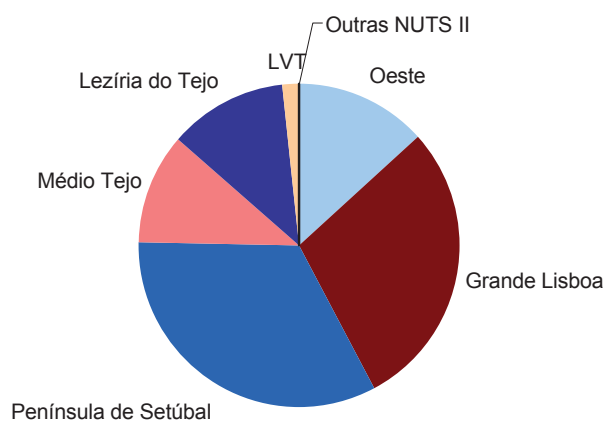
FIGURA 6-2: NÚMERO DE PROJECTOS DA MEDIDA 3.15. AGRICULTURA (FEOGA)



Fonte: Equipa de Avaliação

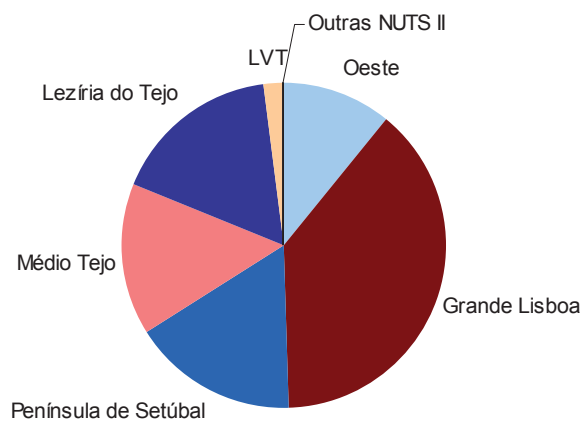
420. Quando observadas à luz do investimento elegível aprovado, as regiões mais significativas e que representam um maior peso no total do PO, são a Península de Setúbal e a Grande Lisboa, enquanto que uma análise à luz do investimento elegível executado, revela que a Península de Setúbal apresenta uma posição relativa menos significativa, ao contrário da NUTS III Grande Lisboa que, neste caso, reforça a sua posição face à anterior (ver Gráfico 6-6 e Gráfico 6-7).

GRÁFICO 6-6: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO TOTAL DO PO, POR NUTS III



Fonte: Equipa de Avaliação

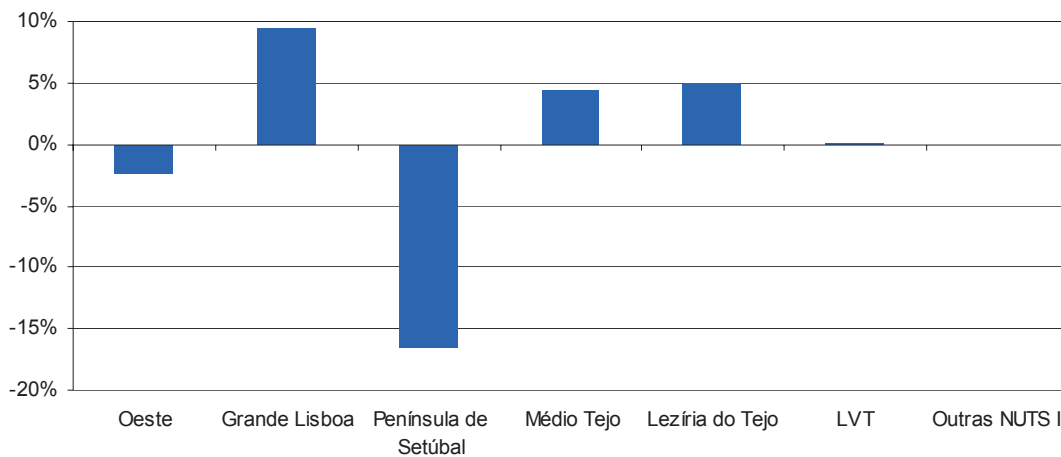
GRÁFICO 6-7: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO NO TOTAL DO PO, POR NUTS III



Fonte: Equipa de Avaliação

A análise mais pormenorizada das diferenças entre, por um lado, o peso que cada região detém ao nível do investimento elegível aprovado no total do PO e, por outro, o seu peso ao nível do executado, permite verificar que a região da Península de Setúbal, apesar de apresentar 33% do total investimento elegível aprovado, apenas representa 19% do executado o que indicia uma menor capacidade de execução dos promotores desta região e, ou, uma tipologia de projectos com prazos de execução mais amplos; a mesma situação verifica-se igualmente ao nível da região do Oeste, mas com diferenças menos significativas (Gráfico 6-8). A região da Grande Lisboa, por sua vez, apresenta uma maior relevância na estrutura do investimento executado, o que indicia uma situação oposta à verificada para as anteriores regiões.

GRÁFICO 6-8: DIFERENCIAL ENTRE O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO E O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, NO TOTAL DO PO (NUTS III)

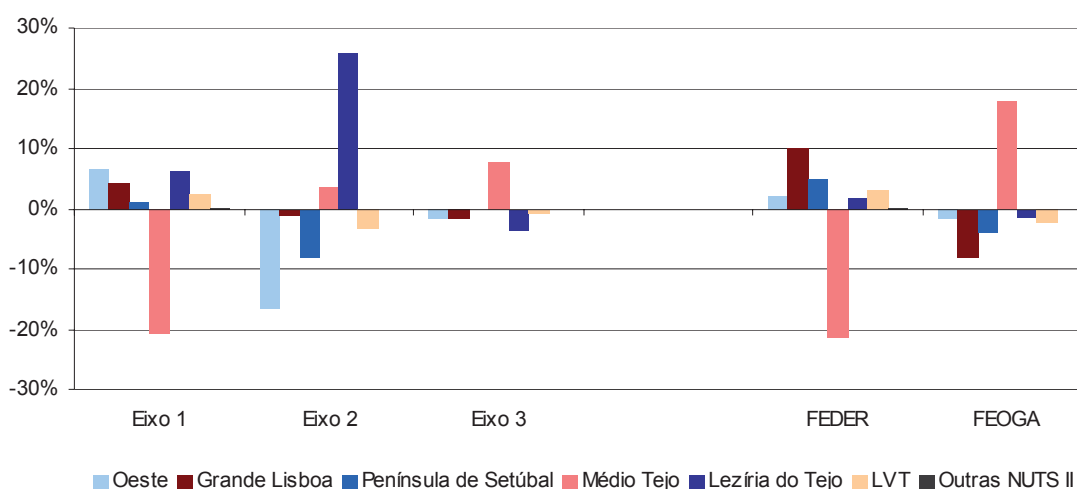


Fonte: Equipa de Avaliação

421. A decomposição da adesão regional por eixos e Fundos, através da comparação do peso que cada uma das regiões apresenta no total do programa e em cada um dos eixos ou Fundo permite obter uma leitura da “especialização” intra-regional do PORLVT.

Assim verifica-se (ver Gráfico 6-9), por exemplo, que a Lezíria do Tejo, no que respeita ao número de projectos aprovados, um peso relativo muito superior no Eixo 2 do que para o total do Programa (esta região representa 8% do total dos projectos aprovados no PO, mas representa, por sua vez, no Eixo 2, 46% dos projectos aprovados para medidas desse eixo), o que realça a relevância deste eixo para Lezíria do Tejo, resultado da existência de uma intervenção específica para alguns concelhos do Vale do Tejo.

GRÁFICO 6-9: DIFERENÇA DO PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS DAS NUTS III POR EIXO E FUNDO FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



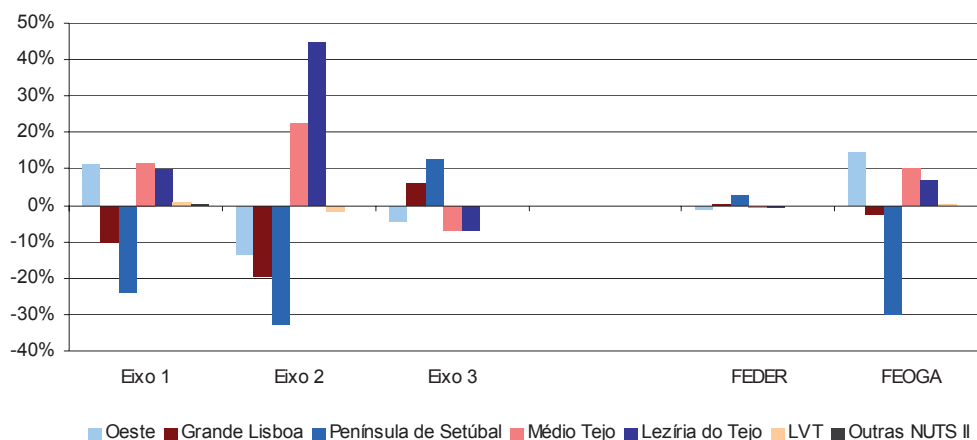
Fonte: Equipa de Avaliação

422. Inversamente, tem-se um subposicionamento, ao nível do número de projectos aprovado, por parte da região Médio Tejo, quer ao nível do Eixo 1, quer no âmbito do FEDER. Esta situação resulta, como já se evidenciou atrás, do elevado peso que o Médio Tejo apresenta no Eixo 3 em resultado da distribuição regional dos projectos financiados pelo FEOGA.

A situação das NUTS III Lezíria do Tejo e do Médio Tejo identificada ao nível do número de projectos aprovados por Eixos e Fundos (Gráfico 6-9) acaba por se reflectir, de igual forma, em termos de investimento elegível aprovado e executado. No entanto, no caso da Península de Setúbal e da Grande Lisboa verifica-se que uma distribuição semelhante em número de projectos face às respectivas importâncias relativas no total do PO, se traduzem em diferenças significativas em termos de investimento elegível aprovado, o que indicia uma maior concentração relativa de investimento elegível nas medidas do Eixo 3 financiadas pelo FEDER (ver Gráfico 6-10).

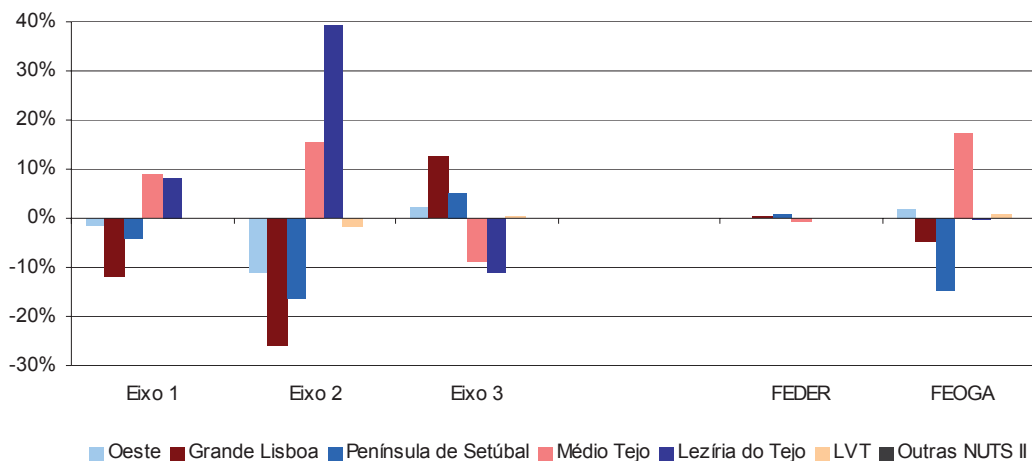
Estas discrepâncias entre pesos relativos verificam-se igualmente na análise do investimento elegível executado, para a maioria das regiões, como se pode verificar através do gráfico seguinte (Gráfico 6-11).

GRÁFICO 6-10: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO DAS NUTS III POR EIXO E FUNDO FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-11: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO DAS NUTS III POR EIXO E FUNDO FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO

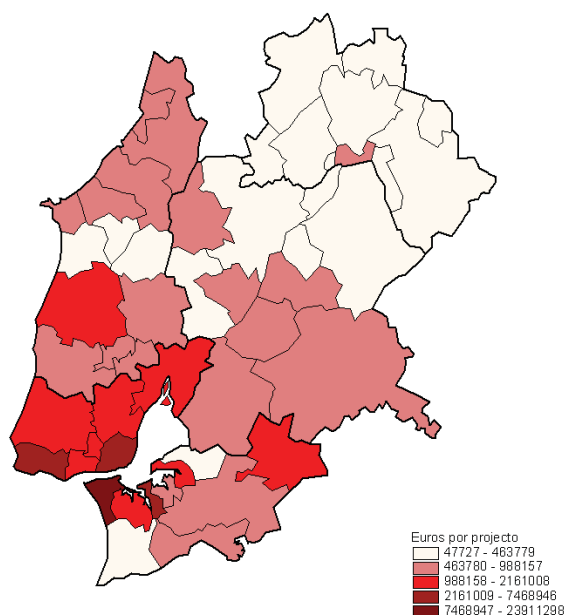


Fonte: Equipa de Avaliação

423. Particularizando a análise da adesão por concelhos, observa-se que são os concelhos de Almada e do Barreiro que apresentam os valores mais elevados para o investimento elegível aprovado por projecto, seguidos de Lisboa e Cascais (ver Figura 6-3).

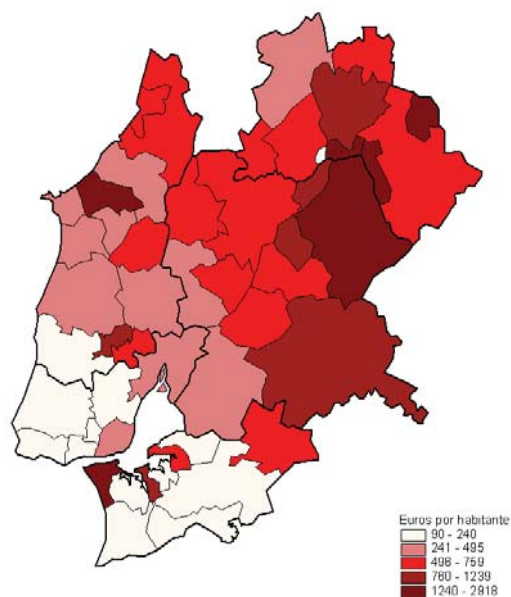
424. Quando analisado o investimento elegível aprovado por habitante, verifica-se, que são os concelhos de Constância e Óbidos os que apresentam os maiores valores, com 2.918 e 2.272 euros por habitante, respectivamente, o que se deve em grande parte ao facto destes concelhos terem um reduzido número de habitantes. De seguida surgem os concelhos de Almada, Vila Nova da Barquinha e Sardoal (ver Figura 6-4).

FIGURA 6-3: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR PROJECTO



Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-4: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE

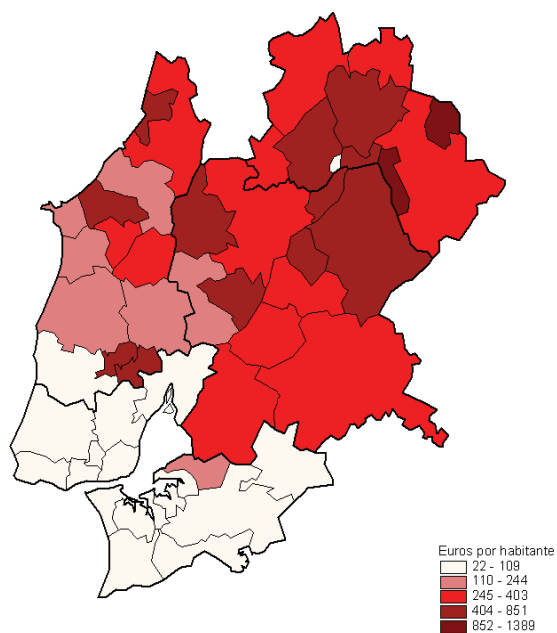


Fonte: Equipa de Avaliação

425. Uma análise do investimento elegível aprovado por habitante, nos diferentes concelhos, em função do Eixo do Programa revela que:

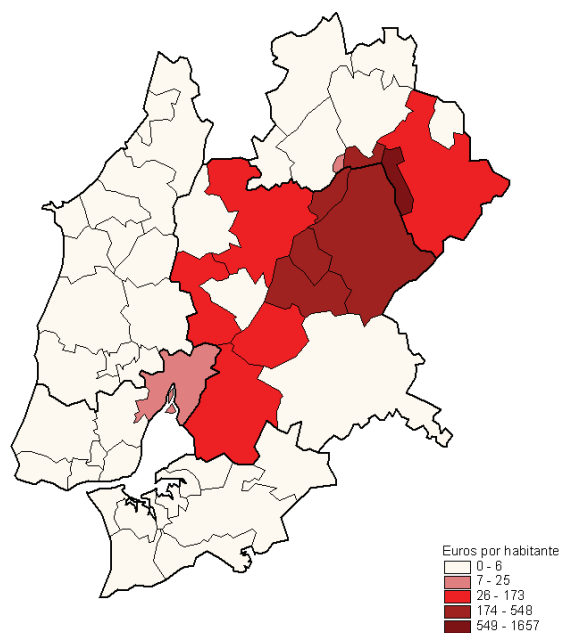
- No eixo 1 os concelhos do Sardoal e Constância apresentam os maiores valores para o investimento elegível aprovado por habitante, com 1389 e 1143 euros *per capita*, respectivamente;
- No Eixo 2 são os concelhos de Constância, com 1657 euros *per capita*, e Vila nova da Barquinha com 548 euros *per capita* que apresentam os valores mais elevados de investimento aprovado por habitante;
- No Eixo 3, Almada e Óbidos apresentam os valores mais significativos, com 1740 e 1557 euros *per capita* respectivamente.

FIGURA 6-5: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE, EIXO 1



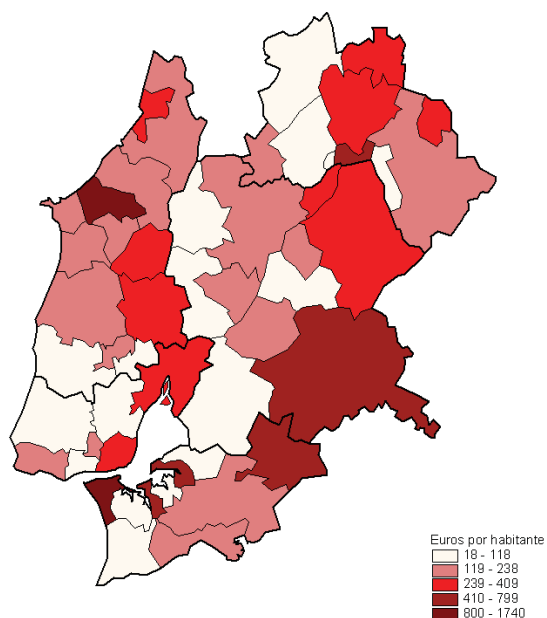
Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-6: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE, EIXO 2



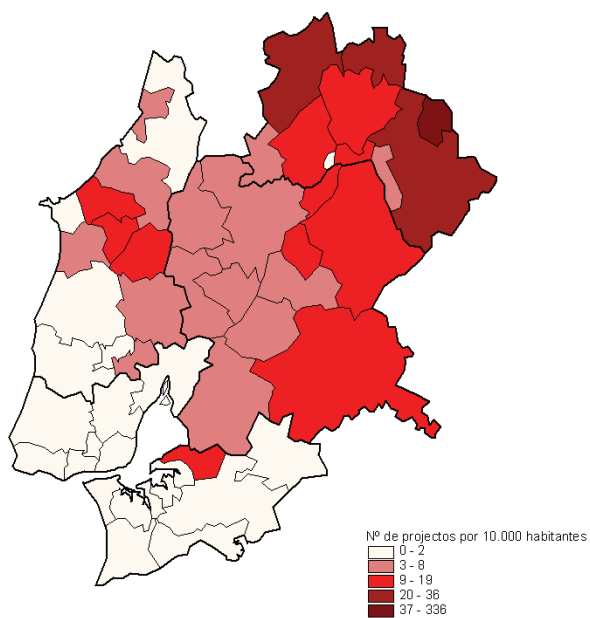
Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-7: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE, EIXO 3



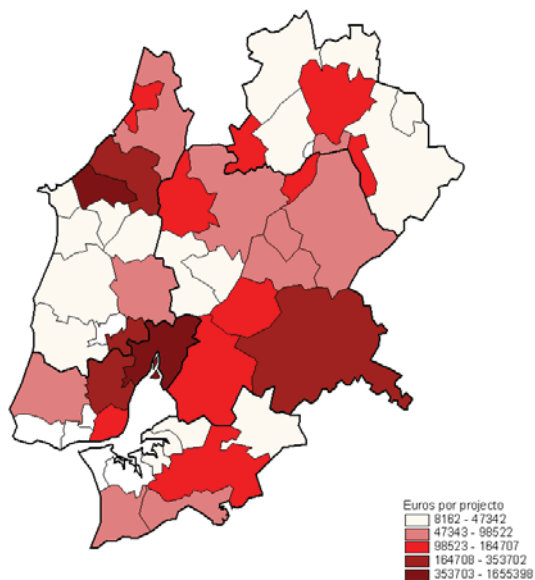
Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-8: NÚMERO DE PROJECTOS AFECTOS A MEDIDAS FEOGA, POR HABITANTE



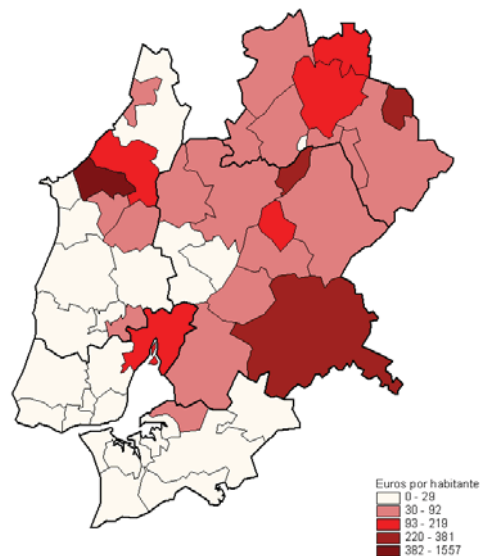
Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-9: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR PROJECTO (PROJECTOS AFECTOS A MEDIDAS FEOGA)



Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-10: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE (SÓ PARA PROJECTOS AFECTOS A MEDIDAS FEOGA)



Fonte: Equipa de Avaliação

6.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS SEGUNDO UMA TIPOLOGIA DE PROJECTOS

426.A tipologia de projectos adoptada procurou aproximar-se da nomenclatura dos Domínios de Intervenção dos Fundos Estruturais proposta em vários documentos metodológicos da Comissão Europeia. A tipologia distingue entre projectos com forte componente de intervenção material (construção, recuperação, equipamento), associada à classificação de nível 1, “infra-estruturas de base” e as intervenções em termos de melhoria dos recursos humanos ou de apoio directo às actividades produtivas, quer através dos apoios directos às unidades produtivas ou de actuação sobre a sua envolvente (ver Quadro 6-1).

QUADRO 6-1: TIPOLOGIA DOS PROJECTOS POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

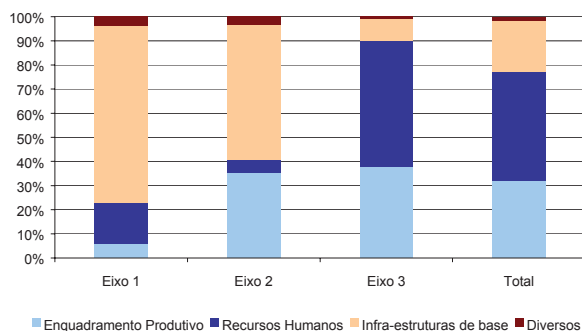
Domínio de intervenção (Nível 1)	Categoria de Intervenção (Nível 2)	Categoria de Intervenção (Nível 3)
Enquadramento Produtivo (ep)	Agricultura	Investimentos nas explorações agrícolas
		Melhoramento da comércio dos produtos agrícolas
	Silvicultura	Criação de associações de proprietários florestais
	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	Emparcelamento
		serviços às empresas
		Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural
		Gestão dos recursos hídricos na agricultura
		Caminhos
Protecção, melhoria e requalificação do ambiente e dos recursos naturais		
Ajudas às PME e ao artesanato	Serviços comuns às empresas	
Turismo	Turismo	
Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDTI)	Inovação e transferências de tecnologia, realizações em rede empresas e/ou institutos de investigação	
Recursos Humanos (rh)	Políticas activas do mercado de trabalho	Formação Prof. com certificação Prof. e Escolar
	Integração social	Integração social
	Desenvolvimento da educação e da formação profissional não ligada a um sector específico (pessoas, empresas)	Formação da administração pública local
		Desenvolvimento e Criação de Redes de acção e de Sistemas de Informação
Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e da comunicação (pessoas, empresas)	Formação e empregabilidade	
Infraestruturas de Base (ib)	Infra-estruturas de transportes	Infra-estruturas de transportes
		Estradas
		Portos
	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação
	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	Electricidade gás
	Infra-estruturas ambientais	Infra-estruturas ambientais
		Água potável
		Águas residuais, tratamento
		Valorização ambiental
		Despoluição
Saneamento básico em geral		
Ordenamento e qualificação	Ordenamento e qualificação	
Infra-estruturas sociais e de saúde	Infra-estruturas sociais e de saúde	
	Equipamentos escolares	
	Equipamentos culturais	
	Equipamentos desportivos	
	Equipamentos sociais	
Diversos (div)	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	Preparação, execução, acompanhamento
		Estudos
	Diversos	Promoção e divulgação
		Outros

Fonte: Equipa de Avaliação

427. Em termos da avaliação da adesão por domínios de intervenção, e tendo em conta que foi no FSE e no FEOGA que se registaram o maior número de projectos aprovados no PORLVT, não é de estranhar que os domínios de intervenção dos recursos humanos e do enquadramento produtivo, nomeadamente na área da agricultura, tenham representado, também o maior número de projectos aprovados, integrando, os dois domínios neste caso, mais de 75% do número total de projectos aprovados (ver Gráfico 6-12).

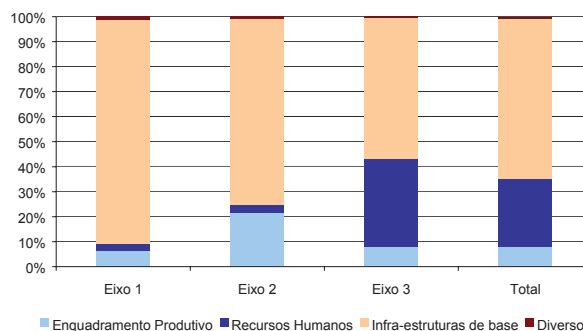
428. Quando analisado o total do investimento elegível aprovado no PO por domínios, verifica-se, no entanto, que são os projectos referentes a infraestruturas de base aqueles que apresentam o maior peso, registando cerca de 65% do total, seguidos dos que integram os recursos humanos e o domínio enquadramento produtivo (ver Gráfico 6-13).

GRÁFICO 6-12: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS POR EIXO (DOMÍNIOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-13: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR EIXO (DOMÍNIOS)



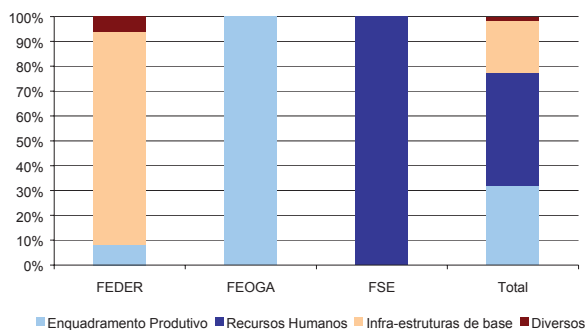
Fonte: Equipa de Avaliação

429. A análise por eixo apresenta um elevado peso relativo do número de projectos de infraestruturas de base no Eixo 1 seguido do Eixo 2, que se reflecte no peso deste domínio no investimento elegível aprovado nesses mesmos eixos. Esta situação mostra que os projectos afectos a este domínio se caracterizam por projectos de maior dimensão. Esta situação verifica-se de forma ainda mais nítida no Eixo 3, onde apesar de serem os domínios recursos humanos e enquadramento produtivo a representarem o maior número de projectos, são os projectos afectos ao domínio infraestruturas de base aqueles que apresentam o maior peso no total do investimento elegível aprovado.

430. Os domínios apresentados, quando analisados em função dos diferentes Fundos, registam distribuições muito distintas, verificando-se, que as medidas afectas ao FEOGA apenas registam

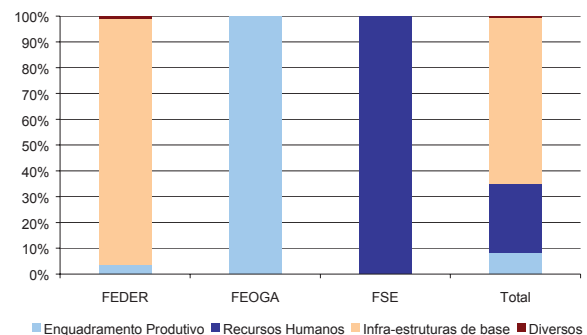
projectos afectos ao domínio do enquadramento produtivo, enquanto que para o FSE, este apenas apresenta projectos afectos ao domínio dos recursos humanos. O FEDER, devido às características inerentes às medidas que o caracterizam, apresenta um maior número de projectos afectos ao domínio das infraestruturas de base, mas não exclusivamente como acontece como os outros fundos, existindo também, em menor número, projectos afectos aos domínios enquadramento produtivo e diversos. Esta distribuição, do peso do número de projectos, reflecte-se na distribuição verificada ao nível do peso do investimento elegível aprovado, como se pode observar no Gráfico 6-14 e Gráfico 6-15.

GRÁFICO 6-14: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS POR FUNDO (DOMÍNIOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

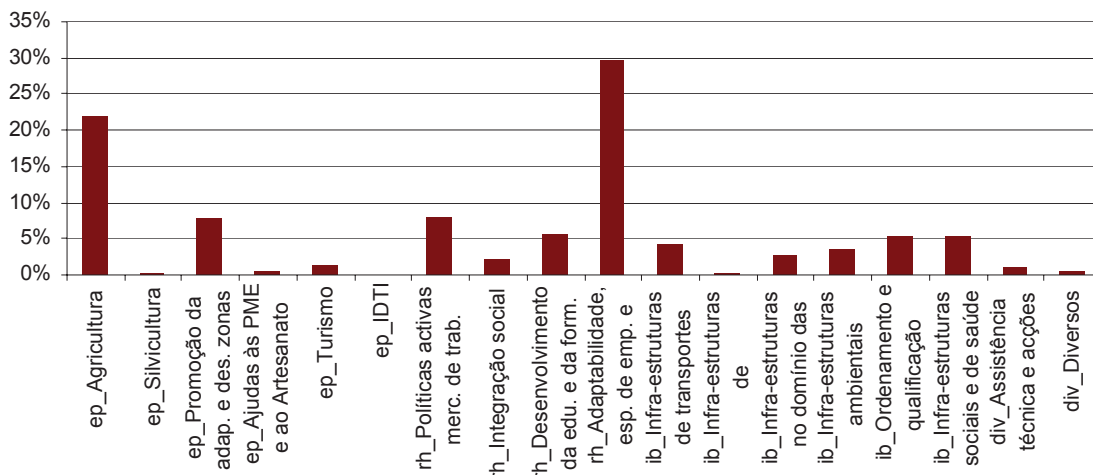
GRÁFICO 6-15: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR FUNDO (DOMÍNIOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

431. Quando se procede à desagregação dos domínios para o 2º nível (Gráfico 6-16), verifica-se que é o domínio “adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e da comunicação (pessoas, empresas)” aquele que engloba cerca de 30% dos projectos aprovados, logo seguido pelos sub-domínios “agricultura”, “políticas activas do mercado de trabalho” e “promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”.

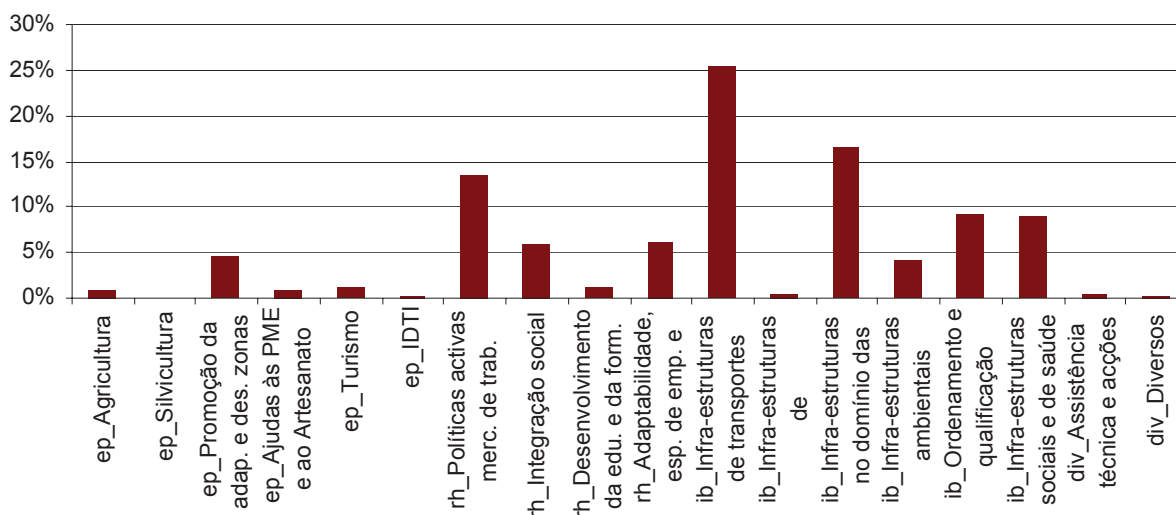
GRÁFICO 6-16: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS, NO TOTAL DO PO (DOMÍNIOS DESAGREGADOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

432. Analisando agora o investimento elegível aprovado, verifica-se pela leitura do Gráfico 6-17, que são os domínios “infraestruturas de transportes”, “infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)”, “políticas activas do mercado de trabalho”, “ordenamento e qualificação” e “infraestruturas sociais e de saúde”, aqueles que apresentam os pesos mais significativos.

GRÁFICO 6-17: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, NO TOTAL DO PO (DOMÍNIOS DESAGREGADOS)

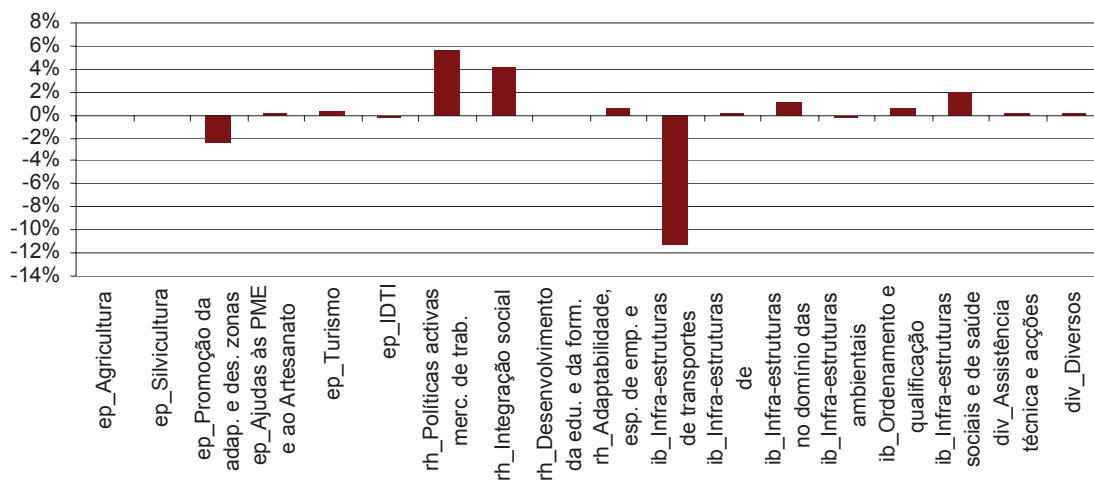


Fonte: Equipa de Avaliação

433. Desta análise desagregada (Gráfico 6-16 e Gráfico 6-17) conclui-se que, os domínios que integram projectos que exigem maiores níveis de investimento são aqueles que apresentaram os maiores pesos no investimento total elegível aprovado, uma vez que estes mesmos domínios correspondem aos que apresentam um número de projectos reduzido, sendo os casos mais evidentes as “infra-estruturas de transportes” e as “infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)”.

434. Quando analisada a diferença entre o peso dos domínios de intervenção no investimento elegível total executado e o peso destes no investimento elegível total aprovado (Gráfico 6-18), verifica-se que as infraestruturas de transportes se encontram subposicionadas ao nível do investimento elegível executado, uma vez que este domínio perde cerca de 11 pontos percentuais do seu peso no investimento elegível, quando passa do aprovado para o executado. As políticas activas do mercado de trabalho e a integração social, ganham por sua vez, maior peso no investimento elegível executado, quando comparado com o aprovado., o que pode resultar das características dos projectos, nomeadamente da sua duração.

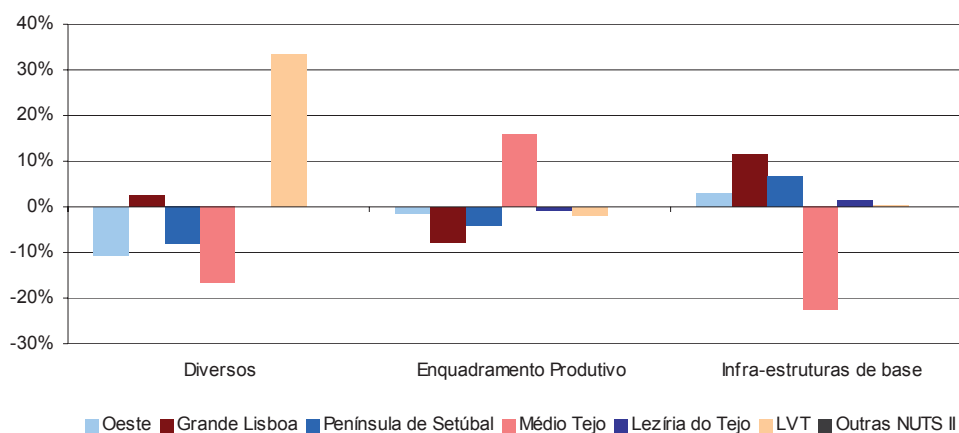
GRÁFICO 6-18: DIFERENCIAL ENTRE O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO E O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, NO TOTAL DO PO (DOMÍNIOS DESAGREGADOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

435. Em termos regionais verifica-se que os projectos afectos ao Médio Tejo, se integram, essencialmente no domínio enquadramento produtivo, enquanto que os projectos afectos à região da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste se concentram no domínio das infraestruturas de base, ver Gráfico 6-19. Os projectos não regionalizáveis (LVT), por sua vez, apresentam um elevado sobreposicionamento ao nível do domínio diversos, nomeadamente na área da assistência técnica.

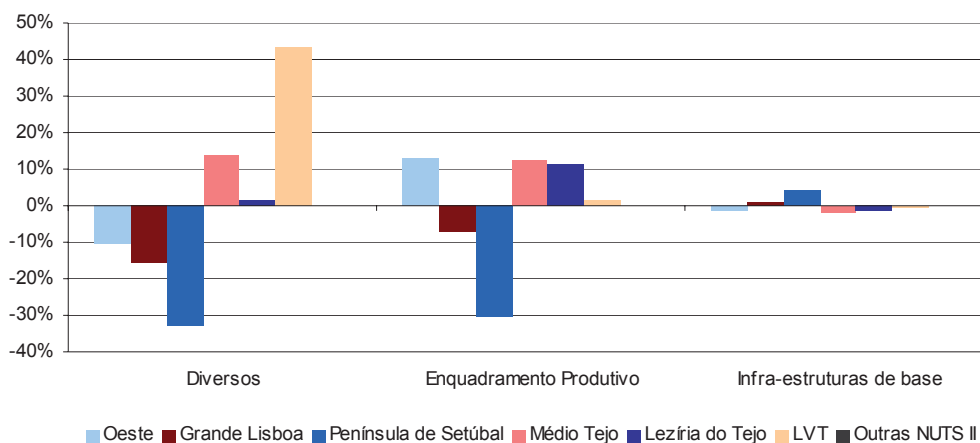
GRÁFICO 6-19: DIFERENÇA DO PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS DAS NUTS III POR DOMÍNIOS FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

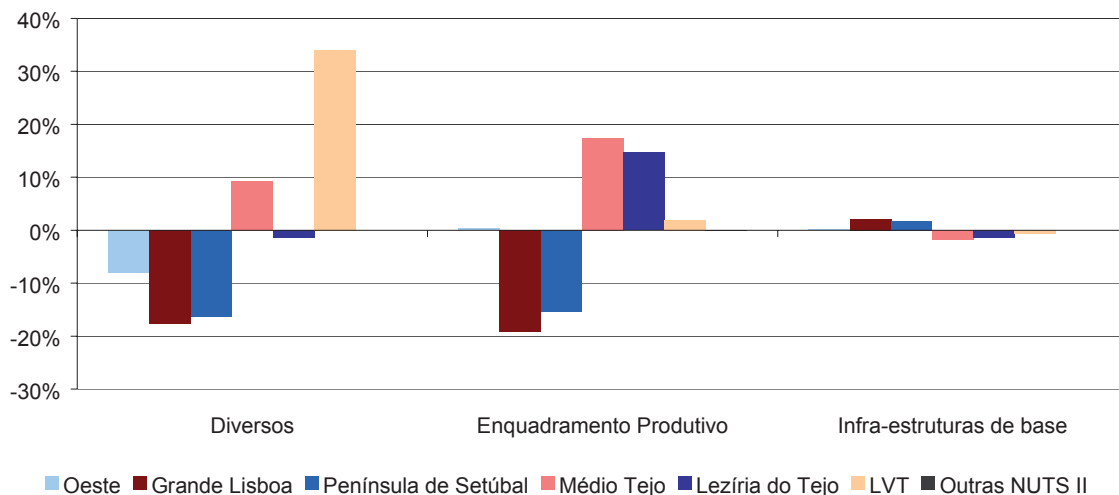
436.No que se refere ao investimento elegível aprovado verifica-se uma ligeira “especialização” das regiões da Península de Setúbal e da Grande Lisboa no domínio das infra-estruturas (Gráfico 6-20), confirmando o observado no gráfico anterior.

GRÁFICO 6-20: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO DAS NUTS III POR DOMÍNIOS FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-21: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO DAS NUTS III POR PROMOTORES FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

6.3. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS SEGUNDO UMA TIPOLOGIA DE PROMOTORES

437. As intervenções do PORLVT, no que respeita à tipologia de promotores, foram analisadas com base numa abordagem que pudesse, por um lado, retratar uma articulação pelo binómio Administração Pública – Sociedade Civil e, por outro lado, acolher, no seio de cada grande grupo, as diferenças substanciais de modelos de gestão e financiamento. A tipologia resultante desta abordagem está apresentada no Quadro 6-2.

O interesse da construção de uma visão do PO utilizando esta metodologia é duplo. Com efeito pode-se considerar, por um lado, que o desenvolvimento da complementaridade das intervenções do Estado e da Sociedade civil é suficientemente relevante para orientar um olhar específico sobre a estratégia e a execução do PORLVT. Por outro lado, a identificação das iniciativas desenvolvidas pelas administrações centrais e locais e pelas outras entidades públicas é suficientemente relevante, pelo seu lado, para ser considerada, na medida em que as respectivas lógicas e responsabilidades são, também, elas suficientemente diferenciadas.

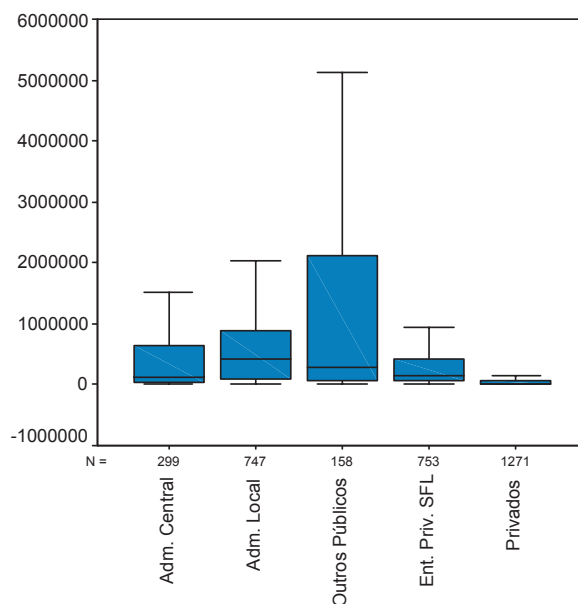
QUADRO 6-2: TIPOLOGIA DOS PROMOTORES (ENTIDADES)

Tipologia Promotores (nível 1)	Tipologia de promotores (nível 2)
Administração Central (ac)	Central (entidades da administração central de nível nacional)
	Regional (entidades da administração central de nível regional)
Administração Local (al)	Entidades Municipais (Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados)
	Associações de Municípios
	Juntas de Freguesia
	Turismo (entidades de promoção do turismo)
Outros Públicos (op)	Empresa Pública (EP)
	Empresa Sociedade Anónima (SA)
	Social (misericórdias)
	Ensino (universidades e escolas)
Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (sfl)	Associações
	Social (entidades de apoio social)
	Entidades Sindicais
	Educação (institutos e escolas)
	Fundações
	Centros de Formação
	Outros
Privado (priv)	Sociedades (Lda e SA)
	Cooperativas (Crl)
	Empresários em nome individual

Fonte: Equipa de Avaliação

438. Os níveis de adesão dos promotores revelam-se bastante elevados principalmente no que se refere a promotores privados, os quais viram aprovados o maior número de projectos (Gráfico 6-22). No entanto, os projectos aprovados pelos promotores privados caracterizam-se na sua maioria por projectos de “pequena dimensão”, i.e. apresentam valores para o investimento elegível aprovado pouco significativos quando comparados com os restantes projectos. Neste sentido, os projectos dos promotores que se caracterizaram como outros públicos (empresas públicas E.P. e S.A., misericórdias, escolas e universidades) foram aqueles que apresentaram a maior variabilidade no investimento elegível aprovado.

GRÁFICO 6-22: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, POR PROMOTORES (EUROS)

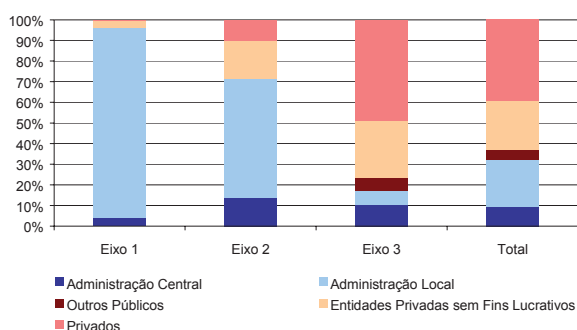


Fonte: Equipa de Avaliação

439. Particularizando a análise dos promotores, verifica-se que maioria dos projectos aprovados no PORLVT se caracteriza essencialmente por pertencerem a promotores privados e a entidades privadas sem fins lucrativos, correspondendo estes, no seu conjunto, a mais de 60% dos projectos aprovados. Dos projectos apresentados e aprovados pelos promotores públicos, a grande maioria pertence à administração local, seguida da administração central e só depois da categoria outros promotores públicos.

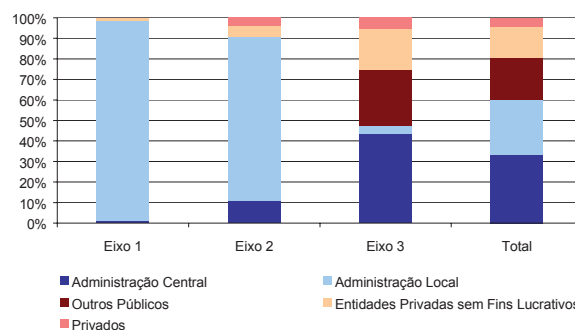
440. Quando analisado o investimento elegível aprovado em função da mesma tipologia de promotores, verifica-se que, para a totalidade do PO, apesar dos promotores privados apresentarem o maior número de projectos, são os projectos apresentados pelos promotores públicos, aqueles que representam a maior parte (cerca de 80%) do investimento elegível aprovado (da totalidade do investimento elegível aprovado pelos promotores públicos, 33% corresponde à administração central, 27% à administração local e 20% a outros públicos).

GRÁFICO 6-23: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS POR EIXO (PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-24: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR EIXO (PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação

441. A análise da adesão dos promotores, quando realizada por eixos, revela que a maioria dos projectos apresentados pelos promotores públicos se destinaram a acções e medidas dos Eixos 1 e 2, predominando um forte peso dos projectos pertencentes à administração local no Eixo 1 e no Eixo 2. Ao contrário, no Eixo 3 encontram-se essencialmente projectos cujos promotores são privados (49%), como por exemplo, empresas/sociedades, cooperativas e empresários em nome individual. Por sua vez, os promotores entidades privadas sem fins lucrativos caracterizaram 28% da totalidade de projectos aprovados para o Eixo 3.

442. Os promotores públicos, tal como acontece com o número de projectos aprovados, também são responsáveis pela maioria do investimento elegível aprovado para os Eixos 1 e 2, apresentando distribuições idênticas à verificada na análise do parágrafo anterior. O eixo 3, pelo contrário caracteriza-se por uma distribuição distinta da observada quando considerado o peso dos projectos, verificando-se agora, tal como acontece para a totalidade do PO, que são as entidades públicas aquelas que apresentam o maior peso no investimento elegível aprovado para o Eixo 3.

Esta situação de disparidade de distribuições entre os Eixos 1 e 2 e o Eixo 3, quando se passa duma análise de número de projectos para uma análise de investimento elegível aprovado, não é de estranhar, uma vez que o Eixo 3 corresponde a 80% do total dos projectos aprovados no Programa e a 75% do investimento elegível aprovado.

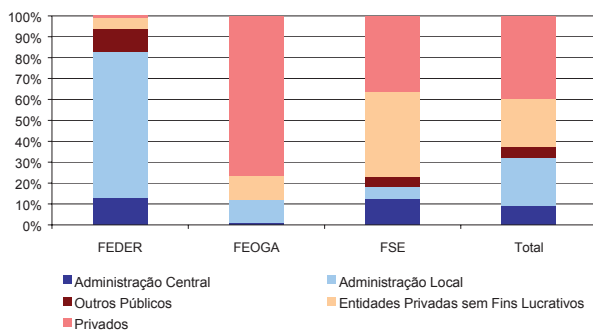
443. A análise da distribuição do número de projectos por fundos realça o facto de que a maioria dos projectos aprovados para as medidas do FEDER são desenvolvidos por promotores públicos, principalmente pela administração local (cerca de 70% dos projectos). No entanto, o peso destes projectos da administração local no total do investimento elegível aprovado para as medidas do FEDER corresponde a apenas 39%. O peso do investimento elegível aprovado por promotores

públicos é agora repartido mais homoganeamente, pelos restantes: administração central (31%) e outros públicos (29%).

444.No caso do FEOGA, a maioria dos projectos aprovados é promovida por privados (88%), sendo que cerca de 12% do total do Fundo cabe às entidades privadas sem fins lucrativos e cerca de 76% aos privados propriamente ditos. Verifica-se que são os projectos das entidades privadas sem fins lucrativos que apresentam o maior peso no total do investimento elegível aprovado para o FEOGA (medidas 3.15 e 3.22), com cerca de 61%.

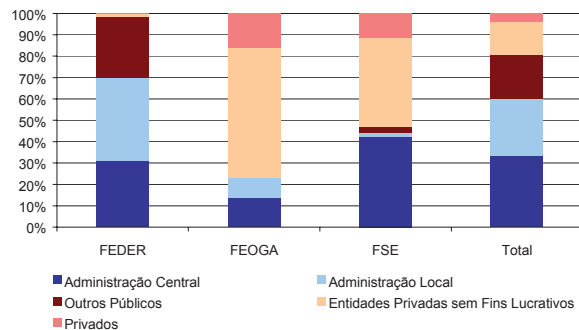
445.A maioria dos projectos aprovados para as medidas do FSE (63%) são igualmente projectos de promotores privados, com ligeira vantagem para as entidades privadas sem fins lucrativos que detêm cerca de 41% dos projectos aprovados contra cerca de 36% dos privados. No caso do investimento elegível, a adesão dos promotores já apresenta uma distribuição mais homogénea, onde os promotores privados sem fins lucrativos e os promotores públicos da administração central apresentam pesos idênticos (42%). De qualquer forma continuam a ser, no seu conjunto, os promotores privados a deterem a maioria do investimento elegível aprovado, tal como acontecia com o número de projectos, totalizando agora apenas 53%.

GRÁFICO 6-25: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS POR FUNDO (PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação

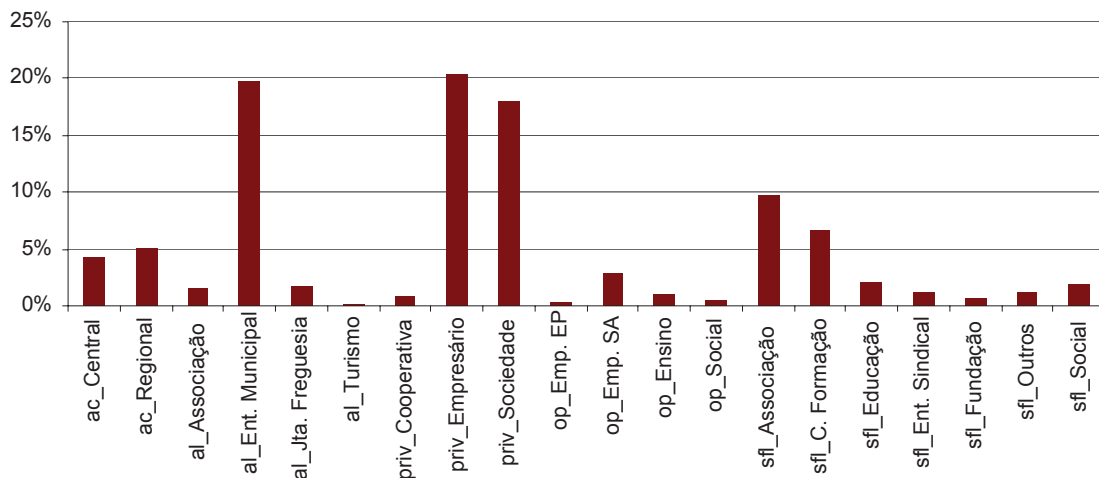
GRÁFICO 6-26: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR FUNDO (PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação

446.Tendo em consideração uma maior desagregação da tipologia de promotores utilizada, verifica-se que aqueles que detêm um maior peso no total dos projectos aprovados são os empresários em nome individual, as entidades municipais (câmaras municipais), as sociedades privadas, (todas eles com mais de 17% dos projectos), logo seguidos associações sem fins lucrativos, dos centros de formação e das administrações centrais e regionais.

GRÁFICO 6-27: PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS, NO TOTAL DO PO (PROMOTORES DESAGREGADOS)

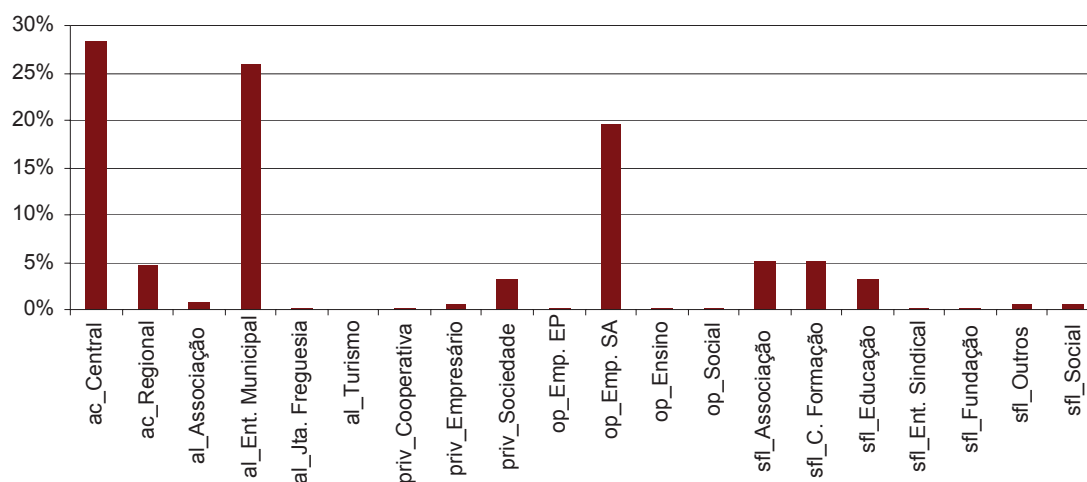


Fonte: Equipa de Avaliação

447. Contrariamente ao verificado na análise do Gráfico 6-27, os promotores que apresentam o maior peso no investimento elegível aprovado (ver Gráfico 6-28), e por conseguinte detentores dos projectos de maior dimensão, são a administração central (28%), as entidades municipais (26%) e as sociedades anónimas com capitais públicos (20%). Logo a seguir a estes, vêm os privados sem fins lucrativos como as associações e os centros de formação, a administração regional e as sociedades privadas.

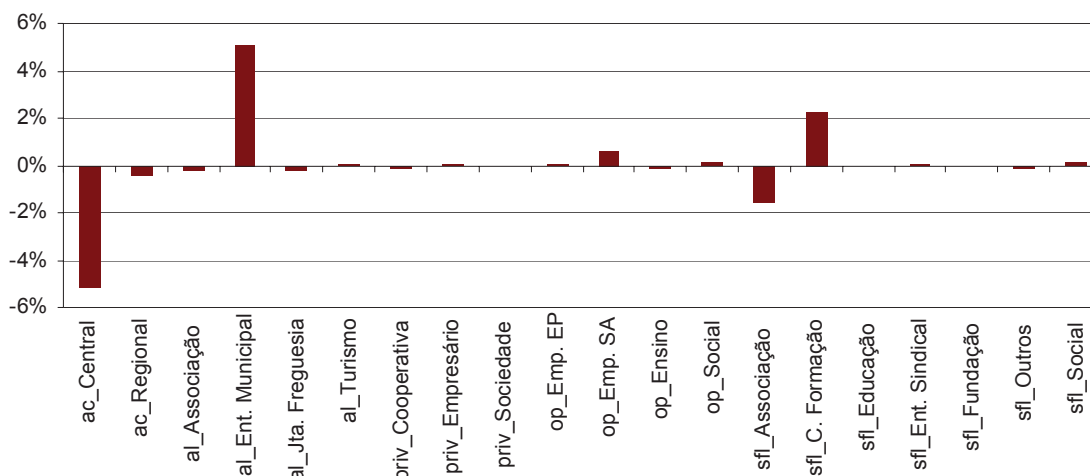
Quando analisada a diferença entre peso dos promotores no investimento elegível total executado e o peso destes no investimento elegível total aprovado (Gráfico 6-29), verificamos que a administração central perde cerca de 5 pontos percentuais do seu peso no investimento elegível, quando passa do aprovado para o executado, tal como acontece com as associações sem fins lucrativos, mas a um nível menor. As entidades municipais e os centros de formação, por sua vez, ganham maior peso no investimento elegível executado, face ao aprovado. Assim, as entidades que detêm o maior peso no investimento elegível executado são as entidades municipais (31%), a administração central (23%) e as empresas públicas S.A. (20%).

GRÁFICO 6-28: PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, NO TOTAL DO PO (PROMOTORES DESAGREGADOS)



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-29: DIFERENCIAL ENTRE O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO E O PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, NO TOTAL DO PO (PROMOTORES DESAGREGADOS)

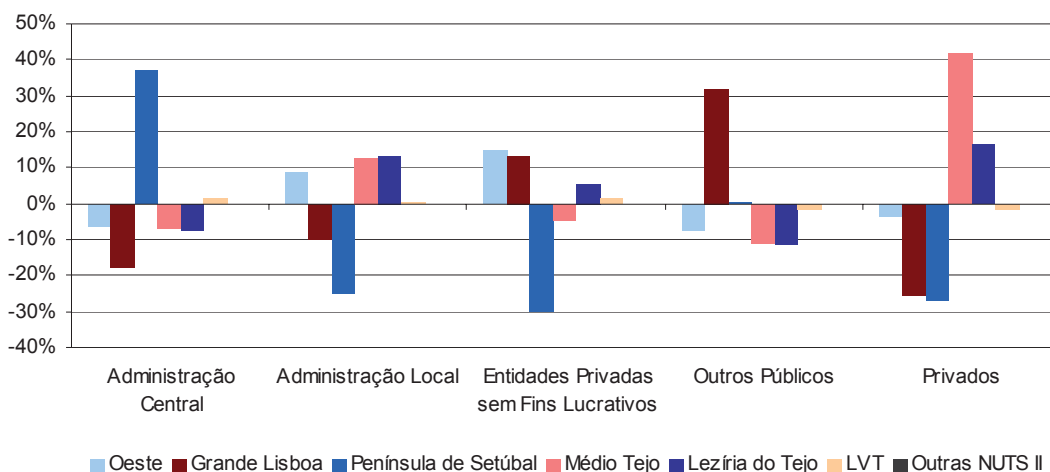


Fonte: Equipa de Avaliação

448. Ao nível da análise dos promotores, verificamos que na região do Médio Tejo, a grande concentração do investimento elegível aprovado se verificou em projectos de promotores privados, seguidos dos promovidos pela administração local; o mesmo acontece na Lezíria do Tejo mas de forma mais homogénea. No caso da Península de Setúbal, essa sobreposição

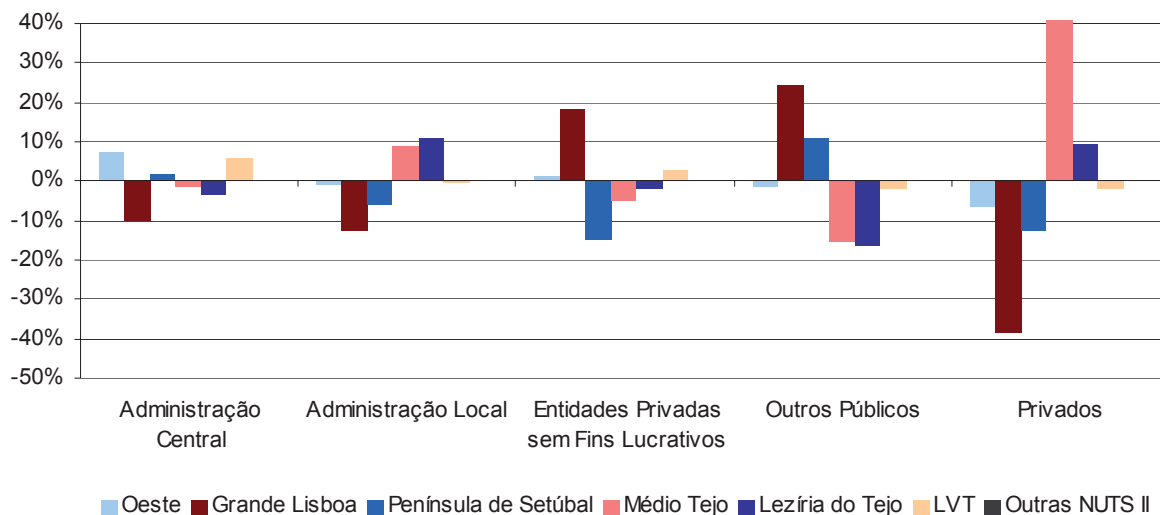
apresentou-se ao nível da administração local, e no caso da Grande Lisboa, principalmente ao nível de outros promotores públicos.

GRÁFICO 6-30: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO DAS NUTS III POR PROMOTORES FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

GRÁFICO 6-31: DIFERENÇA DO PESO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL EXECUTADO DAS NUTS III POR PROMOTORES FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO

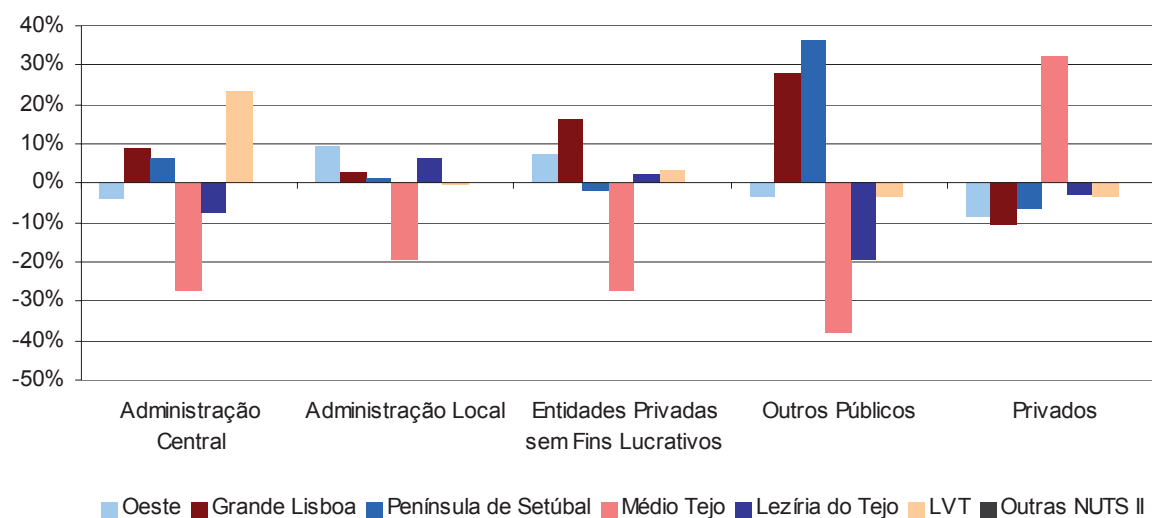


Fonte: Equipa de Avaliação

449. Numa análise por número de projectos verifica-se que o elevado peso dos projectos do Médio Tejo no total do PO se caracteriza por uma elevada concentração desses mesmos projectos nos promotores privados, enquanto que os projectos afectos à Península de Setúbal são na sua

maioria desenvolvidos por outros promotores públicos, tal como acontece para a Grande Lisboa, apesar desta também apresentar ligeira sobreposição ao nível das entidades privadas sem fins lucrativos, e administrações centrais e locais (Gráfico 6-32).

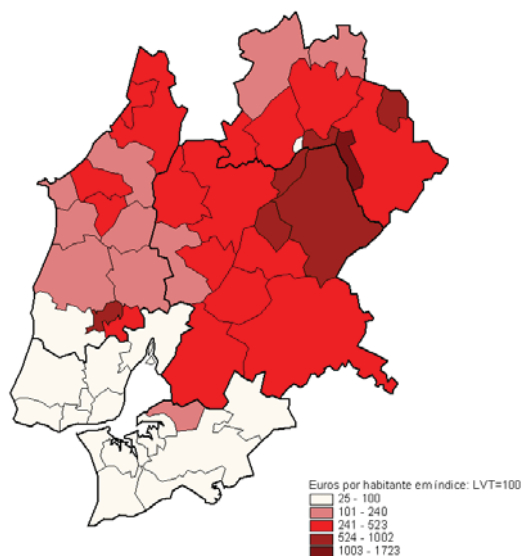
GRÁFICO 6-32: DIFERENÇA DO PESO DO NÚMERO DE PROJECTOS DAS NUTS III POR PROMOTORES FACE AO SEU PESO NO TOTAL DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação

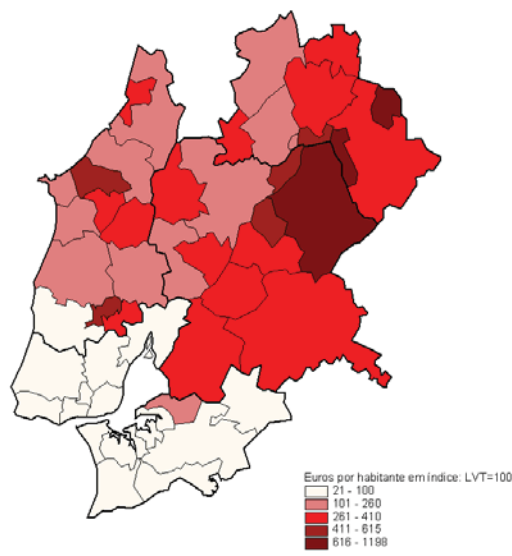
450. A análise do investimento elegível aprovado por habitante, dos projectos contratualizados para as medidas do Eixo I revela que são os concelhos dos Constância, Chamusca, Sardoal e Vila Nova da Barquinha aqueles que apresentam os maiores valores de investimento *per capita*, sendo, contrariamente os concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal aqueles que apresentam o índice abaixo de 100 (Figura 6-12).

FIGURA 6-11: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE EM ÍNDICE (PROJECTOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL)



Fonte: Equipa de Avaliação

FIGURA 6-12: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR HABITANTE EM ÍNDICE (PROJECTOS CONTRATUAIZADOS DO EIXO 1)



Fonte: Equipa de Avaliação

451. Quando se observa o investimento elegível aprovado por habitante, para o conjunto dos promotores da administração local (ver Figura 6-12), verifica-se que não existem grandes diferenças em relação à análise anterior. Assim, são os concelhos dos Constância, Vila Nova da Barquinha, Sardoal e Alpiarça, aqueles que apresentam os maiores valores.

452. Em termos de variabilidades do investimento elegível aprovado, por NUTS III, verifica-se que o Médio Tejo é NUTS III que apresenta menor variabilidade, situando-se no polo oposto as Grande Lisboa e Península de Setúbal,

6.4. A IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NOS FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

453. A constatação da elevada adesão ao PORLVT das Câmaras Municipais, quer em número de candidaturas, quer no que respeita à dimensão financeira dos projectos, sugeriu a análise da importância que os fundos comunitários assumem nas receitas de capital e no investimento destes promotores. A análise foi efectuada com informação disponibilizada pela CCR com base nas contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios dos anos 2000, 2001 e 2002,

tendo os cálculos sido efectuados com os valores acumulados nestes três exercícios para as receitas e despesas de capital.

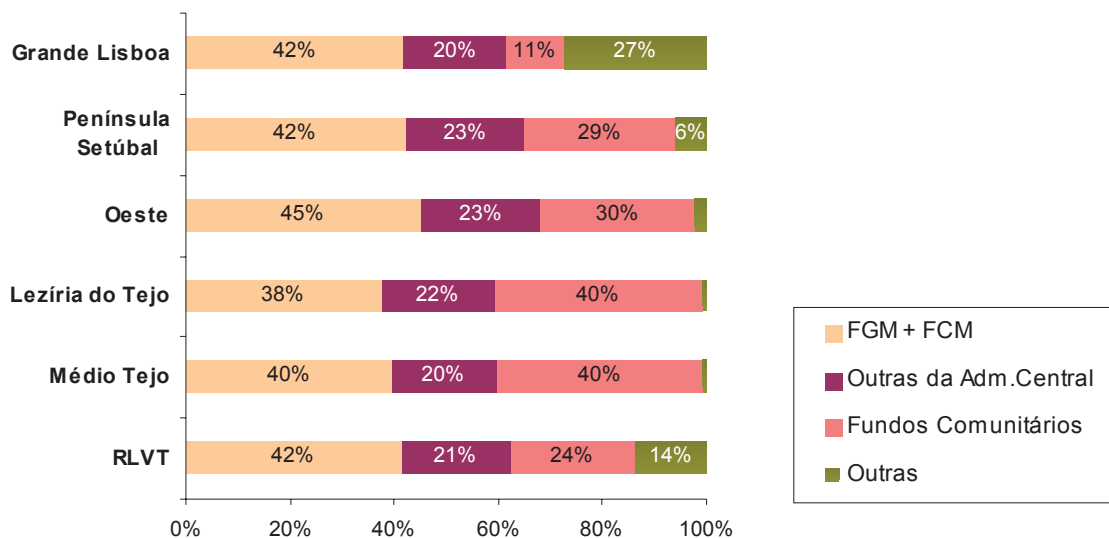
454. As transferências de capital representaram, em média, cerca de 50% das receitas de capital dos municípios da RLVT no período considerado, sendo a Grande Lisboa a única sub-região com valores abaixo da média e o Oeste e o Médio Tejo as sub-regiões onde esta rubrica é mais expressiva (cerca de 75%). As transferências financeiras para as autarquias locais efectuadas através do fundos geral municipal e do fundo de coesão municipal² constituem a rubrica com maior peso nas transferências de capital, seguidas dos fundos comunitários, cujo peso é variável em função da NUTS III considerada: representam 40% das transferências nas sub-regiões do Vale do Tejo e apenas 11% no caso da Grande Lisboa (Gráfico 6-33).

455. Nas receitas de capital que não constituem transferências, assumem particular relevância os passivos financeiros (sobretudo os empréstimos de médio e longo prazo)³, que representaram, em média, para a região, 38% das receitas de capital (Gráfico 6-34), sendo de referir que a sua importância relativa aumentou ao longo do no período considerado (25% em 2000, 35% em 2001 e 49% em 2002). As sub-regiões em que a importância relativa dos fundos comunitários é menor são aquelas que mais se endividam (Grande Lisboa e Península de Setúbal têm passivos que atingem cerca de 45% das suas receitas de capital), o que não indicia – considerando estes dados agregados – uma justificação do nível endividamento com a necessidade de autofinanciamento dos projectos no âmbito do QCA em cumprimento do princípio da adicionalidade.

² Apenas 40% destas transferências são contabilizadas como receitas de capital, sendo o remanescente afecto às receitas correntes

³ As outras rubricas são a venda de bens de investimento, os activos financeiros e outras receitas

GRÁFICO 6-33: COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS POR NUTS III(2000-2002)

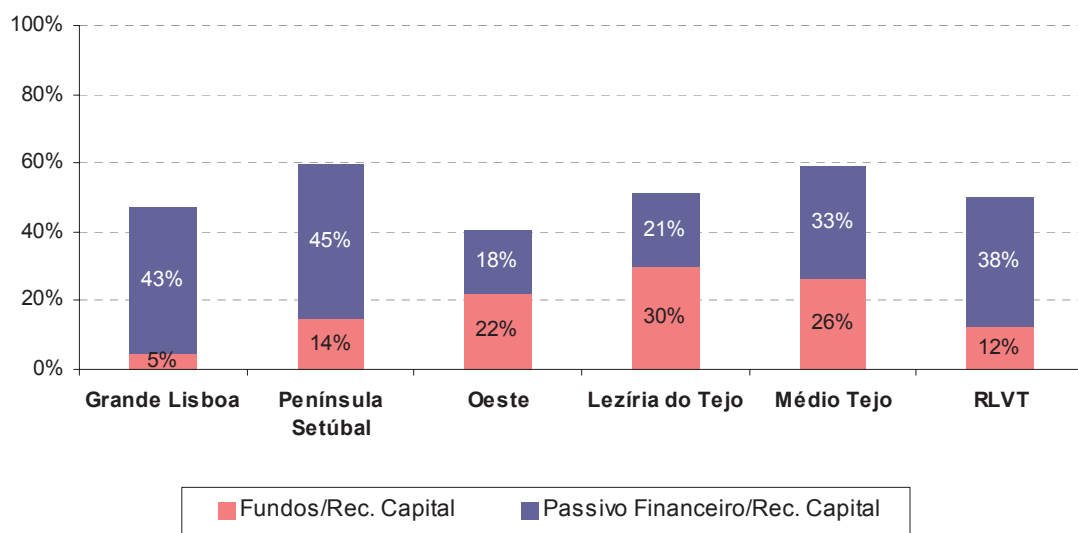


Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

456. Esta relação inversa entre o peso dos fundos comunitários e o peso dos passivos financeiros nas receitas de capital é melhor evidenciada no Gráfico 6-35 onde se podem visualizar igualmente os dados para os concelhos. Verifica-se que para a grande maioria dos municípios, nomeadamente os pertencentes ao Vale do Tejo e ao Oeste, os fundos comunitários são uma fonte de receita extremamente importante, sendo o peso dos respectivos passivos financeiros nas receitas tendencialmente menor naqueles municípios onde a relevância dos fundos é maior.

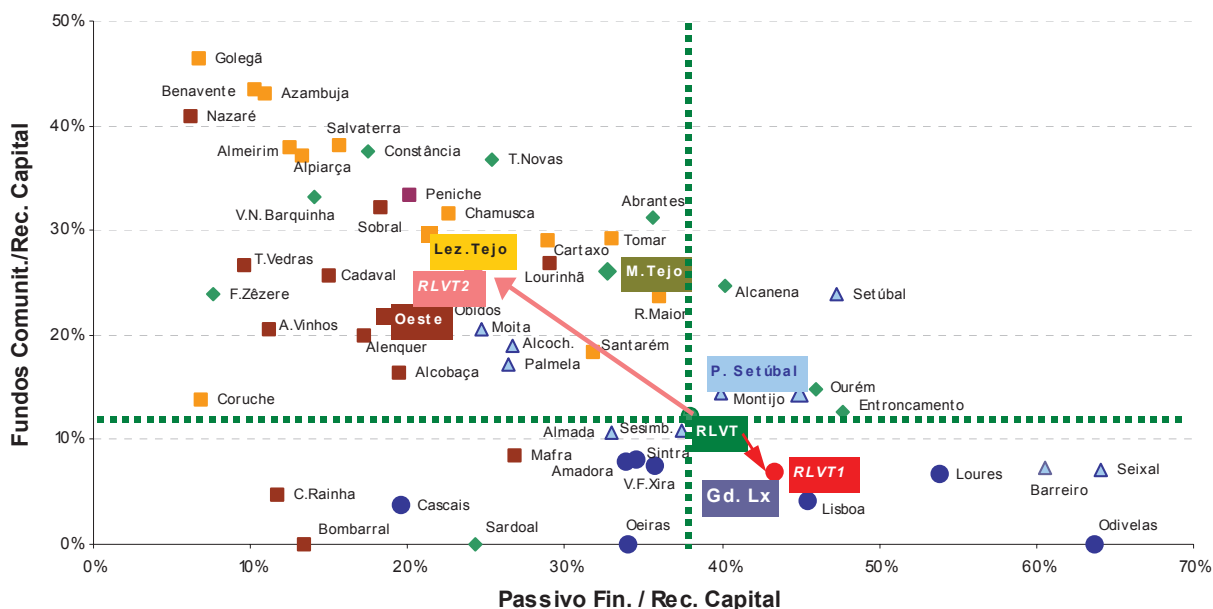
457. A nova NUT II Lisboa (no gráfico apresentada como RLVT 1), tenderá a deslocar-se para baixo no gráfico, recebendo menos apoios comunitários e estando limitada a sua capacidade de endividamento face às restantes regiões uma vez que, de acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2004, a única excepção prevista para as regras de limitação do endividamento municipal se relaciona com os empréstimos destinados ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários. Na nova NUTS II, com a saída do objectivo 1, serão os municípios da Península de Setúbal que mais se ressentirão com a quebra das transferências oriundas dos fundos comunitários, especialmente Setúbal, Moita, Alcochete e Palmela, que são aqueles onde este financiamento representa maior peso nas receitas de capital.

GRÁFICO 6-34: PESO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS E DO PASSIVO FINANCEIRO NAS RECEITAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS POR NUTS III (2000-2002)



Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

GRÁFICO 6-35: IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS E DO PASSIVO FINANCEIRO NAS RECEITAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS (2000-2002)

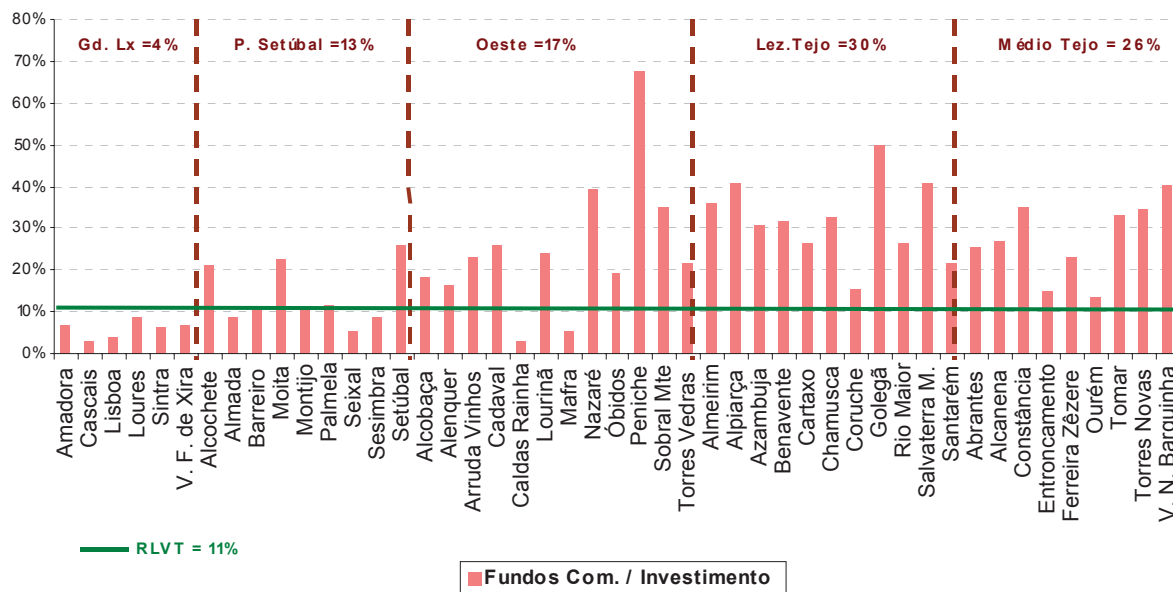


Nota: Os municípios do Bombarral, Sardoal, Oeiras e Odivelas apresentam nas suas contas, nos três anos analisados, transferências de fundos comunitários nulas, o que, em parte (e apenas em parte), poderá resultar do facto dos projectos municipais terem sido promovidos pelas empresas municipais e pelos serviços municipalizados. No que respeita a Odivelas, a explicação poderá também residir no facto de ser um município recente.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

458. Na RLVT os fundos comunitários contabilizados a título de receitas de capital nas contas dos municípios corresponderam, entre 2000 e 2002, a 11% do investimento realizado pelas Câmaras Municipais, sendo este indicador mais elevado no Vale do Tejo; ao nível dos municípios destacam-se Peniche e Golegã onde os fundos cobrem 50% do investimento realizado na região (Gráfico 6-36).

GRÁFICO 6-36: PESO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NO INVESTIMENTO DOS MUNICÍPIOS (2000-2002)



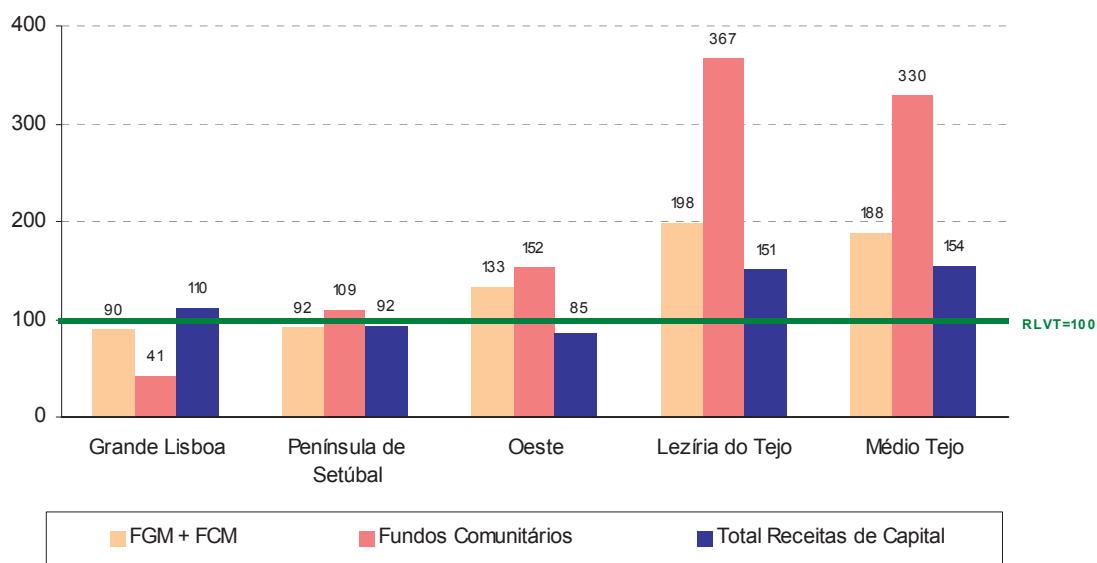
Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

459. A importância dos fundos comunitários para cada uma das sub-regiões analisadas não se altera quando se consideram os valores per capita e o seu distanciamento face à média da região, confirmando a grande predominância destas transferências para a Lezíria do Tejo e para o Médio Tejo (Gráfico 6-37).

460. Existe uma correlação forte (coeficiente de correlação de 88%) entre a distribuição por municípios do valor do investimento elegível aprovado para os promotores da administração local nas três medidas contratualizadas do eixo 1 do PORLVT e a distribuição das transferências financeiras para as autarquias locais efectuadas entre 2000 e 2002 por via do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal (FGM + FCM). A correlação entre estas duas variáveis é visível no Gráfico 6-38 onde os valores para os concelhos são apresentados em índice face ao total daquelas transferências e ao total do investimento aprovado naquelas medidas do eixo 1 para a administração local.

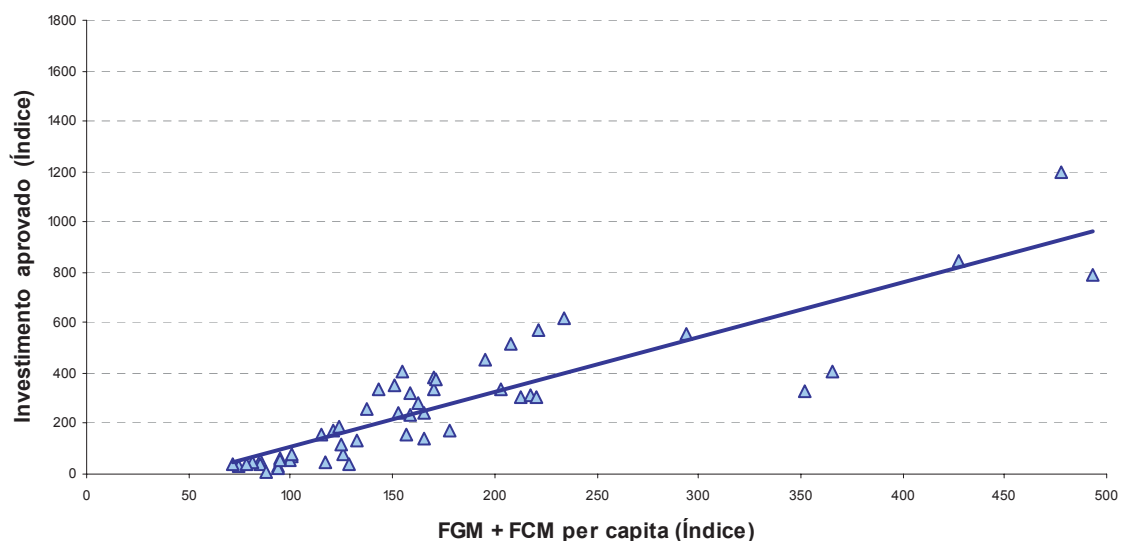
A existência desta relação não constitui novidade face aos critérios utilizados na afectação de verbas no âmbito destas medidas, no entanto, efectuando o mesmo exercício mas tendo em consideração o total do investimento aprovado no PO (excluindo os projectos FSE) para todos os promotores (Gráfico 6-39), verifica-se que existe também uma correlação forte (coeficiente de correlação de 70%) entre as duas variáveis, o que indicia que, não só nas medidas contratualizadas do eixo 1 mas em todo o programa, existe como que uma “redistribuição do desenvolvimento local” que segue de perto os critérios subjacentes à repartição das transferências operadas através daqueles fundos.

GRÁFICO 6-37: ALGUMAS RUBRICAS DAS RECEITAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS (2000-2002)
(EUROS PER CAPITA, EM ÍNDICE, RLVT=100)



Fonte: Equipa de Avaliação, com base em dados das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

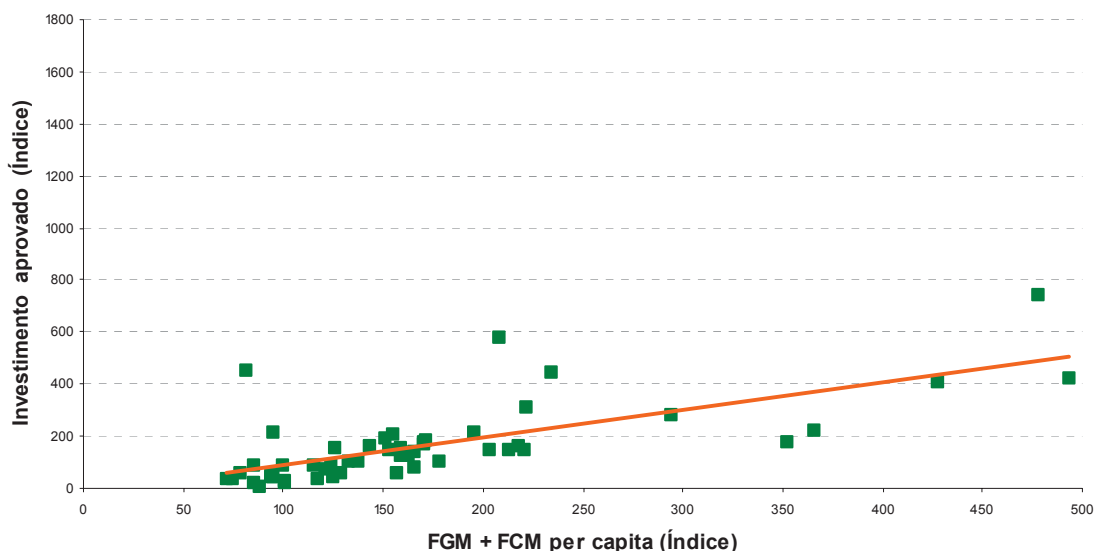
GRÁFICO 6-38: RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E O INVESTIMENTO APROVADO NAS MEDIDAS CONTRATUALIZADAS DO PORLVT
(EM ÍNDICE: TOTAL DE CADA UMA DAS VARIÁVEIS = 100)



Nota: FGM = Fundo geral Municipal; FCM = Fundo de Coesão Municipal

Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do PORLVT e das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

GRÁFICO 6-39: RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E O INVESTIMENTO APROVADO NO PORLVT (EXCEPTO FSE)
(EM ÍNDICE: TOTAL DE CADA UMA DAS VARIÁVEIS = 100)



Nota: FGM = Fundo geral Municipal; FCM = Fundo de Coesão Municipal

Fonte: Equipe de Avaliação, com base em dados do PORLVT e das contas de gerência e dos relatórios de actividade dos municípios

7. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PROGRAMA

1. A avaliação da eficiência, relacionando os efeitos produzidos por uma determinada intervenção pública e os recursos por ela mobilizados, pressupõe geralmente um juízo de valor relativamente à razoabilidade dos custos associados a uma realização ou a um efeito e é, normalmente, quantificada em termos de realizações (o que corresponde ao seu custo unitário), em termos de resultados ou impactes. No caso particular do PORLVT, a grande variedade e a necessidade de obter informação detalhada por projecto, não só em termos financeiros mas, também, dos indicadores de realização associados a um cada dos projectos, exige um conjunto de informação que, nesta fase, não está disponível no sistema de informação do PO.

Deste modo, a avaliação de eficiência desenvolvida nesta avaliação está consideravelmente limitada pela informação disponível para a sua realização. A falta de um sistema de informação integrado colocou dificuldades na elaboração deste capítulo, verificando-se que o seu desenvolvimento é muito diferenciado em função da informação disponibilizada para cada um dos fundos estruturais envolvidos no PO. Neste sentido, optou-se por separar, em pontos autónomos, a avaliação de eficiência dos fundos que integram o PORLVT.

No caso do FEDER, analisam-se os indicadores em dois sub-pontos separados pelo facto de se ter recorrido a duas bases de dados que cobrem dois subconjuntos disjuntos de indicadores de projecto. No caso particular do FEOGA, a informação contida na base de dados por projecto não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variância por projecto, o que restringe a avaliação da eficiência, para a medida 3.15 do PORLVT apenas ao nível da análise das variabilidades das taxas de incentivo e da dispersão dimensional dos projectos, esta última já parcialmente analisada no capítulo anterior. No caso do FSE, a avaliação de eficiência limita-se às medidas desconcentradas do POEFDS, uma vez que em relação às restantes também não foi possível obter informação que permitisse a sua realização. Deste modo, este capítulo encontra-se estruturado em três pontos, relativos, respectivamente, à avaliação das medidas FEDER, à avaliação da medida do FEOGA e à avaliação das medidas FSE.

7.1. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS FEDER

2. A avaliação da eficiência das medidas do FEDER efectuada neste Relatório Final está claramente limitada pela informação disponibilizada pelo sistema de informação do Programa SIFEC, que se procurou complementar através da análise de uma segunda base de dados que

integra os projectos associados às componentes contratualizadas das medidas do Eixo 1 do Programa.

O facto dos indicadores dos projectos contratualizados das medidas 1.1, 1.2 e 1.3 não estarem ainda integrados no SIFEC, associado ao facto dos indicadores em utilização em cada um dos sistemas de informação serem maioritariamente diferentes, levou a optar por analisar em dois pontos autónomos as duas bases de dados acima referidas.

7.1.1. Avaliação da eficiência das medidas FEDER (excluindo a componente contratualizada do Eixo 1)

3. A limitação do sistema de informação central do Programa (SIFEC) pode ser ilustrada pelo facto de apenas 57% dos projectos FEDER candidatos ao PORLVT terem indicadores associados e, destes, apenas 5% utilizarem mais do que um indicador. Esta situação limita a amplitude da análise, uma vez que grande parte dos indicadores inicialmente definidos são utilizados um número de vezes considerado insuficiente para “alimentar” a avaliação da eficiência, ou não foram, de todo, objecto de qualquer utilização. Esta limitação na análise da eficiência é evidenciada, de forma quantitativa, pelo facto de apenas um conjunto de 15 indicadores ter mais de 10 utilizações (ver Quadro 7-1) e, qualitativamente, pelo facto de estar longe de englobar os indicadores mais representativos do PO e com maior relevância para o desenvolvimento da análise da relação entre, por um lado, realizações e resultados e, por outro lado, os meios disponibilizados.

A análise de eficiência a desenvolver neste ponto está igualmente limitada em virtude do número reduzido de projectos do PO que já se encontram concluídos (apenas 9), o que levou a optar pela avaliação da eficiência em função dos valores aprovados e não dos valores relativos à execução. Esta opção tem consequência óbvias sobre as margens de confiança dos valores médios e variância das medidas de eficiência calculadas, uma vez que, entre os valores programados e a sua posterior execução, poderão surgir desvios de alguma dimensão.

Finalmente, a comparação da variabilidade dos custos médios dos 15 indicadores do PORLVT seleccionados para avaliação da eficiência face a outros Programas do QCA III, está igualmente limitada, como à frente se verá, pelo número reduzido de utilização daqueles 15 indicadores nos outros Programas.

4. O exercício de avaliação da eficiência, efectuado neste ponto, encontra-se organizado por indicador, procedendo-se não só à análise da distribuição intra-programa por medidas, bem

como, quando possível, à comparação da variabilidade dos custos médios programados do PORLVT face a outros Programas Operacionais (regionais ou sectoriais).¹

QUADRO 7-1 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1188588	Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito	55
1073023	Consumidores reconvertidos para gás natural - domésticos	29
1188613	Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	28
1188502	Ações de assistência técnica	25
1073067	Rede de distribuição de gás natural construída	20
1073024	Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais	20
1031022	Centros de saúde construídos	15
1167518	Intervenções integradas de renovação urbana	14
1073025	Consumidores reconvertidos para gás natural - terciários	14
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	13
1062554	Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	12
1157005	Ações de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	11
1073026	Contadores	11
1167522	Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	10
1146598	Estradas construídas/requalificadas	10

Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação do SIFEC.

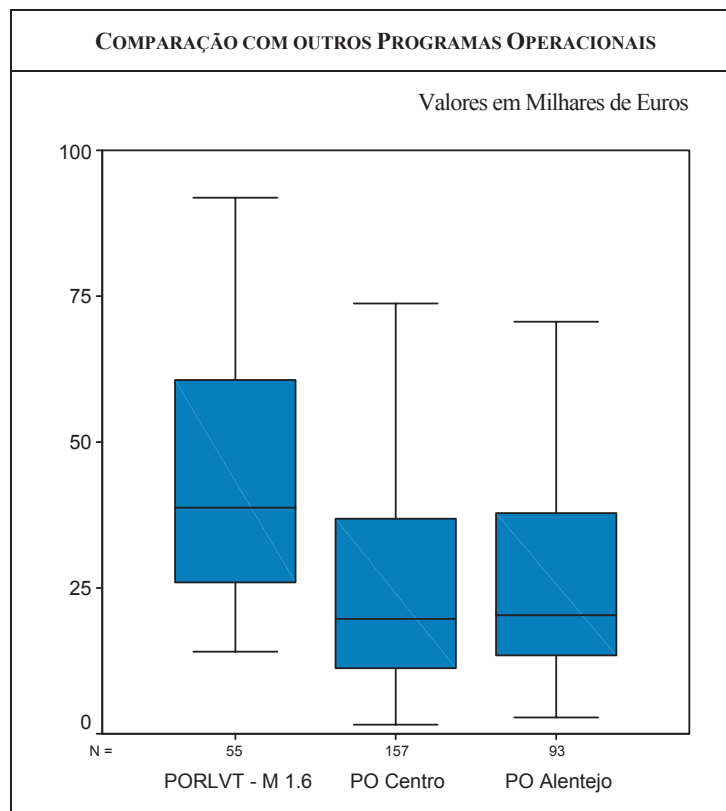
- Em termos globais, pode-se perceber na análise a seguir efectuada, que nos indicadores relacionados com a instalação da rede de gás natural, o Programa de Lisboa é bastante mais eficiente do que os outros Programas, nomeadamente o PO Centro, quer em termos de dispersão dos registos quer em termos de posicionamento dos custos. Esta conclusão pode resultar da maior densidade populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que permite obter grandes ganhos de escala nas reconversões de consumidores para gás natural, e na extensão da própria rede.
- Nos outros indicadores a tendência não é muito clara, existindo apenas um indicador em que os custos médios e a amplitude são similares entre Programas Operacionais Regionais e dois em que os valores relativos a custos médios no PORLVT são inferiores aos registados nos outros PO. Nos restantes indicadores, para os quais existem dados de registos nos outros PO, o Programa de Lisboa tem valores médios mais elevados do que os outros PO, nomeadamente os regionais.

¹ Note-se que a informação sobre os outros Programa refere-se a uma extracção do SIFEC do início de Agosto de 2003, uma vez que não foi possível obter junto da Gestão do QCA, até ao final de Outubro de uma nova extracção que permitisse actualizar a base de dados.

Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito

7. Tal como foi apresentado atrás, este indicador é aquele que apresenta maior número de registos na base de dados, apesar de apenas estar associado a uma medida do PORLVT (Medida 1.6). A análise da variabilidade dos valores dos empréstimos contratados (ver Gráfico 7-1) permite entender que o valor mediano dos projectos candidatos ao PORLVT se fixa em 38.776,7 Euros, importância claramente superior às medianas deste indicador nos Programas Operacionais do Centro e do Alentejo, de 19.760,6 Euros e 20.395,9 Euros, respectivamente. Aliás, mesmo com o menor número de projectos associados a este indicador, e com um valor mínimo bastante superior aos mínimos registados nos outros programas, o PORLVT é o Programa que apresenta a maior amplitude global da distribuição dos valores dos empréstimos. Conclui-se, então, que os valores dos empréstimos contratados são tendencialmente superiores no PORLVT, o que poderá estar associado a projectos apoiados de maior montante.

GRÁFICO 7-1 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EMPRÉSTIMO CONTRATADO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO”

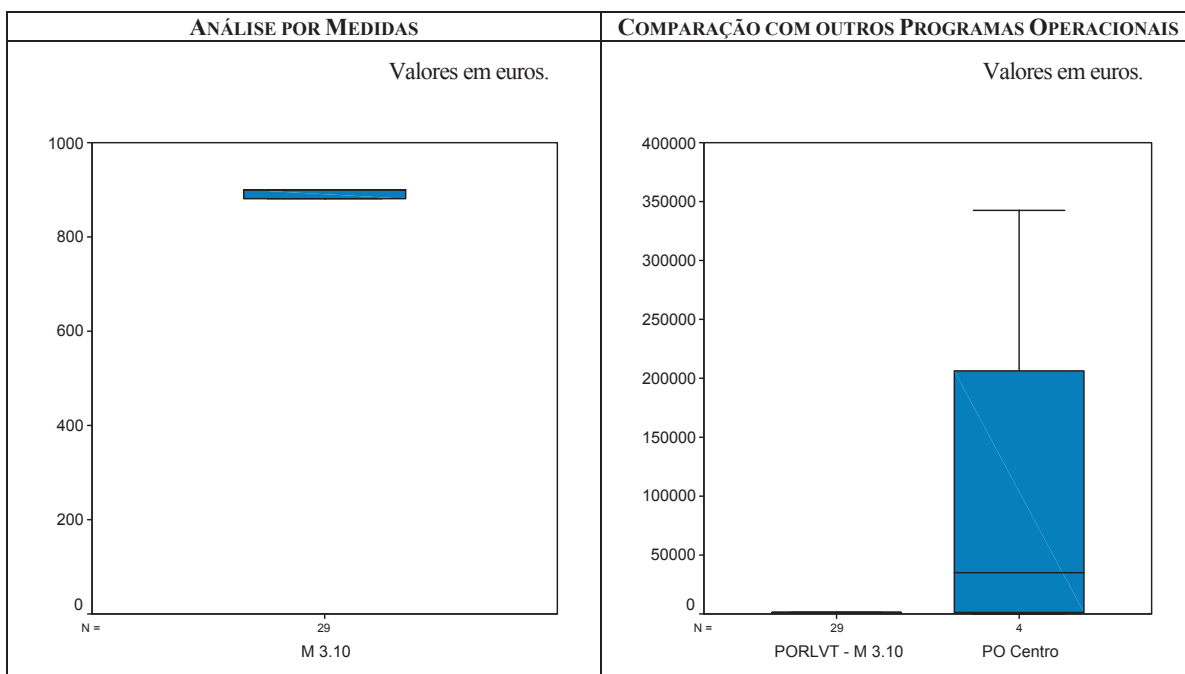


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos

8. Este indicador é o primeiro de um conjunto de cinco (1073023 – **Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos**; 1073024 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – industriais** ; 1073025 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários**; 1073026 – **Contadores**; 1073067 – **Rede de distribuição de gás natural construída**), todos eles associados aos projectos de expansão da rede de distribuição de gás natural, integrados na Medida 3.10 – “Economia” do PORLVT. É sobretudo neste tipo de projectos que existe mais de um indicador associado a cada projecto, justificando a diferença na Base de Dados entre o número de projectos (266 projectos) e número de utilizações da lista de indicadores apresentada acima (287 registos).

GRÁFICO 7-2 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – DOMÉSTICOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

9. Relativamente ao custo de reconversão de consumidores domésticos para a utilização de gás natural, o valor é muito concentrado em torno dos 900 Euros por consumidor, acentuando-se a concentração no sentido superior à mediana naquele valor. Neste indicador específico, os projectos ao Programa Operacional da RLVT parecem ser mais eficientes, nomeadamente quando comparados com os valores médios apresentados no PO Centro. No PO Centro, a mediana do custo de reconversão de um consumidor doméstico para gás natural é de 35.011,9 Euros, ou seja, aproximadamente trinta e nove vezes superior à Mediana apresentada pelos projectos da Região de Lisboa. A razão que justifica esta diferença poderá residir na maior

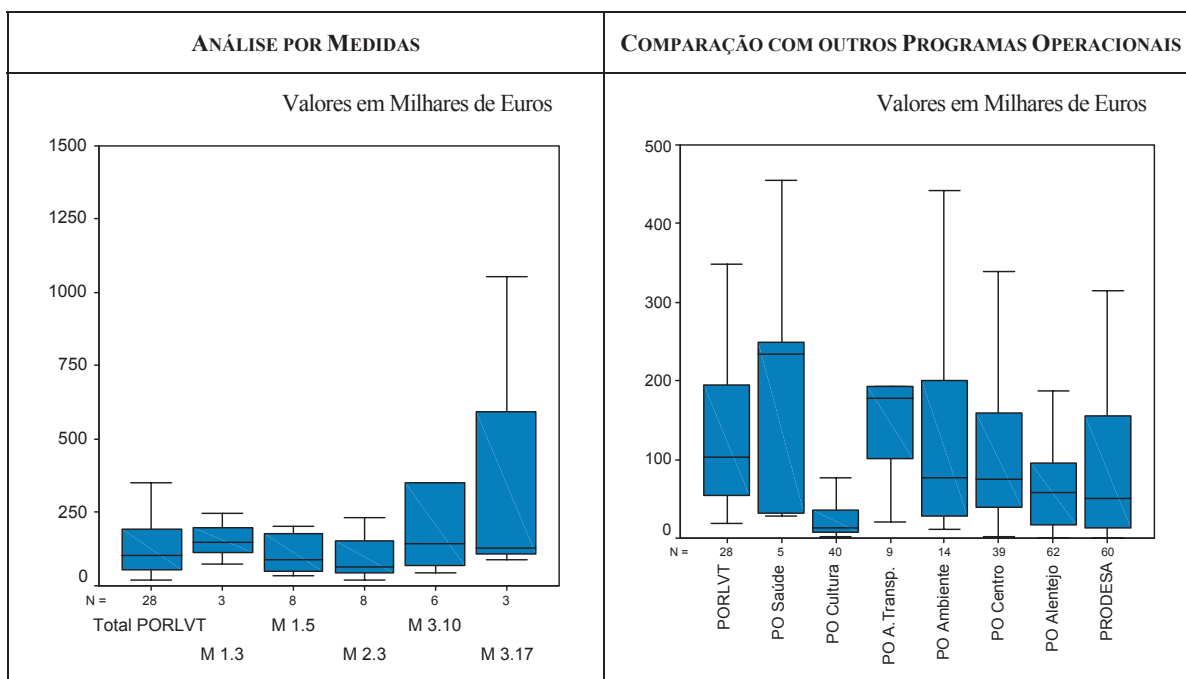
concentração populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que reduz os custos médios de conversão dos consumidores.

Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos

10. Neste indicador específico, a análise da eficiência em termos de custos dos projectos pode ser considerada um pouco desajustada, uma vez que não são tomadas em consideração as especificidades técnicas, a amplitude e o âmbito de cada um dos estudos apresentados nos projectos, sendo considerados ao mesmo nível projectos distintos como, planos estratégicos, projectos de arquitectura ou estudos de impacto de grandes infra-estruturas. Para comprovar a distinta tipologia de estudos enquadráveis neste indicador, refira-se que o mesmo está associado a cinco medidas diferentes, enquadráveis nos três Eixos Prioritários do PORLVT.

Não obstante aquela diversidade de estudos enquadráveis neste indicador, é possível verificar, numa análise comparativa por medidas, que não existem grandes discrepâncias nos custos dos estudos considerados, nomeadamente nas medidas em que se enquadram o maior número de projectos associados a este indicador – Medidas 1.5 e 2.3. Tendencialmente, os projectos enquadráveis naquelas medidas, bem como na Medida 1.3, apresentam custos mais concentrados, uma vez que apresentam menores amplitudes interquartis do que as medidas do Eixo Prioritário 3. É, aliás, uma dessas medidas, Medida 3.17 - “Acessibilidades e Transportes”, a que apresenta a maior amplitude na metade superior dos projectos, ainda que apenas se considerem nesta medida 3 registos.

GRÁFICO 7-3 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTUDOS/PROJECTOS TÉCNICOS/DIAGNÓSTICOS/PLANOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

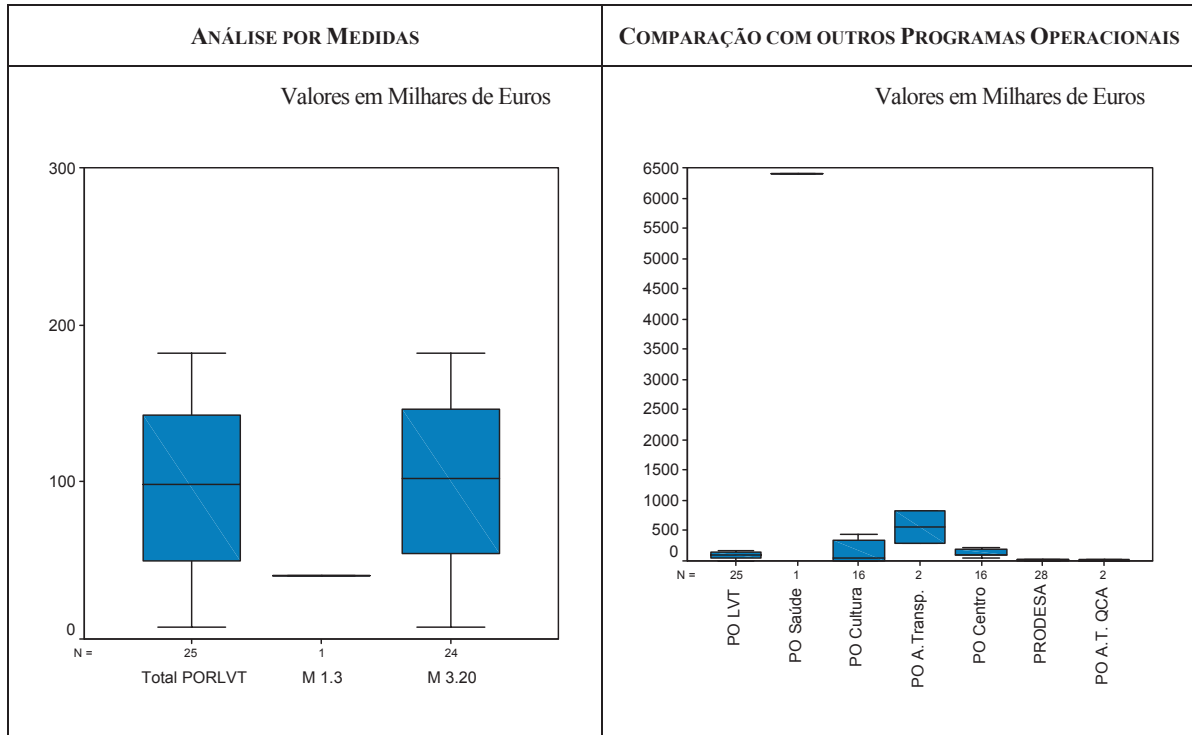
11. A comparação da dispersão dos custos destes estudos no PORLVT com os outros Programas Operacionais Regionais permite concluir que, relativamente a este indicador, os custos não variam muito de Programa para Programa. A excepção é o PO Alentejo que, embora mantendo a metade inferior dos seus 62 projectos em valores comparáveis aos dos outros Programas, tem uma amplitude da metade superior dos projectos bastante inferior à do PORLVT, PO Centro e PRODESA.

Relativamente à comparação com outros Programas Operacionais Sectoriais, a heterogeneidade é superior, quer pela maior concentração dos custos dos estudos do PO Cultura e PO Acessibilidades e Transportes, quer pela situação inversa no PO Saúde e PO Ambiente.

Acções de assistência técnica

12. Apesar da relevância deste indicador, o mesmo não permite avaliar a eficiência das acções de assistência técnica, uma vez que os projectos que utilizam este indicador podem ser apresentados com periodicidade distinta (por exemplo anual ou semestral) e com âmbitos de assistência técnica bastante díspares (por sub-regiões, medidas ou eixos transversais). Nesse sentido, apenas se pode fazer uma comparação descritiva da dimensão dos projectos considerados.

GRÁFICO 7-4 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

13. A análise por medida permite entender que a grande maioria dos projectos associados a este indicador se enquadram, como seria de esperar, na Medida 3.20. Existe apenas um único registo deste indicador, num projecto enquadrado na Medida 1.3 – “Capacidade Institucional Regional”. Dadas as distinções que poderão existir nos diversos projectos, a amplitude global dos registos deste indicador no PORLVT é de 173,7 milhares de Euros. Ainda assim, e à excepção do PRODESA e do PO de Assistência Técnica ao QCA III, os projectos de assistência técnica enquadrados no PORLVT são os que aparecem como sendo os que têm um menor valor. Tendo em consideração as ressalvas acima mencionadas, o Programa que apresenta um maior nível de eficiência neste indicador é o PRODESA. O exemplo mais claro dos possíveis diferenciais está associado ao projecto do PO Saúde, que agrega toda a assistência técnica desse Programa, num único registo com um valor de 6,4 milhões de Euros.

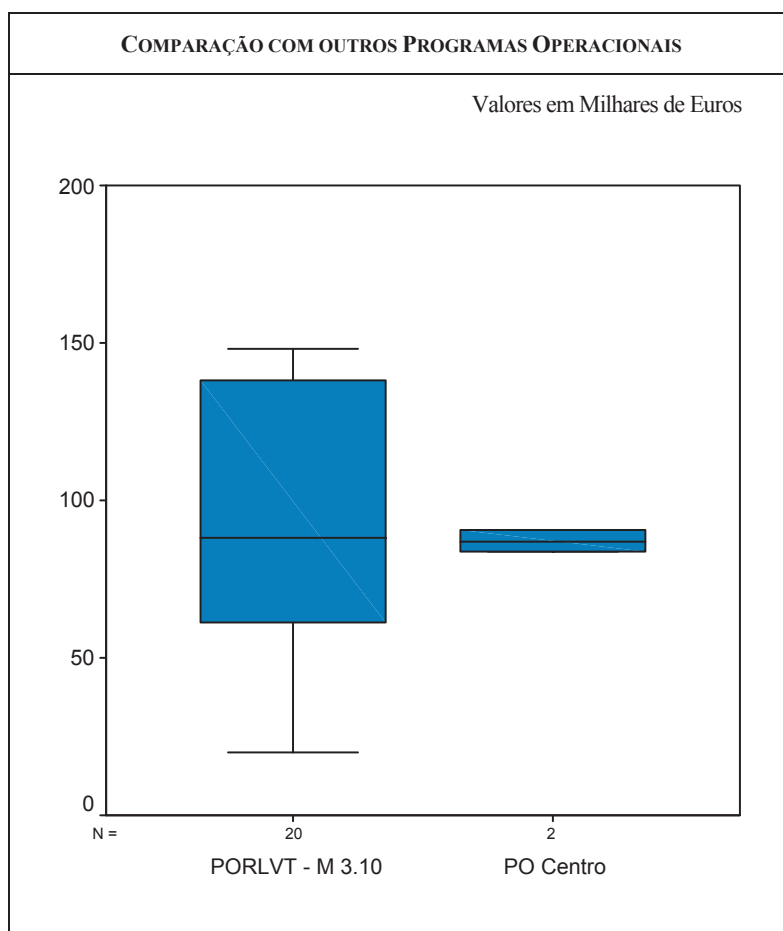
Rede de distribuições de gás natural construída

14. Sendo este indicador um dos que está relacionado com a consolidação da rede de gás natural, enquadráveis na Medida 3.10 – “Economia”, constata-se um registo de 20 projectos no PO da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com um custo médio por Km de rede construída a variar entre

20.232,3 Euros e 147.919,7 Euros (ver Gráfico 7-5), pode-se admitir que essa distribuição de valores é normal, se se tiver em consideração que os custos de instalação da rede variam de acordo com a dimensão das condutas consideradas em cada um dos projectos específicos. Esta conclusão resulta da observação dos custos de referência que são definidos no Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para os sistemas de abastecimento de água, e que pode ser considerada como válida dada a similitude com a rede de abastecimento de gás natural.

15. Em termos comparativos, a dispersão deste tipo de projecto no PORLVT é bastante superior à que se verifica no PO Centro, mas estas conclusões podem ser encaradas como abusivas se se considerar que na Região Centro apenas constam dois projectos com registo neste indicador. Ainda assim, o custo mediano também é similar, pelo que não se podem identificar grandes distinções nos registos daqueles Programas Operacionais.

GRÁFICO 7-5 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DISTRIBUIÇÕES DE GÁS NATURAL CONSTRUÍDA”

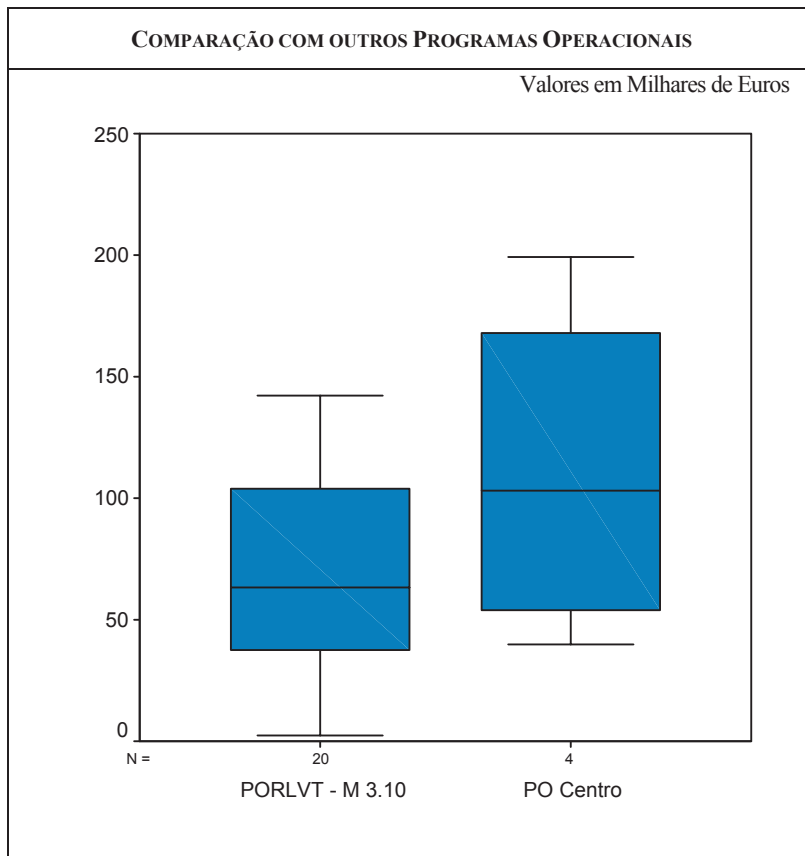


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais

16. Contrariamente ao indicador relativo aos “Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos”, o custo de reconversão de consumidores industriais para gás natural é bastante dispar, sendo o intervalo interquartis de 69.490,8 Euros, o que se pode explicar pela localização periférica, logo tendencialmente com custos mais elevados, de algumas unidades industriais na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Ainda assim, e tal como tinha acontecido com o indicador relativo aos consumidores domésticos, o Programa de Lisboa é mais eficiente que o PO Centro, quer em termos de dispersão (sendo o intervalo interquartis do PO Centro de 136.918,7 Euros), quer em termos de custos, uma vez que o mínimo do PO Centro é superior ao 1º Quartil do PORLVT.

GRÁFICO 7-6 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL - INDUSTRIAIS”



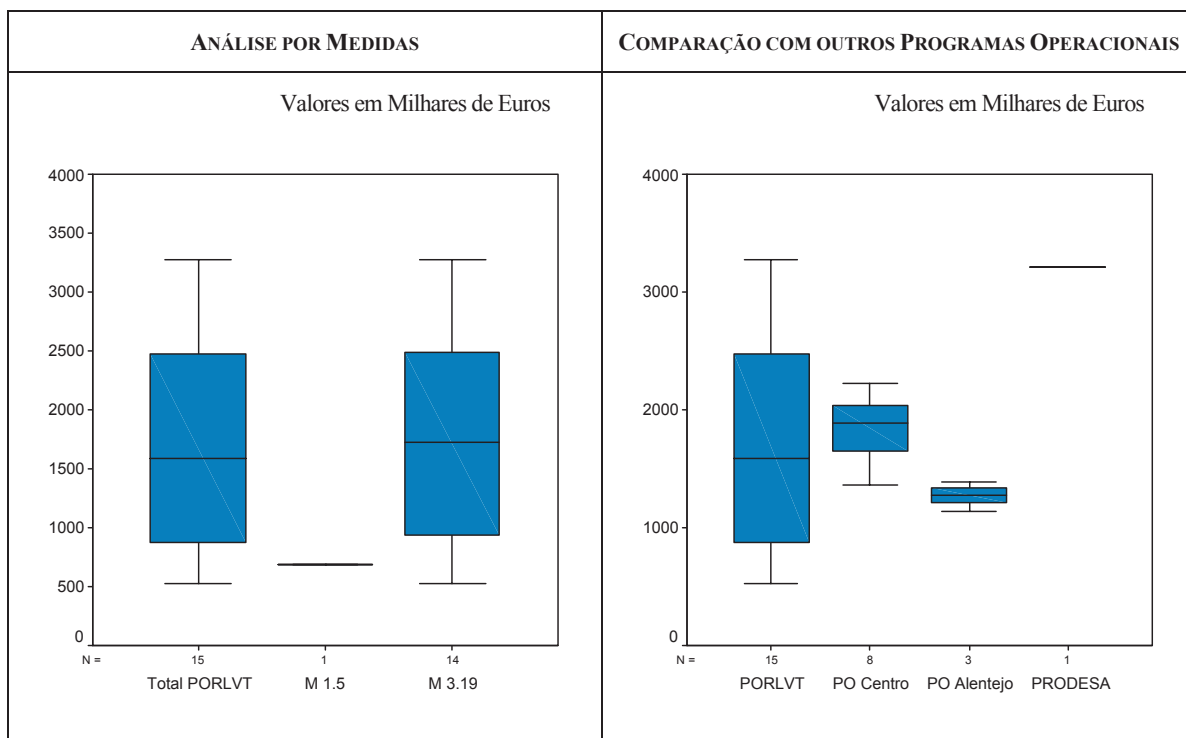
Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Não se pode, contudo, negligenciar o facto de, no PO Centro, apenas serem considerados quatro projectos, situação que pode, de alguma forma, dificultar uma generalização.

Centros de Saúde construídos

17. Pela observação do Gráfico 7-7 verifica-se que os custos dos projectos de construção de Centros de Saúde na Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam uma grande dispersão (sendo a amplitude total de 2.755.658,9 Euros), nomeadamente quando comparados com os projectos de construção de Centros de Saúde na Região Centro (amplitude total de 864.382,1 Euros) e Alentejo (amplitude total de 252.737,2 Euros). O PRODESA apenas regista um único projecto de construção de um Centro de Saúde, mas o seu custo é pouco inferior ao custo máximo dos projectos do PORLVT. Ainda assim, em termos do custo mediano, o PORLVT fixa-se em 1.583.440 Euros, enquanto que o PO Centro tem um valor superior de 1.893.157,5 Euros e o PO Alentejo inferior, de 1.278.164,6 Euros.

GRÁFICO 7-7 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CENTROS DE SAÚDE CONSTRUÍDOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

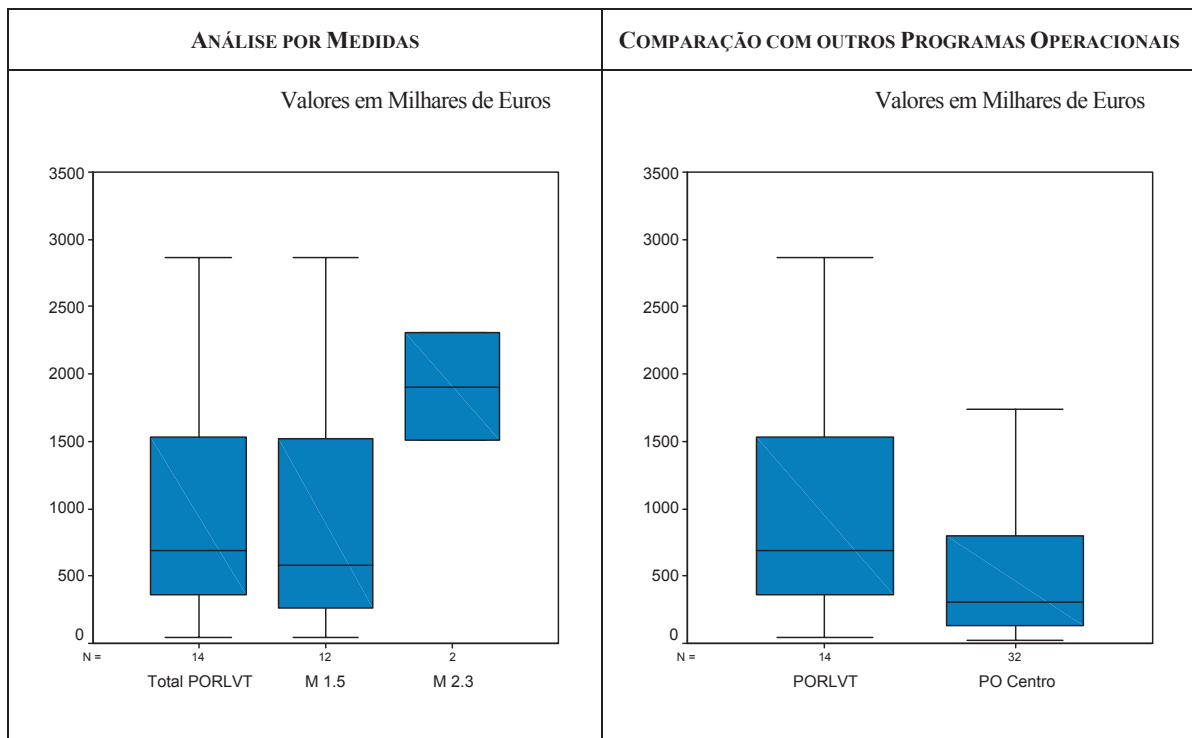
18. A análise da eficiência deste indicador por medidas não é muito diferente dos valores gerais para o total do PORLVT, uma vez que dos 15 registos de projectos que utilizam este indicador, apenas um se enquadra na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e todos os outros na Medida 3.19 – “Saúde”. Sendo o valor do projecto enquadrado na Medida 1.5

inferior ao primeiro quartil da distribuição dos projectos na Medida 3.19, resulta que desta última Medida para o PORLVT total apenas se altera a mediana e a amplitude interquartis.

Intervenções integradas de renovação urbana

19. Resultando sobretudo de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “ Acções Específicas de Valorização Territorial”, este indicador tem uma dispersão significativa para o número de registos apresentado, sendo a amplitude entre o valor mínimo (39.916 Euros) e o valor máximo (2.863.100 Euros) bastante elevada. Comparativamente ao outro PO onde existem registos neste indicador, o PO Centro, a eficiência do Programa de Lisboa parece ser inferior, uma vez que para um total de 32 projectos, o PO Centro tem um custo mínimo inferior e um custo máximo pouco superior ao terceiro quartil do PORLVT. Ainda assim, é relevante ter em consideração que a extensão dos projectos com registos neste indicador poderá ser muito distinta, logo também os respectivos custos associados, tendo esse facto implicações na eficiência do indicador.

GRÁFICO 7-8 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES INTEGRADAS DE RENOVAÇÃO URBANA”

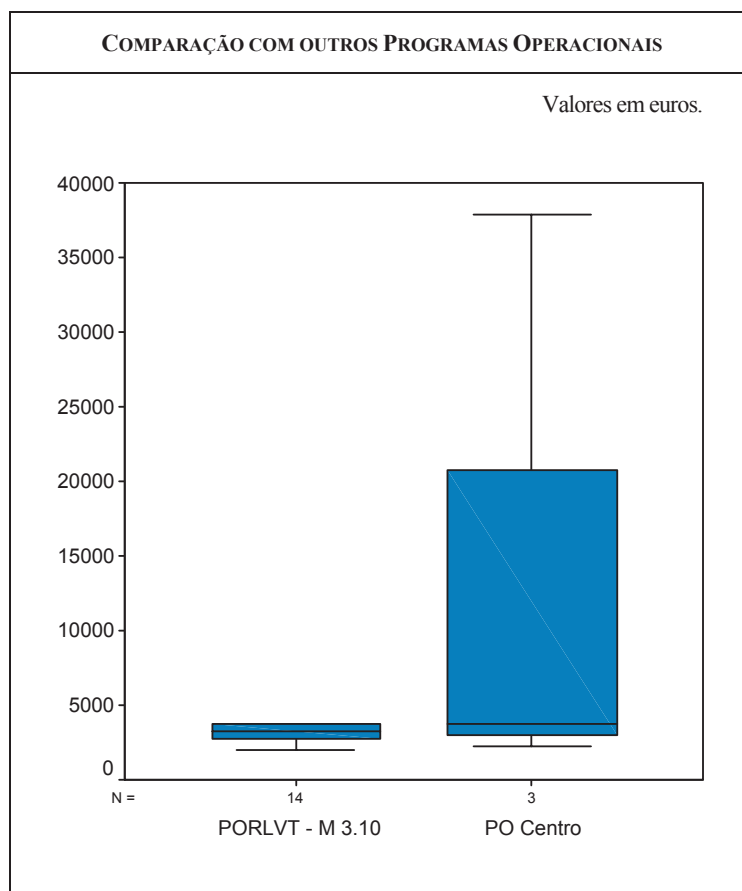


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários

20. Neste indicador, e ainda que se deva ter em consideração o reduzido número de registos enquadráveis no PO Centro, Lisboa é bastante mais eficiente, uma vez que o custo máximo de reconversão de um consumidor terciário em gás natural é de apenas 3.750 Euros, face ao 32.852 Euros registados num projecto do PO Centro. Por outro lado, as amplitudes global e interquartis dos projectos candidatos ao PORLVT também são inferiores, o que para aquele número de projectos é revelador da condensação dos custos.

GRÁFICO 7-9 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – TERCIÁRIOS”

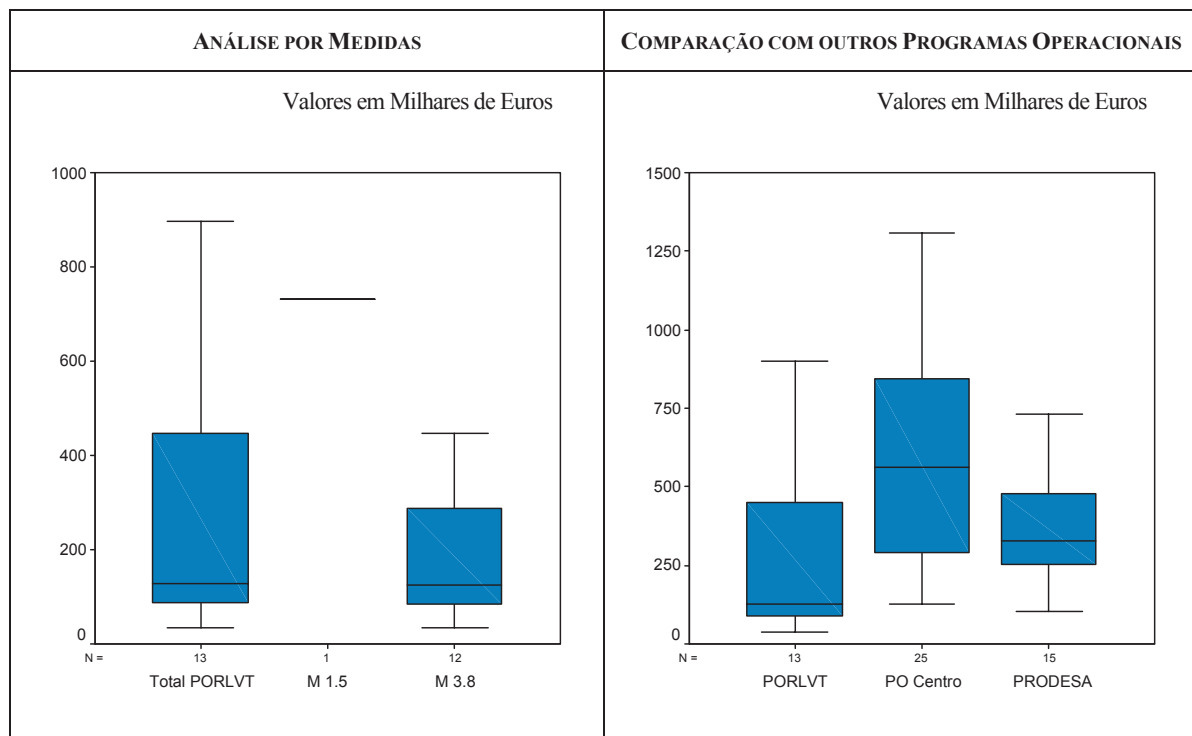


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas

21. Os projectos com registo neste indicador são enquadráveis, na sua maioria, na Medida 3.8 – “Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, havendo apenas um único registo na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”. A dispersão dos projectos permite obter uma amplitude total de 862,65 mil euros, e que poderá resultar da profundidade das intervenções efectuadas, e da dimensão das próprias escolas intervencionadas.
22. Relativamente ao posicionamento face aos projectos similares do PO Centro, Lisboa parece apresentar um maior grau de eficiência, uma vez que os custos médios das obras são genericamente menores, ainda que o número total de projectos seja aproximadamente metade dos registados no PO Centro. Quando a comparação se reporta ao PRODESA, as conclusões são distintas, uma vez que aqueles projectos têm uma menor amplitude de dispersão, ainda que o mínimo no PRODESA seja superior ao registado no PORLVT. Não obstante, o valor mediano do PORLVT é o menor (126,7 mil Euros), face ao custo mediano de 563,9 mil Euros dos registos do PO Centro e de 326,1 mil Euros dos projectos enquadrados no PRODESA.

GRÁFICO 7-10 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

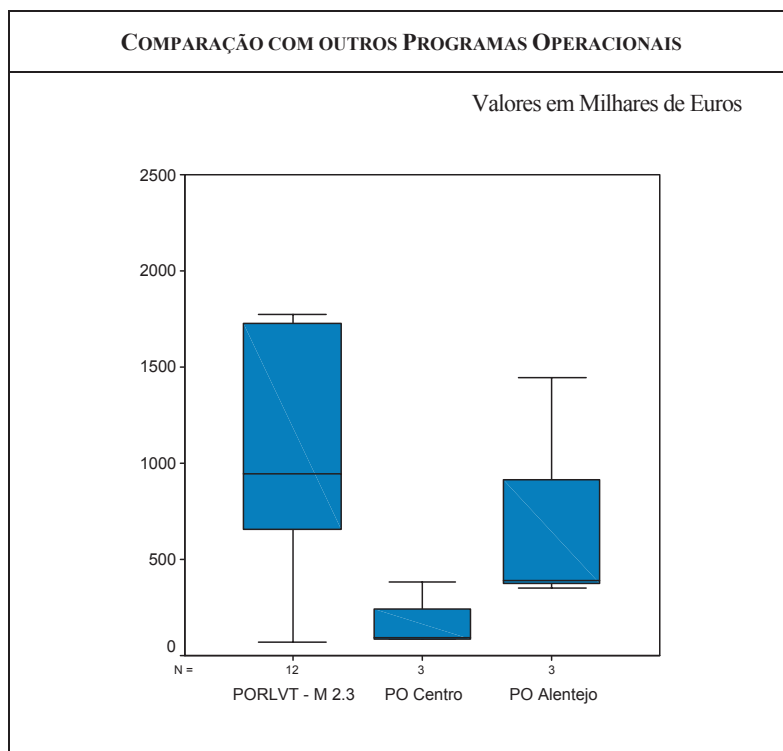


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico

- 23. Tendo este indicador todos os 12 registos na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, apresenta uma distribuição bastante assimétrica numa amplitude total de 1.702.959,5 Euros, com a dispersão a ser mais acentuada abaixo do primeiro quartil, e nos 25% de observações acima da mediana. Em contrapartida, os 25% superiores tem uma amplitude de apenas 44.123,6 Euros.
- 24. A comparação inter-programas, permite entender os projectos do PORLVT como sendo os menos eficientes, uma vez que os registos neste indicador no PO Centro e PO Alentejo têm amplitudes bastante inferiores, embora, tal como já aconteceu noutros indicadores, o número de registos daqueles Programas de referência seja muito inferior.

GRÁFICO 7-11 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO”

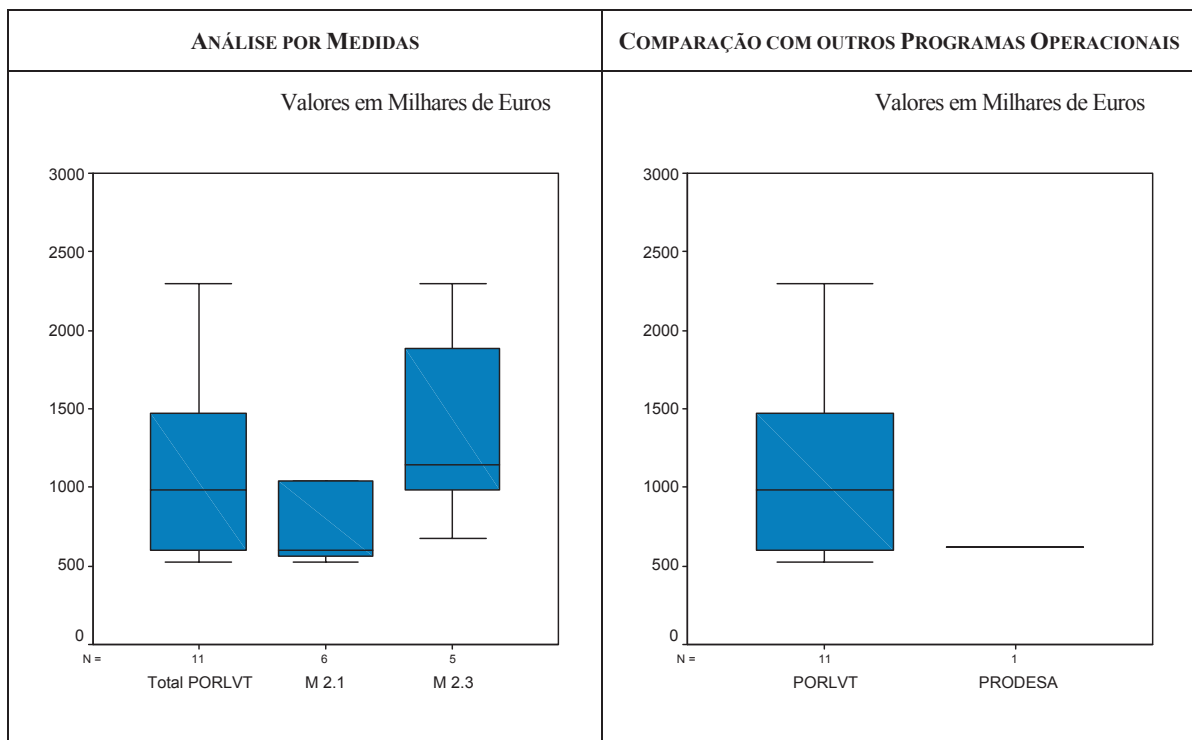


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

25. Neste indicador é possível distinguir de forma bastante clara que os projectos enquadrados na Medida 2.1 – “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial” têm custos genericamente inferiores aos que se registam nos projectos enquadráveis na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, resultado das grandes intervenções ambientais e paisagísticas que estão a ser executadas no Vale do Tejo, a fim de o orientar cada vez mais para uma lógica de espaço de turismo e lazer. Desta situação resulta que o custo mediano das intervenções é de 984,1 mil Euros, numa amplitude global de 1.776,2 mil Euros. A referência comparativa com outros programas, é um único projecto do PRODESA, pelo que não é possível tirar grandes ilações.

GRÁFICO 7-12 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

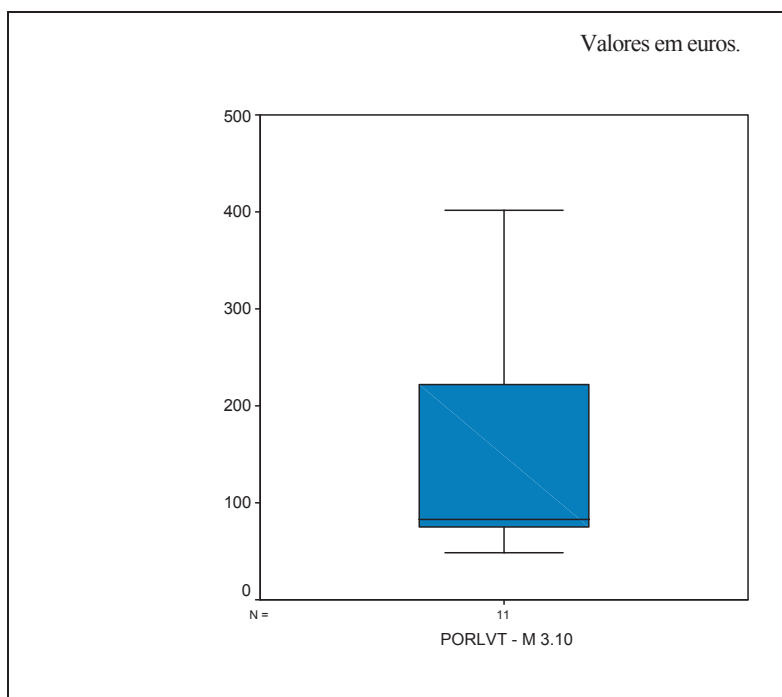


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Contadores

26. Pertencendo este indicador ao grupo de indicadores associados à instalação da rede de gás natural (enquadrados na Medida 3.10 – “Economia”), importa perceber que este é o que apresenta menor número de registos (11 projectos), sendo um indicador apenas utilizado no PORLVT. Com a mediana nos 82,4 Euros, a dispersão do custo de instalação dos contadores é relativamente grande, ainda que essa dispersão não seja homogénea, uma vez que a amplitude dos 50% dos projectos inferiores é de 33,6 Euros, enquanto que a amplitude dos 50% superiores é de 319 Euros. Este ordenamento pode ser explicado por se contar da mesma forma um contador instalado num consumidor doméstico ou num consumidor industrial, sendo as características do contador, da instalação e do próprio serviço bastante distintas.

GRÁFICO 7-13 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONTADORES”

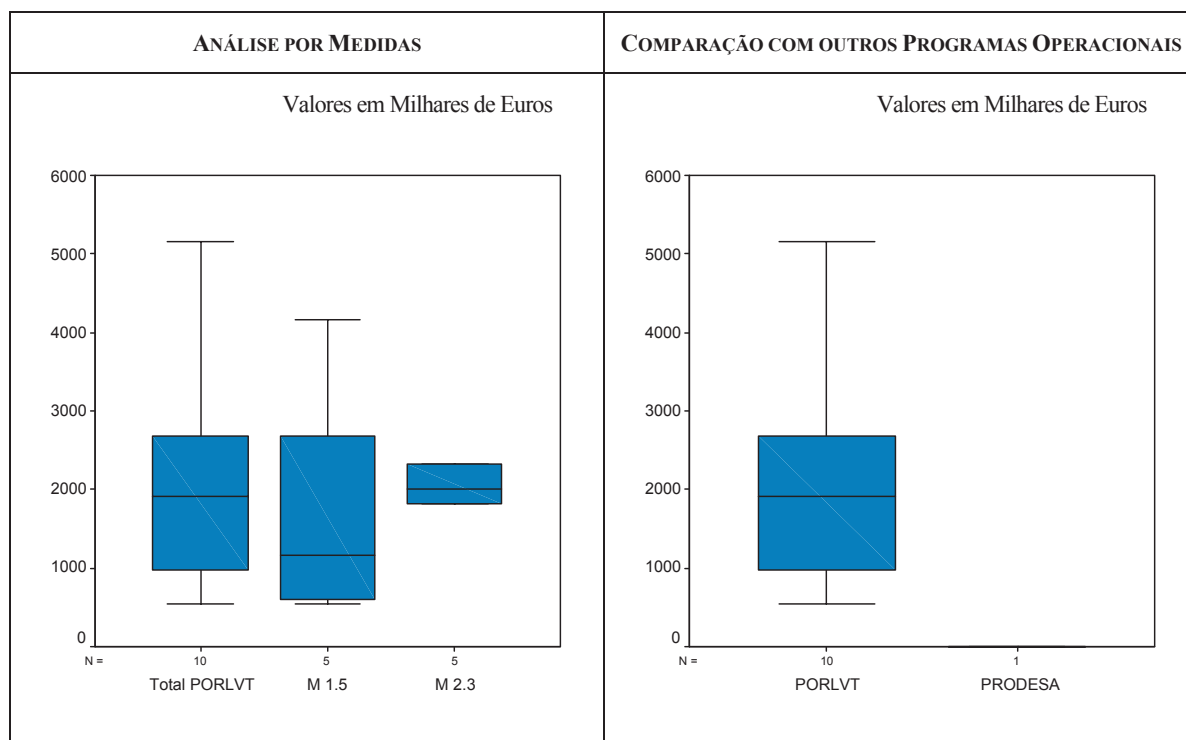


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados

27. Com o número de referências definido como mínimo, este indicador tem metade dos registos de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e a outra metade na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”. O valor mediano para o total do PORLVT é de 1.907,6 mil Euros, valor muito próximo da mediana dos projectos relativos à Medida 2.3. A comparação ao único projecto do PRODESA com um valor extremamente baixo, não permite fazer qualquer análise de eficiência comparativa.

GRÁFICO 7-14 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA, APOIADOS”

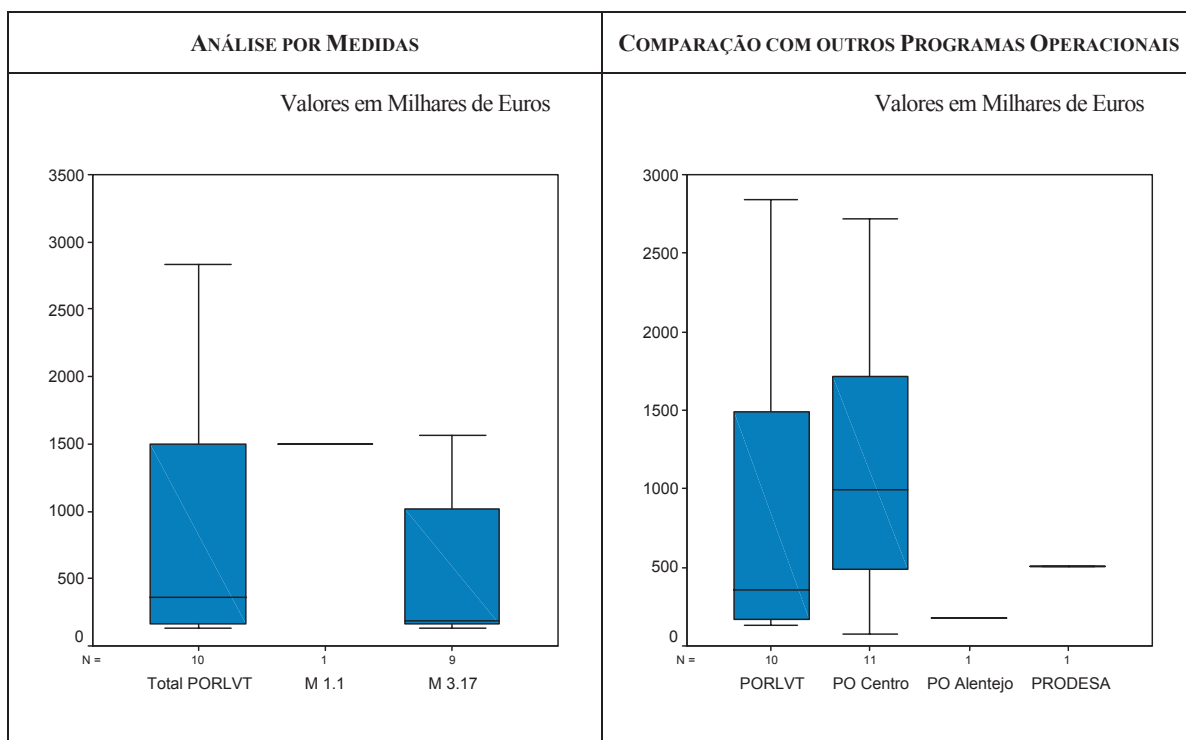


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Estradas construídas/requalificadas

28. A avaliação do custo de cada Km de estrada construída ou requalificada permite, desde logo, conjecturar valores distintos pelo facto de, no mesmo indicador, se considerar a construção de estradas e a requalificação de outras. É também esta a conclusão que se tira pela análise do já referido Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que embora tenha definidos custos máximos de referência para a construção ou reabilitação de vias de comunicação, não permite aferir a adequação dos valores nestes projectos, por falta da informação necessária à classificação do tipo de obra executada. Ainda assim, é possível verificar que a amplitude de preços registada se enquadra no intervalo definido no Despacho acima.
29. Comparativamente aos projectos dos outros Programas Operacionais, é possível verificar que a dispersão dos projectos e os respectivos custos médios por Km, não variam muito de programa para programa, tendo em conta sobretudo os valores apresentados no PO Centro, e uma vez que apenas existe um registo no PO Alentejo e um outro no PRODESA.

GRÁFICO 7-15 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTRADAS CONSTRUÍDAS/REQUALIFICADAS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

7.1.2. Avaliação das Medidas Contratualizadas do Eixo 1

30. Esta segunda base de dados é utilizada porque não foi disponibilizada, até ao fecho deste relatório, uma nova versão mais actualizada da base de dados trabalhada no Relatório Final Preliminar e que foi apresentada no ponto anterior, quer para os projectos do PORLVT, quer para os projectos dos restantes programas regionais e sectoriais.

Para além disso, a utilização desta base de dados autónoma de indicadores das medidas contratualizadas (Medidas 1.1, 1.2 e parte da Medida 1.3) justifica-se pelo facto destes dados ainda não terem sido exportados para a base do SIFEC, constituindo esta análise uma tentativa de ultrapassar a falha de projectos relativos a estas medidas na base analisada no ponto anterior.

31. Tal como na base de dados anterior, foram seleccionados para a análise apenas os indicadores que tinham mais de 10 utilizações, resultando num conjunto de 11 indicadores que, tal como se pode verificar no Quadro 7-2, e à excepção de dois indicadores, especificamente os indicadores “Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística” e “Escolas do ensino básico remodeladas/ ampliadas”, é diferente do conjunto analisado anteriormente. Para estes indicadores a análise irá incidir sobre um total de 231 projectos, sendo que apenas 3% dos projectos apresentam registos em mais de um indicador.

QUADRO 7-2 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1146670	Rede viária municipal beneficiada	50
1157260	Rede de drenagem de águas residuais construída	38
1167516	Intervenções de renovação urbana	34
1157005	Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	28
1010059	Escolas do ensino básico construídas	20
1104527	Equipamentos de lazer e desportivos construídos	13
1157262	Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	13
1146672	Rede viária municipal construída	12
1157250	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada	11
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	10
1157254	Rede de abastecimento de água: conduta adutora	10

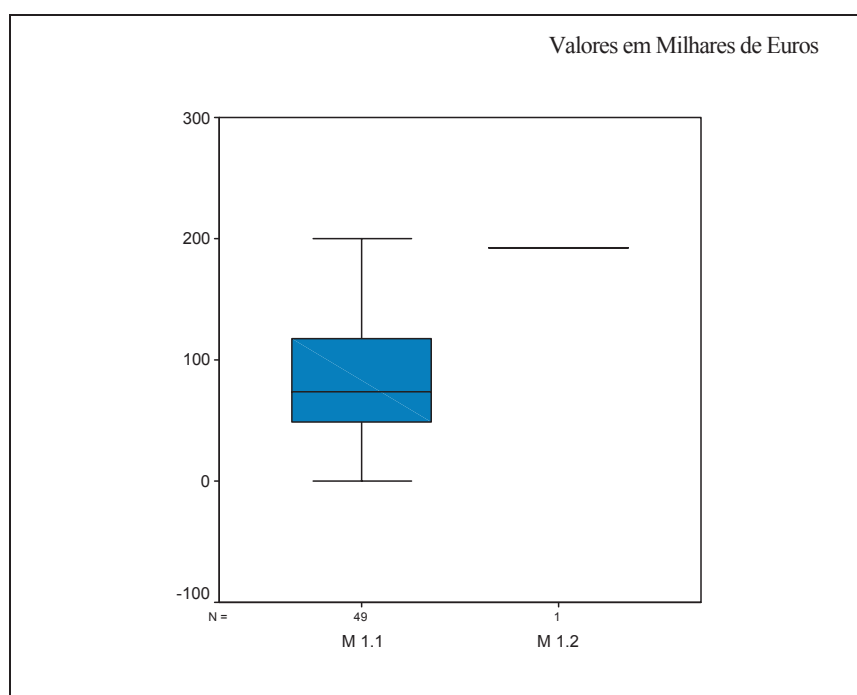
Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

32. Tal como se tinha efectuado no ponto anterior, este ponto encontra-se organizado por indicador, procedendo-se à análise da variabilidade dos custos médios e, quando possível, por medidas.

Rede Viária Municipal Beneficiada

33. Sendo este indicador o que maior número de registos apresenta (50 registos), tem 49 registos na Medida 1.1 – “Acessibilidades e Equipamento”s e um único registo na Medida 1.2 – “Valorização Ambiental e Patrimonial”, prevendo estes projectos a beneficiação total de 10.780 Km de vias municipais. Os custos de beneficiação, por Km, de Rede Viária Municipal têm uma mediana e uma média de 74,4 e 154,2 milhares de euros, respectivamente, e uma amplitude interquartis de 76,5 milhares de euros. Pelo facto da média ser superior à mediana, pode-se concluir que a metade superior dos projectos apresenta uma dispersão de custos de projectos bastante superior à metade inferior, contudo em termos comparativos com os restantes indicadores analisados no presente ponto, este é o indicador que menor amplitude e valores absolutos apresenta.

GRÁFICO 7-16 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL BENEFICIADA”

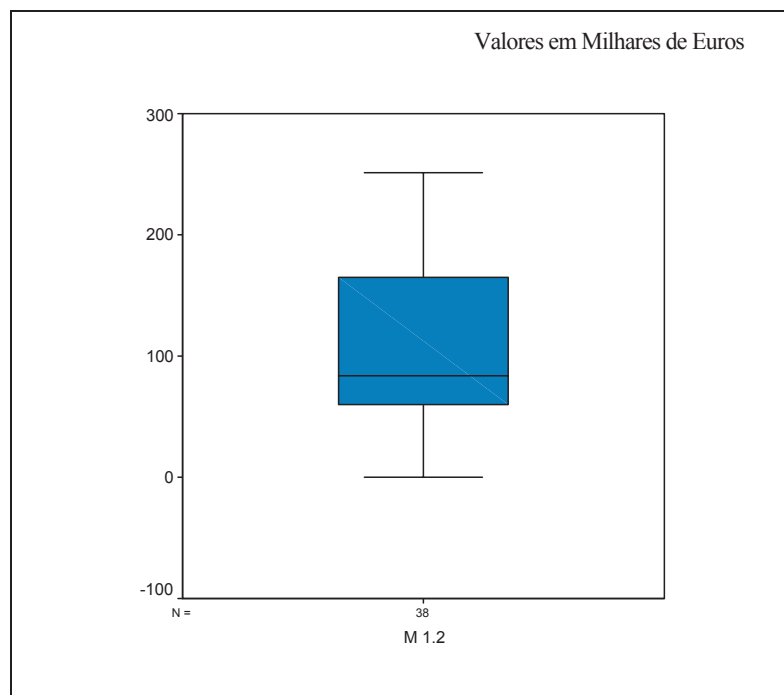


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de drenagem de águas residuais construída

34. Os 38 projectos considerados neste indicador prevêem a construção de 386 Km de rede de drenagem de águas residuais, e estão associados à Medida 1.2 do Programa. O custo médio de construção por Km linear é de 161,7 milhares de euros e o valor da mediana é de 83,8 milhares de euros, o que se traduz na maior mediana apresentada pela distribuição de projectos associada a indicadores relacionados com a rede de águas.

GRÁFICO 7-17 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS CONSTRUÍDA”

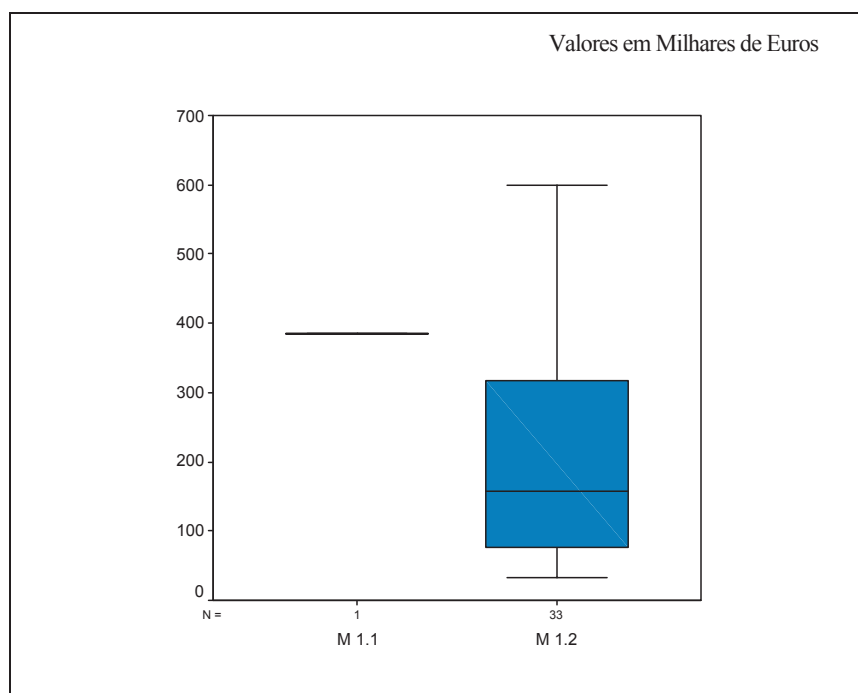


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Intervenções de Renovação Urbana

35. Com 34 registos, este indicador pretende fazer 177 intervenções associadas à renovação urbana, a maioria associadas à Medida 1.2 – “Valorização ambiental e patrimonial”. Com uma distribuição de valores médios por intervenção efectuada relativamente discretos este indicador apresenta uma amplitude interquartis no valor de 294,3 milhares de euros e um valor mediano de 178,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-18 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA”

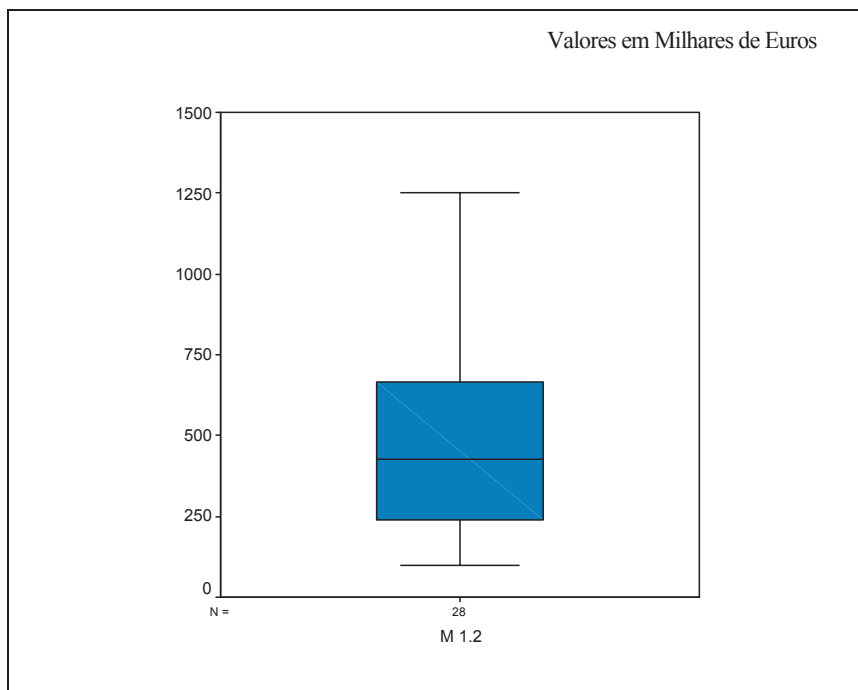


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

36. Sendo um dos indicadores com maior número de registos (28), estes projectos prevêem a concretização de 73 acções de qualificação ou reabilitação ambiental e paisagística, apresentando um custo médio por acção de 706,7 milhares de euros. A distribuição deste indicador mostra-se bastante ampla, uma vez que se se considerassem os casos extremos e os *outliers*, a amplitude global seria de 6.540,6 milhares de euros, o que demonstra a diversidade e grandeza de projectos considerados neste indicador. Não obstante, excluindo os casos extremos e os *outliers*, a amplitude interquartis reduz-se para valores mais normais, de 438,6 milhares de euros, e mediana fixa-se em 427,2 milhares de euros.

GRÁFICO 7-19 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

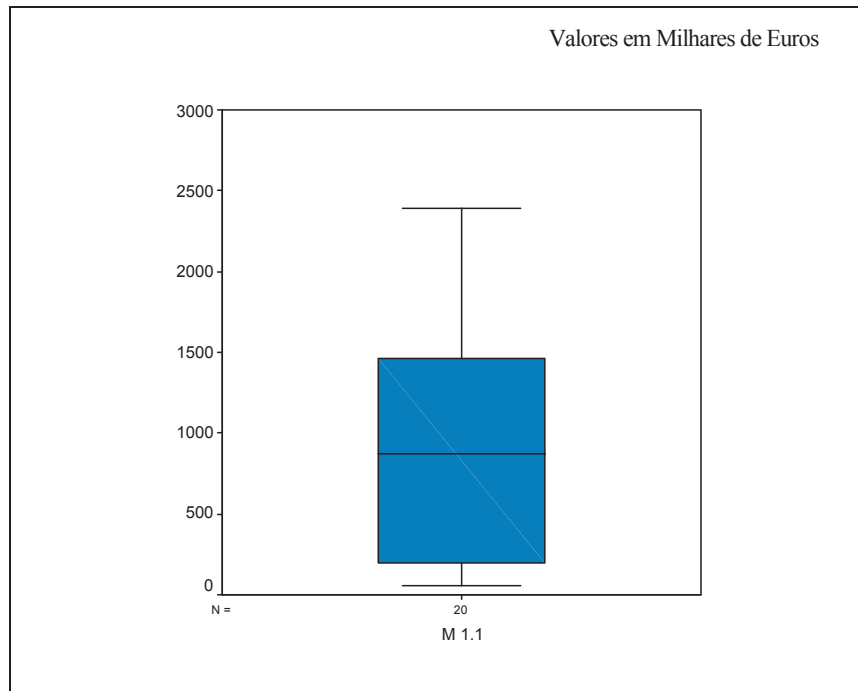


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas de Ensino Básico Construídas

37. Ainda que este indicador apenas tenha 20 registos, é o que, por comparação com a distribuição dos custos dos projectos registados nos outros indicadores, apresenta maior amplitude global. A amplitude interquartis, é igualmente a maior, no valor de 1.278,6 milhares de euros, bem como a média e a mediana, que registam os valores de 978,5 e 876,1 milhares de euros, respectivamente.

GRÁFICO 7-20 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO CONSTRUIDAS”

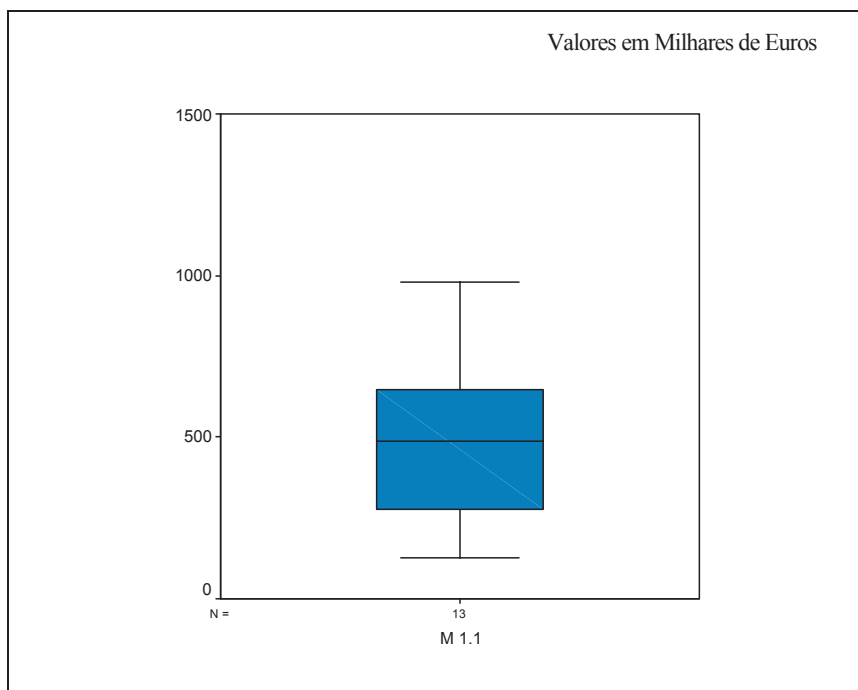


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Equipamentos de Lazer e Desportivos Construídos

38. Estando todos os projectos (13 registos) considerados neste indicador associados à Medida 1.1 – “Acessibilidade e Equipamentos”, este indicador prevê a construção de 20 equipamentos de desporto e lazer. Os custos médios apresentados por equipamento considerado são de 766,8 milhares de euros e a mediana é de 485,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-21 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EQUIPAMENTOS DE LAZER E DESPORTIVOS CONSTRUÍDOS”

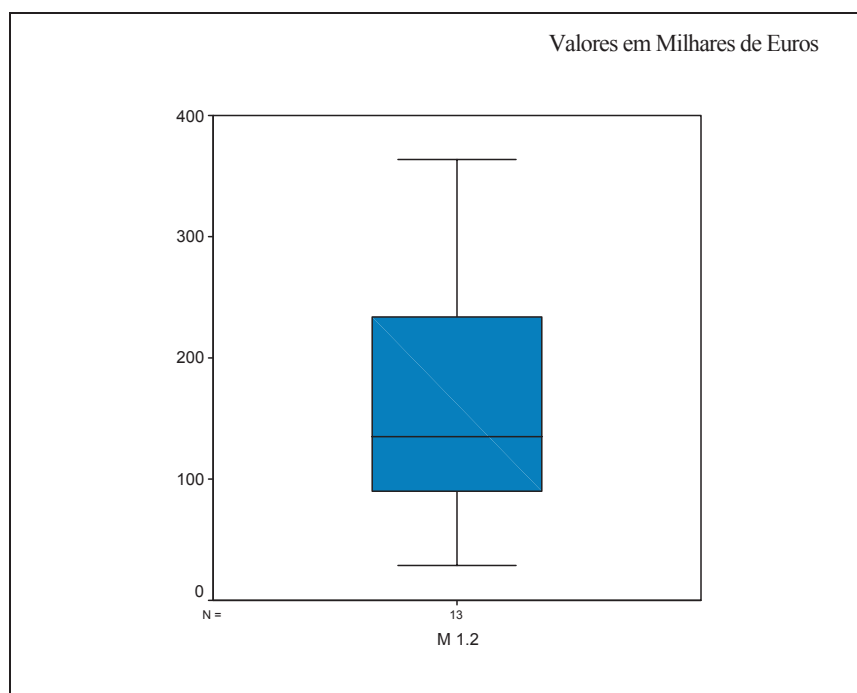


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de Drenagem de Águas Residuais Remodelada/Ampliada

39. Os projectos considerados neste indicador pressupõem a intervenção num total de 45 Km de rede de drenagem de águas residuais. O custo médio por Km será de 180,1 milhares de euros e a mediana será de 135,4 milhares de euros. Sendo, dos 11 indicadores analisados neste ponto, o que apresenta a segunda distribuição menos ampla, este indicador apresenta uma amplitude interquartis de 171 milhares de euros.

GRÁFICO 7-22 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS REMODELADA/AMPLIADA”

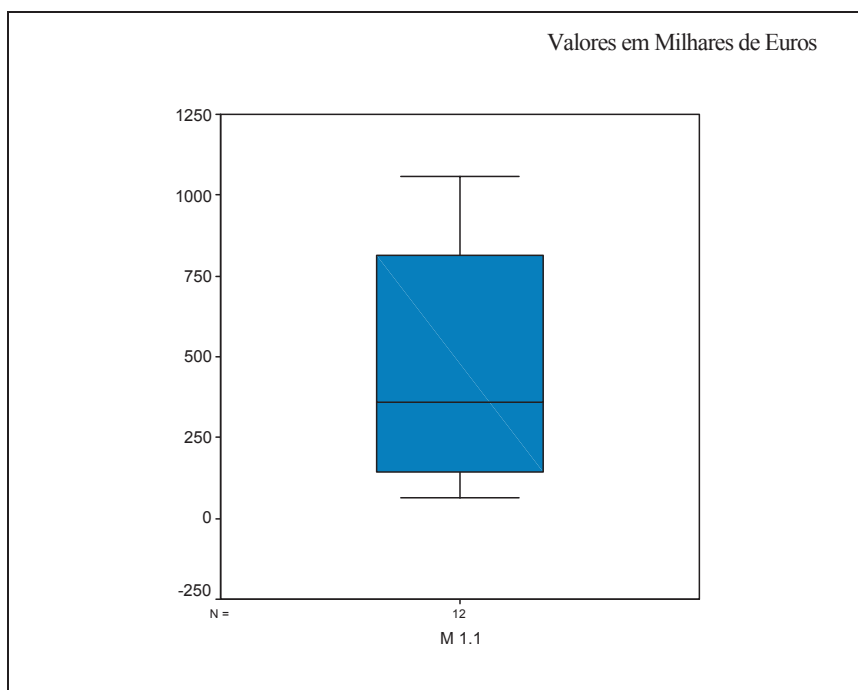


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede Viária Municipal Construída

40. Comparativamente com a distribuição do indicador relativo à “Rede Viária Municipal Beneficiada”, este indicador apresenta, como seria de esperar, valores muito superiores, mesmo com um número de projectos inferior (12 projectos) que prevêem, no total, a construção de 93 Km de novas vias municipais. A mediana do custo do Km de rede construída, no valor de 359 milhares de euros, é aliás, bastante superior ao valor máximo apresentado pelo indicador associado à beneficiação das vias municipais. Em média a construção de um novo Km de via municipal custou 543,9 milhares de euros, ainda que a variabilidade seja algo elevada, uma vez que a amplitude interquartis é de 722,8 milhares de euros.

GRÁFICO 7-23 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL CONSTRUÍDA”

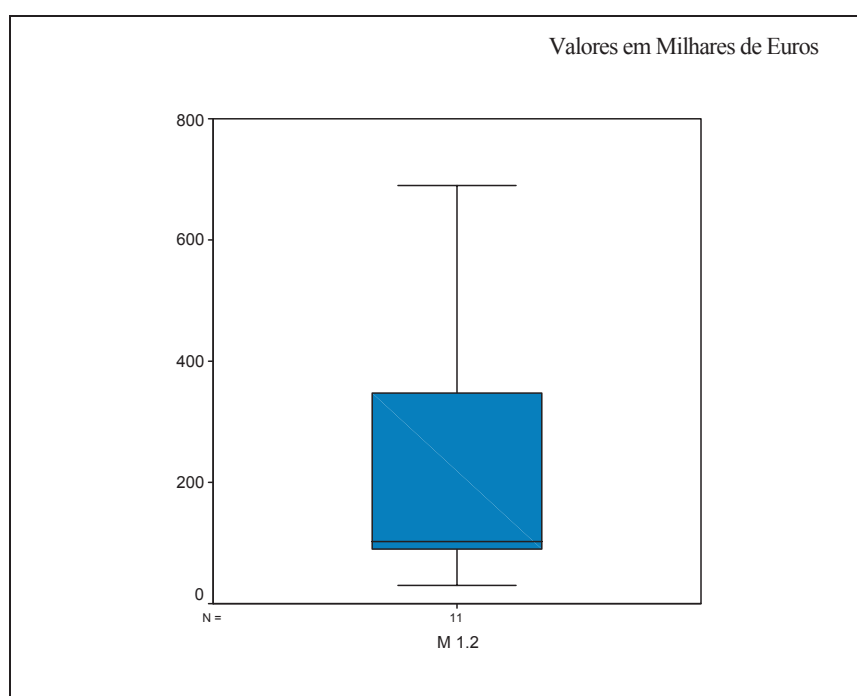


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada

41. Os 11 projectos associados à remodelação da rede de abastecimento de água pretendem intervir em 50 Km de rede. Mostrando valores de custo médio por Km de 241 milhares de euros e valores medianos de 102,2 milhares de euros, estes projectos apresentam a maior amplitude de custos dos indicadores associados à rede de águas, nomeadamente o indicador “Rede de drenagem de águas residuais construída”, “Rede de drenagem de águas residuais remodeladas/ampliadas” e “Rede de abastecimento de água: conduta adutora”, com amplitude interquartis no valor de 332,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-24 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REMODELADA/AMPLIADA”

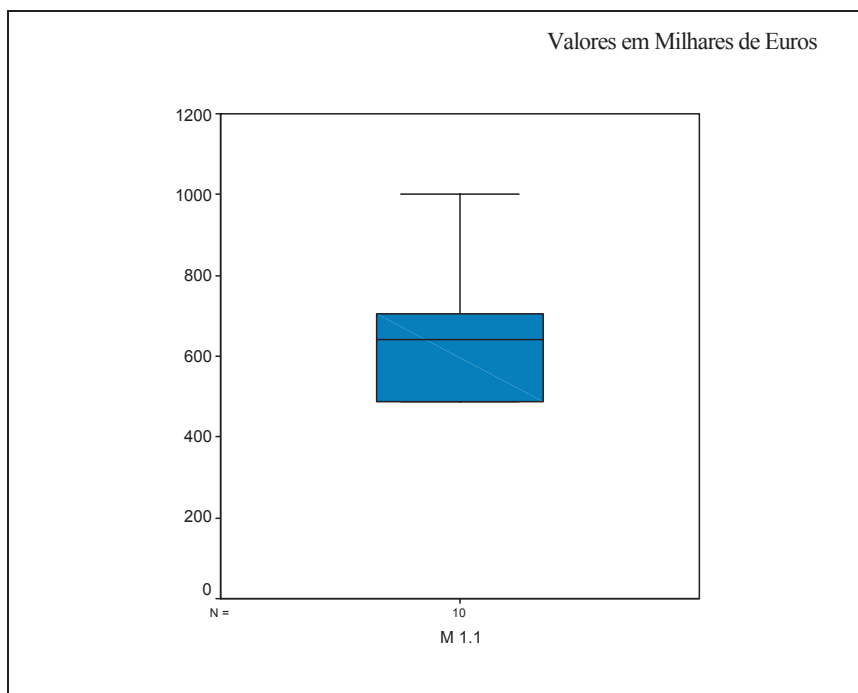


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas do Ensino Básico Remodeladas/Ampliadas

42. Sendo um dos indicadores que menor número de registos apresenta, este indicador apenas contempla projectos enquadráveis na Medida 1.1. Por comparação com o indicador referente à construção de escolas do ensino básico, este indicador apresenta valores máximos bastante mais controlados, no entanto, é curioso verificar que os valores mínimos são relativamente superiores, o que também se fica a dever ao facto dos dois projectos inferiores ao primeiro quartil serem considerados como *outliers*. A mediana associada a este indicador é de 640,9 milhares de euros, e a diferença interquartis é de 361,0 milhares de euros.

GRÁFICO 7-25 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

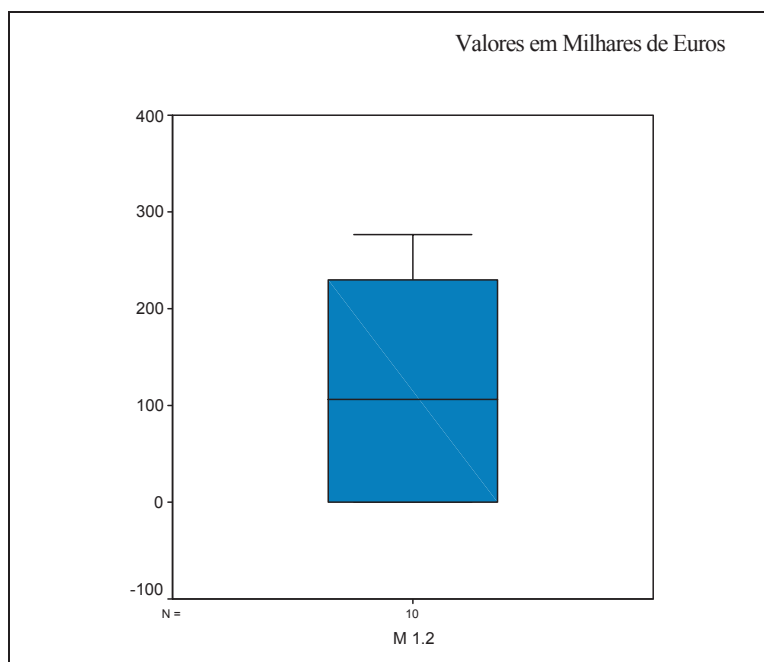


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água: conduta adutora

43. Registrando igualmente 10 projectos, este indicador está associado à construção de 34 Km de conduta adutora. Com um valor médio de construção por Km de 197,4 Milhares de euros, e um valor mediano de 106,7 milhares de euros, os projectos não apresentam grande dispersão dos valores por projecto, sendo a amplitude interquartis de 241,8 milhares de euros. É ainda curioso notar que existe um conjunto de projectos que têm associado o custo de zero euros, o que sendo erro na introdução dos dados pode alterar aqueles resultados.

GRÁFICO 7-26 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: CONDUTA ADUTORA”



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

7.2. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA MEDIDA DO FEOGA (MEDIDA 3.15)

639. A avaliação dos níveis de eficiência do FEOGA, pressupõe uma análise de eficiência das realizações através da comparação entre os recursos públicos afectos e o custo total dos projectos, uma vez que as limitações inerentes à base de dados e a não existência de dados dos indicadores disponíveis por projecto, não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variabilidade dos projectos. Deste modo, analisou-se a informação, por projecto, dos valores do investimento elegível contratualizado e nos valores referentes aos recursos públicos afectos, os resultados são apresentados de acordo com algumas variáveis de segmentação dos projectos, como por exemplo a medida/acção, tipo de promotor e tipologia dos projectos.

A avaliação da eficiência desenvolvida neste ponto centra-se, neste sentido, na análise das variabilidades das taxas de incentivo verificadas entre a totalidade dos projectos com parecer favorável a 30/06/2003, no âmbito do FEOGA, mais especificamente ao nível das acções da medida 3.15 do PORLVT.

640. Quando se observa o conjunto dos projectos apoiados, verifica-se que o investimento elegível médio por projecto é de cerca de 110 mil euros, constatando-se, no entanto, que cerca de 50% dos projectos aprovados apresentam um investimento elegível abaixo dos 21 mil euros (ver Gráfico 7-27). Observa-se igualmente que cerca de metade dos projectos (entre o primeiro e o terceiro quartil) apresentam um investimento elegível concentrado entre os 10.000 e os 35.000 euros.

641. Em termos de taxa de incentivo para a totalidade dos projectos com parecer favorável (Gráfico 7-28), verifica-se que a taxa média de incentivo é de 63% e que, para cerca de 75% dos projectos, a variabilidade da taxa de incentivo apresenta uma elevada amplitude, variando entre os 50% e os 100%.

GRÁFICO 7-27: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em euros.

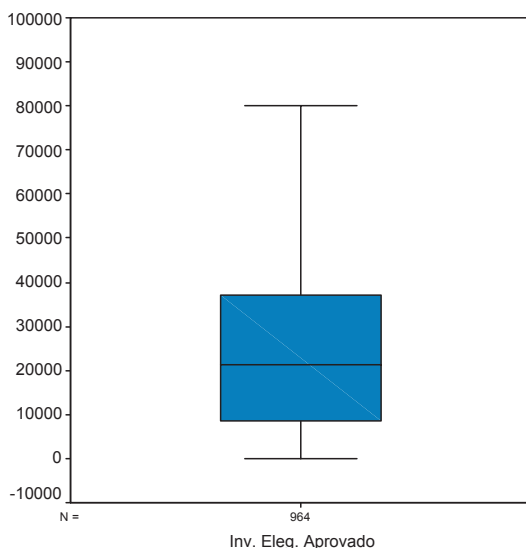
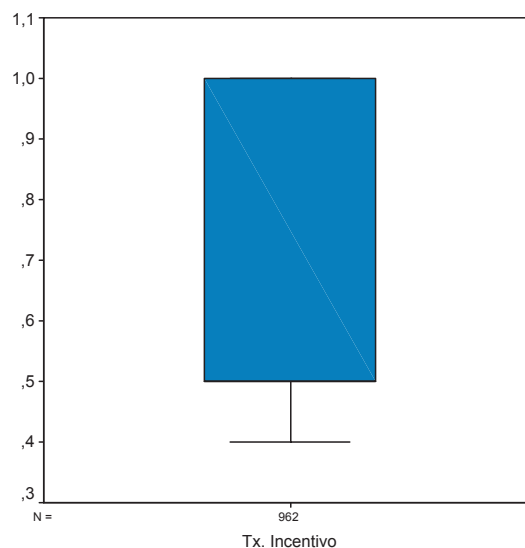


GRÁFICO 7-28: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

642. Quando analisados por acção, os projectos que mais se destacam ao nível da variabilidade em termos de investimento elegível, são os projectos da acção 5.1 - *Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais*, que se caracterizam por projectos com investimento elegível aprovado que varia entre os 0² e os 10.000.000 euros, apresentando um investimento elegível médio de 2.866.316 euros, superior ao de todas as outras acções. É igualmente de salientar que os dois projectos da acção 31 apresentam um valor para o investimento elegível idêntico entre eles (Gráfico 7-29).

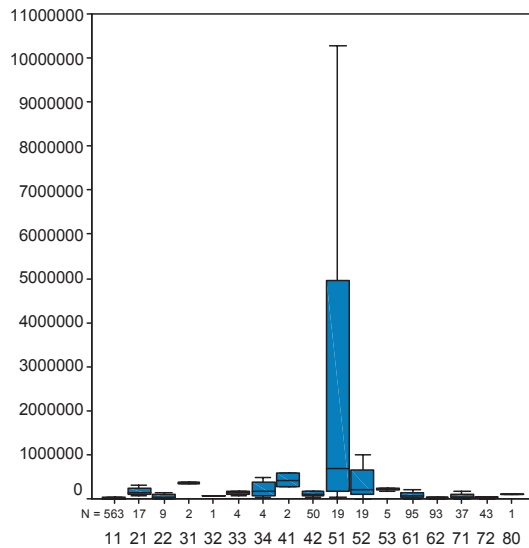
643. Em termos de taxas de incentivo, observa-se que, para os projectos afectos às acções 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2 e 8, estas apresentam-se concentradas nos 100%, o que significa que, nestes projectos, a contribuição pública para o investimento elegível aprovado foi total. Outros projectos, como os afectos às medidas 2.1, 3.2, 3.4, e 7.2 apresentam igualmente, variabilidade nula na distribuição das suas taxas de incentivo, concentrando-se estas, nos 50% para os projectos afectos às acções 2.1 e 3.2, nos 80% para os projectos afectos à acção 3.4 e nos 75% para os projectos afectos à acção 7.2. Os projectos que apresentam maiores variabilidades nas taxas de incentivo são os projectos afectos às acções 7.1 e 4.2, onde nos primeiros, cerca de 75%

² Estes valores podem resultar de indisponibilidade de informação na Base de Dados.

apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%, enquanto que nos segundos, cerca de 50% dos projectos apresentam taxas de incentivo entre os 65% e os 80%.

GRÁFICO 7-29: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

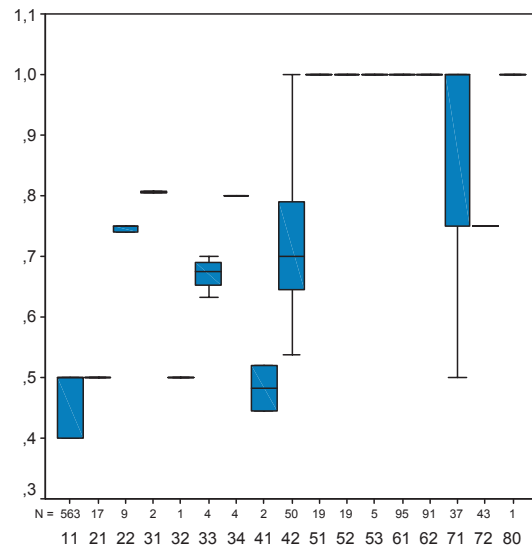
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-30: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

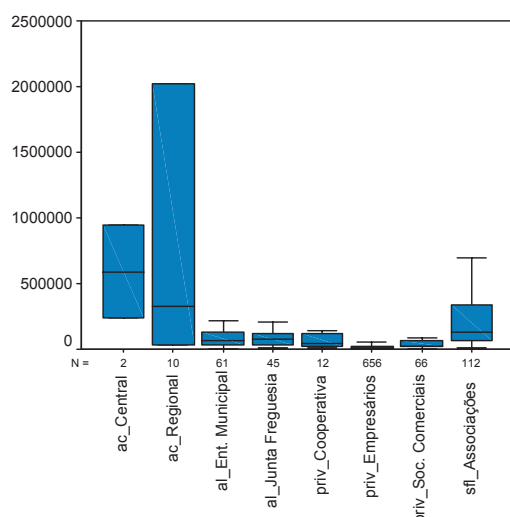
644. Os projectos afectos às acções da medida 3.15 caracterizam-se pela existência de diversos tipos de promotores, sendo que a generalidade dos projectos (87% do total) se encontra relacionada com entidades privadas, como empresários, associações sem fins lucrativos, sociedades comerciais e cooperativas e que os restantes 17% se encontram afectos a entidades públicas como as entidades municipais (Câmaras Municipais) e Juntas de freguesia da administração local e direcções centrais e regionais da administração central. As administrações centrais são, por sua vez, os promotores que maior variabilidade apresentam no investimento elegível aprovado, variando este entre os 27.500 euros e os 5.088.667 euros para o caso das administrações regionais, e entre os 234.520 euros e os 942.836 euros para o caso das administrações centrais. As restantes entidades, públicas e privadas apresentam variabilidades bastante mais concentradas e, também, valores consideravelmente menos significativos de investimento elegível (Gráfico 7-31).

645. No que respeita às taxas de incentivo, todos os promotores públicos, com a excepção da administração central regional, apresentam 100% de contribuição da despesa pública para o investimento elegível aprovado (Gráfico 7-32).

Quanto aos promotores privados, observa-se que são os empresários aqueles que apresentam uma maior concentração das taxas de incentivo que, por sua vez, se caracterizam por serem as mais reduzidas em todos os projectos, variando entre os 40% e os 50%. As cooperativas apresentam uma maior amplitude de variação das respectivas taxas de incentivo dos projectos a elas afectos, entre os 45% e os 75%, mas não apresentam nenhum projecto com 100% de taxa de incentivo, ao contrário dos projectos afectos aos promotores sociedades comerciais e associações sem fins lucrativos cuja generalidade dos projectos apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%.

GRÁFICO 7-31: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

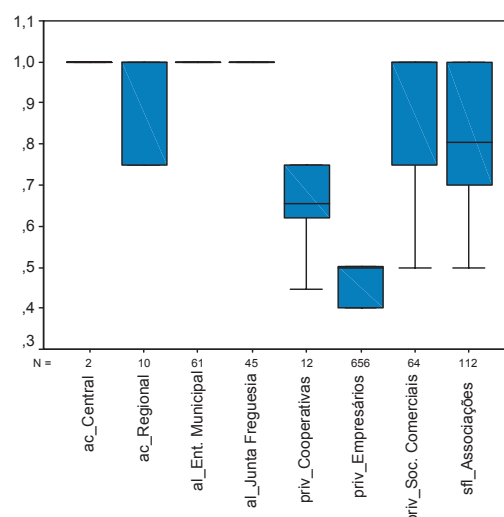
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-32: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

Valores em %.

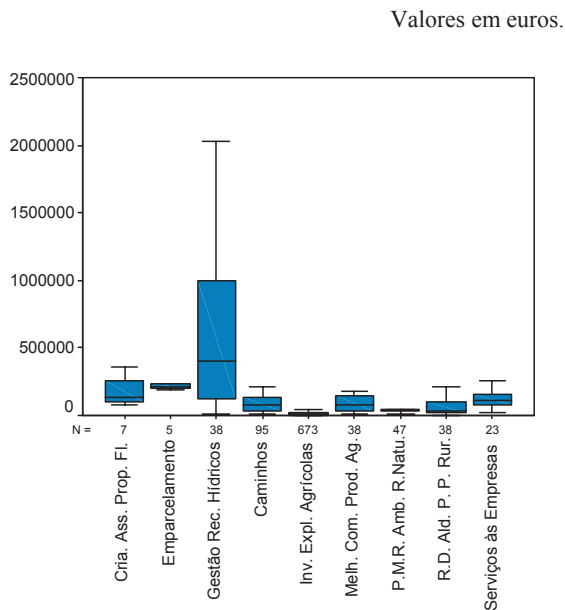


Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

646.A tipologia de projectos utilizada para esta análise (ver Gráfico 7-33, Gráfico 7-34) apresenta-se desagregada num segundo nível, sendo que os projectos afectos às tipologias “investimentos nas explorações agrícolas” e “melhoramento do comércio dos produtos agrícolas” se agregam na tipologia de primeiro nível “**agricultura**”, os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, “caminhos”, “protecção, melhoria e requalificação do ambiente e dos recursos naturais”, “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural” e “serviços às empresas” agregam-se na tipologia de primeiro nível “**promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais**” e os projectos afectos às

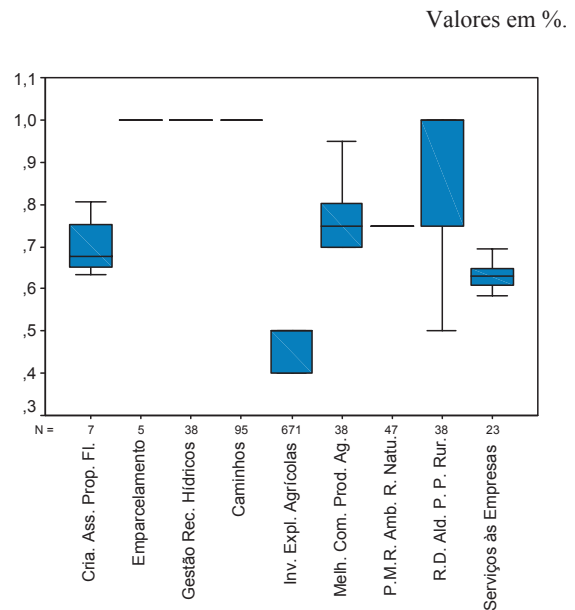
tipologias “criação de associações de proprietários florestais” agregam-se na tipologia de primeiro nível “**silvicultura**”.

GRÁFICO 7-33: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-34: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

647. Em termos de investimento elegível, a tipologia que agrega 70% dos projectos, “investimentos nas explorações agrícolas” parece ser a que apresenta níveis de investimento elegíveis mais baixos e homogêneos. O investimento médio elegível nesta tipologia é de 19.789 euros. Inversamente, os projectos afectos à tipologia de projectos “gestão dos recursos hídricos na agricultura” apresentam valores para o investimento elegível aprovado muito diversificados, com uma elevada amplitude de variabilidade, sendo que o investimento elegível médio é de 1.727.524 euros.

648. Os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, e “caminhos” apresentam, por sua vez, taxas de incentivo iguais, de 100%. A tipologia que apresenta, para a generalidade dos seus projectos, taxas de incentivo mais baixas são os projectos afectos à tipologia “investimentos nas explorações agrícolas” que, sem considerar com os *extremos* e *outliers* da distribuição, variam entre os 40% e os 50%, sendo a taxa média de incentivo de 53%. Por outro lado, a distribuição das taxas de incentivo dos

projectos afectos à tipologia “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural”, apresenta a maior amplitude de variação, sendo que estes projectos se caracterizam por taxas de incentivo que variam entre os 50% e os 100%, e por uma taxa média de incentivo de 86%.

7.3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DO FSE DESCONCENTRADAS DO POEFDS (MEDIDA 3.1 A 3.6)

649.O indicador número médio de formandos por curso, medido pela diferença entre as médias de aprovação e execução, permite constatar que, globalmente, a execução de projectos foi realizada a um nível médio ligeiramente inferior (em 3 formandos por curso) ao previsto na aprovação. Nas medidas 3.2. e 3.6., esta diferença é de, respectivamente, apenas 2 e 1 formandos por curso, enquanto na medida 3.5 o número médio de formandos por curso executado foi inferior ao previsto em 8 formandos (Quadro 7-3).

Ao nível do número médio de horas de formação por curso, a execução ficou, também, aquém dos níveis previstos (917 horas), com maior relevância nas medidas 3.3 (cujos cursos executados tiveram, em média, menos 3.649 horas de formação do que o que havia sido previsto), 3.6 e 3.1.

Esta menor execução ao nível do número médio de horas de formação por curso traduz-se, por consequência (e uma vez que ao nível do número médio de formandos por curso a execução se aproxima da aprovação), num menor nível médio de execução do número médio de horas de formação por formando, sendo que os cursos executados garantiram, em média, menos 38 horas de formação por formando do que o aprovado, o que se mostrou particularmente mais relevante na medida 3.6.

QUADRO 7-3: CANDIDATURAS APROVADAS E EXECUTADAS - DIFERENÇA ENTRE NÍVEIS MÉDIOS

Medidas / Projectos / Acções	Nº médio de formandos por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por formando (diferença execução / aprovação)
31 - Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	0	-2.161	-101
3111 - Sistema de aprendizagem	-1	-1.837	-96
3112 - Escolas de Turismo	-1	-2.778	-151
3121 - Qualificação inicial	-10	-12.058	-233
32 - Formação ao longo da vida e adaptabilidade	-2	-726	-27
3210 - Formação prof. Contínua (transição QCA II)	0	-201	-17
3211 - Educação e formação de adultos c/ certificação escola	-6	-12.958	-373
3212 - Qualificação e reconversão profissional	0	-1.745	-101
3213 - Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento	-2	-316	-10
3214 - Especialização profissional	-2	-1.735	-67
3215 - Formação profissional para funcionários da Adm. Pública	-3	-665	-35
3216 - Formação profissional para trabalhadores sector Saúde	-5	-180	2
33 - Qualificação e inserção profissional dos desempregados	0	-3.649	-226
3310 - Formação prof. (transição QCA II)	0	-236	-10
3311 - Qualificação profissional com Progressão Escolar	-1	-7.767	-265
3312 - Qualificação e Reconversão Profissional	0	-2.657	-183
3313 - Aperfeiçoamento Profissional	-1	-1.209	-38
3314 - Especialização Profissional de Quadros Superiores	0	-1.900	-97
35 - Eficácia e equidade das políticas	-8	-1.124	-17
3550 - Eficácia e Equidade das Políticas (transição QCA II)	-8	-1.124	-17
36 - Promoção do desenvolvimento social	-1	-2.859	-241
3621 - Formação Social e profissional	-1	-2.000	-204
3622 - Educação e formação de adultos c/certificação escolar	0	-5.748	-365
Total	-3	-917	-38

Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Os números médios de formandos e de horas de formação apresentaram maiores disparidades, com base nos níveis de execução e aprovação, nas acções 3.1.2.1 e 3.2.1.1. As acções 3.3.1.1 e

3.6.2.2, apesar de apresentarem níveis de execução do número médio de formandos por curso bastante próxima (caso da acção 3.3.1.1.) ou coincidentes com os níveis programados (caso da acção 3.6.2.2.), registaram, porém, diferenças consideráveis ao nível do número médio executado de horas de formação por curso e por formando.

650. O custo médio dos cursos executados pelas diferentes medidas desconcentradas do POEFDS foram relativamente diferenciados entre si (Gráfico 7-35). As medidas 3.1 e 3.3 apresentaram custos medianos por curso que rondaram os 50.000 euros, apesar de, no caso da medida 3.3, a dispersão do custo de cada curso ser bastante mais elevada que no caso da medida 3.1³, principalmente ao nível de cursos com custos superiores à mediana das situações analisadas.

Já no caso das medidas 3.2 e 3.5, com valores médios por curso bastante mais baixos (próximos dos 7.000 euros), a dispersão de custos médios foi mais contida. A medida 3.6 foi a que registou custos médios por curso mais elevados, registando, simultaneamente, grandes amplitudes relativamente ao custo mais elevado e mais baixo dos cursos analisados, o que permite afirmar que, nesta medida, os custos médios por curso foram dispersos, havendo cursos cujo desvio (superior e inferior) em relação ao valor mediano foi mais acentuado que nas restantes medidas.

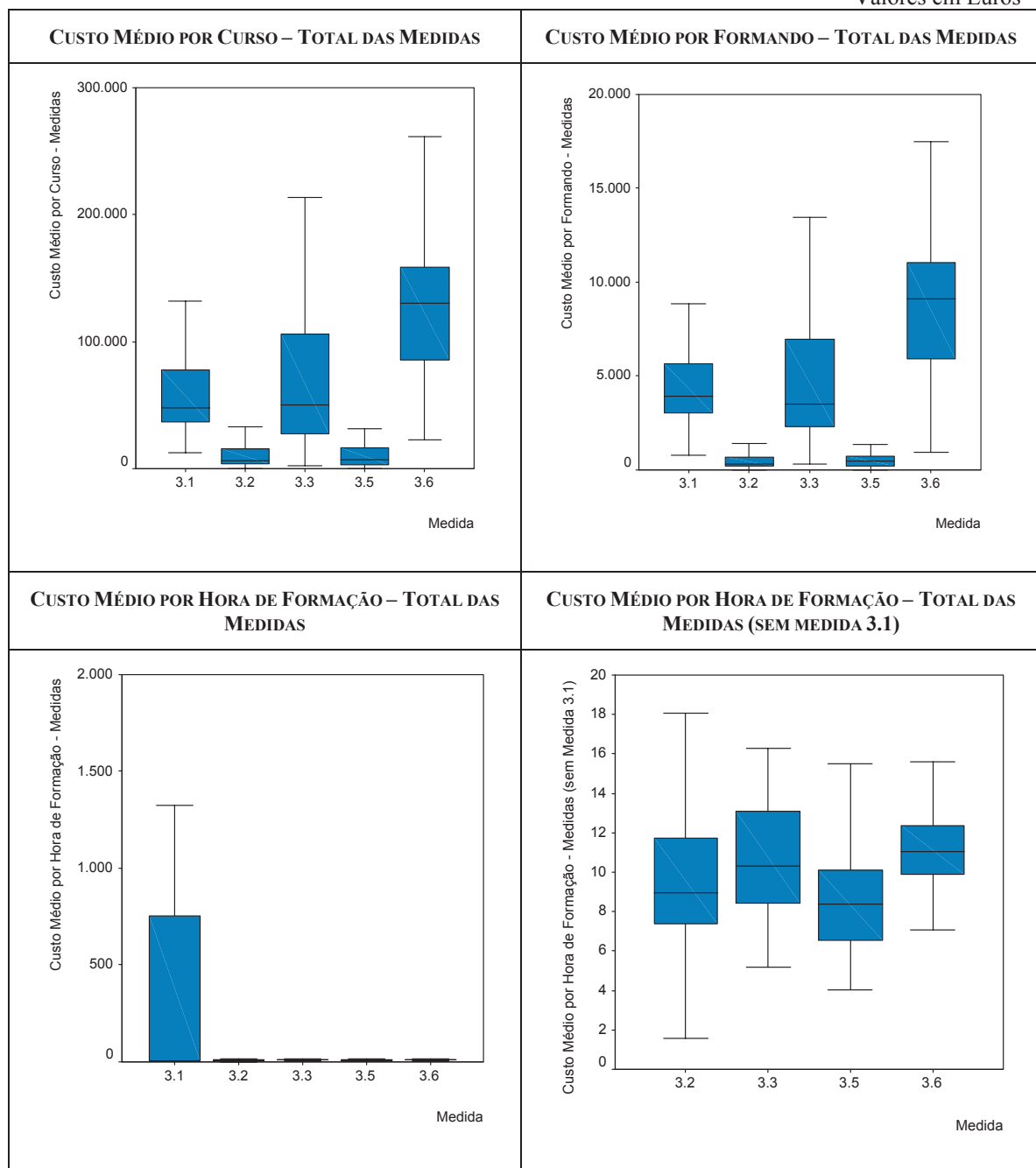
Esta situação encontra uma replicação clara ao nível dos custos médios por formando, não só no que diz respeito aos valores médios, mas também em relação às variações intra-medidas dos custos médios por formando dos projectos executados.

Ao nível dos custos médios por hora de formação destaca-se o caso da medida 3.1, que registou custos acentuadamente mais elevados (e dispersos, embora apenas no sentido superior), quando comparados com o custo das restantes medidas. O gráfico que representa a dispersão dos custos médios por hora de formação sem a medida 3.1 permite confirmar que entre as medidas 3.2, 3.3, 3.5 e 3.6 existe grande homogeneidade ao nível deste custo médio, que variou entre os 8 e os 11 euros por hora de formação. Apesar disso, a dispersão verificada entre as diferentes medidas permite constatar que, no caso da medida 3.2, as diferenças dos custos médios máximo e mínimo face à média se mostraram mais elevadas (atingiram, respectivamente, os 18 euros e 2 euros) do que, por exemplo, no caso da medida 3.6 (atingiu um valor médio máximo próximo de 16 euros e um valor médio mínimo próximo de 8 euros).

³ A análise estatística comprova esta afirmação, uma vez que o intervalo interquartis da medida 3.3 foi de cerca de 81.000 euros, enquanto que na medida 3.1 foi de 42.000 euros. Isto é, 50% das observações centrais (próximas do valor da mediana) verificaram diferenças de custos médios de, respectivamente, 81.000 euros e 42.000 euros.

**GRÁFICO 7-35: CUSTOS MÉDIOS DOS PROJECTOS POR MEDIDAS
(PROJECTOS EXECUTADOS POR MEDIDAS)**

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

651.O custo médio por curso das acções englobadas na medida 3.1 evidenciou alguma discrepância inter-acções (Gráfico 7-36). No caso da acção 3.1.1.1, 25% das observações têm um valor médio por curso inferior a 36.600 euros, sendo o valor mediano de 45.600 euros. No caso da acção 3.1.1.2, o valor médio dos cursos executados revela-se bastante superior (cerca de 112.000

euros) e a sua dispersão mais moderada (os 50% dos projectos com custos médios centrais variam entre um custo médio de 101.800 euros e de 119.600 euros).

A amplitude de variação do custo médio por formando revela-se também mais acentuada na acção 3.1.1.1 do que na acção 3.1.1.2. A acção 3.1.1.1 apresenta, desta forma, níveis de custos médios por hora de formação com um grau elevado de dispersão, sendo que 25% dos projectos com custo médio mais baixo se situam num patamar inferior a 5,6 euros por hora de formação, ao passo que os 25% dos projectos com custo médio mais elevado ultrapassam a média de 793 euros por hora de formação.

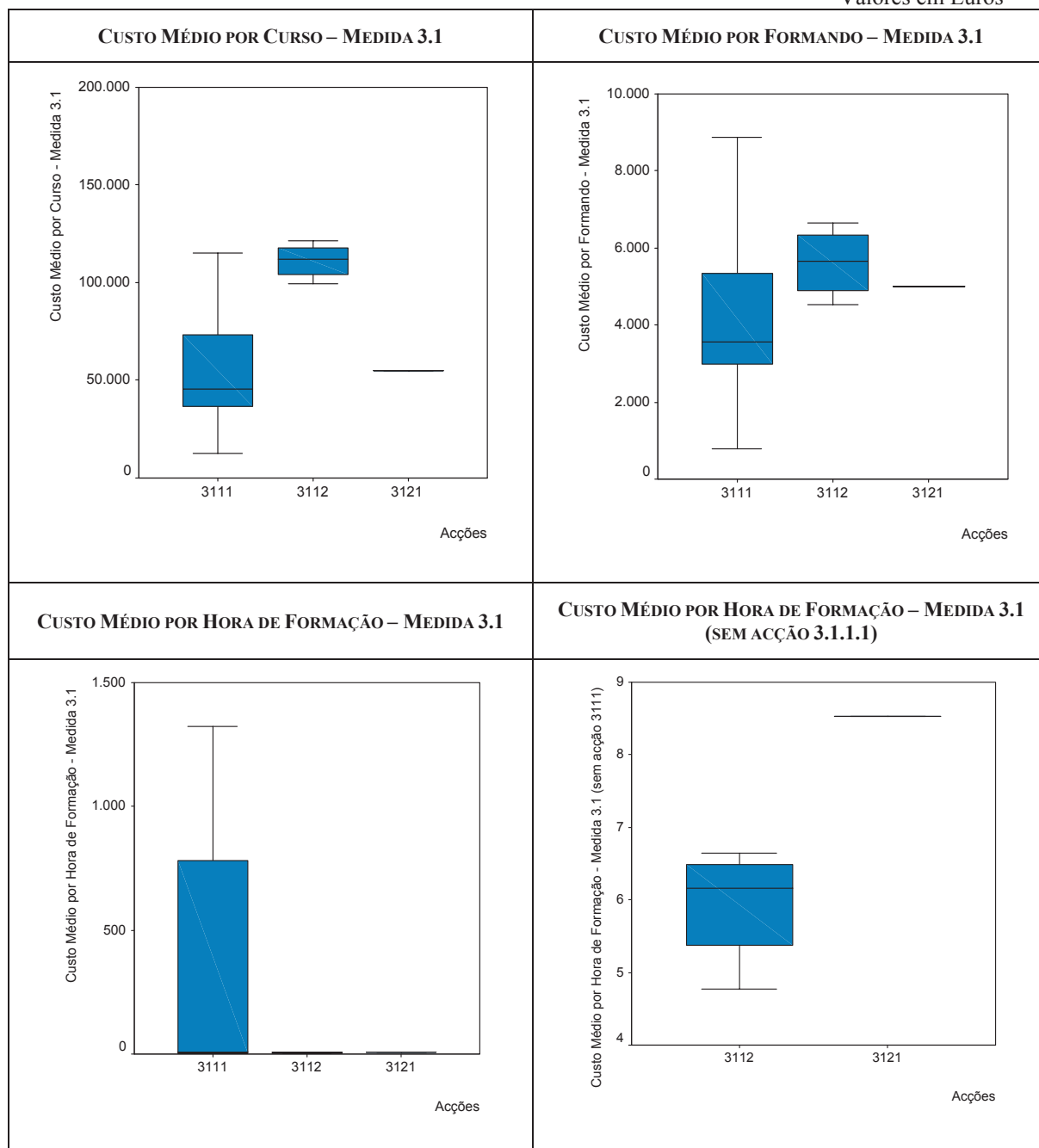
652. A medida 3.2 apresenta uma grande diferença relativa no respeitante aos níveis de custos médios por curso e por formando nos projectos executados (Gráfico 7-37). Estas diferenças são mais acentuadas entre, por um lado, as acções 3.2.1.0, 3.2.1.3, 3.2.1.5 e 3.2.1.6, cujos valores médios são relativamente baixos, quando comparados, por outro lado, com as acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 e, ainda, com a acção 3.2.1.1, que constitui a acção com maior nível de custos médios desta medida.

As acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 revelam, ainda, uma dispersão acentuada dos valores médios de custos por curso e por formando. Note-se, no caso da acção 3.2.1.2, que o valor mediano do custo por curso é de 20.792 euros, sendo que os 50% das observações centrais apresentam uma diferença de custos médios por curso que ascende a 34.128 euros (25% das observações apresentam um custo médio por curso inferior a 15.450 euros e 75% das observações apresentaram um custo inferior a 49.578 euros).

Ao nível dos custos médios por hora de formação, as acções consideradas apresentam um grande nível de homogeneidade.

GRÁFICO 7-36: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.1)

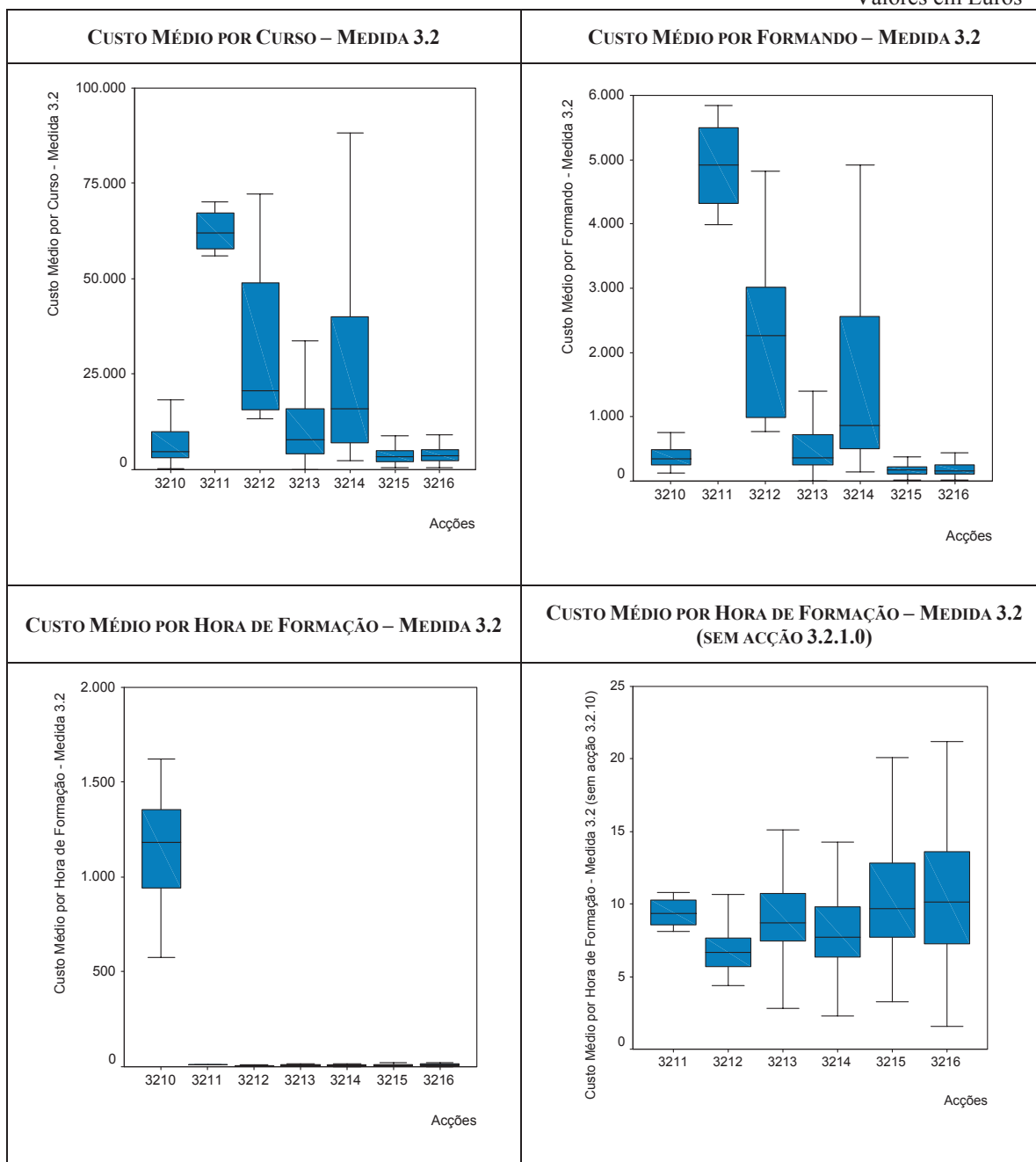
Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

GRÁFICO 7-37: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.2)

Valores em Euros



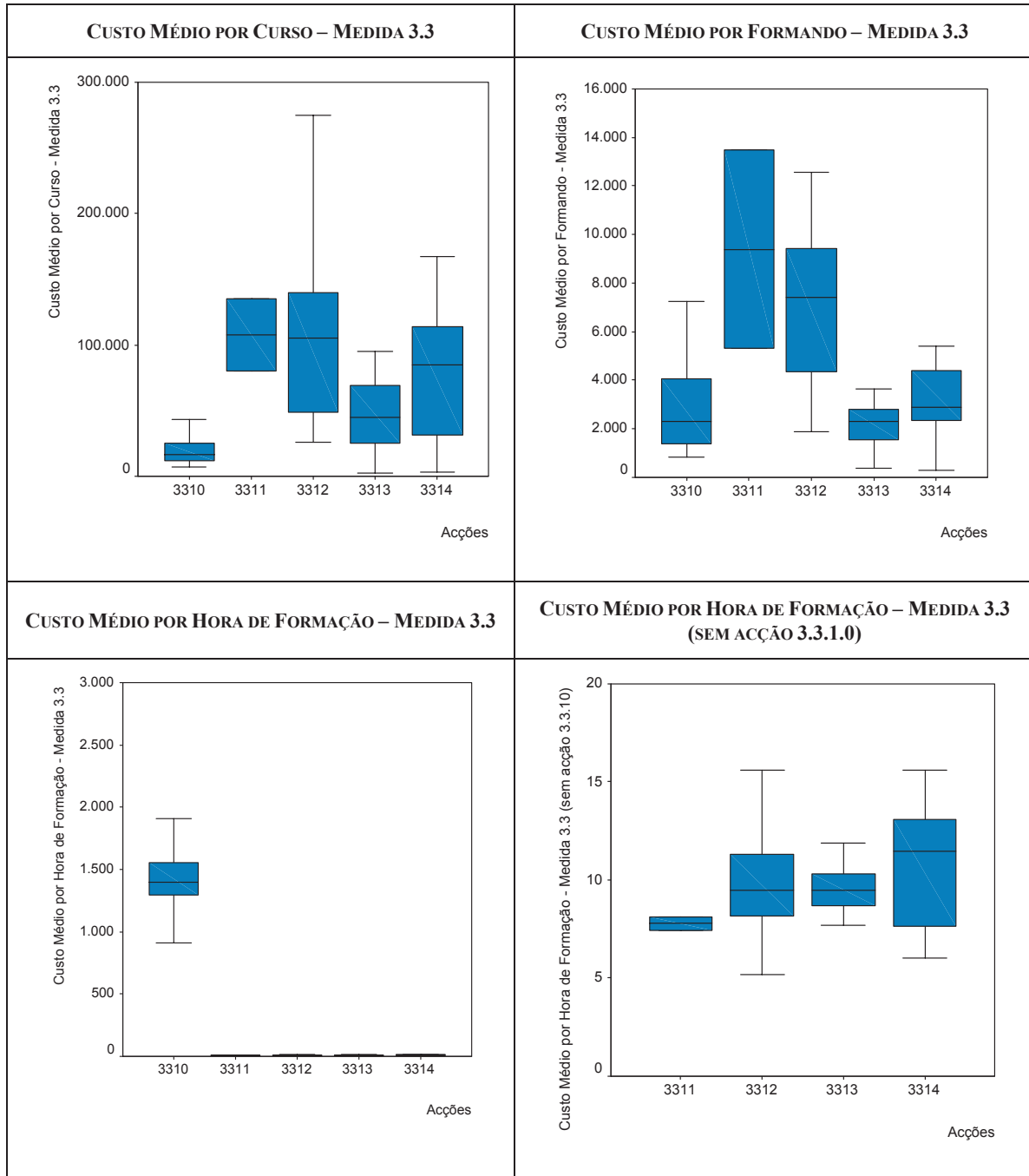
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

653. As acções 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.4 apresentam níveis médios de custos por cursos relativamente homogéneos entre si, enquanto a acção 3.3.1.3 e, principalmente, a acção 3.3.1.0 se posicionaram em níveis de custo médio por curso mais baixos (Gráfico 7-38). Esta disparidade acentua-se quando se faz referência ao custo médio por formando, que se destaca pelo valor mais

elevado na acção 3.3.1.1 e pelo valor mais baixo na acção 3.3.1.0 (que, neste caso, se aproxima dos valores médios das acções 3.3.1.3 e 3.3.1.4).

GRÁFICO 7-38: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.3)

Valores em Euros



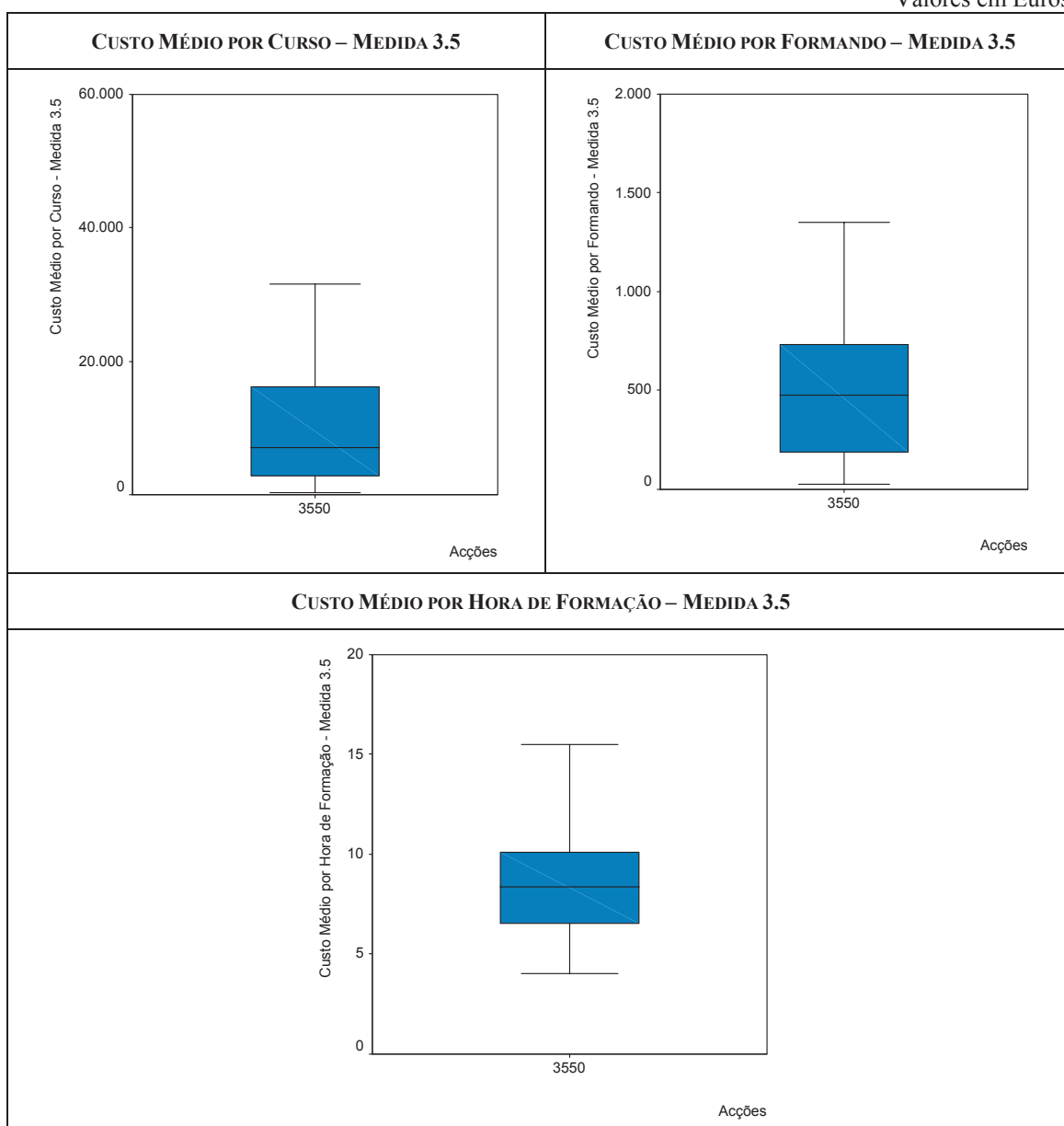
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Com excepção da acção 3.3.1.0, cujo custo médio por hora de formação se distancia fortemente do das restantes acções, a medida 3.3 mostra-se relativamente homogénea do ponto de vista das diferenças entre estes valores médios.

654. A acção 3.5.5.0 registou um nível mediano de custo por curso executado de 7.094 euros, sendo que os 25% de observações com níveis médios mais baixos se posicionaram em valores médios inferiores a 2.737 euros, e que os 25% de observações com níveis médios mais elevados se posicionaram a valores médios superiores a 16.885 euros (Gráfico 7-39).

GRÁFICO 7-39: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.5)

Valores em Euros



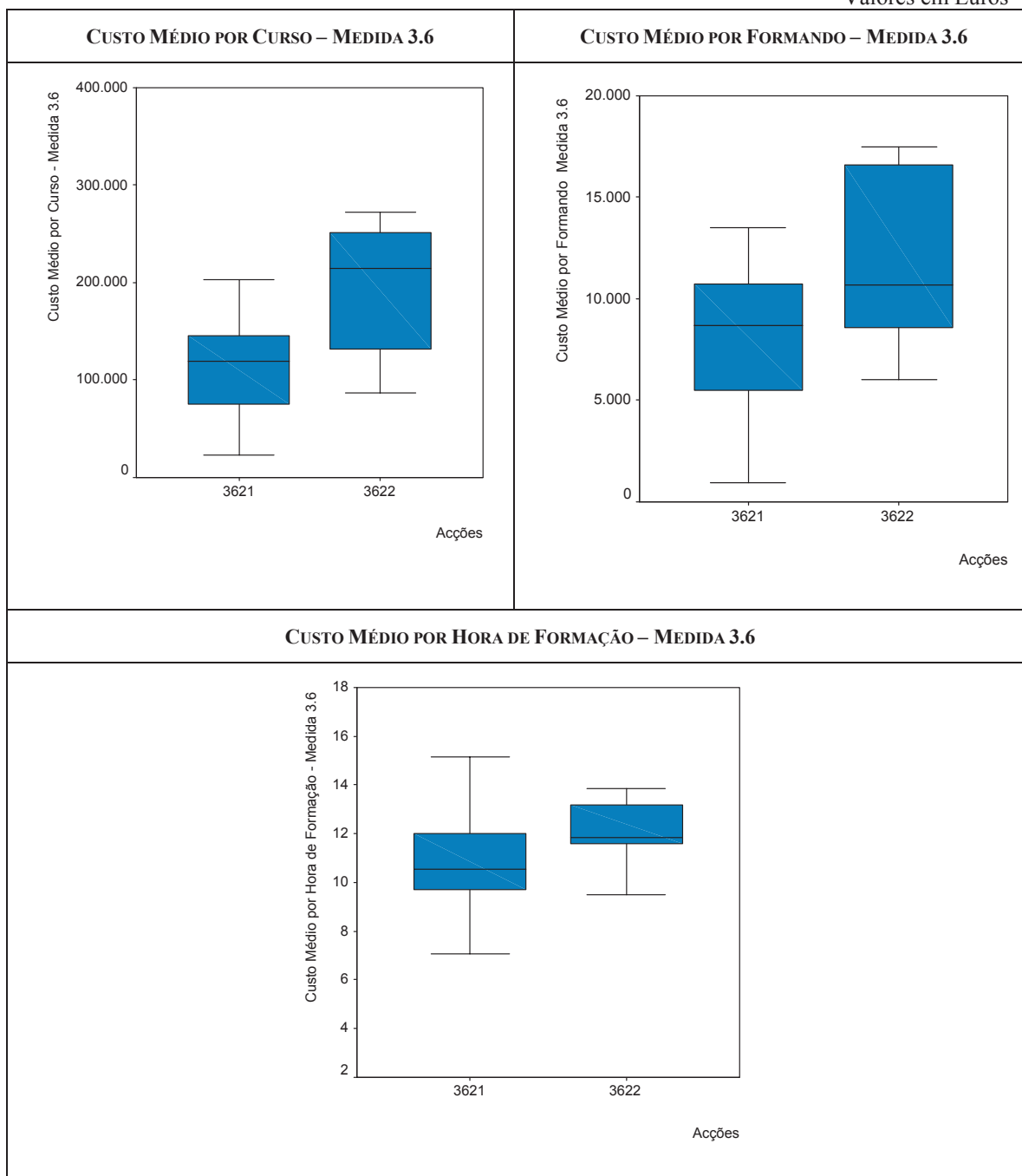
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Esta dispersão torna-se relativamente mais equilibrada (entre os 25% de observações superiores e inferiores) em torno do custo mediano por formando (que ascende a 477 euros) e em torno do custo mediano por hora de formação (que corresponde a 8,4 euros), e cujos intervalos de variação inter-quartis se apresentam relativamente simétricos (no sentido inferior e superior), ainda que apresentando menor amplitude relativa no caso do custo médio por hora de formação.

655.A acção 3.6.2.1 posiciona-se a níveis medianos de custos por curso e por formando inferiores aos registados pela acção 3.6.2.2 (Gráfico 7-40). Salienta-se a maior dispersão, verificada pela acção 3.6.2.2, ao nível do custo médio por curso, no sentido inferior, (a diferença do quartil inferior em relação à mediana é mais acentuada), enquanto que ao nível do custo médio por hora de formação esta dispersão se acentua no sentido superior (a diferença do quartil superior em relação à mediana é mais acentuada), o que permite concluir que o custo médio por curso desta acção apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores inferiores à mediana, ao passo que o custo médio por formando apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores superiores à mediana.

GRÁFICO 7-40: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.6)

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT.

7. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PROGRAMA

1. A avaliação da eficiência, relacionando os efeitos produzidos por uma determinada intervenção pública e os recursos por ela mobilizados, pressupõe geralmente um juízo de valor relativamente à razoabilidade dos custos associados a uma realização ou a um efeito e é, normalmente, quantificada em termos de realizações (o que corresponde ao seu custo unitário), em termos de resultados ou impactes. No caso particular do PORLVT, a grande variedade e a necessidade de obter informação detalhada por projecto, não só em termos financeiros mas, também, dos indicadores de realização associados a um cada dos projectos, exige um conjunto de informação que, nesta fase, não está disponível no sistema de informação do PO.

Deste modo, a avaliação de eficiência desenvolvida nesta avaliação está consideravelmente limitada pela informação disponível para a sua realização. A falta de um sistema de informação integrado colocou dificuldades na elaboração deste capítulo, verificando-se que o seu desenvolvimento é muito diferenciado em função da informação disponibilizada para cada um dos fundos estruturais envolvidos no PO. Neste sentido, optou-se por separar, em pontos autónomos, a avaliação de eficiência dos fundos que integram o PORLVT.

No caso do FEDER, analisam-se os indicadores em dois sub-pontos separados pelo facto de se ter recorrido a duas bases de dados que cobrem dois subconjuntos disjuntos de indicadores de projecto. No caso particular do FEOGA, a informação contida na base de dados por projecto não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variância por projecto, o que restringe a avaliação da eficiência, para a medida 3.15 do PORLVT apenas ao nível da análise das variabilidades das taxas de incentivo e da dispersão dimensional dos projectos, esta última já parcialmente analisada no capítulo anterior. No caso do FSE, a avaliação de eficiência limita-se às medidas desconcentradas do POEFDS, uma vez que em relação às restantes também não foi possível obter informação que permitisse a sua realização. Deste modo, este capítulo encontra-se estruturado em três pontos, relativos, respectivamente, à avaliação das medidas FEDER, à avaliação da medida do FEOGA e à avaliação das medidas FSE.

7.1. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS FEDER

2. A avaliação da eficiência das medidas do FEDER efectuada neste Relatório Final está claramente limitada pela informação disponibilizada pelo sistema de informação do Programa SIFEC, que se procurou complementar através da análise de uma segunda base de dados que

integra os projectos associados às componentes contratualizadas das medidas do Eixo 1 do Programa.

O facto dos indicadores dos projectos contratualizados das medidas 1.1, 1.2 e 1.3 não estarem ainda integrados no SIFEC, associado ao facto dos indicadores em utilização em cada um dos sistemas de informação serem maioritariamente diferentes, levou a optar por analisar em dois pontos autónomos as duas bases de dados acima referidas.

7.1.1. Avaliação da eficiência das medidas FEDER (excluindo a componente contratualizada do Eixo 1)

3. A limitação do sistema de informação central do Programa (SIFEC) pode ser ilustrada pelo facto de apenas 57% dos projectos FEDER candidatos ao PORLVT terem indicadores associados e, destes, apenas 5% utilizarem mais do que um indicador. Esta situação limita a amplitude da análise, uma vez que grande parte dos indicadores inicialmente definidos são utilizados um número de vezes considerado insuficiente para “alimentar” a avaliação da eficiência, ou não foram, de todo, objecto de qualquer utilização. Esta limitação na análise da eficiência é evidenciada, de forma quantitativa, pelo facto de apenas um conjunto de 15 indicadores ter mais de 10 utilizações (ver Quadro 7-1) e, qualitativamente, pelo facto de estar longe de englobar os indicadores mais representativos do PO e com maior relevância para o desenvolvimento da análise da relação entre, por um lado, realizações e resultados e, por outro lado, os meios disponibilizados.

A análise de eficiência a desenvolver neste ponto está igualmente limitada em virtude do número reduzido de projectos do PO que já se encontram concluídos (apenas 9), o que levou a optar pela avaliação da eficiência em função dos valores aprovados e não dos valores relativos à execução. Esta opção tem consequência óbvias sobre as margens de confiança dos valores médios e variância das medidas de eficiência calculadas, uma vez que, entre os valores programados e a sua posterior execução, poderão surgir desvios de alguma dimensão.

Finalmente, a comparação da variabilidade dos custos médios dos 15 indicadores do PORLVT seleccionados para avaliação da eficiência face a outros Programas do QCA III, está igualmente limitada, como à frente se verá, pelo número reduzido de utilização daqueles 15 indicadores nos outros Programas.

4. O exercício de avaliação da eficiência, efectuado neste ponto, encontra-se organizado por indicador, procedendo-se não só à análise da distribuição intra-programa por medidas, bem

como, quando possível, à comparação da variabilidade dos custos médios programados do PORLVT face a outros Programas Operacionais (regionais ou sectoriais).¹

QUADRO 7-1 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1188588	Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito	55
1073023	Consumidores reconvertidos para gás natural - domésticos	29
1188613	Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	28
1188502	Ações de assistência técnica	25
1073067	Rede de distribuição de gás natural construída	20
1073024	Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais	20
1031022	Centros de saúde construídos	15
1167518	Intervenções integradas de renovação urbana	14
1073025	Consumidores reconvertidos para gás natural - terciários	14
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	13
1062554	Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	12
1157005	Ações de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	11
1073026	Contadores	11
1167522	Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	10
1146598	Estradas construídas/requalificadas	10

Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação do SIFEC.

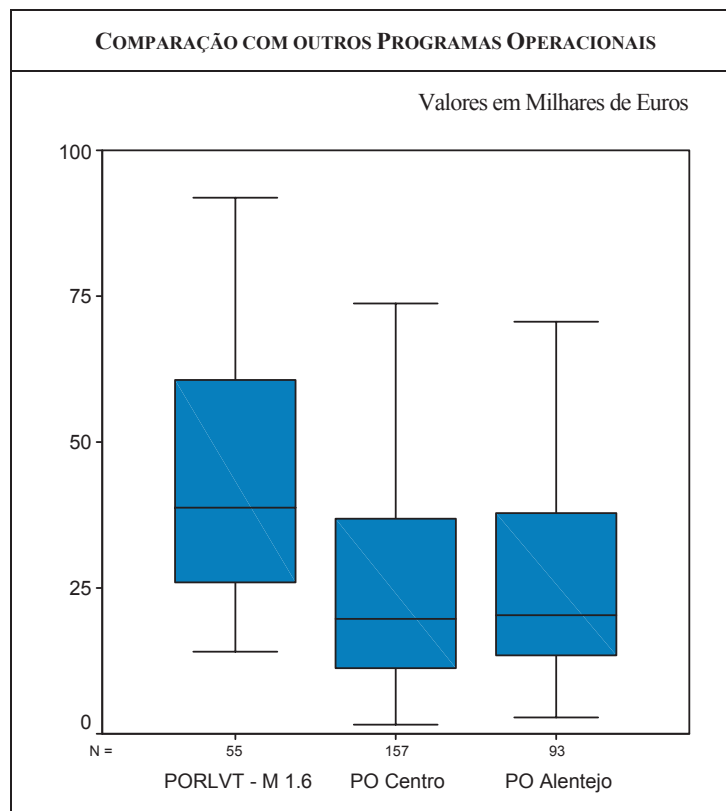
- Em termos globais, pode-se perceber na análise a seguir efectuada, que nos indicadores relacionados com a instalação da rede de gás natural, o Programa de Lisboa é bastante mais eficiente do que os outros Programas, nomeadamente o PO Centro, quer em termos de dispersão dos registos quer em termos de posicionamento dos custos. Esta conclusão pode resultar da maior densidade populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que permite obter grandes ganhos de escala nas reconversões de consumidores para gás natural, e na extensão da própria rede.
- Nos outros indicadores a tendência não é muito clara, existindo apenas um indicador em que os custos médios e a amplitude são similares entre Programas Operacionais Regionais e dois em que os valores relativos a custos médios no PORLVT são inferiores aos registados nos outros PO. Nos restantes indicadores, para os quais existem dados de registos nos outros PO, o Programa de Lisboa tem valores médios mais elevados do que os outros PO, nomeadamente os regionais.

¹ Note-se que a informação sobre os outros Programa refere-se a uma extracção do SIFEC do início de Agosto de 2003, uma vez que não foi possível obter junto da Gestão do QCA, até ao final de Outubro de uma nova extracção que permitisse actualizar a base de dados.

Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito

7. Tal como foi apresentado atrás, este indicador é aquele que apresenta maior número de registos na base de dados, apesar de apenas estar associado a uma medida do PORLVT (Medida 1.6). A análise da variabilidade dos valores dos empréstimos contratados (ver Gráfico 7-1) permite entender que o valor mediano dos projectos candidatos ao PORLVT se fixa em 38.776,7 Euros, importância claramente superior às medianas deste indicador nos Programas Operacionais do Centro e do Alentejo, de 19.760,6 Euros e 20.395,9 Euros, respectivamente. Aliás, mesmo com o menor número de projectos associados a este indicador, e com um valor mínimo bastante superior aos mínimos registados nos outros programas, o PORLVT é o Programa que apresenta a maior amplitude global da distribuição dos valores dos empréstimos. Conclui-se, então, que os valores dos empréstimos contratados são tendencialmente superiores no PORLVT, o que poderá estar associado a projectos apoiados de maior montante.

GRÁFICO 7-1 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EMPRÉSTIMO CONTRATADO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO”

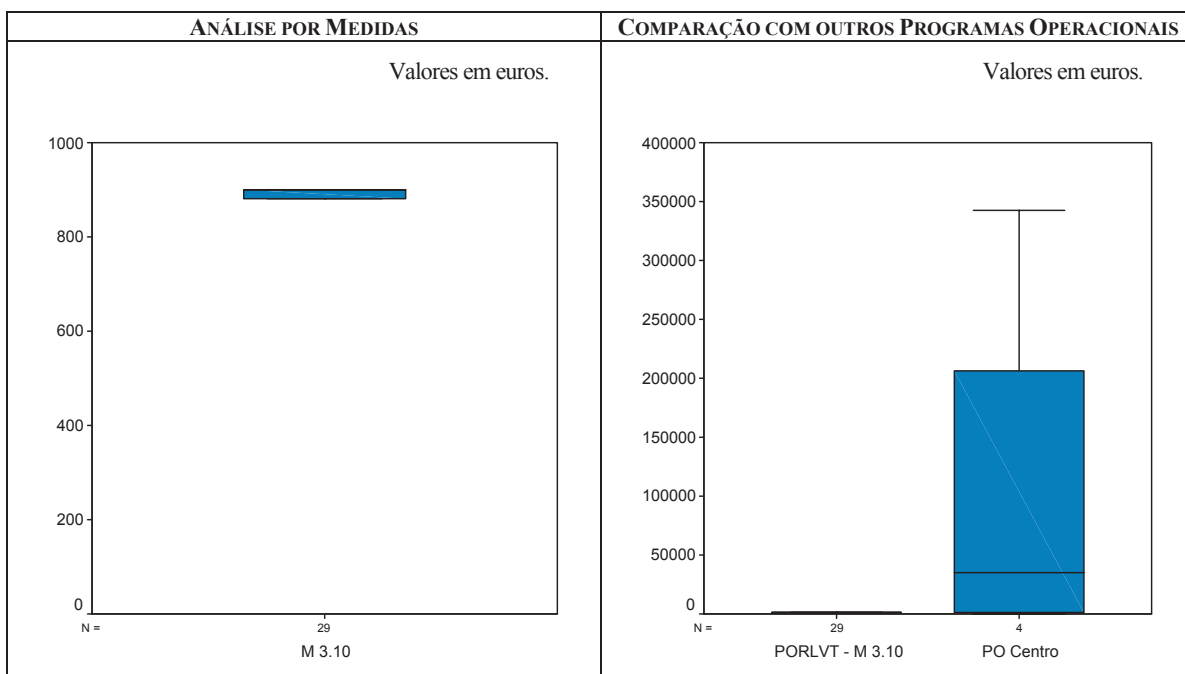


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos

8. Este indicador é o primeiro de um conjunto de cinco (1073023 – **Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos**; 1073024 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – industriais** ; 1073025 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários**; 1073026 – **Contadores**; 1073067 – **Rede de distribuição de gás natural construída**), todos eles associados aos projectos de expansão da rede de distribuição de gás natural, integrados na Medida 3.10 – “Economia” do PORLVT. É sobretudo neste tipo de projectos que existe mais de um indicador associado a cada projecto, justificando a diferença na Base de Dados entre o número de projectos (266 projectos) e número de utilizações da lista de indicadores apresentada acima (287 registos).

GRÁFICO 7-2 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – DOMÉSTICOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

9. Relativamente ao custo de reconversão de consumidores domésticos para a utilização de gás natural, o valor é muito concentrado em torno dos 900 Euros por consumidor, acentuando-se a concentração no sentido superior à mediana naquele valor. Neste indicador específico, os projectos ao Programa Operacional da RLVT parecem ser mais eficientes, nomeadamente quando comparados com os valores médios apresentados no PO Centro. No PO Centro, a mediana do custo de reconversão de um consumidor doméstico para gás natural é de 35.011,9 Euros, ou seja, aproximadamente trinta e nove vezes superior à Mediana apresentada pelos projectos da Região de Lisboa. A razão que justifica esta diferença poderá residir na maior

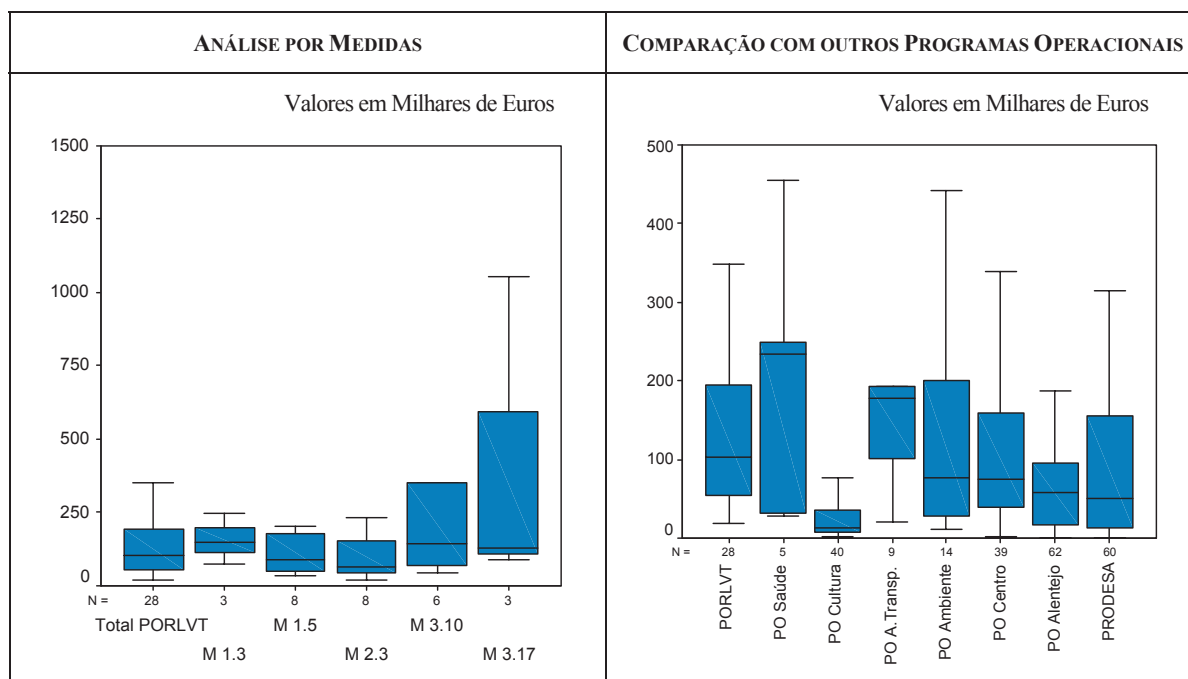
concentração populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que reduz os custos médios de conversão dos consumidores.

Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos

10. Neste indicador específico, a análise da eficiência em termos de custos dos projectos pode ser considerada um pouco desajustada, uma vez que não são tomadas em consideração as especificidades técnicas, a amplitude e o âmbito de cada um dos estudos apresentados nos projectos, sendo considerados ao mesmo nível projectos distintos como, planos estratégicos, projectos de arquitectura ou estudos de impacto de grandes infra-estruturas. Para comprovar a distinta tipologia de estudos enquadráveis neste indicador, refira-se que o mesmo está associado a cinco medidas diferentes, enquadráveis nos três Eixos Prioritários do PORLVT.

Não obstante aquela diversidade de estudos enquadráveis neste indicador, é possível verificar, numa análise comparativa por medidas, que não existem grandes discrepâncias nos custos dos estudos considerados, nomeadamente nas medidas em que se enquadram o maior número de projectos associados a este indicador – Medidas 1.5 e 2.3. Tendencialmente, os projectos enquadráveis naquelas medidas, bem como na Medida 1.3, apresentam custos mais concentrados, uma vez que apresentam menores amplitudes interquartis do que as medidas do Eixo Prioritário 3. É, aliás, uma dessas medidas, Medida 3.17 - “Acessibilidades e Transportes”, a que apresenta a maior amplitude na metade superior dos projectos, ainda que apenas se considerem nesta medida 3 registos.

GRÁFICO 7-3 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTUDOS/PROJECTOS TÉCNICOS/DIAGNÓSTICOS/PLANOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

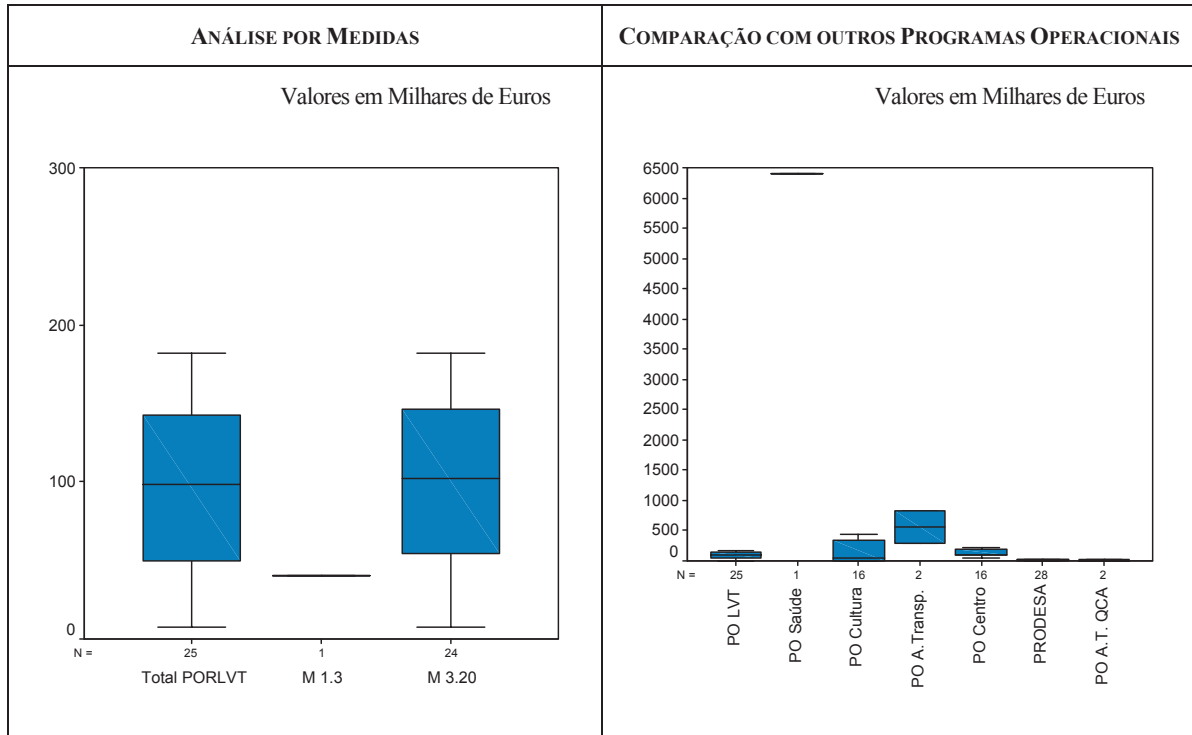
11. A comparação da dispersão dos custos destes estudos no PORLVT com os outros Programas Operacionais Regionais permite concluir que, relativamente a este indicador, os custos não variam muito de Programa para Programa. A excepção é o PO Alentejo que, embora mantendo a metade inferior dos seus 62 projectos em valores comparáveis aos dos outros Programas, tem uma amplitude da metade superior dos projectos bastante inferior à do PORLVT, PO Centro e PRODESA.

Relativamente à comparação com outros Programas Operacionais Sectoriais, a heterogeneidade é superior, quer pela maior concentração dos custos dos estudos do PO Cultura e PO Acessibilidades e Transportes, quer pela situação inversa no PO Saúde e PO Ambiente.

Acções de assistência técnica

12. Apesar da relevância deste indicador, o mesmo não permite avaliar a eficiência das acções de assistência técnica, uma vez que os projectos que utilizam este indicador podem ser apresentados com periodicidade distinta (por exemplo anual ou semestral) e com âmbitos de assistência técnica bastante díspares (por sub-regiões, medidas ou eixos transversais). Nesse sentido, apenas se pode fazer uma comparação descritiva da dimensão dos projectos considerados.

GRÁFICO 7-4 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

13. A análise por medida permite entender que a grande maioria dos projectos associados a este indicador se enquadram, como seria de esperar, na Medida 3.20. Existe apenas um único registo deste indicador, num projecto enquadrado na Medida 1.3 – “Capacidade Institucional Regional”. Dadas as distinções que poderão existir nos diversos projectos, a amplitude global dos registos deste indicador no PORLVT é de 173,7 milhares de Euros. Ainda assim, e à excepção do PRODESA e do PO de Assistência Técnica ao QCA III, os projectos de assistência técnica enquadrados no PORLVT são os que aparecem como sendo os que têm um menor valor. Tendo em consideração as ressalvas acima mencionadas, o Programa que apresenta um maior nível de eficiência neste indicador é o PRODESA. O exemplo mais claro dos possíveis diferenciais está associado ao projecto do PO Saúde, que agrega toda a assistência técnica desse Programa, num único registo com um valor de 6,4 milhões de Euros.

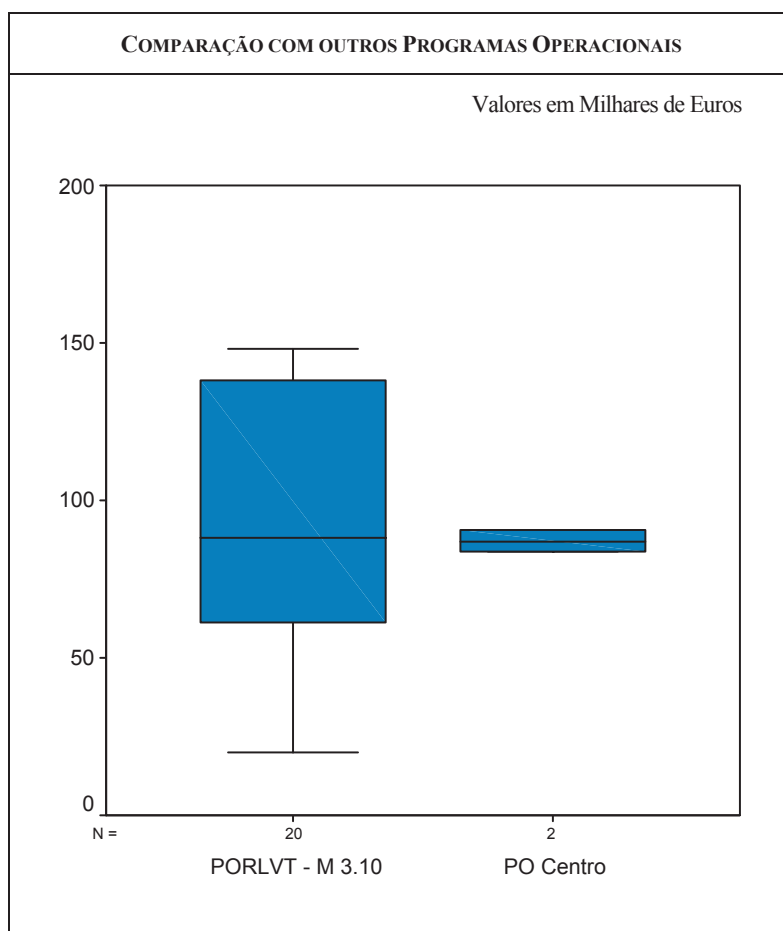
Rede de distribuições de gás natural construída

14. Sendo este indicador um dos que está relacionado com a consolidação da rede de gás natural, enquadráveis na Medida 3.10 – “Economia”, constata-se um registo de 20 projectos no PO da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com um custo médio por Km de rede construída a variar entre

20.232,3 Euros e 147.919,7 Euros (ver Gráfico 7-5), pode-se admitir que essa distribuição de valores é normal, se se tiver em consideração que os custos de instalação da rede variam de acordo com a dimensão das condutas consideradas em cada um dos projectos específicos. Esta conclusão resulta da observação dos custos de referência que são definidos no Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para os sistemas de abastecimento de água, e que pode ser considerada como válida dada a similitude com a rede de abastecimento de gás natural.

15. Em termos comparativos, a dispersão deste tipo de projecto no PORLVT é bastante superior à que se verifica no PO Centro, mas estas conclusões podem ser encaradas como abusivas se se considerar que na Região Centro apenas constam dois projectos com registo neste indicador. Ainda assim, o custo mediano também é similar, pelo que não se podem identificar grandes distinções nos registos daqueles Programas Operacionais.

GRÁFICO 7-5 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DISTRIBUIÇÕES DE GÁS NATURAL CONSTRUÍDA”

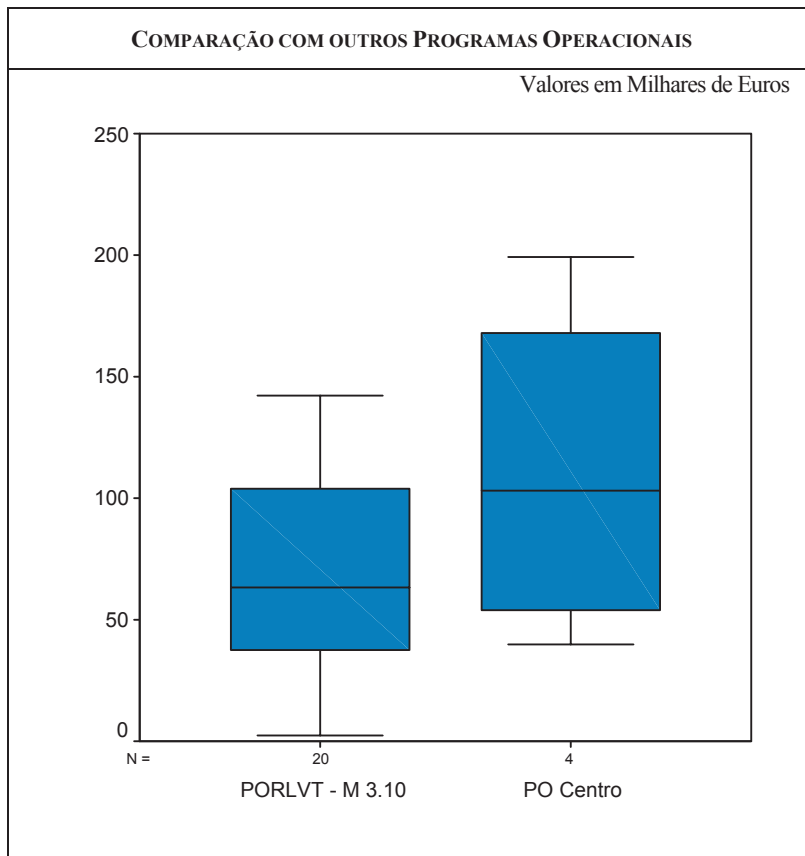


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais

16. Contrariamente ao indicador relativo aos “Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos”, o custo de reconversão de consumidores industriais para gás natural é bastante dispar, sendo o intervalo interquartis de 69.490,8 Euros, o que se pode explicar pela localização periférica, logo tendencialmente com custos mais elevados, de algumas unidades industriais na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Ainda assim, e tal como tinha acontecido com o indicador relativo aos consumidores domésticos, o Programa de Lisboa é mais eficiente que o PO Centro, quer em termos de dispersão (sendo o intervalo interquartis do PO Centro de 136.918,7 Euros), quer em termos de custos, uma vez que o mínimo do PO Centro é superior ao 1º Quartil do PORLVT.

GRÁFICO 7-6 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL - INDUSTRIAIS”



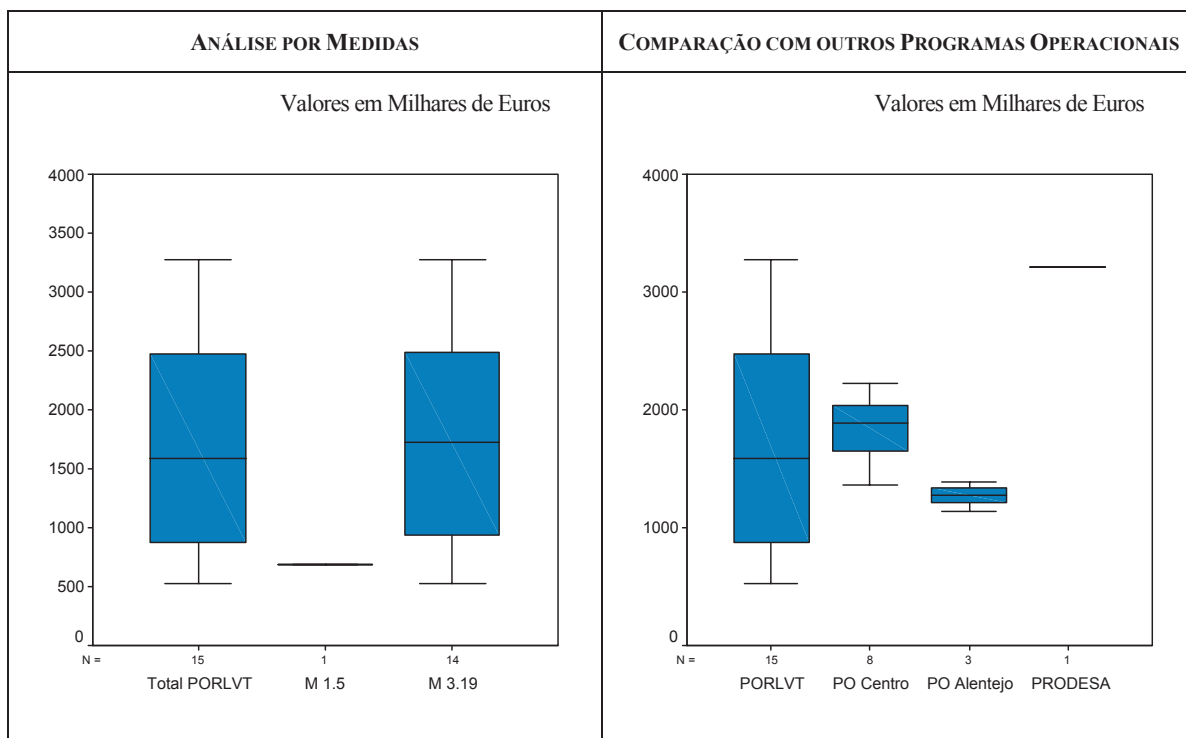
Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Não se pode, contudo, negligenciar o facto de, no PO Centro, apenas serem considerados quatro projectos, situação que pode, de alguma forma, dificultar uma generalização.

Centros de Saúde construídos

17. Pela observação do Gráfico 7-7 verifica-se que os custos dos projectos de construção de Centros de Saúde na Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam uma grande dispersão (sendo a amplitude total de 2.755.658,9 Euros), nomeadamente quando comparados com os projectos de construção de Centros de Saúde na Região Centro (amplitude total de 864.382,1 Euros) e Alentejo (amplitude total de 252.737,2 Euros). O PRODESA apenas regista um único projecto de construção de um Centro de Saúde, mas o seu custo é pouco inferior ao custo máximo dos projectos do PORLVT. Ainda assim, em termos do custo mediano, o PORLVT fixa-se em 1.583.440 Euros, enquanto que o PO Centro tem um valor superior de 1.893.157,5 Euros e o PO Alentejo inferior, de 1.278.164,6 Euros.

GRÁFICO 7-7 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CENTROS DE SAÚDE CONSTRUÍDOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

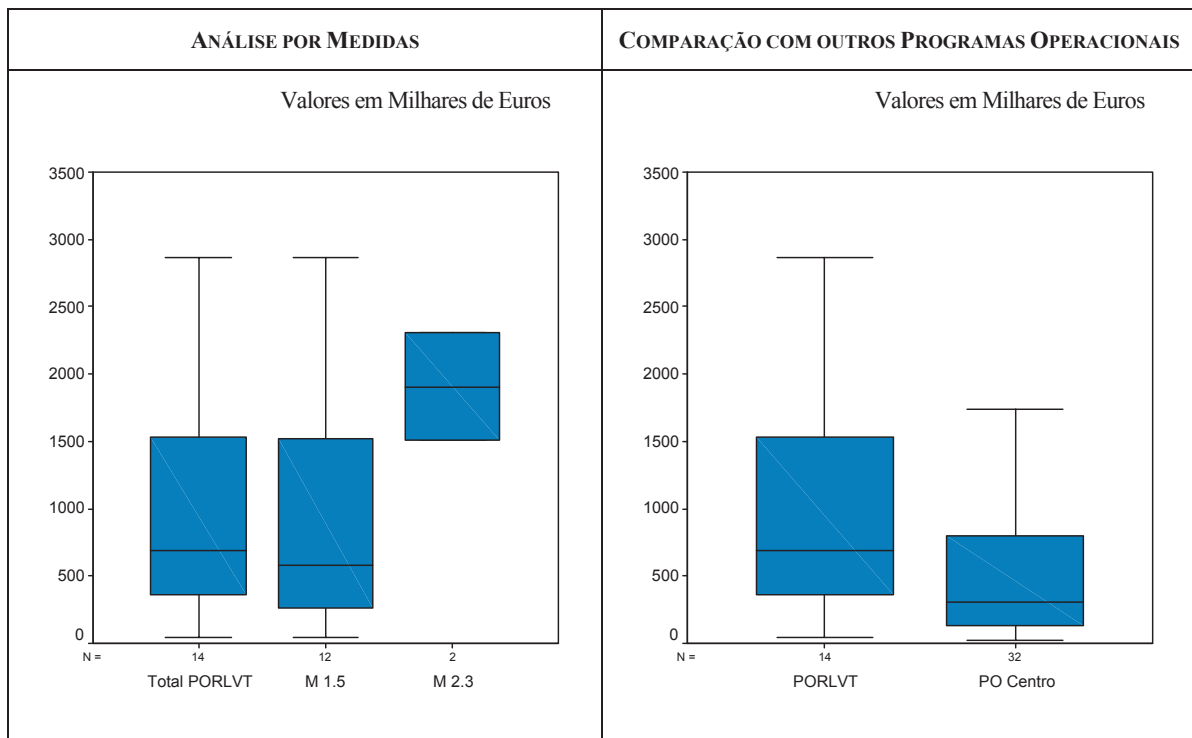
18. A análise da eficiência deste indicador por medidas não é muito diferente dos valores gerais para o total do PORLVT, uma vez que dos 15 registos de projectos que utilizam este indicador, apenas um se enquadra na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e todos os outros na Medida 3.19 – “Saúde”. Sendo o valor do projecto enquadrado na Medida 1.5

inferior ao primeiro quartil da distribuição dos projectos na Medida 3.19, resulta que desta última Medida para o PORLVT total apenas se altera a mediana e a amplitude interquartis.

Intervenções integradas de renovação urbana

19. Resultando sobretudo de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “ Acções Específicas de Valorização Territorial”, este indicador tem uma dispersão significativa para o número de registos apresentado, sendo a amplitude entre o valor mínimo (39.916 Euros) e o valor máximo (2.863.100 Euros) bastante elevada. Comparativamente ao outro PO onde existem registos neste indicador, o PO Centro, a eficiência do Programa de Lisboa parece ser inferior, uma vez que para um total de 32 projectos, o PO Centro tem um custo mínimo inferior e um custo máximo pouco superior ao terceiro quartil do PORLVT. Ainda assim, é relevante ter em consideração que a extensão dos projectos com registos neste indicador poderá ser muito distinta, logo também os respectivos custos associados, tendo esse facto implicações na eficiência do indicador.

GRÁFICO 7-8 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES INTEGRADAS DE RENOVAÇÃO URBANA”

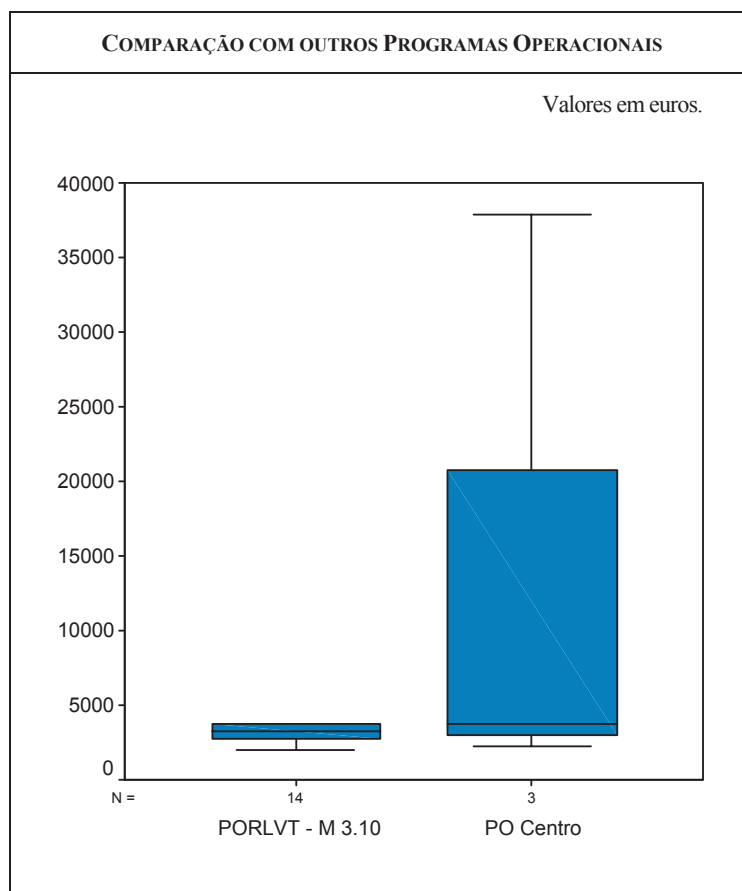


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários

20. Neste indicador, e ainda que se deva ter em consideração o reduzido número de registos enquadráveis no PO Centro, Lisboa é bastante mais eficiente, uma vez que o custo máximo de reconversão de um consumidor terciário em gás natural é de apenas 3.750 Euros, face ao 32.852 Euros registados num projecto do PO Centro. Por outro lado, as amplitudes global e interquartis dos projectos candidatos ao PORLVT também são inferiores, o que para aquele número de projectos é revelador da condensação dos custos.

GRÁFICO 7-9 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – TERCIÁRIOS”

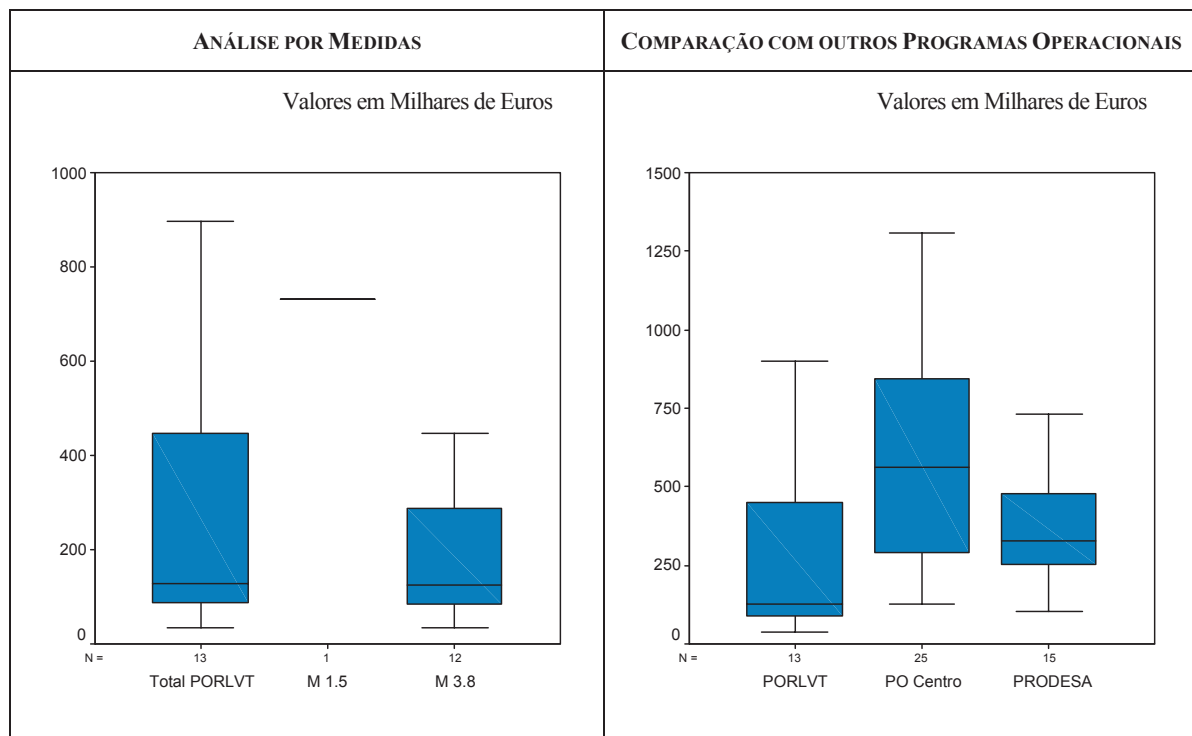


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas

21. Os projectos com registo neste indicador são enquadráveis, na sua maioria, na Medida 3.8 – “Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, havendo apenas um único registo na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”. A dispersão dos projectos permite obter uma amplitude total de 862,65 mil euros, e que poderá resultar da profundidade das intervenções efectuadas, e da dimensão das próprias escolas intervencionadas.
22. Relativamente ao posicionamento face aos projectos similares do PO Centro, Lisboa parece apresentar um maior grau de eficiência, uma vez que os custos médios das obras são genericamente menores, ainda que o número total de projectos seja aproximadamente metade dos registados no PO Centro. Quando a comparação se reporta ao PRODESA, as conclusões são distintas, uma vez que aqueles projectos têm uma menor amplitude de dispersão, ainda que o mínimo no PRODESA seja superior ao registado no PORLVT. Não obstante, o valor mediano do PORLVT é o menor (126,7 mil Euros), face ao custo mediano de 563,9 mil Euros dos registos do PO Centro e de 326,1 mil Euros dos projectos enquadrados no PRODESA.

GRÁFICO 7-10 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

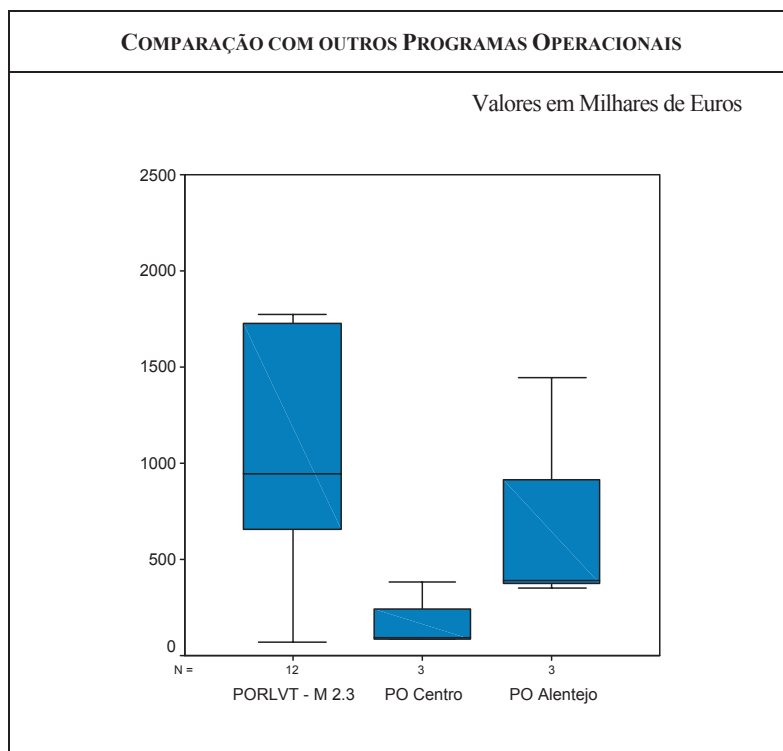


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico

- 23. Tendo este indicador todos os 12 registos na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, apresenta uma distribuição bastante assimétrica numa amplitude total de 1.702.959,5 Euros, com a dispersão a ser mais acentuada abaixo do primeiro quartil, e nos 25% de observações acima da mediana. Em contrapartida, os 25% superiores tem uma amplitude de apenas 44.123,6 Euros.
- 24. A comparação inter-programas, permite entender os projectos do PORLVT como sendo os menos eficientes, uma vez que os registos neste indicador no PO Centro e PO Alentejo têm amplitudes bastante inferiores, embora, tal como já aconteceu noutros indicadores, o número de registos daqueles Programas de referência seja muito inferior.

GRÁFICO 7-11 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO”

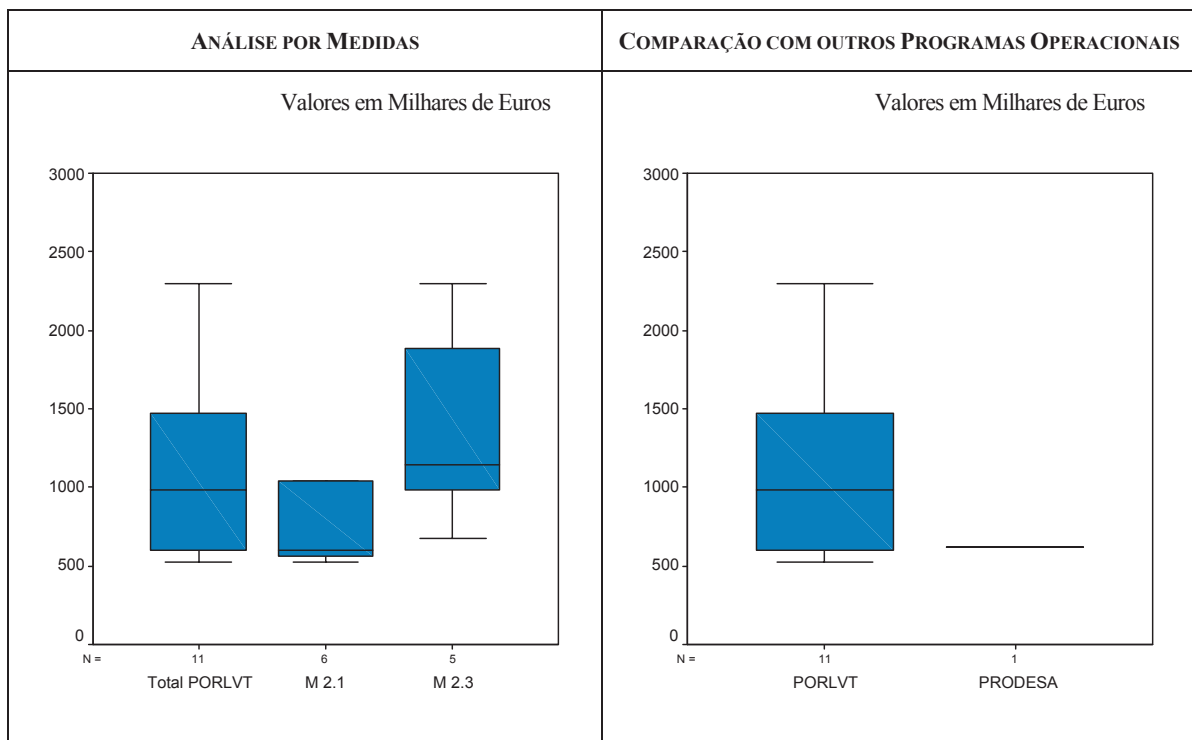


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

25. Neste indicador é possível distinguir de forma bastante clara que os projectos enquadrados na Medida 2.1 – “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial” têm custos genericamente inferiores aos que se registam nos projectos enquadráveis na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, resultado das grandes intervenções ambientais e paisagísticas que estão a ser executadas no Vale do Tejo, a fim de o orientar cada vez mais para uma lógica de espaço de turismo e lazer. Desta situação resulta que o custo mediano das intervenções é de 984,1 mil Euros, numa amplitude global de 1.776,2 mil Euros. A referência comparativa com outros programas, é um único projecto do PRODESA, pelo que não é possível tirar grandes ilações.

GRÁFICO 7-12 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

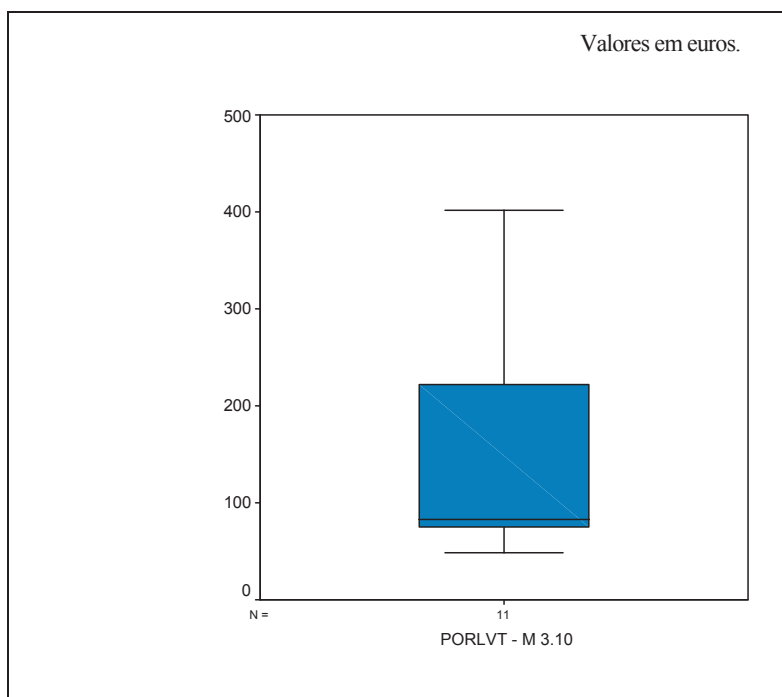


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Contadores

26. Pertencendo este indicador ao grupo de indicadores associados à instalação da rede de gás natural (enquadrados na Medida 3.10 – “Economia”), importa perceber que este é o que apresenta menor número de registos (11 projectos), sendo um indicador apenas utilizado no PORLVT. Com a mediana nos 82,4 Euros, a dispersão do custo de instalação dos contadores é relativamente grande, ainda que essa dispersão não seja homogénea, uma vez que a amplitude dos 50% dos projectos inferiores é de 33,6 Euros, enquanto que a amplitude dos 50% superiores é de 319 Euros. Este ordenamento pode ser explicado por se contar da mesma forma um contador instalado num consumidor doméstico ou num consumidor industrial, sendo as características do contador, da instalação e do próprio serviço bastante distintas.

GRÁFICO 7-13 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONTADORES”

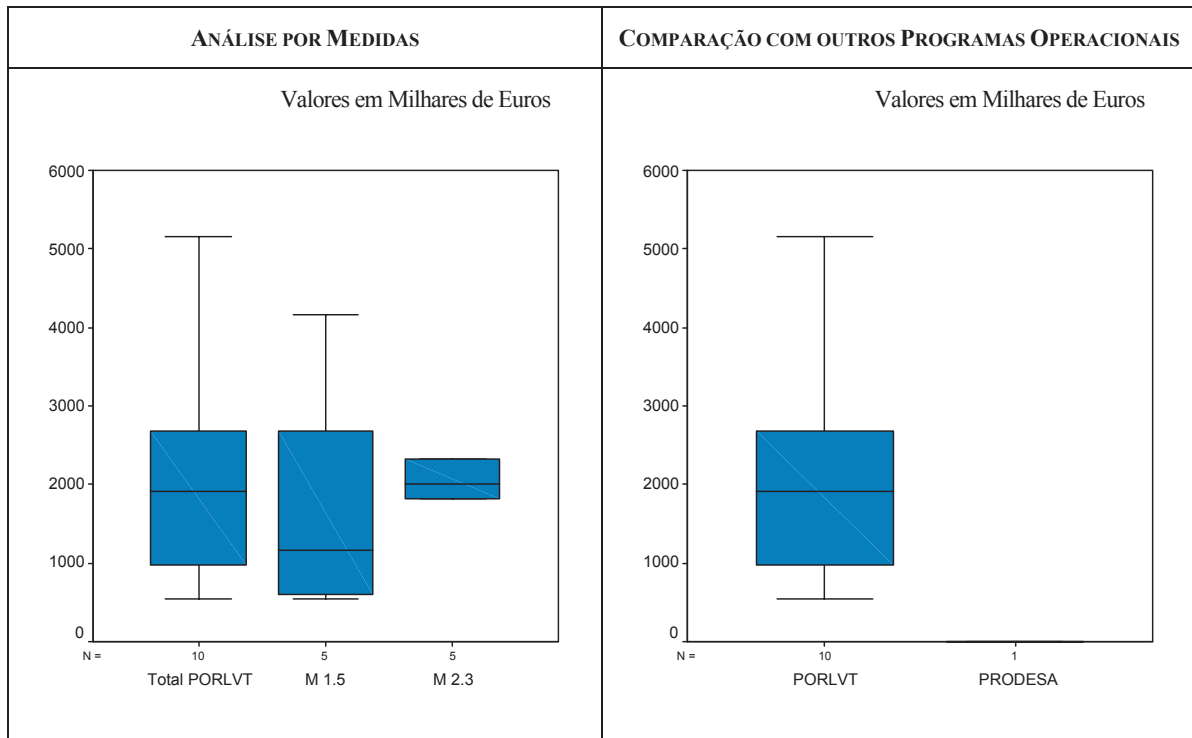


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados

27. Com o número de referências definido como mínimo, este indicador tem metade dos registos de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e a outra metade na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”. O valor mediano para o total do PORLVT é de 1.907,6 mil Euros, valor muito próximo da mediana dos projectos relativos à Medida 2.3. A comparação ao único projecto do PRODESA com um valor extremamente baixo, não permite fazer qualquer análise de eficiência comparativa.

GRÁFICO 7-14 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA, APOIADOS”

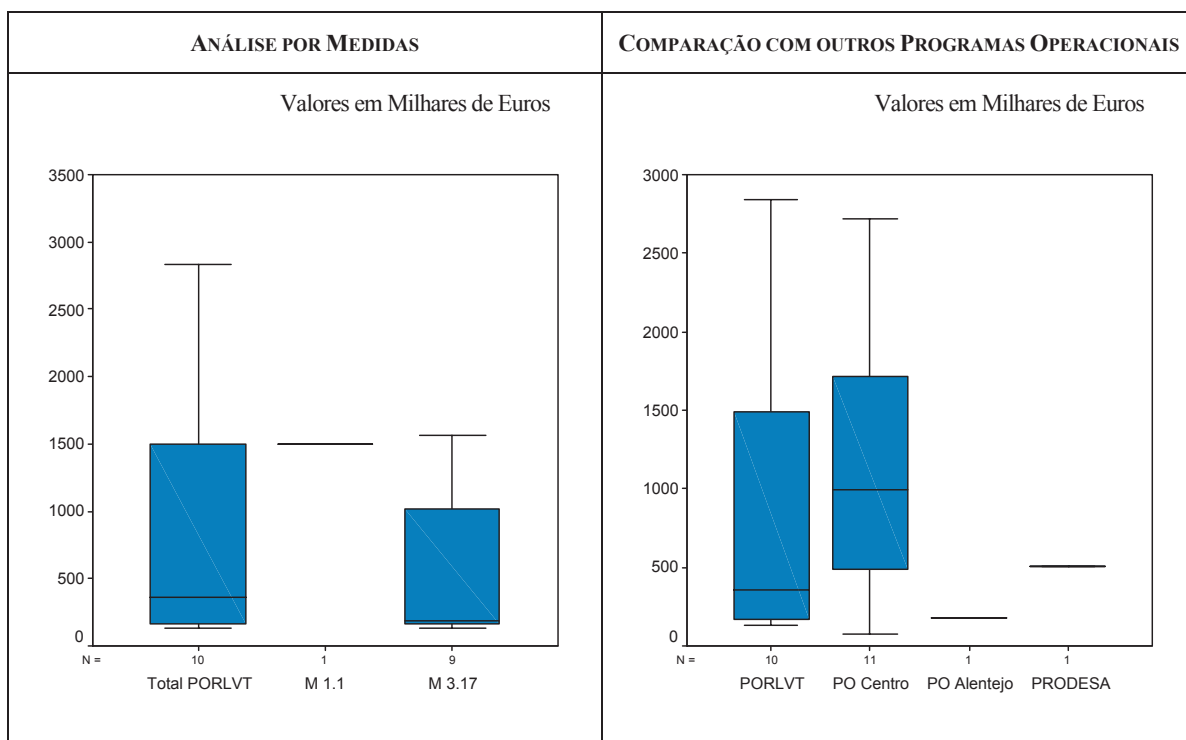


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Estradas construídas/requalificadas

28. A avaliação do custo de cada Km de estrada construída ou requalificada permite, desde logo, conjecturar valores distintos pelo facto de, no mesmo indicador, se considerar a construção de estradas e a requalificação de outras. É também esta a conclusão que se tira pela análise do já referido Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que embora tenha definidos custos máximos de referência para a construção ou reabilitação de vias de comunicação, não permite aferir a adequação dos valores nestes projectos, por falta da informação necessária à classificação do tipo de obra executada. Ainda assim, é possível verificar que a amplitude de preços registada se enquadra no intervalo definido no Despacho acima.
29. Comparativamente aos projectos dos outros Programas Operacionais, é possível verificar que a dispersão dos projectos e os respectivos custos médios por Km, não variam muito de programa para programa, tendo em conta sobretudo os valores apresentados no PO Centro, e uma vez que apenas existe um registo no PO Alentejo e um outro no PRODESA.

GRÁFICO 7-15 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTRADAS CONSTRUÍDAS/REQUALIFICADAS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

7.1.2. Avaliação das Medidas Contratualizadas do Eixo 1

30. Esta segunda base de dados é utilizada porque não foi disponibilizada, até ao fecho deste relatório, uma nova versão mais actualizada da base de dados trabalhada no Relatório Final Preliminar e que foi apresentada no ponto anterior, quer para os projectos do PORLVT, quer para os projectos dos restantes programas regionais e sectoriais.

Para além disso, a utilização desta base de dados autónoma de indicadores das medidas contratualizadas (Medidas 1.1, 1.2 e parte da Medida 1.3) justifica-se pelo facto destes dados ainda não terem sido exportados para a base do SIFEC, constituindo esta análise uma tentativa de ultrapassar a falha de projectos relativos a estas medidas na base analisada no ponto anterior.

31. Tal como na base de dados anterior, foram seleccionados para a análise apenas os indicadores que tinham mais de 10 utilizações, resultando num conjunto de 11 indicadores que, tal como se pode verificar no Quadro 7-2, e à excepção de dois indicadores, especificamente os indicadores “Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística” e “Escolas do ensino básico remodeladas/ ampliadas”, é diferente do conjunto analisado anteriormente. Para estes indicadores a análise irá incidir sobre um total de 231 projectos, sendo que apenas 3% dos projectos apresentam registos em mais de um indicador.

QUADRO 7-2 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1146670	Rede viária municipal beneficiada	50
1157260	Rede de drenagem de águas residuais construída	38
1167516	Intervenções de renovação urbana	34
1157005	Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	28
1010059	Escolas do ensino básico construídas	20
1104527	Equipamentos de lazer e desportivos construídos	13
1157262	Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	13
1146672	Rede viária municipal construída	12
1157250	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada	11
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	10
1157254	Rede de abastecimento de água: conduta adutora	10

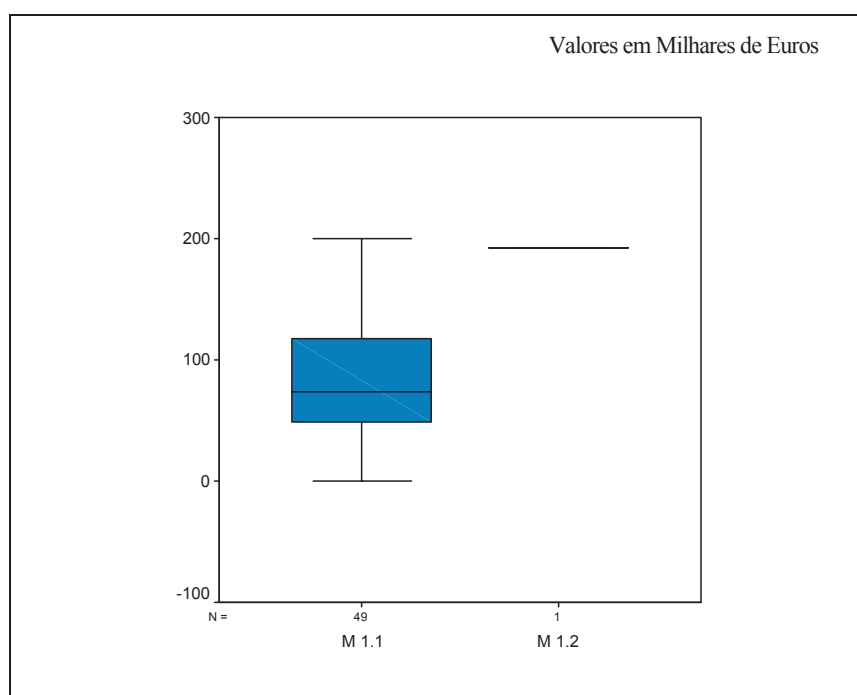
Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

32. Tal como se tinha efectuado no ponto anterior, este ponto encontra-se organizado por indicador, procedendo-se à análise da variabilidade dos custos médios e, quando possível, por medidas.

Rede Viária Municipal Beneficiada

33. Sendo este indicador o que maior número de registos apresenta (50 registos), tem 49 registos na Medida 1.1 – “Acessibilidades e Equipamento”s e um único registo na Medida 1.2 – “Valorização Ambiental e Patrimonial”, prevendo estes projectos a beneficiação total de 10.780 Km de vias municipais. Os custos de beneficiação, por Km, de Rede Viária Municipal têm uma mediana e uma média de 74,4 e 154,2 milhares de euros, respectivamente, e uma amplitude interquartis de 76,5 milhares de euros. Pelo facto da média ser superior à mediana, pode-se concluir que a metade superior dos projectos apresenta uma dispersão de custos de projectos bastante superior à metade inferior, contudo em termos comparativos com os restantes indicadores analisados no presente ponto, este é o indicador que menor amplitude e valores absolutos apresenta.

GRÁFICO 7-16 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL BENEFICIADA”

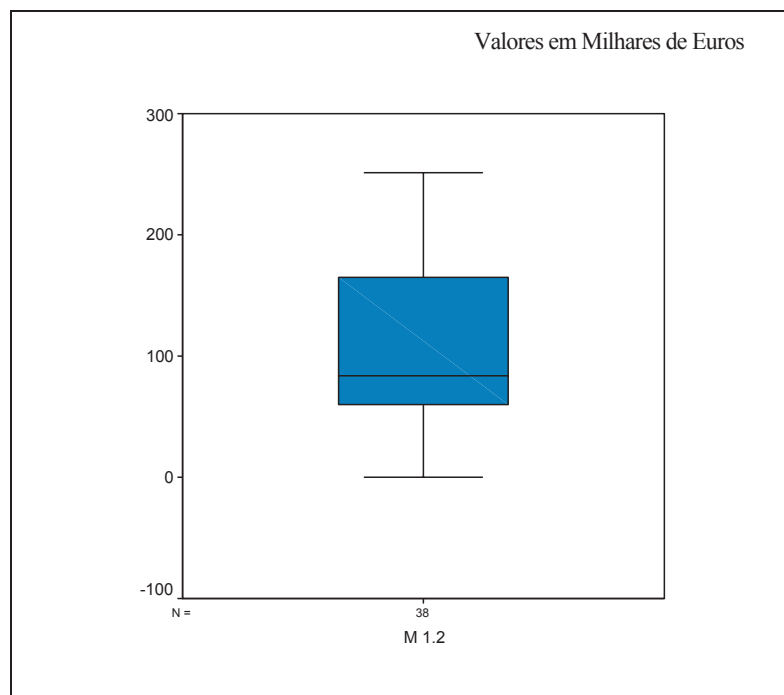


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de drenagem de águas residuais construída

34. Os 38 projectos considerados neste indicador prevêem a construção de 386 Km de rede de drenagem de águas residuais, e estão associados à Medida 1.2 do Programa. O custo médio de construção por Km linear é de 161,7 milhares de euros e o valor da mediana é de 83,8 milhares de euros, o que se traduz na maior mediana apresentada pela distribuição de projectos associada a indicadores relacionados com a rede de águas.

GRÁFICO 7-17 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS CONSTRUÍDA”

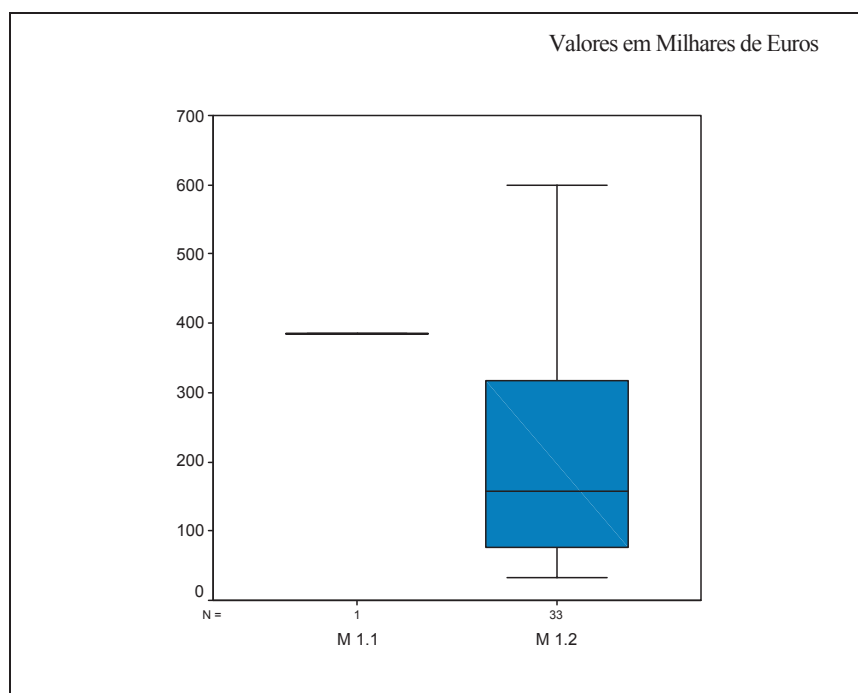


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Intervenções de Renovação Urbana

35. Com 34 registos, este indicador pretende fazer 177 intervenções associadas à renovação urbana, a maioria associadas à Medida 1.2 – “Valorização ambiental e patrimonial”. Com uma distribuição de valores médios por intervenção efectuada relativamente discretos este indicador apresenta uma amplitude interquartis no valor de 294,3 milhares de euros e um valor mediano de 178,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-18 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA”

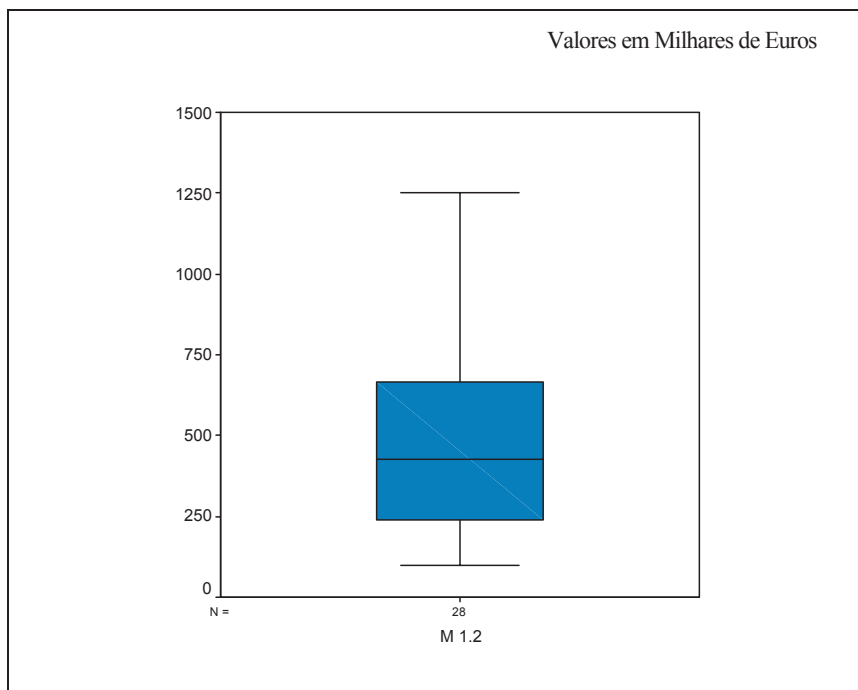


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

36. Sendo um dos indicadores com maior número de registos (28), estes projectos prevêem a concretização de 73 acções de qualificação ou reabilitação ambiental e paisagística, apresentando um custo médio por acção de 706,7 milhares de euros. A distribuição deste indicador mostra-se bastante ampla, uma vez que se se considerassem os casos extremos e os *outliers*, a amplitude global seria de 6.540,6 milhares de euros, o que demonstra a diversidade e grandeza de projectos considerados neste indicador. Não obstante, excluindo os casos extremos e os *outliers*, a amplitude interquartis reduz-se para valores mais normais, de 438,6 milhares de euros, e mediana fixa-se em 427,2 milhares de euros.

GRÁFICO 7-19 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

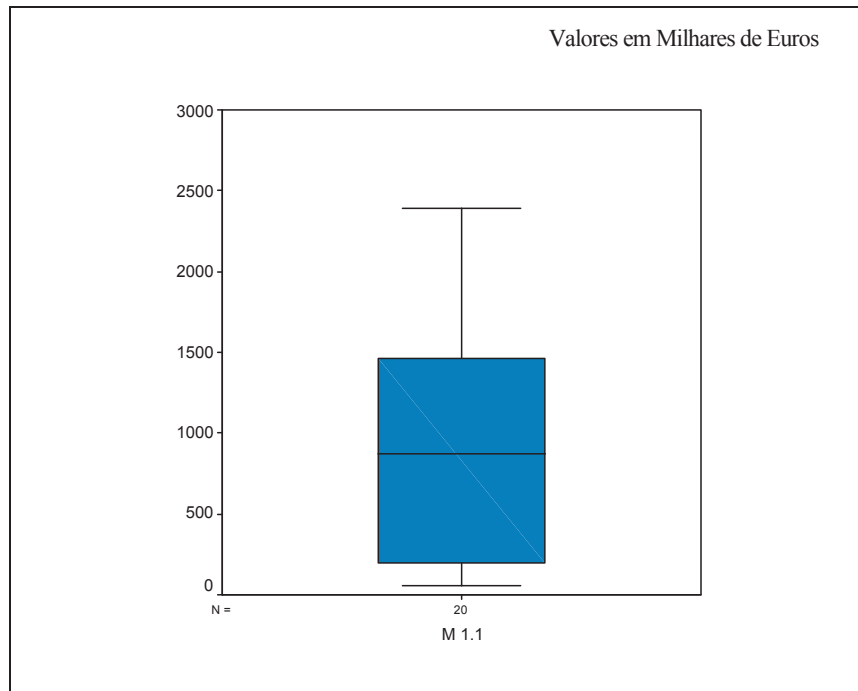


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas de Ensino Básico Construídas

37. Ainda que este indicador apenas tenha 20 registos, é o que, por comparação com a distribuição dos custos dos projectos registados nos outros indicadores, apresenta maior amplitude global. A amplitude interquartis, é igualmente a maior, no valor de 1.278,6 milhares de euros, bem como a média e a mediana, que registam os valores de 978,5 e 876,1 milhares de euros, respectivamente.

GRÁFICO 7-20 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO CONSTRUIDAS”

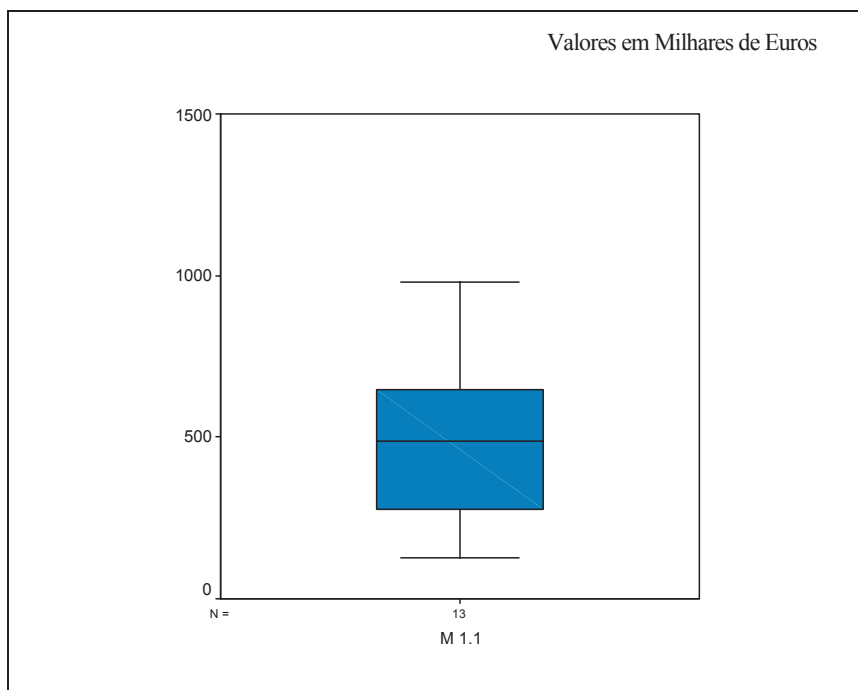


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Equipamentos de Lazer e Desportivos Construídos

38. Estando todos os projectos (13 registos) considerados neste indicador associados à Medida 1.1 – “Acessibilidade e Equipamentos”, este indicador prevê a construção de 20 equipamentos de desporto e lazer. Os custos médios apresentados por equipamento considerado são de 766,8 milhares de euros e a mediana é de 485,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-21 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EQUIPAMENTOS DE LAZER E DESPORTIVOS CONSTRUÍDOS”

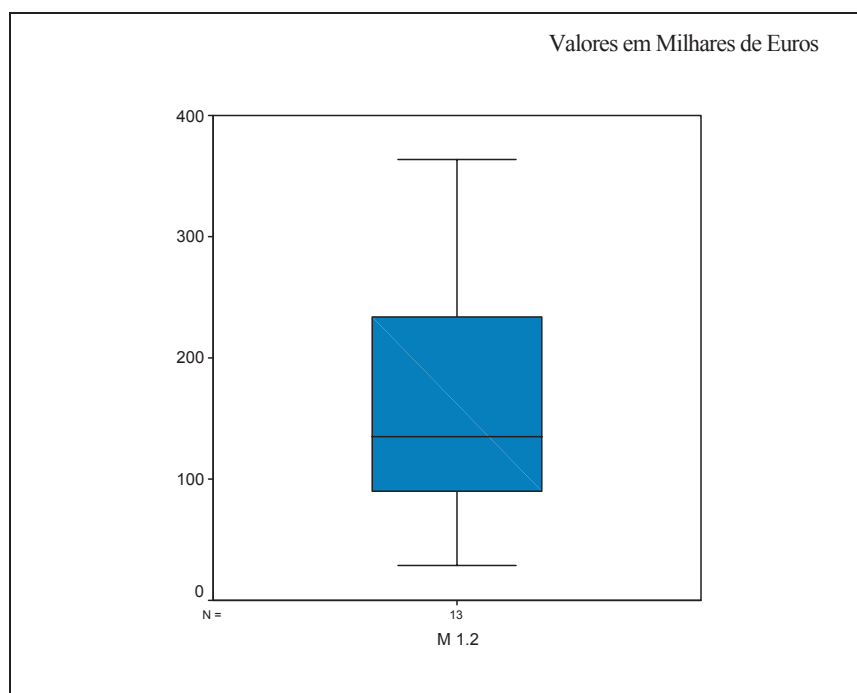


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de Drenagem de Águas Residuais Remodelada/Ampliada

39. Os projectos considerados neste indicador pressupõem a intervenção num total de 45 Km de rede de drenagem de águas residuais. O custo médio por Km será de 180,1 milhares de euros e a mediana será de 135,4 milhares de euros. Sendo, dos 11 indicadores analisados neste ponto, o que apresenta a segunda distribuição menos ampla, este indicador apresenta uma amplitude interquartis de 171 milhares de euros.

GRÁFICO 7-22 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS REMODELADA/AMPLIADA”

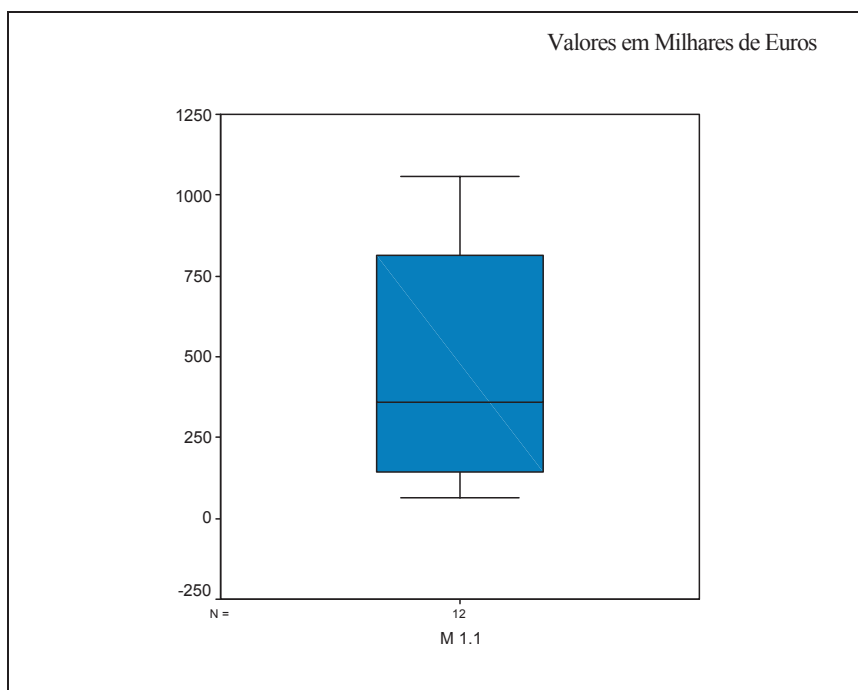


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede Viária Municipal Construída

40. Comparativamente com a distribuição do indicador relativo à “Rede Viária Municipal Beneficiada”, este indicador apresenta, como seria de esperar, valores muito superiores, mesmo com um número de projectos inferior (12 projectos) que prevêem, no total, a construção de 93 Km de novas vias municipais. A mediana do custo do Km de rede construída, no valor de 359 milhares de euros, é aliás, bastante superior ao valor máximo apresentado pelo indicador associado à beneficiação das vias municipais. Em média a construção de um novo Km de via municipal custou 543,9 milhares de euros, ainda que a variabilidade seja algo elevada, uma vez que a amplitude interquartis é de 722,8 milhares de euros.

GRÁFICO 7-23 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL CONSTRUÍDA”

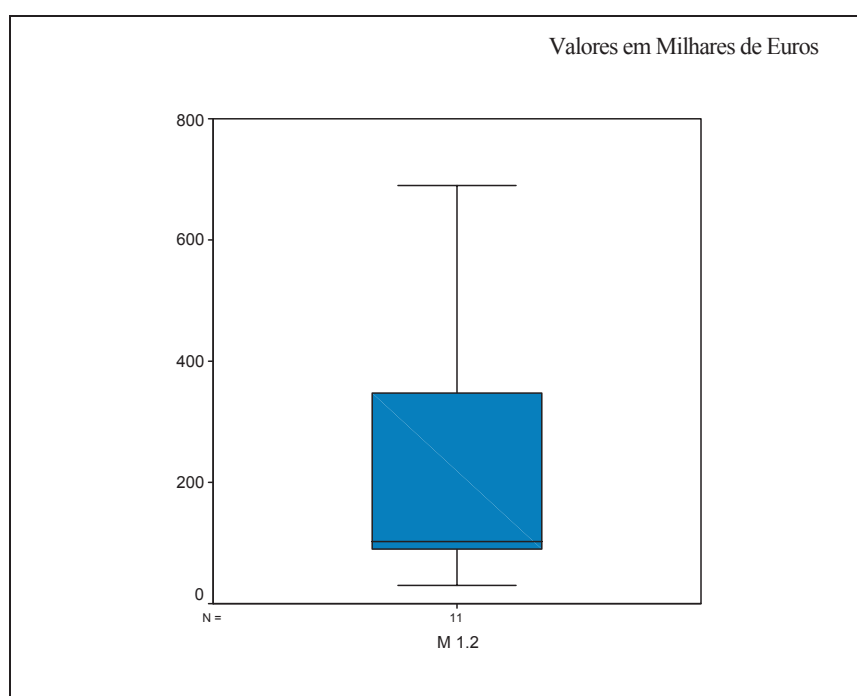


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada

41. Os 11 projectos associados à remodelação da rede de abastecimento de água pretendem intervir em 50 Km de rede. Mostrando valores de custo médio por Km de 241 milhares de euros e valores medianos de 102,2 milhares de euros, estes projectos apresentam a maior amplitude de custos dos indicadores associados à rede de águas, nomeadamente o indicador “Rede de drenagem de águas residuais construída”, “Rede de drenagem de águas residuais remodeladas/ampliadas” e “Rede de abastecimento de água: conduta adutora”, com amplitude interquartis no valor de 332,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-24 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REMODELADA/AMPLIADA”

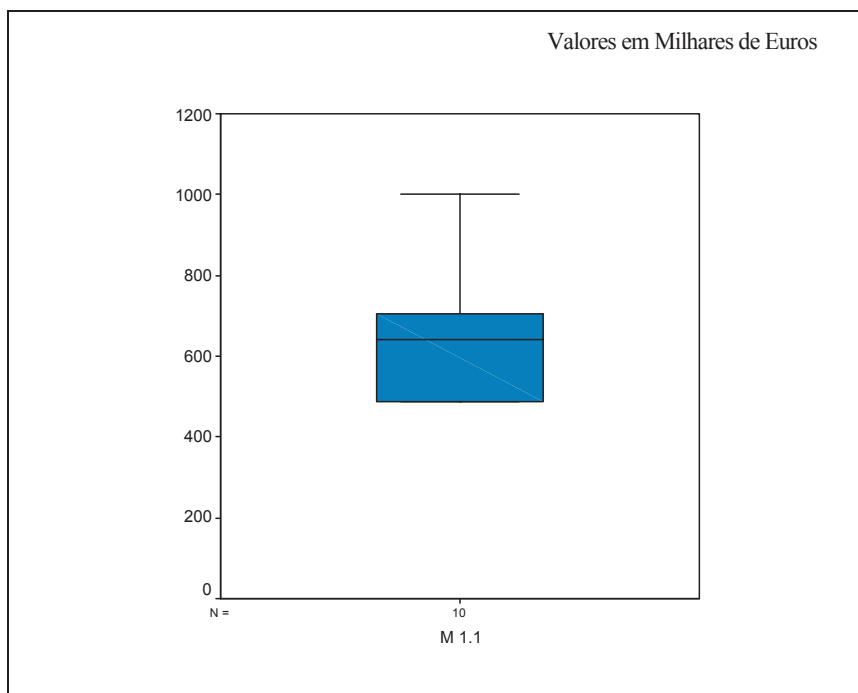


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas do Ensino Básico Remodeladas/Ampliadas

42. Sendo um dos indicadores que menor número de registos apresenta, este indicador apenas contempla projectos enquadráveis na Medida 1.1. Por comparação com o indicador referente à construção de escolas do ensino básico, este indicador apresenta valores máximos bastante mais controlados, no entanto, é curioso verificar que os valores mínimos são relativamente superiores, o que também se fica a dever ao facto dos dois projectos inferiores ao primeiro quartil serem considerados como *outliers*. A mediana associada a este indicador é de 640,9 milhares de euros, e a diferença interquartis é de 361,0 milhares de euros.

GRÁFICO 7-25 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

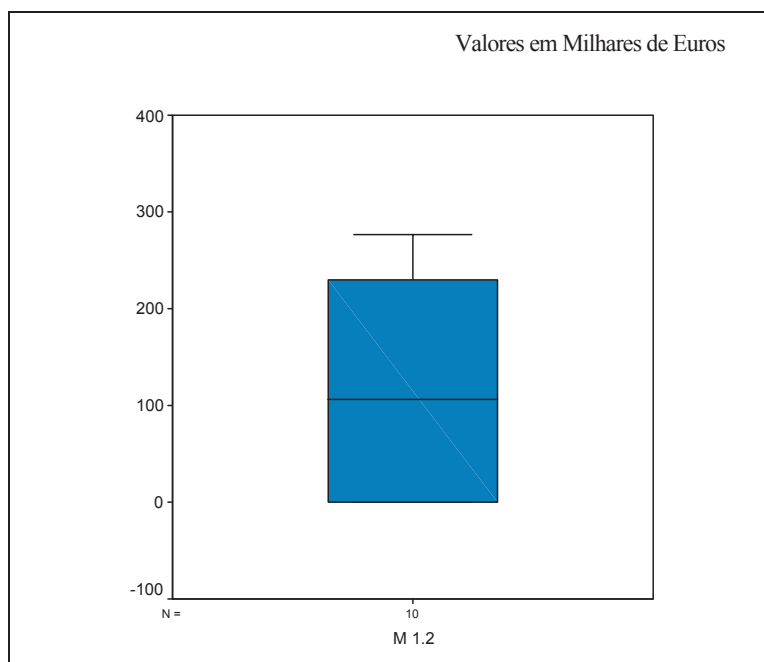


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água: conduta adutora

43. Registrando igualmente 10 projectos, este indicador está associado à construção de 34 Km de conduta adutora. Com um valor médio de construção por Km de 197,4 Milhares de euros, e um valor mediano de 106,7 milhares de euros, os projectos não apresentam grande dispersão dos valores por projecto, sendo a amplitude interquartis de 241,8 milhares de euros. É ainda curioso notar que existe um conjunto de projectos que têm associado o custo de zero euros, o que sendo erro na introdução dos dados pode alterar aqueles resultados.

GRÁFICO 7-26 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: CONDUTA ADUTORA”



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

7.2. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA MEDIDA DO FEOGA (MEDIDA 3.15)

639. A avaliação dos níveis de eficiência do FEOGA, pressupõe uma análise de eficiência das realizações através da comparação entre os recursos públicos afectos e o custo total dos projectos, uma vez que as limitações inerentes à base de dados e a não existência de dados dos indicadores disponíveis por projecto, não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variabilidade dos projectos. Deste modo, analisou-se a informação, por projecto, dos valores do investimento elegível contratualizado e nos valores referentes aos recursos públicos afectos, os resultados são apresentados de acordo com algumas variáveis de segmentação dos projectos, como por exemplo a medida/acção, tipo de promotor e tipologia dos projectos.

A avaliação da eficiência desenvolvida neste ponto centra-se, neste sentido, na análise das variabilidades das taxas de incentivo verificadas entre a totalidade dos projectos com parecer favorável a 30/06/2003, no âmbito do FEOGA, mais especificamente ao nível das acções da medida 3.15 do PORLVT.

640. Quando se observa o conjunto dos projectos apoiados, verifica-se que o investimento elegível médio por projecto é de cerca de 110 mil euros, constatando-se, no entanto, que cerca de 50% dos projectos aprovados apresentam um investimento elegível abaixo dos 21 mil euros (ver Gráfico 7-27). Observa-se igualmente que cerca de metade dos projectos (entre o primeiro e o terceiro quartil) apresentam um investimento elegível concentrado entre os 10.000 e os 35.000 euros.

641. Em termos de taxa de incentivo para a totalidade dos projectos com parecer favorável (Gráfico 7-28), verifica-se que a taxa média de incentivo é de 63% e que, para cerca de 75% dos projectos, a variabilidade da taxa de incentivo apresenta uma elevada amplitude, variando entre os 50% e os 100%.

GRÁFICO 7-27: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em euros.

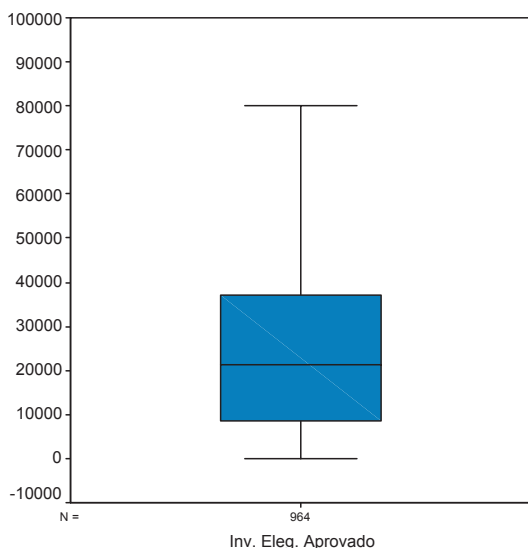
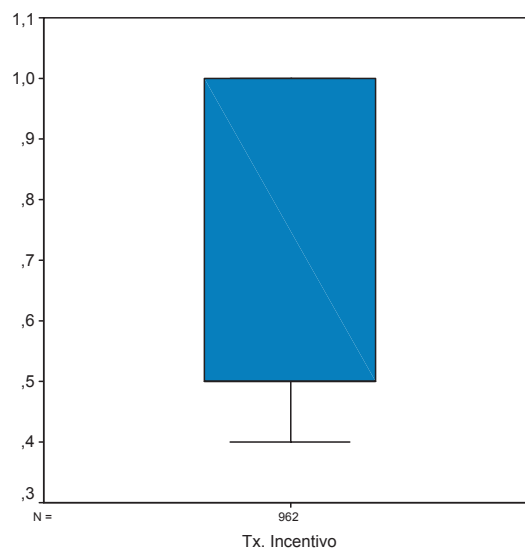


GRÁFICO 7-28: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

642. Quando analisados por acção, os projectos que mais se destacam ao nível da variabilidade em termos de investimento elegível, são os projectos da acção 5.1 - *Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais*, que se caracterizam por projectos com investimento elegível aprovado que varia entre os 0² e os 10.000.000 euros, apresentando um investimento elegível médio de 2.866.316 euros, superior ao de todas as outras acções. É igualmente de salientar que os dois projectos da acção 31 apresentam um valor para o investimento elegível idêntico entre eles (Gráfico 7-29).

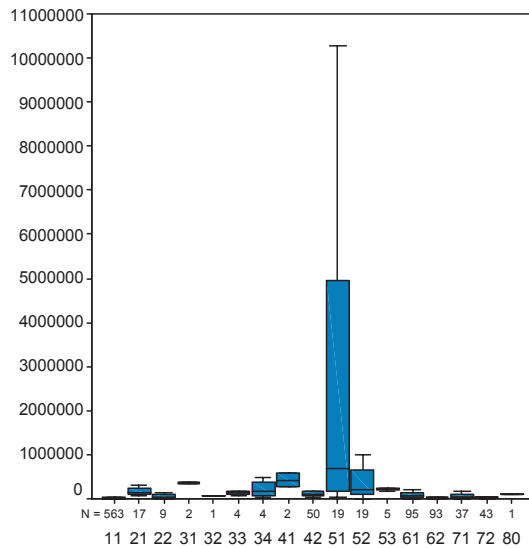
643. Em termos de taxas de incentivo, observa-se que, para os projectos afectos às acções 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2 e 8, estas apresentam-se concentradas nos 100%, o que significa que, nestes projectos, a contribuição pública para o investimento elegível aprovado foi total. Outros projectos, como os afectos às medidas 2.1, 3.2, 3.4, e 7.2 apresentam igualmente, variabilidade nula na distribuição das suas taxas de incentivo, concentrando-se estas, nos 50% para os projectos afectos às acções 2.1 e 3.2, nos 80% para os projectos afectos à acção 3.4 e nos 75% para os projectos afectos à acção 7.2. Os projectos que apresentam maiores variabilidades nas taxas de incentivo são os projectos afectos às acções 7.1 e 4.2, onde nos primeiros, cerca de 75%

² Estes valores podem resultar de indisponibilidade de informação na Base de Dados.

apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%, enquanto que nos segundos, cerca de 50% dos projectos apresentam taxas de incentivo entre os 65% e os 80%.

GRÁFICO 7-29: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

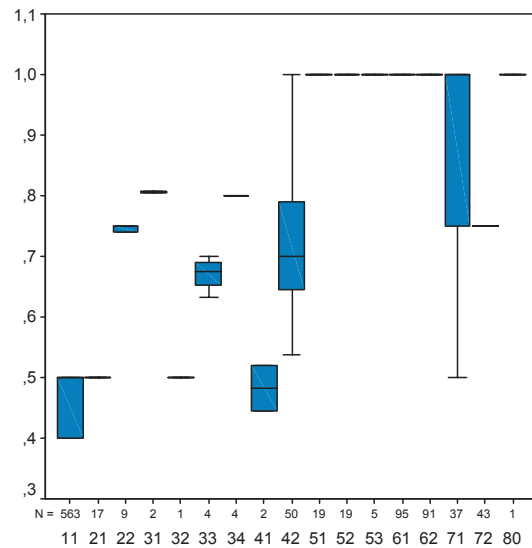
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-30: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

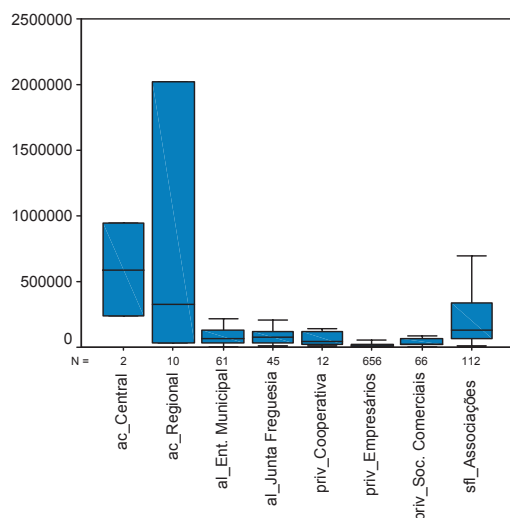
644. Os projectos afectos às acções da medida 3.15 caracterizam-se pela existência de diversos tipos de promotores, sendo que a generalidade dos projectos (87% do total) se encontra relacionada com entidades privadas, como empresários, associações sem fins lucrativos, sociedades comerciais e cooperativas e que os restantes 17% se encontram afectos a entidades públicas como as entidades municipais (Câmaras Municipais) e Juntas de freguesia da administração local e direcções centrais e regionais da administração central. As administrações centrais são, por sua vez, os promotores que maior variabilidade apresentam no investimento elegível aprovado, variando este entre os 27.500 euros e os 5.088.667 euros para o caso das administrações regionais, e entre os 234.520 euros e os 942.836 euros para o caso das administrações centrais. As restantes entidades, públicas e privadas apresentam variabilidades bastante mais concentradas e, também, valores consideravelmente menos significativos de investimento elegível (Gráfico 7-31).

645. No que respeita às taxas de incentivo, todos os promotores públicos, com a excepção da administração central regional, apresentam 100% de contribuição da despesa pública para o investimento elegível aprovado (Gráfico 7-32).

Quanto aos promotores privados, observa-se que são os empresários aqueles que apresentam uma maior concentração das taxas de incentivo que, por sua vez, se caracterizam por serem as mais reduzidas em todos os projectos, variando entre os 40% e os 50%. As cooperativas apresentam uma maior amplitude de variação das respectivas taxas de incentivo dos projectos a elas afectos, entre os 45% e os 75%, mas não apresentam nenhum projecto com 100% de taxa de incentivo, ao contrário dos projectos afectos aos promotores sociedades comerciais e associações sem fins lucrativos cuja generalidade dos projectos apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%.

GRÁFICO 7-31: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

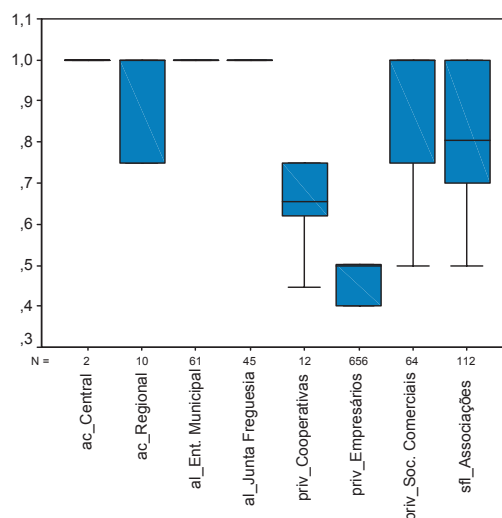
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-32: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

Valores em %.

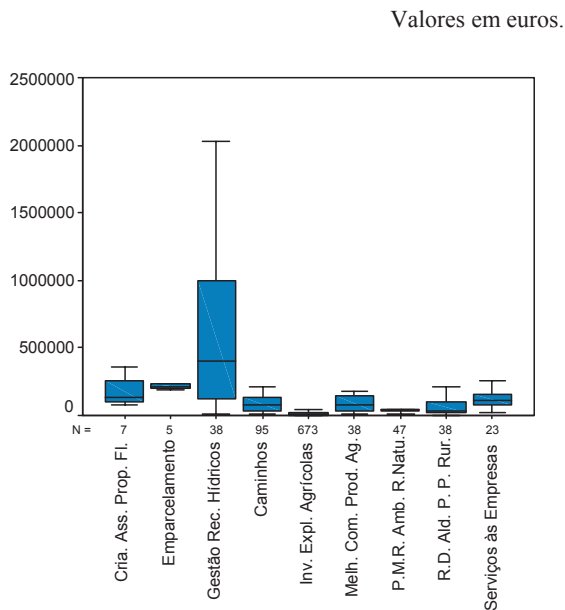


Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

646.A tipologia de projectos utilizada para esta análise (ver Gráfico 7-33, Gráfico 7-34) apresenta-se desagregada num segundo nível, sendo que os projectos afectos às tipologias “investimentos nas explorações agrícolas” e “melhoramento do comércio dos produtos agrícolas” se agregam na tipologia de primeiro nível “**agricultura**”, os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, “caminhos”, “protecção, melhoria e requalificação do ambiente e dos recursos naturais”, “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural” e “serviços às empresas” agregam-se na tipologia de primeiro nível “**promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais**” e os projectos afectos às

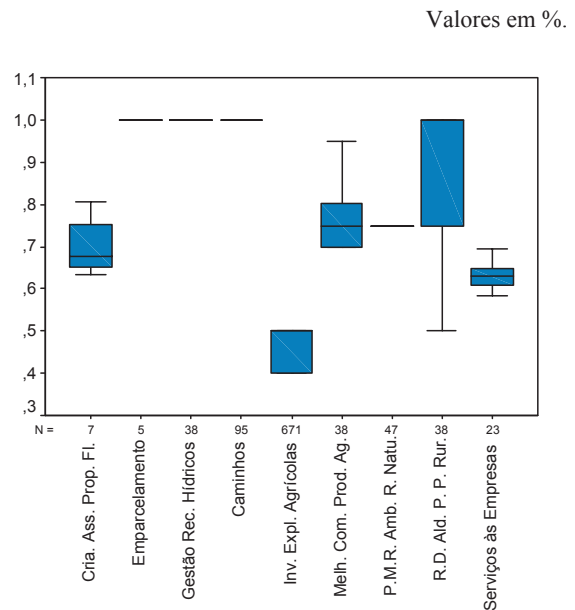
tipologias “criação de associações de proprietários florestais” agregam-se na tipologia de primeiro nível “silvicultura”.

GRÁFICO 7-33: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-34: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

647. Em termos de investimento elegível, a tipologia que agrega 70% dos projectos, “investimentos nas explorações agrícolas” parece ser a que apresenta níveis de investimento elegíveis mais baixos e homogéneos. O investimento médio elegível nesta tipologia é de 19.789 euros. Inversamente, os projectos afectos à tipologia de projectos “gestão dos recursos hídricos na agricultura” apresentam valores para o investimento elegível aprovado muito diversificados, com uma elevada amplitude de variabilidade, sendo que o investimento elegível médio é de 1.727.524 euros.

648. Os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, e “caminhos” apresentam, por sua vez, taxas de incentivo iguais, de 100%. A tipologia que apresenta, para a generalidade dos seus projectos, taxas de incentivo mais baixas são os projectos afectos à tipologia “investimentos nas explorações agrícolas” que, sem considerar com os *extremos* e *outliers* da distribuição, variam entre os 40% e os 50%, sendo a taxa média de incentivo de 53%. Por outro lado, a distribuição das taxas de incentivo dos

projectos afectos à tipologia “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural”, apresenta a maior amplitude de variação, sendo que estes projectos se caracterizam por taxas de incentivo que variam entre os 50% e os 100%, e por uma taxa média de incentivo de 86%.

7.3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DO FSE DESCONCENTRADAS DO POEFDS (MEDIDA 3.1 A 3.6)

649.O indicador número médio de formandos por curso, medido pela diferença entre as médias de aprovação e execução, permite constatar que, globalmente, a execução de projectos foi realizada a um nível médio ligeiramente inferior (em 3 formandos por curso) ao previsto na aprovação. Nas medidas 3.2. e 3.6., esta diferença é de, respectivamente, apenas 2 e 1 formandos por curso, enquanto na medida 3.5 o número médio de formandos por curso executado foi inferior ao previsto em 8 formandos (Quadro 7-3).

Ao nível do número médio de horas de formação por curso, a execução ficou, também, aquém dos níveis previstos (917 horas), com maior relevância nas medidas 3.3 (cujos cursos executados tiveram, em média, menos 3.649 horas de formação do que o que havia sido previsto), 3.6 e 3.1.

Esta menor execução ao nível do número médio de horas de formação por curso traduz-se, por consequência (e uma vez que ao nível do número médio de formandos por curso a execução se aproxima da aprovação), num menor nível médio de execução do número médio de horas de formação por formando, sendo que os cursos executados garantiram, em média, menos 38 horas de formação por formando do que o aprovado, o que se mostrou particularmente mais relevante na medida 3.6.

QUADRO 7-3: CANDIDATURAS APROVADAS E EXECUTADAS - DIFERENÇA ENTRE NÍVEIS MÉDIOS

Medidas / Projectos / Acções	Nº médio de formandos por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por formando (diferença execução / aprovação)
31 - Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	0	-2.161	-101
3111 - Sistema de aprendizagem	-1	-1.837	-96
3112 - Escolas de Turismo	-1	-2.778	-151
3121 - Qualificação inicial	-10	-12.058	-233
32 - Formação ao longo da vida e adaptabilidade	-2	-726	-27
3210 - Formação prof. Contínua (transição QCA II)	0	-201	-17
3211 - Educação e formação de adultos c/ certificação escola	-6	-12.958	-373
3212 - Qualificação e reconversão profissional	0	-1.745	-101
3213 - Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento	-2	-316	-10
3214 - Especialização profissional	-2	-1.735	-67
3215 - Formação profissional para funcionários da Adm. Pública	-3	-665	-35
3216 - Formação profissional para trabalhadores sector Saúde	-5	-180	2
33 - Qualificação e inserção profissional dos desempregados	0	-3.649	-226
3310 - Formação prof. (transição QCA II)	0	-236	-10
3311 - Qualificação profissional com Progressão Escolar	-1	-7.767	-265
3312 - Qualificação e Reconversão Profissional	0	-2.657	-183
3313 - Aperfeiçoamento Profissional	-1	-1.209	-38
3314 - Especialização Profissional de Quadros Superiores	0	-1.900	-97
35 - Eficácia e equidade das políticas	-8	-1.124	-17
3550 - Eficácia e Equidade das Políticas (transição QCA II)	-8	-1.124	-17
36 - Promoção do desenvolvimento social	-1	-2.859	-241
3621 - Formação Social e profissional	-1	-2.000	-204
3622 - Educação e formação de adultos c/certificação escolar	0	-5.748	-365
Total	-3	-917	-38

Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Os números médios de formandos e de horas de formação apresentaram maiores disparidades, com base nos níveis de execução e aprovação, nas acções 3.1.2.1 e 3.2.1.1. As acções 3.3.1.1 e

3.6.2.2, apesar de apresentarem níveis de execução do número médio de formandos por curso bastante próxima (caso da acção 3.3.1.1.) ou coincidentes com os níveis programados (caso da acção 3.6.2.2.), registaram, porém, diferenças consideráveis ao nível do número médio executado de horas de formação por curso e por formando.

650. O custo médio dos cursos executados pelas diferentes medidas desconcentradas do POEFDS foram relativamente diferenciados entre si (Gráfico 7-35). As medidas 3.1 e 3.3 apresentaram custos medianos por curso que rondaram os 50.000 euros, apesar de, no caso da medida 3.3, a dispersão do custo de cada curso ser bastante mais elevada que no caso da medida 3.1³, principalmente ao nível de cursos com custos superiores à mediana das situações analisadas.

Já no caso das medidas 3.2 e 3.5, com valores médios por curso bastante mais baixos (próximos dos 7.000 euros), a dispersão de custos médios foi mais contida. A medida 3.6 foi a que registou custos médios por curso mais elevados, registando, simultaneamente, grandes amplitudes relativamente ao custo mais elevado e mais baixo dos cursos analisados, o que permite afirmar que, nesta medida, os custos médios por curso foram dispersos, havendo cursos cujo desvio (superior e inferior) em relação ao valor mediano foi mais acentuado que nas restantes medidas.

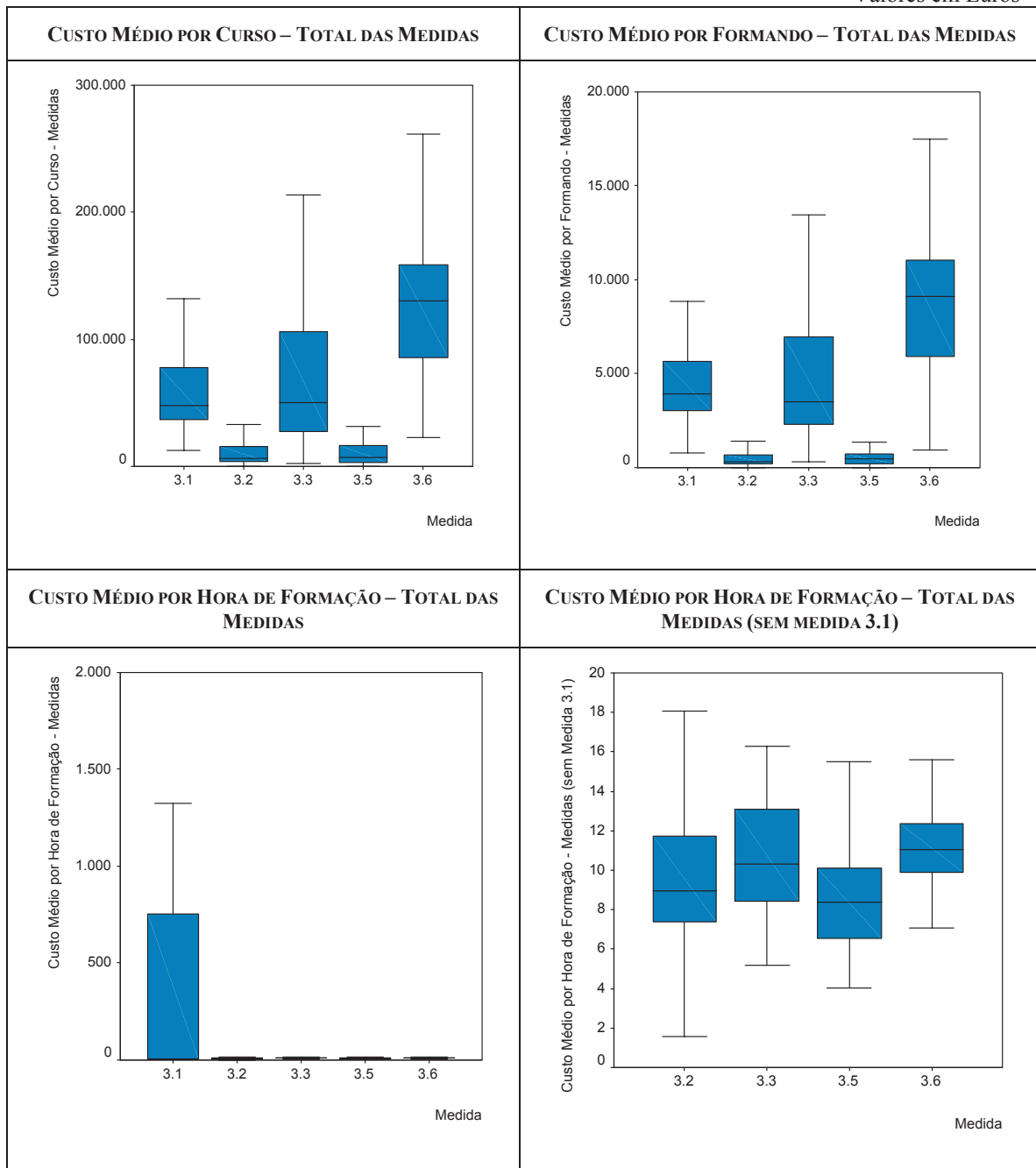
Esta situação encontra uma replicação clara ao nível dos custos médios por formando, não só no que diz respeito aos valores médios, mas também em relação às variações intra-medidas dos custos médios por formando dos projectos executados.

Ao nível dos custos médios por hora de formação destaca-se o caso da medida 3.1, que registou custos acentuadamente mais elevados (e dispersos, embora apenas no sentido superior), quando comparados com o custo das restantes medidas. O gráfico que representa a dispersão dos custos médios por hora de formação sem a medida 3.1 permite confirmar que entre as medidas 3.2, 3.3, 3.5 e 3.6 existe grande homogeneidade ao nível deste custo médio, que variou entre os 8 e os 11 euros por hora de formação. Apesar disso, a dispersão verificada entre as diferentes medidas permite constatar que, no caso da medida 3.2, as diferenças dos custos médios máximo e mínimo face à média se mostraram mais elevadas (atingiram, respectivamente, os 18 euros e 2 euros) do que, por exemplo, no caso da medida 3.6 (atingiu um valor médio máximo próximo de 16 euros e um valor médio mínimo próximo de 8 euros).

³ A análise estatística comprova esta afirmação, uma vez que o intervalo interquartis da medida 3.3 foi de cerca de 81.000 euros, enquanto que na medida 3.1 foi de 42.000 euros. Isto é, 50% das observações centrais (próximas do valor da mediana) verificaram diferenças de custos médios de, respectivamente, 81.000 euros e 42.000 euros.

**GRÁFICO 7-35: CUSTOS MÉDIOS DOS PROJECTOS POR MEDIDAS
(PROJECTOS EXECUTADOS POR MEDIDAS)**

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

651.O custo médio por curso das acções englobadas na medida 3.1 evidenciou alguma discrepância inter-acções (Gráfico 7-36). No caso da acção 3.1.1.1, 25% das observações têm um valor médio por curso inferior a 36.600 euros, sendo o valor mediano de 45.600 euros. No caso da acção 3.1.1.2, o valor médio dos cursos executados revela-se bastante superior (cerca de 112.000

euros) e a sua dispersão mais moderada (os 50% dos projectos com custos médios centrais variam entre um custo médio de 101.800 euros e de 119.600 euros).

A amplitude de variação do custo médio por formando revela-se também mais acentuada na acção 3.1.1.1 do que na acção 3.1.1.2. A acção 3.1.1.1 apresenta, desta forma, níveis de custos médios por hora de formação com um grau elevado de dispersão, sendo que 25% dos projectos com custo médio mais baixo se situam num patamar inferior a 5,6 euros por hora de formação, ao passo que os 25% dos projectos com custo médio mais elevado ultrapassam a média de 793 euros por hora de formação.

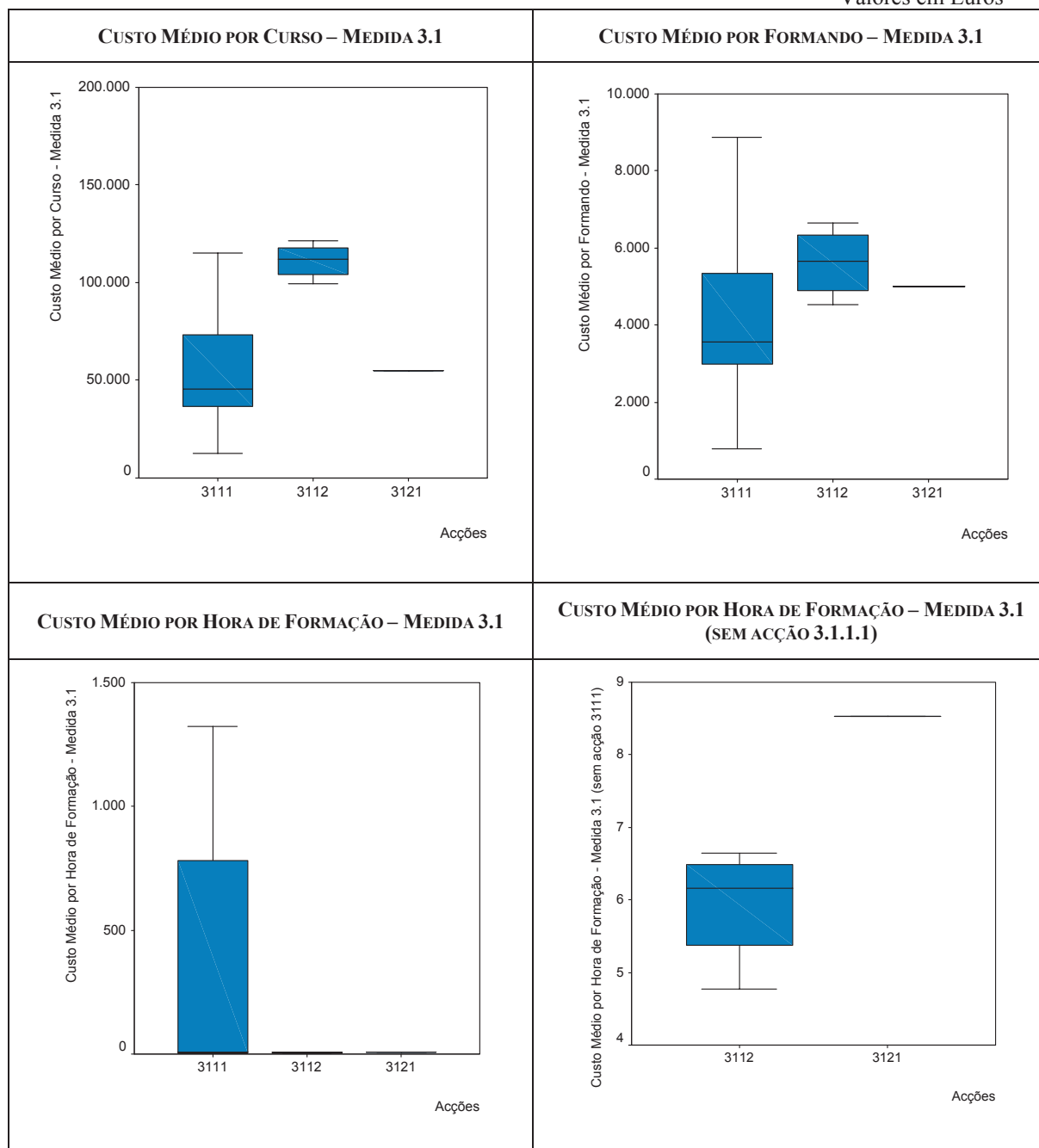
652. A medida 3.2 apresenta uma grande diferença relativa no respeitante aos níveis de custos médios por curso e por formando nos projectos executados (Gráfico 7-37). Estas diferenças são mais acentuadas entre, por um lado, as acções 3.2.1.0, 3.2.1.3, 3.2.1.5 e 3.2.1.6, cujos valores médios são relativamente baixos, quando comparados, por outro lado, com as acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 e, ainda, com a acção 3.2.1.1, que constitui a acção com maior nível de custos médios desta medida.

As acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 revelam, ainda, uma dispersão acentuada dos valores médios de custos por curso e por formando. Note-se, no caso da acção 3.2.1.2, que o valor mediano do custo por curso é de 20.792 euros, sendo que os 50% das observações centrais apresentam uma diferença de custos médios por curso que ascende a 34.128 euros (25% das observações apresentam um custo médio por curso inferior a 15.450 euros e 75% das observações apresentaram um custo inferior a 49.578 euros).

Ao nível dos custos médios por hora de formação, as acções consideradas apresentam um grande nível de homogeneidade.

GRÁFICO 7-36: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.1)

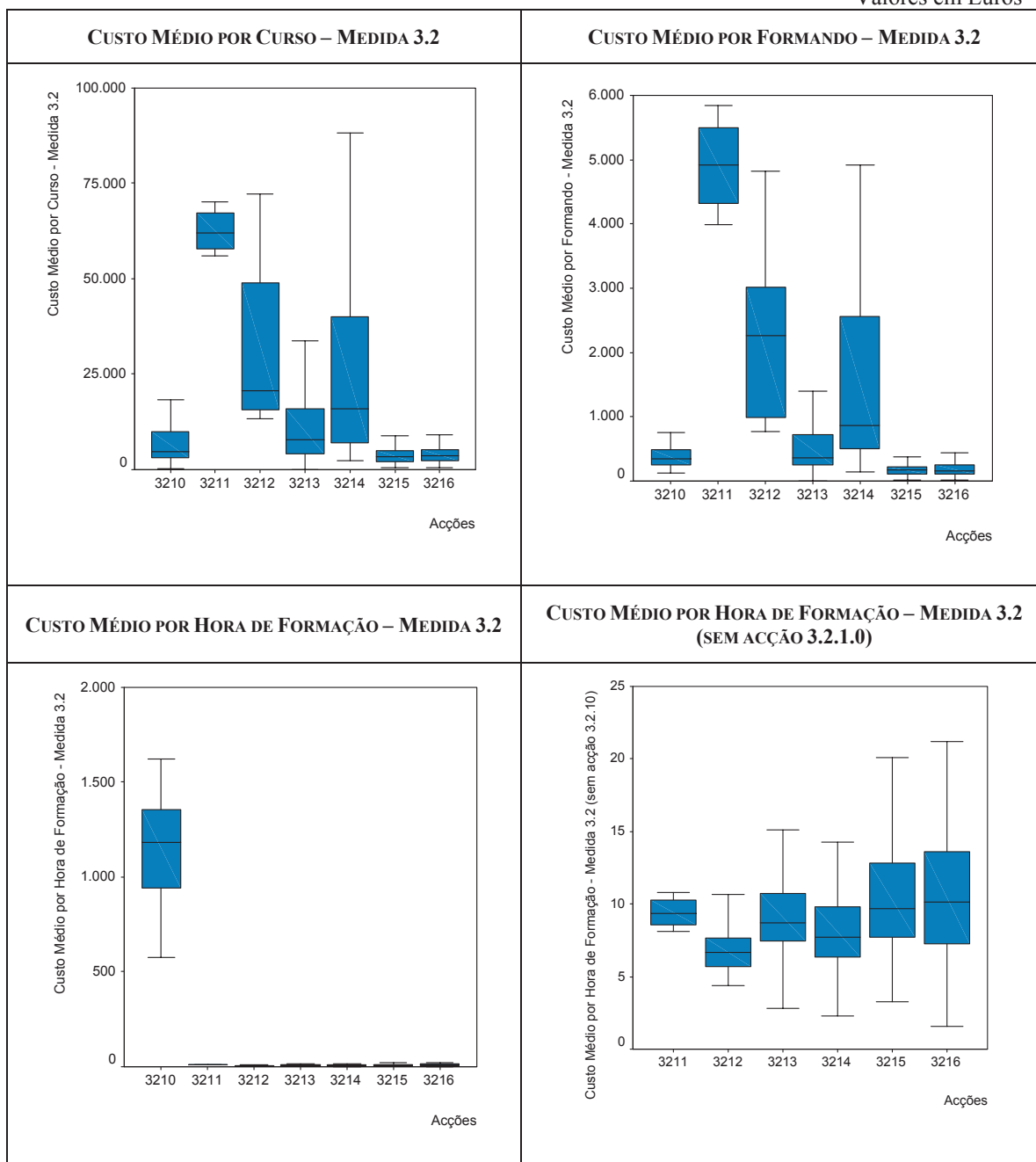
Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

GRÁFICO 7-37: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.2)

Valores em Euros



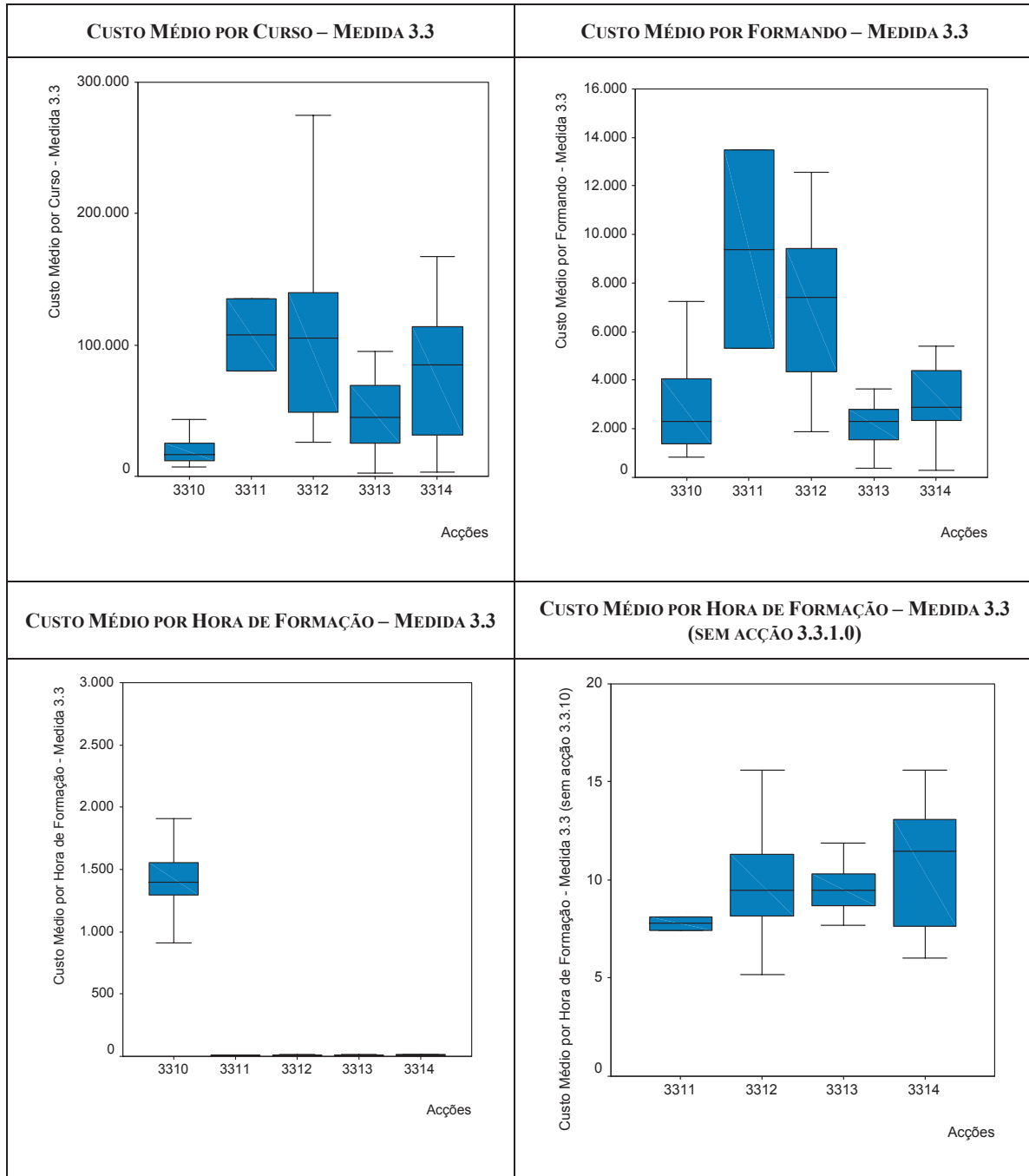
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

653. As acções 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.4 apresentam níveis médios de custos por cursos relativamente homogéneos entre si, enquanto a acção 3.3.1.3 e, principalmente, a acção 3.3.1.0 se posicionaram em níveis de custo médio por curso mais baixos (Gráfico 7-38). Esta disparidade acentua-se quando se faz referência ao custo médio por formando, que se destaca pelo valor mais

elevado na acção 3.3.1.1 e pelo valor mais baixo na acção 3.3.1.0 (que, neste caso, se aproxima dos valores médios das acções 3.3.1.3 e 3.3.1.4).

GRÁFICO 7-38: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.3)

Valores em Euros



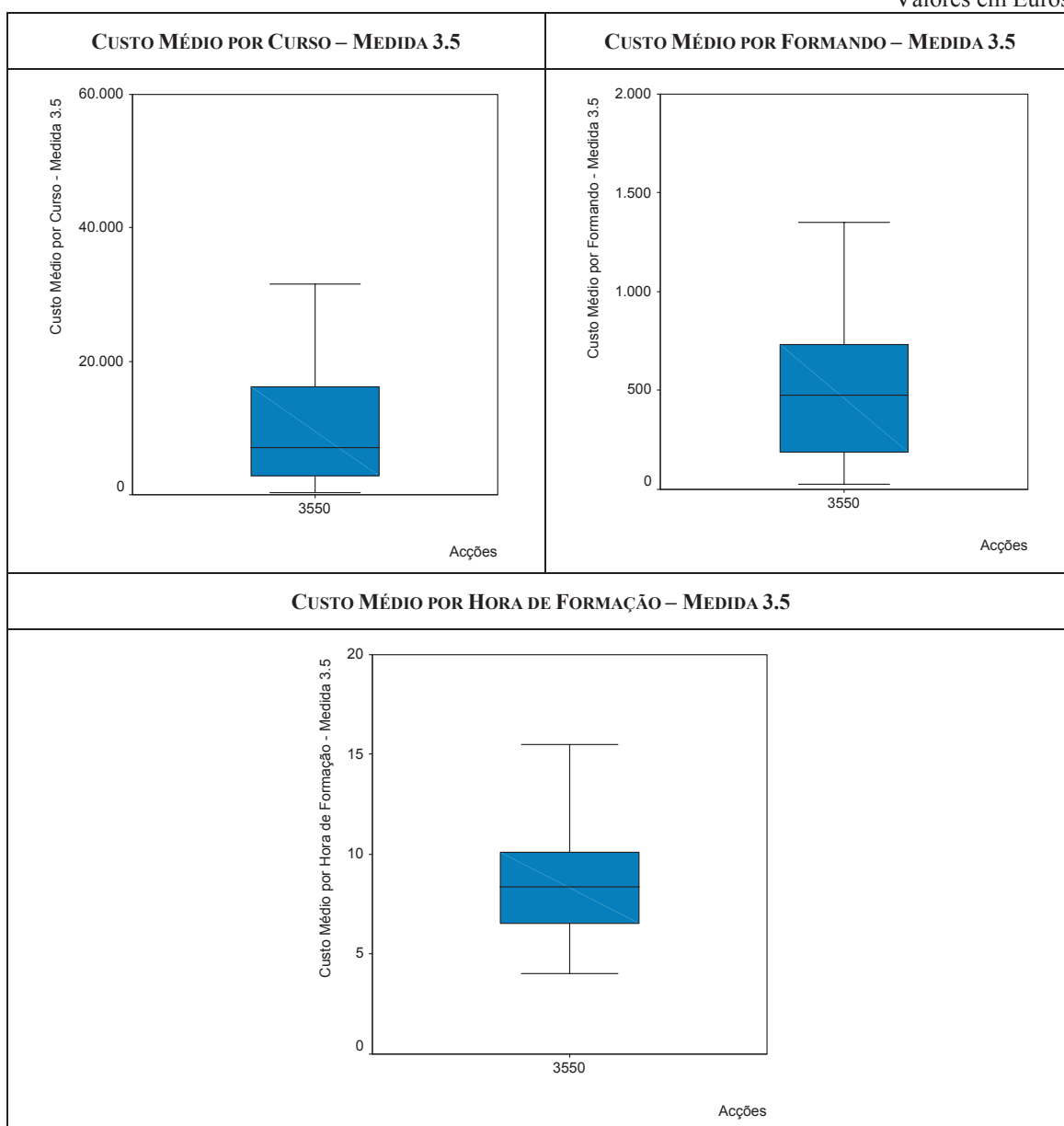
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Com excepção da acção 3.3.1.0, cujo custo médio por hora de formação se distancia fortemente do das restantes acções, a medida 3.3 mostra-se relativamente homogénea do ponto de vista das diferenças entre estes valores médios.

654. A acção 3.5.5.0 registou um nível mediano de custo por curso executado de 7.094 euros, sendo que os 25% de observações com níveis médios mais baixos se posicionaram em valores médios inferiores a 2.737 euros, e que os 25% de observações com níveis médios mais elevados se posicionaram a valores médios superiores a 16.885 euros (Gráfico 7-39).

GRÁFICO 7-39: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.5)

Valores em Euros



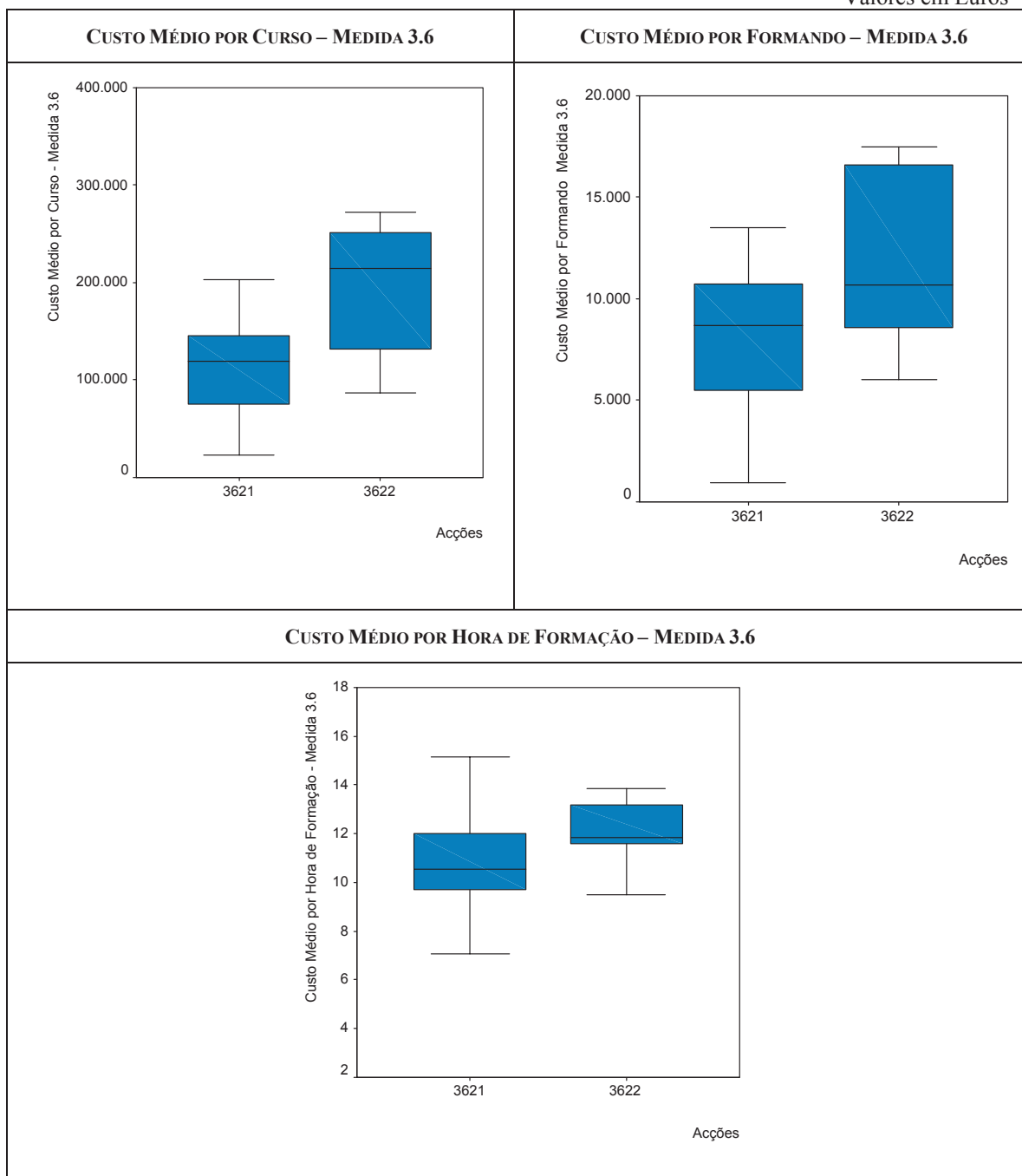
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Esta dispersão torna-se relativamente mais equilibrada (entre os 25% de observações superiores e inferiores) em torno do custo mediano por formando (que ascende a 477 euros) e em torno do custo mediano por hora de formação (que corresponde a 8,4 euros), e cujos intervalos de variação inter-quartis se apresentam relativamente simétricos (no sentido inferior e superior), ainda que apresentando menor amplitude relativa no caso do custo médio por hora de formação.

655.A acção 3.6.2.1 posiciona-se a níveis medianos de custos por curso e por formando inferiores aos registados pela acção 3.6.2.2 (Gráfico 7-40). Salienta-se a maior dispersão, verificada pela acção 3.6.2.2, ao nível do custo médio por curso, no sentido inferior, (a diferença do quartil inferior em relação à mediana é mais acentuada), enquanto que ao nível do custo médio por hora de formação esta dispersão se acentua no sentido superior (a diferença do quartil superior em relação à mediana é mais acentuada), o que permite concluir que o custo médio por curso desta acção apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores inferiores à mediana, ao passo que o custo médio por formando apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores superiores à mediana.

GRÁFICO 7-40: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.6)

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT.

8. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA

488. A avaliação da eficácia do programa é desenvolvida neste capítulo através da combinação de uma lógica descendente mais desagregada, que privilegia uma leitura com base na estrutura de programação (eixo, medida) para chegar à identificação dos níveis de eficácia no plano das realizações físicas e financeiras, e uma lógica ascendente mais agregada, que privilegia uma leitura com base nos objectivos do programa, em si e, também, enquanto prossecução de prioridades nacionais e comunitárias para chegar a uma identificação dos níveis efectivos de incidência dos resultados e efeitos do programa na evolução da região, tomado numa visão de conjunto dos seus grandes domínios de intervenção. O capítulo é, assim, organizado em três partes:

- a) A avaliação dos níveis de eficácia financeira, através da análise das taxas de realização, execução e de compromisso das diversas Medidas, Eixos e Fundos do PO, comparando os resultados com os valores médios do conjunto do QCA III é apresentada na primeira parte;
- b) A avaliação dos níveis de eficácia das realizações do PORLVT, através da análise da execução, por medida, dos indicadores de realização física do Programa é apresentada na segunda parte;
- c) A avaliação dos níveis de eficácia alcançados pelos resultados e efeitos do Programa na evolução da região, que é realizada quer através do desenvolvimento de uma análise da “relevância revelada”, isto é, da relevância efectiva do programa em acção materializado nos projectos concretizados, quer através de uma análise da relação entre os resultados e efeitos do programa em acção e a evolução da situação da região.

Esta análise apoia-se quer numa identificação prévia do contributo dos projectos viabilizados pelo Programa Operacional para os objectivos de primeiro e segundo nível por ele prosseguidos, valorizando a informação obtida pelos inquéritos realizados aos promotores e às entidades envolvidas na gestão, quer numa primeira estimativa da evolução dos problemas, necessidades e desafios da região no período de vigência do programa com base na informação disponibilizada pela gestão, na informação estatística disponível e em estimativas da responsabilidade da equipa de avaliação.

8.1. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA FINANCEIRA DO PO

489. A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO, para o período 2000-2003, tem por base a relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, normalmente designada por *taxa de realização financeira* ou *taxa de execução da despesa programada* e a sua decomposição em *taxa de compromisso financeiro*, e a *taxa de execução da despesa aprovada*. Tendo em consideração as dificuldades em consolidar a base por projectos, utilizou-se neste ponto a informação da ficha de acompanhamento do Programa relativa Junho de 2003 e, no caso dos valores globais para o QCA, a informação do ponto de situação do QCA relativo à mesma data¹.

Esta parte do capítulo encontra-se subdividida em três pontos. No primeiro, desenvolve-se a avaliação da eficácia financeira por eixos e medidas do PO, num segundo, atendendo ao facto da medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural ser composta por um conjunto diversificado de acções e subacções apresenta-se, de forma detalhada, os resultados avaliação da eficácia financeira do FEOGA por acções e, finalmente, num terceiro ponto, analisa-se a realização financeira do Programa no quadro das intervenções do QCA com expressão na região.

8.1.1. Avaliação da eficácia financeira por Eixos e Medidas do PO

490. Em termos globais, para o período 2000, Junho de 2003, o PORLVT apresenta uma taxa de realização financeira ligeiramente inferior à registada para o conjunto do QCA (49,7% no PORLVT e 51,0% no QCA), mas com níveis muito diferenciados por Fundos e Eixos, sendo de destacar os seguintes aspectos (ver Gráfico 8-1):

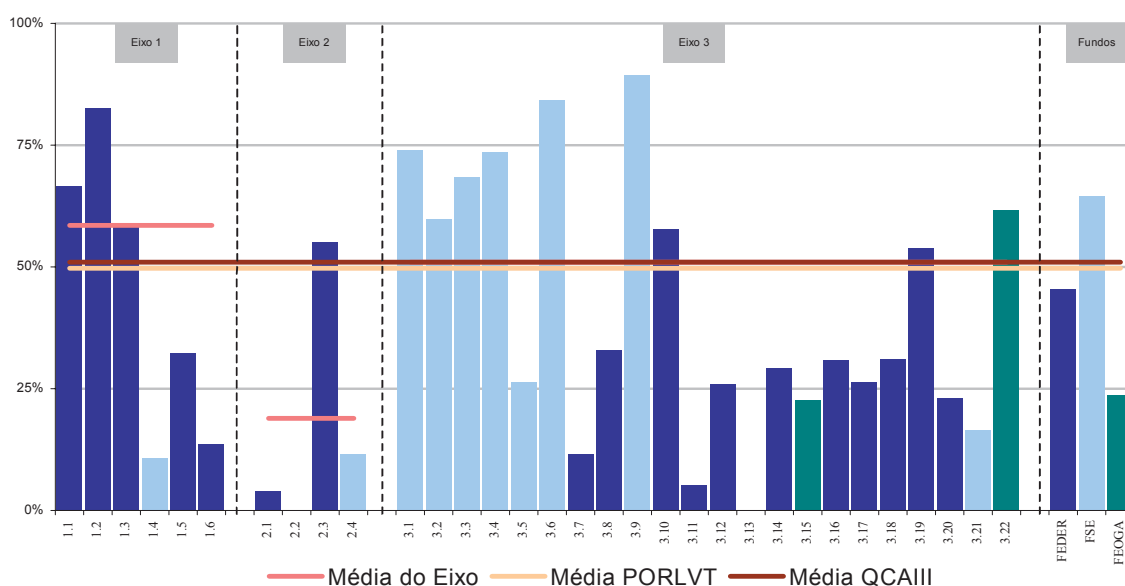
- A elevada taxa de realização do Eixo 1, que apresenta a maior taxa de realização do PO, resultado dos níveis de realização associados às duas medidas integralmente contratualizadas, com as Associações de Municípios (Medida 1.1. e em particular a Medida 1.2. que apresenta uma taxa de realização de 82,7%); as restantes medidas, em particular, a medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento, única medida deste eixo associada ao FSE, apresentam um nível de realização muito baixo²;

¹ Note-se que a informação do PORLVT constante neste ponto apresenta valores ligeiramente diferentes dos constantes da ficha de acompanhamento do PO relativa à mesma data

² Exclui-se desta análise a medida 1.6. que atendendo ao seu desenho (bonificação da taxa de juro) tende a ter um comportamento específico no ritmo de realização.

- A baixa taxa de realização global do Eixo 2, resultante dos níveis muito reduzidos de realização da generalidade das medidas, com excepção da medida 2.3. VALTEJO que apresenta um nível de realização alinhado com a realização global do Programa;
- As elevadas taxas de realização das medidas desconcentradas relativas à Formação do FSE, no Eixo 3, em particular, as medidas 3.9., 3.6., 3.1. e 3.4..
- A baixa taxa de realização do FEOGA que apresenta valores claramente inferiores aos valores registados para generalidade das medidas do PO;

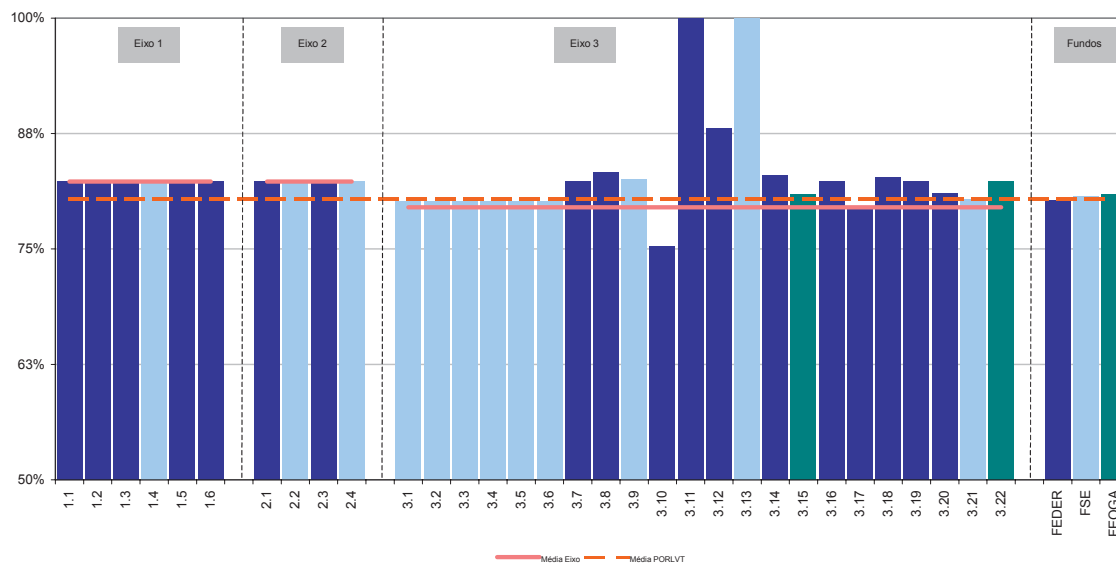
GRÁFICO 8-1: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000-2003) – PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

491. Tendo em consideração um certo grau de uniformidade das várias medidas em termos do peso da programação financeira dos primeiros quatro anos (2000-2003) no total da programação do Programa (ver Gráfico 8-2) os resultados das taxas de realização para o total do período de programação apresentam uma configuração muito semelhante às verificadas para os quatro primeiros anos (ver Gráfico 8-3), sendo de realçar o facto da medida 3.9. atingir já uma taxa de realização financeira próxima dos 75%.

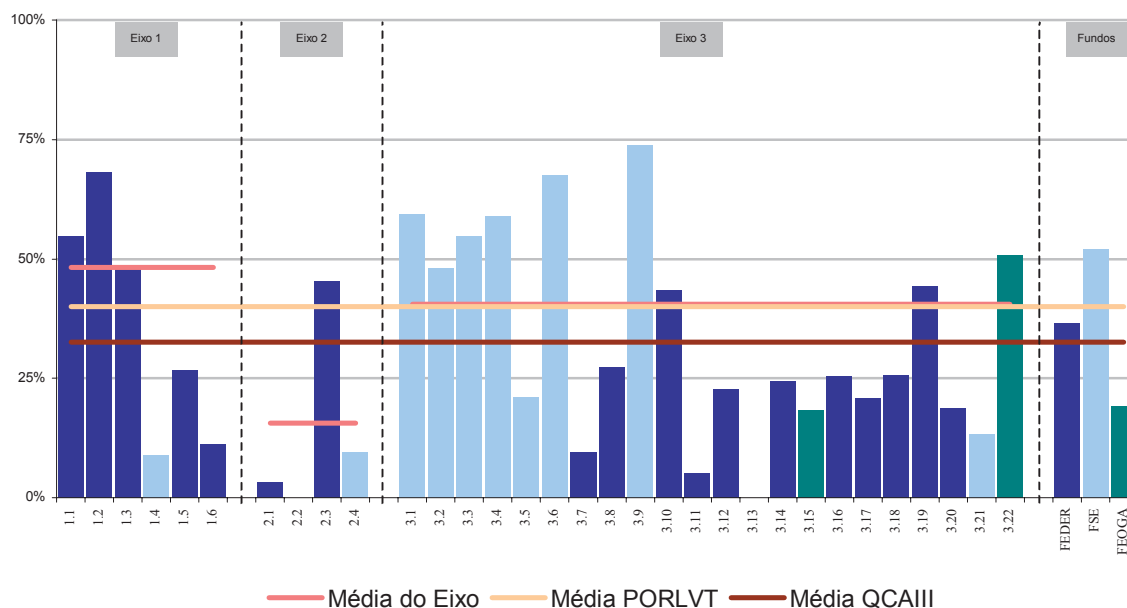
GRÁFICO 8-2 PESO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO 2000-2003 NO TOTAL DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PORLVT



Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

492. A comparação da taxa de realização financeira para o período total do Programa (2000-2006), comparada com a taxa de realização média do QCA III para o mesmo período apresenta, como seria de esperar, valores claramente aos registados para o QCA (40% e 32,6% respectivamente), ao contrário do que acontecia para o período intermédio, onde as taxas de realização apresentavam valores muito próximos, consequência do ritmo de programação do PO regional ser substancialmente mais elevado no PORLVT do que no QCA (80% da programação do PORLVT concentrada nos primeiros quatro anos e apenas 64% da Programação do QCA).

GRÁFICO 8-3: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000-2006) – PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

493. A decomposição destes níveis de realização financeira³, em termos de *taxa de compromisso financeiro*, para o período 2000-2003 e a *taxa de execução da despesa aprovada* (ver Gráfico 8-4) permite, clarificar o quadro de realização do PORLVT, com particular destaque para o posicionamento das várias medidas face aos valores médios de realização do PO.

³ Como facilmente se percebe a taxa de realização resulta do produto *taxa de compromisso financeiro* TC₀₃ (para o período 2000-Junho 2003) com *taxa de execução da despesa aprovada* (TE₀₃) para o mesmo período de referência:

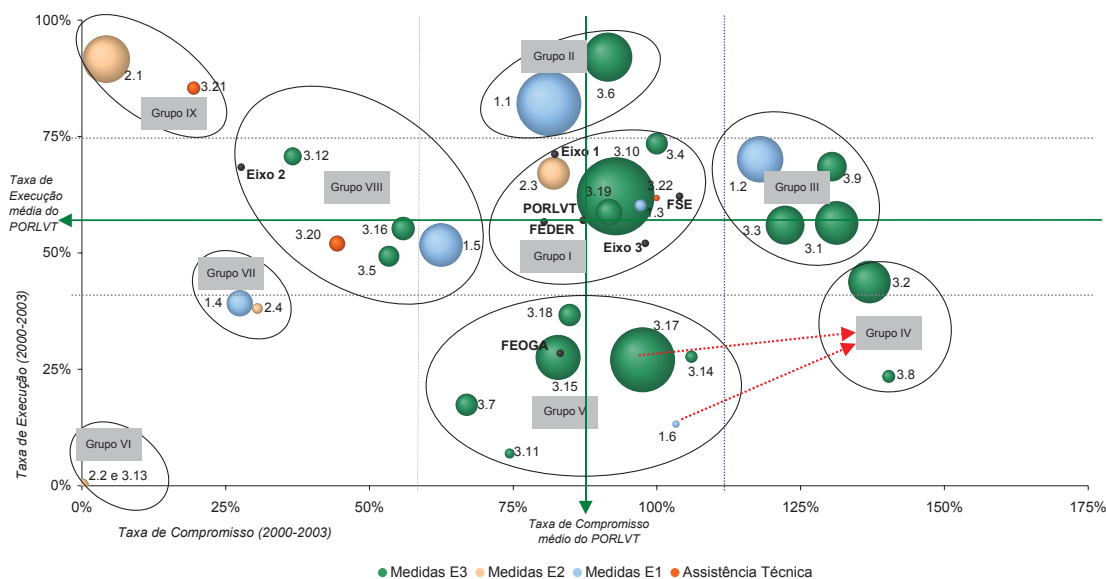
$$TR_{03} (\text{Exec.}_{03}/\text{Prog.}_{03}) = TC_{03} (\text{Aprovações}_{03}/\text{Prog.}_{03}) \times TE_{03} (\text{Exec.}_{03}/\text{Aprov.}_{03})$$

Do mesmo modo, pode-se considerar a decomposição da taxa de realização tendo em conta os valores do investimento aprovado para todo o período de programação resultando a expressão.

$$TR_{06} (\text{Exec.}_{03}/\text{Prog.}_{06}) = TC_{06} (\text{Aprovações}_{06}/\text{Prog.}_{06}) \times TE'_{03} (\text{Exec.}_{03}/\text{Aprov.}_{06})$$

Para o total do QCA apenas foi possível obter o investimento aprovado para o total do período pelo que apenas é possível comparar o PORLVT com o QCA nesta segunda decomposição.

GRÁFICO 8-4: DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE REALIZAÇÃO: TAXA DE EXECUÇÃO TAXA DE COMPROMISSO (PERÍODO 2000-2003) – PORLVT



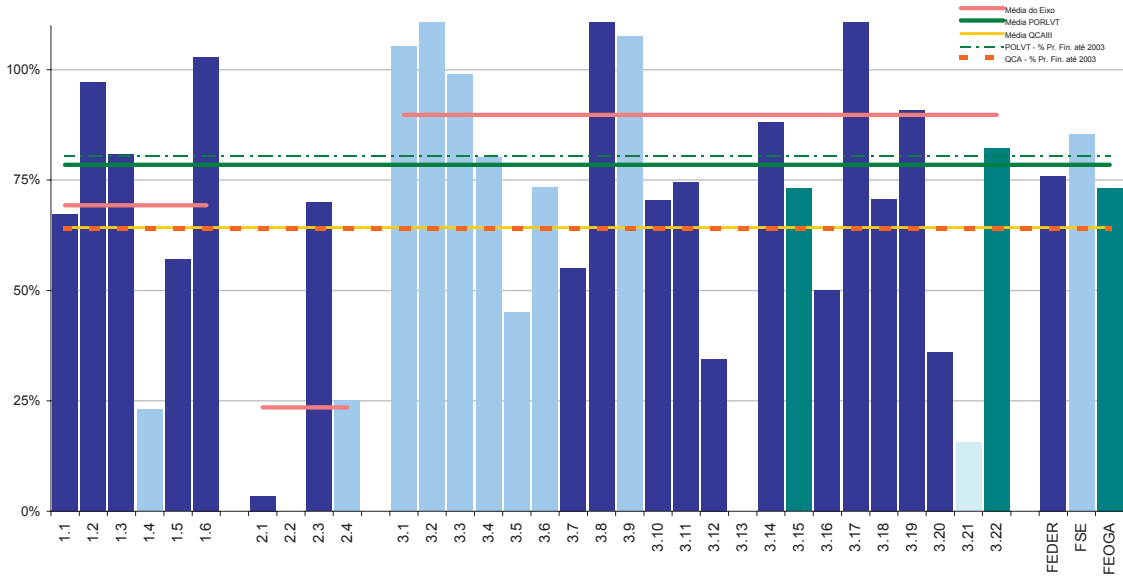
Nota: as “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa pública, no total do programa.

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

A conjugação desta decomposição com as taxas de compromisso para o total do período (ver Gráfico 8-5) e com a respectiva decomposição da taxa de realização para o período 2000-2006 em taxa de compromisso e taxa de execução (ver Gráfico 8-6) permite estabelecer uma tipologia de classificação dos níveis de eficácia financeira das diferentes medidas do PO considerando nove grupos diferentes de medidas:

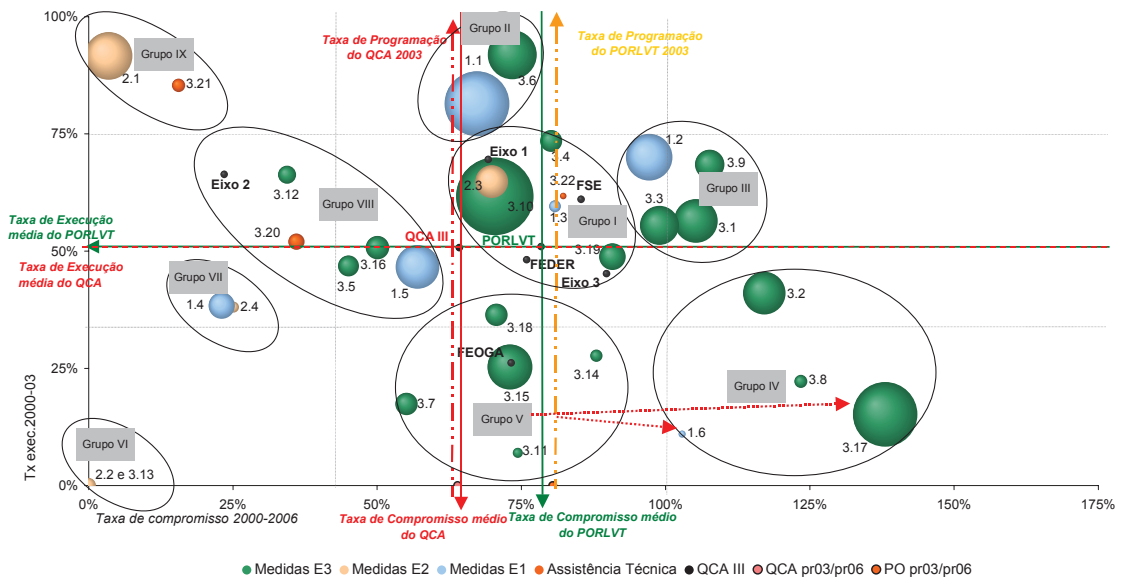
- **Grupo I (compromissos e execuções médios):** Esta situação parece revelar uma boa gestão da procura em relação aos níveis de programação financeira inicial e um ritmo de execução regular. Fazem parte deste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.3;
 - o medida 2.3;
 - o medida 3.4;
 - o medida 3.10;
 - o medida 3.19;
 - o medida 3.22;
- e ainda, globalmente, o Eixo 1, o Eixo 3, e o FEDER e FSE;

GRÁFICO 8-5 : TAXA DE COMPROMISSO FINANEIRO PARATODO O PERÍODO (2000-2006)



Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

GRÁFICO 8-6: DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE REALIZAÇÃO: TAXA DE EXECUÇÃO TAXA DE COMPROMISSO (PERÍODO 2000-2006) – PORLVT



Nota: as “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa publica, no total do Programa.

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

- **Grupo II (compromissos médios e execuções elevadas):** Situação reveladora de uma elevada capacidade de execução com graus de selectividade adequados, permitindo uma regulação da

procura em níveis consentâneos com a programação inicial. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.1.;
- o medida 3.6.;
- **Grupo III (compromissos elevados e execuções médias):** Situação reveladora de uma elevada adesão dos promotores que, no entanto, não garantem níveis de execução correspondentes com os níveis de adesão revelados. Note-se que este desfazamento resulta em grande parte, no caso das três medidas do FSE, da forte sazonalidade revelada pela execução e que tendo em conta o facto de a informação se reportar ao final do 1º Semestre de 2003 cria um desfazamento que tem sido eliminado durante o 2º semestre. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.2.;
- o medida 3.1.;
- o medida 3.3.;
- o medida 3.9.;

Note-se ainda que as três medidas do FSE já apresentam taxas de compromisso para o total do período iguais (medida 3.1.) ou superiores a 100% (medidas 3.3. e 3.9.) e que a medida 1.2. apresenta também níveis muito elevados de compromisso (ligeiramente superior a 97%).

- **Grupo IV (compromissos elevados e execuções reduzidas):** Situação reveladora de uma elevada adesão dos promotores mas que não conseguiram traduzir ainda essas aprovações em execuções pelo que se torna necessário verificar se estarão ainda reunidas as condições para execução dos projectos aprovados. Encontram-se neste grupo, tendo em conta a decomposição para o período 2000-2003 (ver Gráfico 8-4), as seguintes medidas:

- o medida 3.2.;
- o medida 3.8.;

A decomposição da taxa de realização para o total do período (ver Gráfico 8-6) acrescenta a este grupo duas outras medidas em que os níveis de execução reduzidos se justificam em função da programação dos projectos aprovados, que previam uma componente significativa da concretização dos projectos na segunda fase do período de programação. Estão nesta situação as medidas:

- o medida 1.6.;

- o medida 3.17.;

As quatro medidas englobadas neste grupo tem como característica comum o facto de apresentarem taxas de compromisso para o total do período já superiores a 100% (oscilam entre 102,7% da medida 1.6. e os 138,3% da medida 3.17).

- **Grupo V (compromissos médios e execuções reduzidas):** Esta situação parece revelar níveis de selectividade adequados, permitindo uma regulação da procura em níveis consentâneos com a programação inicial, mas que revela uma fraca capacidade de execução dos projectos aprovados. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 3.7.;
- o medida 3.11.;
- o medida 3.14.;
- o medida 3.15.;
- o medida 3.18.;

Encontra-se igualmente neste grupo o conjunto do FEOGA;

- **Grupo VI (compromissos e execuções nulas):** Nesta situação ainda não existem projectos aprovados o que deve constituir objecto de preocupação por parte da gestão do programa uma vez que uma das duas medidas envolvidas concentrada toda sua programação financeira inicial até ao ano de 2003 (medida 3.13).. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 2.2.
- o medida 3.13.;

- **Grupo VII (compromissos reduzidos e execuções reduzidas):** As medidas nesta situação não só revelam uma fraca adesão dos promotores bem como apresentam níveis de execução muito reduzidos pelo que deverão merecer uma atenta reflexão em torno da sua actual definição, exigindo uma intervenção no sentido de conseguir gerar maiores níveis de adesão. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.4.
- o medida 2.4.;

- **Grupo VIII (compromissos reduzidos e execuções médias):** Nesta situação parece existir um defice de procura do PO que carece de ser investigado. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.5.

- o medida 3.5;
- o medida 3.12;
- o medida 3.16;
- o medida 3.20;

Encontra-se igualmente neste grupo o conjunto do Eixo 2 do PO;

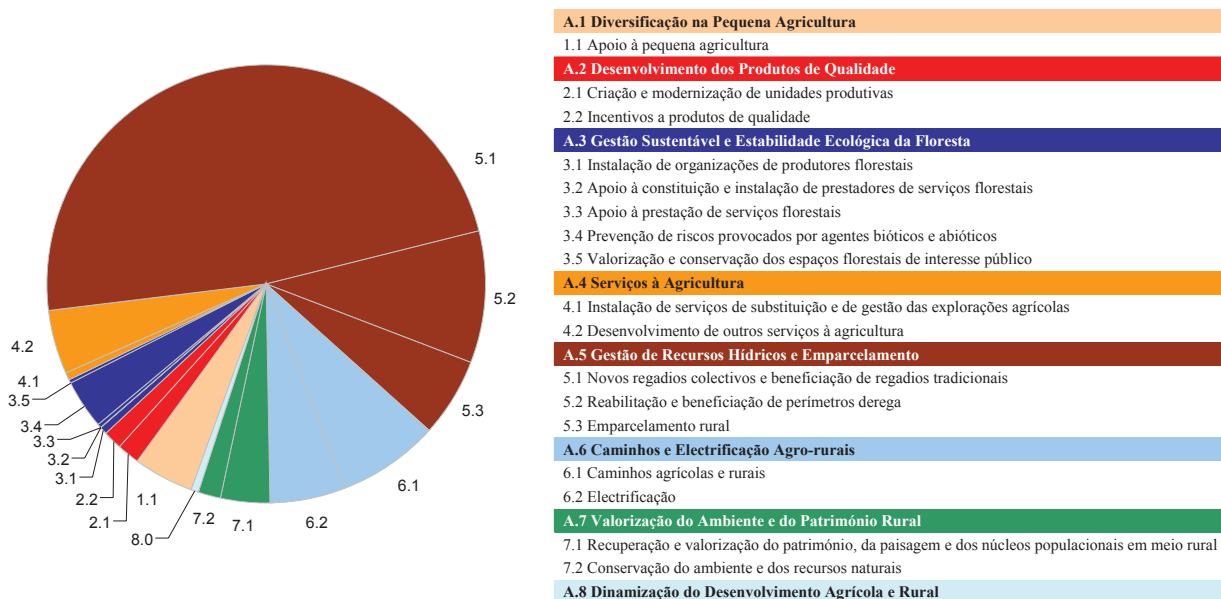
- **Grupo IX (compromissos reduzidos e execuções elevadas):** Nesta grupo, parece predominar um elevado ritmo de execução, acompanhados no entanto de níveis de selectividade reduzidos ou de uma fraca adesão dos promotores que importa esclarecer. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 2.1.
 - o medida 3.21;

8.1.2. Avaliação da eficácia financeira do FEOGA por acções

494.A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO foi particularizada para o do FEOGA em virtude da medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural integrar uma diversidade de acções de natureza e promotores muito distintos.

Neste sentido, tomam-se em consideração os valores financeiros indicativos programados por acção e sub-acção que permitem, desde logo, ter uma visão clara da dimensão financeira das diversas intervenções definidas no contexto do FEOGA (ver Gráfico 8-7). Esta afectação, apesar de meramente indicativa, permite verificar que a Acção 5 “**Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**” assume uma grande relevância com cerca 63% da despesa pública programada, seguida, por ordem decrescente das acções 6, 4 e 7. Observa-se ainda que apenas a sub-acção 5.1 “**Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais**”, assume uma dotação de cerca de 47% da despesa publica total programada para a medida 3.15. **Agricultura e Desenvolvimento Rural.**

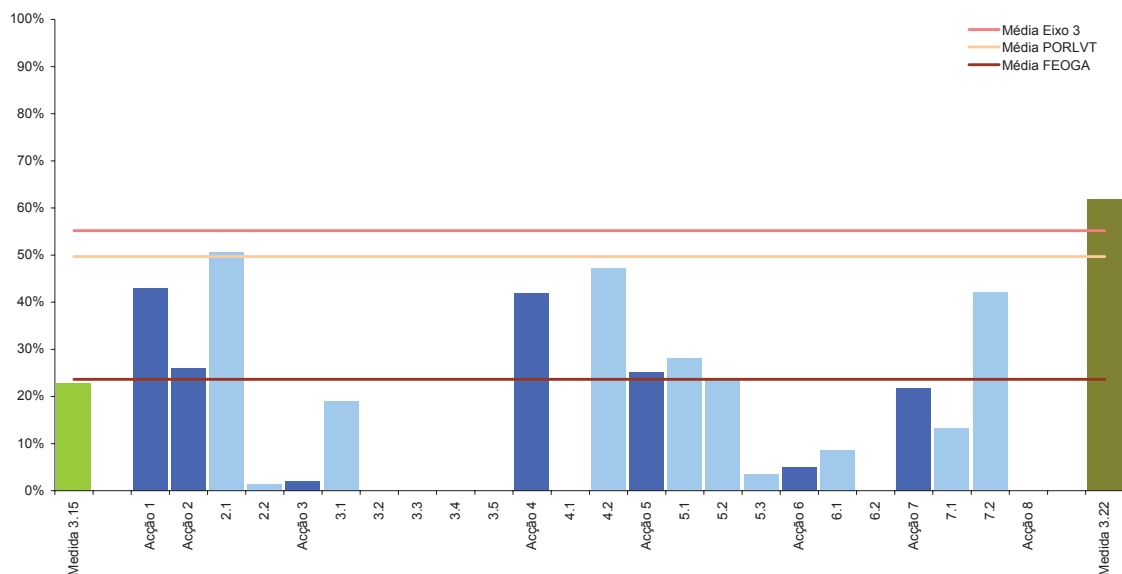
GRÁFICO 8-7: DISTRIBUIÇÃO INDICATIVA DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PÚBLICA PARA AS ACÇÕES E SUB-ACÇÕES DA MEDIDA 3.15 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



Fonte: Equipa de Avaliação com base na DRARO.

495. A taxa de realização financeira do FEOGA, para o período 2000-Junho de 2003, situa-se consideravelmente abaixo da taxa média do Eixo 3 e do total do Programa. Esta situação deve-se ao facto do FEOGA comparticipar apenas duas medidas (a 3.15 e a 3.22 – Assistência técnica), sendo que a medida 3.15 – que representa, ao nível da sua ponderação, a quase totalidade do Fundo –, apresentar uma taxa de realização financeira muito reduzida. As acções que mais contribuem para um desempenho acima dos 20% da taxa média de realização financeira do FEOGA são a acção 1, acção 4 e acção 5, sendo de destacar, a um nível mais desagregado, as subacções 2.1, 4.2, 5.1, 5.2 e 7.2 (ver Gráfico 8-8).

GRÁFICO 8-8: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000- JUNHO 2003) – FEOGA



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da DRARO

496.A decomposição dos níveis de realização financeira para 2006, em termos de taxa de compromisso financeiro e de taxa de execução da despesa aprovada (ver Gráfico 8-9) permite, tal como sucede no ponto anterior, clarificar o quadro de realização do FEOGA e o seu posicionamento face aos valores médios de realização do PORLVT. Neste caso observa-se uma maior capacidade de execução do Programa Regional (51% do PORLVT, contra 26% no FEOGA), com reflexos menos pronunciados nos níveis de compromisso financeiro para os quatro primeiros anos (o PORLVT comprometeu, face o programado até 2003, cerca de 97,5% dos recursos disponíveis, enquanto que o FEOGA regista um nível de compromisso de 90,3%).

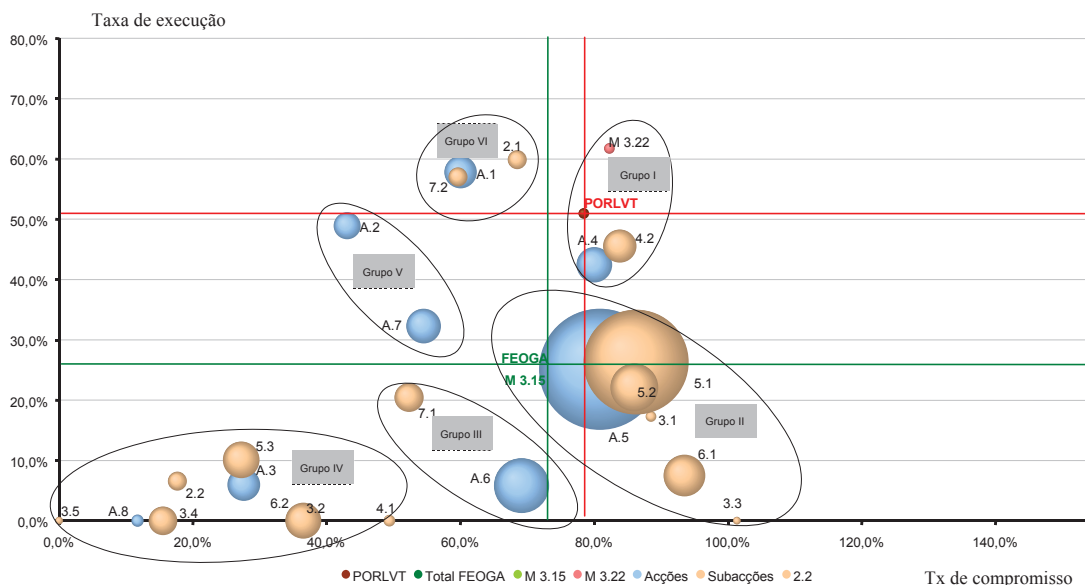
Esta diferença do nível de execução do FEOGA em relação ao PORLVT parece indiciar, em termos relativos, uma menor capacidade de execução do FEOGA face ao conjunto dos dois outros fundos envolvidos no PORLVT.

497.A relativização dos níveis de execução e compromisso para o caso das medidas, Acções e Sub-acções associadas ao FEOGA, face à posição média do próprio FEOGA e do PORLVT permite, da mesma forma que no ponto anterior, construir uma tipologia de classificação dos níveis de eficácia financeira das diversas acções e sub-acções em seis grupos distintos:

- **Grupo I (compromissos e execuções semelhantes à média do PORLVT):** Esta situação parece revelar, como atrás se mencionou, uma boa gestão da procura em relação aos níveis de programação definidos e uma execução regular. Encontram-se nesta situação a *medida 3.22. Assistência Técnica*, a Acção 4 e a *Sub-acção 4.2. Desenvolvimento de outros serviços à agricultura*;

- **Grupo II (compromissos semelhantes ao PO e níveis baixos de execução):** Esta situação é reveladora de uma boa adesão de promotores mas que não se traduziu em níveis de execução consentâneos com a dinâmica de adesão revelada e que por isso deve implicar a re-análise dos projectos no sentido de verificar se os níveis de execução resultam da maior duração dos projectos e se ainda se encontram reunidas as condições para a sua plena execução. Encontram-se nesta situação a Acção 5, resultado das subacções 5.1. e 5.2., as subacções 6.1., 3.1. e 3.3. (neste último caso regista-se mesmo uma taxa de execução nula);
- **Grupo III (compromissos médios e níveis baixos de execução):** Situação que difere da anterior pelo facto de apresentar níveis de compromisso mais reduzidos o que deve implicar uma gestão mais pro-activa na segunda fase do programa. Encontram-se nesta situação a **Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-rurais** e a **Sub-acção 7.1. Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural**
- **Grupo IV (compromissos reduzidos e execuções muito baixas):** As acções e subacções deste grupo não só revelam uma fraca adesão dos promotores como apresentam níveis de execução muito reduzidos, em muitos casos mesmo nulos, pelo que deverão merecer uma atenta reflexão em torno da sua actual definição, exigindo uma intervenção no sentido de conseguir gerar maiores níveis de adesão ou da sua eventual reformulação. Encontram-se neste grupo a Acção 3 e Acção 8 e as Sub-acções 2.2., 3.2., 3.4., 3.5, 4.1. e 5.3;
- **Grupo V (compromissos médios e execuções médias):** As acções deste grupo, Acção 2 e Acção 7 revelam um boa adequação dos montantes programados, mas um nível de execução modesto que merece ser analisado, no sentido de verificar as suas motivações, nomeadamente se apenas resulta da duração ou programação dos prazos de realização dos investimentos aprovados;
- **Grupo VI (compromissos médios e execuções elevadas):** As acções deste grupo, Acção 1 e Sub-acções 2.1. e 7.2 parecem revelar uma boa adequação dos montantes financeiros programados e um ritmo de execução que indicia uma taxa realização no final do período próxima dos 100%.

GRÁFICO 8-9: TAXA DE EXECUÇÃO VS TAXA DE COMPROMISSO (2006) – FEOGA



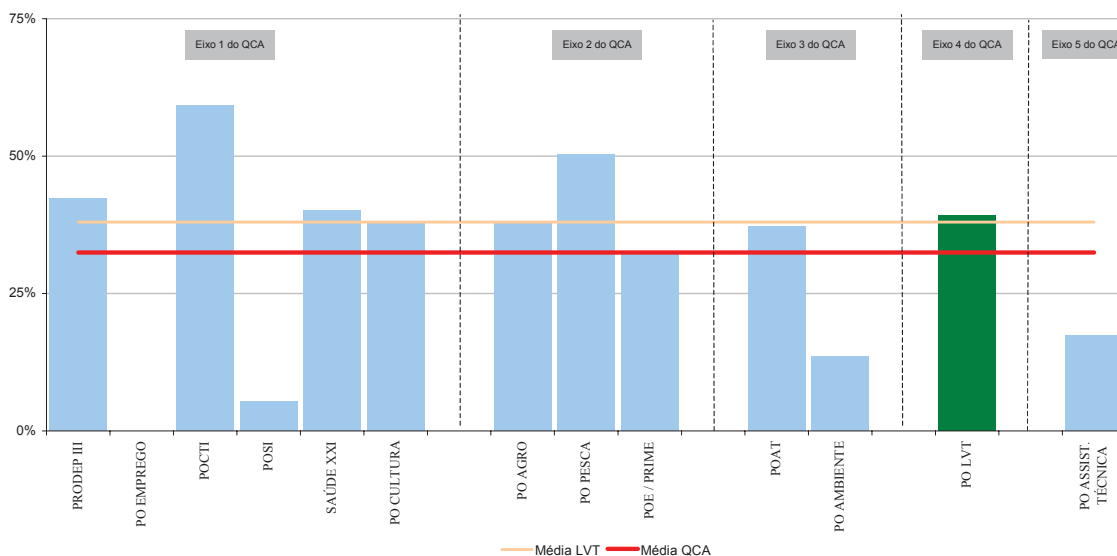
Nota: As “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa pública, no total do PO
 Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da DRARO

8.1.3. A Realização Financeira do PO no quadro das intervenções do QCA na região

498.No quadro das intervenções do QCA na região o PORLVT apresenta um desempenho, medido pela taxa de realização para o total do período de programação que o coloca numa posição superior à taxa de realização média do QCA e à taxa de realização média na região de Lisboa e Vale do Tejo dos diversos PO do QCA (ver Gráfico 8-10).

499.Em termos dos valores da taxa de compromisso para o conjunto do período de programação verifica-se que o PORLVT apresenta, como seria natural, em função da situação de phasing-out, valores superiores ao registados para o total do QCA, mas que no quadro das intervenções do QCA em Lisboa representam um valor de compromisso inferior ao valor médio do conjunto das intervenções (ver Gráfico 8-11).

GRÁFICO 8-10: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (2000-2006) NA REGIÃO DE LVT DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA



Fonte: Equipe de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

GRÁFICO 8-11: TAXA DE COMPROMISSO (2000-2006) NA REGIÃO DE LVT DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA

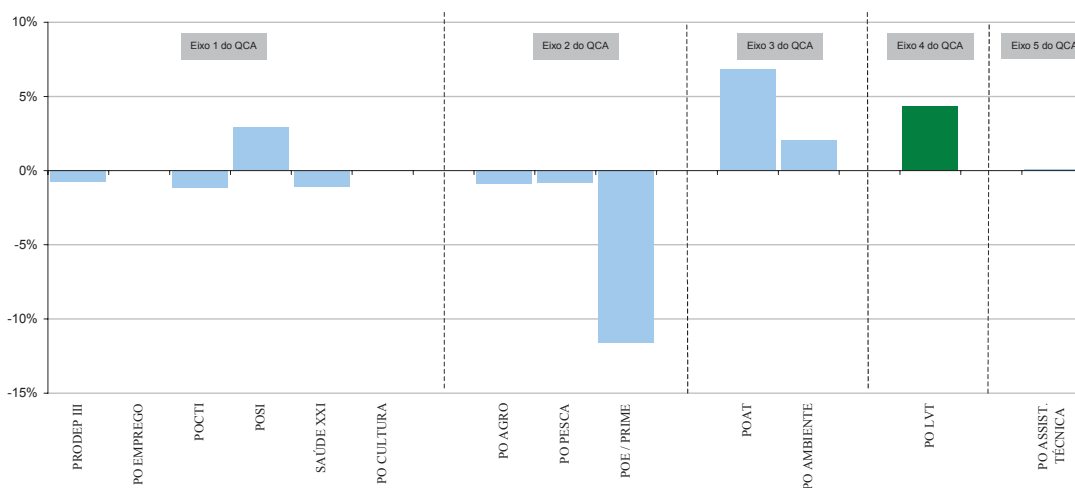


Fonte: Equipe de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

500. A conjugação dos dois factos anteriores permite não só evidenciar a relevância do PORLVT no quadro dos apoios registados na primeira fase de programação, como simultaneamente permitem constatar o ganho de relevância do Programa, para a segunda fase, medido através do respectivo peso do PO nos valores ainda não comprometidos, que, face à programação inicial ganha agora uma relevância de cerca de 4,3 pontos percentuais, ou seja, representa cerca de 55% dos valores

ainda a aprovar para a região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do QCA o que conforme uma relevância fundamental ao eventual exercício de reprogramação que vier a ser realizado na sequência do presente exercício de avaliação e no quadro da afectação da reserva de eficiência que o Programa possa vir a conquistar.

GRÁFICO 8-12 DIFERENÇA ENTRE A ESTRUTURA DOS VALORES AINDA DISPONÍVEIS PARA LVT NAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA E A ESTRUTURA INICIAL DA PROGRAMAÇÃO



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

8.2. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS DO PO

501. Num primeiro momento a análise da eficácia do Programa, faz-se através da comparação dos resultados dos indicadores de realização física com as metas definidas para 2006, 2003 (foram estimadas para o final de 2003, no caso dos indicadores que não tinham essa meta definida) e para as metas estimadas para Junho de 2003. Da totalidade de indicadores previstos no Complemento de Programação, apenas foi possível avaliar os indicadores para os quais foram disponibilizados valores de realização física à data de 30 de Junho de 2003. A opção de preterir os dados à data de 31 de Dezembro de 2002, se pode, por um lado, restringir o número de indicadores a utilizar na análise, torna no entanto a avaliação mais actual e útil. No entanto, no caso dos indicadores enquadrados em medidas apoiadas pelo FSE, utilizaram-se valores a 31 de Dezembro de 2002, dado que para a generalidade dos indicadores do FSE apenas faz sentido calcular resultados de realização física com base em valores anuais. Saliente-se, ainda, que os indicadores do Programa que não tinham metas fixadas para 2006 não foram considerados neste capítulo da avaliação.

Deste modo, não se utilizaram na análise todos os 166 indicadores oficiais definidos quer nos Complementos de Programação quer no texto de decisão do PORLVT. Não foram considerados 24 indicadores em virtude de serem apenas apresentados pelo texto de decisão do PORLVT e não se manterem nos Complementos de Programação. Dos 142 indicadores que se mantiveram após aquela exclusão, tiveram que se retirar 32 indicadores pelo facto de não apresentarem Indicadores Físicos a 30/06/2003, excepto se fossem indicadores de medidas FSE, que como se verá mais à frente são uma excepção na análise uma vez que são os únicos avaliados com dados de realização física a 31 de Dezembro de 2002. Dos 110 indicadores considerados para a avaliação dos níveis de realização do Programa, foram admitidos, neste relatório, apenas 105 indicadores, uma vez que 5 indicadores das medidas FSE resultavam de quocientes entre valores de outros indicadores considerados e valores fixos definidos inicialmente, pelo que poderiam duplicar a importância dos mesmos dados.

502. Dada a diversidade de indicadores existentes por medidas, e ainda que haja uma grande discrepância entre o número de indicadores do Eixo 3 e os restantes eixos (uma vez que este Eixo concentra 77% dos indicadores avaliados), este ponto será organizado por Eixos do Programa. Deste modo, esta parte do capítulo estrutura-se em cinco pontos, explicando-se no primeiro a metodologia de análise, nomeadamente o processo de estimação das metas para Junho de 2003 e para o final de 2003, a tipologia construída para avaliação dos ritmos de realização dos indicadores e o processo de construção da matriz-base para a análise da eficácia dos diversos indicadores definidos por eixo/medida/acção do PORLVT. Num segundo momento será apresentada uma sistematização dos resultados dos indicadores agregados por Eixos, permitindo este exercício retirar ilações sobre o comportamento conjugado da extensa bateria de indicadores de acompanhamento definidos para efeitos de análise de eficácia do Programa de uma forma global, com base em diferentes processos.

No terceiro e quarto pontos, serão apresentados os resultados específicos dos Eixos 1 e 2, ainda que no caso do Eixo 2 se apresentem apenas os resultados de cinco indicadores das Medidas 2.3 e 2.4. Esta situação resulta, desde logo, do pequeno número de indicadores que foram inicialmente definidos no Complemento de Programação para as medidas deste eixo, e por outro lado, por não terem sido aprovados até ao momento projectos que contribuam directamente para os indicadores pré-definidos (caso da medida 2.1) ou não se registarem aprovações de projectos associados à medida 2.2.

No quinto ponto é feita a análise da eficácia da realização física dos indicadores apresentados para as medidas do Eixo 3, mas faz-se a análise do caso particular da Medida 3.15, pelo facto desta medida incluir acções muito heterogéneas e muitos indicadores (37 indicadores).

8.2.1. Tipologia de avaliação dos ritmos de eficácia dos indicadores

503. Na definição da tipologia de avaliação dos ritmos de eficácia dos indicadores, parte-se de uma base em que estão definidas metas para todos os indicadores apenas para o final de 2006, e para um número mais restrito de indicadores estão igualmente definidas metas para o final de 2003. Dado que se está num momento de avaliação intermédia do Programa, houve a necessidade de estimar um conjunto de metas que permitisse, de forma mais realista, entender a eficácia que o programa tinha tido até ao momento, pelo que de maneira a generalizar um segundo momento de comparação, foi necessário estimar uma meta relativa ao final do ano de 2003, para os indicadores que não tinham essa meta definida.

504. O critério utilizado para a determinação da meta para o final de 2003, e apenas para os indicadores que não tinham essa meta já definida, utiliza uma *proxy* que se traduz no peso da programação financeira da despesa pública, por medidas, até 2003, no total de despesa pública programada. As percentagens resultantes daquela ponderação, são apresentadas nas colunas (1) do Quadro 8-1.

QUADRO 8-1: % DA DESPESA PÚBLICA ACUMULADA, ATÉ 2003 (JUNHO E FINAL) PARA O PORLVT

Medidas	% desp. pública acumulada até 2003	% desp. pública acumulada até Junho 2003 do total de desp. acumulada até ao final de 2003	Medidas	% desp. pública acumulada até 2003	% desp. pública acumulada até Junho 2003 do total de desp. acumulada até ao final de 2003
	(1)	(2)		(1)	(2)
1.1	82,29%	91,95%	3.7	82,29%	91,95%
1.2	82,29%	91,95%	3.8	83,32%	92,12%
1.3	82,29%	91,95%	3.9	82,54%	83,91%
1.4	82,29%	83,91%	3.10	75,26%	91,76%
1.5	82,29%	91,95%	3.11	100,00%	80,73%
1.6	82,29%	91,95%	3.12	88,01%	66,76%
2.1	82,29%	91,95%	3.13	100,00%	84,91%
2.2	82,29%	83,91%	3.14	83,02%	92,06%
2.3	82,29%	91,95%	3.15	80,92% a	95,94%
2.4	82,29%	91,95%	3.16	82,29%	91,95%
3.1	80,19%	83,91%	3.17	79,42%	91,95%
3.2	80,19%	83,91%	3.18	82,78%	92,03%
3.3	80,20%	83,91%	3.19	82,29%	91,96%
3.4	80,19%	83,90%	3.20	81,05%	91,65%
3.5	80,19%	83,90%	3.21	80,34%	83,91%
3.6	80,19%	83,91%	3.22	82,29%	91,95%

^a Esta percentagem foi obtida de acordo com a programação financeira alterada para a medida 3.15, após alterações propostas na Comissão de Acompanhamento de Novembro de 2002, que resultaram na Consulta Escrita da transferência de 7,5 M. Euros do FEOGA e solicitação da DG RÉGIO.

Fonte: Equipa de Avaliação

As metas estimadas segundo este método, correspondem à coluna (6) da matriz base de análise da eficácia (Figura 8-1), e não são mais do que a ponderação das metas definidas para 2006, pelas percentagens acumuladas de programação financeira definidas no Quadro 8-1 para o período 2000-2003 – colunas (1).

505.No entanto, como os dados de realização física para a generalidade dos indicadores avaliados, têm como data de referência o final de Junho de 2003, havia a necessidade de estimar metas que garantissem valores directamente comparáveis com aqueles resultados, especificamente metas relativas ao 1º semestre de 2003. Neste caso, o critério utilizado é semelhante ao que se utilizou para estabelecer a meta para o final de 2003, ou seja, encontrou-se o peso da programação financeira da despesa pública, por medidas, que o período entre o início de 2000 até ao final do 1º semestre de 2003, tinha no valor total de programação financeira entre 2000-2003, tendo sido retirada ao objectivo quantificado acumulado até ao final do ano de 2003, a percentagem equivalente a metade da programação financeira definida para este ano. Os pesos da programação financeira entre o ano 2000 e o final do 1º semestre de 2003 no total da programação financeira prevista para o período 2000-2003, são também apresentadas no Quadro 8-1, colunas (2).

FIGURA 8-1: ESTRUTURA DA MATRIZ BASE

Indicadores		Metas Estimadas Meta 2003				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003
Cód	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003				(vs Meta Est. Jun2003)	(vs Meta Est. 2003)	(vs Meta 2006)	(vs Ritmo 2003)	(vs Ritmo 2006)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)

As colunas a branco resultam de informação do Complemento de Programação.

As colunas a cinzento representam informação calculada pela equipa para a avaliação da eficácia da realização física dos indicadores de acompanhamento.

Ritmo de execução 2003 (s/atraso inicial 2003) (3)=4/8 x (6)

Ritmo de execução 2006 (c/atraso inicial 2003) (4)=4/11 x (7)

Situação Estimada 2003 (6)=(valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2003) / (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2006) * (7)

Situação Estimada Junho de 2003 (5)= (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até Junho de 2003) / (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2003) * (6)

Nos indicadores enquadráveis nas medidas do FSE, e uma vez que os valores de realização física se referem a 31/12/2002, devem-se considerar as seguintes alterações:

Ritmo de execução 2003 (c/atraso inicial 2003) (3)=3/8 x (6);

Ritmo de execução 2006 (c/atraso inicial 2003) (4)=3/11 x (7);

As taxas de realização consideram como valores de realização física (numerador), os indicadores físicos a 31/12/2002 – (8).

Os valores encontrados para esta segunda meta intermédia, para 30 de Junho de 2003, equivalem à coluna (5) da matriz base de análise da eficácia (Figura 8-1), e consistem na ponderação da meta estimada para 2003 pelo peso acumulado até ao primeiro semestre de 2003 da programação financeira, calculada segundo a lógica apresentada acima.

É importante realçar que, para alguns dos indicadores (referentes às ajudas públicas para cada acção), cujas metas para 2006 se encontravam definidas em intervalos de variação, por motivos de cálculo inerentes à análise da eficácia, foram calculados tendo por base o valor médio daqueles intervalos, permitindo assim uma melhor avaliação dos seus resultados.

506. Este raciocínio manteve-se, mesmo para os indicadores de realização considerados no cálculo da reserva de eficiência, quer por razões de coerência na forma de cálculo das metas para todos os indicadores, quer porque se pretendeu fazer uma análise independente da que é efectuada no capítulo específico da reserva de eficiência (ver capítulo 9).

507. O interesse da observação da realização não se esgota, no entanto, na comparação com a situação estimada para Junho de 2003 – coluna (5) da Figura 8-1, nomeadamente, através do cálculo da taxa de realização de Junho de 2003 vs Meta Estimada para Junho de 2003 - coluna (10), ou seja, na informação sobre se os indicadores cumpriram ou não a meta estimada para a data de 30 de Junho de 2003 e nem mesmo na verificação da realização das metas para o final do ano de 2003 e para o final do ano 2006 – ver colunas (11) e (12) da mesma figura.

508. Nos casos em que os indicadores não cumprem as metas estimadas para 30 de Junho de 2003, é fundamental entender as razões que estão na sua origem, e qual a expectativa que se pode formular quanto à evolução da realização daquele indicador face às metas para o final de 2003 e de 2006. Nesse sentido, interessa perceber que segundo o plano inicialmente previsto, a meta de 2003 deveria ser cumprida no final de oito semestres após o arranque do POE (desde Janeiro de 2000 até Dezembro de 2003). Contudo, apenas no final do primeiro semestre de 2001 todo o processo de adaptação aos documentos de programação ficou completo, podendo fazer-se um exercício em que se define esse momento como sendo o momento zero para o POE - dia 1 de Julho de 2001⁴.

509. Tendo em conta este desfazamento no arranque inicial dos Programas do QCA optou-se por calcular uma medida de comparação adicional para Junho de 2003, que resulta da hipótese de se manter um ritmo de execução semestral similar ao ritmo médio previsto na programação inicial.

⁴ Segue-se a sugestão do documento da Comissão de Gestão do QCA, Contribuição da Avaliação Intercalar para a quantificação dos indicadores da Reserva de Eficiência.

Este padrão de ritmo, tem em consideração quer o desfaseamento no arranque inicial do POE, quer a compensação que resulta do facto de se estar a fazer a comparação com as realizações físicas a 30 de Junho de 2003 e não no final de 2003 (fixa-se assim o período executável em apenas quatro semestres). Dessa forma, ainda que não se levem em linha de conta os efeitos normais de aceleração das realizações, os valores executáveis pela manutenção do ritmo médio previsto na programação inicial seriam iguais a 4/8 da meta definida para 2003. É este resultado que se apresenta na coluna (3) da matriz base utilizada na avaliação da eficácia (Figura 8-1). Nos casos em que valor de realização física é inferior à meta estimada para Junho de 2003, mas superior a este valor de ritmo – ver coluna (13) da matriz-base – a justificação do não cumprimento daquela meta está sobretudo associada ao deslize no arranque inicial do Programa .

510. Nesta situação é ainda necessário verificar se independentemente do ritmo de realização dos indicadores ser superior ou inferior ao que estava previamente estabelecido, os indicadores apresentam um ritmo de execução que lhes permite vir a cumprir a meta de 2006. O cálculo de um segundo padrão de ritmo de execução permite assim distinguir os indicadores que detêm potencial para cumprir com as metas definidas para 2006 dos que, devido à sua natureza de execução lenta, apresentam ritmos de execução reduzidos e que assim não têm potencial de execução suficiente para atingir a meta de 2006 (apesar de ambos poderem ou não atingir as metas definidas para 2003).
511. Para o cálculo deste último padrão de ritmo, estabeleceu-se que, considerando o atraso inicial, a meta de 2006 deverá ser cumprida em onze semestres (entre o segundo semestre de 2001 e o final de 2006). Tal como se fez no cálculo do padrão de ritmo anterior, teve que se compensar o facto de se estar a apurar a realização física para 30 de Junho de 2003, e não para o final do mesmo ano, resultando o período executável em apenas quatro semestres. Dessa forma, e ainda que não se leve em linha de conta o efeito normal de aceleração das realizações, os valores executáveis resultantes da manutenção do ritmo médio previsto na programação reformulada, seriam iguais a 4/11 da meta definida para 2006 - coluna (4) da matriz base apresentada atrás.
512. A comparação destas duas medidas de ritmos de execução com os indicadores físicos de Junho de 2003, permitem igualmente calcular níveis de realização, ainda que estas, avaliem, sobretudo, ritmos e não tanto a execução - colunas (13) e (14).
513. Para os indicadores enquadrados nas medidas apoiadas pelo FSE, a metodologia de definição de metas e ritmos é similar, no entanto, a data de referência dos dados disponibilizados é de 31 de Dezembro de 2002. A actualização à data de 30 de Junho de 2003 não foi efectuada pelo facto de dos valores de execução relativos a Junho não terem qualquer relevância para efeitos da

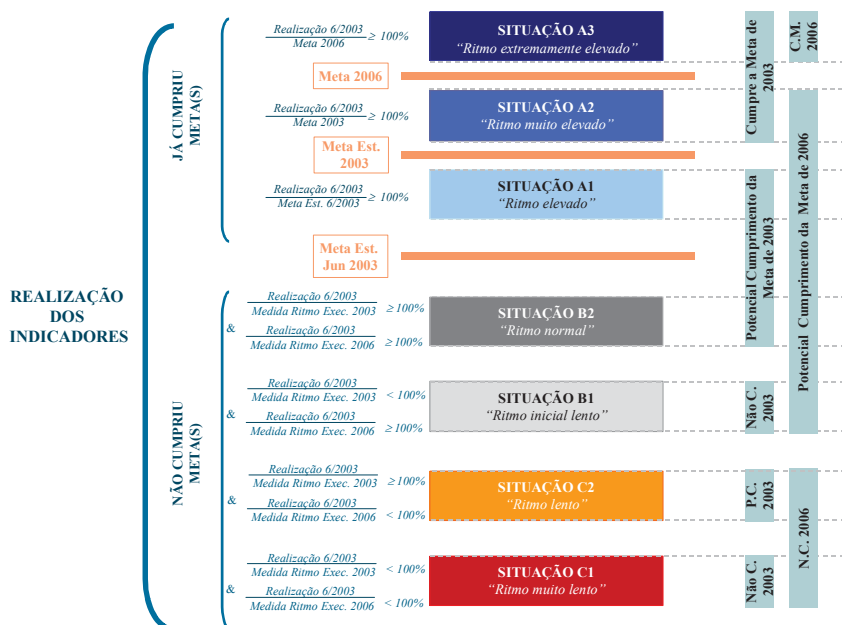
estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados no ano seguinte (Março/Abril), reflectindo a execução do ano anterior. Desta forma, após a estimação da meta para o final de 2003, procedeu-se ao cálculo de uma outra meta intermédia para o final de 2002, utilizando o mesmo método apresentado atrás, aquando da determinação da meta para o final de Junho de 2003.

514. De igual forma, na definição das medidas de ritmo, a lógica mantém-se ainda que o período executável passe de quatro para três semestres (entre Julho de 2001 e o final de 2002). Apesar destas especificidades para os indicadores enquadráveis em medidas FSE, manteve-se a designação das metas e dos ritmos, bem como das taxas de realização, por forma a simplificar a apresentação e a análise.

515. As diversas taxas de realização calculadas permitem uma sistematização dos indicadores por graus e ritmos de cumprimento das metas definidas e previstas. Neste sentido, e de acordo com a Figura 8-2, os indicadores físicos de acompanhamento distribuem-se por 7 situações distintas:

- **Situação A3 – Ritmo extremamente elevado**, engloba todos os indicadores que em Junho de 2003 já cumpriram as metas referentes ao final de 2006, ou seja, apresentaram taxas de realização em Junho de 2003 face à meta de 2006 acima dos 100%, para além de cumprirem com as metas referentes a Junho de 2003 e ao final de 2003, exibindo desta forma um “ritmo extremamente elevado” de execução. No entanto, este alto ritmo de execução dos indicadores poderá, igualmente, ser resultado de uma desadequação no cálculo das respectivas metas para 2006.

FIGURA 8-2: RITMOS DE EFICÁCIA DOS INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação.

- **Situação A2 – Ritmo muito elevado**, corresponde à situação onde o ritmo de execução é o suficiente para que a realização dos indicadores físicos de acompanhamento garanta o cumprimento das metas estimadas para o final de Junho de 2003 e para o final de 2006, permitindo, igualmente, perceber a existência, caso o ritmo se mantenha, de um potencial cumprimento, até ao final do período do Programa, das metas definidas para 2006.
- **Situação A1 – Ritmo elevado**, agrega todos os indicadores que apresentam ritmos de execução que lhes garantem graus de cumprimento para as metas estimadas para Junho de 2003, mas que não são suficientemente elevados para garantir, em Junho de 2003, o cumprimento das metas do final de 2003 e de 2006. É, no entanto, uma situação onde o ritmo de execução dos indicadores é “elevado”, conferindo-lhes, a manter-se, um potencial de cumprimento das metas de 2003 e 2006.
- **Situação B2 – Ritmo normal**, congrega todos os indicadores que não conseguiram atingir a meta estimada para Junho de 2003, mas em que o não cumprimento dos indicadores enquadráveis nesta situação se deve ao facto de ter existido um atraso no arranque do POE, uma vez que estes apresentaram ritmos de execução “normais” face ao tempo de vigência inicialmente definido. Este ritmo, perspectiva assim, o potencial cumprimento das metas definidas para 2003 e também para 2006, uma vez que os indicadores apresentam taxas de realização de Junho de 2003 face ao ritmo de execução 2003 e 2006 superiores a 100%.
- **Situação B1 – Ritmo inicial lento**, é similar à “Situação B2”, no sentido em que os indicadores referentes a esta situação, também não conseguiram cumprir com as metas estimadas para Junho de 2003, mas apresentam um ritmo de execução que, em princípio, lhes permitirá cumprir com as metas para 2006. A diferença desta situação face à anterior deve-se ao facto dos indicadores nesta situação apresentarem ritmos de execução iniciais lentos, ou de a meta para 2003 se apresentar definida com valores muito próximos da meta para 2006, o que significa que, mesmo não considerando o arranque tardio do Programa, estes indicadores, a este ritmo, não conseguiriam atingir execuções que lhes permitissem cumprir com as metas definidas/estimadas para 2003 embora cumprindo as de 2006. Assim, esta situação indicia o facto de a meta intermédia de avaliação do programa exigir um maior ritmo relativo de execução, do que a meta final de 2006.
- **Situação C2 – Ritmo lento**, descreve todos os indicadores que, para além de não terem conseguido atingir as metas estimadas para Junho de 2003, apresentam, igualmente, um ritmo de execução lento, que não lhes permitirá alcançar, dessa forma, nem as metas estimadas para 2003, nem as metas definidas para 2006. Ainda assim, apresentam um ritmo, que apesar de lento, lhes permitiria atingir as metas definidas para o final de 2003 caso não tivesse existido o atraso inicial do PO. Tal como na “Situação B1”, também aqui poderemos ser levados a pensar que as metas definidas para

2003 não se apresentam em consonância com as metas definidas para 2006, evidenciando o facto de as primeiras se encontrarem definidas de forma menos exigente que as últimas.

- **Situação C1 – Ritmo muito lento**, descreve todos os indicadores que, para além de não terem conseguido atingir as metas estimadas para Junho de 2003, apresentam, igualmente, ritmos de execução muito lentos, não lhes permitindo, mesmo sem o atraso inicial do Programa, alcançar as metas definidas para 2003 e para 2006, o que poderá indiciar, tal como acontece na “Situação A3”, uma inadequação na definição das metas ou dos próprios indicadores, face à realidade do Programa, ou alternativamente, uma fraca atracção de determinadas medidas do Programa, com reflexos nos indicadores associados a essas mesmas medidas.

8.2.2. Avaliação Global dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do PORLVT

516.A observação conjunta dos resultados de execução física dos indicadores de acompanhamento do PORLVT é apresentada no Gráfico 8-13 (em anexo apresenta-se a matriz base da Figura 8-1, com os cálculos detalhados das taxas de realização para todos os indicadores), em que se representam as diferentes taxas de realização dos indicadores, nomeadamente as taxas de realização que relacionam os indicadores físicos a 30 de Junho de 2003⁵ com a meta definida para 2006 (Tx R2006), e com as metas estimadas para 2003 (Tx R. Est. 2003) e final de Junho de 2003⁶ (Tx R. Est Jun2003).

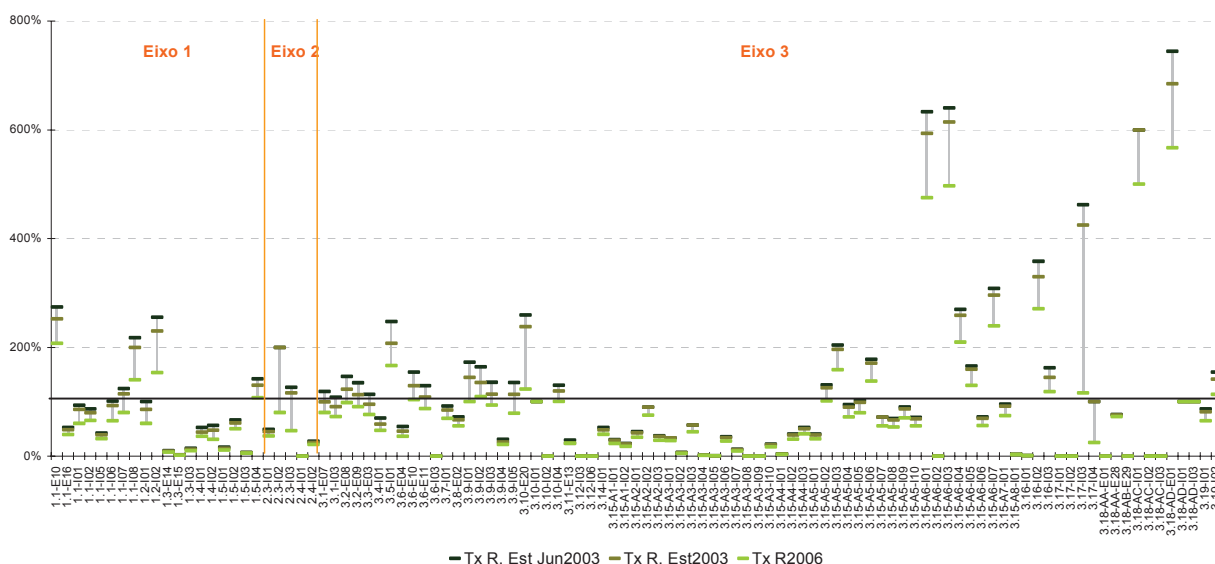
517.O objectivo de representar no mesmo gráfico o conjunto de 105 indicadores analisados, passa por fazer apenas uma observação das “manchas” expostas, sendo as conclusões mais interessantes sobre este tipo de gráfico retiradas mais à frente, aquando da análise eixo a eixo. Ainda assim, é possível entender neste gráfico, que o Eixo 3, sendo o que maior número de indicadores apresenta (com 81 indicadores), é eixo que apresenta maior número de indicadores com taxas de realização nulas, dado que os valores de realização física, para um conjunto de indicadores, é zero, a 30 de Junho de 2003. Não obstante, este eixo também é o que apresenta os maiores valores de taxas de realização, tendo um conjunto de cinco indicadores em que a taxa de realização a 30 de Junho de 2003 face à meta estimada para a mesma data tem um valor superior a 400%, nomeadamente os indicadores: 3.15-A6-I01 - *Nº de projectos de caminhos agrícolas e*

⁵ No caso dos indicadores enquadrados em medidas FSE consideram-se os indicadores físicos a 31 de Dezembro de 2002.

⁶ Para os indicadores referentes a medidas FSE, estimou-se uma meta para 31 de Dezembro de 2002, ainda que se mantenha a mesma designação para a taxa de realização em que aqueles valores são considerados.

rurais aprovados; 3.15-A6-I03 - Km de rede viária beneficiada; 3.17-I03 - Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km); 3.18-AC-I01 - Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar e 3.18-AD-E01 - Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana. Estes indicadores apresentam-se enquanto “outliers” face à distribuição média, quer deste eixo específico, quer por comparação com os valores apresentados pelos indicadores dos restantes eixos, o que poderá resultar de uma subvalorização na definição das metas, de um excedente anormal de projectos naquelas medidas com repercussão directa naqueles indicadores específicos, ou ainda de uma excessiva entrada inicial de projectos, limitados no tempo, associados àqueles indicadores, mas que tenderá a atenuar-se na comparação com as restantes metas.

GRÁFICO 8-13: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA OS EIXOS 1 E 2: FSE E FEDER, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação

518.A avaliação da realização dos indicadores poderia ser facilitada pela construção de um indicador composto e quantificável por eixo, nomeadamente, através das taxas de realização dos indicadores enquadrados naquele eixo⁷, mas essa solução poderia ser demasiado errónea uma vez que não se sabe o peso relativo de cada indicador ponderado pelo peso dos projectos associados às diferentes medidas, e assim aos diferentes eixos. Por outro lado, nem todos os

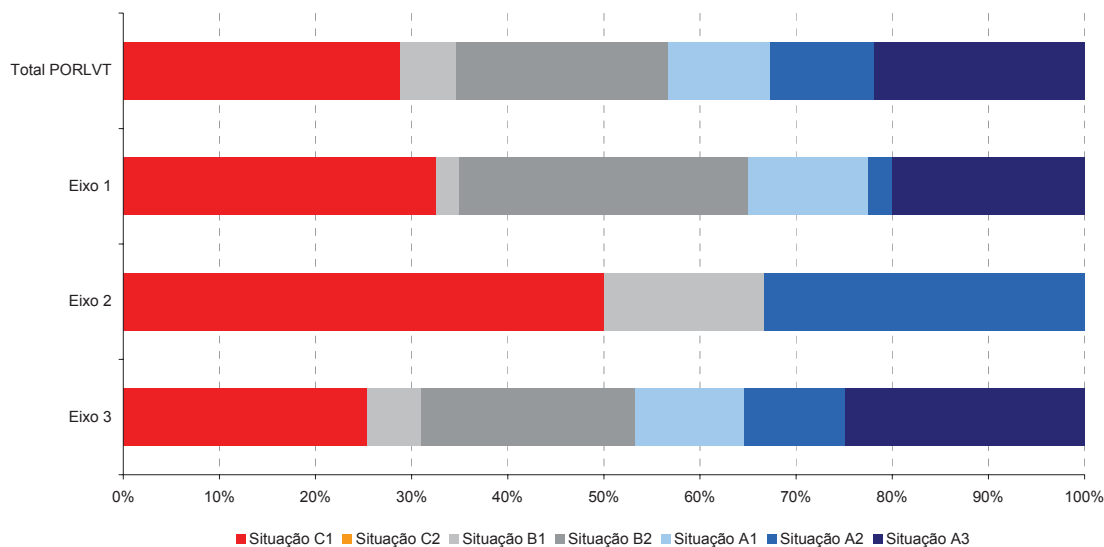
⁷ Segundo a mesma lógica, e tal como será abordado em pontos seguintes, não se poderá igualmente calcular indicadores compostos por medida, fazendo-se antes uma análise baseada em estatísticas descritivas.

objectivos das medidas (logo, também dos eixos), têm indicadores quantificáveis associados, pelo que poderia ser redutora a composição daquele tipo de índices compostos.

519. A verificação do nível de realização de cada um dos eixos do programa pode ser analisado através da distribuição relativa dos indicadores considerados pelas 7 situações definidas na metodologia apresentada atrás, no âmbito da tipologia de caracterização do cumprimento das metas de execução (ver

520. Figura 8-2). Os resultados deste exercício são apresentados no Gráfico 8-14, tendo sido obtidos pelo cálculo, para cada um dos eixos, das médias das distribuições apresentadas pelos indicadores enquadrados em cada uma das medidas do respectivo eixo⁸. Para o conjunto do Programa manteve-se a mesma lógica do exercício, ou seja o peso de cada situação no total do PORLVT resulta da média das distribuições de todas as medidas.

GRÁFICO 8-14: GRAU DE EXECUÇÃO DOS EIXOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

521. No gráfico acima, uma análise global dos eixos permite concluir que, de uma forma geral, não existe grande distinção entre os resultados apresentados por cada um dos eixos do Programa, uma vez que em todos eles, ainda que com pesos distintos, a orientação é para que a maioria dos

⁸ O facto de se ter realizado a distribuição por eixos com base na média das distribuições de cada uma das medidas resulta do facto do número de indicadores por medida ser bastante diferenciado. Caso a classificação fosse realizada com base na situação de todos os indicadores englobados no mesmo eixo, as diversas medidas surgiam com diferentes níveis de ponderação. Recorde-se que o número de indicadores por eixo é muito diferenciado: Eixo 1 – 19 indicadores; Eixo 2 – 5 indicadores e Eixo 3 – 81 indicadores.

indicadores não tenha ultrapassado as metas definidas para o final de Junho de 2003. O Eixo 3 aparece aliás, como o que apresenta indicadores de medida em melhor situação média, uma vez que 46,7% dos valores de realização física dos indicadores de medida, deste eixo, ultrapassam as metas estimadas para Junho de 2003, diminuindo este valor para 35,0% no Eixo 1 e para 33,3% no Eixo 2.

522. Contrariamente, o Eixo 2 é o que apresenta o maior peso de indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, uma vez que em média, por medida, 50% dos indicadores, não cumpriram qualquer uma das metas definidas ou estimadas, e a manter o actual ritmo não têm potencial de cumprimento de qualquer uma dessas metas. Porém, deve-se ter em conta que neste eixo apenas se consideram 5 indicadores na análise, condição que relativiza os resultados obtidos.

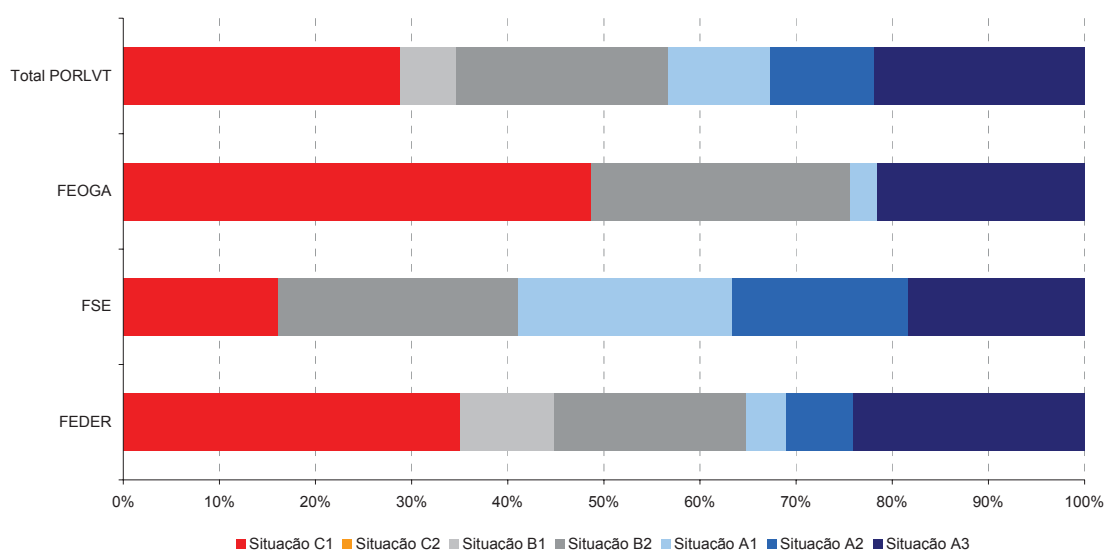
523. Por outro lado, é interessante verificar que, do total dos indicadores que não cumprem a meta estimada para Junho de 2003, a maioria tem potencial, a manter-se o ritmo actual, de vir a cumprir a meta de 2006. Aliás, 22,3% dos indicadores do Eixo 3 e 30,0% dos indicadores do Eixo 1, colocam-se numa posição em que o não cumprimento da meta estimada para o final de Junho de 2003 se explica pelo desfasamento no arranque do Programa. Dessa forma a manter-se o actual ritmo, aqueles indicadores cumprirão quer as metas definidas para o final de 2006, quer as metas definidas ou estimadas para o final de 2003.

524. O resultados globais para o total do PORLVT traduzem um pouco o que se passa nos diferentes eixos do Programa, uma vez que apenas 43,3% dos indicadores ultrapassam as metas estimadas para Junho de 2003, sendo que dessas a maioria ultrapassa a meta de Junho de 2003, mas também as metas para o final de 2003 e para o final de 2006. No extremo oposto, 28,8% dos indicadores não cumpriram a meta de Junho de 2003, e a manter a mesma cadência tenderão a não cumprir qualquer uma das outras metas posteriores. Contudo, existe ainda um grande peso (22,1%) dos indicadores cujo não cumprimento da meta estimada para Junho de 2003 se fica a dever essencialmente ao atraso no arranque do Programa, uma vez que mantendo o mesmo ritmo de realização esses indicadores tenderão a cumprir a meta para o final de 2003 e para o final de 2006. É curioso o facto de não haver qualquer indicador na “Situação C2 – Ritmo lento”, em que, se não tivesse havido desfasamento no arranque do Programa, a manutenção de um determinado ritmo permitiria cumprir a meta para o final de 2003 mas não a meta para o final de 2006, sobretudo devido à menor exigência relativa da meta de 2003 do que a meta de 2006.

525. Pelo facto das medidas do PORLVT serem financiadas por diferentes Fundos Comunitários, nomeadamente FEOGA, FSE e FEDER, fez-se, também, uma avaliação da eficácia dos indicadores de realização física, distinguindo entre os diferentes Fundos (ver Gráfico 8-15). Esta

análise destaca a fraca realização dos indicadores associados à Medida 3.15 – FEOGA, uma vez que 48,6% daqueles indicadores apresentam um “Ritmo muito lento – Situação C1”. Este fundo é, aliás, o que apresenta menor percentagem de indicadores que cumpram a meta estimada para o final de Junho de 2003, com apenas 24,3% dos indicadores nessa situação. Contudo, é também este fundo o que tem maior peso de indicadores que embora não cumprindo as metas definidas para 30/06/2003, têm um ritmo de realização que lhes permitirá, a manter-se, cumprir as metas de 2006, e apresentam potencial para cumprir a meta para o final de 2003, justificando-se esta situação sobretudo pelo desfasamento no arranque do Programa.

GRÁFICO 8-15: GRAU DE EXECUÇÃO DOS FUNDOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

526. Ainda que apresentem as especificidades referidas acima⁹, a apenas considerem 20 indicadores do total, os indicadores das medidas FSE são os que apresentam melhor situação média, uma vez que aproximadamente 59% dos indicadores ultrapassam as metas estimadas para 30 de Dezembro de 2002. É igualmente o FSE que apresenta menor peso de indicadores na “Situação C1”, o que se traduz na realização esperada, para o final de 2006 de mais de 84% dos indicadores analisados.

527. Sendo o fundo comunitário com maior número de indicadores considerados na análise (48 indicadores do total de 105), o FEDER apresenta resultados intermédios na distribuição dos

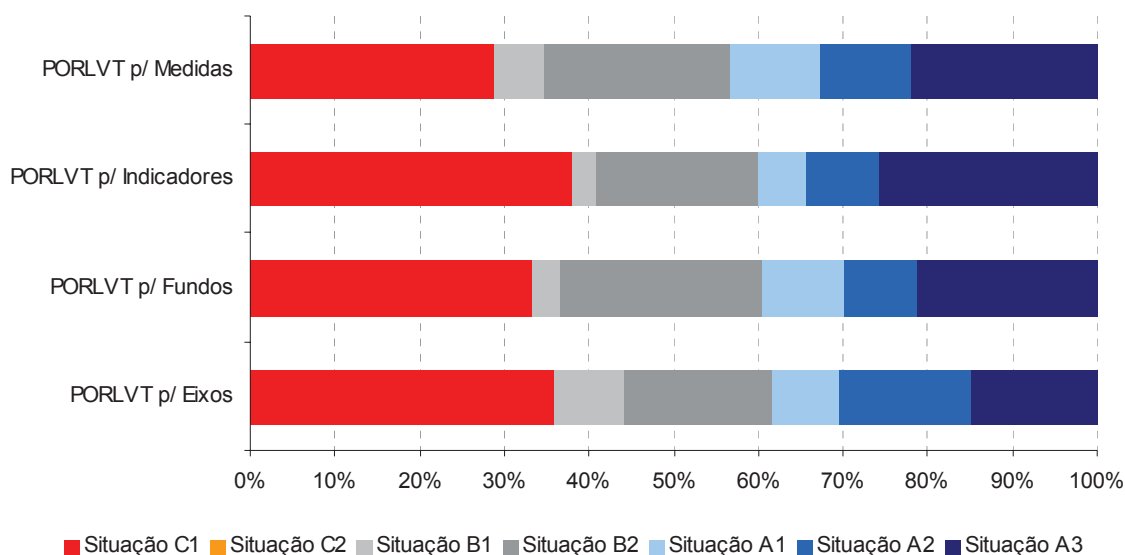
⁹ Os valores de realização física referem-se à data de 31 de Dezembro de 2002, pelo que as metas de comparação foram estimadas para a mesma data: final de 2002.

indicadores face aos outros dois fundos. As medidas FEDER apresentam em média 35,1% dos indicadores na “Situação C1”, e no limite oposto, apenas 35,2% dos indicadores ultrapassam a meta definida para o final de Junho de 2003, e desses mais de 68% ultrapassam também a meta estimada para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006. As medidas FEDER são aliás, as que apresentam maiores valores médios para a “Situação A3 – Ritmo extremamente elevado”, facto que poderá resultar da rapidez de execução de uma grande parte dos projectos ou também da má definição das metas.

Os valores apresentados para o total do PORLVT têm a mesma distribuição do Gráfico 8-14, uma vez que resultam da ponderação dos pesos das diferentes situações em cada uma das medidas.

528. Contudo, a análise do total do PORLVT segundo a tipologia de posicionamento quanto aos graus de execução dos indicadores pode ser obtida segundo diferentes exercícios. A que foi apresentada atrás sobre o grau de execução dos eixos e dos fundos do PORLVT foi calculada a partir das médias das medidas, e é apresentada no Gráfico 8-16, como *PORLVT por Medidas*. As médias para o PORLVT podem ser obtidas, ainda, fazendo a média dos pesos das situações apresentadas para os três eixos (*PORLVT por Eixos*), ou apresentadas para os fundos (*PORLVT por Fundos*). Uma última hipótese (*PORLVT por Indicadores*) passa por contabilizar o número de indicadores que se posiciona em cada uma das situações definidas, e calcular a sua ponderação no total dos 105 indicadores.

GRÁFICO 8-16: GRAU DE EFICÁCIA DO PORLVT, SEGUNDO DIFERENTES FORMAS DE CÁLCULO



Fonte: Equipa de Avaliação.

529. As oscilações apresentadas entre estes diferentes exercícios são marginais, contudo, a análise pelo número absoluto de indicadores é a que apresenta o maior peso de indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, uma vez que 40 dos 105 indicadores se colocam nesta posição. Apesar disso, é também nesta forma de cálculo que têm maior peso os indicadores que cumprem a meta de Junho de 2003, a meta para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006 (25,7%).

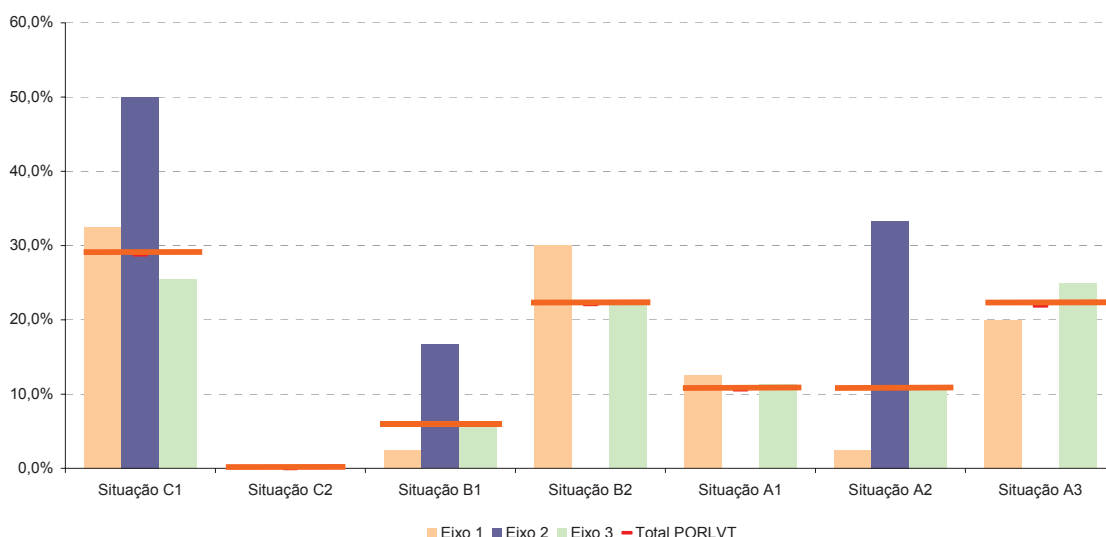
530. Não obstante, é no exercício que utiliza as médias das medidas que a percentagem de indicadores que ultrapassam a meta estimada para o final de Junho de 2003 é superior (independentemente de ultrapassar ou não as metas para o final de 2003 e de 2006).

Complementarmente interessa referir que independentemente do método de cálculo utilizado, o peso dos indicadores sem potencial de cumprimento de qualquer meta (“Situação C1 – Ritmo muito lento”) é muito elevado. Ainda assim, a percentagem de indicadores que embora não tendo cumprido a meta de Junho de 2003 se espera que venham a cumprir as metas do final de 2006 e com potencial de cumprimento das metas para o final de 2003, se mantiverem o mesmo ritmo de execução, é também elevado, podendo ser os responsáveis, em momentos de avaliação posteriores, pela transformação da situação actual.

531. Nos exercícios apresentados anteriormente (Grau de Execução dos Fundos e Grau de Execução dos Eixos), utilizou-se para o total do PORLVT, tal como já se havia referido, os valores calculados por Medidas, escolha que se explica pelo facto do cálculo que resulta da média simples dos fundos não considerar a grande heterogeneidade que esses eixos têm em termos do número de indicadores que consideram (o Eixo 2 apenas considera 5 indicadores), o mesmo se passando no exercício que considera a média dos fundos (em que o FEOGA tem apenas uma medida e o FEDER 15 medidas). O exercício que considera os diferentes indicadores, alternativamente, pondera cada uma das medidas segundo o número de indicadores que está pré-definido por medidas, o que, por exemplo, faz com que os resultados da medida 3.15 (FEOGA) fossem mais importantes que os de qualquer outra medida, apenas porque é a medida que maior número de indicadores apresenta (37 indicadores). Dessa forma, o cálculo do valor médio apresentado pelos indicadores na tipologia de situações de execução que pareceu mais equilibrado foi o que partiu dos valores das Medidas, ainda que a Medida 3.15 representasse a média de um maior número de indicadores que as restantes medidas, no entanto, esse facto prende-se com a desproporção de acções associadas à medida decorrente da construção do próprio Programa.

532. A observação do Gráfico 8-17 permite concluir, pela comparação entre a média da distribuição dos indicadores pelas diferentes situações por eixos e os pesos da distribuição do total dos indicadores considerados pelas diversas situações para o PORLVT, que o Eixo 3, sendo o que considera o maior número de indicadores, é o que mais influencia a deslocação da linha referente ao PORLVT, ainda que por situação, e à excepção da “Situação A3”, este eixo nunca seja o que apresenta maior peso. O Eixo 1, é o que apresenta a maior ponderação nas “Situações B2 e A1”. Na “Situação C1”, “Situação B1” e “Situação A2” o Eixo 2 é o que apresenta valores mais elevados, no entanto como este eixo apenas considera 5 indicadores, não tem grande influência nos valores médios para o PORLVT. Tal como se tinha referido anteriormente, não existe qualquer indicador a posicionar-se na “Situação C2”.

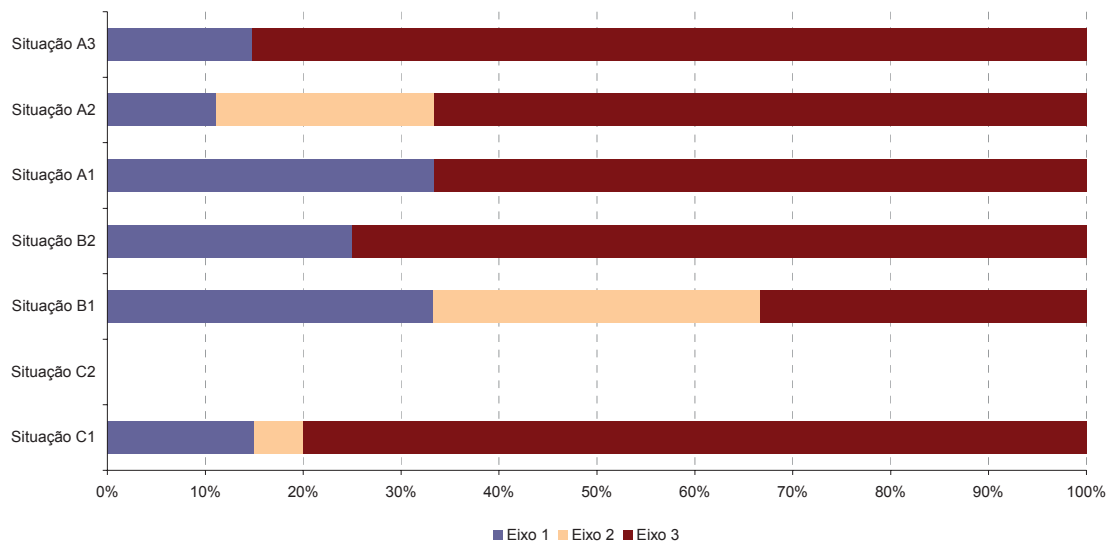
GRÁFICO 8-17: COMPARAÇÃO DOS GRAUS DE EXECUÇÃO DOS EIXOS COM AS MÉDIAS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

533. O Gráfico 8-18, permite confirmar que o Eixo 3 é o que maior representatividade tem em todas as situações para as quais existe observações, facto que se explica por mais de 77% dos indicadores se enquadrar neste Eixo. A única excepção é a “Situação B1”, em que a representatividade dos diferentes eixos é igual, ainda que nesta situação, cada eixo represente apenas um indicador.

GRÁFICO 8-18: DISTRIBUIÇÃO DOS GRAUS DE EXECUÇÃO POR EIXOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

534. Nos sub-capítulos apresentados de seguida faz-se uma análise mais fina por indicador e por medida, distinguido para os diferentes eixos, os graus de execução das diversas metas definidas, por forma a clarificar os grandes números apresentados neste ponto. Essa análise não é feita em torno da matriz base de trabalho (apresentada em anexo), mas antes em torno dos seus resultados e das interpretações que se podem fazer a esses resultados. No sub-capítulo relativo ao Eixo 3, faz-se ainda uma análise do caso particular da Medida 3.15 (FEOGA), uma vez que é uma medida que agrega um conjunto muito heterogéneo de medidas.

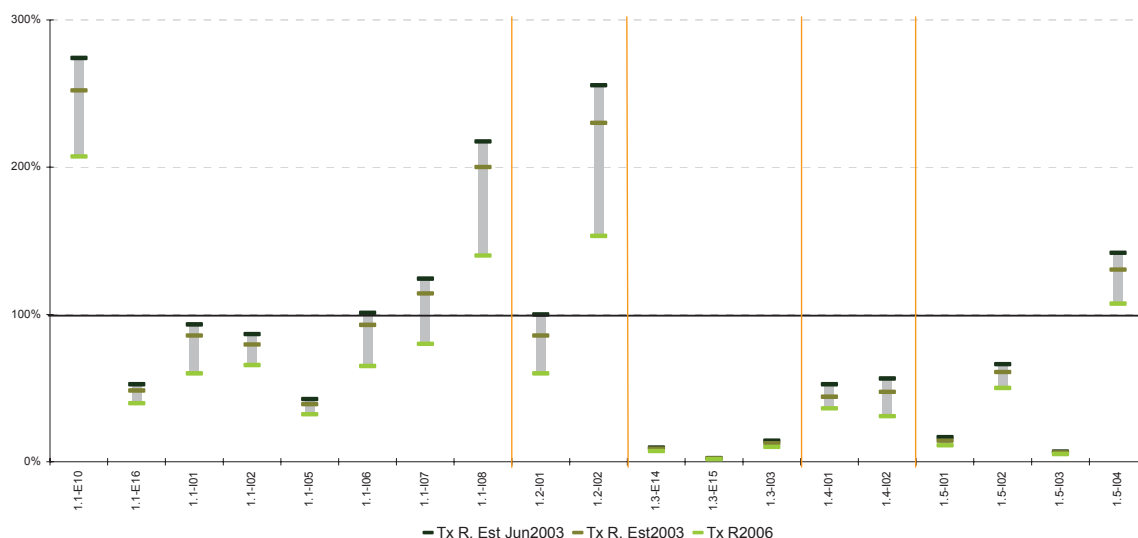
8.2.3. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 1 do PORLVT

535. Nesta análise apresentam-se os resultados para os indicadores enquadráveis nas Medidas 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, considerando-se na análise um total de 19 indicadores. Nesta análise não se apresentam resultados para a Medida 1.6 – Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico, uma vez que esta medida não tem previstos indicadores de acompanhamento físico.

536. A observação do gráfico apresentado abaixo, permite, antes de mais, identificar as taxas de realização, por indicador, que são superiores a 100%, ou seja, identificar os indicadores que cumpriram as metas analisadas. Permite ainda, numa lógica mais concentrada em cada um dos indicadores, analisar as relações existentes entre as diferentes taxas de realização, nomeadamente

a ordenação e a concentração. Por outro lado, para facilitar esta análise, dividiram-se com linhas verticais os indicadores, separando-os por medidas.

GRÁFICO 8-19: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 1, POR INDICADORES



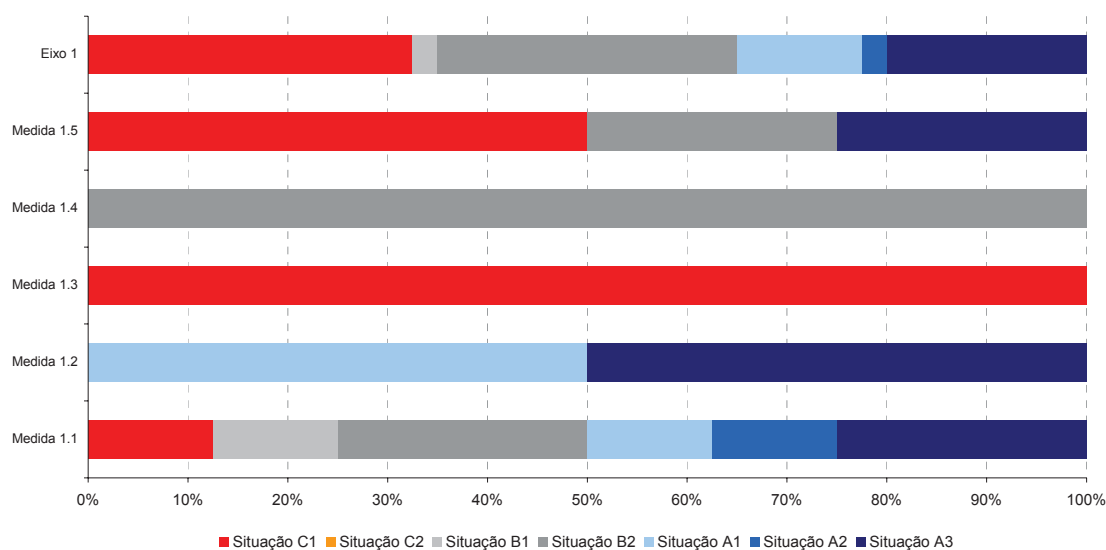
Fonte: Equipa de Avaliação.

537. Em termos genéricos é possível perceber que todos os indicadores apresentam uma ordenação das taxas de realização semelhante, com a $Tx R. Est. Jun2003 \geq Tx R. Est2003 \geq Tx R2006$. Esta orientação explica-se pelo facto de, normalmente, os valores apresentados pelas metas estimadas para o final de Junho de 2003 (Tx R. Est. Jun2003) serem inferiores aos que foram estimados (ou definidos) para o final de 2003 (Tx R. Est2003), e estes face aos que foram definidos para 2006 (Tx R2006). Por outro lado, e em termos simplificados, a observação do gráfico permite entender que dos dezanove indicadores, apenas quatro cumprem todas as metas definidas, um cumpre apenas as metas de Junho de 2003 e final de 2003, e dois somente a meta definida para o final de Junho de 2003.

538. Em termos de concentração, podem-se distinguir dois grupos de indicadores: os que apresentam taxas de realização superiores a 100%, tendem a apresentar taxas mais dispersas; os que não ultrapassam as metas definidas tendem a registar valores mais concentrados. Não obstante, para cada indicador, a relação estabelecida entre as diferentes taxas de realização é bastante diversa, pelo facto da proporção entre as respectivas metas variar bastante. A título de exemplo, a diferença entre as metas definidas para o final de Junho de 2003 e o final de 2006 (Meta Junho 2003 - Meta 2006) para a totalidade dos indicadores varia entre 0,6% e 102,2%.

539. Os resultados da observação da eficácia física do PORLVT poderão ser mais elucidativos, se alternativamente à análise centrada nos indicadores, se evoluir para uma análise centrada nas medidas. É essa evolução que se pretende efectuar com a observação do gráfico apresentado de seguida (ver Gráfico 8-20). Aquele gráfico faz cumulativamente o cruzamento desta realidade por indicadores/medidas com a tipologia de situações de execução dos indicadores de realização definida atrás. Este exercício permite visualizar claramente, por medida, a distribuição relativa dos indicadores por capacidade de cumprimento de metas e ritmos de execução, e generalizar esse exercício em termos médios ao Eixo.

GRÁFICO 8-20: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 1, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

540. Deste quadro de análise, o que ressalta desde logo, é que em grande parte das medidas o cumprimento das metas é relativamente reduzido. Apenas na Medida 1.2, que apenas considera dois indicadores, todos os indicadores cumprem a meta estimada para o final de Junho de 2003, e um deles cumpre igualmente a meta estimada para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006. Por outro lado, metade dos indicadores da medida 1.1 cumprem as metas estimadas igualmente para 30/06/2003. Dos indicadores que não cumprem aquela meta, apenas 12,5% não têm potencial, mantendo o mesmo ritmo de realização, para atingir as metas do final de 2003 e 2006, posicionando-se os outros em situações cujos valores de realização física se justificam quer pelo atraso no arranque do Programa, quer na maior exigência relativa da meta de 2003 face à de 2006.

541. Os três indicadores considerados na Medida 1.3 apresentam ritmos de realização extremamente lentos, pelo que para além de não cumprirem as metas para Junho de 2003, a manterem o mesmo ritmo não têm qualquer potencial de cumprimento das metas de 2003 e 2006, posicionando-se todos os indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”. No caso da medida 1.4, todos os seus indicadores se encontram na “Situação B2”, justificando-se o não cumprimento das metas de Junho de 2003 pelo arranque tardio do Programa.
542. Por fim, dos quatro indicadores considerados na medida 1.5, um ultrapassou todas as metas, e os restantes apresentam taxas de realização face à meta de Junho de 2003 abaixo dos 100%, sendo que um desses indicadores justifica o seu atraso também no arranque tardio, e os restantes têm um ritmo de execução de natureza lenta, pelo que não têm potencial para cumprir quaisquer das metas existentes, nomeadamente a de 2006.
543. Devido à heterogeneidade dos diferentes resultados por medidas, o Eixo 1 apresenta uma grande diversidade de posicionamentos para os seus indicadores, com 35% dos respectivos indicadores a apresentar taxas de realização face às metas para 30/06/2003 superiores a 100% e 32,5% dos indicadores a posicionarem-se na “Situação C1”. Existe ainda uma grande “fatia” de indicadores, 30%, que embora não cumpram a meta definida para o final de Junho de 2003, tem potencial para vir a cumprir as metas para o final de 2003 e 2006, uma vez que o seu ritmo supera as expectativas iniciais de ritmo de realização, explicando-se a não realização pelo atraso no arranque do Programa. Assim, pode-se prever que, a manter-se o mesmo ritmo de execução, 67,5% dos indicadores venham a cumprir as metas definidas para o final da Programação.
544. No Quadro 8-2, é possível distinguir o posicionamento de cada um dos indicadores por situação relativa ao ritmo e grau de execução das metas de acompanhamento definidas. De referir, que, por questões de apresentação, são listados no quadro seguinte, apenas os códigos dos indicadores, e a justificação quantitativa da classificação é apresentada num quadro em anexo.

QUADRO 8-2: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 1, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
1.1-I08	1.1-I07	1.2-I01	1.1-I01	1.1-E16		1.1-I05
1.1-E10			1.1-I02			1.3-I03
1.2-I02			1.4-I01			1.3-E14
1.5-I04			1.4-I02			1.3-E15
			1.5-I02			1.5-I01
						1.5-I03

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

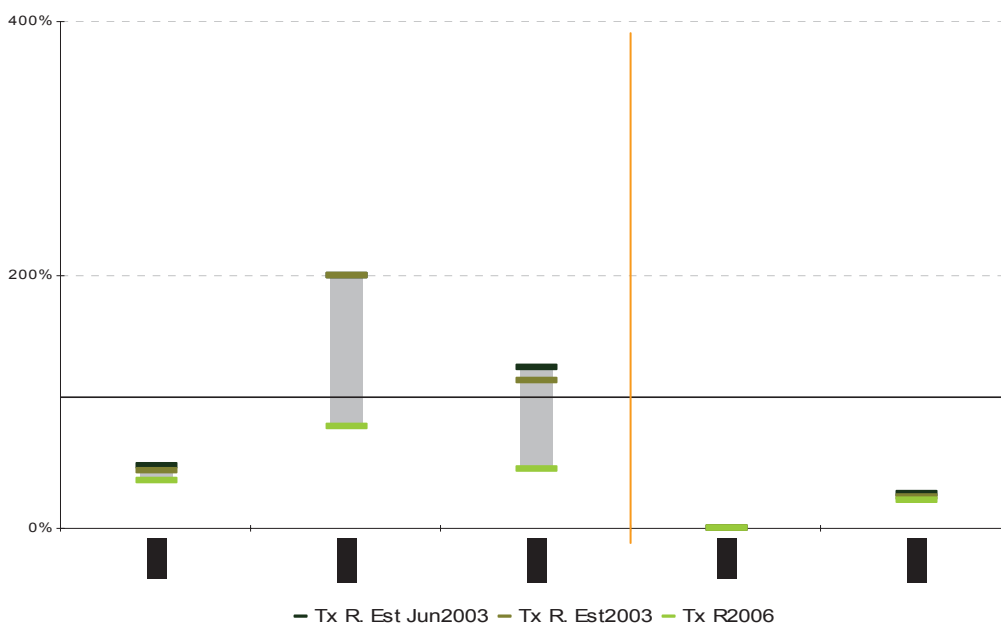
Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.4. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 2 do PORLVT

545. Antes de mais importa referir que do total das medidas consideradas neste segundo eixo, foram retiradas da análise as Medidas 2.1 e 2.2, por razões que no Relatório de Execução de 2002 se prendiam com o facto de não terem sido aprovados até ao momento projectos que contribuam directamente para os indicadores pré-definidos (caso da Medida 2.1) ou não se registarem aprovações de projectos associados à Medida 2.2, fazendo-se, assim, a apreciação de apenas cinco indicadores.

546. A avaliação da eficácia da realização física deste eixo, pode-se fazer num primeiro momento, pela decomposição das taxas de realização por indicador, face às diferentes metas analisadas (ver Gráfico 8-21).

GRÁFICO 8-21: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 2, POR INDICADORES



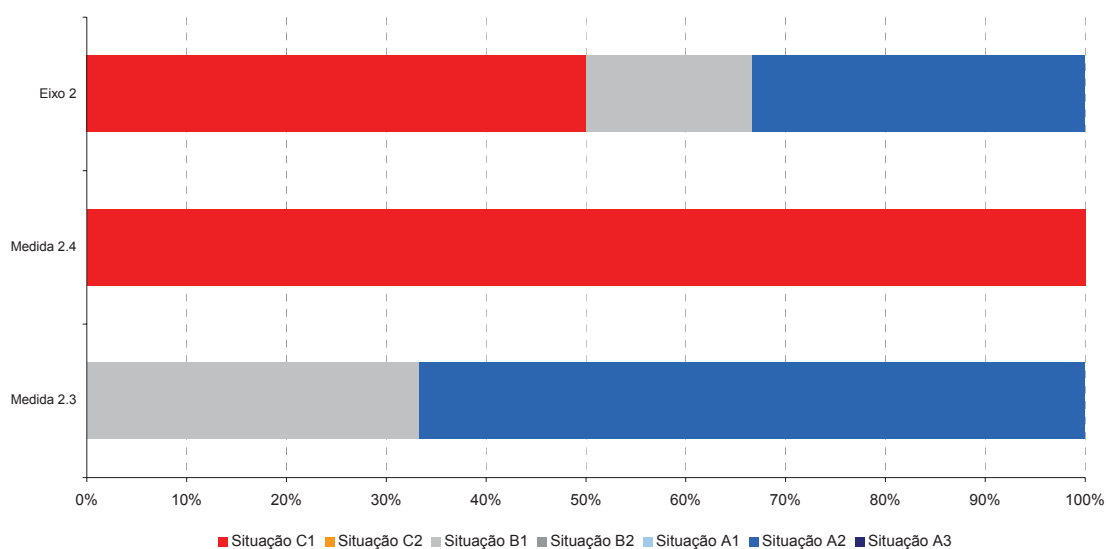
Fonte: Equipa de Avaliação.

547. Tal como é perceptível da análise do gráfico, todos os indicadores apresentam uma ordenação normal, com a Tx R. Est. Jun2003 ≥ Tx R. Est2003 ≥ Tx R2006, e apresentam taxas de realização bastante concentradas. Nenhum dos indicadores do Eixo 2 cumpre todas as três metas consideradas, havendo inclusive um dos indicadores a apresentar taxas de realização nulas (*indicador 2.4-I01 – N° de Estágios profissionais apoiados*). Apenas dois dos indicadores da

Medida 2.3 tem taxas de realização superiores a 100%, quer por comparação com a meta estimada para Junho de 2003, quer por comparação com a meta para o final de 2003.

548. Uma análise centrada na tipologia de posicionamento dos indicadores quanto aos graus de execução (ver Gráfico 8-22) deixa entender, o que já se percebeu atrás, que todos os indicadores da Medida 2.4 não cumprem qualquer uma das três metas, e esse não cumprimento não se fica a dever ao atraso no arranque do Programa nem à maior exigência relativa das metas iniciais, pelo que todos os indicadores desta Medida se posicionam na “Situação C1 – Ritmo muito lento”. Na Medida 2.3, apenas um dos indicadores não cumpre qualquer meta, no entanto, apresenta um ritmo de realização que lhe permite vir a cumprir a meta final de 2006, pelo que o não cumprimento das metas se fica a dever ao atraso no arranque do Programa e também à maior exigência relativa das metas intermédias. Os restantes indicadores daquela medida cumprem ambas as metas intermédias referentes a 2003, mas não ultrapassam a meta para 2006, pelo que se posicionam na “Situação A2 – Ritmo muito elevado”.

GRÁFICO 8-22: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 2, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

549. Assim em termos médios 50% dos indicadores do Eixo 2 estão na pior situação identificada – “Situação C1 – Ritmo muito lento”, e apenas 1/3 dos indicadores registam valores de realização física superior à meta para o final de Junho de 2003, e nestes casos também superior à meta do final de 2003.

550. Tal como se fez para o Eixo 1, pode-se individualizar o posicionamento de cada um dos indicadores por graus de execução das metas de acompanhamento definidas.

QUADRO 8-3: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 2, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
	2.3-I02			2.3-I01		2.4-I01
	2.3-I03					2.4-I02

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

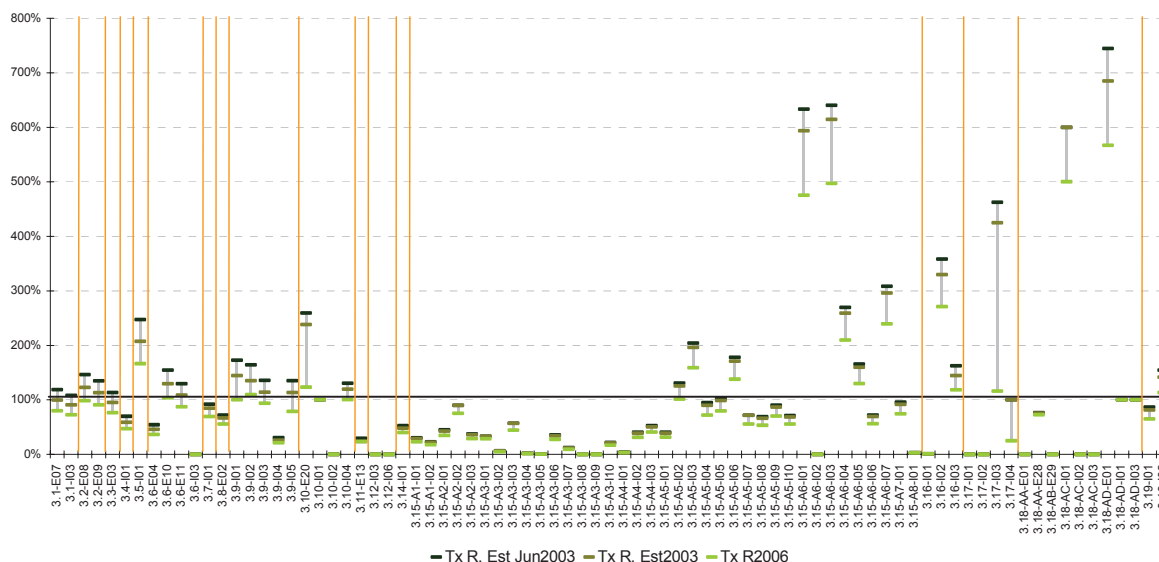
Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.5. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 3 do PORLVT

551.No caso específico do Eixo 3, todas as medidas são analisadas, à excepção da Medida 3.13 – “Sociedade de Informação” (FSE), uma vez que não se apresentam dados de realização física para 30 de Junho de 2003 nos indicadores relacionados com aquela medida, e das Medidas 3.20, 3.21 e 3.22, referentes à Assistência Técnica, respectivamente, das medidas FEDER, FSE e FEOGA, pelo facto de não terem indicadores associados.

552.A análise dos indicadores associados a este Eixo pode ser feita, num primeiro momento, e à semelhança do que se fez para os outros Eixos, utilizando um gráfico em que se apresentam as diferentes taxas de realização física (ver Gráfico 8-23).

GRÁFICO 8-23: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 3, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação.

553.Uma vez que este Eixo apresenta um grande número de indicadores (81 indicadores), o gráfico apresentado acima, tal como o gráfico similar para o total do PORLVT, apenas permite efectuar

uma análise “por manchas”, evidenciando os casos mais extremos. Assim, antes de mais, existe um grande número de medidas que apenas têm associado um único indicador, nomeadamente as Medidas 3.3, 3.4, 3.5, 3.7, 3.8, 3.11 e 3.14, o que, tal como veremos mais à frente, irá resultar num conjunto de medidas que apresentam todos os seus indicadores numa única situação da tipologia de graus e ritmos de cumprimento das metas definidas.

554. Por outro lado, aproximadamente 20% dos indicadores apresentados exibem taxas de realização nulas, destacando-se a Medida 3.12 – “Sociedade de Informação” com ambos os indicadores a apresentarem realização nula; a Medida 3.17, em que dois dos quatro indicadores apresentam igualmente taxas nulas e a Medida 3.15 – “Agricultura e Desenvolvimento Rural” por ter o maior número absoluto de indicadores com taxas de realização nulas – 7 indicadores.

555. Todos os indicadores analisados neste eixo apresentam uma ordenação normal, com a Tx R. Est. Jun2003 \geq Tx R. Est2003 \geq Tx R2006, havendo grande concentração das taxas apresentadas por indicador, dado que a diferença estabelecida entre as diferentes taxas de realização é bastante reduzida. Contudo, a última afirmação é mais verdadeira nos indicadores que não cumprem qualquer meta, do que naqueles que cumprem uma ou mais, ou seja quanto maiores são as taxas de realização dos indicadores maior é a propensão a apresentar maiores dispersões nas diversas taxas de realização consideradas. À excepção de um conjunto de seis indicadores (3.10-E20 - *Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)*; 3.15-A6-I01 - *Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados*; 3.15-A6-I03 - *Km de rede viária beneficiada*; 3.17-I03 - *Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)*; 3.18-AC-I01 - *Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar* e 3.18-AD-E01 - *Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana*), a diferença entre as taxas de realização apresentadas é sempre inferior a 100%, o que se explica pela relação que aquelas três taxas têm entre si, por via das metas, na maioria dos indicadores, e justifica a tendência de concentração das metas.

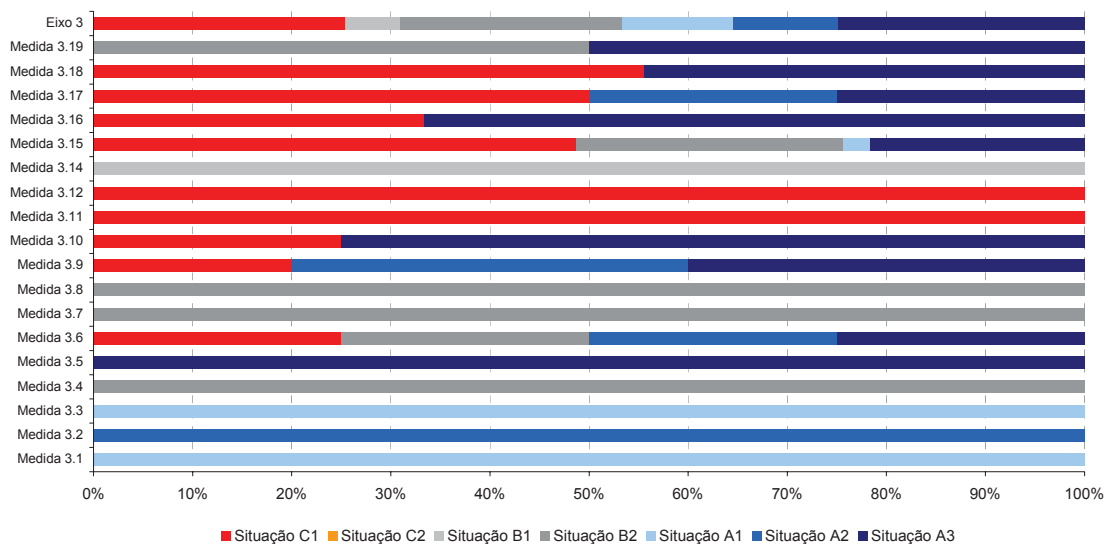
556. São aliás alguns daqueles indicadores (especificamente o 3.15-A6-I01, 3.15-A6-I03, 3.18-AC-I01 e 3.18-AD-E01), os que maiores valores para as taxas de realização exibem, tendo sempre no mínimo uma das taxas de realização com um valor igual ou superior a 600%, ou seja os valores de realização física já ultrapassaram em seis vezes, a(s) meta(s) estimada(s) ou definida(s).

557. Outro caso invulgar, é o do indicador 3.17-I03, que apresenta uma diferença entre a taxa de realização para o final de Junho de 2003 e a definida para o final de 2006 superior a 346%, facto

que se explica por neste indicador se ter definido uma meta para o final de 2003 que era aproximadamente 27,2% da meta definida para o final do período de vigência do Programa.

558. Ainda assim, e tal como é possível de confirmar no gráfico apresentado de seguida, em que se classificam os resultados dos indicadores de realização face à tipologia de posicionamento quanto aos respectivos graus de execução (ver Gráfico 8-24), este eixo é o que apresenta maior percentagem de indicadores que apresentam taxas de realização face à meta estimada para o final de Junho de 2003 superior a 100%. Esta situação resulta do facto de existir um grande número de medidas em que todos os indicadores ultrapassaram as metas definidas para 30/06/2003 (Medidas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.5), ou ainda medidas em que a maioria dos indicadores ultrapassa essa mesma meta (Medidas 3.6, 3.9, 3.10, 3.16, 3.17 e 3.19).

GRÁFICO 8-24: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 3, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

559. Porém, é importante notar que, por um lado, as medidas onde a totalidade dos indicadores ultrapassa a meta calculada para o final de Junho de 2003, apenas agregam um ou dois indicadores, e que, por outro lado, nas Medidas 3.1. e 3.3 apenas se ultrapassam aquelas metas, enquanto que na Medida 3.2 os valores de realização física são superiores também à meta estimada ou definida para o final de 2003, e apenas na Medida 3.5 o indicador ultrapassa igualmente a meta definida para o final de 2006. De igual forma, nas medidas em que a maioria, mas não a totalidade, dos indicadores ultrapassa as metas definidas para 30/06/2003 deve-se notar que esses indicadores nunca ultrapassam apenas aquelas metas, mas também a definida para o final de 2003 ou as metas para o final de 2003 e de 2006.

- 560.No extremo oposto, existem duas medidas (Medida 3.11 e 3.12) cuja totalidade dos indicadores se posicionam na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, o que traduz que a realização física daqueles indicadores seja muito lenta. Existe ainda um conjunto de medidas (Medida 3.4, 3.7 e 3.8), cujos indicadores se posicionam todos na “Situação B2”, ou seja, em todos os indicadores os ritmos de execução são “normais” face ao tempo de vigência inicialmente definido, pelo que o não cumprimento de qualquer meta se fica a dever sobretudo ao atraso no arranque do PORLVT.
- 561.Os indicadores da medida 3.14 estão na “Situação B1”, em que para além do atraso no arranque do PORLVT, se explica o não cumprimento das metas para o final de Junho de 2003 pela maior exigência relativa das metas definidas para 2003 face às definidas para 2006.
- 562.Assim, em termos do Eixo 3 tomado no seu global, 46,7% do total dos indicadores ultrapassam a meta estimada para Junho de 2003, mas mesmo assim este eixo é o que mais contribui para o número de indicadores que cumprem as metas de Junho de 2003, final de 2003 e final de 2006 – “Situação A3”. Não obstante, a maioria dos indicadores que não cumprem a meta para 30/06/2003, justificam o não cumprimento pelo atraso no arranque do PORLVT e pelo maior grau de exigência relativa das metas de 2003 face à de 2006, e não apenas devido à natureza lenta da execução dos indicadores. Se não tivesse existido o desfasamento no início da vigência do PORLVT, a percentagem mínima de indicadores que cumpririam a meta de Junho de 2003 fixar-se-ia em 69,0%.
- 563.A distribuição dos indicadores pelas diferentes situações definidas é apresentada abaixo, demonstrando que grande parte dos indicadores se posicionam nas situações extremistas da tipologia.

QUADRO 8-4: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.5-I01	3.2-E08	3.1-E07	3.4-I01	3.14-I01		3.6-I03
3.6-E10	3.2-E09	3.1-I03	3.6-E04			3.9-I04
3.9-I02	3.6-E11	3.3-E03	3.7-I01			3.10-I02
3.9-I01	3.9-I05	3.15-A5-I05	3.8-E02			3.11-E13
3.10-I01	3.9-I03		3.15-A2-I02			3.12-I03
3.10-I04	3.17-I04		3.15-A3-I03			3.12-I06
3.10-E20			3.15-A4-I03			3.15-A1-I01
3.15-A5-I02			3.15-A5-I08			3.15-A1-I02
3.15-A5-I06			3.15-A5-I10			3.15-A2-I01
3.15-A5-I03			3.15-A5-I07			3.15-A2-I03
3.15-A6-I01			3.15-A5-I09			3.15-A3-I01
3.15-A6-I03			3.15-A5-I04			3.15-A3-I02
3.15-A6-I04			3.15-A6-I06			3.15-A3-I04
3.15-A6-I05			3.15-A7-I01			3.15-A3-I05
3.15-A6-I07			3.19-I01			3.15-A3-I06

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.16-I02 3.16-I03 3.17-I03 3.18-AC-I01 3.18-AD-I01 3.18-AD-I03 3.18-AD-E01 3.19-I02						3.15-A3-I07 3.15-A3-I08 3.15-A3-I09 3.15-A3-I10 3.15-A4-I01 3.15-A4-I02 3.15-A5-I01 3.15-A6-I02 3.15-A8-I01 3.16-I01 3.17-I01 3.17-I02 3.18-AA-E01 3.18-AA-E28 3.18-AB-E29 3.18-AC-I02 3.18-AC-I03

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.6. Avaliação dos Níveis de Eficácia do Caso Particular FEOGA - Medida 3.15

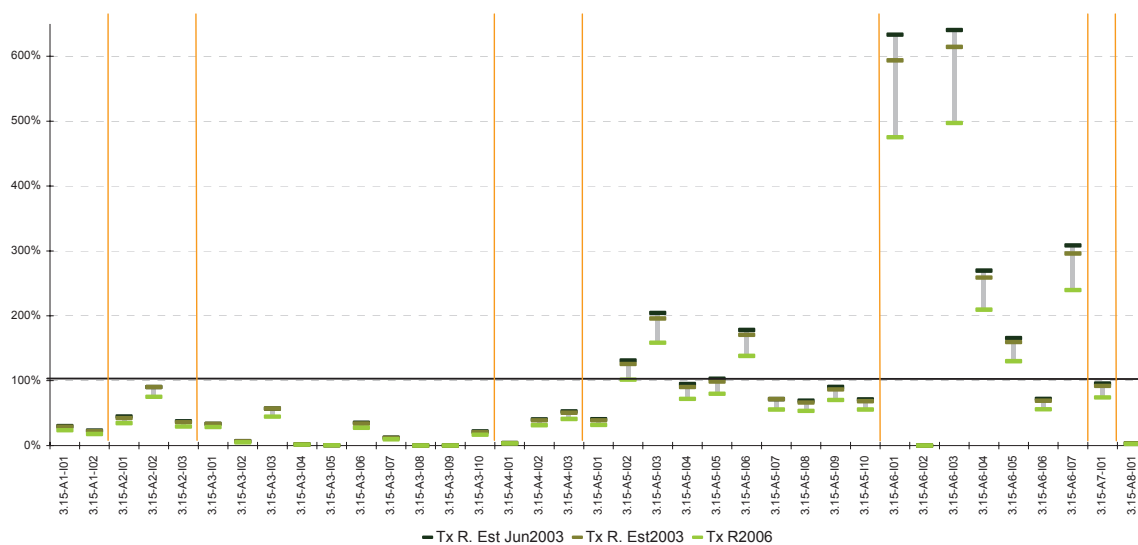
564.No PORLVT, o FEOGA, para além da medida 3.22 Assistência Técnica que não é analisada por não ter indicadores de acompanhamento relacionados, tem a sua intervenção concentrada numa única medida, a Medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Eixo 3. O facto desta medida agregar oito acções com âmbitos de actuação, objectivos e promotores claramente diferenciados, bem como o número elevado de indicadores associados com metas definidas (37 indicadores), justifica uma análise específica da eficácia desta Medida, por forma a revelar as diferenças entre as acções e sub-acções que compõem a Medida 3.15.

Para além dos indicadores considerados nesta análise de eficácia incluem-se, igualmente, em anexo, com as respectivas realizações a 31 de Dezembro de 2002, os indicadores da medida que se encontravam mencionados nas clausulas técnicas do caderno de encargos e que posteriormente foram objecto de afinação e utilização pelo Coordenador da Medida. Estes indicadores por não possuírem metas definidas não foram objecto de inclusão neste ponto da análise da eficácia sugerindo-se que os mesmos deverão ser considerados no âmbito de uma avaliação comparativa das diversas intervenções da Agricultura nos diferentes PO Regionais, aspecto que extravasa o actual exercício de Avaliação Intercalar do PORLVT.

565.De seguida (ver Gráfico 8-25), procede-se à avaliação da eficácia através da análise das taxas de realização de cada indicador face às metas previstas pela equipa de avaliação para Junho de 2003 e final de 2003 e à meta estabelecida para o final de 2006. Numa primeira análise da eficácia dos respectivos indicadores, da Medida 3.15 (FEOGA), observamos, que apenas nas Acções 5 e 6, é

que existem indicadores que apresentam taxas de realização física acima dos 100% para a totalidade das metas previstas (Junho de 2003 e final de 2003) e definida (final de 2006). Aliás, em todas as outras acções os indicadores não superam quaisquer uma das metas definidas. Verifica-se igualmente que 19% do número total de indicadores afectos à medida 3.15, apresentam taxas de realização nulas, ou aproximadamente nulas, para todas as metas (Junho de 2003, final de 2003 e final de 2006), sendo estes, os indicadores: 3.15-A3-I04, 3.15-A3-I05, 3.15-A3-I08, 3.15-A3-I09, 3.15-A4-I01, 3.15-A6-I02 e 3.15-A8-I01.

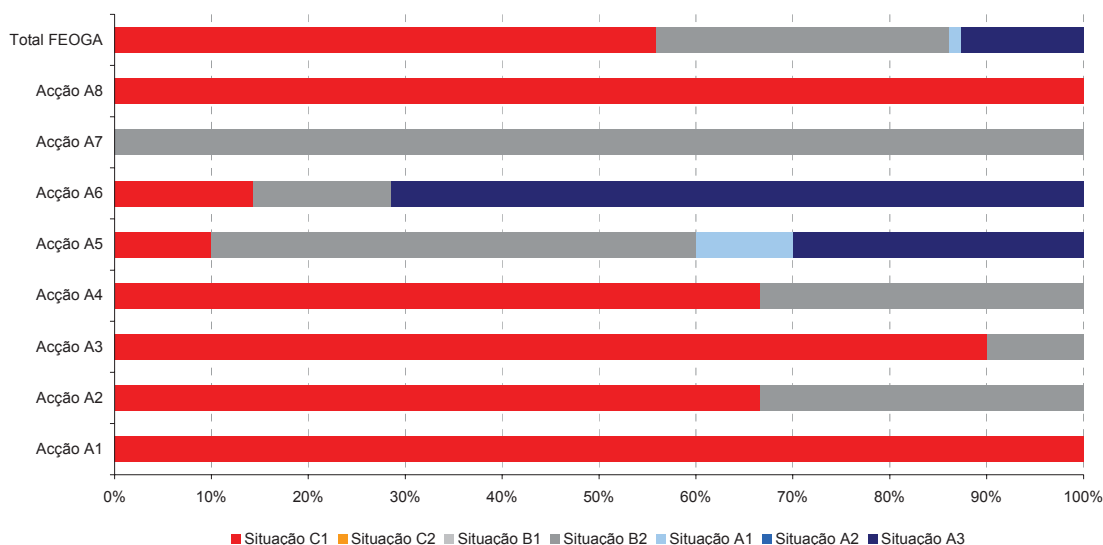
GRÁFICO 8-25: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 3 – MEDIDAS FEOGA, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

566. Da análise acima apresentada apercebemo-nos que a Acção 6 da Medida 3.15 é a única acção que apresenta mais de metade dos seus indicadores com graus de execução acima das metas previstas para Junho de 2003, ultrapassando também as metas para o final de 2003 e 2006. Todas as outras acções apresentam percentagens inferiores a 50% do total dos indicadores a si associados que apresentaram taxas de realização para Junho de 2003 acima de 100%. No entanto, dada a limitação desta análise apresenta-se de seguida uma disposição gráfica (Gráfico 8-26) das percentagens de indicadores associados, em cada acção, às situações da tipologia de execução dos indicadores de realização definidas atrás.

GRÁFICO 8-26: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3 – FEOGA (MEDIDA 3.15), POR Acção



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

567. Verificamos assim, que a Acção 6 – “Caminhos e electrificação agro-rurais”, que apresenta mais de metade dos seus indicadores com níveis de cumprimento acima dos 100% para todas as metas analisadas, e apresenta apenas 14,3% dos seus indicadores na “Situação C1”, em que o não cumprimento das metas apenas se explica pelo ritmo lento associado àqueles indicadores, é a acção com melhores resultados em toda a medida.

568. A Acção 5, por sua vez apresenta 40% dos indicadores em situações de cumprimento das metas previstas e definidas, distinguindo-se entre 10% dos indicadores que cumprem apenas a meta estimada para Junho de 2003, e 30% dos indicadores a superarem também as metas estimadas para o final desse mesmo ano e de 2006. Dos restantes 60% dos indicadores, apenas 10% se colocam na “Situação C1”, em que para além de não cumprir qualquer meta não se espera que, mantendo-se o mesmo ritmo, venham a cumprir, e todos os outros justificam a não ultrapassagem das metas pelo arranque tardio do Programa. Estes indicadores, caso o PO tivesse começado na data inicial prevista, com o ritmo de execução que apresentam, teriam condições para atingir nesta altura, as metas previstas para 2003.

569. Com excepção das duas acções acima apresentadas, todas as outras acções apresentam todos os seus indicadores com graus de execução abaixo das metas previstas para Junho de 2003, sendo que nas Acções 1 e 8, a totalidade dos seus indicadores apresentam ritmos de execução que não lhes conferem potencial para conseguirem cumprir com as metas definidas para 2006, colocando-se na “Situação C1”.

570. O único indicador da Acção 7, por outro lado, apresenta um ritmo de execução que não lhe permitiu cumprir com a meta prevista para Junho de 200 apenas por consequência do arranque tardio do PO. Dos três indicadores que compõem a Acção 4, dois apresentam ritmos de execução muito lentos, não conseguindo cumprir as metas previstas para Junho de 2003, nem apresentando potencial de cumprimento das metas definidas para 2006 e o terceiro indicador desta acção caracteriza-se por um ritmo de execução mais rápido que os outros dois, mas ainda assim, com um ritmo que não lhe permitiu cumprir com a meta prevista para Junho de 2003, mas tendo potencial de cumprir as metas definidas para o final de 2003 e 2006. Nas Acções 2 e 3, os indicadores distribuem-se igualmente pelas “Situações C1” e “B2” com maior peso para a primeira situação.

571. Em termos da medida 3.15 observada como um todo, pode-se então concluir, tal como já foi referido num ponto atrás, que mais de 86% dos seus indicadores, não cumprem a meta de Junho de 2003. Aquele valor, reduzia-se para 56% se não tivesse havido um desfasamento no arranque do PO, face ao que estava inicialmente previsto. Estes resultados são influenciados, sobretudo, pelos níveis de execução apresentados pelos indicadores das acções 1, 3 e 8, de forma mais intensa, e acções 3 e 4, de forma mais reduzida.

572. Para uma melhor visualização da distribuição dos indicadores físicos de acompanhamento de cada acção, pelas situações definidas referentes aos graus e ritmos de execução, apresenta-se de seguida, no Quadro 8-5.

QUADRO 8-5: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3 – FEOGA (MEDIDA 3.15), POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.15-A5-I02		3.15-A5-I05	3.15-A2-I02			3.15-A1-I01
3.15-A5-I06			3.15-A3-I03			3.15-A1-I02
3.15-A5-I03			3.15-A4-I03			3.15-A2-I01
3.15-A6-I01			3.15-A5-I08			3.15-A2-I03
3.15-A6-I03			3.15-A5-I10			3.15-A3-I01
3.15-A6-I04			3.15-A5-I07			3.15-A3-I02
3.15-A6-I05			3.15-A5-I09			3.15-A3-I04
3.15-A6-I07			3.15-A5-I04			3.15-A3-I05
			3.15-A6-I06			3.15-A3-I06
			3.15-A7-I01			3.15-A3-I07
						3.15-A3-I08
						3.15-A3-I09
						3.15-A3-I10
						3.15-A4-I01
						3.15-A4-I02
						3.15-A5-I01
						3.15-A6-I02
						3.15-A8-I01

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.
 Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

8.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E EFEITOS GLOBAIS DO PROGRAMA NA REGIÃO

573. A lógica de análise ascendente dos níveis de eficácia do programa é prosseguida neste ponto através de um caminho que permite, por um lado, “trocar” uma visão centrada nos instrumentos por uma visão centrada nos objectivos, e, por outro lado, “subir” das medidas e dos eixos até ao programa, considerado no seu conjunto, para identificar e qualificar os seus principais contributos em termos da evolução da região.

8.3.1. A aproximação da eficácia a partir da relevância à luz da execução

574. O processo de análise ascendente da eficácia do programa é iniciado, neste ponto, com uma articulação entre as dimensões da relevância e da eficácia¹⁰, traduzida na comparação da **relevância esperada** com a **relevância revelada** à luz da execução dos projectos. O referencial adoptado para iniciar a construção da visão de conjunto dos efeitos do programa é o dos diferentes domínios temáticos de avaliação do PORLVT (infra-estruturas e equipamentos colectivos, actividades produtivas e qualificação empresarial, potencial humano e mercado de trabalho, ambiente e património, e inovação e sociedade de informação). Procede-se, assim, domínio a domínio, com base nas medidas mais relevantes e conclui-se com uma visão de síntese para o conjunto dos domínios analisados.

575. A análise da relevância esperada fez-se, num primeiro momento da avaliação do programa¹¹, através da aferição da relevância do programa com base na sua arquitectura conceptual, tendo em conta a estrutura de objectivos e as tipologias de projectos. A análise da relevância revelada faz-se, agora, com o objectivo de validar a relevância do programa com base na sua execução, à luz da adesão efectiva dos promotores. A consideração dos domínios temáticos ou de intervenção permite ancorar a reinterpretação do conceito de relevância na resposta que a execução das medidas pode dar aos problemas e necessidades identificados em cada um daqueles domínios, isto é, na lógica dos seus efeitos sobre a situação económica, social e institucional da região.

576. As diferenças encontradas na comparação entre aqueles dois momentos da avaliação, isto é, entre a concepção e a execução dos programa, tipificam três situações distintas para a relação entre as medidas e os domínios de monitorização da evolução da “população-alvo”:

¹⁰ Talvez seja de relembrar que, em alguns dos primeiros exercícios de avaliação de intervenções estruturais na Europa, estas foram duas das grandes dimensões de análise privilegiadas.

¹¹ Ver 1º Relatório de Janeiro de 2003

- a) A relevância revelada supera a relevância esperada. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução onde o perfil dos projectos concretizados permite superar as expectativas criadas ao nível da concepção;
- b) A relevância revelada e a relevância esperada aproximam-se. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução que correspondeu ao esperado na concepção do programa, confirmando-se o nível de relevância inicialmente previsto;
- c) A relevância revelada fica aquém da relevância esperada. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução na qual os projectos concretizados não cobriram as áreas com relevância para o domínio em causa. Esta situação pode ser motivada por factores distintos:
 - i) a adesão dos promotores ficou aquém do que era esperado;
 - ii) a execução de algumas medidas atrasou-se devido, nomeadamente, à sua regulamentação tardia;
 - iii) as tipologias de acções deixaram de contemplar projectos com relevância neste domínio, verificando-se alterações à própria concepção do programa, nomeadamente, por via regulamentar.

577. O quadro global evidenciado pela comparação entre as relevâncias “esperada” e “revelada” caracteriza-se por uma razoável estabilidade, na medida em que se pode concluir que metade dos casos analisados confirmaram, na prática, a relevância esperada, embora mais forte nos casos de relevância elevada, embora num processo em que, globalmente, a relevância se reduz na passagem da concepção para a execução revelada. Com efeito, dos 31 casos “muito relevantes” analisados (cada caso resulta do cruzamento de uma medida com um domínio), cerca de 2/3 mantêm a relevância que originalmente lhes havia sido atribuída, enquanto que 1/3 perdem relevância, enquanto, dos 38 casos “relevantes” analisados, apenas 15 mantêm o mesmo grau de relevância, 2 reforçam essa relevância, 20 vêm diminuída a sua relevância, e 2 situações são inconclusivas. A perda de relevância das medidas deve-se, sobretudo, à falta de realização, embora se verifiquem também casos de aparente reorientação de objectivos ou de concretização muito parcial de objectivos mais gerais.

578. A comparação da relevância das medidas por domínios temáticos de intervenção permite, também, evidenciar um défice de sinergias na configuração do programa em acção que surge demasiado ancorado em intervenções bem delimitadas e pouco expressivo em intervenções transversais de banda mais larga, isto é, em termos de concepção/programação, um desenho de objectivos relativamente geral e ambicioso tende a “empurrar” para cima a relevância esperada,

enquanto em termos de execução/realização, uma tipologia de projectos mais específica e limitada, tende a “puxar” para baixo a relevância revelada.

579. O Quadro 1-1, compara, deste modo, a relevância esperada (determinada em função da avaliação dos objectivos específicos e tipologias de cada medida, tal como definidos na fase de concepção) com a relevância verificada (avaliada em função do cumprimento dos objectivos relevantes na óptica dos domínios temáticos, através da aprovação de projectos visando a prossecução desses objectivos).

580. A leitura em coluna da figura, isto é, observando o conjunto das medidas, permite verificar que o domínio das *Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos* é aquele que apresenta um desempenho de execução mais aproximado do que era esperado ao nível da concepção do programa, superando mesmo a sua relevância esperada em duas medidas. As tipologias de projectos integrados neste domínio terão, assim, “encaixado” melhor nas estratégias e comportamentos dos diferentes promotores que outras tipologias associadas aos outros domínios.

581. Os promotores de projectos parecem, assim, privilegiar a construção de equipamentos colectivos, sejam os que representam ainda uma geração de investimentos orientados para a satisfação de necessidades básicas, sejam os que representam a consolidação e desenvolvimento dessa primeira geração, em comparação com infraestruturas e equipamentos traduzindo um padrão de vida mais elevado, com maior representatividade de bens intangíveis e com maior conteúdo de informação. Os projectos no domínio da requalificação de espaços públicos, da construção de equipamentos e das acessibilidades parecem afirmar-se com maior facilidade face aos projectos associados a outros domínios previstos no PORLVT, designadamente, os relativos ao apoio às actividades produtivas e à qualificação empresarial, à protecção do ambiente e à inovação¹². Com efeito, pode notar-se que:

- a) os investimentos nestes domínios ficam, nalguns casos, aquém do que se esperava inicialmente, aquando da concepção do programa, nomeadamente no que respeita aos domínios *potencial humano e mercado de trabalho, ambiente e património e inovação e sociedade de informação*, que vêem a relevância da maior parte das medidas não ser confirmada, na fase de execução dos projectos;

¹² Importa referir que a análise efectuada neste ponto encontra-se limitada à partida pelo facto de a informação disponibilizada não fornecer elementos suficientes para a identificação completa das diferentes componentes dos projectos. Esta situação é particularmente evidente nos domínios da *inclusão social* e das *instituições e governância* que, por esta razão, não foram alvo de análise neste ponto.

- b) no domínio das *actividades produtivas e qualificação empresarial*, embora algumas medidas com impacto tenham mantido, em geral, o mesmo nível de relevância, cabe sublinhar que as medidas que perdem relevância, na análise que já considera a execução do programa, são, justamente, as mais directamente relacionadas com os vectores de competitividade, designadamente a qualificação e formação do capital humano, a edificação de infraestruturas de geração superior com integração de oferta de serviços e a integração da informação e do conhecimento nos processos produtivos.
- c) a menor adesão a medidas cujos projectos são de natureza predominantemente intangível parece, assim, confirmar-se, nomeadamente no domínio da *inovação*, onde, na generalidades das medidas, não se confirmou o grau de relevância esperada que tinha sido associado à respectiva concepção.

582.A leitura da figura em linha, isto é, na perspectiva das medidas que cruzam com domínios, permite, pelo seu lado, tipificar três situações distintas:

- a) medidas que mantêm ou aumentam a sua relevância em diferentes domínios (**1.1, 1.5, 2.3 e 3.17**), cujos projectos aprovados respondem bem, de uma forma geral, aos diferentes objectivos propostos, cobrindo grande parte das áreas previstas nas medidas;
- b) medidas que mantiveram a mesma relevância (**3.1 a 3.6**) no domínio no qual era mais significativa (Potencial Humano), com excepção da medida 3.5 por motivos de atraso na respectiva regulamentação;
- c) Medidas que vêm reduzida a respectiva relevância revelada, ficando aquém do previsto na maioria dos domínios (**2.2, 3.10, 3.12 e 3.13**), seja por atrasos na regulamentação e/ou execução (a medida relativa à qualificação das cidades e requalificação metropolitana, componente empregabilidade, ainda não foi regulamentada, tal como a acção “Portugal Digital” da medida 3.12 não foi aberta, arrastando uma execução nula para a medida 3.13 que lhe está associada, através da respectiva formação profissional), seja por redução drástica do âmbito de intervenção na definição das tipologias de projectos (na medida desconcentrada da Economia praticamente só foram aprovados projectos associados à reconversão para o gás natural).

QUADRO 8-6: ANÁLISE DA PASSAGEM DA RELEVÂNCIA ESPERADA (PROGRAMAÇÃO) À RELEVÂNCIA REVELADA (EXECUÇÃO) NOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS DE AVALIAÇÃO

Domínios temáticos de intervenção	Infra-estruturas e equipamentos	Actividades produtivas e dinâmica empresarial	Potencial humano	Ambiente e património	Inovação
Estrutura do Programa: Eixos e Medidas					
EIXO 1: Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal					
M1.1 Acessibilidades e equipamentos (FEDER)	=	=	<	=	
M1.2 Valorização ambiental patrimonial (FEDER)	=			<	<(-)
M1.3 Capacidade institucional regional (FEDER)		=			
M1.4 Formação para o desenvolvimento (FSE)		=	<		
M1.5 Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)	>	=		=	
M1.6 Bonificação juros em linhas crédito ao investimento autárquico (FEDER)					
EIXO 2: Acções Integradas de Base Territorial					
M2.1 Qualificação cidades e requalificação metropolitana, componente territorial (FEDER)	=			<	
M2.2 Qualificação cidades e requalificação metropolitana, empregabilidade (FSE)		<(-)	<(-)	<(-)	<(-)
M2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo (FEDER)	>	=		=(+)	
M2.4 Formação e empregabilidade (FSE)		<	<	=	
EIXO 3: Acções Integradas de Base Territorial					
M3.1 Promoção formação qualificante e da transição para a vida activa (FSE)		=	=		<
M3.2 Formação ao longo da vida e adaptabilidade (FSE)		<	=		<
M3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados (FSE)			=		
M3.4 Criação de emprego (FSE)		=	=		
M3.5 Eficácia e equidade das políticas (FSE)			<		
M3.6 Promoção do desenvolvimento social (FSE)			=		
M3.7 Apoio investimento no desenvolvimento local e social (FEDER)	*	=	<		
M3.8 Infraestruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER)	=		<		
M3.9 Ensino Profissional (FSE)		=	=		
M3.10 Economia (FEDER)	=	<(-)	<(-)	<	<(-)
M3.11 Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)	=		<		=
M3.12 Sociedade de Informação (FEDER)		<	<		<
M3.13 Sociedade de Informação (FSE)			<(-)		<
M3.14 Pescas Infraestruturas de portos (FEDER)	=	=		<	
M3.15 Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA)	=	=		*	<
M3.16 Desenvolvimento de equipamentos desportivos (FEDER)	=				
M3.17 Acessibilidades e transportes (FEDER)	=	=		=(+)	
M3.18 Ambiente (FEDER)	<(-)			<	
M3.19 Saúde (FEDER)	=				

Legenda:

Classificação segundo a concepção	Muito Relevante		Relevante		Pouco Relevante		Sem Relevância	Inconclusivo
Classificação após a execução	Maior relevância	>	Igual relevância	=	Menor relevância	<	Inconclusivo	*

583.A abordagem da “relevância revelada” pode ser desenvolvida através de uma análise mais detalhada, domínio a domínio, focalizando-se nas medidas que foram consideradas como “muito relevantes” ou “relevantes” em termos da análise da relevância na concepção do programa. É o que se desenvolve a seguir.

Infraestruturas e Equipamentos Colectivos

584.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para o domínio das *Infraestruturas e Equipamentos Colectivos*, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 1.5 (>):** a análise dos projectos aprovados, permite concluir que a maioria se enquadra nas tipologias que estão associadas ao domínio em análise, nomeadamente, a construção e requalificação de equipamentos colectivos e requalificação de espaços públicos. A medida deve, assim, ser considerada como “muito relevante” em termos de relevância revelada;
- **Medida 2.3 (>):** a análise dos projectos aprovados indica que a grande maioria se refere precisamente às componentes integradas no domínio em análise, nomeadamente, a requalificação urbana e de equipamentos colectivos e projectos de valorização ambiental. A medida deve, assim, ser classificada como “muito relevante em termos de relevância revelada”;
- **Medida 3.18 (< (-)):** apenas um projecto aprovado se enquadra neste domínio (um centro de sensibilização e educação ambiental) limitando o espectro de iniciativas potencialmente disponíveis no âmbito deste no domínio (áreas classificadas não abrangidos por áreas protegidas, intervenções em albufeiras e barragens, equipamentos de apoio ao desenvolvimento local, por exemplo), forçando a redução da relevância na análise da passagem da concepção à execução.

Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial

585.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos de concepção, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com a especificação do conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 2.2 (<(-)):** a inexistência de quaisquer projectos aprovados obriga a não poder considerar qualquer relevância revelada para esta medida que poderia contribuir para o domínio das actividades produtivas através do estímulo à criação de iniciativas e reforço de competências empresariais ou da promoção de produtos e actividades no exterior, entre outros aspectos;

- **Medida 2.4 (<):** as acções de formação realizadas no âmbito da foram em número reduzido, pelo que limitam uma maior aderência às necessidades de qualificação de recursos humanos, promoção da empregabilidade, preservação de actividades económicas tradicionais e desenvolvimento sustentado do turismo, reduzindo, em termos de execução, o potencial da contribuição para o domínio das actividades produtivas;
- **Medida 3.2 (<):** o desenvolvimento de um elevado número de acções de formação profissional contínua que confere, aliás, a esta medida um bom desempenho em termos de execução, fez-se, no entanto, sem recurso à tipologia de projectos com impacto mais directo no domínio das actividades produtivas e dinâmica empresarial (carência de acções de consultoria formativa dirigidas a PME, que incluíam a consultoria nos domínios da gestão e a formação em áreas de suporte ao desenvolvimento empresarial), o que força um redução na relevância revelada pela medida para este domínio;
- **Medida 3.10 (< (-)):** a medida concretiza-se, quase exclusivamente, através de projectos de extensão da rede de gás natural e acções de conversão de consumos, os quais respondem a um único objectivo específico (contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo de gás natural) e em dois projectos de remodelação e criação de pousadas da juventude, pelo que a sua relevância revelada para o desenvolvimento das actividades produtivas e para a qualificação das empresas não pode deixar de reflectir uma forte redução face à relevância esperada em função da gama de objectivos incluídos ao nível da programação;
- **Medida 3.12 (<):** a execução da medida não permitiu o funcionamento da acção “Portugal Digital”, com potencial para estimular o domínio em causa, através de projectos de utilização das tecnologias de informação e comunicação contribuindo para a modernização do tecido económico, o aumento de competitividade e a criação de postos de trabalho. Embora se tenham desenvolvido esforços para o lançamento de uma iniciativa integrada “Iniciativa Campus Virtual”, a relevância revelada desta medida, para o domínio das actividades produtivas, reduz-se necessariamente.
- **Medida 3.15 (=):** a boa adesão dos promotores revelada, em termos gerais, pela execução da medida, nomeadamente no que respeita aos projectos de apoio à pequena agricultura (na acção1), não é, no entanto, suficientemente acompanhada pelas restantes acções, nomeadamente, no que respeita ao desenvolvimento de produtos de qualidade e de modernização de unidades produtivas (acção 2), pelo que estamos perante um caso em que a relevância revelada se apresenta de forma aberta com sinais suficientes para confirmar a relevância esperada, mas ainda insuficientes para a reforçar.

Potencial Humano e Mercado de Trabalho

586.A comparação da avaliação efectuada, em termos de concepção, da relevância de cada medida para este domínio, com a especificação do conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma delas permite evidenciar, num quadro de níveis de compromisso e de execução elevados, para além de uma confirmação genérica da relevância das medidas consideradas como “muito relevantes” na análise da programação (3.1, 3.2, 3.3 e 3.9), as seguintes alterações:

- **Medida 1.1 (<):** não foram apoiadas escolas profissionais, tendo sido somente apoiados alguns equipamentos escolares, na sua maioria de nível pré-escolar, pelo que se considera que a medida perdeu algum grau de relevância;
- **Medida 1.4 (<):** a medida apresenta um nível de execução menos conseguido (cerca de 16% da programação 2000-2006), embora sem se afastar excessivamente das metas definidas, o que, apesar da relevância dos projectos apoiados, força a redução da relevância revelada. A **medida 2.4 (<)** (3 candidaturas homologadas no valor de 1,9 milhões de € de despesa pública, isto é, cerca de 25% da dotação total programada) apresenta o mesmo perfil de passagem da relevância esperada para a relevância revelada;
- **Medida 2.2 (<-):** não houve qualquer execução devido às dificuldades surgidas com o processo de articulação ao nível nacional e regional, envolvendo as várias entidades com responsabilidades na sua gestão e implementação. A medida não confirmou por isso qualquer relevância;
- **Medidas 3.5 (<) e 3.7 (<) :** ambas registaram menores graus de execução face a atrasos na publicação da respectiva regulamentação, situação que, embora já tenha sido entretanto ultrapassada, conduz a que estas medidas não tenham, no período de execução em análise, podido assumir toda a relevância esperada;
- **Medida 3.10 (<-):** considerou-se na análise da relevância esperada que o apoio à modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas, nos domínios tecnológico e de formação, poderia ter alguma relevância para o domínio do potencial humano. A configuração efectiva da medida não contemplou, como vimos, qualquer acção nesta área pelo que se considera que a mesma deixou de ter relevância;
- **Medidas 3.11 (<) , 3.12 (<) e 3.13 (< (-)):** os níveis de execução relativamente baixos que se registaram, face a atrasos na execução, nomeadamente, da vertente da acção “Portugal Digital”, conduzem a um relevância revelada diminuída.

Ambiente e Património

587.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 1.2(<):** a execução desta medida é marcada por uma assimetria ou desequilíbrio no cumprimento dos seus objectivos. Com efeito, enquanto alguns objectivos, e os projectos que os suportam, estão a ser cumpridos e aprovados num grau e a um ritmo notáveis (nas áreas de intervenção associadas ao abastecimento de água, à drenagem e ao tratamento de águas residuais urbanas, à despoluição de bacias hidrográficas e à qualificação da imagem e do ambiente urbanos), outros objectivos, também muito relevantes, seja ao nível do património (nas áreas de intervenção associadas à recuperação e valorização de edifícios com reconhecido valor arquitectónico e histórico, à salvaguarda de zonas históricas, à recuperação e preservação do património cultural), seja ao nível do ambiente (nas áreas da integração da recolha, reciclagem, tratamento e eliminação dos resíduos sólidos urbanos e da promoção das energias renováveis e alternativas) estão a merecer muito menor atenção por parte dos promotores, prejudicando, desse modo, a performance global da medida e a confirmação plena da relevância esperada;
- **Medida 2.1 (<):** trata-se de uma das medidas com maior relevância esperada na perspectiva do ambiente e da sustentabilidade., uma vez que todos os seus objectivos específicos são relevantes ou altamente relevantes quer do ponto de vista quer da prioridade «ambiente», quer do ponto de vista do domínio «ambiente e património», tal como quase todos os tipos de projectos elegíveis contribuem, se concretizados em grau apreciável, para a satisfação dos princípios fundamentais de uma política de ambiente transversal consistente. O ritmo de execução alcançado (seis projectos aprovados até ao final de 2002) é, no entanto, insuficiente para concretizar a relevância esperada;
- **Medida 2.2 (<-):** não foram aprovados projectos pelo que a medida não obtém qualquer relevância revelada no domínio do ambiente;
- **Medida 3.10 (<):** embora os resultados obtidos na área de intervenção específica do gás natural sejam positivos, na medida em que a conversão de consumos de energia para gás natural constitui um importante desígnio ambiental, a quase total concentração de recursos nessa intervenção não permite qualquer expressão a outros objectivos (como a utilização de novas tecnologias ambientais ou o tratamento pelas empresas de efluentes e resíduos) obriga a reduzir significativamente a relevância revelada;

- **Medida 3.14 (<):** a relevância esperada desta medida na perspectiva do ambiente dependia da melhoria das condições de exercício da actividade «em pequenos núcleos piscatórios». Os projectos efectivamente aprovados concentraram-se na prossecução de outros objectivos (com destaque para a doca de pesca do porto de Setúbal com cerca de 83% do investimento elegível aprovado) o que obriga a reduzir a relevância atribuída à medida neste domínio;
- **Medida 3.18 (<):** o documento fundador do Programa conferia elevadas expectativas ao desempenho desta medida ao nível da especificação dos objectivos. A análise da sua execução revela, no entanto, que os projectos aprovados, apesar da sua inquestionável importância e utilidade para o cumprimento de alguns objectivos específicos da medida, não permitirão satisfazer plenamente aquelas expectativas pelo que a relevância revelada surge inferior à relevância esperada.
- **Medida 2.3 (= (+)):** a performance de execução desta medida, embora não conduza, pela sua natureza, a uma mudança de classificação na relevância revelada, merece ser destacada no plano qualitativo, na medida em que os seus objectivos específicos ambientalmente relevantes estão a ser satisfeitos com a aprovação de projectos de indiscutível valia (projectos como o Parque Almourol, o Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes e o Al-Margem revestem-se de grande significado numa óptica ambiental e patrimonial) e que se constata, numa apreciação global, que foram objecto de particular atenção áreas de intervenção como as reabilitações urbanas, designadamente na vertente de recuperação de centros históricos, a requalificação paisagística, nomeadamente nas margens dos rios, o aproveitamento lúdico-turístico e a divulgação e valorização do património;

Medida 3.17 (= (+)): a execução desta medida comportará uma previsível concentração de recursos em dois projectos específicos (Metro do Sul do Tejo e aquisição de barcos de passageiros para a travessia do Tejo em Lisboa), de natureza estruturante, que contribuirão significativamente para o cumprimento dos objectivos específicos ambientalmente relevantes desta medida. Os projectos aprovados até 31/12/2002 valorizam essencialmente o sector rodoviário e os projectos de construção, beneficiação e reparação de estradas (áreas de intervenção que possuem relevância reduzida ou nula em termos ambientais e de sustentabilidade). A configuração ambiental da medida indicia a concretização efectiva de uma melhoria das acessibilidades e dos meios de transporte público nos sectores ferroviário e fluvial, pelo que também merece uma nota de destaque em termos de relevância revelada.

Inovação e Sociedade da Informação

588.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **medida 1.2 (< (-)):** a sua incidência no domínio da inovação poderia resultar do eventual apoio à diversificação de fontes de energia renováveis onde, no entanto, não se verificou a existência de quaisquer projectos, indiciando uma reduzida aderência dos promotores da região à questão da diversificação de fontes energéticas;
- **medida 2.2 (<(-)):** podendo contribuir para o domínio da inovação através da formação de competências em tecnologias de informação não existem, no entanto, ainda quaisquer projectos aprovados para o que podem ter contribuído dificuldades de articulação aos níveis regional e nacional;
- **medida 3.1 (<):** poderá ter uma importante contribuição para o domínio da inovação pois é por esta medida que poderão ser apoiados os cursos de especialização tecnológica que respondem a necessidades chave das empresas para percorrer os seus processos de inovação. A execução desta medida mostra, no entanto, até agora, uma reduzida expressão dos cursos conferindo grau de certificação profissional de nível 4 (os formandos ao nível do ensino secundário atingem apenas 274 num total de 6314);
- **medida 3.2 (<):** a sua contribuição para o domínio da inovação resultaria do apoio à formação profissional como modo de induzir a inovação organizacional nas empresas. Não se registam, todavia, acções do tipo “consultoria formativa” especificamente dirigidas a PME ou acções visando a inovação organizacional, pelo que esta medida acaba por não confirmar a relevância que à partida lhe foi atribuída.
- **Medida 3.10 (<):** a sua incidência no domínio da inovação poderia resultar de um largo conjunto de acções enquadráveis nos seus objectivos e actuando ao nível do reforço da inovação nas empresas e nas suas interacções como a envolvente. Esta medida concentra-se, no entanto, quase exclusivamente, na rede de gás e respectivas acções de conversão de consumos e nas pousadas da juventude, não incluindo, por exemplo, projectos relativos à concretização de ALE ou ao reforço da I&D empresarial, pelo que só podemos concluir pela absoluta não materialização da relevância desta medida para o domínio da inovação.

- **Medida 3.12(<):** correspondendo à vertente desconcentrada da componente do programa sectorial da *Sociedade de Informação* não desencadeou ainda a acção *Portugal Digital*. Os 5 projectos aprovados dizem apenas respeito à acção Estado Aberto – Modernização da Administração Pública..
- Medida 3.13 (<):** estando associada à acção *Portugal Digital* não contou, também, ainda com quaisquer projectos aprovados. Assim, embora estas duas medidas possam ser muito relevantes para o domínio da inovação, a sua execução está ainda aquém das expectativas.

8.3.2. A evolução económica e social da região de Lisboa e Vale do Tejo à luz do Programa

589. A análise da eficácia de conjunto do programa se exige um conhecimento das características efectivamente assumidas pelos projectos e acções concretizados, não tanto em termos individualizados, mas em termos agregados nos seus efeitos sobre o desenvolvimento económico e social da região, onde os objectivos do programa ganham sentido (características sistematizadas através da abordagem da “relevância esperada” desenvolvida no ponto anterior), exige, também, um conhecimento da evolução da própria região no período de referência da presente avaliação intercalar (2000-2003), na medida em que a eficácia se reporta a efeitos concretos relativos a uma transformação, também concreta, da “população-alvo” (abordagem que se desenvolve no presente ponto, aprofundando a análise já desenvolvida em termos da evolução do contexto da execução do programa).

590. A abordagem da evolução da situação económica e social da região é desenvolvida com base em dois instrumentos principais, a informação disponibilizada pelos sistemas estatísticos convencionais (cujos limites, em termos de actualização, foram parcialmente superados através de estimativas da responsabilidade da equipa de avaliação), por um lado, e a informação fornecida pelos inquéritos realizados, pela equipa de avaliação, junto dos promotores e das entidades envolvidas na gestão do programa, por outro lado.

591. A visão que emerge da opinião expressa na resposta aos inquéritos, quer pelos promotores, quer pelas entidades envolvidas na gestão, caracteriza-se (ver Quadro 8-7 e Quadro 8-8), em termos globais, por uma melhoria da situação da região no que respeita aos domínios em que a situação de partida se apresentava mais favorável, isto é, em domínios que se reportam mais explicitamente ao objectivo genérico da qualificação e valorização do território (dotação de infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património, animação cultural e turística) ou ao envolvimento na “sociedade de informação” (grau de utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas empresas, cidadãos e administração).

**QUADRO 8-7: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003)
A VISÃO DOS PROMOTORES POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	3,8	8,6%	4,4%	50,0%	45,6%	10,8%
Energia, Transportes, Ambiente	3,7	5,7%	3,4%	53,2%	46,8%	11,7%
Saúde	3,5	0,0%	8,9%	62,0%	29,1%	5,8%
Desporto	4,1	17,1%	2,4%	31,7%	65,9%	15,5%
Educação, Formação	3,9	11,4%	4,7%	50,0%	45,3%	10,4%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,2	-8,6%	12,7%	68,0%	19,3%	2,1%
Internacionalização	3,4	-2,9%	6,7%	69,3%	24,0%	5,1%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,2	-8,6%	32,9%	38,3%	28,8%	-1,3%
Formação/Qualificação	3,8	8,6%	5,8%	38,9%	55,3%	13,0%
Desemprego/Inserção	2,8	-20,0%	50,3%	38,7%	11,0%	-14,0%
Inclusão Social	3,2	-8,6%	12,0%	58,9%	29,1%	5,3%
Ambiente e Património	3,6	2,9%	7,8%	48,3%	43,9%	10,0%
Qualidade Ambiental	3,4	-2,9%	15,7%	49,4%	34,9%	5,6%
Protecção Natural/Espaços Verdes	3,5	0,0%	6,8%	52,0%	41,2%	9,8%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	3,8	8,6%	4,8%	44,6%	50,6%	12,1%
Inovação e Sociedade de Informação	3,8	8,6%	2,9%	24,8%	72,3%	18,3%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,9	-17,1%	11,1%	62,5%	26,4%	5,3%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,9	11,4%	1,2%	11,1%	87,7%	22,2%
Sociedade Informação (empresas)	4,3	22,9%	0,0%	9,0%	91,0%	21,2%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	20,0%	80,0%	21,1%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,3	-5,7%	8,4%	68,6%	23,0%	4,4%
Articulação na Administração	3,2	-8,6%	7,3%	76,8%	15,9%	2,7%
Qualidade Serviços Públicos	3,4	-2,9%	7,2%	54,2%	38,6%	9,2%
Ordenamento Território	3,0	-14,3%	16,0%	62,7%	31,3%	5,1%
Participação Cívica e Associativa	3,4	-2,9%	4,1%	74,3%	21,6%	5,1%

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = má situação actual e 6 = muito boa situação actual). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %. A evolução 2000-2003 é calculada através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação actual (2003) em relação à notação que resultaria para a situação de partida (2000) aplicando-lhe o quadro comparativo (pior, igual, melhor) com base na dispersão da notação, domínio a domínio.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

592.A evolução da qualificação das pessoas e das organizações é apreciada, pelo seu lado, de uma forma bem menos expressiva, tal como já o era, na caracterização da situação de partida. Com efeito, a visão da evolução da situação económica, social e institucional da região revelada pelos inquéritos aos promotores e à gestão do programa atribui evoluções positivas muito pouco significativas (podem ser consideradas, na prática, como manutenção da situação de partida, nos seus grandes traços) aos domínios onde, precisamente, identificavam as situações menos favoráveis na altura do arranque do programa, isto é, no esforço de investigação & desenvolvimento, no dinamismo das actividades produtivas, no grau de articulação interna nas administrações públicas, no ordenamento do território e na qualidade ambiental.

593.A evolução do mercado de trabalho surge como o domínio onde convergem as opiniões reconhecendo uma degradação da situação da região em articulação, aliás, com as opiniões expressas sobre os domínios da inclusão e exclusão social, seja numa avaliação não muito favorável na situação de partida, seja no reconhecimento de uma modesta evolução favorável.

**QUADRO 8-8: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003)
A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	4,3	22,9%	1,8%	10,6%	87,6%	20,0%
Energia, Transportes, Ambiente	4,3	22,9%	0,0%	15,6%	84,6%	19,7%
Saúde	3,9	11,4%	5,9%	5,9%	88,2%	21,1%
Desporto	4,7	34,3%	0,0%	5,1%	94,9%	20,2%
Educação, Formação	4,4	25,7%	5,9%	5,9%	88,2%	18,7%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,6	2,9%	4,5%	74,2%	21,3%	4,7%
Internacionalização	3,8	8,6%	3,0%	75,8%	21,2%	4,8%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,4	-2,9%	25,2%	48,3%	26,5%	0,4%
Formação/Qualificação	3,7	5,7%	3,2%	38,7%	58,1%	14,8%
Desemprego/Inserção	3,1	-11,4%	39,2%	56,3%	4,5%	-11,2%
Inclusão Social	3,6	2,9%	8,2%	66,4%	25,4%	4,8%
Ambiente e Património	4,2	20,0%	1,6%	29,8%	68,6%	16,0%
Qualidade Ambiental	4,1	17,1%	2,5%	22,5%	75,0%	17,7%
Protecção Natural/Espaços Verdes	4,3	22,9%	1,4%	39,0%	59,6%	13,5%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	4,2	20,0%	1,3%	24,8%	74,9%	17,5%
Inovação e Sociedade de Informação	3,7	5,7%	0,0%	15,7%	84,3%	22,8%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	3,6	2,9%	0,0%	50,0%	50,0%	13,9%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Sociedade Informação (empresas)	4,0	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%	25,0%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,6	2,9%	0,6%	65,0%	34,4%	9,4%
Articulação na Administração	3,5	0,0%	0,0%	66,9%	33,1%	9,5%
Qualidade Serviços Públicos	3,6	2,9%	2,6%	42,1%	55,3%	14,6%
Ordenamento Território	3,5	0,0%	0,0%	77,1%	22,9%	6,5%
Participação Cívica e Associativa	3,6	2,9%	0,0%	75,0%	25,0%	6,9%

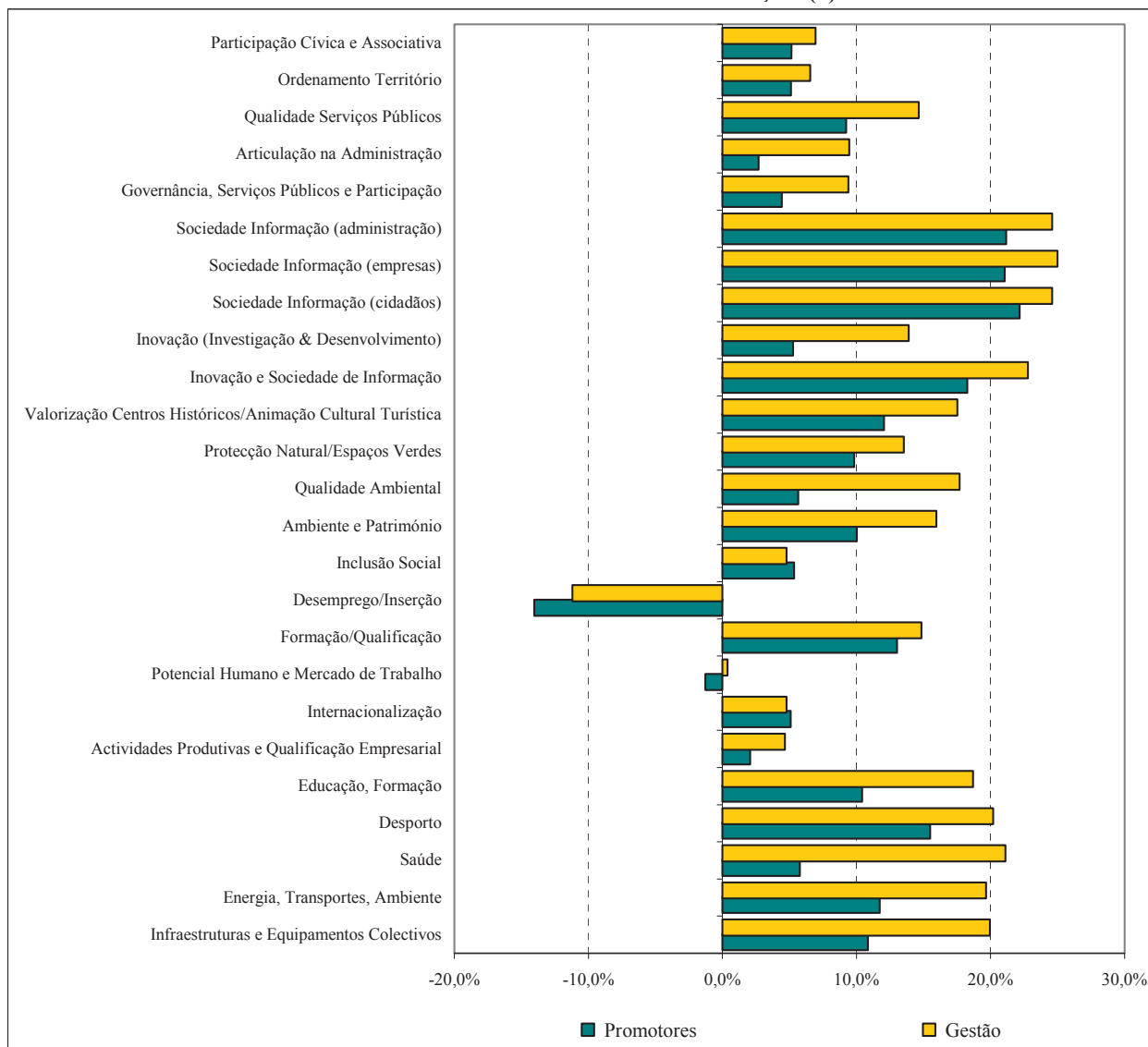
(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = má situação actual e 6 = muito boa situação actual). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %. A evolução 2000-2003 é calculada através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação actual (2003) em relação à notação que resultaria para a situação de partida (2000) aplicando-lhe o quadro comparativo (pior, igual, melhor) com base na dispersão da notação, domínio a domínio.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT

594. A evolução da situação ao nível da formação e qualificação das pessoas é reconhecida, pelo seu lado, como favorável e razoavelmente significativa funcionando como uma espécie de mecanismo de reequilíbrio das tendências negativas verificadas ao nível do mercado de trabalho. A situação da região, no quadro comparativo do contexto de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento, apresenta, no entanto, suficientes vulnerabilidades (cf. Capítulo 3) para exigir ritmos de melhoria da situação do potencial humano bem mais relevantes.

595. O contraste entre a visão dos promotores e a visão das entidades envolvidas na gestão (ver Figura 8-3), apesar de revelar um maior “optimismo” ao nível da gestão e um maior “pessimismo” ao nível dos promotores, confirma, com grande nitidez, as grandes linhas, já avançadas, de caracterização da situação de partida e do sentido da evolução da situação económica e social da região.

FIGURA 8-3: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003): A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa a evolução positiva ou negativa da situação da região entre 2000 e 2003 no domínio respectivo através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação de partida e à situação actual.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

596. A hipótese de trabalho que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

597. A avaliação da situação actual da região e da sua evolução recente, por parte dos intervenientes na gestão e pelos promotores do programa, no plano detalhado de cada domínio temático considerado, pode sintetizar-se da seguinte forma:

a) Infraestruturas e equipamentos colectivos

- i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta (alta na área dos equipamentos desportivos) bem como uma evolução, desde 2000, claramente positiva em todas as áreas de infraestruturas e equipamentos colectivos (transporte, ambiente, energia, saúde, desporto e educação e formação), estimada num progresso de 20% na notação;
- ii) os promotores revelam-se mais contidos na apreciação deste domínio, seja no plano da situação actual, seja no plano da sua evolução face à situação de partida, que estimam num progresso médio de cerca de 10%, sendo, fundamentalmente, na área dos equipamentos desportivos, de transporte e de educação e formação que melhor avaliam a situação actual da região e, nas áreas da energia e da saúde que avaliam de forma menos positiva a situação e a sua evolução;
- iii) as opiniões expressas pelos promotores validam uma hipótese de melhoria da coesão territorial no domínio das infraestruturas e equipamentos colectivos, na medida em que uma parte substancial das respostas aponta no sentido da existência de uma situação melhor a nível concelhio, seja ao nível da comparação da situação actual face à situação registada em 2000 (73,9% das respostas), seja ao nível da comparação dos concelhos com a própria região (52,9% das respostas).

b) Actividades produtivas e qualificação empresarial:

- i) a gestão do programa aprecia de forma muito homogénea as diferentes áreas deste domínio, isto é, numa linha de relativa manutenção da situação verificada em todas elas, entre 2000 e 2003, onde os casos da qualidade da produção agrícola e florestal e da criação e promoção de produtos e marcas regionais parecem ser os de menor desempenho;
- ii) os promotores confirmam esta linha de apreciação, avaliando como insuficiente a situação actual da região neste domínio, salientando-se a opinião expressa (por 26,2% dos promotores) de evolução negativa operada na área da qualidade da produção agrícola e florestal;

- iii) os promotores validam, igualmente, a hipótese de uma “cristalização” da situação da coesão económica, no plano das actividades produtivas, ao considerarem que os seus concelhos de inserção apresentam uma situação não só semelhante à da região como tendo tido a mesma evolução (47,7% das respostas), ainda que um número significativo de promotores (22,1%) considere que a situação actual dos seus concelhos é pior que a situação global da região.
- c) Potencial humano e mercado de trabalho
- i) a gestão do programa atribui a este domínio uma notação média, sendo ao nível do mercado de trabalho (inserção profissional de jovens e desemprego) que a situação actual foi considerada como menos positiva, uma vez que ao nível do desenvolvimento do sistema de formação e do processo de qualificação a evolução registada é considerada positiva, com um progresso estimado na notação, face à situação de partida, de cerca de 15%;
- ii) os promotores validam a apreciação da gestão, seja nos aspectos mais favoráveis, isto é, a evolução da formação e qualificação de recursos humanos, seja nos aspectos menos favoráveis, isto é, no respeitante às áreas do desemprego e da inserção profissional de jovens e de grupos com necessidades especiais;
- iii) os promotores validam, igualmente, uma certa homogeneidade territorial interna à região, neste domínio, uma vez que a maioria (55,1%) afirma que a situação actual dos seus concelhos se assemelha à situação verificada na região no seu conjunto, tendo a evolução registada desde 2000 garantido uma certa convergência (46,6% optam por uma avaliação de manutenção e 47,7% por uma avaliação de melhoria da situação face à região).
- d) Inclusão social:
- i) a gestão do programa, atribuindo uma notação média à situação da região em 2003, avalia globalmente como ligeiramente positiva a evolução em relação à situação de partida neste domínio, principalmente nas áreas dos serviços e das condições de apoio a crianças e idosos. A exclusão social concentra, pelo seu lado, a pior notação (média-baixa) e a evolução menos favorável;

- ii) os promotores tendem, pelo seu lado, a ser ainda menos positivos na avaliação quer da situação actual, quer da evolução em relação à situação de partida, sendo de destacar que, na área da exclusão social, a evolução operada desde 2000 foi considerada negativa por 29,3% dos inquiridos;
 - iii) a avaliação dos promotores numa base concelhia aponta no sentido de os problemas e necessidades deste domínio assumirem uma configuração regional global, isto é, os promotores consideraram que a situação actual dos seus concelhos e a respectiva evolução acompanham a situação da região no seu conjunto;
- e) Ambiente e património:
- i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta e um evolução positiva face á situação de partida, com maior relevância nas áreas do alargamento e melhoria de espaços verdes e da conservação e valorização de centros históricos (nas áreas da animação cultural e turística e do alargamento e melhoria de espaços verdes, as opiniões de mais de 70% dos inquiridos colocam a região numa posição melhorada face a 2000, sendo que nenhuma das respostas obtidas apontou no sentido de uma regressão da situação);
 - ii) os promotores, que avaliam a situação actual da região de forma também, positiva, mas mais contida, situam nas áreas da qualidade ambiental e da protecção dos sistemas naturais as suas principais preocupações, quer em termos de situação, quer em em termos de ritmo de progresso;
 - iii) as opiniões dos promotores validam uma hipótese de “distribuição desigual” dos problemas e necessidades ambientais na região, na medida em que são relativamente heterogéneas no que diz respeito ao posicionamento dos seus concelhos no contexto da região (19,5% consideram a sua situação pior, 44,8% consideram a sua situação igual e 35,6% consideram a sua situação melhor) e da sua evolução recente (registra-se um divisão entre estabilidade, 44,8%, e melhoria, 44,8%);
- f) Inovação e sociedade da informação
- i) a gestão do programa faz uma avaliação positiva da situação actual, notação média-alta, e, sobretudo, da evolução registada no período 2000-2003, nomeadamente na área da utilização das tecnologias de informação e comunicação, em que mais de 90% dos inquiridos consideraram que a situação actual da região melhorou em relação à situação registada em 2000.

- ii) Na área dos recursos mobilizados para a I&D a apreciação da gestão do programa é mais moderada embora se mantenha positiva nos dois planos (situação actual e evolução registada);
 - iii) os promotores mantêm, neste domínio, opiniões mais “conservadoras”, convergindo na apreciação de uma significativa melhoria na utilização das tecnologias de informação e comunicação na região face à situação em 2000 (mais de 80% dos inquiridos), mas não validando, nem a apreciação da situação actual (notação média-baixa), nem os progressos realizados (11% dos inquiridos consideram, mesmo, ter havido uma regressão da situação), ao nível dos recursos aplicados em I&D;
 - iv) a hipótese de trabalho indiciada pelos promotores, ao nível da inserção concelhia, é da homogeneidade com convergência, isto é, a maioria dos promotores inquiridos considera que os concelhos em que se inserem apresentam, no domínio da inovação, uma situação semelhante à da região e que a evolução operada desde 2000 permitiu a manutenção da situação existente (51,7%) ou a sua melhoria (42,5%).
- g) Governância, serviços públicos e participação
- i) os intervenientes na gestão do Programa avaliam a situação actual da região neste domínio como média, sendo de salientar o desequilíbrio estabelecido entre a avaliação mais positiva conferida à articulação entre a Administração Pública Local e Central e a avaliação menos positiva conferida à articulação regional entre organismos da Administração Central. Apesar disso, uma parte significativa dos inquiridos consideraram ter ocorrido uma melhoria da situação destas áreas na região;
 - ii) a avaliação global dos promotores relativamente a este domínio coloca a situação actual num valor médio-baixo e a sua evolução, face à situação em 2000, num patamar global de uma certa manutenção da situação. Esta contenção é especialmente visível na área do ordenamento do território que surge, em termos de situação actual e de evolução, como a área de menor desempenho no conjunto do domínio;
 - iii) os promotores validam, aqui, a hipótese de trabalho de problemas e necessidades globais da região, na medida em que este domínio é aquele em que os promotores consideram existir menor divergência entre a posição dos seus concelhos de inserção e a região no seu conjunto (72,1% das respostas apontam no sentido da existência de uma situação semelhante).

598. A avaliação da situação actual da região e da sua evolução recente, por parte dos intervenientes na gestão e pelos promotores do programa, que foi apresentada pode, no entanto, comportar, para além da inquestionável riqueza associada ao conhecimento prático da região e do programa, um certo efeito de enviesamento benigno na avaliação da situação da região e da sua evolução. A abordagem do presente ponto é desenvolvida, assim, através da construção de um quadro síntese da evolução da situação económica e social da região de Lisboa e Vale do Tejo no período 1999-2002 (Quadro 8-9) que sistematiza e organiza toda a informação disponível, bem como apresenta as estimativas que se tornavam imprescindíveis, por forma a permitir avaliar o desempenho da região em termos de ritmo e qualidade do crescimento económico, em termos da demografia e do mercado de trabalho, em termos de convergência económica, nacional e europeia, e em termos de coesão social.

As grandes conclusões que se podem extrair desse quadro de síntese para situar, objectivamente, a evolução da situação económica e social da região são as seguintes:

- a) o crescimento económico global, face ao final do QCA II (1999-2002), na região foi de 6% em termos reais, induzido por uma dinâmica onde o crescimento do emprego (3,6%) se sobrepôs ao crescimento da produtividade (2,4%). Nos últimos 2 anos (2000-2002) verificou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento e uma acentuação da sua natureza extensiva;
- b) o nível de vida real da população acompanhou sensivelmente o ritmo de crescimento económico e a sua desaceleração (5,1% de acréscimo entre 1999 e 2002, mas apenas 0,9% entre 2000 e 2002);
- c) a região confirmou o seu complexo processo de convergência económica em termos europeus, isto é, melhorou, entre 1999 e 2002, a sua posição face à média europeia em termos de produto interno bruto por habitante em € correntes em 5,7% (4,5% nos últimos 2 anos), enquanto, em termos de produto interno bruto por habitante avaliado em paridades de poder de compra, viu a sua posição face à média europeia degradar-se em -3,1% (embora com uma melhoria de 1,4% nos últimos 2 anos)¹³;
- d) a convergência económica, em termos nacionais, sofreu também uma evolução positiva, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a baixar a distância do seu PIB per capita em PPS face à média do país de 36,6%, em 1999, para 34,4%, em 2002.

¹³ Se Portugal é o país da União mais sensível aos efeitos das sucessivas estimativas das PPS, a região de Lisboa e Vale do Tejo é, pelo seu lado, a região mais sensível. As oscilações nestas estimativas são particularmente relevantes, na análise de curto prazo, sobretudo quando, e é o caso, se verifica uma convergência rápida, mas desequilibrada, dos níveis de preços.

QUADRO 8-9: QUADRO SÍNTESE DA EVOLUÇÃO SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Anos				Acréscimo global	
	1999	2000	2001	2002	1999-2002	2000-2002
Produto Interno Bruto						
PIB, preços mercado (bilhões €)	48,283	51,854	55,175	58,089		
PIB, preços mercado (bilhões €, preços 1999)	48,283	50,270	50,803	51,154		
Evolução do PIB em volume (1999=100)	100,0	104,1	105,2	106,0	6,0%	1,8%
Produtividade						
Produtividade (milhares €)	24,074	25,763	26,989	27,993		
Produtividade (milhares €, preços 1999)	24,074	24,976	24,851	24,650		
Evolução da produtividade real (1999=100)	100,0	103,7	103,2	102,4	2,4%	-1,3%
Emprego (milhares)	1723	1733	1760	1785		
Evolução do emprego (1999=100)	100,0	100,6	102,2	103,6	3,6%	3,0%
Nível de Vida						
PIB per capita (milhares €)	14,479	15,548	16,449	17,279		
PIB per capita (milhares €, preços 1999)	14,479	15,073	15,145	15,216		
Evolução do nível de vida real (1999=100)	100,0	104,1	104,6	105,1	5,1%	0,9%
Demografia e Mercado de Trabalho						
População (milhares)	3334,7	3335,1	3354,4	3361,8		
Evolução (1999=100)	100,0	100,0	100,6	100,8	0,8%	0,8%
Taxa de Actividade	49,7%	50,1%	50,6%	51,2%	3,0%	2,2%
Desemprego	92	83,6	90,9	112,1		
Evolução do desemprego (1999=100)	100,0	90,9	98,8	121,8	21,8%	34,0%
Taxa de Desemprego	5,6%	5,0%	5,4%	6,5%		
Convergência económica						
No espaço europeu						
PIB per capita (€, UE=100)	68,0	68,8	70,6	71,9	5,7%	4,5%
PIB per capita (PPS, UE=100)	98,4	94,1	95,0	95,3	-3,1%	1,4%
No espaço nacional						
PIB per capita (PPS, Portugal=100)	136,6	134,7	133,7	134,4	-1,6%	-0,2%
Produtividade (Portugal=100)	125,5	126,5	125,9	125,4	-0,1%	-0,9%
Peso relativo da região no país (PIB)	44,7%	44,9%	44,6%	44,7%	0,1%	-0,3%
Coesão Social						
Nível de Emprego (Portugal=100)	100,0	99,6	99,5	100,2	0,2%	0,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)	126,5	125,1	131,8	128,7	1,7%	2,9%
Taxa de Actividade (Portugal=100)	98,3	98,0	97,8	98,7	0,4%	0,7%

Fonte: Estimativas da Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada pelas Contas Nacionais (séries anuais e trimestrais), pelas Contas Regionais, pelo Anuário Estatístico Regional 2002 e pelo Anexos Estatísticos da “European Economy” de 2003.

- e) a convergência económica, em termos nacionais, reflecte, no entanto, uma conjuntura de maiores dificuldades da região, face à situação nacional, em termos demográficos e de mercado de trabalho. Com efeito, a região regista um aumento mais significativo da taxa de desemprego, bem como um aumento da taxa de actividade que supera, na evolução relativa face à média nacional, o aumento do nível de emprego.

QUADRO 8-10: A EVOLUÇÃO RECENTE DO DESEMPREGO

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Ano/Trimestre		Acréscimo global 2000-IV/2002
	2002	IV/2002	
Taxa de Desemprego			
Total	6,5%	7,6%	17,2%
Masculino	5,6%	6,3%	11,9%
Feminino	7,6%	9,2%	21,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)			
Total	128,7	124,1	-3,6%
Masculino	134,2	126,7	-5,6%
Feminino	124,0	121,7	-1,9%

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2002

599.O agravamento da situação no mercado de trabalho constitui o traço mais marcante da conjuntura em que a execução do programa se tem desenvolvido, em articulação estreita, aliás, com a forte desaceleração do ritmo de crescimento económico. Este agravamento, sendo rápido, tem sido também desequilibrado (ver Quadro 8-10). Com efeito, a taxa de desemprego na região, que já atingia 7,6% no IV trimestre de 2002, situava-se nos 6,3% para os homens e nos 9,2% para as mulheres. A evolução de 2002 parece, no entanto, revelar que a região já estará a dar os primeiros passos para inverter o seu posicionamento face ao resto do país (o segundo semestre de 2002 revela, apesar dum aumento do desemprego, um ritmo menos gravoso para a região).

8.3.3. O contributo global dos projectos para os objectivos do programa no quadro da evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo

600.A abordagem do contributo global dos projectos viabilizados pelo programa para a prossecução dos objectivos do programa, condensados, como se sabe, ao seu nível mais global, pela tripla qualificação de territórios, pessoas e organizações, no quadro de referência fornecido pela evolução dos problemas, necessidades e desafios da região, é desenvolvida com base numa sistematização, tratamento e análise de elementos de informação diversificados, onde se destacam, nomeadamente, os indicadores de resultados do programa, os inquéritos aos promotores e à gestão do programa realizados pela equipa de avaliação).

601. Uma visão global das realizações e resultados do PORLVT foi, assim, elaborada (ver Quadro 8-11) tendo em atenção a articulação entre os objectivos globais do programa e os domínios de intervenção do mesmo e adoptando uma lógica de escolha de indicadores considerados mais relevantes que, sendo selectiva, procurou, também, alargar a base fornecida pelos “indicadores da reserva de eficiência”.

As grandes linhas que emergem desta visão de conjunto das realizações e resultados do PORLVT podem ser sistematizadas em torno das seguintes conclusões:

- a) O programa assume expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural, surgindo, em contrapartida com expressão pouco significativa ao nível da qualificação das organizações onde comporta resultados modestos;
- b) O programa apresenta níveis de realização no plano das metas de resultados estabelecidas relativamente interessantes, muito embora, de um modo geral, não só a “ambição” das metas não seja muito significativa como esteja associada, de forma compreensível, ao nível de realização e cumprimento das mesmas, isto é, os níveis mais elevados de desempenho correspondem às metas menos ambiciosas;
- c) O programa terá dado um contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social, inserção de desempregados, apoio à criação de empregos e aos desempregados de longa duração;
- d) O programa não terá dado, em sentido inverso, nenhum contributo significativo, ao nível da qualificação do território, para a consolidação e captação directa de pólos de actividades industriais e de serviços, seja porque a medida desconcentrada “economia” não veio a incluir nenhuma acção nesse sentido, como as realizações na realização de infraestruturas para a localização industrial foram muito modestas;
- e) O programa terá tido, finalmente, expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas.

QUADRO 8-11: UMA VISÃO GLOBAL DAS REALIZAÇÕES E RESULTADOS DO PORLVT

Objectivos, Domínios de Intervenção e Indicadores	Unidades	Valores dos Indicadores						
		Situação de Partida	2003 (a)	Metas 2006	(**)	Data de referência	Realizações e Resultados (*)	Valor
Qualificação dos Territórios								
Acessibilidades e Mobilidade								
Densidade da rede rodoviária municipal	Km/(Km²)	1026	1041	1047	2,0%	(v. e.) 31/12/03	1041	100,0%
Qualidade de Vida / Acesso da População								
Bibliotecas	% Pop. servida	54,0%	70,0%	80,0%	48,1%	31/12/02	90,5%	129,3%
Equipamentos desportivos	% Pop. servida	55,0%	70,0%	80,0%	45,5%	(v. e.) 31/12/03	80,9%	115,6%
Sistemas de recolha e tratamento de efluentes	% Pop. servida	56,4%	73,4%	95,0%	68,4%	(v. e.) 31/12/03	75,3%	102,6%
Sistemas de recolha e tratamento resíduos sólidos	% Pop. servida	66,0%	85,0%	100,0%	51,5%	(v. e.) 31/12/03	100,0%	117,6%
Infra-estruturas de base								
Expansão da rede de gás natural	nº clientes	300372	454600	540000	79,8%	(v. e.) 31/12/03	539673	118,7%
Área localizadora Industrial infraestruturada	ha	187,0	205,7	250	33,7%	30/06/02	99,4	48,3%
Requalificação urbana / dinamização local								
Desenvolvimento turístico local	(b)	34,8%	37,0%	40,0%	14,9%	(v. e.) 31/12/03	37,8%	102,2%
População abrangida por acções requalificação urbana	(c)		33113	40000	1,2%	30/06/02	226779	684,9%
Área recuperada p/zonas verdes	ha		164,6	200,0			10,4	6,3%
Qualificação das pessoas								
Formação								
Activos em Formação	nº	197118	124059	154700	-21,5%	31/12/02	152196	122,7%
Funcionários da Administração Pública em Formação	nº	18954	21331	26600	40,3%	31/12/02	24105	113,0%
Formação em alternância	(d)	30834	21276	26600	-13,7%	31/12/02	21249	99,9%
Expressão do ensino secundário profissional (nível III)	(e)		1950	2800			2211	113,4%
Empegabilidade								
Expressão das medidas de apoio à criação de emprego	nº postos trab. criados	3480	4154	5180	48,9%	31/12/02	2436	58,6%
Apoio aos desempregados de longa duração	nº	4726	10946	13650	188,8%	31/12/02	14163	129,4%
Inserção de desempregados em acções de política activa	(f)	11,0%	13,0%	9,0%	-18,2%	(v. e.) 31/12/03	13,9%	106,9%
Inserção/Inclusão								
Beneficiários do RMG em inserção social	nº	2796	12630	15750	463,3%	31/12/02	5763	45,6%
Portadores de deficiência apoiados	nº	3553	7017	8750	146,3%	31/12/02	7623	108,6%
Qualificação das organizações								
Administração Pública								
Formação para o desenvolvimento na administração local	Formandos/Efectivos (%)	24,8%	31,0%	34,9%	40,7%	31/12/02	35,3%	113,9%
Organismos com ligação à Internet	nº	119	240	260	118,5%	31/12/02	239	99,6%
Sector Privado								
Área beneficiada p/reabilitação e modernização de rega	ha		13868,9	17138,0		30/06/02	23674,0	170,7%
Área beneficiada p/emparcelamento	ha		9316,1	11512,0		30/06/02	8076,0	86,7%
Explorações Agrícolas beneficiadas p/electrificação	nº (g)		283	350		30/06/02	196	69,3%

(*) Estimativas com base em informação fornecida pela gestão do programa

(**) A "ambição" é medida pela variação em percentagem face ao valor do indicador na situação de partida

(a) Valores estimados pela equipa de avaliação sempre que não fornecidos pela gestão

(b) Freguesias com pólos de atracção turística (%)

(c) A ambição é definida pelo peso na população total

(d) Formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III) (média anual)

(e) Formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III

(f) Desempregados não DLD que receberam acções de política activa (%)

(g) Inclui também unidades agro-industriais

(v. e.) Valor estimado segundo a metodologia apresentada no Capítulo 9 - Reserva de Eficiência.

Valores acumulados ao longo do período de referência (situação de partida: QCA II)

Fonte: Equipa de Avaliação a partir dos documentos de programação e de dados fornecidos pela gestão do programa.

**QUADRO 8-12: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO:
A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Contributo Proj. Promotor		Contributo Proj. PO	
	Nota Média	Div %*	Nota Média	Div %*
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	3,1	-11,4%	3,7	5,7%
Energia, Transportes, Ambiente	2,5	-28,6%	3,5	0,0%
Saúde	1,9	-45,7%	3,3	-5,7%
Desporto	2,5	-28,6%	4,0	14,3%
Educação, Formação	3,5	0,0%	4,1	17,1%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	2,3	-34,3%	3,0	-14,3%
Internacionalização	2,2	-37,1%	3,2	-8,6%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	4,1	16,9%	3,9	11,4%
Formação/Qualificação	4,6	31,4%	4,4	25,7%
Desemprego/Inserção	3,3	-5,7%	3,4	-2,9%
Inclusão Social	2,7	-22,9%	3,2	-8,6%
Ambiente e Património	3,2	-8,6%	3,8	9,3%
Qualidade Ambiental	3,5	0,0%	3,8	8,6%
Protecção Natural/Espaços Verdes	2,3	-34,3%	3,6	2,9%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	2,6	-25,7%	3,7	5,7%
Inovação e Sociedade de Informação	3,5	0,0%	4,1	17,1%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,8	-20,0%	3,6	2,9%
Sociedade Informação (cidadãos)	4,0	14,3%	4,3	22,9%
Sociedade Informação (empresas)	3,6	2,9%	4,1	17,1%
Sociedade Informação (administração)	3,3	-5,7%	4,1	17,1%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,4	-2,9%	3,9	11,4%
Articulação na Administração	2,6	-25,7%	3,6	2,9%
Qualidade Serviços Públicos	3,7	5,7%	4,3	22,9%
Ordenamento Território	2,7	-22,9%	3,5	0,0%
Participação Cívica e Associativa	3,3	-5,7%	3,8	8,6%

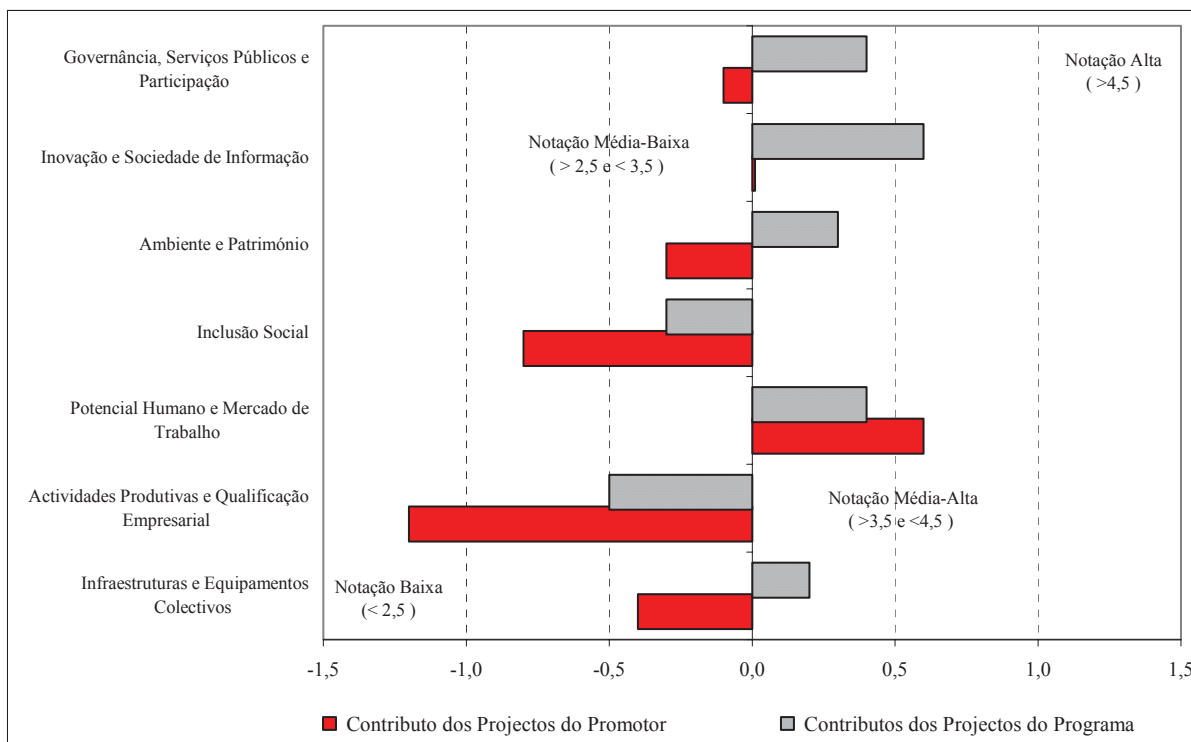
(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

602. Os promotores inquiridos avançam uma visão global do contributo dos projectos apoiados no âmbito do programa para a melhoria da situação na região por domínios temáticos de intervenção (ver Quadro 8-12, Figura 8-4 e Figura 8-5) que validam, de um modo geral, as conclusões já avançadas mas que exigem a formulação de algumas conclusões adicionais. Assim:

- a) Os promotores têm, de um modo geral, um visão mais favorável do contributo do conjunto dos projectos do programa do que dos seus próprios projectos, com excepção dos projectos na área do potencial humano e do mercado de trabalho;

FIGURA 8-4: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR GRANDES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO (*)

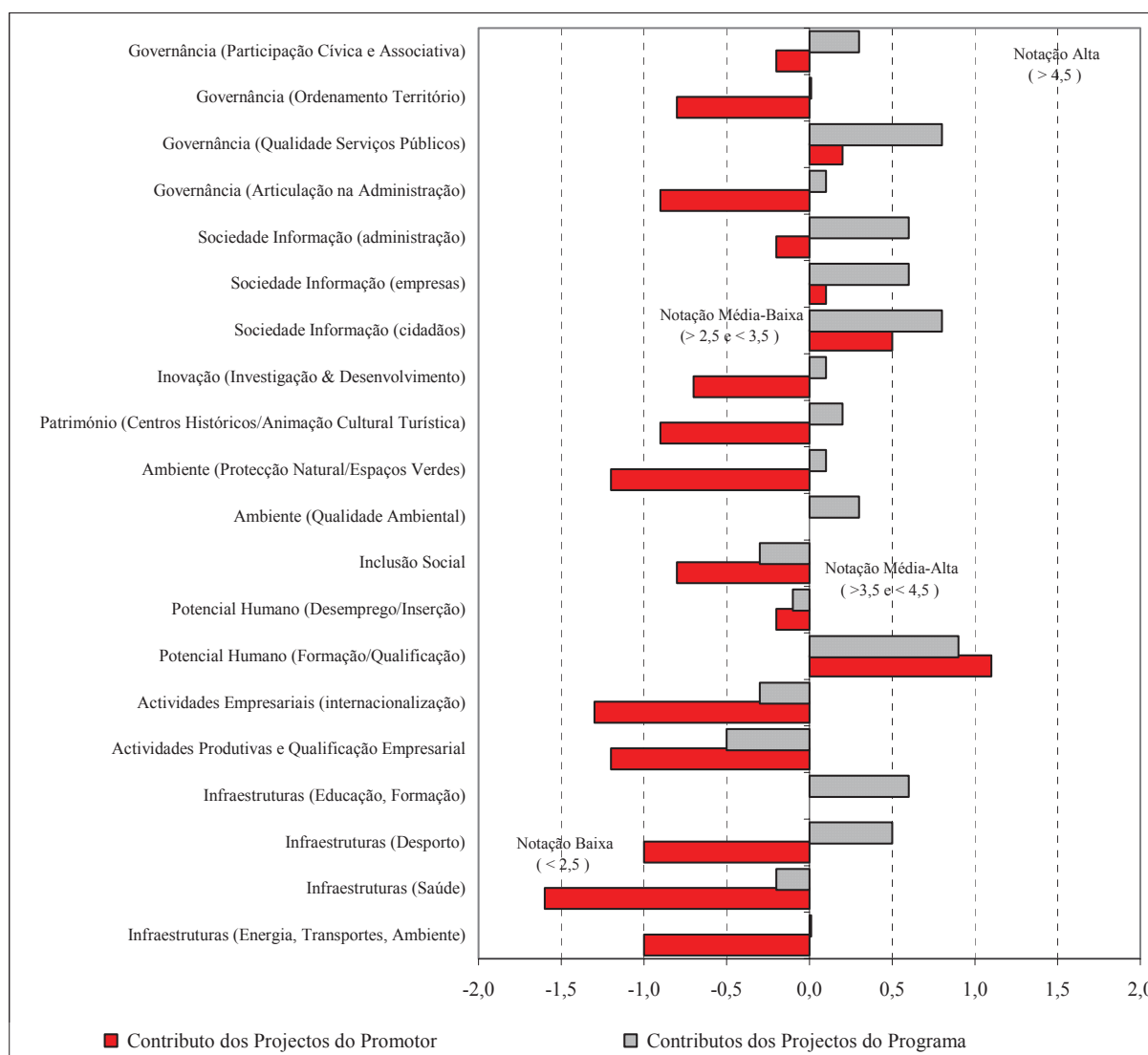


(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

- c) Os promotores colocam como os principais contributos positivos do programa os contributos dados nos domínios da formação e qualificação de recursos humanos, da expansão das infraestruturas para a educação e formação e para o desporto, da utilização das tecnologias de informação e comunicação (empresas, cidadãos e administração) e da melhoria da qualidade dos serviços públicos;
- d) Os promotores colocam, ao contrário, como os contributos menos positivos do programa os contributos dados nos domínios da inclusão social, da inserção no mercado de trabalho e do desemprego, das infraestruturas de saúde e do desenvolvimento das actividades produtivas e da qualificação empresarial;
- e) Os restantes domínios que surgem com contributos positivos não especialmente intensos incorporam, no entanto, a melhoria da qualidade ambiental, a valorização dos centros históricos e a animação cultural e turística com desempenhos que merecem, ainda, assim, ser destacados.

FIGURA 8-5: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédias definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

603. Os elementos envolvidos na gestão do programa que foram inquiridos avançam uma visão global do contributo dos projectos apoiados no âmbito do programa para a melhoria da situação na região por domínios temáticos de intervenção (ver Quadro 8-13) que se caracteriza por apresentar algumas zonas de divergência, face aos promotores. Importa, assim, situar essas diferenças com recurso à respectiva comparação (ver Figura 8-6 e Figura 8-7). Assim:

QUADRO 8-13: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO

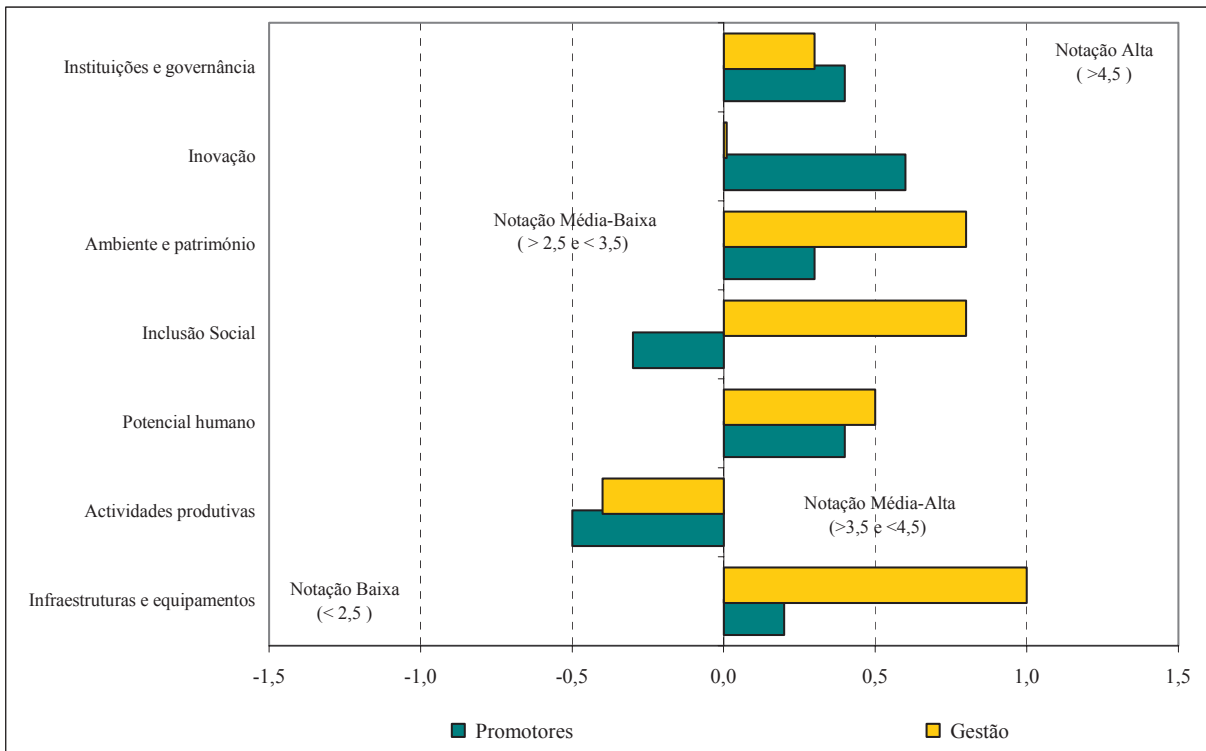
Domínios de Intervenção do Programa	Contributo Proj. PO	
	Nota Média	Div %*
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	4,5	28,6%
Energia, Transportes, Ambiente	4,5	28,6%
Saúde	4,2	20,0%
Desporto	4,8	37,1%
Educação, Formação	4,3	22,9%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,1	-11,4%
Internacionalização	2,8	-20,0%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	4,0	14,3%
Formação/Qualificação	4,2	20,0%
Desemprego/Inserção	3,7	5,7%
Inclusão Social	4,3	22,9%
Ambiente e Património	4,3	9,3%
Qualidade Ambiental	4,4	25,7%
Protecção Natural/Espaços Verdes	4,2	20,0%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	4,2	20,0%
Inovação e Sociedade de Informação	3,5	0,0%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,8	-20,0%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,7	5,7%
Sociedade Informação (empresas)	3,8	8,6%
Sociedade Informação (administração)	3,9	11,4%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,8	8,6%
Articulação na Administração	3,5	0,0%
Qualidade Serviços Públicos	4,1	17,1%
Ordenamento Território	4,3	22,9%
Participação Cívica e Associativa	3,4	-2,9%

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT

- Os elementos envolvidos na gestão têm, de um modo geral, um visão mais positiva do contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região, num quadro geral marcado por uma razoável convergência de opiniões;
- A primeira grande diferença surge na avaliação do contributo do programa para a inclusão social onde a gestão, que valoriza bastante o programa (segunda melhor notação), não é acompanhada pelos promotores (segunda pior notação);

FIGURA 8-6: O CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR GRANDES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO (*)

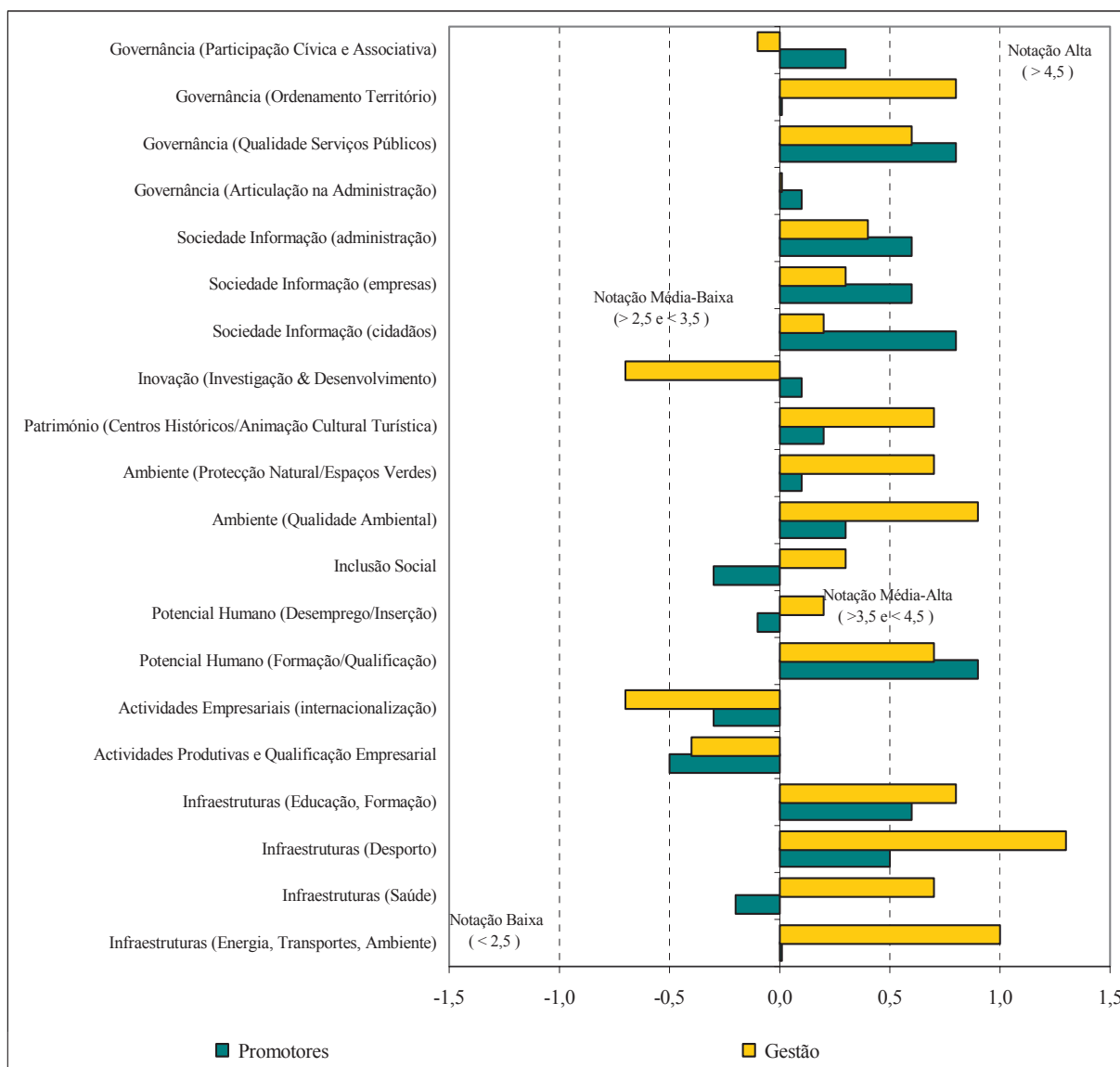


(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

- c) A segunda grande diferença, de sinal contrário, surge na avaliação do contributo do programa para a inovação e sociedade de informação, onde os promotores, que valorizam bastante o programa (melhor notação), não são acompanhados pela gestão (segunda pior notação);
- d) A “bitola” da gestão afasta-se bastante, num sentido positivo, da “bitola” dos promotores, na avaliação do contributo do programa, nos domínios das infraestruturas e do ambiente e património, reflectindo, com bastante nitidez, uma “função de preferência pública” onde os investimentos nestas duas áreas tendem a ser considerados como muito relevantes para o desenvolvimento económico e social;

FIGURA 8-7: O CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

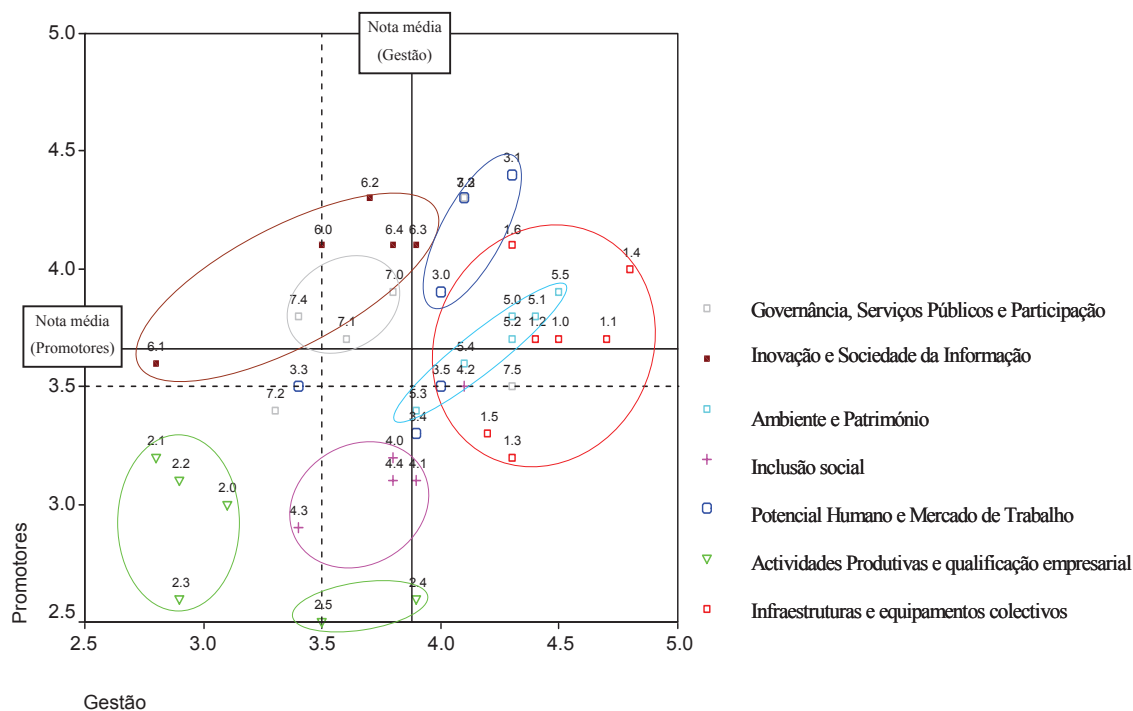
Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

e) Ao contrário, a “bitola” da gestão aproxima-se da “bitola” dos promotores, na avaliação do contributo do programa, nos domínios das actividades produtivas, do potencial humano e da governância, serviços públicos e participação.

604.A análise comparativa da avaliação do contributo global dos projectos desenvolvidos no âmbito do programa para a melhoria da situação da região de Lisboa e vale do Tejo, segundo diferentes domínios temáticos de intervenção, na óptica dos intervenientes na gestão e na óptica dos promotores, pode ser prosseguida a um nível mais detalhado. Com efeito, com apoio na Figura 8-8, podemos notar:

- a) ao nível do domínio das infraestruturas e equipamentos colectivos, o contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região foi avaliado, pelos responsáveis pela gestão como mais significativo nas áreas das infraestruturas de transporte e equipamentos desportivos, sendo estes últimos também os que recolheram opiniões mais favoráveis por parte dos promotores;

FIGURA 8-8: AVALIAÇÃO, PELA GESTÃO DO PROGRAMA E PELOS PROMOTORES, DO CONTRIBUTO DO CONJUNTO DOS PROJECTOS DO PROGRAMA PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA RLVT (*)



Legenda: 1.1. Infra-estruturas transporte; 1.2. Infra-estruturas ambientais; 1.3. Infra-estruturas no domínio da energia; 1.4. Equipamentos desportivos; 1.5. Equipamentos saúde; 1.6. Equipamentos educação e formação; 2.1. Internacionalização economia da região; 2.2. Diversificação estrutura produtiva; 2.3. Criação e desenvolvimento clusters; 2.4. Qualidade produção agrícola e florestal; 2.5. Criação/promoção produtos e marcas regionais; 3.1. Qualificação recursos humanos; 3.2. Sistema formação profissional; 3.3. Desemprego; 3.4. Inserção profissional de grupos com necessidades especiais; 3.5. Inserção profissional de jovens; 4.1. Serviços e condições de apoio idosos; 4.2. Serviços e condições de apoio crianças; 4.3. Serviços e condições de apoio pessoas com deficiência ou doença crónica; 4.4. Exclusão social; 5.1. Qualidade ambiental; 5.2. Conservação e valorização centros históricos; 5.3. Protecção sistemas naturais; 5.4. Animação cultural e turística; 5.5. Alargamento e melhoria espaços verdes; 6.1. Recursos aplicados em I&D; 6.2. Utilização das “TIC” pelos cidadãos; 6.3. Utilização das “TIC” pela administração; 6.4. Utilização das “TIC” pelas empresas; 7.1. Articulação entre a administração pública local e central; 7.2. Articulação regional dos organismos da administração central; 7.3. Qualidade prestação serviços públicos; 7.4. Participação cívica e qualidade tecido associativo; 7.5 Ordenamento do território.

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

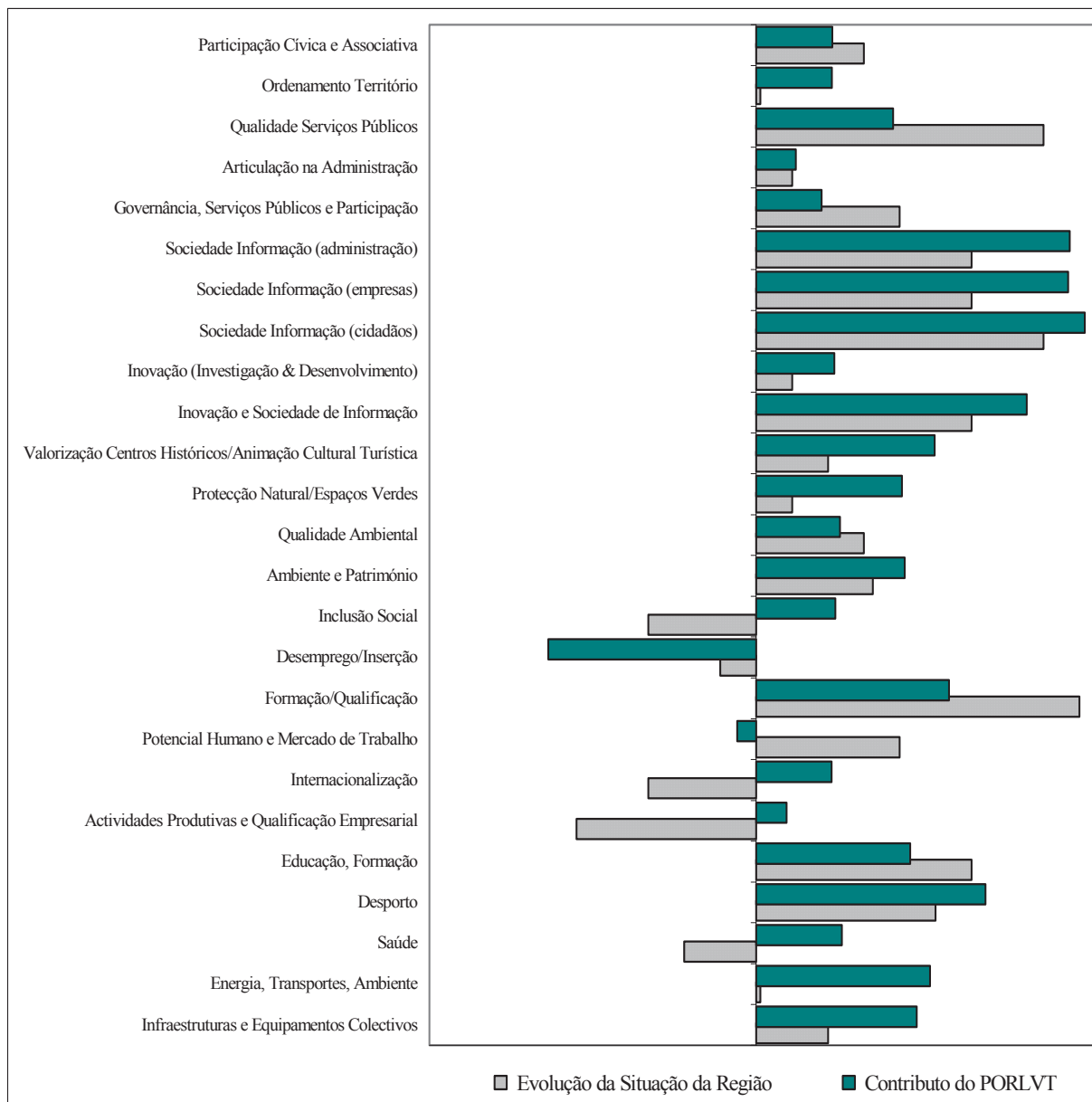
- b) ao nível do domínio das actividades produtivas e dinâmica empresarial salienta-se, na área da qualidade da produção agrícola e florestal, a avaliação positiva conferida ao contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região, por parte da gestão do Programa;
- c) Ao nível do domínio do potencial humano, o contributo do conjunto dos projectos do programa foi avaliado como mais significativo para a melhoria da região, quer na opinião dos promotores, quer na opinião da gestão, no campo da qualificação dos recursos humanos. A opinião dos promotores e da gestão do Programa é também coincidente no que concerne à área do domínio ambiente e património avaliada como aquela onde o contributo do conjunto dos projectos foi mais significativo para a melhoria da região, designadamente a área de alargamento e melhoria de espaços verdes.

605. A análise da eficácia de conjunto do programa pode agora ser aproximada através da comparação da intensidade do contributo do programa para a evolução da situação da região com a intensidade dessa mesma evolução. A Figura 8-9 e a Figura 8-10 condensam, respectivamente a visão dos promotores e a visão dos elementos envolvidos na gestão.

Esta comparação permite consolidar as conclusões anteriormente avançadas sobre os efeitos de conjunto do programa sobre a evolução económica, social e institucional da região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente:

- a) o relevo assumido na vertente **qualificação do território**, pelas intervenções ao nível das infraestruturas e equipamentos colectivos e ao nível do ambiente e património (permanece a divergência entre promotores e gestão na valorização dos equipamentos de saúde), e na vertente **qualificação das pessoas**, pela intervenções na área da formação e qualificação de recursos humanos, onde se articulam as intensidades mais fortes, quer para o contributo dos projectos, quer para a melhoria da situação;
- b) as dificuldades reveladas pelos domínios da inclusão social, do mercado de trabalho e das actividades produtivas, onde se articulam as intensidades mais fortes de degradação da situação da região com contributos pouco expressivos dos projectos (permanece a divergência entre promotores e gestão na valorização da inclusão social), que tendem a conferir reduzida expressão ao programa na **qualificação das organizações empresariais**;

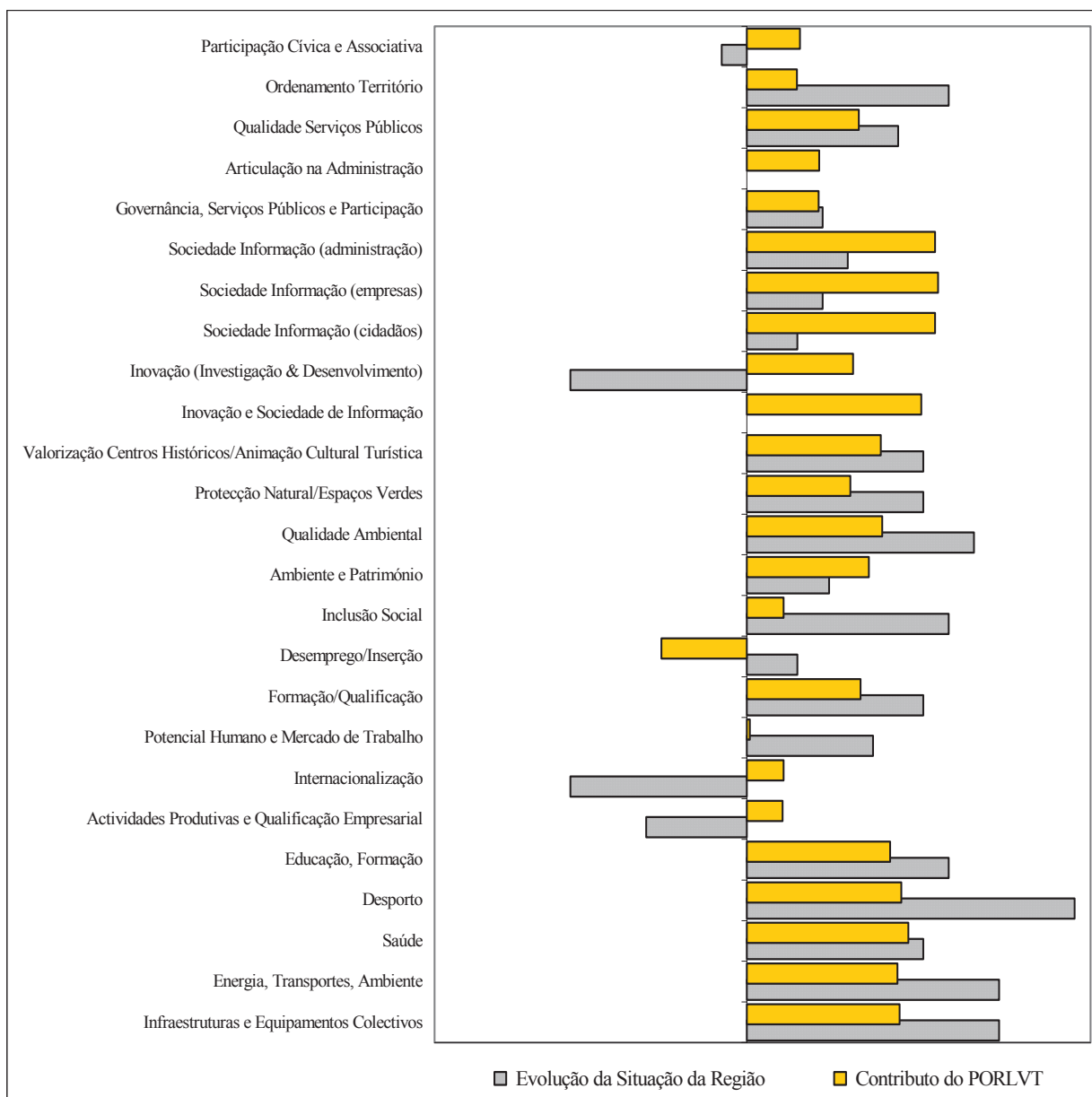
FIGURA 8-9: A RELAÇÃO ENTRE A INTENSIDADE DO CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT E A INTENSIDADE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa a comparação da relação face à médias das notações atribuídas pelos inquiridos quer ao contributo do programa para a evolução da região, quer à própria evolução da região, domínio de intervenção a domínio de intervenção.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT.

FIGURA 8-10: A RELAÇÃO ENTRE A INTENSIDADE DO CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT E A INTENSIDADE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO



(*) A figura representa a comparação da relação face à médias das notações atribuídas pelos inquiridos quer ao contributo do programa para a evolução da região, quer à própria evolução da região, domínio de intervenção a domínio de intervenção.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT.

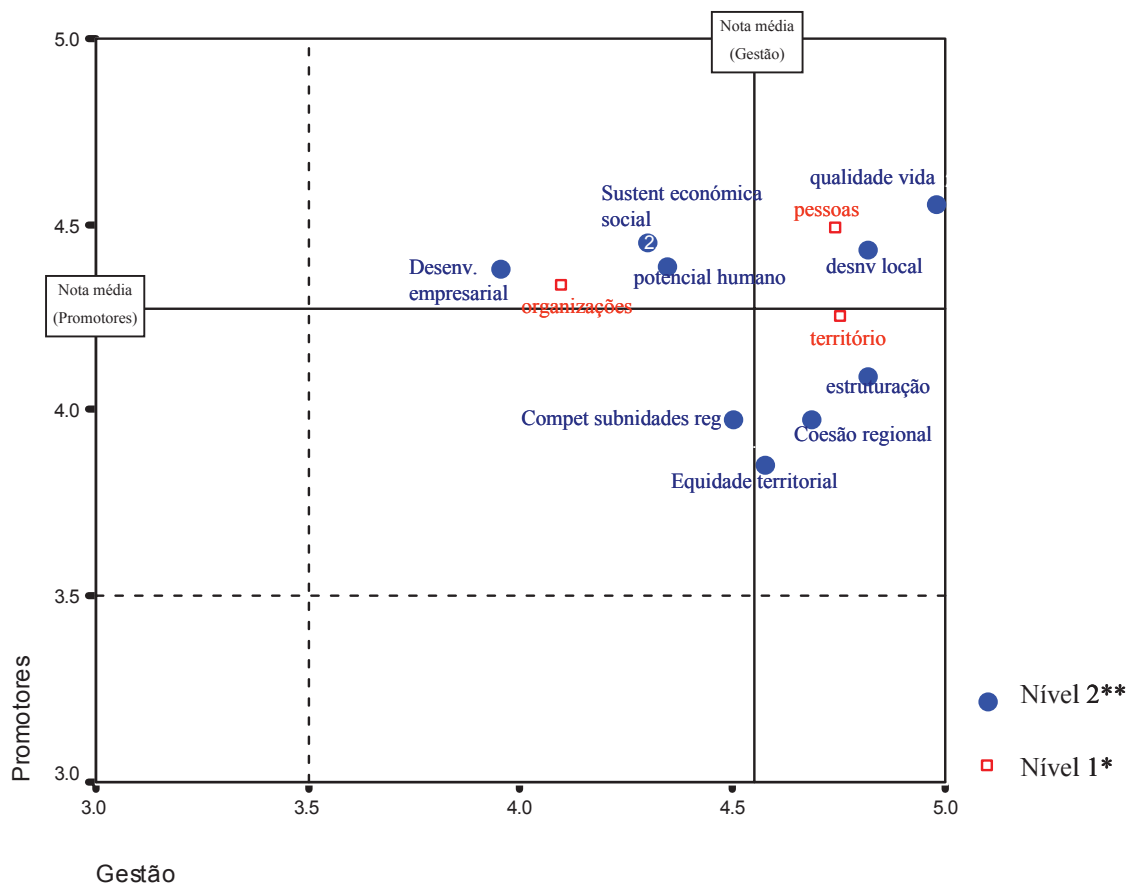
- b) a elevada valorização que promotores e gestão tendem a fazer do contributo do programa uma melhoria, também acentuada, na utilização das tecnologias de informação e comunicação na região que, no entanto, não encontra validação suficientemente forte na análise concreta das medidas e dos projectos desenvolvidos, parecendo, antes, acompanhar os efeitos de uma tendência mais geral da sociedade portuguesa, onde a região de Lisboa surge como grande protagonista, ou os efeitos de outras intervenções e projectos, nomeadamente programas sectoriais nacionais.

606. A abordagem da eficácia do programa, em termos da análise dos seus resultados e efeitos globais na região, pode agora ser concluída com a sistematização das conclusões que resultam do tratamento das respostas dos promotores e das entidades envolvidas na gestão, no que respeita à sua opinião sobre o contributo do conjunto dos projectos executados para os objectivos do programa de primeiro e segundo nível.

Com efeito, constatando, uma vez mais, que, sendo as opiniões recolhidas são mais favoráveis na óptica dos intervenientes na gestão, do que na óptica dos promotores, ambas convergem em valores positivos, isto é, notações que se situam acima do valor médio de referência (ver Figura 8-11), podemos concluir que:

- a) a opinião da gestão do programa, no que respeita ao contributo dos projectos desenvolvidos para os objectivos de nível 1 do programa, associa o contributo mais significativo ao objectivo “promover a qualificação do território”, enquanto os promotores colocam a tónica favorável no objectivo “promover a qualificação de pessoas”;
- b) a opinião dos responsáveis da gestão, relativamente aos objectivos de nível 2, vai no sentido do contributo do conjunto de projectos, para os objectivos do programa, ter sido menos significativo em objectivos do eixo 3, designadamente nos objectivos “favorecer o desenvolvimento do potencial humano”, “favorecer o desenvolvimento empresarial” e “aumentar a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região”;
- c) a opinião dos promotores, relativamente aos objectivos de nível 2, vai no sentido do contributo do conjunto dos projectos, para os objectivos do programa, ter sido menos significativo em objectivos que se repartem pelos três eixos do programa, nomeadamente os objectivos “reforçar a coesão regional” (eixo 1), “aumentar a capacidade competitiva das subunidades regionais (eixo 2)” e “promover a equidade territorial” (eixo 3);

FIGURA 8-11: AVALIAÇÃO, PELA GESTÃO DO PROGRAMA E PELOS PROMOTORES, DO CONTRIBUTO DOS PROJECTOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO PROGRAMA (EM MÉDIA) (*)**



- (*) Objectivos de Nível 1: Promover qualificação do território, Promover qualificação das pessoas e Promover qualificação das organizações.
- (**) Objectivos de Nível 2: Reforçar a coessão regional, Melhorar a qualidade de vida da população, Promover o desenvolvimento local, Incrementar a estruturação da região, Aumentar a capacidade competitiva das subunidades regionais, Promover a equidade territorial, Favorecer o desenvolvimento do potencial humano, Favorecer o desenvolvimento empresarial, Aumentar a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região.
- (***) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

d) a opinião conjunta dos promotores e da gestão é, apesar das suas diferenças, muito expressiva ao conferir ao programa um desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local, e, também, ao conferir ao programa um desempenho claramente insuficiente na qualificação das organizações, com expressão, sobretudo, na competitividade das unidades subregionais e do desenvolvimento empresarial;

- e) Os resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos

9. ANÁLISE DOS INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA

570. Neste capítulo procede-se à avaliação do cumprimento das metas dos 28 indicadores afectos à reserva de eficiência, estruturando-se a análise em duas partes, uma referente aos 16 indicadores de realização e outra correspondente aos 12 indicadores de resultado.

9.1. INDICADORES DE REALIZAÇÃO

571. A avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de realização tem como base a metodologia indicativa do documento da Comissão de Gestão do QCA III – *Contribuição da Avaliação Intercalar para a quantificação dos indicadores da reserva de eficiência (critério de eficácia)*, que considera que os dados a apurar devem ter como data de referência 30 de Junho de 2003.

572. A metodologia expressa no referido documento considera também que, de modo a aferir o cumprimento da meta de 2003, com base nos dados reportados a 30 de Junho de 2003, se deve retirar ao valor da meta uma percentagem de 20%, a qual corresponde ao período de realização compreendido entre a data de referência dos dados (30 de Junho de 2003) e a data de referência da meta (31 de Dezembro de 2003). A determinação da percentagem de 20% resulta do peso assumido pelo intervalo de tempo não decorrido (o 2º semestre de 2003), no período total programado para a concretização das metas, o qual é constituído por 5 semestres (compreendido entre o 2º semestre de 2001 e o final de 2003). A escolha do dia 1 de Julho de 2001, como o “momento zero” do Programa, segue a sugestão do referido documento, que tem em consideração o facto de apenas ao longo do 1º semestre de 2001 ter ficado completo o processo de adopção dos documentos de programação. No caso específico de indicadores com metas expressas em médias anuais, aquele documento refere que não há necessidade de introduzir qualquer ajustamento aos valores das metas. Nesta situação, deverá apenas tomar-se como período útil de realização os anos completos de 2001 e 2002 e o 1º semestre de 2003.

573. A opção da equipa de avaliação foi, no entanto, para os indicadores expressos em médias anuais de valores absolutos, adoptar também o critério seguido para os indicadores expressos em valores absolutos, tendo para isso transformado os valores médios anuais, referentes às metas, em valores absolutos acumulados no final de 2003 e no final de 2006. Deste modo, cria-se uma

base uniforme de comparação intra-Programa para todos os indicadores de realização. No entanto, face à necessidade de comparação dos resultados obtidos inter-PO, considerou-se igualmente o cálculo das taxas de realização utilizando os indicadores expressos em médias anuais de valores absolutos seguindo também, deste modo, a metodologia proposta no documento acima.

Os indicadores envolvidos nesta situação são o indicador 1.4.1. – N° médio de formandos por ano, 3.1.1. – N° médio anual de formandos em formação em alternância e 3.3.1. – N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes). Desta forma, para estes indicadores são calculadas duas taxas de realização, utilizando as diferentes alternativas acima identificadas.

574. Os resultados para os 16 indicadores de realização, seleccionados para a atribuição da reserva de eficiência, são apresentados no Quadro 9-1. A apreciação detalhada do quadro permite constatar que, do conjunto de 16 indicadores de realização, 14 cumprem as metas estimadas para 30/06/2003 e 2 estão em situação de incumprimento. Em situação de cumprimento encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.1.1. N° de km de estradas municipais construídos, apoiados;
- 1.1.2. - N° de equipamentos culturais construídos, apoiados;
- 1.1.3. - N° equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados;
- 1.1.4. - N° equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados;
- 1.2.1. - N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas;
- 1.2.2.- N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas;
- 2.3.1. - N° intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas;
- 2.3.2. - N° áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas;
- 3.1.1. - N° médio anual de formandos em formação em alternância;
- 3.3.1. N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes);
- 3.9.1. - N° de formandos;
- 3.10.1- Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km);
- 3.17.1. - Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km);

- 3.17.2 N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir.

QUADRO 9-1: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA –INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Medida	Designação	Indicadores							
		Situação de partida		Quantificação					Taxa de realiz. (%)
		Ano	Val.	2003	2006	Indicad. Físicos 30/06/03	Metas 30/06/03		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=7/8	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1. N° de km de estradas municipais construídos, apoiados	1	1994-99	188	175	250	150	140	107.8%
	1.1.2. N° de equipamentos culturais construídos, apoiados	2	1994-99	16	14	20	13	11.2	123.2%
	1.1.3. N° equipament. escolares do ensino básico construídos, apoiados	3	1994-99	6	7	10	14	5.6	260.7%
	1.1.4. N° equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	4	1994-99	48	21	30	24	16.8	145.9%
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1. N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas	5	1994-99	17	7	10	6	5.6	107.1%
	1.2.2. N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	6	1994-99	21	20	30	46	16	291.5%
1.4. Formação para o desenvolvimento	1.4.1. N° médio de formandos por ano	7	1994-99	7 126	7 322	6 437	6949 ^(a)	7322	94.9%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				29 288	45 059	13898 ^(b)	23430 ^(b)	59.3%
2.3 VALTEJO– Valorização do Tejo	2.3.1. N° intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	8	1994-99	3	4	10	8	3.2	257.8%
	2.3.2. N° áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	9	1994-99	4	4	10	4	3.2	145.3%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. N° médio anual de formandos em formação em alternância	10	1994-99	5 139	5 332	3 800	7 083 ^(a)	5332	132.8%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				21 328	26 600	21 249	17 062.4	124.5%
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	3.3.1. N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	11	1994-99	7 284	6 175	4 400	7 842 ^(a)	6175	127.6%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				24 700	30 800	23 526	19 760	119.1%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. N° de formandos	12	2000	0	9 000	12 990	13 021 ^(a)	7 200	180.9%
3.10 Economia	3.10.1 Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km)	13	1994-99	2 500	570	1 100	1 356	456	297.5%
3.17 Acessibilidades e transportes	3.17.1 Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km)	14		-	15	55	56	12	467.9%
	3.17.2 N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir	15		-	2	8	2	1.6	125.0%
3.18. Ambiente	3.18.1 Extensão de costa a intervencionar (n° de Km)	16	2000	-	4	8	0	3.2	0.0%

(a) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se de indicadores relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

(b) Este valor refere-se apenas aos anos de 2001 e 2002.

Em situação de incumprimento, pelo contrário, encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.4.1. – N° médio de formandos por ano ;
- 3.18.1. – Extensão de costa a intervencionar (n° de Km).

575.No caso particular dos indicadores 1.1.3. - N° equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados; 1.2.2. - N° de ações de valorização e requalificação urbana, apoiadas; 3.1.1. - N° médio anual de formandos em formação em alternância; 3.9.1. - N° de formandos e 3.10.1. - Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km), é possível observar que, com os níveis de realização de 30/06/2003, já se encontram cumpridas as metas estabelecidas para 2006. Por outro lado, os indicadores 3.1.1., 3.3.1. e 3.9.1, apesar de terem como data de referência da informação o final de 2002, é possível constatar que com esses níveis de realização os indicadores já cumprem as metas de 30/06/2003 estimadas para a reserva de eficiência.

576.A análise da representatividade dos indicadores de realização incluídos para efeitos do cálculo da reserva de eficiência, que devem abranger um conjunto medidas com um peso de pelo menos 50% do total da programação financeira, permite verificar que, quer se adopte a despesa pública total, quer se considere a despesa pública comunitária, esta condição é ultrapassada. A observação do Quadro 9-2 permite constatar que as medidas com indicadores incluídos na reserva de eficiência englobam 59.5% da despesa pública total e 57.1% da despesa pública comunitária ao nível da programação inicial, tendo passado a representar, pós-reprogramação, respectivamente, 60.7% e 57.4% das mesmas.

QUADRO 9-2 – REPRESENTATIVIDADE FINANCEIRA DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO AFECTOS À RESERVA DE EFICIÊNCIA

	N° Indicadores	Inicialmente		Reprogramação	
		% Despesa Pública Total	% Despesa Comunitária	% Despesa Pública Total	% Despesa Comunitária
Medida 1.1.	4	10.8%	12.2%	11.0%	12.3%
Medida 1.2.	2	5.5%	6.3%	5.7%	6.3%
Medida 1.4.	1	1.8%	2.0%	1.8%	2.0%
Medida 2.3.	2	2.8%	2.9%	2.8%	2.9%
Medida 3.1.	1	4.9%	5.3%	5.0%	5.4%
Medida 3.3.	1	3.9%	4.3%	4.0%	4.3%
Medida 3.9.	1	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%
Medida 3.10.	1	15.5%	10.9%	15.8%	11.0%
Medida 3.17.	2	10.7%	9.1%	10.9%	9.2%
Medida 3.18.	1	1.3%	1.7%	1.3%	1.7%
Total	16	59.5%	57.1%	60.7%	57.4%

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos valores do SIFEC

9.2. INDICADORES DE RESULTADO

577. Em relação aos indicadores de resultado, a metodologia sugerida no documento da Comissão de Gestão do QCA, acima referido, segue procedimentos metodológicos distintos dos relativos aos indicadores de realização.

A aferição do cumprimento da meta de 2003 para os indicadores de resultado será, segundo a metodologia expressa no referido documento, baseada em projecções de valores dos indicadores para 31 de Dezembro de 2003. A formulação destas estimativas implica, não só, um conhecimento das relações observadas, em anos anteriores, entre resultados por um lado e realizações físicas ou financeiras por outro e pode também exigir a actualização dos indicadores referentes à situação de partida.

578. O processo de actualização dos indicadores obedeceu a um conjunto de regras que a seguir se descrevem detalhadamente para cada um dos 12 indicadores de resultado considerados (ver Quadro 9-3 com os resultados):

- i. Em relação ao indicador **1.1.1. – Densidade da rede rodoviária municipal** (nº de Km/1000Km²), a projecção do valor para Dezembro de 2003 teve por base o apuramento dos valores realizados no primeiro semestre e a suposição de que no segundo semestre se manteria o ritmo de execução médio semestral do programa. Deste modo, estima-se que este indicador cumpra o objectivo estabelecido para 2003.
- ii. No que diz respeito ao indicador **1.1.2. – % de População servida por biblioteca**, utilizando a formulação do indicador subjacente ao cálculo das metas, respectivamente a percentagem de população residente na área de influência de uma biblioteca de âmbito concelhio, verifica-se que o valor do indicador a 31/12/2002, designadamente 90.5%, permite já cumprir a meta estimada para 2003.

QUADRO 9-3: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA – INDICADORES DE RESULTADO

Medida	Designação		Indicadores						
			Situação de partida		Metas		Valor a 31/12/02	Valor estim 31/12/03	Taxa realiz. (%)
			Ano	Val.	2003	2006			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=8/5	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (nº de Km/1000Km2)	1	1999	1 026	1 041	1 047	1 039	1 041	100%
	1.1.2. % de população servida por biblioteca	2	1998	54%	70%	80%	90.5% ^(a)		
	1.1.3 % de população servida por equipamentos desportivos	3	1998	55%	70%	80%	76% ^(b)	80.9%	101%
	<i>Revisão do indicador de acordo com a informação actual produzida</i>				65%	80%			
1.2 Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1 % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	4	1997	53%	70%	95%	67.1% ^(c)	75.3%	103%
			1998	56.4%	73.4% ⁽ⁱ⁾				
	1.2.2. % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	5	1997	66%	85%	100%		100% ⁽ⁱ⁾	118%
1.4 Formação para o desenvolvimento	1.4.1 Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local) (%)	6	1999	24.8%	31%	34.9%	35.3% ⁽ⁱ⁾		
2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo	2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística	7	1998	34.8%	37%	40%	35.2%	37.8% ^(d)	102%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	8	1994-99	5 139	5 319	3 800	6 423 ⁽ⁱ⁾	6647	125%
			<i>Conversão dos valores médios anuais em acumulados</i>		21 276	26 600	19 269	26589	
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	3.3.1. % desempregados não DLD que receberam acções de política activa	9	1994-99	11%	13%	9%	14,3% ⁽ⁱ⁾	13,9%	107%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. Nº de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III	10	2000	0	1 950	2 800	2 211	2211 ^(h)	113% ^(h)
3.10 Economia	3.10.1 Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	11	1994-99	300 372	454 600	540 000	539 673 ^(e)	539 673 ^(e)	118% ^(g)
3.18 Ambiente	3.18.1. Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	12	2000	0	4 000	8 000	0	0	0%

- (a) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003
- (b) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003. De referir que actualização desta informação, para 2002, por parte do INE, não segue exactamente a mesma tipologia de equipamentos desportivos apresentada na informação da situação de partida inicial, respeitante ao ano de 1998.
- (c) A informação mais recente diz respeito ao Anuário Estatístico Regional da região de Lisboa e Vale do Tejo de 2002 (com o ano de 2001 como o ano de referência da informação).
- (d) Este valor encontra-se ainda sujeito a confirmação da informação, junto do INE, dado tratar-se de informação disponível não publicada.
- (e) Valores em 30 de Junho de 2003.
- (f) Fonte: Relatório Final do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA II, Junho de 2002.
- (g) Admitindo que o número de novos clientes não aumenta durante o 2º semestre de 2003.
- (h) Admitindo apenas os formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação III nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002.
- (i) Revisão da meta incorporando a alteração detectada na situação de partida
- j) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

iii. Relativamente ao indicador **1.1.3. – % de População servida por equipamentos desportivos**, constata-se que a informação actualizada pelo INE, para o ano de 2002, segue uma tipologia que não permite calcular este indicador com a mesma desagregação utilizada no cálculo do indicador para o ano de 1998, dado que, no ano mais recente de disponibilização da informação, se consideram apenas as categorias de equipamentos desportivos de custos e complexidades mais elevadas (designadamente piscinas, campo de jogos descoberto e pavilhão desportivo ou ginásio¹).

Aplicando a mesma tipologia de equipamentos desportivos do ano 2002, ao cálculo do indicador no ano de 1998, verifica-se uma alteração da situação de partida (passa de 55% para 65.2%). Admitindo a manutenção dos níveis de melhoria de cobertura de 15 pontos percentuais para 2003, o que corresponde, neste caso, a um esforço mais elevado, uma vez que se parte de um nível de cobertura mais alto, e que se tratam dos equipamentos de custo e complexidade mais elevada, o valor a atingir para 2003 deveria ser de 80%. O valor observado para Maio de 2002 é de 76%, o que admitindo a manutenção do ritmo de melhoria da cobertura verificado no período 1998-2002, permite estimar o valor de 81% para 31/12/2003, o que possibilita o cumprimento da meta estabelecida.

- iv. Os valores para a situação de partida do indicador **1.2.1. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes**, foram obtidos no Plano de Desenvolvimento Regional citando informação do INE referente ao ano de 1997. A consulta aos Anuários Estatísticos Regionais da região de Lisboa e Vale do Tejo não permite encontrar o valor para 1997, mas revela uma evolução de 56,4%, no ano de 1998 para 67,1%, no ano de 2001. Admitindo a mesma taxa média de crescimento do período 1998-2001, para o período 2001-2003, obtém-se uma estimativa para este indicador, para o ano de 2003, com o valor de 75.3%. Mesmo introduzindo uma meta para 2003, que incorpore a alteração de 3.4 pontos de percentuais detectada na situação de partida, a confrontação da estimativa obtida para 31/12/2003, com a respectiva meta, resulta numa taxa de realização prevista superior a 100%.
- v. Os valores para a situação de partida do indicador **1.2.2. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos**, à semelhança do indicador anterior, foram também obtidos no Plano de Desenvolvimento Regional a partir de informação do INE referente ao ano de 1997. No entanto a informação do INE não permite actualizar este

¹ Em 1998 as categorias utilizadas foram piscina coberta ou descoberta, pavilhão desportivo polivalente, grande e pequeno campo de jogos, que têm correspondência com as categorias disponibilizadas na informação de 2002, e ainda, campo de ténis e circuito de manutenção.

indicador para o ano de 2002, uma vez que os dados apresentados dizem respeito, apenas, à recolha de resíduos sólidos e não, à recolha e *tratamento* de resíduos sólidos. Em alternativa recorreu-se ao Relatório Final do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA II, Junho de 2002, o qual apontava para um valor de 100% para este indicador. Deste modo, é possível constatar, tendo como base a meta estimada para 2003, que este indicador apresenta uma, taxa de realização superior a 100%.

- vi. No que se refere ao indicador **1.4.1. – Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)**, apenas foram considerados os anos de 2001 e 2002 para apuramento do número de formandos/ano abrangido, seguindo deste modo a proposta do IGFSE no sentido de estabilizar o método de cálculo do indicador para os vários Programas Regionais do Continente. Verifica-se que os valores do indicador a 31/12/2002 permitem cumprir a meta estimada para o ano de 2003.
- vii. A informação referente à actualização do indicador **2.3.1. - % Freguesias com pólos de atracção turística** ainda se encontra sujeita a confirmação, podendo apenas mencionar-se que caso o valor indicado se confirme, se verifica uma taxa de realização superior a 100% para o indicador em causa.
- viii. No que concerne ao indicador **3.1.1. – Nº médio anual de formandos em formação em alternância**, tendo por base os valores do custo médio de execução de formando e da taxa de execução financeira observada nos anos anteriores e admitindo a manutenção, em 2003, dos níveis de realização financeira, estima-se, para o período 2000-2003 um valor médio de formandos em formação em alternância de 6647, o que cumpre a meta estabelecida para 2003.
- ix. Ao nível do indicador **3.3.1. – % de Desempregados não DLD que receberam acções de política activa**, tendo em consideração o número médio de desempregados não DLD no ano 2000, na região de LVT, os valores do custo médio de execução por desempregado e a taxa de execução financeira observada nos anos anteriores e admitindo a manutenção, em 2003, dos níveis de realização financeira, estima-se, para o período 2000-2003 um valor médio para este indicador de 13,9% o que cumpre a meta estabelecida para 2003.
- x. Relativamente ao indicador **3.3.2. – Nº de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III**, tratando-se de um indicador acumulado, é possível verificar que com os valores de realização dos anos de 2001 e 2002 já se encontra cumprida a meta de 2003.

xi. No que diz respeito ao indicador **3.10.1 – N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural**, tratando-se, também, de um indicador acumulado, é possível verificar que com os valores de realização dos anos de 2001, 2002 e primeiro semestre de 2003, já se encontra cumprida a meta de 2003.

xii. O indicador **3.18.1 – N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza**, tendo em conta os valores disponibilizados para os seus indicadores físicos, indicia fortemente o incumprimento da meta estabelecida para o ano de 2003.

579. Em síntese constata-se que do conjunto de 12 indicadores de resultados, os seguintes 11 indicadores cumprirão as metas estimadas para 31/12/2003:

- 1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (n° de Km/1000Km²);
- 1.1.2. – % de População servida por biblioteca;
- 1.1.3. – % de População servida por equipamentos desportivos;
- 1.2.1. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes;
- 1.2.2. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.4.1 Taxa de cobertura (n° de formandos/n° de efectivos da administração local) (%);
- 2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística;
- 3.1.1. N° médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III);
- 3.3.1. % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa;
- 3.9.1. N° de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III;
- 3.10.1 N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural.

Apenas o indicador 3.18.1. “N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza” não atingirá a meta prevista.

II.C. A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO DO PROGRAMA

10. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

582.A abordagem seguida na avaliação do sistema de gestão, acompanhamento e controlo corresponde, no essencial, à apresentação dos seus elementos fundamentais reflectindo quer a sistematização dos documentos de referência, quer a sistematização dos resultados das entrevistas e inquéritos conduzidos junto das entidades de gestão mais relevantes e junto dos promotores, numa perspectiva articulada com a análise da eficiência do Programa. O trabalho realizado permitiu retirar algumas conclusões importantes nomeadamente no que diz respeito às seguintes questões:

- Eficiência dos diversos circuitos de gestão, dispositivos de acompanhamento e de controlo tendo em consideração integração no processo de gestão das recomendações da Comissão Europeia e das autoridades nacionais responsáveis pela gestão do QCA III;
- Implementação do modelo de articulação sectorial/regional e da sua eficácia, designadamente em termos de ganhos de complementaridade e de sinergias;
- Adequação dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- Adequação da resposta à situação de *phasing-out*;
- Eficácia do sistema de informação na produção atempada de informação adequada e necessária a um bom desempenho da gestão e do acompanhamento;
- Avaliação do grau de adesão dos beneficiários reais e potenciais.

Procede-se, assim, de seguida a uma apresentação da estrutura de gestão e funcionamento do sistema de gestão, acompanhamento e controlo, da matriz de responsabilidades e composição dos órgãos de gestão, dos sistemas de informação e, ainda, a uma análise dos critérios de selecção de acordo com o estabelecido no complemento de programação e no documento “Critérios de Selecção”.

10.1. A CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO, CONTROLO E ACOMPANHAMENTO

583. A estrutura do modelo de gestão obedece aos normativos nacionais e comunitários¹ verificando-se que o gestor do PO assume um papel crucial na dinamização do Programa, sendo sua competência a gestão técnica, administrativa e financeira. De acordo com a legislação, o presidente da Comissão de Coordenação Regional é, por inerência, o gestor do Programa, podendo delegar competências em gestores de eixos prioritários, nos coordenadores de componentes de intervenção ou em organismos competentes. No caso específico do PORLVT, o gestor do Programa é coadjuvado na sua missão por um gestor para o eixo 1 e um gestor para o eixo 2.

Como se pode observar pela leitura do organograma do Programa (ver Figura 10-1), o gestor é auxiliado na sua missão administrativa/executiva por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e na sua missão de assegurar a existência de um sistema de controlo adequado pela Estrutura de Apoio Técnico de Controlo que funciona em segregação de funções.

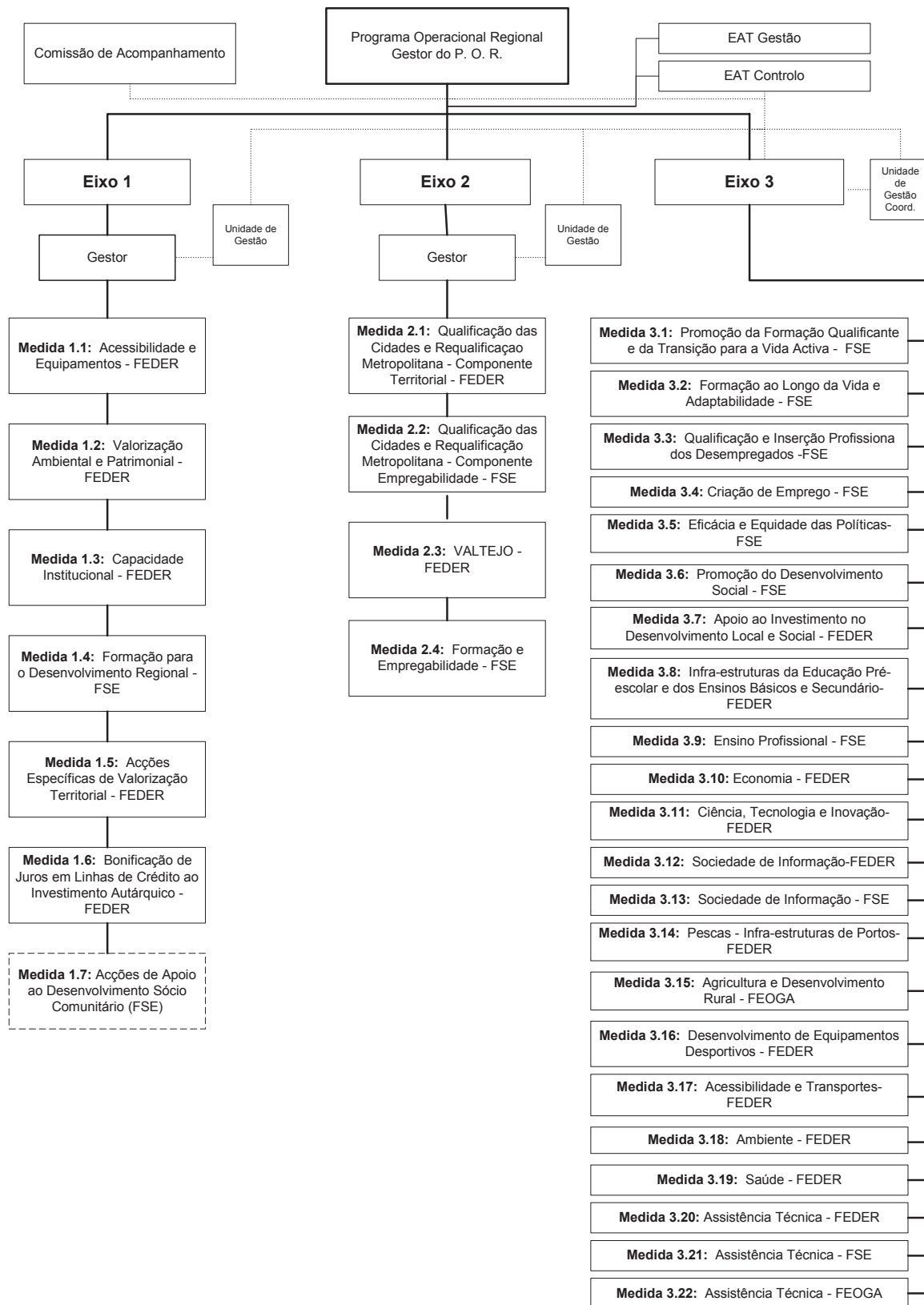
Para além da responsabilidade técnica, administrativa e financeira, o Gestor tem ainda a incumbência de assegurar a coerência global do Programa devendo, nesse sentido, garantir a articulação a nível regional das várias intervenções desconcentradas da administração central, o que requer a capacidade de criar mecanismos de cooperação e de conjugação de esforços entre os vários coordenadores de políticas sectoriais.

584. O acompanhamento da execução do Programa é da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento que tem, nomeadamente, competências para adaptar o complemento de programação e aprovar os critérios de selecção (ver Quadro 10-1). A composição deste órgão encontra-se apresentada na Em complemento, esta secção de análise do modelo de gestão, acompanhamento e controlo encerra com a apresentação de quatro caixas de texto sobre a composição da comissão de acompanhamento, e das unidades de gestão dos eixos 1, 2 e 3.

585. Caixa 10-1.

¹ O modelo de gestão adoptado segue, nomeadamente, o Regulamento (CE) 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, que estabelece as disposições gerais sobre os Fundos Estruturais (FEDER, FEOGA, FSE), o Decreto-Lei n.º 54 – A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, que define as estruturas de gestão do QCA III.

FIGURA 10-1: ORGANOGRAMA DO PORLVT

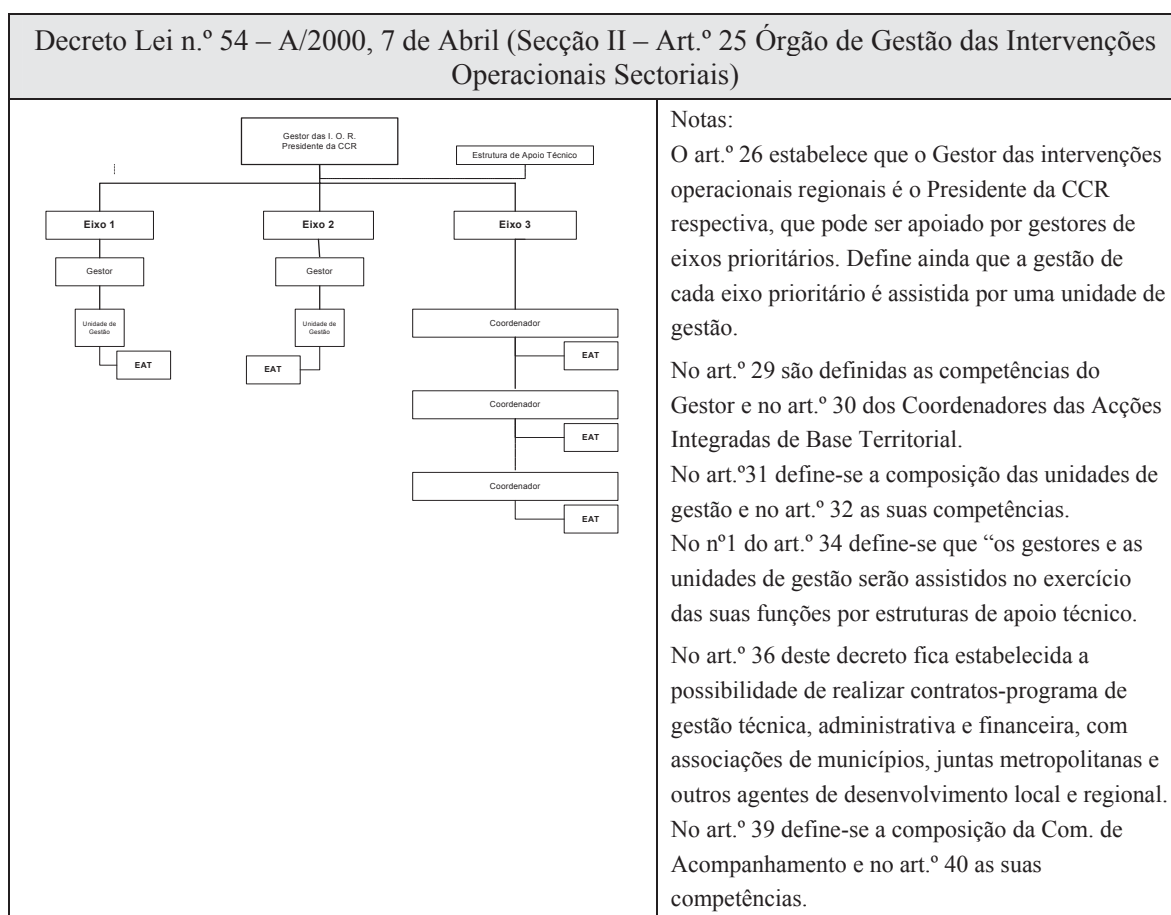


586. A gestão de cada eixo prioritário é assistida por uma unidade de gestão, verificando-se, contudo, que é a Estrutura de Apoio Técnico de Gestão da Coordenação do PORLVT² que presta apoio ao funcionamento das unidades de gestão nos três eixos.

587. A coordenação de cada acção integrada de base territorial e de cada intervenção da administração central regionalmente desconcentrada compete a um coordenador, que, por sua vez, é também apoiado por uma EAT.

Antes de se passar à apreciação das principais características do modelo de gestão em vigor, sistematiza-se, na Figura 10-2, de forma gráfica, alguns dos principais passos legislativos que contribuíram para a definição da estrutura organizativa do PORLVT.

FIGURA 10-2: PRINCIPAIS PASSOS DA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA DA ESTRUTURA DE GESTÃO DO PO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



² Ainda que o DL 54 A/2000, de 7 de Abril, previsse, no n.º 1 do art.º 34 que cada unidade de gestão fosse assistida no exercício das suas funções por estruturas de apoio técnico, isso de facto não veio a ocorrer porque a RCM 27/2000, de 16 Maio, cria uma única EAT que presta apoio ao Gestor do Programa, aos Gestores do eixo 1 e eixo 2 e ao funcionamento das Unidades de Gestão dos três eixos do PORLVT.

RCM nº27/2000 de 16 de Maio (Anexo III)	
<pre> graph TD G1[Gestor do PORLVT Presidente da CCR] --- E1[Eixo 1] G1 --- E2[Eixo 2] G1 --- EAT[Estrutura de Apoio Técnico] E1 --- G1_1[Gestor Eng.º António Moura de Campos] E2 --- G2[Gestor Eng.º António Marques] G2 --- VALTEJO[VALTEJO Eng.º António Marques] </pre>	<p>Notas:</p> <p>Nomeia o Gestor do PORLVT: Presidente da CCR.</p> <p>Nomeia o Gestor do Eixo 1: Eng.º Moura de Campos.</p> <p>Nomeia o Gestor do Eixo 2 e Coordenador da medida VALTEJO: Eng.º António Marques.</p> <p>Estabelece que a Estrutura de Apoio Técnico é constituída por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um chefe de projecto, • oito técnicos, • três assistentes administrativos. <p>Define as competências da EAT.</p> <p>A chefe de projecto da EAT, Eng.ª Gabriela Petersen, é nomeada em 8 de Agosto de 2000.</p>
Despacho nº 12993/2000, 22 de Junho	
<pre> graph TD Root[] --- E1[Eixo 1] Root --- E2[Eixo 2] Root --- E3[Eixo 3] E1 --- UG1[Unidade de Gestão] E2 --- UG2[Unidade de Gestão] UG2 --- VT[Valorização do Tejo] UG2 --- QCU[Qualificação das cidades e requalificação urbana] E3 --- UG3[Unidade de Gestão] UG3 --- RH[Recursos Humanos] UG3 --- AE[Actividades Económicas] UG3 --- TA[Transporte e Ambiente] </pre>	<p>Notas:</p> <p>A unidade de gestão do eixo 2 funciona em plenário para a adopção de decisões estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, existindo ainda 2 secções:</p> <ol style="list-style-type: none"> (i) Valorização do Tejo (ii) Qualificação das Cidades e Requalificação metropolitana. <p>Na unidade de gestão do eixo 3, existem as seguintes secções:</p> <ol style="list-style-type: none"> (iii) Recursos Humanos, (iv) Actividades Económicas, (v) Transporte e Ambiente. <p>Data de aprovação dos regulamentos das unidades de Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • eixo 1: 20 de Julho de 2000; • eixo 2: 29 de Setembro de 2000; • eixo 3: 10 de Agosto de 2000.

Despacho n.º 13921/2000, 7 de Julho	
	<p>Notas:</p> <p>Estabelece a constituição da Comissão de Acompanhamento.</p> <p>O regulamento da Comissão de Acompanhamento do PORLVT foi aprovado em 25 de Setembro de 2000.</p>
Decreto-Lei n.º 144/2000, 15 de Julho	
	<p>Notas:</p> <p>Estabelece o enquadramento legal para a celebração de protocolos com as instituições financeiras, através dos quais são definidas as condições concretas de bonificação dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos de natureza municipal e intermunicipal a realizar no âmbito do QCA.</p>
Despacho conjunto n.º 199/2001, 3 de Março	
	<p>Notas:</p> <p>Despacho conjunto n.º 199/2001, de 3 de Março, aprova o regulamento específico da medida 1.4 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.</p>

Decreto Lei n.º 168/2001, 25 de Maio (Funcionamento do Sistema Nacional de Controlo)	
<pre> graph TD A[] --- B[] A --- C[] A --- D[] A --- E[] B --- Eixo1[Eixo 1] C --- Eixo2[Eixo 2] D --- Eixo3[Eixo 3] E --- EAT[EAT] E --- EATC[EAT - Controlo] </pre>	<p>Notas:</p> <p>Este decreto-lei regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo.</p> <p>A Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC.</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001, de 26 de Dezembro, constitui as estruturas organizacionais necessárias ao controlo de 2.º nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de 1.º nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais do QCA III.</p> <p>A chefe de projecto da EAT Controlo, Dr.ª Joaquina Sim Sim, foi nomeada em 8 de Fevereiro de 2002.</p>

Recentemente, o eixo 1 passou a incluir mais uma medida – 1.7- Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio Comunitário – que se destina a apoiar a formação no âmbito da medida 1.5 (PROQUAL). A criação desta medida foi votada favoravelmente em Comissão de Acompanhamento, no dia 21 de Novembro de 2002 e foi aprovada pela Decisão da Comissão de 16 de Julho de 2003.

10.1.1. Matriz de Responsabilidades e Composição dos Órgãos de Gestão do Programa Operacional

588. Neste ponto do trabalho, efectua-se uma sistematização das competências legais dos principais intervenientes no processo de gestão, acompanhamento e controlo (gestor, gestor de eixo, coordenador AIBT (Acções Integradas de Base Territorial) e coordenador da intervenção regionalmente desconcentrada, unidade de gestão, comissão de acompanhamento, estrutura de apoio técnico, estrutura de controlo) que são apresentadas em grupos de tipologias de responsabilidades (Regulamentar; Administrativa/executiva; Consultiva; Organizativa; e Formativa.). Os resultados obtidos são apresentados no próximo quadro.

QUADRO 10-1: MATRIZ DE RESPONSABILIDADES/COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> • Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pela Intervenção Operacional respectiva • Adaptar, por sua iniciativa ou sob proposta da comissão de acompanhamento, o complemento de programação 		<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmar ou adaptar o complemento de programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento da intervenção • Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações financiadas ao abrigo de cada medida • Propor ao gestor adaptações ou revisões da Intervenção Operacional que permitam alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a gestão das intervenções, incluindo a sua gestão financeira • Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno 		

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas nacionais e comunitárias aplicáveis Assegurar o cumprimento das condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos Aprovar ou propor ao Governo a aprovação das candidaturas de projectos ao financiamento pela Intervenção Operacional (após parecer da unidade de gestão) Praticar ou propor ao membro do Governo competente os demais actos necessários à regular e plena execução da Intervenção Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Recepção, análise e organização dos processos de candidatura (competência exclusiva do coordenador) Assegurar a elegibilidade das despesas dos projectos ou acções candidatos Assegurar o cumprimento dos normativos comunitários, incluindo os referentes às regras da concorrência, adjudicação de contratos públicos, protecção e melhoria do ambiente, eliminação das desigualdades e promoção da igualdade entre homens e mulheres 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos da Intervenção Operacional Analisar os resultados da execução, nomeadamente a realização dos objectivos definidos para cada medida, bem como a avaliação intercalar e final Analisar e aprovar as propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão Europeia sobre a participação dos fundos comunitários Construir grupos de Técnicos de Avaliação visando o acompanhamento do processo do Programa Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Prestar apoio e acompanhamento à realização das acções de divulgação Instruir e apreciar as candidaturas de projectos, verificando, designadamente, o seu enquadramento na Intervenção Operacional e o cumprimento das condições de acesso previstas 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar acções de verificação física e financeira das candidaturas, dos projectos ou acções co-financiadas, concomitantemente e/ou a posteriori, nas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa Programar a actividade anual de controlo da Intervenção Operacional em conjunto com as entidades coordenadoras de segundo nível, durante a primeira quinzena de Setembro do ano anterior ao qual diz respeito

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração de indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pela intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento dos normativos nacionais, incluindo os referentes ao licenciamento dos projectos de investimento e das acções Assegurar o cumprimento das condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos e acções Apreciar a conformidade dos pedidos de pagamentos apresentados pelos executores dos projectos e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os pagamentos aos beneficiários finais Assegurar a conformidade dos contratos com a decisão de concessão do financiamento, respeitando as normas aplicáveis 		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver a cooperação e articulação entre os Grupos de Trabalho Temáticos e a Comissão de Acompanhamento 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que a programação financeira da candidatura de cada projecto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efectuar pela entidade executora durante os anos indicados Verificar os elementos de despesa relativos aos projectos e acções aprovados Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físico e financeiro da Intervenção Operacional Preparar os pedidos de pagamento da contribuição comunitária Efectuar o processamento dos pagamentos aos beneficiários Prestar apoio à preparação dos relatórios de execução da Intervenção Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Remeter a cada entidade coordenadora de segundo nível a informação relativa à execução do plano anual de controlo, no âmbito do fundo comunitário respectivo, segundo o modelo fornecido, no prazo de quinze dias após o final de cada trimestre Enviar a cada entidade coordenadora de segundo nível, até 31 de Março de cada ano, em modelo próprio, a síntese da actividade de controlo desenvolvida no ano anterior no âmbito do fundo comunitário respectivo Enviar os relatórios de controlo elaborados no âmbito de cada fundo comunitário, na sua versão final, à correspondente entidade coordenadora de segundo nível, no prazo de 30 dias após a sua elaboração

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentralizada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva		<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a instituição de um sistema de controlo interno adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos conforme aos normativos Praticar ou propor ao membro do Governo responsável pela intervenção da administração central regionalmente descentralizada ou pela acção integrada de base territorial os actos necessários à sua regular e plena execução Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final 				<ul style="list-style-type: none"> Introduzir e manter actualizada a informação decorrente das acções de controlo no Sistema de Apoio ao Controlo (SIAC); Transmitir as irregularidades detectadas em cada fundo comunitário à correspondente entidade coordenadora de segundo nível, imediatamente após a elaboração dos relatórios de controlo; Proceder à actualização dos elementos referidos no Artigo 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, bem como transmitir os dados previstos no nº 3 do artigo 9º do mesmo Regulamento

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva		<ul style="list-style-type: none"> Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade 				<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver as ações consideradas necessárias no âmbito do SNC para regularização das anomalias detectadas em sede de controlo, nomeadamente ao nível da relação com o beneficiário final ou destinatário individual, e considerando eventuais correções financeiras que se justifiquem. Desenvolver os procedimentos necessários à aquisição de serviços externos de auditoria, sempre que se justifiquem Realizar ou apoiar a realização por recursos externos dos controlos das operações mencionadas no Artigo 10º do Regulamento anteriormente referido que sejam da competência da autoridade de gestão de acordo com o planeamento adoptado no âmbito do SNC Desenvolver as demais tarefas decorrentes do exercício do controlo de primeiro nível no âmbito do SNC

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Consultiva			<ul style="list-style-type: none"> Dar parecer sobre as propostas de decisão dos gestores relativos a candidaturas de projectos ao financiamento pela Interv. Operac. respectiva Dar parecer sobre os projectos de relatório de execução das intervenções operacionais elaborados pelos gestores 		<ul style="list-style-type: none"> Formular pareceres técnicos de fundamento à decisão do gestor, sobre a viabilidade dos projectos 	
Organizativa	<ul style="list-style-type: none"> Desencadear e acompanhar a elaboração de estudos de avaliação Organizar a avaliação intercalar e colaborar na avaliação final da Intervenção Operacional respectiva 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na elaboração do relatório de execução da Intervenção Operacional regional Colaborar na elaboração de estudos de avaliação no âmbito da respectiva Interv. Operacional regional Colaborar na organização da avaliação intercalar e final da Intervenção Operacional regional. 			<ul style="list-style-type: none"> Preparar as reuniões e deliberações do gestor e da unidade de gestão Organizar os processos relativos a cada projecto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades da Intervenção Operacional Organizar os ficheiros informáticos necessários ao controlo da execução da Intervenção Operacional 	
Formativa	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a formação do pessoal da respectiva estrutura de apoio técnico 					

589. Em complemento, esta secção de análise do modelo de gestão, acompanhamento e controlo encerra com a apresentação de quatro caixas de texto sobre a composição da comissão de acompanhamento, e das unidades de gestão dos eixos 1, 2 e 3.

CAIXA 10-1: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 39º do DL nº 54-A/2000, de 7 de Abril, a Comissão de Acompanhamento tem a composição definida pelo Despacho nº 13921/2000, de 29 de Junho, publicado em 7 de Julho, sendo presidida pelo Gestor do Programa Operacional Regional e integrando:

- a) Os membros das unidades de gestão do Programa Operacional, designados nos termos do Despacho nº 12993/2000, de 31 de Maio (em anexo);
- b) Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos no Programa Operacional;
- c) Um representante da tutela para a Igualdade;
- d) Um representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) O Director-Geral do Desenvolvimento Regional;
- g) O Presidente do Conselho da Região;
- h) Dois representantes dos Sindicatos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN);
- i) Dois representantes dos Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- j) Três representantes dos interesses empresariais na Região;
- k) Dois representantes das associações de agricultores, nomeados pelo Conselho Regional Agrário da Região;
- l) Dois representantes do sector cooperativo;
- m) Um representante de organizações não governamentais do ambiente;
- n) Um representante das Regiões de Turismo da NUTE III correspondente ao Programa Operacional, a nomear pela Associação Nacional das Regiões de Turismo;
- o) Um representante das associações de desenvolvimento local;
- p) Um representante das agências de desenvolvimento regional;
- q) Outros representantes, num máximo de dez, dos interesses científicos, educativos, económicos, culturais, desportivos e de solidariedade social, na Região;
- r) Um representante da Inspeção-Geral de Finanças, na qualidade de observador;
- s) Um representante do Departamento de Prospectiva e Planeamento, na qualidade de observador.

2. A Comissão de Acompanhamento integrará ainda uma representação da Comissão Europeia e uma representação do Banco Europeu de Investimento (BEI), nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/99, de 21 de Junho.

3. O Gestor do Programa Operacional poderá ainda convidar, para participar nos trabalhos da comissão de acompanhamento, personalidades de reconhecido mérito, vocacionadas para apoiarem tecnicamente a comissão de acompanhamento no exercício das suas competências.

4. Os membros da Comissão de Acompanhamento podem ser substituídos pelos respectivos suplentes, expressamente designados para o efeito.

CAIXA 10-2: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 1

EIXO 1 - Apoio ao investimento municipal e intermunicipal

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, ou pelo gestor do eixo prioritário, em sua substituição, sendo ainda integrada por:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) Um representante da Associação de Municípios do Oeste;
- c) Um representante da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo;
- d) Um representante da Associação de Municípios do Médio Tejo;
- e) Três representantes da Junta Metropolitana de Lisboa;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- g) Um representante do Ministério do Equipamento Social.

2 – A representação dos municípios na unidade de gestão far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

3 – Desde que salvaguardado o disposto no nº 9 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, quando estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão:

- a) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas incluídas na Intervenção Operacional Regional, ou os seus representantes;
- b) Os coordenadores das acções integradas de base territorial;
- c) Um representante do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública;
- d) Um representante do ministro que tutela a administração local;
- e) Um representante do Centro de Estudos e Formação Autárquica;
- f) Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- g) Um representante do Instituto das Estradas de Portugal;
- h) Um representante do ICEP, Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- i) Três representantes das associações empresariais com sede na região;
- j) Outros representantes de organismos da Administração Pública vocacionados para apoiarem tecnicamente as decisões em causa.

4 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER e do FSE, respectivamente.

5 – O gestor da Intervenção Operacional poderá convidar a participar nos trabalhos da unidade de gestão, em função da sua natureza, representantes das associações e organizações para o desenvolvimento da região.

CAIXA 10-3: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 2

EIXO 2 - Acções integradas de base territorial

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário de acções integradas de base territorial é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, ou pelo gestor do eixo prioritário, em sua substituição.

2 – A unidade de gestão funcionará em plenário para adopção de orientações estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, funcionando para os demais assuntos e competências de acordo com as seguintes secções:

- a) VALTEJO, valorização do Tejo;
- b) Qualificação das cidades e requalificação metropolitana.

3 – A secção valorização do Tejo integra as seguintes entidades:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- c) O coordenador da acção integrada de base territorial;
- d) Um representante da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo;
- e) Um representante da Associação de Municípios do Médio Tejo;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- g) Um representante do Ministério do Equipamento Social;
- h) Um representante das associações empresariais ou de desenvolvimento com sede na região.

4 – A secção qualificação das cidades e requalificação metropolitana integra as seguintes entidades:

- a) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- b) O coordenador da acção integrada para a qualificação das cidades e requalificação metropolitana de base territorial;
- c) Um representante das Associações de Municípios do Oeste e do Vale do Tejo;
- d) Um representante da Junta Metropolitana de Lisboa;
- e) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- f) Um representante do Ministério do Equipamento Social;
- g) Um representante da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

5 – A representação dos municípios na unidade de gestão, ou nas suas secções, far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

6 – Quando estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão, ou as suas secções:

- a) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas incluídas na Intervenção Operacional Regional, ou os seus representantes;
- b) Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- c) Um representante do Instituto das Estradas de Portugal;
- d) Um representante do ICEP, Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- e) Outros representantes de organismos da Adm. Pública vocacionados para o apoio técnico às decisões em causa.

7 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, ou as suas secções, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER e do FSE, respectivamente.

8 – O gestor da Intervenção Operacional poderá convidar a participar nos trabalhos da unidade de gestão, em função da sua natureza, representantes das associações empresariais, bem como das associações e organizações para o desenvolvimento da região.

CAIXA 10-4: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 3

EIXO 3 – Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário relativo às intervenções da administração central regionalmente desconcentradas é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, sendo ainda composta por:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- c) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas;
- d) Um representante das Associações de Municípios do Oeste e do Vale do Tejo por cada secção da unidade de gestão;
- e) Um representante da Junta Metropolitana de Lisboa por cada secção da unidade de gestão;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

2 – A unidade de gestão funcionará em plenário para a adopção de orientações estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, funcionando por secções para os demais assuntos e competências.

3 – As secções da unidade de gestão serão constituídas tomando por referência a estrutura do QCA III: eixo I (recursos humanos), eixo II (actividades económicas) e eixo III (transportes e ambiente).

4 – A representação dos municípios na unidade de gestão, ou nas suas secções, far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

5 – No caso das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas que incluam componentes que não sejam da competência governamental do ministro responsável pelas referidas intervenções, quando estiver agendada matéria relativa a essas componentes, a respectiva secção da unidade de gestão integra representantes dos membros do Governo competentes.

6 – Caso estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão, ou as suas secções, outros representantes de organismos da Administração Pública vocacionados para apoiarem tecnicamente as decisões em causa.

7 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, ou as suas secções, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e um representante do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER, do FSE e do FEOGA-O, respectivamente.

10.1.2. Aspectos Críticos da Implementação do Modelo de Gestão

590. O funcionamento do modelo de gestão parece ter sido marcado pelos seguintes aspectos de natureza estruturante: (i) a gestão do período de *phasing-out* com os valores da programação financeira concentrados, essencialmente, nos três primeiros anos; (ii) a publicação tardia de alguns diplomas de enquadramento legal e regulamentos específicos necessários para a operacionalização do Programa (iii) a adopção de uma estratégia de contratualização da gestão

técnica, administrativa e financeira de algumas medidas do Programa; e (iv) a implementação de um modelo de desconcentração sectorial no Programa Regional.

591. A passagem da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de objectivo 2 determinou a sua entrada em processo de *phasing-out*, o que teve como consequência a concentração das verbas nos primeiros três anos da programação financeira do PORLVT. Em simultâneo, os regulamentos Comunitários sobre a execução financeira³ (“regra n+2”) e sobre os adiantamentos⁴ (“regra dos 18 meses”) introduziram a necessidade de imprimir um forte ritmo de execução do Programa⁵.

O processo de *phasing-out* tem-se revelado especialmente difícil de gerir quando estão em causa grandes projectos que envolvem um longo período de concepção e requerem o lançamento de concursos públicos internacionais. Nestes casos, a fase de concepção e implementação dos projectos pode revelar-se conflituante com a programação financeira e ritmo de execução física das medidas e do Programa. Encontram-se nesta situação projectos importantes para o desenvolvimento da Região e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como, por exemplo, os projectos do Metro do Sul do Tejo e a aquisição de novos barcos de passageiros da medida 3.17 – Acessibilidades e Transportes (FEDER).

O mesmo acontece com as medidas 2.1 e 2.2, em que a dimensão dos desafios associados a estas medidas, quer ao nível da realização dos planos de pormenor, quer ao nível dos processos administrativos associados ao lançamento das obras, nomeadamente dos projectos relativos ao Cacém e à Costa da Caparica, não possibilitaram ainda o arranque das obras, o que penaliza a execução física da medida⁶. No entanto, ainda que a programação financeira da medida 2.1 tenha previsto a execução física e financeira destes projectos até 2003, a importância destas intervenções para a Região parece aconselhar a adopção de acções que salvaguardem a manutenção dos objectivos inicialmente definidos.

Outro aspecto limitador do ritmo de execução do Programa relaciona-se com a política de contenção orçamental imposta pelo Ministério das Finanças, associada à necessidade de cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro para as metas relativas ao Déficit Orçamental, que tem originado dificuldades em assegurar a comparticipação nacional dos

³ Regulamento CE nº1260/99, art.º 31, nº2.

⁴ Regulamento CE nº1260/99, art.º 32, nº2.

⁵ A leitura das actas das Unidades de Gestão reflecte, desde o primeiro momento, essa preocupação.

⁶ A despesa pública afecta a estas duas medidas é superior a 6% do PO e corresponde a mais de 67% da verba programada para o Eixo 2.

projectos e impossibilitaram o aumento do endividamento das autarquias, cuja situação financeira se encontra, em muitos casos, ainda debilitada pelo esforço para apresentar “obra feita” nas eleições realizadas em Dezembro de 2001.

592. A complexidade jurídica associada à implementação de um Programa com estas características, que requer a publicação de um conjunto vasto de diplomas e de regulamentos específicos que permitam a sua operacionalização (designadamente, ao nível de algumas medidas sectorialmente desconcentradas), ditou a existência de alguns atrasos, o que colocou dificuldades adicionais à montagem rápida de um sistema de gestão apto a responder com elevados níveis de eficiência aos desafios colocados pelo perfil de programação financeira imposto a esta Região.

593. Acresce ainda a este facto, a elevada complexidade da rede institucional⁷ que integra a gestão global do Programa, em que para além do gestor, dos gestores de eixos e das Estruturas de Apoio Técnico à coordenação do PO e da Estrutura de Apoio Técnico de Controlo, integra um grupo alargado de instituições em representação da Administração Central, a nível sectorial, representantes dos municípios e representantes de associações supra-municipais.

Os desafios de articulação institucional são particularmente relevantes ao nível do eixo 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas – que é constituído por 19 medidas de âmbito sectorial e que para além de reflectir desequilíbrios significativos na sua concepção inicial, relacionados com a forma como foi decidida a desconcentração dos diferentes PO sectoriais (este aspecto pela sua importância será desenvolvido em ponto autónomo), contou, no início da sua fase de implementação, com um conjunto de resistências institucionais e pessoais sobre a sua utilidade.

Actualmente, as vantagens associadas à articulação a nível regional das intervenções sectoriais são plenamente reconhecidas (tendo sido essa a opinião manifestada pela larga maioria de pessoas entrevistadas, no âmbito do processo de auscultação de actores⁸), especialmente quanto à capacidade de promover mecanismos de partilha de informação e ao aparecimento de uma “nova cultura” de cooperação institucional.

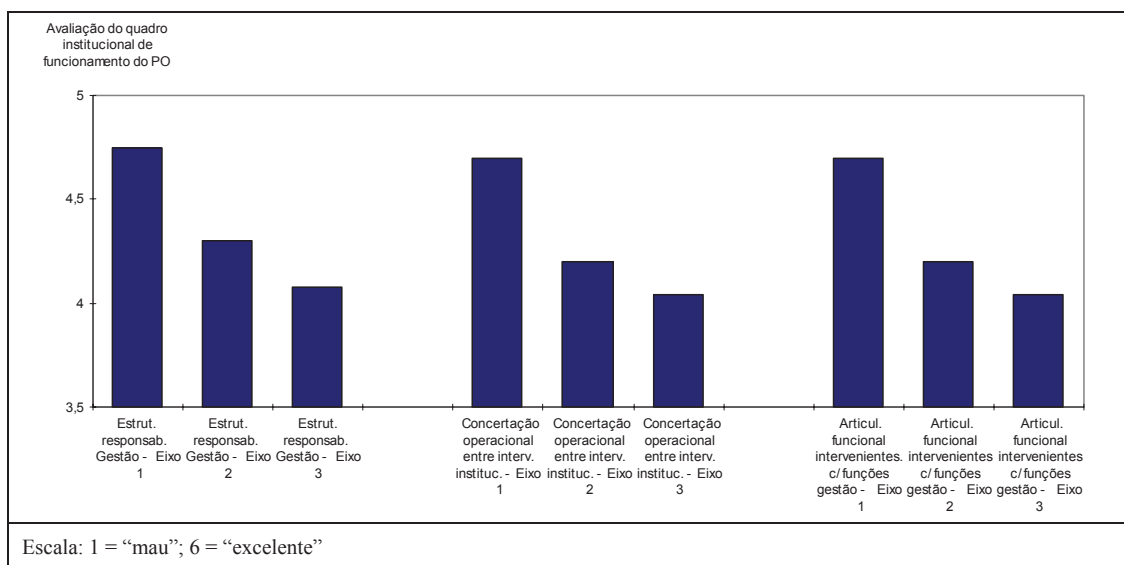
No entanto, verifica-se que, apesar do reconhecimento dos benefícios associados a este modelo e de as capacidades da coordenação do Programa na articulação das diversas posições

⁷ A grande diversidade de actores encontra-se ilustrada nas caixas de texto relativas à composição das Unidades de Gestão e à composição da Comissão de Acompanhamento.

⁸ Assim como na sessão de trabalho sobre a Avaliação Intercalar do PORLVT com os responsáveis da gestão, realizada em 24 de Julho de 2003, à qual compareceram 32 pessoas.

institucionais serem globalmente apreciadas⁹, regista-se que as respostas ao inquérito, realizado junto dos responsáveis pela gestão do Programa, continuam a traduzir o facto de ser neste eixo que as respostas sobre a qualidade de funcionamento do quadro institucional apresentam os valores mais baixos, ainda que com classificação positiva, em todos os itens avaliados (ou seja, “estruturação das responsabilidades de gestão”, “concertação operacional entre os intervenientes institucionais do sistema” e “articulação funcional entre os intervenientes com funções de gestão”).

GRÁFICO 10-1: QUALIDADE DO QUADRO INSTITUCIONAL DE FUNCIONAMENTO DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

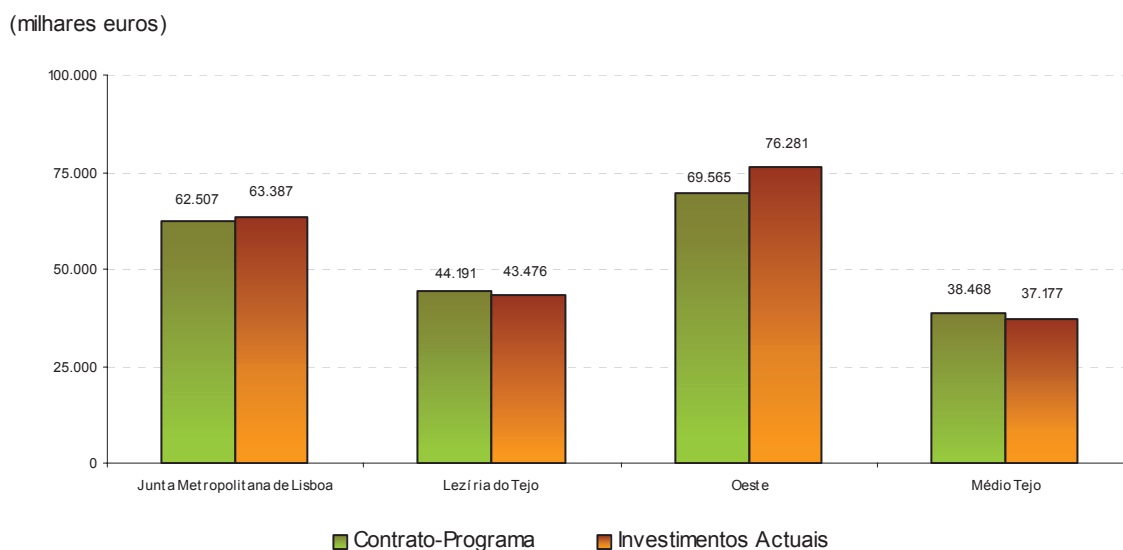
594.A conjugação destes aspectos com os objectivos específicos dos eixos prioritários e com as características dos beneficiários do eixo 1 contribuiu para que uma parte importante da gestão do PO fosse contratualizada, verificando-se que as três medidas contratualizadas (1.1, 1.2 e 1.3) com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa correspondem a quase 17% do investimento elegível total do PORLVT e a 71% do total da despesa pública do Eixo 1, sendo que a medida 1.3 tem, neste contexto, uma expressão diminuta, representando apenas cerca de 0,4% do PO. Note-se que a medida 1.1 se destina a apoiar projectos na área das acessibilidades e equipamentos e que a medida 1.2 se destina a apoiar projectos de valorização ambiental e patrimonial, tendo por isso uma vocação eminentemente municipal. Também na medida 1.5 foram celebrados, em 2001, contratos-

⁹ Ao longo do conjunto de entrevistas efectuadas com os coordenadores das medidas desconcentradas do Eixo 3, foram várias vezes estabelecidas comparações com o modo de funcionamento de outros Programas Operacionais regionais, tendo sido efectuadas referências elogiosas ao funcionamento do PORLVT.

programa com os municípios, correspondendo a um investimento total de 20,8 milhões de euros, sendo a participação financeira da administração central de 4,1 milhões de euros (dos quais cerca de 82% no Vale do Tejo, 17% no Oeste e 1% na Área Metropolitana de Lisboa).

A análise da execução dos contratos-programa (ver Gráfico 10-2) permite verificar o seu contributo positivo para a capacidade de execução do Programa, ao mesmo tempo que permite a aplicação do princípio da subsidiariedade ao nível sub-regional.

GRÁFICO 10-2: GRAU DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS PROGRAMA DO EIXO 1



Fonte: Dados do Relatório de Execução do PORLVT de 2002.

Os contratos-programa, ao atribuírem autonomia na gestão técnica administrativa e financeira dos projectos às Associações de Municípios e à Junta Metropolitana de Lisboa, têm-se revelado, pelos resultados alcançados, um mecanismo indutor de eficiência do Programa, permitindo que a gestão do PO se concentre em aspectos de natureza mais estratégica: *ex-ante*, na negociação dos contratos, na definição dos seus objectivos, na sua interligação com os objectivos do PORLVT e na defesa da equidade entre as várias sub-regiões e, *on-going*, na monitorização e acompanhamento dos contratos, na identificação de eventuais desvios e na promoção dos ajustamentos que se revelem necessários introduzir.

Por outro lado, para além da resposta a estes desafios, a gestão confronta-se ainda com necessidade de promover equilíbrios entre autonomia na execução dos contratos e a capacidade de articulação com outras medidas do PO, nomeadamente com as medidas sectorialmente desconcentradas, procurando, deste modo, promover a confluência de objectivos a nível regional (e sub-regional) e a actuação ao nível dos domínios de intervenção.

Para além destas medidas, foram ainda efectuados contratos programa com o IEFP para a gestão das medidas 3.3¹⁰, 3.4, 3.6¹¹ e 3.7¹², que correspondem a 12,6% do total da despesa pública PORLVT e a cerca de 19% do Eixo 3.

Como resultado global desta política de estabelecimento de contratos-programa com entidades que usufruem de autonomia operacional na gestão, verifica-se que o total das medidas contratualizadas se situa na casa dos 30% do montante da despesa pública do Programa.

595.O eixo 3¹³ representa uma novidade na estrutura de gestão do Programa Operacional Regional face aos QCA anteriores, tendo-se procurado, desta forma, enquadrar no contexto territorial as políticas de desenvolvimento sectorial, colocando-as ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento regional, que encontrou na unidade de gestão deste eixo um espaço de concertação estratégica.

No entanto, a orgânica funcional deste eixo evidencia, ainda, a existência de alguns problemas de concepção original, reflectindo a co-existência de intervenções sectoriais de carácter mais estratégico com intervenções de carácter mais operacional, modelos de desconcentração sectorial de espectro mais alargado com modelos de espectro reduzido, medidas de carácter estruturante e medidas de carácter pontual. Estes desequilíbrios constituíram um obstáculo à eficácia do Programa na capacidade de actuação sobre alguns domínios de intervenção, nomeadamente na área das actividades produtivas e dinâmica empresarial.

Neste âmbito, e pela positiva, destaca-se a estratégia adoptada pelo FSE que concentrou toda a sua intervenção sectorial no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Não obstante os problemas de concepção acima referidos, foi possível implementar um quadro de articulação funcional e institucional entre os vários responsáveis da gestão (coordenação do PO e coordenação das medidas sectoriais regionalmente desconcentradas, assim como entre as respectivas EAT – ver Gráfico 10-3) que permitiu ultrapassar algumas dificuldades iniciais, criar novos “fóruns” de concertação e mecanismos de cooperação que têm contribuído positivamente

¹⁰ Gestão técnica, administrativa e financeira da tipologia de projectos da acção 22 – Reinserção Profissional.

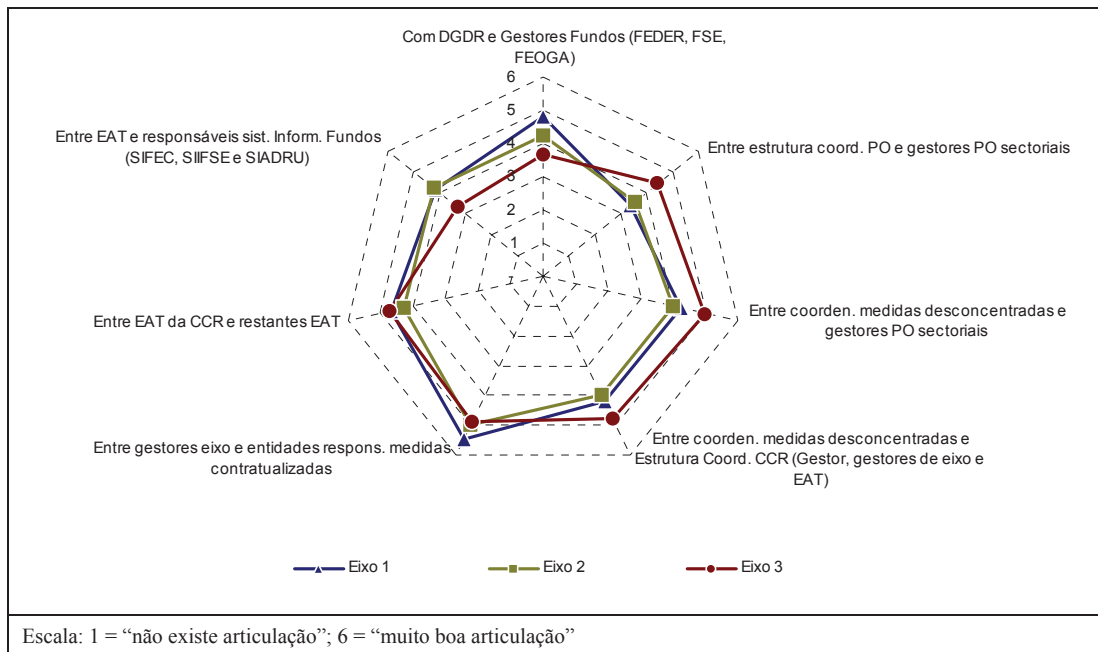
¹¹ Gestão técnica, administrativa e financeira de projectos da acção 3.6.2 – Promoção da Empregabilidade dos Grupos Desfavorecidos, na tipologia de projectos 3.6.2.3 e 3.6.2.8 – relacionadas com os apoios à inserção profissional e social de pessoas com deficiência e da acção 3.6.3 – Mercado Social de Emprego.

¹² Gestão técnica, administrativa e financeira da tipologia de projectos 2.1 – Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego (FEDER).

¹³ Do ponto de vista dos meios financeiros, este eixo concentra, como se referiu anteriormente, cerca de 67% da programação financeira do PO.

para o aparecimento de uma nova mentalidade que poderá ser decisiva para a consolidação de uma política de desenvolvimento regional integrada no próximo exercício de programação.

GRÁFICO 10-3: GRAU DE ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.3. Avaliação da Adequação dos Recursos Existentes

596. A análise da adequação dos recursos existentes é efectuada tendo por base a identificação dos recursos afectos às Estruturas de Apoio Técnico de suporte à gestão do Programa, as opiniões recolhidas nas entrevistas realizadas com os responsáveis pelas medidas do Programa e o apuramento dos resultados do inquérito aos responsáveis pela gestão do PO.

597. A análise dos recursos humanos afectos às EAT reflecte a existência de uma preocupação, desde a fase de concepção do Programa, com a racionalidade dos recursos envolvidos na gestão materializada na aposta em estruturas formadas por poucas pessoas. Esta filosofia de base, parecendo globalmente adequada, requer contudo a capacidade de contratar quadros qualificados, com características específicas ao nível da flexibilidade, capacidade de adaptação a novas situações e de valorização da aprendizagem contínua.

A capacidade de contratação de técnicos com estas características foi, contudo, dificultada pelas apertadas regras referentes ao preenchimento do quadro de pessoal para a função pública e, posteriormente, pela impossibilidade da Administração Pública proceder a novas contratações¹⁴.

Por outro lado, a eficiência da gestão de estruturas com estas características requer a utilização de ferramentas modernas de apoio à gestão e, mais especificamente, de Sistemas de Informação adequados (que como veremos posteriormente apresentam deficiências ainda por colmatar).

598. Na sua globalidade, a estrutura de gestão é apoiada pela EAT de coordenação do PO, em funcionamento na CCR, que, como já foi referido, é constituída por uma chefe de projecto, oito técnicos e uma assistente administrativa, encontrando-se os outros dois assistentes administrativos a trabalhar directamente com os gestores dos eixos prioritários.

Do ponto de vista da adequação dos recursos humanos afectos à EAT, verifica-se a existência de um grupo de pessoas com competências diferenciadas e multidisciplinares que detêm habilitações nas seguintes áreas:

- engenharia civil;
- economia/finanças e gestão de empresas;
- gestão e administração pública,
- antropologia;
- geografia, planeamento regional e urbanismo;
- e direito.

Os responsáveis pela gestão do PO (Gestor, coadjuvado pelos Gestores de eixo), assim como a Chefe da equipa de projecto, fazem uma apreciação positiva das capacidades técnicas e da entrega da EAT, existindo ao nível destes intervenientes e dos coordenadores de medida desconcentrada entrevistados a opinião que a equipa é reduzida face à dimensão do Programa¹⁵. Não estando directamente relacionada com a dimensão da EAT, mas sim com as regras associadas à gestão do PO, verifica-se que os procedimentos de gestão associados ao módulo de pagamentos são da competência do departamento de contabilidade da CCR (a DGFSO).

¹⁴ RCM 97/2002, de 18 de Maio.

¹⁵ Verificando-se, nomeadamente, que o número de recursos é inferior em número às EAT de coordenação dos PO das regiões Norte e Centro.

QUADRO 10-2: RECURSOS HUMANOS DA EAT DA COORDENAÇÃO

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação EAT Articulação e cooperação com as várias entidades competentes no âmbito da Gestão do QCA III	Nomeação	Lic. Engenharia Civil
Apoio Administrativo	Secretariado à EAT; Carregamento em Access dos Projectos FEDER e FSE do PORLVT	Contrato	12º Ano
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.3, 1.5 (FEDER); Pagamentos 1.3, 1.5; Carregamento em SIFEC; Carregamento do SIDREG no âmbito da contratualização	Quadro CCDR	Lic. Economia
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.5, 1.6 (FEDER); Pagamentos 1.5, 1.6; Carregamento em SIFEC	Quadro CCDR	Eng. Técnica
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.4 (FSE); Pagamentos 1.4.	Contrato	Lic. Organização e Gestão de Empresas
Apoio Administrativo	Secretariar Gestor Eixo 1	Quadro CCDR	
Técnico	Análise de candidaturas medidas 2.1 e 2.3 (FEDER); Pagamentos 2.1 e 2.3; Carregamento SIFEC 1.3	Quadro CCDR	Lic. Gestão e Administração Pública
Técnico	Análise de candidaturas medida 2.3 (FEDER); Pagamentos 2.3; Carregamento SIFEC	Contrato	Lic. Economia
Técnico	Análise de candidaturas medidas 2.2 e 2.4 (FSE); Pagamentos 2.2 e 2.4	Quadro CCDR	Lic. Organização e Gestão de Empresas
Apoio Administrativo	Secretariar Gestor Eixo 2	Quadro CCDR	
Técnico	Análise de candidaturas medidas 3.10 e 3.17 (FEDER) e 3.15 (FEOGA); Pagamentos 3.10 e 3.17 e carregamento em SIFEC; Carregamento ACCESS dos projectos FEOGA	Quadro CCDR	Geografia e Planeamento Regional
Técnico	Análise candidaturas medidas Emprego e 3.9; Pagamentos 3.9; Modelos IGFSE 1.4	Contrato	Lic. Antropologia
Técnico	Pagamentos medidas Emprego FSE 1.4	Contrato	Lic. Urbanismo
Técnico	Pagamentos medidas FEDER, excepto 3.10, 3.17, 3.20; Carregamento SIFEC; Pagamentos no âmbito da contratualização (Eixo 1)	Quadro CCDR	Curso Complementar
Técnico	Acompanhamento do PORLVT; Avaliação Intercalar; Reserva Eficiência; Indicadores; Reprogramações; Análise de candidaturas FEDER (restantes medidas); Assistência Técnica, FEDER, FSE e FEOGA; Pagamentos AT. e SIFEC	Quadro CCDR	Lic. Economia
Técnico	Consultor jurídico	Quadro CCDR	Lic. Direito

599. Ainda do ponto de vista do número de recursos humanos afectos à estrutura de gestão, salienta-se o desejo manifestado pelo reforço do número de técnicos afectos a funções de acompanhamento, o que a acontecer permitiria reforçar a operacionalidade dos dispositivos de acompanhamento; verifica-se também a existência de algumas referências ao reforço do número de pessoas afectas à análise de candidaturas do FSE (factor em parte explicado pela carga administrativa associada aos projectos deste Fundo, considerada por todos os responsáveis entrevistados como excessiva).
600. A EAT de Controlo é constituída apenas pela sua chefe de projecto e por uma assistente administrativa, tendo o preenchimento do quadro de pessoal sido prejudicado pelas imposições legais, referidas anteriormente, que inibem a abertura de processos de recrutamento.
- Para além dos recursos directamente envolvidos na estrutura de coordenação do PO, o modelo de gestão é apoiado, ao nível do eixo 1, pelas EAT das Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa, ao nível do eixo 2 pela EAT das medidas 2.1 e 2.2 e, ao nível do eixo 3, pelas EAT dos coordenadores das medidas sectoriais desconcentradas.
601. Uma análise global da formação dos recursos humanos envolvidos em actividades de suporte à gestão do Programa permite verificar que a maioria dos técnicos com responsabilidades ao nível da coordenação da EAT e das diferentes fases do ciclo do projecto (recepção, análise, proposta de decisão, notificação da decisão, acompanhamento da execução e encerramento) possuem habilitações de nível superior. A excepção situa-se, normalmente, ao nível das pessoas que desempenham actividades associadas às tarefas de apoio administrativo, em que predominam habilitações de nível secundário.
602. Verifica-se, também, uma grande diversidade das áreas de formação de acordo com a intervenção sectorial, que parece traduzir uma preocupação com a adequação da formação base das pessoas envolvidas às necessidades específicas de cada sector. Esta diversidade de áreas de formação pode considerar-se um aspecto positivo na gestão do PO, uma vez que esta multidisciplinidade pode contribuir para a sua flexibilidade organizacional.
603. Do ponto de vista da quantidade de recursos afectos a estas estruturas, verifica-se que o número de pessoas especificamente contratadas para a realização de tarefas no âmbito do PO é relativamente reduzido, sendo disso reflexo a necessidade de complementar as EAT com pessoas que exerciam/exercem, também, funções noutros serviços da Administração Pública, normalmente provenientes das instituições onde se encontram sedeadas. Como foi referido anteriormente, esta situação relaciona-se com a existência de disposições legais que limitam o número de pessoas a contratar com apoios financeiros das medidas de assistência técnica.

A necessidade de complementar os quadros das EAT com recurso a técnicos dos organismos em que se encontram sedeadas deve-se também à pressão exercida, ao nível da gestão, pelo processo de *phasing-out* da região, que obrigou à adaptação do ritmo de execução às exigências da programação financeira. Em sentido inverso, com a entrada do Programa em fase de “cruzeiro”, quer devido à experiência já adquirida, quer pela diminuição dos fundos disponíveis para o período entre 2003 e 2006, a pressão sentida ao nível da gestão corrente de algumas EAT deverá reduzir-se (designadamente para as medidas que tiveram que gerir maiores níveis de procura). Apresenta-se de seguida a composição destas EAT por eixo do Programa.

QUADRO 10-3: EAT DAS MEDIDAS CONTRATUALIZADAS DO EIXO 1

Administração Oeste			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Todas as competências da E.A.T de acordo com o contrato programa	Contrato	Licenc. Eng ^a . Civil
Secretariado	Apoio administrativo	Quadro de pessoal da A.M.O.	9º ano
Médio Tejo			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas e verificações financeiras	Contrato	Licenc. Recursos Humanos
Técnico	Análise de candidaturas e verificações físicas	Contrato	Licenc. Eng ^a . Civil
Lezíria do Tejo			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Administrador Delegado	Coordenação	Quadro de pessoal da AMLT	Planeamento Regional e Urbano
Técnico	Análise de candidaturas; Verificação de pedidos de pagamento e elaboração de propostas de processamento	Contrato	Eng ^a do Território
Administrativo	Elaboração de tarefas administrativas	Contrato	12º ano
Administrativo	Contabilidade	Contrato	Engenheiro Agrário
Administrativo	Chefe de Secção	Quadro de pessoal da AMLT	Curso Complementar do Ensino Secundário
Junta Metropolitana de Lisboa			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Responsável pela EAT	Análise e verificação/controlo dos projectos ao nível de aprovação e execução financeira; Apoio aos promotores e preparação das reuniões	Requisitado à Câmara Municipal de Lisboa	Licenc. Direito; Bachar. Gestão Hoteleira

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico da EAT	Análise de candidaturas e elaboração de pareceres; Análise dos pedidos de pagamento e elaboração de pedidos de reembolso; Elaboração de relatórios	Contrato	Licenc. Antropologia; Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental
Técnico	Acompanhamento físico da obra	Consultor externo	Eng.ª Civil
Apoio Administrativo	Trabalho Administrativo; Entradas e saídas de documentação; Arquivo/introdução de dados no SI	Contrato	Bachar. Animação Cultural Pós-Graduação em Comunicação e Imagem

QUADRO 10-4: EAT DAS MEDIDAS 2.1 E 2.2 – QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA (COMPONENTES TERRITORIAL – FEDER – E EMPREGABILIDADE – FSE)

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Análise de candidaturas; Análise de Pedidos de Pagamento; Acompanhamento e Controlo; Substituição da Coordenadora nas ausências ou impedimentos; Articulação e cooperação com as várias entidades competentes no âmbito da Gestão do QCA III	Nomeação	Licenc. Geografia e Planeamento Regional
Técnico	Análise e instrução de pedidos de pagamento; Acompanhamento de projectos	Contrato	Licenc. Geologia Aplicada e do Ambiente
Apoio Administrativo	Sistema de informação relativo aos projectos; Análise e instrução de pedidos de pagamento; Organização dos dossiers de projecto e gerais	Contrato	12º ano (frequência da Licenc. Ciências da Comunicação)

QUADRO 10-5: EAT DAS MEDIDAS SECTORIAIS REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS- EIXO 3

Medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação	Nomeação	Licenc. Economia
Chefe de Divisão		-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Emissão de Pagamentos	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Economia
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Economia
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Direito
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas

Continua

continuação

Medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Finanças
Apoio Administ.	Secretariado	-	12º ano
Apoio Administ.	Apoio Administrativo	-	12º ano

Ensino Profissional – FSE			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Geografia
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Línguas e Literaturas Modernas (estudos portugueses e franceses)
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Línguas e Literaturas Modernas (estudos portugueses e franceses)
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas e Administração Pública
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Curso de arte dos tecidos
Economia – FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Gestão de Projectos	Quadro da DRE-LVT (1)	Engenheiro
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Economia
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas
Apoio Administ.	Apoio nas áreas administrativas	Contrato	12º ano

Ciência, Tecnologia e Inovação – FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Comunicação Educação Multimédia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Física
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Bioquímica
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Geologia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Química
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Economia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Contabilidade
Sociedade de Informação – FEDER e FSE			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Direito
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Economia
Pescas – Infraestruturas de Portos - FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Direito
Técnico	Secretariado e Apoio Técnico	Contrato	12º ano
Acessibilidades e Transportes - FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação e Análise de Candidaturas Apoio da EAT do POAT	Requisitado à DGTT	Licenc. Engenharia Civil Mestrado em Transportes
Ambiente - FEDER – Mesma EAT das medidas 2.1 e 2.2.			

(1) Acumula esta função com outras tarefas de Direcção da DRE-LVT

Agricultura e Desenvolvimento Rural - FEOGA			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação e Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Engenharia Civil
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 5	Assessora Principal quadro DRARO	Economista
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acções 3, 2 e 1	Cont. Prestação Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Florestal
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acções 6, 7.2, 4.2.1 e 1	Cont. Prestação de Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Florestal
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 1	Cont. Prestação Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Técnico Agrário

Agricultura e Desenvolvimento Rural - FEOGA			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 1	Técnico Sup. 1ª do quadro DRARO	Eng. Agrónomo
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 5	Assessora Principal quadro DRARO	Eng. Agrónomo
Técnico	Análise da Acção 1	Estagiário da Carreira de Eng. quadro DRARO	Eng. Agro-Alimentar
Secretariado	Secretariado	Carreira de Serviço Social quadro DRARO	Técnico Profissional Especialista
Secretariado	Secretariado	Secretariado – Recep. quadro DRARO	Técnico Profissional Especialista

604. A avaliação da adequação dos recursos humanos para fazer face às responsabilidades atribuídas, na opinião dos vários responsáveis da gestão, manifestada quer ao nível das entrevistas, quer ao nível do apuramento dos resultados do inquérito, é positiva, quando se avaliam as capacidades técnicas e competências profissionais dos técnicos ao serviço, e menos positiva quando se avalia o número de recursos humanos. A análise do inquérito permite verificar esta situação, registando-se que a adequação do número de recursos humanos obtém uma classificação média de 3,3 (com a escala a variar entre o mínimo de 1 e o máximo de 6) e a avaliação das qualificações/competências uma classificação média de 4,6.

QUADRO 10-6: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EXISTENTES (VALORES MÉDIOS)

Recursos Humanos	Eixos			Total
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	
Número de pessoas	3,5	3,4	3,0	3,3
Qualificações/competências	5,1	4,6	4,2	4,6

Fonte: Inquérito aos responsáveis pela gestão

605. A apreciação dos recursos físicos associados à qualidade do ambiente de trabalho, a partir dos resultados do inquérito¹⁶, tendo em consideração parâmetros relacionados com a área de trabalho, mobiliário de escritório, salas de reunião e áreas de arquivo, é positiva. De igual forma, a análise da adequação dos Sistemas de Informação existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas obteve, nos resultados dos inquéritos, uma classificação positiva,

¹⁶ Tendo também sido comprovada presencialmente no acto da realização das entrevistas.

especialmente ao nível dos equipamentos (*hardware*). A classificação mais baixa (ainda assim positiva, média 4,0) foi no parâmetro das aplicações.

QUADRO 10-7: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS EXISTENTES (VALORES MÉDIOS)

Recursos Físicos	Eixos			Total
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	
Instalações				
Área de trabalho	4,9	4,7	4,3	4,6
Mobiliário de escritório	5,1	4,7	4,4	4,7
Salas de reuniões	4,9	3,8	4,0	4,3
Área de arquivo	3,9	3,3	3,6	3,7
Sistemas de Informação				
Equipamentos	5,3	4,9	4,5	4,8
Aplicações	3,9	4,1	4,0	4,0
Ligações com o exterior	4,6	4,2	4,0	4,3

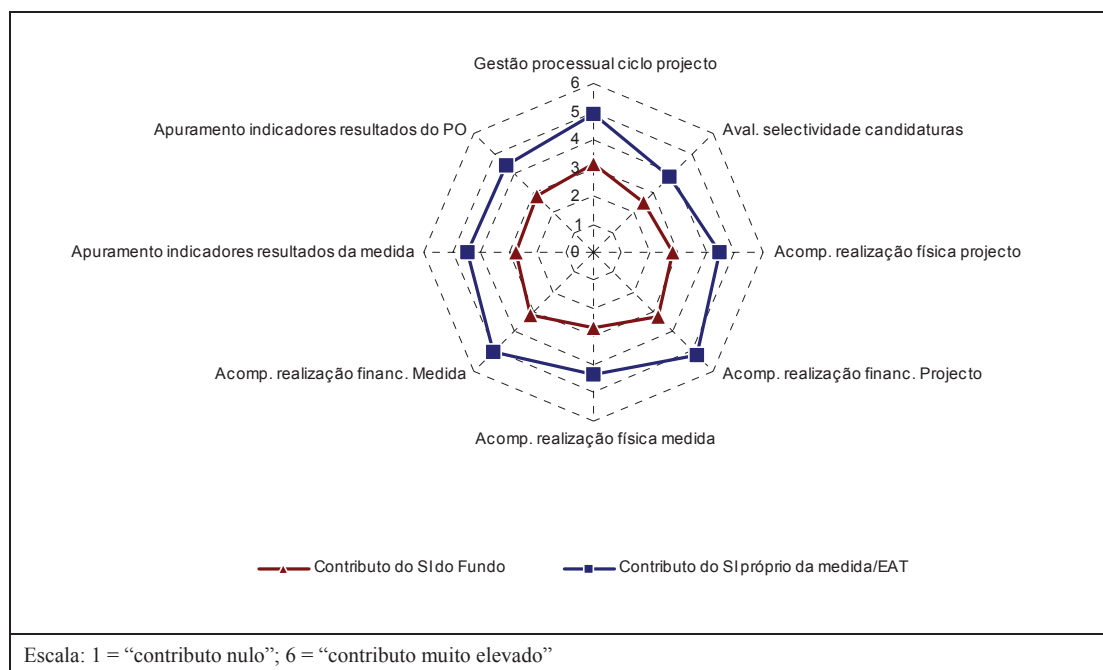
Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

606.No que se refere ao contributo dos Sistemas de Informação para a gestão do Programa verifica-se a existência de uma considerável discrepância entre a avaliação efectuada para os SI de suporte à gestão das diferentes medidas e avaliação dos SI dos Fundos e do QCA.

Enquanto os Sistemas de Informação próprios das medidas registam uma classificação positiva para todos os parâmetros analisados, os Sistemas de Informação dos Fundos apenas merecem uma classificação menos negativa nos itens relacionados com a “gestão processual do ciclo do projectos” (classificação média de 3,1), “acompanhamento da realização financeira do projecto” (média de 3,2) e “acompanhamento da realização financeira da medida” (média de 3,1).

607.Nos aspectos relacionados com a “avaliação e selectividade das candidaturas” (classificação média de 2,5), “acompanhamento da realização física do projecto” (média de 2,8), “acompanhamento da realização física da medida” (média de 2,7), “apuramento dos indicadores de resultados da medida” (média de 2,8) e “apuramento dos indicadores de resultados do PO” (média de 2,8), o contributo dos Sistemas de Informação dos Fundos para a gestão do Programa regista valores de classificação negativos.

GRÁFICO 10-4: CONTRIBUTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO PROGRAMA



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

608. Esta situação reflecte um dos aspectos mais críticos da eficiência do sistema de gestão e acompanhamento do Programa. Os SI dos Fundos, sobre os quais recaíram grandes expectativas¹⁷ no início do novo QCA – designadamente, quanto à existência de um sistema de gestão de bases de dados centralizado, simplificação de processos, regionalização dos dados do investimento (por exemplo, ao nível das NUTE III e Concelho), ferramenta de apoio ao sistema de gestão e acompanhamento e ao processo de avaliação dos resultados e impactes dos Programas, etc. – arrancou tarde, com inconsistências e com défices de informação e formação dos utilizadores.

Estes constrangimentos obrigaram ao desenvolvimento de aplicações próprias de apoio à gestão, quer ao nível da EAT da coordenação do PO, quer ao nível das EAT de suporte aos coordenadores das medidas. Estas aplicações foram configuradas, caso a caso, utilizando folhas de Excel ou Access, na generalidade dos casos, e, por vezes, a partir de aplicações utilizadas em QCA anteriores¹⁸.

¹⁷ Especialmente, quando a arquitectura dos sistemas assente em tecnologia *world wide web*, previa, por exemplo, aspectos como a utilização da Internet via *browser* que deveria possibilitar o acesso on-line à informação, a análise automática da eficácia da execução, um módulo de divulgação aos promotores, etc.

¹⁸ Processo utilizado, nomeadamente, pelas medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do FSE e pelas medidas desconcentradas do Eixo 1.

Este processo, inicialmente encarado como uma situação de recurso, tem-se perpetuado, originando ineficiências na gestão técnica do Programa. Registam-se situações de incompatibilidade entre sistemas, utilização de diferentes tipologias de classificação dos promotores e dos projectos, dificuldades na migração de dados, dificuldades na construção de indicadores globais para as medidas¹⁹ e, conseqüentemente, para o Programa, e a implementação de rotinas obsoletas de carregamento manual de dados – que se podem, inclusive, repercutir negativamente na fiabilidade da informação – e implicam o uso intensivo de recursos humanos na realização de tarefas repetitivas e pouco produtivas.

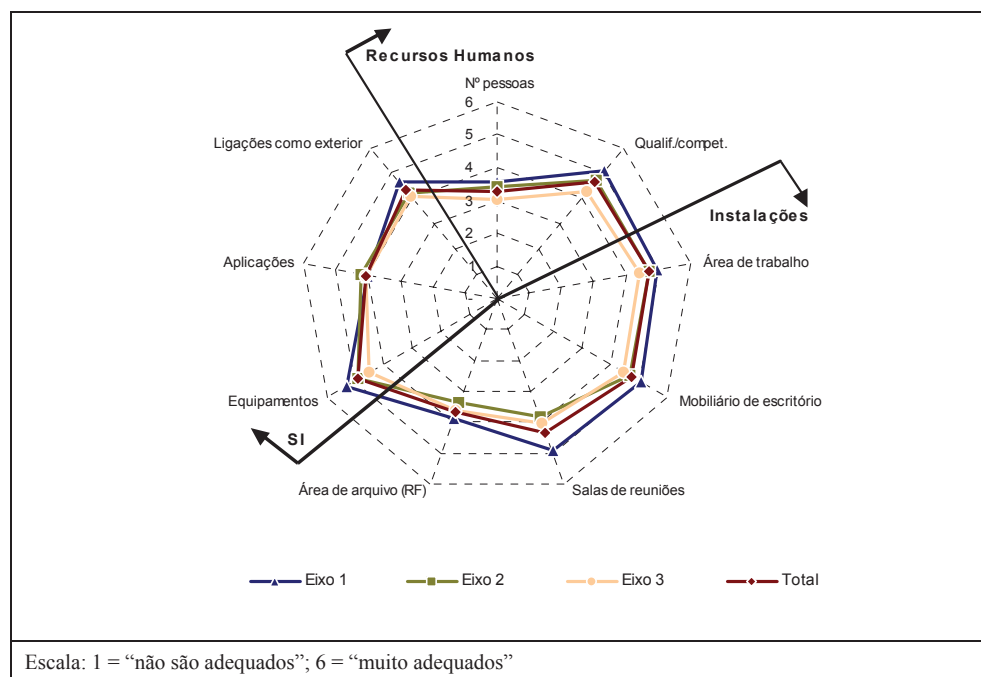
609. Paralelamente, verifica-se que a utilização dos SI dos Fundos se resume, no fundamental, ao carregamento dos dados referentes à execução financeira e física dos projectos, que são procedimentos necessários para efectuar os pagamentos relativos à componente de participação pública dos projectos. Por estes motivos, os Sistemas de Informação dos Fundos, não são “vistos” como uma ferramenta de apoio à gestão, mas como uma sobrecarga de trabalho aos quais estão associados um conjunto de rotinas desagradáveis, o que pode prejudicar os níveis de motivação das pessoas afectas a estas tarefas.

Todas estas insuficiências ao nível dos SI colidem com a filosofia de base relativa à política de dimensionamento do quadro de recursos humanos (tendo-se previsto a existência de estruturas ligeiras). A utilização do tempo em tarefas rotineiras de baixo “valor acrescentado” reduz a capacidade de actuação em tarefas mais relevantes para a eficiência do Programa, como a análise de candidaturas, apoio aos promotores (por exemplo, no esclarecimento de dúvidas e na informação sobre o estado da tramitação na fase da análise de candidaturas e pedidos de pagamentos) e/ou a realização de um maior número de acções de acompanhamento.

610. Existem também consequências para a gestão de topo do Programa. A monitorização estratégica das medidas e do PO é dificultada, em aspectos como os níveis de selectividade dos projectos, a evolução dos indicadores de resultados e de realização física dos projectos e das medidas. Torna-se, por isso, mais difícil introduzir, com rapidez, acções correctivas no caso de se verificarem desvios face aos objectivos do PO e da estratégia da região, especialmente tendo em consideração o número e a diversidade das medidas sectoriais que integram o eixo 3 e o esforço que é necessário realizar na articulação entre os coordenadores das medidas desconcentradas e a estrutura de coordenação do PO, e vice-versa.

¹⁹ Por exemplo, na medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA), a EAT tem uma boa base de informação ao nível de cada projecto, mas tem grandes dificuldades em efectuar a agregação dos dados por acções e problemas na extracção e migração de dados para a EAT da Coordenação.

GRÁFICO 10-5: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES PARA O CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES ATRIBUÍDAS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.4. O Modelo de Gestão em Funcionamento: Adequação dos Processos de Gestão

611. Ao longo deste ponto do relatório, procede-se à análise da adequação dos processos de gestão, acompanhamento e controlo. Com este propósito, apresentam-se os resultados do inquérito aos responsáveis pela gestão nos itens relacionados com: a adequação dos procedimentos relativos a cada uma das fases do ciclo do projecto, adequação de prazos estabelecidos para a tramitação, grau de adequação dos formulários de candidatura, informação existente para apoio à gestão e nível de eficiência do funcionamento das Unidades de Gestão. Em complemento desta análise apresenta-se, também, a partir da análise dos resultados do inquérito aos promotores a sua visão do Programa nos aspectos, comparáveis, relacionados com o ciclo de apresentação das candidaturas e com a execução dos projectos.

Procura-se, desta forma, obter uma visão cruzada entre a “oferta” do PO – Sistema de Gestão e Acompanhamento e Controlo – e a “procura” do Programa – promotores/entidades beneficiárias.

A sistematização dos processos previstos no manual de gestão do PORLVT é efectuada através da apresentação dos fluxogramas que descrevem o ciclo do projecto, para os três eixos do Programa.

612. Do ponto de vista da análise dos procedimentos associados à gestão do ciclo do projecto, verifica-se que os responsáveis pela gestão do Programa fazem uma apreciação muito positiva dos procedimentos adoptados. Esta observação resulta da análise da classificação atribuída por todos os intervenientes na gestão do Programa Operacional que responderam ao inquérito (ver figura abaixo). A generalidade dos procedimentos analisados situam-se perto do nível 5 da escala adoptada, para classificações a variar entre “1” e “6”.

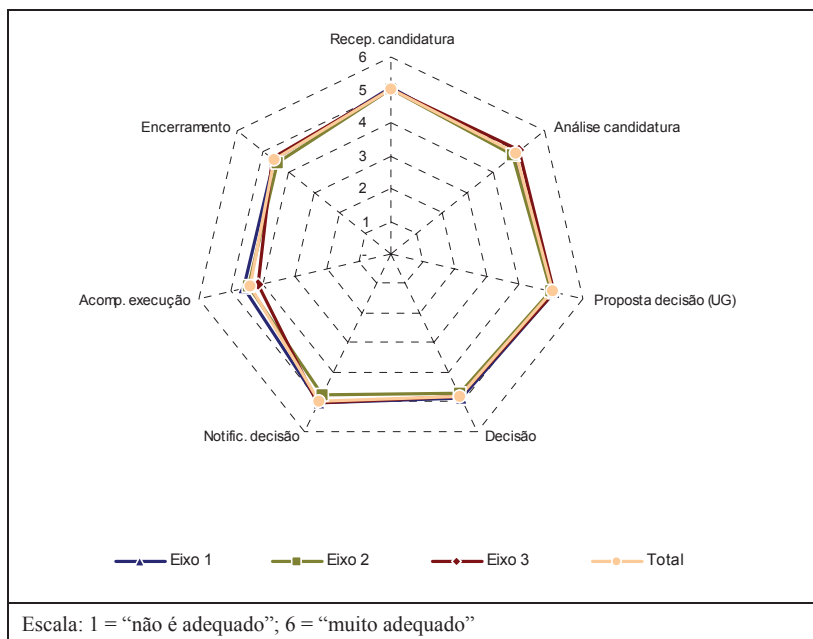
A fase do ciclo do projecto que obtém uma classificação menos elevada (valor médio das respostas situado em 4,4) é a relacionada com o “Acompanhamento da Execução”, que, de acordo com o manual de gestão, agrupa os procedimentos relacionados com a tramitação dos pedidos de pagamento e sistema de acompanhamento dos projectos. A percepção menos positiva da adequação destes procedimentos é expressa pelos intervenientes na gestão com responsabilidades ao nível do Eixo 3 (média 4,2).

A fase do ciclo do projecto que regista a classificação mais elevada é a “Proposta de Decisão das Unidades de Gestão”, com um valor médio de resposta de 5,1, e agrupa os procedimentos relacionados com a “preparação da unidade de gestão”, “validação da convocatória e anexos a remeter ao membros das Unidades de Gestão”, “assinatura da convocatória para os membros das Unidades de Gestão” e “proposta de decisão sobre as candidaturas apresentadas”.

Uma análise dos resultados por eixos revela que são os intervenientes na gestão do Eixo 1 os que consideram de forma mais positiva a adequação dos procedimentos adoptados em todas as fases do ciclo do projecto, nomeadamente as fases associadas à “Proposta de Decisão” (5,7), “Recepção de Candidaturas” (5,6), “Análise de Candidaturas” (5,5) e “Notificação da Decisão” (5,5), situando-se muito próximas do nível máximo da escala de classificação adoptada.

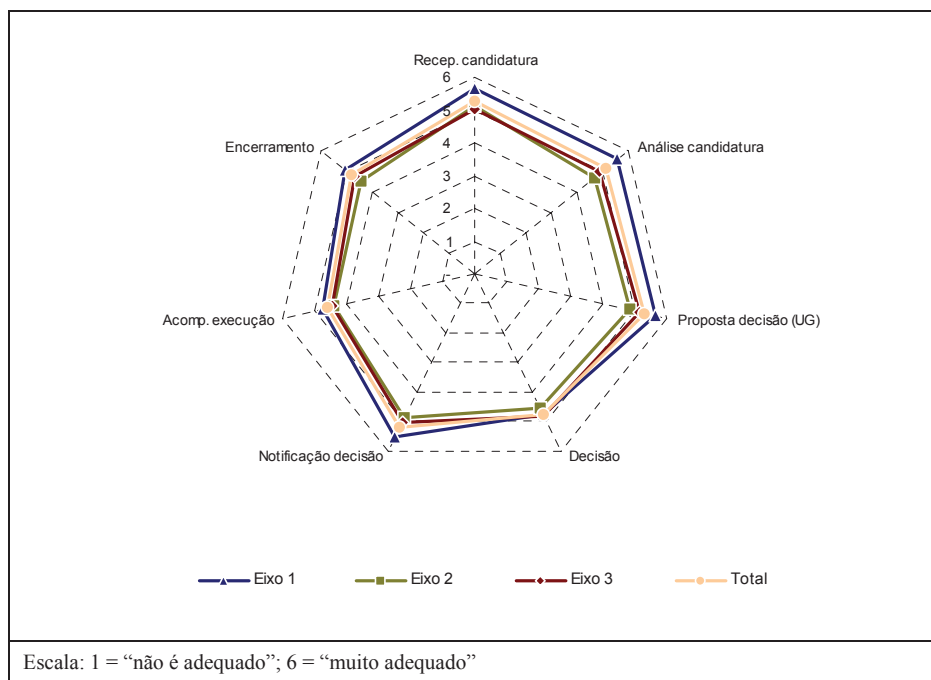
613. No que se refere à adequação dos prazos estabelecidos ao nível da tramitação dos processos das várias fases do ciclo do projecto, verifica-se a existência de uma avaliação positiva ao nível de todos os procedimentos, com classificações a oscilar entre os valores 4 e 5 da escala. Ainda que a margem de variação seja reduzida, a adequação dos prazos é um pouco mais elevada para os procedimentos associados à fase de “recepção de candidatura” e “proposta de decisão da Unidade de Gestão”.

GRÁFICO 10-6: ADEQUAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SEGUNDO AS VÁRIAS FASES DO CICLO DO PROJECTO - CLASSIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DO PO NA SUA GLOBALIDADE E POR EIXOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

GRÁFICO 10-7: ADEQUAÇÃO DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS VÁRIAS FASES DO CICLO DO PROJECTO - CLASSIFICAÇÃO DOS PROJECTOS POR EIXOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

614.A apreciação dos responsáveis pela gestão sobre a necessidade de ajustamento dos prazos evidencia que a totalidade dos inquiridos defende a necessidade de encurtar os prazos de tramitação associados às fases de “decisão “ e de “notificação da decisão”, evidenciado, deste modo, uma preocupação com a capacidade de resposta do sistema de gestão às necessidades dos promotores e dos beneficiários do Programa. Em sentido oposto (necessidade de alargamento dos prazos), encontra-se a fase relacionada com a “análise das candidaturas” que, de acordo com a apreciação dos responsáveis pela gestão, deve ver alargado o prazo de tramitação, especialmente no eixo 3. Esta situação parece reflectir algumas dificuldades na gestão da procura, nos casos em que se verifica um maior nível de adesão dos promotores – a este respeito, recorda-se que é neste eixo que se encontram as medidas e acções abertas a promotores privados (nomeadamente, algumas medidas do FSE e acções do FEOGA-O).

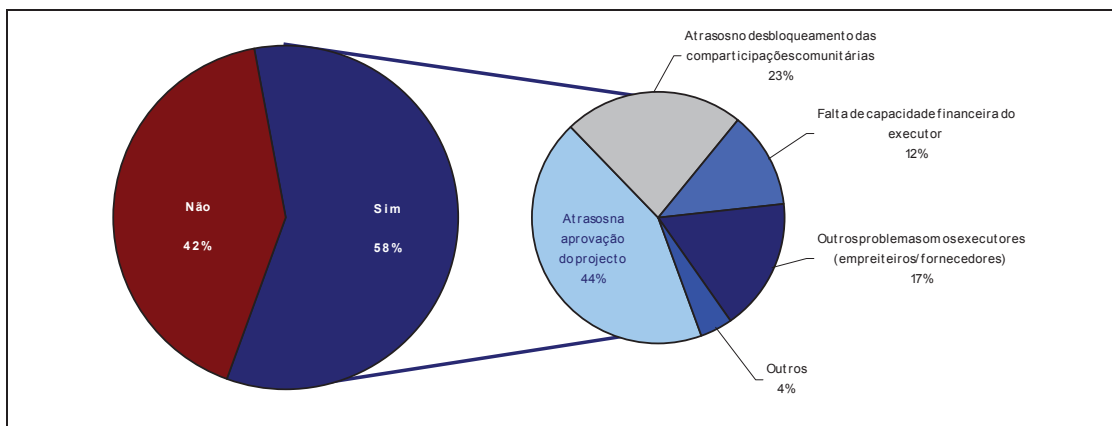
QUADRO 10-8: NECESSIDADE DE AJUSTAMENTO DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DOS PROJECTOS (% DE RESPOSTAS)

Fases de Tramitação	Necessidade de ajustamento de prazos	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Total
Recep. candidatura	Alargar	16,7%		83,3%	100,0%
	Encurtar	9,1%	18,2%	72,7%	100,0%
Análise candidatura	Alargar	15,4%		84,6%	100,0%
	Encurtar	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Proposta decisão (UG)	Alargar			100,0%	100,0%
	Encurtar	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Decisão	Encurtar	29,6%	22,2%	48,1%	100,0%
Notificação decisão	Encurtar	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
Acomp. execução	Alargar	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
	Encurtar	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
Encerramento	Alargar	22,2%		77,8%	100,0%
	Encurtar	57,9%	15,8%	26,3%	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

615.Como é compreensível, a perspectiva dos promotores não é coincidente, no que se refere aos prazos de análise das candidaturas. A análise dos resultados dos inquéritos dirigidos aos promotores revela que 58% dos projectos registaram atrasos, sendo, em sua opinião, justificados em 44% por atrasos na aprovação do projecto. Para além deste factor, os atrasos foram justificados em 35% dos casos devido a dificuldades financeiras, quer devido a atrasos no desbloqueamento das participações comunitárias (23%) quer devido à falta de capacidade financeira do promotor (12%).

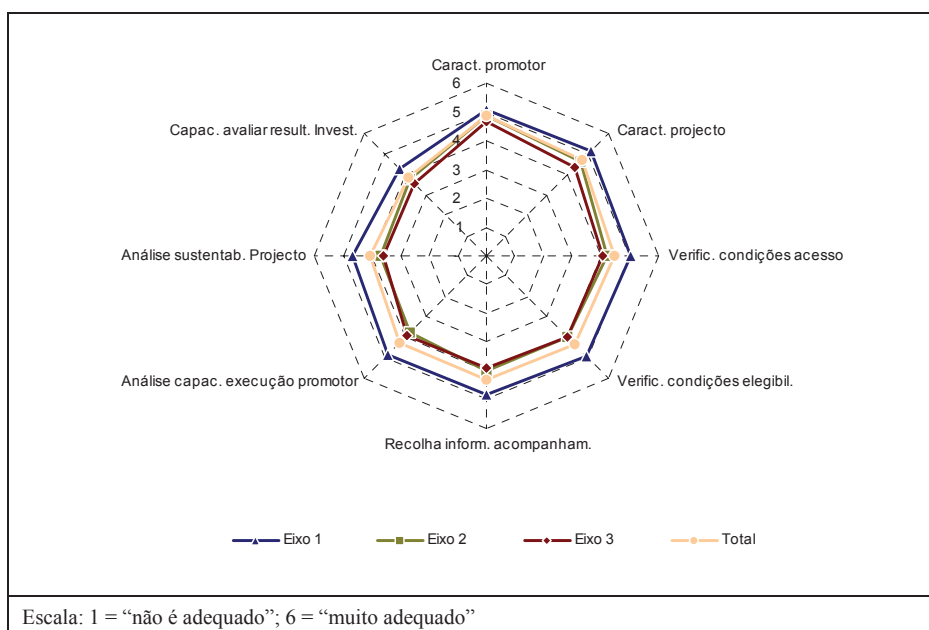
GRÁFICO 10-8: OCORRÊNCIA DE ATRASOS RESULTANTES DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS (% DE RESPOSTAS DOS PROMOTORES)



Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

616. A análise das respostas relativas à estrutura dos formulários de candidatura permite verificar que, na perspectiva da gestão, os elementos neles constantes são adequados (registando classificações médias entre 3,9, no que se refere à “capacidade de avaliação dos resultados do investimento,” e 4,9 para a “caracterização do promotor”) para efectuar a análise das candidaturas. Os formulários parecem fornecer melhor informação, para além da “caracterização do promotor”, nos aspectos relacionados com a “caracterização do projecto”, “validação das condições de acesso” e “verificação das condições de elegibilidade”. O gráfico abaixo apresentado evidencia que são os intervenientes na gestão do eixo 1 que melhor classificam a adequação dos formulários existentes na análise dos projectos candidatos a apoio no âmbito do PORLVT.

GRÁFICO 10-9: ADEQUAÇÃO DOS FORMULÁRIOS DE CANDIDATURA



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

A maioria dos promotores considera, no âmbito do inquérito que lhes foi dirigido, que o formulário de candidatura é adequado ao propósito a que se destina, ainda que quase 20% tenham referido que o seu preenchimento é burocrático.

QUADRO 10-9: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA AO ACTUAL FORMULÁRIO DE CANDIDATURA

Avaliação	% de respostas
Adequado à natureza dos promotores	51,7%
Exigente	10,6%
Burocrático	19,9%
Desadequado Quanto à:	17,9%
Informação sobre o promotor	6,0%
Informação sobre o projecto	11,9%

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

617.A eficiência de funcionamento das Unidades de Gestão merece uma apreciação globalmente positiva por parte das entidades que responderam ao inquérito.

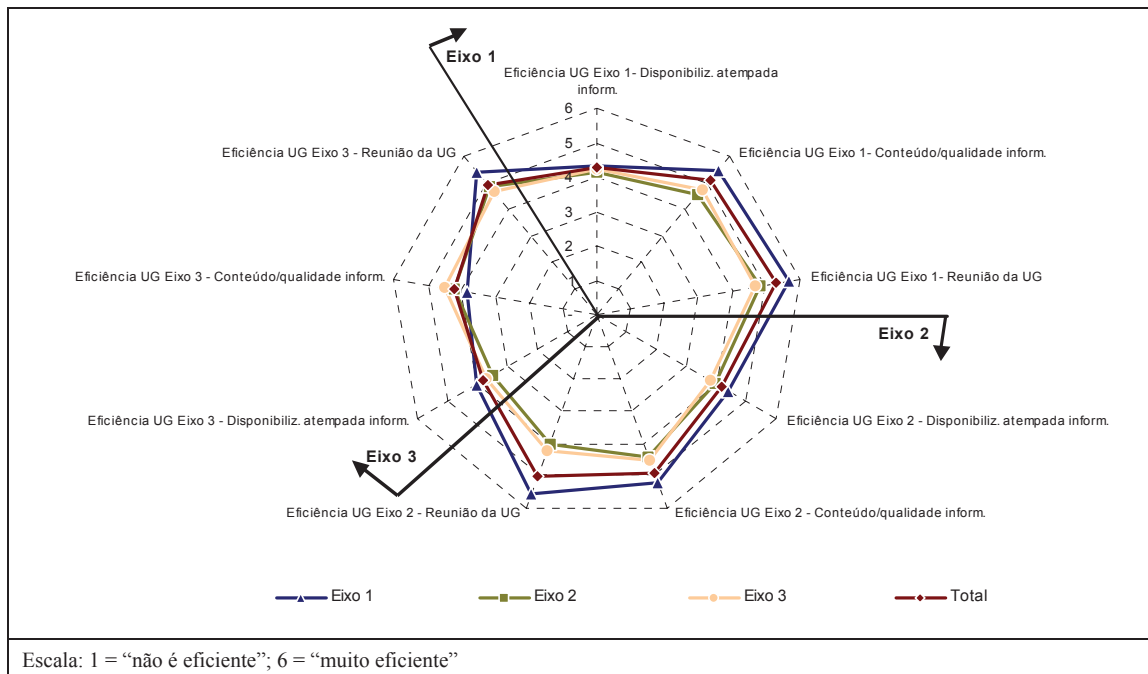
À semelhança do que se tem vindo a registar, ao longo da análise das respostas ao questionário aos responsáveis pela gestão, são os intervenientes na gestão do eixo 1 que avaliam com uma classificação mais positiva, quer o funcionamento da sua Unidade de Gestão, quer o funcionamento das restantes Unidades de Gestão. Estes responsáveis classificam a eficiência da reunião da Unidade de Gestão em que participam com o valor médio de 5,7, ficando, por isso, muito próximo da classificação máxima; o mesmo acontecendo com o “conteúdo e qualidade de informação” para apoio à tomada de decisão.

Os intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 2 classificam com o valor médio de 4 o nível de eficiência da reunião da U.G. e o item relacionado com a “disponibilização atempada de informação”. A classificação mais elevada é atribuída ao “conteúdo e qualidade da informação” que obtém um valor médio de 4,4.

Reflectindo algumas necessidades de melhoria no nível da articulação processual dos intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 3, a classificação média mais baixa (ainda, assim, positiva – 3,7) é atribuída à “disponibilização atempada da informação”. A classificação melhora substancialmente (média de 4,5) quando é avaliado o “conteúdo e qualidade da informação”. A realização da Unidade de Gestão é considerada eficiente (classificação média de 4,6),

confirmando, de certa forma, a opinião expressa pelos coordenadores das medidas durante a realização das entrevistas.

GRÁFICO 10-10: NÍVEL DE EFICIÊNCIA ALCANÇADO NO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE GESTÃO



Fonte: Equipe de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

618. Directamente relacionadas com a orgânica funcional da gestão do eixo 3, nomeadamente da sua Unidade de Gestão, foram formuladas, ao nível do inquérito aos responsáveis pela gestão, duas questões sobre as quais existem opiniões contraditórias: uma sobre a possibilidade de existir um gestor específico para o eixo 3 e outra sobre o funcionamento deste órgão por secções (aspecto que apesar de estar consagrado na legislação nunca foi verdadeiramente implementado).

QUADRO 10-10: FUNCIONAMENTO DO EIXO 3 – PERTINÊNCIA DE ALGUMAS SITUAÇÕES (% DE RESPOSTAS)

Concordância com as situações		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Total
Existência, a consagrar no quadro legal, de um gestor específico para o Eixo 3	Sim	43,5%	21,7%	34,8%	100,0%
	Não	31,6%	10,5%	57,9%	100,0%
Funcionamento da Unidade de Gestão por secções	Sim	48,0%	8,0%	44,0%	100,0%
	Não	20,0%	30,0%	50,0%	100,0%

Fonte: Equipe de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

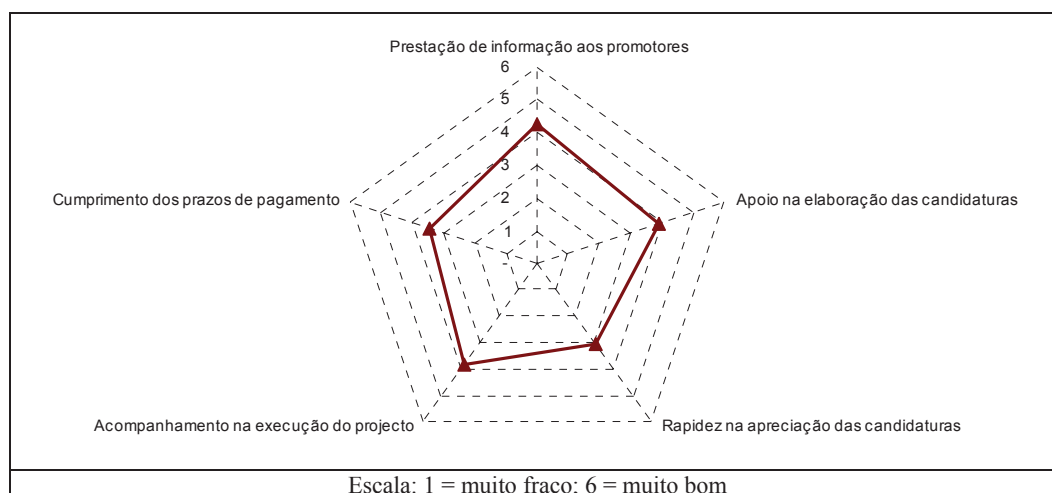
Os resultados obtidos encontram-se sistematizados no Quadro 10-10, e não ajudam a retirar conclusões, verificando-se a existência de opiniões contraditórias. A visão expressa pelos próprios intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 3 parece indicar a preferência por um

modelo em que o gestor do eixo 3 continue a ser o Gestor do Programa Operacional e a não adopção de uma lógica de funcionamento por secções. Curiosamente, refira-se que, no âmbito do processo de realização de entrevistas, a generalidade das pessoas pertencentes à estrutura de coordenação do PORLVT defendia a existência de um gestor para o eixo 3 que coadjuvasse o Gestor do Programa.

A adopção de uma lógica de funcionamento por secções, podendo contribuir para a eficiência do processo de decisão ao nível da selecção das candidaturas, pode diminuir a capacidade de articulação institucional, que se encontra ainda em consolidação.

619. A análise global dos promotores em relação ao desempenho da gestão do Programa apresenta resultados diferenciados: os aspectos mais positivos relacionam-se com a prestação de informação aos promotores, com o apoio na elaboração de candidaturas e com o acompanhamento na execução do projecto (que registam médias de resposta ligeiramente acima, ou próximas de 4 na escala utilizada), enquanto que os aspectos menos positivos se relacionam com a rapidez na apreciação das candidaturas e o cumprimento dos prazos de pagamento (que se situa, mesmo, abaixo do valor médio da escala utilizada).

GRÁFICO 10-11: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVAMENTE AO DESEMPENHO DA GESTÃO DO PROGRAMA



Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

FIGURA 10-3: FLUXOGRAMA EIXOS 1 E 2

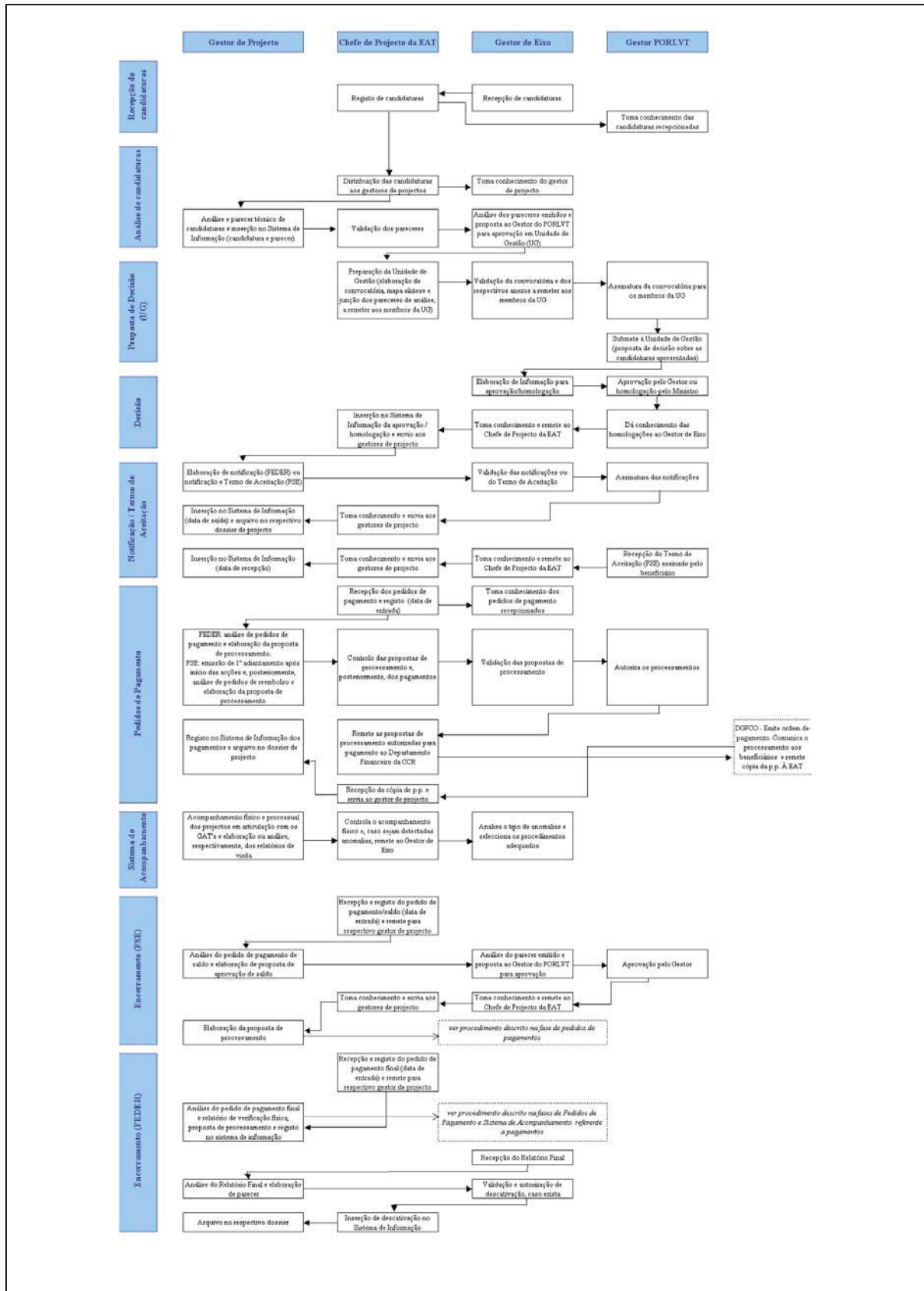
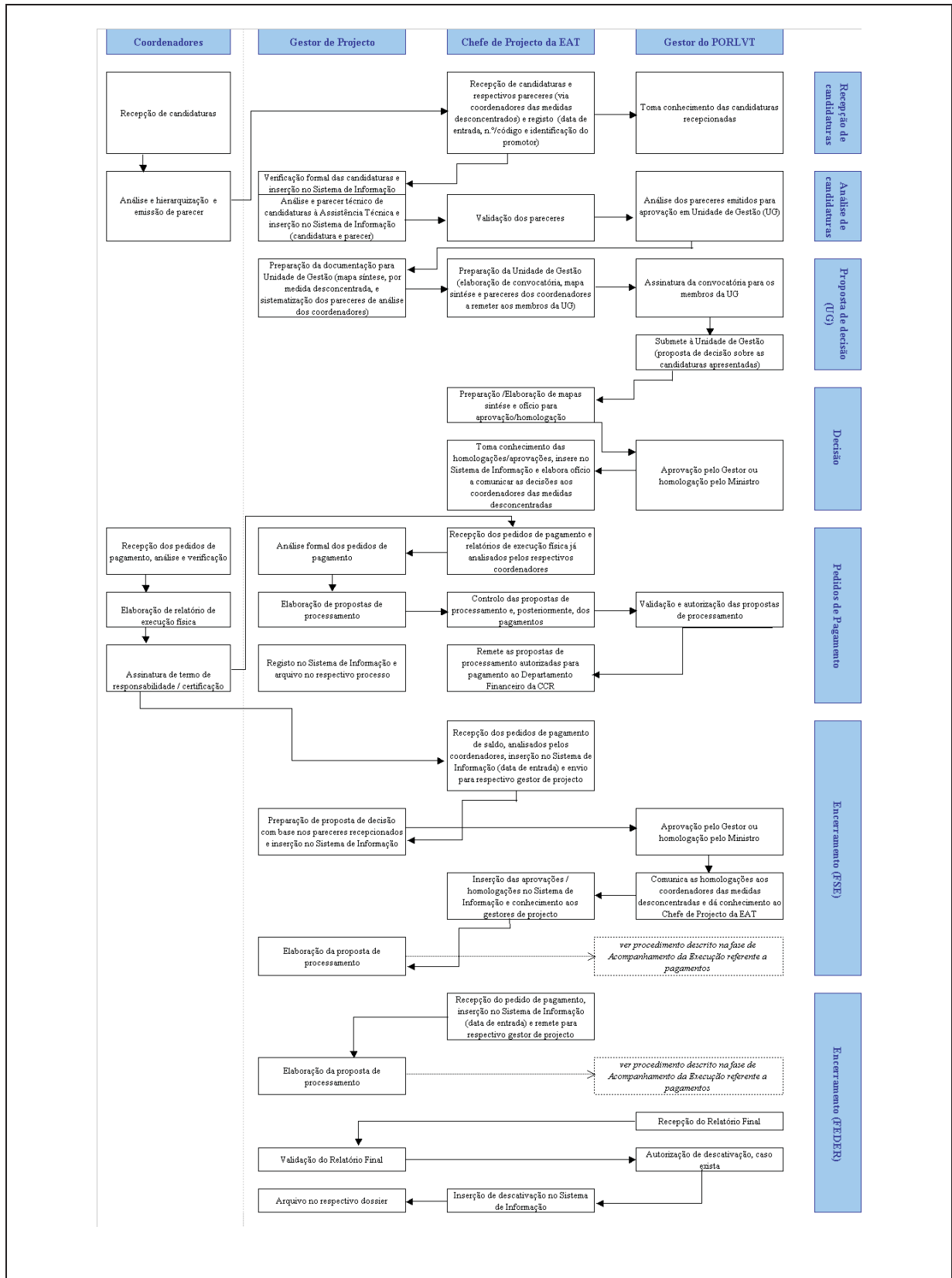


FIGURA 10-4: Fluxograma do Eixo 3



10.1.5. Dispositivo de Acompanhamento

620.No eixo 1, nas medidas contratualizadas (1.1., 1.2. e 1.3.), o dispositivo de acompanhamento é efectuado num primeiro nível pelas Associações de Municípios e pela Junta Metropolitana de Lisboa, enquanto entidades directamente responsáveis pela gestão técnica, administrativa e financeira. Para além do acompanhamento informal, a estrutura de gestão do Programa efectua o acompanhamento do promotor na fase da candidatura, nomeadamente através do fornecimento de um *check-list* contendo os elementos que devem estar presentes na organização do processo administrativo.

CAIXA 10-5: CHECK –LIST FORNECIDO AOS PROMOTORES DO EIXO 1

Constituição indicativa do dossier do projecto, na entidade promotora

A – Candidatura:

Formulário de candidatura e respectivos anexos, acompanhado, sempre que aplicável, dos seguintes documentos:

- Memória descritiva do projecto
- Estudos e análises prévias
- Projectos técnicos (engenharia, arquitectura, outros)
- Planos de financiamento
- Processo(s) de concurso/contrato e fase em que se encontra(m), justificadas documentalmente:
 - Caderno de encargos
 - Anúncio de concurso
 - Convites dirigidos às empresas
 - Documentos relativos à abertura de concurso público comunitário (nomeadamente publicação no Jornal Oficial das Comunidades)
 - Propostas apresentadas
 - Acta da abertura das propostas
 - Documento indicativo dos critérios de selecção e justificativa da opção tomada
 - Acta da reunião no órgão municipal em que foi decidido qual o adjudicatário ou decisão do membro competente
 - Contrato de adjudicação (incluindo “visto” do Tribunal de Contas)
 - Auto de consignação da obra
 - Declaração do início da obra
- Declarações aplicáveis
- Pareceres/licenças
- Cronogramas físicos e financeiros
- Indicadores de realização
- Documento comprovativo da posição relativa ao IVA
- Listagem descritiva dos investimentos já executados
- Dossier de faseamento, caso se trate de um projecto faseado
- Correspondência trocada para instrução da candidatura
- Comunicação da recepção da candidatura

Constituição indicativa do dossier do projecto, na entidade promotora

B – Decisão:

- Acta da reunião que propõe a aprovação do projecto
- Comunicação da decisão relativa ao projecto
- Contrato/termo de aceitação de financiamento (se aplicável)

C – Execução:

- Formulário do pedido de pagamento
- Listagem dos documentos comprovativos e respectivos anexos:
 - Facturas e documentos de valor probatório equivalente (originais ou cópias autenticadas) com evidência de aposição de carimbo
 - Auto de medição
 - Documentos de revisão de preços
 - Ordens de pagamento, com menção do projecto cujo pagamento visam
 - Recibos ou documentos de quitação de despesa equivalentes (originais ou cópias autenticadas) com evidência da aposição de carimbo
- Autos de recepção provisória/definitiva da obra
- Correspondência trocada para instrução do pedido de pagamento
- Comunicação ao beneficiário da emissão do pagamento
- Reprogramações ao projecto (tramitação conforme B)

D – Acompanhamento e controlo

- Relatórios de acompanhamento e controlo
- Relatórios de controlo efectuado por entidades competentes
- Correspondência/esclarecimentos
- Relatório final, acompanhado (quando aplicável):
 - Auto de recepção provisória/definitiva da obra

621. Do ponto de vista do acompanhamento do projecto, este é efectuado em primeira instância pelos elementos das Associações de Municípios, nomeadamente pelos seus dirigentes cuja proximidade institucional e física dos projectos possibilita uma maior frequência de visitas e facilidade relacional. Ao nível dos técnicos das respectivas EAT, verifica-se que antes de enviarem os processos para análise da unidade de gestão é elaborado um parecer técnico²⁰ contendo:

1. Enquadramento no Programa Operacional Regional;
2. Identificação do Processo;
3. Cumprimento das Condições de Acesso;

²⁰ Obedece à mesma estrutura dos pareceres formulados pela EAT de apoio ao Gestor.

4. Caracterização do Projecto (caracterização, objectivos do projecto, objecto do projecto, plano global de investimentos, comentários e programação financeira);
 5. Parecer.
622. Para além do parecer técnico, o processo contém ainda o formulário de candidatura e o seu anexo que apresenta a seguinte estrutura: (i) Caracterização do projecto; (ii) objectivos; (iii) situação actual; (iv) resultados esperados; (v) descrição da infraestrutura e trabalhos a realizar; (vi) fases e calendário de execução; (vii) publicidade do investimento; (viii) enquadramento do projecto; e (ix) estudo e análises prévias.
623. Na fase final do processo, a EAT da coordenação do Programa procura efectuar visitas de acompanhamento dos vários projectos a submeter à unidade de gestão, é efectuada uma ficha síntese de resumo do projecto e uma ficha sinóptica para homologação pelo responsável político. Na fase de pagamento, é efectuada, de forma obrigatória, uma visita de acompanhamento.
624. Os projectos inseridos na medida 1.5 obedecem à mesma estrutura de constituição do dossier administrativo apresentado na Caixa 10-5, sendo o processo de acompanhamento da responsabilidade da EAT da coordenação do Programa.
625. No eixo 2, na medida 2.3, para além dos procedimentos administrativos associados à constituição administrativa do projecto (idênticos aos referenciados para o eixo 1), o menor número de projectos possibilita a realização de um acompanhamento permanente, obra a obra, por parte do gestor do eixo de todos os projectos integrados na medida VALTEJO, permitindo que, para além dos mecanismos formais de acompanhamento, passassem a existir mecanismos de confiança relacional que se traduzem na capacidade de aconselhamento directa sobre as acções a implementar com o intuito de aumentar a execução do Programa²¹. O acompanhamento da execução física e financeira é efectuado de modo formal trimestralmente. Procurando aumentar o ritmo de execução da medida, só são apresentados em unidade de gestão os projectos que tenham “garantido” a sua adjudicação.
626. Refira-se que para a globalidade das medidas as acções de acompanhamento são efectuadas por técnicos especializados na fiscalização de obras, sendo, sempre que possível, acompanhados pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento da medida. Verifica-se, também, que as preocupações de acompanhamento se estendem à fase do pedido de pagamento e às acções de informação e publicidade.

²¹ Ainda que, como é óbvio, a execução esteja dependente de um conjunto alargado de outros factores.

627. Ao nível de topo, o acompanhamento do Programa é efectuado a três níveis:

- i. Concelho/Projecto: através de visitas regulares do Gestor aos municípios; elaboração de “folhas de informação” por concelho de todos os projectos;
- ii. Informação de apoio à gestão: através de uma bateria de indicadores por eixos, essencialmente de indicadores de execução física e financeira dos projectos para cada um dos eixos verificando-se a existência de uma preocupação constante na tentativa de medir o posicionamento geral do PO no cumprimento da regra “n+2” e do indicador financeiro da reserva de eficiência²²;
- iii. Reunião mensal com a DGDR e Gestão do PO: através de discussão dos pontos de situação do Programa por eixos, por medidas e das acções a implementar para cumprir os objectivos do PORLVT.

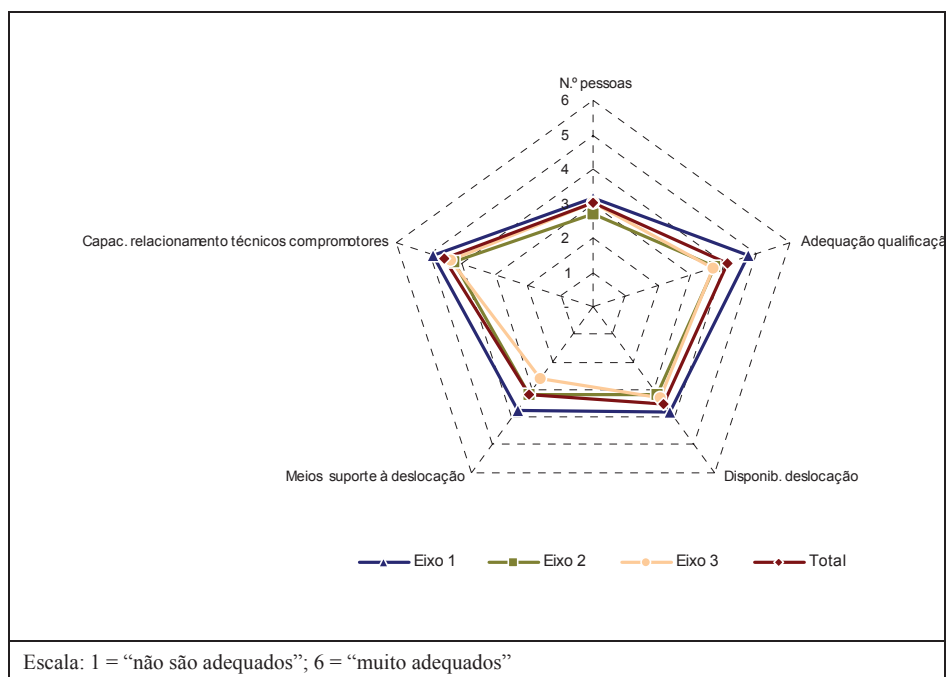
628. Em relação às medidas sectoriais regionalmente desconcentradas, o processo de acompanhamento é, essencialmente, efectuado pela EAT de apoio à coordenação, verificando-se que a dimensão dos quadros de pessoal, os constrangimentos associados aos SI (nomeadamente ao nível da dificuldade em calcular indicadores agregados de realização física e de resultados), a necessidade de introduzir celeridade na análise de candidaturas e aprovar projectos que permitam obter níveis de execução consentâneos com o processo de *phasing out* e com o cumprimento da regra “n+2”, têm dificultado a realização de tarefas de acompanhamento, sendo este aspecto comumente apontado com uma área a melhorar.

629. No que diz respeito aos meios existentes para a realização das tarefas de acompanhamento, para além do número de recursos humanos, os “meios de suporte à deslocação” são considerados, no inquérito efectuado junto dos responsáveis pela gestão, como o aspecto menos favorável (média 3,1). Este último item merece, aliás, nota média negativa (2,6) por parte dos responsáveis do eixo 3.

630. A análise da adequação dos instrumentos de acompanhamento, através das respostas ao inquérito, regista, nos vários parâmetros avaliados, uma classificação média positiva, sendo a “existência de formas de verificação de preços” na análise da contabilidade do beneficiário o item que regista menor classificação (3,82).

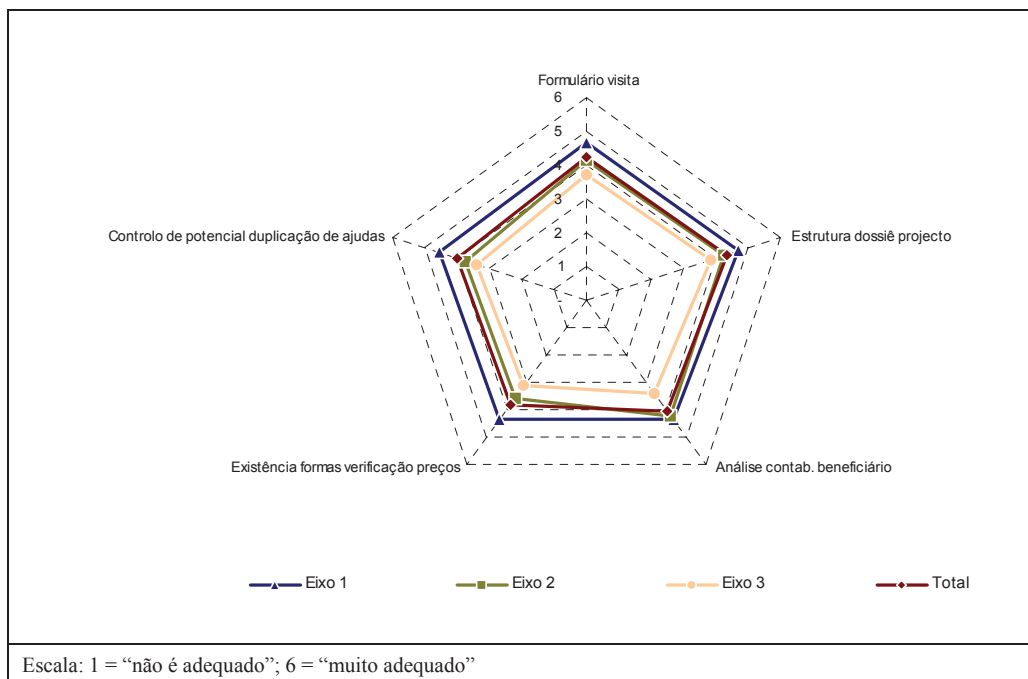
²² Esta preocupação é evidenciada, desde os momentos de arranque do PO, na leitura das actas das unidades de gestão e das actas da comissão de acompanhamento.

GRÁFICO 10-12: ADEQUAÇÃO DOS MEIOS EXISTENTES AO CASO ESPECÍFICO DAS TAREFAS DE ACOMPANHAMENTO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

GRÁFICO 10-13: ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO AO NÍVEL DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.6. Controlo

631. De acordo com a legislação²³ a entidade responsável pelo controlo de 1º nível é o Gestor da intervenção operacional sendo apoiado nesta missão por uma Estrutura de Apoio Técnico – EAT de Controlo, que tem como funções essenciais a verificação física e financeira (quer de natureza concomitante²⁴ quer a *posteriori*²⁵), quer nos locais de realização de investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e de despesa. Tal como previsto na legislação e no manual de controlo de 1º nível do PORLVT, o controlo incide, também, sobre os procedimentos relativos à verificação da forma como os órgãos de gestão ou as suas estruturas garantem a fiabilidade dos documentos constantes das candidaturas e asseguram a recolha de informação necessária à caracterização das componentes dos projectos ou acções, bem como a eficácia do acompanhamento da execução dos projectos ou acções.

De uma forma global, a actividade do controlo de 1º nível visa prevenir, detectar e corrigir, eventuais irregularidades, por parte dos promotores/beneficiários do Programa e identificar a existência de deficiências e de eventuais factores de risco ao nível dos procedimentos e actividades das entidades que integram o sistema de gestão do PO. Neste sentido, a actividade de controlo de 1º nível pode desempenhar um papel importante, através da formulação de recomendações, na adopção de medidas que potenciem a eficiência da intervenção.

Adicionalmente, a nível superior, exercem também actividades de controlo sobre o Programas as entidades coordenadoras de 2º nível (DGDR, IGFSE e IGA) e de alto nível (Inspecção Geral de Finanças) que integram o Sistema Nacional de Controlo (SNC), que incidem a sua acção sobre todo o sistema de gestão do PO, nomeadamente sobre a adequação dos procedimentos, operações e actividades exercidas pelos organismos intermédios e entidades coordenadoras, podendo por isso identificar e propor a adopção de medidas que assegurem o cumprimento da legislação, dos regulamentos, das normas internas, dos contratos, a utilização eficiente dos recursos, etc., no sentido de contribuir para o cumprimento dos objectivos e metas estabelecidos para o PO.

²³ N.º2 do art.º5 do DL 168/2001 e da alínea b) do n.º2 da Portaria n.º684/2001.

²⁴ Incidindo o controlo concomitante sobre as fases de candidaturas e execução do projecto ou acção e tem como objectivo assegurar a fiabilidade dos procedimentos adoptados.

²⁵ Este controlo é efectuado após a execução do projecto ou acção e visa assegurar, em particular, a validade dos critérios subjacentes à análise da despesa certificada.

As autoridades de pagamento dos fundos²⁶ efectuam também acções de controlo sobre os pedidos de financiamento efectuados pelos organismos intermédios e coordenadores das medidas, o que suplementa a percentagem de despesas elegíveis totais controladas no âmbito do Programa.

632. As relações entre a estrutura da gestão do Programa e estrutura de controlo são marcadas pelo princípio da segregação de funções, notando-se também, por este motivo, um certo distanciamento institucional na relação com os restantes membros da gestão.

633. Sendo o órgão mais recente da estrutura de gestão do Programa, a estrutura de controlo é apenas formada pela Chefe de Projecto e por uma funcionária que presta apoio administrativo, ainda que, do ponto de vista legal, esteja previsto que a EAT seja formada por quatro pessoas. A capacidade de preencher o quadro de pessoal foi prejudicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio de 2002, que suspendeu a possibilidade da Administração Pública proceder a novas contratações de pessoal. A responsável da EAT e a estrutura da CCR procuram ultrapassar esta limitação recorrendo ao quadro de disponíveis da Função Pública.

Este é, aliás, um aspecto crítico limitador da eficácia deste sistema e condicionador da eficiência da coordenação das acções de controlo de 1º nível, que depende, quase exclusivamente, ao nível das auditorias, da contratação de auditores externos. Por este motivo a EAT Controlo tem tido dificuldade em realizar visitas de acompanhamento das auditorias em curso, que teriam como finalidade atestar a adequação das equipas e das metodologias de trabalho utilizadas.

No entanto, esta limitação é dirimida, por um lado, pelo facto das equipas de auditoria externa terem sido previamente seleccionadas, fazendo parte da bolsa de auditores dos Fundos e, por outro, devido ao facto das auditorias obedecerem a uma estrutura pré-definida nos questionários elaborados pelo Sistema Nacional de Controlo, o que garante, *a priori*, uma certa uniformidade metodológica.

634. Integrada no SNC, a acção desta estrutura é programada através da realização de um Plano Anual de Controlo que é estruturado de forma a garantir que a amostra sobre a qual recai o trabalho de controlo cobre pelo menos 5% da despesa elegível total.

De acordo com o previsto na legislação (Anexo II da RCM n.º172/2001, de 26 de Dezembro) o planeamento das acções de controlo inicia-se em Junho de cada ano, após as entidades de alto nível e de 2º nível terem definido as orientações e as linhas gerais do plano de controlo para o ano seguinte. O plano anual é estabelecido até ao final da primeira quinzena de Setembro e

²⁶ A DGDR no caso do FEDER, o IGFSE no caso do FSE e o IFADAP no caso do FEOGA.

contempla, designadamente, a dimensão da amostra, os critérios de selecção dos projectos, o número de auditorias a realizar e, no caso do IGFSE, o cronograma de implementação das acções previstas.

Para além do plano anual, a EAT de Controlo remete a cada entidade coordenadora de 2º nível do FEOGA, FSE e FEDER uma informação trimestral²⁷ (até 15 dias após o final de cada trimestre) sobre a execução das acções previstas para esse período. Até 31 de Março de cada ano deve ser enviada para as entidades coordenadoras de 2º nível uma síntese da actividade desenvolvida no ano anterior²⁸.

O conteúdo dos relatórios finais de cada auditoria é introduzido informaticamente no SIGIFE, no caso das acções desenvolvidas no âmbito do FEDER e do FEOGA e no SIIFSE no caso do FSE.

635. A definição da amostra das acções constantes no plano anual é efectuada tendo por base os projectos com pedidos de pagamentos inseridos nos sistemas de informação dos Fundos, tendo a preocupação de percorrer todas as medidas com execução ao nível do Programa.

A EAT de Controlo, procurando garantir a aleatoriedade da amostra, não tem seguido uma política de concertação com os organismos intermédios e com as entidades coordenadoras das acções que serão objecto de controlo. No entanto, verifica-se que, para além da amostra aleatória definida no plano anual, são ainda incluídos, em qualquer altura, todos os projectos sobre os quais se considere pertinente efectuar acções de controlo de carácter extraordinário, nomeadamente, sempre que se registem solicitações, nesse sentido, por parte das entidades coordenadoras envolvidas na gestão do Programa.

Para as medidas financiadas pelo FEDER a selecção da amostra tem por base um método que se subdivide em três fases, efectuando-se, na primeira fase a “determinação do esforço de controlo” – através do cálculo do risco de auditoria (risco inerente, risco de controlo e risco de detecção) e do limiar estimado²⁹-, na segunda fase a “selecção de projectos a auditar” – através da identificação de variáveis chave, construção de uma grelha de risco, elaboração de uma matriz de risco, organização da matriz e selecção dos projectos – e na terceira fase a “selecção de transacções a auditar” – tendo em consideração critérios como os contratos materialmente relevantes, a natureza da transacção e a existência ou não de fornecedores recorrentes.

²⁷ Obedecendo a um modelo definido por estas entidades.

²⁸ Idem.

²⁹ Que corresponde à percentagem de esforço de controlo anual por amostragem do 1º e do 2º nível.

A fase referente à determinação do esforço de controlo é da responsabilidade do Controlo de 2º nível, enquanto a fase referente à selecção dos projectos é da responsabilidade da EAT de Controlo do PORLVT, que fornece, ainda, aos auditores externos uma grelha de critérios de selecção dos documentos de despesa a auditar - “selecção de transacções a auditar”.

No caso das medidas financiadas pelo FSE os critérios de selecção da amostra relacionam-se, nomeadamente, com os seguintes aspectos: representatividade/materialidade, risco (idoneidade, denúncia), diversidade (natureza jurídica das entidades, dimensão e tipologia das acções de formação), frequência dos pedidos de pagamento por parte da entidade beneficiária, entidade nova ou nunca auditada, entidade com pedidos a outros gestores, recomendações de relatórios de controlo, pedido em fase de saldo, etc..

Para o FEOGA a amostra seleccionada obedece aos seguintes princípios: variedade de tipos e dimensões de operações, factores de risco e que os principais organismos intermédios e beneficiários sejam sujeitos, pelo menos, a um controlo antes do encerramento de cada intervenção. Tendo em consideração estes aspectos, é aplicado um método de natureza estatística – o Monetary Unit Sampling (MUS)³⁰. Em complemento deste método é também efectuado o cruzamento de critérios associados ao risco do projecto – como a complexidade das regras que regem as medidas/acções, a partilha de gestão por diversas entidades, a existência de pagamentos com base em pedidos de adiantamento, valor global e valor relativo do apoio, tipo de aquisições permitidas e rentabilidade do investimento realizado – e critérios associados ao risco do promotor/beneficiário – como a existência de irregularidades anteriores, existência de informações desfavoráveis, denúncias de irregularidades, candidaturas aprovadas em mais do que uma medida, existência de candidaturas anteriores nas mesmas áreas e candidaturas apresentadas em nome individual e de sociedades a que pertence quer como sócio ou como gestor. Outros aspectos, também, considerados são a idoneidade dos beneficiários, a idoneidade dos fornecedores e a adequação do projecto às características da região em que se insere.

636.A verificação física e financeira nos locais de realização do investimento (entidades beneficiárias) e junto das entidades que detêm os originais do processo técnico e os documentos comprovativos da despesa é efectuada, como já se referiu anteriormente, tendo como apoio o trabalho de entidades pré-qualificadas (bolsa de auditores) para realizar trabalhos de auditoria no âmbito dos fundos FEDER e FSE.

³⁰ Que utiliza a unidade monetária como unidade de amostra, pelo que um determinado elemento da população (um projecto) tem maior probabilidade de ser seleccionado se o valor monetário ou a sua taxa de execução forem elevados.

Tal como previsto na legislação, estas acções, quer de natureza concomitante quer a *posteriori* destinam-se a analisar a componente material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógico.

A EAT de Controlo tem definido como limiar mínimo de despesa controlada, por acção de verificação no local, 40% do total das despesas do projecto, sendo por vezes dadas directrizes para subir este patamar para 50% do total das despesas elegíveis.

No caso particular do FEOGA as acções de controlo de 1º nível são efectuadas pelo IFADAP, entidade com a qual existe um protocolo. No entanto, estas acções obedecem à programação estabelecida no plano anual de controlo efectuado pela EAT Controlo, em articulação com orientações definidas pelo SNC. Para o FEOGA a percentagem de despesa a controlar é de 100% em todas as acções de controlo.

637. Terminado o trabalho de auditoria é apresentado, quer em suporte papel quer em suporte informático, o projecto de relatório de auditoria, que é analisado pela EAT Controlo. Esta EAT elabora uma informação contendo o relato da acção de controlo e procede ao envio, do mesmo, para o Gestor³¹, para seu conhecimento, aprovação e sequente envio para a entidade beneficiária e para os organismos intermédios.

Os organismos intermédios/entidades coordenadoras, para além de tomarem conhecimento redigem, no caso de considerarem pertinente, os seus comentários sobre o projecto de relatório. A entidade beneficiária efectua, por sua vez, o contraditório (pronuncia-se sobre as questões que considera relevantes). A partir da recepção destes elementos é redigido o relatório final da auditoria.

Os beneficiários devem efectuar as diligências necessárias para regularizar as anomalias que foram, eventualmente, detectadas dentro de um prazo estipulado. Os organismos intermédios/entidades coordenadoras devem, quando isso se justifique, promover as correcções nos procedimentos que se revelem necessárias para a melhoria da sua eficiência.

No caso de se verificar a existência de irregularidades, estas, devem ser imediatamente comunicadas à entidade coordenadora de 2º nível (DGDR, IGFSE ou IGA) e autoridade de pagamento do Fundo comunitário respectivo (DGDR, IGFSE ou IFADAP). Nos outros casos, as versões finais dos relatos das acções de controlo são comunicadas à entidade coordenadora de 2º nível, respectiva, no prazo de 30 dias.

³¹ Com proposta de conhecimento aos Gestores de eixo e EAT para validação dos relatórios.

Os resultados de cada auditoria são arquivados em pastas que apresentam a seguinte organização base: (1) projecto, (2) projecto de relatório de acção de controlo (draft), (3) projecto de relatório da acção de controlo, (4) informação ao Gestor do PORLVT, (5) notificação e resposta do beneficiário, (6) notificação e resposta do coordenador/organismo intermédio, (7) relatório final da acção de controlo, (8) ficha de comunicação de irregularidades, (9) envio para entidade coordenadora de 2º nível, (10) diversos.

Recentemente a EAT de Controlo passou a centralizar as conclusões e recomendações do relatório final, assim como a sistematização das questões a acompanhar, em “fichas de acompanhamento das recomendações” dos projectos auditados. A análise agregada destas fichas de acompanhamento deverá facilitar a existência de uma visão de conjunto em complemento de uma visão específica, projecto a projecto, o que deverá permitir o reforço da capacidade de actuação sobre, eventuais, aspectos críticos do sistema de gestão e acompanhamento.

638.O controlo de qualidade do trabalho contratado a auditores externos é efectuado por esta EAT através do cruzamento entre a estrutura de anexos previstos ao nível dos questionários e o conteúdo do relatório, assim como a análise da sua conformidade com os regulamentos, nomeadamente, das Unidades de Gestão. Um outro aspecto que contribui para a análise da qualidade do trabalho das auditorias externas é o próprio contraditório da entidade beneficiária (que expressa, também, a sua opinião sobre os aspectos que considera pertinentes em relação aos resultados das auditorias efectuadas) e os comentários da gestão dos organismos intermédios e das entidades coordenadoras.

639.O PORLVT dispõe, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, e em conformidade com o previsto no Anexo I (Descrição Indicativa das Informações Necessárias Para Uma Pista de Controlo Suficiente), de documentos descritivos da Pista de Controlo para os Fundos FEDER, FSE e FEOGA, obedecendo ao modelo proposto pelo Sistema Nacional de Controlo. Estes documentos obedecem à seguinte estrutura: 1- Caracterização do Programa Operacional, 2- Estruturas Orgânicas de Suporte e Meios Afectos, 3- Quadro de Repartição de Funções Inerentes aos Sistemas de Gestão e Controlo, 4 – Processo de Gestão – Descrição dos Circuitos e Procedimentos, 5- Tarefas Globais de Acompanhamento e Gestão e 6- Controlo de 1º Nível.

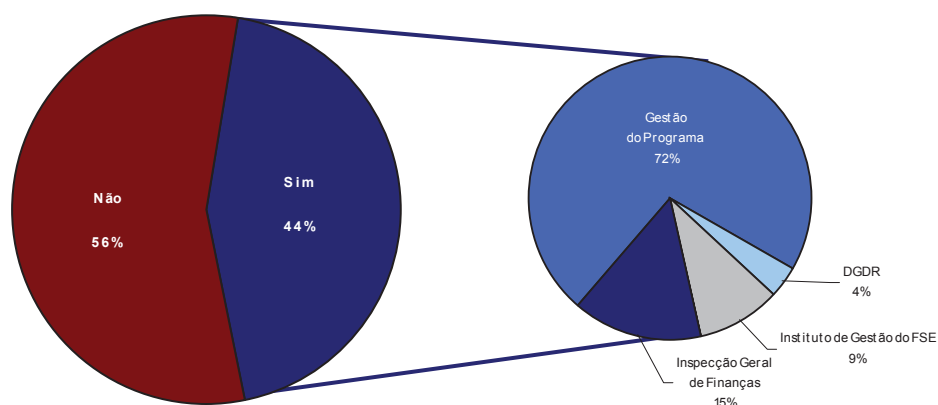
Os documentos relativos à existência de Pistas de Controlo Suficientes têm sido actualizados de acordo com as recomendações das entidades de 2º nível e de alto nível.

640.O controlo de duplicação de ajudas comunitárias é essencialmente efectuado, quando possível, através da realização de auditorias a vários projectos de uma mesma entidade beneficiária.

641. Do ponto de vista dos resultados alcançados, verifica-se que, no final do ano de 2002, a percentagem de despesa elegível certificada, pelo controlo de 1º nível, se situava em 6,3%. Registaram-se, contudo, alguns desequilíbrios entre os Fundos, com o FEDER a obter uma taxa de 9,3%, o FSE 2,6% e o FEOGA 1%.

Refira-se, a título de curiosidade, que uma percentagem significativa dos promotores que responderam a inquérito já tinham sido objecto de acções de controlo (cerca de 44%), na sua maioria pelo controlo de 1º nível (72% deste grupo).

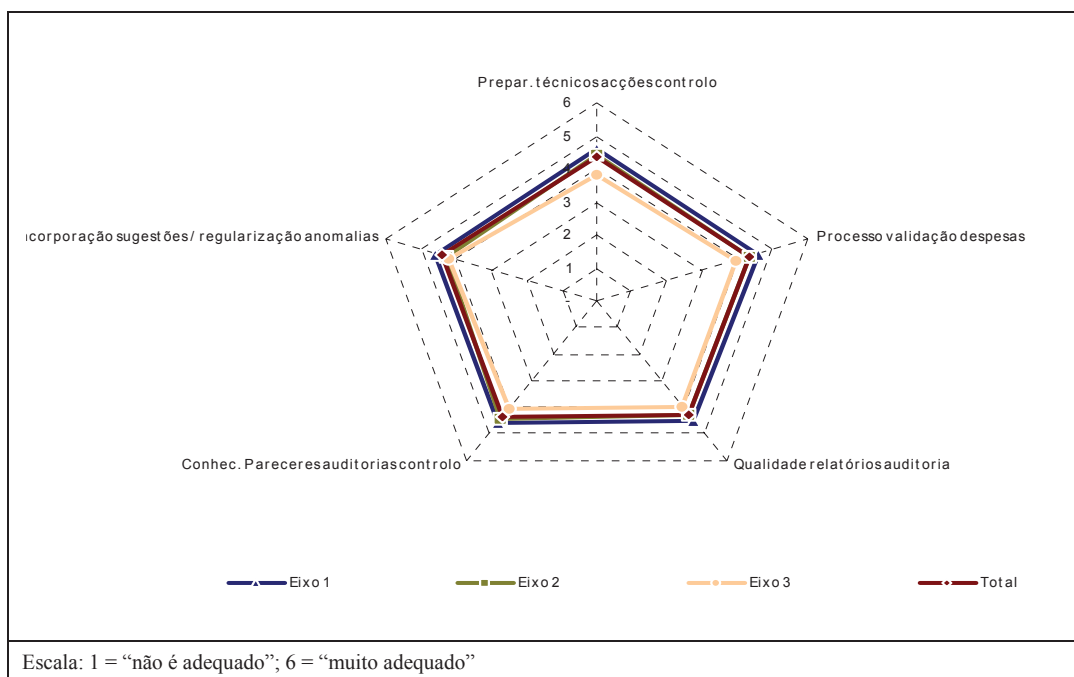
GRÁFICO 10-14: OCORRÊNCIA DE ACÇÕES DE CONTROLO E ENTIDADES QUE DESENVOLVERAM ESSAS ACÇÕES
(% DE RESPOSTAS DOS PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

642. A análise da qualidade do sistema de controlo através do questionário, realizado junto dos responsáveis pela gestão, manifesta uma grande uniformidade na classificação, registando-se pequenas variações nos valores médios para a globalidade do PO (entre 4,3 e 4,4), o que corresponde a uma avaliação positiva do sistema de controlo.

GRÁFICO 10-15: ADEQUAÇÃO E QUALIDADE DO SISTEMA DE CONTROLO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.7. Divulgação, Informação e Promoção do PO

643. Os aspectos relacionados com a divulgação, informação e promoção do Programa seguem os procedimentos recomendados nos regulamentos comunitários, designadamente, tendo em consideração os regulamentos (CE) n.º1260/1999, de 21 de Junho, e (CE) n.º1159/200, de 30 de Maio. De forma a cumprir as regras de execução em matéria de informação e publicidade sobre as intervenções dos Fundos Estruturais³², o gabinete do Gestor efectua um plano de acções de comunicação anual, tendo em consideração o objectivo de informar beneficiários potenciais e finais e a opinião pública.

As acções destinadas a actuar sobre os beneficiários finais e potenciais têm incidido, essencialmente, na produção de folhetos e material informativo e disponibilização no site do PORLVT das regras de publicitação e logotipos, de acordo com o definido pela CE, no que se refere à produção de instrumentos de informação e publicidade. No ano de 2002, foi enviado por *mailing* um postal de divulgação do site do PO.

A preocupação da gestão do Programa com a informação aos promotores sobre os requisitos mínimos obrigatórios na publicitação do investimento apoiado inicia-se logo na fase de

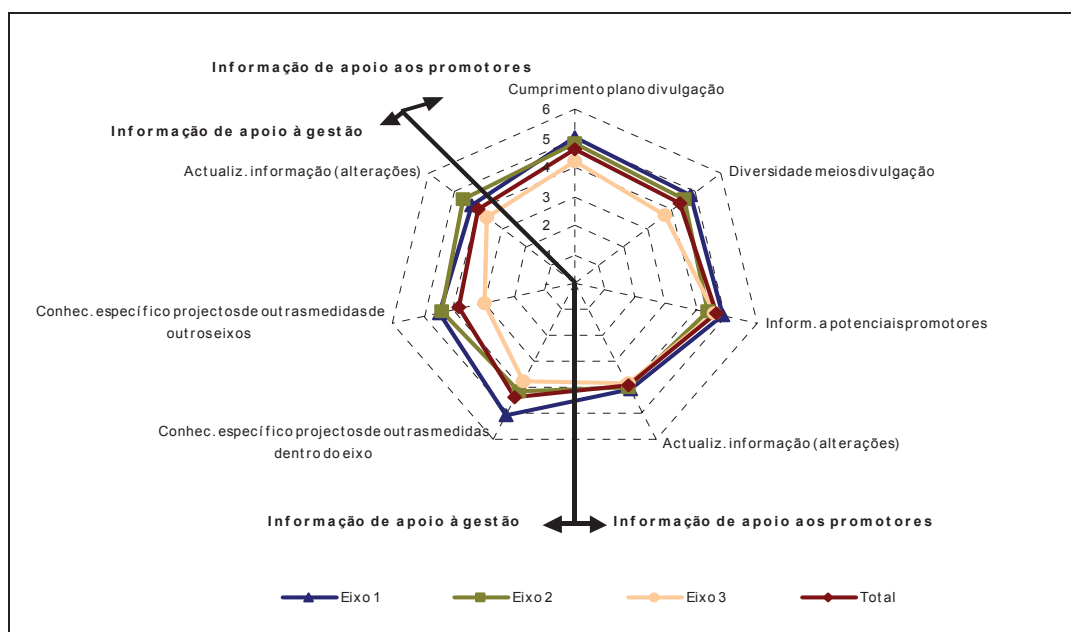
³² Anexo do Regulamento CE n.º 1159/200, de 30 de Maio.

candidatura, através de um anexo do formulário, em que se explicam os procedimentos a adoptar por parte das entidades beneficiárias.

As acções destinadas à opinião pública obedecem a uma estratégia de comunicação multi-meios que tem passado pela inserção de anúncios em órgãos de comunicação regionais e nacionais, pela participação/organização de eventos e acções de relações públicas, nomeadamente de exposições, visitas a projectos co-financiados pelo PORLVT e organização de seminários.

644. Os responsáveis pela gestão manifestam, no inquérito que lhes foi dirigido, uma opinião positiva em relação à informação dirigida a beneficiários/promotores finais, designadamente na forma como tem sido cumprido o plano de divulgação, como tem sido prestada informação sobre o Programa a potenciais promotores e sobre a diversidade de meios de divulgação utilizada, sendo a actualização de informação relativa a alterações introduzidas o factor que obtém uma pontuação média positiva mais baixa (3,7), sendo no eixo 3, onde existe uma maior diversidade de medidas, que este aspecto obtém uma pontuação média inferior.

GRÁFICO 10-16: GRAU DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO PRESTADA A POTENCIAIS PROMOTORES E ADEQUAÇÃO DA INFORMAÇÃO EXISTENTE PARA APOIO À GESTÃO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT

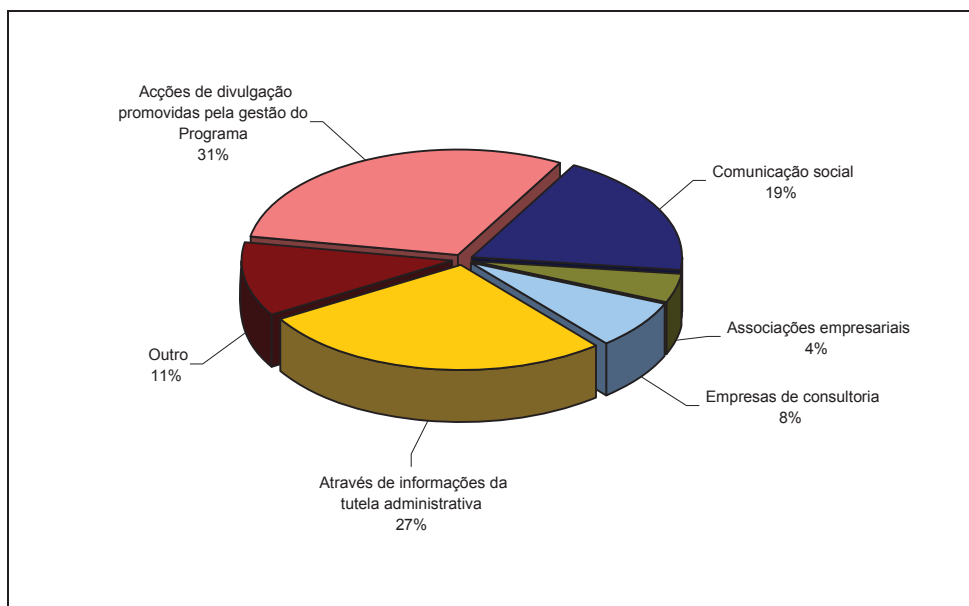
645. A informação direccionada para o apoio à gestão obtém nos factores avaliados pontuações médias acima de 4, numa escala de 1 a 6, notando-se contudo uma apreciação um pouco menos positiva por parte dos responsáveis do eixo 3, especialmente nos aspectos relacionados com o

conhecimento específico de projectos de outras medidas eixos do PO, que obtém uma classificação média de 3,1.

A visão expressa pelos promotores/beneficiários finais sobre o grau de informação acerca do Programa é favorável, verificando-se que os inquiridos atribuíram a classificação média de 4,2 ao seu próprio conhecimento global do PO e de 4,5 quanto ao conhecimento específico, no seu domínio de intervenção, sobre os eixos e medidas ou áreas do Programa.

646. Quanto à forma como os promotores inquiridos tomaram conhecimento do PORLVT, destaca-se como aspecto mais referenciado a realização de “acções de divulgação promovidas pela gestão do Programa, a informação proveniente da tutela administrativa e os meios de comunicação social.

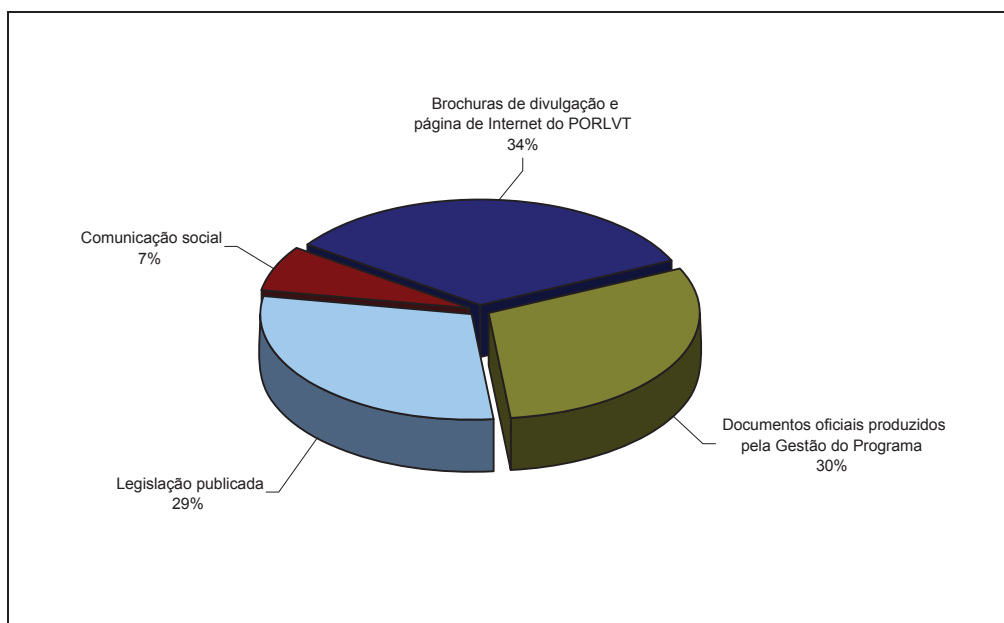
GRÁFICO 10-17: MEIO DE CONHECIMENTO DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

647. As brochuras de divulgação e página da Internet do PO (34%) e os documentos oficiais produzidos pela gestão do Programa (30%) são as fontes de informação mais referenciadas pelos promotores como meio de aprofundamento do conhecimento sobre o PORLVT.

GRÁFICO 10-18: FONTES DE INFORMAÇÃO PARA APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE O PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

648.No seu conjunto, pelo acima exposto, os aspectos relacionados com a divulgação, informação e promoção do Programa parecem ter cumprido os objectivos expressos na regulamentação comunitária, verificando-se que a acção da gestão foi importante quer para a promoção do PO quer na disponibilização de informação adequada para o aprofundamento do conhecimento específico dos promotores.

10.2. ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PO E DOS PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO

649.Um Sistema de Informação (SI) deve ser entendido como um conjunto de subsistemas interdependentes que, no seu conjunto, podem cumprir dois objectivos: (i) o apoio à gestão corrente (procedimentos rotineiros como o processamento de transacções – pedidos e ordens de pagamento, por exemplo); (ii) o apoio à decisão (procedimentos de gestão, implicitamente com uma forte componente prospectiva ou de previsão). É de esperar que um SI obedeça aos seguintes requisitos:

- Uma correcta integração de todos os subsistemas de informação (desde os mais operacionais ou rotineiros, até aos mais vocacionados para o fornecimento de *inputs* à tomada de decisão);
- Saídas (*outputs*) de informação que não ponham em risco as tarefas de planeamento e supervisão;

- Procedimentos administrativos que permitam uma constante alimentação (ou na frequência necessária) do sistema, com rapidez e fiabilidade;
- Incorporação de técnicas de análise de dados que permitam calibrar, orientar e, eventualmente, melhorar os requisitos anteriores.

650. Neste contexto, e tendo em conta a informação disponível sobre o SI do Programa, verifica-se a existência de um conjunto de fragilidades que resultam num esforço acrescido dos técnicos responsáveis pela gestão no sentido de se manterem níveis satisfatórios de coerência dos dados mais importantes para as tarefas de gestão e controlo, sobretudo ao nível financeiro. Este esforço reflecte-se no desenho, concepção e alimentação de ficheiros (em folha de cálculo) ou de “pequenas aplicações” criadas sobre um SGBD (Sistema de Gestão de Bases de Dados), desenvolvidos pelos próprios técnicos.

651. Aquelas fragilidades, mas também as virtualidades associadas a cada um dos subsistemas, resultam, por um lado, do processo de **descentralização** adoptado, com a implementação de três subsistemas, respectivamente para as componentes de financiamento FEDER, FSE e FEOGA, desenvolvido em termos da adequação às necessidades da entidade gestora, e que apresentam, alguns problemas e potencialidades que se passam a sistematizar:

- Na componente de financiamento FEDER, o SIFEC é uma aplicação que se pretendia viesse a corresponder a uma evolução qualitativa do anterior SI em uso (SIDREG). Pesem embora os problemas de arranque deste novo sistema, e tendo em conta a informação disponível, pensa-se que a evolução verificada não nos permite afirmar, pelo menos até ao momento, que se tenha dado o salto qualitativo desejado. Para esta afirmação, contribui, entre outros aspectos, o ter-se abandonado a tabela de indicadores de realização física anteriormente em uso no SIDREG, cuja estrutura arborescente, simples mas muito detalhada, permitia cobrir um leque bastante alargado de intervenções. No entanto, o Sifec apresenta outras vantagens, sobretudo no âmbito da validação da informação e redução das margens de erro associadas à introdução de dados, pela utilização de conjuntos de tabelas pré-definidas de atribuição de modalidades às variáveis.
- Na componente de financiamento FEOGA – no caso dos projectos incluídos na medida 3.15, o IFADAP utiliza uma aplicação sobre SGBD Oracle. A observação do elenco de campos susceptíveis de alimentação em dados sugere elevados níveis de detalhe e riqueza da informação disponível para a gestão dos projectos. A incorporação de um módulo de apuramento estatístico com a possibilidade da livre utilização de parâmetros de filtragem ao nível de cada variável constitui-se também como um ponto bastante forte deste subsistema. No entanto, não se pode deixar de referir que se detectaram algumas insuficiências ao nível da informação canalizada para a UG,

cujas razões se podem relacionar com as necessidades urgentes do acompanhamento da realização financeira, deixando assim para segundo plano o acompanhamento da realização física.

- Na componente de financiamento FSE, a gestão dos projectos incluídos nas medidas 1.4, 2.2, 2.4, 3.9 e 3.13, socorre-se de um conjunto de ficheiros concebidos sobre um programa de folha de cálculo. A aparente inexistência de uma aplicação do tipo Base de Dados (BD) Relacional levanta problemas acrescidos de gestão da informação que são bastante visíveis, tanto ao nível do esforço associado à supervisão da qualidade dos dados (estabelecimento de normas e procedimentos de validação e correcção dos dados introduzidos em cada ficheiro), como à dificuldade de cruzamento de variáveis, respectivas modalidades e categorias, com implicações evidentes, por exemplo, no adicional de trabalho associado à produção dos relatórios de execução. No que se refere às medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6, existe um sistema de informação de base, que contemplando informação diversa e rica, que garante uma capacidade de acompanhamento da execução destas medidas. Detectou-se, no entanto, uma insuficiência associada ao facto de ser difícil a recuperação de dados históricos dos projectos, quando os mesmos são objectos de reformulações, o que justifica, por exemplo, a existência de discrepâncias entre os dados disponíveis nos relatórios de execução e no sistema de informação.

652. A inexistência na prática de um SI que integre a informação validada ao nível dos 3 subsistemas em uso dificulta uma visão global centralizada do PORLVT e das rotinas de gestão, para além de se constituir como um impedimento à superação das dificuldades de comunicação associadas ao carácter descentralizado da gestão de um grande número de medidas, com destaque para a condução dos procedimentos de controlo de 1º nível e para a monitorização estratégica do PO.

653. Em síntese, FEOGA, FEDER e FSE co-financiam projectos com características diversas e que, por isso mesmo, têm exigências de informação, para apoio aos procedimentos de gestão, relativamente diferentes. Esta observação, válida tanto no que respeita às categorias de promotores envolvidos, como à média dos montantes financeiros dos projectos, como ainda aos destinatários e beneficiários finais, justifica a adopção de sistemas de informação diferenciados, apesar de dever ser garantido um denominador comum ao nível da natureza e organização de um conjunto de informação de base que permita a constituição de um subsistema conjunto para aquelas três fontes de financiamento, de tal modo que, a todo o momento, no caso de Programas plurifundos, seja possível ter uma visão global dos seus níveis de realização.

654. Daquele ponto de vista, e não existindo um SI plurifundos integrado, é de salientar o esforço de compatibilização de dados em ficheiros com desenho semelhante, ao nível da Gestão do Programa. Mas, atendendo a que as prioridades foram naturalmente estabelecidas ao nível da

supervisão financeira, sendo também nesta mais fácil de encontrar um denominador comum entre projectos relativamente aos campos deste tipo de execução, foi, em alguns casos, subalternizada informação sobre as características dos projectos e a sua execução física, facto a que também não é alheio o arranque tardio do SI da componente FEDER (SIFEC) e os seus problemas de afinação e manutenção que têm vindo a registar-se, nomeadamente ao nível das possibilidades de manuseamento do módulo dos indicadores de realização e facilidade da edição de relatórios por parte dos utilizadores.

655. Estas dificuldades ao nível do SIFEC foram igualmente objecto de detecção numa avaliação realizada recentemente pelo Tribunal de Contas³³ que apontava para um conjunto de recomendações que caso não fossem objecto de adopção poderiam vir *“a dificultar os trabalhos de avaliação no âmbito da avaliação intercalar, a realizar por avaliadores independentes, sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão a ser apresentada à Comissão de Acompanhamento e, posteriormente transmitida à Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2003 e, consequentemente, a falta de rigor na atribuição da reserva de eficiência.*

656. Assim, no domínio do Sistema de Informação são, desde já, identificáveis alguns reajustamentos que se afiguram vantajosos, à luz da gestão, acompanhamento e avaliação das diversas componentes de financiamento do PORLVT:

- i. determinação do recobrimento máximo da informação apurável para todos os fundos e sua posterior integração numa base de dados com registo uniforme, relevando-se a existência de ficheiros com registos de desenho específico para cada um dos fundos;
- ii. compatibilização da codificação de informação qualitativa relevante para os processos de apreciação, aprovação, gestão, acompanhamento e avaliação de projectos;
- iii. flexibilidade do SI no sentido de se poder conceber e desenhar relatórios personalizados que retirem todas as vantagens da existência de uma BD relacional (apuramentos e cruzamentos de informação personalizados pelo utilizador) a partir de um interface atractivo (boa construção gráfica), simples (bom desenho da sequência de tarefas a executar) e eficaz (internamente securizado e com uma boa gestão de erros).

657. A informação e os processos a integrar na base de dados devem compreender os blocos possíveis de input e output sobre o acompanhamento dos projectos e respectivos procedimentos de suporte, nomeadamente:

³³ Tribunal de Contas (2003), *Desenvolvimento e Gestão do Acesso a Bases de Dados da DGT, DGO, DPP e DGDR relativas ao PIDDAC e Fundos Comunitários*, Relatório DIV nº 01/2003 – 2ª Secção, Maio de 2003.

- informação de gestão (geral – características associadas ao projecto; e específica – despesas, pagamentos e níveis de realização física);
- informação interna referente à apreciação das candidaturas (nomeadamente ao nível das metas propostas);
- informação de retorno e auto-avaliação do projecto pelo promotor (através, por exemplo, da uniformização dos processos informativos relativos ao cumprimento de prazos, problemas encontrados e níveis de realização física e de grau de cumprimento das metas propostas);
- informação interna relativa à avaliação dos resultados do projecto (cruzamento entre a informação prestada pelo promotor e os indicadores quantificados de resultados esperados).

10.3. APRESENTAÇÃO E APRECIACÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

658. A análise do processo de selecção dos projectos, nomeadamente dos seus critérios de selecção, permite constatar a existência de um esforço significativo da estrutura de gestão do PORLVT na consolidação de um conjunto de procedimentos que, de forma superlativa em relação aos critérios definidos no complemento de programação, contribuem para aumentar a objectividade e a selectividade dos critérios utilizados na análise e selecção dos projectos candidatos a este Programa. A preocupação da gestão do PORLVT na tentativa de tornar mais claros e objectivos os critérios de selecção do PO traduz-se na edição de um documento – “Critérios de Selecção” – que foi apresentado em Comissão de Acompanhamento em Junho de 2002, cuja aplicação foi testada ao longo do último semestre de 2002, tendo sido efectuados ajustamentos que se encontram sistematizados num novo documento que foi aprovado em Abril de 2003.

659. Antes de realizar a apresentação dos critérios de selecção contidos nesse documento, efectua-se uma primeira leitura dos critérios de selecção definidos no complemento de programação, assim como dos procedimentos complementares adoptados, que visam assegurar que os projectos candidatos se enquadram nos objectivos específicos das medidas, que a “boa” execução do Programa permite cumprir a “regra n+2” e que a selectividade dos projectos é adequada.

10.3.1. Eixo 1 - Medidas Contratualizadas, Formação para o Desenvolvimento, Acções Específicas de Valorização Territorial

660. A análise dos critérios de selecção contidos no complemento de programação permite identificar a existência de um conjunto alargado de condições de elegibilidade (“condições de acesso das entidades” e “condições de acesso dos projectos”) que são, praticamente, comuns para as

medidas contidas nos eixos 1 e 2. Os critérios de selecção, propriamente ditos, encontram-se listados na rubrica: “prioridade na afectação de verbas”. A sua análise revela a existência de um conjunto de factores cuja amplitude dificulta a hierarquização do mérito dos projectos. Por outro lado, a referida abrangência de alguns factores listados como “prioridades na afectação de verbas” atribuem ao Programa algum grau de flexibilidade e de capacidade de adaptação às características dos projectos e às necessidades específicas dos promotores.

661. Procurando não repetir a listagem de condições de acesso das entidades, das condições de acesso dos projectos e dos factores considerados como prioritários para a afectação de verbas, inscritos no Complemento de Programação, a análise dos critérios de selecção previstos no complemento de programação foi realizada através da identificação de um conjunto de características comuns, cujo esforço de sistematização se apresenta no próximo quadro.

QUADRO 10-11: SÍNTESE DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PREVISTOS NO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

	Complemento de Programação
Condições Gerais de Acesso das Entidades	<ul style="list-style-type: none"> Formais (Adequação institucional e legal); Substanciais (Determinação da capacidade).
Condições de Acesso dos Projectos	<ul style="list-style-type: none"> Integração formal no programa; Requisitos legais e técnicos; Dimensão; Viabilidade Económica; Tempo de execução; Não duplicação dos apoios do QCA.
Prioridades na Afectação das Verbas	<ul style="list-style-type: none"> Impacto na estratégia e consistência com as prioridades; Sustentabilidade; Contributo para metas estabelecidas; Parcerias/Contratualização; Completados por: Indicadores de realização, resultados e eficiência adequados a cada medida específica.

662. Para além da aplicação da tipologia de critérios de selecção sintetizados, verifica-se que, para as medidas contratualizadas do eixo 1 (medida 1.1, 1.2 e 1.3), os projectos são enquadrados por Planos de Acção efectuados ao nível das Associações de Municípios do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste e pela Junta Metropolitana de Lisboa, que, para além de situarem a intervenção no âmbito da estratégia de desenvolvimento regional, listam, por medida e por concelho, os projectos considerados prioritários para o seu desenvolvimento e apresentam para cada um deles a sua programação física e financeira. A repartição de verbas por concelhos foi feita com base

nos critérios seguidos pela “Lei das Finanças Locais” (e no conjunto de parâmetros contidos no FEF).

663. Com base nos Planos de Acção, foi estabelecido um contrato-programa entre a CCR e cada uma destas entidades conferindo-lhes autonomia na gestão até ao limite da programação financeira por medida acordada.

10.3.2. Eixo 2 – VALTEJO e Formação e Empregabilidade

664. A selecção dos projectos da Acção Integrada VALTEJO (medida 2.3) foi efectuada tendo por base um Programa Estratégico e Operacional³⁴ formulado para as NUTE III Lezíria e Médio Tejo que apresenta a seguinte estrutura: (1) enquadramento territorial, (2) uma acção integrada de base territorial, (3) objectivos, (4) ancoragens estratégicas, (5) programas estratégicos, (6) articulação com os sectores, (7) listagem de projectos, (8) quadro financeiro, (9) organização e gestão e (10) fichas de enquadramento histórico.

665. Constituído a partir de uma filosofia de abordagem integrada do território (assente numa “*óptica de sistema, ou seja, na valorização de um conjunto de elementos, materiais e imateriais, que dependem reciprocamente uns dos outros de maneira a formarem um todo organizado, um todo complexo, cujas partes estão interligadas e formam uma unidade*”³⁵), o programa estratégico desenvolve-se em torno de três áreas de intervenção denominadas “ancoragens estratégicas” que agrupam os seguintes concelhos:

- Ancoragem estratégica 1 – Abrantes / Constância / Vila Nova da Barquinha / Chamusca (Arripiado)
- Ancoragem estratégica 2 – Santarém / Alpiarça / Almeirim
- Ancoragem estratégica 3 – Cartaxo (Valada) / Azambuja / Salvaterra de Magos / Benavente

A partir destas áreas de abordagem estratégica, o VALTEJO define os seguintes programas estratégicos:

- Despoluição da Bacia do Tejo;
- Parque de Almourol;
- Vala de Alpiarça;
- Valorização Ambiental e Patrimonial.

³⁴ De Setembro 2000.

³⁵ p.14 Programa Estratégico e Operacional.

Para cada um dos quatro programas estratégicos referidos acima, é apresentada uma lista de projectos.

10.3.3. Apresentação do Documento: “Critérios de Selecção”

666. Ao longo deste ponto, apresentam-se acções que foram tomadas pela gestão do Programa no sentido de tornar mais objectivos os critérios de selecção e de estreitar a grelha de selectividade, o que se poderá revelar um passo importante na gestão do processo de “*phasing out* em curso”.

667. Refira-se que os critérios de selecção a seguir apresentados representam um processo de objectivação gradual e complementar aos definidos no Complemento de Programação, cuja primeira versão foi apresentada em Junho de 2002 e que, após a realização de período experimental que decorreu ao longo do último semestre de 2002, foram objecto de alguns ajustamentos metodológicos que deram origem ao documento – Critérios de Selecção do PORLVT – que foi aprovado em Comissão de Acompanhamento em Abril de 2003.

668. O método adoptado baseia-se numa estrutura-tipo de critérios aplicada em geral às Medidas do Eixo 1 (medidas 1.1, 1.2, 1.3, 1.5), com algumas adaptações. A aplicação da grelha de critérios é avaliada na base de 3 níveis de avaliação: elevado, com pontuação 5; médio, com pontuação 3; e reduzido, com pontuação 1.

A grelha geral de critérios inclui:

- CRITÉRIO 1 - Impacto na estratégia de desenvolvimento da Região
- CRITÉRIO 2 - Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional
- CRITÉRIO 3 - Contributo para as metas e indicadores do PORLVT
- CRITÉRIO 4 - Efeito estruturante ou multiplicador
- CRITÉRIO 5 - Complementaridades
- CRITÉRIO 6 - Parcerias
- CRITÉRIO 7 - Mérito e qualidade do projecto
- CRITÉRIO 8 - Sustentabilidade económica do projecto

QUADRO 10-12: GRELHA-TIPO DE AVALIAÇÃO DOS PROJECTOS

**Eixo Prioritário 1 – Factores de Ponderação dos
Critérios de Avaliação por Medidas e Tipos de Projectos**

Medidas	Medida 1.1						Medida 1.2						Medida 1.3	Medida 1.4	Medida 1.5	
	AC		EQ		IEAC		SB		QU		PAH					
1. Impacto na estratégia de desenvolvimento da região	2,0		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5	2,0	1,5	2,0
2. Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional	2,0		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5	2,0	2,0	2,0
3. Contributo para as metas e indicadores do PORLVT	1,5		2,0		2,0		2,0		2,0		2,0		2,0	1,5	2,0	1,5
4. Efeito estruturante ou multiplicador	1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5	1,5	1,0	1,5
5. Complementar.	1,5		1,0		1,0		2,0		1,0		1,0		1,0	1,5		1,5
6. Parcerias	1,0		1,0		2,0		1,0		1,0		1,0		1,0	1,0	1,0	1,0
7. Mérito e qualidade do projecto	1,0		2,0		1,0		1,0		2,0		2,0		2,0	1,0	2,0	1,0
8. Sustentabilidade económica do projecto	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	n/a	n/a	1,5
Soma dos factores de ponderação	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	95	10,5	12,0
Valor mínimo de aprovação dos projectos	26,2	30,0	26,2	30,0	26,2	30,0	26,2	30,0	26,25	30,0	26,25	30,0	26,5	23,75	26,2	30,0

n/a – não aplicável

AC - Acessibilidades

SB – Saneamento Básico

EQ – Equip. de utilização colectiva

QU – Qualificação Urbana (espaço público)

IEAC – Infraest. e Equip. destinados às Act. Económicas

PAH – Património Arquitect. e Histórico

669. Relativamente ao eixo 3, regista-se, igualmente, a existência de um processo de objectivação gradual dos critérios de selecção, verificando-se que o documento “Critérios de Selecção” em vigor apresenta também os critérios de selecção das medidas deste eixo, não só os expressos ao nível do Complemento de Programação, mas também os regulamentos específicos actualmente consagrados na lei. Neste sentido, destaca-se pela positiva o esforço de objectivação dos critérios

de selecção efectuada ao nível da medida 3.17, em que foi desenvolvida uma metodologia de análise multi-critério para análise e selecção dos projectos candidatos no âmbito deste medida.

**Eixo Prioritário 2 – Factores de Ponderação dos
Critérios de Avaliação por Medidas e Tipos de Projectos**

Medidas	Medida 2.1		Medida 2.2	Medida 2.3		Medida 2.4
Critérios						
1. Impacto na estratégia de desenvolvimento da região	2,0		2,0	1,5		1,5
2. Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional	2,0		2,0	1,5		2,0
3. Contributo para as metas e indicadores do PORLVT	2,0		2,0	2,0		2,0
4. Efeito estruturante ou multiplicador	2,0		2,0	1,5		1,0
5. Complementaridades	1,0		1,0	1,0		1,0
6. Parcerias	1,5		1,5	1,0		1,0
7. Mérito e qualidade do projecto	2,0		2,0	2,0		2,0
8. Sustentabilidade económica do projecto	n/a	1,5	n/a	n/a	1,5	n/a
Soma dos factores de ponderação	12,5	14	12,5	10,5	12,0	10,5
Valor mínimo de aprovação dos projectos	31,25	35	31,25	26,25	30	26,25

n/a – não aplicável

Refira-se, contudo que, dentro deste eixo, para as medidas a que se podem candidatar promotores privados, nomeadamente no âmbito do FSE e algumas acções da medida 3.15 do FEOGA, se aplica, desde o início da implementação do Programa, uma grelha objectiva de critérios de selecção que se encontra regulamentada através de legislação própria.

670. A análise das condições de elegibilidade por parte dos promotores inquiridos aponta para valores de classificação no ponto médio da escala utilizada, quer quanto às condições de acesso das entidades quer quanto às condições de acesso dos projectos.

**QUADRO 10-13: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA ÀS
CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO PROGRAMA**

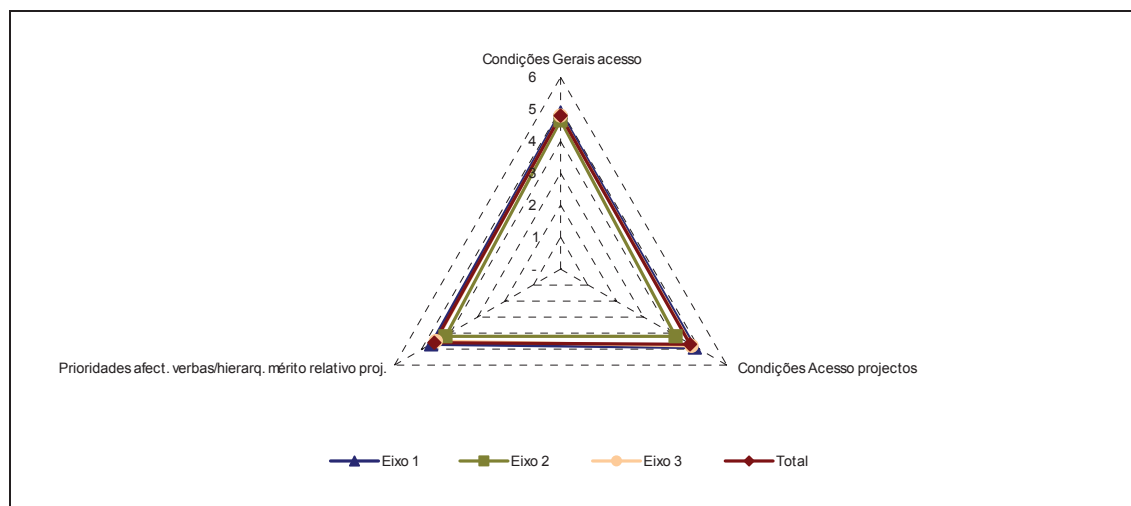
Grau de dificuldade	Média
Grau de dificuldade de inserção da sua instituição nas condições de elegibilidade definidas para os promotores	3,1
Grau de dificuldade de inserção do seu projecto inicial nas condições de elegibilidade definidas para os promotores	3,2

Escala: 1 = reduzido; 6 = elevado

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

671. A análise dos resultados dos inquéritos, quer aos responsáveis pela gestão quer aos promotores do Programa, permite identificar a existência de uma posição semelhante quanto à adequação dos critérios de selecção utilizados, verificando-se, por uma lado que os responsáveis pela gestão avaliam positivamente os parâmetros de análise dos projectos, que variam entre a média 4 e 5 da escala utilizada, e por outro lado, que a grande maioria dos promotores (79%) considera adequado o grau de selectividade do Programa.

GRÁFICO 10-19: ADEQUAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PREVISTOS NO PO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

QUADRO 10-14: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA AO GRAU DE SELECTIVIDADE DO PROGRAMA

Avaliação	% de respostas
Elevado	14,0%
Adequado	79%
Insuficiente	7,0%
Inexistente	0,0%

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

10.4. AVALIAÇÃO GLOBAL DO SISTEMA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

672. A eficiência da implementação do Programa tem sido marcada por um conjunto de aspectos exógenos de natureza estruturante que os responsáveis pela Gestão tiveram que resolver em simultâneo:

- i. gestão do processo de *phasing-out* da região de Lisboa e Vale do Tejo (verificando-se que a programação financeira se encontra concentrada nos primeiros três anos), que, a par da regra “n+2” e da regra dos “18 meses”, impuseram a necessidade de imprimir um forte ritmo de execução;
- ii. necessidade de implementar todo o edifício jurídico administrativo do PO e das várias medidas sectorialmente desconcentradas – que, em alguns casos, registaram um arranque tardio –, ao mesmo tempo que foi necessário recrutar e formar os técnicos pertencentes à Estrutura de Apoio Técnico da coordenação do Programa;
- iii. restrições impostas pelas Finanças Públicas que dificultam a capacidade de assegurar a comparticipação nacional dos projectos, a capacidade de contratação de novos técnicos e impuseram, ainda, novas regras limitativas do financiamento das autarquias. Este aspecto é particularmente relevante para a capacidade de execução dos projectos promovidos pelos municípios, que, em muitos casos, saíram das eleições autárquicas de Dezembro de 2001 com uma situação financeira debilitada;
- iv. insuficiências nos sistemas de informação dos Fundos que condicionaram a capacidade de articulação entre a coordenação do PO e os coordenadores das medidas desconcentradas (este aspecto, pela sua importância, encontra-se desenvolvido infra em ponto autónomo).

673. A análise da gestão global do PORLVT permite verificar a existência de uma combinação adequada entre gestão estratégica efectuada ao nível do Gestor, coadjuvado pelos gestores de eixo – orientação para o cumprimento dos objectivos do PO –, e gestão operacional – orientação para a utilização eficiente dos recursos financeiros, físicos e humanos. Regista-se a existência de uma cadeia de responsabilidades bem definida e laços de coesão entre a equipa de coordenação do Programa, extensível à sua Estrutura de Apoio Técnico.

A capacidade de coordenação e articulação institucional (particularmente importante e exigente ao nível do Eixo 3) do Gestor do Programa é reconhecida pela generalidade dos responsáveis da gestão ao nível das medidas desconcentradas.

Da mesma forma, ao nível da gestão do Eixo 1, foi possível constatar a existência de uma liderança activa das medidas coordenadas, particularmente importante no acompanhamento da implementação dos contratos-programa assinados com as Associações de Municípios (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e com a Junta Metropolitana de Lisboa, através do estabelecimento de mecanismos de concertação e de resposta aos objectivos contratualizados.

Ao nível da gestão do Eixo 2, nomeadamente da medida 2.3 – VALTEJO, regista-se a capacidade de articulação de projectos e instituições de nível supramunicipal e o permanente acompanhamento da evolução dos projectos, desde a fase de concepção até à sua plena execução física.

674. Do ponto de vista da adequação de recursos existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à Gestão do Programa, verifica-se, desde a concepção do Programa³⁶, a aposta em estruturas pouco numerosas. As restrições legais à contratação de técnicos (nomeadamente sobre a utilização de contratos a termo certo), resultantes das políticas de contenção da despesa pública, reduziram a capacidade de resposta da Gestão e tiveram, designadamente, consequências negativas na capacidade de recrutamento de técnicos para a EAT Controlo (cujo quadro ainda não está preenchido), limitando, assim, o potencial operacional das acções de controlo de 1º nível.

Para além destes aspectos, ao nível da gestão dos recursos foi necessário responder aos seguintes desafios operacionais:

- i. existência de dificuldades associadas à implementação e operacionalização dos Sistemas de Informação dos Fundos (SIFEC, SIIFSE e SIADRU);
- ii. necessidade de estar em permanente articulação com as EAT das medidas contratualizadas e das medidas desconcentradas (numa fase de implementação do Programa);
- iii. necessidade de contribuir para a execução acelerada do PO resultante do processo de *phasing-out*;

o que originou, no seu conjunto, fortes pressões sobre a gestão operacional do Programa.

Com a entrada do Programa em fase de “cruzeiro” e com o aumento da execução dos projectos, regista-se a necessidade de envolver mais pessoas na realização de tarefas de acompanhamento,

³⁶ O número de pessoas afectas à EAT da Coordenação do Programa e à EAT de Controlo foi regulado através de legislação.

o que pode requerer a formação de alguns técnicos ou, em algumas áreas específicas, o recurso a técnicos especializados.

675. As tarefas de gestão corrente do Programa têm sido dificultadas pelas lacunas existentes ao nível do Sistema de Informação central dos Fundos, pela sua implementação tardia e pela falta de formação dos utilizadores. Os Sistemas de Informação dos Fundos têm sido utilizados essencialmente para a gestão do módulo de pagamentos, sendo a utilização destes sistemas, quase sempre, interpretada como mais uma formalidade/burocracia administrativa a cumprir do que como um instrumento relevante de apoio à gestão, nomeadamente na orientação da selectividade e da qualidade dos projectos e na monitorização da procura dos meios disponibilizados.

Os sistemas de informação existentes apenas parecem dar resposta às questões relacionadas com o controlo da execução física e, sobretudo, financeira dos projectos, sendo muito limitados em relação a outras áreas fundamentais do processo de gestão do Programa, nomeadamente a análise dos prazos de tramitação associados às várias fases do ciclo do projecto e na área de avaliação de resultados e impactes.

A operacionalização tardia e a pouca formação dos utilizadores tem-se traduzido na existência de dificuldades na extracção de informação de apoio à gestão, em problemas de migração de dados, no dispêndio de um número elevado de horas no carregamento manual de dados, que, para além de constituir um factor de risco quanto à fiabilidade da informação, implica a subutilização das capacidades dos recursos humanos existentes (podendo originar desmotivação), gera ineficiências e o estabelecimento de rotinas pouco compreensíveis, tendo em consideração as capacidades tecnológicas existentes actualmente.

Devido aos atrasos na implementação dos sistemas de informação centralizados, cada Estrutura de Apoio Técnico, incluindo a da coordenação, criou o seu próprio sistema de informação, quase sempre baseado em folhas de Excel ou Access, de acordo com as suas capacidades técnicas na área de informática (em alguns casos a partir de aplicações já desenvolvidas em anteriores QCA). É a partir destas aplicações que os coordenadores das medidas e a Gestão do Programa retiram a informação que utilizam no apoio à tomada de decisão e na monitorização do PO.

A obtenção de informação centralizada de apoio à gestão e a elaboração dos “tableaux de Bord” (que se afiguram, na generalidade dos casos, bem estruturados) obrigam à concentração de esforços de uma percentagem considerável dos recursos das EAT, o que penaliza a realização de outras tarefas de gestão corrente.

Tendo em consideração todas estas dificuldades, a Gestão do PO adjudicou, recentemente, o desenvolvimento de um sistema de informação para o PORLVT que tem como um dos objectivos principais a articulação com os sistemas de informação dos diversos organismos, o que terá, também, reflexos positivos na capacidade de acompanhamento dos projectos e no relacionamento com os promotores, nomeadamente na capacidade de os informar sobre a situação dos seus projectos.

A actual inconsistência a nível dos SI é um dos factores críticos determinantes da eficácia do Programa nos aspectos relacionados com a gestão e estrutura de acompanhamento, sendo por isso importante que os esforços já desencadeados produzam resultados urgentemente.

676.A experiência de contratualização do PORLVT apresenta virtualidades quer ao nível da execução, contribuindo para o potencial reforço da eficácia do Programa, quer ao nível da concertação das procuras, contribuindo para a potencial harmonização entre o nível local e regional na relação entre projectos e objectivos, com vantagens para os promotores e para a gestão global do Programa.

A implementação dos contratos-programa (gestão técnica, administrativa e financeira de projectos), nomeadamente nas medidas 1.1, 1.2 e 1.3, tem-se revelado uma experiência positiva, promotora de mecanismos de cooperação e de parceria institucional e de aplicação do princípio da subsidiariedade, configurando um caso de “boas práticas” que deve ser continuado e desenvolvido (nomeadamente, tendo em consideração a perspectiva de no próximo período de programação poder ser dado maior ênfase à transnacionalidade da política regional comunitária, onde os princípios da subsidiariedade e das parcerias deverão sair reforçados).

A implementação do regime de contratualização com entidades relevantes a nível regional reforça a importância da actuação da Gestão do Programa ao nível estratégico, em aspectos relacionados com a prossecução dos objectivos do PO e dos seus domínios de actuação, a promoção de equidade entre sub-regiões e a articulação entre os níveis regional e sectorial.

677.A experiência de desconcentração encetada ao nível do eixo 3, apesar de registar desequilíbrios na concepção relacionados com a forma diferenciada como os vários PO sectoriais se integraram no Programa Regional, que se reflecte na capacidade de prossecução dos objectivos definidos na estratégia de desenvolvimento da região, merece, contudo, uma avaliação positiva, devendo, por isso, ser prosseguida e aprofundada.

O modelo de articulação implementado entre a administração pública regional e sectorial, que representa o aspecto mais inovador ao nível organizacional do QCA (tendo registado algumas resistências e dúvidas iniciais sobre a sua adequabilidade), provou a sua utilidade e as vantagens

associadas à articulação dos domínios de intervenção sectorial no âmbito regional são, hoje, plenamente, reconhecidas. Regista-se, desta forma, a emergência de uma “nova cultura” de partilha de informação, conhecimentos e experiências e de concertação de esforços.

No âmbito desta experiência de desconcentração das intervenções sectoriais ao nível regional, regista-se a ocorrência de uma grande banda de variação, geradora de desequilíbrios, na forma e nos meios canalizados ao nível das várias medidas.

Ao nível da Gestão, este modelo de desconcentração introduz novos desafios que devem ser considerados no futuro:

- i. Ao nível estratégico, requer a integração, desde a fase de concepção do Programa, entre objectivos de desenvolvimento regional e objectivos de natureza sectorial;
- ii. Ao nível operacional, deve ser suportado por sistemas de informação que integrem, desde o primeiro momento, os serviços do gestor do Programa Regional com os coordenadores das medidas sectorialmente desconcentradas;
- iii. Ao nível do perfil do gestor, implica que, para além da capacidade técnica, exista uma boa capacidade de relacionamento inter-pessoal e de articulação institucional;
- iv. Ao nível organizacional, deve ser ponderada a criação da figura de gestor do eixo 3 que coadjuve o Gestor do Programa, à semelhança do que acontece com os eixos 1 e 2.

678.A qualidade do sistema de controlo actualmente implementado no PORLVT obedece aos princípios previstos ao nível do QCA e do PO.

A Estrutura de Apoio Técnico da coordenação do PO foi implementada no princípio de 2002, imediatamente após a publicação de legislação (RCM 172/2001, de 26 de Dezembro) que constituiu as estruturas organizacionais necessárias ao controlo de 2º nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de 1º nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais regionais do QCA III.

A actuação desta EAT pauta-se pelos princípios da segregação de funções e pela articulação com o Sistema Nacional de Controlo (SNC) de forma a assegurar que os controlos realizados abrangerão, pelo menos, 5% das despesas elegíveis totais dos projectos aprovados, conforme previsto pelos regulamentos comunitários. A selecção da amostra a controlar obedece aos critérios definidos pelo SNC do QCAIII e procura ter em consideração, entre outros aspectos, para cada um dos Fundos que co-financiam o Programa, o factor de risco dos beneficiários, o montante de investimento elegível e a fase da execução do projecto.

Tendo registado limitações na capacidade de completar o quadro técnico, conforme foi acima referido, as acções de controlo têm-se verificado, essencialmente, através da contratação de auditores externos pré-qualificados pela gestão do FEDER e FSE. No âmbito da responsabilidade sobre o controlo do 1º nível, o Gestor do Programa e o Coordenador da Medida 3.15 estabeleceram um protocolo com o IFADAP relativamente à execução de auditorias de controlo no âmbito desta medida.

O manual de procedimentos relativo a acções de controlo, certificando os procedimentos utilizados por cada um dos Fundos Estruturais, está elaborado e enquadra a acção desta EAT.

A percentagem de despesa controlada, pelo 1º nível, para o total do PO, em 2002, foi de 6,3%, (subindo esta percentagem para 8,2% quando adicionadas as acções de controlo de entidades responsáveis de nível superior) existem, no entanto, desequilíbrios na percentagem de despesa elegível controlada em cada um dos Fundos, verificando-se que o FEDER atingiu, durante esse ano, uma taxa de 9,3%, o FSE situou-se em 2,6% e o FEOGA em 1%.

679. Ao nível dos critérios de selecção, verifica-se uma forte preocupação da Gestão na selecção de projectos em função de objectivos claramente definidos, expressa, nomeadamente, através da definição de grelhas de análise e avaliação do mérito relativo de projectos, aspecto que se afigura especialmente importante na gestão do processo de *phasing-out* da região.

Para além dos critérios de selecção previstos no Complemento de Programação, contendo “condições de acesso das entidades” e “condições de acesso dos projectos”, procura-se através do conjunto de critérios definidos na rubrica “prioridades de afectação de verbas” proceder à hierarquização do mérito relativo dos projectos candidatos à aprovação no âmbito do PORLVT.

Para além deste documento, verifica-se ao nível das medidas contratualizadas do eixo 1, que a selecção dos projectos se fez tendo como suporte a elaboração de um Plano de Acção, para cada Associação de Municípios e para a Junta Metropolitana de Lisboa, que enquadra a lista dos projectos prioritários, por medida e concelho, na estratégia de desenvolvimento regional e apresenta para cada projecto a sua programação física e financeira.

Da mesma forma, ao nível da Acção Integrada VALTEJO, medida 2.3, a selecção dos projectos foi efectuada tendo por base um Programa Estratégico e Operacional.

De forma supletiva em relação aos critérios definidos no Complemento de Programação, a Gestão do Programa iniciou um processo de objectivação dos critérios associados à selecção de projectos que resultou num primeiro documento sobre “Critérios de Selecção de Projectos”, apresentado em Comissão de Acompanhamento em Junho de 2002. Este documento definiu “grelhas tipo de avaliação de projectos”, para diversas medidas do PO, cuja aplicação foi testada

durante um período experimental de seis meses. Os ajustamentos efectuados encontram-se actualmente explicitados num novo documento que foi aprovado em Abril de 2003. Este documento, para além de descrever os critérios de avaliação e os factores de ponderação associados à selecção dos projectos a analisar, medida a medida, no âmbito do PO, para as medidas do eixo 1 e 2, apresenta também os critérios de selecção das medidas do eixo 3, não só os expressos ao nível do Complemento de Programação, mas também os regulamentos específicos actualmente em vigor.

Todavia, apesar deste processo de objectivação gradual dos critérios de selecção para o conjunto das medidas em que os promotores são agentes da administração pública, verificou-se, para o conjunto restrito de medidas a que se podem candidatar promotores privados (algumas medidas do FSE e algumas acções da medida 3.15 do FEOGA), a aplicação, desde o início do PO, de uma grelha objectiva de critérios de selecção, consagrada legalmente.

III PARTE
O CONTRIBUTO DO PROGRAMA PARA OS
GRANDES OBJECTIVOS E PRIORIDADES
NACIONAIS E COMUNITÁRIAS

11. A CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO QCA EM PORTUGAL

11.1. OS EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO DO QCA III

680.O presente ponto do relatório visa avaliar em que medida o PORLVT contribui para a concretização dos objectivos estratégicos do QCA III, de acordo com a metodologia sugerida no Guia para a Avaliação Intercalar deste Quadro Comunitário. Neste sentido, analisaram-se os impactes específicos das várias medidas consagradas no Programa para cada um dos objectivos estratégicos do QCA e respectivas dimensões analíticas. Efectuou-se ainda, a este propósito, uma identificação dos impactes relevantes tendo em conta os objectivos e tipologias de projectos das diversas medidas do PO e o seu peso ao nível da programação financeira do Programa, possibilitando, desta forma, uma medida de hierarquização das diferentes cadeias de impactes do QCA. Este capítulo encontra-se estruturado em dois pontos. No primeiro analisa-se a forma como os diferentes PO do QCA contribuem para os domínios estratégicos do QCA. No segundo avalia-se o contributo específico do PORLVT para as diferentes cadeias de imapcte do QCA.

11.1.1. *Enquadramento global das prioridades estratégicas do QCA III*

681.O desenvolvimento da globalização, nas suas múltiplas vertentes, a liberalização progressiva do comércio internacional sob a égide da OMC, na sequência da última ronda do GATT, o aprofundamento e alargamento da União Europeia, com a consolidação do mercado interno, a construção da União Económica e Monetária, a instituição da moeda única e a integração a curto prazo dos países da Europa Central e Oriental, e a aceleração e difusão horizontal do progresso tecnológico, associadas à emergência das novas tecnologias de informação e comunicação e à redução continuada do ciclo de vida das tecnologias, processos e produtos, têm vindo a colocar um conjunto muito importante de desafios, difíceis e inadiáveis, à economia e empresas portuguesas e, em termos globais, à nossa sociedade, como um todo.

São desafios competitivos que se colocam, sobretudo, ao nível das estruturas, das organizações, da logística, dos recursos humanos e das competências tecnológicas, técnicas, organizacionais, comerciais e de gestão disponíveis.

682. Portugal viveu na última década, nomeadamente, um conjunto assinalável de progressos na área nominal, com a redução progressiva das taxas de inflação e de juro e com a participação activa na introdução da moeda única. Com a criação da União Económica e Monetária, a política monetária e cambial passou para a esfera supranacional e reforçaram-se os mecanismos de coordenação ao nível orçamental e fiscal com a implantação do Pacto de Estabilidade e de Crescimento.

Esta evolução nominal não foi, no entanto, suficientemente acompanhada por um processo sustentado de convergência real e estrutural com as economias mais avançadas da União. A sociedade portuguesa e as suas regiões continuam, assim, a apresentar, neste novo enquadramento económico global, significativos problemas estruturais associados a um posicionamento competitivo bastante limitado, que condicionam, de forma inexorável, o seu necessário processo de convergência e alinhamento estrutural, nos planos nacional e regional, com as sociedades mais modernas e avançadas da Europa.

683. Os desafios colocados pelo novo quadro competitivo são, assim, sobretudo, de natureza real e estrutural. No entanto, eles têm de ser encarados e vencidos num quadro de rigor nominal, onde a estabilidade macroeconómica e a disciplina orçamental surgem como condições necessárias para a aceleração e dinamização dos investimentos de médio e longo prazo susceptíveis de permitir a construção de novas vantagens competitivas.

684. Compreende-se com naturalidade, neste quadro, a decisão que correspondeu à eleição dos quatro grandes eixos prioritários de intervenção do III Quadro Comunitário de Apoio a Portugal, materializados, cada um deles, num conjunto de intervenções operacionais, articuladas com outras políticas nacionais na promoção do ajustamento competitivo da sociedade e economia portuguesas. Os quatro eixos estratégicos do QCA III correspondem, deste modo, a outras tantas dinâmicas de mudança numa resposta positiva aos desafios atrás identificados:

- Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social (dinâmica de qualificação de pessoas)
- Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro (dinâmica de qualificação de actividades)
- Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país (dinâmica global de valorização do território)
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional (dinâmica de desconcentração e participação associada ao desenvolvimento local e regional)

11.1.2. Os grandes domínios de análise do impacte global das intervenções

685.O QCA III assume como três grandes domínios prioritários de intervenção a qualificação das pessoas e das actividades e a valorização do território. A actuação a estes três níveis é prosseguida em simultâneo pelas diversas intervenções operacionais, no entanto, a arrumação dos programas por eixos no QCA segue de alguma forma esta lógica de intervenção, estando os dois primeiros eixos mais focalizados, respectivamente, na qualificação das pessoas e das actividades e os dois últimos na qualificação do território.

A Qualificação de Pessoas

686.O ajustamento estrutural e competitivo da sociedade, economia e empresas portuguesas está muito dependente dos resultados produzidos na formação, qualificação, motivação, polivalência e responsabilização dos recursos humanos, no fomento de uma cultura científica e tecnológica liderante e da inovação, nas suas múltiplas vertentes, na generalização da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, na valorização económica e social das actividades culturais e na melhoria do acesso às mesmas e ainda, na melhoria dos cuidados de saúde, que se pretendem mais eficientes e qualificados.

687.A existência de um eixo prioritário no QCA III especialmente dedicado à qualificação de pessoas está, no enquadramento traçado, perfeitamente justificada. Este objectivo estratégico materializa-se, principalmente, através de seis intervenções operacionais sectoriais (Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sociedade da Informação, Saúde e cultura), onde se assumem os seguintes grandes objectivos intermédios e específicos:

- Promover a aprendizagem ao longo da vida e a formação e qualificação das novas gerações por forma a melhorar a empregabilidade da população activa e a adaptabilidade das empresas e trabalhadores, minimizando o risco de desemprego, nomeadamente de natureza estrutural;
- Melhorar a qualidade do ensino básico, contribuindo para uma cultura de iniciativa, responsabilidade e de cidadania activa;
- Promover uma cultura científica e tecnológica liderante, a inovação e a construção de uma verdadeira sociedade de conhecimento, apostando na formação e qualificação dos recursos humanos, no reforço da participação do sector produtivo no sistema científico e tecnológico e na criação de uma rede moderna e coerente de I&D, na mobilização da capacidade de cooperação internacional em Ciência & Tecnologia, no desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica do país e

na promoção das transferências de tecnologia e de produção científica internacionalmente competitiva;

- Promover a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação e combater a exclusão informática, ao mesmo tempo que se estimula o desenvolvimento de competências e conteúdos;
- Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego, melhorando e equilibrando, em termos espaciais, as condições de acesso à mesma;
- Melhorar os níveis de eficiência da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

A Qualificação de Actividades

688. A necessidade de promover uma aumento global e sustentado da competitividade da Economia Portuguesa justifica uma actuação especificamente direccionada para as actividades produtivas. Os objectivos do eixo 2 do QCA são prosseguidos sobretudo através dos programas sectoriais da Economia, da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas.

689. Na área da economia enquadram-se, por um lado, intervenções ao nível da envolvente competitiva das empresas e, por outro, intervenções sobre os factores de competitividade das empresas e a promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento competitivo. Pretende-se estimular a inovação e alterar o perfil produtivo nacional de forma de compatibilizar o ajustamento competitivo de actividades de forte especialização relativa portuguesa, com o desenvolvimento de indústrias emergentes, ligadas, em particular, à introdução e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e a uma nova forma de encarar o relacionamento ambiental, mais ofensiva, enquanto factor indutor de competitividade, de que é exemplo o desenvolvimento das chamadas eco-indústrias.

690. A intervenção no âmbito da agricultura e desenvolvimento rural procura assegurar uma articulação efectiva entre uma actividade moderna e competitiva e o desenvolvimento sustentável do chamado mundo rural nas suas vertentes económica, social, ambiental e cultural.

691. A actuação ao nível das pescas pretende promover um esforço de consolidação da actividade pesqueira, ultrapassando limitações existentes a jusante, ao nível da colocação dos produtos nos mercados e da insuficiente ligação à indústria transformadora, e a montante, quer ao nível da qualidade das águas costeiras e, sobretudo, dos estuários e da preservação do pescado, quer em termos de apetrechamento técnico.

A Valorização do Território

692.A competitividade de base territorial tem vindo a ganhar importância como referência para o desenho e execução das políticas públicas orientadas para o estímulo dos processos de desenvolvimento, convergência e coesão com expressão relevante, nomeadamente, ao nível regional e local.

693.A constatação da relevância do território como elemento de coesão do todo nacional e de integração de Portugal na economia global está bem presente no QCA III, assumindo-se, enquanto domínio prioritário de intervenção, a problemática da estruturação do território.

A prossecução deste grande objectivo articula, necessariamente, a dinâmica global de valorização do território, mais plasmada no eixo 3 (“Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país”), com a dinâmica de desconcentração associada ao desenvolvimento regional e local, plasmada no eixo 4 (“Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”).

694.O eixo 3 do QCA III visa contribuir para o aumento da dotação do território português das infra-estruturas que constituem factores de competitividade, resultando numa visão do território que pretende conciliar as vantagens competitivas decorrentes da posição geográfica do país com as exigências de um processo integrado de coesão territorial, baseado no princípio do desenvolvimento sustentável e motivado pela correcção das assimetrias regionais.

Este eixo desenvolve-se através dos programas operacionais Acessibilidades e Transportes e Ambiente, que resultam do reconhecimento, por um lado, da relevância que as infra-estruturas de acessibilidades assumem enquanto factor de competitividade territorial, e, por outro lado, da necessidade de prosseguir uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que preserve os grandes equilíbrios ecológicos e a qualidade de vida dos cidadãos.

695.O Programa Operacional Acessibilidades e Transportes apresenta como grandes linhas estratégicas de intervenção a integração internacional do país, o reforço do sistema urbano e da sua capacidade competitiva, o reforço da coesão e da solidariedade interna e o desenvolvimento do sistema de logística.

696.A actuação Programa Operacional Ambiente visa contribuir para a requalificação, valorização e promoção dos recursos ambientais do território continental português, monitorizar do estado do ambiente e reforçar a integração do factor protecção do ambiente nas actividades económicas e sociais.

697.O eixo 4 do QCA, onde se enquadram os programas operacionais regionais, encontra-se vocacionado para promover o desenvolvimento das regiões portuguesas numa perspectiva de correcção dos principais desequilíbrios e assimetrias regionais, constituindo um importante contributo para a promoção da coesão territorial. A necessidade de garantir a complementaridade entre estes programas e os programas sectoriais implicou alterações substanciais, relativamente ao anterior período de programação, ao nível da estrutura e composição dos programas regionais do continente, que passam a incluir, para além da componente de apoio aos investimentos de interesse municipal e inter-municipal (eixo 1), outras duas áreas de intervenção (que correspondem aos eixos 2 e 3 destes programas): as acções integradas de base territorial e as intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.

11.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA AS CADEIAS DE IMPACTE DA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DE NÍVEL QCA POR DOMÍNIOS E QUESTÕES RELEVANTES

698.A definição de “cadeias de impactes”, através da construção de trajectórias que ligam os efeitos dos PO a dimensões operacionalizáveis dos objectivos estratégicos do QCA, constitui a metodologia a utilizar no estudo da avaliação da eficácia da ligação entre o PO e o QCA. O “Guia para a Avaliação Intercalar do QCA III” define, a partir dos objectivos estratégicos, nove cadeias de impacte que se agrupam nos três domínios prioritários de intervenção deste quadro comunitário (Quadro 11-1).

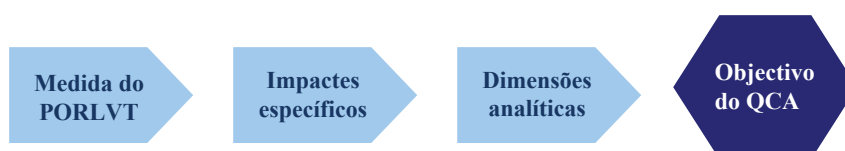
QUADRO 11-1: CADEIAS DE IMPACTE POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Domínio	Cadeias de impacte
Qualificação das Pessoas	a. Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos recursos humanos b. Reforço da inclusão social c. Melhoria da qualidade de vida
Qualificação das Actividades	d. Aumento da produtividade e. Reforço da inovação f. Melhoria da integração em redes globais
Valorização do Território	g. Qualificação das áreas metropolitanas h. Qualificação dos espaços rurais i. Reforço do sistema urbano

699.O documento metodológico referido identifica o envolvimento directo do PORLVT nas seis cadeias de impacte associadas à qualificação das pessoas e à valorização do território, pelo que serão essas as analisadas neste capítulo. No que respeita ao contributo do PO para a valorização das actividades, de facto o programa tem uma acção indirecta, não estando especificamente vocacionado para a prossecução daqueles objectivos – a medida desconcentrada das pescas actua ao nível das infra-estruturas, o mesmo tendo acontecido com a medida 3.10 (especialmente ao nível da execução, que se centrou nas infra-estruturas de gás natural), enquanto que a medida 3.15, também especialmente ao nível da execução, se focaliza mais no desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida da população rural do que no aumento da competitividade do sector.

700.A análise da contribuição do PORLVT para a realização dos objectivos do QCA foi efectuada a partir da identificação dos impactes específicos que estão associados ao programa e dos mecanismos de transmissão dos seus efeitos, de acordo com o encadeamento ilustrado na figura seguinte. Tentou-se, sempre que possível – sobretudo por motivos de uniformização da informação a ser incluída na avaliação intercalar do QCA –, utilizar as dimensões analíticas e os impactes específicos identificados para cada cadeia no Guia para a Avaliação Intercalar do QCA.

FIGURA 11-1: SEQUÊNCIA DA TRANSMISSÃO DE EFEITOS UTILIZADA PARA A ANÁLISE DE CADA CADEIA



Fonte: Equipa de Avaliação

701.Na metodologia aqui utilizada para a análise da contribuição do PORLVT para a realização dos objectivos do QCA podem distinguir-se dois momentos essenciais: um primeiro onde se analisa o contributo que o programa teria se tivessem sido cumpridos todos os objectivos a que se propunha (sejam eles ao nível do tipo de projectos que se pretendiam apoiar, dos destinatários visados, das realizações, dos resultados e dos ritmos de execução) e um outro, em que se avalia o contributo do PO em função da sua execução. Estes dois tipos de análise são realizados sequencialmente, de acordo com os passos que a seguir se enunciam.

- i. Contribuição potencial do PO ao nível da concepção:

- a. Identificação, com base nos objectivos específicos e tipologias de projectos, dos impactes específicos mais significativos associados a cada medida e das dimensões analíticas sobre as quais actuam ao nível de cada objectivo do QCA;
 - b. Associação, a cada impacte, da dotação financeira para o período 2000-2006 da medida que o induz, de forma a poder identificar a intensidade potencial do impacte;
 - c. Hierarquização dos impactes em função da sua intensidade;
 - d. Análise do contributo do PO para os objectivos do QCA
- ii. Contribuição do PO ao nível da execução:
- a. Associação, a cada impacte, do montante de despesa pública executada até 30 de Junho de 2003 da medida que o induz, de forma a poder identificar a intensidade do impacte;
 - b. Hierarquização dos impactes em função da sua intensidade;
 - c. Análise do contributo do PO para os objectivos do QCA e comparação dos resultados ao nível da concepção com os alcançados no âmbito da execução.

Contribuição potencial do PORLVT ao nível da concepção

702. Tendo em consideração os objectivos e tipologias de projectos das medidas do PO, foram identificados (Quadro 11-2) os principais impactes específicos para cada uma das seis cadeias consideradas, assim como a dimensão analítica para a qual contribuem esses impactes e as medidas que os originam.

QUADRO 11-2: PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Melhoria da qualificação dos RH	Apoiar o auto-emprego	2.4
		Criar e modernizar os serviços de apoio ao emprego e formação	3.5
		Diminuir o abandono escolar	3.9
		Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação	1.4, 3.12, 3.13
		Melhorar a oferta de infra-estruturas escolares	3.8
		Promover a aprendizagem ao longo da vida	1.4, 2.2, 2.4, 3.9
	Promover a formação contínua e avançada dos profissionais da educação	3.5	
	Melhoria da transição dos jovens para a vida activa	Diminuir o abandono escolar	3.1
		Melhorar a formação inicial dos jovens	
Reforçar o ensino técnico/ tecnológico e profissional			

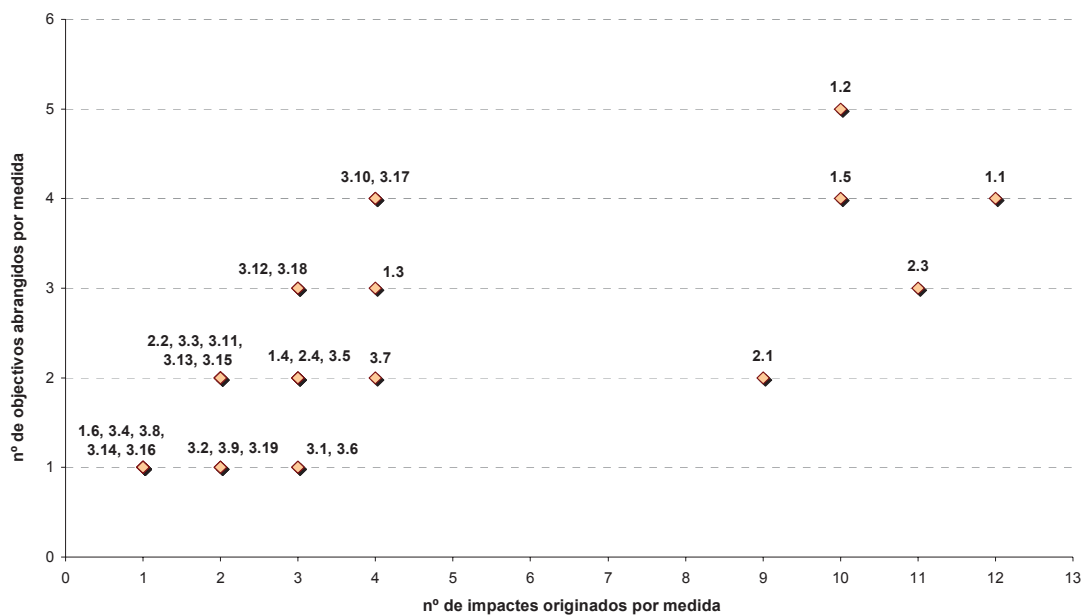
Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
	Dinamização da formação de qualificação e reconversão de activos	Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação	3.2
		Promover a aprendizagem ao longo da vida	
	Melhoria do relacionamento entre a oferta e procura de emprego	Promover a criação de emprego	3.4, 3.7
		Promover a inserção sócio-profissional de grupos em risco	3.3
Reforço da inclusão social	Diminuição da exclusão às tecnologias de informação	Diminuir o risco de exclusão às tecnologias de informação e comunicação	1.4, 3.12, 3.13
		Favorecer o acesso a bens culturais e científicos	3.11
	Promoção da integração de grupos sociais desfavorecidos	Desenvolver acções activas de requalificação dos DLD	3.3
		Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência	3.6, 3.7
		Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes	3.6, 3.7
		Melhorar o acesso e a participação das mulheres no mercado de trabalho	3.5
		Melhoria das condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios	3.14
Promover o desenvolvimento do emprego social	3.6		
Promoção da melhoria das condições de vida das populações em regiões mais deprimidas e em áreas urbanas críticas	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais	1.2, 3.15	
Melhoria da qualidade de vida	Melhoria das condições efectivas de acesso e uso de infra-estruturas e equipamentos básicos	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos	1.1, 1.2, 1.6, 3.10, 3.17
		Utilizar as TIC para promover e divulgar a cultura	3.12
	Melhoria da qualidade dos cuidados de saúde	Melhorar o tratamento dos resíduos sólidos hospitalares	3.19
		Reforçar/ melhorar a Rede Nacional de Saúde Pública	3.19
	Diversificação e qualificação das actividades culturais e de lazer	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos	1.1, 2.3, 3.16
		Desenvolver actividades regionais de âmbito cultural e social	1.3, 2.2, 2.3, 2.4, 3.11
		Valorizar o património histórico e cultural	1.2
	Melhoria dos espaços públicos	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos	1.1, 1.5, 2.3
Desenvolver actividades regionais de âmbito cultural e social		1.5	
Valorizar o património histórico e cultural		1.5	
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Qualificação ambiental	Qualificar os ecossistemas urbanos	1.2, 2.1, 3.18
		Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	1.2
	Qualificação dos espaços públicos e construídos	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	1.1, 1.2, 1.5, 2.1
		Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios	1.1, 1.2, 1.5, 2.1
	Melhoria das condições de mobilidade	Melhorar as acessibilidades internas e externas	1.1, 2.1, 3.17
		Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	3.10
Reforço do policentrismo metropolitano	Consolidar novas centralidades intrametropolitanas	1.1, 2.1	
Qualificação dos processos de internacionalização	Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	1.3	
melhoria dos espaços	Melhoria da qualidade ambiental e paisagística	Preservar e valorizar o património ambiental e cultural	1.2, 2.3, 3.18

Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
	Melhoria da equidade territorial no acesso a infra-estruturas e equipamentos	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	1.1, 1.2, 1.5, 2.3, 3.10
		Melhorar as acessibilidades internas e externas	1.1, 3.17
		Valorizar as especificidades locais	1.5
	Reforço da multifuncionalidade	Dinamizar e diversificar a base económica	3.15
		Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	1.1, 2.3
	Reforço da capacidade de atrair pessoas e actividades qualificadas	Dinamizar e diversificar a base económica	2.3
		Melhorar a aquisição de competências específicas	1.5
		Valorizar as especificidades locais	2.3
	Reforço do sistema urbano	Reforço das cidades médias e da rede complementar	Melhorar acessibilidades interurbanas
Qualificar aglomerados urbanos			1.5, 2.1
Qualificar as infra-estruturas ambientais urbanas			1.2, 3.18
Reforçar a base económica urbana			2.3
Melhoria das condições de mobilidade interurbana		Melhorar acessibilidades interurbanas	1.1, 2.1, 2.3, 3.17
		Melhorar conectividade comunicacional urbana	2.1
Intensificação da complementaridade interurbana		Melhorar conectividade comunicacional urbana	2.3
		Reforçar a base económica urbana	3.10
		Reforçar os mecanismos de cooperação interurbana	1.5, 2.1
Reforço dos processos de internacionalização		Reforçar a base económica urbana	1.3
	Reforçar os mecanismos de cooperação interurbana	1.3	

703. Os impactes específicos potenciais identificados estão sobretudo associados aos objectivos “Melhoria da qualidade de vida” e “Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos Recursos Humanos” (40% dos impactes), sendo o objectivo de reforço da inclusão social aquele a que foi atribuído menor número de impactes. As medidas que potencialmente originam maior número de impactes são a 1.1, 1.2, 1.5, 2.3 e 2.1, no entanto os efeitos gerados pelas três primeiras são mais dispersos, no sentido em que contribuem para um maior número de objectivos do QCA (Gráfico 11-1); a grande maioria das medidas, porém, gera um número mais reduzido de impactes e contribui especificamente para um ou dois dos objectivos analisados.

704. A intensidade de cada impacte identificado não se relaciona apenas com a frequência que é gerado mas, sobretudo, com os recursos que são afectos à medida que o origina ou, globalmente, aos recursos do conjunto de medidas que o produzem. Assim, tendo em consideração o peso relativo dos recursos orçamentados para cada medida para o período 2000-2006 e a frequência com que cada impacte é gerado, procedeu-se à hierarquização dos impactes para cada um dos objectivos e para o total do QCA.

GRÁFICO 11-1: ABRANGÊNCIA E FREQUÊNCIA DOS IMPACTES ASSOCIADOS ÀS MEDIDAS DO PO



Fonte: Equipa de avaliação

705.O contributo potencial do PORLVT para o QCA é veiculado essencialmente através dos impactos referidos no Quadro 11-3, que correspondem a 61,5% do total desse contributo, sendo que 50% do mesmo é assegurado pelos seis primeiros impactos.

QUADRO 11-3: OS 10 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT NO CONTRIBUTO PARA O QCA (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

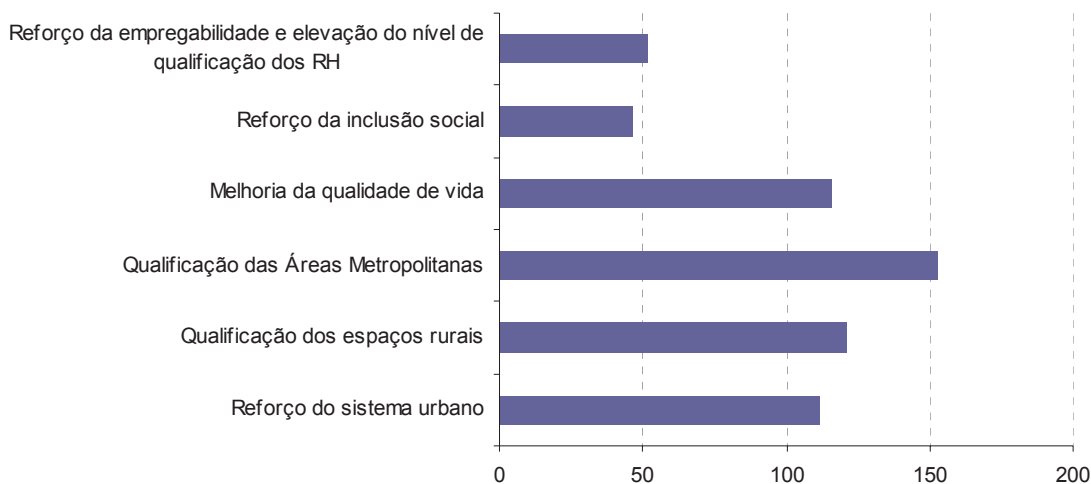
Nº de ordem	Impactes específicos
1	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos
2	Melhorar a dotação e o acesso a infraestruturas e equipamentos especializados
3	Melhorar acessibilidades interurbanas
4	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
5	Melhorar as acessibilidades internas e externas
6	Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios
7	Melhorar as acessibilidades internas e externas
8	Reforçar a base económica urbana
9	Consolidar novas centralidades intrametropolitanas
10	Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial

706. Os principais impactos do PORLVT associados a cada um dos objectivos do QCA encontram-se listados no Quadro 11-4. Tendo em consideração os objectivos delineados e a dotação financeira estabelecida, conclui-se que a contribuição potencial do Programa se direcciona sobretudo (Gráfico 11-2) para o objectivo de **qualificação das áreas metropolitanas** (contribui potencialmente mais 50% que a média do programa admitindo que existia uma contribuição equivalente para os seis objectivos do QCA), seguido dos objectivos de qualificação dos espaços rurais, de melhoria da qualidade de vida e do reforço do sistema urbano; o contributo do PO para o reforço da empregabilidade e da inclusão social é, face à sua concepção, claramente inferior. Em termos de domínios verifica-se uma clara predominância do contributo do PO para o domínio do QCA relativo à Valorização do Território.

QUADRO 11-4: OS 2 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORTLVT EM CADA UM DOS OBJECTIVOS DO QCA (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

Objectivo do QCA	Impactes específicos
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Promover a aprendizagem ao longo da vida
	Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação
Reforço da inclusão social	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais
	Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência (2º)
	Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes (2º)
Melhoria da qualidade de vida	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos
	Valorizar o património histórico e cultural
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Qualificação dos espaços rurais	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Reforço do sistema urbano	Melhorar acessibilidades interurbanas
	Reforçar a base económica urbana

**GRÁFICO 11-2: CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA
(ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO, EM ÍNDICE)**



Fonte: Equipa de avaliação

Contribuição do PORLVT ao nível da execução

707. O contributo efectivo do PORLVT para os objectivos do QCA até Junho de 2003 depende da execução do Programa, pelo que a análise que foi efectuada, sendo útil para efeitos de comparação, deverá ser complementada tendo em consideração a execução financeira do Programa até aquela data. Assim, os impactes identificados inicialmente (Quadro 11-2) foram hierarquizados tendo agora em consideração não a programação mas a execução financeira de cada medida até 30 de Junho. Os resultados desta hierarquização para os 10 impactes mais importantes constam no Quadro 11-5 e representam 65,9% do contributo total do PO, sendo que os primeiros cinco são responsáveis por 49,2% desse contributo.

708. Verifica-se que os primeiros sete impactos responsáveis pelo contributo do PO para o QCA se mantêm face aos efeitos esperados na concepção (reforçando-se mesmo ligeiramente em termos de intensidade), sendo de destacar:

- pela positiva (face ao programado) o contributo do impacte “Preservar e valorizar o património ambiental e cultural”, o que parece ligar-se ao facto de a medida 1.2 (uma das que induz este efeito) ter registado um bom ritmos de execução e,
- pela negativa (face ao programado) o contributo “Reforçar a base económica urbana”, o que se pode associar ao facto das medidas 1.3, 2.3 e 3.10 não se encontrarem entre as que mais executaram.

QUADRO 11-5: OS 10 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT NO CONTRIBUTO PARA O QCA

Impactes específicos	Nº ordem (execução)	Nº ordem (concepção)
Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos	1	<i>1</i>
Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	2	<i>2</i>
Melhorar acessibilidades interurbanas	3	<i>3</i>
Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	4	<i>4</i>
Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios	5	<i>6</i>
Melhorar as acessibilidades internas e externas	6	<i>5</i>
Melhorar as acessibilidades internas e externas	7	<i>7</i>
Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	8	<i>10</i>
Consolidar novas centralidades intrametropolitanas	9	<i>9</i>
Preservar e valorizar o património ambiental e cultural	10	<i>16</i>

709. Os principais impactes que contribuem para cada um dos objectivos do QCA não sofreram grandes alterações, tendo-se destacado, em virtude da execução, três novos impactes (referenciados a **bold**) que substituíram em termos de hierarquização outros três aos quais era dada mais relevância ao nível da concepção (referenciados a *itálico*).

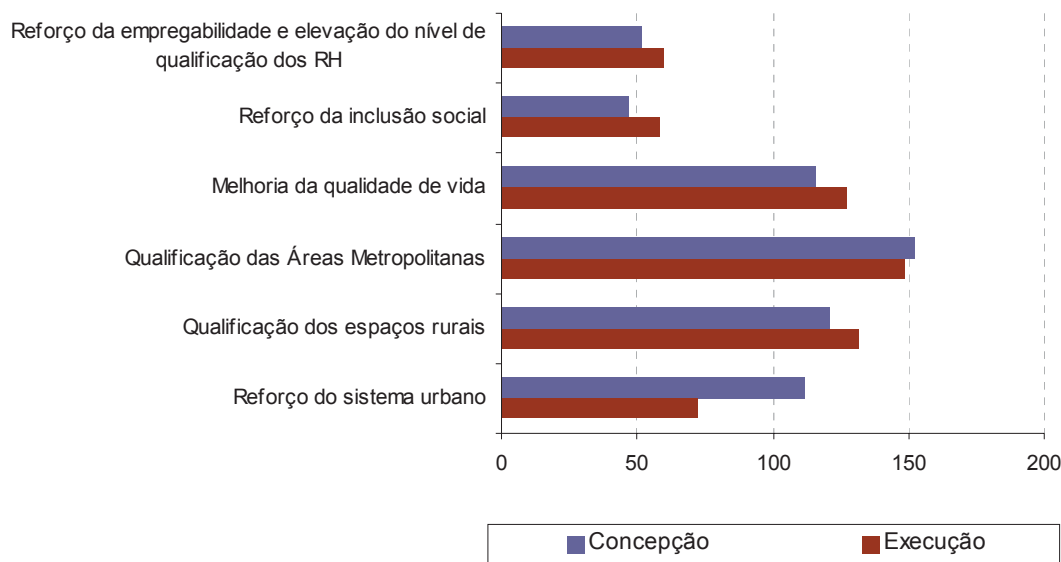
QUADRO 11-6: OS 2 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORTLVT EM CADA UM DOS OBJECTIVOS DO QCA

Objectivo do QCA	Impactes específicos
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Diminuir o abandono escolar
	Promover a aprendizagem ao longo da vida
	<i>Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação</i>
Reforço da inclusão social	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais
	Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência (2º)
	Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes (2º)
Melhoria da qualidade de vida	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos
	Valorizar o património histórico e cultural
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
	Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios
	<i>Melhorar as acessibilidades internas e externas</i>
Qualificação dos espaços rurais	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Reforço do sistema urbano	Melhorar acessibilidades interurbanas
	Qualificar as infra-estruturas ambientais urbanas
	<i>Reforçar a base económica urbana</i>

710. Tendo em consideração a execução financeira do PORLVT, conclui-se (Gráfico 11-3) que o Programa contribuiu sobretudo para o objectivo do QCA “Qualificação das áreas metropolitanas”, tendo também gerado um impacto acrescido sobre a qualificação dos espaços rurais e a melhoria da qualidade de vida; a contribuição para os outros objectivos do QCA foi menos intensa podendo-se afirmar que o impacto do programa terá sido, em qualquer dos três objectivos, 50% inferior ao impacto revelado na qualificação das áreas metropolitanas.

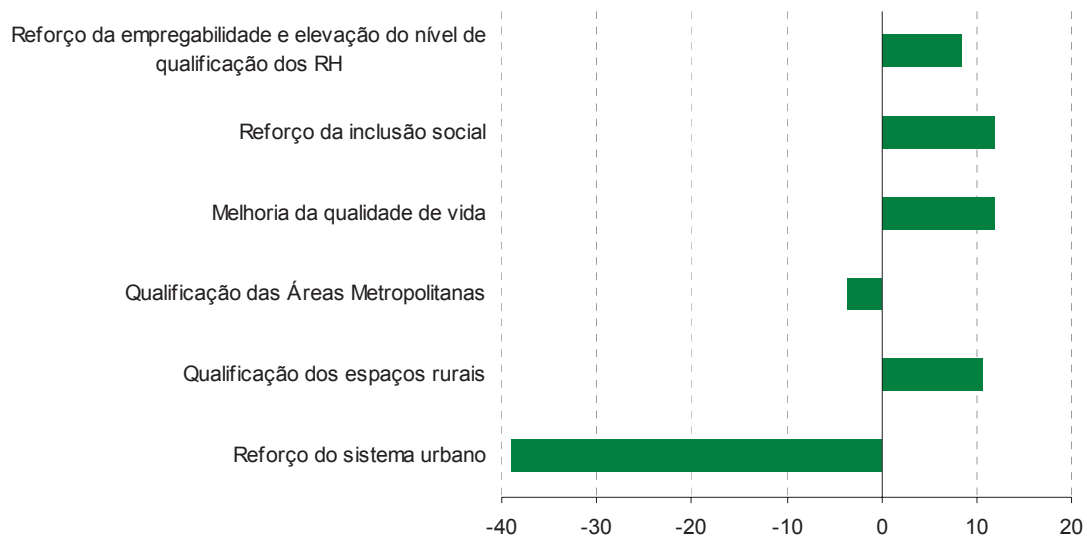
711. A comparação do impacte potencial (ao nível da concepção) com o impacte efectivo (face à execução financeira) do Programa revela (Gráfico 11-4), no entanto que, até 30 de Junho de 2003, o contributo do PORLVT para o QCA foi superior ao inicialmente concebido para os objectivos de reforço da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, qualificação dos espaços rurais e melhoria da empregabilidade e claramente inferior (cerca de metade) no que se refere ao reforço do sistema urbano. A menor contribuição do Programa para este último objectivo pode ficar a dever-se ao facto de algumas das realizações neste domínio ainda não terem sido aprovadas ou se encontrarem ainda em curso e como tal apresentarem taxas de realização relativamente mais baixas.

GRÁFICO 11-3: CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA (CONCEPÇÃO *VERSUS* EXECUÇÃO, DIFERENÇA EM ÍNDICE)



Fonte: Equipa de avaliação

GRÁFICO 11-4: COMPARAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA NAS FASES DE CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO



Fonte: Equipa de avaliação

13. O CONTRIBUTO DO PORLVT EM TERMOS DE VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

771. Neste capítulo procede-se a uma avaliação do contributo do Programa para o Valor Acrescentado Comunitário, começando por clarificar o seu conteúdo e metodologia de análise e num segundo ponto concretizando a sua avaliação no caso específico do PORLVT.

13.1. CONTEÚDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

772. O conceito de “valor acrescentado comunitário”, nascido timidamente no seio das regras de “prestação de contas” envolvendo a execução orçamental da política regional e de coesão, tem vindo a ganhar forma e relevância explícitas, nomeadamente no quadro do debate sobre a reforma dos fundos estruturais, pressionado, em grande parte, pelo novo quadro criado pela articulação entre o aprofundamento (implicando novas “regras de jogo” no plano micro e macroeconómico com a realização do mercado interno e da união económica e monetária e com a adopção do pacto de estabilidade e crescimento) e o alargamento (implicando maior dimensão, diversidade e heterogeneidade com a incorporação de novos Estados Membros no Báltico, da Europa central e oriental e no mediterrâneo).

773. A aceleração do processo de globalização, transformando de forma muito significativa o contexto externo do processo de construção europeia, em articulação com a evolução interna da própria União Europeia, em termos económicos e sociais e, sobretudo, institucionais, veio dar um novo relevo às políticas estruturais, onde, em termos europeus, a política de coesão ocupa um lugar estratégico. Estes novos desafios, nomeadamente os mais internos, associados ao alargamento e à consolidação da UEM, e os mais externos, associados ao novo quadro competitivo moldado pela globalização, contribuem, por outro lado, para colocar à prossecução do objectivo da coesão económica e social exigências acrescidas de **dinâmica** e de **sustentabilidade**, na medida em que importa não só garantir um processo de convergência das regiões com problemas estruturais, como um reforço do papel estratégico mundial da União Europeia suportado pela melhoria sustentada da sua competitividade.

774. O segundo relatório sobre a coesão económica e social¹, procurando alimentar o debate do futuro da política de coesão depois de 2006, numa Europa alargada, veio dar um sentido mais preciso ao “valor acrescentado comunitário” enquanto instrumento de acção e aprendizagem, ao avançar as grandes prioridades da coordenação das políticas, do reforço da afectação de recursos em função das prioridades comunitárias, da melhoria da eficiência e da eficácia, valorizando a relação entre recursos financeiros e resultados, e da optimização do “efeito alavanca”, através do alargamento das formas de parceria.

775. Ao presente ciclo de programação financeira (2000-2006) correspondeu, também, como se sabe, um esforço significativo e positivo da Comissão Europeia, nomeadamente através da direcção geral da política regional, no terreno das metodologias de concepção, execução e avaliação das intervenções comunitárias integradas na utilização dos fundos estruturais e de coesão.

A definição de “valor acrescentado comunitário” entrou nesse esforço, ancorada numa visão “*top-down*” da questão, como “... o valor resultante do apoio comunitário que é adicional ao que seria obtido através dos fundos estruturais e de coesão pelas autoridades nacionais e regionais e pelo sector privado. Noutros termos, trata-se de apreciar os benefícios, económicos e não económicos, associados à política de coesão no seu conjunto e a cada um dos programas desenvolvidos nas regiões elegíveis”².

A lógica de suporte desta definição enraíza-se em duas ideias estreitamente complementares. Em primeiro lugar surge a ideia de que as intervenções organizadas a partir do plano comunitário, e não a partir do plano dos Estados Membros ou das regiões, são portadoras de certos benefícios específicos. Em segundo lugar surge a ideia de que os recursos comunitários geram, quando aplicados de forma objectiva e adequadamente regulamentada e adicionados aos recursos nacionais, um efeito catalisador relevante.

776. O conceito de “valor acrescentado” dos fundos estruturais ou de “valor acrescentado comunitário” é, assim, um **conceito complexo**, que envolve aspectos quantitativos, associados, nomeadamente, ao processo de mobilização e afectação de recursos públicos e privados, e aspectos qualitativos, associados, nomeadamente, aos processos de formulação de estratégias, selecção de objectivos, operacionalização das intervenções e aprendizagem colectiva no domínio das políticas públicas.

¹ Comissão Europeia (2001), *Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios*, Segundo relatório sobre a coesão económica e social, Comunidades Europeias, Luxemburgo.

² Comissão Europeia (2002), *Valeur Ajoutée Communautaire dans le cadre des politiques structurelles: Définition et Critères d'Évaluation*, Documento de Trabalho, Direcção Geral de Política regional, Comissão Europeia, Bruxelas.

O conceito de “valor acrescentado comunitário” é, também, um **conceito relativo**, cuja avaliação não se revela possível com base em hipóteses demasiado simplificadas, uma vez que a identificação dos referidos benefícios específicos se reporta, exclusivamente, ao nível de coerência da intervenção (comunitário vs. nacional/regional) e não aos efeitos da própria intervenção (situação com intervenção vs. situação sem intervenção). O conceito de “valor acrescentado comunitário” pressupõe, assim, a verificação de um efeito adicional sobre o “valor acrescentado nacional” das intervenções públicas, no terreno das políticas estruturais.

O conceito de “valor acrescentado comunitário” é, também, um **conceito dinâmico**, na medida em que a sua avaliação se configura como um processo contínuo, polarizado pelo objectivo de renovação do alcance e impacto das políticas estruturais, onde importa acompanhar quer a evolução do “jogo” de problemas, necessidades e desafios dos espaços de referência das referidas políticas (União, Estados Membros, regiões), quer os ensinamentos recolhidos com base nas experiências anteriores que permitem melhorar, corrigir ou alterar o desenho e o processo de utilização dos instrumentos de programação e intervenção.

777. Os elementos principais que dão corpo ao conceito de “valor acrescentado comunitário” das políticas estruturais da União, tendo em conta o documento de trabalho dos serviços já referido, podem ser apontados como sendo os seguintes:

- a concretização dos objectivos comunitários ligados à coesão económica e social, às prioridades comunitárias de carácter transversal e ao desenvolvimento equilibrado e sustentável;
- a garantia de um triplo requisito na mobilização dos recursos comunitários: a) um significativo efeito redistributivo; b) uma efectiva adicionalidade face ao esforço financeiro dos Estados Membros; c) uma maximização do efeito de alavanca financeira, em particular face ao sector privado;
- a optimização da eficácia das intervenções induzida pelo método de operacionalização dos fundos estruturais (regras e princípios de programação, parceria, controlo, acompanhamento e avaliação);
- a transferência de conhecimentos e a partilha de experiências e recursos associados à cooperação e à montagem de redes que não existiriam sem a iniciativa comunitária.

778. O “valor acrescentado comunitário”, correspondendo, no essencial, ao que foi possibilitado, facilitado ou melhorado pelo enquadramento comunitário ou, no limite, ao que não poderia ter sido realizado sem esse enquadramento, coloca, no plano das metodologias da sua avaliação,

duas questões relevantes, associadas às **externalidades** (efeitos de “spill-over”) e à **dosagem** das intervenções (fenómenos de “overshooting”), que importa tratar adequadamente.

- Em primeiro lugar, encontra-se a articulação entre os espaços de produção de resultados dos programas e projectos, na medida em que existem formas particulares de “solidariedade” e “oposição” (sinergias positivas e negativas) na prossecução dos grandes objectivos e prioridades à escala regional, nacional e comunitária, com reflexos nos processos de convergência regional e nacional no seio da União Europeia.

Com efeito, as maiores (menores) performances em termos de eficiência e eficácia, ou em termos de pertinência e sustentabilidade, ou, ainda, em termos de integração das dimensões transversais, traduzem necessariamente “externalidades” ou efeitos de “spill-over” positivos (negativos) sobre as outras escalas (regional → nacional, nacional → regional, regional → comunitária, comunitária → regional, nacional → comunitária ou comunitária → nacional).

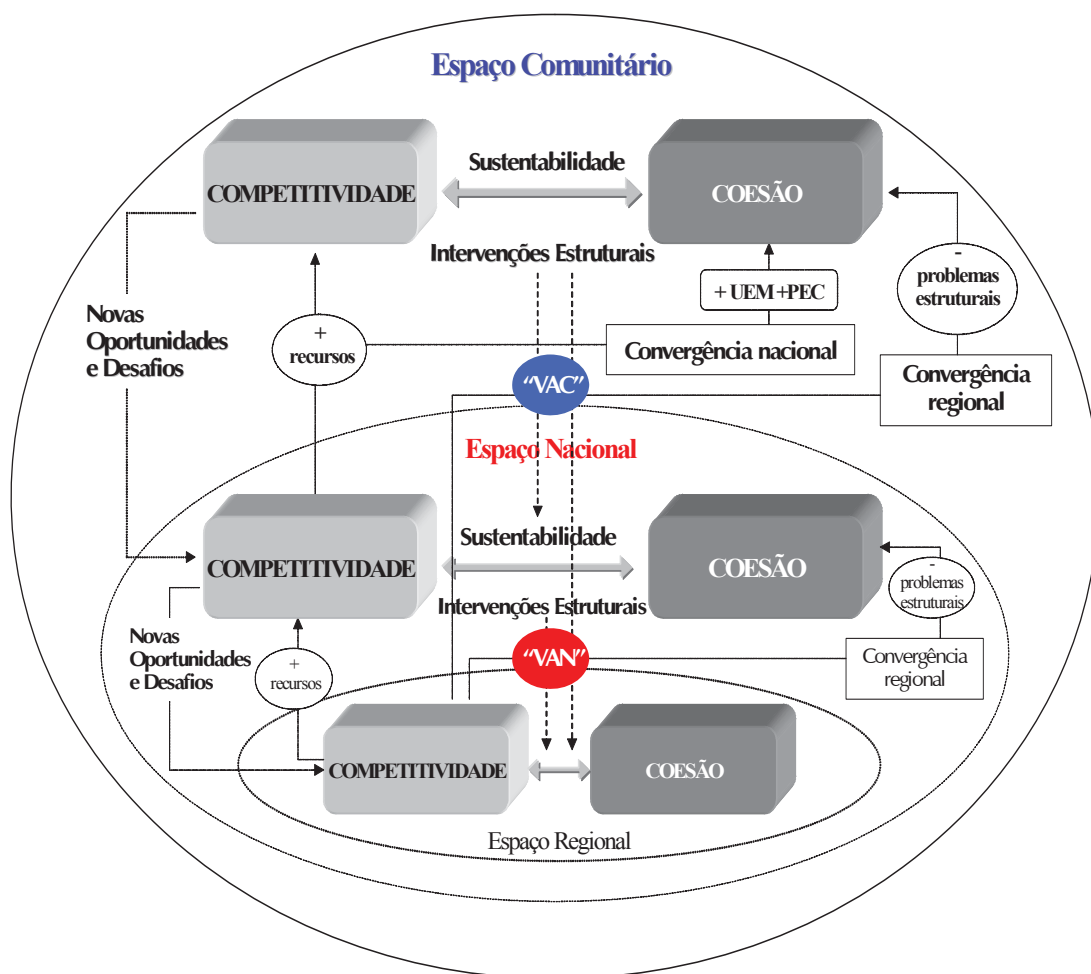
A consideração da gestão das externalidades, no quadro da análise do “valor acrescentado comunitário”, deve ser explicitada por referência aos **grandes objectivos globais** à escala da União Europeia e à sua sustentabilidade, nomeadamente a competitividade e a coesão económica e social, enquanto grandes referências da afirmação externa e interna do projecto europeu.

- Em segundo lugar, encontra-se a articulação entre os processos de formulação e condução das políticas estruturais, onde se enquadram os programas e projectos viabilizados, na medida em que existem dificuldades importantes no terreno da articulação entre os múltiplos níveis de “governância” que configuram os esforços públicos, e destes com os contributos da esfera privada, que podem conduzir a fenómenos de desequilíbrio (“overshooting”) na dosagem das intervenções (forma e dimensão dos recursos afectos aos objectivos).

Com efeito, a integração das duas dimensões – **prioridades comunitárias** que se expressam em domínios **transversais** de intervenção prosseguidos pelas autoridades comunitárias, nacionais e regionais e **grandes objectivos globais** que se expressam com relevância nos planos supra-nacional (União), nacional (Estados Membros) e infra-nacional (regiões) – não é tarefa nem simples, nem fácil, quando encarada na perspectiva da coordenação das intervenções induzidas pelas políticas estruturais, exigindo uma identificação rigorosa das cadeias de impacto, das influências recíprocas e dos efeitos indirectos e induzidos ³.

³ Questão que se coloca muito mais no plano substancial, ex-post, do que no plano formal, ex-ante. O documento de trabalho da Comissão já referido enuncia adequadamente, neste último plano, os aspectos que

FIGURA 13-1: AS ARTICULAÇÕES DAS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NOS GRANDES ESPAÇOS DE REFERÊNCIA – COMUNITÁRIO, NACIONAL E REGIONAL – À LUZ DOS GRANDES OBJECTIVOS DE COMPETITIVIDADE E COESÃO



779.A articulação entre coesão e competitividade como grande referencial para avaliar o valor acrescentado comunitário das intervenções estruturais merece um esclarecimento adicional.

se destacam para a consideração do valor acrescentado comunitário, isto é, a *subsidiariedade*, a *proporcionalidade* e a *adicionalidade*, dando-lhes um sentido preciso para a avaliação do valor acrescentado comunitário:

- (1) *A subsidiariedade define a partilha de responsabilidades entre a União e os Estados Membros: a intervenção comunitária só se justifica se os objectivos da acção não podem ser suficientemente realizados pelos Estados Membros podendo, em função das dimensões ou dos efeitos da acção, ser melhor realizados ao nível comunitário;*
- (2) *A proporcionalidade define os limites da intervenção comunitária: ela deve corresponder a uma adequação aos objectivos do Tratado;*
- (3) *A adicionalidade define um efeito de alavanca dos fundos comunitários, estruturais e de coesão, sobre os fundos nacionais: Os investimentos com finalidades de desenvolvimento neles enquadrados não se podem substituir ao esforço nacional.*

O relevo dado à promoção da **coesão económica e social** como grande objectivo de estruturação interna de uma União Europeia que enfrenta desafios crescentes na articulação entre aprofundamento e alargamento deriva, em primeiro lugar, do lugar central ocupado pela **política de coesão** na configuração das políticas regionais, mas deve-se, também, ao reconhecimento da afirmação de **desequilíbrios duradouros**, quer ao nível das disparidades entre os **processos de convergência**, quando analisados na dimensão dos países e na dimensão das regiões, quer ao nível das questões relativas aos fenómenos de **exclusão social e pobreza**, com a coexistência de situações muito diferenciadas ao nível dos Estados Membros.

O relevo dado à promoção da **competitividade** como grande objectivo de afirmação da União Europeia num mundo crescentemente globalizado deriva, em primeiro lugar, da relevância crescente, para o desenvolvimento das regiões europeias, da articulação da política de coesão com as outras políticas estruturais, mas deve-se, também, ao reconhecimento de um **duplo “gap”** em relação ao pólo constituído pela economia, sociedade e Estado norte-americanos: o **“gap” de realizações** ao nível do **crescimento económico** na última década e o **“gap” de condições** ao nível dos grandes veículos de utilização produtiva dos instrumentos da **“economia do conhecimento”** e da **“sociedade da informação”**, nomeadamente o grau de penetração das tecnologias de informação e comunicação, a dimensão do esforço humano e financeiro na Investigação & Desenvolvimento e na Ciência & Tecnologia, a dimensão dos mecanismos de capital de risco e a flexibilidade e eficiência regulatória dos mercados.

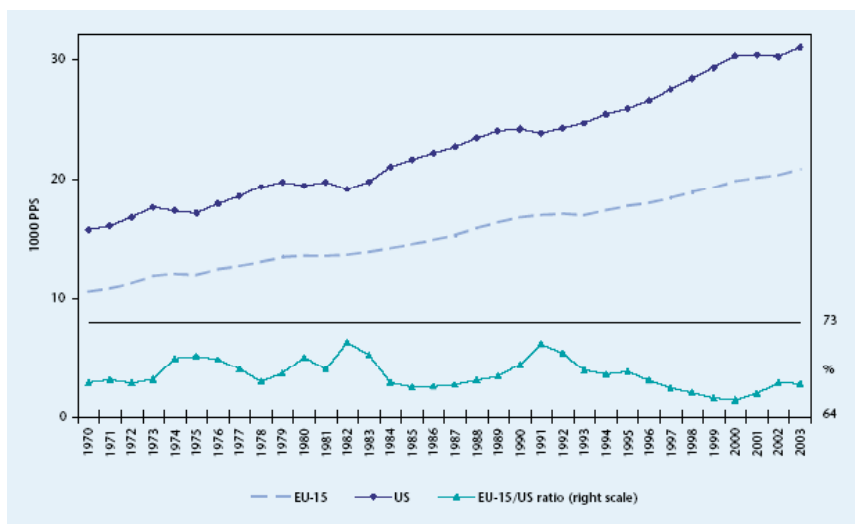
780. Os relatórios sobre a competitividade europeia, realizados no quadro das actividades de “benchmarking” da Direcção Geral de Empresa, têm vindo a valorizar quer a análise daquele duplo desfasamento, quer a procura de estratégias de acção conduzindo à sua redução, chamando a atenção para a existência de uma tendência marcada de menor ritmo de crescimento da produtividade na União Europeia face aos Estados Unidos, concluindo, mesmo, no último relatório que: *“... nas presentes circunstâncias, as ambições globais da estratégia de Lisboa serão difíceis de realizar”*⁴.

A referência da “economia baseada no conhecimento” tem vindo, por outro lado, a permitir a construção de laços mais sólidos entre as intervenções prosseguindo objectivos de competitividade e as intervenções prosseguindo objectivos de coesão, através da valorização do papel do “capital humano”. Com efeito, a “Estratégia de Lisboa” exige quer uma aceleração do

⁴ Comissão Europeia (2002), *European Competitiveness Report 2002*, SEC (2002) 528, Comunidades Europeias, Luxemburgo.

processo de acumulação de competências técnicas e científicas, quer uma maior flexibilidade e velocidade de incorporação do capital humano qualificado nas actividades económicas.

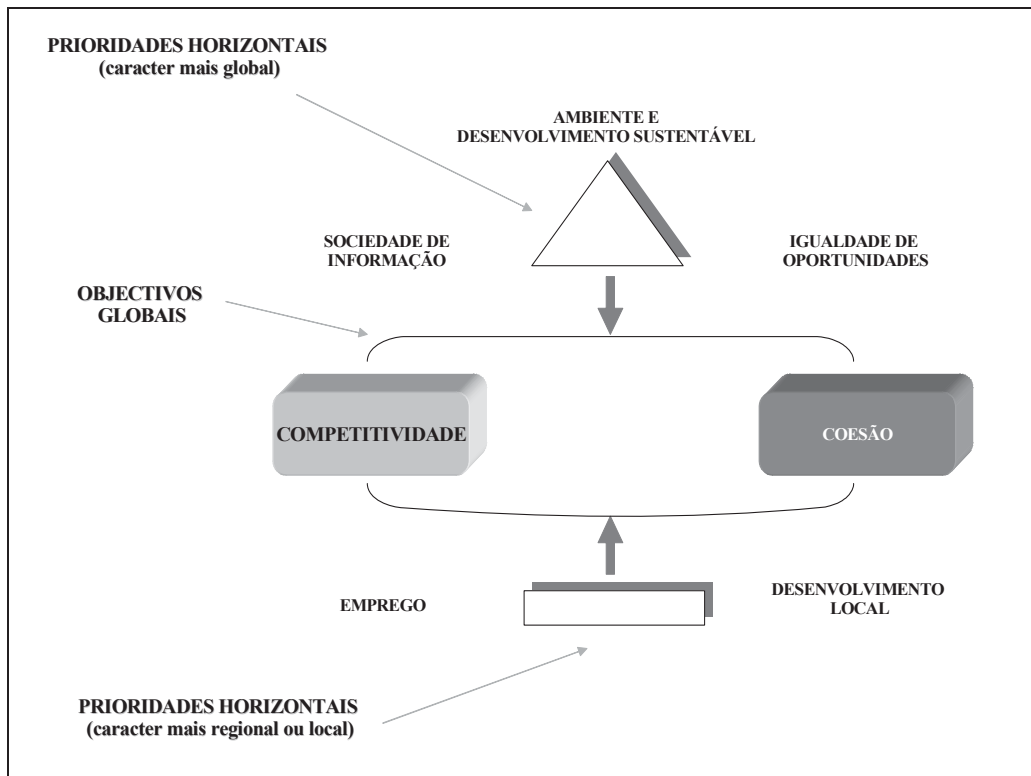
GRÁFICO 13-1: A EVOLUÇÃO DO “GAP” DE COMPETITIVIDADE MEDIDO PELO PIB PER CAPITA (ESCALA DA ESQUERDA PPS DE 1995 (2001, ESTIMATIVAS; 2002-3, PREVISÕES) , ESCALA DA DIREITA RÁCIO UE/EUA)



Fonte: European Competitiveness Report 2002.

781.O quadro das referências às **prioridades comunitárias** não é, como se sabe, fácil de fixar (veja-se a caixa de texto “Prioridades Comunitárias”), importando, assim, explicitar, em cada exercício de análise do valor acrescentado comunitário, o conjunto das prioridades mais adequadas em função das características da intervenção em causa. No presente exercício, tendo em conta, nomeadamente, o caderno de encargos, procurou-se estabelecer uma articulação entre as prioridades de carácter mais global (sustentabilidade, igualdade de oportunidades e sociedade de informação), isto é, pressupondo orientações definidas a um nível mais geral e uma relativa homogeneidade das acções, as prioridades de carácter mais regional ou local (empregabilidade e desenvolvimento local), isto é, exigindo orientações definidas a um nível mais descentralizado e uma grande diversidade das acções, e os grandes objectivos globais (competitividade e coesão).

**FIGURA 13-2: PRIORIDADES COMUNITÁRIAS:
A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES TRANSVERSAIS E OS OBJECTIVOS GLOBAIS**



CAIXA 13-1: PRIORIDADES COMUNITÁRIAS

A relevância das prioridades comunitárias na formulação das políticas estruturais na União Europeia articula-se estreitamente com a preparação do período de programação 2000-2006 podendo tomar-se a Comunicação da Comissão, de 1 de Julho de 1999 – “Os Fundos Estruturais e a sua Coordenação com o Fundo de Coesão – Orientações para programas no período de 2000 a 2006” [COM (1999) 344 Final – Jornal Oficial C 267, 22.09.1999] como um bom referencial para a sua explicitação. Esta comunicação, para além de estabelecer as orientações cujo objectivo é ajudar as autoridades nacionais e regionais na definição dos seus planos de desenvolvimento, define também as prioridades comunitárias que deveriam reflectir-se nas estratégias de programação, a título dos Objectivos 1, 2 e 3, salientando a necessidade de respeitar, nomeadamente, os **princípios horizontais**, ou prioridades comunitárias transversais, decorrentes do Tratado de Amesterdão, que dizem respeito a todas as políticas comunitárias:

- O desenvolvimento sustentável;
- A igualdade de oportunidades.

A comunicação defende ainda que, para além destas duas prioridades transversais, as estratégias de desenvolvimento ou de reconversão devam fazer convergir a utilização dos Fundos Estruturais e, eventualmente, do Fundo de Coesão em três prioridades:

- A melhoria da competitividade das economias regionais criando empregos sustentáveis. Pretende-se com esta prioridade a eficácia, a acessibilidade e carácter sustentável das infra-estruturas de transportes, a eficiência energética e as fontes de energia renováveis, a promoção de novos serviços de telecomunicações, as infra-estruturas de água e de gestão de resíduos, a promoção de IDT, bem como a competitividade das empresas no apoio ao ambiente, ao turismo, à cultura e à economia social.
- O reforço da coesão social e do emprego através da promoção dos recursos humanos. Esta prioridade visa: agir no mercado de trabalho por meio de medidas tanto activas como preventivas, facilitar a educação permanente, desenvolver a capacidade de adaptação e a capacidade empresarial, bem como as acções positivas para as mulheres.
- O desenvolvimento urbano e rural, no âmbito de um território europeu equilibrado. O desenvolvimento rural, como fonte de modernização, diversificação e protecção ambiental, deve realizar-se em sinergia com o desenvolvimento das zonas urbanas.

As referidas prioridades comunitárias, estabelecidas em Julho de 1999, são consequência do desenvolvimento e discussão das bases esboçadas para os **regulamentos dos Fundos Estruturais** – que continham um regulamento geral e um regulamento vertical para cada Fundo (FSE, FEDER, FEOGA - Orientação, IFOP) – e baseavam-se em larga medida, no projecto da Comissão para o desenvolvimento futuro da União, delineado no documento “**Agenda 2000**” de Julho de 1997⁵. As orientações indicativas adoptadas pela Comissão em Julho de 1999, sendo tomadas como prioridades estratégicas, constituem um elemento essencial do valor acrescentado comunitário. Os esboços referidos defendiam, em particular, a promoção de quatro prioridades básicas da Comunidade:

- Desenvolvimento económico sustentável;
- Competitividade e inovação;
- Emprego e recursos humanos;
- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

(continua)

⁵ Documento que foi acordado por todos os chefes de Estado e governos dos Estados Membros em Março de 1999, no Conselho Europeu de Berlim.

O **Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social**, “Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios”, preparado pela Comissão Europeia, no quadro de um marco de explícita valorização das dinâmicas regionais de desenvolvimento e da política de coesão, distingue, pelo seu lado, as seguintes directrizes estratégicas para o período 2000 a 2006:

- Transportes: em direcção a um melhor equilíbrio;
- Redução do apoio directo a empresas;
- Esforços aumentados para promover a inovação e o capital humano;
- A sociedade de informação: uma reorientação estratégica para a procura;
- Recursos humanos: ligação à Estratégia Europeia de Emprego;
- Maior integração dos aspectos ambientais;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Contribuição do FEOGA – Garantia para a política de desenvolvimento rural.

A Comunicação da Comissão [COM (2001) 378 Final 5.7.2001] – “**Resultados da programação dos Fundos Estruturais para o período 2000/2006 (Objectivo nº1)** [SEC (2001) 1140] permite concluir que, no decurso das negociações, a tomada em conta das orientações se centrou especialmente nos domínios da formação profissional, da sociedade da informação, do ambiente e do desenvolvimento sustentável, da ajuda às PME e do apoio às zonas rurais em declínio, e do desenvolvimento urbano.

A evolução da União Europeia, no seu plano mais global, veio, pelo seu lado, nomeadamente nos Conselhos de Lisboa e Gotemburgo, valorizar, de forma muito clara, nas grandes orientações e objectivos estratégicos, a atribuição de um lugar central à articulação entre a **competitividade**, induzida pela “economia baseada no conhecimento”, e o **desenvolvimento sustentável**. Com efeito:

- O Conselho Europeu Especial de Lisboa (Março 2000) veio apontar como objectivo estratégico para a União na próxima década: “... tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” .
- O Conselho Europeu de Gotemburgo (Julho de 2001) definiu, por sua vez, “uma estratégia para o desenvolvimento sustentável que vem completar o compromisso político da renovação económica e social assumido pela União, que acrescenta à estratégia de Lisboa uma terceira dimensão, de carácter ambiental”, destacando, nas suas conclusões, quatro terrenos principais de acção: alterações climáticas, transportes sustentáveis, saúde pública e gestão responsável dos recursos naturais.

O documento de trabalho da Direcção Geral de Política Regional, de Janeiro de 2002, sobre o “Valor Acrescentado Comunitário”, reflectindo todo este processo através do prisma das suas competências específicas, apresenta, pelo seu lado, uma formulação das prioridades comunitárias em cinco pontos:

- Reforçar as dotações de infra-estruturas, particularmente as redes transeuropeias;
- Promover empresas competitivas de forma a assegurar a criação de emprego;
- Desenvolver os recursos humanos;
- Ter em conta o ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Promover a igualdade de oportunidades.

A constante evolução da definição e dos contornos das prioridades comunitárias, consequência natural da evolução global da União Europeia e dos seus grandes desafios, alargamento e aprofundamento, nomeadamente, reflecte, também, a valorização e adaptação da visão estratégia das políticas regionais e da política de coesão, o que aconselha, em nosso entender, a uma adaptação do quadro das prioridades comunitárias retidas ao objecto específico de cada estudo particular.

782. A avaliação do valor acrescentado comunitário, seguindo as indicações metodológicas propostas pelos serviços da Comissão Europeia, utiliza, em termos operacionais, 4 tipos de **critérios** distintos:

- Critérios ligados à realização dos **objectivos comunitários**, envolvendo, nomeadamente, a análise da contribuição da intervenção para:
 - a coesão económica e social;
 - as prioridades comunitárias;
 - o desenvolvimento equilibrado e sustentável.
- Critérios de **natureza financeira** associados à verificação:
 - da dimensão do efeito de alavanca financeira (maximização de recursos públicos e privados);
 - do princípio da adicionalidade (sustentação, ciclo a ciclo de programação, do nível da despesa pública nacional).
- Critérios ligados à inclusão na prática nacional dos **métodos comunitários** de programação e execução das intervenções estruturais, que se manifestam:
 - na qualidade e estabilidade de uma programação plurianual (coerência entre as programações ao nível comunitário e nacional; integração e sinergia das acções financiadas);
 - na generalização dos trabalhos de acompanhamento, avaliação, auditoria e controlo (objectividade; prestação de contas; transparência);
 - no recurso ao partenariado alargado (mobilização dos actores institucionais e dos agentes económicos; formas descentralizadas de concertação e negociação).
- Critérios ligados à organização de **redes de acção** à escala nacional e europeia que permitam::
 - o reforço da troca de experiências e de informação;
 - o desenvolvimento de acções inovadoras envolvendo diferentes tipos de agentes.

Este conjunto de critérios permite construir uma bateria de indicadores, especificamente desenhada para a avaliação do “valor acrescentado comunitário”. No quadro seguinte desenvolvem-se as dimensões de análise que permitem chegar a uma selecção fina de indicadores (sempre fortemente condicionada pela qualidade das fontes de informação disponíveis atempadamente) susceptível de quantificar ou ilustrar diferentes critérios e sub-critérios (consideraram-se 3 grandes critérios e 16 sub-critérios).

QUADRO 13-1: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

Crítérios	Dimensões de análise orientadoras da selecção de indicadores
1. Critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
A. Contribuição para a coesão económica e social	
1 Crescimento e competitividade 2 Produtividade 3 Emprego 4 Investimento 5 Integração económica no espaço europeu	<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do PIB (nível, ritmo anual) no período de referência • Crescimento da produtividade (valor/volume, homem/hora) • Emprego adicional ,criado e/ou mantido (volume, bruto/líquido); Taxa de emprego • Volume e orientação do investimento (acréscimo e shift-share induzidos) • Acréscimos nos fluxos comerciais intra-europeus induzidos (exportações e importações)
B. Prioridades comunitárias	
6 Desenvolvimento local e coesão regional 7 Emprego e competitividade 8 Sociedade de informação 9 Ambiente e sustentabilidade 10 Igualdade de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da acessibilidade (intra e inter); Sistemas de saneamento básico e abastecimento de água (população servida) e de gestão de resíduos (reciclagem); Eficácia global das infra-estruturas (utilização, qualidade do serviço, maturação e consolidação) • Evolução do nível de emprego e desemprego (análise global e segmentada); Potencial de criação de emprego de base local; Empregabilidade; Expressão da “Economia do Conhecimento” (Despesas e pessoal em I&D, Emprego e investimento em actividades avançadas) • Penetração e utilização das novas tecnologias de informação (“hard”: redes, equipamentos, e “soft”: aplicações, utilização); Internet e telecomunicações • “Benchmarking” em relação às referências e metas ambientais; Eficiência energética e diversificação • Emprego e actividade; Iniciativa empresarial; Participação cívica
C. Desenvolvimento equilibrado e sustentado	
11 Especialização e distribuição de actividades a nível europeu	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência regional; Concentração e diversificação das actividades económicas; Regime de crescimento (ritmo e qualidade)
2. Critérios de natureza financeira	
12 Adicionalidade 13 Alavanca financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da despesa nacional em intervenções estruturais (análise global e por motivação de cada fundo) • Cofinanciamento público nacional mobilizado pela despesa comunitária; Despesas privadas induzidas; Equilíbrio qualitativo do financiamento do investimento (subsídios e empréstimos)
3. Critérios associados ao “método comunitário”	
14 Qualidade da programação e sua expressão pluri-anual 15 Expressão do parceria 16 Controlo e acompanhamento 18 Expressão dos exercícios de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de integração das prioridades regionais, nacionais e comunitárias ; Grau de coerência da programação (Estratégia, Objectivos, instrumentos); Continuidade e manutenção dos investimentos • Extensão das formas de parceria (penetração no programa, dimensão e representatividade); Expressão da contratualização; Contributo para a eficácia das decisões • Expressão das auditorias nos projectos aprovados ; Cobertura da informação de acompanhamento (físico e financeiro) • Expressão das avaliações externas (número, cobertura dos programas e orçamento); Expressão das estruturas de acompanhamento das avaliações; Qualidade das avaliações; Grau de utilização dos resultados e recomendações dos avaliadores

783. Em articulação com os serviços da comissão, mas prosseguindo uma linha de reflexão mais centrada no horizonte pós 2006 da reforma dos fundos estruturais, importa referir o contributo dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da rede IQ-net⁶ que conduzem à desagregação do conceito de valor acrescentado comunitário, numa perspectiva de desenvolvimento regional, em cinco grandes domínios:

- valor acrescentado em termos da prossecução da **coesão** (redução das disparidades económicas e sociais; contribuições específicas adicionais para o desenvolvimento, através da criação ou preservação de empregos, da criação de empresas ou das actividades de I&D);
- valor acrescentado em termos **políticos** (maior visibilidade da União e maior participação dos agentes económicos e sociais);
- valor acrescentado em termos das **políticas** (inovação na concepção e nos instrumentos das políticas regionais; recursos adicionais para financiar acções de desenvolvimento regional; reforço do papel das políticas regionais);
- valor acrescentado em termos **operacionais** (análise e reflexão estratégica de base regional; maior eficácia no planeamento e programação; desenvolvimento das condições do partenariado; avaliação e monitorização estratégica; indução, análise e selecção de projectos);
- valor acrescentado em termos do processo de **aprendizagem** (partilha de experiências; disseminação de “boas práticas”).

784. O valor acrescentado comunitário sendo susceptível de ser avaliado nos planos “macro” e “micro”, apresenta, talvez, o seu foco principal de interesse nos aspectos mais qualitativos da **integração estratégica**, conduzindo a uma concepção enriquecida do desenvolvimento económico e social, e do **equilíbrio operacional** das intervenções, conduzindo a uma distribuição espacial e sectorial de recursos e resultados mais próxima da configuração efectiva dos problemas, necessidades e desafios.

O valor acrescentado comunitário é, assim, influenciado por um amplo conjunto de factores que obrigam, em cada processo de avaliação concreto, a uma consideração dos seus contornos específicos, e onde podemos destacar:

- a **referência territorial** dos programas ou intervenções (nacional vs. regional; extensão; nível de desenvolvimento e expressão dos problemas estruturais, nomeadamente);

⁶ Veja-se, nomeadamente, Bachtler, J. e Taylor, S. (2003), *The Added Value of the Structural Funds: a Regional Perspective*, European Policies Research Centre, Glasgow.

- a dimensão financeira (grande vs. pequeno; maior ou menor alavancagem de recursos privados, nomeadamente) e organizacional (muitos projectos vs. poucos projectos; programa “aberto” vs programa “fechado”, nomeadamente) dos Programas ou intervenções;
- o espectro de objectivos prosseguidos pelos Programas ou intervenções, mais largo e geral (caso do objectivo 1) vs. mais estreito e focalizado (caso dos outros objectivos); de natureza mais quantitativa vs. de natureza mais qualitativa, nomeadamente;
- as características das administrações públicas nacionais (maior ou menor descentralização; formas de articulação entre organizações verticais/sectoriais e horizontais/transversais; maior ou menor peso das lógicas mais tradicionais e das lógicas, mais modernas, de agência, nomeadamente);
- o tipo de relacionamento entre o sector público e o sector privado (maior ou menor expressão do partenariado e da contratualização; maior ou menor capacidade de iniciativa e de partilha de riscos; maior ou menor valorização do papel dos bens e serviços públicos, nomeadamente);
- o grau de maturação da experiência em matéria de programação de intervenções estruturais (adaptação e/ou acomodação às regras comunitárias vs. inovação, consolidação e participação na sua evolução dinâmica, nomeadamente);
- as percepções dominantes sobre o papel dos fundos estruturais comunitários (maior ou menor expressão das visões “nacionalistas” e “europeístas”; maior ou menor identificação dos recursos financeiros públicos, comunitários e respectivas contrapartidas nacionais, e privados; maior ou menor concordância substancial com o princípio da adicionalidade, nomeadamente).

785. A existência de um desfasamento temporal significativo entre a adopção das políticas e a verificação dos resultados e impactos conduz esta componente de avaliação (valor acrescentado comunitário), em qualquer avaliação intercalar, a privilegiar o respectivo desenvolvimento metodológico e a montagem do sistema de indicadores mais adequado. O exercício de avaliação propriamente dito surge, assim, como um análise de natureza mais qualitativa, focalizando a informação e os resultados obtidos segundo este prisma de análise

13.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA O VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

786. A avaliação do valor acrescentado comunitário, no quadro do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, deve ser situada num plano quantificado associado, no essencial, aos critérios relativos à coesão económica e social e à convergência no espaço europeu, bem como aos critérios de natureza financeira, por um lado, e num plano qualitativo associado, no essencial, aos critérios subjacentes às prioridades horizontais, aos critérios de objectivos e de método de programação e execução da intervenção, por outro lado.

787. A análise dos **critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias** foi sistematizada em dois quadros (Quadro 13-2 e Quadro 13-3) que detalham os principais contributos do programa em termos de coesão económica e social, em termos de desenvolvimento equilibrado e sustentado e em termos das grandes prioridades horizontais.

A sua leitura e interpretação deve ser enquadrada pelos contributos positivos do programa para os grandes objectivos de natureza nacional e comunitária, identificados a partir da análise da eficácia de conjunto do programa, isto é:

- expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural;
- desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local;
- contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social e (re)inserção no mercado de trabalho;
- expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas;
- resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos.

QUADRO 13-2: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

Crítérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
Contribuição para a coesão económica e social	
Crescimento económico	O crescimento económico global, face ao final do QCA II (1999-2002), na região, foi de 6% em termos reais (1,8% entre 2000 e 2002). A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta indícios de estar a sofrer mais do que o resto do país os efeitos negativos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final de 2000
Nível de vida da população	O nível de vida real da população acompanhou sensivelmente o ritmos de crescimento económico e a sua desaceleração (5,1% de acréscimo entre 1999 e 2002, mas apenas 0,9% entre 2000 e 2002)
Produtividade	A produtividade (PIB/Emprego) registou, em termos reais, um crescimento de 2,4%, no período 1999-2002 (-1,3% entre 2000 e 2002)
Emprego e desemprego	O nível de emprego registou um crescimento de 3,6% no período 1999-2002 (3,0% entre 2000 e 2002). O nível de desemprego registou um agravamento de 21,8% no período 1999-2002 (34,8% entre 2000 e 2002). A taxa de actividade registou, no período 1999-2002, um aumento, face à tendência nacional, de 0,4% (0,7% entre 2000 e 2002).
Integração económica europeia	A polarização no espaço europeu por parte da região de Lisboa e Vale do Tejo sofreu um ligeiro reforço quer ao nível das suas exportações (14,9% do PIB), quer ao nível da sua abertura global, importações e exportações (52,3% do PIB), enquanto, no resto do país, se passou exactamente o contrário.
Desenvolvimento equilibrado e sustentado	
Especialização e distribuição de actividades a nível europeu	A região confirmou o seu complexo processo de convergência económica em termos europeus, isto é, melhorou, entre 1999 e 2002, a sua posição face à média europeia em termos de produto interno bruto por habitante em € correntes em 5,7% (4,5% nos últimos 2 anos), enquanto, em termos de produto interno bruto por habitante avaliado em PPS, viu a sua posição face à média europeia degradar-se em 3,1% (embora com uma melhoria de 1,4% nos últimos 2 anos)
Regime de crescimento	O crescimento económico foi induzido por uma dinâmica onde o crescimento do emprego (3,6%) se sobrepôs ao crescimento da produtividade (2,4%). Nos últimos 2 anos (2000-2002) verificou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento e uma acentuação da sua natureza extensiva. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no entanto, uma melhor performance qualitativa, face ao resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização
Convergência económica regional à escala nacional	A convergência económica, em termos nacionais, sofreu uma evolução positiva, com a região de Lisboa e vale do Tejo a baixar a distância do seu PIB per capita em PPS face à média do país de 36,6%, em 1999, para 34,4%, em 2002. A convergência económica em termos nacionais, reflecte uma conjuntura de maiores dificuldades da região em termos demográficos e de mercado de trabalho (maior aumento da taxa de desemprego e aumento da taxa de actividade que, na evolução relativa face à média nacional, supera o aumento do nível de emprego)

Quadro 13-3: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário

Critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
Prioridades Horizontais Comunitárias	
Desenvolvimento local	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como bastante significativo para a concretização desta prioridade horizontal, atingindo o patamar de contributo elevado quando se consideraram, quer os projectos desenvolvidos no eixo 1, quer a totalidade dos projectos do programa.</p> <p>O contributo foi mais positivo nas áreas da melhoria da qualidade de vida da população, da melhoria das acessibilidades, da valorização e revitalização de espaços territoriais específicos e do património e do aumento da dotação de equipamentos sociais e serviços associados, conferindo ao programa um impacto relevante na qualificação e estruturação regional do território.</p>
Emprego	<p>A formação e qualificação de recursos humanos, bem como a expansão das infraestruturas para a educação e formação situam-se entre os contributos mais positivos do programa (muito embora a melhoria das qualificações via ensino tenha sido considerada pouco significativa).</p> <p>A redução do desemprego constitui, necessariamente, uma área em que o contributo dos projectos executados não pode ser valorizado positivamente, muito embora as acções de inserção de desempregados, de apoio aos desempregados de longa duração e de apoio directo à criação de emprego tenham tido um contributo positivo na moderação do agravamento da situação registada ao nível do mercado de trabalho.</p>
Sociedade de informação	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como relevante para as áreas de criação de postos públicos de acesso à Internet, aumento das qualificações em tecnologias de informação e comunicação e aumento do nível de ligação a redes e serviços de informação e comunicação.</p> <p>Foi considerada, em sentido contrário, a existência de um contributo pouco significativo, dos projectos executados, para as áreas informatização de processos de produção e desenvolvimento do comércio electrónico.</p>
Ambiente	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado em função das debilidades da situação de partida (que tornam mais exigentes os ritmos de melhoria esperada). Assim, existindo um contributo significativo dos projectos executados em várias áreas, nomeadamente na “diminuição da poluição ambiental urbana” e na “requalificação de áreas degradadas”, parece ser necessário um reforço do ritmo de melhoria da “qualidade ambiental”.</p> <p>O contributo dos projectos executados no âmbito do eixo 3, para a prioridade horizontal “ambiente”, não é considerado muito significativo, em diversas áreas, nomeadamente na “utilização de energias renováveis” e na “sensibilização ambiental”.</p>
Igualdade de oportunidades (género)	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como não sendo especialmente significativo para a concretização desta prioridade, muito embora se detecte um contributo positivo de carácter global, associado, nomeadamente, ao desenvolvimento local e à melhoria da equidade territorial (melhoria da dotação de equipamentos colectivos)</p> <p>O contributo dos projectos foi considerado pouco significativo principalmente nas áreas da diminuição do desemprego feminino e da criação de empresas por mulheres.</p>

788. O contributo do programa, em termos de valor acrescentado comunitário, exige ainda uma referência à situação transitória de “phasing-out” em que o PORLVT se enquadra, o que sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro imediato (reprogramações no QCA III e preparação da programação 2007-2013), quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.
789. A análise dos **critérios de natureza financeira** não exige, ao nível da presente avaliação intercalar, grande desenvolvimento, dada a verificação do princípio da adicionalidade e a reduzida expressão do critério da alavanca financeira que, ao nível da despesa programada do Programa Operacional, atinge um valor global de 8%, com expressão, sobretudo, ao nível dos eixos 2 (26%) e 3 (8%) e dos projectos com apoio FEOGA (32%) e FSE (8%), em função do peso relativo do financiamento privado associado à tipologia de projectos das diferentes medidas e acções. Em termos da execução analisada pela avaliação intercalar pode verificar-se que o efeito alavanca ficou aquém do programado, tendo atingido um valor global de 3%, com expressão, sobretudo, ao nível do eixo 3 (4%) e dos projectos com apoio FEOGA (18%) e FSE (5%).
790. Os **critérios associados à influência dos métodos comunitários** programação e execução das intervenções estruturais podem ser aproximados a partir quer dos resultados da avaliação da qualidade da estratégia de programação, quer dos resultados da avaliação da qualidade do sistema de gestão e acompanhamento do programa. Pode-se considerar que essa influência foi significativa e positiva em três planos principais, isto é, no plano da estrutura de programação adoptada (organização e horizonte temporal das intervenções), no plano da integração no diagnóstico, na formulação das acções e na definição dos critérios de selecção de elementos explícitos associados às prioridades horizontais comunitárias e no plano da adopção de regras de objectividade, prestação de contas e transparência (mecanismos de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação), por outro lado.
791. No plano dos critérios associados à influência dos métodos comunitários importa, sobretudo, valorizar a experiência de **contratualização** ensaiada pela gestão do programa que, devendo ser inserida na lógica mais geral do desenvolvimento de **parcerias** alargadas, se assume como um caso de “boas práticas” gerado no seio do programa, cujo valor seria seguramente muito importante se a fase final de execução do PORLVT viesse a consagrar a sua consolidação e extensão, nomeadamente em termos de parceria entre o sector público e o sector privado.

IV PARTE

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

784. As conclusões e recomendações que a seguir se enunciam são apresentadas segundo uma dupla perspectiva:

- i. As conclusões da avaliação foram organizadas tendo em conta a estrutura delineada na metodologia para a avaliação intercalar do PORLVT, a qual agrupa em quatro grandes domínios as diversas dimensões e objectivos da avaliação:
 - a. Qualidade da formulação estratégica do programa, que engloba a avaliação do contexto da intervenção e a análise da respectiva relevância, pertinência e coerência estratégica do PO;
 - b. Efeitos do Programa em acção, que inclui a articulação das dimensões de eficácia e de eficiência com base numa medição de realizações, resultados e impactos no referencial da quantificação dos objectivos da intervenção;
 - c. Qualidade da Gestão e Acompanhamento da intervenção, centrada na avaliação do modelo e desempenho de gestão na avaliação da qualidade do sistema de informação na eficácia do sistema de controlo;
 - d. Articulação das dimensões de utilidade e sustentabilidade, com base numa medição dos contributo da intervenção para a realização dos objectivos do QCA, das prioridades horizontais e do valor acrescentado comunitário.
- ii. As recomendações foram organizadas de forma a acompanhar o conjunto das conclusões com base nas quais se fundamentam e tendo em consideração as seguintes questões:
 - a. As que se assumem como possíveis alterações a considerar na configuração e execução do PORLVT no período 2004-2006, traduzidas em eventuais reprogramações do programa operacional, tendo em conta, nomeadamente, a **reduzida margem de correcção**, no plano quantitativo, dada a configuração do ritmo do “phasing-out”;
 - b. As que se podem traduzir em possíveis ganhos de eficácia das intervenções que correspondem, na região, ao cruzamento das diferentes **“lógicas sectoriais”** (de base nacional) com a “lógica” regional tendo em conta, nomeadamente, a **significativa importância quantitativa e qualitativa que assumem, para a região**, em função da dimensão do PORLVT;

- c. As que resultam, na perspectiva da passagem a um regime normal sem as ajudas associadas ao objectivo 1, da articulação entre as dimensões da eficiência/eficácia e as dimensões da utilidade/sustentabilidade atendendo, em especial, ao **quadro específico enfrentado pela região no seu futuro próximo**, quer enquanto região capital, quer enquanto região “alterada” pelo novo desenho da organização da NUT correspondente, na sua evolução socio-económico e, sobretudo, nas condições de crescimento e competitividade;
- d. As que podem ser consideradas como “lição da experiência” na preparação do **próximo período de programação**.

785. Tendo em consideração esta perspectiva de organização, apresentam-se de seguida as principais conclusões e recomendações resultantes do processo de avaliação intercalar do Programa.

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

786. O PORLVT ocupa um **“lugar” específico** no QCA III marcado pelo progresso alcançado pela Região no processo de convergência real no espaço europeu (única NUTS II portuguesa acima do limiar de $\frac{3}{4}$ do PIB per capita da média comunitária) que a coloca num **regime transitório** (“phasing-out” de objectivo 1). O PORLVT é, também, o **maior programa** no referencial de todas as **regiões europeias integradas** naquele **regime transitório**.

787. A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, no contexto nacional, um papel não só relevante, como desafiante para a concepção, execução e avaliação das políticas estruturais, na medida em que o respectivo sucesso depende, crescentemente, de uma boa combinação da lógica da afectação de recursos (redistribuição) com a lógica dos efeitos de arrastamento, a “montante” e a “jusante”, sobre a produção, o consumo e o emprego (sinergias), no relacionamento da região com as outras regiões do país. Com efeito, a coesão regional nacional tanto pode ser prejudicada por sinergias sem suficiente redistribuição, como por uma redistribuição excessiva que limite a dimensão efectiva das sinergias entre a região e o resto da economia.

788. A grande conclusão que emerge da caracterização da região de Lisboa e Vale do Tejo centra-se na natureza dos seus desafios de desenvolvimento económico, social e institucional, isto é, no facto de eles serem, no essencial, muito mais externos e dinâmicos do que internos e estáticos, muito mais referenciados à construção do “futuro” do que à simples correcção das insuficiências do “passado”.

789. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, indícios claros, por um lado, de estar a sofrer mais significativamente do que o resto do país os efeitos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final do ano 2000 e, por outro lado, de estar a prosseguir uma melhor performance qualitativa do que a do resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização.

As estimativas apresentadas, se confirmadas, como se espera, apoiam a lição do passado recente de que a convergência regional nacional se tem feito mais em tempos de crise ou desaceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a sofrer impactos negativos mais pronunciados) do que em tempos de progresso ou aceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a evidenciar maior capacidade de crescimento económico).

Recomendações

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

Tendo em atenção que na próxima situação de recuperação de uma conjuntura desfavorável, a região de Lisboa e Vale do Tejo não poderá contar, pela primeira vez, com apoios estruturais na quantidade e qualidade a que acedeu desde a plena adesão à UE em 1986, recomenda-se que se proceda, em tempo útil, a uma adequada reformulação das formas de articulação, na região, entre as políticas estruturais regionais de base nacional e europeia para poder gerir com sucesso a exigente transição da região de Lisboa e Vale do Tejo, o que se traduz:

- i. Na necessidade de encontrar formas novas de sustentar a coerência dos processos de convergência através da ligação da projecção europeia da região de Lisboa e Vale do Tejo com um efectivo “catching-up” activo das outras regiões portuguesas no contexto nacional e europeu, isto é, na necessidade de encontrar trajectórias concretas de investimento e desenvolvimento onde se possa verificar, simultaneamente, de afirmação internacional da região (ganhando peso e relevância à escala ibérica, europeia e mundial) e de reequilíbrio interno da região (perdendo peso quantitativo, que não relevância qualitativa, na afectação de recursos e na concentração da riqueza) o que só será possível com uma **maior diferenciação das estratégias regionais de desenvolvimento em Portugal;**

Recomendações

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

- ii. Na necessidade de garantir uma mais elevada inserção da região nas iniciativas comunitárias, associadas a políticas de base europeia ou a intervenções estruturais (para além do objectivo 1) ou a redes europeias de negócios, de investigação, de inovação, de desenvolvimento e acção cultural, entre outras, o que só será possível com um **reforço significativo da internacionalização institucional, seja das administrações públicas, seja das empresas**, que encontre adequada receptividade ao nível dos parceiros europeus.

Quanto à coerência da intervenção...

790. A avaliação da **coerência** do programa, através da construção da árvore de objectivos do PO veio a revelar-se de difícil concretização, uma vez que **a sua estrutura interna não adere inteiramente a uma lógica de hierarquização de objectivos**, dificuldade que não se refere a insuficiências específicas da estrutura do PORLVT, mas que resulta, da definição comum dos eixos prioritários dos vários Programas Operacionais Regionais que reflectem mais uma **lógica de “repartição de responsabilidades de gestão”**, do que uma **lógica de “repartição por domínios-problema”**.

791. A estrutura dos programas regionais representa, no modelo adoptado no QCA III, um certo tipo de compromisso entre uma lógica nacional/sectorial e uma lógica nacional/regional desconcentrada, arrastando, nomeadamente, um aumento da complexidade das estruturas de decisão. A análise realizada permitiu identificar um conjunto de limitações que decorrem, sobretudo, de uma insuficiente articulação entre os objectivos sectoriais prosseguidos pelas medidas e acções desconcentradas e os objectivos estratégicos da estratégia regional e da verificação de uma razoável diversidade das formas de articulação sectorial/regional adoptadas nas práticas concretas de gestão.

Recomendações

Quanto à coerência da intervenção

Tendo em consideração que o Programa assenta numa estrutura de objectivos que toma naturalmente como referência a vertente regional, mas que coexiste (no Eixo 3) com uma estrutura que à partida serve objectivos de natureza sectorial, recomenda-se que se valorize significativamente os esforços de coordenação e se corrija as insuficiências de programação, o que implica:

- i. uma redistribuição de responsabilidades e de competências entre os diferentes níveis da administração pública;
- ii. uma lógica de colaboração e concertação com expressão, sobretudo, na execução do Eixo 3, onde as intervenções que decorrem de programas definidos, à partida, segundo uma lógica sectorial, não podem deixar de considerar, explicitamente, a especificidade, as necessidades e as prioridades regionais, para poderem ser eficazes;
- iii. a adopção, em próximos exercícios de programação, de um lógica que permita adaptar efectivamente os objectivos dos PO sectoriais às características da Região e aos objectivos do Programa Operacional Regional.

Quanto aos níveis de adesão ao programa

792. Os promotores de projectos parecem privilegiar a construção de equipamentos colectivos, sejam os que representam ainda uma geração de investimentos orientados para a satisfação de necessidades básicas, sejam os que representam a consolidação e desenvolvimento dessa primeira geração, em comparação com infraestruturas e equipamentos traduzindo um padrão de vida mais elevado, com maior representatividade de bens intangíveis e com maior conteúdo de informação.

793. Apesar dos promotores privados apresentarem o maior número de projectos, são os projectos apresentados pelos promotores públicos aqueles que representam a maior parte do investimento elegível, tendo a administração central um peso ligeiramente superior ao peso da administração local.

A repartição das responsabilidades de gestão entre os eixos do programa reflecte-se claramente na distribuição do investimento aprovado por tipo de promotor, estando o investimento promovido pela administração central concentrado no eixo 3 e o promovido pela administração local maioritariamente posicionado no Eixo 1 do PO.

794. Existe uma relação inversa entre o peso dos fundos comunitários e o peso dos passivos financeiros nas receitas de capital dos municípios da RLVT entre 2000 e 2002. Verifica-se que para a grande maioria dos municípios, nomeadamente os pertencentes ao Vale do Tejo e ao Oeste, os fundos comunitários são uma fonte de receita extremamente importante, sendo o peso dos respectivos passivos financeiros nas receitas tendencialmente menor naqueles municípios onde a relevância dos fundos comunitários é superior, o que não indicia uma justificação do nível endividamento com a necessidade de autofinanciamento dos projectos no âmbito do QCA em cumprimento do princípio da adicionalidade.
795. Existe uma correlação forte entre a distribuição por concelhos do valor do investimento elegível aprovado no conjunto do PORLVT e a distribuição das transferências financeiras para as autarquias locais por via do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, o que mostra em todo o Programa e não só nas medidas contratualizadas do eixo 1, a relevância em termos de desenvolvimento local e coesão territorial.

Recomendações

Quanto aos níveis de adesão ao programa

Tornar o programa menos vertical e mais transversal, explorando mais intensamente a construção de sinergias entre as várias formas de intervenção quer numa lógica de coerência interna (entre as várias medidas, o que inclui um reforço da articulação dos diversos Eixos e Fundos do PO), quer numa lógica de coerência externa, na interacção com os PO sectoriais.

Reforçar drasticamente a capacidade de induzir e viabilizar projectos de elevada qualidade e sustentabilidade, de alcançar níveis de selectividade mais elevados e de deslocar progressivamente os referenciais de eficiência e eficácia do quadro nacional (menos exigente) para o quadro europeu e internacional (mais exigente), o que só será possível com uma muito **maior atenção às fases a montante e jusante do ciclo de vida dos projectos**, isto é, alongando o tempo de acompanhamento dos projectos no quadro da execução das intervenções estruturais.

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro

796. A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO, para o período 2000-2003, tendo por base a relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, apresenta uma taxa ligeiramente inferior à registada para o conjunto do QCA, situação que se inverte consideravelmente quando se considera a taxa de realização para todo o período de programação. No entanto, o Programa apresenta níveis de realização muito diferenciados por Fundos e Eixos, sendo de destacar, a baixa taxa de realização global do Eixo II, resultante dos níveis muito reduzidos de realização de todas as medidas, com excepção da medida 2.3 - Valtejo, as elevadas taxas de realização do Eixo I, resultado dos níveis de realização associados às duas medidas integralmente contratualizadas com as Associações de Municípios e as elevadas taxas de realização das medidas desconcentradas relativas à Formação do FSE, no Eixo III.
797. No quadro das intervenções do QCA na região, o PORLVT apresenta um desempenho, medido pela taxa de realização para o total do período de programação que o coloca também numa posição superior à taxa de realização média na região de Lisboa e Vale do Tejo dos diversos PO do QCA.
798. Em termos dos valores da taxa de compromisso para o conjunto do período de programação verifica-se que o PORLVT apresenta, como seria natural, em função da situação de *phasing-out*, valores superiores ao registados para o total do QCA, contudo, no quadro das intervenções do QCA em Lisboa apresenta um valor de compromisso inferior ao valor médio do conjunto das intervenções.

Recomendações

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro ...

O exercício de reprogramação que vier a ser realizado na sequência do presente exercício de avaliação e no quadro da afectação da reserva de eficiência que o Programa possa vir a conquistar, deve ter em conta o facto de que face aos níveis de compromisso actuais do PORLVT e dos PO sectoriais com intervenção na região, o Programa reforça o seu peso no total dos apoios ainda disponíveis para a segunda fase do actual período de programação dos Fundos Comunitários, o que exige uma maior coordenação entre os diversos PO com intervenção na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

- 799.O programa assume expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo, não só, uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural, surgindo, em contrapartida com expressão pouco significativa ao nível da qualificação das organizações onde comporta resultados modestos.
- 800.O programa apresenta níveis de realização, no plano das metas de resultados estabelecidas relativamente interessantes, muito embora, de um modo geral, não só a “ambição” das metas não seja muito significativa como esteja associada, de forma compreensível, ao nível de realização e cumprimento das mesmas, isto é, os níveis mais elevados de desempenho correspondem às metas menos ambiciosas.
- 801.O programa terá dado um contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social, inserção de desempregados, apoio à criação de empregos e aos desempregados de longa duração.
- 802.O programa não terá dado, em sentido inverso, nenhum contributo significativo, ao nível da qualificação do território, para a consolidação e captação directa de pólos de actividades industriais e de serviços, seja porque a medida desconcentrada “economia” não veio a incluir nenhuma acção nesse sentido, como as realizações na área das infraestruturas para a localização industrial foram muito modestas.
- 803.O programa terá tido, finalmente, expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas.
- 804.A opinião conjunta dos promotores e da gestão é, apesar das suas diferenças, muito expressiva ao conferir ao programa um desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local, e, também, ao conferir ao programa um desempenho claramente insuficiente na qualificação das organizações, com expressão, sobretudo, na competitividade das unidades subregionais e do desenvolvimento empresarial.
- 805.A comparação da relevância das medidas por domínios temáticos de intervenção permite, também, evidenciar um défice de sinergias na configuração do programa em acção que surge

demasiado ancorado em intervenções bem delimitadas e pouco expressivo em intervenções transversais de banda mais larga, isto é, em termos de concepção/programação, um desenho de objectivos relativamente geral e ambicioso tende a “empurrar” para cima a relevância esperada, enquanto em termos de execução/realização, uma tipologia de projectos mais específica e limitada, tende a “puxar” para baixo a relevância revelada.

806. A tendência que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

Equilibrar o desempenho global do programa que se revela mais positivo na lógica pontos fortes/ameaças do que na lógica pontos fracos/oportunidades, o que, não sendo fácil, considerando nomeadamente a conjuntura económica menos favorável em que o programa se tem desenvolvido, representa no entanto umas das formas mais seguras de gerir o período de *phasing-out*, apostando mais em efeitos estruturantes e duradouros (menos projectos e mais valiosos) do que em efeitos mais imediatos (maior número de projectos).

Correcção dos desequilíbrios identificados entre as tipologias de projectos efectivamente consagradas nas medidas do Eixo 3 e os problemas e necessidades da região, particularmente da afirmação competitiva à escala europeia internacional. Reside aqui o caminho para alcançar uma maior equilíbrio entre as três vertentes consagradas quer na estratégia regional quer ao nível do QCA: Território, Pessoas e Organizações.

Renovar os desafios do programa aumentando a ambição das metas em que na formulação inicial se foi menos ambicioso seja, no plano quantitativo, seja, sobretudo, no plano qualitativo, fundamentalmente nas áreas onde o programa revelou maior desempenho (infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património e ordenamento e requalificação).

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

Promover uma maior concentração dos meios em projectos inovadores e estruturantes centrados nos factores avançados da competitividade com efeitos alargados, demonstráveis, de arrastamento sobre outras organizações e actividades, de forma a enraizar, cada vez mais, o processo de crescimento competitivo e convergência económica da região de Lisboa, nos factores estruturais (qualidade do investimento, do crescimento e do modelo competitivo, melhoria rápida do nível de produtividade e sustentabilidade das intervenções estruturantes) e não nos factores nominais ou conjunturais.

Contemplar na execução futura das acções de educação, formação e qualificação dos recursos humanos uma inclusão explícita das necessidades da região em competências para a sofisticação das acções de valorização e qualificação do território.

Quanto ao sistema de gestão e acompanhamento...

807. A análise da gestão global do PO permite verificar a existência de uma **combinação adequada entre gestão estratégica** efectuada ao nível do Gestor, coadjuvado pelos gestores de eixo – orientação para o cumprimento dos objectivos do PO –, e **gestão operacional** – orientação para a utilização eficiente dos recursos financeiros, físicos e humanos, embora limitada pelas lacunas dos sistemas de informação.

A capacidade de coordenação e articulação institucional (particularmente importante e exigente ao nível do Eixo 3) do Gestor do Programa é reconhecida pela generalidade dos responsáveis da gestão ao nível das medidas desconcentradas.

Da mesma forma, ao nível da gestão do Eixo 1, foi possível constatar a existência de uma liderança activa das medidas coordenadas, particularmente importante no acompanhamento da implementação dos contratos-programa assinados com as Associações de Municípios (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e com a Junta Metropolitana de Lisboa, através do estabelecimento de mecanismos de concertação e de resposta aos objectivos contratualizados.

Ao nível da gestão do Eixo 2, nomeadamente da medida 2.3 – VALTEJO, regista-se a capacidade de articulação de projectos e instituições de nível supramunicipal e o permanente acompanhamento da evolução dos projectos, desde a fase de concepção até à sua plena execução física.

808. Do ponto de vista da adequação de recursos existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à Gestão do Programa, verifica-se, desde a concepção do Programa, a aposta em estruturas pouco numerosas. As restrições legais à contratação de técnicos, resultantes das políticas de contenção da despesa pública, reduziram a capacidade de resposta da Gestão e tiveram, designadamente, consequências negativas na capacidade de recrutamento de técnicos para a EAT Controlo limitando, assim, o potencial operacional das acções de controlo de 1º nível.

809. As tarefas de gestão corrente do Programa têm sido dificultadas pelas lacunas existentes ao nível do Sistema de Informação central dos Fundos, pela sua implementação tardia e pela falta de formação dos utilizadores. Os Sistemas de Informação dos Fundos têm sido utilizados essencialmente para a gestão do módulo de pagamentos, sendo a utilização destes sistemas, quase sempre, interpretada como mais uma formalidade/burocracia administrativa a cumprir do que como um instrumento relevante de apoio à gestão, nomeadamente na orientação da selectividade e da qualidade dos projectos e na monitorização da procura dos meios disponibilizados.

Os sistemas de informação existentes apenas parecem dar resposta às questões relacionadas com o controlo da execução física e, sobretudo, financeira dos projectos, sendo muito limitados em relação a outras áreas fundamentais do processo de gestão do Programa, nomeadamente a análise dos prazos de tramitação associados às várias fases do ciclo do projecto e na área de avaliação de resultados e impactes.

A actual inconsistência ao nível dos Sistemas de Informação é um dos factores críticos determinantes da eficácia do Programa nos aspectos relacionados com a gestão e estrutura de acompanhamento, sendo por isso importante que os esforços já desencadeados produzam resultados urgentemente.

810. Ao nível dos indicadores de avaliação definidos predominam os indicadores de realização, no sentido em que exprimem o resultado imediato das intervenções/projectos que apesar de globalmente se revelarem adequados para o acompanhamento e avaliação dos objectivos operacionais das medidas, poucos são, no entanto, aqueles que exprimem mudanças de estado associadas aos objectivos.

A ausência de indicadores de impacto e resultado, em particular a nível do Programa e dos Eixos, levanta a questão das possibilidades efectivas para uma medição dos objectivos fixados pelo Programa Operacional, constituindo por isso uma limitação à avaliação dos seus efeitos.

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

Ao nível da concepção do Programa recomenda-se a integração das políticas de desenvolvimento sectorial na estratégia de desenvolvimento regional exige o **estudo da adequação de normas, claras, de aplicação genérica para todas as regiões do País, mas especialmente a definição de políticas específicas que tenham em consideração as particularidades e o grau de desenvolvimento regional.** Nomeadamente, no que respeita à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o regime de “phasing-out” parece aconselhar a selecção cuidada dos domínios de intervenção e dos projectos a apoiar, o que deverá exigir maiores níveis de selectividade na escolha dos projectos.

Ao nível das **medidas contratualizadas**, deve ponderar-se a participação dos intervenientes na gestão do Programa com responsabilidades de nível sectorial na fase prévia à discussão dos projectos nas Unidades de Gestão, potenciando, desta forma, a articulação entre entidades responsáveis, o que pode contribuir positivamente para a actuação integrada ao nível dos domínios de intervenção e a prossecução dos objectivos do Programa Operacional.

A contratualização exige, por outro lado, uma **nova lógica de funcionamento para as Unidades de Gestão**, que ultrapasse a clássica gestão assente na avaliação individual de cada projecto para incorporar uma componente de avaliação contínua dos contratos-programa, que permita, eventualmente, corrigir ou reorientar alguns aspectos específicos destes contratos.

A adopção desta lógica de funcionamento possibilita, por outro lado, uma **participação mais activa dos vários membros da UG**, valorizadora de uma perspectiva de parceria e gestão estratégica com reforço da articulação sectorial e sem perda da função de acompanhamento e de garante da selectividade dos projectos, o que resultará no enriquecimento das funções destes órgãos de gestão.

Recomenda-se, por outro lado, a criação de condições para a **articulação dos sistemas de informação dos vários fundos**, bem como a criação de condições que

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

dotem a estrutura, no caso particular do sistema de informação do FEDER, de um grau de operacionalização que evite a necessidade de os diversos coordenadores de medidas criarem aplicações ou base de dados que dificilmente se conseguem articular.

Recomenda-se, igualmente, que sejam alargadas as actuais áreas de actuação do sistema de informação do SIFEC, passando, por um lado, a incluir um módulo sobre informação relativa ao processo de selecção e hierarquização dos projectos e, por outro, desenvolvendo o módulo de indicadores, de modo a reforçar a informação sobre resultados e impactos dos projectos, aproveitando, muitas vezes, a própria informação exigida, nos formulários de candidatura, mas que posteriormente não serve de input no processo de monitorização e gestão estratégica do Programa.

A análise realizada permite, ainda, com base nos aspectos bastante positivos associados à experiência de **contratualização** concretizada no seio do programa, recomendar o seu **prosseguimento e alargamento, nomeadamente em termos de novas parcerias, com os sectores privado e social**, com os objectivos de reforçar os níveis de eficiência e eficácia do programa e, sobretudo, de começar a construir uma nova geração de políticas regionais.

A análise realizada sobre a bateria de **indicadores** permite retirar indicações e recomendações para uma desejável introdução de ajustamentos, visando nomeadamente:

- i. alargar o espectro do processo de avaliação e acompanhamento, que deverá passar a contemplar indicadores de impacto e aumentar a representatividade dos indicadores de resultados, em particular aos níveis dos eixos e do PO globalmente;
- ii. facilitar a verificação do cumprimento dos objectivos durante o acompanhamento da execução do programa;
- iii. garantir correspondência entre indicadores e projectos susceptíveis de serem apoiados para permitir o tratamento das questões da eficiência e da eficácia no contexto do processo de avaliação;
- iv. identificar com rigor o alcance e caminho de um indispensável processo de

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

- clarificação sobre os indicadores a incluir num grupo de indicadores-chave;
- v. situar a vantagem potencial de recorrer à construção de indicadores sintéticos resultantes, quer da agregação de indicadores respeitantes a níveis inferiores de programação, quer da agregação de indicadores respeitantes a domínios com acções em mais do que um eixo do programa.

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

811. Tendo em consideração a execução financeira, o Programa contribuiu sobretudo para o objectivo do QCA “Qualificação das áreas metropolitanas”, tendo também gerado um impacto acrescido sobre a qualificação dos espaços rurais e a melhoria da qualidade de vida. A contribuição para os outros objectivos do QCA (Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos recursos humanos, reforço da inclusão social e reforço do sistema urbano) foi menos intensa podendo-se afirmar que o impacto do programa terá sido claramente inferior.
812. A comparação do impacte potencial (ao nível da concepção) com o impacte efectivo (face à execução financeira) do Programa revela, no entanto, que, até à data, o contributo do PORLVT para o QCA foi superior ao inicialmente concebido para os objectivos de reforço da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, qualificação dos espaços rurais e melhoria da empregabilidade e claramente inferior no que se refere ao reforço do sistema urbano. A menor contribuição do Programa para este último objectivo pode ficar a dever-se ao facto de algumas das realizações neste domínio ainda não terem sido aprovadas ou se encontrarem ainda em curso e, como tal, apresentarem taxas de realização relativamente mais baixas.
813. O contributo do PO para o Valor Acrescentado Comunitário, identificado a partir da análise da eficácia de conjunto do Programa para os grandes objectivos de natureza nacional e comunitária, manifesta-se nos seguintes resultados:
- desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local através da melhoria da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural;

- expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas;
- resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos;
- contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social e (re)inserção no mercado de trabalho.

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

O contributo do programa, em termos de valor acrescentado comunitário, exige uma referência à situação transitória de “phasing-out” em que o PORLVT se enquadra, o que sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro imediato (reprogramações no QCA III e preparação da programação 2007-2013), quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.

No plano dos critérios associados à influência dos métodos comunitários importa, sobretudo, valorizar a experiência de **contratualização** ensaiada pela gestão do programa que, devendo ser inserida na lógica mais geral do desenvolvimento de **parcerias** alargadas, se assume como um caso de “boas práticas” gerado no seio do programa, cujo valor seria seguramente muito importante se a fase final de execução do PORLVT viesse a consagrar a sua consolidação e extensão, nomeadamente em termos de parceria entre o sector público e o sector privado.

Na necessidade de aumentar os níveis de alavancagem financeira dos fundos nacionais e comunitários afectos a intervenções estruturais, enquanto instrumento de promoção da respectiva eficácia, o que só será possível com um **alargamento do recurso ao modelo da montagem de parcerias**, quer entre os sectores privado e social e as instituições públicas, quer entre os diferentes níveis de organização das administrações públicas, **articulado com uma lógica de maior rigor e força**

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

indutora nos incentivos ou apoios a conceder (a recomendação vai no sentido de reduzir, por um lado, o âmbito material e funcional do investimento elegível, em sintonia com os objectivos estratégicos das intervenções, e de aumentar, por outro lado, a atractividade dos apoios, seja em termos de intensidade, seja, sobretudo, em termos de adequação formal aos investimentos);

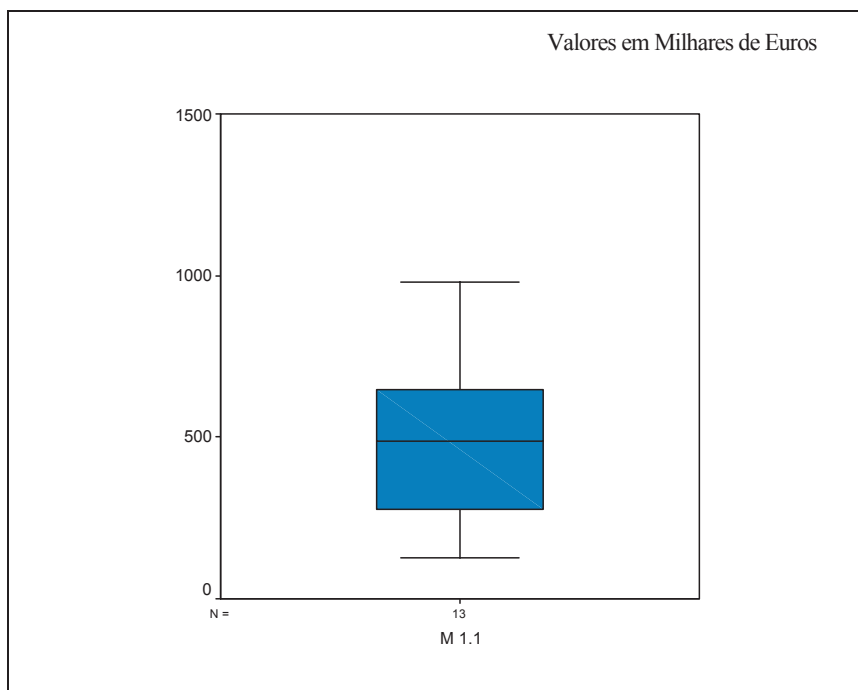
Ainda no terreno da generalização das boas práticas identificadas pelos trabalhos de avaliação recomenda-se que se procure aprofundar ainda mais a articulação das **diferentes dimensões territoriais** integradas no PO reforçando o nível de cooperação e especialização intra-regional e, sobretudo, reforçando o papel das iniciativas susceptíveis de contribuir para a coesão económica e social da região.

A análise revela que a região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa um lugar privilegiado no quadro das regiões europeias em **regime transitório** de saída do objectivo 1. Neste sentido recomenda-se que as autoridades regionais, em estreita colaboração com a DG Regional da Comissão Europeia, organize atempadamente uma Conferência Internacional que permita reflectir em conjunto quer sobre os resultados da avaliação do processo de “phasing-out” em curso, quer, sobretudo, sobre a preparação do próximo período de programação.

Equipamentos de Lazer e Desportivos Construídos

38. Estando todos os projectos (13 registos) considerados neste indicador associados à Medida 1.1 – “Acessibilidade e Equipamentos”, este indicador prevê a construção de 20 equipamentos de desporto e lazer. Os custos médios apresentados por equipamento considerado são de 766,8 milhares de euros e a mediana é de 485,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-21 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EQUIPAMENTOS DE LAZER E DESPORTIVOS CONSTRUÍDOS”

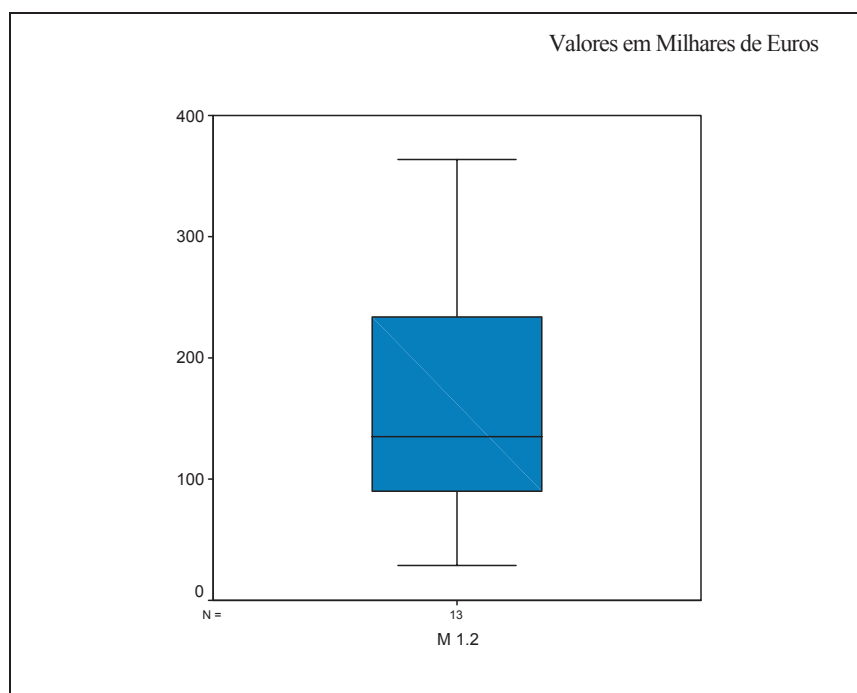


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de Drenagem de Águas Residuais Remodelada/Ampliada

39. Os projectos considerados neste indicador pressupõem a intervenção num total de 45 Km de rede de drenagem de águas residuais. O custo médio por Km será de 180,1 milhares de euros e a mediana será de 135,4 milhares de euros. Sendo, dos 11 indicadores analisados neste ponto, o que apresenta a segunda distribuição menos ampla, este indicador apresenta uma amplitude interquartis de 171 milhares de euros.

GRÁFICO 7-22 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS REMODELADA/AMPLIADA”

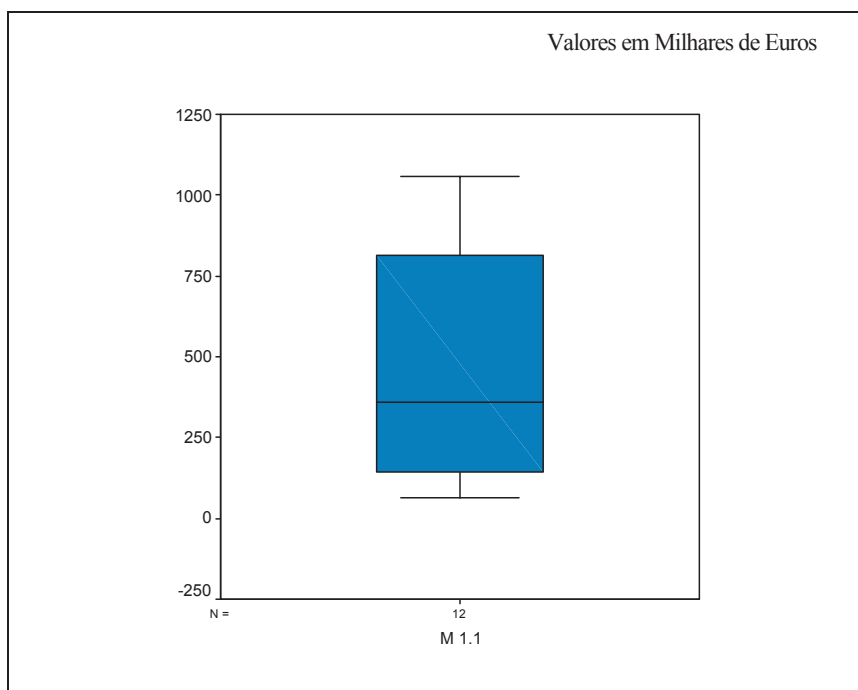


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede Viária Municipal Construída

40. Comparativamente com a distribuição do indicador relativo à “Rede Viária Municipal Beneficiada”, este indicador apresenta, como seria de esperar, valores muito superiores, mesmo com um número de projectos inferior (12 projectos) que prevêem, no total, a construção de 93 Km de novas vias municipais. A mediana do custo do Km de rede construída, no valor de 359 milhares de euros, é aliás, bastante superior ao valor máximo apresentado pelo indicador associado à beneficiação das vias municipais. Em média a construção de um novo Km de via municipal custou 543,9 milhares de euros, ainda que a variabilidade seja algo elevada, uma vez que a amplitude interquartis é de 722,8 milhares de euros.

GRÁFICO 7-23 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL CONSTRUÍDA”

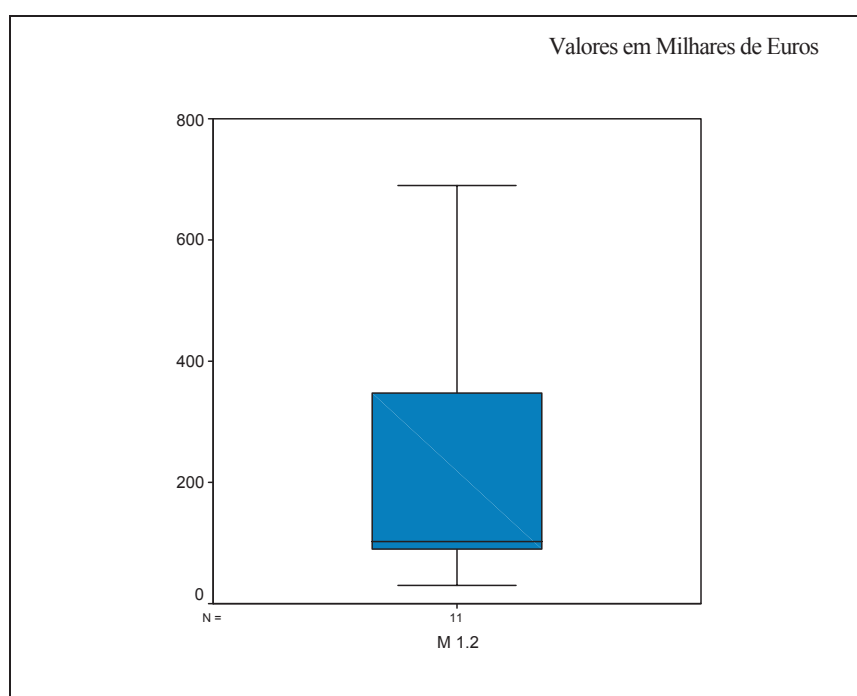


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada

41. Os 11 projectos associados à remodelação da rede de abastecimento de água pretendem intervir em 50 Km de rede. Mostrando valores de custo médio por Km de 241 milhares de euros e valores medianos de 102,2 milhares de euros, estes projectos apresentam a maior amplitude de custos dos indicadores associados à rede de águas, nomeadamente o indicador “Rede de drenagem de águas residuais construída”, “Rede de drenagem de águas residuais remodeladas/ampliadas” e “Rede de abastecimento de água: conduta adutora”, com amplitude interquartis no valor de 332,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-24 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REMODELADA/AMPLIADA”

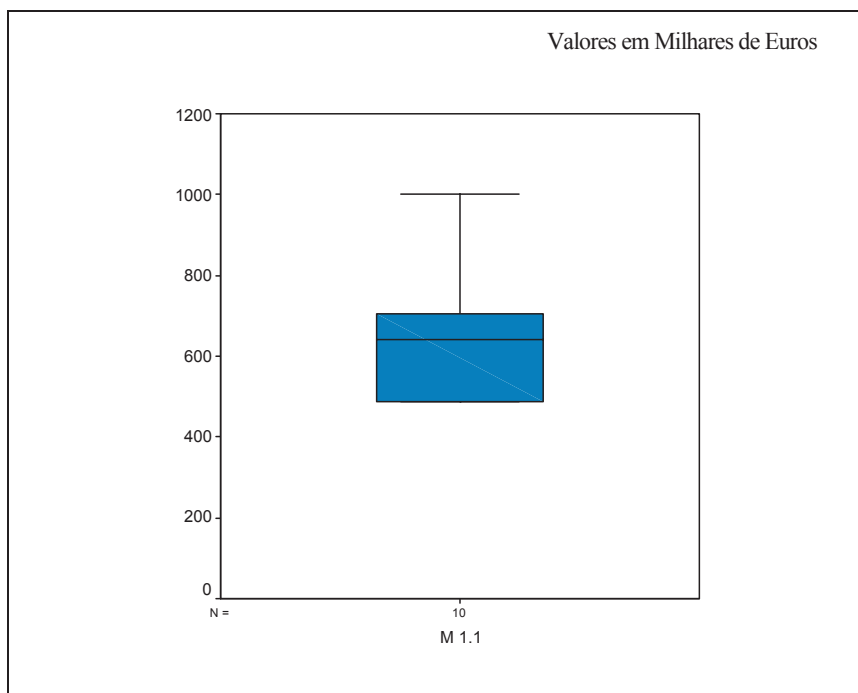


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas do Ensino Básico Remodeladas/Ampliadas

42. Sendo um dos indicadores que menor número de registos apresenta, este indicador apenas contempla projectos enquadráveis na Medida 1.1. Por comparação com o indicador referente à construção de escolas do ensino básico, este indicador apresenta valores máximos bastante mais controlados, no entanto, é curioso verificar que os valores mínimos são relativamente superiores, o que também se fica a dever ao facto dos dois projectos inferiores ao primeiro quartil serem considerados como *outliers*. A mediana associada a este indicador é de 640,9 milhares de euros, e a diferença interquartis é de 361,0 milhares de euros.

GRÁFICO 7-25 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

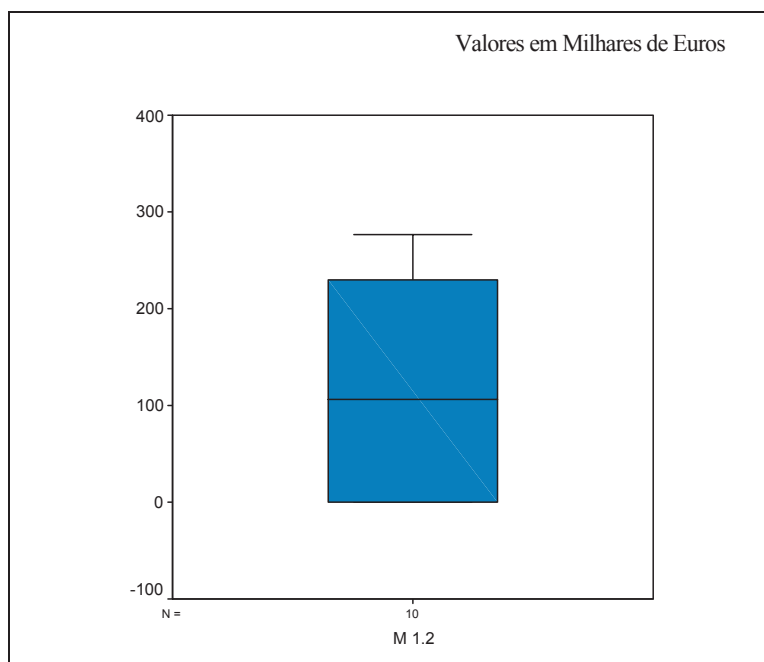


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água: conduta adutora

43. Registrando igualmente 10 projectos, este indicador está associado à construção de 34 Km de conduta adutora. Com um valor médio de construção por Km de 197,4 Milhares de euros, e um valor mediano de 106,7 milhares de euros, os projectos não apresentam grande dispersão dos valores por projecto, sendo a amplitude interquartis de 241,8 milhares de euros. É ainda curioso notar que existe um conjunto de projectos que têm associado o custo de zero euros, o que sendo erro na introdução dos dados pode alterar aqueles resultados.

GRÁFICO 7-26 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: CONDUTA ADUTORA”



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

7.2. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA MEDIDA DO FEOGA (MEDIDA 3.15)

639. A avaliação dos níveis de eficiência do FEOGA, pressupõe uma análise de eficiência das realizações através da comparação entre os recursos públicos afectos e o custo total dos projectos, uma vez que as limitações inerentes à base de dados e a não existência de dados dos indicadores disponíveis por projecto, não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variabilidade dos projectos. Deste modo, analisou-se a informação, por projecto, dos valores do investimento elegível contratualizado e nos valores referentes aos recursos públicos afectos, os resultados são apresentados de acordo com algumas variáveis de segmentação dos projectos, como por exemplo a medida/acção, tipo de promotor e tipologia dos projectos.

A avaliação da eficiência desenvolvida neste ponto centra-se, neste sentido, na análise das variabilidades das taxas de incentivo verificadas entre a totalidade dos projectos com parecer favorável a 30/06/2003, no âmbito do FEOGA, mais especificamente ao nível das acções da medida 3.15 do PORLVT.

640. Quando se observa o conjunto dos projectos apoiados, verifica-se que o investimento elegível médio por projecto é de cerca de 110 mil euros, constatando-se, no entanto, que cerca de 50% dos projectos aprovados apresentam um investimento elegível abaixo dos 21 mil euros (ver Gráfico 7-27). Observa-se igualmente que cerca de metade dos projectos (entre o primeiro e o terceiro quartil) apresentam um investimento elegível concentrado entre os 10.000 e os 35.000 euros.

641. Em termos de taxa de incentivo para a totalidade dos projectos com parecer favorável (Gráfico 7-28), verifica-se que a taxa média de incentivo é de 63% e que, para cerca de 75% dos projectos, a variabilidade da taxa de incentivo apresenta uma elevada amplitude, variando entre os 50% e os 100%.

GRÁFICO 7-27: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em euros.

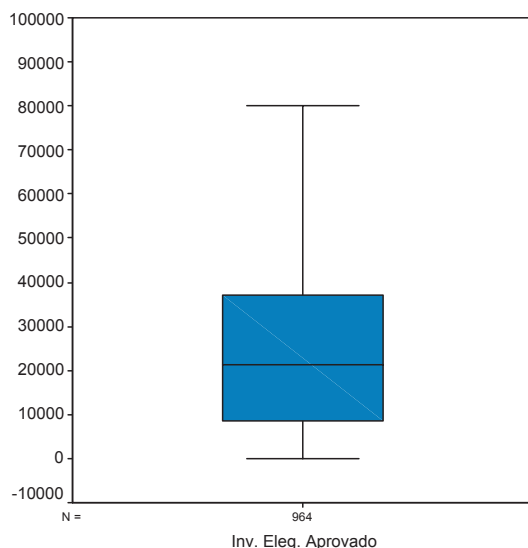
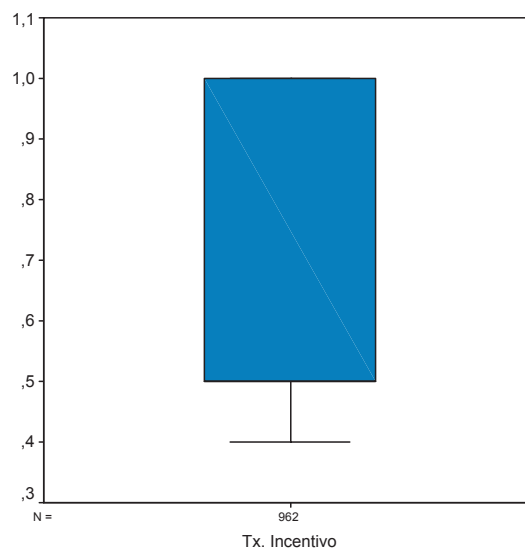


GRÁFICO 7-28: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

642. Quando analisados por acção, os projectos que mais se destacam ao nível da variabilidade em termos de investimento elegível, são os projectos da acção 5.1 - *Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais*, que se caracterizam por projectos com investimento elegível aprovado que varia entre os 0² e os 10.000.000 euros, apresentando um investimento elegível médio de 2.866.316 euros, superior ao de todas as outras acções. É igualmente de salientar que os dois projectos da acção 31 apresentam um valor para o investimento elegível idêntico entre eles (Gráfico 7-29).

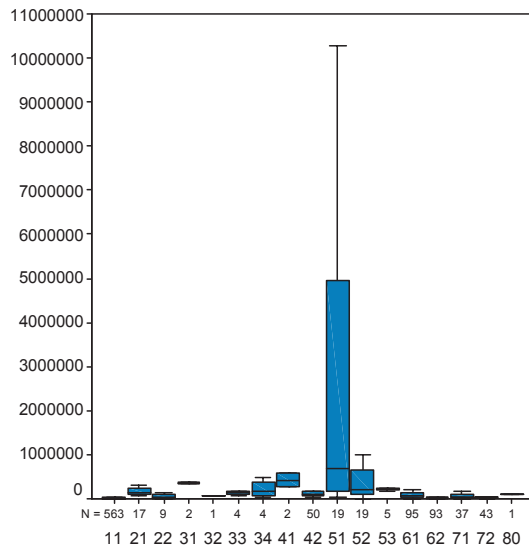
643. Em termos de taxas de incentivo, observa-se que, para os projectos afectos às acções 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2 e 8, estas apresentam-se concentradas nos 100%, o que significa que, nestes projectos, a contribuição pública para o investimento elegível aprovado foi total. Outros projectos, como os afectos às medidas 2.1, 3.2, 3.4, e 7.2 apresentam igualmente, variabilidade nula na distribuição das suas taxas de incentivo, concentrando-se estas, nos 50% para os projectos afectos às acções 2.1 e 3.2, nos 80% para os projectos afectos à acção 3.4 e nos 75% para os projectos afectos à acção 7.2. Os projectos que apresentam maiores variabilidades nas taxas de incentivo são os projectos afectos às acções 7.1 e 4.2, onde nos primeiros, cerca de 75%

² Estes valores podem resultar de indisponibilidade de informação na Base de Dados.

apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%, enquanto que nos segundos, cerca de 50% dos projectos apresentam taxas de incentivo entre os 65% e os 80%.

GRÁFICO 7-29: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

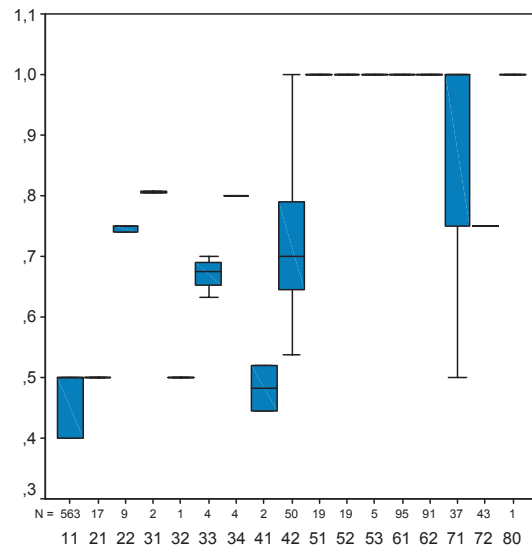
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-30: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

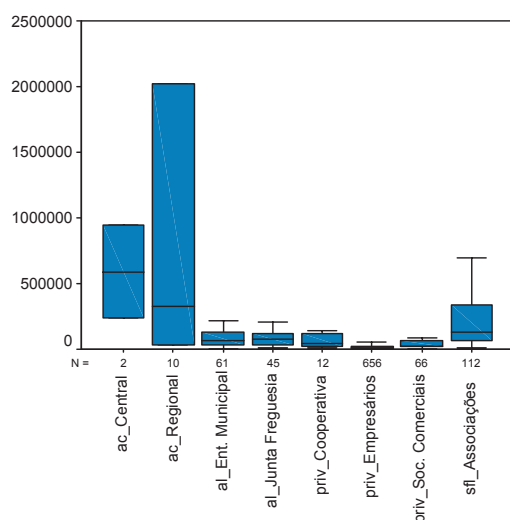
644. Os projectos afectos às acções da medida 3.15 caracterizam-se pela existência de diversos tipos de promotores, sendo que a generalidade dos projectos (87% do total) se encontra relacionada com entidades privadas, como empresários, associações sem fins lucrativos, sociedades comerciais e cooperativas e que os restantes 17% se encontram afectos a entidades públicas como as entidades municipais (Câmaras Municipais) e Juntas de freguesia da administração local e direcções centrais e regionais da administração central. As administrações centrais são, por sua vez, os promotores que maior variabilidade apresentam no investimento elegível aprovado, variando este entre os 27.500 euros e os 5.088.667 euros para o caso das administrações regionais, e entre os 234.520 euros e os 942.836 euros para o caso das administrações centrais. As restantes entidades, públicas e privadas apresentam variabilidades bastante mais concentradas e, também, valores consideravelmente menos significativos de investimento elegível (Gráfico 7-31).

645. No que respeita às taxas de incentivo, todos os promotores públicos, com a excepção da administração central regional, apresentam 100% de contribuição da despesa pública para o investimento elegível aprovado (Gráfico 7-32).

Quanto aos promotores privados, observa-se que são os empresários aqueles que apresentam uma maior concentração das taxas de incentivo que, por sua vez, se caracterizam por serem as mais reduzidas em todos os projectos, variando entre os 40% e os 50%. As cooperativas apresentam uma maior amplitude de variação das respectivas taxas de incentivo dos projectos a elas afectos, entre os 45% e os 75%, mas não apresentam nenhum projecto com 100% de taxa de incentivo, ao contrário dos projectos afectos aos promotores sociedades comerciais e associações sem fins lucrativos cuja generalidade dos projectos apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%.

GRÁFICO 7-31: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

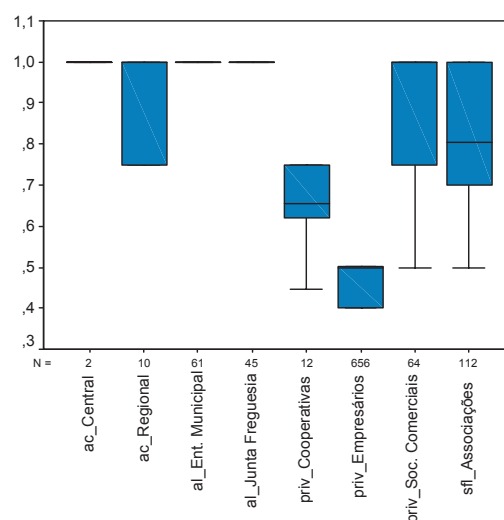
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-32: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

Valores em %.

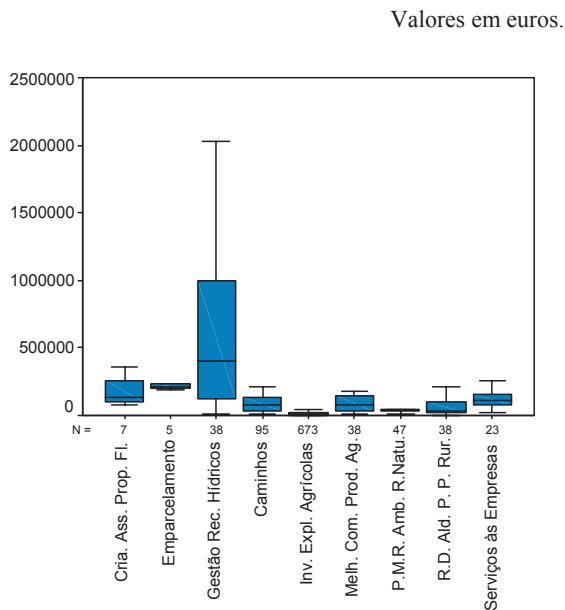


Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

646.A tipologia de projectos utilizada para esta análise (ver Gráfico 7-33, Gráfico 7-34) apresenta-se desagregada num segundo nível, sendo que os projectos afectos às tipologias “investimentos nas explorações agrícolas” e “melhoramento do comércio dos produtos agrícolas” se agregam na tipologia de primeiro nível “**agricultura**”, os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, “caminhos”, “protecção, melhoria e requalificação do ambiente e dos recursos naturais”, “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural” e “serviços às empresas” agregam-se na tipologia de primeiro nível “**promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais**” e os projectos afectos às

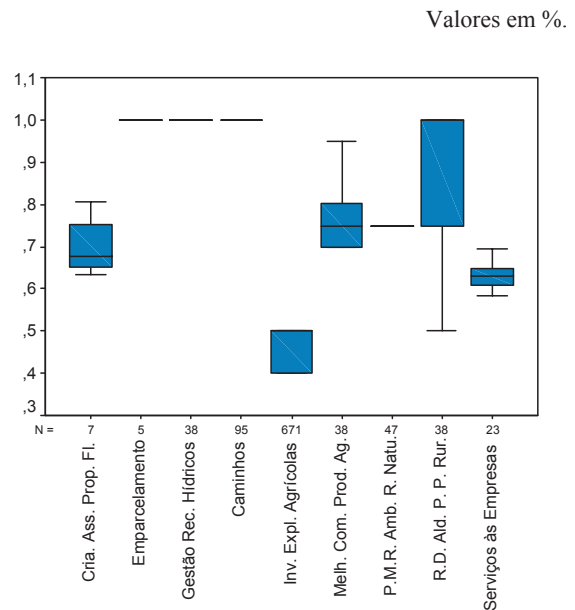
tipologias “criação de associações de proprietários florestais” agregam-se na tipologia de primeiro nível “silvicultura”.

GRÁFICO 7-33: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-34: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

647. Em termos de investimento elegível, a tipologia que agrega 70% dos projectos, “investimentos nas explorações agrícolas” parece ser a que apresenta níveis de investimento elegíveis mais baixos e homogéneos. O investimento médio elegível nesta tipologia é de 19.789 euros. Inversamente, os projectos afectos à tipologia de projectos “gestão dos recursos hídricos na agricultura” apresentam valores para o investimento elegível aprovado muito diversificados, com uma elevada amplitude de variabilidade, sendo que o investimento elegível médio é de 1.727.524 euros.

648. Os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, e “caminhos” apresentam, por sua vez, taxas de incentivo iguais, de 100%. A tipologia que apresenta, para a generalidade dos seus projectos, taxas de incentivo mais baixas são os projectos afectos à tipologia “investimentos nas explorações agrícolas” que, sem considerar com os *extremos* e *outliers* da distribuição, variam entre os 40% e os 50%, sendo a taxa média de incentivo de 53%. Por outro lado, a distribuição das taxas de incentivo dos

projectos afectos à tipologia “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural”, apresenta a maior amplitude de variação, sendo que estes projectos se caracterizam por taxas de incentivo que variam entre os 50% e os 100%, e por uma taxa média de incentivo de 86%.

7.3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DO FSE DESCONCENTRADAS DO POEFDS (MEDIDA 3.1 A 3.6)

649.O indicador número médio de formandos por curso, medido pela diferença entre as médias de aprovação e execução, permite constatar que, globalmente, a execução de projectos foi realizada a um nível médio ligeiramente inferior (em 3 formandos por curso) ao previsto na aprovação. Nas medidas 3.2. e 3.6., esta diferença é de, respectivamente, apenas 2 e 1 formandos por curso, enquanto na medida 3.5 o número médio de formandos por curso executado foi inferior ao previsto em 8 formandos (Quadro 7-3).

Ao nível do número médio de horas de formação por curso, a execução ficou, também, aquém dos níveis previstos (917 horas), com maior relevância nas medidas 3.3 (cujos cursos executados tiveram, em média, menos 3.649 horas de formação do que o que havia sido previsto), 3.6 e 3.1.

Esta menor execução ao nível do número médio de horas de formação por curso traduz-se, por consequência (e uma vez que ao nível do número médio de formandos por curso a execução se aproxima da aprovação), num menor nível médio de execução do número médio de horas de formação por formando, sendo que os cursos executados garantiram, em média, menos 38 horas de formação por formando do que o aprovado, o que se mostrou particularmente mais relevante na medida 3.6.

QUADRO 7-3: CANDIDATURAS APROVADAS E EXECUTADAS - DIFERENÇA ENTRE NÍVEIS MÉDIOS

Medidas / Projectos / Acções	Nº médio de formandos por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por formando (diferença execução / aprovação)
31 - Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	0	-2.161	-101
3111 - Sistema de aprendizagem	-1	-1.837	-96
3112 - Escolas de Turismo	-1	-2.778	-151
3121 - Qualificação inicial	-10	-12.058	-233
32 - Formação ao longo da vida e adaptabilidade	-2	-726	-27
3210 - Formação prof. Contínua (transição QCA II)	0	-201	-17
3211 - Educação e formação de adultos c/ certificação escola	-6	-12.958	-373
3212 - Qualificação e reconversão profissional	0	-1.745	-101
3213 - Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento	-2	-316	-10
3214 - Especialização profissional	-2	-1.735	-67
3215 - Formação profissional para funcionários da Adm. Pública	-3	-665	-35
3216 - Formação profissional para trabalhadores sector Saúde	-5	-180	2
33 - Qualificação e inserção profissional dos desempregados	0	-3.649	-226
3310 - Formação prof. (transição QCA II)	0	-236	-10
3311 - Qualificação profissional com Progressão Escolar	-1	-7.767	-265
3312 - Qualificação e Reconversão Profissional	0	-2.657	-183
3313 - Aperfeiçoamento Profissional	-1	-1.209	-38
3314 - Especialização Profissional de Quadros Superiores	0	-1.900	-97
35 - Eficácia e equidade das políticas	-8	-1.124	-17
3550 - Eficácia e Equidade das Políticas (transição QCA II)	-8	-1.124	-17
36 - Promoção do desenvolvimento social	-1	-2.859	-241
3621 - Formação Social e profissional	-1	-2.000	-204
3622 - Educação e formação de adultos c/certificação escolar	0	-5.748	-365
Total	-3	-917	-38

Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Os números médios de formandos e de horas de formação apresentaram maiores disparidades, com base nos níveis de execução e aprovação, nas acções 3.1.2.1 e 3.2.1.1. As acções 3.3.1.1 e

3.6.2.2, apesar de apresentarem níveis de execução do número médio de formandos por curso bastante próxima (caso da acção 3.3.1.1.) ou coincidentes com os níveis programados (caso da acção 3.6.2.2.), registaram, porém, diferenças consideráveis ao nível do número médio executado de horas de formação por curso e por formando.

650. O custo médio dos cursos executados pelas diferentes medidas desconcentradas do POEFDS foram relativamente diferenciados entre si (Gráfico 7-35). As medidas 3.1 e 3.3 apresentaram custos medianos por curso que rondaram os 50.000 euros, apesar de, no caso da medida 3.3, a dispersão do custo de cada curso ser bastante mais elevada que no caso da medida 3.1³, principalmente ao nível de cursos com custos superiores à mediana das situações analisadas.

Já no caso das medidas 3.2 e 3.5, com valores médios por curso bastante mais baixos (próximos dos 7.000 euros), a dispersão de custos médios foi mais contida. A medida 3.6 foi a que registou custos médios por curso mais elevados, registando, simultaneamente, grandes amplitudes relativamente ao custo mais elevado e mais baixo dos cursos analisados, o que permite afirmar que, nesta medida, os custos médios por curso foram dispersos, havendo cursos cujo desvio (superior e inferior) em relação ao valor mediano foi mais acentuado que nas restantes medidas.

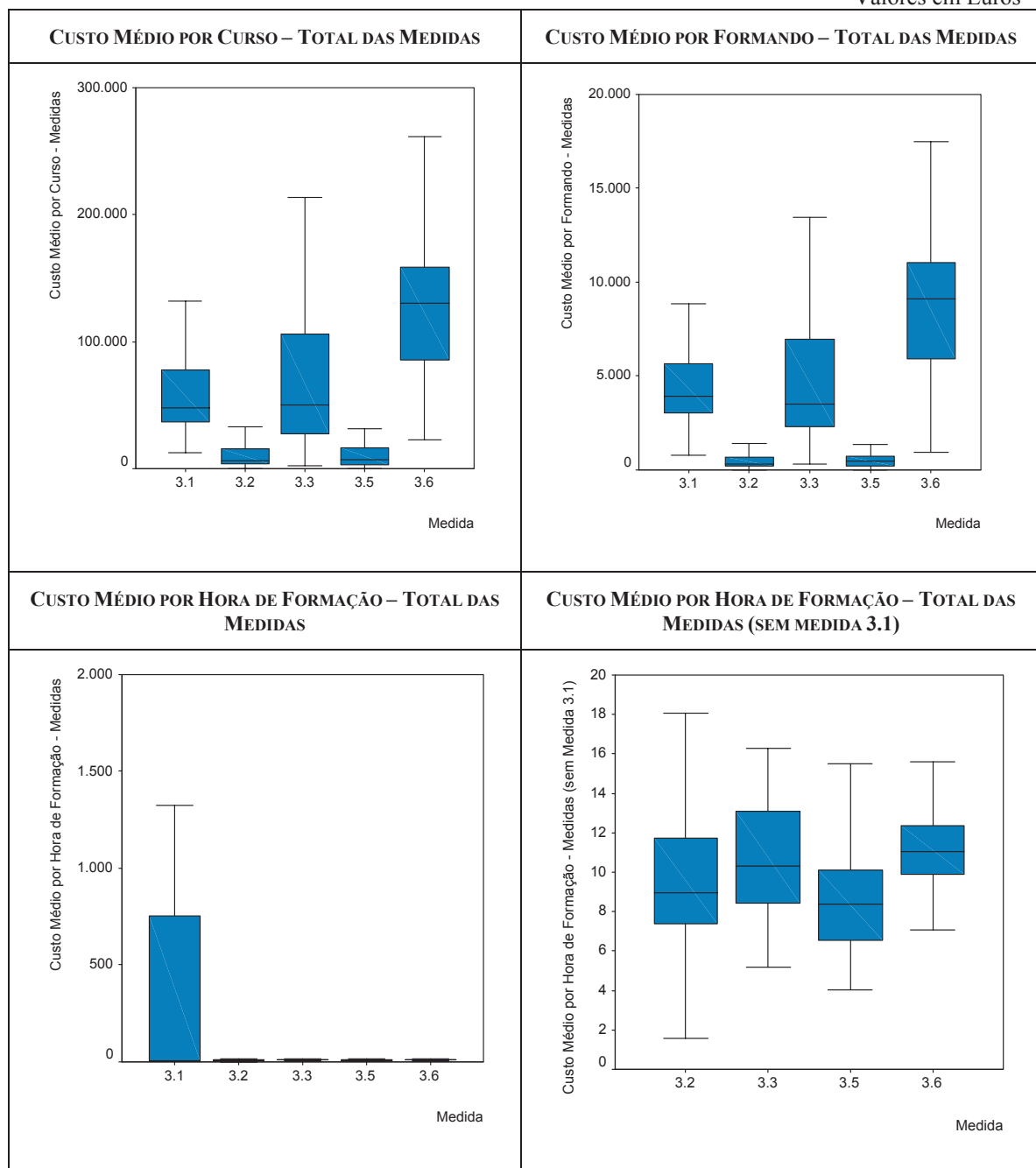
Esta situação encontra uma replicação clara ao nível dos custos médios por formando, não só no que diz respeito aos valores médios, mas também em relação às variações intra-medidas dos custos médios por formando dos projectos executados.

Ao nível dos custos médios por hora de formação destaca-se o caso da medida 3.1, que registou custos acentuadamente mais elevados (e dispersos, embora apenas no sentido superior), quando comparados com o custo das restantes medidas. O gráfico que representa a dispersão dos custos médios por hora de formação sem a medida 3.1 permite confirmar que entre as medidas 3.2, 3.3, 3.5 e 3.6 existe grande homogeneidade ao nível deste custo médio, que variou entre os 8 e os 11 euros por hora de formação. Apesar disso, a dispersão verificada entre as diferentes medidas permite constatar que, no caso da medida 3.2, as diferenças dos custos médios máximo e mínimo face à média se mostraram mais elevadas (atingiram, respectivamente, os 18 euros e 2 euros) do que, por exemplo, no caso da medida 3.6 (atingiu um valor médio máximo próximo de 16 euros e um valor médio mínimo próximo de 8 euros).

³ A análise estatística comprova esta afirmação, uma vez que o intervalo interquartis da medida 3.3 foi de cerca de 81.000 euros, enquanto que na medida 3.1 foi de 42.000 euros. Isto é, 50% das observações centrais (próximas do valor da mediana) verificaram diferenças de custos médios de, respectivamente, 81.000 euros e 42.000 euros.

**GRÁFICO 7-35: CUSTOS MÉDIOS DOS PROJECTOS POR MEDIDAS
(PROJECTOS EXECUTADOS POR MEDIDAS)**

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

651.O custo médio por curso das acções englobadas na medida 3.1 evidenciou alguma discrepância inter-acções (Gráfico 7-36). No caso da acção 3.1.1.1, 25% das observações têm um valor médio por curso inferior a 36.600 euros, sendo o valor mediano de 45.600 euros. No caso da acção 3.1.1.2, o valor médio dos cursos executados revela-se bastante superior (cerca de 112.000

euros) e a sua dispersão mais moderada (os 50% dos projectos com custos médios centrais variam entre um custo médio de 101.800 euros e de 119.600 euros).

A amplitude de variação do custo médio por formando revela-se também mais acentuada na acção 3.1.1.1 do que na acção 3.1.1.2. A acção 3.1.1.1 apresenta, desta forma, níveis de custos médios por hora de formação com um grau elevado de dispersão, sendo que 25% dos projectos com custo médio mais baixo se situam num patamar inferior a 5,6 euros por hora de formação, ao passo que os 25% dos projectos com custo médio mais elevado ultrapassam a média de 793 euros por hora de formação.

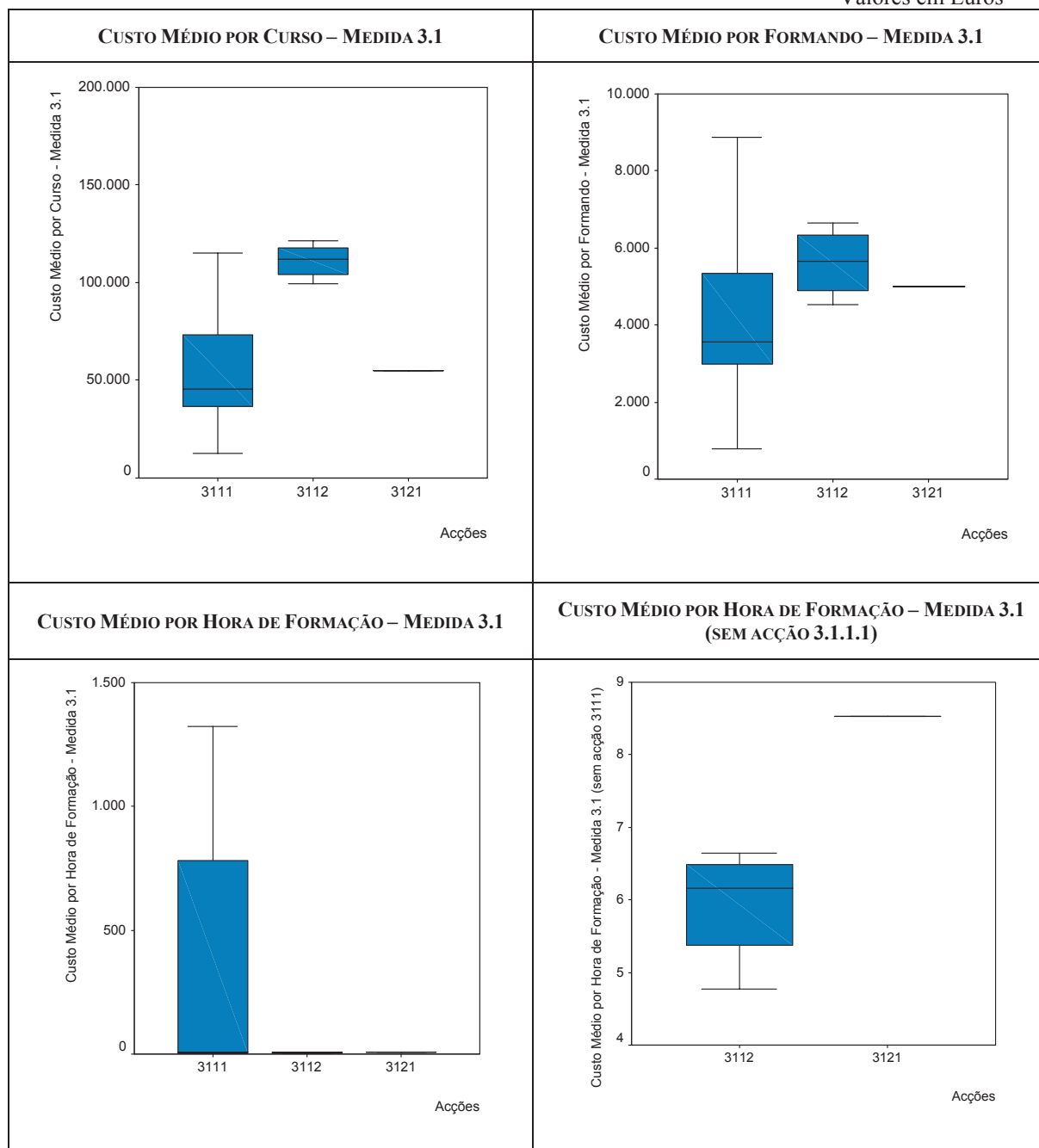
652. A medida 3.2 apresenta uma grande diferença relativa no respeitante aos níveis de custos médios por curso e por formando nos projectos executados (Gráfico 7-37). Estas diferenças são mais acentuadas entre, por um lado, as acções 3.2.1.0, 3.2.1.3, 3.2.1.5 e 3.2.1.6, cujos valores médios são relativamente baixos, quando comparados, por outro lado, com as acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 e, ainda, com a acção 3.2.1.1, que constitui a acção com maior nível de custos médios desta medida.

As acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 revelam, ainda, uma dispersão acentuada dos valores médios de custos por curso e por formando. Note-se, no caso da acção 3.2.1.2, que o valor mediano do custo por curso é de 20.792 euros, sendo que os 50% das observações centrais apresentam uma diferença de custos médios por curso que ascende a 34.128 euros (25% das observações apresentam um custo médio por curso inferior a 15.450 euros e 75% das observações apresentaram um custo inferior a 49.578 euros).

Ao nível dos custos médios por hora de formação, as acções consideradas apresentam um grande nível de homogeneidade.

GRÁFICO 7-36: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.1)

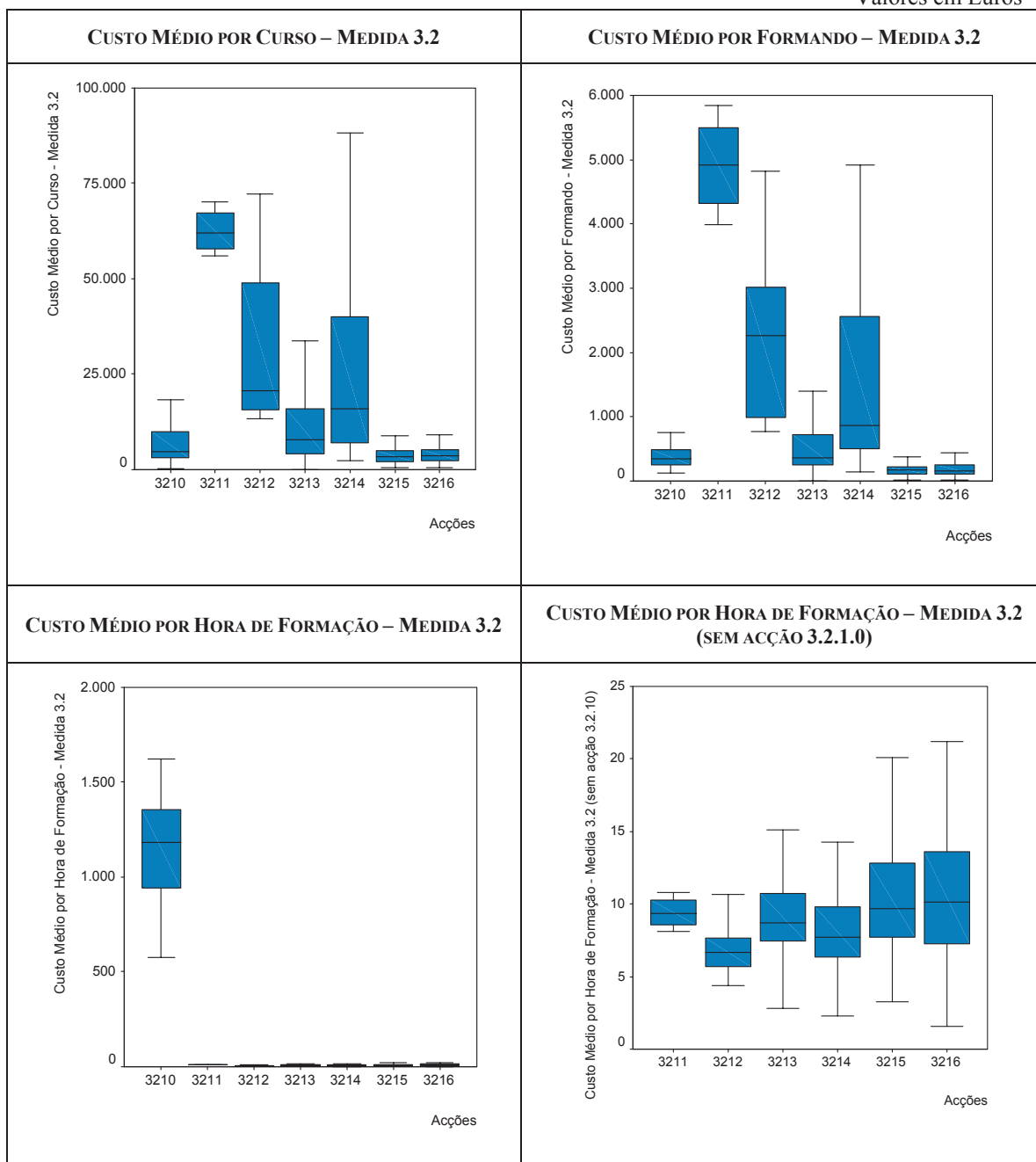
Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

GRÁFICO 7-37: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.2)

Valores em Euros



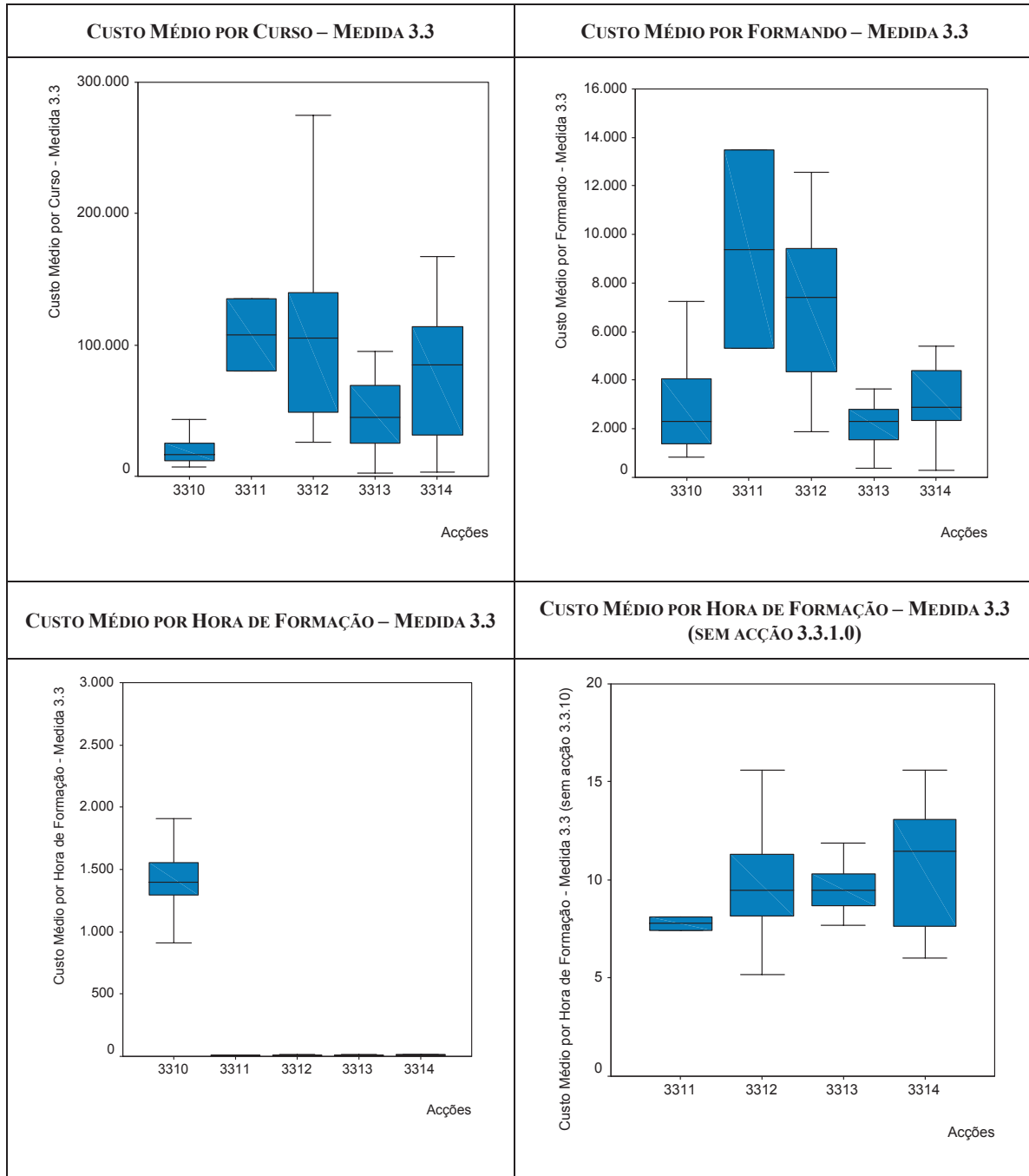
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

653. As acções 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.4 apresentam níveis médios de custos por cursos relativamente homogéneos entre si, enquanto a acção 3.3.1.3 e, principalmente, a acção 3.3.1.0 se posicionaram em níveis de custo médio por curso mais baixos (Gráfico 7-38). Esta disparidade acentua-se quando se faz referência ao custo médio por formando, que se destaca pelo valor mais

elevado na acção 3.3.1.1 e pelo valor mais baixo na acção 3.3.1.0 (que, neste caso, se aproxima dos valores médios das acções 3.3.1.3 e 3.3.1.4).

GRÁFICO 7-38: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.3)

Valores em Euros



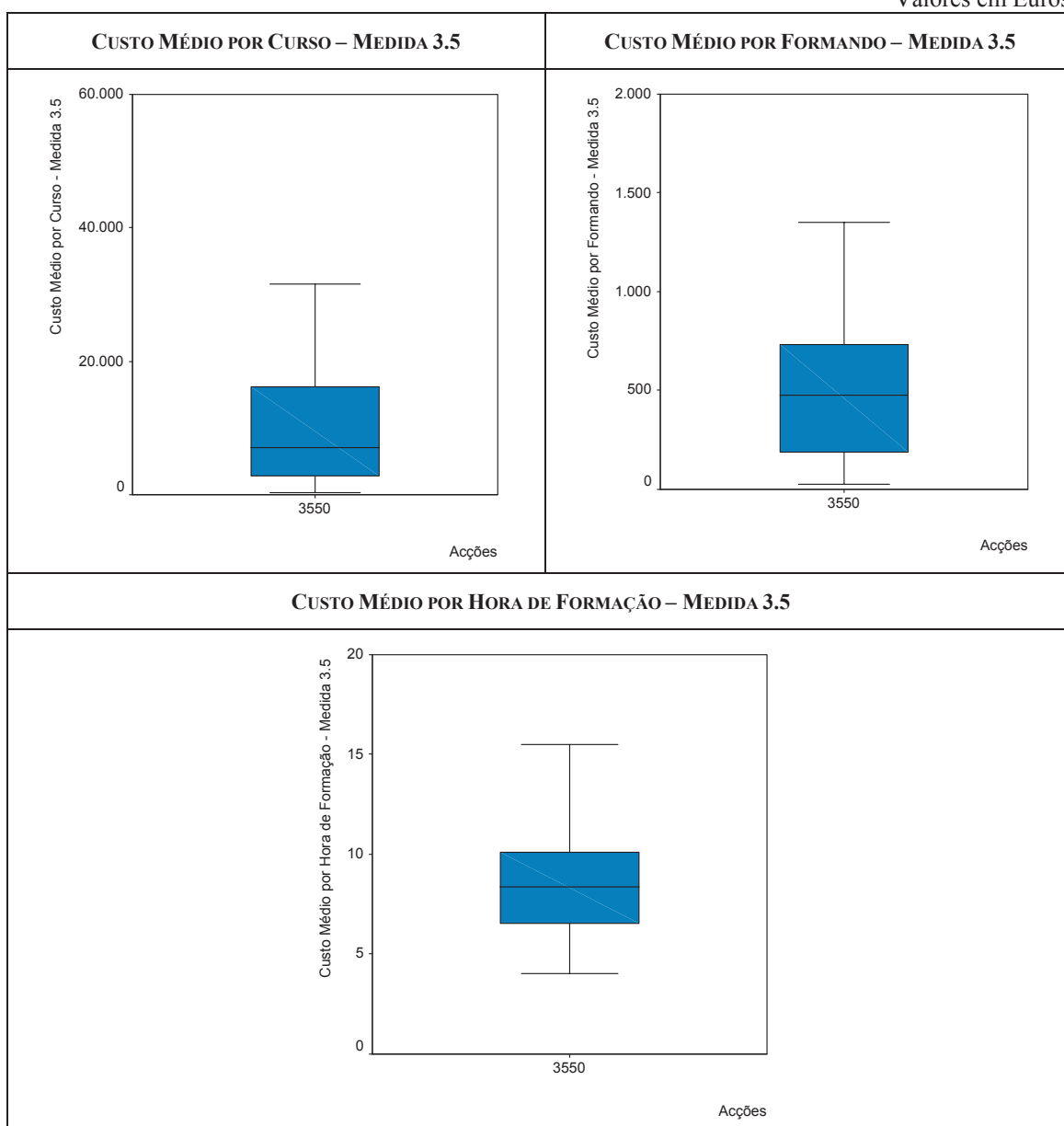
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Com excepção da acção 3.3.1.0, cujo custo médio por hora de formação se distancia fortemente do das restantes acções, a medida 3.3 mostra-se relativamente homogénea do ponto de vista das diferenças entre estes valores médios.

654. A acção 3.5.5.0 registou um nível mediano de custo por curso executado de 7.094 euros, sendo que os 25% de observações com níveis médios mais baixos se posicionaram em valores médios inferiores a 2.737 euros, e que os 25% de observações com níveis médios mais elevados se posicionaram a valores médios superiores a 16.885 euros (Gráfico 7-39).

GRÁFICO 7-39: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.5)

Valores em Euros



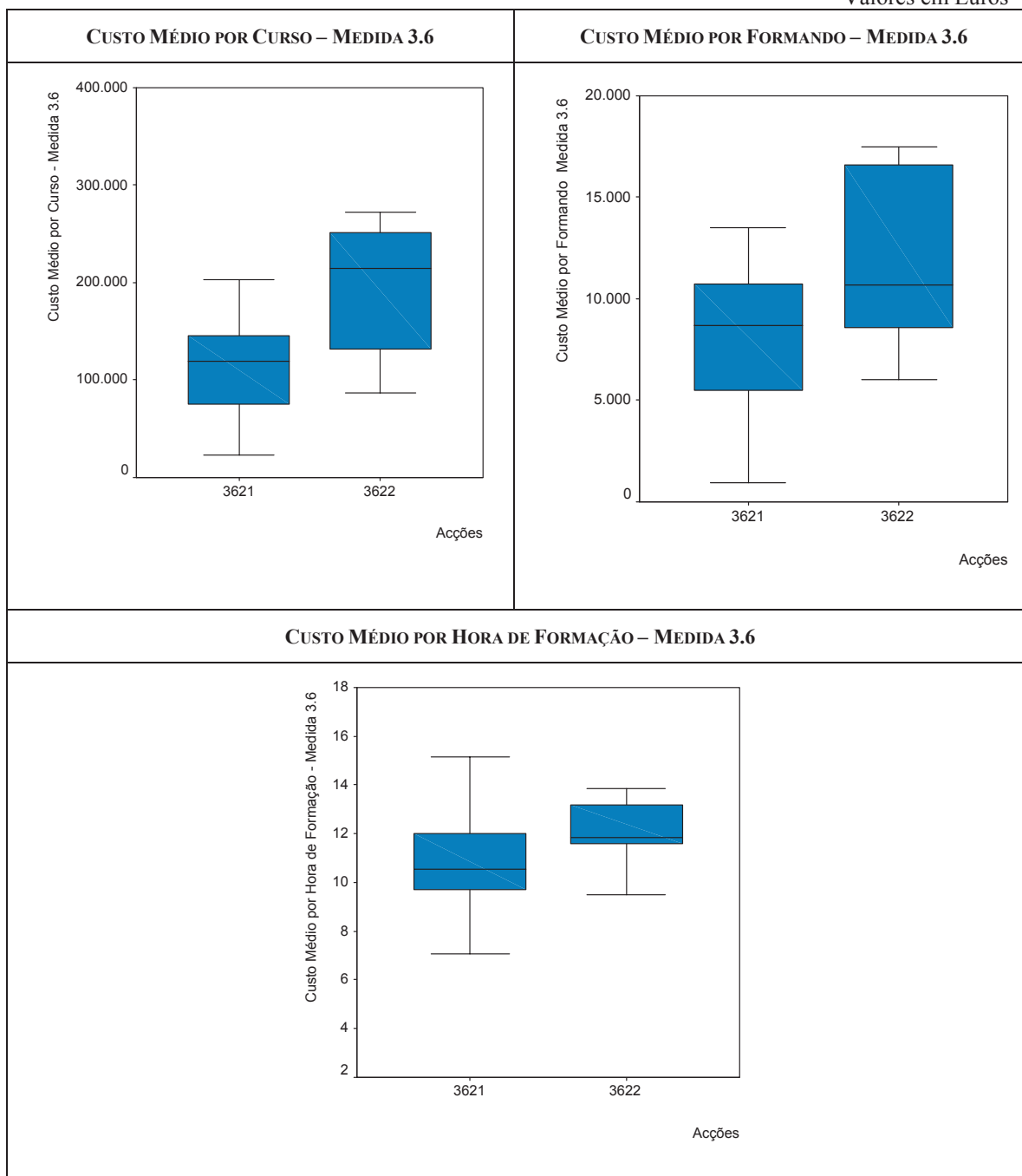
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Esta dispersão torna-se relativamente mais equilibrada (entre os 25% de observações superiores e inferiores) em torno do custo mediano por formando (que ascende a 477 euros) e em torno do custo mediano por hora de formação (que corresponde a 8,4 euros), e cujos intervalos de variação inter-quartis se apresentam relativamente simétricos (no sentido inferior e superior), ainda que apresentando menor amplitude relativa no caso do custo médio por hora de formação.

655. A acção 3.6.2.1 posiciona-se a níveis medianos de custos por curso e por formando inferiores aos registados pela acção 3.6.2.2 (Gráfico 7-40). Salienta-se a maior dispersão, verificada pela acção 3.6.2.2, ao nível do custo médio por curso, no sentido inferior, (a diferença do quartil inferior em relação à mediana é mais acentuada), enquanto que ao nível do custo médio por hora de formação esta dispersão se acentua no sentido superior (a diferença do quartil superior em relação à mediana é mais acentuada), o que permite concluir que o custo médio por curso desta acção apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores inferiores à mediana, ao passo que o custo médio por formando apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores superiores à mediana.

GRÁFICO 7-40: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.6)

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT.

7. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PROGRAMA

1. A avaliação da eficiência, relacionando os efeitos produzidos por uma determinada intervenção pública e os recursos por ela mobilizados, pressupõe geralmente um juízo de valor relativamente à razoabilidade dos custos associados a uma realização ou a um efeito e é, normalmente, quantificada em termos de realizações (o que corresponde ao seu custo unitário), em termos de resultados ou impactes. No caso particular do PORLVT, a grande variedade e a necessidade de obter informação detalhada por projecto, não só em termos financeiros mas, também, dos indicadores de realização associados a um cada dos projectos, exige um conjunto de informação que, nesta fase, não está disponível no sistema de informação do PO.

Deste modo, a avaliação de eficiência desenvolvida nesta avaliação está consideravelmente limitada pela informação disponível para a sua realização. A falta de um sistema de informação integrado colocou dificuldades na elaboração deste capítulo, verificando-se que o seu desenvolvimento é muito diferenciado em função da informação disponibilizada para cada um dos fundos estruturais envolvidos no PO. Neste sentido, optou-se por separar, em pontos autónomos, a avaliação de eficiência dos fundos que integram o PORLVT.

No caso do FEDER, analisam-se os indicadores em dois sub-pontos separados pelo facto de se ter recorrido a duas bases de dados que cobrem dois subconjuntos disjuntos de indicadores de projecto. No caso particular do FEOGA, a informação contida na base de dados por projecto não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variância por projecto, o que restringe a avaliação da eficiência, para a medida 3.15 do PORLVT apenas ao nível da análise das variabilidades das taxas de incentivo e da dispersão dimensional dos projectos, esta última já parcialmente analisada no capítulo anterior. No caso do FSE, a avaliação de eficiência limita-se às medidas desconcentradas do POEFDS, uma vez que em relação às restantes também não foi possível obter informação que permitisse a sua realização. Deste modo, este capítulo encontra-se estruturado em três pontos, relativos, respectivamente, à avaliação das medidas FEDER, à avaliação da medida do FEOGA e à avaliação das medidas FSE.

7.1. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS FEDER

2. A avaliação da eficiência das medidas do FEDER efectuada neste Relatório Final está claramente limitada pela informação disponibilizada pelo sistema de informação do Programa SIFEC, que se procurou complementar através da análise de uma segunda base de dados que

integra os projectos associados às componentes contratualizadas das medidas do Eixo 1 do Programa.

O facto dos indicadores dos projectos contratualizados das medidas 1.1, 1.2 e 1.3 não estarem ainda integrados no SIFEC, associado ao facto dos indicadores em utilização em cada um dos sistemas de informação serem maioritariamente diferentes, levou a optar por analisar em dois pontos autónomos as duas bases de dados acima referidas.

7.1.1. Avaliação da eficiência das medidas FEDER (excluindo a componente contratualizada do Eixo 1)

3. A limitação do sistema de informação central do Programa (SIFEC) pode ser ilustrada pelo facto de apenas 57% dos projectos FEDER candidatos ao PORLVT terem indicadores associados e, destes, apenas 5% utilizarem mais do que um indicador. Esta situação limita a amplitude da análise, uma vez que grande parte dos indicadores inicialmente definidos são utilizados um número de vezes considerado insuficiente para “alimentar” a avaliação da eficiência, ou não foram, de todo, objecto de qualquer utilização. Esta limitação na análise da eficiência é evidenciada, de forma quantitativa, pelo facto de apenas um conjunto de 15 indicadores ter mais de 10 utilizações (ver Quadro 7-1) e, qualitativamente, pelo facto de estar longe de englobar os indicadores mais representativos do PO e com maior relevância para o desenvolvimento da análise da relação entre, por um lado, realizações e resultados e, por outro lado, os meios disponibilizados.

A análise de eficiência a desenvolver neste ponto está igualmente limitada em virtude do número reduzido de projectos do PO que já se encontram concluídos (apenas 9), o que levou a optar pela avaliação da eficiência em função dos valores aprovados e não dos valores relativos à execução. Esta opção tem consequência óbvias sobre as margens de confiança dos valores médios e variância das medidas de eficiência calculadas, uma vez que, entre os valores programados e a sua posterior execução, poderão surgir desvios de alguma dimensão.

Finalmente, a comparação da variabilidade dos custos médios dos 15 indicadores do PORLVT seleccionados para avaliação da eficiência face a outros Programas do QCA III, está igualmente limitada, como à frente se verá, pelo número reduzido de utilização daqueles 15 indicadores nos outros Programas.

4. O exercício de avaliação da eficiência, efectuado neste ponto, encontra-se organizado por indicador, procedendo-se não só à análise da distribuição intra-programa por medidas, bem

como, quando possível, à comparação da variabilidade dos custos médios programados do PORLVT face a outros Programas Operacionais (regionais ou sectoriais).¹

QUADRO 7-1 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1188588	Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito	55
1073023	Consumidores reconvertidos para gás natural - domésticos	29
1188613	Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	28
1188502	Ações de assistência técnica	25
1073067	Rede de distribuição de gás natural construída	20
1073024	Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais	20
1031022	Centros de saúde construídos	15
1167518	Intervenções integradas de renovação urbana	14
1073025	Consumidores reconvertidos para gás natural - terciários	14
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	13
1062554	Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	12
1157005	Ações de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	11
1073026	Contadores	11
1167522	Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	10
1146598	Estradas construídas/requalificadas	10

Fonte: Equipa de Avaliação com base no Sistema de Informação do SIFEC.

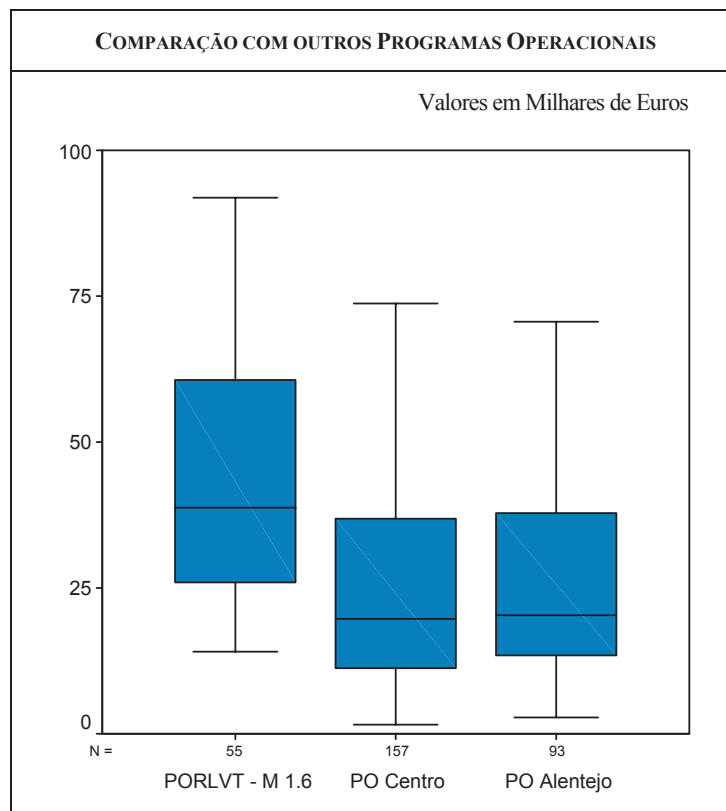
- Em termos globais, pode-se perceber na análise a seguir efectuada, que nos indicadores relacionados com a instalação da rede de gás natural, o Programa de Lisboa é bastante mais eficiente do que os outros Programas, nomeadamente o PO Centro, quer em termos de dispersão dos registos quer em termos de posicionamento dos custos. Esta conclusão pode resultar da maior densidade populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que permite obter grandes ganhos de escala nas reconversões de consumidores para gás natural, e na extensão da própria rede.
- Nos outros indicadores a tendência não é muito clara, existindo apenas um indicador em que os custos médios e a amplitude são similares entre Programas Operacionais Regionais e dois em que os valores relativos a custos médios no PORLVT são inferiores aos registados nos outros PO. Nos restantes indicadores, para os quais existem dados de registos nos outros PO, o Programa de Lisboa tem valores médios mais elevados do que os outros PO, nomeadamente os regionais.

¹ Note-se que a informação sobre os outros Programa refere-se a uma extracção do SIFEC do início de Agosto de 2003, uma vez que não foi possível obter junto da Gestão do QCA, até ao final de Outubro de uma nova extracção que permitisse actualizar a base de dados.

Empréstimo contratado ao abrigo da linha de crédito

7. Tal como foi apresentado atrás, este indicador é aquele que apresenta maior número de registos na base de dados, apesar de apenas estar associado a uma medida do PORLVT (Medida 1.6). A análise da variabilidade dos valores dos empréstimos contratados (ver Gráfico 7-1) permite entender que o valor mediano dos projectos candidatos ao PORLVT se fixa em 38.776,7 Euros, importância claramente superior às medianas deste indicador nos Programas Operacionais do Centro e do Alentejo, de 19.760,6 Euros e 20.395,9 Euros, respectivamente. Aliás, mesmo com o menor número de projectos associados a este indicador, e com um valor mínimo bastante superior aos mínimos registados nos outros programas, o PORLVT é o Programa que apresenta a maior amplitude global da distribuição dos valores dos empréstimos. Conclui-se, então, que os valores dos empréstimos contratados são tendencialmente superiores no PORLVT, o que poderá estar associado a projectos apoiados de maior montante.

GRÁFICO 7-1 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EMPRÉSTIMO CONTRATADO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO”

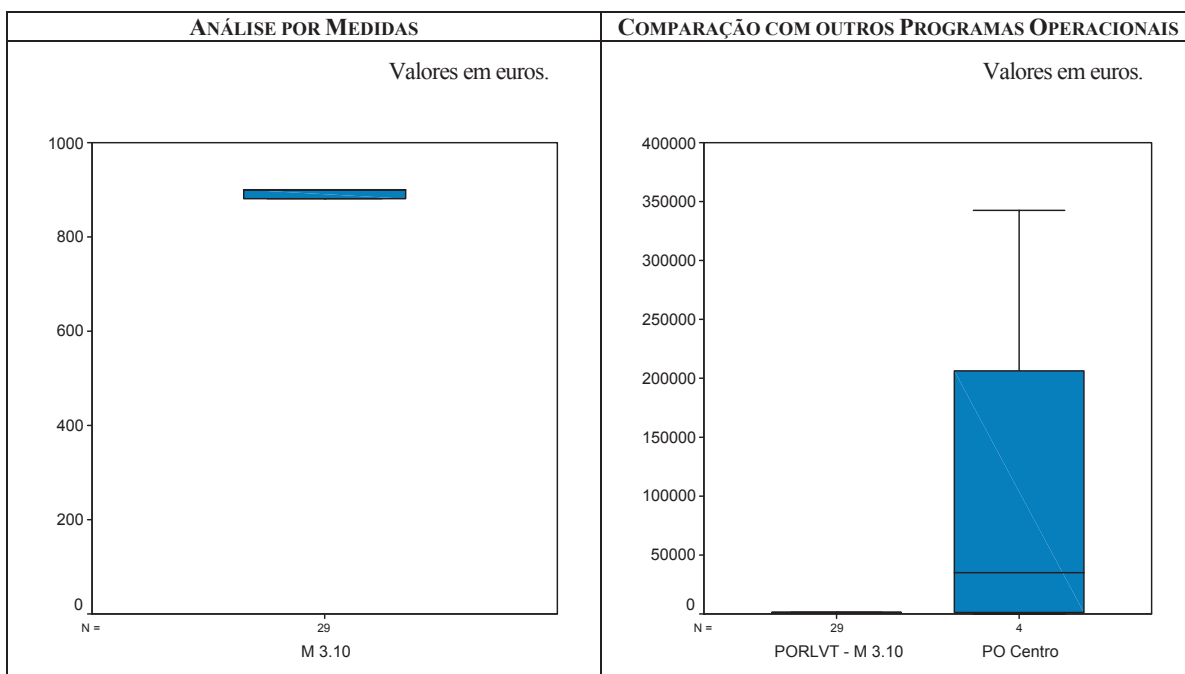


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos

8. Este indicador é o primeiro de um conjunto de cinco (1073023 – **Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos**; 1073024 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – industriais** ; 1073025 - **Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários**; 1073026 – **Contadores**; 1073067 – **Rede de distribuição de gás natural construída**), todos eles associados aos projectos de expansão da rede de distribuição de gás natural, integrados na Medida 3.10 – “Economia” do PORLVT. É sobretudo neste tipo de projectos que existe mais de um indicador associado a cada projecto, justificando a diferença na Base de Dados entre o número de projectos (266 projectos) e número de utilizações da lista de indicadores apresentada acima (287 registos).

GRÁFICO 7-2 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – DOMÉSTICOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

9. Relativamente ao custo de reconversão de consumidores domésticos para a utilização de gás natural, o valor é muito concentrado em torno dos 900 Euros por consumidor, acentuando-se a concentração no sentido superior à mediana naquele valor. Neste indicador específico, os projectos ao Programa Operacional da RLVT parecem ser mais eficientes, nomeadamente quando comparados com os valores médios apresentados no PO Centro. No PO Centro, a mediana do custo de reconversão de um consumidor doméstico para gás natural é de 35.011,9 Euros, ou seja, aproximadamente trinta e nove vezes superior à Mediana apresentada pelos projectos da Região de Lisboa. A razão que justifica esta diferença poderá residir na maior

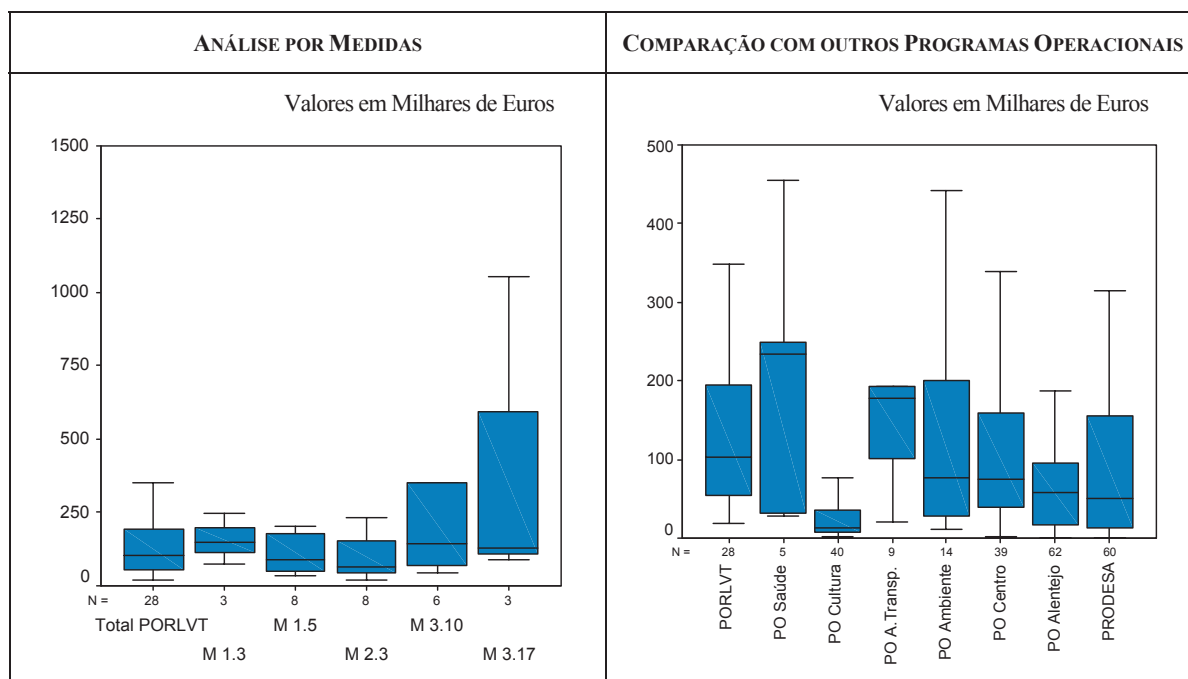
concentração populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que reduz os custos médios de conversão dos consumidores.

Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos

10. Neste indicador específico, a análise da eficiência em termos de custos dos projectos pode ser considerada um pouco desajustada, uma vez que não são tomadas em consideração as especificidades técnicas, a amplitude e o âmbito de cada um dos estudos apresentados nos projectos, sendo considerados ao mesmo nível projectos distintos como, planos estratégicos, projectos de arquitectura ou estudos de impacto de grandes infra-estruturas. Para comprovar a distinta tipologia de estudos enquadráveis neste indicador, refira-se que o mesmo está associado a cinco medidas diferentes, enquadráveis nos três Eixos Prioritários do PORLVT.

Não obstante aquela diversidade de estudos enquadráveis neste indicador, é possível verificar, numa análise comparativa por medidas, que não existem grandes discrepâncias nos custos dos estudos considerados, nomeadamente nas medidas em que se enquadram o maior número de projectos associados a este indicador – Medidas 1.5 e 2.3. Tendencialmente, os projectos enquadráveis naquelas medidas, bem como na Medida 1.3, apresentam custos mais concentrados, uma vez que apresentam menores amplitudes interquartis do que as medidas do Eixo Prioritário 3. É, aliás, uma dessas medidas, Medida 3.17 - “Acessibilidades e Transportes”, a que apresenta a maior amplitude na metade superior dos projectos, ainda que apenas se considerem nesta medida 3 registos.

GRÁFICO 7-3 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTUDOS/PROJECTOS TÉCNICOS/DIAGNÓSTICOS/PLANOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

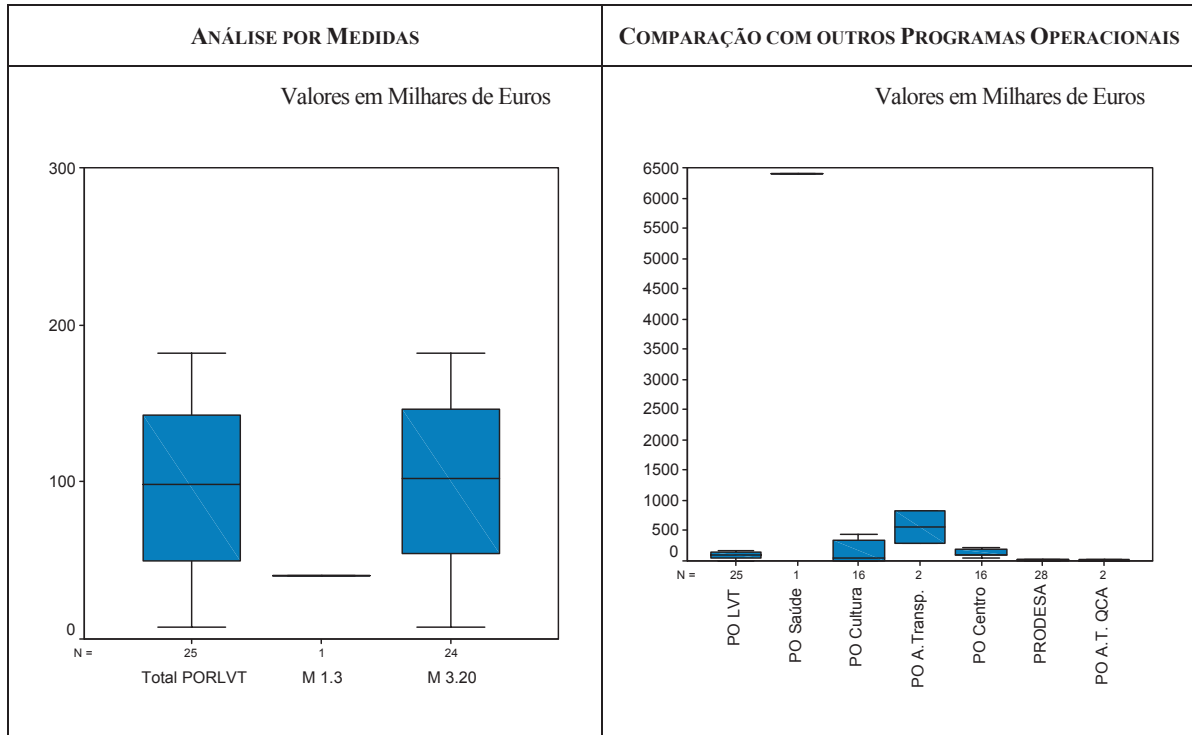
11. A comparação da dispersão dos custos destes estudos no PORLVT com os outros Programas Operacionais Regionais permite concluir que, relativamente a este indicador, os custos não variam muito de Programa para Programa. A exceção é o PO Alentejo que, embora mantendo a metade inferior dos seus 62 projectos em valores comparáveis aos dos outros Programas, tem uma amplitude da metade superior dos projectos bastante inferior à do PORLVT, PO Centro e PRODESA.

Relativamente à comparação com outros Programas Operacionais Sectoriais, a heterogeneidade é superior, quer pela maior concentração dos custos dos estudos do PO Cultura e PO Acessibilidades e Transportes, quer pela situação inversa no PO Saúde e PO Ambiente.

Acções de assistência técnica

12. Apesar da relevância deste indicador, o mesmo não permite avaliar a eficiência das acções de assistência técnica, uma vez que os projectos que utilizam este indicador podem ser apresentados com periodicidade distinta (por exemplo anual ou semestral) e com âmbitos de assistência técnica bastante díspares (por sub-regiões, medidas ou eixos transversais). Nesse sentido, apenas se pode fazer uma comparação descritiva da dimensão dos projectos considerados.

GRÁFICO 7-4 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

13. A análise por medida permite entender que a grande maioria dos projectos associados a este indicador se enquadram, como seria de esperar, na Medida 3.20. Existe apenas um único registo deste indicador, num projecto enquadrado na Medida 1.3 – “Capacidade Institucional Regional”. Dadas as distinções que poderão existir nos diversos projectos, a amplitude global dos registos deste indicador no PORLVT é de 173,7 milhares de Euros. Ainda assim, e à excepção do PRODESA e do PO de Assistência Técnica ao QCA III, os projectos de assistência técnica enquadrados no PORLVT são os que aparecem como sendo os que têm um menor valor. Tendo em consideração as ressalvas acima mencionadas, o Programa que apresenta um maior nível de eficiência neste indicador é o PRODESA. O exemplo mais claro dos possíveis diferenciais está associado ao projecto do PO Saúde, que agrega toda a assistência técnica desse Programa, num único registo com um valor de 6,4 milhões de Euros.

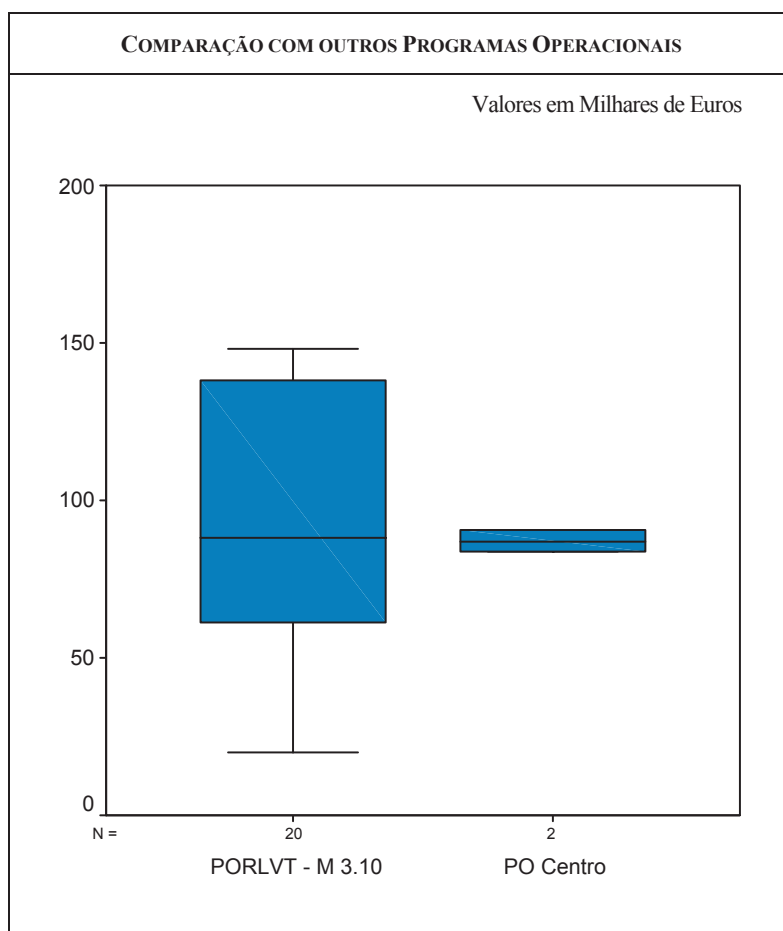
Rede de distribuições de gás natural construída

14. Sendo este indicador um dos que está relacionado com a consolidação da rede de gás natural, enquadráveis na Medida 3.10 – “Economia”, constata-se um registo de 20 projectos no PO da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com um custo médio por Km de rede construída a variar entre

20.232,3 Euros e 147.919,7 Euros (ver Gráfico 7-5), pode-se admitir que essa distribuição de valores é normal, se se tiver em consideração que os custos de instalação da rede variam de acordo com a dimensão das condutas consideradas em cada um dos projectos específicos. Esta conclusão resulta da observação dos custos de referência que são definidos no Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para os sistemas de abastecimento de água, e que pode ser considerada como válida dada a similitude com a rede de abastecimento de gás natural.

- Em termos comparativos, a dispersão deste tipo de projecto no PORLVT é bastante superior à que se verifica no PO Centro, mas estas conclusões podem ser encaradas como abusivas se se considerar que na Região Centro apenas constam dois projectos com registo neste indicador. Ainda assim, o custo mediano também é similar, pelo que não se podem identificar grandes distinções nos registos daqueles Programas Operacionais.

GRÁFICO 7-5 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DISTRIBUIÇÕES DE GÁS NATURAL CONSTRUÍDA”

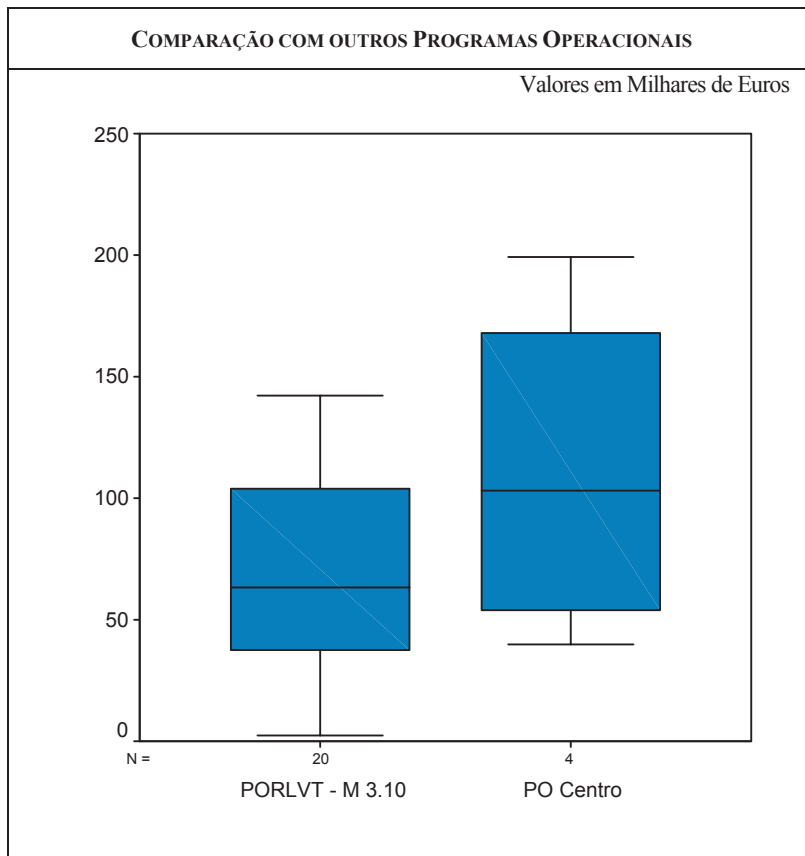


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural - industriais

16. Contrariamente ao indicador relativo aos “Consumidores reconvertidos para gás natural – domésticos”, o custo de reconversão de consumidores industriais para gás natural é bastante dispar, sendo o intervalo interquartis de 69.490,8 Euros, o que se pode explicar pela localização periférica, logo tendencialmente com custos mais elevados, de algumas unidades industriais na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Ainda assim, e tal como tinha acontecido com o indicador relativo aos consumidores domésticos, o Programa de Lisboa é mais eficiente que o PO Centro, quer em termos de dispersão (sendo o intervalo interquartis do PO Centro de 136.918,7 Euros), quer em termos de custos, uma vez que o mínimo do PO Centro é superior ao 1º Quartil do PORLVT.

GRÁFICO 7-6 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL - INDUSTRIAIS”



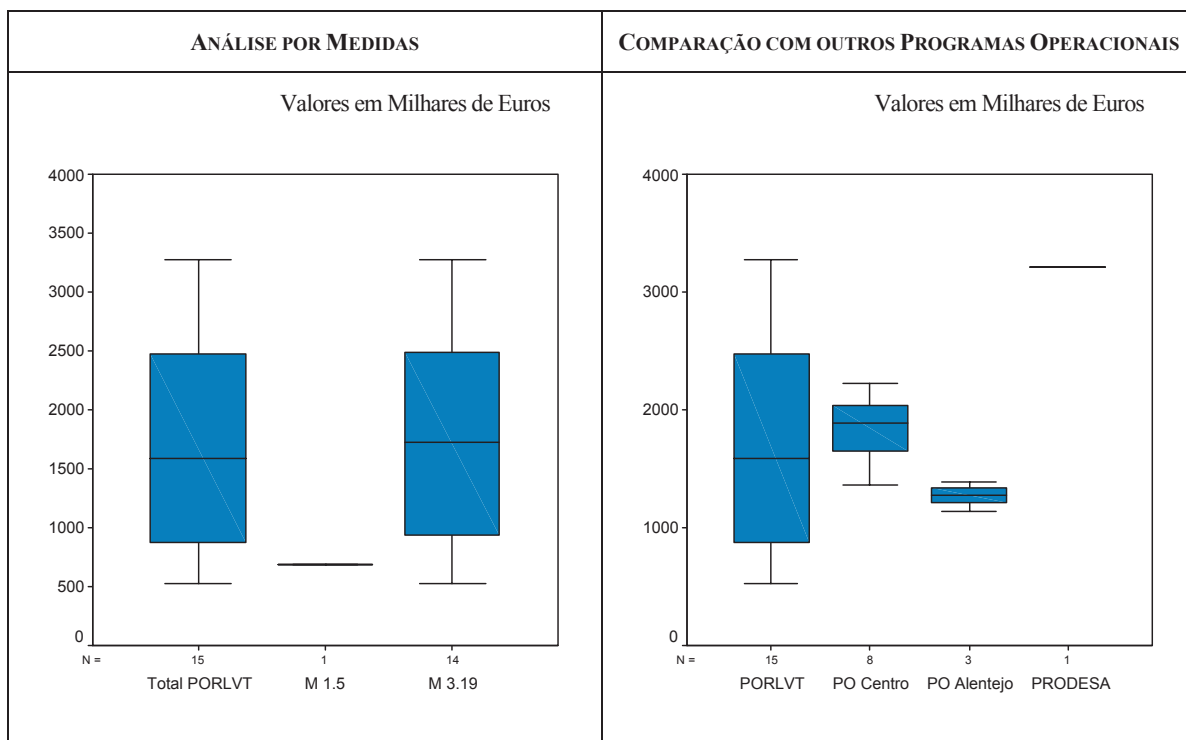
Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Não se pode, contudo, negligenciar o facto de, no PO Centro, apenas serem considerados quatro projectos, situação que pode, de alguma forma, dificultar uma generalização.

Centros de Saúde construídos

17. Pela observação do Gráfico 7-7 verifica-se que os custos dos projectos de construção de Centros de Saúde na Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam uma grande dispersão (sendo a amplitude total de 2.755.658,9 Euros), nomeadamente quando comparados com os projectos de construção de Centros de Saúde na Região Centro (amplitude total de 864.382,1 Euros) e Alentejo (amplitude total de 252.737,2 Euros). O PRODESA apenas regista um único projecto de construção de um Centro de Saúde, mas o seu custo é pouco inferior ao custo máximo dos projectos do PORLVT. Ainda assim, em termos do custo mediano, o PORLVT fixa-se em 1.583.440 Euros, enquanto que o PO Centro tem um valor superior de 1.893.157,5 Euros e o PO Alentejo inferior, de 1.278.164,6 Euros.

GRÁFICO 7-7 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CENTROS DE SAÚDE CONSTRUÍDOS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

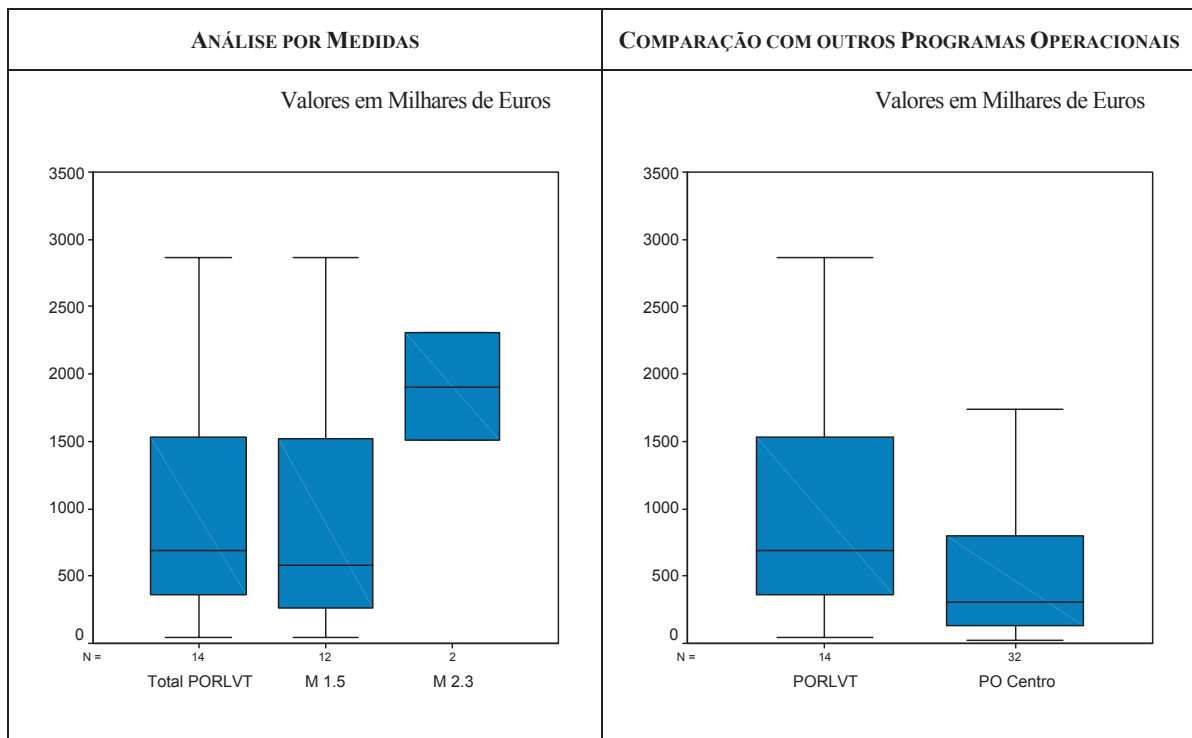
18. A análise da eficiência deste indicador por medidas não é muito diferente dos valores gerais para o total do PORLVT, uma vez que dos 15 registos de projectos que utilizam este indicador, apenas um se enquadra na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e todos os outros na Medida 3.19 – “Saúde”. Sendo o valor do projecto enquadrado na Medida 1.5

inferior ao primeiro quartil da distribuição dos projectos na Medida 3.19, resulta que desta última Medida para o PORLVT total apenas se altera a mediana e a amplitude interquartis.

Intervenções integradas de renovação urbana

19. Resultando sobretudo de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “ Acções Específicas de Valorização Territorial”, este indicador tem uma dispersão significativa para o número de registos apresentado, sendo a amplitude entre o valor mínimo (39.916 Euros) e o valor máximo (2.863.100 Euros) bastante elevada. Comparativamente ao outro PO onde existem registos neste indicador, o PO Centro, a eficiência do Programa de Lisboa parece ser inferior, uma vez que para um total de 32 projectos, o PO Centro tem um custo mínimo inferior e um custo máximo pouco superior ao terceiro quartil do PORLVT. Ainda assim, é relevante ter em consideração que a extensão dos projectos com registos neste indicador poderá ser muito distinta, logo também os respectivos custos associados, tendo esse facto implicações na eficiência do indicador.

GRÁFICO 7-8 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES INTEGRADAS DE RENOVAÇÃO URBANA”

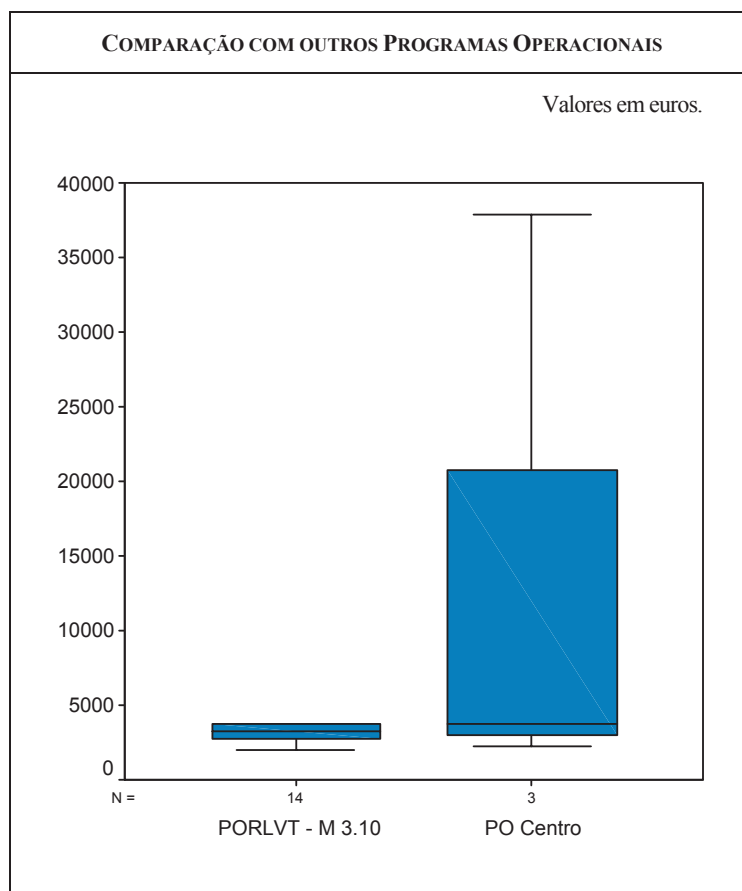


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Consumidores reconvertidos para gás natural – terciários

20. Neste indicador, e ainda que se deva ter em consideração o reduzido número de registos enquadráveis no PO Centro, Lisboa é bastante mais eficiente, uma vez que o custo máximo de reconversão de um consumidor terciário em gás natural é de apenas 3.750 Euros, face ao 32.852 Euros registados num projecto do PO Centro. Por outro lado, as amplitudes global e interquartis dos projectos candidatos ao PORLVT também são inferiores, o que para aquele número de projectos é revelador da condensação dos custos.

GRÁFICO 7-9 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONSUMIDORES RECONVERTIDOS PARA GÁS NATURAL – TERCIÁRIOS”

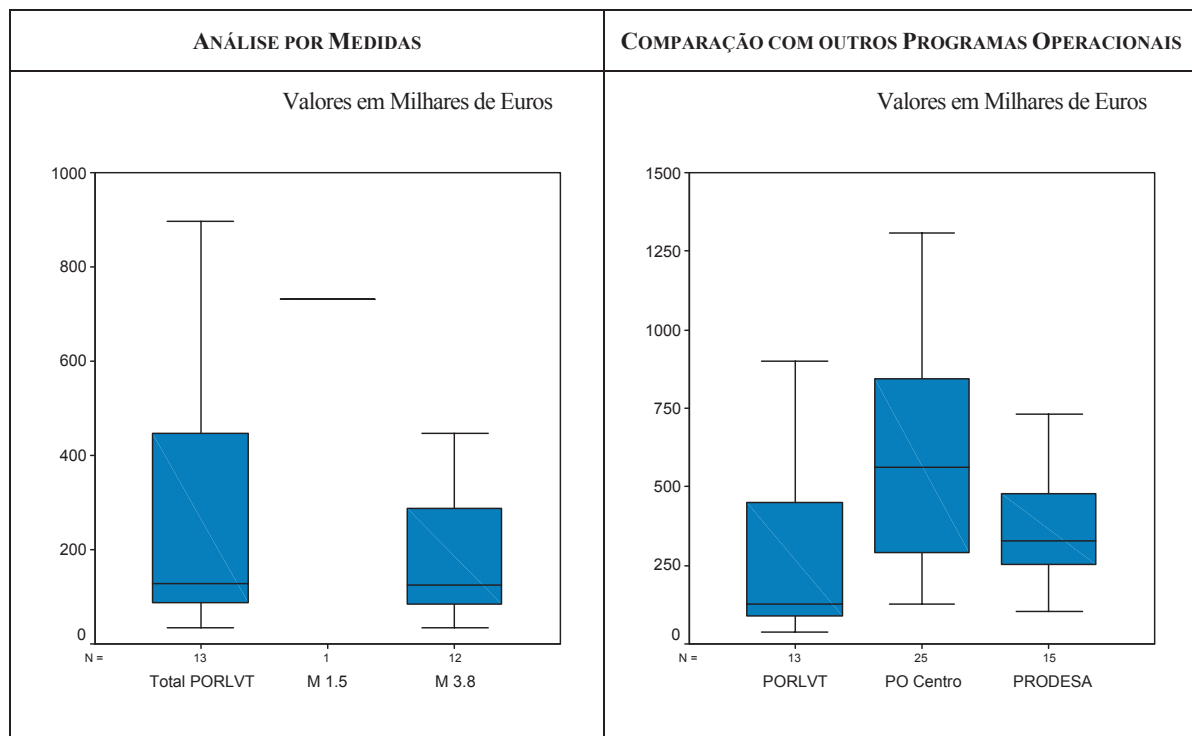


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas

21. Os projectos com registo neste indicador são enquadráveis, na sua maioria, na Medida 3.8 – “Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, havendo apenas um único registo na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”. A dispersão dos projectos permite obter uma amplitude total de 862,65 mil euros, e que poderá resultar da profundidade das intervenções efectuadas, e da dimensão das próprias escolas intervencionadas.
22. Relativamente ao posicionamento face aos projectos similares do PO Centro, Lisboa parece apresentar um maior grau de eficiência, uma vez que os custos médios das obras são genericamente menores, ainda que o número total de projectos seja aproximadamente metade dos registados no PO Centro. Quando a comparação se reporta ao PRODESA, as conclusões são distintas, uma vez que aqueles projectos têm uma menor amplitude de dispersão, ainda que o mínimo no PRODESA seja superior ao registado no PORLVT. Não obstante, o valor mediano do PORLVT é o menor (126,7 mil Euros), face ao custo mediano de 563,9 mil Euros dos registos do PO Centro e de 326,1 mil Euros dos projectos enquadrados no PRODESA.

GRÁFICO 7-10 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

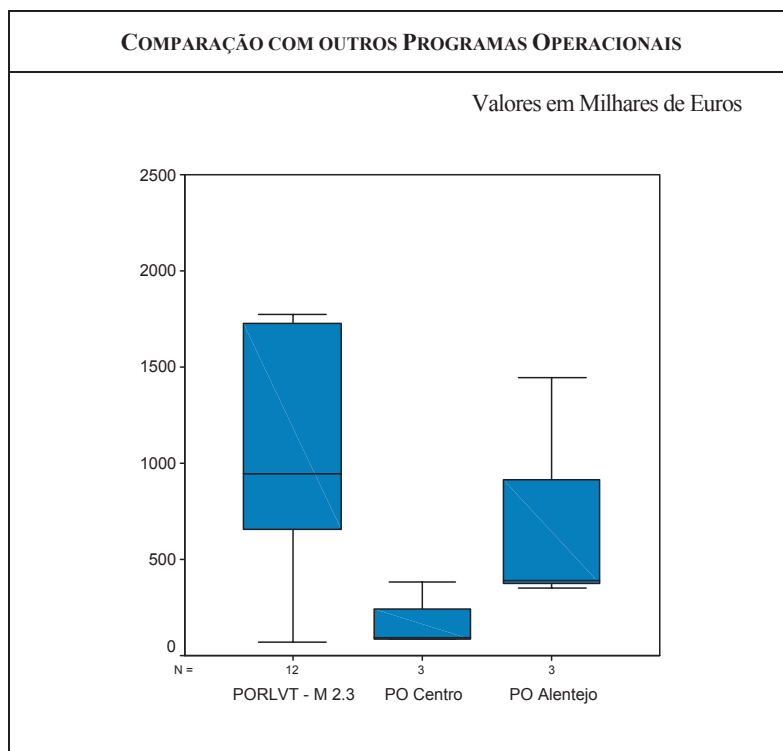


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico

- 23. Tendo este indicador todos os 12 registos na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, apresenta uma distribuição bastante assimétrica numa amplitude total de 1.702.959,5 Euros, com a dispersão a ser mais acentuada abaixo do primeiro quartil, e nos 25% de observações acima da mediana. Em contrapartida, os 25% superiores tem uma amplitude de apenas 44.123,6 Euros.
- 24. A comparação inter-programas, permite entender os projectos do PORLVT como sendo os menos eficientes, uma vez que os registos neste indicador no PO Centro e PO Alentejo têm amplitudes bastante inferiores, embora, tal como já aconteceu noutros indicadores, o número de registos daqueles Programas de referência seja muito inferior.

GRÁFICO 7-11 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO”

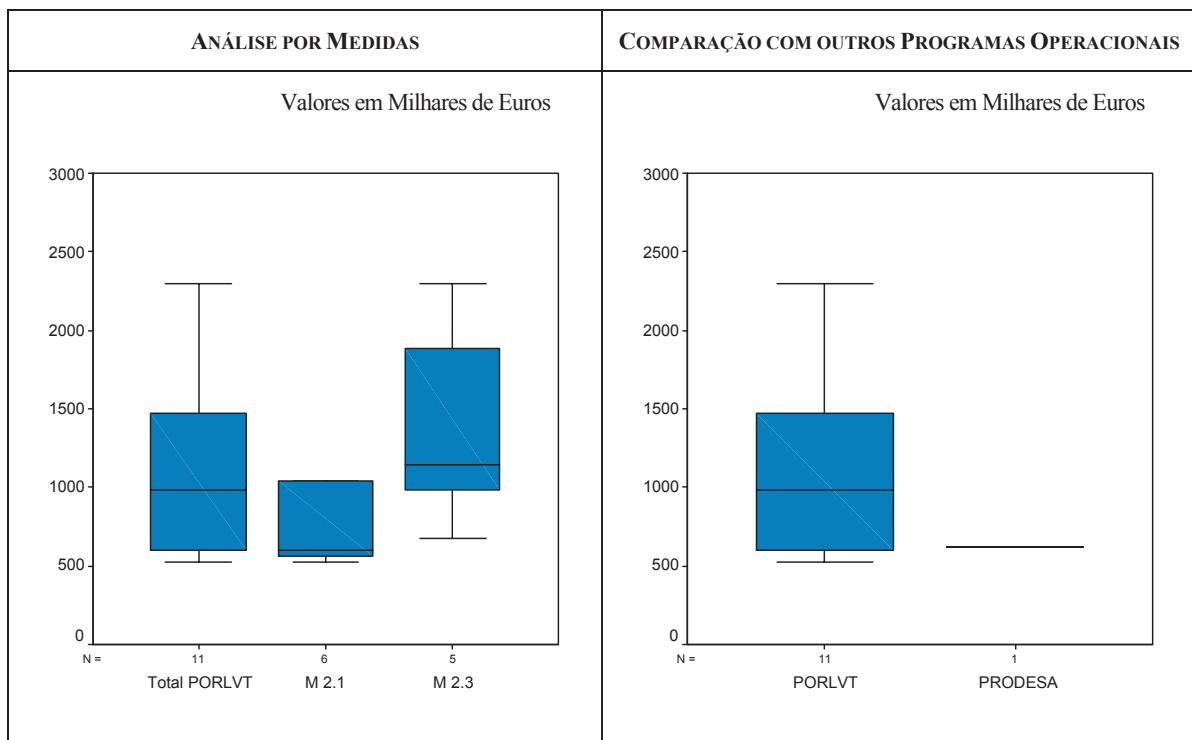


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

25. Neste indicador é possível distinguir de forma bastante clara que os projectos enquadrados na Medida 2.1 – “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial” têm custos genericamente inferiores aos que se registam nos projectos enquadráveis na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”, resultado das grandes intervenções ambientais e paisagísticas que estão a ser executadas no Vale do Tejo, a fim de o orientar cada vez mais para uma lógica de espaço de turismo e lazer. Desta situação resulta que o custo mediano das intervenções é de 984,1 mil Euros, numa amplitude global de 1.776,2 mil Euros. A referência comparativa com outros programas, é um único projecto do PRODESA, pelo que não é possível tirar grandes ilações.

GRÁFICO 7-12 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

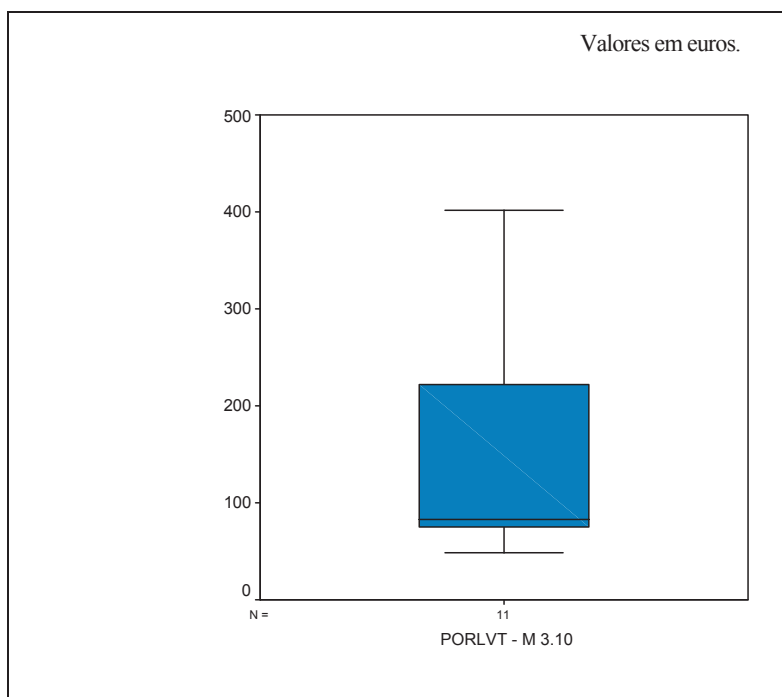


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Contadores

26. Pertencendo este indicador ao grupo de indicadores associados à instalação da rede de gás natural (enquadrados na Medida 3.10 – “Economia”), importa perceber que este é o que apresenta menor número de registos (11 projectos), sendo um indicador apenas utilizado no PORLVT. Com a mediana nos 82,4 Euros, a dispersão do custo de instalação dos contadores é relativamente grande, ainda que essa dispersão não seja homogénea, uma vez que a amplitude dos 50% dos projectos inferiores é de 33,6 Euros, enquanto que a amplitude dos 50% superiores é de 319 Euros. Este ordenamento pode ser explicado por se contar da mesma forma um contador instalado num consumidor doméstico ou num consumidor industrial, sendo as características do contador, da instalação e do próprio serviço bastante distintas.

GRÁFICO 7-13 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “CONTADORES”

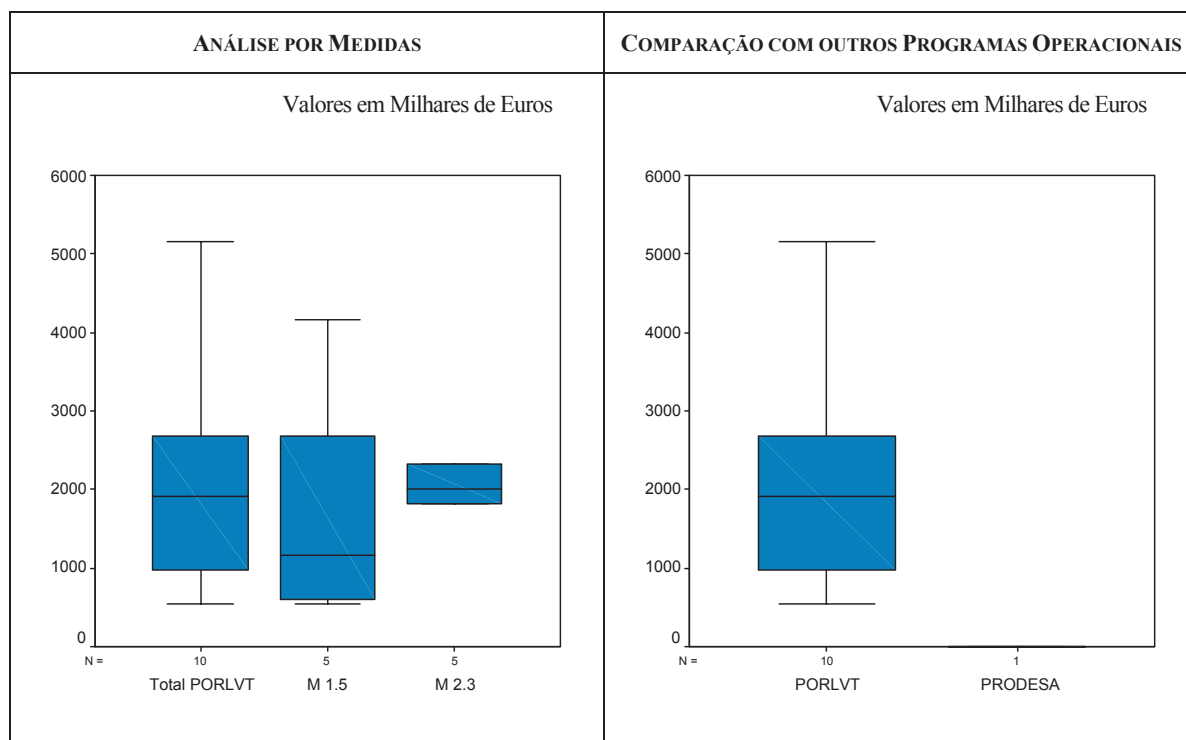


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados

27. Com o número de referências definido como mínimo, este indicador tem metade dos registos de projectos enquadrados na Medida 1.5 – “Acções Específicas de Valorização Territorial”, e a outra metade na Medida 2.3 – “VALTEJO – Valorização do Tejo”. O valor mediano para o total do PORLVT é de 1.907,6 mil Euros, valor muito próximo da mediana dos projectos relativos à Medida 2.3. A comparação ao único projecto do PRODESA com um valor extremamente baixo, não permite fazer qualquer análise de eficiência comparativa.

GRÁFICO 7-14 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA, APOIADOS”

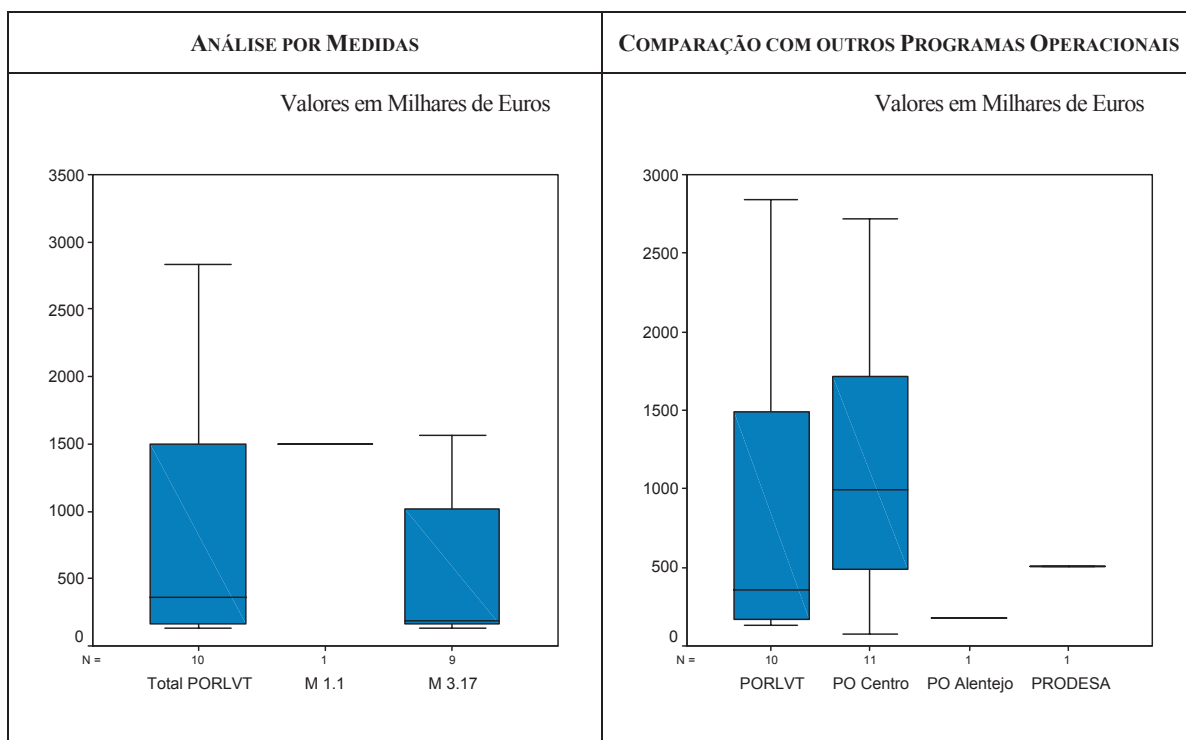


Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

Estradas construídas/requalificadas

28. A avaliação do custo de cada Km de estrada construída ou requalificada permite, desde logo, conjecturar valores distintos pelo facto de, no mesmo indicador, se considerar a construção de estradas e a requalificação de outras. É também esta a conclusão que se tira pela análise do já referido Despacho nº 4286/2003 (2ª série), do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que embora tenha definidos custos máximos de referência para a construção ou reabilitação de vias de comunicação, não permite aferir a adequação dos valores nestes projectos, por falta da informação necessária à classificação do tipo de obra executada. Ainda assim, é possível verificar que a amplitude de preços registada se enquadra no intervalo definido no Despacho acima.
29. Comparativamente aos projectos dos outros Programas Operacionais, é possível verificar que a dispersão dos projectos e os respectivos custos médios por Km, não variam muito de programa para programa, tendo em conta sobretudo os valores apresentados no PO Centro, e uma vez que apenas existe um registo no PO Alentejo e um outro no PRODESA.

GRÁFICO 7-15 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESTRADAS CONSTRUÍDAS/REQUALIFICADAS”



Fonte: Equipa de Avaliação – com base nos dados do SIFEC.

7.1.2. Avaliação das Medidas Contratualizadas do Eixo 1

30. Esta segunda base de dados é utilizada porque não foi disponibilizada, até ao fecho deste relatório, uma nova versão mais actualizada da base de dados trabalhada no Relatório Final Preliminar e que foi apresentada no ponto anterior, quer para os projectos do PORLVT, quer para os projectos dos restantes programas regionais e sectoriais.

Para além disso, a utilização desta base de dados autónoma de indicadores das medidas contratualizadas (Medidas 1.1, 1.2 e parte da Medida 1.3) justifica-se pelo facto destes dados ainda não terem sido exportados para a base do SIFEC, constituindo esta análise uma tentativa de ultrapassar a falha de projectos relativos a estas medidas na base analisada no ponto anterior.

31. Tal como na base de dados anterior, foram seleccionados para a análise apenas os indicadores que tinham mais de 10 utilizações, resultando num conjunto de 11 indicadores que, tal como se pode verificar no Quadro 7-2, e à excepção de dois indicadores, especificamente os indicadores “Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística” e “Escolas do ensino básico remodeladas/ ampliadas”, é diferente do conjunto analisado anteriormente. Para estes indicadores a análise irá incidir sobre um total de 231 projectos, sendo que apenas 3% dos projectos apresentam registos em mais de um indicador.

QUADRO 7-2 – INDICADORES COM NÚMERO DE UTILIZAÇÕES RELEVANTE

Código	Designação do Indicador	Nº de utilizações
1146670	Rede viária municipal beneficiada	50
1157260	Rede de drenagem de águas residuais construída	38
1167516	Intervenções de renovação urbana	34
1157005	Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	28
1010059	Escolas do ensino básico construídas	20
1104527	Equipamentos de lazer e desportivos construídos	13
1157262	Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	13
1146672	Rede viária municipal construída	12
1157250	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada	11
1010061	Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	10
1157254	Rede de abastecimento de água: conduta adutora	10

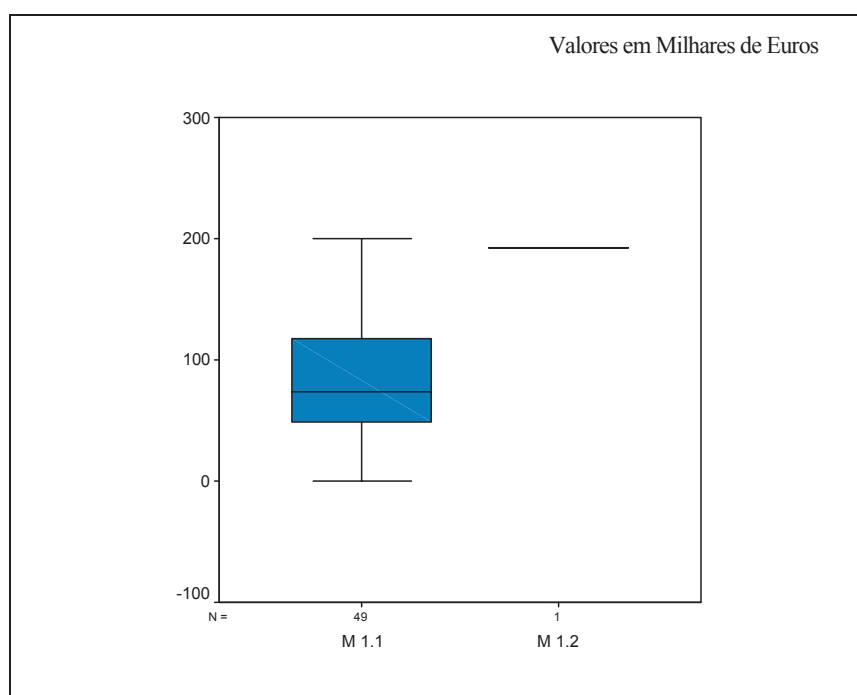
Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

32. Tal como se tinha efectuado no ponto anterior, este ponto encontra-se organizado por indicador, procedendo-se à análise da variabilidade dos custos médios e, quando possível, por medidas.

Rede Viária Municipal Beneficiada

33. Sendo este indicador o que maior número de registos apresenta (50 registos), tem 49 registos na Medida 1.1 – “Acessibilidades e Equipamento”s e um único registo na Medida 1.2 – “Valorização Ambiental e Patrimonial”, prevendo estes projectos a beneficiação total de 10.780 Km de vias municipais. Os custos de beneficiação, por Km, de Rede Viária Municipal têm uma mediana e uma média de 74,4 e 154,2 milhares de euros, respectivamente, e uma amplitude interquartis de 76,5 milhares de euros. Pelo facto da média ser superior à mediana, pode-se concluir que a metade superior dos projectos apresenta uma dispersão de custos de projectos bastante superior à metade inferior, contudo em termos comparativos com os restantes indicadores analisados no presente ponto, este é o indicador que menor amplitude e valores absolutos apresenta.

GRÁFICO 7-16 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL BENEFICIADA”

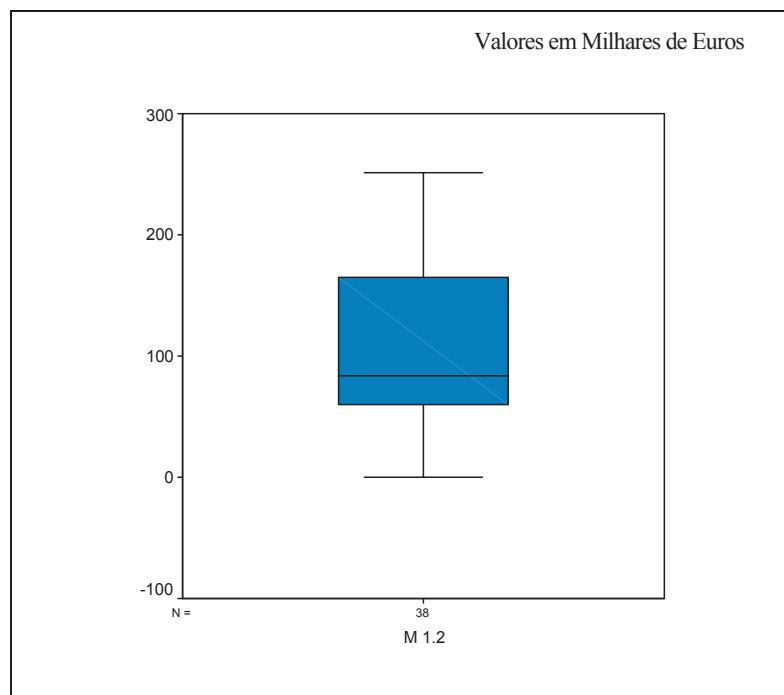


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de drenagem de águas residuais construída

34. Os 38 projectos considerados neste indicador prevêem a construção de 386 Km de rede de drenagem de águas residuais, e estão associados à Medida 1.2 do Programa. O custo médio de construção por Km linear é de 161,7 milhares de euros e o valor da mediana é de 83,8 milhares de euros, o que se traduz na maior mediana apresentada pela distribuição de projectos associada a indicadores relacionados com a rede de águas.

GRÁFICO 7-17 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS CONSTRUÍDA”

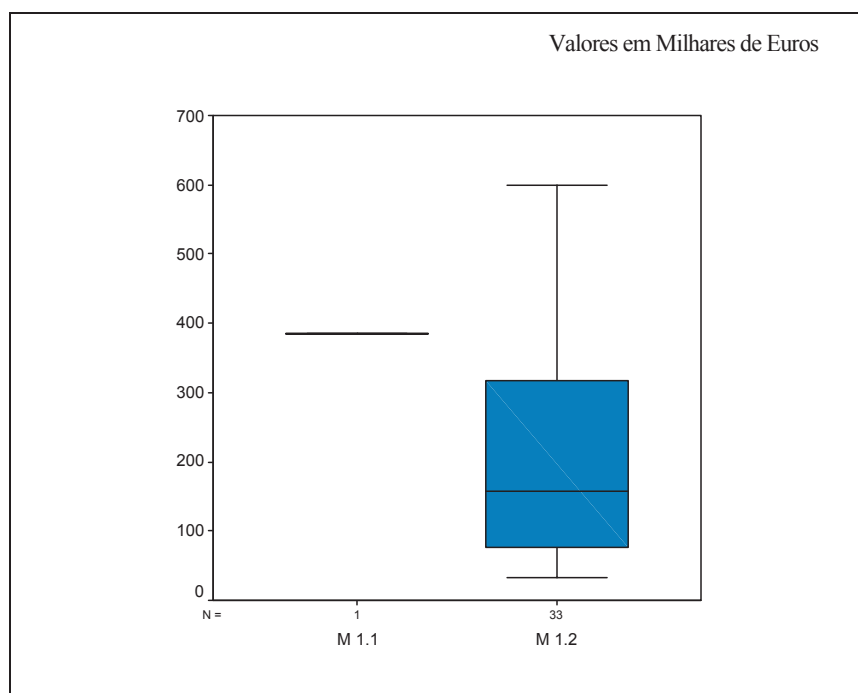


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Intervenções de Renovação Urbana

35. Com 34 registos, este indicador pretende fazer 177 intervenções associadas à renovação urbana, a maioria associadas à Medida 1.2 – “Valorização ambiental e patrimonial”. Com uma distribuição de valores médios por intervenção efectuada relativamente discretos este indicador apresenta uma amplitude interquartis no valor de 294,3 milhares de euros e um valor mediano de 178,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-18 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “INTERVENÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA”

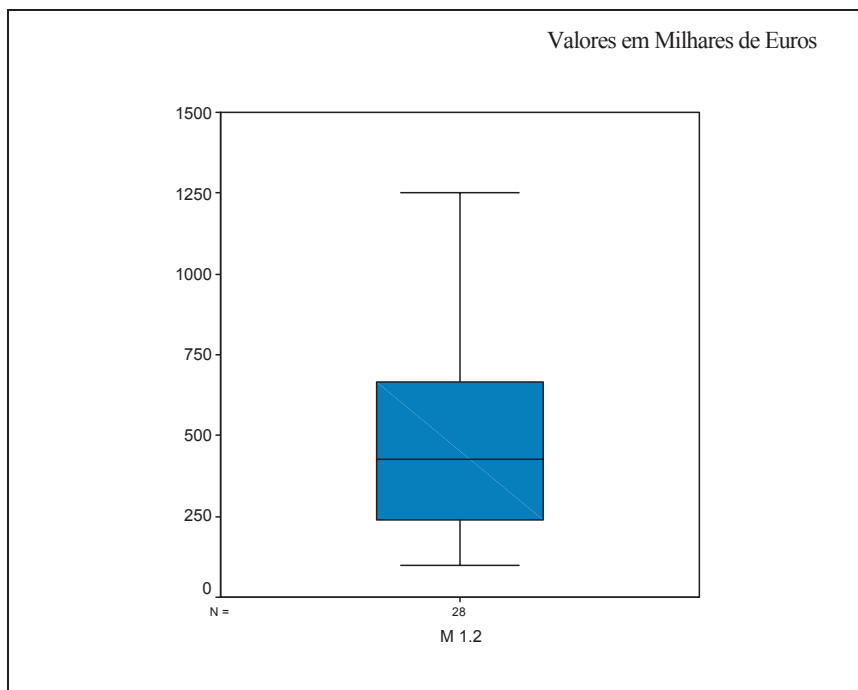


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística

36. Sendo um dos indicadores com maior número de registos (28), estes projectos prevêem a concretização de 73 acções de qualificação ou reabilitação ambiental e paisagística, apresentando um custo médio por acção de 706,7 milhares de euros. A distribuição deste indicador mostra-se bastante ampla, uma vez que se se considerassem os casos extremos e os *outliers*, a amplitude global seria de 6.540,6 milhares de euros, o que demonstra a diversidade e grandeza de projectos considerados neste indicador. Não obstante, excluindo os casos extremos e os *outliers*, a amplitude interquartis reduz-se para valores mais normais, de 438,6 milhares de euros, e mediana fixa-se em 427,2 milhares de euros.

GRÁFICO 7-19 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO/REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA”

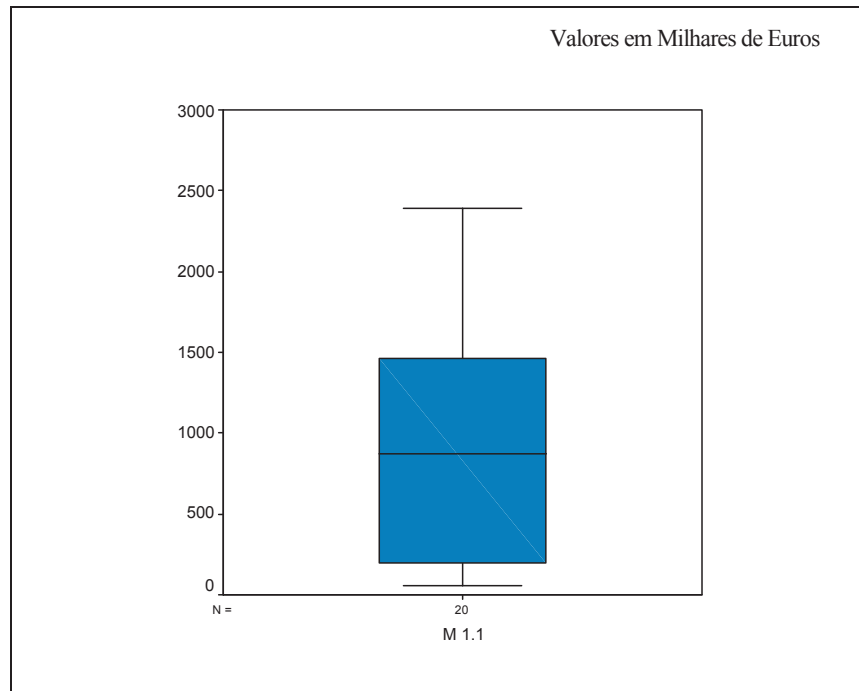


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas de Ensino Básico Construídas

37. Ainda que este indicador apenas tenha 20 registos, é o que, por comparação com a distribuição dos custos dos projectos registados nos outros indicadores, apresenta maior amplitude global. A amplitude interquartis, é igualmente a maior, no valor de 1.278,6 milhares de euros, bem como a média e a mediana, que registam os valores de 978,5 e 876,1 milhares de euros, respectivamente.

GRÁFICO 7-20 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO CONSTRUIDAS”

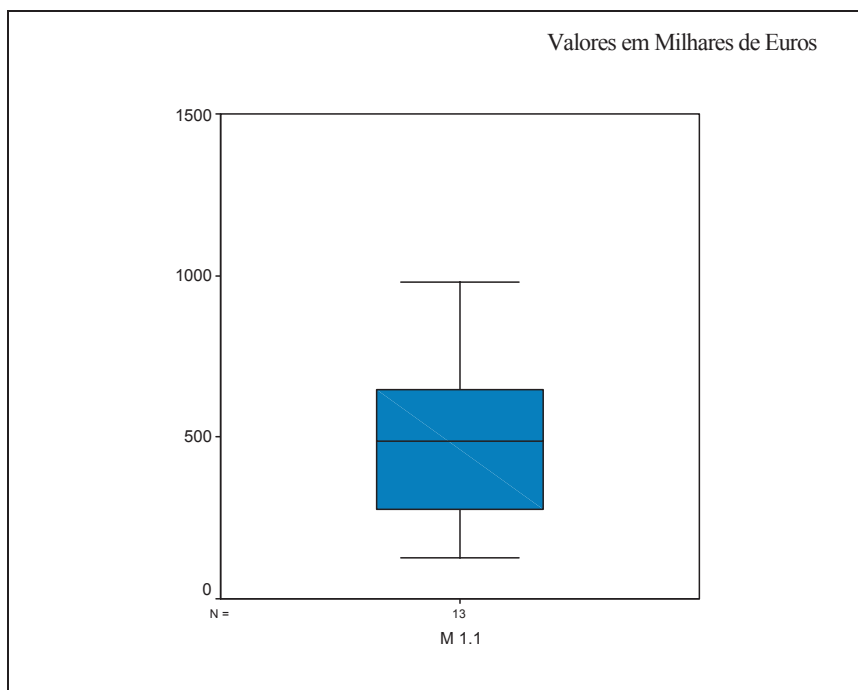


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Equipamentos de Lazer e Desportivos Construídos

38. Estando todos os projectos (13 registos) considerados neste indicador associados à Medida 1.1 – “Acessibilidade e Equipamentos”, este indicador prevê a construção de 20 equipamentos de desporto e lazer. Os custos médios apresentados por equipamento considerado são de 766,8 milhares de euros e a mediana é de 485,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-21 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “EQUIPAMENTOS DE LAZER E DESPORTIVOS CONSTRUÍDOS”

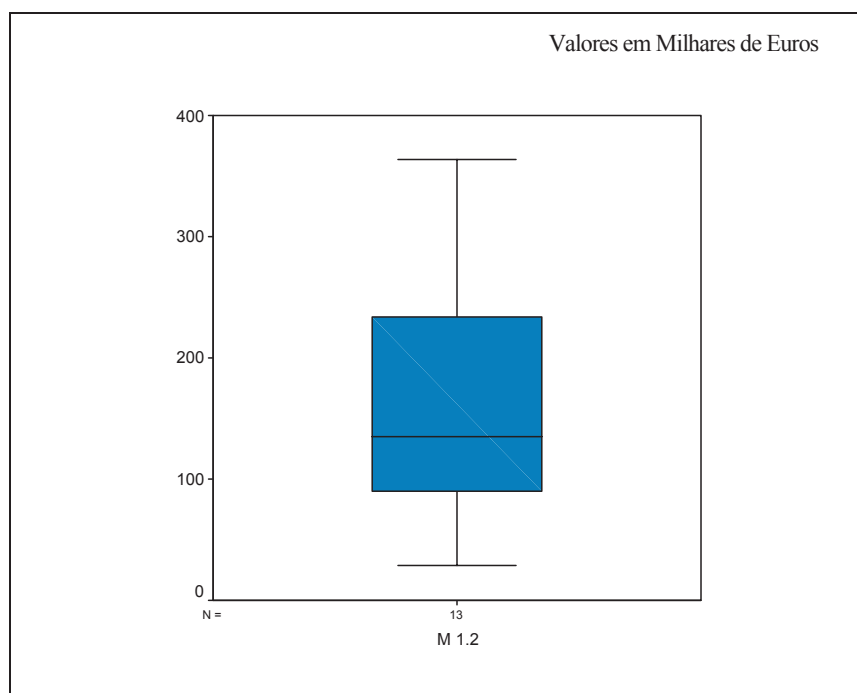


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de Drenagem de Águas Residuais Remodelada/Ampliada

39. Os projectos considerados neste indicador pressupõem a intervenção num total de 45 Km de rede de drenagem de águas residuais. O custo médio por Km será de 180,1 milhares de euros e a mediana será de 135,4 milhares de euros. Sendo, dos 11 indicadores analisados neste ponto, o que apresenta a segunda distribuição menos ampla, este indicador apresenta uma amplitude interquartis de 171 milhares de euros.

GRÁFICO 7-22 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS REMODELADA/AMPLIADA”

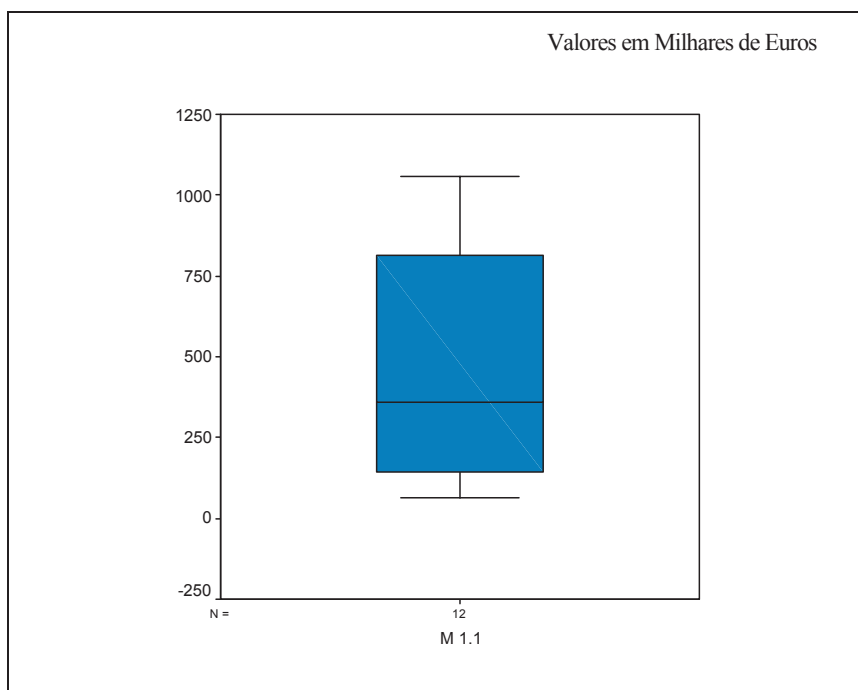


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede Viária Municipal Construída

40. Comparativamente com a distribuição do indicador relativo à “Rede Viária Municipal Beneficiada”, este indicador apresenta, como seria de esperar, valores muito superiores, mesmo com um número de projectos inferior (12 projectos) que prevêem, no total, a construção de 93 Km de novas vias municipais. A mediana do custo do Km de rede construída, no valor de 359 milhares de euros, é aliás, bastante superior ao valor máximo apresentado pelo indicador associado à beneficiação das vias municipais. Em média a construção de um novo Km de via municipal custou 543,9 milhares de euros, ainda que a variabilidade seja algo elevada, uma vez que a amplitude interquartis é de 722,8 milhares de euros.

GRÁFICO 7-23 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE VIÁRIA MUNICIPAL CONSTRUÍDA”

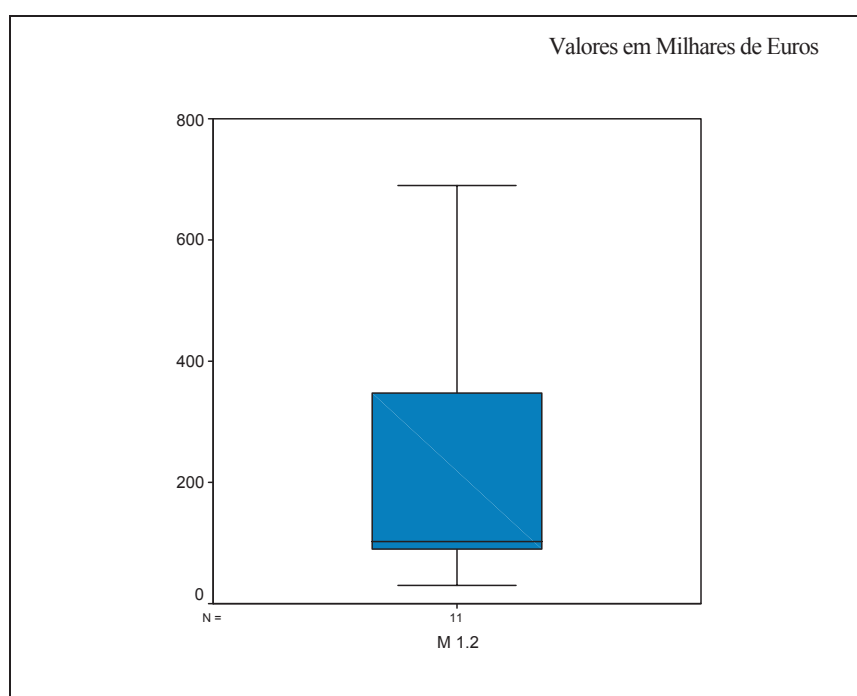


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada

41. Os 11 projectos associados à remodelação da rede de abastecimento de água pretendem intervir em 50 Km de rede. Mostrando valores de custo médio por Km de 241 milhares de euros e valores medianos de 102,2 milhares de euros, estes projectos apresentam a maior amplitude de custos dos indicadores associados à rede de águas, nomeadamente o indicador “Rede de drenagem de águas residuais construída”, “Rede de drenagem de águas residuais remodeladas/ampliadas” e “Rede de abastecimento de água: conduta adutora”, com amplitude interquartis no valor de 332,6 milhares de euros.

GRÁFICO 7-24 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REMODELADA/AMPLIADA”

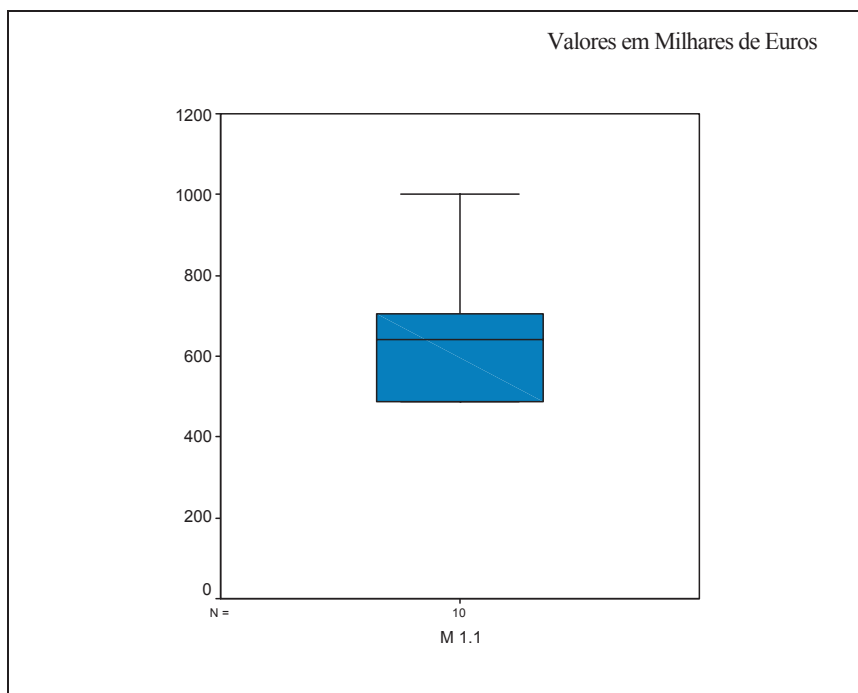


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Escolas do Ensino Básico Remodeladas/Ampliadas

42. Sendo um dos indicadores que menor número de registos apresenta, este indicador apenas contempla projectos enquadráveis na Medida 1.1. Por comparação com o indicador referente à construção de escolas do ensino básico, este indicador apresenta valores máximos bastante mais controlados, no entanto, é curioso verificar que os valores mínimos são relativamente superiores, o que também se fica a dever ao facto dos dois projectos inferiores ao primeiro quartil serem considerados como *outliers*. A mediana associada a este indicador é de 640,9 milhares de euros, e a diferença interquartis é de 361,0 milhares de euros.

GRÁFICO 7-25 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO REMODELADAS/AMPLIADAS”

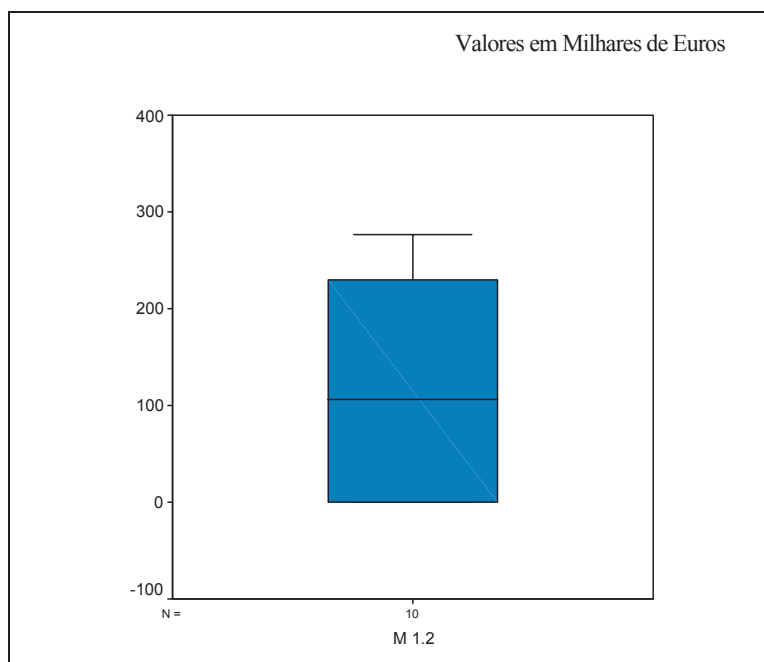


Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

Rede de abastecimento de água: conduta adutora

43. Registrando igualmente 10 projectos, este indicador está associado à construção de 34 Km de conduta adutora. Com um valor médio de construção por Km de 197,4 Milhares de euros, e um valor mediano de 106,7 milhares de euros, os projectos não apresentam grande dispersão dos valores por projecto, sendo a amplitude interquartis de 241,8 milhares de euros. É ainda curioso notar que existe um conjunto de projectos que têm associado o custo de zero euros, o que sendo erro na introdução dos dados pode alterar aqueles resultados.

GRÁFICO 7-26 – VARIABILIDADE DOS CUSTOS POR PROJECTO AVALIADA SEGUNDO O INDICADOR “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: CONDUTA ADUTORA”



Fonte: Equipa de Avaliação a partir da base de dados autónoma das medidas contratualizadas.

7.2. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA MEDIDA DO FEOGA (MEDIDA 3.15)

639. A avaliação dos níveis de eficiência do FEOGA, pressupõe uma análise de eficiência das realizações através da comparação entre os recursos públicos afectos e o custo total dos projectos, uma vez que as limitações inerentes à base de dados e a não existência de dados dos indicadores disponíveis por projecto, não permite o apuramento dos custos médios das realizações da medida e a análise da respectiva variabilidade dos projectos. Deste modo, analisou-se a informação, por projecto, dos valores do investimento elegível contratualizado e nos valores referentes aos recursos públicos afectos, os resultados são apresentados de acordo com algumas variáveis de segmentação dos projectos, como por exemplo a medida/acção, tipo de promotor e tipologia dos projectos.

A avaliação da eficiência desenvolvida neste ponto centra-se, neste sentido, na análise das variabilidades das taxas de incentivo verificadas entre a totalidade dos projectos com parecer favorável a 30/06/2003, no âmbito do FEOGA, mais especificamente ao nível das acções da medida 3.15 do PORLVT.

640. Quando se observa o conjunto dos projectos apoiados, verifica-se que o investimento elegível médio por projecto é de cerca de 110 mil euros, constatando-se, no entanto, que cerca de 50% dos projectos aprovados apresentam um investimento elegível abaixo dos 21 mil euros (ver Gráfico 7-27). Observa-se igualmente que cerca de metade dos projectos (entre o primeiro e o terceiro quartil) apresentam um investimento elegível concentrado entre os 10.000 e os 35.000 euros.

641. Em termos de taxa de incentivo para a totalidade dos projectos com parecer favorável (Gráfico 7-28), verifica-se que a taxa média de incentivo é de 63% e que, para cerca de 75% dos projectos, a variabilidade da taxa de incentivo apresenta uma elevada amplitude, variando entre os 50% e os 100%.

GRÁFICO 7-27: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em euros.

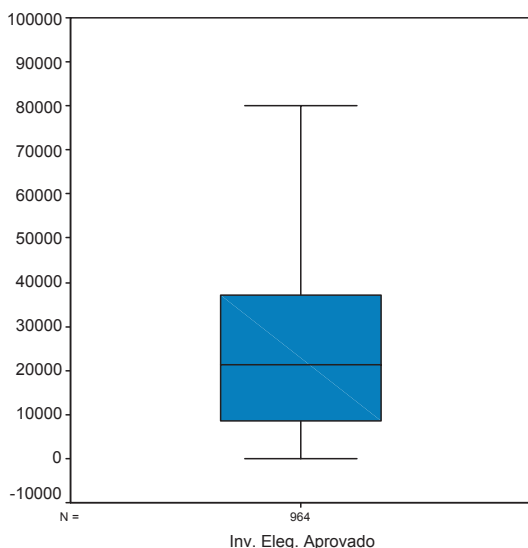
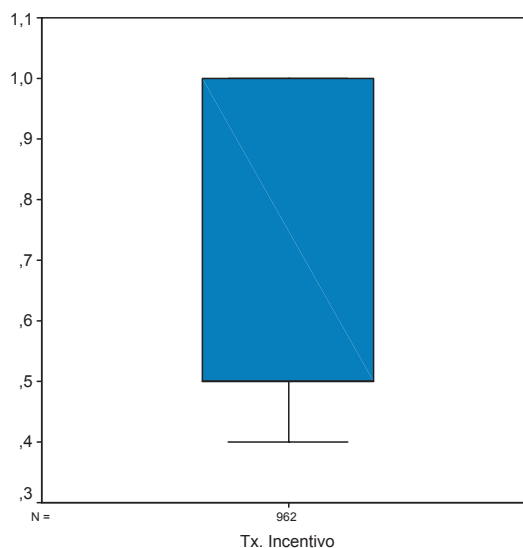


GRÁFICO 7-28: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

642. Quando analisados por acção, os projectos que mais se destacam ao nível da variabilidade em termos de investimento elegível, são os projectos da acção 5.1 - *Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais*, que se caracterizam por projectos com investimento elegível aprovado que varia entre os 0² e os 10.000.000 euros, apresentando um investimento elegível médio de 2.866.316 euros, superior ao de todas as outras acções. É igualmente de salientar que os dois projectos da acção 31 apresentam um valor para o investimento elegível idêntico entre eles (Gráfico 7-29).

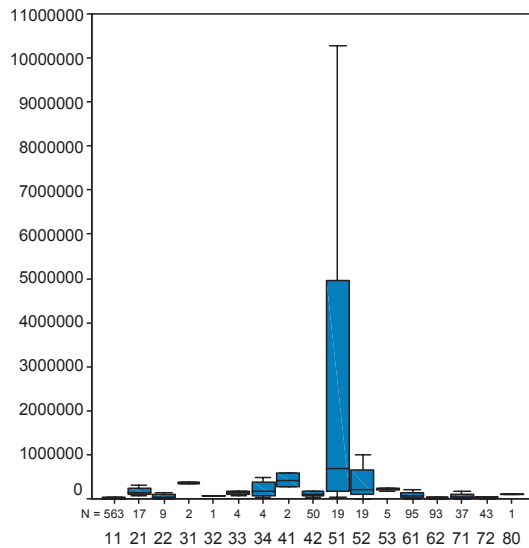
643. Em termos de taxas de incentivo, observa-se que, para os projectos afectos às acções 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2 e 8, estas apresentam-se concentradas nos 100%, o que significa que, nestes projectos, a contribuição pública para o investimento elegível aprovado foi total. Outros projectos, como os afectos às medidas 2.1, 3.2, 3.4, e 7.2 apresentam igualmente, variabilidade nula na distribuição das suas taxas de incentivo, concentrando-se estas, nos 50% para os projectos afectos às acções 2.1 e 3.2, nos 80% para os projectos afectos à acção 3.4 e nos 75% para os projectos afectos à acção 7.2. Os projectos que apresentam maiores variabilidades nas taxas de incentivo são os projectos afectos às acções 7.1 e 4.2, onde nos primeiros, cerca de 75%

² Estes valores podem resultar de indisponibilidade de informação na Base de Dados.

apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%, enquanto que nos segundos, cerca de 50% dos projectos apresentam taxas de incentivo entre os 65% e os 80%.

GRÁFICO 7-29: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

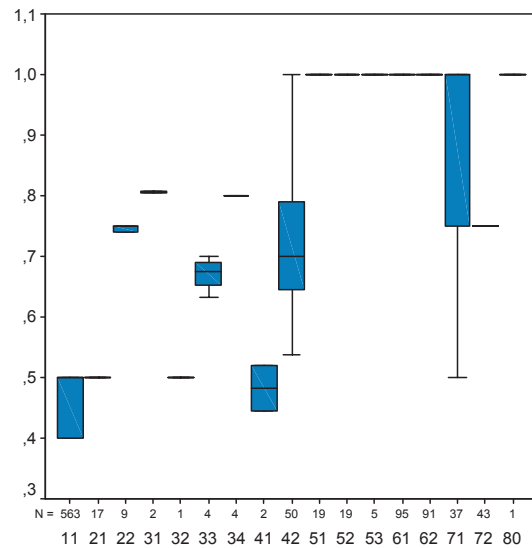
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-30: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR ACÇÃO

Valores em %.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

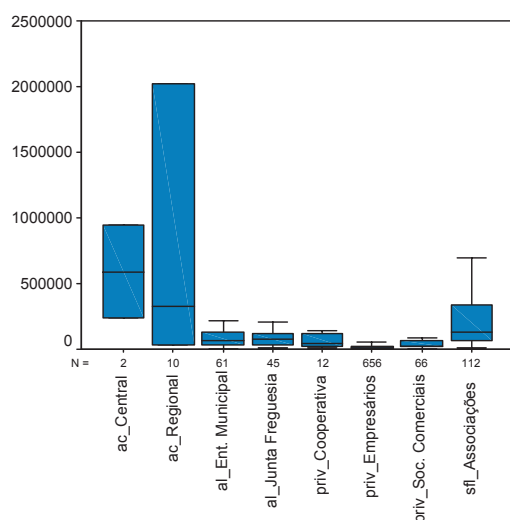
644. Os projectos afectos às acções da medida 3.15 caracterizam-se pela existência de diversos tipos de promotores, sendo que a generalidade dos projectos (87% do total) se encontra relacionada com entidades privadas, como empresários, associações sem fins lucrativos, sociedades comerciais e cooperativas e que os restantes 17% se encontram afectos a entidades públicas como as entidades municipais (Câmaras Municipais) e Juntas de freguesia da administração local e direcções centrais e regionais da administração central. As administrações centrais são, por sua vez, os promotores que maior variabilidade apresentam no investimento elegível aprovado, variando este entre os 27.500 euros e os 5.088.667 euros para o caso das administrações regionais, e entre os 234.520 euros e os 942.836 euros para o caso das administrações centrais. As restantes entidades, públicas e privadas apresentam variabilidades bastante mais concentradas e, também, valores consideravelmente menos significativos de investimento elegível (Gráfico 7-31).

645. No que respeita às taxas de incentivo, todos os promotores públicos, com a excepção da administração central regional, apresentam 100% de contribuição da despesa pública para o investimento elegível aprovado (Gráfico 7-32).

Quanto aos promotores privados, observa-se que são os empresários aqueles que apresentam uma maior concentração das taxas de incentivo que, por sua vez, se caracterizam por serem as mais reduzidas em todos os projectos, variando entre os 40% e os 50%. As cooperativas apresentam uma maior amplitude de variação das respectivas taxas de incentivo dos projectos a elas afectos, entre os 45% e os 75%, mas não apresentam nenhum projecto com 100% de taxa de incentivo, ao contrário dos projectos afectos aos promotores sociedades comerciais e associações sem fins lucrativos cuja generalidade dos projectos apresentam taxas de incentivo que variam entre os 75% e os 100%.

GRÁFICO 7-31: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

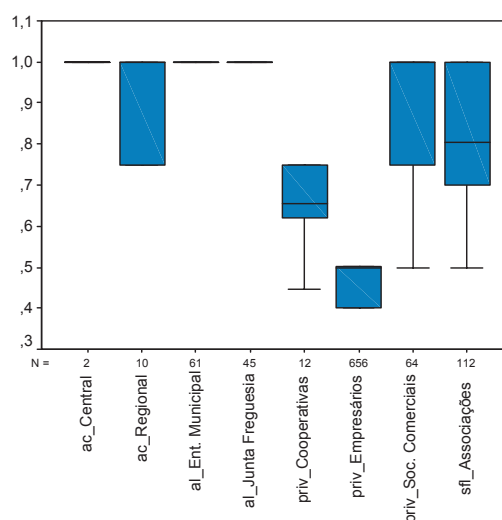
Valores em euros.



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-32: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR PROMOTOR

Valores em %.

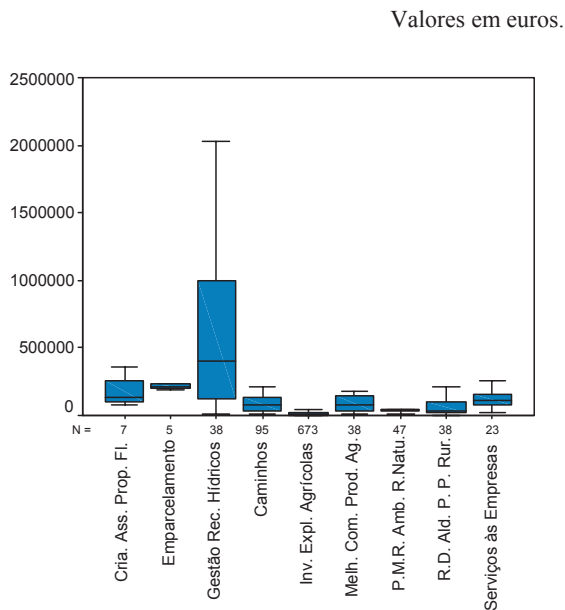


Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

646.A tipologia de projectos utilizada para esta análise (ver Gráfico 7-33, Gráfico 7-34) apresenta-se desagregada num segundo nível, sendo que os projectos afectos às tipologias “investimentos nas explorações agrícolas” e “melhoramento do comércio dos produtos agrícolas” se agregam na tipologia de primeiro nível “**agricultura**”, os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, “caminhos”, “protecção, melhoria e requalificação do ambiente e dos recursos naturais”, “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural” e “serviços às empresas” agregam-se na tipologia de primeiro nível “**promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais**” e os projectos afectos às

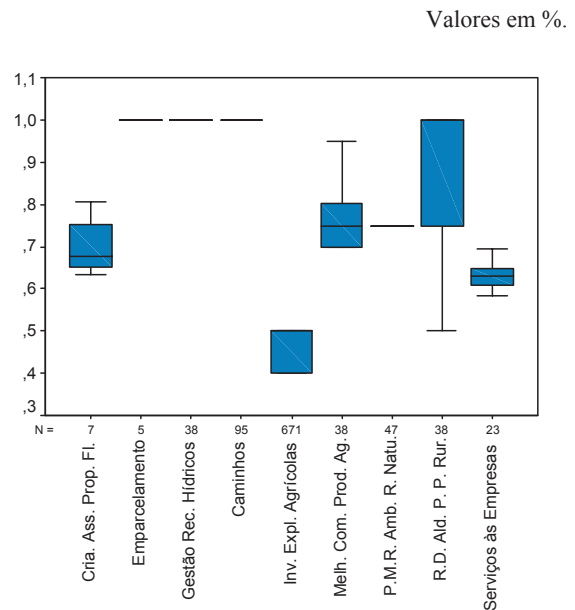
tipologias “criação de associações de proprietários florestais” agregam-se na tipologia de primeiro nível “silvicultura”.

GRÁFICO 7-33: VARIABILIDADE DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL, DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

GRÁFICO 7-34: VARIABILIDADE DA TAXA DE INCENTIVO (DESP. PÚB. / INV. ELEG.), DO TOTAL DOS PROJECTOS APOIADOS, POR TIPOLOGIA DE PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados da DRARO

647. Em termos de investimento elegível, a tipologia que agrega 70% dos projectos, “investimentos nas explorações agrícolas” parece ser a que apresenta níveis de investimento elegíveis mais baixos e homogéneos. O investimento médio elegível nesta tipologia é de 19.789 euros. Inversamente, os projectos afectos à tipologia de projectos “gestão dos recursos hídricos na agricultura” apresentam valores para o investimento elegível aprovado muito diversificados, com uma elevada amplitude de variabilidade, sendo que o investimento elegível médio é de 1.727.524 euros.

648. Os projectos afectos às tipologias “emparcelamento”, “gestão dos recursos hídricos na agricultura”, e “caminhos” apresentam, por sua vez, taxas de incentivo iguais, de 100%. A tipologia que apresenta, para a generalidade dos seus projectos, taxas de incentivo mais baixas são os projectos afectos à tipologia “investimentos nas explorações agrícolas” que, sem considerar com os *extremos* e *outliers* da distribuição, variam entre os 40% e os 50%, sendo a taxa média de incentivo de 53%. Por outro lado, a distribuição das taxas de incentivo dos

projectos afectos à tipologia “renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção do património rural”, apresenta a maior amplitude de variação, sendo que estes projectos se caracterizam por taxas de incentivo que variam entre os 50% e os 100%, e por uma taxa média de incentivo de 86%.

7.3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DO FSE DESCONCENTRADAS DO POEFDS (MEDIDA 3.1 A 3.6)

649. O indicador número médio de formandos por curso, medido pela diferença entre as médias de aprovação e execução, permite constatar que, globalmente, a execução de projectos foi realizada a um nível médio ligeiramente inferior (em 3 formandos por curso) ao previsto na aprovação. Nas medidas 3.2. e 3.6., esta diferença é de, respectivamente, apenas 2 e 1 formandos por curso, enquanto na medida 3.5 o número médio de formandos por curso executado foi inferior ao previsto em 8 formandos (Quadro 7-3).

Ao nível do número médio de horas de formação por curso, a execução ficou, também, aquém dos níveis previstos (917 horas), com maior relevância nas medidas 3.3 (cujos cursos executados tiveram, em média, menos 3.649 horas de formação do que o que havia sido previsto), 3.6 e 3.1.

Esta menor execução ao nível do número médio de horas de formação por curso traduz-se, por consequência (e uma vez que ao nível do número médio de formandos por curso a execução se aproxima da aprovação), num menor nível médio de execução do número médio de horas de formação por formando, sendo que os cursos executados garantiram, em média, menos 38 horas de formação por formando do que o aprovado, o que se mostrou particularmente mais relevante na medida 3.6.

QUADRO 7-3: CANDIDATURAS APROVADAS E EXECUTADAS - DIFERENÇA ENTRE NÍVEIS MÉDIOS

Medidas / Projectos / Acções	Nº médio de formandos por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por curso (diferença execução / aprovação)	Nº médio de horas de formação por formando (diferença execução / aprovação)
31 - Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	0	-2.161	-101
3111 - Sistema de aprendizagem	-1	-1.837	-96
3112 - Escolas de Turismo	-1	-2.778	-151
3121 - Qualificação inicial	-10	-12.058	-233
32 - Formação ao longo da vida e adaptabilidade	-2	-726	-27
3210 - Formação prof. Contínua (transição QCA II)	0	-201	-17
3211 - Educação e formação de adultos c/ certificação escola	-6	-12.958	-373
3212 - Qualificação e reconversão profissional	0	-1.745	-101
3213 - Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento	-2	-316	-10
3214 - Especialização profissional	-2	-1.735	-67
3215 - Formação profissional para funcionários da Adm. Pública	-3	-665	-35
3216 - Formação profissional para trabalhadores sector Saúde	-5	-180	2
33 - Qualificação e inserção profissional dos desempregados	0	-3.649	-226
3310 - Formação prof. (transição QCA II)	0	-236	-10
3311 - Qualificação profissional com Progressão Escolar	-1	-7.767	-265
3312 - Qualificação e Reconversão Profissional	0	-2.657	-183
3313 - Aperfeiçoamento Profissional	-1	-1.209	-38
3314 - Especialização Profissional de Quadros Superiores	0	-1.900	-97
35 - Eficácia e equidade das políticas	-8	-1.124	-17
3550 - Eficácia e Equidade das Políticas (transição QCA II)	-8	-1.124	-17
36 - Promoção do desenvolvimento social	-1	-2.859	-241
3621 - Formação Social e profissional	-1	-2.000	-204
3622 - Educação e formação de adultos c/certificação escolar	0	-5.748	-365
Total	-3	-917	-38

Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Os números médios de formandos e de horas de formação apresentaram maiores disparidades, com base nos níveis de execução e aprovação, nas acções 3.1.2.1 e 3.2.1.1. As acções 3.3.1.1 e

3.6.2.2, apesar de apresentarem níveis de execução do número médio de formandos por curso bastante próxima (caso da acção 3.3.1.1.) ou coincidentes com os níveis programados (caso da acção 3.6.2.2.), registaram, porém, diferenças consideráveis ao nível do número médio executado de horas de formação por curso e por formando.

650. O custo médio dos cursos executados pelas diferentes medidas desconcentradas do POEFDS foram relativamente diferenciados entre si (Gráfico 7-35). As medidas 3.1 e 3.3 apresentaram custos medianos por curso que rondaram os 50.000 euros, apesar de, no caso da medida 3.3, a dispersão do custo de cada curso ser bastante mais elevada que no caso da medida 3.1³, principalmente ao nível de cursos com custos superiores à mediana das situações analisadas.

Já no caso das medidas 3.2 e 3.5, com valores médios por curso bastante mais baixos (próximos dos 7.000 euros), a dispersão de custos médios foi mais contida. A medida 3.6 foi a que registou custos médios por curso mais elevados, registando, simultaneamente, grandes amplitudes relativamente ao custo mais elevado e mais baixo dos cursos analisados, o que permite afirmar que, nesta medida, os custos médios por curso foram dispersos, havendo cursos cujo desvio (superior e inferior) em relação ao valor mediano foi mais acentuado que nas restantes medidas.

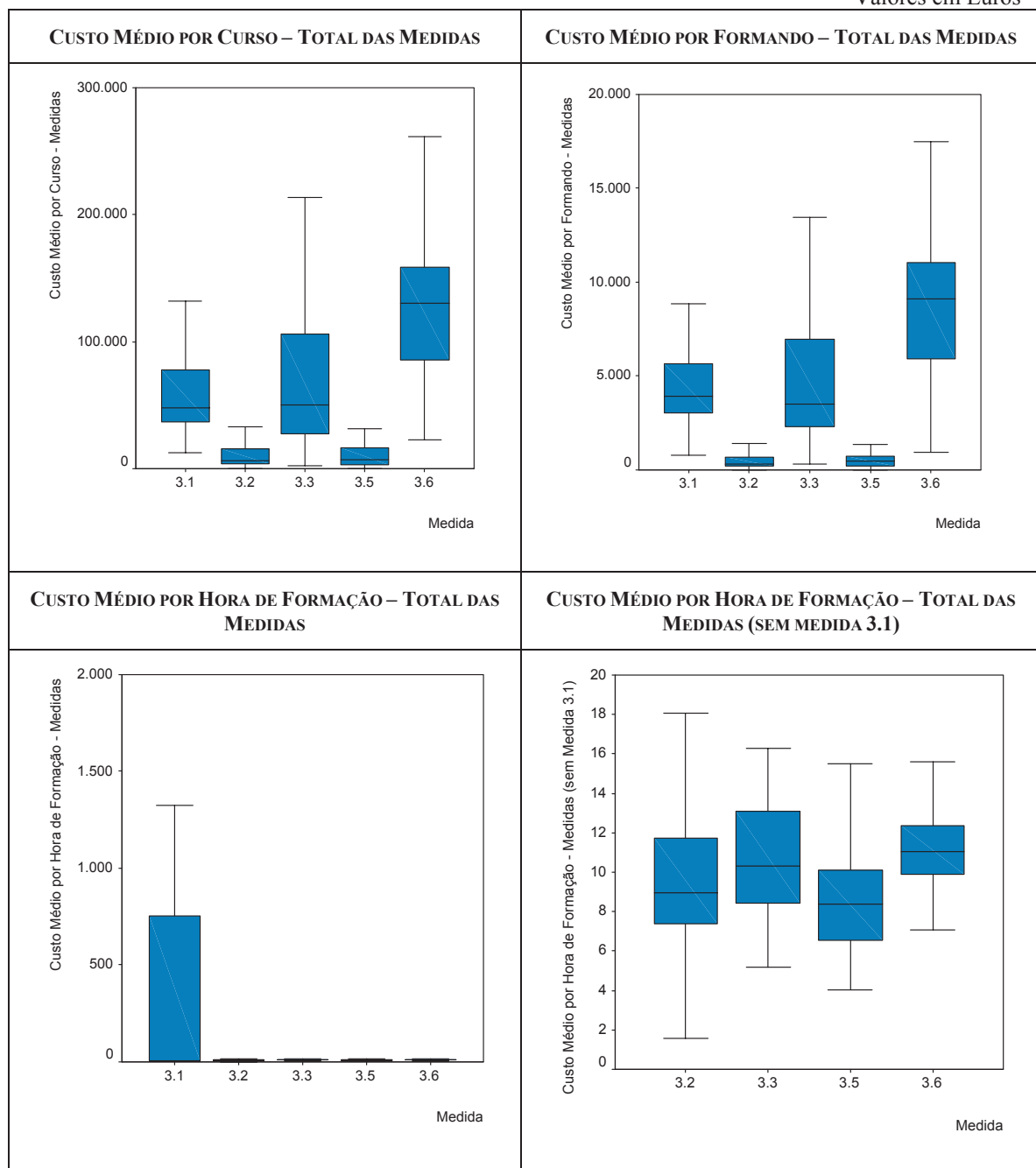
Esta situação encontra uma replicação clara ao nível dos custos médios por formando, não só no que diz respeito aos valores médios, mas também em relação às variações intra-medidas dos custos médios por formando dos projectos executados.

Ao nível dos custos médios por hora de formação destaca-se o caso da medida 3.1, que registou custos acentuadamente mais elevados (e dispersos, embora apenas no sentido superior), quando comparados com o custo das restantes medidas. O gráfico que representa a dispersão dos custos médios por hora de formação sem a medida 3.1 permite confirmar que entre as medidas 3.2, 3.3, 3.5 e 3.6 existe grande homogeneidade ao nível deste custo médio, que variou entre os 8 e os 11 euros por hora de formação. Apesar disso, a dispersão verificada entre as diferentes medidas permite constatar que, no caso da medida 3.2, as diferenças dos custos médios máximo e mínimo face à média se mostraram mais elevadas (atingiram, respectivamente, os 18 euros e 2 euros) do que, por exemplo, no caso da medida 3.6 (atingiu um valor médio máximo próximo de 16 euros e um valor médio mínimo próximo de 8 euros).

³ A análise estatística comprova esta afirmação, uma vez que o intervalo interquartis da medida 3.3 foi de cerca de 81.000 euros, enquanto que na medida 3.1 foi de 42.000 euros. Isto é, 50% das observações centrais (próximas do valor da mediana) verificaram diferenças de custos médios de, respectivamente, 81.000 euros e 42.000 euros.

GRÁFICO 7-35: CUSTOS MÉDIOS DOS PROJECTOS POR MEDIDAS (PROJECTOS EXECUTADOS POR MEDIDAS)

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

651.O custo médio por curso das acções englobadas na medida 3.1 evidenciou alguma discrepância inter-acções (Gráfico 7-36). No caso da acção 3.1.1.1, 25% das observações têm um valor médio por curso inferior a 36.600 euros, sendo o valor mediano de 45.600 euros. No caso da acção 3.1.1.2, o valor médio dos cursos executados revela-se bastante superior (cerca de 112.000

euros) e a sua dispersão mais moderada (os 50% dos projectos com custos médios centrais variam entre um custo médio de 101.800 euros e de 119.600 euros).

A amplitude de variação do custo médio por formando revela-se também mais acentuada na acção 3.1.1.1 do que na acção 3.1.1.2. A acção 3.1.1.1 apresenta, desta forma, níveis de custos médios por hora de formação com um grau elevado de dispersão, sendo que 25% dos projectos com custo médio mais baixo se situam num patamar inferior a 5,6 euros por hora de formação, ao passo que os 25% dos projectos com custo médio mais elevado ultrapassam a média de 793 euros por hora de formação.

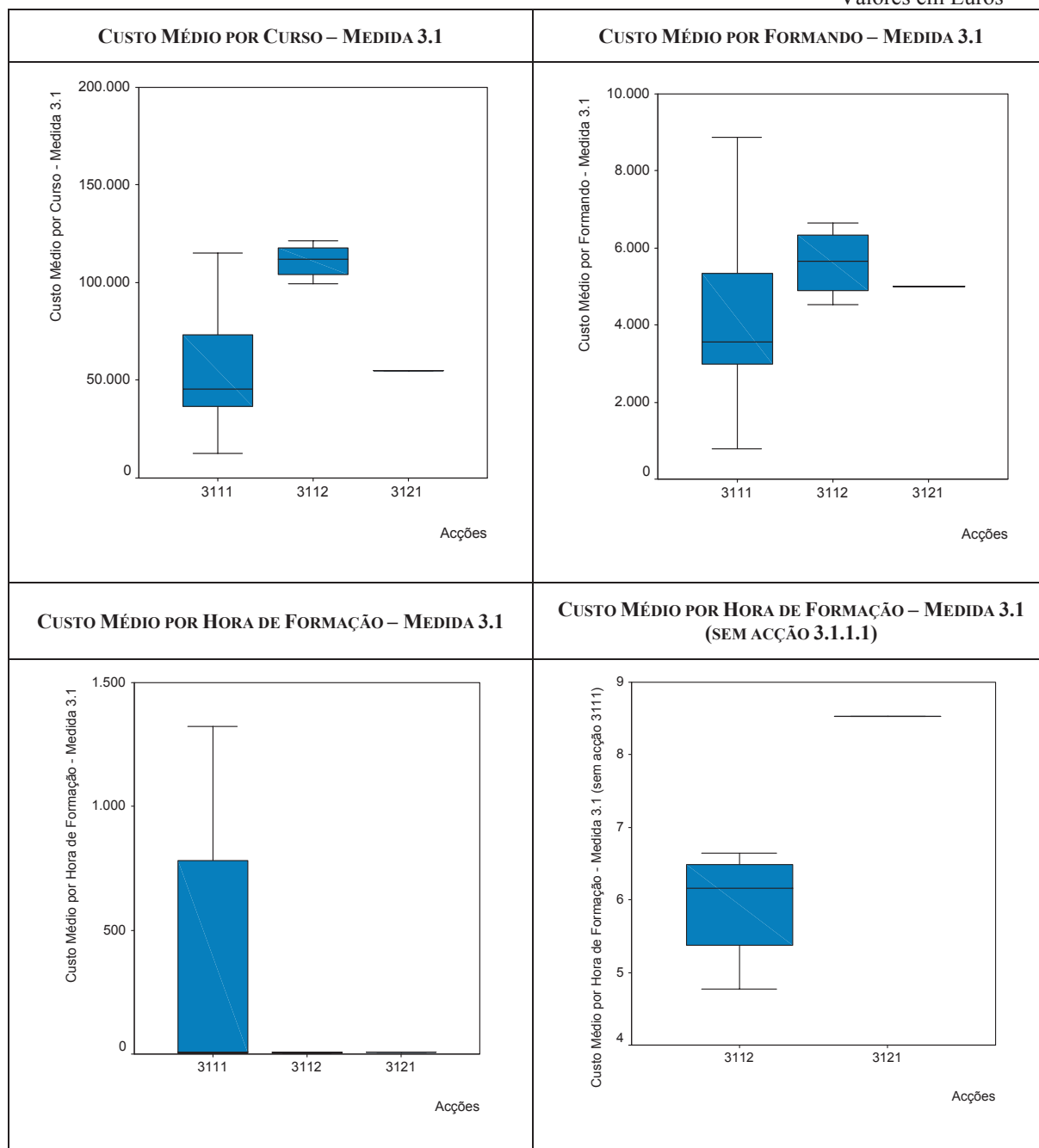
652. A medida 3.2 apresenta uma grande diferença relativa no respeitante aos níveis de custos médios por curso e por formando nos projectos executados (Gráfico 7-37). Estas diferenças são mais acentuadas entre, por um lado, as acções 3.2.1.0, 3.2.1.3, 3.2.1.5 e 3.2.1.6, cujos valores médios são relativamente baixos, quando comparados, por outro lado, com as acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 e, ainda, com a acção 3.2.1.1, que constitui a acção com maior nível de custos médios desta medida.

As acções 3.2.1.2 e 3.2.1.4 revelam, ainda, uma dispersão acentuada dos valores médios de custos por curso e por formando. Note-se, no caso da acção 3.2.1.2, que o valor mediano do custo por curso é de 20.792 euros, sendo que os 50% das observações centrais apresentam uma diferença de custos médios por curso que ascende a 34.128 euros (25% das observações apresentam um custo médio por curso inferior a 15.450 euros e 75% das observações apresentaram um custo inferior a 49.578 euros).

Ao nível dos custos médios por hora de formação, as acções consideradas apresentam um grande nível de homogeneidade.

GRÁFICO 7-36: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.1)

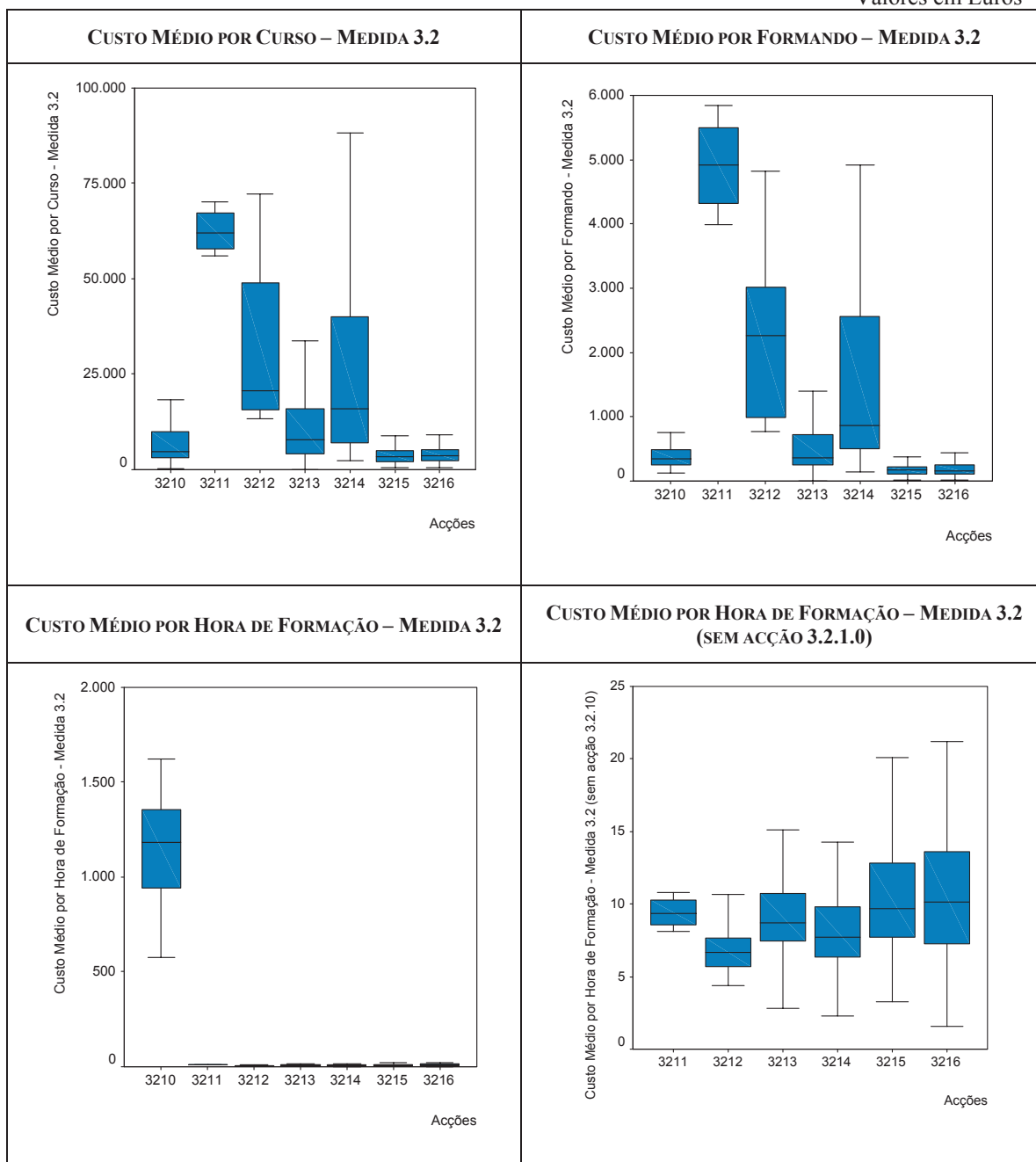
Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

GRÁFICO 7-37: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.2)

Valores em Euros



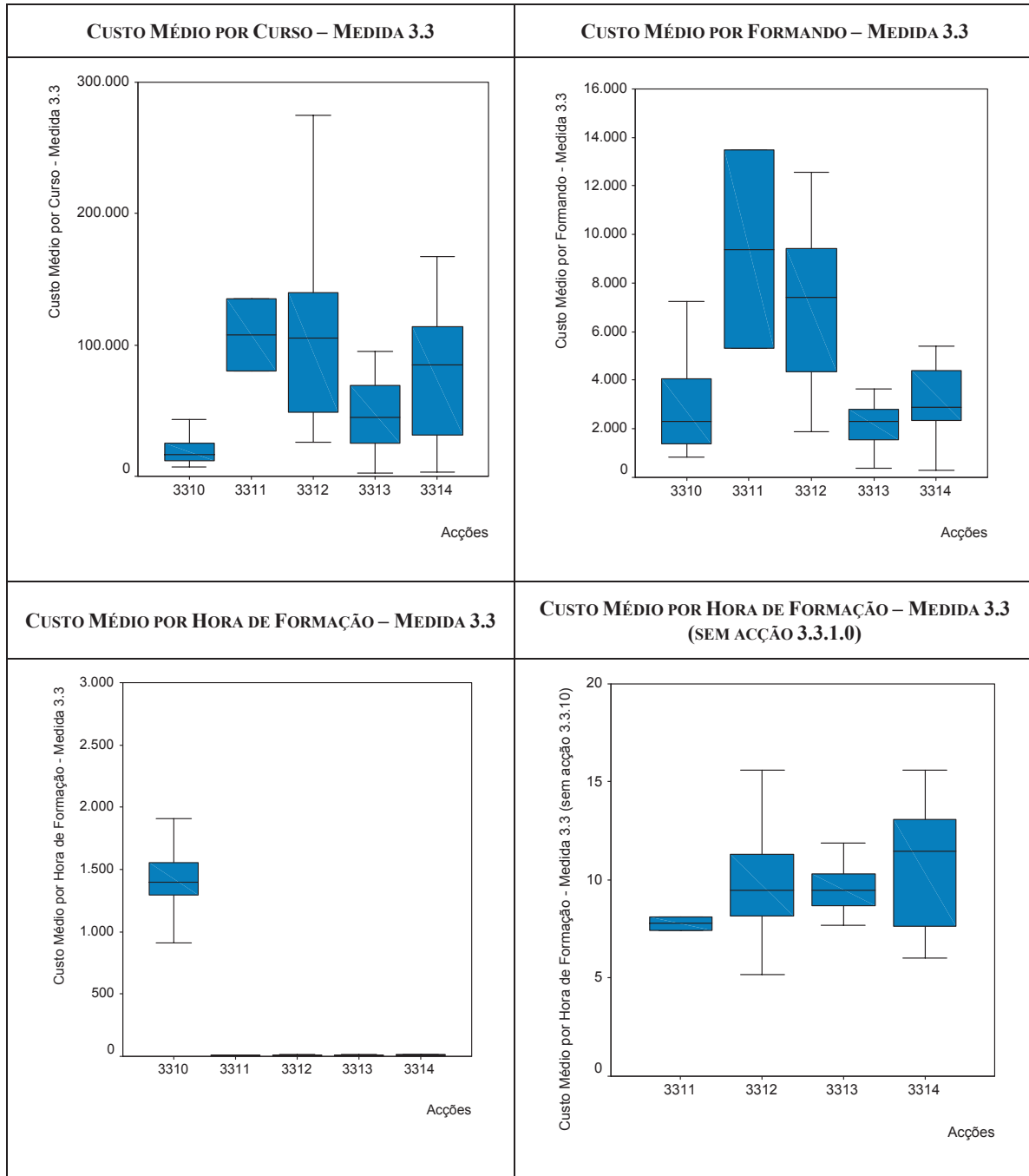
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

653. As acções 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.4 apresentam níveis médios de custos por cursos relativamente homogéneos entre si, enquanto a acção 3.3.1.3 e, principalmente, a acção 3.3.1.0 se posicionaram em níveis de custo médio por curso mais baixos (Gráfico 7-38). Esta disparidade acentua-se quando se faz referência ao custo médio por formando, que se destaca pelo valor mais

elevado na acção 3.3.1.1 e pelo valor mais baixo na acção 3.3.1.0 (que, neste caso, se aproxima dos valores médios das acções 3.3.1.3 e 3.3.1.4).

GRÁFICO 7-38: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.3)

Valores em Euros



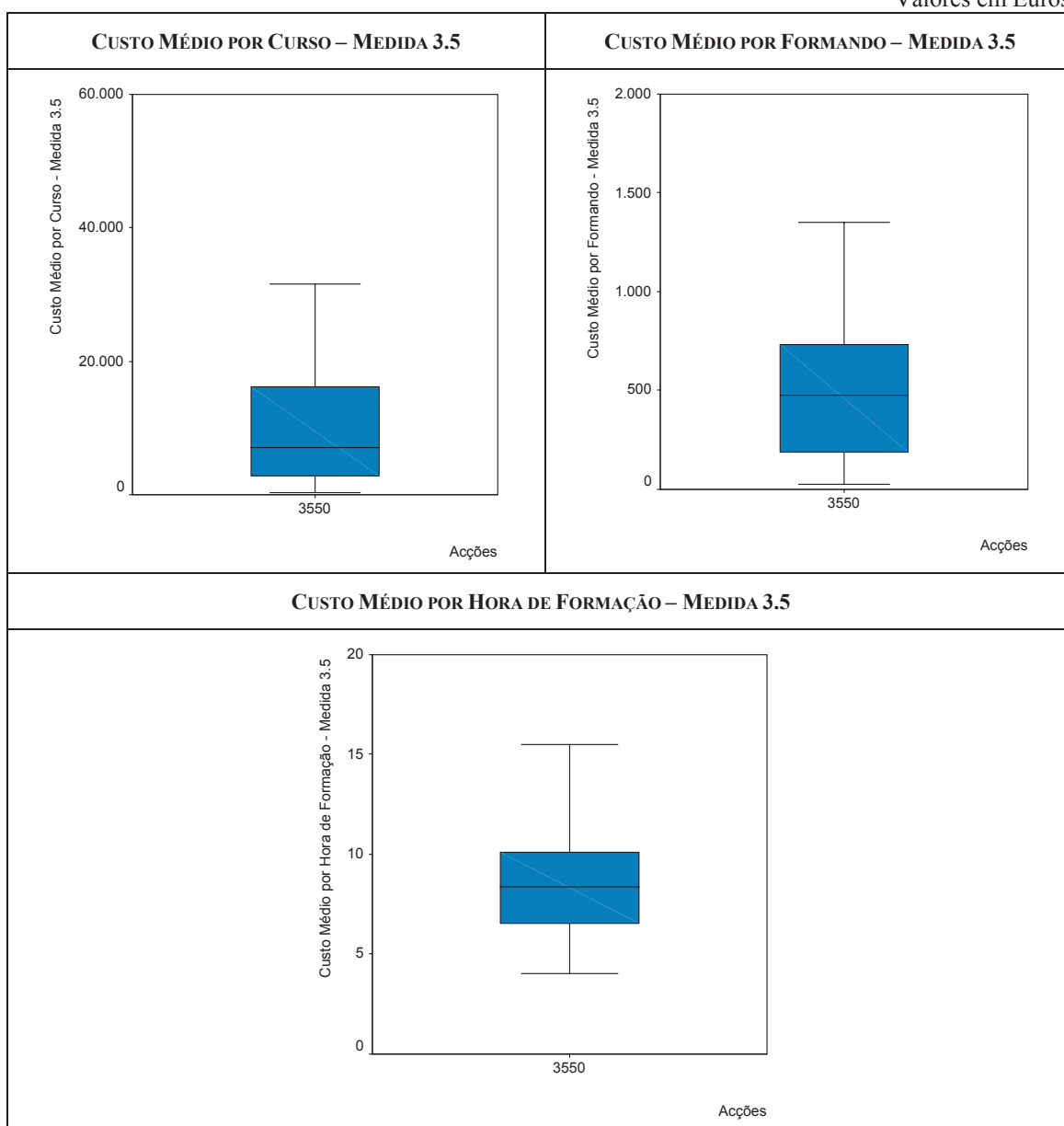
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Com excepção da acção 3.3.1.0, cujo custo médio por hora de formação se distancia fortemente do das restantes acções, a medida 3.3 mostra-se relativamente homogénea do ponto de vista das diferenças entre estes valores médios.

654. A acção 3.5.5.0 registou um nível mediano de custo por curso executado de 7.094 euros, sendo que os 25% de observações com níveis médios mais baixos se posicionaram em valores médios inferiores a 2.737 euros, e que os 25% de observações com níveis médios mais elevados se posicionaram a valores médios superiores a 16.885 euros (Gráfico 7-39).

GRÁFICO 7-39: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.5)

Valores em Euros



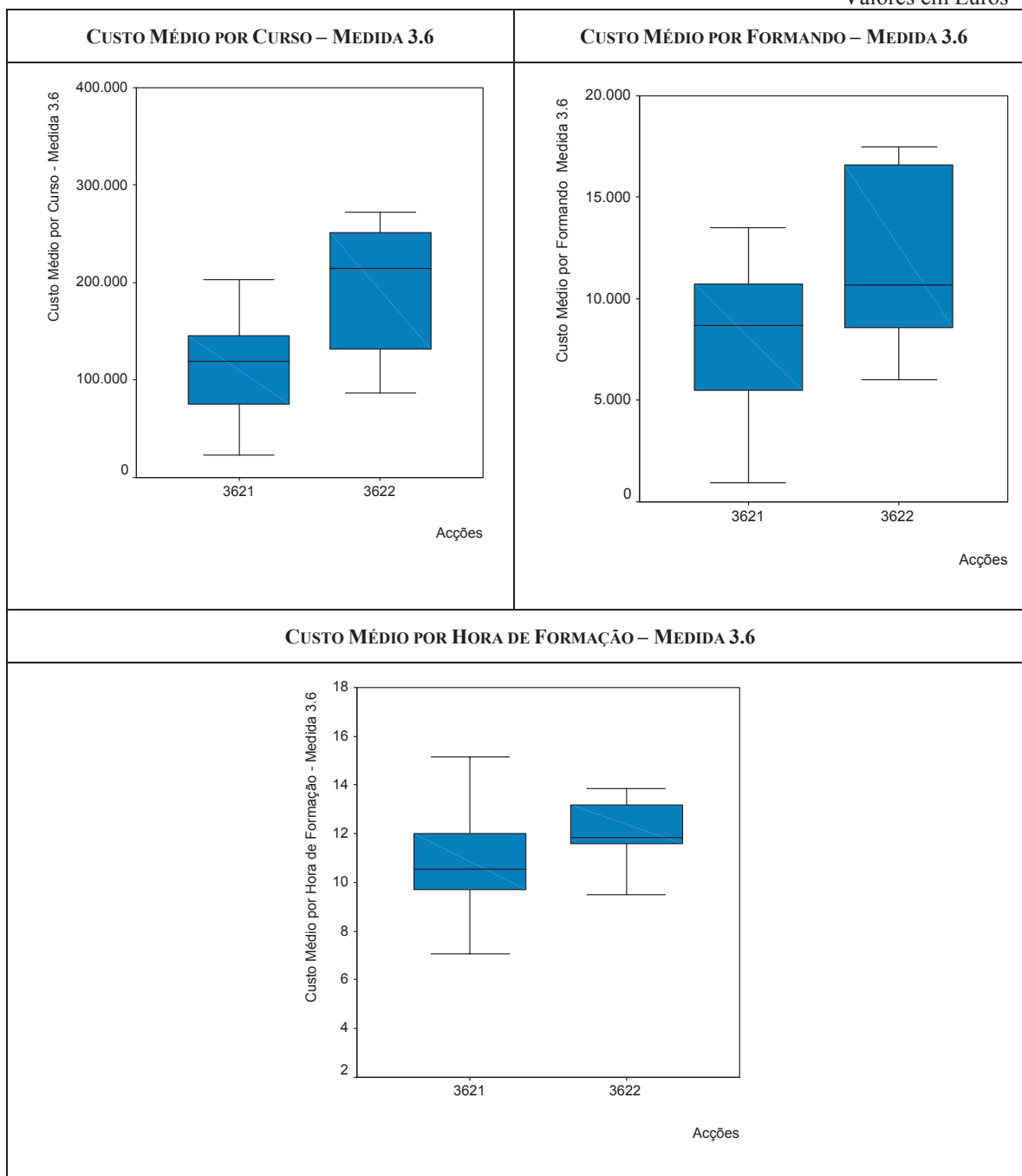
Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT

Esta dispersão torna-se relativamente mais equilibrada (entre os 25% de observações superiores e inferiores) em torno do custo mediano por formando (que ascende a 477 euros) e em torno do custo mediano por hora de formação (que corresponde a 8,4 euros), e cujos intervalos de variação inter-quartis se apresentam relativamente simétricos (no sentido inferior e superior), ainda que apresentando menor amplitude relativa no caso do custo médio por hora de formação.

655. A acção 3.6.2.1 posiciona-se a níveis medianos de custos por curso e por formando inferiores aos registados pela acção 3.6.2.2 (Gráfico 7-40). Salienta-se a maior dispersão, verificada pela acção 3.6.2.2, ao nível do custo médio por curso, no sentido inferior, (a diferença do quartil inferior em relação à mediana é mais acentuada), enquanto que ao nível do custo médio por hora de formação esta dispersão se acentua no sentido superior (a diferença do quartil superior em relação à mediana é mais acentuada), o que permite concluir que o custo médio por curso desta acção apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores inferiores à mediana, ao passo que o custo médio por formando apresenta maiores disparidades no sentido da verificação de valores superiores à mediana.

GRÁFICO 7-40: CUSTO MÉDIO POR CURSO, POR FORMANDO E POR HORA DE FORMAÇÃO (PROJECTOS EXECUTADOS NA MEDIDA 3.6)

Valores em Euros



Fonte: Equipa de Avaliação – Base de Dados consolidada a partir de ficheiros da EAT.

8. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA

488. A avaliação da eficácia do programa é desenvolvida neste capítulo através da combinação de uma lógica descendente mais desagregada, que privilegia uma leitura com base na estrutura de programação (eixo, medida) para chegar à identificação dos níveis de eficácia no plano das realizações físicas e financeiras, e uma lógica ascendente mais agregada, que privilegia uma leitura com base nos objectivos do programa, em si e, também, enquanto prossecução de prioridades nacionais e comunitárias para chegar a uma identificação dos níveis efectivos de incidência dos resultados e efeitos do programa na evolução da região, tomado numa visão de conjunto dos seus grandes domínios de intervenção. O capítulo é, assim, organizado em três partes:

- a) A avaliação dos níveis de eficácia financeira, através da análise das taxas de realização, execução e de compromisso das diversas Medidas, Eixos e Fundos do PO, comparando os resultados com os valores médios do conjunto do QCA III é apresentada na primeira parte;
- b) A avaliação dos níveis de eficácia das realizações do PORLVT, através da análise da execução, por medida, dos indicadores de realização física do Programa é apresentada na segunda parte;
- c) A avaliação dos níveis de eficácia alcançados pelos resultados e efeitos do Programa na evolução da região, que é realizada quer através do desenvolvimento de uma análise da “relevância revelada”, isto é, da relevância efectiva do programa em acção materializado nos projectos concretizados, quer através de uma análise da relação entre os resultados e efeitos do programa em acção e a evolução da situação da região.

Esta análise apoia-se quer numa identificação prévia do contributo dos projectos viabilizados pelo Programa Operacional para os objectivos de primeiro e segundo nível por ele prosseguidos, valorizando a informação obtida pelos inquéritos realizados aos promotores e às entidades envolvidas na gestão, quer numa primeira estimativa da evolução dos problemas, necessidades e desafios da região no período de vigência do programa com base na informação disponibilizada pela gestão, na informação estatística disponível e em estimativas da responsabilidade da equipa de avaliação.

8.1. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA FINANCEIRA DO PO

489. A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO, para o período 2000-2003, tem por base a relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, normalmente designada por *taxa de realização financeira* ou *taxa de execução da despesa programada* e a sua decomposição em *taxa de compromisso financeiro*, e a *taxa de execução da despesa aprovada*. Tendo em consideração as dificuldades em consolidar a base por projectos, utilizou-se neste ponto a informação da ficha de acompanhamento do Programa relativa Junho de 2003 e, no caso dos valores globais para o QCA, a informação do ponto de situação do QCA relativo à mesma data¹.

Esta parte do capítulo encontra-se subdividida em três pontos. No primeiro, desenvolve-se a avaliação da eficácia financeira por eixos e medidas do PO, num segundo, atendendo ao facto da medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural ser composta por um conjunto diversificado de acções e subacções apresenta-se, de forma detalhada, os resultados avaliação da eficácia financeira do FEOGA por acções e, finalmente, num terceiro ponto, analisa-se a realização financeira do Programa no quadro das intervenções do QCA com expressão na região.

8.1.1. Avaliação da eficácia financeira por Eixos e Medidas do PO

490. Em termos globais, para o período 2000, Junho de 2003, o PORLVT apresenta uma taxa de realização financeira ligeiramente inferior à registada para o conjunto do QCA (49,7% no PORLVT e 51,0% no QCA), mas com níveis muito diferenciados por Fundos e Eixos, sendo de destacar os seguintes aspectos (ver Gráfico 8-1):

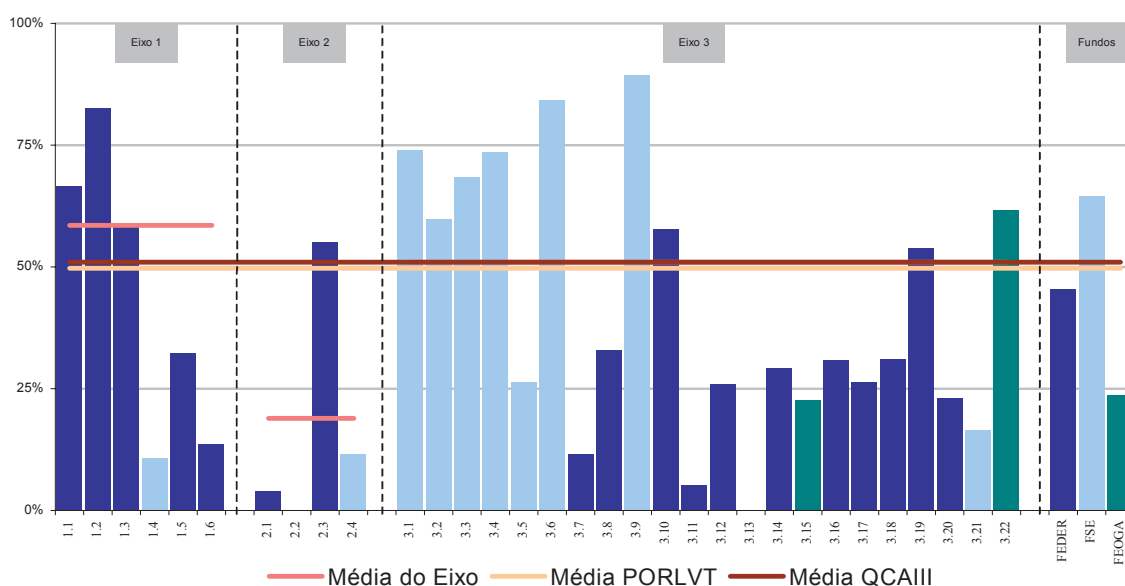
- A elevada taxa de realização do Eixo 1, que apresenta a maior taxa de realização do PO, resultado dos níveis de realização associados às duas medidas integralmente contratualizadas, com as Associações de Municípios (Medida 1.1. e em particular a Medida 1.2. que apresenta uma taxa de realização de 82,7%); as restantes medidas, em particular, a medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento, única medida deste eixo associada ao FSE, apresentam um nível de realização muito baixo²;

¹ Note-se que a informação do PORLVT constante neste ponto apresenta valores ligeiramente diferentes dos constantes da ficha de acompanhamento do PO relativa à mesma data

² Exclui-se desta análise a medida 1.6. que atendendo ao seu desenho (bonificação da taxa de juro) tende a ter um comportamento específico no ritmo de realização.

- A baixa taxa de realização global do Eixo 2, resultante dos níveis muito reduzidos de realização da generalidade das medidas, com excepção da medida 2.3. VALTEJO que apresenta um nível de realização alinhado com a realização global do Programa;
- As elevadas taxas de realização das medidas desconcentradas relativas à Formação do FSE, no Eixo 3, em particular, as medidas 3.9., 3.6., 3.1. e 3.4..
- A baixa taxa de realização do FEOGA que apresenta valores claramente inferiores aos valores registados para generalidade das medidas do PO;

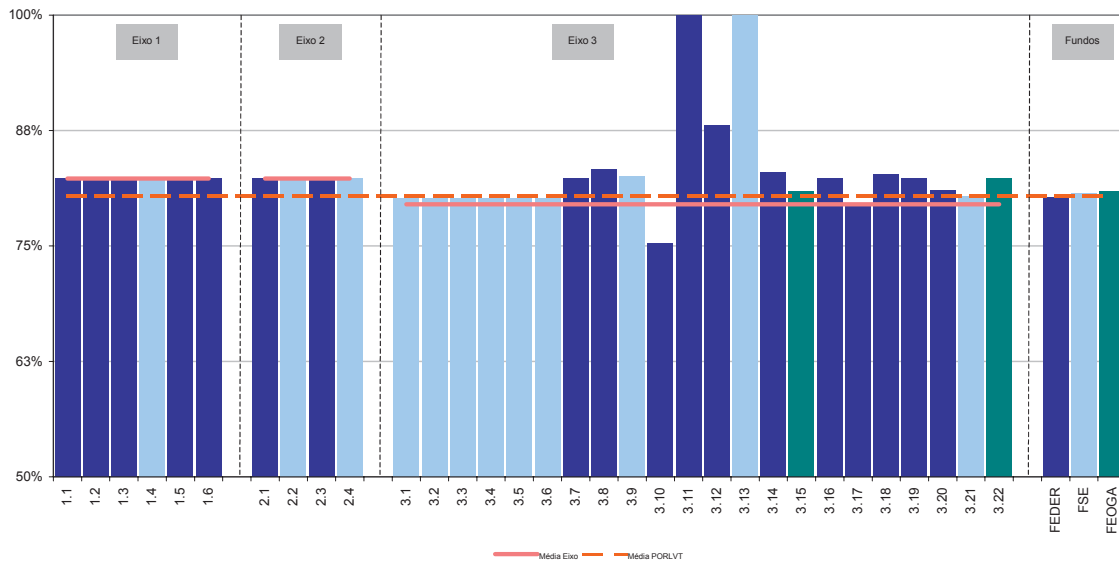
GRÁFICO 8-1: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000-2003) – PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

491. Tendo em consideração um certo grau de uniformidade das várias medidas em termos do peso da programação financeira dos primeiros quatro anos (2000-2003) no total da programação do Programa (ver Gráfico 8-2) os resultados das taxas de realização para o total do período de programação apresentam uma configuração muito semelhante às verificadas para os quatro primeiros anos (ver Gráfico 8-3), sendo de realçar o facto da medida 3.9. atingir já uma taxa de realização financeira próxima dos 75%.

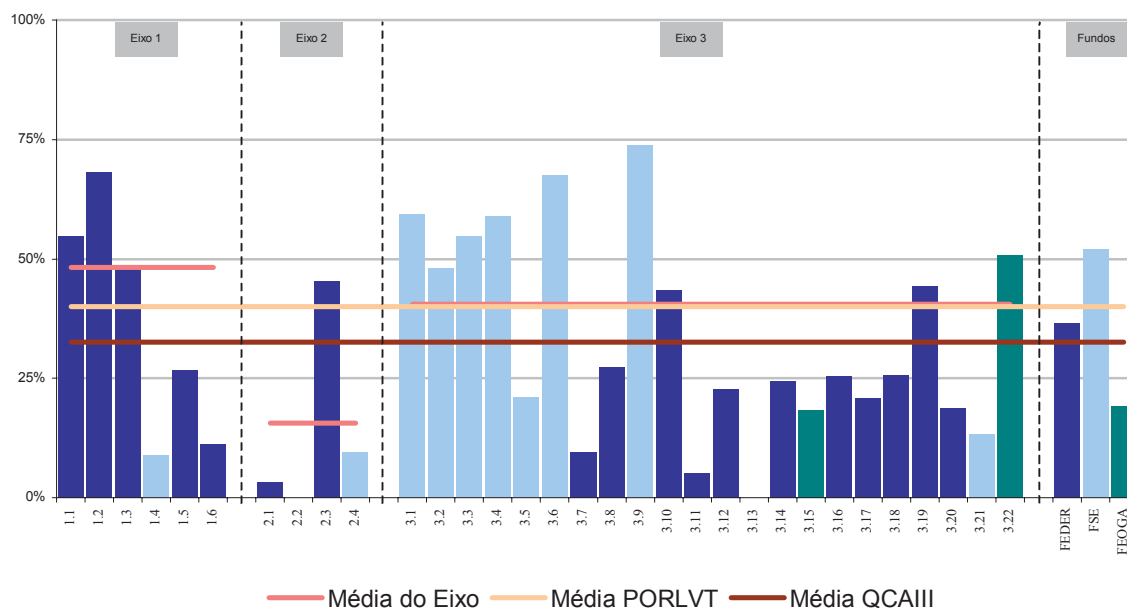
GRÁFICO 8-2 PESO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO 2000-2003 NO TOTAL DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PORLVT



Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

492. A comparação da taxa de realização financeira para o período total do Programa (2000-2006), comparada com a taxa de realização média do QCA III para o mesmo período apresenta, como seria de esperar, valores claramente aos registados para o QCA (40% e 32,6% respectivamente), ao contrário do que acontecia para o período intermédio, onde as taxas de realização apresentavam valores muito próximos, consequência do ritmo de programação do PO regional ser substancialmente mais elevado no PORLVT do que no QCA (80% da programação do PORLVT concentrada nos primeiros quatro anos e apenas 64% da Programação do QCA).

GRÁFICO 8-3: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000-2006) – PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

493. A decomposição destes níveis de realização financeira³, em termos de *taxa de compromisso financeiro*, para o período 2000-2003 e a *taxa de execução da despesa aprovada* (ver Gráfico 8-4) permite, clarificar o quadro de realização do PORLVT, com particular destaque para o posicionamento das várias medidas face aos valores médios de realização do PO.

³ Como facilmente se percebe a taxa de realização resulta do produto *taxa de compromisso financeiro* TC_{03} (para o período 2000-Junho 2003) com *taxa de execução da despesa aprovada* (TE_{03}) para o mesmo período de referência:

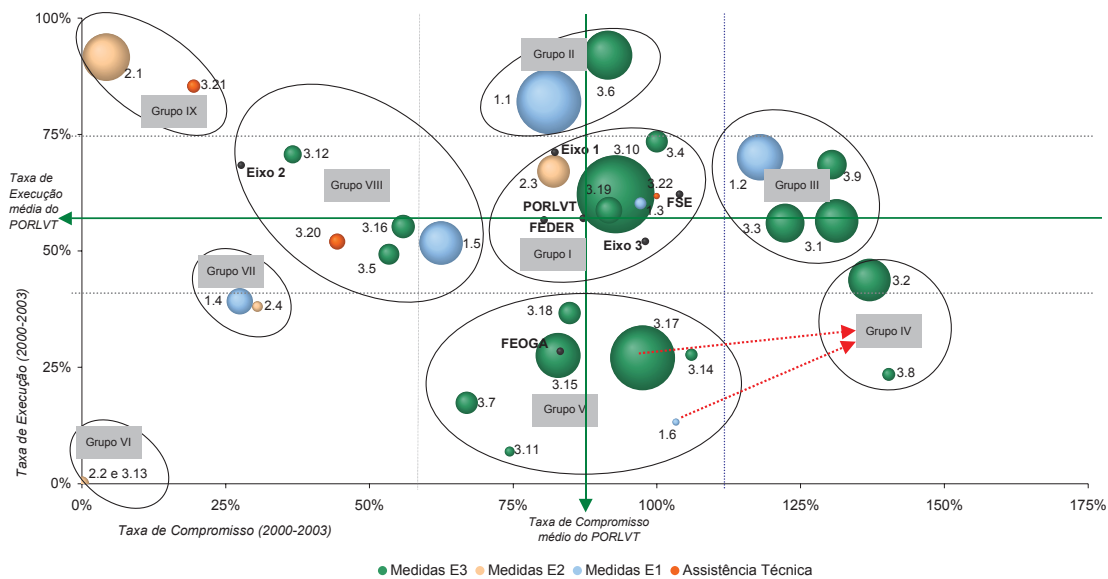
$$TR_{03} (Exec_{.03}/Prog_{.03}) = TC_{03} (Aprovações_{.03}/Prog_{.03}) \times TE_{03} (Exec_{.03}/Aprov_{.03})$$

Do mesmo modo, pode-se considerar a decomposição da taxa de realização tendo em conta os valores do investimento aprovado para todo o período de programação resultando a expressão.

$$TR_{06} (Exec_{.03}/Prog_{.06}) = TC_{06} (Aprovações_{.06}/Prog_{.06}) \times TE'_{03} (Exec_{.03}/Aprov_{.06})$$

Para o total do QCA apenas foi possível obter o investimento aprovado para o total do período pelo que apenas é possível comparar o PORLVT com o QCA nesta segunda decomposição.

GRÁFICO 8-4: DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE REALIZAÇÃO: TAXA DE EXECUÇÃO TAXA DE COMPROMISSO (PERÍODO 2000-2003) – PORLVT



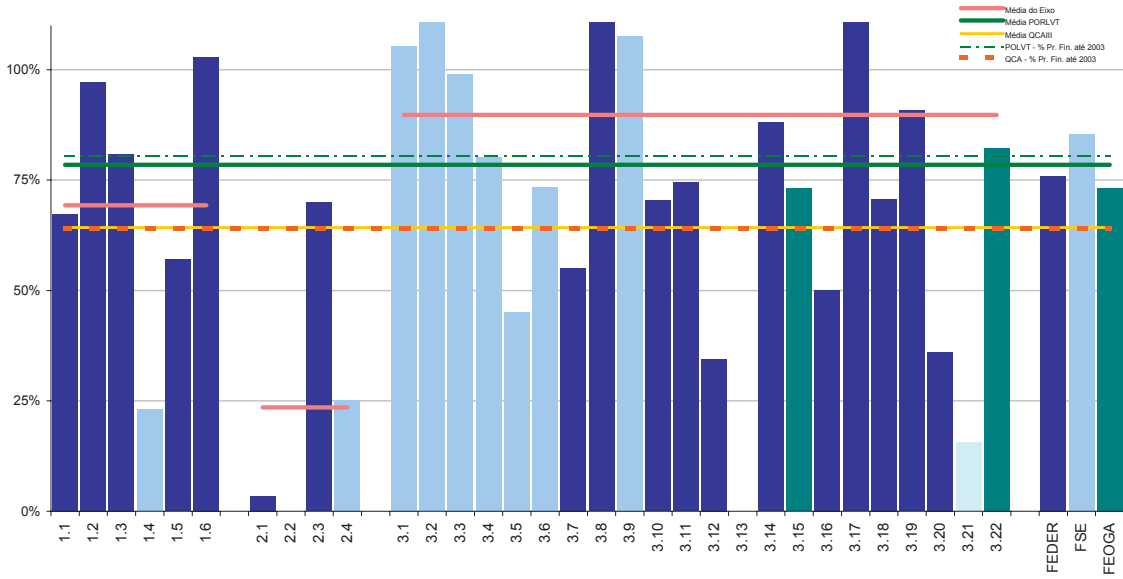
Nota: as “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa pública, no total do programa.

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

A conjugação desta decomposição com as taxas de compromisso para o total do período (ver Gráfico 8-5) e com a respectiva decomposição da taxa de realização para o período 2000-2006 em taxa de compromisso e taxa de execução (ver Gráfico 8-6) permite estabelecer uma tipologia de classificação dos níveis de eficácia financeira das diferentes medidas do PO considerando nove grupos diferentes de medidas:

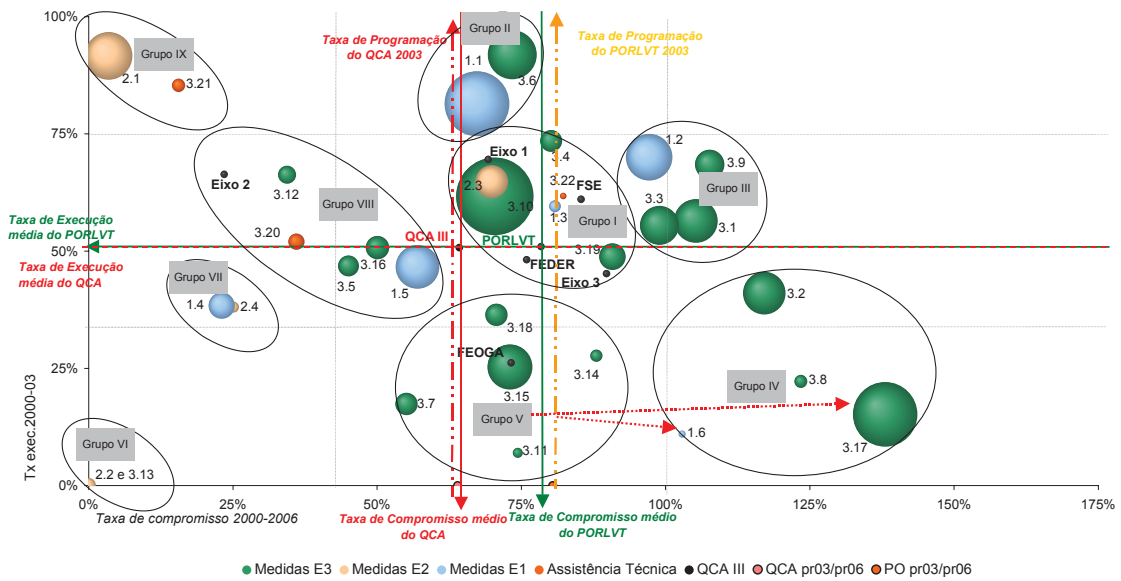
- **Grupo I (compromissos e execuções médios):** Esta situação parece revelar uma boa gestão da procura em relação aos níveis de programação financeira inicial e um ritmo de execução regular. Fazem parte deste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.3;
 - o medida 2.3;
 - o medida 3.4;
 - o medida 3.10;
 - o medida 3.19;
 - o medida 3.22;
 e ainda, globalmente, o Eixo 1, o Eixo 3, e o FEDER e FSE;

GRÁFICO 8-5 : TAXA DE COMPROMISSO FINANEIRO PARATODO O PERÍODO (2000-2006)



Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

GRÁFICO 8-6: DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE REALIZAÇÃO: TAXA DE EXECUÇÃO TAXA DE COMPROMISSO (PERÍODO 2000-2006) – PORLVT



Nota: as “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa publica, no total do Programa.

Fonte: Equipe de Avaliação, com base nos dados dos Relatórios de Execução e DGDR

- **Grupo II (compromissos médios e execuções elevadas):** Situação reveladora de uma elevada capacidade de execução com graus de selectividade adequados, permitindo uma regulação da

procura em níveis consentâneos com a programação inicial. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.1.;
- o medida 3.6.;
- **Grupo III (compromissos elevados e execuções médias):** Situação reveladora de uma elevada adesão dos promotores que, no entanto, não garantem níveis de execução correspondentes com os níveis de adesão revelados. Note-se que este desfazamento resulta em grande parte, no caso das três medidas do FSE, da forte sazonalidade revelada pela execução e que tendo em conta o facto de a informação se reportar ao final do 1º Semestre de 2003 cria um desfazamento que tem sido eliminado durante o 2º semestre. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.2.;
- o medida 3.1.;
- o medida 3.3.;
- o medida 3.9.;

Note-se ainda que as três medidas do FSE já apresentam taxas de compromisso para o total do período iguais (medida 3.1.) ou superiores a 100% (medidas 3.3. e 3.9.) e que a medida 1.2. apresenta também níveis muito elevados de compromisso (ligeiramente superior a 97%).

- **Grupo IV (compromissos elevados e execuções reduzidas):** Situação reveladora de uma elevada adesão dos promotores mas que não conseguiram traduzir ainda essas aprovações em execuções pelo que se torna necessário verificar se estarão ainda reunidas as condições para execução dos projectos aprovados. Encontram-se neste grupo, tendo em conta a decomposição para o período 2000-2003 (ver Gráfico 8-4), as seguintes medidas:

- o medida 3.2.;
- o medida 3.8.;

A decomposição da taxa de realização para o total do período (ver Gráfico 8-6) acrescenta a este grupo duas outras medidas em que os níveis de execução reduzidos se justificam em função da programação dos projectos aprovados, que previam uma componente significativa da concretização dos projectos na segunda fase do período de programação. Estão nesta situação as medidas:

- o medida 1.6.;

- o medida 3.17.;

As quatro medidas englobadas neste grupo tem como característica comum o facto de apresentarem taxas de compromisso para o total do período já superiores a 100% (oscilam entre 102,7% da medida 1.6. e os 138,3% da medida 3.17).

- **Grupo V (compromissos médios e execuções reduzidas):** Esta situação parece revelar níveis de selectividade adequados, permitindo uma regulação da procura em níveis consentâneos com a programação inicial, mas que revela uma fraca capacidade de execução dos projectos aprovados. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 3.7.;
- o medida 3.11.;
- o medida 3.14.;
- o medida 3.15.;
- o medida 3.18.;

Encontra-se igualmente neste grupo o conjunto do FEOGA;

- **Grupo VI (compromissos e execuções nulas):** Nesta situação ainda não existem projectos aprovados o que deve constituir objecto de preocupação por parte da gestão do programa uma vez que uma das duas medidas envolvidas concentrada toda sua programação financeira inicial até ao ano de 2003 (medida 3.13).. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 2.2.
- o medida 3.13.;

- **Grupo VII (compromissos reduzidos e execuções reduzidas):** As medidas nesta situação não só revelam uma fraca adesão dos promotores bem como apresentam níveis de execução muito reduzidos pelo que deverão merecer uma atenta reflexão em torno da sua actual definição, exigindo uma intervenção no sentido de conseguir gerar maiores níveis de adesão. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.4.
- o medida 2.4.;

- **Grupo VIII (compromissos reduzidos e execuções médias):** Nesta situação parece existir um defice de procura do PO que carece de ser investigado. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

- o medida 1.5.

- o medida 3.5;
- o medida 3.12;
- o medida 3.16;
- o medida 3.20;

Encontra-se igualmente neste grupo o conjunto do Eixo 2 do PO;

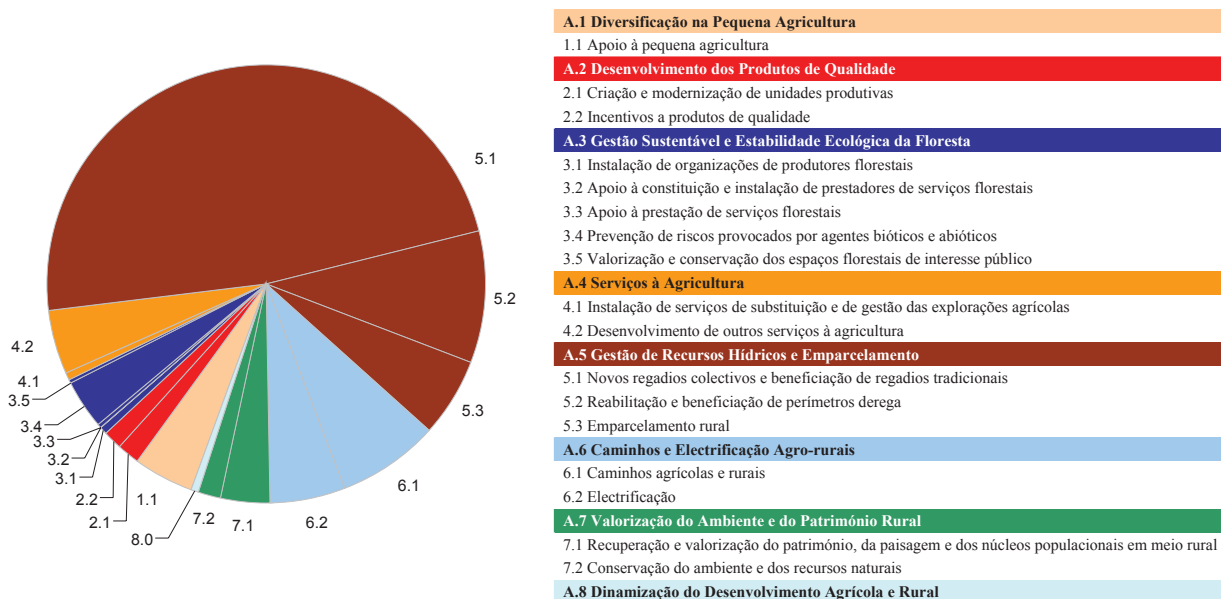
- **Grupo IX (compromissos reduzidos e execuções elevadas):** Nesta grupo, parece predominar um elevado ritmo de execução, acompanhados no entanto de níveis de selectividade reduzidos ou de uma fraca adesão dos promotores que importa esclarecer. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 2.1.
 - o medida 3.21;

8.1.2. Avaliação da eficácia financeira do FEOGA por acções

494.A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO foi particularizada para o do FEOGA em virtude da medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural integrar uma diversidade de acções de natureza e promotores muito distintos.

Neste sentido, tomam-se em consideração os valores financeiros indicativos programados por acção e sub-acção que permitem, desde logo, ter uma visão clara da dimensão financeira das diversas intervenções definidas no contexto do FEOGA (ver Gráfico 8-7). Esta afectação, apesar de meramente indicativa, permite verificar que a Acção 5 “**Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**” assume uma grande relevância com cerca 63% da despesa pública programada, seguida, por ordem decrescente das acções 6, 4 e 7. Observa-se ainda que apenas a sub-acção 5.1 “**Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais**”, assume uma dotação de cerca de 47% da despesa publica total programada para a medida 3.15. **Agricultura e Desenvolvimento Rural.**

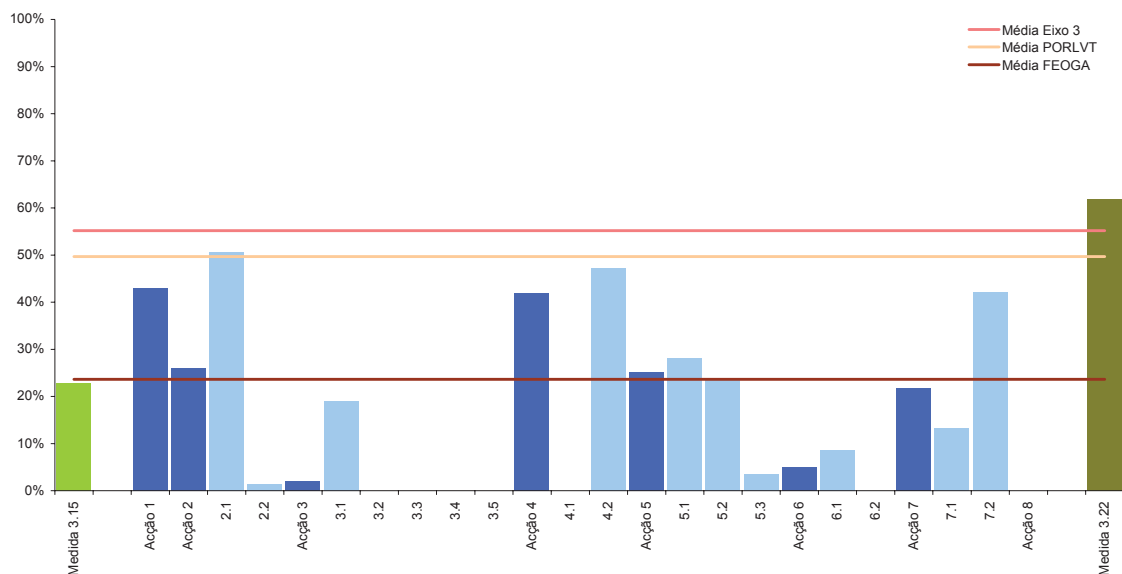
GRÁFICO 8-7: DISTRIBUIÇÃO INDICATIVA DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PÚBLICA PARA AS ACÇÕES E SUB-ACÇÕES DA MEDIDA 3.15 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



Fonte: Equipa de Avaliação com base na DRARO.

495. A taxa de realização financeira do FEOGA, para o período 2000-Junho de 2003, situa-se consideravelmente abaixo da taxa média do Eixo 3 e do total do Programa. Esta situação deve-se ao facto do FEOGA comparticipar apenas duas medidas (a 3.15 e a 3.22 – Assistência técnica), sendo que a medida 3.15 – que representa, ao nível da sua ponderação, a quase totalidade do Fundo –, apresentar uma taxa de realização financeira muito reduzida. As acções que mais contribuem para um desempenho acima dos 20% da taxa média de realização financeira do FEOGA são a acção 1, acção 4 e acção 5, sendo de destacar, a um nível mais desagregado, as subacções 2.1, 4.2, 5.1, 5.2 e 7.2 (ver Gráfico 8-8).

GRÁFICO 8-8: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (PERÍODO 2000- JUNHO 2003) – FEOGA



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da DRARO

496.A decomposição dos níveis de realização financeira para 2006, em termos de taxa de compromisso financeiro e de taxa de execução da despesa aprovada (ver Gráfico 8-9) permite, tal como sucede no ponto anterior, clarificar o quadro de realização do FEOGA e o seu posicionamento face aos valores médios de realização do PORLVT. Neste caso observa-se uma maior capacidade de execução do Programa Regional (51% do PORLVT, contra 26% no FEOGA), com reflexos menos pronunciados nos níveis de compromisso financeiro para os quatro primeiros anos (o PORLVT comprometeu, face o programado até 2003, cerca de 97,5% dos recursos disponíveis, enquanto que o FEOGA regista um nível de compromisso de 90,3%).

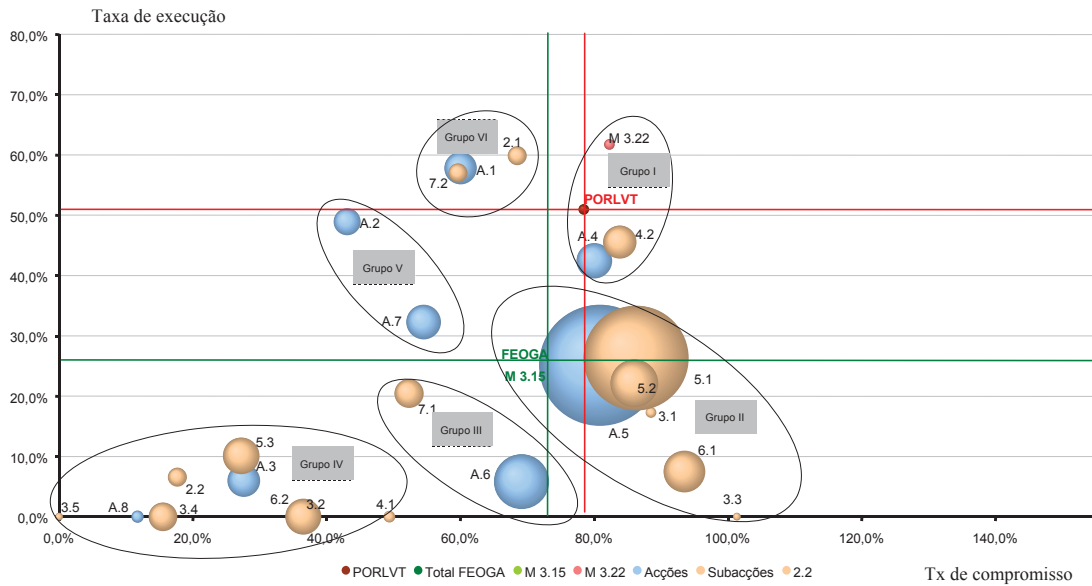
Esta diferença do nível de execução do FEOGA em relação ao PORLVT parece indiciar, em termos relativos, uma menor capacidade de execução do FEOGA face ao conjunto dos dois outros fundos envolvidos no PORLVT.

497.A relativização dos níveis de execução e compromisso para o caso das medidas, Acções e Sub-acções associadas ao FEOGA, face à posição média do próprio FEOGA e do PORLVT permite, da mesma forma que no ponto anterior, construir uma tipologia de classificação dos níveis de eficácia financeira das diversas acções e sub-acções em seis grupos distintos:

- **Grupo I (compromissos e execuções semelhantes à média do PORLVT):** Esta situação parece revelar, como atrás se mencionou, uma boa gestão da procura em relação aos níveis de programação definidos e uma execução regular. Encontram-se nesta situação a *medida 3.22. Assistência Técnica*, a Acção 4 e a *Sub-acção 4.2. Desenvolvimento de outros serviços à agricultura*;

- **Grupo II (compromissos semelhantes ao PO e níveis baixos de execução):** Esta situação é reveladora de uma boa adesão de promotores mas que não se traduziu em níveis de execução consentâneos com a dinâmica de adesão revelada e que por isso deve implicar a re-análise dos projectos no sentido de verificar se os níveis de execução resultam da maior duração dos projectos e se ainda se encontram reunidas as condições para a sua plena execução. Encontram-se nesta situação a Acção 5, resultado das subacções 5.1. e 5.2., as subacções 6.1., 3.1. e 3.3. (neste último caso regista-se mesmo uma taxa de execução nula);
- **Grupo III (compromissos médios e níveis baixos de execução):** Situação que difere da anterior pelo facto de apresentar níveis de compromisso mais reduzidos o que deve implicar uma gestão mais pro-activa na segunda fase do programa. Encontram-se nesta situação a **Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-rurais** e a **Sub-acção 7.1. Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural**
- **Grupo IV (compromissos reduzidos e execuções muito baixas):** As acções e subacções deste grupo não só revelam uma fraca adesão dos promotores como apresentam níveis de execução muito reduzidos, em muitos casos mesmo nulos, pelo que deverão merecer uma atenta reflexão em torno da sua actual definição, exigindo uma intervenção no sentido de conseguir gerar maiores níveis de adesão ou da sua eventual reformulação. Encontram-se neste grupo a Acção 3 e Acção 8 e as Sub-acções 2.2., 3.2., 3.4., 3.5, 4.1. e 5.3;
- **Grupo V (compromissos médios e execuções médias):** As acções deste grupo, Acção 2 e Acção 7 revelam um boa adequação dos montantes programados, mas um nível de execução modesto que merece ser analisado, no sentido de verificar as suas motivações, nomeadamente se apenas resulta da duração ou programação dos prazos de realização dos investimentos aprovados;
- **Grupo VI (compromissos médios e execuções elevadas):** As acções deste grupo, Acção 1 e Sub-acções 2.1. e 7.2 parecem revelar uma boa adequação dos montantes financeiros programados e um ritmo de execução que indicia uma taxa realização no final do período próxima dos 100%.

GRÁFICO 8-9: TAXA DE EXECUÇÃO VS TAXA DE COMPROMISSO (2006) – FEOGA



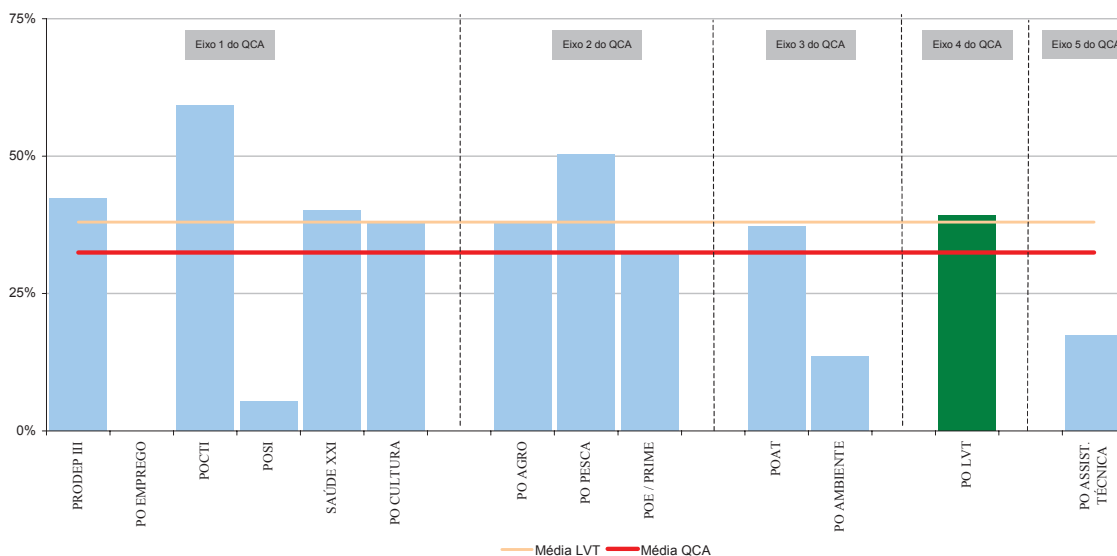
Nota: As “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa pública, no total do PO
 Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da DRARO

8.1.3. A Realização Financeira do PO no quadro das intervenções do QCA na região

498.No quadro das intervenções do QCA na região o PORLVT apresenta um desempenho, medido pela taxa de realização para o total do período de programação que o coloca numa posição superior à taxa de realização média do QCA e à taxa de realização média na região de Lisboa e Vale do Tejo dos diversos PO do QCA (ver Gráfico 8-10).

499.Em termos dos valores da taxa de compromisso para o conjunto do período de programação verifica-se que o PORLVT apresenta, como seria natural, em função da situação de phasing-out, valores superiores ao registados para o total do QCA, mas que no quadro das intervenções do QCA em Lisboa representam um valor de compromisso inferior ao valor médio do conjunto das intervenções (ver Gráfico 8-11).

GRÁFICO 8-10: TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA (2000-2006) NA REGIÃO DE LVT DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA



Fonte: Equipe de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

GRÁFICO 8-11: TAXA DE COMPROMISSO (2000-2006) NA REGIÃO DE LVT DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA

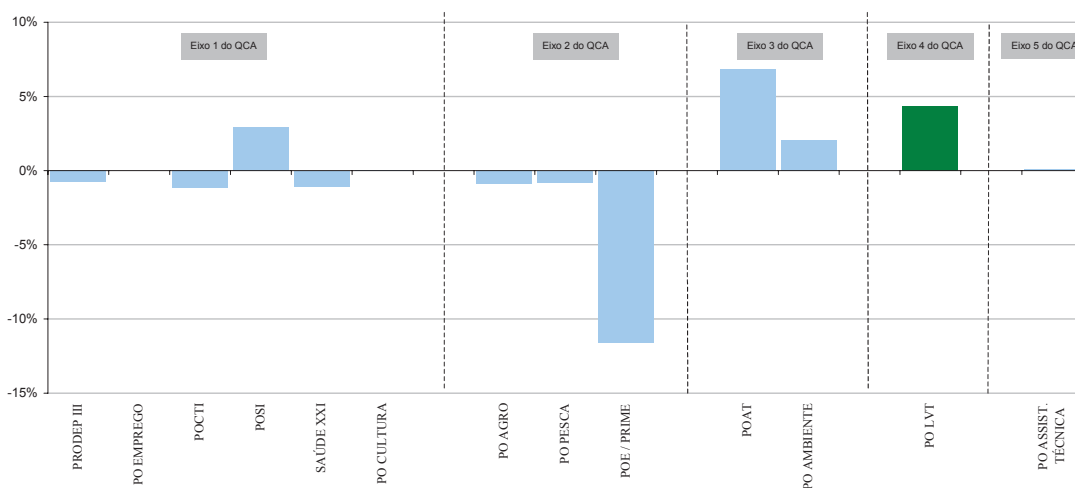


Fonte: Equipe de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

500. A conjugação dos dois factos anteriores permite não só evidenciar a relevância do PORLVT no quadro dos apoios registados na primeira fase de programação, como simultaneamente permitem constatar o ganho de relevância do Programa, para a segunda fase, medido através do respectivo peso do PO nos valores ainda não comprometidos, que, face à programação inicial ganha agora uma relevância de cerca de 4,3 pontos percentuais, ou seja, representa cerca de 55% dos valores

ainda a aprovar para a região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do QCA o que conforme uma relevância fundamental ao eventual exercício de reprogramação que vier a ser realizado na sequência do presente exercício de avaliação e no quadro da afectação da reserva de eficiência que o Programa possa vir a conquistar.

GRÁFICO 8-12 DIFERENÇA ENTRE A ESTRUTURA DOS VALORES AINDA DISPONÍVEIS PARA LVT NAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO QCA E A ESTRUTURA INICIAL DA PROGRAMAÇÃO



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução de 2002.

8.2. AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS DO PO

501. Num primeiro momento a análise da eficácia do Programa, faz-se através da comparação dos resultados dos indicadores de realização física com as metas definidas para 2006, 2003 (foram estimadas para o final de 2003, no caso dos indicadores que não tinham essa meta definida) e para as metas estimadas para Junho de 2003. Da totalidade de indicadores previstos no Complemento de Programação, apenas foi possível avaliar os indicadores para os quais foram disponibilizados valores de realização física à data de 30 de Junho de 2003. A opção de preterir os dados à data de 31 de Dezembro de 2002, se pode, por um lado, restringir o número de indicadores a utilizar na análise, torna no entanto a avaliação mais actual e útil. No entanto, no caso dos indicadores enquadrados em medidas apoiadas pelo FSE, utilizaram-se valores a 31 de Dezembro de 2002, dado que para a generalidade dos indicadores do FSE apenas faz sentido calcular resultados de realização física com base em valores anuais. Saliente-se, ainda, que os indicadores do Programa que não tinham metas fixadas para 2006 não foram considerados neste capítulo da avaliação.

Deste modo, não se utilizaram na análise todos os 166 indicadores oficiais definidos quer nos Complementos de Programação quer no texto de decisão do PORLVT. Não foram considerados 24 indicadores em virtude de serem apenas apresentados pelo texto de decisão do PORLVT e não se manterem nos Complementos de Programação. Dos 142 indicadores que se mantiveram após aquela exclusão, tiveram que se retirar 32 indicadores pelo facto de não apresentarem Indicadores Físicos a 30/06/2003, excepto se fossem indicadores de medidas FSE, que como se verá mais à frente são uma excepção na análise uma vez que são os únicos avaliados com dados de realização física a 31 de Dezembro de 2002. Dos 110 indicadores considerados para a avaliação dos níveis de realização do Programa, foram admitidos, neste relatório, apenas 105 indicadores, uma vez que 5 indicadores das medidas FSE resultavam de quocientes entre valores de outros indicadores considerados e valores fixos definidos inicialmente, pelo que poderiam duplicar a importância dos mesmos dados.

502. Dada a diversidade de indicadores existentes por medidas, e ainda que haja uma grande discrepância entre o número de indicadores do Eixo 3 e os restantes eixos (uma vez que este Eixo concentra 77% dos indicadores avaliados), este ponto será organizado por Eixos do Programa. Deste modo, esta parte do capítulo estrutura-se em cinco pontos, explicando-se no primeiro a metodologia de análise, nomeadamente o processo de estimação das metas para Junho de 2003 e para o final de 2003, a tipologia construída para avaliação dos ritmos de realização dos indicadores e o processo de construção da matriz-base para a análise da eficácia dos diversos indicadores definidos por eixo/medida/acção do PORLVT. Num segundo momento será apresentada uma sistematização dos resultados dos indicadores agregados por Eixos, permitindo este exercício retirar ilações sobre o comportamento conjugado da extensa bateria de indicadores de acompanhamento definidos para efeitos de análise de eficácia do Programa de uma forma global, com base em diferentes processos.

No terceiro e quarto pontos, serão apresentados os resultados específicos dos Eixos 1 e 2, ainda que no caso do Eixo 2 se apresentem apenas os resultados de cinco indicadores das Medidas 2.3 e 2.4. Esta situação resulta, desde logo, do pequeno número de indicadores que foram inicialmente definidos no Complemento de Programação para as medidas deste eixo, e por outro lado, por não terem sido aprovados até ao momento projectos que contribuam directamente para os indicadores pré-definidos (caso da medida 2.1) ou não se registarem aprovações de projectos associados à medida 2.2.

No quinto ponto é feita a análise da eficácia da realização física dos indicadores apresentados para as medidas do Eixo 3, mas faz-se a análise do caso particular da Medida 3.15, pelo facto desta medida incluir acções muito heterogéneas e muitos indicadores (37 indicadores).

8.2.1. Tipologia de avaliação dos ritmos de eficácia dos indicadores

503. Na definição da tipologia de avaliação dos ritmos de eficácia dos indicadores, parte-se de uma base em que estão definidas metas para todos os indicadores apenas para o final de 2006, e para um número mais restrito de indicadores estão igualmente definidas metas para o final de 2003. Dado que se está num momento de avaliação intermédia do Programa, houve a necessidade de estimar um conjunto de metas que permitisse, de forma mais realista, entender a eficácia que o programa tinha tido até ao momento, pelo que de maneira a generalizar um segundo momento de comparação, foi necessário estimar uma meta relativa ao final do ano de 2003, para os indicadores que não tinham essa meta definida.

504. O critério utilizado para a determinação da meta para o final de 2003, e apenas para os indicadores que não tinham essa meta já definida, utiliza uma *proxy* que se traduz no peso da programação financeira da despesa pública, por medidas, até 2003, no total de despesa pública programada. As percentagens resultantes daquela ponderação, são apresentadas nas colunas (1) do Quadro 8-1.

QUADRO 8-1: % DA DESPESA PÚBLICA ACUMULADA, ATÉ 2003 (JUNHO E FINAL) PARA O PORLVT

Medidas	% desp. pública acumulada até 2003	% desp. pública acumulada até Junho 2003 do total de desp. acumulada até ao final de 2003	Medidas	% desp. pública acumulada até 2003	% desp. pública acumulada até Junho 2003 do total de desp. acumulada até ao final de 2003
	(1)	(2)		(1)	(2)
1.1	82,29%	91,95%	3.7	82,29%	91,95%
1.2	82,29%	91,95%	3.8	83,32%	92,12%
1.3	82,29%	91,95%	3.9	82,54%	83,91%
1.4	82,29%	83,91%	3.10	75,26%	91,76%
1.5	82,29%	91,95%	3.11	100,00%	80,73%
1.6	82,29%	91,95%	3.12	88,01%	66,76%
2.1	82,29%	91,95%	3.13	100,00%	84,91%
2.2	82,29%	83,91%	3.14	83,02%	92,06%
2.3	82,29%	91,95%	3.15	80,92% a	95,94%
2.4	82,29%	91,95%	3.16	82,29%	91,95%
3.1	80,19%	83,91%	3.17	79,42%	91,95%
3.2	80,19%	83,91%	3.18	82,78%	92,03%
3.3	80,20%	83,91%	3.19	82,29%	91,96%
3.4	80,19%	83,90%	3.20	81,05%	91,65%
3.5	80,19%	83,90%	3.21	80,34%	83,91%
3.6	80,19%	83,91%	3.22	82,29%	91,95%

^a Esta percentagem foi obtida de acordo com a programação financeira alterada para a medida 3.15, após alterações propostas na Comissão de Acompanhamento de Novembro de 2002, que resultaram na Consulta Escrita da transferência de 7,5 M. Euros do FEOGA e solicitação da DG RÉGIO.

Fonte: Equipa de Avaliação

As metas estimadas segundo este método, correspondem à coluna (6) da matriz base de análise da eficácia (Figura 8-1), e não são mais do que a ponderação das metas definidas para 2006, pelas percentagens acumuladas de programação financeira definidas no Quadro 8-1 para o período 2000-2003 – colunas (1).

505.No entanto, como os dados de realização física para a generalidade dos indicadores avaliados, têm como data de referência o final de Junho de 2003, havia a necessidade de estimar metas que garantissem valores directamente comparáveis com aqueles resultados, especificamente metas relativas ao 1º semestre de 2003. Neste caso, o critério utilizado é semelhante ao que se utilizou para estabelecer a meta para o final de 2003, ou seja, encontrou-se o peso da programação financeira da despesa pública, por medidas, que o período entre o início de 2000 até ao final do 1º semestre de 2003, tinha no valor total de programação financeira entre 2000-2003, tendo sido retirada ao objectivo quantificado acumulado até ao final do ano de 2003, a percentagem equivalente a metade da programação financeira definida para este ano. Os pesos da programação financeira entre o ano 2000 e o final do 1º semestre de 2003 no total da programação financeira prevista para o período 2000-2003, são também apresentadas no Quadro 8-1, colunas (2).

FIGURA 8-1: ESTRUTURA DA MATRIZ BASE

Indicadores		Metas Estimadas Meta 2003				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003
Cód	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003				(vs Meta Est. Jun2003)	(vs Meta Est. 2003)	(vs Meta 2006)	(vs Ritmo 2003)	(vs Ritmo 2006)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)

As colunas a branco resultam de informação do Complemento de Programação.

As colunas a cinzento representam informação calculada pela equipa para a avaliação da eficácia da realização física dos indicadores de acompanhamento.

Ritmo de execução 2003 (s/atraso inicial 2003) (3)=4/8 x (6)

Ritmo de execução 2006 (c/atraso inicial 2003) (4)=4/11 x (7)

Situação Estimada 2003 (6)=(valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2003) / (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2006) * (7)

Situação Estimada Junho de 2003 (5)= (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até Junho de 2003) / (valor da programação financeira da despesa pública, para cada medida/acção, acumulada até final de 2003) * (6)

Nos indicadores enquadráveis nas medidas do FSE, e uma vez que os valores de realização física se referem a 31/12/2002, devem-se considerar as seguintes alterações:

Ritmo de execução 2003 (c/atraso inicial 2003) (3)=3/8 x (6);

Ritmo de execução 2006 (c/atraso inicial 2003) (4)=3/11 x (7);

As taxas de realização consideram como valores de realização física (numerador), os indicadores físicos a 31/12/2002 – (8).

Os valores encontrados para esta segunda meta intermédia, para 30 de Junho de 2003, equivalem à coluna (5) da matriz base de análise da eficácia (Figura 8-1), e consistem na ponderação da meta estimada para 2003 pelo peso acumulado até ao primeiro semestre de 2003 da programação financeira, calculada segundo a lógica apresentada acima.

É importante realçar que, para alguns dos indicadores (referentes às ajudas públicas para cada acção), cujas metas para 2006 se encontravam definidas em intervalos de variação, por motivos de cálculo inerentes à análise da eficácia, foram calculados tendo por base o valor médio daqueles intervalos, permitindo assim uma melhor avaliação dos seus resultados.

506. Este raciocínio manteve-se, mesmo para os indicadores de realização considerados no cálculo da reserva de eficiência, quer por razões de coerência na forma de cálculo das metas para todos os indicadores, quer porque se pretendeu fazer uma análise independente da que é efectuada no capítulo específico da reserva de eficiência (ver capítulo 9).

507. O interesse da observação da realização não se esgota, no entanto, na comparação com a situação estimada para Junho de 2003 – coluna (5) da Figura 8-1, nomeadamente, através do cálculo da taxa de realização de Junho de 2003 vs Meta Estimada para Junho de 2003 - coluna (10), ou seja, na informação sobre se os indicadores cumpriram ou não a meta estimada para a data de 30 de Junho de 2003 e nem mesmo na verificação da realização das metas para o final do ano de 2003 e para o final do ano 2006 – ver colunas (11) e (12) da mesma figura.

508. Nos casos em que os indicadores não cumprem as metas estimadas para 30 de Junho de 2003, é fundamental entender as razões que estão na sua origem, e qual a expectativa que se pode formular quanto à evolução da realização daquele indicador face às metas para o final de 2003 e de 2006. Nesse sentido, interessa perceber que segundo o plano inicialmente previsto, a meta de 2003 deveria ser cumprida no final de oito semestres após o arranque do POE (desde Janeiro de 2000 até Dezembro de 2003). Contudo, apenas no final do primeiro semestre de 2001 todo o processo de adaptação aos documentos de programação ficou completo, podendo fazer-se um exercício em que se define esse momento como sendo o momento zero para o POE - dia 1 de Julho de 2001⁴.

509. Tendo em conta este desfazamento no arranque inicial dos Programas do QCA optou-se por calcular uma medida de comparação adicional para Junho de 2003, que resulta da hipótese de se manter um ritmo de execução semestral similar ao ritmo médio previsto na programação inicial.

⁴ Segue-se a sugestão do documento da Comissão de Gestão do QCA, Contribuição da Avaliação Intercalar para a quantificação dos indicadores da Reserva de Eficiência.

Este padrão de ritmo, tem em consideração quer o desfaseamento no arranque inicial do POE, quer a compensação que resulta do facto de se estar a fazer a comparação com as realizações físicas a 30 de Junho de 2003 e não no final de 2003 (fixa-se assim o período executável em apenas quatro semestres). Dessa forma, ainda que não se levem em linha de conta os efeitos normais de aceleração das realizações, os valores executáveis pela manutenção do ritmo médio previsto na programação inicial seriam iguais a 4/8 da meta definida para 2003. É este resultado que se apresenta na coluna (3) da matriz base utilizada na avaliação da eficácia (Figura 8-1). Nos casos em que valor de realização física é inferior à meta estimada para Junho de 2003, mas superior a este valor de ritmo – ver coluna (13) da matriz-base – a justificação do não cumprimento daquela meta está sobretudo associada ao deslize no arranque inicial do Programa .

510. Nesta situação é ainda necessário verificar se independentemente do ritmo de realização dos indicadores ser superior ou inferior ao que estava previamente estabelecido, os indicadores apresentam um ritmo de execução que lhes permite vir a cumprir a meta de 2006. O cálculo de um segundo padrão de ritmo de execução permite assim distinguir os indicadores que detêm potencial para cumprir com as metas definidas para 2006 dos que, devido à sua natureza de execução lenta, apresentam ritmos de execução reduzidos e que assim não têm potencial de execução suficiente para atingir a meta de 2006 (apesar de ambos poderem ou não atingir as metas definidas para 2003).
511. Para o cálculo deste último padrão de ritmo, estabeleceu-se que, considerando o atraso inicial, a meta de 2006 deverá ser cumprida em onze semestres (entre o segundo semestre de 2001 e o final de 2006). Tal como se fez no cálculo do padrão de ritmo anterior, teve que se compensar o facto de se estar a apurar a realização física para 30 de Junho de 2003, e não para o final do mesmo ano, resultando o período executável em apenas quatro semestres. Dessa forma, e ainda que não se leve em linha de conta o efeito normal de aceleração das realizações, os valores executáveis resultantes da manutenção do ritmo médio previsto na programação reformulada, seriam iguais a 4/11 da meta definida para 2006 - coluna (4) da matriz base apresentada atrás.
512. A comparação destas duas medidas de ritmos de execução com os indicadores físicos de Junho de 2003, permitem igualmente calcular níveis de realização, ainda que estas, avaliem, sobretudo, ritmos e não tanto a execução - colunas (13) e (14).
513. Para os indicadores enquadrados nas medidas apoiadas pelo FSE, a metodologia de definição de metas e ritmos é similar, no entanto, a data de referência dos dados disponibilizados é de 31 de Dezembro de 2002. A actualização à data de 30 de Junho de 2003 não foi efectuada pelo facto de dos valores de execução relativos a Junho não terem qualquer relevância para efeitos da

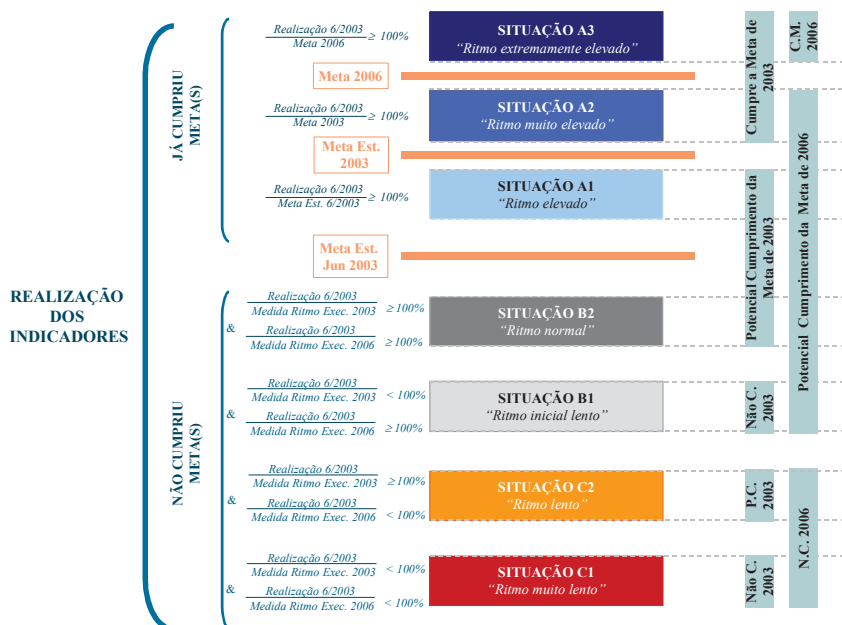
estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados no ano seguinte (Março/Abril), reflectindo a execução do ano anterior. Desta forma, após a estimação da meta para o final de 2003, procedeu-se ao cálculo de uma outra meta intermédia para o final de 2002, utilizando o mesmo método apresentado atrás, aquando da determinação da meta para o final de Junho de 2003.

514. De igual forma, na definição das medidas de ritmo, a lógica mantém-se ainda que o período executável passe de quatro para três semestres (entre Julho de 2001 e o final de 2002). Apesar destas especificidades para os indicadores enquadráveis em medidas FSE, manteve-se a designação das metas e dos ritmos, bem como das taxas de realização, por forma a simplificar a apresentação e a análise.

515. As diversas taxas de realização calculadas permitem uma sistematização dos indicadores por graus e ritmos de cumprimento das metas definidas e previstas. Neste sentido, e de acordo com a Figura 8-2, os indicadores físicos de acompanhamento distribuem-se por 7 situações distintas:

- **Situação A3 – Ritmo extremamente elevado**, engloba todos os indicadores que em Junho de 2003 já cumpriram as metas referentes ao final de 2006, ou seja, apresentaram taxas de realização em Junho de 2003 face à meta de 2006 acima dos 100%, para além de cumprirem com as metas referentes a Junho de 2003 e ao final de 2003, exibindo desta forma um “ritmo extremamente elevado” de execução. No entanto, este alto ritmo de execução dos indicadores poderá, igualmente, ser resultado de uma desadequação no cálculo das respectivas metas para 2006.

FIGURA 8-2: RITMOS DE EFICÁCIA DOS INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação.

- **Situação A2 – Ritmo muito elevado**, corresponde à situação onde o ritmo de execução é o suficiente para que a realização dos indicadores físicos de acompanhamento garanta o cumprimento das metas estimadas para o final de Junho de 2003 e para o final de 2006, permitindo, igualmente, perceber a existência, caso o ritmo se mantenha, de um potencial cumprimento, até ao final do período do Programa, das metas definidas para 2006.
- **Situação A1 – Ritmo elevado**, agrega todos os indicadores que apresentam ritmos de execução que lhes garantem graus de cumprimento para as metas estimadas para Junho de 2003, mas que não são suficientemente elevados para garantir, em Junho de 2003, o cumprimento das metas do final de 2003 e de 2006. É, no entanto, uma situação onde o ritmo de execução dos indicadores é “elevado”, conferindo-lhes, a manter-se, um potencial de cumprimento das metas de 2003 e 2006.
- **Situação B2 – Ritmo normal**, congrega todos os indicadores que não conseguiram atingir a meta estimada para Junho de 2003, mas em que o não cumprimento dos indicadores enquadráveis nesta situação se deve ao facto de ter existido um atraso no arranque do POE, uma vez que estes apresentaram ritmos de execução “normais” face ao tempo de vigência inicialmente definido. Este ritmo, perspectiva assim, o potencial cumprimento das metas definidas para 2003 e também para 2006, uma vez que os indicadores apresentam taxas de realização de Junho de 2003 face ao ritmo de execução 2003 e 2006 superiores a 100%.
- **Situação B1 – Ritmo inicial lento**, é similar à “Situação B2”, no sentido em que os indicadores referentes a esta situação, também não conseguiram cumprir com as metas estimadas para Junho de 2003, mas apresentam um ritmo de execução que, em princípio, lhes permitirá cumprir com as metas para 2006. A diferença desta situação face à anterior deve-se ao facto dos indicadores nesta situação apresentarem ritmos de execução iniciais lentos, ou de a meta para 2003 se apresentar definida com valores muito próximos da meta para 2006, o que significa que, mesmo não considerando o arranque tardio do Programa, estes indicadores, a este ritmo, não conseguiriam atingir execuções que lhes permitissem cumprir com as metas definidas/estimadas para 2003 embora cumprindo as de 2006. Assim, esta situação indicia o facto de a meta intermédia de avaliação do programa exigir um maior ritmo relativo de execução, do que a meta final de 2006.
- **Situação C2 – Ritmo lento**, descreve todos os indicadores que, para além de não terem conseguido atingir as metas estimadas para Junho de 2003, apresentam, igualmente, um ritmo de execução lento, que não lhes permitirá alcançar, dessa forma, nem as metas estimadas para 2003, nem as metas definidas para 2006. Ainda assim, apresentam um ritmo, que apesar de lento, lhes permitiria atingir as metas definidas para o final de 2003 caso não tivesse existido o atraso inicial do PO. Tal como na “Situação B1”, também aqui poderemos ser levados a pensar que as metas definidas para

2003 não se apresentam em consonância com as metas definidas para 2006, evidenciando o facto de as primeiras se encontrarem definidas de forma menos exigente que as últimas.

- **Situação C1 – Ritmo muito lento**, descreve todos os indicadores que, para além de não terem conseguido atingir as metas estimadas para Junho de 2003, apresentam, igualmente, ritmos de execução muito lentos, não lhes permitindo, mesmo sem o atraso inicial do Programa, alcançar as metas definidas para 2003 e para 2006, o que poderá indiciar, tal como acontece na “Situação A3”, uma inadequação na definição das metas ou dos próprios indicadores, face à realidade do Programa, ou alternativamente, uma fraca atracção de determinadas medidas do Programa, com reflexos nos indicadores associados a essas mesmas medidas.

8.2.2. Avaliação Global dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do PORLVT

516.A observação conjunta dos resultados de execução física dos indicadores de acompanhamento do PORLVT é apresentada no Gráfico 8-13 (em anexo apresenta-se a matriz base da Figura 8-1, com os cálculos detalhados das taxas de realização para todos os indicadores), em que se representam as diferentes taxas de realização dos indicadores, nomeadamente as taxas de realização que relacionam os indicadores físicos a 30 de Junho de 2003⁵ com a meta definida para 2006 (Tx R2006), e com as metas estimadas para 2003 (Tx R. Est. 2003) e final de Junho de 2003⁶ (Tx R. Est Jun2003).

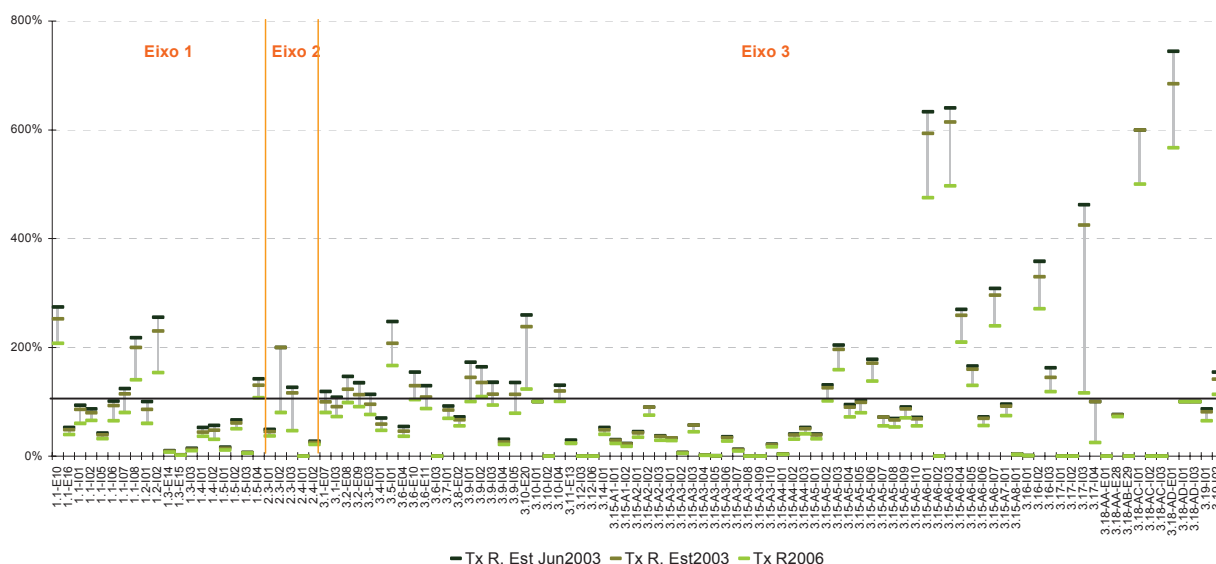
517.O objectivo de representar no mesmo gráfico o conjunto de 105 indicadores analisados, passa por fazer apenas uma observação das “manchas” expostas, sendo as conclusões mais interessantes sobre este tipo de gráfico retiradas mais à frente, aquando da análise eixo a eixo. Ainda assim, é possível entender neste gráfico, que o Eixo 3, sendo o que maior número de indicadores apresenta (com 81 indicadores), é eixo que apresenta maior número de indicadores com taxas de realização nulas, dado que os valores de realização física, para um conjunto de indicadores, é zero, a 30 de Junho de 2003. Não obstante, este eixo também é o que apresenta os maiores valores de taxas de realização, tendo um conjunto de cinco indicadores em que a taxa de realização a 30 de Junho de 2003 face à meta estimada para a mesma data tem um valor superior a 400%, nomeadamente os indicadores: 3.15-A6-I01 - *Nº de projectos de caminhos agrícolas e*

⁵ No caso dos indicadores enquadrados em medidas FSE consideram-se os indicadores físicos a 31 de Dezembro de 2002.

⁶ Para os indicadores referentes a medidas FSE, estimou-se uma meta para 31 de Dezembro de 2002, ainda que se mantenha a mesma designação para a taxa de realização em que aqueles valores são considerados.

rurais aprovados; 3.15-A6-I03 - Km de rede viária beneficiada; 3.17-I03 - Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km); 3.18-AC-I01 - Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar e 3.18-AD-E01 - Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana. Estes indicadores apresentam-se enquanto “outliers” face à distribuição média, quer deste eixo específico, quer por comparação com os valores apresentados pelos indicadores dos restantes eixos, o que poderá resultar de uma subvalorização na definição das metas, de um excedente anormal de projectos naquelas medidas com repercussão directa naqueles indicadores específicos, ou ainda de uma excessiva entrada inicial de projectos, limitados no tempo, associados àqueles indicadores, mas que tenderá a atenuar-se na comparação com as restantes metas.

GRÁFICO 8-13: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA OS EIXOS 1 E 2: FSE E FEDER, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação

518.A avaliação da realização dos indicadores poderia ser facilitada pela construção de um indicador composto e quantificável por eixo, nomeadamente, através das taxas de realização dos indicadores enquadrados naquele eixo⁷, mas essa solução poderia ser demasiado errónea uma vez que não se sabe o peso relativo de cada indicador ponderado pelo peso dos projectos associados às diferentes medidas, e assim aos diferentes eixos. Por outro lado, nem todos os

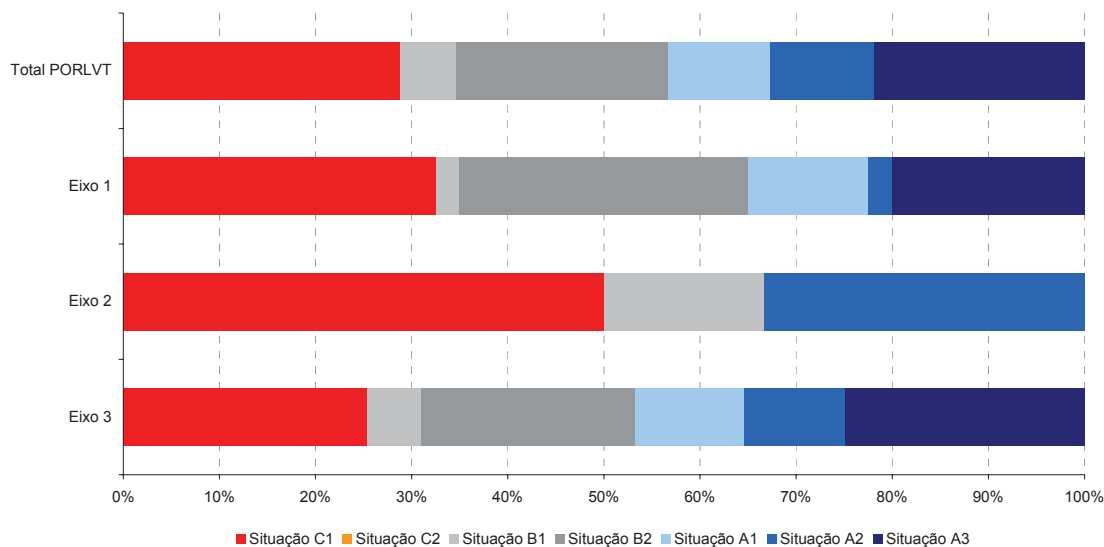
⁷ Segundo a mesma lógica, e tal como será abordado em pontos seguintes, não se poderá igualmente calcular indicadores compostos por medida, fazendo-se antes uma análise baseada em estatísticas descritivas.

objectivos das medidas (logo, também dos eixos), têm indicadores quantificáveis associados, pelo que poderia ser redutora a composição daquele tipo de índices compostos.

519. A verificação do nível de realização de cada um dos eixos do programa pode ser analisado através da distribuição relativa dos indicadores considerados pelas 7 situações definidas na metodologia apresentada atrás, no âmbito da tipologia de caracterização do cumprimento das metas de execução (ver

520. Figura 8-2). Os resultados deste exercício são apresentados no Gráfico 8-14, tendo sido obtidos pelo cálculo, para cada um dos eixos, das médias das distribuições apresentadas pelos indicadores enquadrados em cada uma das medidas do respectivo eixo⁸. Para o conjunto do Programa manteve-se a mesma lógica do exercício, ou seja o peso de cada situação no total do PORLVT resulta da média das distribuições de todas as medidas.

GRÁFICO 8-14: GRAU DE EXECUÇÃO DOS EIXOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

521. No gráfico acima, uma análise global dos eixos permite concluir que, de uma forma geral, não existe grande distinção entre os resultados apresentados por cada um dos eixos do Programa, uma vez que em todos eles, ainda que com pesos distintos, a orientação é para que a maioria dos

⁸ O facto de se ter realizado a distribuição por eixos com base na média das distribuições de cada uma das medidas resulta do facto do número de indicadores por medida ser bastante diferenciado. Caso a classificação fosse realizada com base na situação de todos os indicadores englobados no mesmo eixo, as diversas medidas surgiam com diferentes níveis de ponderação. Recorde-se que o número de indicadores por eixo é muito diferenciado: Eixo 1 – 19 indicadores; Eixo 2 – 5 indicadores e Eixo 3 – 81 indicadores.

indicadores não tenha ultrapassado as metas definidas para o final de Junho de 2003. O Eixo 3 aparece aliás, como o que apresenta indicadores de medida em melhor situação média, uma vez que 46,7% dos valores de realização física dos indicadores de medida, deste eixo, ultrapassam as metas estimadas para Junho de 2003, diminuindo este valor para 35,0% no Eixo 1 e para 33,3% no Eixo 2.

522. Contrariamente, o Eixo 2 é o que apresenta o maior peso de indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, uma vez que em média, por medida, 50% dos indicadores, não cumpriram qualquer uma das metas definidas ou estimadas, e a manter o actual ritmo não têm potencial de cumprimento de qualquer uma dessas metas. Porém, deve-se ter em conta que neste eixo apenas se consideram 5 indicadores na análise, condição que relativiza os resultados obtidos.

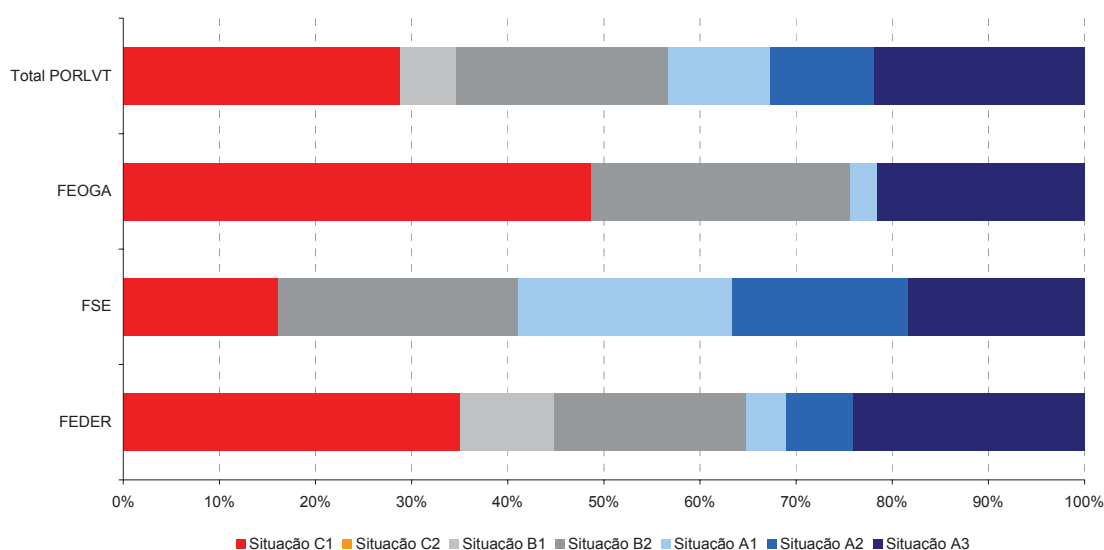
523. Por outro lado, é interessante verificar que, do total dos indicadores que não cumprem a meta estimada para Junho de 2003, a maioria tem potencial, a manter-se o ritmo actual, de vir a cumprir a meta de 2006. Aliás, 22,3% dos indicadores do Eixo 3 e 30,0% dos indicadores do Eixo 1, colocam-se numa posição em que o não cumprimento da meta estimada para o final de Junho de 2003 se explica pelo desfasamento no arranque do Programa. Dessa forma a manter-se o actual ritmo, aqueles indicadores cumprirão quer as metas definidas para o final de 2006, quer as metas definidas ou estimadas para o final de 2003.

524. O resultados globais para o total do PORLVT traduzem um pouco o que se passa nos diferentes eixos do Programa, uma vez que apenas 43,3% dos indicadores ultrapassam as metas estimadas para Junho de 2003, sendo que dessas a maioria ultrapassa a meta de Junho de 2003, mas também as metas para o final de 2003 e para o final de 2006. No extremo oposto, 28,8% dos indicadores não cumpriram a meta de Junho de 2003, e a manter a mesma cadência tenderão a não cumprir qualquer uma das outras metas posteriores. Contudo, existe ainda um grande peso (22,1%) dos indicadores cujo não cumprimento da meta estimada para Junho de 2003 se fica a dever essencialmente ao atraso no arranque do Programa, uma vez que mantendo o mesmo ritmo de realização esses indicadores tenderão a cumprir a meta para o final de 2003 e para o final de 2006. É curioso o facto de não haver qualquer indicador na “Situação C2 – Ritmo lento”, em que, se não tivesse havido desfasamento no arranque do Programa, a manutenção de um determinado ritmo permitiria cumprir a meta para o final de 2003 mas não a meta para o final de 2006, sobretudo devido à menor exigência relativa da meta de 2003 do que a meta de 2006.

525. Pelo facto das medidas do PORLVT serem financiadas por diferentes Fundos Comunitários, nomeadamente FEOGA, FSE e FEDER, fez-se, também, uma avaliação da eficácia dos indicadores de realização física, distinguindo entre os diferentes Fundos (ver Gráfico 8-15). Esta

análise destaca a fraca realização dos indicadores associados à Medida 3.15 – FEOGA, uma vez que 48,6% daqueles indicadores apresentam um “Ritmo muito lento – Situação C1”. Este fundo é, aliás, o que apresenta menor percentagem de indicadores que cumpram a meta estimada para o final de Junho de 2003, com apenas 24,3% dos indicadores nessa situação. Contudo, é também este fundo o que tem maior peso de indicadores que embora não cumprindo as metas definidas para 30/06/2003, têm um ritmo de realização que lhes permitirá, a manter-se, cumprir as metas de 2006, e apresentam potencial para cumprir a meta para o final de 2003, justificando-se esta situação sobretudo pelo desfasamento no arranque do Programa.

GRÁFICO 8-15: GRAU DE EXECUÇÃO DOS FUNDOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

526. Ainda que apresentem as especificidades referidas acima⁹, a apenas considerem 20 indicadores do total, os indicadores das medidas FSE são os que apresentam melhor situação média, uma vez que aproximadamente 59% dos indicadores ultrapassam as metas estimadas para 30 de Dezembro de 2002. É igualmente o FSE que apresenta menor peso de indicadores na “Situação C1”, o que se traduz na realização esperada, para o final de 2006 de mais de 84% dos indicadores analisados.

527. Sendo o fundo comunitário com maior número de indicadores considerados na análise (48 indicadores do total de 105), o FEDER apresenta resultados intermédios na distribuição dos

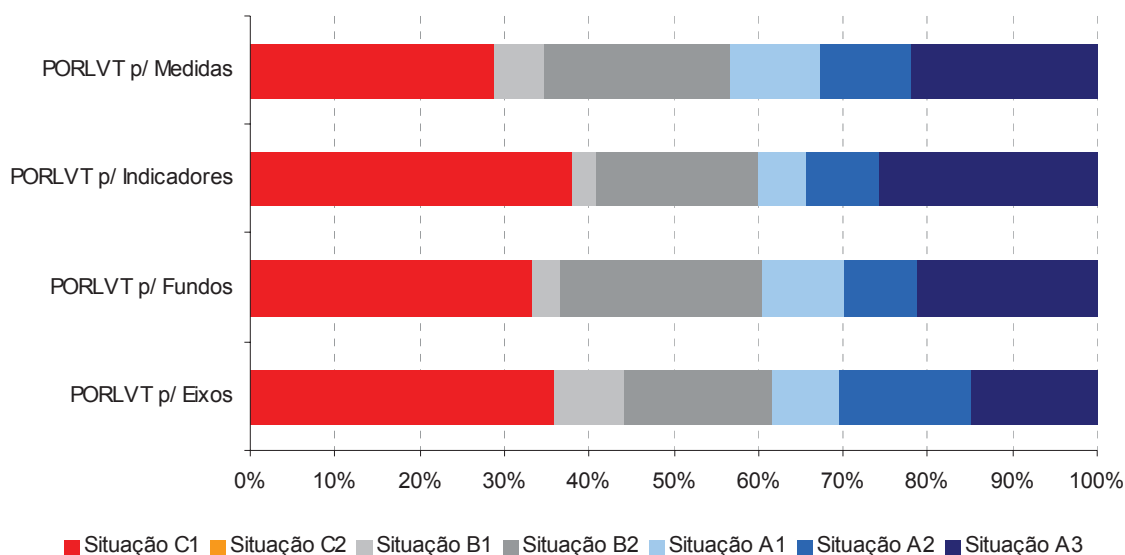
⁹ Os valores de realização física referem-se à data de 31 de Dezembro de 2002, pelo que as metas de comparação foram estimadas para a mesma data: final de 2002.

indicadores face aos outros dois fundos. As medidas FEDER apresentam em média 35,1% dos indicadores na “Situação C1”, e no limite oposto, apenas 35,2% dos indicadores ultrapassam a meta definida para o final de Junho de 2003, e desses mais de 68% ultrapassam também a meta estimada para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006. As medidas FEDER são aliás, as que apresentam maiores valores médios para a “Situação A3 – Ritmo extremamente elevado”, facto que poderá resultar da rapidez de execução de uma grande parte dos projectos ou também da má definição das metas.

Os valores apresentados para o total do PORLVT têm a mesma distribuição do Gráfico 8-14, uma vez que resultam da ponderação dos pesos das diferentes situações em cada uma das medidas.

528. Contudo, a análise do total do PORLVT segundo a tipologia de posicionamento quanto aos graus de execução dos indicadores pode ser obtida segundo diferentes exercícios. A que foi apresentada atrás sobre o grau de execução dos eixos e dos fundos do PORLVT foi calculada a partir das médias das medidas, e é apresentada no Gráfico 8-16, como *PORLVT por Medidas*. As médias para o PORLVT podem ser obtidas, ainda, fazendo a média dos pesos das situações apresentadas para os três eixos (*PORLVT por Eixos*), ou apresentadas para os fundos (*PORLVT por Fundos*). Uma última hipótese (*PORLVT por Indicadores*) passa por contabilizar o número de indicadores que se posiciona em cada uma das situações definidas, e calcular a sua ponderação no total dos 105 indicadores.

GRÁFICO 8-16: GRAU DE EFICÁCIA DO PORLVT, SEGUNDO DIFERENTES FORMAS DE CÁLCULO



Fonte: Equipa de Avaliação.

529. As oscilações apresentadas entre estes diferentes exercícios são marginais, contudo, a análise pelo número absoluto de indicadores é a que apresenta o maior peso de indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, uma vez que 40 dos 105 indicadores se colocam nesta posição. Apesar disso, é também nesta forma de cálculo que têm maior peso os indicadores que cumprem a meta de Junho de 2003, a meta para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006 (25,7%).

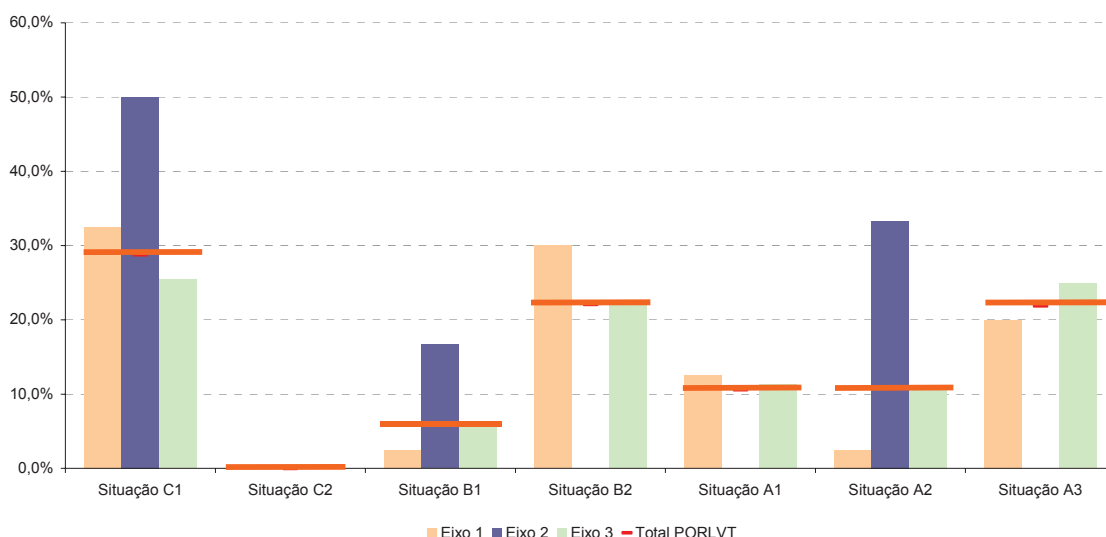
530. Não obstante, é no exercício que utiliza as médias das medidas que a percentagem de indicadores que ultrapassam a meta estimada para o final de Junho de 2003 é superior (independentemente de ultrapassar ou não as metas para o final de 2003 e de 2006).

Complementarmente interessa referir que independentemente do método de cálculo utilizado, o peso dos indicadores sem potencial de cumprimento de qualquer meta (“Situação C1 – Ritmo muito lento”) é muito elevado. Ainda assim, a percentagem de indicadores que embora não tendo cumprido a meta de Junho de 2003 se espera que venham a cumprir as metas do final de 2006 e com potencial de cumprimento das metas para o final de 2003, se mantiverem o mesmo ritmo de execução, é também elevado, podendo ser os responsáveis, em momentos de avaliação posteriores, pela transformação da situação actual.

531. Nos exercícios apresentados anteriormente (Grau de Execução dos Fundos e Grau de Execução dos Eixos), utilizou-se para o total do PORLVT, tal como já se havia referido, os valores calculados por Medidas, escolha que se explica pelo facto do cálculo que resulta da média simples dos fundos não considerar a grande heterogeneidade que esses eixos têm em termos do número de indicadores que consideram (o Eixo 2 apenas considera 5 indicadores), o mesmo se passando no exercício que considera a média dos fundos (em que o FEOGA tem apenas uma medida e o FEDER 15 medidas). O exercício que considera os diferentes indicadores, alternativamente, pondera cada uma das medidas segundo o número de indicadores que está pré-definido por medidas, o que, por exemplo, faz com que os resultados da medida 3.15 (FEOGA) fossem mais importantes que os de qualquer outra medida, apenas porque é a medida que maior número de indicadores apresenta (37 indicadores). Dessa forma, o cálculo do valor médio apresentado pelos indicadores na tipologia de situações de execução que pareceu mais equilibrado foi o que partiu dos valores das Medidas, ainda que a Medida 3.15 representasse a média de um maior número de indicadores que as restantes medidas, no entanto, esse facto prende-se com a desproporção de acções associadas à medida decorrente da construção do próprio Programa.

532. A observação do Gráfico 8-17 permite concluir, pela comparação entre a média da distribuição dos indicadores pelas diferentes situações por eixos e os pesos da distribuição do total dos indicadores considerados pelas diversas situações para o PORLVT, que o Eixo 3, sendo o que considera o maior número de indicadores, é o que mais influencia a deslocação da linha referente ao PORLVT, ainda que por situação, e à excepção da “Situação A3”, este eixo nunca seja o que apresenta maior peso. O Eixo 1, é o que apresenta a maior ponderação nas “Situações B2 e A1”. Na “Situação C1”, “Situação B1” e “Situação A2” o Eixo 2 é o que apresenta valores mais elevados, no entanto como este eixo apenas considera 5 indicadores, não tem grande influência nos valores médios para o PORLVT. Tal como se tinha referido anteriormente, não existe qualquer indicador a posicionar-se na “Situação C2”.

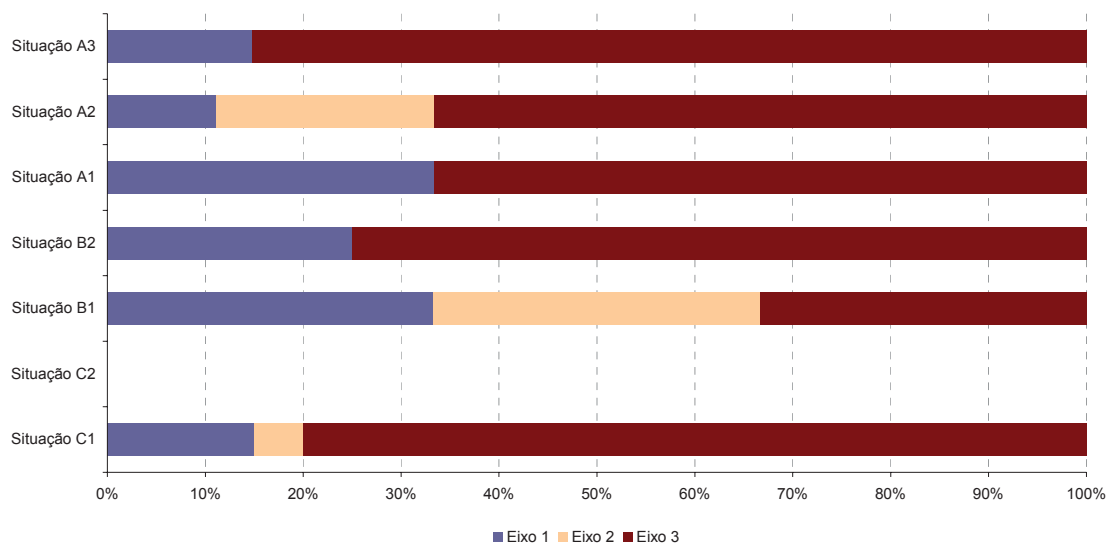
GRÁFICO 8-17: COMPARAÇÃO DOS GRAUS DE EXECUÇÃO DOS EIXOS COM AS MÉDIAS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

533. O Gráfico 8-18, permite confirmar que o Eixo 3 é o que maior representatividade tem em todas as situações para as quais existe observações, facto que se explica por mais de 77% dos indicadores se enquadrar neste Eixo. A única excepção é a “Situação B1”, em que a representatividade dos diferentes eixos é igual, ainda que nesta situação, cada eixo represente apenas um indicador.

GRÁFICO 8-18: DISTRIBUIÇÃO DOS GRAUS DE EXECUÇÃO POR EIXOS DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação.

534. Nos sub-capítulos apresentados de seguida faz-se uma análise mais fina por indicador e por medida, distinguido para os diferentes eixos, os graus de execução das diversas metas definidas, por forma a clarificar os grandes números apresentados neste ponto. Essa análise não é feita em torno da matriz base de trabalho (apresentada em anexo), mas antes em torno dos seus resultados e das interpretações que se podem fazer a esses resultados. No sub-capítulo relativo ao Eixo 3, faz-se ainda uma análise do caso particular da Medida 3.15 (FEOGA), uma vez que é uma medida que agrega um conjunto muito heterogéneo de medidas.

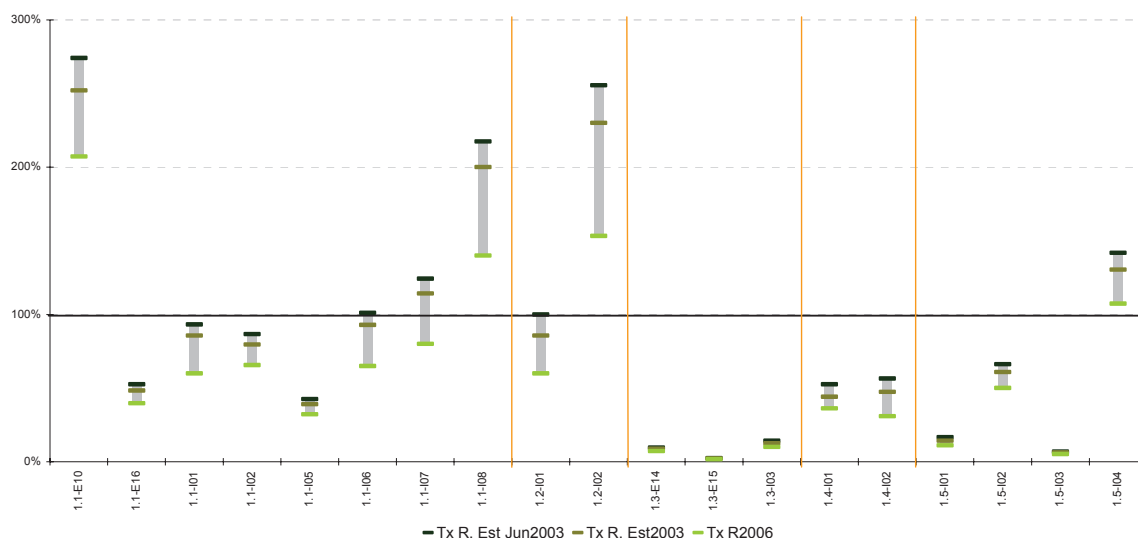
8.2.3. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 1 do PORLVT

535. Nesta análise apresentam-se os resultados para os indicadores enquadráveis nas Medidas 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, considerando-se na análise um total de 19 indicadores. Nesta análise não se apresentam resultados para a Medida 1.6 – Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico, uma vez que esta medida não tem previstos indicadores de acompanhamento físico.

536. A observação do gráfico apresentado abaixo, permite, antes de mais, identificar as taxas de realização, por indicador, que são superiores a 100%, ou seja, identificar os indicadores que cumpriram as metas analisadas. Permite ainda, numa lógica mais concentrada em cada um dos indicadores, analisar as relações existentes entre as diferentes taxas de realização, nomeadamente

a ordenação e a concentração. Por outro lado, para facilitar esta análise, dividiram-se com linhas verticais os indicadores, separando-os por medidas.

GRÁFICO 8-19: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 1, POR INDICADORES



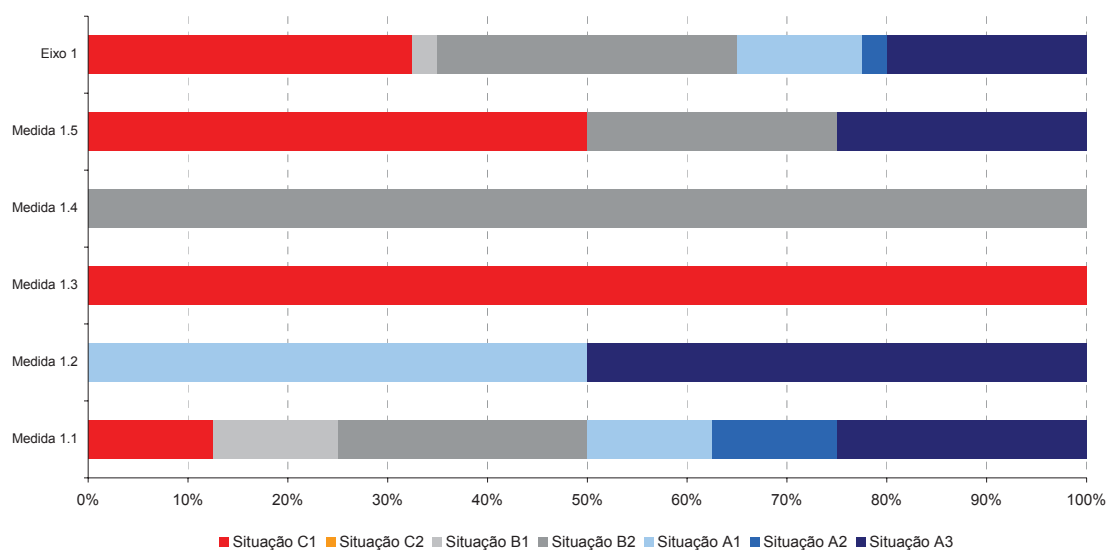
Fonte: Equipa de Avaliação.

537. Em termos genéricos é possível perceber que todos os indicadores apresentam uma ordenação das taxas de realização semelhante, com a Tx R. Est. Jun2003 ≥ Tx R. Est2003 ≥ Tx R2006. Esta orientação explica-se pelo facto de, normalmente, os valores apresentados pelas metas estimadas para o final de Junho de 2003 (Tx R. Est. Jun2003) serem inferiores aos que foram estimados (ou definidos) para o final de 2003 (Tx R. Est2003), e estes face aos que foram definidos para 2006 (Tx R2006). Por outro lado, e em termos simplificados, a observação do gráfico permite entender que dos dezanove indicadores, apenas quatro cumprem todas as metas definidas, um cumpre apenas as metas de Junho de 2003 e final de 2003, e dois somente a meta definida para o final de Junho de 2003.

538. Em termos de concentração, podem-se distinguir dois grupos de indicadores: os que apresentam taxas de realização superiores a 100%, tendem a apresentar taxas mais dispersas; os que não ultrapassam as metas definidas tendem a registar valores mais concentrados. Não obstante, para cada indicador, a relação estabelecida entre as diferentes taxas de realização é bastante diversa, pelo facto da proporção entre as respectivas metas variar bastante. A título de exemplo, a diferença entre as metas definidas para o final de Junho de 2003 e o final de 2006 (Meta Junho 2003 - Meta 2006) para a totalidade dos indicadores varia entre 0,6% e 102,2%.

539. Os resultados da observação da eficácia física do PORLVT poderão ser mais elucidativos, se alternativamente à análise centrada nos indicadores, se evoluir para uma análise centrada nas medidas. É essa evolução que se pretende efectuar com a observação do gráfico apresentado de seguida (ver Gráfico 8-20). Aquele gráfico faz cumulativamente o cruzamento desta realidade por indicadores/medidas com a tipologia de situações de execução dos indicadores de realização definida atrás. Este exercício permite visualizar claramente, por medida, a distribuição relativa dos indicadores por capacidade de cumprimento de metas e ritmos de execução, e generalizar esse exercício em termos médios ao Eixo.

GRÁFICO 8-20: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 1, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

540. Deste quadro de análise, o que ressalta desde logo, é que em grande parte das medidas o cumprimento das metas é relativamente reduzido. Apenas na Medida 1.2, que apenas considera dois indicadores, todos os indicadores cumprem a meta estimada para o final de Junho de 2003, e um deles cumpre igualmente a meta estimada para o final de 2003 e a meta definida para o final de 2006. Por outro lado, metade dos indicadores da medida 1.1 cumprem as metas estimadas igualmente para 30/06/2003. Dos indicadores que não cumprem aquela meta, apenas 12,5% não têm potencial, mantendo o mesmo ritmo de realização, para atingir as metas do final de 2003 e 2006, posicionando-se os outros em situações cujos valores de realização física se justificam quer pelo atraso no arranque do Programa, quer na maior exigência relativa da meta de 2003 face à de 2006.

541. Os três indicadores considerados na Medida 1.3 apresentam ritmos de realização extremamente lentos, pelo que para além de não cumprirem as metas para Junho de 2003, a manterem o mesmo ritmo não têm qualquer potencial de cumprimento das metas de 2003 e 2006, posicionando-se todos os indicadores na “Situação C1 – Ritmo muito lento”. No caso da medida 1.4, todos os seus indicadores se encontram na “Situação B2”, justificando-se o não cumprimento das metas de Junho de 2003 pelo arranque tardio do Programa.
542. Por fim, dos quatro indicadores considerados na medida 1.5, um ultrapassou todas as metas, e os restantes apresentam taxas de realização face à meta de Junho de 2003 abaixo dos 100%, sendo que um desses indicadores justifica o seu atraso também no arranque tardio, e os restantes têm um ritmo de execução de natureza lenta, pelo que não têm potencial para cumprir quaisquer das metas existentes, nomeadamente a de 2006.
543. Devido à heterogeneidade dos diferentes resultados por medidas, o Eixo 1 apresenta uma grande diversidade de posicionamentos para os seus indicadores, com 35% dos respectivos indicadores a apresentar taxas de realização face às metas para 30/06/2003 superiores a 100% e 32,5% dos indicadores a posicionarem-se na “Situação C1”. Existe ainda uma grande “fatia” de indicadores, 30%, que embora não cumpram a meta definida para o final de Junho de 2003, tem potencial para vir a cumprir as metas para o final de 2003 e 2006, uma vez que o seu ritmo supera as expectativas iniciais de ritmo de realização, explicando-se a não realização pelo atraso no arranque do Programa. Assim, pode-se prever que, a manter-se o mesmo ritmo de execução, 67,5% dos indicadores venham a cumprir as metas definidas para o final da Programação.
544. No Quadro 8-2, é possível distinguir o posicionamento de cada um dos indicadores por situação relativa ao ritmo e grau de execução das metas de acompanhamento definidas. De referir, que, por questões de apresentação, são listados no quadro seguinte, apenas os códigos dos indicadores, e a justificação quantitativa da classificação é apresentada num quadro em anexo.

QUADRO 8-2: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 1, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
1.1-I08	1.1-I07	1.2-I01	1.1-I01	1.1-E16		1.1-I05
1.1-E10			1.1-I02			1.3-I03
1.2-I02			1.4-I01			1.3-E14
1.5-I04			1.4-I02			1.3-E15
			1.5-I02			1.5-I01
						1.5-I03

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

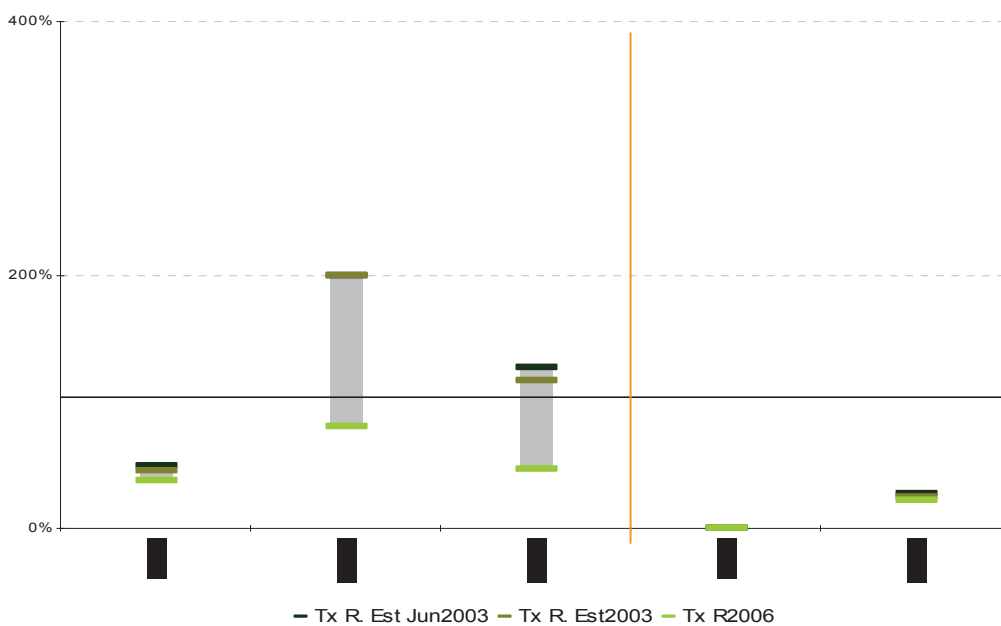
Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.4. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 2 do PORLVT

545. Antes de mais importa referir que do total das medidas consideradas neste segundo eixo, foram retiradas da análise as Medidas 2.1 e 2.2, por razões que no Relatório de Execução de 2002 se prendiam com o facto de não terem sido aprovados até ao momento projectos que contribuam directamente para os indicadores pré-definidos (caso da Medida 2.1) ou não se registarem aprovações de projectos associados à Medida 2.2, fazendo-se, assim, a apreciação de apenas cinco indicadores.

546. A avaliação da eficácia da realização física deste eixo, pode-se fazer num primeiro momento, pela decomposição das taxas de realização por indicador, face às diferentes metas analisadas (ver Gráfico 8-21).

GRÁFICO 8-21: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 2, POR INDICADORES



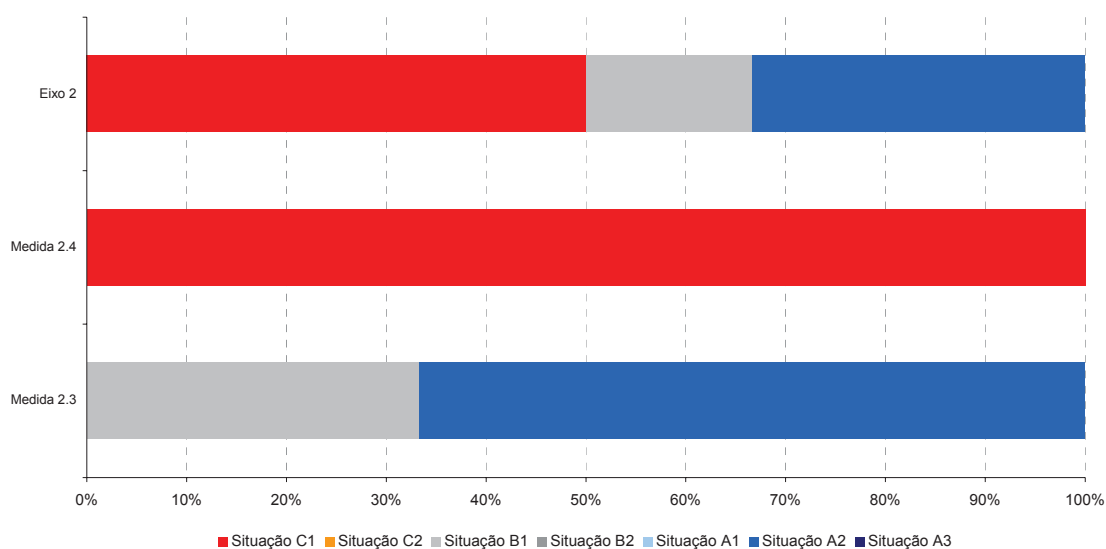
Fonte: Equipa de Avaliação.

547. Tal como é perceptível da análise do gráfico, todos os indicadores apresentam uma ordenação normal, com a Tx R. Est. Jun2003 ≥ Tx R. Est2003 ≥ Tx R2006, e apresentam taxas de realização bastante concentradas. Nenhum dos indicadores do Eixo 2 cumpre todas as três metas consideradas, havendo inclusive um dos indicadores a apresentar taxas de realização nulas (*indicador 2.4-I01 – N° de Estágios profissionais apoiados*). Apenas dois dos indicadores da

Medida 2.3 tem taxas de realização superiores a 100%, quer por comparação com a meta estimada para Junho de 2003, quer por comparação com a meta para o final de 2003.

548. Uma análise centrada na tipologia de posicionamento dos indicadores quanto aos graus de execução (ver Gráfico 8-22) deixa entender, o que já se percebeu atrás, que todos os indicadores da Medida 2.4 não cumprem qualquer uma das três metas, e esse não cumprimento não se fica a dever ao atraso no arranque do Programa nem à maior exigência relativa das metas iniciais, pelo que todos os indicadores desta Medida se posicionam na “Situação C1 – Ritmo muito lento”. Na Medida 2.3, apenas um dos indicadores não cumpre qualquer meta, no entanto, apresenta um ritmo de realização que lhe permite vir a cumprir a meta final de 2006, pelo que o não cumprimento das metas se fica a dever ao atraso no arranque do Programa e também à maior exigência relativa das metas intermédias. Os restantes indicadores daquela medida cumprem ambas as metas intermédias referentes a 2003, mas não ultrapassam a meta para 2006, pelo que se posicionam na “Situação A2 – Ritmo muito elevado”.

GRÁFICO 8-22: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 2, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

549. Assim em termos médios 50% dos indicadores do Eixo 2 estão na pior situação identificada – “Situação C1 – Ritmo muito lento”, e apenas 1/3 dos indicadores registam valores de realização física superior à meta para o final de Junho de 2003, e nestes casos também superior à meta do final de 2003.

550. Tal como se fez para o Eixo 1, pode-se individualizar o posicionamento de cada um dos indicadores por graus de execução das metas de acompanhamento definidas.

QUADRO 8-3: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 2, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
	2.3-I02			2.3-I01		2.4-I01
	2.3-I03					2.4-I02

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

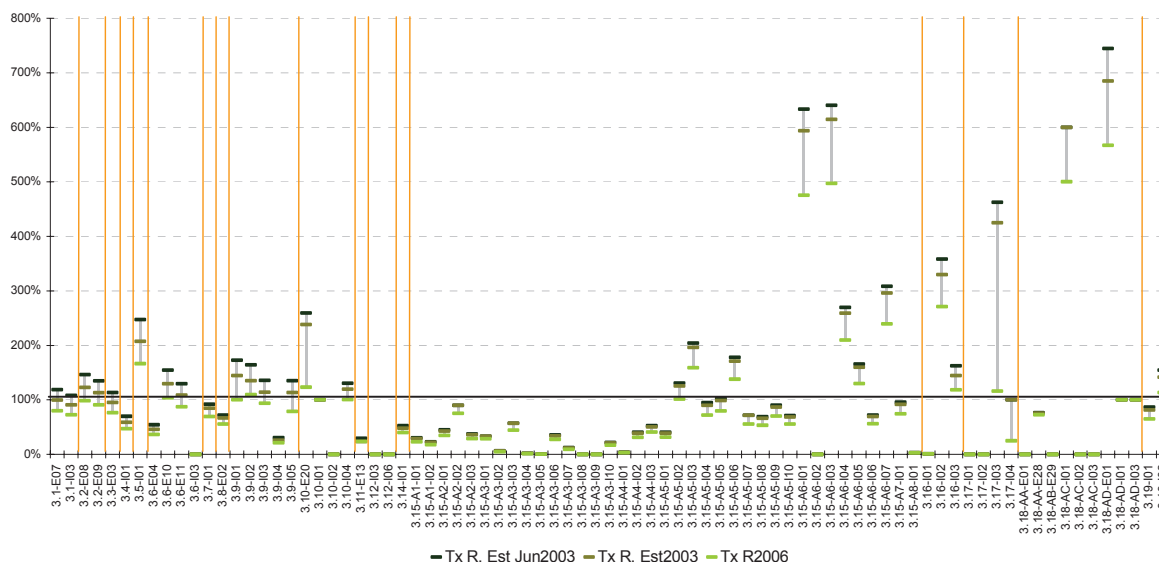
Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.5. Avaliação dos Níveis de Eficácia das Realizações das Medidas do Eixo 3 do PORLVT

551.No caso específico do Eixo 3, todas as medidas são analisadas, à excepção da Medida 3.13 – “Sociedade de Informação” (FSE), uma vez que não se apresentam dados de realização física para 30 de Junho de 2003 nos indicadores relacionados com aquela medida, e das Medidas 3.20, 3.21 e 3.22, referentes à Assistência Técnica, respectivamente, das medidas FEDER, FSE e FEOGA, pelo facto de não terem indicadores associados.

552.A análise dos indicadores associados a este Eixo pode ser feita, num primeiro momento, e à semelhança do que se fez para os outros Eixos, utilizando um gráfico em que se apresentam as diferentes taxas de realização física (ver Gráfico 8-23).

GRÁFICO 8-23: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 3, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação.

553.Uma vez que este Eixo apresenta um grande número de indicadores (81 indicadores), o gráfico apresentado acima, tal como o gráfico similar para o total do PORLVT, apenas permite efectuar

uma análise “por manchas”, evidenciando os casos mais extremos. Assim, antes de mais, existe um grande número de medidas que apenas têm associado um único indicador, nomeadamente as Medidas 3.3, 3.4, 3.5, 3.7, 3.8, 3.11 e 3.14, o que, tal como veremos mais à frente, irá resultar num conjunto de medidas que apresentam todos os seus indicadores numa única situação da tipologia de graus e ritmos de cumprimento das metas definidas.

554. Por outro lado, aproximadamente 20% dos indicadores apresentados exibem taxas de realização nulas, destacando-se a Medida 3.12 – “Sociedade de Informação” com ambos os indicadores a apresentarem realização nula; a Medida 3.17, em que dois dos quatro indicadores apresentam igualmente taxas nulas e a Medida 3.15 – “Agricultura e Desenvolvimento Rural” por ter o maior número absoluto de indicadores com taxas de realização nulas – 7 indicadores.

555. Todos os indicadores analisados neste eixo apresentam uma ordenação normal, com a Tx R. Est. Jun2003 \geq Tx R. Est2003 \geq Tx R2006, havendo grande concentração das taxas apresentadas por indicador, dado que a diferença estabelecida entre as diferentes taxas de realização é bastante reduzida. Contudo, a última afirmação é mais verdadeira nos indicadores que não cumprem qualquer meta, do que naqueles que cumprem uma ou mais, ou seja quanto maiores são as taxas de realização dos indicadores maior é a propensão a apresentar maiores dispersões nas diversas taxas de realização consideradas. À excepção de um conjunto de seis indicadores (3.10-E20 - *Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)*; 3.15-A6-I01 - *Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados*; 3.15-A6-I03 - *Km de rede viária beneficiada*; 3.17-I03 - *Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)*; 3.18-AC-I01 - *Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar* e 3.18-AD-E01 - *Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana*), a diferença entre as taxas de realização apresentadas é sempre inferior a 100%, o que se explica pela relação que aquelas três taxas têm entre si, por via das metas, na maioria dos indicadores, e justifica a tendência de concentração das metas.

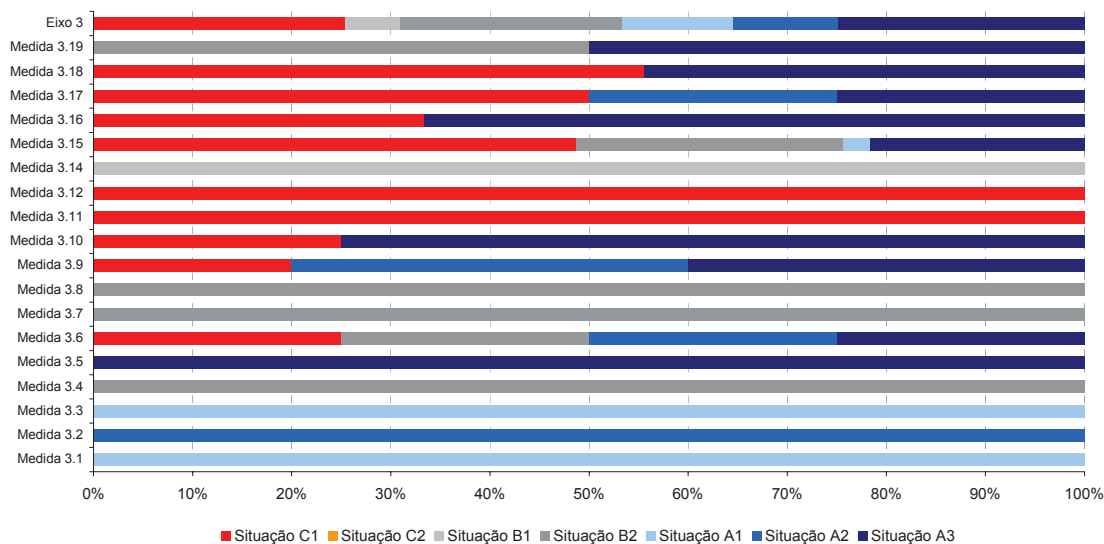
556. São aliás alguns daqueles indicadores (especificamente o 3.15-A6-I01, 3.15-A6-I03, 3.18-AC-I01 e 3.18-AD-E01), os que maiores valores para as taxas de realização exibem, tendo sempre no mínimo uma das taxas de realização com um valor igual ou superior a 600%, ou seja os valores de realização física já ultrapassaram em seis vezes, a(s) meta(s) estimada(s) ou definida(s).

557. Outro caso invulgar, é o do indicador 3.17-I03, que apresenta uma diferença entre a taxa de realização para o final de Junho de 2003 e a definida para o final de 2006 superior a 346%, facto

que se explica por neste indicador se ter definido uma meta para o final de 2003 que era aproximadamente 27,2% da meta definida para o final do período de vigência do Programa.

558. Ainda assim, e tal como é possível de confirmar no gráfico apresentado de seguida, em que se classificam os resultados dos indicadores de realização face à tipologia de posicionamento quanto aos respectivos graus de execução (ver Gráfico 8-24), este eixo é o que apresenta maior percentagem de indicadores que apresentam taxas de realização face à meta estimada para o final de Junho de 2003 superior a 100%. Esta situação resulta do facto de existir um grande número de medidas em que todos os indicadores ultrapassaram as metas definidas para 30/06/2003 (Medidas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.5), ou ainda medidas em que a maioria dos indicadores ultrapassa essa mesma meta (Medidas 3.6, 3.9, 3.10, 3.16, 3.17 e 3.19).

GRÁFICO 8-24: GRAU DE EXECUÇÃO DO EIXO 3, POR MEDIDA



Fonte: Equipa de Avaliação.

559. Porém, é importante notar que, por um lado, as medidas onde a totalidade dos indicadores ultrapassa a meta calculada para o final de Junho de 2003, apenas agregam um ou dois indicadores, e que, por outro lado, nas Medidas 3.1. e 3.3 apenas se ultrapassam aquelas metas, enquanto que na Medida 3.2 os valores de realização física são superiores também à meta estimada ou definida para o final de 2003, e apenas na Medida 3.5 o indicador ultrapassa igualmente a meta definida para o final de 2006. De igual forma, nas medidas em que a maioria, mas não a totalidade, dos indicadores ultrapassa as metas definidas para 30/06/2003 deve-se notar que esses indicadores nunca ultrapassam apenas aquelas metas, mas também a definida para o final de 2003 ou as metas para o final de 2003 e de 2006.

- 560.No extremo oposto, existem duas medidas (Medida 3.11 e 3.12) cuja totalidade dos indicadores se posicionam na “Situação C1 – Ritmo muito lento”, o que traduz que a realização física daqueles indicadores seja muito lenta. Existe ainda um conjunto de medidas (Medida 3.4, 3.7 e 3.8), cujos indicadores se posicionam todos na “Situação B2”, ou seja, em todos os indicadores os ritmos de execução são “normais” face ao tempo de vigência inicialmente definido, pelo que o não cumprimento de qualquer meta se fica a dever sobretudo ao atraso no arranque do PORLVT.
- 561.Os indicadores da medida 3.14 estão na “Situação B1”, em que para além do atraso no arranque do PORLVT, se explica o não cumprimento das metas para o final de Junho de 2003 pela maior exigência relativa das metas definidas para 2003 face às definidas para 2006.
- 562.Assim, em termos do Eixo 3 tomado no seu global, 46,7% do total dos indicadores ultrapassam a meta estimada para Junho de 2003, mas mesmo assim este eixo é o que mais contribui para o número de indicadores que cumprem as metas de Junho de 2003, final de 2003 e final de 2006 – “Situação A3”. Não obstante, a maioria dos indicadores que não cumprem a meta para 30/06/2003, justificam o não cumprimento pelo atraso no arranque do PORLVT e pelo maior grau de exigência relativa das metas de 2003 face à de 2006, e não apenas devido à natureza lenta da execução dos indicadores. Se não tivesse existido o desfasamento no início da vigência do PORLVT, a percentagem mínima de indicadores que cumpririam a meta de Junho de 2003 fixar-se-ia em 69,0%.
- 563.A distribuição dos indicadores pelas diferentes situações definidas é apresentada abaixo, demonstrando que grande parte dos indicadores se posicionam nas situações extremistas da tipologia.

QUADRO 8-4: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3, POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.5-I01	3.2-E08	3.1-E07	3.4-I01	3.14-I01		3.6-I03
3.6-E10	3.2-E09	3.1-I03	3.6-E04			3.9-I04
3.9-I02	3.6-E11	3.3-E03	3.7-I01			3.10-I02
3.9-I01	3.9-I05	3.15-A5-I05	3.8-E02			3.11-E13
3.10-I01	3.9-I03		3.15-A2-I02			3.12-I03
3.10-I04	3.17-I04		3.15-A3-I03			3.12-I06
3.10-E20			3.15-A4-I03			3.15-A1-I01
3.15-A5-I02			3.15-A5-I08			3.15-A1-I02
3.15-A5-I06			3.15-A5-I10			3.15-A2-I01
3.15-A5-I03			3.15-A5-I07			3.15-A2-I03
3.15-A6-I01			3.15-A5-I09			3.15-A3-I01
3.15-A6-I03			3.15-A5-I04			3.15-A3-I02
3.15-A6-I04			3.15-A6-I06			3.15-A3-I04
3.15-A6-I05			3.15-A7-I01			3.15-A3-I05
3.15-A6-I07			3.19-I01			3.15-A3-I06

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.16-I02 3.16-I03 3.17-I03 3.18-AC-I01 3.18-AD-I01 3.18-AD-I03 3.18-AD-E01 3.19-I02						3.15-A3-I07 3.15-A3-I08 3.15-A3-I09 3.15-A3-I10 3.15-A4-I01 3.15-A4-I02 3.15-A5-I01 3.15-A6-I02 3.15-A8-I01 3.16-I01 3.17-I01 3.17-I02 3.18-AA-E01 3.18-AA-E28 3.18-AB-E29 3.18-AC-I02 3.18-AC-I03

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.

Fonte: Equipa de Avaliação.

8.2.6. Avaliação dos Níveis de Eficácia do Caso Particular FEOGA - Medida 3.15

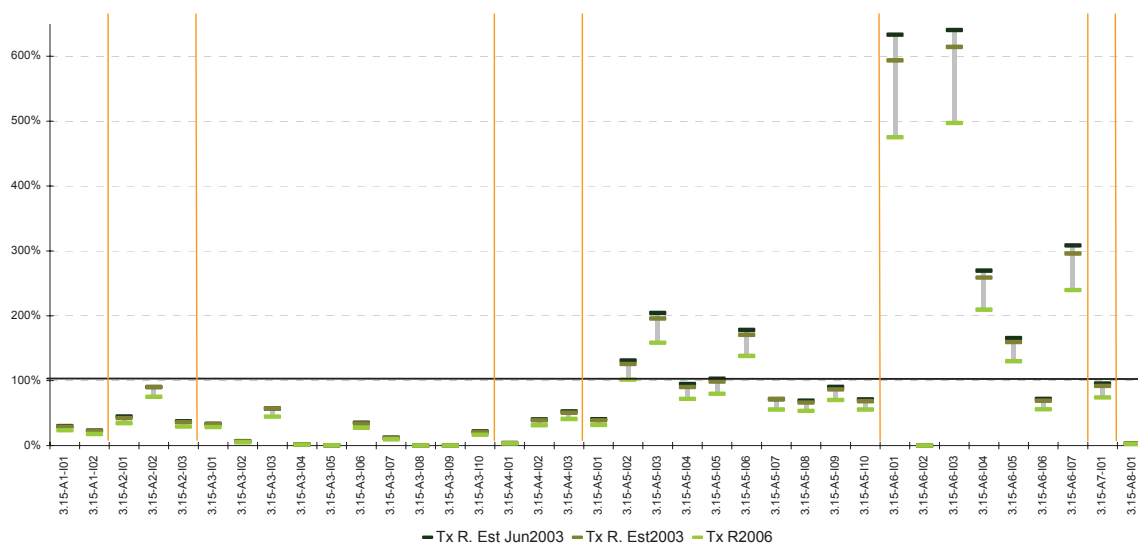
564.No PORLVT, o FEOGA, para além da medida 3.22 Assistência Técnica que não é analisada por não ter indicadores de acompanhamento relacionados, tem a sua intervenção concentrada numa única medida, a Medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Eixo 3. O facto desta medida agregar oito acções com âmbitos de actuação, objectivos e promotores claramente diferenciados, bem como o número elevado de indicadores associados com metas definidas (37 indicadores), justifica uma análise específica da eficácia desta Medida, por forma a revelar as diferenças entre as acções e sub-acções que compõem a Medida 3.15.

Para além dos indicadores considerados nesta análise de eficácia incluem-se, igualmente, em anexo, com as respectivas realizações a 31 de Dezembro de 2002, os indicadores da medida que se encontravam mencionados nas clausulas técnicas do caderno de encargos e que posteriormente foram objecto de afinação e utilização pelo Coordenador da Medida. Estes indicadores por não possuírem metas definidas não foram objecto de inclusão neste ponto da análise da eficácia sugerindo-se que os mesmos deverão ser considerados no âmbito de uma avaliação comparativa das diversas intervenções da Agricultura nos diferentes PO Regionais, aspecto que extravasa o actual exercício de Avaliação Intercalar do PORLVT.

565.De seguida (ver Gráfico 8-25), procede-se à avaliação da eficácia através da análise das taxas de realização de cada indicador face às metas previstas pela equipa de avaliação para Junho de 2003 e final de 2003 e à meta estabelecida para o final de 2006. Numa primeira análise da eficácia dos respectivos indicadores, da Medida 3.15 (FEOGA), observamos, que apenas nas Acções 5 e 6, é

que existem indicadores que apresentam taxas de realização física acima dos 100% para a totalidade das metas previstas (Junho de 2003 e final de 2003) e definida (final de 2006). Aliás, em todas as outras acções os indicadores não superam quaisquer uma das metas definidas. Verifica-se igualmente que 19% do número total de indicadores afectos à medida 3.15, apresentam taxas de realização nulas, ou aproximadamente nulas, para todas as metas (Junho de 2003, final de 2003 e final de 2006), sendo estes, os indicadores: 3.15-A3-I04, 3.15-A3-I05, 3.15-A3-I08, 3.15-A3-I09, 3.15-A4-I01, 3.15-A6-I02 e 3.15-A8-I01.

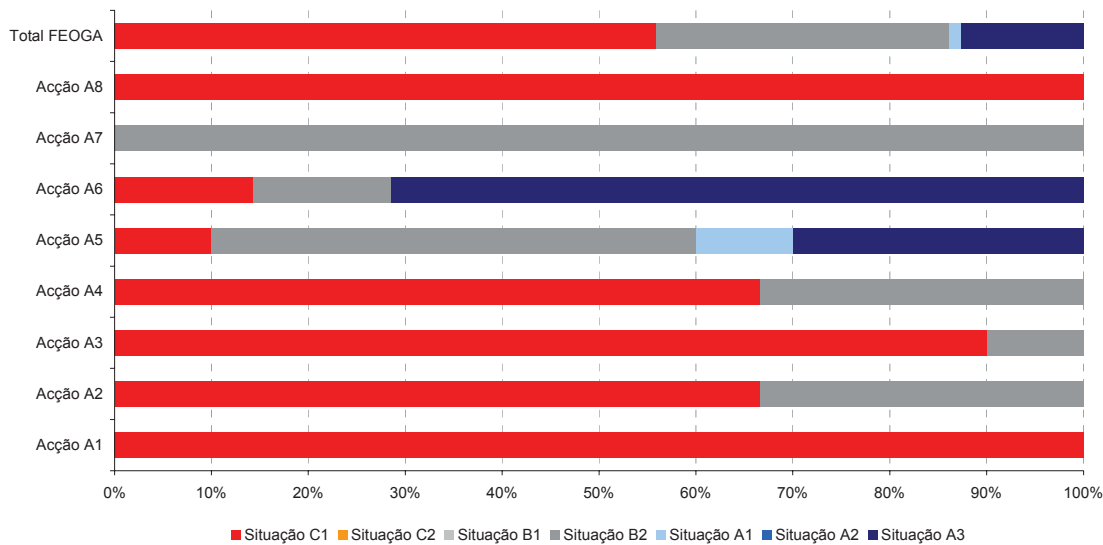
GRÁFICO 8-25: TAXAS DE REALIZAÇÃO PARA O EIXO 3 – MEDIDAS FEOGA, POR INDICADORES



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

566. Da análise acima apresentada apercebemo-nos que a Acção 6 da Medida 3.15 é a única acção que apresenta mais de metade dos seus indicadores com graus de execução acima das metas previstas para Junho de 2003, ultrapassando também as metas para o final de 2003 e 2006. Todas as outras acções apresentam percentagens inferiores a 50% do total dos indicadores a si associados que apresentaram taxas de realização para Junho de 2003 acima de 100%. No entanto, dada a limitação desta análise apresenta-se de seguida uma disposição gráfica (Gráfico 8-26) das percentagens de indicadores associados, em cada acção, às situações da tipologia de execução dos indicadores de realização definidas atrás.

GRÁFICO 8-26: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3 – FEOGA (MEDIDA 3.15), POR Acção



Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

567. Verificamos assim, que a Acção 6 – “Caminhos e electrificação agro-rurais”, que apresenta mais de metade dos seus indicadores com níveis de cumprimento acima dos 100% para todas as metas analisadas, e apresenta apenas 14,3% dos seus indicadores na “Situação C1”, em que o não cumprimento das metas apenas se explica pelo ritmo lento associado àqueles indicadores, é a acção com melhores resultados em toda a medida.

568. A Acção 5, por sua vez apresenta 40% dos indicadores em situações de cumprimento das metas previstas e definidas, distinguindo-se entre 10% dos indicadores que cumprem apenas a meta estimada para Junho de 2003, e 30% dos indicadores a superarem também as metas estimadas para o final desse mesmo ano e de 2006. Dos restantes 60% dos indicadores, apenas 10% se colocam na “Situação C1”, em que para além de não cumprir qualquer meta não se espera que, mantendo-se o mesmo ritmo, venham a cumprir, e todos os outros justificam a não ultrapassagem das metas pelo arranque tardio do Programa. Estes indicadores, caso o PO tivesse começado na data inicial prevista, com o ritmo de execução que apresentam, teriam condições para atingir nesta altura, as metas previstas para 2003.

569. Com excepção das duas acções acima apresentadas, todas as outras acções apresentam todos os seus indicadores com graus de execução abaixo das metas previstas para Junho de 2003, sendo que nas Acções 1 e 8, a totalidade dos seus indicadores apresentam ritmos de execução que não lhes conferem potencial para conseguirem cumprir com as metas definidas para 2006, colocando-se na “Situação C1”.

570.O único indicador da Acção 7, por outro lado, apresenta um ritmo de execução que não lhe permitiu cumprir com a meta prevista para Junho de 200 apenas por consequência do arranque tardio do PO. Dos três indicadores que compõem a Acção 4, dois apresentam ritmos de execução muito lentos, não conseguindo cumprir as metas previstas para Junho de 2003, nem apresentando potencial de cumprimento das metas definidas para 2006 e o terceiro indicador desta acção caracteriza-se por um ritmo de execução mais rápido que os outros dois, mas ainda assim, com um ritmo que não lhe permitiu cumprir com a meta prevista para Junho de 2003, mas tendo potencial de cumprir as metas definidas para o final de 2003 e 2006. Nas Acções 2 e 3, os indicadores distribuem-se igualmente pelas “Situações C1” e “B2” com maior peso para a primeira situação.

571.Em termos da medida 3.15 observada como um todo, pode-se então concluir, tal como já foi referido num ponto atrás, que mais de 86% dos seus indicadores, não cumprem a meta de Junho de 2003. Aquele valor, reduzia-se para 56% se não tivesse havido um desfasamento no arranque do PO, face ao que estava inicialmente previsto. Estes resultados são influenciados, sobretudo, pelos níveis de execução apresentados pelos indicadores das acções 1, 3 e 8, de forma mais intensa, e acções 3 e 4, de forma mais reduzida.

572.Para uma melhor visualização da distribuição dos indicadores físicos de acompanhamento de cada acção, pelas situações definidas referentes aos graus e ritmos de execução, apresenta-se de seguida, no Quadro 8-5.

QUADRO 8-5: GRAUS DE EXECUÇÃO DO EIXO 3 – FEOGA (MEDIDA 3.15), POR INDICADOR

Situação A3	Situação A2	Situação A1	Situação B2	Situação B1	Situação C2	Situação C1
3.15-A5-I02		3.15-A5-I05	3.15-A2-I02			3.15-A1-I01
3.15-A5-I06			3.15-A3-I03			3.15-A1-I02
3.15-A5-I03			3.15-A4-I03			3.15-A2-I01
3.15-A6-I01			3.15-A5-I08			3.15-A2-I03
3.15-A6-I03			3.15-A5-I10			3.15-A3-I01
3.15-A6-I04			3.15-A5-I07			3.15-A3-I02
3.15-A6-I05			3.15-A5-I09			3.15-A3-I04
3.15-A6-I07			3.15-A5-I04			3.15-A3-I05
			3.15-A6-I06			3.15-A3-I06
			3.15-A7-I01			3.15-A3-I07
						3.15-A3-I08
						3.15-A3-I09
						3.15-A3-I10
						3.15-A4-I01
						3.15-A4-I02
						3.15-A5-I01
						3.15-A6-I02
						3.15-A8-I01

Nota: A tabela de codificação dos indicadores é apresentada no anexo a este capítulo.
 Fonte: Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002

8.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E EFEITOS GLOBAIS DO PROGRAMA NA REGIÃO

573. A lógica de análise ascendente dos níveis de eficácia do programa é prosseguida neste ponto através de um caminho que permite, por um lado, “trocar” uma visão centrada nos instrumentos por uma visão centrada nos objectivos, e, por outro lado, “subir” das medidas e dos eixos até ao programa, considerado no seu conjunto, para identificar e qualificar os seus principais contributos em termos da evolução da região.

8.3.1. A aproximação da eficácia a partir da relevância à luz da execução

574. O processo de análise ascendente da eficácia do programa é iniciado, neste ponto, com uma articulação entre as dimensões da relevância e da eficácia¹⁰, traduzida na comparação da **relevância esperada** com a **relevância revelada** à luz da execução dos projectos. O referencial adoptado para iniciar a construção da visão de conjunto dos efeitos do programa é o dos diferentes domínios temáticos de avaliação do PORLVT (infra-estruturas e equipamentos colectivos, actividades produtivas e qualificação empresarial, potencial humano e mercado de trabalho, ambiente e património, e inovação e sociedade de informação). Procede-se, assim, domínio a domínio, com base nas medidas mais relevantes e conclui-se com uma visão de síntese para o conjunto dos domínios analisados.

575. A análise da relevância esperada fez-se, num primeiro momento da avaliação do programa¹¹, através da aferição da relevância do programa com base na sua arquitectura conceptual, tendo em conta a estrutura de objectivos e as tipologias de projectos. A análise da relevância revelada faz-se, agora, com o objectivo de validar a relevância do programa com base na sua execução, à luz da adesão efectiva dos promotores. A consideração dos domínios temáticos ou de intervenção permite ancorar a reinterpretação do conceito de relevância na resposta que a execução das medidas pode dar aos problemas e necessidades identificados em cada um daqueles domínios, isto é, na lógica dos seus efeitos sobre a situação económica, social e institucional da região.

576. As diferenças encontradas na comparação entre aqueles dois momentos da avaliação, isto é, entre a concepção e a execução dos programa, tipificam três situações distintas para a relação entre as medidas e os domínios de monitorização da evolução da “população-alvo”:

¹⁰ Talvez seja de relembrar que, em alguns dos primeiros exercícios de avaliação de intervenções estruturais na Europa, estas foram duas das grandes dimensões de análise privilegiadas.

¹¹ Ver 1º Relatório de Janeiro de 2003

- a) A relevância revelada supera a relevância esperada. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução onde o perfil dos projectos concretizados permite superar as expectativas criadas ao nível da concepção;
- b) A relevância revelada e a relevância esperada aproximam-se. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução que correspondeu ao esperado na concepção do programa, confirmando-se o nível de relevância inicialmente previsto;
- c) A relevância revelada fica aquém da relevância esperada. As medidas enquadradas nesta situação apresentam uma execução na qual os projectos concretizados não cobriram as áreas com relevância para o domínio em causa. Esta situação pode ser motivada por factores distintos:
 - i) a adesão dos promotores ficou aquém do que era esperado;
 - ii) a execução de algumas medidas atrasou-se devido, nomeadamente, à sua regulamentação tardia;
 - iii) as tipologias de acções deixaram de contemplar projectos com relevância neste domínio, verificando-se alterações à própria concepção do programa, nomeadamente, por via regulamentar.

577. O quadro global evidenciado pela comparação entre as relevâncias “esperada” e “revelada” caracteriza-se por uma razoável estabilidade, na medida em que se pode concluir que metade dos casos analisados confirmaram, na prática, a relevância esperada, embora mais forte nos casos de relevância elevada, embora num processo em que, globalmente, a relevância se reduz na passagem da concepção para a execução revelada. Com efeito, dos 31 casos “muito relevantes” analisados (cada caso resulta do cruzamento de uma medida com um domínio), cerca de 2/3 mantêm a relevância que originalmente lhes havia sido atribuída, enquanto que 1/3 perdem relevância, enquanto, dos 38 casos “relevantes” analisados, apenas 15 mantêm o mesmo grau de relevância, 2 reforçam essa relevância, 20 vêm diminuída a sua relevância, e 2 situações são inconclusivas. A perda de relevância das medidas deve-se, sobretudo, à falta de realização, embora se verifiquem também casos de aparente reorientação de objectivos ou de concretização muito parcial de objectivos mais gerais.

578. A comparação da relevância das medidas por domínios temáticos de intervenção permite, também, evidenciar um défice de sinergias na configuração do programa em acção que surge demasiado ancorado em intervenções bem delimitadas e pouco expressivo em intervenções transversais de banda mais larga, isto é, em termos de concepção/programação, um desenho de objectivos relativamente geral e ambicioso tende a “empurrar” para cima a relevância esperada,

enquanto em termos de execução/realização, uma tipologia de projectos mais específica e limitada, tende a “puxar” para baixo a relevância revelada.

579. O Quadro 1-1, compara, deste modo, a relevância esperada (determinada em função da avaliação dos objectivos específicos e tipologias de cada medida, tal como definidos na fase de concepção) com a relevância verificada (avaliada em função do cumprimento dos objectivos relevantes na óptica dos domínios temáticos, através da aprovação de projectos visando a prossecução desses objectivos).

580. A leitura em coluna da figura, isto é, observando o conjunto das medidas, permite verificar que o domínio das *Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos* é aquele que apresenta um desempenho de execução mais aproximado do que era esperado ao nível da concepção do programa, superando mesmo a sua relevância esperada em duas medidas. As tipologias de projectos integrados neste domínio terão, assim, “encaixado” melhor nas estratégias e comportamentos dos diferentes promotores que outras tipologias associadas aos outros domínios.

581. Os promotores de projectos parecem, assim, privilegiar a construção de equipamentos colectivos, sejam os que representam ainda uma geração de investimentos orientados para a satisfação de necessidades básicas, sejam os que representam a consolidação e desenvolvimento dessa primeira geração, em comparação com infraestruturas e equipamentos traduzindo um padrão de vida mais elevado, com maior representatividade de bens intangíveis e com maior conteúdo de informação. Os projectos no domínio da requalificação de espaços públicos, da construção de equipamentos e das acessibilidades parecem afirmar-se com maior facilidade face aos projectos associados a outros domínios previstos no PORLVT, designadamente, os relativos ao apoio às actividades produtivas e à qualificação empresarial, à protecção do ambiente e à inovação¹². Com efeito, pode notar-se que:

- a) os investimentos nestes domínios ficam, nalguns casos, aquém do que se esperava inicialmente, aquando da concepção do programa, nomeadamente no que respeita aos domínios *potencial humano e mercado de trabalho, ambiente e património e inovação e sociedade de informação*, que vêem a relevância da maior parte das medidas não ser confirmada, na fase de execução dos projectos;

¹² Importa referir que a análise efectuada neste ponto encontra-se limitada à partida pelo facto de a informação disponibilizada não fornecer elementos suficientes para a identificação completa das diferentes componentes dos projectos. Esta situação é particularmente evidente nos domínios da *inclusão social* e das *instituições e governância* que, por esta razão, não foram alvo de análise neste ponto.

- b) no domínio das *actividades produtivas e qualificação empresarial*, embora algumas medidas com impacto tenham mantido, em geral, o mesmo nível de relevância, cabe sublinhar que as medidas que perdem relevância, na análise que já considera a execução do programa, são, justamente, as mais directamente relacionadas com os vectores de competitividade, designadamente a qualificação e formação do capital humano, a edificação de infraestruturas de geração superior com integração de oferta de serviços e a integração da informação e do conhecimento nos processos produtivos.
- c) a menor adesão a medidas cujos projectos são de natureza predominantemente intangível parece, assim, confirmar-se, nomeadamente no domínio da *inovação*, onde, na generalidades das medidas, não se confirmou o grau de relevância esperada que tinha sido associado à respectiva concepção.

582.A leitura da figura em linha, isto é, na perspectiva das medidas que cruzam com domínios, permite, pelo seu lado, tipificar três situações distintas:

- a) medidas que mantêm ou aumentam a sua relevância em diferentes domínios (**1.1, 1.5, 2.3 e 3.17**), cujos projectos aprovados respondem bem, de uma forma geral, aos diferentes objectivos propostos, cobrindo grande parte das áreas previstas nas medidas;
- b) medidas que mantiveram a mesma relevância (**3.1 a 3.6**) no domínio no qual era mais significativa (Potencial Humano), com excepção da medida 3.5 por motivos de atraso na respectiva regulamentação;
- c) Medidas que vêm reduzida a respectiva relevância revelada, ficando aquém do previsto na maioria dos domínios (**2.2, 3.10, 3.12 e 3.13**), seja por atrasos na regulamentação e/ou execução (a medida relativa à qualificação das cidades e requalificação metropolitana, componente empregabilidade, ainda não foi regulamentada, tal como a acção “Portugal Digital” da medida 3.12 não foi aberta, arrastando uma execução nula para a medida 3.13 que lhe está associada, através da respectiva formação profissional), seja por redução drástica do âmbito de intervenção na definição das tipologias de projectos (na medida desconcentrada da Economia praticamente só foram aprovados projectos associados à reconversão para o gás natural).

QUADRO 8-6: ANÁLISE DA PASSAGEM DA RELEVÂNCIA ESPERADA (PROGRAMAÇÃO) À RELEVÂNCIA REVELADA (EXECUÇÃO) NOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS DE AVALIAÇÃO

Domínios temáticos de intervenção	Infra-estruturas e equipamentos	Actividades produtivas e dinâmica empresarial	Potencial humano	Ambiente e património	Inovação
Estrutura do Programa: Eixos e Medidas					
EIXO 1: Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal					
M1.1 Acessibilidades e equipamentos (FEDER)	=	=	<	=	
M1.2 Valorização ambiental patrimonial (FEDER)	=			<	<(-)
M1.3 Capacidade institucional regional (FEDER)		=			
M1.4 Formação para o desenvolvimento (FSE)		=	<		
M1.5 Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)	>	=		=	
M1.6 Bonificação juros em linhas crédito ao investimento autárquico (FEDER)					
EIXO 2: Acções Integradas de Base Territorial					
M2.1 Qualificação cidades e requalificação metropolitana, componente territorial (FEDER)	=			<	
M2.2 Qualificação cidades e requalificação metropolitana, empregabilidade (FSE)		<(-)	<(-)	<(-)	<(-)
M2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo (FEDER)	>	=		=(+)	
M2.4 Formação e empregabilidade (FSE)		<	<	=	
EIXO 3: Acções Integradas de Base Territorial					
M3.1 Promoção formação qualificante e da transição para a vida activa (FSE)		=	=		<
M3.2 Formação ao longo da vida e adaptabilidade (FSE)		<	=		<
M3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados (FSE)			=		
M3.4 Criação de emprego (FSE)		=	=		
M3.5 Eficácia e equidade das políticas (FSE)			<		
M3.6 Promoção do desenvolvimento social (FSE)			=		
M3.7 Apoio investimento no desenvolvimento local e social (FEDER)	*	=	<		
M3.8 Infraestruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER)	=		<		
M3.9 Ensino Profissional (FSE)		=	=		
M3.10 Economia (FEDER)	=	<(-)	<(-)	<	<(-)
M3.11 Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)	=		<		=
M3.12 Sociedade de Informação (FEDER)		<	<		<
M3.13 Sociedade de Informação (FSE)			<(-)		<
M3.14 Pescas Infraestruturas de portos (FEDER)	=	=		<	
M3.15 Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA)	=	=		*	<
M3.16 Desenvolvimento de equipamentos desportivos (FEDER)	=				
M3.17 Acessibilidades e transportes (FEDER)	=	=		=(+)	
M3.18 Ambiente (FEDER)	<(-)			<	
M3.19 Saúde (FEDER)	=				

Legenda:

Classificação segundo a concepção	Muito Relevante		Relevante		Pouco Relevante		Sem Relevância	Inconclusivo
Classificação após a execução	Maior relevância	>	Igual relevância	=	Menor relevância	<	Inconclusivo	*

583.A abordagem da “relevância revelada” pode ser desenvolvida através de uma análise mais detalhada, domínio a domínio, focalizando-se nas medidas que foram consideradas como “muito relevantes” ou “relevantes” em termos da análise da relevância na concepção do programa. É o que se desenvolve a seguir.

Infraestruturas e Equipamentos Colectivos

584.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para o domínio das *Infraestruturas e Equipamentos Colectivos*, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 1.5 (>):** a análise dos projectos aprovados, permite concluir que a maioria se enquadra nas tipologias que estão associadas ao domínio em análise, nomeadamente, a construção e requalificação de equipamentos colectivos e requalificação de espaços públicos. A medida deve, assim, ser considerada como “muito relevante” em termos de relevância revelada;
- **Medida 2.3 (>):** a análise dos projectos aprovados indica que a grande maioria se refere precisamente às componentes integradas no domínio em análise, nomeadamente, a requalificação urbana e de equipamentos colectivos e projectos de valorização ambiental. A medida deve, assim, ser classificada como “muito relevante em termos de relevância revelada”;
- **Medida 3.18 (< (-)):** apenas um projecto aprovado se enquadra neste domínio (um centro de sensibilização e educação ambiental) limitando o espectro de iniciativas potencialmente disponíveis no âmbito deste no domínio (áreas classificadas não abrangidos por áreas protegidas, intervenções em albufeiras e barragens, equipamentos de apoio ao desenvolvimento local, por exemplo), forçando a redução da relevância na análise da passagem da concepção à execução.

Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial

585.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos de concepção, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com a especificação do conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 2.2 (<(-)):** a inexistência de quaisquer projectos aprovados obriga a não poder considerar qualquer relevância revelada para esta medida que poderia contribuir para o domínio das actividades produtivas através do estímulo à criação de iniciativas e reforço de competências empresariais ou da promoção de produtos e actividades no exterior, entre outros aspectos;

- **Medida 2.4 (<):** as acções de formação realizadas no âmbito da foram em número reduzido, pelo que limitam uma maior aderência às necessidades de qualificação de recursos humanos, promoção da empregabilidade, preservação de actividades económicas tradicionais e desenvolvimento sustentado do turismo, reduzindo, em termos de execução, o potencial da contribuição para o domínio das actividades produtivas;
- **Medida 3.2 (<):** o desenvolvimento de um elevado número de acções de formação profissional contínua que confere, aliás, a esta medida um bom desempenho em termos de execução, fez-se, no entanto, sem recurso à tipologia de projectos com impacto mais directo no domínio das actividades produtivas e dinâmica empresarial (carência de acções de consultoria formativa dirigidas a PME, que incluíam a consultoria nos domínios da gestão e a formação em áreas de suporte ao desenvolvimento empresarial), o que força uma redução na relevância revelada pela medida para este domínio;
- **Medida 3.10 (< (-)):** a medida concretiza-se, quase exclusivamente, através de projectos de extensão da rede de gás natural e acções de conversão de consumos, os quais respondem a um único objectivo específico (contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo de gás natural) e em dois projectos de remodelação e criação de pousadas da juventude, pelo que a sua relevância revelada para o desenvolvimento das actividades produtivas e para a qualificação das empresas não pode deixar de reflectir uma forte redução face à relevância esperada em função da gama de objectivos incluídos ao nível da programação;
- **Medida 3.12 (<):** a execução da medida não permitiu o funcionamento da acção “Portugal Digital”, com potencial para estimular o domínio em causa, através de projectos de utilização das tecnologias de informação e comunicação contribuindo para a modernização do tecido económico, o aumento de competitividade e a criação de postos de trabalho. Embora se tenham desenvolvido esforços para o lançamento de uma iniciativa integrada “Iniciativa Campus Virtual”, a relevância revelada desta medida, para o domínio das actividades produtivas, reduz-se necessariamente.
- **Medida 3.15 (=):** a boa adesão dos promotores revelada, em termos gerais, pela execução da medida, nomeadamente no que respeita aos projectos de apoio à pequena agricultura (na acção 1), não é, no entanto, suficientemente acompanhada pelas restantes acções, nomeadamente, no que respeita ao desenvolvimento de produtos de qualidade e de modernização de unidades produtivas (acção 2), pelo que estamos perante um caso em que a relevância revelada se apresenta de forma aberta com sinais suficientes para confirmar a relevância esperada, mas ainda insuficientes para a reforçar.

Potencial Humano e Mercado de Trabalho

586.A comparação da avaliação efectuada, em termos de concepção, da relevância de cada medida para este domínio, com a especificação do conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma delas permite evidenciar, num quadro de níveis de compromisso e de execução elevados, para além de uma confirmação genérica da relevância das medidas consideradas como “muito relevantes” na análise da programação (3.1, 3.2, 3.3 e 3.9), as seguintes alterações:

- **Medida 1.1 (<):** não foram apoiadas escolas profissionais, tendo sido somente apoiados alguns equipamentos escolares, na sua maioria de nível pré-escolar, pelo que se considera que a medida perdeu algum grau de relevância;
- **Medida 1.4 (<):** a medida apresenta um nível de execução menos conseguido (cerca de 16% da programação 2000-2006), embora sem se afastar excessivamente das metas definidas, o que, apesar da relevância dos projectos apoiados, força a redução da relevância revelada. A **medida 2.4 (<)** (3 candidaturas homologadas no valor de 1,9 milhões de € de despesa pública, isto é, cerca de 25% da dotação total programada) apresenta o mesmo perfil de passagem da relevância esperada para a relevância revelada;
- **Medida 2.2 (<-):** não houve qualquer execução devido às dificuldades surgidas com o processo de articulação ao nível nacional e regional, envolvendo as várias entidades com responsabilidades na sua gestão e implementação. A medida não confirmou por isso qualquer relevância;
- **Medidas 3.5 (<) e 3.7 (<) :** ambas registaram menores graus de execução face a atrasos na publicação da respectiva regulamentação, situação que, embora já tenha sido entretanto ultrapassada, conduz a que estas medidas não tenham, no período de execução em análise, podido assumir toda a relevância esperada;
- **Medida 3.10 (<-):** considerou-se na análise da relevância esperada que o apoio à modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas, nos domínios tecnológico e de formação, poderia ter alguma relevância para o domínio do potencial humano. A configuração efectiva da medida não contemplou, como vimos, qualquer acção nesta área pelo que se considera que a mesma deixou de ter relevância;
- **Medidas 3.11 (<) , 3.12 (<) e 3.13 (< (-)):** os níveis de execução relativamente baixos que se registaram, face a atrasos na execução, nomeadamente, da vertente da acção “Portugal Digital”, conduzem a um relevância revelada diminuída.

Ambiente e Património

587.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **Medida 1.2(<):** a execução desta medida é marcada por uma assimetria ou desequilíbrio no cumprimento dos seus objectivos. Com efeito, enquanto alguns objectivos, e os projectos que os suportam, estão a ser cumpridos e aprovados num grau e a um ritmo notáveis (nas áreas de intervenção associadas ao abastecimento de água, à drenagem e ao tratamento de águas residuais urbanas, à despoluição de bacias hidrográficas e à qualificação da imagem e do ambiente urbanos), outros objectivos, também muito relevantes, seja ao nível do património (nas áreas de intervenção associadas à recuperação e valorização de edifícios com reconhecido valor arquitectónico e histórico, à salvaguarda de zonas históricas, à recuperação e preservação do património cultural), seja ao nível do ambiente (nas áreas da integração da recolha, reciclagem, tratamento e eliminação dos resíduos sólidos urbanos e da promoção das energias renováveis e alternativas) estão a merecer muito menor atenção por parte dos promotores, prejudicando, desse modo, a performance global da medida e a confirmação plena da relevância esperada;
- **Medida 2.1 (<):** trata-se de uma das medidas com maior relevância esperada na perspectiva do ambiente e da sustentabilidade., uma vez que todos os seus objectivos específicos são relevantes ou altamente relevantes quer do ponto de vista quer da prioridade «ambiente», quer do ponto de vista do domínio «ambiente e património», tal como quase todos os tipos de projectos elegíveis contribuem, se concretizados em grau apreciável, para a satisfação dos princípios fundamentais de uma política de ambiente transversal consistente. O ritmo de execução alcançado (seis projectos aprovados até ao final de 2002) é, no entanto, insuficiente para concretizar a relevância esperada;
- **Medida 2.2 (<-):** não foram aprovados projectos pelo que a medida não obtém qualquer relevância revelada no domínio do ambiente;
- **Medida 3.10 (<):** embora os resultados obtidos na área de intervenção específica do gás natural sejam positivos, na medida em que a conversão de consumos de energia para gás natural constitui um importante desígnio ambiental, a quase total concentração de recursos nessa intervenção não permite qualquer expressão a outros objectivos (como a utilização de novas tecnologias ambientais ou o tratamento pelas empresas de efluentes e resíduos) obriga a reduzir significativamente a relevância revelada;

- **Medida 3.14 (<):** a relevância esperada desta medida na perspectiva do ambiente dependia da melhoria das condições de exercício da actividade «em pequenos núcleos piscatórios». Os projectos efectivamente aprovados concentraram-se na prossecução de outros objectivos (com destaque para a doca de pesca do porto de Setúbal com cerca de 83% do investimento elegível aprovado) o que obriga a reduzir a relevância atribuída à medida neste domínio;
- **Medida 3.18 (<):** o documento fundador do Programa conferia elevadas expectativas ao desempenho desta medida ao nível da especificação dos objectivos. A análise da sua execução revela, no entanto, que os projectos aprovados, apesar da sua inquestionável importância e utilidade para o cumprimento de alguns objectivos específicos da medida, não permitirão satisfazer plenamente aquelas expectativas pelo que a relevância revelada surge inferior à relevância esperada.
- **Medida 2.3 (= (+)):** a performance de execução desta medida, embora não conduza, pela sua natureza, a uma mudança de classificação na relevância revelada, merece ser destacada no plano qualitativo, na medida em que os seus objectivos específicos ambientalmente relevantes estão a ser satisfeitos com a aprovação de projectos de indiscutível valia (projectos como o Parque Almourol, o Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes e o Al-Margem revestem-se de grande significado numa óptica ambiental e patrimonial) e que se constata, numa apreciação global, que foram objecto de particular atenção áreas de intervenção como as reabilitações urbanas, designadamente na vertente de recuperação de centros históricos, a requalificação paisagística, nomeadamente nas margens dos rios, o aproveitamento lúdico-turístico e a divulgação e valorização do património;

Medida 3.17 (= (+)): a execução desta medida comportará uma previsível concentração de recursos em dois projectos específicos (Metro do Sul do Tejo e aquisição de barcos de passageiros para a travessia do Tejo em Lisboa), de natureza estruturante, que contribuirão significativamente para o cumprimento dos objectivos específicos ambientalmente relevantes desta medida. Os projectos aprovados até 31/12/2002 valorizam essencialmente o sector rodoviário e os projectos de construção, beneficiação e reparação de estradas (áreas de intervenção que possuem relevância reduzida ou nula em termos ambientais e de sustentabilidade). A configuração ambiental da medida indicia a concretização efectiva de uma melhoria das acessibilidades e dos meios de transporte público nos sectores ferroviário e fluvial, pelo que também merece uma nota de destaque em termos de relevância revelada.

Inovação e Sociedade da Informação

588.A comparação da avaliação efectuada anteriormente, em termos conceptuais, acerca da relevância de cada medida para este domínio, com o conjunto de projectos aprovados no âmbito de cada uma das medidas do PORLVT permite evidenciar as seguintes alterações:

- **medida 1.2 (< (-)):** a sua incidência no domínio da inovação poderia resultar do eventual apoio à diversificação de fontes de energia renováveis onde, no entanto, não se verificou a existência de quaisquer projectos, indiciando uma reduzida aderência dos promotores da região à questão da diversificação de fontes energéticas;
- **medida 2.2 (<(-)):** podendo contribuir para o domínio da inovação através da formação de competências em tecnologias de informação não existem, no entanto, ainda quaisquer projectos aprovados para o que podem ter contribuído dificuldades de articulação aos níveis regional e nacional;
- **medida 3.1 (<):** poderá ter uma importante contribuição para o domínio da inovação pois é por esta medida que poderão ser apoiados os cursos de especialização tecnológica que respondem a necessidades chave das empresas para percorrer os seus processos de inovação. A execução desta medida mostra, no entanto, até agora, uma reduzida expressão dos cursos conferindo grau de certificação profissional de nível 4 (os formandos ao nível do ensino secundário atingem apenas 274 num total de 6314);
- **medida 3.2 (<):** a sua contribuição para o domínio da inovação resultaria do apoio à formação profissional como modo de induzir a inovação organizacional nas empresas. Não se registam , todavia, acções do tipo “consultoria formativa” especificamente dirigidas a PME ou acções visando a inovação organizacional, pelo que esta medida acaba por não confirmar a relevância que à partida lhe foi atribuída.
- **Medida 3.10 (<):** a sua incidência no domínio da inovação poderia resultar de um largo conjunto de acções enquadráveis nos seus objectivos e actuando ao nível do reforço da inovação nas empresas e nas suas interacções como a envolvente. Esta medida concentra-se, no entanto, quase exclusivamente, na rede de gás e respectivas acções de conversão de consumos e nas pousadas da juventude, não incluindo, por exemplo, projectos relativos à concretização de ALE ou ao reforço da I&D empresarial, pelo que só podemos concluir pela absoluta não materialização da relevância desta medida para o domínio da inovação.

- **Medida 3.12(<):** correspondendo à vertente desconcentrada da componente do programa sectorial da *Sociedade de Informação* não desencadeou ainda a acção *Portugal Digital*. Os 5 projectos aprovados dizem apenas respeito à acção Estado Aberto – Modernização da Administração Pública..
- **Medida 3.13 (<):** estando associada à acção *Portugal Digital* não contou, também, ainda com quaisquer projectos aprovados. Assim, embora estas duas medidas possam ser muito relevantes para o domínio da inovação, a sua execução está ainda aquém das expectativas.

8.3.2. A evolução económica e social da região de Lisboa e Vale do Tejo à luz do Programa

589. A análise da eficácia de conjunto do programa se exige um conhecimento das características efectivamente assumidas pelos projectos e acções concretizados, não tanto em termos individualizados, mas em termos agregados nos seus efeitos sobre o desenvolvimento económico e social da região, onde os objectivos do programa ganham sentido (características sistematizadas através da abordagem da “relevância esperada” desenvolvida no ponto anterior), exige, também, um conhecimento da evolução da própria região no período de referência da presente avaliação intercalar (2000-2003), na medida em que a eficácia se reporta a efeitos concretos relativos a uma transformação, também concreta, da “população-alvo” (abordagem que se desenvolve no presente ponto, aprofundando a análise já desenvolvida em termos da evolução do contexto da execução do programa).

590. A abordagem da evolução da situação económica e social da região é desenvolvida com base em dois instrumentos principais, a informação disponibilizada pelos sistemas estatísticos convencionais (cujos limites, em termos de actualização, foram parcialmente superados através de estimativas da responsabilidade da equipa de avaliação), por um lado, e a informação fornecida pelos inquéritos realizados, pela equipa de avaliação, junto dos promotores e das entidades envolvidas na gestão do programa, por outro lado.

591. A visão que emerge da opinião expressa na resposta aos inquéritos, quer pelos promotores, quer pelas entidades envolvidas na gestão, caracteriza-se (ver Quadro 8-7 e Quadro 8-8), em termos globais, por uma melhoria da situação da região no que respeita aos domínios em que a situação de partida se apresentava mais favorável, isto é, em domínios que se reportam mais explicitamente ao objectivo genérico da qualificação e valorização do território (dotação de infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património, animação cultural e turística) ou ao envolvimento na “sociedade de informação” (grau de utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas empresas, cidadãos e administração).

**QUADRO 8-7: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003)
A VISÃO DOS PROMOTORES POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	3,8	8,6%	4,4%	50,0%	45,6%	10,8%
Energia, Transportes, Ambiente	3,7	5,7%	3,4%	53,2%	46,8%	11,7%
Saúde	3,5	0,0%	8,9%	62,0%	29,1%	5,8%
Desporto	4,1	17,1%	2,4%	31,7%	65,9%	15,5%
Educação, Formação	3,9	11,4%	4,7%	50,0%	45,3%	10,4%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,2	-8,6%	12,7%	68,0%	19,3%	2,1%
Internacionalização	3,4	-2,9%	6,7%	69,3%	24,0%	5,1%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,2	-8,6%	32,9%	38,3%	28,8%	-1,3%
Formação/Qualificação	3,8	8,6%	5,8%	38,9%	55,3%	13,0%
Desemprego/Inserção	2,8	-20,0%	50,3%	38,7%	11,0%	-14,0%
Inclusão Social	3,2	-8,6%	12,0%	58,9%	29,1%	5,3%
Ambiente e Património	3,6	2,9%	7,8%	48,3%	43,9%	10,0%
Qualidade Ambiental	3,4	-2,9%	15,7%	49,4%	34,9%	5,6%
Protecção Natural/Espaços Verdes	3,5	0,0%	6,8%	52,0%	41,2%	9,8%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	3,8	8,6%	4,8%	44,6%	50,6%	12,1%
Inovação e Sociedade de Informação	3,8	8,6%	2,9%	24,8%	72,3%	18,3%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,9	-17,1%	11,1%	62,5%	26,4%	5,3%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,9	11,4%	1,2%	11,1%	87,7%	22,2%
Sociedade Informação (empresas)	4,3	22,9%	0,0%	9,0%	91,0%	21,2%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	20,0%	80,0%	21,1%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,3	-5,7%	8,4%	68,6%	23,0%	4,4%
Articulação na Administração	3,2	-8,6%	7,3%	76,8%	15,9%	2,7%
Qualidade Serviços Públicos	3,4	-2,9%	7,2%	54,2%	38,6%	9,2%
Ordenamento Território	3,0	-14,3%	16,0%	62,7%	31,3%	5,1%
Participação Cívica e Associativa	3,4	-2,9%	4,1%	74,3%	21,6%	5,1%

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = má situação actual e 6 = muito boa situação actual). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %. A evolução 2000-2003 é calculada através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação actual (2003) em relação à notação que resultaria para a situação de partida (2000) aplicando-lhe o quadro comparativo (pior, igual, melhor) com base na dispersão da notação, domínio a domínio.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

592.A evolução da qualificação das pessoas e das organizações é apreciada, pelo seu lado, de uma forma bem menos expressiva, tal como já o era, na caracterização da situação de partida. Com efeito, a visão da evolução da situação económica, social e institucional da região revelada pelos inquéritos aos promotores e à gestão do programa atribui evoluções positivas muito pouco significativas (podem ser consideradas, na prática, como manutenção da situação de partida, nos seus grandes traços) aos domínios onde, precisamente, identificavam as situações menos favoráveis na altura do arranque do programa, isto é, no esforço de investigação & desenvolvimento, no dinamismo das actividades produtivas, no grau de articulação interna nas administrações públicas, no ordenamento do território e na qualidade ambiental.

593.A evolução do mercado de trabalho surge como o domínio onde convergem as opiniões reconhecendo uma degradação da situação da região em articulação, aliás, com as opiniões expressas sobre os domínios da inclusão e exclusão social, seja numa avaliação não muito favorável na situação de partida, seja no reconhecimento de uma modesta evolução favorável.

**QUADRO 8-8: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003)
A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	4,3	22,9%	1,8%	10,6%	87,6%	20,0%
Energia, Transportes, Ambiente	4,3	22,9%	0,0%	15,6%	84,6%	19,7%
Saúde	3,9	11,4%	5,9%	5,9%	88,2%	21,1%
Desporto	4,7	34,3%	0,0%	5,1%	94,9%	20,2%
Educação, Formação	4,4	25,7%	5,9%	5,9%	88,2%	18,7%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,6	2,9%	4,5%	74,2%	21,3%	4,7%
Internacionalização	3,8	8,6%	3,0%	75,8%	21,2%	4,8%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,4	-2,9%	25,2%	48,3%	26,5%	0,4%
Formação/Qualificação	3,7	5,7%	3,2%	38,7%	58,1%	14,8%
Desemprego/Inserção	3,1	-11,4%	39,2%	56,3%	4,5%	-11,2%
Inclusão Social	3,6	2,9%	8,2%	66,4%	25,4%	4,8%
Ambiente e Património	4,2	20,0%	1,6%	29,8%	68,6%	16,0%
Qualidade Ambiental	4,1	17,1%	2,5%	22,5%	75,0%	17,7%
Protecção Natural/Espaços Verdes	4,3	22,9%	1,4%	39,0%	59,6%	13,5%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	4,2	20,0%	1,3%	24,8%	74,9%	17,5%
Inovação e Sociedade de Informação	3,7	5,7%	0,0%	15,7%	84,3%	22,8%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	3,6	2,9%	0,0%	50,0%	50,0%	13,9%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Sociedade Informação (empresas)	4,0	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%	25,0%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,6	2,9%	0,6%	65,0%	34,4%	9,4%
Articulação na Administração	3,5	0,0%	0,0%	66,9%	33,1%	9,5%
Qualidade Serviços Públicos	3,6	2,9%	2,6%	42,1%	55,3%	14,6%
Ordenamento Território	3,5	0,0%	0,0%	77,1%	22,9%	6,5%
Participação Cívica e Associativa	3,6	2,9%	0,0%	75,0%	25,0%	6,9%

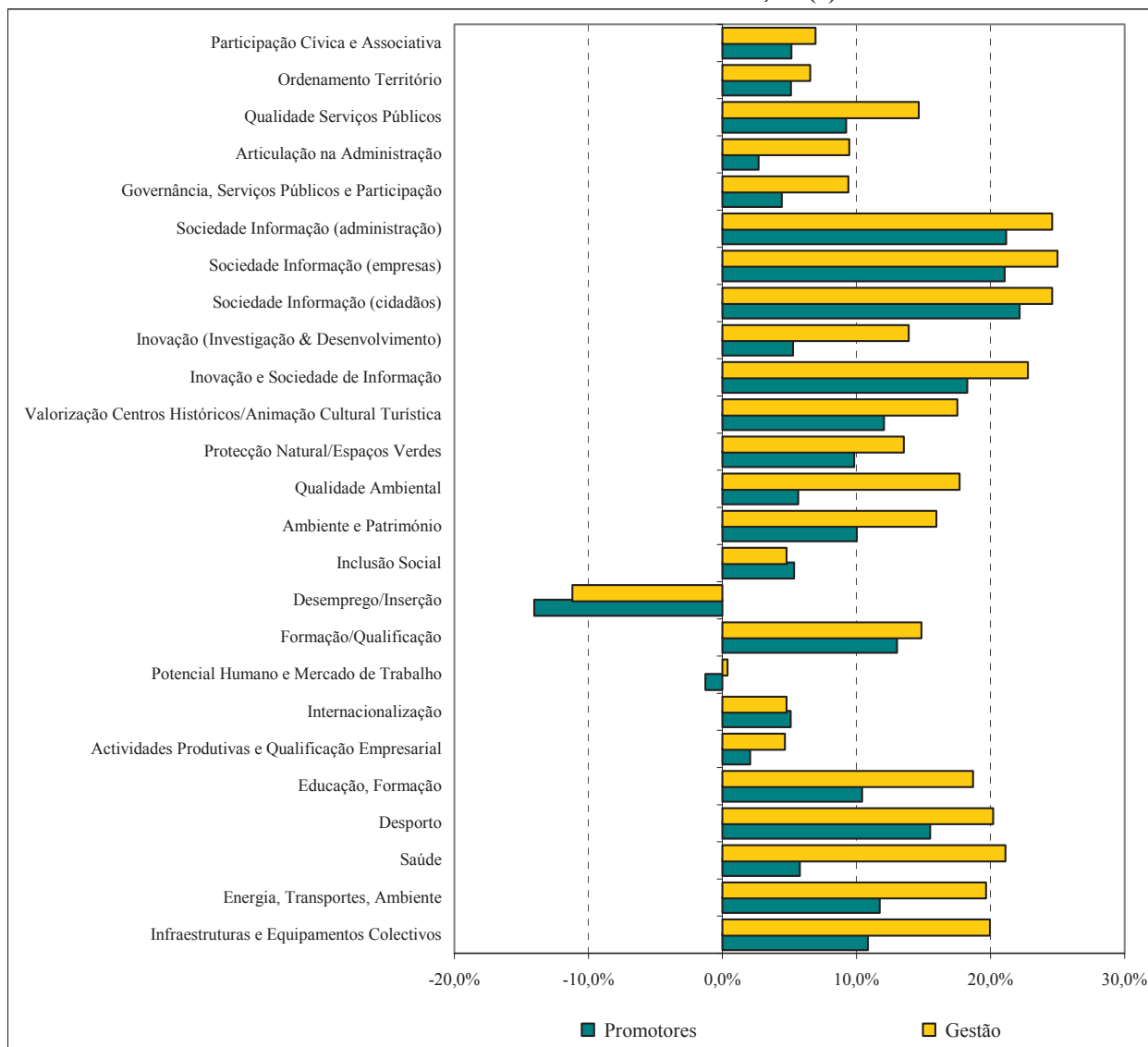
(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = má situação actual e 6 = muito boa situação actual). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %. A evolução 2000-2003 é calculada através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação actual (2003) em relação à notação que resultaria para a situação de partida (2000) aplicando-lhe o quadro comparativo (pior, igual, melhor) com base na dispersão da notação, domínio a domínio.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT

594. A evolução da situação ao nível da formação e qualificação das pessoas é reconhecida, pelo seu lado, como favorável e razoavelmente significativa funcionando como uma espécie de mecanismo de reequilíbrio das tendências negativas verificadas ao nível do mercado de trabalho. A situação da região, no quadro comparativo do contexto de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento, apresenta, no entanto, suficientes vulnerabilidades (cf. Capítulo 3) para exigir ritmos de melhoria da situação do potencial humano bem mais relevantes.

595. O contraste entre a visão dos promotores e a visão das entidades envolvidas na gestão (ver Figura 8-3), apesar de revelar um maior “optimismo” ao nível da gestão e um maior “pessimismo” ao nível dos promotores, confirma, com grande nitidez, as grandes linhas, já avançadas, de caracterização da situação de partida e do sentido da evolução da situação económica e social da região.

FIGURA 8-3: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003): A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa a evolução positiva ou negativa da situação da região entre 2000 e 2003 no domínio respectivo através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação de partida e à situação actual.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

596. A hipótese de trabalho que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

597. A avaliação da situação actual da região e da sua evolução recente, por parte dos intervenientes na gestão e pelos promotores do programa, no plano detalhado de cada domínio temático considerado, pode sintetizar-se da seguinte forma:

a) Infraestruturas e equipamentos colectivos

- i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta (alta na área dos equipamentos desportivos) bem como uma evolução, desde 2000, claramente positiva em todas as áreas de infraestruturas e equipamentos colectivos (transporte, ambiente, energia, saúde, desporto e educação e formação), estimada num progresso de 20% na notação;
- ii) os promotores revelam-se mais contidos na apreciação deste domínio, seja no plano da situação actual, seja no plano da sua evolução face à situação de partida, que estimam num progresso médio de cerca de 10%, sendo, fundamentalmente, na área dos equipamentos desportivos, de transporte e de educação e formação que melhor avaliam a situação actual da região e, nas áreas da energia e da saúde que avaliam de forma menos positiva a situação e a sua evolução;
- iii) as opiniões expressas pelos promotores validam uma hipótese de melhoria da coesão territorial no domínio das infraestruturas e equipamentos colectivos, na medida em que uma parte substancial das respostas aponta no sentido da existência de uma situação melhor a nível concelhio, seja ao nível da comparação da situação actual face à situação registada em 2000 (73,9% das respostas), seja ao nível da comparação dos concelhos com a própria região (52,9% das respostas).

b) Actividades produtivas e qualificação empresarial:

- i) a gestão do programa aprecia de forma muito homogénea as diferentes áreas deste domínio, isto é, numa linha de relativa manutenção da situação verificada em todas elas, entre 2000 e 2003, onde os casos da qualidade da produção agrícola e florestal e da criação e promoção de produtos e marcas regionais parecem ser os de menor desempenho;
- ii) os promotores confirmam esta linha de apreciação, avaliando como insuficiente a situação actual da região neste domínio, salientando-se a opinião expressa (por 26,2% dos promotores) de evolução negativa operada na área da qualidade da produção agrícola e florestal;

- iii) os promotores validam, igualmente, a hipótese de uma “cristalização” da situação da coesão económica, no plano das actividades produtivas, ao considerarem que os seus concelhos de inserção apresentam uma situação não só semelhante à da região como tendo tido a mesma evolução (47,7% das respostas), ainda que um número significativo de promotores (22,1%) considere que a situação actual dos seus concelhos é pior que a situação global da região.
- c) Potencial humano e mercado de trabalho
- i) a gestão do programa atribui a este domínio uma notação média, sendo ao nível do mercado de trabalho (inserção profissional de jovens e desemprego) que a situação actual foi considerada como menos positiva, uma vez que ao nível do desenvolvimento do sistema de formação e do processo de qualificação a evolução registada é considerada positiva, com um progresso estimado na notação, face à situação de partida, de cerca de 15%;
- ii) os promotores validam a apreciação da gestão, seja nos aspectos mais favoráveis, isto é, a evolução da formação e qualificação de recursos humanos, seja nos aspectos menos favoráveis, isto é, no respeitante às áreas do desemprego e da inserção profissional de jovens e de grupos com necessidades especiais;
- iii) os promotores validam, igualmente, uma certa homogeneidade territorial interna à região, neste domínio, uma vez que a maioria (55,1%) afirma que a situação actual dos seus concelhos se assemelha à situação verificada na região no seu conjunto, tendo a evolução registada desde 2000 garantido uma certa convergência (46,6% optam por uma avaliação de manutenção e 47,7% por uma avaliação de melhoria da situação face à região).
- d) Inclusão social:
- i) a gestão do programa, atribuindo uma notação média à situação da região em 2003, avalia globalmente como ligeiramente positiva a evolução em relação à situação de partida neste domínio, principalmente nas áreas dos serviços e das condições de apoio a crianças e idosos. A exclusão social concentra, pelo seu lado, a pior notação (média-baixa) e a evolução menos favorável;

- ii) os promotores tendem, pelo seu lado, a ser ainda menos positivos na avaliação quer da situação actual, quer da evolução em relação à situação de partida, sendo de destacar que, na área da exclusão social, a evolução operada desde 2000 foi considerada negativa por 29,3% dos inquiridos;
 - iii) a avaliação dos promotores numa base concelhia aponta no sentido de os problemas e necessidades deste domínio assumirem uma configuração regional global, isto é, os promotores consideraram que a situação actual dos seus concelhos e a respectiva evolução acompanham a situação da região no seu conjunto;
- e) Ambiente e património:
- i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta e um evolução positiva face á situação de partida, com maior relevância nas áreas do alargamento e melhoria de espaços verdes e da conservação e valorização de centros históricos (nas áreas da animação cultural e turística e do alargamento e melhoria de espaços verdes, as opiniões de mais de 70% dos inquiridos colocam a região numa posição melhorada face a 2000, sendo que nenhuma das respostas obtidas apontou no sentido de uma regressão da situação);
 - ii) os promotores, que avaliam a situação actual da região de forma também, positiva, mas mais contida, situam nas áreas da qualidade ambiental e da protecção dos sistemas naturais as suas principais preocupações, quer em termos de situação, quer em em termos de ritmo de progresso;
 - iii) as opiniões dos promotores validam uma hipótese de “distribuição desigual” dos problemas e necessidades ambientais na região, na medida em que são relativamente heterogéneas no que diz respeito ao posicionamento dos seus concelhos no contexto da região (19,5% consideram a sua situação pior, 44,8% consideram a sua situação igual e 35,6% consideram a sua situação melhor) e da sua evolução recente (registra-se um divisão entre estabilidade, 44,8%, e melhoria, 44,8%);
- f) Inovação e sociedade da informação
- i) a gestão do programa faz uma avaliação positiva da situação actual, notação média-alta, e, sobretudo, da evolução registada no período 2000-2003, nomeadamente na área da utilização das tecnologias de informação e comunicação, em que mais de 90% dos inquiridos consideraram que a situação actual da região melhorou em relação à situação registada em 2000.

- ii) Na área dos recursos mobilizados para a I&D a apreciação da gestão do programa é mais moderada embora se mantenha positiva nos dois planos (situação actual e evolução registada);
 - iii) os promotores mantêm, neste domínio, opiniões mais “conservadoras”, convergindo na apreciação de uma significativa melhoria na utilização das tecnologias de informação e comunicação na região face à situação em 2000 (mais de 80% dos inquiridos), mas não validando, nem a apreciação da situação actual (notação média-baixa), nem os progressos realizados (11% dos inquiridos consideram, mesmo, ter havido uma regressão da situação), ao nível dos recursos aplicados em I&D;
 - iv) a hipótese de trabalho indiciada pelos promotores, ao nível da inserção concelhia, é da homogeneidade com convergência, isto é, a maioria dos promotores inquiridos considera que os concelhos em que se inserem apresentam, no domínio da inovação, uma situação semelhante à da região e que a evolução operada desde 2000 permitiu a manutenção da situação existente (51,7%) ou a sua melhoria (42,5%).
- g) Governância, serviços públicos e participação
- i) os intervenientes na gestão do Programa avaliam a situação actual da região neste domínio como média, sendo de salientar o desequilíbrio estabelecido entre a avaliação mais positiva conferida à articulação entre a Administração Pública Local e Central e a avaliação menos positiva conferida à articulação regional entre organismos da Administração Central. Apesar disso, uma parte significativa dos inquiridos consideraram ter ocorrido uma melhoria da situação destas áreas na região;
 - ii) a avaliação global dos promotores relativamente a este domínio coloca a situação actual num valor médio-baixo e a sua evolução, face à situação em 2000, num patamar global de uma certa manutenção da situação. Esta contenção é especialmente visível na área do ordenamento do território que surge, em termos de situação actual e de evolução, como a área de menor desempenho no conjunto do domínio;
 - iii) os promotores validam, aqui, a hipótese de trabalho de problemas e necessidades globais da região, na medida em que este domínio é aquele em que os promotores consideram existir menor divergência entre a posição dos seus concelhos de inserção e a região no seu conjunto (72,1% das respostas apontam no sentido da existência de uma situação semelhante).

598. A avaliação da situação actual da região e da sua evolução recente, por parte dos intervenientes na gestão e pelos promotores do programa, que foi apresentada pode, no entanto, comportar, para além da inquestionável riqueza associada ao conhecimento prático da região e do programa, um certo efeito de enviesamento benigno na avaliação da situação da região e da sua evolução. A abordagem do presente ponto é desenvolvida, assim, através da construção de um quadro síntese da evolução da situação económica e social da região de Lisboa e Vale do Tejo no período 1999-2002 (Quadro 8-9) que sistematiza e organiza toda a informação disponível, bem como apresenta as estimativas que se tornavam imprescindíveis, por forma a permitir avaliar o desempenho da região em termos de ritmo e qualidade do crescimento económico, em termos da demografia e do mercado de trabalho, em termos de convergência económica, nacional e europeia, e em termos de coesão social.

As grandes conclusões que se podem extrair desse quadro de síntese para situar, objectivamente, a evolução da situação económica e social da região são as seguintes:

- a) o crescimento económico global, face ao final do QCA II (1999-2002), na região foi de 6% em termos reais, induzido por uma dinâmica onde o crescimento do emprego (3,6%) se sobrepôs ao crescimento da produtividade (2,4%). Nos últimos 2 anos (2000-2002) verificou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento e uma acentuação da sua natureza extensiva;
- b) o nível de vida real da população acompanhou sensivelmente os ritmos de crescimento económico e a sua desaceleração (5,1% de acréscimo entre 1999 e 2002, mas apenas 0,9% entre 2000 e 2002);
- c) a região confirmou o seu complexo processo de convergência económica em termos europeus, isto é, melhorou, entre 1999 e 2002, a sua posição face à média europeia em termos de produto interno bruto por habitante em € correntes em 5,7% (4,5% nos últimos 2 anos), enquanto, em termos de produto interno bruto por habitante avaliado em paridades de poder de compra, viu a sua posição face à média europeia degradar-se em -3,1% (embora com uma melhoria de 1,4% nos últimos 2 anos)¹³;
- d) a convergência económica, em termos nacionais, sofreu também uma evolução positiva, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a baixar a distância do seu PIB per capita em PPS face à média do país de 36,6%, em 1999, para 34,4%, em 2002.

¹³ Se Portugal é o país da União mais sensível aos efeitos das sucessivas estimativas das PPS, a região de Lisboa e Vale do Tejo é, pelo seu lado, a região mais sensível. As oscilações nestas estimativas são particularmente relevantes, na análise de curto prazo, sobretudo quando, e é o caso, se verifica uma convergência rápida, mas desequilibrada, dos níveis de preços.

QUADRO 8-9: QUADRO SÍNTESE DA EVOLUÇÃO SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Anos				Acréscimo global	
	1999	2000	2001	2002	1999-2002	2000-2002
Produto Interno Bruto						
PIB, preços mercado (biliões €)	48,283	51,854	55,175	58,089		
PIB, preços mercado (biliões €, preços 1999)	48,283	50,270	50,803	51,154		
Evolução do PIB em volume (1999=100)	100,0	104,1	105,2	106,0	6,0%	1,8%
Produtividade						
Produtividade (milhares €)	24,074	25,763	26,989	27,993		
Produtividade (milhares €, preços 1999)	24,074	24,976	24,851	24,650		
Evolução da produtividade real (1999=100)	100,0	103,7	103,2	102,4	2,4%	-1,3%
Emprego (milhares)	1723	1733	1760	1785		
Evolução do emprego (1999=100)	100,0	100,6	102,2	103,6	3,6%	3,0%
Nível de Vida						
PIB per capita (milhares €)	14,479	15,548	16,449	17,279		
PIB per capita (milhares €, preços 1999)	14,479	15,073	15,145	15,216		
Evolução do nível de vida real (1999=100)	100,0	104,1	104,6	105,1	5,1%	0,9%
Demografia e Mercado de Trabalho						
População (milhares)	3334,7	3335,1	3354,4	3361,8		
Evolução (1999=100)	100,0	100,0	100,6	100,8	0,8%	0,8%
Taxa de Actividade	49,7%	50,1%	50,6%	51,2%	3,0%	2,2%
Desemprego	92	83,6	90,9	112,1		
Evolução do desemprego (1999=100)	100,0	90,9	98,8	121,8	21,8%	34,0%
Taxa de Desemprego	5,6%	5,0%	5,4%	6,5%		
Convergência económica						
No espaço europeu						
PIB per capita (€, UE=100)	68,0	68,8	70,6	71,9	5,7%	4,5%
PIB per capita (PPS, UE=100)	98,4	94,1	95,0	95,3	-3,1%	1,4%
No espaço nacional						
PIB per capita (PPS, Portugal=100)	136,6	134,7	133,7	134,4	-1,6%	-0,2%
Produtividade (Portugal=100)	125,5	126,5	125,9	125,4	-0,1%	-0,9%
Peso relativo da região no país (PIB)	44,7%	44,9%	44,6%	44,7%	0,1%	-0,3%
Coesão Social						
Nível de Emprego (Portugal=100)	100,0	99,6	99,5	100,2	0,2%	0,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)	126,5	125,1	131,8	128,7	1,7%	2,9%
Taxa de Actividade (Portugal=100)	98,3	98,0	97,8	98,7	0,4%	0,7%

Fonte: Estimativas da Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada pelas Contas Nacionais (séries anuais e trimestrais), pelas Contas Regionais, pelo Anuário Estatístico Regional 2002 e pelo Anexos Estatísticos da “European Economy” de 2003.

- e) a convergência económica, em termos nacionais, reflecte, no entanto, uma conjuntura de maiores dificuldades da região, face à situação nacional, em termos demográficos e de mercado de trabalho. Com efeito, a região regista um aumento mais significativo da taxa de desemprego, bem como um aumento da taxa de actividade que supera, na evolução relativa face à média nacional, o aumento do nível de emprego.

QUADRO 8-10: A EVOLUÇÃO RECENTE DO DESEMPREGO

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Ano/Trimestre		Acréscimo global 2000-IV/2002
	2002	IV/2002	
Taxa de Desemprego			
Total	6,5%	7,6%	17,2%
Masculino	5,6%	6,3%	11,9%
Feminino	7,6%	9,2%	21,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)			
Total	128,7	124,1	-3,6%
Masculino	134,2	126,7	-5,6%
Feminino	124,0	121,7	-1,9%

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2002

599.O agravamento da situação no mercado de trabalho constitui o traço mais marcante da conjuntura em que a execução do programa se tem desenvolvido, em articulação estreita, aliás, com a forte desaceleração do ritmo de crescimento económico. Este agravamento, sendo rápido, tem sido também desequilibrado (ver Quadro 8-10). Com efeito, a taxa de desemprego na região, que já atingia 7,6% no IV trimestre de 2002, situava-se nos 6,3% para os homens e nos 9,2% para as mulheres. A evolução de 2002 parece, no entanto, revelar que a região já estará a dar os primeiros passos para inverter o seu posicionamento face ao resto do país (o segundo semestre de 2002 revela, apesar dum aumento do desemprego, um ritmo menos gravoso para a região).

8.3.3. O contributo global dos projectos para os objectivos do programa no quadro da evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo

600.A abordagem do contributo global dos projectos viabilizados pelo programa para a prossecução dos objectivos do programa, condensados, como se sabe, ao seu nível mais global, pela tripla qualificação de territórios, pessoas e organizações, no quadro de referência fornecido pela evolução dos problemas, necessidades e desafios da região, é desenvolvida com base numa sistematização, tratamento e análise de elementos de informação diversificados, onde se destacam, nomeadamente, os indicadores de resultados do programa, os inquéritos aos promotores e à gestão do programa realizados pela equipa de avaliação).

601. Uma visão global das realizações e resultados do PORLVT foi, assim, elaborada (ver Quadro 8-11) tendo em atenção a articulação entre os objectivos globais do programa e os domínios de intervenção do mesmo e adoptando uma lógica de escolha de indicadores considerados mais relevantes que, sendo selectiva, procurou, também, alargar a base fornecida pelos “indicadores da reserva de eficiência”.

As grandes linhas que emergem desta visão de conjunto das realizações e resultados do PORLVT podem ser sistematizadas em torno das seguintes conclusões:

- a) O programa assume expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural, surgindo, em contrapartida com expressão pouco significativa ao nível da qualificação das organizações onde comporta resultados modestos;
- b) O programa apresenta níveis de realização no plano das metas de resultados estabelecidas relativamente interessantes, muito embora, de um modo geral, não só a “ambição” das metas não seja muito significativa como esteja associada, de forma compreensível, ao nível de realização e cumprimento das mesmas, isto é, os níveis mais elevados de desempenho correspondem às metas menos ambiciosas;
- c) O programa terá dado um contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social, inserção de desempregados, apoio à criação de empregos e aos desempregados de longa duração;
- d) O programa não terá dado, em sentido inverso, nenhum contributo significativo, ao nível da qualificação do território, para a consolidação e captação directa de pólos de actividades industriais e de serviços, seja porque a medida desconcentrada “economia” não veio a incluir nenhuma acção nesse sentido, como as realizações na realização de infraestruturas para a localização industrial foram muito modestas;
- e) O programa terá tido, finalmente, expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas.

QUADRO 8-11: UMA VISÃO GLOBAL DAS REALIZAÇÕES E RESULTADOS DO PORLVT

Objectivos, Domínios de Intervenção e Indicadores	Unidades	Valores dos Indicadores						
		Situação de Partida	2003 (a)	Metas 2006	(**)	Data de referência	Realizações e Resultados (*)	Valor
Qualificação dos Territórios								
Acessibilidades e Mobilidade								
Densidade da rede rodoviária municipal	Km/(Km²)	1026	1041	1047	2,0%	(v. e.) 31/12/03	1041	100,0%
Qualidade de Vida / Acesso da População								
Bibliotecas	% Pop. servida	54,0%	70,0%	80,0%	48,1%	31/12/02	90,5%	129,3%
Equipamentos desportivos	% Pop. servida	55,0%	70,0%	80,0%	45,5%	(v. e.) 31/12/03	80,9%	115,6%
Sistemas de recolha e tratamento de efluentes	% Pop. servida	56,4%	73,4%	95,0%	68,4%	(v. e.) 31/12/03	75,3%	102,6%
Sistemas de recolha e tratamento resíduos sólidos	% Pop. servida	66,0%	85,0%	100,0%	51,5%	(v. e.) 31/12/03	100,0%	117,6%
Infra-estruturas de base								
Expansão da rede de gás natural	nº clientes	300372	454600	540000	79,8%	(v. e.) 31/12/03	539673	118,7%
Área localizadora Industrial infraestruturada	ha	187,0	205,7	250	33,7%	30/06/02	99,4	48,3%
Requalificação urbana / dinamização local								
Desenvolvimento turístico local	(b)	34,8%	37,0%	40,0%	14,9%	(v. e.) 31/12/03	37,8%	102,2%
População abrangida por acções requalificação urbana	(c)		33113	40000	1,2%	30/06/02	226779	684,9%
Área recuperada p/zonas verdes	ha		164,6	200,0			10,4	6,3%
Qualificação das pessoas								
Formação								
Activos em Formação	nº	197118	124059	154700	-21,5%	31/12/02	152196	122,7%
Funcionários da Administração Pública em Formação	nº	18954	21331	26600	40,3%	31/12/02	24105	113,0%
Formação em alternância	(d)	30834	21276	26600	-13,7%	31/12/02	21249	99,9%
Expressão do ensino secundário profissional (nível III)	(e)		1950	2800			2211	113,4%
Empegabilidade								
Expressão das medidas de apoio à criação de emprego	nº postos trab. criados	3480	4154	5180	48,9%	31/12/02	2436	58,6%
Apoio aos desempregados de longa duração	nº	4726	10946	13650	188,8%	31/12/02	14163	129,4%
Inserção de desempregados em acções de política activa	(f)	11,0%	13,0%	9,0%	-18,2%	(v. e.) 31/12/03	13,9%	106,9%
Inserção/Inclusão								
Beneficiários do RMG em inserção social	nº	2796	12630	15750	463,3%	31/12/02	5763	45,6%
Portadores de deficiência apoiados	nº	3553	7017	8750	146,3%	31/12/02	7623	108,6%
Qualificação das organizações								
Administração Pública								
Formação para o desenvolvimento na administração local	Formandos/Efectivos (%)	24,8%	31,0%	34,9%	40,7%	31/12/02	35,3%	113,9%
Organismos com ligação à Internet	nº	119	240	260	118,5%	31/12/02	239	99,6%
Sector Privado								
Área beneficiada p/reabilitação e modernização de rega	ha		13868,9	17138,0		30/06/02	23674,0	170,7%
Área beneficiada p/emparcelamento	ha		9316,1	11512,0		30/06/02	8076,0	86,7%
Explorações Agrícolas beneficiadas p/electrificação	nº (g)		283	350		30/06/02	196	69,3%

(*) Estimativas com base em informação fornecida pela gestão do programa

(**) A "ambição" é medida pela variação em percentagem face ao valor do indicador na situação de partida

(a) Valores estimados pela equipa de avaliação sempre que não fornecidos pela gestão

(b) Freguesias com pólos de atracção turística (%)

(c) A ambição é definida pelo peso na população total

(d) Formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III) (média anual)

(e) Formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III

(f) Desempregados não DLD que receberam acções de política activa (%)

(g) Inclui também unidades agro-industriais

(v. e.) Valor estimado segundo a metodologia apresentada no Capítulo 9 - Reserva de Eficiência.

Valores acumulados ao longo do período de referência (situação de partida: QCA II)

Fonte: Equipa de Avaliação a partir dos documentos de programação e de dados fornecidos pela gestão do programa.

**QUADRO 8-12: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO:
A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO**

Domínios de Intervenção do Programa	Contributo Proj. Promotor		Contributo Proj. PO	
	Nota Média	Div %*	Nota Média	Div %*
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	3,1	-11,4%	3,7	5,7%
Energia, Transportes, Ambiente	2,5	-28,6%	3,5	0,0%
Saúde	1,9	-45,7%	3,3	-5,7%
Desporto	2,5	-28,6%	4,0	14,3%
Educação, Formação	3,5	0,0%	4,1	17,1%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	2,3	-34,3%	3,0	-14,3%
Internacionalização	2,2	-37,1%	3,2	-8,6%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	4,1	16,9%	3,9	11,4%
Formação/Qualificação	4,6	31,4%	4,4	25,7%
Desemprego/Inserção	3,3	-5,7%	3,4	-2,9%
Inclusão Social	2,7	-22,9%	3,2	-8,6%
Ambiente e Património	3,2	-8,6%	3,8	9,3%
Qualidade Ambiental	3,5	0,0%	3,8	8,6%
Protecção Natural/Espaços Verdes	2,3	-34,3%	3,6	2,9%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	2,6	-25,7%	3,7	5,7%
Inovação e Sociedade de Informação	3,5	0,0%	4,1	17,1%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,8	-20,0%	3,6	2,9%
Sociedade Informação (cidadãos)	4,0	14,3%	4,3	22,9%
Sociedade Informação (empresas)	3,6	2,9%	4,1	17,1%
Sociedade Informação (administração)	3,3	-5,7%	4,1	17,1%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,4	-2,9%	3,9	11,4%
Articulação na Administração	2,6	-25,7%	3,6	2,9%
Qualidade Serviços Públicos	3,7	5,7%	4,3	22,9%
Ordenamento Território	2,7	-22,9%	3,5	0,0%
Participação Cívica e Associativa	3,3	-5,7%	3,8	8,6%

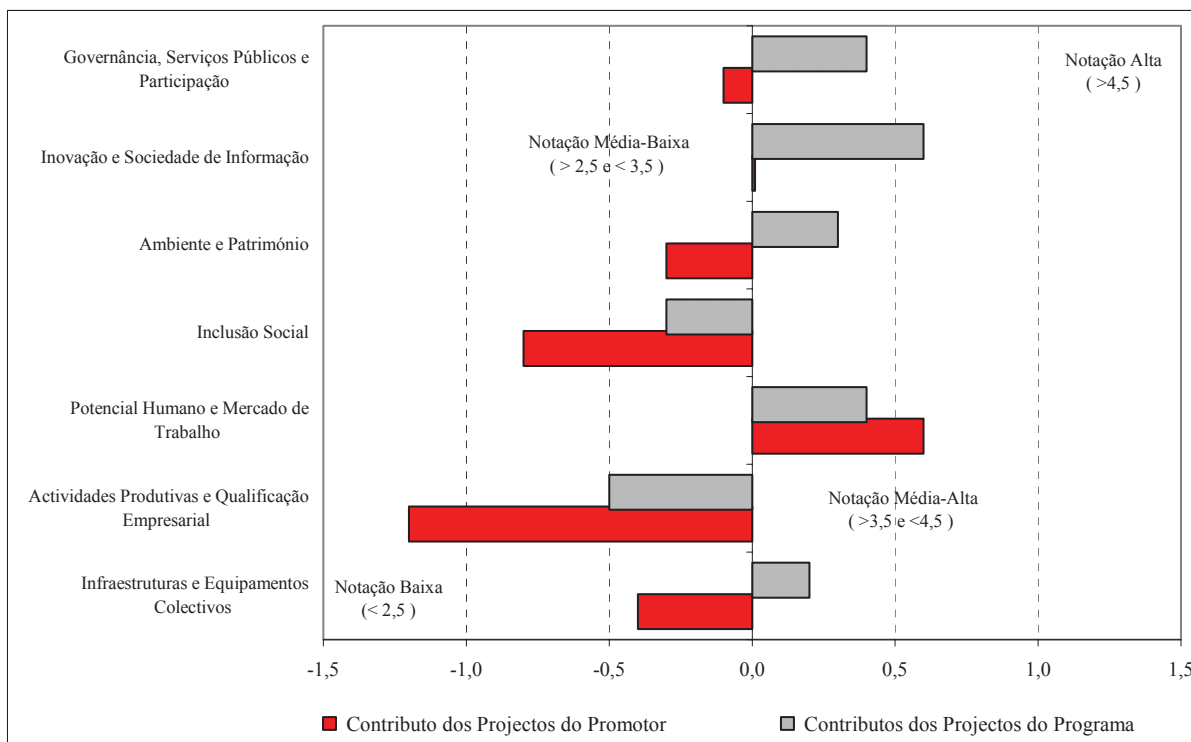
(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

602. Os promotores inquiridos avançam uma visão global do contributo dos projectos apoiados no âmbito do programa para a melhoria da situação na região por domínios temáticos de intervenção (ver Quadro 8-12, Figura 8-4 e Figura 8-5) que validam, de um modo geral, as conclusões já avançadas mas que exigem a formulação de algumas conclusões adicionais. Assim:

- a) Os promotores têm, de um modo geral, um visão mais favorável do contributo do conjunto dos projectos do programa do que dos seus próprios projectos, com excepção dos projectos na área do potencial humano e do mercado de trabalho;

FIGURA 8-4: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR GRANDES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO (*)

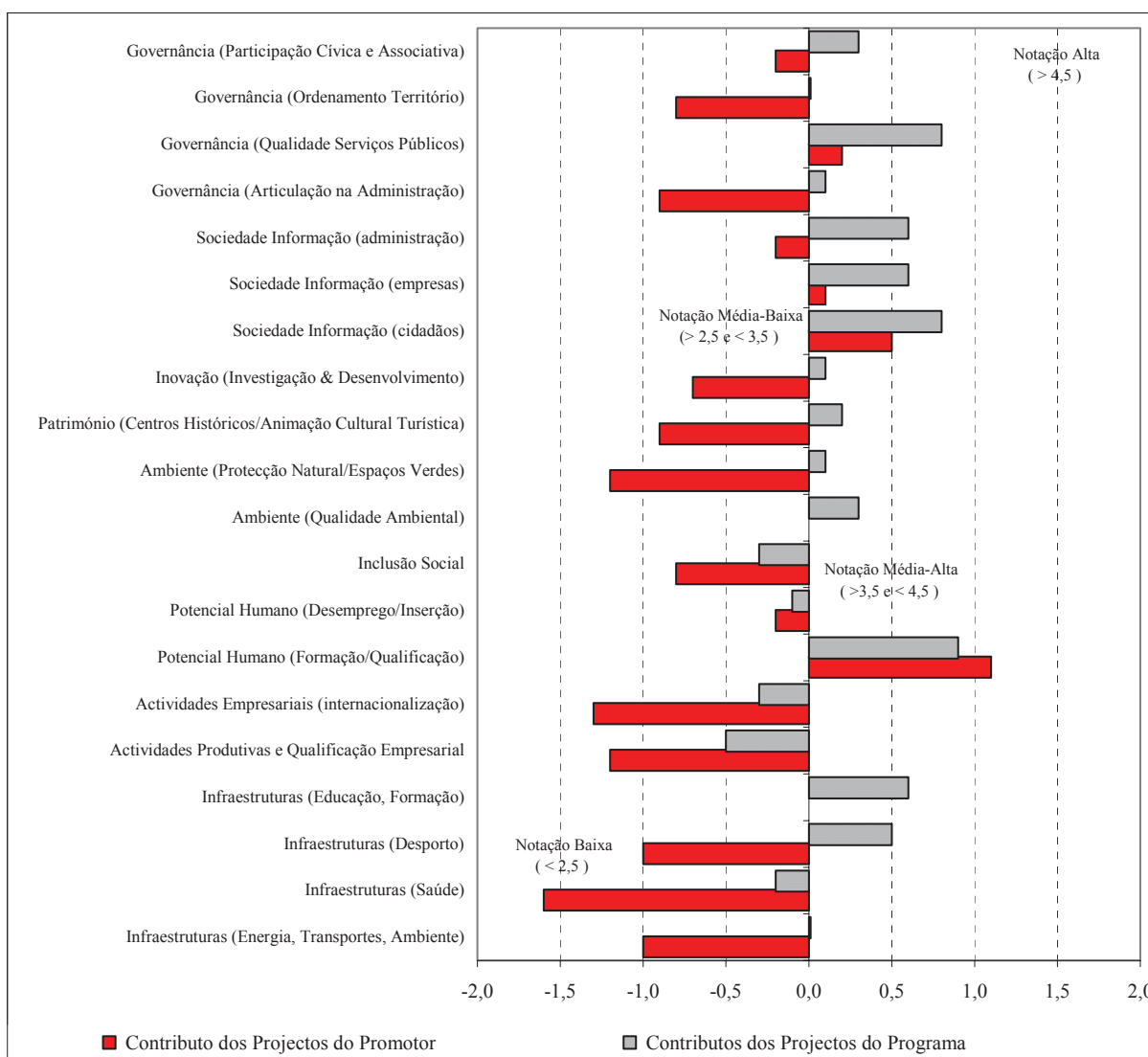


(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

- c) Os promotores colocam como os principais contributos positivos do programa os contributos dados nos domínios da formação e qualificação de recursos humanos, da expansão das infraestruturas para a educação e formação e para o desporto, da utilização das tecnologias de informação e comunicação (empresas, cidadãos e administração) e da melhoria da qualidade dos serviços públicos;
- d) Os promotores colocam, ao contrário, como os contributos menos positivos do programa os contributos dados nos domínios da inclusão social, da inserção no mercado de trabalho e do desemprego, das infraestruturas de saúde e do desenvolvimento das actividades produtivas e da qualificação empresarial;
- e) Os restantes domínios que surgem com contributos positivos não especialmente intensos incorporam, no entanto, a melhoria da qualidade ambiental, a valorização dos centros históricos e a animação cultural e turística com desempenhos que merecem, ainda, assim, ser destacados.

FIGURA 8-5: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES DOS PROJECTOS APOIADOS POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédias definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT

603. Os elementos envolvidos na gestão do programa que foram inquiridos avançam uma visão global do contributo dos projectos apoiados no âmbito do programa para a melhoria da situação na região por domínios temáticos de intervenção (ver Quadro 8-13) que se caracteriza por apresentar algumas zonas de divergência, face aos promotores. Importa, assim, situar essas diferenças com recurso à respectiva comparação (ver Figura 8-6 e Figura 8-7). Assim:

QUADRO 8-13: O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO

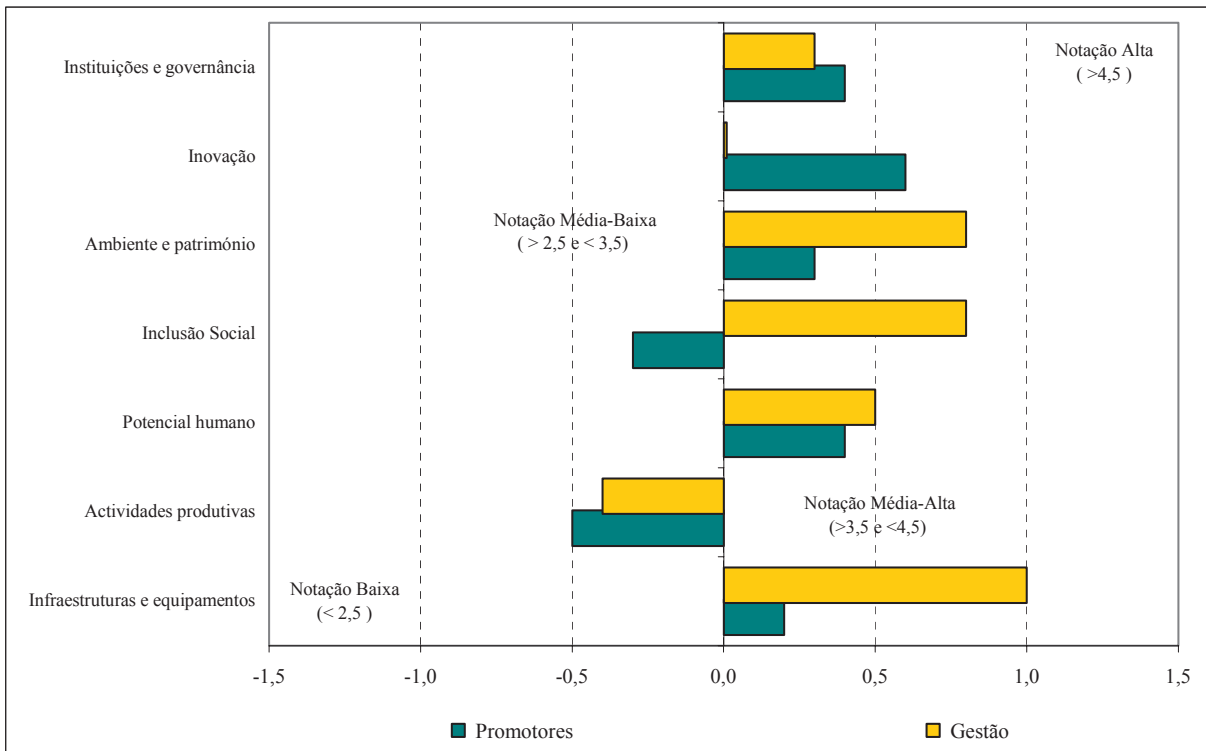
Domínios de Intervenção do Programa	Contributo Proj. PO	
	Nota Média	Div %*
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	4,5	28,6%
Energia, Transportes, Ambiente	4,5	28,6%
Saúde	4,2	20,0%
Desporto	4,8	37,1%
Educação, Formação	4,3	22,9%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,1	-11,4%
Internacionalização	2,8	-20,0%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	4,0	14,3%
Formação/Qualificação	4,2	20,0%
Desemprego/Inserção	3,7	5,7%
Inclusão Social	4,3	22,9%
Ambiente e Património	4,3	9,3%
Qualidade Ambiental	4,4	25,7%
Protecção Natural/Espaços Verdes	4,2	20,0%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	4,2	20,0%
Inovação e Sociedade de Informação	3,5	0,0%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,8	-20,0%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,7	5,7%
Sociedade Informação (empresas)	3,8	8,6%
Sociedade Informação (administração)	3,9	11,4%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,8	8,6%
Articulação na Administração	3,5	0,0%
Qualidade Serviços Públicos	4,1	17,1%
Ordenamento Território	4,3	22,9%
Participação Cívica e Associativa	3,4	-2,9%

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT

- Os elementos envolvidos na gestão têm, de um modo geral, um visão mais positiva do contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região, num quadro geral marcado por uma razoável convergência de opiniões;
- A primeira grande diferença surge na avaliação do contributo do programa para a inclusão social onde a gestão, que valoriza bastante o programa (segunda melhor notação), não é acompanhada pelos promotores (segunda pior notação);

FIGURA 8-6: O CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR GRANDES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO (*)

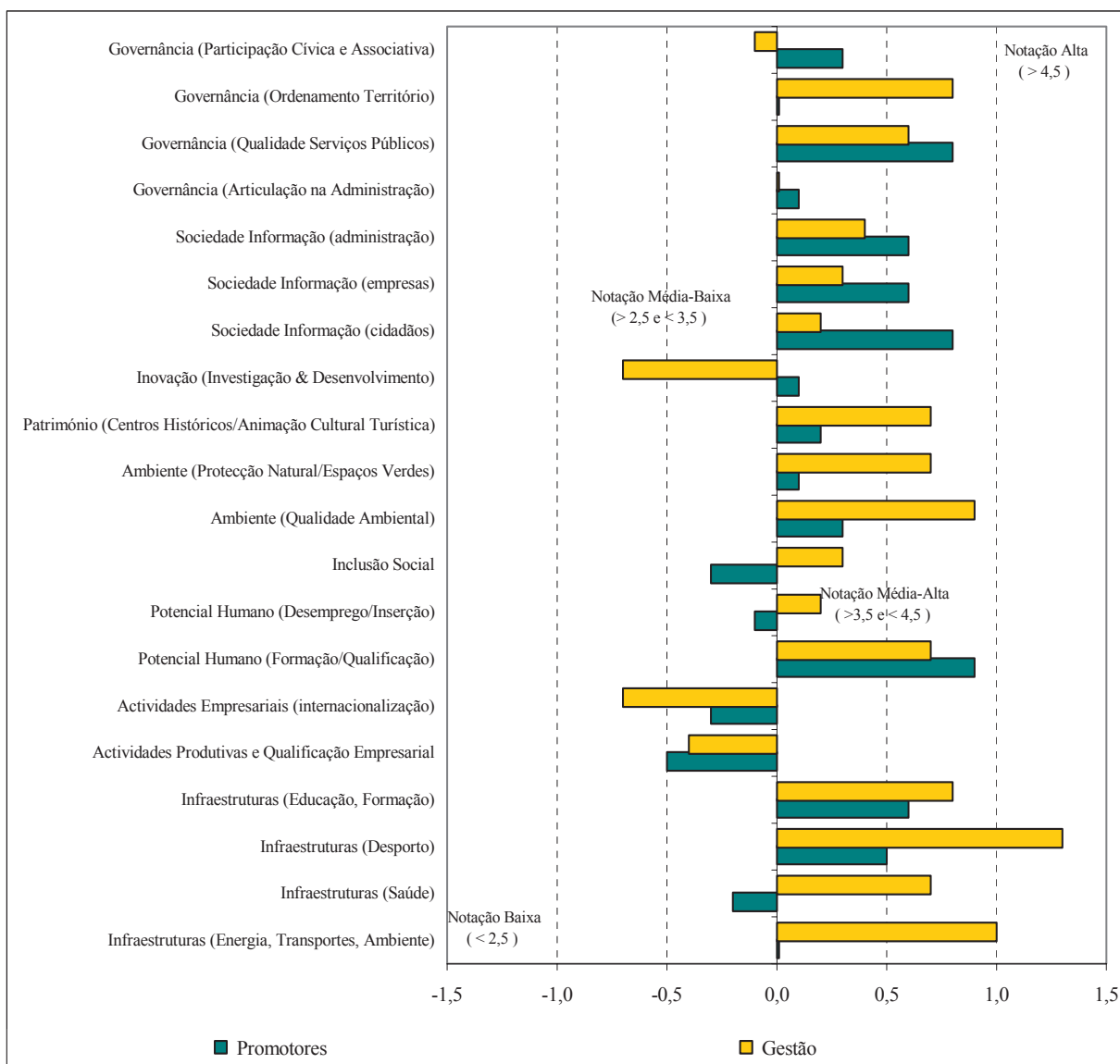


(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

- c) A segunda grande diferença, de sinal contrário, surge na avaliação do contributo do programa para a inovação e sociedade de informação, onde os promotores, que valorizam bastante o programa (melhor notação), não são acompanhados pela gestão (segunda pior notação);
- d) A “bitola” da gestão afasta-se bastante, num sentido positivo, da “bitola” dos promotores, na avaliação do contributo do programa, nos domínios das infraestruturas e do ambiente e património, reflectindo, com bastante nitidez, uma “função de preferência pública” onde os investimentos nestas duas áreas tendem a ser considerados como muito relevantes para o desenvolvimento económico e social;

FIGURA 8-7: O CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa o afastamento positivo ou negativo em relação ao valor médio (3,5) da notação atribuída pelos promotores inquiridos. A “zona” da notação “baixa” é, assim, definida para a esquerda de 2,5 (3,5 - 1,0), tal como a “zona” de notação “alta” é definida para a direita de 4,5 (3,5 + 1,0). As zonas intermédia definem-se no intervalo central pelo afastamentos negativos (“zona média-baixa”) e pelos afastamentos positivos (“zona média-alta”).

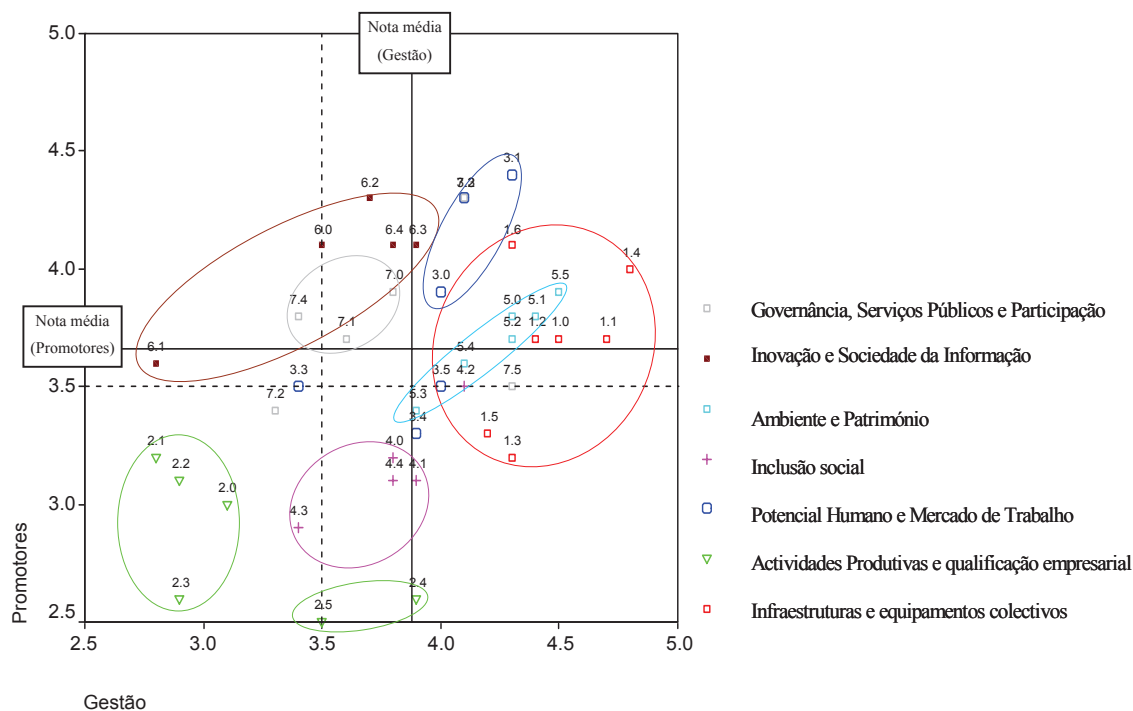
Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

e) Ao contrário, a “bitola” da gestão aproxima-se da “bitola” dos promotores, na avaliação do contributo do programa, nos domínios das actividades produtivas, do potencial humano e da governância, serviços públicos e participação.

604.A análise comparativa da avaliação do contributo global dos projectos desenvolvidos no âmbito do programa para a melhoria da situação da região de Lisboa e vale do Tejo, segundo diferentes domínios temáticos de intervenção, na óptica dos intervenientes na gestão e na óptica dos promotores, pode ser prosseguida a um nível mais detalhado. Com efeito, com apoio na Figura 8-8, podemos notar:

- a) ao nível do domínio das infraestruturas e equipamentos colectivos, o contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região foi avaliado, pelos responsáveis pela gestão como mais significativo nas áreas das infraestruturas de transporte e equipamentos desportivos, sendo estes últimos também os que recolheram opiniões mais favoráveis por parte dos promotores;

FIGURA 8-8: AVALIAÇÃO, PELA GESTÃO DO PROGRAMA E PELOS PROMOTORES, DO CONTRIBUTO DO CONJUNTO DOS PROJECTOS DO PROGRAMA PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO DA RLVT (*)



Legenda: 1.1. Infra-estruturas transporte; 1.2. Infra-estruturas ambientais; 1.3. Infra-estruturas no domínio da energia; 1.4. Equipamentos desportivos; 1.5. Equipamentos saúde; 1.6. Equipamentos educação e formação; 2.1. Internacionalização economia da região; 2.2. Diversificação estrutura produtiva; 2.3. Criação e desenvolvimento clusters; 2.4. Qualidade produção agrícola e florestal; 2.5. Criação/promoção produtos e marcas regionais; 3.1. Qualificação recursos humanos; 3.2. Sistema formação profissional; 3.3. Desemprego; 3.4. Inserção profissional de grupos com necessidades especiais; 3.5. Inserção profissional de jovens; 4.1. Serviços e condições de apoio idosos; 4.2. Serviços e condições de apoio crianças; 4.3. Serviços e condições de apoio pessoas com deficiência ou doença crónica; 4.4. Exclusão social; 5.1. Qualidade ambiental; 5.2. Conservação e valorização centros históricos; 5.3. Protecção sistemas naturais; 5.4. Animação cultural e turística; 5.5. Alargamento e melhoria espaços verdes; 6.1. Recursos aplicados em I&D; 6.2. Utilização das “TIC” pelos cidadãos; 6.3. Utilização das “TIC” pela administração; 6.4. Utilização das “TIC” pelas empresas; 7.1. Articulação entre a administração pública local e central; 7.2. Articulação regional dos organismos da administração central; 7.3. Qualidade prestação serviços públicos; 7.4. Participação cívica e qualidade tecido associativo; 7.5 Ordenamento do território.

(*) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

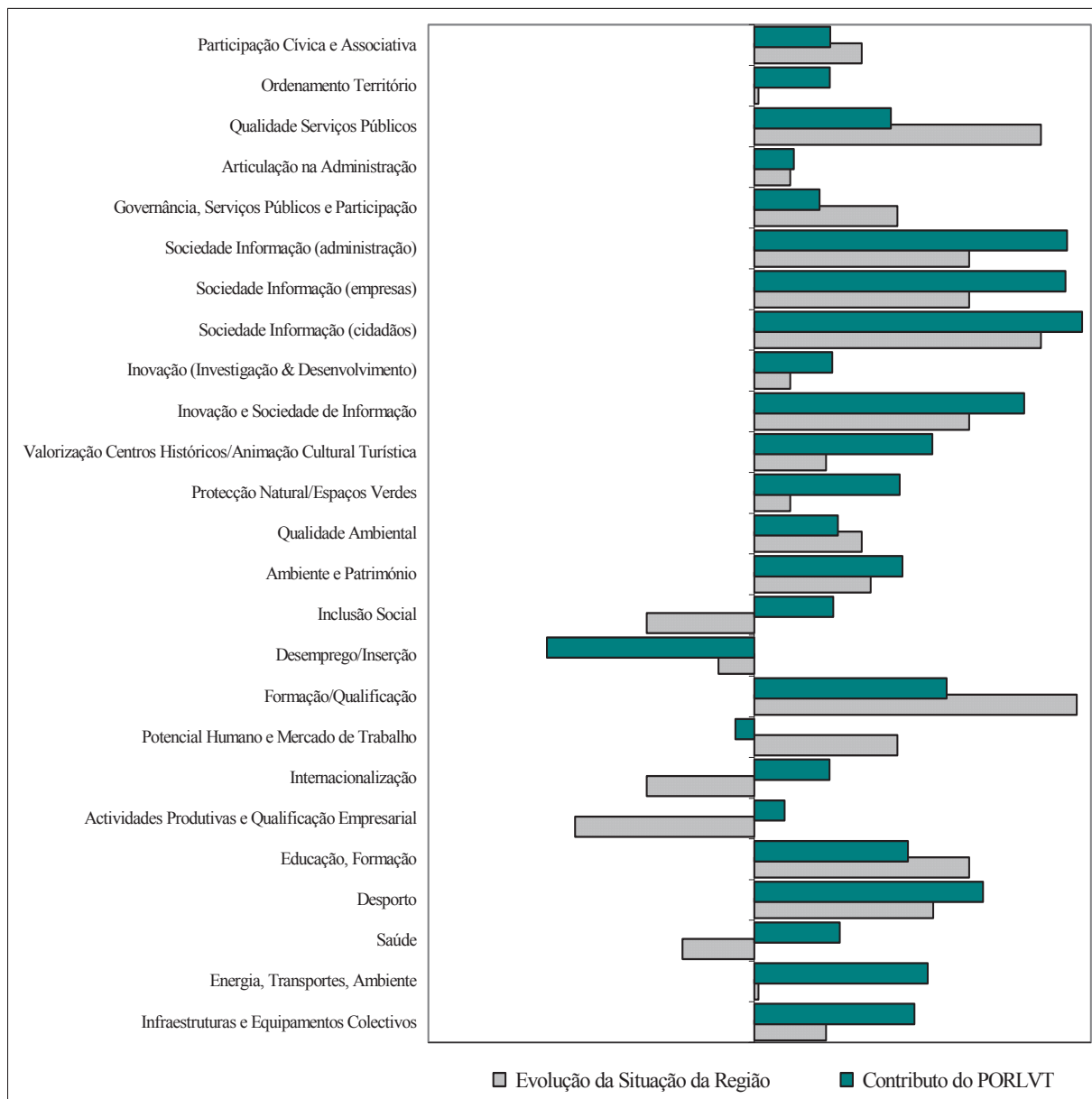
- b) ao nível do domínio das actividades produtivas e dinâmica empresarial salienta-se, na área da qualidade da produção agrícola e florestal, a avaliação positiva conferida ao contributo do conjunto dos projectos do programa para a melhoria da situação da região, por parte da gestão do Programa;
- c) Ao nível do domínio do potencial humano, o contributo do conjunto dos projectos do programa foi avaliado como mais significativo para a melhoria da região, quer na opinião dos promotores, quer na opinião da gestão, no campo da qualificação dos recursos humanos. A opinião dos promotores e da gestão do Programa é também coincidente no que concerne à área do domínio ambiente e património avaliada como aquela onde o contributo do conjunto dos projectos foi mais significativo para a melhoria da região, designadamente a área de alargamento e melhoria de espaços verdes.

605. A análise da eficácia de conjunto do programa pode agora ser aproximada através da comparação da intensidade do contributo do programa para a evolução da situação da região com a intensidade dessa mesma evolução. A Figura 8-9 e a Figura 8-10 condensam, respectivamente a visão dos promotores e a visão dos elementos envolvidos na gestão.

Esta comparação permite consolidar as conclusões anteriormente avançadas sobre os efeitos de conjunto do programa sobre a evolução económica, social e institucional da região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente:

- a) o relevo assumido na vertente **qualificação do território**, pelas intervenções ao nível das infraestruturas e equipamentos colectivos e ao nível do ambiente e património (permanece a divergência entre promotores e gestão na valorização dos equipamentos de saúde), e na vertente **qualificação das pessoas**, pela intervenções na área da formação e qualificação de recursos humanos, onde se articulam as intensidades mais fortes, quer para o contributo dos projectos, quer para a melhoria da situação;
- b) as dificuldades reveladas pelos domínios da inclusão social, do mercado de trabalho e das actividades produtivas, onde se articulam as intensidades mais fortes de degradação da situação da região com contributos pouco expressivos dos projectos (permanece a divergência entre promotores e gestão na valorização da inclusão social), que tendem a conferir reduzida expressão ao programa na **qualificação das organizações empresariais**;

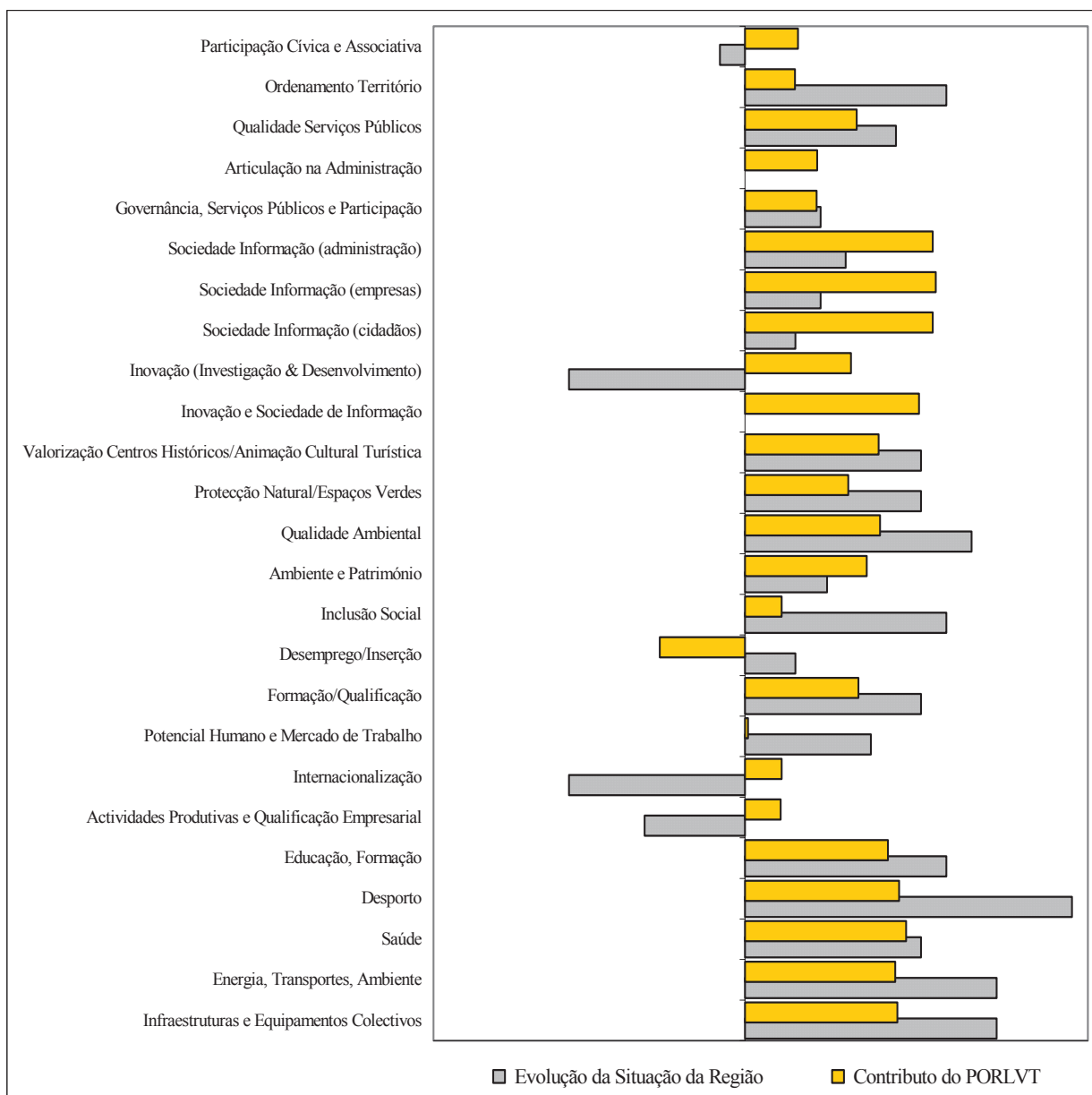
FIGURA 8-9: A RELAÇÃO ENTRE A INTENSIDADE DO CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT E A INTENSIDADE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DOS PROMOTORES POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa a comparação da relação face à médias das notações atribuídas pelos inquiridos quer ao contributo do programa para a evolução da região, quer à própria evolução da região, domínio de intervenção a domínio de intervenção.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT.

FIGURA 8-10: A RELAÇÃO ENTRE A INTENSIDADE DO CONTRIBUTO GLOBAL DO PORLVT E A INTENSIDADE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO: A VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO



(*) A figura representa a comparação da relação face à médias das notações atribuídas pelos inquiridos quer ao contributo do programa para a evolução da região, quer à própria evolução da região, domínio de intervenção a domínio de intervenção.

Fonte: Inquérito à gestão do PORLVT.

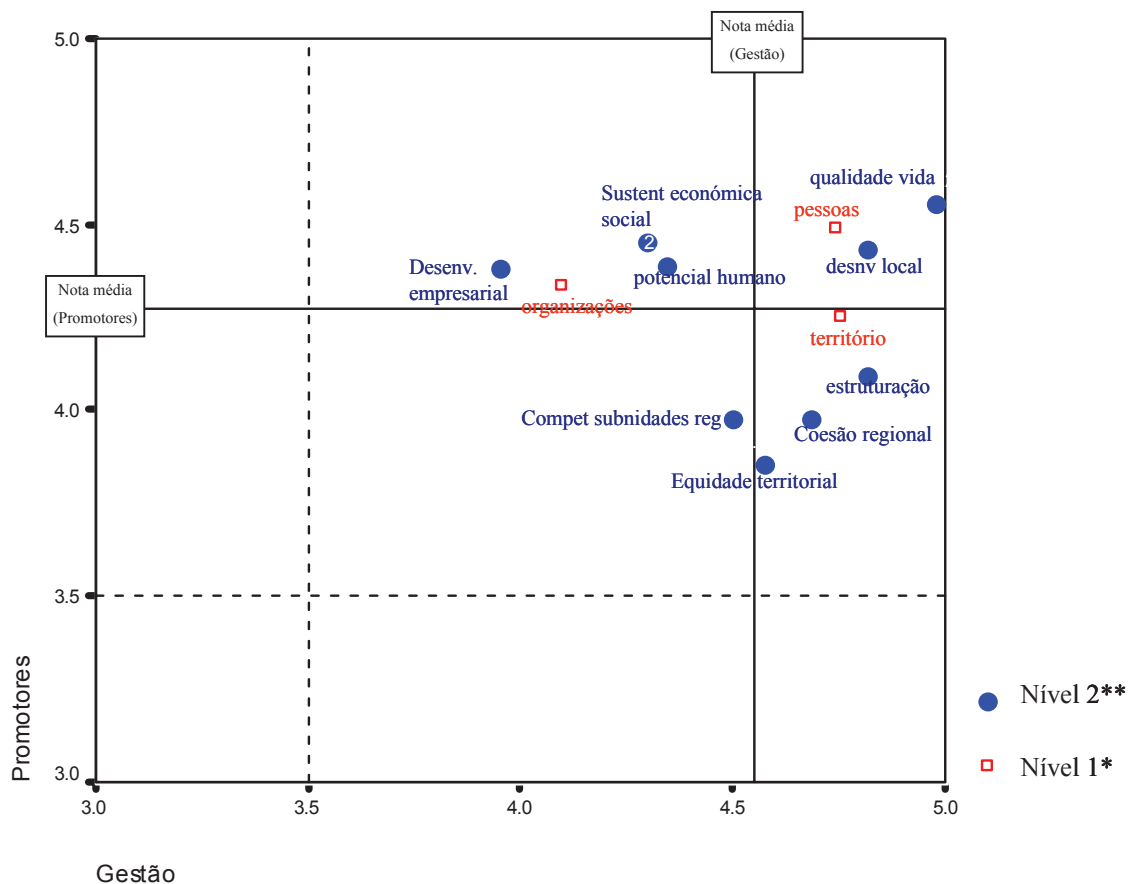
- b) a elevada valorização que promotores e gestão tendem a fazer do contributo do programa uma melhoria, também acentuada, na utilização das tecnologias de informação e comunicação na região que, no entanto, não encontra validação suficientemente forte na análise concreta das medidas e dos projectos desenvolvidos, parecendo, antes, acompanhar os efeitos de uma tendência mais geral da sociedade portuguesa, onde a região de Lisboa surge como grande protagonista, ou os efeitos de outras intervenções e projectos, nomeadamente programas sectoriais nacionais.

606. A abordagem da eficácia do programa, em termos da análise dos seus resultados e efeitos globais na região, pode agora ser concluída com a sistematização das conclusões que resultam do tratamento das respostas dos promotores e das entidades envolvidas na gestão, no que respeita à sua opinião sobre o contributo do conjunto dos projectos executados para os objectivos do programa de primeiro e segundo nível.

Com efeito, constatando, uma vez mais, que, sendo as opiniões recolhidas são mais favoráveis na óptica dos intervenientes na gestão, do que na óptica dos promotores, ambas convergem em valores positivos, isto é, notações que se situam acima do valor médio de referência (ver Figura 8-11), podemos concluir que:

- a) a opinião da gestão do programa, no que respeita ao contributo dos projectos desenvolvidos para os objectivos de nível 1 do programa, associa o contributo mais significativo ao objectivo “promover a qualificação do território”, enquanto os promotores colocam a tónica favorável no objectivo “promover a qualificação de pessoas”;
- b) a opinião dos responsáveis da gestão, relativamente aos objectivos de nível 2, vai no sentido do contributo do conjunto de projectos, para os objectivos do programa, ter sido menos significativo em objectivos do eixo 3, designadamente nos objectivos “favorecer o desenvolvimento do potencial humano”, “favorecer o desenvolvimento empresarial” e “aumentar a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região”;
- c) a opinião dos promotores, relativamente aos objectivos de nível 2, vai no sentido do contributo do conjunto dos projectos, para os objectivos do programa, ter sido menos significativo em objectivos que se repartem pelos três eixos do programa, nomeadamente os objectivos “reforçar a coesão regional” (eixo 1), “aumentar a capacidade competitiva das subunidades regionais (eixo 2)” e “promover a equidade territorial” (eixo 3);

FIGURA 8-11: AVALIAÇÃO, PELA GESTÃO DO PROGRAMA E PELOS PROMOTORES, DO CONTRIBUTO DOS PROJECTOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO PROGRAMA (EM MÉDIA) (*)**



- (*) Objectivos de Nível 1: Promover qualificação do território, Promover qualificação das pessoas e Promover qualificação das organizações.
- (**) Objectivos de Nível 2: Reforçar a coesão regional, Melhorar a qualidade de vida da população, Promover o desenvolvimento local, Incrementar a estruturação da região, Aumentar a capacidade competitiva das subunidades regionais, Promover a equidade territorial, Favorecer o desenvolvimento do potencial humano, Favorecer o desenvolvimento empresarial, Aumentar a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região.
- (***) Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado).

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

d) a opinião conjunta dos promotores e da gestão é, apesar das suas diferenças, muito expressiva ao conferir ao programa um desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local, e, também, ao conferir ao programa um desempenho claramente insuficiente na qualificação das organizações, com expressão, sobretudo, na competitividade das unidades subregionais e do desenvolvimento empresarial;

- e) Os resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos

9. ANÁLISE DOS INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA

570. Neste capítulo procede-se à avaliação do cumprimento das metas dos 28 indicadores afectos à reserva de eficiência, estruturando-se a análise em duas partes, uma referente aos 16 indicadores de realização e outra correspondente aos 12 indicadores de resultado.

9.1. INDICADORES DE REALIZAÇÃO

571. A avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de realização tem como base a metodologia indicativa do documento da Comissão de Gestão do QCA III – *Contribuição da Avaliação Intercalar para a quantificação dos indicadores da reserva de eficiência (critério de eficácia)*, que considera que os dados a apurar devem ter como data de referência 30 de Junho de 2003.

572. A metodologia expressa no referido documento considera também que, de modo a aferir o cumprimento da meta de 2003, com base nos dados reportados a 30 de Junho de 2003, se deve retirar ao valor da meta uma percentagem de 20%, a qual corresponde ao período de realização compreendido entre a data de referência dos dados (30 de Junho de 2003) e a data de referência da meta (31 de Dezembro de 2003). A determinação da percentagem de 20% resulta do peso assumido pelo intervalo de tempo não decorrido (o 2º semestre de 2003), no período total programado para a concretização das metas, o qual é constituído por 5 semestres (compreendido entre o 2º semestre de 2001 e o final de 2003). A escolha do dia 1 de Julho de 2001, como o “momento zero” do Programa, segue a sugestão do referido documento, que tem em consideração o facto de apenas ao longo do 1º semestre de 2001 ter ficado completo o processo de adopção dos documentos de programação. No caso específico de indicadores com metas expressas em médias anuais, aquele documento refere que não há necessidade de introduzir qualquer ajustamento aos valores das metas. Nesta situação, deverá apenas tomar-se como período útil de realização os anos completos de 2001 e 2002 e o 1º semestre de 2003.

573. A opção da equipa de avaliação foi, no entanto, para os indicadores expressos em médias anuais de valores absolutos, adoptar também o critério seguido para os indicadores expressos em valores absolutos, tendo para isso transformado os valores médios anuais, referentes às metas, em valores absolutos acumulados no final de 2003 e no final de 2006. Deste modo, cria-se uma

base uniforme de comparação intra-Programa para todos os indicadores de realização. No entanto, face à necessidade de comparação dos resultados obtidos inter-PO, considerou-se igualmente o cálculo das taxas de realização utilizando os indicadores expressos em médias anuais de valores absolutos seguindo também, deste modo, a metodologia proposta no documento acima.

Os indicadores envolvidos nesta situação são o indicador 1.4.1. – N° médio de formandos por ano, 3.1.1. – N° médio anual de formandos em formação em alternância e 3.3.1. – N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes). Desta forma, para estes indicadores são calculadas duas taxas de realização, utilizando as diferentes alternativas acima identificadas.

574. Os resultados para os 16 indicadores de realização, seleccionados para a atribuição da reserva de eficiência, são apresentados no Quadro 9-1. A apreciação detalhada do quadro permite constatar que, do conjunto de 16 indicadores de realização, 14 cumprem as metas estimadas para 30/06/2003 e 2 estão em situação de incumprimento. Em situação de cumprimento encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.1.1. N° de km de estradas municipais construídos, apoiados;
- 1.1.2. - N° de equipamentos culturais construídos, apoiados;
- 1.1.3. - N° equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados;
- 1.1.4. - N° equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados;
- 1.2.1. - N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas;
- 1.2.2.- N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas;
- 2.3.1. - N° intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas;
- 2.3.2. - N° áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas;
- 3.1.1. - N° médio anual de formandos em formação em alternância;
- 3.3.1. N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes);
- 3.9.1. - N° de formandos;
- 3.10.1- Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km);
- 3.17.1. - Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km);

- 3.17.2 N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir.

QUADRO 9-1: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA –INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Medida	Designação	Indicadores							
		Situação de partida		Quantificação					Taxa de realiz. (%)
		Ano	Val.	2003	2006	Indicad. Físicos 30/06/03	Metas 30/06/03		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=7/8	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1. N° de km de estradas municipais construídos, apoiados	1	1994-99	188	175	250	150	140	107.8%
	1.1.2. N° de equipamentos culturais construídos, apoiados	2	1994-99	16	14	20	13	11.2	123.2%
	1.1.3. N° equipament. escolares do ensino básico construídos, apoiados	3	1994-99	6	7	10	14	5.6	260.7%
	1.1.4. N° equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	4	1994-99	48	21	30	24	16.8	145.9%
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1. N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas	5	1994-99	17	7	10	6	5.6	107.1%
	1.2.2. N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	6	1994-99	21	20	30	46	16	291.5%
1.4. Formação para o desenvolvimento	1.4.1. N° médio de formandos por ano	7	1994-99	7 126	7 322	6 437	6949 ^(a)	7322	94.9%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				29 288	45 059	13898 ^(b)	23430 ^(b)	59.3%
2.3 VALTEJO– Valorização do Tejo	2.3.1. N° intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	8	1994-99	3	4	10	8	3.2	257.8%
	2.3.2. N° áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	9	1994-99	4	4	10	4	3.2	145.3%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. N° médio anual de formandos em formação em alternância	10	1994-99	5 139	5 332	3 800	7 083 ^(a)	5332	132.8%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				21 328	26 600	21 249	17 062.4	124.5%
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	3.3.1. N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	11	1994-99	7 284	6 175	4 400	7 842 ^(a)	6175	127.6%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				24 700	30 800	23 526	19 760	119.1%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. N° de formandos	12	2000	0	9 000	12 990	13 021 ^(a)	7 200	180.9%
3.10 Economia	3.10.1 Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km)	13	1994-99	2 500	570	1 100	1 356	456	297.5%
3.17 Acessibilidades e transportes	3.17.1 Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km)	14		-	15	55	56	12	467.9%
	3.17.2 N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir	15		-	2	8	2	1.6	125.0%
3.18. Ambiente	3.18.1 Extensão de costa a intervencionar (n° de Km)	16	2000	-	4	8	0	3.2	0.0%

(a) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se de indicadores relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

(b) Este valor refere-se apenas aos anos de 2001 e 2002.

Em situação de incumprimento, pelo contrário, encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.4.1. – N° médio de formandos por ano ;
- 3.18.1. – Extensão de costa a intervencionar (n° de Km).

575.No caso particular dos indicadores 1.1.3. - N° equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados; 1.2.2. - N° de ações de valorização e requalificação urbana, apoiadas; 3.1.1. - N° médio anual de formandos em formação em alternância; 3.9.1. - N° de formandos e 3.10.1. - Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km), é possível observar que, com os níveis de realização de 30/06/2003, já se encontram cumpridas as metas estabelecidas para 2006. Por outro lado, os indicadores 3.1.1., 3.3.1. e 3.9.1, apesar de terem como data de referência da informação o final de 2002, é possível constatar que com esses níveis de realização os indicadores já cumprem as metas de 30/06/2003 estimadas para a reserva de eficiência.

576.A análise da representatividade dos indicadores de realização incluídos para efeitos do cálculo da reserva de eficiência, que devem abranger um conjunto medidas com um peso de pelo menos 50% do total da programação financeira, permite verificar que, quer se adopte a despesa pública total, quer se considere a despesa pública comunitária, esta condição é ultrapassada. A observação do Quadro 9-2 permite constatar que as medidas com indicadores incluídos na reserva de eficiência englobam 59.5% da despesa pública total e 57.1% da despesa pública comunitária ao nível da programação inicial, tendo passado a representar, pós-reprogramação, respectivamente, 60.7% e 57.4% das mesmas.

QUADRO 9-2 – REPRESENTATIVIDADE FINANCEIRA DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO AFECTOS À RESERVA DE EFICIÊNCIA

	N° Indicadores	Inicialmente		Reprogramação	
		% Despesa Pública Total	% Despesa Comunitária	% Despesa Pública Total	% Despesa Comunitária
Medida 1.1.	4	10.8%	12.2%	11.0%	12.3%
Medida 1.2.	2	5.5%	6.3%	5.7%	6.3%
Medida 1.4.	1	1.8%	2.0%	1.8%	2.0%
Medida 2.3.	2	2.8%	2.9%	2.8%	2.9%
Medida 3.1.	1	4.9%	5.3%	5.0%	5.4%
Medida 3.3.	1	3.9%	4.3%	4.0%	4.3%
Medida 3.9.	1	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%
Medida 3.10.	1	15.5%	10.9%	15.8%	11.0%
Medida 3.17.	2	10.7%	9.1%	10.9%	9.2%
Medida 3.18.	1	1.3%	1.7%	1.3%	1.7%
Total	16	59.5%	57.1%	60.7%	57.4%

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos valores do SIFEC

9.2. INDICADORES DE RESULTADO

577. Em relação aos indicadores de resultado, a metodologia sugerida no documento da Comissão de Gestão do QCA, acima referido, segue procedimentos metodológicos distintos dos relativos aos indicadores de realização.

A aferição do cumprimento da meta de 2003 para os indicadores de resultado será, segundo a metodologia expressa no referido documento, baseada em projecções de valores dos indicadores para 31 de Dezembro de 2003. A formulação destas estimativas implica, não só, um conhecimento das relações observadas, em anos anteriores, entre resultados por um lado e realizações físicas ou financeiras por outro e pode também exigir a actualização dos indicadores referentes à situação de partida.

578. O processo de actualização dos indicadores obedeceu a um conjunto de regras que a seguir se descrevem detalhadamente para cada um dos 12 indicadores de resultado considerados (ver Quadro 9-3 com os resultados):

- i. Em relação ao indicador **1.1.1. – Densidade da rede rodoviária municipal** (nº de Km/1000Km²), a projecção do valor para Dezembro de 2003 teve por base o apuramento dos valores realizados no primeiro semestre e a suposição de que no segundo semestre se manteria o ritmo de execução médio semestral do programa. Deste modo, estima-se que este indicador cumpra o objectivo estabelecido para 2003.
- ii. No que diz respeito ao indicador **1.1.2. – % de População servida por biblioteca**, utilizando a formulação do indicador subjacente ao cálculo das metas, respectivamente a percentagem de população residente na área de influência de uma biblioteca de âmbito concelhio, verifica-se que o valor do indicador a 31/12/2002, designadamente 90.5%, permite já cumprir a meta estimada para 2003.

QUADRO 9-3: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA – INDICADORES DE RESULTADO

Medida	Designação		Indicadores						
			Situação de partida		Metas		Valor a 31/12/02	Valor estim 31/12/03	Taxa realiz. (%)
			Ano	Val.	2003	2006			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=8/5	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (nº de Km/1000Km2)	1	1999	1 026	1 041	1 047	1 039	1 041	100%
	1.1.2. % de população servida por biblioteca	2	1998	54%	70%	80%	90.5% ^(a)		
	1.1.3 % de população servida por equipamentos desportivos	3	1998	55%	70%	80%	76% ^(b)	80.9%	101%
	<i>Revisão do indicador de acordo com a informação actual produzida</i>				65%	80%			
1.2 Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1 % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	4	1997	53%	70%	95%	67.1% ^(c)	75.3%	103%
			1998	56.4%	73.4% ⁽ⁱ⁾				
	1.2.2. % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	5	1997	66%	85%	100%		100% ^(f)	118%
1.4 Formação para o desenvolvimento	1.4.1 Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local) (%)	6	1999	24.8%	31%	34.9%	35.3% ⁽ⁱ⁾		
2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo	2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística	7	1998	34.8%	37%	40%	35.2%	37.8% ^(d)	102%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	8	1994-99	5 139	5 319	3 800	6 423 ⁽ⁱ⁾	6647	125%
			<i>Conversão dos valores médios anuais em acumulados</i>		21 276	26 600	19 269	26589	
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	3.3.1. % desempregados não DLD que receberam acções de política activa	9	1994-99	11%	13%	9%	14,3% ⁽ⁱ⁾	13,9%	107%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. Nº de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III	10	2000	0	1 950	2 800	2 211	2211 ^(h)	113% ^(h)
3.10 Economia	3.10.1 Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	11	1994-99	300 372	454 600	540 000	539 673 ^(e)	539 673 ^(e)	118% ^(g)
3.18 Ambiente	3.18.1. Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	12	2000	0	4 000	8 000	0	0	0%

(a) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003

(b) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003. De referir que actualização desta informação, para 2002, por parte do INE, não segue exactamente a mesma tipologia de equipamentos desportivos apresentada na informação da situação de partida inicial, respeitante ao ano de 1998.

(c) A informação mais recente diz respeito ao Anuário Estatístico Regional da região de Lisboa e Vale do Tejo de 2002 (com o ano de 2001 como o ano de referência da informação).

(d) Este valor encontra-se ainda sujeito a confirmação da informação, junto do INE, dado tratar-se de informação disponível não publicada.

(e) Valores em 30 de Junho de 2003.

(f) Fonte: Relatório Final do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA II, Junho de 2002.

(g) Admitindo que o número de novos clientes não aumenta durante o 2º semestre de 2003.

(h) Admitindo apenas os formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação III nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002.

(i) Revisão da meta incorporando a alteração detectada na situação de partida

j) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

iii. Relativamente ao indicador **1.1.3. – % de População servida por equipamentos desportivos**, constata-se que a informação actualizada pelo INE, para o ano de 2002, segue uma tipologia que não permite calcular este indicador com a mesma desagregação utilizada no cálculo do indicador para o ano de 1998, dado que, no ano mais recente de disponibilização da informação, se consideram apenas as categorias de equipamentos desportivos de custos e complexidades mais elevadas (designadamente piscinas, campo de jogos descoberto e pavilhão desportivo ou ginásio¹).

Aplicando a mesma tipologia de equipamentos desportivos do ano 2002, ao cálculo do indicador no ano de 1998, verifica-se uma alteração da situação de partida (passa de 55% para 65.2%). Admitindo a manutenção dos níveis de melhoria de cobertura de 15 pontos percentuais para 2003, o que corresponde, neste caso, a um esforço mais elevado, uma vez que se parte de um nível de cobertura mais alto, e que se tratam dos equipamentos de custo e complexidade mais elevada, o valor a atingir para 2003 deveria ser de 80%. O valor observado para Maio de 2002 é de 76%, o que admitindo a manutenção do ritmo de melhoria da cobertura verificado no período 1998-2002, permite estimar o valor de 81% para 31/12/2003, o que possibilita o cumprimento da meta estabelecida.

- iv. Os valores para a situação de partida do indicador **1.2.1. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes**, foram obtidos no Plano de Desenvolvimento Regional citando informação do INE referente ao ano de 1997. A consulta aos Anuários Estatísticos Regionais da região de Lisboa e Vale do Tejo não permite encontrar o valor para 1997, mas revela uma evolução de 56,4%, no ano de 1998 para 67,1%, no ano de 2001. Admitindo a mesma taxa média de crescimento do período 1998-2001, para o período 2001-2003, obtém-se uma estimativa para este indicador, para o ano de 2003, com o valor de 75.3%. Mesmo introduzindo uma meta para 2003, que incorpore a alteração de 3.4 pontos de percentuais detectada na situação de partida, a confrontação da estimativa obtida para 31/12/2003, com a respectiva meta, resulta numa taxa de realização prevista superior a 100%.
- v. Os valores para a situação de partida do indicador **1.2.2. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos**, à semelhança do indicador anterior, foram também obtidos no Plano de Desenvolvimento Regional a partir de informação do INE referente ao ano de 1997. No entanto a informação do INE não permite actualizar este

¹ Em 1998 as categorias utilizadas foram piscina coberta ou descoberta, pavilhão desportivo polivalente, grande e pequeno campo de jogos, que têm correspondência com as categorias disponibilizadas na informação de 2002, e ainda, campo de ténis e circuito de manutenção.

indicador para o ano de 2002, uma vez que os dados apresentados dizem respeito, apenas, à recolha de resíduos sólidos e não, à recolha e *tratamento* de resíduos sólidos. Em alternativa recorreu-se ao Relatório Final do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA II, Junho de 2002, o qual apontava para um valor de 100% para este indicador. Deste modo, é possível constatar, tendo como base a meta estimada para 2003, que este indicador apresenta uma, taxa de realização superior a 100%.

- vi. No que se refere ao indicador **1.4.1. – Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)**, apenas foram considerados os anos de 2001 e 2002 para apuramento do número de formandos/ano abrangido, seguindo deste modo a proposta do IGFSE no sentido de estabilizar o método de cálculo do indicador para os vários Programas Regionais do Continente. Verifica-se que os valores do indicador a 31/12/2002 permitem cumprir a meta estimada para o ano de 2003.
- vii. A informação referente à actualização do indicador **2.3.1. - % Freguesias com pólos de atracção turística** ainda se encontra sujeita a confirmação, podendo apenas mencionar-se que caso o valor indicado se confirme, se verifica uma taxa de realização superior a 100% para o indicador em causa.
- viii. No que concerne ao indicador **3.1.1. – Nº médio anual de formandos em formação em alternância**, tendo por base os valores do custo médio de execução de formando e da taxa de execução financeira observada nos anos anteriores e admitindo a manutenção, em 2003, dos níveis de realização financeira, estima-se, para o período 2000-2003 um valor médio de formandos em formação em alternância de 6647, o que cumpre a meta estabelecida para 2003.
- ix. Ao nível do indicador **3.3.1. – % de Desempregados não DLD que receberam acções de política activa**, tendo em consideração o número médio de desempregados não DLD no ano 2000, na região de LVT, os valores do custo médio de execução por desempregado e a taxa de execução financeira observada nos anos anteriores e admitindo a manutenção, em 2003, dos níveis de realização financeira, estima-se, para o período 2000-2003 um valor médio para este indicador de 13,9% o que cumpre a meta estabelecida para 2003.
- x. Relativamente ao indicador **3.3.2. – Nº de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III**, tratando-se de um indicador acumulado, é possível verificar que com os valores de realização dos anos de 2001 e 2002 já se encontra cumprida a meta de 2003.

xi. No que diz respeito ao indicador **3.10.1 – N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural**, tratando-se, também, de um indicador acumulado, é possível verificar que com os valores de realização dos anos de 2001, 2002 e primeiro semestre de 2003, já se encontra cumprida a meta de 2003.

xii. O indicador **3.18.1 – N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza**, tendo em conta os valores disponibilizados para os seus indicadores físicos, indicia fortemente o incumprimento da meta estabelecida para o ano de 2003.

579. Em síntese constata-se que do conjunto de 12 indicadores de resultados, os seguintes 11 indicadores cumprirão as metas estimadas para 31/12/2003:

- 1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (n° de Km/1000Km²);
- 1.1.2. – % de População servida por biblioteca;
- 1.1.3. – % de População servida por equipamentos desportivos;
- 1.2.1. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes;
- 1.2.2. – % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.4.1 Taxa de cobertura (n° de formandos/n° de efectivos da administração local) (%);
- 2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística;
- 3.1.1. N° médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III);
- 3.3.1. % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa;
- 3.9.1. N° de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III;
- 3.10.1 N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural.

Apenas o indicador 3.18.1. “N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza” não atingirá a meta prevista.

II.C. A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO DO PROGRAMA

10. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

582.A abordagem seguida na avaliação do sistema de gestão, acompanhamento e controlo corresponde, no essencial, à apresentação dos seus elementos fundamentais reflectindo quer a sistematização dos documentos de referência, quer a sistematização dos resultados das entrevistas e inquéritos conduzidos junto das entidades de gestão mais relevantes e junto dos promotores, numa perspectiva articulada com a análise da eficiência do Programa. O trabalho realizado permitiu retirar algumas conclusões importantes nomeadamente no que diz respeito às seguintes questões:

- Eficiência dos diversos circuitos de gestão, dispositivos de acompanhamento e de controlo tendo em consideração integração no processo de gestão das recomendações da Comissão Europeia e das autoridades nacionais responsáveis pela gestão do QCA III;
- Implementação do modelo de articulação sectorial/regional e da sua eficácia, designadamente em termos de ganhos de complementaridade e de sinergias;
- Adequação dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- Adequação da resposta à situação de *phasing-out*;
- Eficácia do sistema de informação na produção atempada de informação adequada e necessária a um bom desempenho da gestão e do acompanhamento;
- Avaliação do grau de adesão dos beneficiários reais e potenciais.

Procede-se, assim, de seguida a uma apresentação da estrutura de gestão e funcionamento do sistema de gestão, acompanhamento e controlo, da matriz de responsabilidades e composição dos órgãos de gestão, dos sistemas de informação e, ainda, a uma análise dos critérios de selecção de acordo com o estabelecido no complemento de programação e no documento “Critérios de Selecção”.

10.1. A CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO, CONTROLO E ACOMPANHAMENTO

583. A estrutura do modelo de gestão obedece aos normativos nacionais e comunitários¹ verificando-se que o gestor do PO assume um papel crucial na dinamização do Programa, sendo sua competência a gestão técnica, administrativa e financeira. De acordo com a legislação, o presidente da Comissão de Coordenação Regional é, por inerência, o gestor do Programa, podendo delegar competências em gestores de eixos prioritários, nos coordenadores de componentes de intervenção ou em organismos competentes. No caso específico do PORLVT, o gestor do Programa é coadjuvado na sua missão por um gestor para o eixo 1 e um gestor para o eixo 2.

Como se pode observar pela leitura do organograma do Programa (ver Figura 10-1), o gestor é auxiliado na sua missão administrativa/executiva por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e na sua missão de assegurar a existência de um sistema de controlo adequado pela Estrutura de Apoio Técnico de Controlo que funciona em segregação de funções.

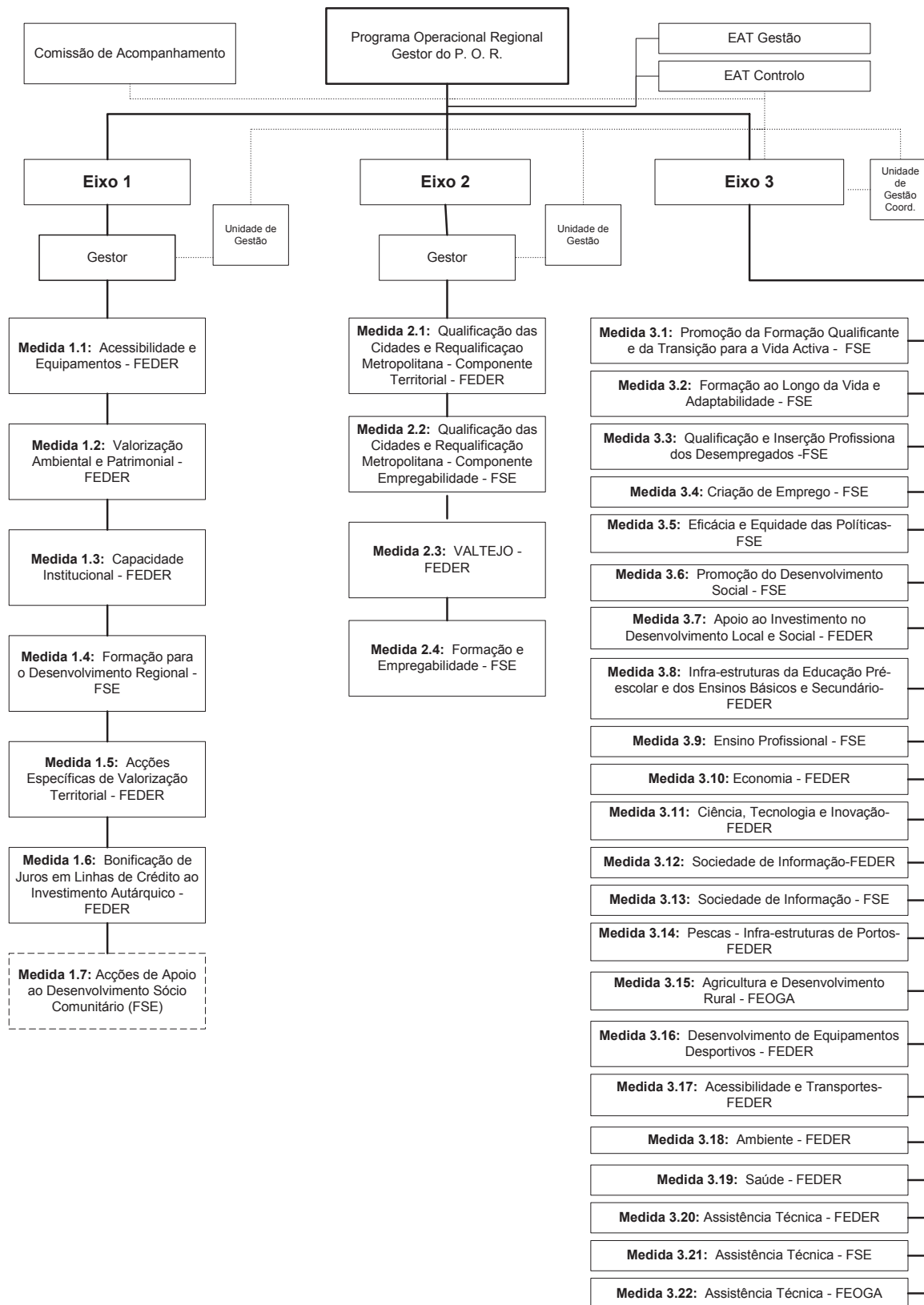
Para além da responsabilidade técnica, administrativa e financeira, o Gestor tem ainda a incumbência de assegurar a coerência global do Programa devendo, nesse sentido, garantir a articulação a nível regional das várias intervenções desconcentradas da administração central, o que requer a capacidade de criar mecanismos de cooperação e de conjugação de esforços entre os vários coordenadores de políticas sectoriais.

584. O acompanhamento da execução do Programa é da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento que tem, nomeadamente, competências para adaptar o complemento de programação e aprovar os critérios de selecção (ver Quadro 10-1). A composição deste órgão encontra-se apresentada na Em complemento, esta secção de análise do modelo de gestão, acompanhamento e controlo encerra com a apresentação de quatro caixas de texto sobre a composição da comissão de acompanhamento, e das unidades de gestão dos eixos 1, 2 e 3.

585. Caixa 10-1.

¹ O modelo de gestão adoptado segue, nomeadamente, o Regulamento (CE) 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, que estabelece as disposições gerais sobre os Fundos Estruturais (FEDER, FEOGA, FSE), o Decreto-Lei n.º 54 – A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, que define as estruturas de gestão do QCA III.

FIGURA 10-1: ORGANOGRAMA DO PORLVT

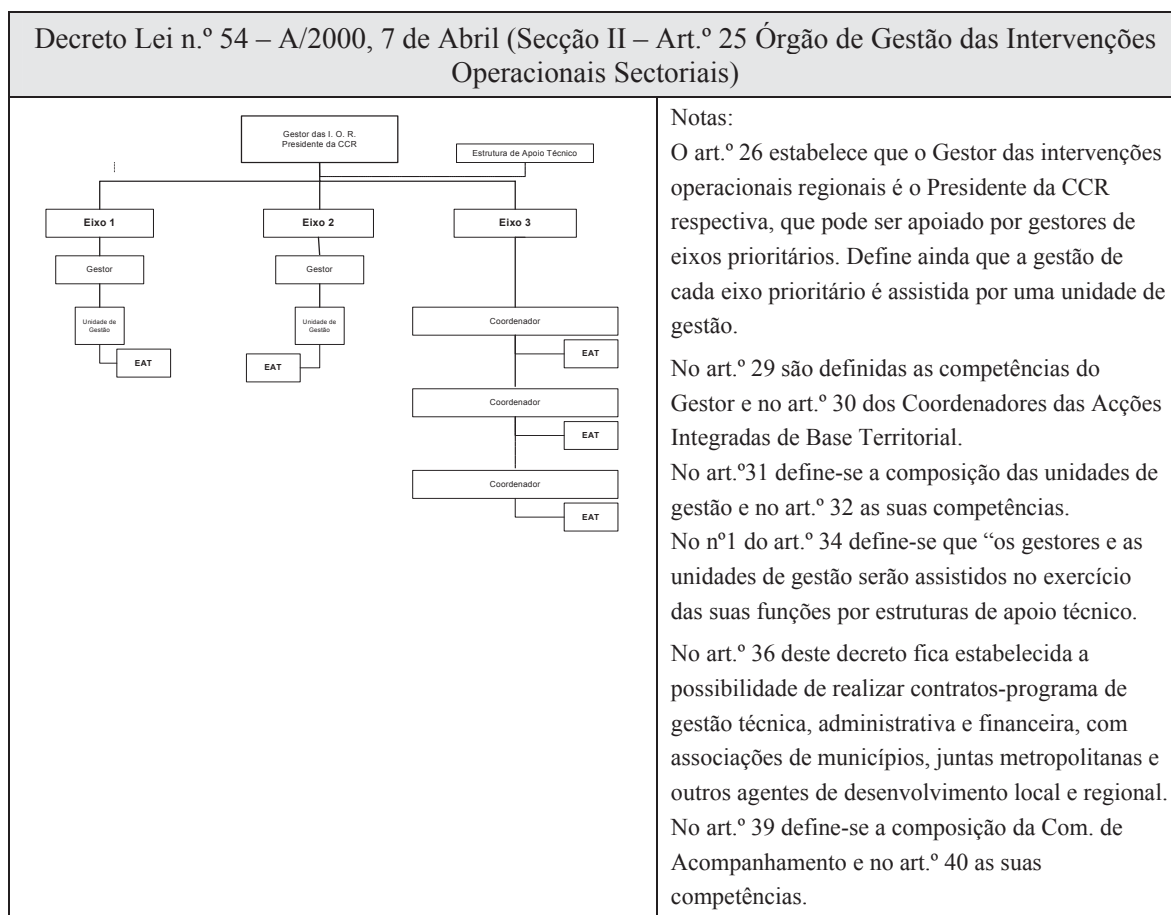


586. A gestão de cada eixo prioritário é assistida por uma unidade de gestão, verificando-se, contudo, que é a Estrutura de Apoio Técnico de Gestão da Coordenação do PORLVT² que presta apoio ao funcionamento das unidades de gestão nos três eixos.

587. A coordenação de cada acção integrada de base territorial e de cada intervenção da administração central regionalmente desconcentrada compete a um coordenador, que, por sua vez, é também apoiado por uma EAT.

Antes de se passar à apreciação das principais características do modelo de gestão em vigor, sistematiza-se, na Figura 10-2, de forma gráfica, alguns dos principais passos legislativos que contribuíram para a definição da estrutura organizativa do PORLVT.

FIGURA 10-2: PRINCIPAIS PASSOS DA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA DA ESTRUTURA DE GESTÃO DO PO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



² Ainda que o DL 54 A/2000, de 7 de Abril, previsse, no n.º 1 do art.º 34 que cada unidade de gestão fosse assistida no exercício das suas funções por estruturas de apoio técnico, isso de facto não veio a ocorrer porque a RCM 27/2000, de 16 Maio, cria uma única EAT que presta apoio ao Gestor do Programa, aos Gestores do eixo 1 e eixo 2 e ao funcionamento das Unidades de Gestão dos três eixos do PORLVT.

RCM nº27/2000 de 16 de Maio (Anexo III)	
<pre> graph TD G1[Gestor do PORLVT Presidente da CCR] --- E1[Eixo 1] G1 --- E2[Eixo 2] G1 --- EAT[Estrutura de Apoio Técnico] E1 --- G1_1[Gestor Eng.º António Moura de Campos] E2 --- G2[Gestor Eng.º António Marques] G2 --- VALTEJO[VALTEJO Eng.º António Marques] </pre>	<p>Notas:</p> <p>Nomeia o Gestor do PORLVT: Presidente da CCR.</p> <p>Nomeia o Gestor do Eixo 1: Eng.º Moura de Campos.</p> <p>Nomeia o Gestor do Eixo 2 e Coordenador da medida VALTEJO: Eng.º António Marques.</p> <p>Estabelece que a Estrutura de Apoio Técnico é constituída por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um chefe de projecto, • oito técnicos, • três assistentes administrativos. <p>Define as competências da EAT.</p> <p>A chefe de projecto da EAT, Eng.ª Gabriela Petersen, é nomeada em 8 de Agosto de 2000.</p>
Despacho nº 12993/2000, 22 de Junho	
<pre> graph TD Root[] --- E1[Eixo 1] Root --- E2[Eixo 2] Root --- E3[Eixo 3] E1 --- UG1[Unidade de Gestão] E2 --- UG2[Unidade de Gestão] UG2 --- VT[Valorização do Tejo] UG2 --- QCU[Qualificação das cidades e requalificação urbana] E3 --- UG3[Unidade de Gestão] UG3 --- RH[Recursos Humanos] UG3 --- AE[Actividades Económicas] UG3 --- TA[Transporte e Ambiente] </pre>	<p>Notas:</p> <p>A unidade de gestão do eixo 2 funciona em plenário para a adopção de decisões estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, existindo ainda 2 secções:</p> <ol style="list-style-type: none"> (i) Valorização do Tejo (ii) Qualificação das Cidades e Requalificação metropolitana. <p>Na unidade de gestão do eixo 3, existem as seguintes secções:</p> <ol style="list-style-type: none"> (iii) Recursos Humanos, (iv) Actividades Económicas, (v) Transporte e Ambiente. <p>Data de aprovação dos regulamentos das unidades de Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • eixo 1: 20 de Julho de 2000; • eixo 2: 29 de Setembro de 2000; • eixo 3: 10 de Agosto de 2000.

Despacho n.º 13921/2000, 7 de Julho	
	<p>Notas:</p> <p>Estabelece a constituição da Comissão de Acompanhamento.</p> <p>O regulamento da Comissão de Acompanhamento do PORLVT foi aprovado em 25 de Setembro de 2000.</p>
Decreto-Lei n.º 144/2000, 15 de Julho	
	<p>Notas:</p> <p>Estabelece o enquadramento legal para a celebração de protocolos com as instituições financeiras, através dos quais são definidas as condições concretas de bonificação dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos de natureza municipal e intermunicipal a realizar no âmbito do QCA.</p>
Despacho conjunto n.º 199/2001, 3 de Março	
	<p>Notas:</p> <p>Despacho conjunto n.º 199/2001, de 3 de Março, aprova o regulamento específico da medida 1.4 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.</p>

Decreto Lei n.º 168/2001, 25 de Maio (Funcionamento do Sistema Nacional de Controlo)	
<pre> graph TD A[] --- B[] A --- C[] B --- D[Eixo 1] B --- E[Eixo 2] B --- F[Eixo 3] F --- G[EAT - Controlo] G --- H[EAT] </pre>	<p>Notas:</p> <p>Este decreto-lei regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo.</p> <p>A Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC.</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001, de 26 de Dezembro, constitui as estruturas organizacionais necessárias ao controlo de 2.º nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de 1.º nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais do QCA III.</p> <p>A chefe de projecto da EAT Controlo, Dr.ª Joaquina Sim Sim, foi nomeada em 8 de Fevereiro de 2002.</p>

Recentemente, o eixo 1 passou a incluir mais uma medida – 1.7- Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio Comunitário – que se destina a apoiar a formação no âmbito da medida 1.5 (PROQUAL). A criação desta medida foi votada favoravelmente em Comissão de Acompanhamento, no dia 21 de Novembro de 2002 e foi aprovada pela Decisão da Comissão de 16 de Julho de 2003.

10.1.1. Matriz de Responsabilidades e Composição dos Órgãos de Gestão do Programa Operacional

588. Neste ponto do trabalho, efectua-se uma sistematização das competências legais dos principais intervenientes no processo de gestão, acompanhamento e controlo (gestor, gestor de eixo, coordenador AIBT (Acções Integradas de Base Territorial) e coordenador da intervenção regionalmente desconcentrada, unidade de gestão, comissão de acompanhamento, estrutura de apoio técnico, estrutura de controlo) que são apresentadas em grupos de tipologias de responsabilidades (Regulamentar; Administrativa/executiva; Consultiva; Organizativa; e Formativa.). Os resultados obtidos são apresentados no próximo quadro.

QUADRO 10-1: MATRIZ DE RESPONSABILIDADES/COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> • Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pela Intervenção Operacional respectiva • Adaptar, por sua iniciativa ou sob proposta da comissão de acompanhamento, o complemento de programação 		<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmar ou adaptar o complemento de programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento da intervenção • Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações financiadas ao abrigo de cada medida • Propor ao gestor adaptações ou revisões da Intervenção Operacional que permitam alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a gestão das intervenções, incluindo a sua gestão financeira • Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno 		

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas nacionais e comunitárias aplicáveis Assegurar o cumprimento das condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos Aprovar ou propor ao Governo a aprovação das candidaturas de projectos ao financiamento pela Intervenção Operacional (após parecer da unidade de gestão) Praticar ou propor ao membro do Governo competente os demais actos necessários à regular e plena execução da Intervenção Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Recepção, análise e organização dos processos de candidatura (competência exclusiva do coordenador) Assegurar a elegibilidade das despesas dos projectos ou acções candidatos Assegurar o cumprimento dos normativos comunitários, incluindo os referentes às regras da concorrência, adjudicação de contratos públicos, protecção e melhoria do ambiente, eliminação das desigualdades e promoção da igualdade entre homens e mulheres 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos da Intervenção Operacional Analisar os resultados da execução, nomeadamente a realização dos objectivos definidos para cada medida, bem como a avaliação intercalar e final Analisar e aprovar as propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão Europeia sobre a participação dos fundos comunitários Construir grupos de Técnicos de Avaliação visando o acompanhamento do processo do Programa Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Prestar apoio e acompanhamento à realização das acções de divulgação Instruir e apreciar as candidaturas de projectos, verificando, designadamente, o seu enquadramento na Intervenção Operacional e o cumprimento das condições de acesso previstas 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar acções de verificação física e financeira das candidaturas, dos projectos ou acções co-financiadas, concomitantemente e/ou a posteriori, nas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa Programar a actividade anual de controlo da Intervenção Operacional em conjunto com as entidades coordenadoras de segundo nível, durante a primeira quinzena de Setembro do ano anterior ao qual diz respeito

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração de indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pela intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento dos normativos nacionais, incluindo os referentes ao licenciamento dos projectos de investimento e das acções Assegurar o cumprimento das condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos e acções Apreciar a conformidade dos pedidos de pagamentos apresentados pelos executores dos projectos e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os pagamentos aos beneficiários finais Assegurar a conformidade dos contratos com a decisão de concessão do financiamento, respeitando as normas aplicáveis 		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver a cooperação e articulação entre os Grupos de Trabalho Temáticos e a Comissão de Acompanhamento 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que a programação financeira da candidatura de cada projecto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efectuar pela entidade executora durante os anos indicados Verificar os elementos de despesa relativos aos projectos e acções aprovados Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físico e financeiro da Intervenção Operacional Preparar os pedidos de pagamento da contribuição comunitária Efectuar o processamento dos pagamentos aos beneficiários Prestar apoio à preparação dos relatórios de execução da Intervenção Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Remeter a cada entidade coordenadora de segundo nível a informação relativa à execução do plano anual de controlo, no âmbito do fundo comunitário respectivo, segundo o modelo fornecido, no prazo de quinze dias após o final de cada trimestre Enviar a cada entidade coordenadora de segundo nível, até 31 de Março de cada ano, em modelo próprio, a síntese da actividade de controlo desenvolvida no ano anterior no âmbito do fundo comunitário respectivo Enviar os relatórios de controlo elaborados no âmbito de cada fundo comunitário, na sua versão final, à correspondente entidade coordenadora de segundo nível, no prazo de 30 dias após a sua elaboração

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentralizada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva		<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a instituição de um sistema de controlo interno adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos conforme aos normativos Praticar ou propor ao membro do Governo responsável pela intervenção da administração central regionalmente descentralizada ou pela acção integrada de base territorial os actos necessários à sua regular e plena execução Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final 				<ul style="list-style-type: none"> Introduzir e manter actualizada a informação decorrente das acções de controlo no Sistema de Apoio ao Controlo (SIAC); Transmitir as irregularidades detectadas em cada fundo comunitário à correspondente entidade coordenadora de segundo nível, imediatamente após a elaboração dos relatórios de controlo; Proceder à actualização dos elementos referidos no Artigo 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, bem como transmitir os dados previstos no nº 3 do artigo 9º do mesmo Regulamento

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional descentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Administrativa/executiva		<ul style="list-style-type: none"> Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade 				<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver as ações consideradas necessárias no âmbito do SNC para regularização das anomalias detectadas em sede de controlo, nomeadamente ao nível da relação com o beneficiário final ou destinatário individual, e considerando eventuais correções financeiras que se justifiquem. Desenvolver os procedimentos necessários à aquisição de serviços externos de auditoria, sempre que se justifiquem Realizar ou apoiar a realização por recursos externos dos controlos das operações mencionadas no Artigo 10º do Regulamento anteriormente referido que sejam da competência da autoridade de gestão de acordo com o planeamento adoptado no âmbito do SNC Desenvolver as demais tarefas decorrentes do exercício do controlo de primeiro nível no âmbito do SNC

	Gestor	Gestor de eixo, Coordenador AIBT e Interv. regional desconcentrada	Unidade de Gestão	Comissão de Acompanhamento	Estrutura de Apoio técnico	Estrutura de controlo
Consultiva			<ul style="list-style-type: none"> Dar parecer sobre as propostas de decisão dos gestores relativos a candidaturas de projectos ao financiamento pela Interv. Operac. respectiva Dar parecer sobre os projectos de relatório de execução das intervenções operacionais elaborados pelos gestores 		<ul style="list-style-type: none"> Formular pareceres técnicos de fundamento à decisão do gestor, sobre a viabilidade dos projectos 	
Organizativa	<ul style="list-style-type: none"> Desencadear e acompanhar a elaboração de estudos de avaliação Organizar a avaliação intercalar e colaborar na avaliação final da Intervenção Operacional respectiva 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na elaboração do relatório de execução da Intervenção Operacional regional Colaborar na elaboração de estudos de avaliação no âmbito da respectiva Interv. Operacional regional Colaborar na organização da avaliação intercalar e final da Intervenção Operacional regional. 			<ul style="list-style-type: none"> Preparar as reuniões e deliberações do gestor e da unidade de gestão Organizar os processos relativos a cada projecto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades da Intervenção Operacional Organizar os ficheiros informáticos necessários ao controlo da execução da Intervenção Operacional 	
Formativa	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a formação do pessoal da respectiva estrutura de apoio técnico 					

589. Em complemento, esta secção de análise do modelo de gestão, acompanhamento e controlo encerra com a apresentação de quatro caixas de texto sobre a composição da comissão de acompanhamento, e das unidades de gestão dos eixos 1, 2 e 3.

CAIXA 10-1: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 39º do DL nº 54-A/2000, de 7 de Abril, a Comissão de Acompanhamento tem a composição definida pelo Despacho nº 13921/2000, de 29 de Junho, publicado em 7 de Julho, sendo presidida pelo Gestor do Programa Operacional Regional e integrando:

- a) Os membros das unidades de gestão do Programa Operacional, designados nos termos do Despacho nº 12993/2000, de 31 de Maio (em anexo);
- b) Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos no Programa Operacional;
- c) Um representante da tutela para a Igualdade;
- d) Um representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) O Director-Geral do Desenvolvimento Regional;
- g) O Presidente do Conselho da Região;
- h) Dois representantes dos Sindicatos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN);
- i) Dois representantes dos Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- j) Três representantes dos interesses empresariais na Região;
- k) Dois representantes das associações de agricultores, nomeados pelo Conselho Regional Agrário da Região;
- l) Dois representantes do sector cooperativo;
- m) Um representante de organizações não governamentais do ambiente;
- n) Um representante das Regiões de Turismo da NUTE III correspondente ao Programa Operacional, a nomear pela Associação Nacional das Regiões de Turismo;
- o) Um representante das associações de desenvolvimento local;
- p) Um representante das agências de desenvolvimento regional;
- q) Outros representantes, num máximo de dez, dos interesses científicos, educativos, económicos, culturais, desportivos e de solidariedade social, na Região;
- r) Um representante da Inspeção-Geral de Finanças, na qualidade de observador;
- s) Um representante do Departamento de Prospectiva e Planeamento, na qualidade de observador.

2. A Comissão de Acompanhamento integrará ainda uma representação da Comissão Europeia e uma representação do Banco Europeu de Investimento (BEI), nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/99, de 21 de Junho.

3. O Gestor do Programa Operacional poderá ainda convidar, para participar nos trabalhos da comissão de acompanhamento, personalidades de reconhecido mérito, vocacionadas para apoiarem tecnicamente a comissão de acompanhamento no exercício das suas competências.

4. Os membros da Comissão de Acompanhamento podem ser substituídos pelos respectivos suplentes, expressamente designados para o efeito.

CAIXA 10-2: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 1

EIXO 1 - Apoio ao investimento municipal e intermunicipal

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, ou pelo gestor do eixo prioritário, em sua substituição, sendo ainda integrada por:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) Um representante da Associação de Municípios do Oeste;
- c) Um representante da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo;
- d) Um representante da Associação de Municípios do Médio Tejo;
- e) Três representantes da Junta Metropolitana de Lisboa;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- g) Um representante do Ministério do Equipamento Social.

2 – A representação dos municípios na unidade de gestão far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

3 – Desde que salvaguardado o disposto no nº 9 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, quando estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão:

- a) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas incluídas na Intervenção Operacional Regional, ou os seus representantes;
- b) Os coordenadores das acções integradas de base territorial;
- c) Um representante do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública;
- d) Um representante do ministro que tutela a administração local;
- e) Um representante do Centro de Estudos e Formação Autárquica;
- f) Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- g) Um representante do Instituto das Estradas de Portugal;
- h) Um representante do ICEP, Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- i) Três representantes das associações empresariais com sede na região;
- j) Outros representantes de organismos da Administração Pública vocacionados para apoiarem tecnicamente as decisões em causa.

4 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER e do FSE, respectivamente.

5 – O gestor da Intervenção Operacional poderá convidar a participar nos trabalhos da unidade de gestão, em função da sua natureza, representantes das associações e organizações para o desenvolvimento da região.

CAIXA 10-3: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 2

EIXO 2 - Acções integradas de base territorial

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário de acções integradas de base territorial é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, ou pelo gestor do eixo prioritário, em sua substituição.

2 – A unidade de gestão funcionará em plenário para adopção de orientações estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, funcionando para os demais assuntos e competências de acordo com as seguintes secções:

- a) VALTEJO, valorização do Tejo;
- b) Qualificação das cidades e requalificação metropolitana.

3 – A secção valorização do Tejo integra as seguintes entidades:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- c) O coordenador da acção integrada de base territorial;
- d) Um representante da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo;
- e) Um representante da Associação de Municípios do Médio Tejo;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- g) Um representante do Ministério do Equipamento Social;
- h) Um representante das associações empresariais ou de desenvolvimento com sede na região.

4 – A secção qualificação das cidades e requalificação metropolitana integra as seguintes entidades:

- a) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- b) O coordenador da acção integrada para a qualificação das cidades e requalificação metropolitana de base territorial;
- c) Um representante das Associações de Municípios do Oeste e do Vale do Tejo;
- d) Um representante da Junta Metropolitana de Lisboa;
- e) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- f) Um representante do Ministério do Equipamento Social;
- g) Um representante da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

5 – A representação dos municípios na unidade de gestão, ou nas suas secções, far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

6 – Quando estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão, ou as suas secções:

- a) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas incluídas na Intervenção Operacional Regional, ou os seus representantes;
- b) Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- c) Um representante do Instituto das Estradas de Portugal;
- d) Um representante do ICEP, Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- e) Outros representantes de organismos da Adm. Pública vocacionados para o apoio técnico às decisões em causa.

7 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, ou as suas secções, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER e do FSE, respectivamente.

8 – O gestor da Intervenção Operacional poderá convidar a participar nos trabalhos da unidade de gestão, em função da sua natureza, representantes das associações empresariais, bem como das associações e organizações para o desenvolvimento da região.

CAIXA 10-4: COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO: EIXO 3

EIXO 3 – Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas

1 – A unidade de gestão do eixo prioritário relativo às intervenções da administração central regionalmente desconcentradas é presidida pelo gestor da Intervenção Operacional, sendo ainda composta por:

- a) O gestor do eixo prioritário de apoio ao investimento municipal e intermunicipal;
- b) O gestor do eixo prioritário de acções integradas de base territorial;
- c) Os coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas;
- d) Um representante das Associações de Municípios do Oeste e do Vale do Tejo por cada secção da unidade de gestão;
- e) Um representante da Junta Metropolitana de Lisboa por cada secção da unidade de gestão;
- f) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

2 – A unidade de gestão funcionará em plenário para a adopção de orientações estratégicas e para a análise da execução global do eixo prioritário, funcionando por secções para os demais assuntos e competências.

3 – As secções da unidade de gestão serão constituídas tomando por referência a estrutura do QCA III: eixo I (recursos humanos), eixo II (actividades económicas) e eixo III (transportes e ambiente).

4 – A representação dos municípios na unidade de gestão, ou nas suas secções, far-se-á exclusivamente através de presidentes de câmara municipal.

5 – No caso das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas que incluam componentes que não sejam da competência governamental do ministro responsável pelas referidas intervenções, quando estiver agendada matéria relativa a essas componentes, a respectiva secção da unidade de gestão integra representantes dos membros do Governo competentes.

6 – Caso estejam em análise assuntos do seu interesse directo e por convocação do gestor da Intervenção Operacional, podem integrar igualmente a unidade de gestão, ou as suas secções, outros representantes de organismos da Administração Pública vocacionados para apoiarem tecnicamente as decisões em causa.

7 – Podem ainda integrar a unidade de gestão, ou as suas secções, na qualidade de observadores, um representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, um representante do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e um representante do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, enquanto entidades responsáveis pela gestão nacional do FEDER, do FSE e do FEOGA-O, respectivamente.

10.1.2. Aspectos Críticos da Implementação do Modelo de Gestão

590. O funcionamento do modelo de gestão parece ter sido marcado pelos seguintes aspectos de natureza estruturante: (i) a gestão do período de *phasing-out* com os valores da programação financeira concentrados, essencialmente, nos três primeiros anos; (ii) a publicação tardia de alguns diplomas de enquadramento legal e regulamentos específicos necessários para a operacionalização do Programa (iii) a adopção de uma estratégia de contratualização da gestão

técnica, administrativa e financeira de algumas medidas do Programa; e (iv) a implementação de um modelo de desconcentração sectorial no Programa Regional.

591. A passagem da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de objectivo 2 determinou a sua entrada em processo de *phasing-out*, o que teve como consequência a concentração das verbas nos primeiros três anos da programação financeira do PORLVT. Em simultâneo, os regulamentos Comunitários sobre a execução financeira³ (“regra n+2”) e sobre os adiantamentos⁴ (“regra dos 18 meses”) introduziram a necessidade de imprimir um forte ritmo de execução do Programa⁵.

O processo de *phasing-out* tem-se revelado especialmente difícil de gerir quando estão em causa grandes projectos que envolvem um longo período de concepção e requerem o lançamento de concursos públicos internacionais. Nestes casos, a fase de concepção e implementação dos projectos pode revelar-se conflituante com a programação financeira e ritmo de execução física das medidas e do Programa. Encontram-se nesta situação projectos importantes para o desenvolvimento da Região e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como, por exemplo, os projectos do Metro do Sul do Tejo e a aquisição de novos barcos de passageiros da medida 3.17 – Acessibilidades e Transportes (FEDER).

O mesmo acontece com as medidas 2.1 e 2.2, em que a dimensão dos desafios associados a estas medidas, quer ao nível da realização dos planos de pormenor, quer ao nível dos processos administrativos associados ao lançamento das obras, nomeadamente dos projectos relativos ao Cacém e à Costa da Caparica, não possibilitaram ainda o arranque das obras, o que penaliza a execução física da medida⁶. No entanto, ainda que a programação financeira da medida 2.1 tenha previsto a execução física e financeira destes projectos até 2003, a importância destas intervenções para a Região parece aconselhar a adopção de acções que salvaguardem a manutenção dos objectivos inicialmente definidos.

Outro aspecto limitador do ritmo de execução do Programa relaciona-se com a política de contenção orçamental imposta pelo Ministério das Finanças, associada à necessidade de cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro para as metas relativas ao Déficit Orçamental, que tem originado dificuldades em assegurar a comparticipação nacional dos

³ Regulamento CE nº1260/99, art.º 31, nº2.

⁴ Regulamento CE nº1260/99, art.º 32, nº2.

⁵ A leitura das actas das Unidades de Gestão reflecte, desde o primeiro momento, essa preocupação.

⁶ A despesa pública afecta a estas duas medidas é superior a 6% do PO e corresponde a mais de 67% da verba programada para o Eixo 2.

projectos e impossibilitaram o aumento do endividamento das autarquias, cuja situação financeira se encontra, em muitos casos, ainda debilitada pelo esforço para apresentar “obra feita” nas eleições realizadas em Dezembro de 2001.

592. A complexidade jurídica associada à implementação de um Programa com estas características, que requer a publicação de um conjunto vasto de diplomas e de regulamentos específicos que permitam a sua operacionalização (designadamente, ao nível de algumas medidas sectorialmente desconcentradas), ditou a existência de alguns atrasos, o que colocou dificuldades adicionais à montagem rápida de um sistema de gestão apto a responder com elevados níveis de eficiência aos desafios colocados pelo perfil de programação financeira imposto a esta Região.

593. Acresce ainda a este facto, a elevada complexidade da rede institucional⁷ que integra a gestão global do Programa, em que para além do gestor, dos gestores de eixos e das Estruturas de Apoio Técnico à coordenação do PO e da Estrutura de Apoio Técnico de Controlo, integra um grupo alargado de instituições em representação da Administração Central, a nível sectorial, representantes dos municípios e representantes de associações supra-municipais.

Os desafios de articulação institucional são particularmente relevantes ao nível do eixo 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas – que é constituído por 19 medidas de âmbito sectorial e que para além de reflectir desequilíbrios significativos na sua concepção inicial, relacionados com a forma como foi decidida a desconcentração dos diferentes PO sectoriais (este aspecto pela sua importância será desenvolvido em ponto autónomo), contou, no início da sua fase de implementação, com um conjunto de resistências institucionais e pessoais sobre a sua utilidade.

Actualmente, as vantagens associadas à articulação a nível regional das intervenções sectoriais são plenamente reconhecidas (tendo sido essa a opinião manifestada pela larga maioria de pessoas entrevistadas, no âmbito do processo de auscultação de actores⁸), especialmente quanto à capacidade de promover mecanismos de partilha de informação e ao aparecimento de uma “nova cultura” de cooperação institucional.

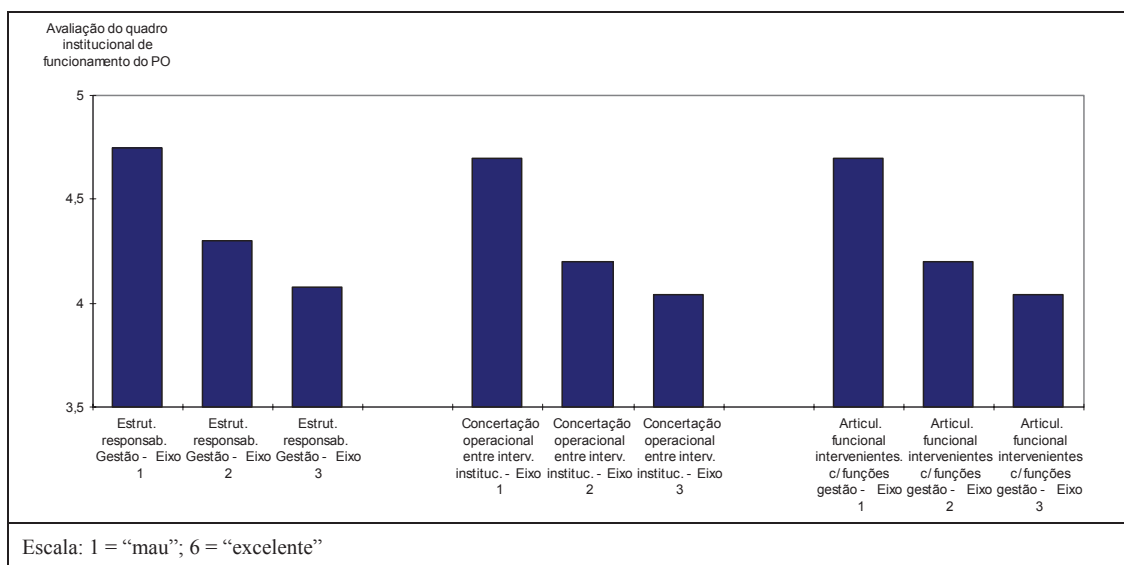
No entanto, verifica-se que, apesar do reconhecimento dos benefícios associados a este modelo e de as capacidades da coordenação do Programa na articulação das diversas posições

⁷ A grande diversidade de actores encontra-se ilustrada nas caixas de texto relativas à composição das Unidades de Gestão e à composição da Comissão de Acompanhamento.

⁸ Assim como na sessão de trabalho sobre a Avaliação Intercalar do PORLVT com os responsáveis da gestão, realizada em 24 de Julho de 2003, à qual compareceram 32 pessoas.

institucionais serem globalmente apreciadas⁹, regista-se que as respostas ao inquérito, realizado junto dos responsáveis pela gestão do Programa, continuam a traduzir o facto de ser neste eixo que as respostas sobre a qualidade de funcionamento do quadro institucional apresentam os valores mais baixos, ainda que com classificação positiva, em todos os itens avaliados (ou seja, “estruturação das responsabilidades de gestão”, “concertação operacional entre os intervenientes institucionais do sistema” e “articulação funcional entre os intervenientes com funções de gestão”).

GRÁFICO 10-1: QUALIDADE DO QUADRO INSTITUCIONAL DE FUNCIONAMENTO DO PO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

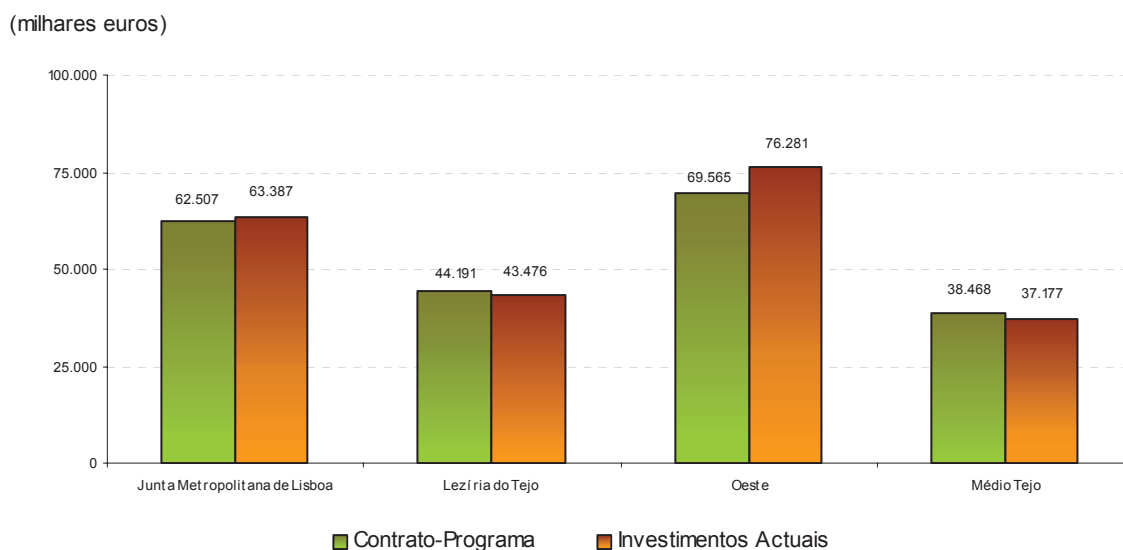
594.A conjugação destes aspectos com os objectivos específicos dos eixos prioritários e com as características dos beneficiários do eixo 1 contribuiu para que uma parte importante da gestão do PO fosse contratualizada, verificando-se que as três medidas contratualizadas (1.1, 1.2 e 1.3) com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa correspondem a quase 17% do investimento elegível total do PORLVT e a 71% do total da despesa pública do Eixo 1, sendo que a medida 1.3 tem, neste contexto, uma expressão diminuta, representando apenas cerca de 0,4% do PO. Note-se que a medida 1.1 se destina a apoiar projectos na área das acessibilidades e equipamentos e que a medida 1.2 se destina a apoiar projectos de valorização ambiental e patrimonial, tendo por isso uma vocação eminentemente municipal. Também na medida 1.5 foram celebrados, em 2001, contratos-

⁹ Ao longo do conjunto de entrevistas efectuadas com os coordenadores das medidas desconcentradas do Eixo 3, foram várias vezes estabelecidas comparações com o modo de funcionamento de outros Programas Operacionais regionais, tendo sido efectuadas referências elogiosas ao funcionamento do PORLVT.

programa com os municípios, correspondendo a um investimento total de 20,8 milhões de euros, sendo a participação financeira da administração central de 4,1 milhões de euros (dos quais cerca de 82% no Vale do Tejo, 17% no Oeste e 1% na Área Metropolitana de Lisboa).

A análise da execução dos contratos-programa (ver Gráfico 10-2) permite verificar o seu contributo positivo para a capacidade de execução do Programa, ao mesmo tempo que permite a aplicação do princípio da subsidiariedade ao nível sub-regional.

GRÁFICO 10-2: GRAU DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS PROGRAMA DO EIXO 1



Fonte: Dados do Relatório de Execução do PORLVT de 2002.

Os contratos-programa, ao atribuírem autonomia na gestão técnica administrativa e financeira dos projectos às Associações de Municípios e à Junta Metropolitana de Lisboa, têm-se revelado, pelos resultados alcançados, um mecanismo indutor de eficiência do Programa, permitindo que a gestão do PO se concentre em aspectos de natureza mais estratégica: *ex-ante*, na negociação dos contratos, na definição dos seus objectivos, na sua interligação com os objectivos do PORLVT e na defesa da equidade entre as várias sub-regiões e, *on-going*, na monitorização e acompanhamento dos contratos, na identificação de eventuais desvios e na promoção dos ajustamentos que se revelem necessários introduzir.

Por outro lado, para além da resposta a estes desafios, a gestão confronta-se ainda com necessidade de promover equilíbrios entre autonomia na execução dos contratos e a capacidade de articulação com outras medidas do PO, nomeadamente com as medidas sectorialmente desconcentradas, procurando, deste modo, promover a confluência de objectivos a nível regional (e sub-regional) e a actuação ao nível dos domínios de intervenção.

Para além destas medidas, foram ainda efectuados contratos programa com o IEFP para a gestão das medidas 3.3¹⁰, 3.4, 3.6¹¹ e 3.7¹², que correspondem a 12,6% do total da despesa pública PORLVT e a cerca de 19% do Eixo 3.

Como resultado global desta política de estabelecimento de contratos-programa com entidades que usufruem de autonomia operacional na gestão, verifica-se que o total das medidas contratualizadas se situa na casa dos 30% do montante da despesa pública do Programa.

595.O eixo 3¹³ representa uma novidade na estrutura de gestão do Programa Operacional Regional face aos QCA anteriores, tendo-se procurado, desta forma, enquadrar no contexto territorial as políticas de desenvolvimento sectorial, colocando-as ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento regional, que encontrou na unidade de gestão deste eixo um espaço de concertação estratégica.

No entanto, a orgânica funcional deste eixo evidencia, ainda, a existência de alguns problemas de concepção original, reflectindo a co-existência de intervenções sectoriais de carácter mais estratégico com intervenções de carácter mais operacional, modelos de desconcentração sectorial de espectro mais alargado com modelos de espectro reduzido, medidas de carácter estruturante e medidas de carácter pontual. Estes desequilíbrios constituíram um obstáculo à eficácia do Programa na capacidade de actuação sobre alguns domínios de intervenção, nomeadamente na área das actividades produtivas e dinâmica empresarial.

Neste âmbito, e pela positiva, destaca-se a estratégia adoptada pelo FSE que concentrou toda a sua intervenção sectorial no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Não obstante os problemas de concepção acima referidos, foi possível implementar um quadro de articulação funcional e institucional entre os vários responsáveis da gestão (coordenação do PO e coordenação das medidas sectoriais regionalmente desconcentradas, assim como entre as respectivas EAT – ver Gráfico 10-3) que permitiu ultrapassar algumas dificuldades iniciais, criar novos “fóruns” de concertação e mecanismos de cooperação que têm contribuído positivamente

¹⁰ Gestão técnica, administrativa e financeira da tipologia de projectos da acção 22 – Reinserção Profissional.

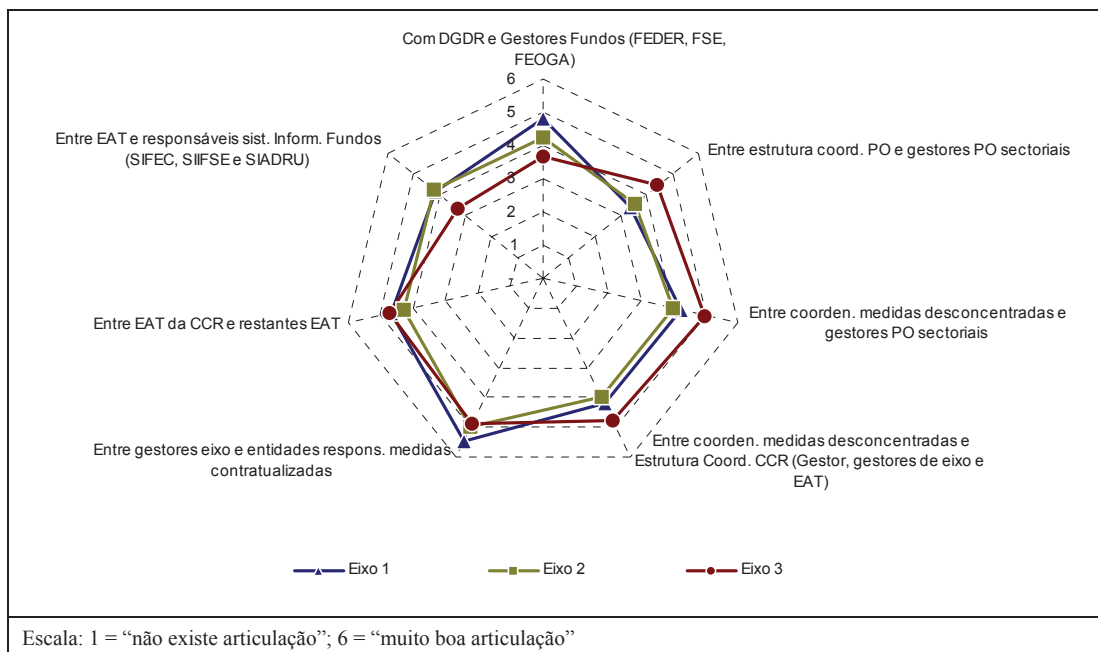
¹¹ Gestão técnica, administrativa e financeira de projectos da acção 3.6.2 – Promoção da Empregabilidade dos Grupos Desfavorecidos, na tipologia de projectos 3.6.2.3 e 3.6.2.8 – relacionadas com os apoios à inserção profissional e social de pessoas com deficiência e da acção 3.6.3 – Mercado Social de Emprego.

¹² Gestão técnica, administrativa e financeira da tipologia de projectos 2.1 – Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego (FEDER).

¹³ Do ponto de vista dos meios financeiros, este eixo concentra, como se referiu anteriormente, cerca de 67% da programação financeira do PO.

para o aparecimento de uma nova mentalidade que poderá ser decisiva para a consolidação de uma política de desenvolvimento regional integrada no próximo exercício de programação.

GRÁFICO 10-3: GRAU DE ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.3. Avaliação da Adequação dos Recursos Existentes

596. A análise da adequação dos recursos existentes é efectuada tendo por base a identificação dos recursos afectos às Estruturas de Apoio Técnico de suporte à gestão do Programa, as opiniões recolhidas nas entrevistas realizadas com os responsáveis pelas medidas do Programa e o apuramento dos resultados do inquérito aos responsáveis pela gestão do PO.

597. A análise dos recursos humanos afectos às EAT reflecte a existência de uma preocupação, desde a fase de concepção do Programa, com a racionalidade dos recursos envolvidos na gestão materializada na aposta em estruturas formadas por poucas pessoas. Esta filosofia de base, parecendo globalmente adequada, requer contudo a capacidade de contratar quadros qualificados, com características específicas ao nível da flexibilidade, capacidade de adaptação a novas situações e de valorização da aprendizagem contínua.

A capacidade de contratação de técnicos com estas características foi, contudo, dificultada pelas apertadas regras referentes ao preenchimento do quadro de pessoal para a função pública e, posteriormente, pela impossibilidade da Administração Pública proceder a novas contratações¹⁴.

Por outro lado, a eficiência da gestão de estruturas com estas características requer a utilização de ferramentas modernas de apoio à gestão e, mais especificamente, de Sistemas de Informação adequados (que como veremos posteriormente apresentam deficiências ainda por colmatar).

598. Na sua globalidade, a estrutura de gestão é apoiada pela EAT de coordenação do PO, em funcionamento na CCR, que, como já foi referido, é constituída por uma chefe de projecto, oito técnicos e uma assistente administrativa, encontrando-se os outros dois assistentes administrativos a trabalhar directamente com os gestores dos eixos prioritários.

Do ponto de vista da adequação dos recursos humanos afectos à EAT, verifica-se a existência de um grupo de pessoas com competências diferenciadas e multidisciplinares que detêm habilitações nas seguintes áreas:

- engenharia civil;
- economia/finanças e gestão de empresas;
- gestão e administração pública,
- antropologia;
- geografia, planeamento regional e urbanismo;
- e direito.

Os responsáveis pela gestão do PO (Gestor, coadjuvado pelos Gestores de eixo), assim como a Chefe da equipa de projecto, fazem uma apreciação positiva das capacidades técnicas e da entrega da EAT, existindo ao nível destes intervenientes e dos coordenadores de medida desconcentrada entrevistados a opinião que a equipa é reduzida face à dimensão do Programa¹⁵. Não estando directamente relacionada com a dimensão da EAT, mas sim com as regras associadas à gestão do PO, verifica-se que os procedimentos de gestão associados ao módulo de pagamentos são da competência do departamento de contabilidade da CCR (a DGFSO).

¹⁴ RCM 97/2002, de 18 de Maio.

¹⁵ Verificando-se, nomeadamente, que o número de recursos é inferior em número às EAT de coordenação dos PO das regiões Norte e Centro.

QUADRO 10-2: RECURSOS HUMANOS DA EAT DA COORDENAÇÃO

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação EAT Articulação e cooperação com as várias entidades competentes no âmbito da Gestão do QCA III	Nomeação	Lic. Engenharia Civil
Apoio Administrativo	Secretariado à EAT; Carregamento em Access dos Projectos FEDER e FSE do PORLVT	Contrato	12º Ano
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.3, 1.5 (FEDER); Pagamentos 1.3, 1.5; Carregamento em SIFEC; Carregamento do SIDREG no âmbito da contratualização	Quadro CCDR	Lic. Economia
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.5, 1.6 (FEDER); Pagamentos 1.5, 1.6; Carregamento em SIFEC	Quadro CCDR	Eng. Técnica
Técnico	Análise de candidaturas medidas 1.4 (FSE); Pagamentos 1.4.	Contrato	Lic. Organização e Gestão de Empresas
Apoio Administrativo	Secretariar Gestor Eixo 1	Quadro CCDR	
Técnico	Análise de candidaturas medidas 2.1 e 2.3 (FEDER); Pagamentos 2.1 e 2.3; Carregamento SIFEC 1.3	Quadro CCDR	Lic. Gestão e Administração Pública
Técnico	Análise de candidaturas medida 2.3 (FEDER); Pagamentos 2.3; Carregamento SIFEC	Contrato	Lic. Economia
Técnico	Análise de candidaturas medidas 2.2 e 2.4 (FSE); Pagamentos 2.2 e 2.4	Quadro CCDR	Lic. Organização e Gestão de Empresas
Apoio Administrativo	Secretariar Gestor Eixo 2	Quadro CCDR	
Técnico	Análise de candidaturas medidas 3.10 e 3.17 (FEDER) e 3.15 (FEOGA); Pagamentos 3.10 e 3.17 e carregamento em SIFEC; Carregamento ACCESS dos projectos FEOGA	Quadro CCDR	Geografia e Planeamento Regional
Técnico	Análise candidaturas medidas Emprego e 3.9; Pagamentos 3.9; Modelos IGFSE 1.4	Contrato	Lic. Antropologia
Técnico	Pagamentos medidas Emprego FSE 1.4	Contrato	Lic. Urbanismo
Técnico	Pagamentos medidas FEDER, excepto 3.10, 3.17, 3.20; Carregamento SIFEC; Pagamentos no âmbito da contratualização (Eixo 1)	Quadro CCDR	Curso Complementar
Técnico	Acompanhamento do PORLVT; Avaliação Intercalar; Reserva Eficiência; Indicadores; Reprogramações; Análise de candidaturas FEDER (restantes medidas); Assistência Técnica, FEDER, FSE e FEOGA; Pagamentos AT. e SIFEC	Quadro CCDR	Lic. Economia
Técnico	Consultor jurídico	Quadro CCDR	Lic. Direito

599. Ainda do ponto de vista do número de recursos humanos afectos à estrutura de gestão, salienta-se o desejo manifestado pelo reforço do número de técnicos afectos a funções de acompanhamento, o que a acontecer permitiria reforçar a operacionalidade dos dispositivos de acompanhamento; verifica-se também a existência de algumas referências ao reforço do número de pessoas afectas à análise de candidaturas do FSE (factor em parte explicado pela carga administrativa associada aos projectos deste Fundo, considerada por todos os responsáveis entrevistados como excessiva).
600. A EAT de Controlo é constituída apenas pela sua chefe de projecto e por uma assistente administrativa, tendo o preenchimento do quadro de pessoal sido prejudicado pelas imposições legais, referidas anteriormente, que inibem a abertura de processos de recrutamento.
- Para além dos recursos directamente envolvidos na estrutura de coordenação do PO, o modelo de gestão é apoiado, ao nível do eixo 1, pelas EAT das Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa, ao nível do eixo 2 pela EAT das medidas 2.1 e 2.2 e, ao nível do eixo 3, pelas EAT dos coordenadores das medidas sectoriais desconcentradas.
601. Uma análise global da formação dos recursos humanos envolvidos em actividades de suporte à gestão do Programa permite verificar que a maioria dos técnicos com responsabilidades ao nível da coordenação da EAT e das diferentes fases do ciclo do projecto (recepção, análise, proposta de decisão, notificação da decisão, acompanhamento da execução e encerramento) possuem habilitações de nível superior. A excepção situa-se, normalmente, ao nível das pessoas que desempenham actividades associadas às tarefas de apoio administrativo, em que predominam habilitações de nível secundário.
602. Verifica-se, também, uma grande diversidade das áreas de formação de acordo com a intervenção sectorial, que parece traduzir uma preocupação com a adequação da formação base das pessoas envolvidas às necessidades específicas de cada sector. Esta diversidade de áreas de formação pode considerar-se um aspecto positivo na gestão do PO, uma vez que esta multidisciplinidade pode contribuir para a sua flexibilidade organizacional.
603. Do ponto de vista da quantidade de recursos afectos a estas estruturas, verifica-se que o número de pessoas especificamente contratadas para a realização de tarefas no âmbito do PO é relativamente reduzido, sendo disso reflexo a necessidade de complementar as EAT com pessoas que exerciam/exercem, também, funções noutros serviços da Administração Pública, normalmente provenientes das instituições onde se encontram sedeadas. Como foi referido anteriormente, esta situação relaciona-se com a existência de disposições legais que limitam o número de pessoas a contratar com apoios financeiros das medidas de assistência técnica.

A necessidade de complementar os quadros das EAT com recurso a técnicos dos organismos em que se encontram sedeadas deve-se também à pressão exercida, ao nível da gestão, pelo processo de *phasing-out* da região, que obrigou à adaptação do ritmo de execução às exigências da programação financeira. Em sentido inverso, com a entrada do Programa em fase de “cruzeiro”, quer devido à experiência já adquirida, quer pela diminuição dos fundos disponíveis para o período entre 2003 e 2006, a pressão sentida ao nível da gestão corrente de algumas EAT deverá reduzir-se (designadamente para as medidas que tiveram que gerir maiores níveis de procura). Apresenta-se de seguida a composição destas EAT por eixo do Programa.

QUADRO 10-3: EAT DAS MEDIDAS CONTRATUALIZADAS DO EIXO 1

Administração Oeste			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Todas as competências da E.A.T de acordo com o contrato programa	Contrato	Licenc. Eng ^a . Civil
Secretariado	Apoio administrativo	Quadro de pessoal da A.M.O.	9º ano
Médio Tejo			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas e verificações financeiras	Contrato	Licenc. Recursos Humanos
Técnico	Análise de candidaturas e verificações físicas	Contrato	Licenc. Eng ^a . Civil
Lezíria do Tejo			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Administrador Delegado	Coordenação	Quadro de pessoal da AMLT	Planeamento Regional e Urbano
Técnico	Análise de candidaturas; Verificação de pedidos de pagamento e elaboração de propostas de processamento	Contrato	Eng ^a do Território
Administrativo	Elaboração de tarefas administrativas	Contrato	12º ano
Administrativo	Contabilidade	Contrato	Engenheiro Agrário
Administrativo	Chefe de Secção	Quadro de pessoal da AMLT	Curso Complementar do Ensino Secundário
Junta Metropolitana de Lisboa			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Responsável pela EAT	Análise e verificação/controlo dos projectos ao nível de aprovação e execução financeira; Apoio aos promotores e preparação das reuniões	Requisitado à Câmara Municipal de Lisboa	Licenc. Direito; Bachar. Gestão Hoteleira

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico da EAT	Análise de candidaturas e elaboração de pareceres; Análise dos pedidos de pagamento e elaboração de pedidos de reembolso; Elaboração de relatórios	Contrato	Licenc. Antropologia; Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental
Técnico	Acompanhamento físico da obra	Consultor externo	Eng.ª Civil
Apoio Administrativo	Trabalho Administrativo; Entradas e saídas de documentação; Arquivo/introdução de dados no SI	Contrato	Bachar. Animação Cultural Pós-Graduação em Comunicação e Imagem

QUADRO 10-4: EAT DAS MEDIDAS 2.1 E 2.2 – QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA (COMPONENTES TERRITORIAL – FEDER – E EMPREGABILIDADE – FSE)

Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Análise de candidaturas; Análise de Pedidos de Pagamento; Acompanhamento e Controlo; Substituição da Coordenadora nas ausências ou impedimentos; Articulação e cooperação com as várias entidades competentes no âmbito da Gestão do QCA III	Nomeação	Licenc. Geografia e Planeamento Regional
Técnico	Análise e instrução de pedidos de pagamento; Acompanhamento de projectos	Contrato	Licenc. Geologia Aplicada e do Ambiente
Apoio Administrativo	Sistema de informação relativo aos projectos; Análise e instrução de pedidos de pagamento; Organização dos dossiers de projecto e gerais	Contrato	12º ano (frequência da Licenc. Ciências da Comunicação)

QUADRO 10-5: EAT DAS MEDIDAS SECTORIAIS REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS- EIXO 3

Medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação	Nomeação	Licenc. Economia
Chefe de Divisão		-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Emissão de Pagamentos	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Economia
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Economia
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Direito
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas

Continua

continuação

Medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Análise de candidaturas	-	Licenc. Finanças
Apoio Administ.	Secretariado	-	12º ano
Apoio Administ.	Apoio Administrativo	-	12º ano

Ensino Profissional – FSE			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Geografia
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Línguas e Literaturas Modernas (estudos portugueses e franceses)
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Licenc. Línguas e Literaturas Modernas (estudos portugueses e franceses)
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas e Administração Pública
Técnico	Análise de candidaturas, reembolsos, relatórios de execução anual e saldos	Requisitado	Curso de arte dos tecidos
Economia – FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Gestão de Projectos	Quadro da DRE-LVT (1)	Engenheiro
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Economia
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas
Técnico	Tramitação Processual; Análise de candidaturas; Auditorias a pedidos de pagamento	Contrato	Licenc. Gestão de Empresas
Apoio Administ.	Apoio nas áreas administrativas	Contrato	12º ano

Ciência, Tecnologia e Inovação – FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Comunicação Educação Multimédia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Física
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Requisitado	Licenc. Bioquímica
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Geologia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Química
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Economia
Técnico	Análise e Acompanhamento de Candidaturas	Contrato	Licenc. Contabilidade
Sociedade de Informação – FEDER e FSE			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Direito
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Economia
Pescas – Infraestruturas de Portos - FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico Superior	Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Direito
Técnico	Secretariado e Apoio Técnico	Contrato	12º ano
Acessibilidades e Transportes - FEDER			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação e Análise de Candidaturas Apoio da EAT do POAT	Requisitado à DGTT	Licenc. Engenharia Civil Mestrado em Transportes
Ambiente - FEDER – Mesma EAT das medidas 2.1 e 2.2.			

(1) Acumula esta função com outras tarefas de Direcção da DRE-LVT

Agricultura e Desenvolvimento Rural - FEOGA			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Chefe de Projecto	Coordenação e Análise de Candidaturas	Contrato	Licenc. Engenharia Civil
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 5	Assessora Principal quadro DRARO	Economista
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acções 3, 2 e 1	Cont. Prestação Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Florestal
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acções 6, 7.2, 4.2.1 e 1	Cont. Prestação de Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Florestal
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 1	Cont. Prestação Serviços – Técnico Sup. 2ª	Eng. Técnico Agrário

Agricultura e Desenvolvimento Rural - FEOGA			
Posição na EAT	Área de Especialização	Vínculo EAT	Habilitações Literárias
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 1	Técnico Sup. 1ª do quadro DRARO	Eng. Agrónomo
Técnico	Análise, Acompanhamento e Validação de Candidaturas – Acção 5	Assessora Principal quadro DRARO	Eng. Agrónomo
Técnico	Análise da Acção 1	Estagiário da Carreira de Eng. quadro DRARO	Eng. Agro-Alimentar
Secretariado	Secretariado	Carreira de Serviço Social quadro DRARO	Técnico Profissional Especialista
Secretariado	Secretariado	Secretariado – Recep. quadro DRARO	Técnico Profissional Especialista

604. A avaliação da adequação dos recursos humanos para fazer face às responsabilidades atribuídas, na opinião dos vários responsáveis da gestão, manifestada quer ao nível das entrevistas, quer ao nível do apuramento dos resultados do inquérito, é positiva, quando se avaliam as capacidades técnicas e competências profissionais dos técnicos ao serviço, e menos positiva quando se avalia o número de recursos humanos. A análise do inquérito permite verificar esta situação, registando-se que a adequação do número de recursos humanos obtém uma classificação média de 3,3 (com a escala a variar entre o mínimo de 1 e o máximo de 6) e a avaliação das qualificações/competências uma classificação média de 4,6.

QUADRO 10-6: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EXISTENTES (VALORES MÉDIOS)

Recursos Humanos	Eixos			Total
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	
Número de pessoas	3,5	3,4	3,0	3,3
Qualificações/competências	5,1	4,6	4,2	4,6

Fonte: Inquérito aos responsáveis pela gestão

605. A apreciação dos recursos físicos associados à qualidade do ambiente de trabalho, a partir dos resultados do inquérito¹⁶, tendo em consideração parâmetros relacionados com a área de trabalho, mobiliário de escritório, salas de reunião e áreas de arquivo, é positiva. De igual forma, a análise da adequação dos Sistemas de Informação existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas obteve, nos resultados dos inquéritos, uma classificação positiva,

¹⁶ Tendo também sido comprovada presencialmente no acto da realização das entrevistas.

especialmente ao nível dos equipamentos (*hardware*). A classificação mais baixa (ainda assim positiva, média 4,0) foi no parâmetro das aplicações.

QUADRO 10-7: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS EXISTENTES (VALORES MÉDIOS)

Recursos Físicos	Eixos			Total
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	
Instalações				
Área de trabalho	4,9	4,7	4,3	4,6
Mobiliário de escritório	5,1	4,7	4,4	4,7
Salas de reuniões	4,9	3,8	4,0	4,3
Área de arquivo	3,9	3,3	3,6	3,7
Sistemas de Informação				
Equipamentos	5,3	4,9	4,5	4,8
Aplicações	3,9	4,1	4,0	4,0
Ligações com o exterior	4,6	4,2	4,0	4,3

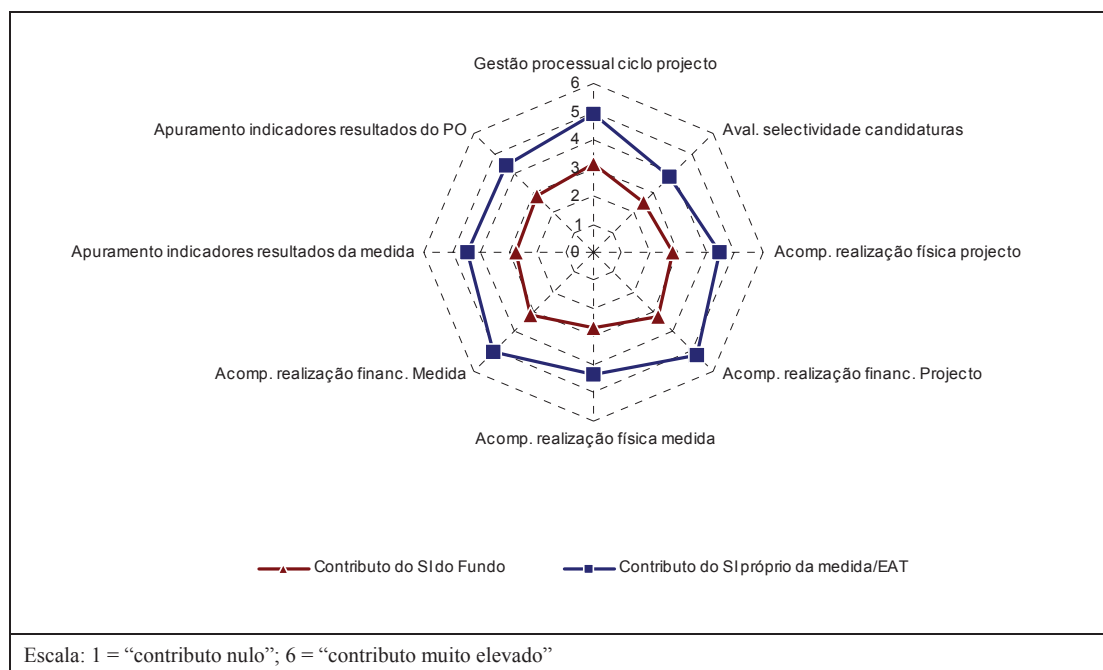
Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

606.No que se refere ao contributo dos Sistemas de Informação para a gestão do Programa verifica-se a existência de uma considerável discrepância entre a avaliação efectuada para os SI de suporte à gestão das diferentes medidas e avaliação dos SI dos Fundos e do QCA.

Enquanto os Sistemas de Informação próprios das medidas registam uma classificação positiva para todos os parâmetros analisados, os Sistemas de Informação dos Fundos apenas merecem uma classificação menos negativa nos itens relacionados com a “gestão processual do ciclo do projectos” (classificação média de 3,1), “acompanhamento da realização financeira do projecto” (média de 3,2) e “acompanhamento da realização financeira da medida” (média de 3,1).

607.Nos aspectos relacionados com a “avaliação e selectividade das candidaturas” (classificação média de 2,5), “acompanhamento da realização física do projecto” (média de 2,8), “acompanhamento da realização física da medida” (média de 2,7), “apuramento dos indicadores de resultados da medida” (média de 2,8) e “apuramento dos indicadores de resultados do PO” (média de 2,8), o contributo dos Sistemas de Informação dos Fundos para a gestão do Programa regista valores de classificação negativos.

GRÁFICO 10-4: CONTRIBUTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO PROGRAMA



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

608. Esta situação reflecte um dos aspectos mais críticos da eficiência do sistema de gestão e acompanhamento do Programa. Os SI dos Fundos, sobre os quais recaíram grandes expectativas¹⁷ no início do novo QCA – designadamente, quanto à existência de um sistema de gestão de bases de dados centralizado, simplificação de processos, regionalização dos dados do investimento (por exemplo, ao nível das NUTE III e Concelho), ferramenta de apoio ao sistema de gestão e acompanhamento e ao processo de avaliação dos resultados e impactes dos Programas, etc. – arrancou tarde, com inconsistências e com défices de informação e formação dos utilizadores.

Estes constrangimentos obrigaram ao desenvolvimento de aplicações próprias de apoio à gestão, quer ao nível da EAT da coordenação do PO, quer ao nível das EAT de suporte aos coordenadores das medidas. Estas aplicações foram configuradas, caso a caso, utilizando folhas de Excel ou Access, na generalidade dos casos, e, por vezes, a partir de aplicações utilizadas em QCA anteriores¹⁸.

¹⁷ Especialmente, quando a arquitectura dos sistemas assente em tecnologia *world wide web*, previa, por exemplo, aspectos como a utilização da Internet via *browser* que deveria possibilitar o acesso on-line à informação, a análise automática da eficácia da execução, um módulo de divulgação aos promotores, etc.

¹⁸ Processo utilizado, nomeadamente, pelas medidas desconcentradas do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do FSE e pelas medidas desconcentradas do Eixo 1.

Este processo, inicialmente encarado como uma situação de recurso, tem-se perpetuado, originando ineficiências na gestão técnica do Programa. Registam-se situações de incompatibilidade entre sistemas, utilização de diferentes tipologias de classificação dos promotores e dos projectos, dificuldades na migração de dados, dificuldades na construção de indicadores globais para as medidas¹⁹ e, conseqüentemente, para o Programa, e a implementação de rotinas obsoletas de carregamento manual de dados – que se podem, inclusive, repercutir negativamente na fiabilidade da informação – e implicam o uso intensivo de recursos humanos na realização de tarefas repetitivas e pouco produtivas.

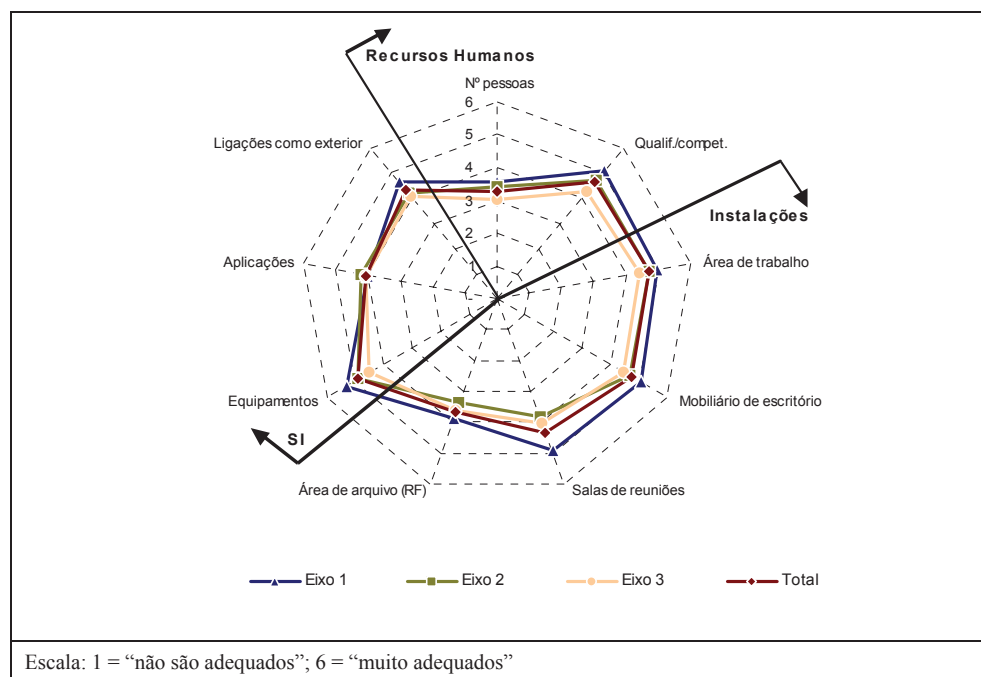
609. Paralelamente, verifica-se que a utilização dos SI dos Fundos se resume, no fundamental, ao carregamento dos dados referentes à execução financeira e física dos projectos, que são procedimentos necessários para efectuar os pagamentos relativos à componente de participação pública dos projectos. Por estes motivos, os Sistemas de Informação dos Fundos, não são “vistos” como uma ferramenta de apoio à gestão, mas como uma sobrecarga de trabalho aos quais estão associados um conjunto de rotinas desagradáveis, o que pode prejudicar os níveis de motivação das pessoas afectas a estas tarefas.

Todas estas insuficiências ao nível dos SI colidem com a filosofia de base relativa à política de dimensionamento do quadro de recursos humanos (tendo-se previsto a existência de estruturas ligeiras). A utilização do tempo em tarefas rotineiras de baixo “valor acrescentado” reduz a capacidade de actuação em tarefas mais relevantes para a eficiência do Programa, como a análise de candidaturas, apoio aos promotores (por exemplo, no esclarecimento de dúvidas e na informação sobre o estado da tramitação na fase da análise de candidaturas e pedidos de pagamentos) e/ou a realização de um maior número de acções de acompanhamento.

610. Existem também conseqüências para a gestão de topo do Programa. A monitorização estratégica das medidas e do PO é dificultada, em aspectos como os níveis de selectividade dos projectos, a evolução dos indicadores de resultados e de realização física dos projectos e das medidas. Torna-se, por isso, mais difícil introduzir, com rapidez, acções correctivas no caso de se verificarem desvios face aos objectivos do PO e da estratégia da região, especialmente tendo em consideração o número e a diversidade das medidas sectoriais que integram o eixo 3 e o esforço que é necessário realizar na articulação entre os coordenadores das medidas desconcentradas e a estrutura de coordenação do PO, e vice-versa.

¹⁹ Por exemplo, na medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA), a EAT tem uma boa base de informação ao nível de cada projecto, mas tem grandes dificuldades em efectuar a agregação dos dados por acções e problemas na extracção e migração de dados para a EAT da Coordenação.

GRÁFICO 10-5: ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES PARA O CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES ATRIBUÍDAS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.4. O Modelo de Gestão em Funcionamento: Adequação dos Processos de Gestão

611. Ao longo deste ponto do relatório, procede-se à análise da adequação dos processos de gestão, acompanhamento e controlo. Com este propósito, apresentam-se os resultados do inquérito aos responsáveis pela gestão nos itens relacionados com: a adequação dos procedimentos relativos a cada uma das fases do ciclo do projecto, adequação de prazos estabelecidos para a tramitação, grau de adequação dos formulários de candidatura, informação existente para apoio à gestão e nível de eficiência do funcionamento das Unidades de Gestão. Em complemento desta análise apresenta-se, também, a partir da análise dos resultados do inquérito aos promotores a sua visão do Programa nos aspectos, comparáveis, relacionados com o ciclo de apresentação das candidaturas e com a execução dos projectos.

Procura-se, desta forma, obter uma visão cruzada entre a “oferta” do PO – Sistema de Gestão e Acompanhamento e Controlo – e a “procura” do Programa – promotores/entidades beneficiárias.

A sistematização dos processos previstos no manual de gestão do PORLVT é efectuada através da apresentação dos fluxogramas que descrevem o ciclo do projecto, para os três eixos do Programa.

612. Do ponto de vista da análise dos procedimentos associados à gestão do ciclo do projecto, verifica-se que os responsáveis pela gestão do Programa fazem uma apreciação muito positiva dos procedimentos adoptados. Esta observação resulta da análise da classificação atribuída por todos os intervenientes na gestão do Programa Operacional que responderam ao inquérito (ver figura abaixo). A generalidade dos procedimentos analisados situam-se perto do nível 5 da escala adoptada, para classificações a variar entre “1” e “6”.

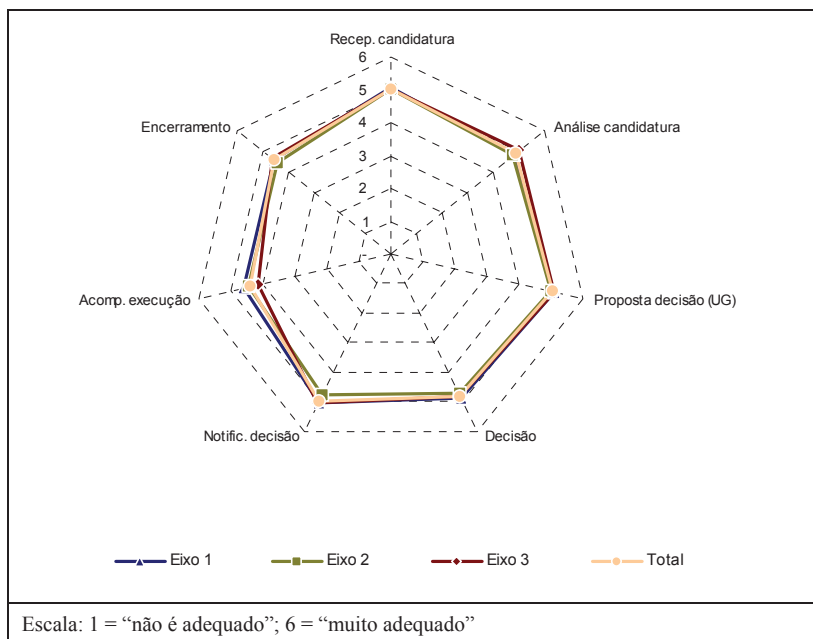
A fase do ciclo do projecto que obtém uma classificação menos elevada (valor médio das respostas situado em 4,4) é a relacionada com o “Acompanhamento da Execução”, que, de acordo com o manual de gestão, agrupa os procedimentos relacionados com a tramitação dos pedidos de pagamento e sistema de acompanhamento dos projectos. A percepção menos positiva da adequação destes procedimentos é expressa pelos intervenientes na gestão com responsabilidades ao nível do Eixo 3 (média 4,2).

A fase do ciclo do projecto que regista a classificação mais elevada é a “Proposta de Decisão das Unidades de Gestão”, com um valor médio de resposta de 5,1, e agrupa os procedimentos relacionados com a “preparação da unidade de gestão”, “validação da convocatória e anexos a remeter ao membros das Unidades de Gestão”, “assinatura da convocatória para os membros das Unidades de Gestão” e “proposta de decisão sobre as candidaturas apresentadas”.

Uma análise dos resultados por eixos revela que são os intervenientes na gestão do Eixo 1 os que consideram de forma mais positiva a adequação dos procedimentos adoptados em todas as fases do ciclo do projecto, nomeadamente as fases associadas à “Proposta de Decisão” (5,7), “Recepção de Candidaturas” (5,6), “Análise de Candidaturas” (5,5) e “Notificação da Decisão” (5,5), situando-se muito próximas do nível máximo da escala de classificação adoptada.

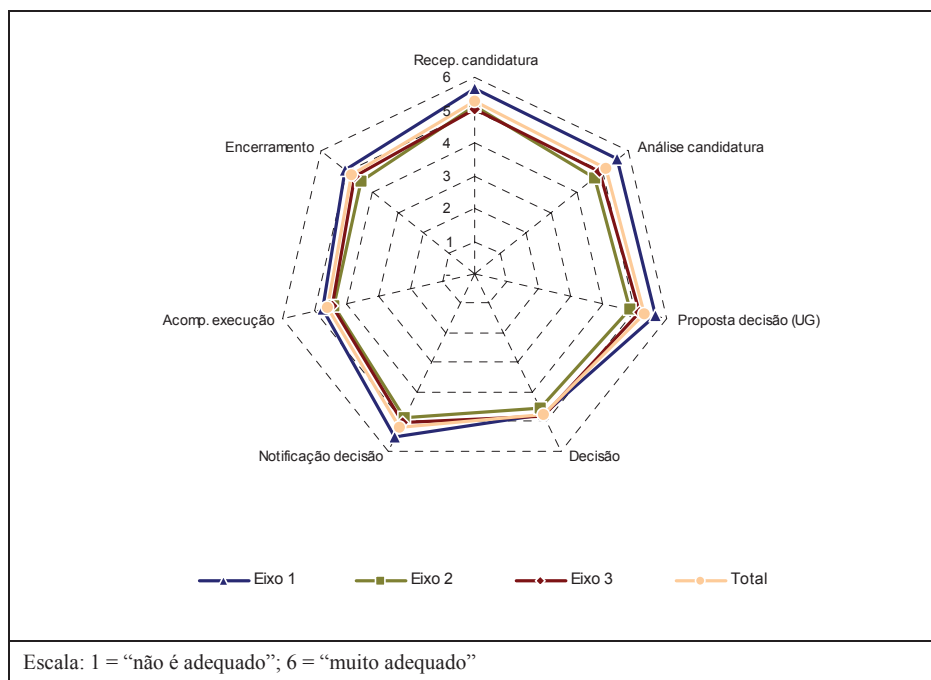
613. No que se refere à adequação dos prazos estabelecidos ao nível da tramitação dos processos das várias fases do ciclo do projecto, verifica-se a existência de uma avaliação positiva ao nível de todos os procedimentos, com classificações a oscilar entre os valores 4 e 5 da escala. Ainda que a margem de variação seja reduzida, a adequação dos prazos é um pouco mais elevada para os procedimentos associados à fase de “recepção de candidatura” e “proposta de decisão da Unidade de Gestão”.

GRÁFICO 10-6: ADEQUAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SEGUNDO AS VÁRIAS FASES DO CICLO DO PROJECTO - CLASSIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DO PO NA SUA GLOBALIDADE E POR EIXOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

GRÁFICO 10-7: ADEQUAÇÃO DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS VÁRIAS FASES DO CICLO DO PROJECTO - CLASSIFICAÇÃO DOS PROJECTOS POR EIXOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

614.A apreciação dos responsáveis pela gestão sobre a necessidade de ajustamento dos prazos evidencia que a totalidade dos inquiridos defende a necessidade de encurtar os prazos de tramitação associados às fases de “decisão “ e de “notificação da decisão”, evidenciado, deste modo, uma preocupação com a capacidade de resposta do sistema de gestão às necessidades dos promotores e dos beneficiários do Programa. Em sentido oposto (necessidade de alargamento dos prazos), encontra-se a fase relacionada com a “análise das candidaturas” que, de acordo com a apreciação dos responsáveis pela gestão, deve ver alargado o prazo de tramitação, especialmente no eixo 3. Esta situação parece reflectir algumas dificuldades na gestão da procura, nos casos em que se verifica um maior nível de adesão dos promotores – a este respeito, recorda-se que é neste eixo que se encontram as medidas e acções abertas a promotores privados (nomeadamente, algumas medidas do FSE e acções do FEOGA-O).

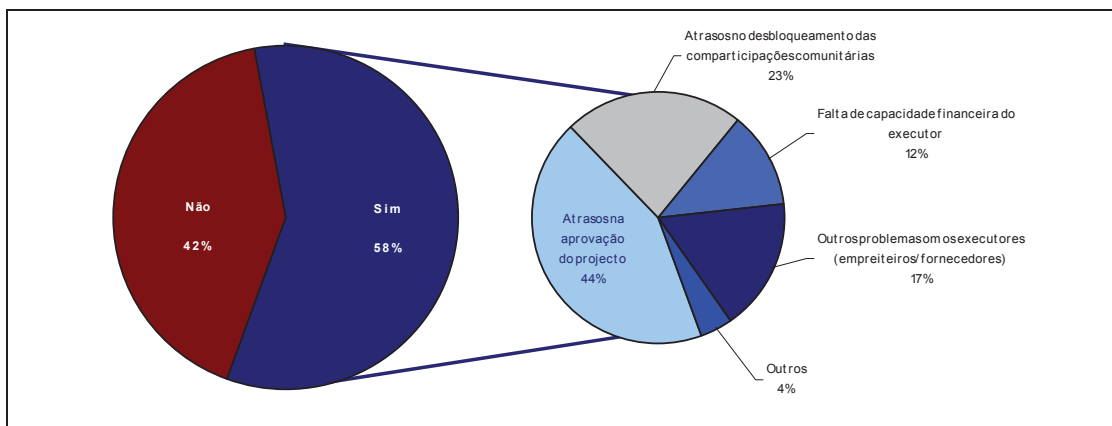
QUADRO 10-8: NECESSIDADE DE AJUSTAMENTO DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DOS PROJECTOS (% DE RESPOSTAS)

Fases de Tramitação	Necessidade de ajustamento de prazos	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Total
Recep. candidatura	Alargar	16,7%		83,3%	100,0%
	Encurtar	9,1%	18,2%	72,7%	100,0%
Análise candidatura	Alargar	15,4%		84,6%	100,0%
	Encurtar	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Proposta decisão (UG)	Alargar			100,0%	100,0%
	Encurtar	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Decisão	Encurtar	29,6%	22,2%	48,1%	100,0%
Notificação decisão	Encurtar	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
Acomp. execução	Alargar	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
	Encurtar	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
Encerramento	Alargar	22,2%		77,8%	100,0%
	Encurtar	57,9%	15,8%	26,3%	100,0%

Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

615.Como é compreensível, a perspectiva dos promotores não é coincidente, no que se refere aos prazos de análise das candidaturas. A análise dos resultados dos inquéritos dirigidos aos promotores revela que 58% dos projectos registaram atrasos, sendo, em sua opinião, justificados em 44% por atrasos na aprovação do projecto. Para além deste factor, os atrasos foram justificados em 35% dos casos devido a dificuldades financeiras, quer devido a atrasos no desbloqueamento das participações comunitárias (23%) quer devido à falta de capacidade financeira do promotor (12%).

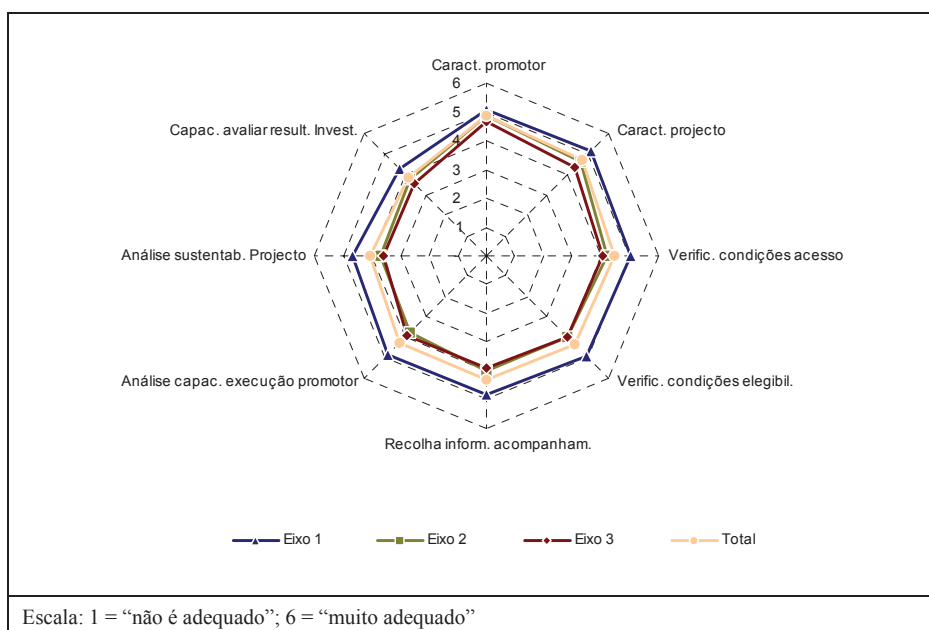
GRÁFICO 10-8: OCORRÊNCIA DE ATRASOS RESULTANTES DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS (% DE RESPOSTAS DOS PROMOTORES)



Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

616. A análise das respostas relativas à estrutura dos formulários de candidatura permite verificar que, na perspectiva da gestão, os elementos neles constantes são adequados (registando classificações médias entre 3,9, no que se refere à “capacidade de avaliação dos resultados do investimento,” e 4,9 para a “caracterização do promotor”) para efectuar a análise das candidaturas. Os formulários parecem fornecer melhor informação, para além da “caracterização do promotor”, nos aspectos relacionados com a “caracterização do projecto”, “validação das condições de acesso” e “verificação das condições de elegibilidade”. O gráfico abaixo apresentado evidencia que são os intervenientes na gestão do eixo 1 que melhor classificam a adequação dos formulários existentes na análise dos projectos candidatos a apoio no âmbito do PORLVT.

GRÁFICO 10-9: ADEQUAÇÃO DOS FORMULÁRIOS DE CANDIDATURA



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

A maioria dos promotores considera, no âmbito do inquérito que lhes foi dirigido, que o formulário de candidatura é adequado ao propósito a que se destina, ainda que quase 20% tenham referido que o seu preenchimento é burocrático.

QUADRO 10-9: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA AO ACTUAL FORMULÁRIO DE CANDIDATURA

Avaliação	% de respostas
Adequado à natureza dos promotores	51,7%
Exigente	10,6%
Burocrático	19,9%
Desadequado	17,9%
Quanto à:	
Informação sobre o promotor	6,0%
Informação sobre o projecto	11,9%

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

617.A eficiência de funcionamento das Unidades de Gestão merece uma apreciação globalmente positiva por parte das entidades que responderam ao inquérito.

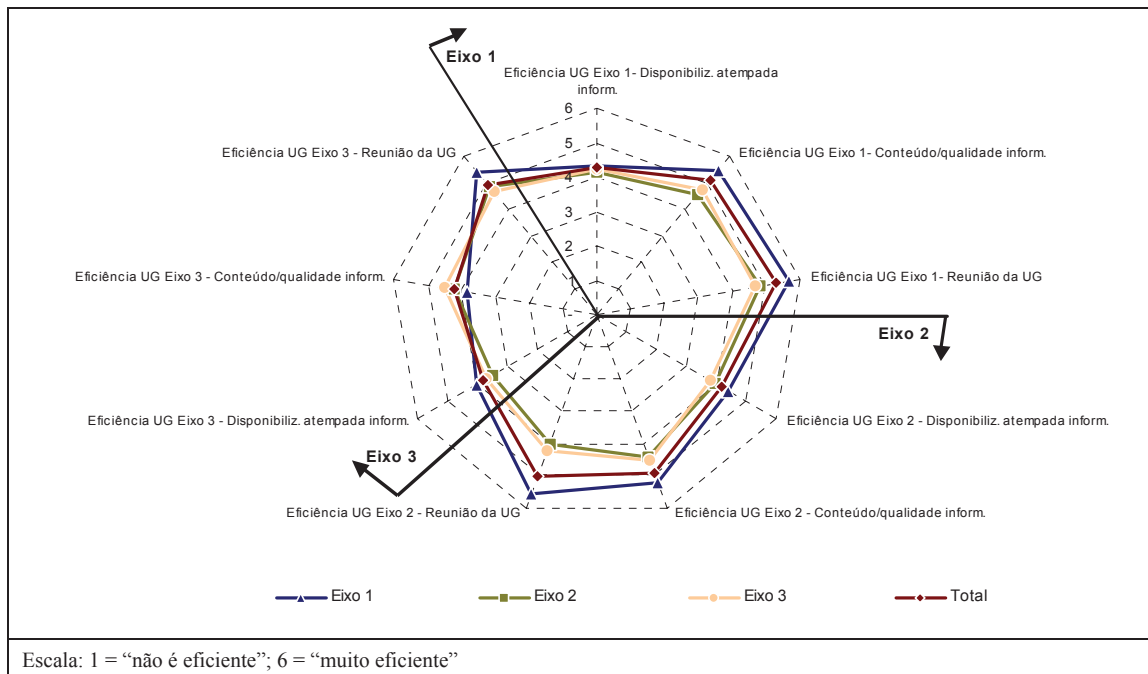
À semelhança do que se tem vindo a registar, ao longo da análise das respostas ao questionário aos responsáveis pela gestão, são os intervenientes na gestão do eixo 1 que avaliam com uma classificação mais positiva, quer o funcionamento da sua Unidade de Gestão, quer o funcionamento das restantes Unidades de Gestão. Estes responsáveis classificam a eficiência da reunião da Unidade de Gestão em que participam com o valor médio de 5,7, ficando, por isso, muito próximo da classificação máxima; o mesmo acontecendo com o “conteúdo e qualidade de informação” para apoio à tomada de decisão.

Os intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 2 classificam com o valor médio de 4 o nível de eficiência da reunião da U.G. e o item relacionado com a “disponibilização atempada de informação”. A classificação mais elevada é atribuída ao “conteúdo e qualidade da informação” que obtém um valor médio de 4,4.

Reflectindo algumas necessidades de melhoria no nível da articulação processual dos intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 3, a classificação média mais baixa (ainda, assim, positiva – 3,7) é atribuída à “disponibilização atempada da informação”. A classificação melhora substancialmente (média de 4,5) quando é avaliado o “conteúdo e qualidade da informação”. A realização da Unidade de Gestão é considerada eficiente (classificação média de 4,6),

confirmando, de certa forma, a opinião expressa pelos coordenadores das medidas durante a realização das entrevistas.

GRÁFICO 10-10: NÍVEL DE EFICIÊNCIA ALCANÇADO NO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE GESTÃO



618. Directamente relacionadas com a orgânica funcional da gestão do eixo 3, nomeadamente da sua Unidade de Gestão, foram formuladas, ao nível do inquérito aos responsáveis pela gestão, duas questões sobre as quais existem opiniões contraditórias: uma sobre a possibilidade de existir um gestor específico para o eixo 3 e outra sobre o funcionamento deste órgão por secções (aspecto que apesar de estar consagrado na legislação nunca foi verdadeiramente implementado).

QUADRO 10-10: FUNCIONAMENTO DO EIXO 3 – PERTINÊNCIA DE ALGUMAS SITUAÇÕES (% DE RESPOSTAS)

Concordância com as situações		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Total
Existência, a consagrar no quadro legal, de um gestor específico para o Eixo 3	Sim	43,5%	21,7%	34,8%	100,0%
	Não	31,6%	10,5%	57,9%	100,0%
Funcionamento da Unidade de Gestão por secções	Sim	48,0%	8,0%	44,0%	100,0%
	Não	20,0%	30,0%	50,0%	100,0%

Fonte: Equipe de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

Os resultados obtidos encontram-se sistematizados no Quadro 10-10, e não ajudam a retirar conclusões, verificando-se a existência de opiniões contraditórias. A visão expressa pelos próprios intervenientes na Unidade de Gestão do eixo 3 parece indicar a preferência por um

modelo em que o gestor do eixo 3 continue a ser o Gestor do Programa Operacional e a não adopção de uma lógica de funcionamento por secções. Curiosamente, refira-se que, no âmbito do processo de realização de entrevistas, a generalidade das pessoas pertencentes à estrutura de coordenação do PORLVT defendia a existência de um gestor para o eixo 3 que coadjuvasse o Gestor do Programa.

A adopção de uma lógica de funcionamento por secções, podendo contribuir para a eficiência do processo de decisão ao nível da selecção das candidaturas, pode diminuir a capacidade de articulação institucional, que se encontra ainda em consolidação.

619. A análise global dos promotores em relação ao desempenho da gestão do Programa apresenta resultados diferenciados: os aspectos mais positivos relacionam-se com a prestação de informação aos promotores, com o apoio na elaboração de candidaturas e com o acompanhamento na execução do projecto (que registam médias de resposta ligeiramente acima, ou próximas de 4 na escala utilizada), enquanto que os aspectos menos positivos se relacionam com a rapidez na apreciação das candidaturas e o cumprimento dos prazos de pagamento (que se situa, mesmo, abaixo do valor médio da escala utilizada).

GRÁFICO 10-11: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVAMENTE AO DESEMPENHO DA GESTÃO DO PROGRAMA

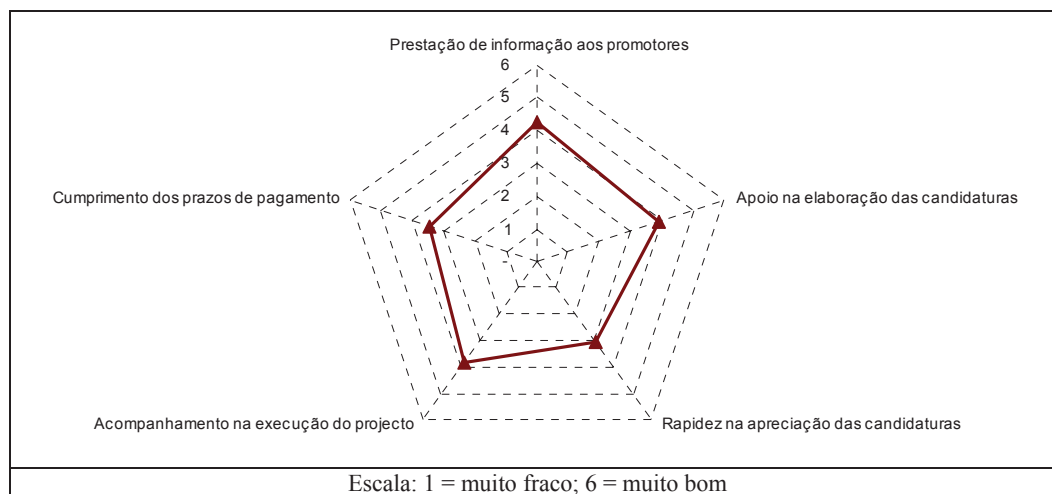


FIGURA 10-3: FLUXOGRAMA EIXOS 1 E 2

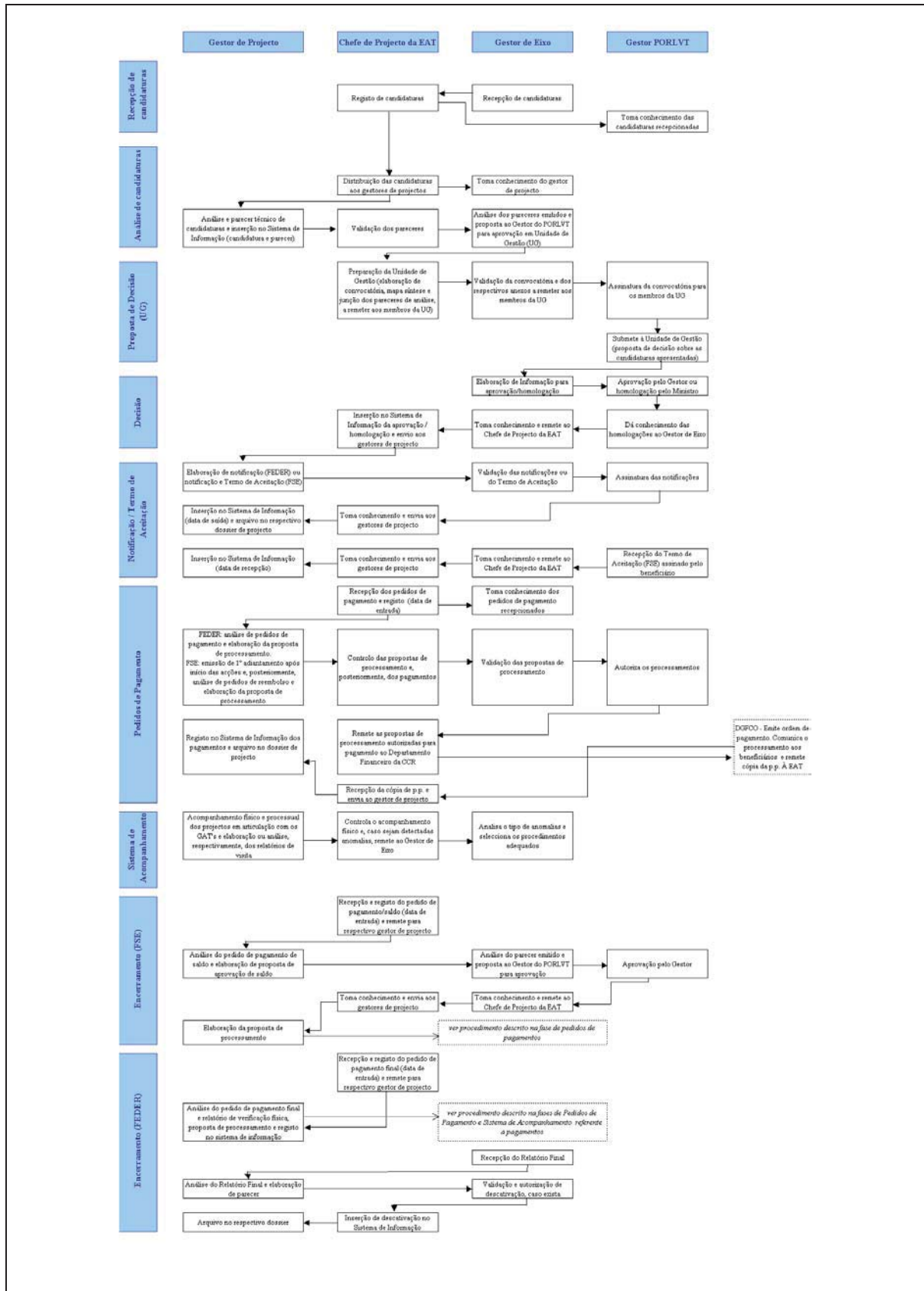
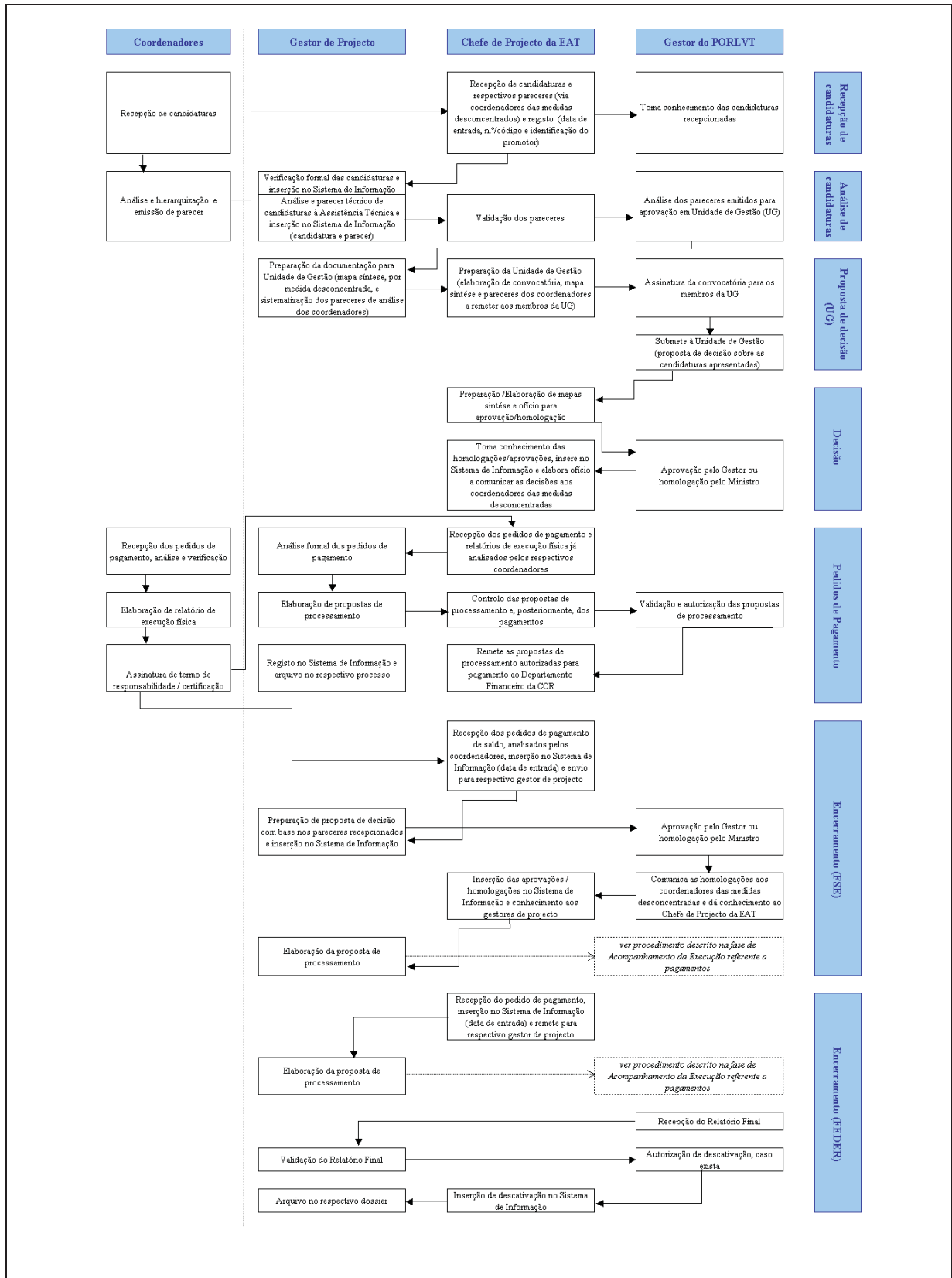


FIGURA 10-4: Fluxograma do Eixo 3



10.1.5. Dispositivo de Acompanhamento

620.No eixo 1, nas medidas contratualizadas (1.1., 1.2. e 1.3.), o dispositivo de acompanhamento é efectuado num primeiro nível pelas Associações de Municípios e pela Junta Metropolitana de Lisboa, enquanto entidades directamente responsáveis pela gestão técnica, administrativa e financeira. Para além do acompanhamento informal, a estrutura de gestão do Programa efectua o acompanhamento do promotor na fase da candidatura, nomeadamente através do fornecimento de um *check-list* contendo os elementos que devem estar presentes na organização do processo administrativo.

CAIXA 10-5: CHECK –LIST FORNECIDO AOS PROMOTORES DO EIXO 1

Constituição indicativa do dossier do projecto, na entidade promotora

A – Candidatura:

Formulário de candidatura e respectivos anexos, acompanhado, sempre que aplicável, dos seguintes documentos:

- Memória descritiva do projecto
- Estudos e análises prévias
- Projectos técnicos (engenharia, arquitectura, outros)
- Planos de financiamento
- Processo(s) de concurso/contrato e fase em que se encontra(m), justificadas documentalmente:
 - Caderno de encargos
 - Anúncio de concurso
 - Convites dirigidos às empresas
 - Documentos relativos à abertura de concurso público comunitário (nomeadamente publicação no Jornal Oficial das Comunidades)
 - Propostas apresentadas
 - Acta da abertura das propostas
 - Documento indicativo dos critérios de selecção e justificativa da opção tomada
 - Acta da reunião no órgão municipal em que foi decidido qual o adjudicatário ou decisão do membro competente
 - Contrato de adjudicação (incluindo “visto” do Tribunal de Contas)
 - Auto de consignação da obra
 - Declaração do início da obra
- Declarações aplicáveis
- Pareceres/licenças
- Cronogramas físicos e financeiros
- Indicadores de realização
- Documento comprovativo da posição relativa ao IVA
- Listagem descritiva dos investimentos já executados
- Dossier de faseamento, caso se trate de um projecto faseado
- Correspondência trocada para instrução da candidatura
- Comunicação da recepção da candidatura

Constituição indicativa do dossier do projecto, na entidade promotora

B – Decisão:

- Acta da reunião que propõe a aprovação do projecto
- Comunicação da decisão relativa ao projecto
- Contrato/termo de aceitação de financiamento (se aplicável)

C – Execução:

- Formulário do pedido de pagamento
- Listagem dos documentos comprovativos e respectivos anexos:
 - Facturas e documentos de valor probatório equivalente (originais ou cópias autenticadas) com evidência de aposição de carimbo
 - Auto de medição
 - Documentos de revisão de preços
 - Ordens de pagamento, com menção do projecto cujo pagamento visam
 - Recibos ou documentos de quitação de despesa equivalentes (originais ou cópias autenticadas) com evidência da aposição de carimbo
- Autos de recepção provisória/definitiva da obra
- Correspondência trocada para instrução do pedido de pagamento
- Comunicação ao beneficiário da emissão do pagamento
- Reprogramações ao projecto (tramitação conforme B)

D – Acompanhamento e controlo

- Relatórios de acompanhamento e controlo
- Relatórios de controlo efectuado por entidades competentes
- Correspondência/esclarecimentos
- Relatório final, acompanhado (quando aplicável):
 - Auto de recepção provisória/definitiva da obra

621. Do ponto de vista do acompanhamento do projecto, este é efectuado em primeira instância pelos elementos das Associações de Municípios, nomeadamente pelos seus dirigentes cuja proximidade institucional e física dos projectos possibilita uma maior frequência de visitas e facilidade relacional. Ao nível dos técnicos das respectivas EAT, verifica-se que antes de enviarem os processos para análise da unidade de gestão é elaborado um parecer técnico²⁰ contendo:

1. Enquadramento no Programa Operacional Regional;
2. Identificação do Processo;
3. Cumprimento das Condições de Acesso;

²⁰ Obedece à mesma estrutura dos pareceres formulados pela EAT de apoio ao Gestor.

4. Caracterização do Projecto (caracterização, objectivos do projecto, objecto do projecto, plano global de investimentos, comentários e programação financeira);
 5. Parecer.
622. Para além do parecer técnico, o processo contém ainda o formulário de candidatura e o seu anexo que apresenta a seguinte estrutura: (i) Caracterização do projecto; (ii) objectivos; (iii) situação actual; (iv) resultados esperados; (v) descrição da infraestrutura e trabalhos a realizar; (vi) fases e calendário de execução; (vii) publicidade do investimento; (viii) enquadramento do projecto; e (ix) estudo e análises prévias.
623. Na fase final do processo, a EAT da coordenação do Programa procura efectuar visitas de acompanhamento dos vários projectos a submeter à unidade de gestão, é efectuada uma ficha síntese de resumo do projecto e uma ficha sinóptica para homologação pelo responsável político. Na fase de pagamento, é efectuada, de forma obrigatória, uma visita de acompanhamento.
624. Os projectos inseridos na medida 1.5 obedecem à mesma estrutura de constituição do dossier administrativo apresentado na Caixa 10-5, sendo o processo de acompanhamento da responsabilidade da EAT da coordenação do Programa.
625. No eixo 2, na medida 2.3, para além dos procedimentos administrativos associados à constituição administrativa do projecto (idênticos aos referenciados para o eixo 1), o menor número de projectos possibilita a realização de um acompanhamento permanente, obra a obra, por parte do gestor do eixo de todos os projectos integrados na medida VALTEJO, permitindo que, para além dos mecanismos formais de acompanhamento, passassem a existir mecanismos de confiança relacional que se traduzem na capacidade de aconselhamento directa sobre as acções a implementar com o intuito de aumentar a execução do Programa²¹. O acompanhamento da execução física e financeira é efectuada de modo formal trimestralmente. Procurando aumentar o ritmo de execução da medida, só são apresentados em unidade de gestão os projectos que tenham “garantido” a sua adjudicação.
626. Refira-se que para a globalidade das medidas as acções de acompanhamento são efectuada por técnicos especializados na fiscalização de obras, sendo, sempre que possível, acompanhados pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento da medida. Verifica-se, também, que as preocupações de acompanhamento se estendem à fase do pedido de pagamento e às acções de informação e publicidade.

²¹ Ainda que, como é óbvio, a execução esteja dependente de um conjunto alargado de outros factores.

627. Ao nível de topo, o acompanhamento do Programa é efectuado a três níveis:

- i. Concelho/Projecto: através de visitas regulares do Gestor aos municípios; elaboração de “folhas de informação” por concelho de todos os projectos;
- ii. Informação de apoio à gestão: através de uma bateria de indicadores por eixos, essencialmente de indicadores de execução física e financeira dos projectos para cada um dos eixos verificando-se a existência de uma preocupação constante na tentativa de medir o posicionamento geral do PO no cumprimento da regra “n+2” e do indicador financeiro da reserva de eficiência²²;
- iii. Reunião mensal com a DGDR e Gestão do PO: através de discussão dos pontos de situação do Programa por eixos, por medidas e das acções a implementar para cumprir os objectivos do PORLVT.

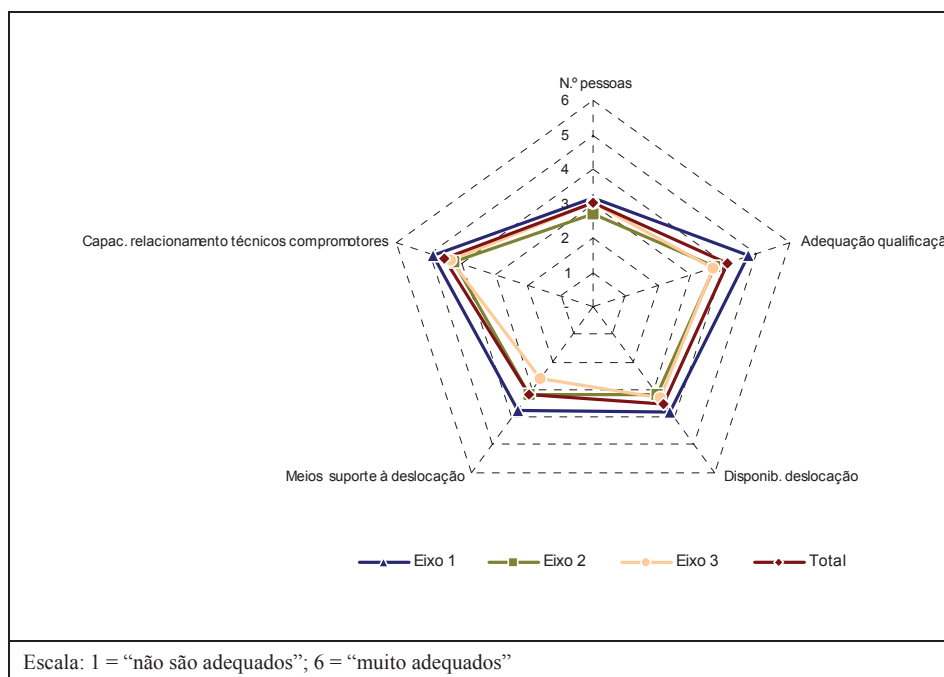
628. Em relação às medidas sectoriais regionalmente desconcentradas, o processo de acompanhamento é, essencialmente, efectuado pela EAT de apoio à coordenação, verificando-se que a dimensão dos quadros de pessoal, os constrangimentos associados aos SI (nomeadamente ao nível da dificuldade em calcular indicadores agregados de realização física e de resultados), a necessidade de introduzir celeridade na análise de candidaturas e aprovar projectos que permitam obter níveis de execução consentâneos com o processo de *phasing out* e com o cumprimento da regra “n+2”, têm dificultado a realização de tarefas de acompanhamento, sendo este aspecto comumente apontado com uma área a melhorar.

629. No que diz respeito aos meios existentes para a realização das tarefas de acompanhamento, para além do número de recursos humanos, os “meios de suporte à deslocação” são considerados, no inquérito efectuado junto dos responsáveis pela gestão, como o aspecto menos favorável (média 3,1). Este último item merece, aliás, nota média negativa (2,6) por parte dos responsáveis do eixo 3.

630. A análise da adequação dos instrumentos de acompanhamento, através das respostas ao inquérito, regista, nos vários parâmetros avaliados, uma classificação média positiva, sendo a “existência de formas de verificação de preços” na análise da contabilidade do beneficiário o item que regista menor classificação (3,82).

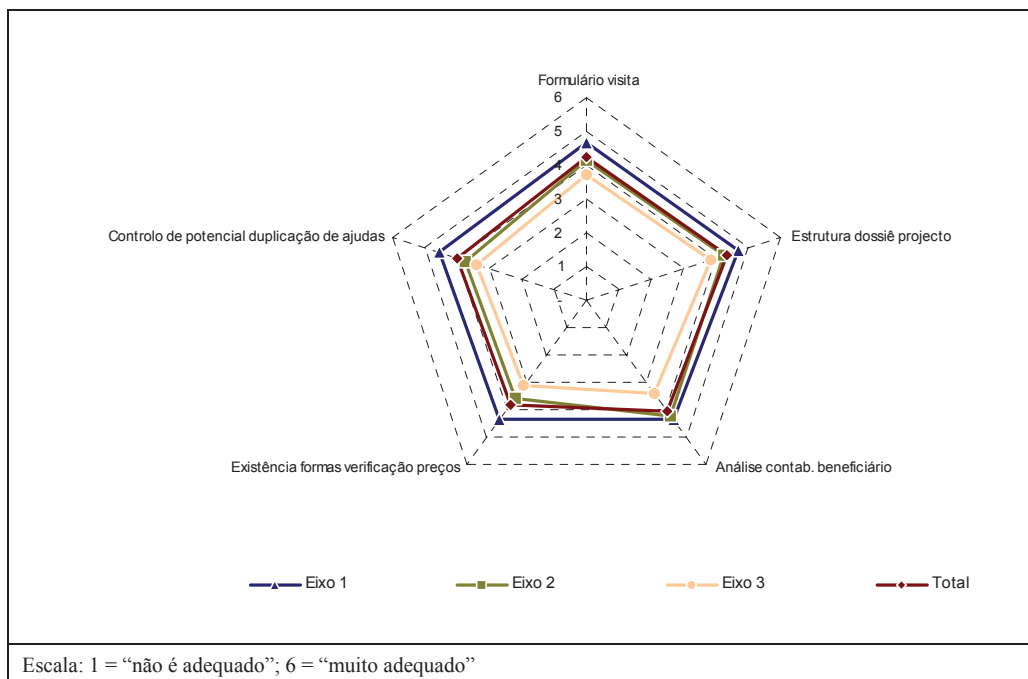
²² Esta preocupação é evidenciada, desde os momentos de arranque do PO, na leitura das actas das unidades de gestão e das actas da comissão de acompanhamento.

GRÁFICO 10-12: ADEQUAÇÃO DOS MEIOS EXISTENTES AO CASO ESPECÍFICO DAS TAREFAS DE ACOMPANHAMENTO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

GRÁFICO 10-13: ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO AO NÍVEL DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS PROJECTOS



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.6. Controlo

631. De acordo com a legislação²³ a entidade responsável pelo controlo de 1º nível é o Gestor da intervenção operacional sendo apoiado nesta missão por uma Estrutura de Apoio Técnico – EAT de Controlo, que tem como funções essenciais a verificação física e financeira (quer de natureza concomitante²⁴ quer a *posteriori*²⁵), quer nos locais de realização de investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e de despesa. Tal como previsto na legislação e no manual de controlo de 1º nível do PORLVT, o controlo incide, também, sobre os procedimentos relativos à verificação da forma como os órgãos de gestão ou as suas estruturas garantem a fiabilidade dos documentos constantes das candidaturas e asseguram a recolha de informação necessária à caracterização das componentes dos projectos ou acções, bem como a eficácia do acompanhamento da execução dos projectos ou acções.

De uma forma global, a actividade do controlo de 1º nível visa prevenir, detectar e corrigir, eventuais irregularidades, por parte dos promotores/beneficiários do Programa e identificar a existência de deficiências e de eventuais factores de risco ao nível dos procedimentos e actividades das entidades que integram o sistema de gestão do PO. Neste sentido, a actividade de controlo de 1º nível pode desempenhar um papel importante, através da formulação de recomendações, na adopção de medidas que potenciem a eficiência da intervenção.

Adicionalmente, a nível superior, exercem também actividades de controlo sobre o Programas as entidades coordenadoras de 2º nível (DGDR, IGFSE e IGA) e de alto nível (Inspecção Geral de Finanças) que integram o Sistema Nacional de Controlo (SNC), que incidem a sua acção sobre todo o sistema de gestão do PO, nomeadamente sobre a adequação dos procedimentos, operações e actividades exercidas pelos organismos intermédios e entidades coordenadoras, podendo por isso identificar e propor a adopção de medidas que assegurem o cumprimento da legislação, dos regulamentos, das normas internas, dos contratos, a utilização eficiente dos recursos, etc., no sentido de contribuir para o cumprimento dos objectivos e metas estabelecidos para o PO.

²³ N.º2 do art.º5 do DL 168/2001 e da alínea b) do n.º2 da Portaria n.º684/2001.

²⁴ Incidindo o controlo concomitante sobre as fases de candidaturas e execução do projecto ou acção e tem como objectivo assegurar a fiabilidade dos procedimentos adoptados.

²⁵ Este controlo é efectuado após a execução do projecto ou acção e visa assegurar, em particular, a validade dos critérios subjacentes à análise da despesa certificada.

As autoridades de pagamento dos fundos²⁶ efectuam também acções de controlo sobre os pedidos de financiamento efectuados pelos organismos intermédios e coordenadores das medidas, o que suplementa a percentagem de despesas elegíveis totais controladas no âmbito do Programa.

632. As relações entre a estrutura da gestão do Programa e estrutura de controlo são marcadas pelo princípio da segregação de funções, notando-se também, por este motivo, um certo distanciamento institucional na relação com os restantes membros da gestão.

633. Sendo o órgão mais recente da estrutura de gestão do Programa, a estrutura de controlo é apenas formada pela Chefe de Projecto e por uma funcionária que presta apoio administrativo, ainda que, do ponto de vista legal, esteja previsto que a EAT seja formada por quatro pessoas. A capacidade de preencher o quadro de pessoal foi prejudicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio de 2002, que suspendeu a possibilidade da Administração Pública proceder a novas contratações de pessoal. A responsável da EAT e a estrutura da CCR procuram ultrapassar esta limitação recorrendo ao quadro de disponíveis da Função Pública.

Este é, aliás, um aspecto crítico limitador da eficácia deste sistema e condicionador da eficiência da coordenação das acções de controlo de 1º nível, que depende, quase exclusivamente, ao nível das auditorias, da contratação de auditores externos. Por este motivo a EAT Controlo tem tido dificuldade em realizar visitas de acompanhamento das auditorias em curso, que teriam como finalidade atestar a adequação das equipas e das metodologias de trabalho utilizadas.

No entanto, esta limitação é dirimida, por um lado, pelo facto das equipas de auditoria externa terem sido previamente seleccionadas, fazendo parte da bolsa de auditores dos Fundos e, por outro, devido ao facto das auditorias obedecerem a uma estrutura pré-definida nos questionários elaborados pelo Sistema Nacional de Controlo, o que garante, *a priori*, uma certa uniformidade metodológica.

634. Integrada no SNC, a acção desta estrutura é programada através da realização de um Plano Anual de Controlo que é estruturado de forma a garantir que a amostra sobre a qual recai o trabalho de controlo cobre pelo menos 5% da despesa elegível total.

De acordo com o previsto na legislação (Anexo II da RCM n.º172/2001, de 26 de Dezembro) o planeamento das acções de controlo inicia-se em Junho de cada ano, após as entidades de alto nível e de 2º nível terem definido as orientações e as linhas gerais do plano de controlo para o ano seguinte. O plano anual é estabelecido até ao final da primeira quinzena de Setembro e

²⁶ A DGDR no caso do FEDER, o IGFSE no caso do FSE e o IFADAP no caso do FEOGA.

contempla, designadamente, a dimensão da amostra, os critérios de selecção dos projectos, o número de auditorias a realizar e, no caso do IGFSE, o cronograma de implementação das acções previstas.

Para além do plano anual, a EAT de Controlo remete a cada entidade coordenadora de 2º nível do FEOGA, FSE e FEDER uma informação trimestral²⁷ (até 15 dias após o final de cada trimestre) sobre a execução das acções previstas para esse período. Até 31 de Março de cada ano deve ser enviada para as entidades coordenadoras de 2º nível uma síntese da actividade desenvolvida no ano anterior²⁸.

O conteúdo dos relatórios finais de cada auditoria é introduzido informaticamente no SIGIFE, no caso das acções desenvolvidas no âmbito do FEDER e do FEOGA e no SIIFSE no caso do FSE.

635. A definição da amostra das acções constantes no plano anual é efectuada tendo por base os projectos com pedidos de pagamentos inseridos nos sistemas de informação dos Fundos, tendo a preocupação de percorrer todas as medidas com execução ao nível do Programa.

A EAT de Controlo, procurando garantir a aleatoriedade da amostra, não tem seguido uma política de concertação com os organismos intermédios e com as entidades coordenadoras das acções que serão objecto de controlo. No entanto, verifica-se que, para além da amostra aleatória definida no plano anual, são ainda incluídos, em qualquer altura, todos os projectos sobre os quais se considere pertinente efectuar acções de controlo de carácter extraordinário, nomeadamente, sempre que se registem solicitações, nesse sentido, por parte das entidades coordenadoras envolvidas na gestão do Programa.

Para as medidas financiadas pelo FEDER a selecção da amostra tem por base um método que se subdivide em três fases, efectuando-se, na primeira fase a “determinação do esforço de controlo” – através do cálculo do risco de auditoria (risco inerente, risco de controlo e risco de detecção) e do limiar estimado²⁹-, na segunda fase a “selecção de projectos a auditar” – através da identificação de variáveis chave, construção de uma grelha de risco, elaboração de uma matriz de risco, organização da matriz e selecção dos projectos – e na terceira fase a “selecção de transacções a auditar” – tendo em consideração critérios como os contratos materialmente relevantes, a natureza da transacção e a existência ou não de fornecedores recorrentes.

²⁷ Obedecendo a um modelo definido por estas entidades.

²⁸ Idem.

²⁹ Que corresponde à percentagem de esforço de controlo anual por amostragem do 1º e do 2º nível.

A fase referente à determinação do esforço de controlo é da responsabilidade do Controlo de 2º nível, enquanto a fase referente à selecção dos projectos é da responsabilidade da EAT de Controlo do PORLVT, que fornece, ainda, aos auditores externos uma grelha de critérios de selecção dos documentos de despesa a auditar - “selecção de transacções a auditar”.

No caso das medidas financiadas pelo FSE os critérios de selecção da amostra relacionam-se, nomeadamente, com os seguintes aspectos: representatividade/materialidade, risco (idoneidade, denúncia), diversidade (natureza jurídica das entidades, dimensão e tipologia das acções de formação), frequência dos pedidos de pagamento por parte da entidade beneficiária, entidade nova ou nunca auditada, entidade com pedidos a outros gestores, recomendações de relatórios de controlo, pedido em fase de saldo, etc..

Para o FEOGA a amostra seleccionada obedece aos seguintes princípios: variedade de tipos e dimensões de operações, factores de risco e que os principais organismos intermédios e beneficiários sejam sujeitos, pelo menos, a um controlo antes do encerramento de cada intervenção. Tendo em consideração estes aspectos, é aplicado um método de natureza estatística – o Monetary Unit Sampling (MUS)³⁰. Em complemento deste método é também efectuado o cruzamento de critérios associados ao risco do projecto – como a complexidade das regras que regem as medidas/acções, a partilha de gestão por diversas entidades, a existência de pagamentos com base em pedidos de adiantamento, valor global e valor relativo do apoio, tipo de aquisições permitidas e rentabilidade do investimento realizado – e critérios associados ao risco do promotor/beneficiário – como a existência de irregularidades anteriores, existência de informações desfavoráveis, denúncias de irregularidades, candidaturas aprovadas em mais do que uma medida, existência de candidaturas anteriores nas mesmas áreas e candidaturas apresentadas em nome individual e de sociedades a que pertence quer como sócio ou como gestor. Outros aspectos, também, considerados são a idoneidade dos beneficiários, a idoneidade dos fornecedores e a adequação do projecto às características da região em que se insere.

636.A verificação física e financeira nos locais de realização do investimento (entidades beneficiárias) e junto das entidades que detêm os originais do processo técnico e os documentos comprovativos da despesa é efectuada, como já se referiu anteriormente, tendo como apoio o trabalho de entidades pré-qualificadas (bolsa de auditores) para realizar trabalhos de auditoria no âmbito dos fundos FEDER e FSE.

³⁰ Que utiliza a unidade monetária como unidade de amostra, pelo que um determinado elemento da população (um projecto) tem maior probabilidade de ser seleccionado se o valor monetário ou a sua taxa de execução forem elevados.

Tal como previsto na legislação, estas acções, quer de natureza concomitante quer a *posteriori* destinam-se a analisar a componente material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógico.

A EAT de Controlo tem definido como limiar mínimo de despesa controlada, por acção de verificação no local, 40% do total das despesas do projecto, sendo por vezes dadas directrizes para subir este patamar para 50% do total das despesas elegíveis.

No caso particular do FEOGA as acções de controlo de 1º nível são efectuadas pelo IFADAP, entidade com a qual existe um protocolo. No entanto, estas acções obedecem à programação estabelecida no plano anual de controlo efectuado pela EAT Controlo, em articulação com orientações definidas pelo SNC. Para o FEOGA a percentagem de despesa a controlar é de 100% em todas as acções de controlo.

637. Terminado o trabalho de auditoria é apresentado, quer em suporte papel quer em suporte informático, o projecto de relatório de auditoria, que é analisado pela EAT Controlo. Esta EAT elabora uma informação contendo o relato da acção de controlo e procede ao envio, do mesmo, para o Gestor³¹, para seu conhecimento, aprovação e sequente envio para a entidade beneficiária e para os organismos intermédios.

Os organismos intermédios/entidades coordenadoras, para além de tomarem conhecimento redigem, no caso de considerarem pertinente, os seus comentários sobre o projecto de relatório. A entidade beneficiária efectua, por sua vez, o contraditório (pronuncia-se sobre as questões que considera relevantes). A partir da recepção destes elementos é redigido o relatório final da auditoria.

Os beneficiários devem efectuar as diligências necessárias para regularizar as anomalias que foram, eventualmente, detectadas dentro de um prazo estipulado. Os organismos intermédios/entidades coordenadoras devem, quando isso se justifique, promover as correcções nos procedimentos que se revelem necessárias para a melhoria da sua eficiência.

No caso de se verificar a existência de irregularidades, estas, devem ser imediatamente comunicadas à entidade coordenadora de 2º nível (DGDR, IGFSE ou IGA) e autoridade de pagamento do Fundo comunitário respectivo (DGDR, IGFSE ou IFADAP). Nos outros casos, as versões finais dos relatos das acções de controlo são comunicadas à entidade coordenadora de 2º nível, respectiva, no prazo de 30 dias.

³¹ Com proposta de conhecimento aos Gestores de eixo e EAT para validação dos relatórios.

Os resultados de cada auditoria são arquivados em pastas que apresentam a seguinte organização base: (1) projecto, (2) projecto de relatório de acção de controlo (draft), (3) projecto de relatório da acção de controlo, (4) informação ao Gestor do PORLVT, (5) notificação e resposta do beneficiário, (6) notificação e resposta do coordenador/organismo intermédio, (7) relatório final da acção de controlo, (8) ficha de comunicação de irregularidades, (9) envio para entidade coordenadora de 2º nível, (10) diversos.

Recentemente a EAT de Controlo passou a centralizar as conclusões e recomendações do relatório final, assim como a sistematização das questões a acompanhar, em “fichas de acompanhamento das recomendações” dos projectos auditados. A análise agregada destas fichas de acompanhamento deverá facilitar a existência de uma visão de conjunto em complemento de uma visão específica, projecto a projecto, o que deverá permitir o reforço da capacidade de actuação sobre, eventuais, aspectos críticos do sistema de gestão e acompanhamento.

638.O controlo de qualidade do trabalho contratado a auditores externos é efectuado por esta EAT através do cruzamento entre a estrutura de anexos previstos ao nível dos questionários e o conteúdo do relatório, assim como a análise da sua conformidade com os regulamentos, nomeadamente, das Unidades de Gestão. Um outro aspecto que contribui para a análise da qualidade do trabalho das auditorias externas é o próprio contraditório da entidade beneficiária (que expressa, também, a sua opinião sobre os aspectos que considera pertinentes em relação aos resultados das auditorias efectuadas) e os comentários da gestão dos organismos intermédios e das entidades coordenadoras.

639.O PORLVT dispõe, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, e em conformidade com o previsto no Anexo I (Descrição Indicativa das Informações Necessárias Para Uma Pista de Controlo Suficiente), de documentos descritivos da Pista de Controlo para os Fundos FEDER, FSE e FEOGA, obedecendo ao modelo proposto pelo Sistema Nacional de Controlo. Estes documentos obedecem à seguinte estrutura: 1- Caracterização do Programa Operacional, 2- Estruturas Orgânicas de Suporte e Meios Afectos, 3- Quadro de Repartição de Funções Inerentes aos Sistemas de Gestão e Controlo, 4 – Processo de Gestão – Descrição dos Circuitos e Procedimentos, 5- Tarefas Globais de Acompanhamento e Gestão e 6- Controlo de 1º Nível.

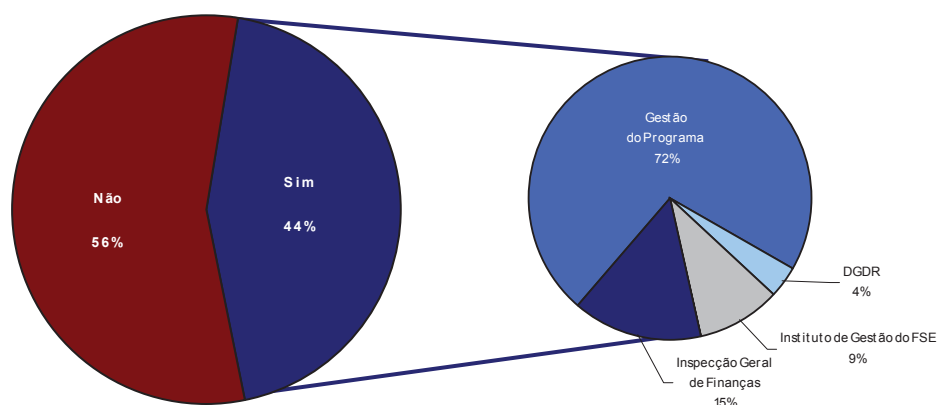
Os documentos relativos à existência de Pistas de Controlo Suficientes têm sido actualizados de acordo com as recomendações das entidades de 2º nível e de alto nível.

640.O controlo de duplicação de ajudas comunitárias é essencialmente efectuado, quando possível, através da realização de auditorias a vários projectos de uma mesma entidade beneficiária.

641. Do ponto de vista dos resultados alcançados, verifica-se que, no final do ano de 2002, a percentagem de despesa elegível certificada, pelo controlo de 1º nível, se situava em 6,3%. Registaram-se, contudo, alguns desequilíbrios entre os Fundos, com o FEDER a obter uma taxa de 9,3%, o FSE 2,6% e o FEOGA 1%.

Refira-se, a título de curiosidade, que uma percentagem significativa dos promotores que responderam a inquérito já tinham sido objecto de acções de controlo (cerca de 44%), na sua maioria pelo controlo de 1º nível (72% deste grupo).

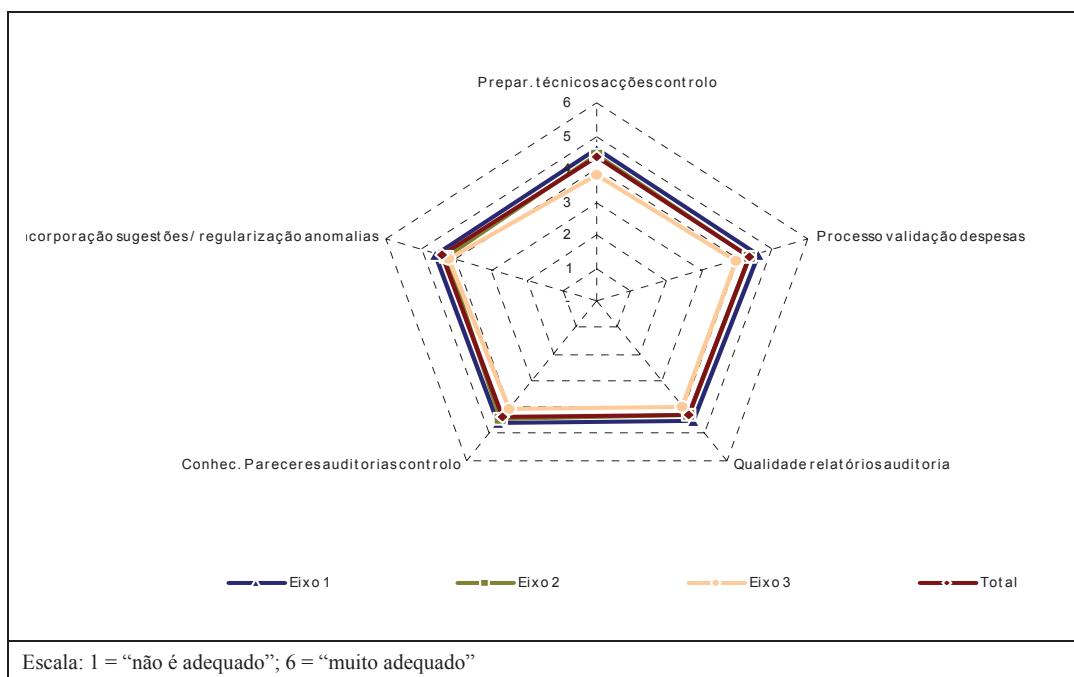
GRÁFICO 10-14: OCORRÊNCIA DE ACÇÕES DE CONTROLO E ENTIDADES QUE DESENVOLVERAM ESSAS ACÇÕES
(% DE RESPOSTAS DOS PROMOTORES)



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

642. A análise da qualidade do sistema de controlo através do questionário, realizado junto dos responsáveis pela gestão, manifesta uma grande uniformidade na classificação, registando-se pequenas variações nos valores médios para a globalidade do PO (entre 4,3 e 4,4), o que corresponde a uma avaliação positiva do sistema de controlo.

GRÁFICO 10-15: ADEQUAÇÃO E QUALIDADE DO SISTEMA DE CONTROLO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

10.1.7. Divulgação, Informação e Promoção do PO

643. Os aspectos relacionados com a divulgação, informação e promoção do Programa seguem os procedimentos recomendados nos regulamentos comunitários, designadamente, tendo em consideração os regulamentos (CE) n.º1260/1999, de 21 de Junho, e (CE) n.º1159/200, de 30 de Maio. De forma a cumprir as regras de execução em matéria de informação e publicidade sobre as intervenções dos Fundos Estruturais³², o gabinete do Gestor efectua um plano de acções de comunicação anual, tendo em consideração o objectivo de informar beneficiários potenciais e finais e a opinião pública.

As acções destinadas a actuar sobre os beneficiários finais e potenciais têm incidido, essencialmente, na produção de folhetos e material informativo e disponibilização no site do PORLVT das regras de publicitação e logotipos, de acordo com o definido pela CE, no que se refere à produção de instrumentos de informação e publicidade. No ano de 2002, foi enviado por *mailing* um postal de divulgação do site do PO.

A preocupação da gestão do Programa com a informação aos promotores sobre os requisitos mínimos obrigatórios na publicitação do investimento apoiado inicia-se logo na fase de

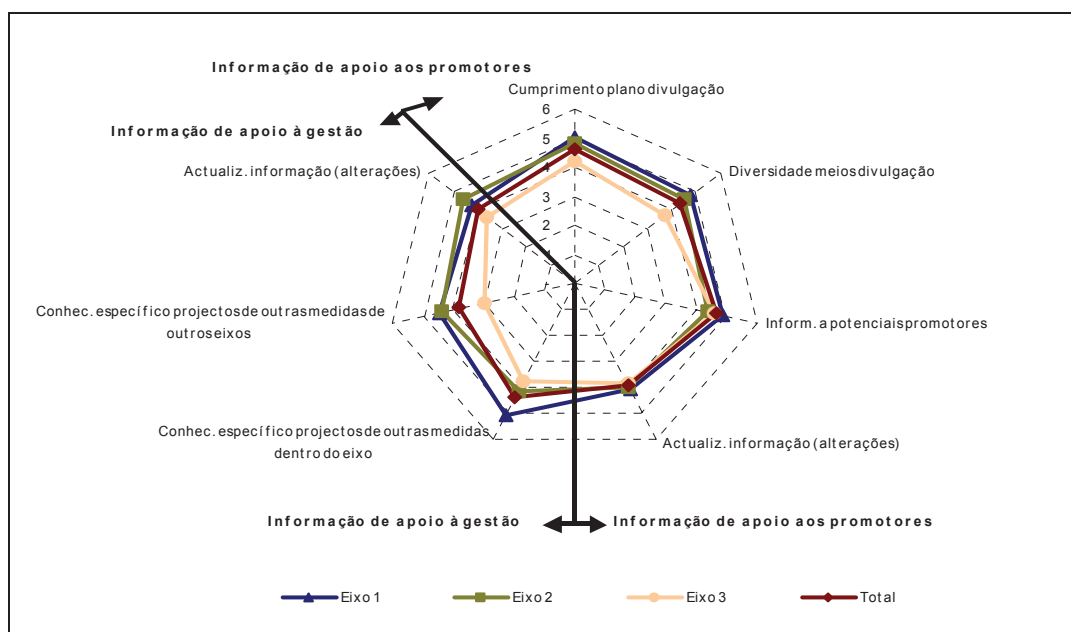
³² Anexo do Regulamento CE n.º 1159/200, de 30 de Maio.

candidatura, através de um anexo do formulário, em que se explicam os procedimentos a adoptar por parte das entidades beneficiárias.

As acções destinadas à opinião pública obedecem a uma estratégia de comunicação multi-meios que tem passado pela inserção de anúncios em órgãos de comunicação regionais e nacionais, pela participação/organização de eventos e acções de relações públicas, nomeadamente de exposições, visitas a projectos co-financiados pelo PORLVT e organização de seminários.

644. Os responsáveis pela gestão manifestam, no inquérito que lhes foi dirigido, uma opinião positiva em relação à informação dirigida a beneficiários/promotores finais, designadamente na forma como tem sido cumprido o plano de divulgação, como tem sido prestada informação sobre o Programa a potenciais promotores e sobre a diversidade de meios de divulgação utilizada, sendo a actualização de informação relativa a alterações introduzidas o factor que obtém uma pontuação média positiva mais baixa (3,7), sendo no eixo 3, onde existe uma maior diversidade de medidas, que este aspecto obtém uma pontuação média inferior.

GRÁFICO 10-16: GRAU DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO PRESTADA A POTENCIAIS PROMOTORES E ADEQUAÇÃO DA INFORMAÇÃO EXISTENTE PARA APOIO À GESTÃO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT

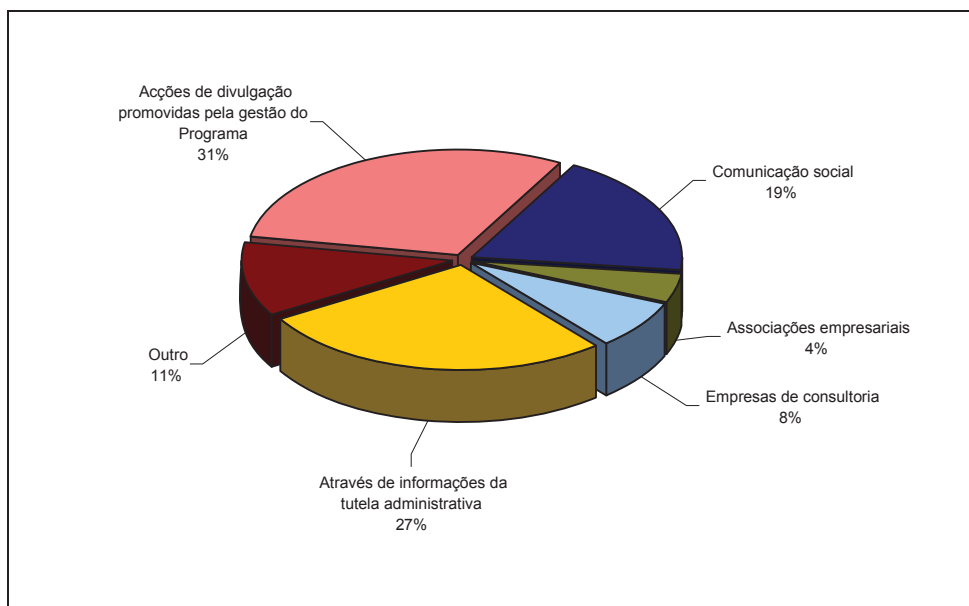
645. A informação direccionada para o apoio à gestão obtém nos factores avaliados pontuações médias acima de 4, numa escala de 1 a 6, notando-se contudo uma apreciação um pouco menos positiva por parte dos responsáveis do eixo 3, especialmente nos aspectos relacionados com o

conhecimento específico de projectos de outras medidas eixos do PO, que obtém uma classificação média de 3,1.

A visão expressa pelos promotores/beneficiários finais sobre o grau de informação acerca do Programa é favorável, verificando-se que os inquiridos atribuíram a classificação média de 4,2 ao seu próprio conhecimento global do PO e de 4,5 quanto ao conhecimento específico, no seu domínio de intervenção, sobre os eixos e medidas ou áreas do Programa.

646. Quanto à forma como os promotores inquiridos tomaram conhecimento do PORLVT, destaca-se como aspecto mais referenciado a realização de “acções de divulgação promovidas pela gestão do Programa, a informação proveniente da tutela administrativa e os meios de comunicação social.

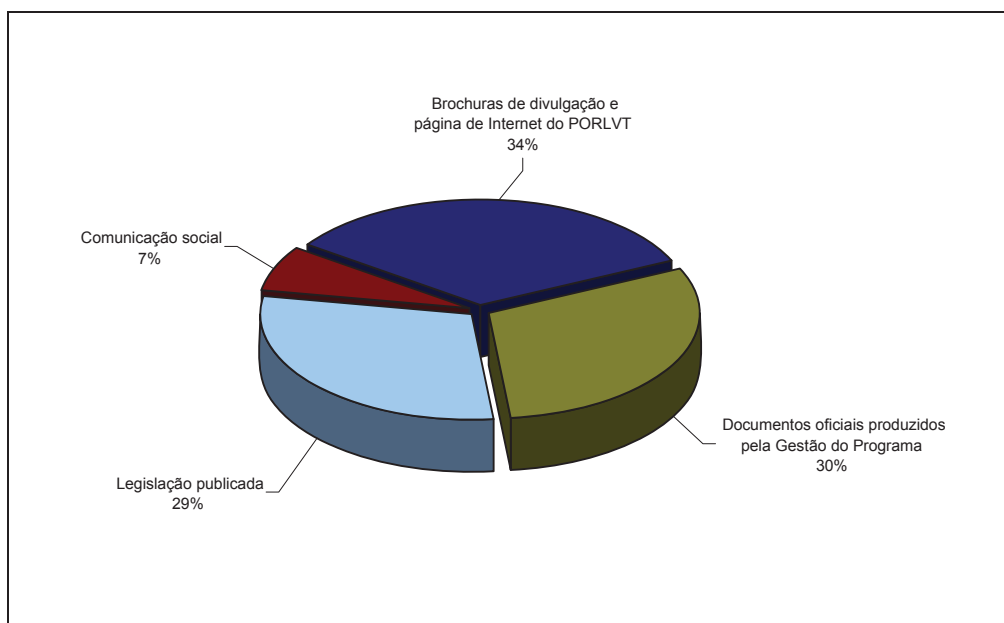
GRÁFICO 10-17: MEIO DE CONHECIMENTO DO PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

647. As brochuras de divulgação e página da Internet do PO (34%) e os documentos oficiais produzidos pela gestão do Programa (30%) são as fontes de informação mais referenciadas pelos promotores como meio de aprofundamento do conhecimento sobre o PORLVT.

GRÁFICO 10-18: FONTES DE INFORMAÇÃO PARA APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE O PORLVT



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito aos Promotores do PORLVT

648.No seu conjunto, pelo acima exposto, os aspectos relacionados com a divulgação, informação e promoção do Programa parecem ter cumprido os objectivos expressos na regulamentação comunitária, verificando-se que a acção da gestão foi importante quer para a promoção do PO quer na disponibilização de informação adequada para o aprofundamento do conhecimento específico dos promotores.

10.2. ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PO E DOS PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO

649.Um Sistema de Informação (SI) deve ser entendido como um conjunto de subsistemas interdependentes que, no seu conjunto, podem cumprir dois objectivos: (i) o apoio à gestão corrente (procedimentos rotineiros como o processamento de transacções – pedidos e ordens de pagamento, por exemplo); (ii) o apoio à decisão (procedimentos de gestão, implicitamente com uma forte componente prospectiva ou de previsão). É de esperar que um SI obedeça aos seguintes requisitos:

- Uma correcta integração de todos os subsistemas de informação (desde os mais operacionais ou rotineiros, até aos mais vocacionados para o fornecimento de *inputs* à tomada de decisão);
- Saídas (*outputs*) de informação que não ponham em risco as tarefas de planeamento e supervisão;

- Procedimentos administrativos que permitam uma constante alimentação (ou na frequência necessária) do sistema, com rapidez e fiabilidade;
- Incorporação de técnicas de análise de dados que permitam calibrar, orientar e, eventualmente, melhorar os requisitos anteriores.

650. Neste contexto, e tendo em conta a informação disponível sobre o SI do Programa, verifica-se a existência de um conjunto de fragilidades que resultam num esforço acrescido dos técnicos responsáveis pela gestão no sentido de se manterem níveis satisfatórios de coerência dos dados mais importantes para as tarefas de gestão e controlo, sobretudo ao nível financeiro. Este esforço reflecte-se no desenho, concepção e alimentação de ficheiros (em folha de cálculo) ou de “pequenas aplicações” criadas sobre um SGBD (Sistema de Gestão de Bases de Dados), desenvolvidos pelos próprios técnicos.

651. Aquelas fragilidades, mas também as virtualidades associadas a cada um dos subsistemas, resultam, por um lado, do processo de **descentralização** adoptado, com a implementação de três subsistemas, respectivamente para as componentes de financiamento FEDER, FSE e FEOGA, desenvolvido em termos da adequação às necessidades da entidade gestora, e que apresentam, alguns problemas e potencialidades que se passam a sistematizar:

- Na componente de financiamento FEDER, o SIFEC é uma aplicação que se pretendia viesse a corresponder a uma evolução qualitativa do anterior SI em uso (SIDREG). Pesem embora os problemas de arranque deste novo sistema, e tendo em conta a informação disponível, pensa-se que a evolução verificada não nos permite afirmar, pelo menos até ao momento, que se tenha dado o salto qualitativo desejado. Para esta afirmação, contribui, entre outros aspectos, o ter-se abandonado a tabela de indicadores de realização física anteriormente em uso no SIDREG, cuja estrutura arborescente, simples mas muito detalhada, permitia cobrir um leque bastante alargado de intervenções. No entanto, o Sifec apresenta outras vantagens, sobretudo no âmbito da validação da informação e redução das margens de erro associadas à introdução de dados, pela utilização de conjuntos de tabelas pré-definidas de atribuição de modalidades às variáveis.
- Na componente de financiamento FEOGA – no caso dos projectos incluídos na medida 3.15, o IFADAP utiliza uma aplicação sobre SGBD Oracle. A observação do elenco de campos susceptíveis de alimentação em dados sugere elevados níveis de detalhe e riqueza da informação disponível para a gestão dos projectos. A incorporação de um módulo de apuramento estatístico com a possibilidade da livre utilização de parâmetros de filtragem ao nível de cada variável constitui-se também como um ponto bastante forte deste subsistema. No entanto, não se pode deixar de referir que se detectaram algumas insuficiências ao nível da informação canalizada para a UG,

cujas razões se podem relacionar com as necessidades urgentes do acompanhamento da realização financeira, deixando assim para segundo plano o acompanhamento da realização física.

- Na componente de financiamento FSE, a gestão dos projectos incluídos nas medidas 1.4, 2.2, 2.4, 3.9 e 3.13, socorre-se de um conjunto de ficheiros concebidos sobre um programa de folha de cálculo. A aparente inexistência de uma aplicação do tipo Base de Dados (BD) Relacional levanta problemas acrescidos de gestão da informação que são bastante visíveis, tanto ao nível do esforço associado à supervisão da qualidade dos dados (estabelecimento de normas e procedimentos de validação e correcção dos dados introduzidos em cada ficheiro), como à dificuldade de cruzamento de variáveis, respectivas modalidades e categorias, com implicações evidentes, por exemplo, no adicional de trabalho associado à produção dos relatórios de execução. No que se refere às medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6, existe um sistema de informação de base, que contemplando informação diversa e rica, que garante uma capacidade de acompanhamento da execução destas medidas. Detectou-se, no entanto, uma insuficiência associada ao facto de ser difícil a recuperação de dados históricos dos projectos, quando os mesmos são objectos de reformulações, o que justifica, por exemplo, a existência de discrepâncias entre os dados disponíveis nos relatórios de execução e no sistema de informação.

652. A inexistência na prática de um SI que integre a informação validada ao nível dos 3 subsistemas em uso dificulta uma visão global centralizada do PORLVT e das rotinas de gestão, para além de se constituir como um impedimento à superação das dificuldades de comunicação associadas ao carácter descentralizado da gestão de um grande número de medidas, com destaque para a condução dos procedimentos de controlo de 1º nível e para a monitorização estratégica do PO.

653. Em síntese, FEOGA, FEDER e FSE co-financiam projectos com características diversas e que, por isso mesmo, têm exigências de informação, para apoio aos procedimentos de gestão, relativamente diferentes. Esta observação, válida tanto no que respeita às categorias de promotores envolvidos, como à média dos montantes financeiros dos projectos, como ainda aos destinatários e beneficiários finais, justifica a adopção de sistemas de informação diferenciados, apesar de dever ser garantido um denominador comum ao nível da natureza e organização de um conjunto de informação de base que permita a constituição de um subsistema conjunto para aquelas três fontes de financiamento, de tal modo que, a todo o momento, no caso de Programas plurifundos, seja possível ter uma visão global dos seus níveis de realização.

654. Daquele ponto de vista, e não existindo um SI plurifundos integrado, é de salientar o esforço de compatibilização de dados em ficheiros com desenho semelhante, ao nível da Gestão do Programa. Mas, atendendo a que as prioridades foram naturalmente estabelecidas ao nível da

supervisão financeira, sendo também nesta mais fácil de encontrar um denominador comum entre projectos relativamente aos campos deste tipo de execução, foi, em alguns casos, subalternizada informação sobre as características dos projectos e a sua execução física, facto a que também não é alheio o arranque tardio do SI da componente FEDER (SIFEC) e os seus problemas de afinação e manutenção que têm vindo a registar-se, nomeadamente ao nível das possibilidades de manuseamento do módulo dos indicadores de realização e facilidade da edição de relatórios por parte dos utilizadores.

655. Estas dificuldades ao nível do SIFEC foram igualmente objecto de detecção numa avaliação realizada recentemente pelo Tribunal de Contas³³ que apontava para um conjunto de recomendações que caso não fossem objecto de adopção poderiam vir *“a dificultar os trabalhos de avaliação no âmbito da avaliação intercalar, a realizar por avaliadores independentes, sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão a ser apresentada à Comissão de Acompanhamento e, posteriormente transmitida à Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2003 e, consequentemente, a falta de rigor na atribuição da reserva de eficiência.*

656. Assim, no domínio do Sistema de Informação são, desde já, identificáveis alguns reajustamentos que se afiguram vantajosos, à luz da gestão, acompanhamento e avaliação das diversas componentes de financiamento do PORLVT:

- i. determinação do recobrimento máximo da informação apurável para todos os fundos e sua posterior integração numa base de dados com registo uniforme, relevando-se a existência de ficheiros com registos de desenho específico para cada um dos fundos;
- ii. compatibilização da codificação de informação qualitativa relevante para os processos de apreciação, aprovação, gestão, acompanhamento e avaliação de projectos;
- iii. flexibilidade do SI no sentido de se poder conceber e desenhar relatórios personalizados que retirem todas as vantagens da existência de uma BD relacional (apuramentos e cruzamentos de informação personalizados pelo utilizador) a partir de um interface atractivo (boa construção gráfica), simples (bom desenho da sequência de tarefas a executar) e eficaz (internamente securizado e com uma boa gestão de erros).

657. A informação e os processos a integrar na base de dados devem compreender os blocos possíveis de input e output sobre o acompanhamento dos projectos e respectivos procedimentos de suporte, nomeadamente:

³³ Tribunal de Contas (2003), *Desenvolvimento e Gestão do Acesso a Bases de Dados da DGT, DGO, DPP e DGDR relativas ao PIDDAC e Fundos Comunitários*, Relatório DIV nº 01/2003 – 2ª Secção, Maio de 2003.

- informação de gestão (geral – características associadas ao projecto; e específica – despesas, pagamentos e níveis de realização física);
- informação interna referente à apreciação das candidaturas (nomeadamente ao nível das metas propostas);
- informação de retorno e auto-avaliação do projecto pelo promotor (através, por exemplo, da uniformização dos processos informativos relativos ao cumprimento de prazos, problemas encontrados e níveis de realização física e de grau de cumprimento das metas propostas);
- informação interna relativa à avaliação dos resultados do projecto (cruzamento entre a informação prestada pelo promotor e os indicadores quantificados de resultados esperados).

10.3. APRESENTAÇÃO E APRECIACÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

658. A análise do processo de selecção dos projectos, nomeadamente dos seus critérios de selecção, permite constatar a existência de um esforço significativo da estrutura de gestão do PORLVT na consolidação de um conjunto de procedimentos que, de forma superlativa em relação aos critérios definidos no complemento de programação, contribuem para aumentar a objectividade e a selectividade dos critérios utilizados na análise e selecção dos projectos candidatos a este Programa. A preocupação da gestão do PORLVT na tentativa de tornar mais claros e objectivos os critérios de selecção do PO traduz-se na edição de um documento – “Critérios de Selecção” – que foi apresentado em Comissão de Acompanhamento em Junho de 2002, cuja aplicação foi testada ao longo do último semestre de 2002, tendo sido efectuados ajustamentos que se encontram sistematizados num novo documento que foi aprovado em Abril de 2003.

659. Antes de realizar a apresentação dos critérios de selecção contidos nesse documento, efectua-se uma primeira leitura dos critérios de selecção definidos no complemento de programação, assim como dos procedimentos complementares adoptados, que visam assegurar que os projectos candidatos se enquadram nos objectivos específicos das medidas, que a “boa” execução do Programa permite cumprir a “regra n+2” e que a selectividade dos projectos é adequada.

10.3.1. Eixo 1 - Medidas Contratualizadas, Formação para o Desenvolvimento, Acções Específicas de Valorização Territorial

660. A análise dos critérios de selecção contidos no complemento de programação permite identificar a existência de um conjunto alargado de condições de elegibilidade (“condições de acesso das entidades” e “condições de acesso dos projectos”) que são, praticamente, comuns para as

medidas contidas nos eixos 1 e 2. Os critérios de selecção, propriamente ditos, encontram-se listados na rubrica: “prioridade na afectação de verbas”. A sua análise revela a existência de um conjunto de factores cuja amplitude dificulta a hierarquização do mérito dos projectos. Por outro lado, a referida abrangência de alguns factores listados como “prioridades na afectação de verbas” atribuem ao Programa algum grau de flexibilidade e de capacidade de adaptação às características dos projectos e às necessidades específicas dos promotores.

661. Procurando não repetir a listagem de condições de acesso das entidades, das condições de acesso dos projectos e dos factores considerados como prioritários para a afectação de verbas, inscritos no Complemento de Programação, a análise dos critérios de selecção previstos no complemento de programação foi realizada através da identificação de um conjunto de características comuns, cujo esforço de sistematização se apresenta no próximo quadro.

QUADRO 10-11: SÍNTESE DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PREVISTOS NO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

	Complemento de Programação
Condições Gerais de Acesso das Entidades	<ul style="list-style-type: none"> Formais (Adequação institucional e legal); Substanciais (Determinação da capacidade).
Condições de Acesso dos Projectos	<ul style="list-style-type: none"> Integração formal no programa; Requisitos legais e técnicos; Dimensão; Viabilidade Económica; Tempo de execução; Não duplicação dos apoios do QCA.
Prioridades na Afectação das Verbas	<ul style="list-style-type: none"> Impacto na estratégia e consistência com as prioridades; Sustentabilidade; Contributo para metas estabelecidas; Parcerias/Contratualização; Completados por: Indicadores de realização, resultados e eficiência adequados a cada medida específica.

662. Para além da aplicação da tipologia de critérios de selecção sintetizados, verifica-se que, para as medidas contratualizadas do eixo 1 (medida 1.1, 1.2 e 1.3), os projectos são enquadrados por Planos de Acção efectuados ao nível das Associações de Municípios do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste e pela Junta Metropolitana de Lisboa, que, para além de situarem a intervenção no âmbito da estratégia de desenvolvimento regional, listam, por medida e por concelho, os projectos considerados prioritários para o seu desenvolvimento e apresentam para cada um deles a sua programação física e financeira. A repartição de verbas por concelhos foi feita com base

nos critérios seguidos pela “Lei das Finanças Locais” (e no conjunto de parâmetros contidos no FEF).

663. Com base nos Planos de Acção, foi estabelecido um contrato-programa entre a CCR e cada uma destas entidades conferindo-lhes autonomia na gestão até ao limite da programação financeira por medida acordada.

10.3.2. Eixo 2 – VALTEJO e Formação e Empregabilidade

664. A selecção dos projectos da Acção Integrada VALTEJO (medida 2.3) foi efectuada tendo por base um Programa Estratégico e Operacional³⁴ formulado para as NUTE III Lezíria e Médio Tejo que apresenta a seguinte estrutura: (1) enquadramento territorial, (2) uma acção integrada de base territorial, (3) objectivos, (4) ancoragens estratégicas, (5) programas estratégicos, (6) articulação com os sectores, (7) listagem de projectos, (8) quadro financeiro, (9) organização e gestão e (10) fichas de enquadramento histórico.

665. Constituído a partir de uma filosofia de abordagem integrada do território (assente numa “*óptica de sistema, ou seja, na valorização de um conjunto de elementos, materiais e imateriais, que dependem reciprocamente uns dos outros de maneira a formarem um todo organizado, um todo complexo, cujas partes estão interligadas e formam uma unidade*”³⁵), o programa estratégico desenvolve-se em torno de três áreas de intervenção denominadas “ancoragens estratégicas” que agrupam os seguintes concelhos:

- Ancoragem estratégica 1 – Abrantes / Constância / Vila Nova da Barquinha / Chamusca (Arripiado)
- Ancoragem estratégica 2 – Santarém / Alpiarça / Almeirim
- Ancoragem estratégica 3 – Cartaxo (Valada) / Azambuja / Salvaterra de Magos / Benavente

A partir destas áreas de abordagem estratégica, o VALTEJO define os seguintes programas estratégicos:

- Despoluição da Bacia do Tejo;
- Parque de Almourol;
- Vala de Alpiarça;
- Valorização Ambiental e Patrimonial.

³⁴ De Setembro 2000.

³⁵ p.14 Programa Estratégico e Operacional.

Para cada um dos quatro programas estratégicos referidos acima, é apresentada uma lista de projectos.

10.3.3. Apresentação do Documento: “Critérios de Selecção”

666. Ao longo deste ponto, apresentam-se acções que foram tomadas pela gestão do Programa no sentido de tornar mais objectivos os critérios de selecção e de estreitar a grelha de selectividade, o que se poderá revelar um passo importante na gestão do processo de “*phasing out* em curso”.

667. Refira-se que os critérios de selecção a seguir apresentados representam um processo de objectivação gradual e complementar aos definidos no Complemento de Programação, cuja primeira versão foi apresentada em Junho de 2002 e que, após a realização de período experimental que decorreu ao longo do último semestre de 2002, foram objecto de alguns ajustamentos metodológicos que deram origem ao documento – Critérios de Selecção do PORLVT – que foi aprovado em Comissão de Acompanhamento em Abril de 2003.

668. O método adoptado baseia-se numa estrutura-tipo de critérios aplicada em geral às Medidas do Eixo 1 (medidas 1.1, 1.2, 1.3, 1.5), com algumas adaptações. A aplicação da grelha de critérios é avaliada na base de 3 níveis de avaliação: elevado, com pontuação 5; médio, com pontuação 3; e reduzido, com pontuação 1.

A grelha geral de critérios inclui:

- CRITÉRIO 1 - Impacto na estratégia de desenvolvimento da Região
- CRITÉRIO 2 - Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional
- CRITÉRIO 3 - Contributo para as metas e indicadores do PORLVT
- CRITÉRIO 4 - Efeito estruturante ou multiplicador
- CRITÉRIO 5 - Complementaridades
- CRITÉRIO 6 - Parcerias
- CRITÉRIO 7 - Mérito e qualidade do projecto
- CRITÉRIO 8 - Sustentabilidade económica do projecto

QUADRO 10-12: GRELHA-TIPO DE AVALIAÇÃO DOS PROJECTOS

**Eixo Prioritário 1 – Factores de Ponderação dos
Critérios de Avaliação por Medidas e Tipos de Projectos**

Medidas	Medida 1.1						Medida 1.2						Medida 1.3	Medida 1.4	Medida 1.5		
	AC		EQ		IEAC		SB		QU		PAH						
1. Impacto na estratégia de desenvolvimento da região	2,0		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		2,0	1,5	2,0
2. Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional	2,0		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		2,0	2,0	2,0
3. Contributo para as metas e indicadores do PORLVT	1,5		2,0		2,0		2,0		2,0		2,0		2,0		1,5	2,0	1,5
4. Efeito estruturante ou multiplicador	1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5		1,5	1,0	1,5
5. Complementar.	1,5		1,0		1,0		2,0		1,0		1,0		1,0		1,5		1,5
6. Parcerias	1,0		1,0		2,0		1,0		1,0		1,0		1,0		1,0	1,0	1,0
7. Mérito e qualidade do projecto	1,0		2,0		1,0		1,0		2,0		2,0		2,0		1,0	2,0	1,0
8. Sustentabilidade económica do projecto	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	1,5	n/a	n/a	n/a	n/a	1,5
Soma dos factores de ponderação	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	12,0	10,5	95	10,5	12,0	
Valor mínimo de aprovação dos projectos	26,2	30,0	26,2	30,0	26,2	30,0	26,2	30,0	26,25	30,0	26,25	30,0	26,5	23,75	26,2	30,0	

n/a – não aplicável

AC - Acessibilidades

SB – Saneamento Básico

EQ – Equip. de utilização colectiva

QU – Qualificação Urbana (espaço público)

IEAC – Infraest. e Equip. destinados às Act. Económicas

PAH – Património Arquitect. e Histórico

669. Relativamente ao eixo 3, regista-se, igualmente, a existência de um processo de objectivação gradual dos critérios de selecção, verificando-se que o documento “Critérios de Selecção” em vigor apresenta também os critérios de selecção das medidas deste eixo, não só os expressos ao nível do Complemento de Programação, mas também os regulamentos específicos actualmente consagrados na lei. Neste sentido, destaca-se pela positiva o esforço de objectivação dos critérios

de selecção efectuada ao nível da medida 3.17, em que foi desenvolvida uma metodologia de análise multi-critério para análise e selecção dos projectos candidatos no âmbito deste medida.

**Eixo Prioritário 2 – Factores de Ponderação dos
Critérios de Avaliação por Medidas e Tipos de Projectos**

Medidas	Medida 2.1		Medida 2.2	Medida 2.3		Medida 2.4
Critérios						
1. Impacto na estratégia de desenvolvimento da região		2,0	2,0	1,5		1,5
2. Integração na estratégia de desenvolvimento sub-regional		2,0	2,0	1,5		2,0
3. Contributo para as metas e indicadores do PORLVT		2,0	2,0	2,0		2,0
4. Efeito estruturante ou multiplicador		2,0	2,0	1,5		1,0
5. Complementaridades		1,0	1,0	1,0		1,0
6. Parcerias		1,5	1,5	1,0		1,0
7. Mérito e qualidade do projecto		2,0	2,0	2,0		2,0
8. Sustentabilidade económica do projecto	n/a	1,5	n/a	n/a	1,5	n/a
Soma dos factores de ponderação	12,5	14	12,5	10,5	12,0	10,5
Valor mínimo de aprovação dos projectos	31,25	35	31,25	26,25	30	26,25

n/a – não aplicável

Refira-se, contudo que, dentro deste eixo, para as medidas a que se podem candidatar promotores privados, nomeadamente no âmbito do FSE e algumas acções da medida 3.15 do FEOGA, se aplica, desde o início da implementação do Programa, uma grelha objectiva de critérios de selecção que se encontra regulamentada através de legislação própria.

670.A análise das condições de elegibilidade por parte dos promotores inquiridos aponta para valores de classificação no ponto médio da escala utilizada, quer quanto às condições de acesso das entidades quer quanto às condições de acesso dos projectos.

**QUADRO 10-13: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA ÀS
CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO PROGRAMA**

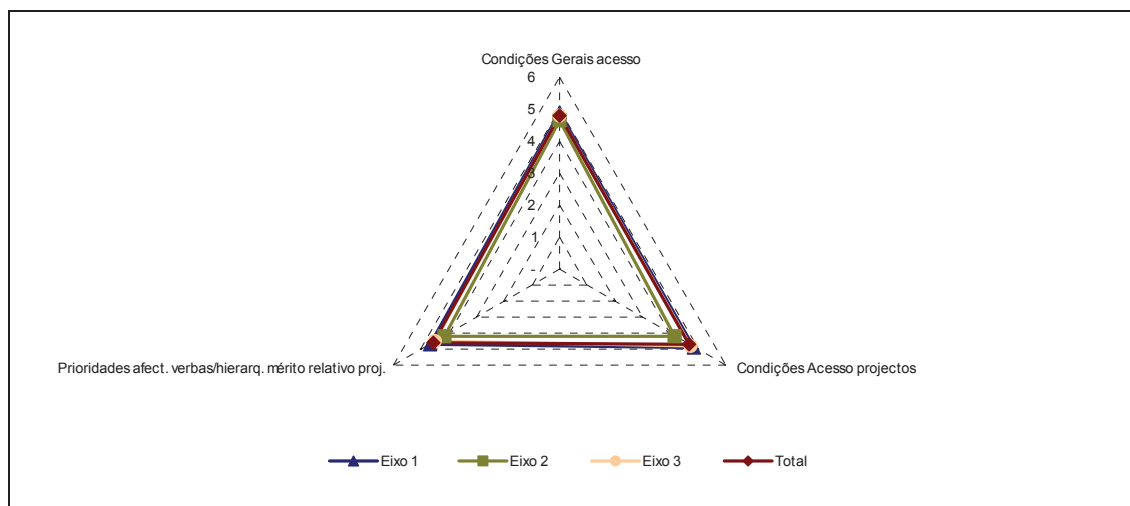
Grau de dificuldade	Média
Grau de dificuldade de inserção da sua instituição nas condições de elegibilidade definidas para os promotores	3,1
Grau de dificuldade de inserção do seu projecto inicial nas condições de elegibilidade definidas para os promotores	3,2

Escala: 1 = reduzido; 6 = elevado

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

671. A análise dos resultados dos inquéritos, quer aos responsáveis pela gestão quer aos promotores do Programa, permite identificar a existência de uma posição semelhante quanto à adequação dos critérios de selecção utilizados, verificando-se, por uma lado que os responsáveis pela gestão avaliam positivamente os parâmetros de análise dos projectos, que variam entre a média 4 e 5 da escala utilizada, e por outro lado, que a grande maioria dos promotores (79%) considera adequado o grau de selectividade do Programa.

GRÁFICO 10-19: ADEQUAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PREVISTOS NO PO



Fonte: Equipa de Avaliação – Inquérito realizado aos responsáveis pela gestão do PORLVT.

QUADRO 10-14: AVALIAÇÃO DOS PROMOTORES RELATIVA AO GRAU DE SELECTIVIDADE DO PROGRAMA

Avaliação	% de respostas
Elevado	14,0%
Adequado	79%
Insuficiente	7,0%
Inexistente	0,0%

Fonte: Inquérito aos Promotores do PORLVT

10.4. AVALIAÇÃO GLOBAL DO SISTEMA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

672. A eficiência da implementação do Programa tem sido marcada por um conjunto de aspectos exógenos de natureza estruturante que os responsáveis pela Gestão tiveram que resolver em simultâneo:

- i. gestão do processo de *phasing-out* da região de Lisboa e Vale do Tejo (verificando-se que a programação financeira se encontra concentrada nos primeiros três anos), que, a par da regra “n+2” e da regra dos “18 meses”, impuseram a necessidade de imprimir um forte ritmo de execução;
- ii. necessidade de implementar todo o edifício jurídico administrativo do PO e das várias medidas sectorialmente desconcentradas – que, em alguns casos, registaram um arranque tardio –, ao mesmo tempo que foi necessário recrutar e formar os técnicos pertencentes à Estrutura de Apoio Técnico da coordenação do Programa;
- iii. restrições impostas pelas Finanças Públicas que dificultam a capacidade de assegurar a comparticipação nacional dos projectos, a capacidade de contratação de novos técnicos e impuseram, ainda, novas regras limitativas do financiamento das autarquias. Este aspecto é particularmente relevante para a capacidade de execução dos projectos promovidos pelos municípios, que, em muitos casos, saíram das eleições autárquicas de Dezembro de 2001 com uma situação financeira debilitada;
- iv. insuficiências nos sistemas de informação dos Fundos que condicionaram a capacidade de articulação entre a coordenação do PO e os coordenadores das medidas desconcentradas (este aspecto, pela sua importância, encontra-se desenvolvido infra em ponto autónomo).

673. A análise da gestão global do PORLVT permite verificar a existência de uma combinação adequada entre gestão estratégica efectuada ao nível do Gestor, coadjuvado pelos gestores de eixo – orientação para o cumprimento dos objectivos do PO –, e gestão operacional – orientação para a utilização eficiente dos recursos financeiros, físicos e humanos. Regista-se a existência de uma cadeia de responsabilidades bem definida e laços de coesão entre a equipa de coordenação do Programa, extensível à sua Estrutura de Apoio Técnico.

A capacidade de coordenação e articulação institucional (particularmente importante e exigente ao nível do Eixo 3) do Gestor do Programa é reconhecida pela generalidade dos responsáveis da gestão ao nível das medidas desconcentradas.

Da mesma forma, ao nível da gestão do Eixo 1, foi possível constatar a existência de uma liderança activa das medidas coordenadas, particularmente importante no acompanhamento da implementação dos contratos-programa assinados com as Associações de Municípios (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e com a Junta Metropolitana de Lisboa, através do estabelecimento de mecanismos de concertação e de resposta aos objectivos contratualizados.

Ao nível da gestão do Eixo 2, nomeadamente da medida 2.3 – VALTEJO, regista-se a capacidade de articulação de projectos e instituições de nível supramunicipal e o permanente acompanhamento da evolução dos projectos, desde a fase de concepção até à sua plena execução física.

674. Do ponto de vista da adequação de recursos existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à Gestão do Programa, verifica-se, desde a concepção do Programa³⁶, a aposta em estruturas pouco numerosas. As restrições legais à contratação de técnicos (nomeadamente sobre a utilização de contratos a termo certo), resultantes das políticas de contenção da despesa pública, reduziram a capacidade de resposta da Gestão e tiveram, designadamente, consequências negativas na capacidade de recrutamento de técnicos para a EAT Controlo (cujo quadro ainda não está preenchido), limitando, assim, o potencial operacional das acções de controlo de 1º nível.

Para além destes aspectos, ao nível da gestão dos recursos foi necessário responder aos seguintes desafios operacionais:

- i. existência de dificuldades associadas à implementação e operacionalização dos Sistemas de Informação dos Fundos (SIFEC, SIIFSE e SIADRU);
- ii. necessidade de estar em permanente articulação com as EAT das medidas contratualizadas e das medidas desconcentradas (numa fase de implementação do Programa);
- iii. necessidade de contribuir para a execução acelerada do PO resultante do processo de *phasing-out*;

o que originou, no seu conjunto, fortes pressões sobre a gestão operacional do Programa.

Com a entrada do Programa em fase de “cruzeiro” e com o aumento da execução dos projectos, regista-se a necessidade de envolver mais pessoas na realização de tarefas de acompanhamento,

³⁶ O número de pessoas afectas à EAT da Coordenação do Programa e à EAT de Controlo foi regulado através de legislação.

o que pode requerer a formação de alguns técnicos ou, em algumas áreas específicas, o recurso a técnicos especializados.

675. As tarefas de gestão corrente do Programa têm sido dificultadas pelas lacunas existentes ao nível do Sistema de Informação central dos Fundos, pela sua implementação tardia e pela falta de formação dos utilizadores. Os Sistemas de Informação dos Fundos têm sido utilizados essencialmente para a gestão do módulo de pagamentos, sendo a utilização destes sistemas, quase sempre, interpretada como mais uma formalidade/burocracia administrativa a cumprir do que como um instrumento relevante de apoio à gestão, nomeadamente na orientação da selectividade e da qualidade dos projectos e na monitorização da procura dos meios disponibilizados.

Os sistemas de informação existentes apenas parecem dar resposta às questões relacionadas com o controlo da execução física e, sobretudo, financeira dos projectos, sendo muito limitados em relação a outras áreas fundamentais do processo de gestão do Programa, nomeadamente a análise dos prazos de tramitação associados às várias fases do ciclo do projecto e na área de avaliação de resultados e impactes.

A operacionalização tardia e a pouca formação dos utilizadores tem-se traduzido na existência de dificuldades na extracção de informação de apoio à gestão, em problemas de migração de dados, no dispêndio de um número elevado de horas no carregamento manual de dados, que, para além de constituir um factor de risco quanto à fiabilidade da informação, implica a subutilização das capacidades dos recursos humanos existentes (podendo originar desmotivação), gera ineficiências e o estabelecimento de rotinas pouco compreensíveis, tendo em consideração as capacidades tecnológicas existentes actualmente.

Devido aos atrasos na implementação dos sistemas de informação centralizados, cada Estrutura de Apoio Técnico, incluindo a da coordenação, criou o seu próprio sistema de informação, quase sempre baseado em folhas de Excel ou Access, de acordo com as suas capacidades técnicas na área de informática (em alguns casos a partir de aplicações já desenvolvidas em anteriores QCA). É a partir destas aplicações que os coordenadores das medidas e a Gestão do Programa retiram a informação que utilizam no apoio à tomada de decisão e na monitorização do PO.

A obtenção de informação centralizada de apoio à gestão e a elaboração dos “tableaux de Bord” (que se afiguram, na generalidade dos casos, bem estruturados) obrigam à concentração de esforços de uma percentagem considerável dos recursos das EAT, o que penaliza a realização de outras tarefas de gestão corrente.

Tendo em consideração todas estas dificuldades, a Gestão do PO adjudicou, recentemente, o desenvolvimento de um sistema de informação para o PORLVT que tem como um dos objectivos principais a articulação com os sistemas de informação dos diversos organismos, o que terá, também, reflexos positivos na capacidade de acompanhamento dos projectos e no relacionamento com os promotores, nomeadamente na capacidade de os informar sobre a situação dos seus projectos.

A actual inconsistência a nível dos SI é um dos factores críticos determinantes da eficácia do Programa nos aspectos relacionados com a gestão e estrutura de acompanhamento, sendo por isso importante que os esforços já desencadeados produzam resultados urgentemente.

676.A experiência de contratualização do PORLVT apresenta virtualidades quer ao nível da execução, contribuindo para o potencial reforço da eficácia do Programa, quer ao nível da concertação das procuras, contribuindo para a potencial harmonização entre o nível local e regional na relação entre projectos e objectivos, com vantagens para os promotores e para a gestão global do Programa.

A implementação dos contratos-programa (gestão técnica, administrativa e financeira de projectos), nomeadamente nas medidas 1.1, 1.2 e 1.3, tem-se revelado uma experiência positiva, promotora de mecanismos de cooperação e de parceria institucional e de aplicação do princípio da subsidiariedade, configurando um caso de “boas práticas” que deve ser continuado e desenvolvido (nomeadamente, tendo em consideração a perspectiva de no próximo período de programação poder ser dado maior ênfase à transnacionalidade da política regional comunitária, onde os princípios da subsidiariedade e das parcerias deverão sair reforçados).

A implementação do regime de contratualização com entidades relevantes a nível regional reforça a importância da actuação da Gestão do Programa ao nível estratégico, em aspectos relacionados com a prossecução dos objectivos do PO e dos seus domínios de actuação, a promoção de equidade entre sub-regiões e a articulação entre os níveis regional e sectorial.

677.A experiência de desconcentração encetada ao nível do eixo 3, apesar de registar desequilíbrios na concepção relacionados com a forma diferenciada como os vários PO sectoriais se integraram no Programa Regional, que se reflecte na capacidade de prossecução dos objectivos definidos na estratégia de desenvolvimento da região, merece, contudo, uma avaliação positiva, devendo, por isso, ser prosseguida e aprofundada.

O modelo de articulação implementado entre a administração pública regional e sectorial, que representa o aspecto mais inovador ao nível organizacional do QCA (tendo registado algumas resistências e dúvidas iniciais sobre a sua adequabilidade), provou a sua utilidade e as vantagens

associadas à articulação dos domínios de intervenção sectorial no âmbito regional são, hoje, plenamente, reconhecidas. Regista-se, desta forma, a emergência de uma “nova cultura” de partilha de informação, conhecimentos e experiências e de concertação de esforços.

No âmbito desta experiência de desconcentração das intervenções sectoriais ao nível regional, regista-se a ocorrência de uma grande banda de variação, geradora de desequilíbrios, na forma e nos meios canalizados ao nível das várias medidas.

Ao nível da Gestão, este modelo de desconcentração introduz novos desafios que devem ser considerados no futuro:

- i. Ao nível estratégico, requer a integração, desde a fase de concepção do Programa, entre objectivos de desenvolvimento regional e objectivos de natureza sectorial;
- ii. Ao nível operacional, deve ser suportado por sistemas de informação que integrem, desde o primeiro momento, os serviços do gestor do Programa Regional com os coordenadores das medidas sectorialmente desconcentradas;
- iii. Ao nível do perfil do gestor, implica que, para além da capacidade técnica, exista uma boa capacidade de relacionamento inter-pessoal e de articulação institucional;
- iv. Ao nível organizacional, deve ser ponderada a criação da figura de gestor do eixo 3 que coadjuve o Gestor do Programa, à semelhança do que acontece com os eixos 1 e 2.

678.A qualidade do sistema de controlo actualmente implementado no PORLVT obedece aos princípios previstos ao nível do QCA e do PO.

A Estrutura de Apoio Técnico da coordenação do PO foi implementada no princípio de 2002, imediatamente após a publicação de legislação (RCM 172/2001, de 26 de Dezembro) que constituiu as estruturas organizacionais necessárias ao controlo de 2º nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de 1º nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais regionais do QCA III.

A actuação desta EAT pauta-se pelos princípios da segregação de funções e pela articulação com o Sistema Nacional de Controlo (SNC) de forma a assegurar que os controlos realizados abrangerão, pelo menos, 5% das despesas elegíveis totais dos projectos aprovados, conforme previsto pelos regulamentos comunitários. A selecção da amostra a controlar obedece aos critérios definidos pelo SNC do QCAIII e procura ter em consideração, entre outros aspectos, para cada um dos Fundos que co-financiam o Programa, o factor de risco dos beneficiários, o montante de investimento elegível e a fase da execução do projecto.

Tendo registado limitações na capacidade de completar o quadro técnico, conforme foi acima referido, as acções de controlo têm-se verificado, essencialmente, através da contratação de auditores externos pré-qualificados pela gestão do FEDER e FSE. No âmbito da responsabilidade sobre o controlo do 1º nível, o Gestor do Programa e o Coordenador da Medida 3.15 estabeleceram um protocolo com o IFADAP relativamente à execução de auditorias de controlo no âmbito desta medida.

O manual de procedimentos relativo a acções de controlo, certificando os procedimentos utilizados por cada um dos Fundos Estruturais, está elaborado e enquadra a acção desta EAT.

A percentagem de despesa controlada, pelo 1º nível, para o total do PO, em 2002, foi de 6,3%, (subindo esta percentagem para 8,2% quando adicionadas as acções de controlo de entidades responsáveis de nível superior) existem, no entanto, desequilíbrios na percentagem de despesa elegível controlada em cada um dos Fundos, verificando-se que o FEDER atingiu, durante esse ano, uma taxa de 9,3%, o FSE situou-se em 2,6% e o FEOGA em 1%.

679. Ao nível dos critérios de selecção, verifica-se uma forte preocupação da Gestão na selecção de projectos em função de objectivos claramente definidos, expressa, nomeadamente, através da definição de grelhas de análise e avaliação do mérito relativo de projectos, aspecto que se afigura especialmente importante na gestão do processo de *phasing-out* da região.

Para além dos critérios de selecção previstos no Complemento de Programação, contendo “condições de acesso das entidades” e “condições de acesso dos projectos”, procura-se através do conjunto de critérios definidos na rubrica “prioridades de afectação de verbas” proceder à hierarquização do mérito relativo dos projectos candidatos à aprovação no âmbito do PORLVT.

Para além deste documento, verifica-se ao nível das medidas contratualizadas do eixo 1, que a selecção dos projectos se fez tendo como suporte a elaboração de um Plano de Acção, para cada Associação de Municípios e para a Junta Metropolitana de Lisboa, que enquadra a lista dos projectos prioritários, por medida e concelho, na estratégia de desenvolvimento regional e apresenta para cada projecto a sua programação física e financeira.

Da mesma forma, ao nível da Acção Integrada VALTEJO, medida 2.3, a selecção dos projectos foi efectuada tendo por base um Programa Estratégico e Operacional.

De forma supletiva em relação aos critérios definidos no Complemento de Programação, a Gestão do Programa iniciou um processo de objectivação dos critérios associados à selecção de projectos que resultou num primeiro documento sobre “Critérios de Selecção de Projectos”, apresentado em Comissão de Acompanhamento em Junho de 2002. Este documento definiu “grelhas tipo de avaliação de projectos”, para diversas medidas do PO, cuja aplicação foi testada

durante um período experimental de seis meses. Os ajustamentos efectuados encontram-se actualmente explicitados num novo documento que foi aprovado em Abril de 2003. Este documento, para além de descrever os critérios de avaliação e os factores de ponderação associados à selecção dos projectos a analisar, medida a medida, no âmbito do PO, para as medidas do eixo 1 e 2, apresenta também os critérios de selecção das medidas do eixo 3, não só os expressos ao nível do Complemento de Programação, mas também os regulamentos específicos actualmente em vigor.

Todavia, apesar deste processo de objectivação gradual dos critérios de selecção para o conjunto das medidas em que os promotores são agentes da administração pública, verificou-se, para o conjunto restrito de medidas a que se podem candidatar promotores privados (algumas medidas do FSE e algumas acções da medida 3.15 do FEOGA), a aplicação, desde o início do PO, de uma grelha objectiva de critérios de selecção, consagrada legalmente.

III PARTE
O CONTRIBUTO DO PROGRAMA PARA OS
GRANDES OBJECTIVOS E PRIORIDADES
NACIONAIS E COMUNITÁRIAS

11. A CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO QCA EM PORTUGAL

11.1. OS EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO DO QCA III

680.O presente ponto do relatório visa avaliar em que medida o PORLVT contribui para a concretização dos objectivos estratégicos do QCA III, de acordo com a metodologia sugerida no Guia para a Avaliação Intercalar deste Quadro Comunitário. Neste sentido, analisaram-se os impactes específicos das várias medidas consagradas no Programa para cada um dos objectivos estratégicos do QCA e respectivas dimensões analíticas. Efectuou-se ainda, a este propósito, uma identificação dos impactes relevantes tendo em conta os objectivos e tipologias de projectos das diversas medidas do PO e o seu peso ao nível da programação financeira do Programa, possibilitando, desta forma, uma medida de hierarquização das diferentes cadeias de impactes do QCA. Este capítulo encontra-se estruturado em dois pontos. No primeiro analisa-se a forma como os diferentes PO do QCA contribuem para os domínios estratégicos do QCA. No segundo avalia-se o contributo específico do PORLVT para as diferentes cadeias de imapcte do QCA.

11.1.1. *Enquadramento global das prioridades estratégicas do QCA III*

681.O desenvolvimento da globalização, nas suas múltiplas vertentes, a liberalização progressiva do comércio internacional sob a égide da OMC, na sequência da última ronda do GATT, o aprofundamento e alargamento da União Europeia, com a consolidação do mercado interno, a construção da União Económica e Monetária, a instituição da moeda única e a integração a curto prazo dos países da Europa Central e Oriental, e a aceleração e difusão horizontal do progresso tecnológico, associadas à emergência das novas tecnologias de informação e comunicação e à redução continuada do ciclo de vida das tecnologias, processos e produtos, têm vindo a colocar um conjunto muito importante de desafios, difíceis e inadiáveis, à economia e empresas portuguesas e, em termos globais, à nossa sociedade, como um todo.

São desafios competitivos que se colocam, sobretudo, ao nível das estruturas, das organizações, da logística, dos recursos humanos e das competências tecnológicas, técnicas, organizacionais, comerciais e de gestão disponíveis.

682. Portugal viveu na última década, nomeadamente, um conjunto assinalável de progressos na área nominal, com a redução progressiva das taxas de inflação e de juro e com a participação activa na introdução da moeda única. Com a criação da União Económica e Monetária, a política monetária e cambial passou para a esfera supranacional e reforçaram-se os mecanismos de coordenação ao nível orçamental e fiscal com a implantação do Pacto de Estabilidade e de Crescimento.

Esta evolução nominal não foi, no entanto, suficientemente acompanhada por um processo sustentado de convergência real e estrutural com as economias mais avançadas da União. A sociedade portuguesa e as suas regiões continuam, assim, a apresentar, neste novo enquadramento económico global, significativos problemas estruturais associados a um posicionamento competitivo bastante limitado, que condicionam, de forma inexorável, o seu necessário processo de convergência e alinhamento estrutural, nos planos nacional e regional, com as sociedades mais modernas e avançadas da Europa.

683. Os desafios colocados pelo novo quadro competitivo são, assim, sobretudo, de natureza real e estrutural. No entanto, eles têm de ser encarados e vencidos num quadro de rigor nominal, onde a estabilidade macroeconómica e a disciplina orçamental surgem como condições necessárias para a aceleração e dinamização dos investimentos de médio e longo prazo susceptíveis de permitir a construção de novas vantagens competitivas.

684. Compreende-se com naturalidade, neste quadro, a decisão que correspondeu à eleição dos quatro grandes eixos prioritários de intervenção do III Quadro Comunitário de Apoio a Portugal, materializados, cada um deles, num conjunto de intervenções operacionais, articuladas com outras políticas nacionais na promoção do ajustamento competitivo da sociedade e economia portuguesas. Os quatro eixos estratégicos do QCA III correspondem, deste modo, a outras tantas dinâmicas de mudança numa resposta positiva aos desafios atrás identificados:

- Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social (dinâmica de qualificação de pessoas)
- Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro (dinâmica de qualificação de actividades)
- Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país (dinâmica global de valorização do território)
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional (dinâmica de desconcentração e participação associada ao desenvolvimento local e regional)

11.1.2. Os grandes domínios de análise do impacte global das intervenções

685.O QCA III assume como três grandes domínios prioritários de intervenção a qualificação das pessoas e das actividades e a valorização do território. A actuação a estes três níveis é prosseguida em simultâneo pelas diversas intervenções operacionais, no entanto, a arrumação dos programas por eixos no QCA segue de alguma forma esta lógica de intervenção, estando os dois primeiros eixos mais focalizados, respectivamente, na qualificação das pessoas e das actividades e os dois últimos na qualificação do território.

A Qualificação de Pessoas

686.O ajustamento estrutural e competitivo da sociedade, economia e empresas portuguesas está muito dependente dos resultados produzidos na formação, qualificação, motivação, polivalência e responsabilização dos recursos humanos, no fomento de uma cultura científica e tecnológica liderante e da inovação, nas suas múltiplas vertentes, na generalização da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, na valorização económica e social das actividades culturais e na melhoria do acesso às mesmas e ainda, na melhoria dos cuidados de saúde, que se pretendem mais eficientes e qualificados.

687.A existência de um eixo prioritário no QCA III especialmente dedicado à qualificação de pessoas está, no enquadramento traçado, perfeitamente justificada. Este objectivo estratégico materializa-se, principalmente, através de seis intervenções operacionais sectoriais (Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sociedade da Informação, Saúde e cultura), onde se assumem os seguintes grandes objectivos intermédios e específicos:

- Promover a aprendizagem ao longo da vida e a formação e qualificação das novas gerações por forma a melhorar a empregabilidade da população activa e a adaptabilidade das empresas e trabalhadores, minimizando o risco de desemprego, nomeadamente de natureza estrutural;
- Melhorar a qualidade do ensino básico, contribuindo para uma cultura de iniciativa, responsabilidade e de cidadania activa;
- Promover uma cultura científica e tecnológica liderante, a inovação e a construção de uma verdadeira sociedade de conhecimento, apostando na formação e qualificação dos recursos humanos, no reforço da participação do sector produtivo no sistema científico e tecnológico e na criação de uma rede moderna e coerente de I&D, na mobilização da capacidade de cooperação internacional em Ciência & Tecnologia, no desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica do país e

na promoção das transferências de tecnologia e de produção científica internacionalmente competitiva;

- Promover a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação e combater a exclusão informática, ao mesmo tempo que se estimula o desenvolvimento de competências e conteúdos;
- Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego, melhorando e equilibrando, em termos espaciais, as condições de acesso à mesma;
- Melhorar os níveis de eficiência da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

A Qualificação de Actividades

688. A necessidade de promover uma aumento global e sustentado da competitividade da Economia Portuguesa justifica uma actuação especificamente direccionada para as actividades produtivas. Os objectivos do eixo 2 do QCA são prosseguidos sobretudo através dos programas sectoriais da Economia, da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas.

689. Na área da economia enquadram-se, por um lado, intervenções ao nível da envolvente competitiva das empresas e, por outro, intervenções sobre os factores de competitividade das empresas e a promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento competitivo. Pretende-se estimular a inovação e alterar o perfil produtivo nacional de forma de compatibilizar o ajustamento competitivo de actividades de forte especialização relativa portuguesa, com o desenvolvimento de indústrias emergentes, ligadas, em particular, à introdução e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e a uma nova forma de encarar o relacionamento ambiental, mais ofensiva, enquanto factor indutor de competitividade, de que é exemplo o desenvolvimento das chamadas eco-indústrias.

690. A intervenção no âmbito da agricultura e desenvolvimento rural procura assegurar uma articulação efectiva entre uma actividade moderna e competitiva e o desenvolvimento sustentável do chamado mundo rural nas suas vertentes económica, social, ambiental e cultural.

691. A actuação ao nível das pescas pretende promover um esforço de consolidação da actividade pesqueira, ultrapassando limitações existentes a jusante, ao nível da colocação dos produtos nos mercados e da insuficiente ligação à indústria transformadora, e a montante, quer ao nível da qualidade das águas costeiras e, sobretudo, dos estuários e da preservação do pescado, quer em termos de apetrechamento técnico.

A Valorização do Território

692. A competitividade de base territorial tem vindo a ganhar importância como referência para o desenho e execução das políticas públicas orientadas para o estímulo dos processos de desenvolvimento, convergência e coesão com expressão relevante, nomeadamente, ao nível regional e local.

693. A constatação da relevância do território como elemento de coesão do todo nacional e de integração de Portugal na economia global está bem presente no QCA III, assumindo-se, enquanto domínio prioritário de intervenção, a problemática da estruturação do território.

A prossecução deste grande objectivo articula, necessariamente, a dinâmica global de valorização do território, mais plasmada no eixo 3 (“Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país”), com a dinâmica de desconcentração associada ao desenvolvimento regional e local, plasmada no eixo 4 (“Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”).

694. O eixo 3 do QCA III visa contribuir para o aumento da dotação do território português das infra-estruturas que constituem factores de competitividade, resultando numa visão do território que pretende conciliar as vantagens competitivas decorrentes da posição geográfica do país com as exigências de um processo integrado de coesão territorial, baseado no princípio do desenvolvimento sustentável e motivado pela correcção das assimetrias regionais.

Este eixo desenvolve-se através dos programas operacionais Acessibilidades e Transportes e Ambiente, que resultam do reconhecimento, por um lado, da relevância que as infra-estruturas de acessibilidades assumem enquanto factor de competitividade territorial, e, por outro lado, da necessidade de prosseguir uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que preserve os grandes equilíbrios ecológicos e a qualidade de vida dos cidadãos.

695. O Programa Operacional Acessibilidades e Transportes apresenta como grandes linhas estratégicas de intervenção a integração internacional do país, o reforço do sistema urbano e da sua capacidade competitiva, o reforço da coesão e da solidariedade interna e o desenvolvimento do sistema de logística.

696. A actuação Programa Operacional Ambiente visa contribuir para a requalificação, valorização e promoção dos recursos ambientais do território continental português, monitorizar do estado do ambiente e reforçar a integração do factor protecção do ambiente nas actividades económicas e sociais.

697.O eixo 4 do QCA, onde se enquadram os programas operacionais regionais, encontra-se vocacionado para promover o desenvolvimento das regiões portuguesas numa perspectiva de correcção dos principais desequilíbrios e assimetrias regionais, constituindo um importante contributo para a promoção da coesão territorial. A necessidade de garantir a complementaridade entre estes programas e os programas sectoriais implicou alterações substanciais, relativamente ao anterior período de programação, ao nível da estrutura e composição dos programas regionais do continente, que passam a incluir, para além da componente de apoio aos investimentos de interesse municipal e inter-municipal (eixo 1), outras duas áreas de intervenção (que correspondem aos eixos 2 e 3 destes programas): as acções integradas de base territorial e as intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.

11.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA AS CADEIAS DE IMPACTE DA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DE NÍVEL QCA POR DOMÍNIOS E QUESTÕES RELEVANTES

698.A definição de “cadeias de impactes”, através da construção de trajectórias que ligam os efeitos dos PO a dimensões operacionalizáveis dos objectivos estratégicos do QCA, constitui a metodologia a utilizar no estudo da avaliação da eficácia da ligação entre o PO e o QCA. O “Guia para a Avaliação Intercalar do QCA III” define, a partir dos objectivos estratégicos, nove cadeias de impacte que se agrupam nos três domínios prioritários de intervenção deste quadro comunitário (Quadro 11-1).

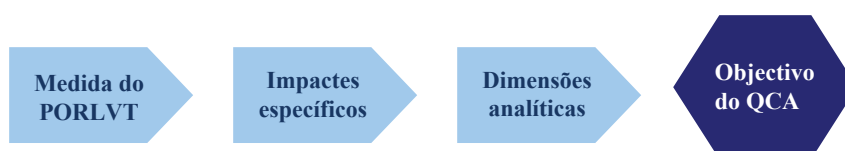
QUADRO 11-1: CADEIAS DE IMPACTE POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Domínio	Cadeias de impacte
Qualificação das Pessoas	a. Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos recursos humanos b. Reforço da inclusão social c. Melhoria da qualidade de vida
Qualificação das Actividades	d. Aumento da produtividade e. Reforço da inovação f. Melhoria da integração em redes globais
Valorização do Território	g. Qualificação das áreas metropolitanas h. Qualificação dos espaços rurais i. Reforço do sistema urbano

699.O documento metodológico referido identifica o envolvimento directo do PORLVT nas seis cadeias de impacte associadas à qualificação das pessoas e à valorização do território, pelo que serão essas as analisadas neste capítulo. No que respeita ao contributo do PO para a valorização das actividades, de facto o programa tem uma acção indirecta, não estando especificamente vocacionado para a prossecução daqueles objectivos – a medida desconcentrada das pescas actua ao nível das infra-estruturas, o mesmo tendo acontecido com a medida 3.10 (especialmente ao nível da execução, que se centrou nas infra-estruturas de gás natural), enquanto que a medida 3.15, também especialmente ao nível da execução, se focaliza mais no desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida da população rural do que no aumento da competitividade do sector.

700.A análise da contribuição do PORLVT para a realização dos objectivos do QCA foi efectuada a partir da identificação dos impactes específicos que estão associados ao programa e dos mecanismos de transmissão dos seus efeitos, de acordo com o encadeamento ilustrado na figura seguinte. Tentou-se, sempre que possível – sobretudo por motivos de uniformização da informação a ser incluída na avaliação intercalar do QCA –, utilizar as dimensões analíticas e os impactes específicos identificados para cada cadeia no Guia para a Avaliação Intercalar do QCA.

FIGURA 11-1: SEQUÊNCIA DA TRANSMISSÃO DE EFEITOS UTILIZADA PARA A ANÁLISE DE CADA CADEIA



Fonte: Equipa de Avaliação

701.Na metodologia aqui utilizada para a análise da contribuição do PORLVT para a realização dos objectivos do QCA podem distinguir-se dois momentos essenciais: um primeiro onde se analisa o contributo que o programa teria se tivessem sido cumpridos todos os objectivos a que se propunha (sejam eles ao nível do tipo de projectos que se pretendiam apoiar, dos destinatários visados, das realizações, dos resultados e dos ritmos de execução) e um outro, em que se avalia o contributo do PO em função da sua execução. Estes dois tipos de análise são realizados sequencialmente, de acordo com os passos que a seguir se enunciam.

- i. Contribuição potencial do PO ao nível da concepção:

- a. Identificação, com base nos objectivos específicos e tipologias de projectos, dos impactes específicos mais significativos associados a cada medida e das dimensões analíticas sobre as quais actuam ao nível de cada objectivo do QCA;
 - b. Associação, a cada impacte, da dotação financeira para o período 2000-2006 da medida que o induz, de forma a poder identificar a intensidade potencial do impacte;
 - c. Hierarquização dos impactes em função da sua intensidade;
 - d. Análise do contributo do PO para os objectivos do QCA
- ii. Contribuição do PO ao nível da execução:
- a. Associação, a cada impacte, do montante de despesa pública executada até 30 de Junho de 2003 da medida que o induz, de forma a poder identificar a intensidade do impacte;
 - b. Hierarquização dos impactes em função da sua intensidade;
 - c. Análise do contributo do PO para os objectivos do QCA e comparação dos resultados ao nível da concepção com os alcançados no âmbito da execução.

Contribuição potencial do PORLVT ao nível da concepção

702. Tendo em consideração os objectivos e tipologias de projectos das medidas do PO, foram identificados (Quadro 11-2) os principais impactes específicos para cada uma das seis cadeias consideradas, assim como a dimensão analítica para a qual contribuem esses impactes e as medidas que os originam.

QUADRO 11-2: PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Melhoria da qualificação dos RH	Apoiar o auto-emprego	2.4
		Criar e modernizar os serviços de apoio ao emprego e formação	3.5
		Diminuir o abandono escolar	3.9
		Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação	1.4, 3.12, 3.13
		Melhorar a oferta de infra-estruturas escolares	3.8
		Promover a aprendizagem ao longo da vida	1.4, 2.2, 2.4, 3.9
	Promover a formação contínua e avançada dos profissionais da educação	3.5	
	Melhoria da transição dos jovens para a vida activa	Diminuir o abandono escolar	3.1
		Melhorar a formação inicial dos jovens	
Reforçar o ensino técnico/ tecnológico e profissional			

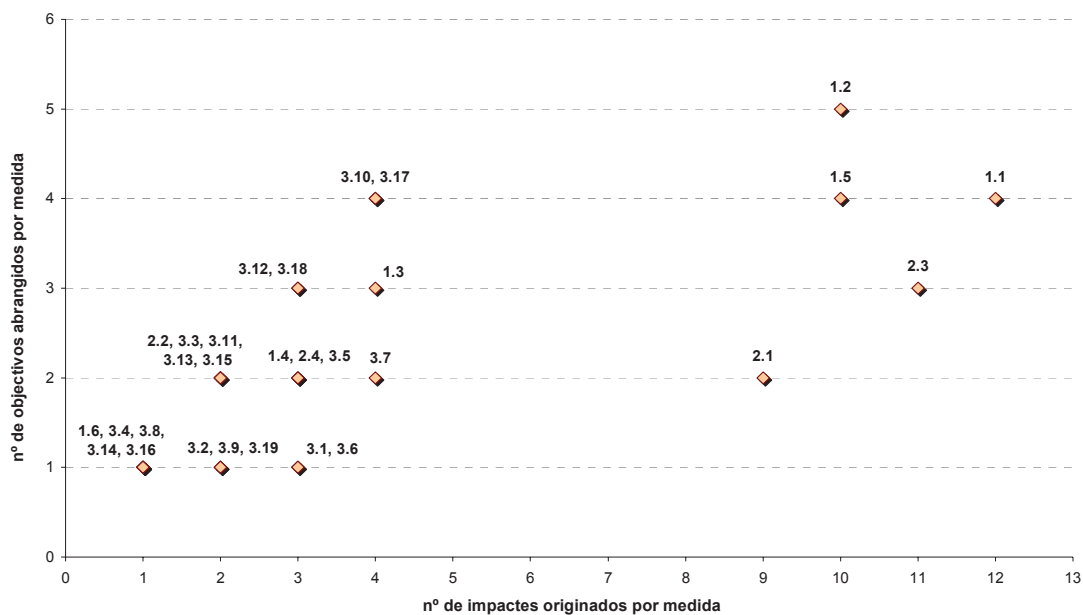
Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
	Dinamização da formação de qualificação e reconversão de activos	Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação	3.2
		Promover a aprendizagem ao longo da vida	
	Melhoria do relacionamento entre a oferta e procura de emprego	Promover a criação de emprego	3.4, 3.7
		Promover a inserção sócio-profissional de grupos em risco	3.3
Reforço da inclusão social	Diminuição da exclusão às tecnologias de informação	Diminuir o risco de exclusão às tecnologias de informação e comunicação	1.4, 3.12, 3.13
		Favorecer o acesso a bens culturais e científicos	3.11
	Promoção da integração de grupos sociais desfavorecidos	Desenvolver acções activas de requalificação dos DLD	3.3
		Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência	3.6, 3.7
		Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes	3.6, 3.7
		Melhorar o acesso e a participação das mulheres no mercado de trabalho	3.5
		Melhoria das condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios	3.14
Promover o desenvolvimento do emprego social	3.6		
Promoção da melhoria das condições de vida das populações em regiões mais deprimidas e em áreas urbanas críticas	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais	1.2, 3.15	
Melhoria da qualidade de vida	Melhoria das condições efectivas de acesso e uso de infra-estruturas e equipamentos básicos	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos	1.1, 1.2, 1.6, 3.10, 3.17
		Utilizar as TIC para promover e divulgar a cultura	3.12
	Melhoria da qualidade dos cuidados de saúde	Melhorar o tratamento dos resíduos sólidos hospitalares	3.19
		Reforçar/ melhorar a Rede Nacional de Saúde Pública	3.19
	Diversificação e qualificação das actividades culturais e de lazer	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos	1.1, 2.3, 3.16
		Desenvolver actividades regionais de âmbito cultural e social	1.3, 2.2, 2.3, 2.4, 3.11
		Valorizar o património histórico e cultural	1.2
	Melhoria dos espaços públicos	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos	1.1, 1.5, 2.3
Desenvolver actividades regionais de âmbito cultural e social		1.5	
Valorizar o património histórico e cultural		1.5	
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Qualificação ambiental	Qualificar os ecossistemas urbanos	1.2, 2.1, 3.18
		Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	1.2
	Qualificação dos espaços públicos e construídos	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	1.1, 1.2, 1.5, 2.1
		Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios	1.1, 1.2, 1.5, 2.1
	Melhoria das condições de mobilidade	Melhorar as acessibilidades internas e externas	1.1, 2.1, 3.17
		Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	3.10
Reforço do policentrismo metropolitano	Consolidar novas centralidades intrametropolitanas	1.1, 2.1	
Qualificação dos processos de internacionalização	Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	1.3	
melhoria dos espaços	Melhoria da qualidade ambiental e paisagística	Preservar e valorizar o património ambiental e cultural	1.2, 2.3, 3.18

Cadeia/ Objectivos QCA	Dimensões analíticas	Impactes específicos	Medidas PORLVT
	Melhoria da equidade territorial no acesso a infra-estruturas e equipamentos	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	1.1, 1.2, 1.5, 2.3, 3.10
		Melhorar as acessibilidades internas e externas	1.1, 3.17
		Valorizar as especificidades locais	1.5
	Reforço da multifuncionalidade	Dinamizar e diversificar a base económica	3.15
		Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	1.1, 2.3
	Reforço da capacidade de atrair pessoas e actividades qualificadas	Dinamizar e diversificar a base económica	2.3
		Melhorar a aquisição de competências específicas	1.5
		Valorizar as especificidades locais	2.3
	Reforço do sistema urbano	Reforço das cidades médias e da rede complementar	Melhorar acessibilidades interurbanas
Qualificar aglomerados urbanos			1.5, 2.1
Qualificar as infra-estruturas ambientais urbanas			1.2, 3.18
Reforçar a base económica urbana			2.3
Melhoria das condições de mobilidade interurbana		Melhorar acessibilidades interurbanas	1.1, 2.1, 2.3, 3.17
		Melhorar conectividade comunicacional urbana	2.1
Intensificação da complementaridade interurbana		Melhorar conectividade comunicacional urbana	2.3
		Reforçar a base económica urbana	3.10
		Reforçar os mecanismos de cooperação interurbana	1.5, 2.1
Reforço dos processos de internacionalização		Reforçar a base económica urbana	1.3
	Reforçar os mecanismos de cooperação interurbana	1.3	

703. Os impactes específicos potenciais identificados estão sobretudo associados aos objectivos “Melhoria da qualidade de vida” e “Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos Recursos Humanos” (40% dos impactes), sendo o objectivo de reforço da inclusão social aquele a que foi atribuído menor número de impactes. As medidas que potencialmente originam maior número de impactes são a 1.1, 1.2, 1.5, 2.3 e 2.1, no entanto os efeitos gerados pelas três primeiras são mais dispersos, no sentido em que contribuem para um maior número de objectivos do QCA (Gráfico 11-1); a grande maioria das medidas, porém, gera um número mais reduzido de impactes e contribui especificamente para um ou dois dos objectivos analisados.

704. A intensidade de cada impacte identificado não se relaciona apenas com a frequência que é gerado mas, sobretudo, com os recursos que são afectos à medida que o origina ou, globalmente, aos recursos do conjunto de medidas que o produzem. Assim, tendo em consideração o peso relativo dos recursos orçamentados para cada medida para o período 2000-2006 e a frequência com que cada impacte é gerado, procedeu-se à hierarquização dos impactes para cada um dos objectivos e para o total do QCA.

GRÁFICO 11-1: ABRANGÊNCIA E FREQUÊNCIA DOS IMPACTES ASSOCIADOS ÀS MEDIDAS DO PO



Fonte: Equipa de avaliação

705.O contributo potencial do PORLVT para o QCA é veiculado essencialmente através dos impactos referidos no Quadro 11-3, que correspondem a 61,5% do total desse contributo, sendo que 50% do mesmo é assegurado pelos seis primeiros impactos.

QUADRO 11-3: OS 10 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT NO CONTRIBUTO PARA O QCA (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

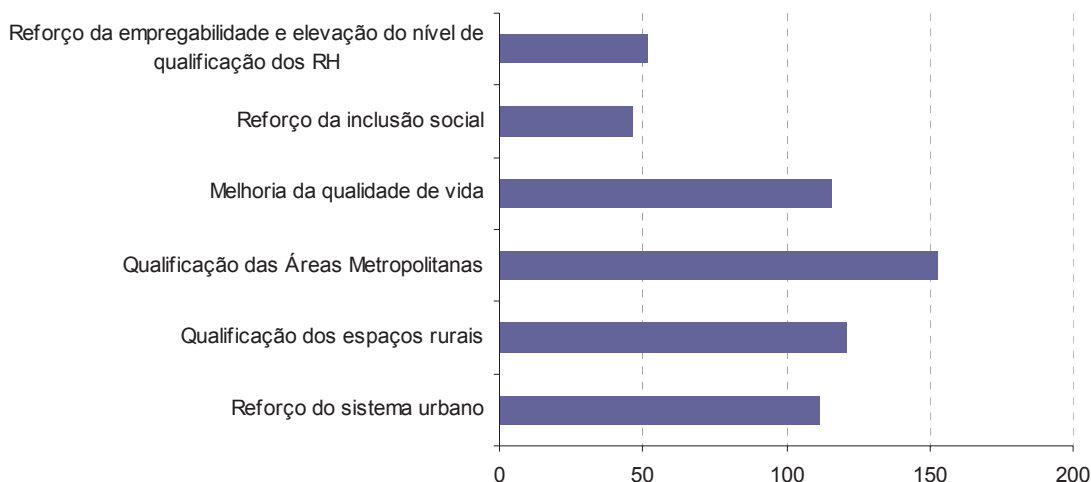
Nº de ordem	Impactes específicos
1	Construir/ melhorar a rede de infraestruturas e equipamentos
2	Melhorar a dotação e o acesso a infraestruturas e equipamentos especializados
3	Melhorar acessibilidades interurbanas
4	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
5	Melhorar as acessibilidades internas e externas
6	Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios
7	Melhorar as acessibilidades internas e externas
8	Reforçar a base económica urbana
9	Consolidar novas centralidades intrametropolitanas
10	Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial

706. Os principais impactos do PORLVT associados a cada um dos objectivos do QCA encontram-se listados no Quadro 11-4. Tendo em consideração os objectivos delineados e a dotação financeira estabelecida, conclui-se que a contribuição potencial do Programa se direcciona sobretudo (Gráfico 11-2) para o objectivo de **qualificação das áreas metropolitanas** (contribui potencialmente mais 50% que a média do programa admitindo que existia uma contribuição equivalente para os seis objectivos do QCA), seguido dos objectivos de qualificação dos espaços rurais, de melhoria da qualidade de vida e do reforço do sistema urbano; o contributo do PO para o reforço da empregabilidade e da inclusão social é, face à sua concepção, claramente inferior. Em termos de domínios verifica-se uma clara predominância do contributo do PO para o domínio do QCA relativo à Valorização do Território.

QUADRO 11-4: OS 2 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORTLVT EM CADA UM DOS OBJECTIVOS DO QCA (ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO)

Objectivo do QCA	Impactes específicos
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Promover a aprendizagem ao longo da vida
	Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação
Reforço da inclusão social	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais
	Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência (2º)
	Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes (2º)
Melhoria da qualidade de vida	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos
	Valorizar o património histórico e cultural
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Qualificação dos espaços rurais	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Reforço do sistema urbano	Melhorar acessibilidades interurbanas
	Reforçar a base económica urbana

**GRÁFICO 11-2: CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA
(ANÁLISE AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO, EM ÍNDICE)**



Fonte: Equipa de avaliação

Contribuição do PORLVT ao nível da execução

707. O contributo efectivo do PORLVT para os objectivos do QCA até Junho de 2003 depende da execução do Programa, pelo que a análise que foi efectuada, sendo útil para efeitos de comparação, deverá ser complementada tendo em consideração a execução financeira do Programa até aquela data. Assim, os impactes identificados inicialmente (Quadro 11-2) foram hierarquizados tendo agora em consideração não a programação mas a execução financeira de cada medida até 30 de Junho. Os resultados desta hierarquização para os 10 impactes mais importantes constam no Quadro 11-5 e representam 65,9% do contributo total do PO, sendo que os primeiros cinco são responsáveis por 49,2% desse contributo.

708. Verifica-se que os primeiros sete impactos responsáveis pelo contributo do PO para o QCA se mantêm face aos efeitos esperados na concepção (reforçando-se mesmo ligeiramente em termos de intensidade), sendo de destacar:

- pela positiva (face ao programado) o contributo do impacte “Preservar e valorizar o património ambiental e cultural”, o que parece ligar-se ao facto de a medida 1.2 (uma das que induz este efeito) ter registado um bom ritmos de execução e,
- pela negativa (face ao programado) o contributo “Reforçar a base económica urbana”, o que se pode associar ao facto das medidas 1.3, 2.3 e 3.10 não se encontrarem entre as que mais executaram.

QUADRO 11-5: OS 10 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORLVT NO CONTRIBUTO PARA O QCA

Impactes específicos	Nº ordem (execução)	Nº ordem (concepção)
Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos	1	<i>1</i>
Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados	2	<i>2</i>
Melhorar acessibilidades interurbanas	3	<i>3</i>
Reabilitar e revitalizar as áreas centrais	4	<i>4</i>
Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios	5	<i>6</i>
Melhorar as acessibilidades internas e externas	6	<i>5</i>
Melhorar as acessibilidades internas e externas	7	<i>7</i>
Qualificar as externalidades dinâmicas favoráveis a um melhor desempenho empresarial	8	<i>10</i>
Consolidar novas centralidades intrametropolitanas	9	<i>9</i>
Preservar e valorizar o património ambiental e cultural	10	<i>16</i>

709. Os principais impactes que contribuem para cada um dos objectivos do QCA não sofreram grandes alterações, tendo-se destacado, em virtude da execução, três novos impactes (referenciados a **bold**) que substituíram em termos de hierarquização outros três aos quais era dada mais relevância ao nível da concepção (referenciados a *itálico*).

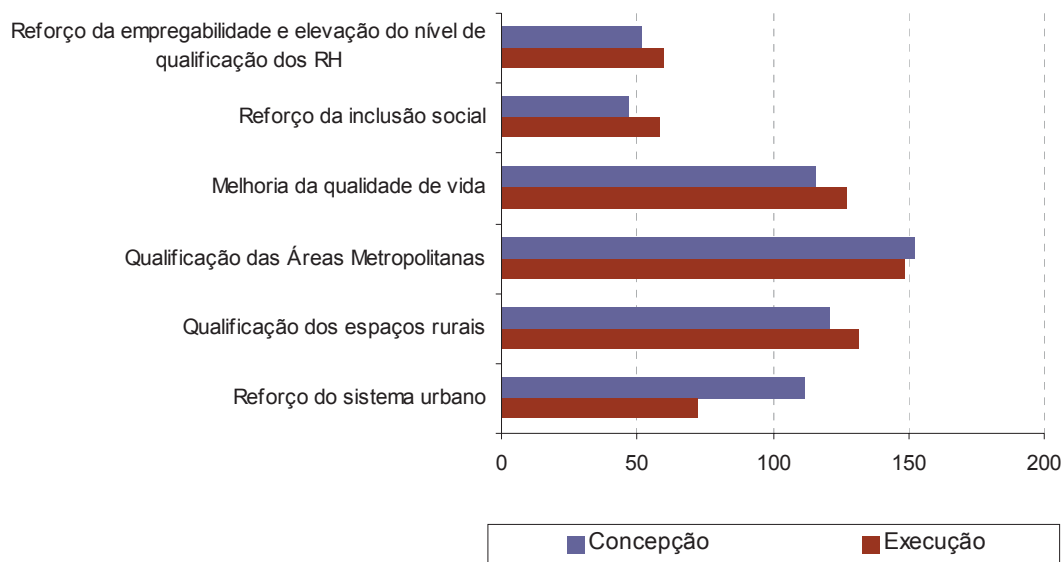
QUADRO 11-6: OS 2 PRINCIPAIS IMPACTES DO PORTLVT EM CADA UM DOS OBJECTIVOS DO QCA

Objectivo do QCA	Impactes específicos
Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos RH	Diminuir o abandono escolar
	Promover a aprendizagem ao longo da vida
	<i>Intensificar as acções de formação e informação sobre a sociedade de informação</i>
Reforço da inclusão social	Promover a melhoria das condições de vida das populações rurais
	Desenvolver acções de formação e integração de grupos com deficiência (2º)
	Desenvolver acções de formação e integração de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes (2º)
Melhoria da qualidade de vida	Construir/ melhorar a rede de infra-estruturas e equipamentos
	Valorizar o património histórico e cultural
Qualificação das Áreas Metropolitanas	Reabilitar e revitalizar as áreas centrais
	Regenerar sócio-urbanisticamente os subúrbios
	<i>Melhorar as acessibilidades internas e externas</i>
Qualificação dos espaços rurais	Melhorar a dotação e o acesso a infra-estruturas e equipamentos especializados
	Melhorar as acessibilidades internas e externas
Reforço do sistema urbano	Melhorar acessibilidades interurbanas
	Qualificar as infra-estruturas ambientais urbanas
	<i>Reforçar a base económica urbana</i>

710. Tendo em consideração a execução financeira do PORLVT, conclui-se (Gráfico 11-3) que o Programa contribuiu sobretudo para o objectivo do QCA “Qualificação das áreas metropolitanas”, tendo também gerado um impacto acrescido sobre a qualificação dos espaços rurais e a melhoria da qualidade de vida; a contribuição para os outros objectivos do QCA foi menos intensa podendo-se afirmar que o impacto do programa terá sido, em qualquer dos três objectivos, 50% inferior ao impacto revelado na qualificação das áreas metropolitanas.

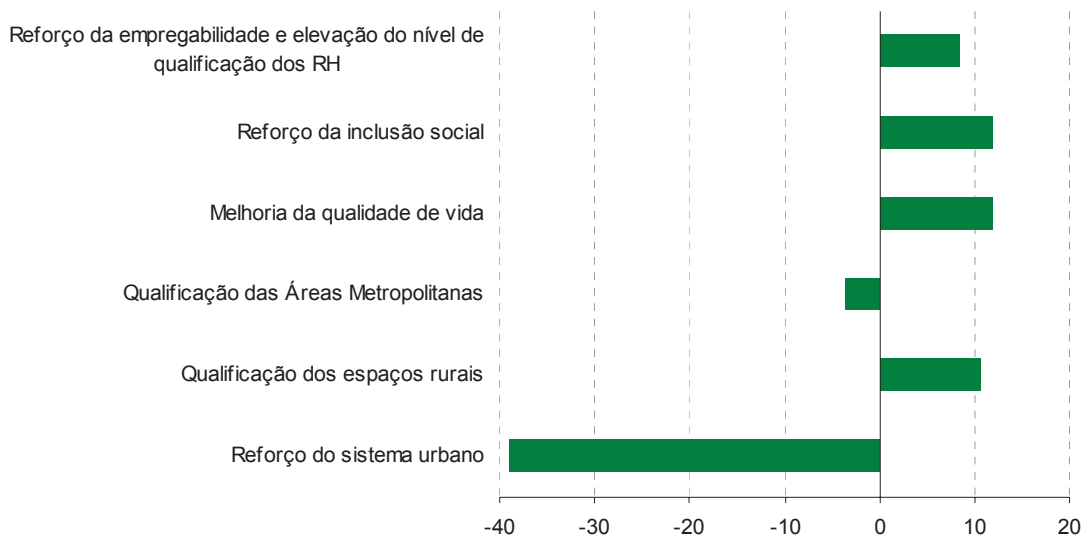
711. A comparação do impacte potencial (ao nível da concepção) com o impacte efectivo (face à execução financeira) do Programa revela (Gráfico 11-4), no entanto que, até 30 de Junho de 2003, o contributo do PORLVT para o QCA foi superior ao inicialmente concebido para os objectivos de reforço da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, qualificação dos espaços rurais e melhoria da empregabilidade e claramente inferior (cerca de metade) no que se refere ao reforço do sistema urbano. A menor contribuição do Programa para este último objectivo pode ficar a dever-se ao facto de algumas das realizações neste domínio ainda não terem sido aprovadas ou se encontrarem ainda em curso e como tal apresentarem taxas de realização relativamente mais baixas.

GRÁFICO 11-3: CONTRIBUIÇÃO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA (CONCEPÇÃO *VERSUS* EXECUÇÃO, DIFERENÇA EM ÍNDICE)



Fonte: Equipa de avaliação

GRÁFICO 11-4: COMPARAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORLVT PARA OS OBJECTIVOS DO QCA NAS FASES DE CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO



Fonte: Equipa de avaliação

13. O CONTRIBUTO DO PORLVT EM TERMOS DE VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

771. Neste capítulo procede-se a uma avaliação do contributo do Programa para o Valor Acrescentado Comunitário, começando por clarificar o seu conteúdo e metodologia de análise e num segundo ponto concretizando a sua avaliação no caso específico do PORLVT.

13.1. CONTEÚDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

772. O conceito de “valor acrescentado comunitário”, nascido timidamente no seio das regras de “prestação de contas” envolvendo a execução orçamental da política regional e de coesão, tem vindo a ganhar forma e relevância explícitas, nomeadamente no quadro do debate sobre a reforma dos fundos estruturais, pressionado, em grande parte, pelo novo quadro criado pela articulação entre o aprofundamento (implicando novas “regras de jogo” no plano micro e macroeconómico com a realização do mercado interno e da união económica e monetária e com a adopção do pacto de estabilidade e crescimento) e o alargamento (implicando maior dimensão, diversidade e heterogeneidade com a incorporação de novos Estados Membros no Báltico, da Europa central e oriental e no mediterrâneo).

773. A aceleração do processo de globalização, transformando de forma muito significativa o contexto externo do processo de construção europeia, em articulação com a evolução interna da própria União Europeia, em termos económicos e sociais e, sobretudo, institucionais, veio dar um novo relevo às políticas estruturais, onde, em termos europeus, a política de coesão ocupa um lugar estratégico. Estes novos desafios, nomeadamente os mais internos, associados ao alargamento e à consolidação da UEM, e os mais externos, associados ao novo quadro competitivo moldado pela globalização, contribuem, por outro lado, para colocar à prossecução do objectivo da coesão económica e social exigências acrescidas de **dinâmica** e de **sustentabilidade**, na medida em que importa não só garantir um processo de convergência das regiões com problemas estruturais, como um reforço do papel estratégico mundial da União Europeia suportado pela melhoria sustentada da sua competitividade.

774. O segundo relatório sobre a coesão económica e social¹, procurando alimentar o debate do futuro da política de coesão depois de 2006, numa Europa alargada, veio dar um sentido mais preciso ao “valor acrescentado comunitário” enquanto instrumento de acção e aprendizagem, ao avançar as grandes prioridades da coordenação das políticas, do reforço da afectação de recursos em função das prioridades comunitárias, da melhoria da eficiência e da eficácia, valorizando a relação entre recursos financeiros e resultados, e da optimização do “efeito alavanca”, através do alargamento das formas de parceria.

775. Ao presente ciclo de programação financeira (2000-2006) correspondeu, também, como se sabe, um esforço significativo e positivo da Comissão Europeia, nomeadamente através da direcção geral da política regional, no terreno das metodologias de concepção, execução e avaliação das intervenções comunitárias integradas na utilização dos fundos estruturais e de coesão.

A definição de “valor acrescentado comunitário” entrou nesse esforço, ancorada numa visão “*top-down*” da questão, como “... o valor resultante do apoio comunitário que é adicional ao que seria obtido através dos fundos estruturais e de coesão pelas autoridades nacionais e regionais e pelo sector privado. Noutros termos, trata-se de apreciar os benefícios, económicos e não económicos, associados à política de coesão no seu conjunto e a cada um dos programas desenvolvidos nas regiões elegíveis”².

A lógica de suporte desta definição enraíza-se em duas ideias estreitamente complementares. Em primeiro lugar surge a ideia de que as intervenções organizadas a partir do plano comunitário, e não a partir do plano dos Estados Membros ou das regiões, são portadoras de certos benefícios específicos. Em segundo lugar surge a ideia de que os recursos comunitários geram, quando aplicados de forma objectiva e adequadamente regulamentada e adicionados aos recursos nacionais, um efeito catalisador relevante.

776. O conceito de “valor acrescentado” dos fundos estruturais ou de “valor acrescentado comunitário” é, assim, um **conceito complexo**, que envolve aspectos quantitativos, associados, nomeadamente, ao processo de mobilização e afectação de recursos públicos e privados, e aspectos qualitativos, associados, nomeadamente, aos processos de formulação de estratégias, selecção de objectivos, operacionalização das intervenções e aprendizagem colectiva no domínio das políticas públicas.

¹ Comissão Europeia (2001), *Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios*, Segundo relatório sobre a coesão económica e social, Comunidades Europeias, Luxemburgo.

² Comissão Europeia (2002), *Valeur Ajoutée Communautaire dans le cadre des politiques structurelles: Définition et Critères d'Évaluation*, Documento de Trabalho, Direcção Geral de Política regional, Comissão Europeia, Bruxelas.

O conceito de “valor acrescentado comunitário” é, também, um **conceito relativo**, cuja avaliação não se revela possível com base em hipóteses demasiado simplificadas, uma vez que a identificação dos referidos benefícios específicos se reporta, exclusivamente, ao nível de coerência da intervenção (comunitário vs. nacional/regional) e não aos efeitos da própria intervenção (situação com intervenção vs. situação sem intervenção). O conceito de “valor acrescentado comunitário” pressupõe, assim, a verificação de um efeito adicional sobre o “valor acrescentado nacional” das intervenções públicas, no terreno das políticas estruturais.

O conceito de “valor acrescentado comunitário” é, também, um **conceito dinâmico**, na medida em que a sua avaliação se configura como um processo contínuo, polarizado pelo objectivo de renovação do alcance e impacto das políticas estruturais, onde importa acompanhar quer a evolução do “jogo” de problemas, necessidades e desafios dos espaços de referência das referidas políticas (União, Estados Membros, regiões), quer os ensinamentos recolhidos com base nas experiências anteriores que permitem melhorar, corrigir ou alterar o desenho e o processo de utilização dos instrumentos de programação e intervenção.

777. Os elementos principais que dão corpo ao conceito de “valor acrescentado comunitário” das políticas estruturais da União, tendo em conta o documento de trabalho dos serviços já referido, podem ser apontados como sendo os seguintes:

- a concretização dos objectivos comunitários ligados à coesão económica e social, às prioridades comunitárias de carácter transversal e ao desenvolvimento equilibrado e sustentável;
- a garantia de um triplo requisito na mobilização dos recursos comunitários: a) um significativo efeito redistributivo; b) uma efectiva adicionalidade face ao esforço financeiro dos Estados Membros; c) uma maximização do efeito de alavanca financeira, em particular face ao sector privado;
- a optimização da eficácia das intervenções induzida pelo método de operacionalização dos fundos estruturais (regras e princípios de programação, parceria, controlo, acompanhamento e avaliação);
- a transferência de conhecimentos e a partilha de experiências e recursos associados à cooperação e à montagem de redes que não existiriam sem a iniciativa comunitária.

778. O “valor acrescentado comunitário”, correspondendo, no essencial, ao que foi possibilitado, facilitado ou melhorado pelo enquadramento comunitário ou, no limite, ao que não poderia ter sido realizado sem esse enquadramento, coloca, no plano das metodologias da sua avaliação,

duas questões relevantes, associadas às **externalidades** (efeitos de “spill-over”) e à **dosagem** das intervenções (fenómenos de “overshooting”), que importa tratar adequadamente.

- Em primeiro lugar, encontra-se a articulação entre os espaços de produção de resultados dos programas e projectos, na medida em que existem formas particulares de “solidariedade” e “oposição” (sinergias positivas e negativas) na prossecução dos grandes objectivos e prioridades à escala regional, nacional e comunitária, com reflexos nos processos de convergência regional e nacional no seio da União Europeia.

Com efeito, as maiores (menores) performances em termos de eficiência e eficácia, ou em termos de pertinência e sustentabilidade, ou, ainda, em termos de integração das dimensões transversais, traduzem necessariamente “externalidades” ou efeitos de “spill-over” positivos (negativos) sobre as outras escalas (regional → nacional, nacional → regional, regional → comunitária, comunitária → regional, nacional → comunitária ou comunitária → nacional).

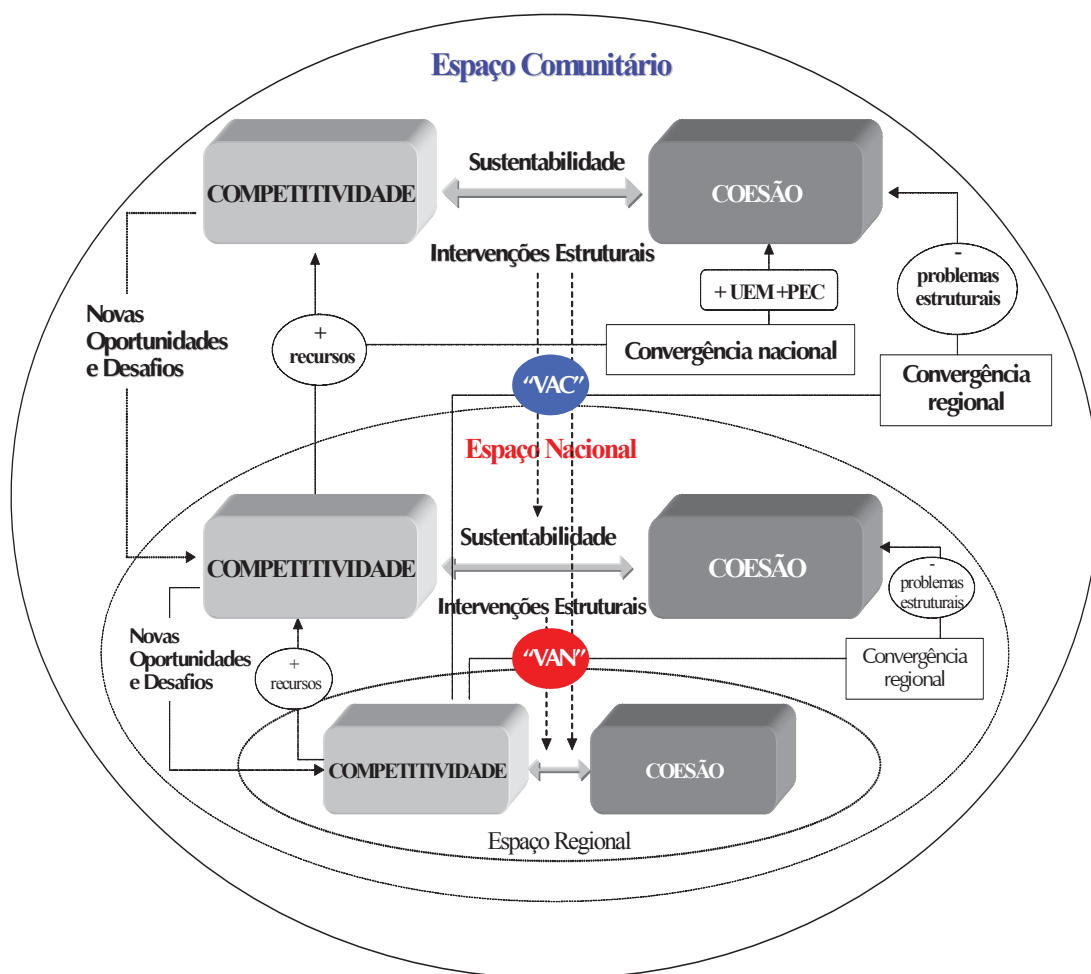
A consideração da gestão das externalidades, no quadro da análise do “valor acrescentado comunitário”, deve ser explicitada por referência aos **grandes objectivos globais** à escala da União Europeia e à sua sustentabilidade, nomeadamente a competitividade e a coesão económica e social, enquanto grandes referências da afirmação externa e interna do projecto europeu.

- Em segundo lugar, encontra-se a articulação entre os processos de formulação e condução das políticas estruturais, onde se enquadram os programas e projectos viabilizados, na medida em que existem dificuldades importantes no terreno da articulação entre os múltiplos níveis de “governância” que configuram os esforços públicos, e destes com os contributos da esfera privada, que podem conduzir a fenómenos de desequilíbrio (“overshooting”) na dosagem das intervenções (forma e dimensão dos recursos afectos aos objectivos).

Com efeito, a integração das duas dimensões – **prioridades comunitárias** que se expressam em domínios **transversais** de intervenção prosseguidos pelas autoridades comunitárias, nacionais e regionais e **grandes objectivos globais** que se expressam com relevância nos planos supra-nacional (União), nacional (Estados Membros) e infra-nacional (regiões) – não é tarefa nem simples, nem fácil, quando encarada na perspectiva da coordenação das intervenções induzidas pelas políticas estruturais, exigindo uma identificação rigorosa das cadeias de impacto, das influências recíprocas e dos efeitos indirectos e induzidos ³.

³ Questão que se coloca muito mais no plano substancial, ex-post, do que no plano formal, ex-ante. O documento de trabalho da Comissão já referido enuncia adequadamente, neste último plano, os aspectos que

FIGURA 13-1: AS ARTICULAÇÕES DAS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NOS GRANDES ESPAÇOS DE REFERÊNCIA – COMUNITÁRIO, NACIONAL E REGIONAL – À LUZ DOS GRANDES OBJECTIVOS DE COMPETITIVIDADE E COESÃO



779.A articulação entre coesão e competitividade como grande referencial para avaliar o valor acrescentado comunitário das intervenções estruturais merece um esclarecimento adicional.

se destacam para a consideração do valor acrescentado comunitário, isto é, a *subsidiariedade*, a *proporcionalidade* e a *adicionalidade*, dando-lhes um sentido preciso para a avaliação do valor acrescentado comunitário:

- (1) *A subsidiariedade define a partilha de responsabilidades entre a União e os Estados Membros: a intervenção comunitária só se justifica se os objectivos da acção não podem ser suficientemente realizados pelos Estados Membros podendo, em função das dimensões ou dos efeitos da acção, ser melhor realizados ao nível comunitário;*
- (2) *A proporcionalidade define os limites da intervenção comunitária: ela deve corresponder a uma adequação aos objectivos do Tratado;*
- (3) *A adicionalidade define um efeito de alavanca dos fundos comunitários, estruturais e de coesão, sobre os fundos nacionais: Os investimentos com finalidades de desenvolvimento neles enquadrados não se podem substituir ao esforço nacional.*

O relevo dado à promoção da **coesão económica e social** como grande objectivo de estruturação interna de uma União Europeia que enfrenta desafios crescentes na articulação entre aprofundamento e alargamento deriva, em primeiro lugar, do lugar central ocupado pela **política de coesão** na configuração das políticas regionais, mas deve-se, também, ao reconhecimento da afirmação de **desequilíbrios duradouros**, quer ao nível das disparidades entre os **processos de convergência**, quando analisados na dimensão dos países e na dimensão das regiões, quer ao nível das questões relativas aos fenómenos de **exclusão social e pobreza**, com a coexistência de situações muito diferenciadas ao nível dos Estados Membros.

O relevo dado à promoção da **competitividade** como grande objectivo de afirmação da União Europeia num mundo crescentemente globalizado deriva, em primeiro lugar, da relevância crescente, para o desenvolvimento das regiões europeias, da articulação da política de coesão com as outras políticas estruturais, mas deve-se, também, ao reconhecimento de um **duplo “gap”** em relação ao pólo constituído pela economia, sociedade e Estado norte-americanos: o **“gap” de realizações** ao nível do **crescimento económico** na última década e o **“gap” de condições** ao nível dos grandes veículos de utilização produtiva dos instrumentos da **“economia do conhecimento”** e da **“sociedade da informação”**, nomeadamente o grau de penetração das tecnologias de informação e comunicação, a dimensão do esforço humano e financeiro na Investigação & Desenvolvimento e na Ciência & Tecnologia, a dimensão dos mecanismos de capital de risco e a flexibilidade e eficiência regulatória dos mercados.

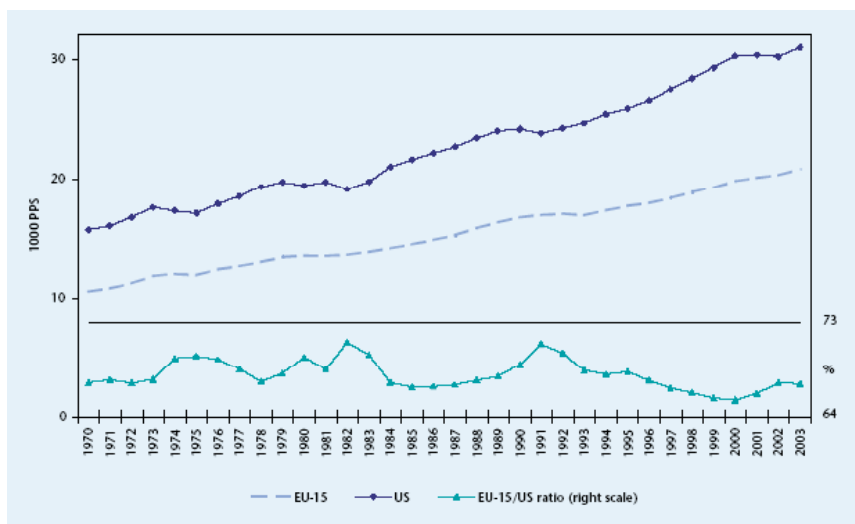
780. Os relatórios sobre a competitividade europeia, realizados no quadro das actividades de “benchmarking” da Direcção Geral de Empresa, têm vindo a valorizar quer a análise daquele duplo desfasamento, quer a procura de estratégias de acção conduzindo à sua redução, chamando a atenção para a existência de uma tendência marcada de menor ritmo de crescimento da produtividade na União Europeia face aos Estados Unidos, concluindo, mesmo, no último relatório que: *“... nas presentes circunstâncias, as ambições globais da estratégia de Lisboa serão difíceis de realizar”*⁴.

A referência da “economia baseada no conhecimento” tem vindo, por outro lado, a permitir a construção de laços mais sólidos entre as intervenções prosseguindo objectivos de competitividade e as intervenções prosseguindo objectivos de coesão, através da valorização do papel do “capital humano”. Com efeito, a “Estratégia de Lisboa” exige quer uma aceleração do

⁴ Comissão Europeia (2002), *European Competitiveness Report 2002*, SEC (2002) 528, Comunidades Europeias, Luxemburgo.

processo de acumulação de competências técnicas e científicas, quer uma maior flexibilidade e velocidade de incorporação do capital humano qualificado nas actividades económicas.

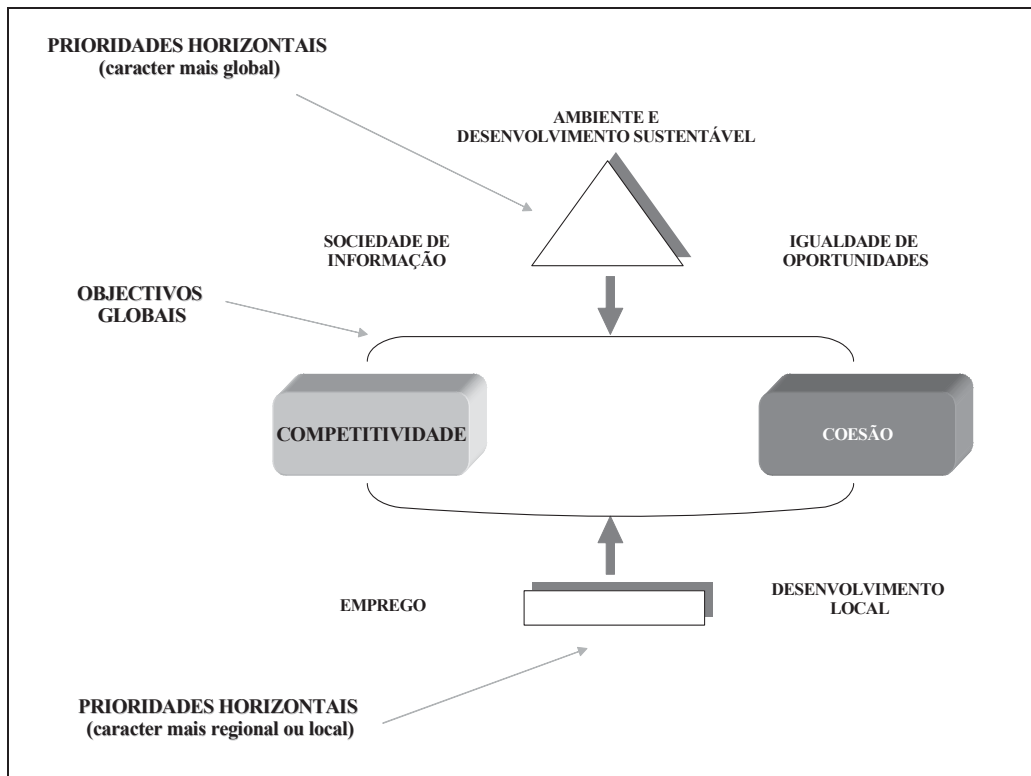
GRÁFICO 13-1: A EVOLUÇÃO DO “GAP” DE COMPETITIVIDADE MEDIDO PELO PIB PER CAPITA (ESCALA DA ESQUERDA PPS DE 1995 (2001, ESTIMATIVAS; 2002-3, PREVISÕES) , ESCALA DA DIREITA RÁCIO UE/EUA)



Fonte: European Competitiveness Report 2002.

781.O quadro das referências às **prioridades comunitárias** não é, como se sabe, fácil de fixar (veja-se a caixa de texto “Prioridades Comunitárias”), importando, assim, explicitar, em cada exercício de análise do valor acrescentado comunitário, o conjunto das prioridades mais adequadas em função das características da intervenção em causa. No presente exercício, tendo em conta, nomeadamente, o caderno de encargos, procurou-se estabelecer uma articulação entre as prioridades de carácter mais global (sustentabilidade, igualdade de oportunidades e sociedade de informação), isto é, pressupondo orientações definidas a um nível mais geral e uma relativa homogeneidade das acções, as prioridades de carácter mais regional ou local (empregabilidade e desenvolvimento local), isto é, exigindo orientações definidas a um nível mais descentralizado e uma grande diversidade das acções, e os grandes objectivos globais (competitividade e coesão).

**FIGURA 13-2: PRIORIDADES COMUNITÁRIAS:
A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES TRANSVERSAIS E OS OBJECTIVOS GLOBAIS**



CAIXA 13-1: PRIORIDADES COMUNITÁRIAS

A relevância das prioridades comunitárias na formulação das políticas estruturais na União Europeia articula-se estreitamente com a preparação do período de programação 2000-2006 podendo tomar-se a Comunicação da Comissão, de 1 de Julho de 1999 – “Os Fundos Estruturais e a sua Coordenação com o Fundo de Coesão – Orientações para programas no período de 2000 a 2006” [COM (1999) 344 Final – Jornal Oficial C 267, 22.09.1999] como um bom referencial para a sua explicitação. Esta comunicação, para além de estabelecer as orientações cujo objectivo é ajudar as autoridades nacionais e regionais na definição dos seus planos de desenvolvimento, define também as prioridades comunitárias que deveriam reflectir-se nas estratégias de programação, a título dos Objectivos 1, 2 e 3, salientando a necessidade de respeitar, nomeadamente, os **princípios horizontais**, ou prioridades comunitárias transversais, decorrentes do Tratado de Amesterdão, que dizem respeito a todas as políticas comunitárias:

- O desenvolvimento sustentável;
- A igualdade de oportunidades.

A comunicação defende ainda que, para além destas duas prioridades transversais, as estratégias de desenvolvimento ou de reconversão devam fazer convergir a utilização dos Fundos Estruturais e, eventualmente, do Fundo de Coesão em três prioridades:

- A melhoria da competitividade das economias regionais criando empregos sustentáveis. Pretende-se com esta prioridade a eficácia, a acessibilidade e carácter sustentável das infra-estruturas de transportes, a eficiência energética e as fontes de energia renováveis, a promoção de novos serviços de telecomunicações, as infra-estruturas de água e de gestão de resíduos, a promoção de IDT, bem como a competitividade das empresas no apoio ao ambiente, ao turismo, à cultura e à economia social.
- O reforço da coesão social e do emprego através da promoção dos recursos humanos. Esta prioridade visa: agir no mercado de trabalho por meio de medidas tanto activas como preventivas, facilitar a educação permanente, desenvolver a capacidade de adaptação e a capacidade empresarial, bem como as acções positivas para as mulheres.
- O desenvolvimento urbano e rural, no âmbito de um território europeu equilibrado. O desenvolvimento rural, como fonte de modernização, diversificação e protecção ambiental, deve realizar-se em sinergia com o desenvolvimento das zonas urbanas.

As referidas prioridades comunitárias, estabelecidas em Julho de 1999, são consequência do desenvolvimento e discussão das bases esboçadas para os **regulamentos dos Fundos Estruturais** – que continham um regulamento geral e um regulamento vertical para cada Fundo (FSE, FEDER, FEOGA - Orientação, IFOP) – e baseavam-se em larga medida, no projecto da Comissão para o desenvolvimento futuro da União, delineado no documento “**Agenda 2000**” de Julho de 1997⁵. As orientações indicativas adoptadas pela Comissão em Julho de 1999, sendo tomadas como prioridades estratégicas, constituem um elemento essencial do valor acrescentado comunitário. Os esboços referidos defendiam, em particular, a promoção de quatro prioridades básicas da Comunidade:

- Desenvolvimento económico sustentável;
- Competitividade e inovação;
- Emprego e recursos humanos;
- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

(continua)

⁵ Documento que foi acordado por todos os chefes de Estado e governos dos Estados Membros em Março de 1999, no Conselho Europeu de Berlim.

O **Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social**, “Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios”, preparado pela Comissão Europeia, no quadro de um marco de explícita valorização das dinâmicas regionais de desenvolvimento e da política de coesão, distingue, pelo seu lado, as seguintes directrizes estratégicas para o período 2000 a 2006:

- Transportes: em direcção a um melhor equilíbrio;
- Redução do apoio directo a empresas;
- Esforços aumentados para promover a inovação e o capital humano;
- A sociedade de informação: uma reorientação estratégica para a procura;
- Recursos humanos: ligação à Estratégia Europeia de Emprego;
- Maior integração dos aspectos ambientais;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Contribuição do FEOGA – Garantia para a política de desenvolvimento rural.

A Comunicação da Comissão [COM (2001) 378 Final 5.7.2001] – “**Resultados da programação dos Fundos Estruturais para o período 2000/2006 (Objectivo nº1)** [SEC (2001) 1140] permite concluir que, no decurso das negociações, a tomada em conta das orientações se centrou especialmente nos domínios da formação profissional, da sociedade da informação, do ambiente e do desenvolvimento sustentável, da ajuda às PME e do apoio às zonas rurais em declínio, e do desenvolvimento urbano.

A evolução da União Europeia, no seu plano mais global, veio, pelo seu lado, nomeadamente nos Conselhos de Lisboa e Gotemburgo, valorizar, de forma muito clara, nas grandes orientações e objectivos estratégicos, a atribuição de um lugar central à articulação entre a **competitividade**, induzida pela “economia baseada no conhecimento”, e o **desenvolvimento sustentável**. Com efeito:

- O Conselho Europeu Especial de Lisboa (Março 2000) veio apontar como objectivo estratégico para a União na próxima década: “... tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” .
- O Conselho Europeu de Gotemburgo (Julho de 2001) definiu, por sua vez, “uma estratégia para o desenvolvimento sustentável que vem completar o compromisso político da renovação económica e social assumido pela União, que acrescenta à estratégia de Lisboa uma terceira dimensão, de carácter ambiental”, destacando, nas suas conclusões, quatro terrenos principais de acção: alterações climáticas, transportes sustentáveis, saúde pública e gestão responsável dos recursos naturais.

O documento de trabalho da Direcção Geral de Política Regional, de Janeiro de 2002, sobre o “Valor Acrescentado Comunitário”, reflectindo todo este processo através do prisma das suas competências específicas, apresenta, pelo seu lado, uma formulação das prioridades comunitárias em cinco pontos:

- Reforçar as dotações de infra-estruturas, particularmente as redes transeuropeias;
- Promover empresas competitivas de forma a assegurar a criação de emprego;
- Desenvolver os recursos humanos;
- Ter em conta o ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Promover a igualdade de oportunidades.

A constante evolução da definição e dos contornos das prioridades comunitárias, consequência natural da evolução global da União Europeia e dos seus grandes desafios, alargamento e aprofundamento, nomeadamente, reflecte, também, a valorização e adaptação da visão estratégica das políticas regionais e da política de coesão, o que aconselha, em nosso entender, a uma adaptação do quadro das prioridades comunitárias retidas ao objecto específico de cada estudo particular.

782. A avaliação do valor acrescentado comunitário, seguindo as indicações metodológicas propostas pelos serviços da Comissão Europeia, utiliza, em termos operacionais, 4 tipos de **critérios** distintos:

- Critérios ligados à realização dos **objectivos comunitários**, envolvendo, nomeadamente, a análise da contribuição da intervenção para:
 - a coesão económica e social;
 - as prioridades comunitárias;
 - o desenvolvimento equilibrado e sustentável.
- Critérios de **natureza financeira** associados à verificação:
 - da dimensão do efeito de alavanca financeira (maximização de recursos públicos e privados);
 - do princípio da adicionalidade (sustentação, ciclo a ciclo de programação, do nível da despesa pública nacional).
- Critérios ligados à inclusão na prática nacional dos **métodos comunitários** de programação e execução das intervenções estruturais, que se manifestam:
 - na qualidade e estabilidade de uma programação plurianual (coerência entre as programações ao nível comunitário e nacional; integração e sinergia das acções financiadas);
 - na generalização dos trabalhos de acompanhamento, avaliação, auditoria e controlo (objectividade; prestação de contas; transparência);
 - no recurso ao partenariado alargado (mobilização dos actores institucionais e dos agentes económicos; formas descentralizadas de concertação e negociação).
- Critérios ligados à organização de **redes de acção** à escala nacional e europeia que permitam::
 - o reforço da troca de experiências e de informação;
 - o desenvolvimento de acções inovadoras envolvendo diferentes tipos de agentes.

Este conjunto de critérios permite construir uma bateria de indicadores, especificamente desenhada para a avaliação do “valor acrescentado comunitário”. No quadro seguinte desenvolvem-se as dimensões de análise que permitem chegar a uma selecção fina de indicadores (sempre fortemente condicionada pela qualidade das fontes de informação disponíveis atempadamente) susceptível de quantificar ou ilustrar diferentes critérios e sub-critérios (consideraram-se 3 grandes critérios e 16 sub-critérios).

Quadro 13-1: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário

Critérios	Dimensões de análise orientadoras da selecção de indicadores
1. Critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
A. Contribuição para a coesão económica e social	
1 Crescimento e competitividade 2 Produtividade 3 Emprego 4 Investimento 5 Integração económica no espaço europeu	<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do PIB (nível, ritmo anual) no período de referência • Crescimento da produtividade (valor/volume, homem/hora) • Emprego adicional ,criado e/ou mantido (volume, bruto/líquido); Taxa de emprego • Volume e orientação do investimento (acréscimo e shift-share induzidos) • Acréscimos nos fluxos comerciais intra-europeus induzidos (exportações e importações)
B. Prioridades comunitárias	
6 Desenvolvimento local e coesão regional 7 Emprego e competitividade 8 Sociedade de informação 9 Ambiente e sustentabilidade 10 Igualdade de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da acessibilidade (intra e inter); Sistemas de saneamento básico e abastecimento de água (população servida) e de gestão de resíduos (reciclagem); Eficácia global das infra-estruturas (utilização, qualidade do serviço, maturação e consolidação) • Evolução do nível de emprego e desemprego (análise global e segmentada); Potencial de criação de emprego de base local; Empregabilidade; Expressão da “Economia do Conhecimento” (Despesas e pessoal em I&D, Emprego e investimento em actividades avançadas) • Penetração e utilização das novas tecnologias de informação (“hard”: redes, equipamentos, e “soft”: aplicações, utilização); Internet e telecomunicações • “Benchmarking” em relação às referências e metas ambientais; Eficiência energética e diversificação • Emprego e actividade; Iniciativa empresarial; Participação cívica
C. Desenvolvimento equilibrado e sustentado	
11 Especialização e distribuição de actividades a nível europeu	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência regional; Concentração e diversificação das actividades económicas; Regime de crescimento (ritmo e qualidade)
2. Critérios de natureza financeira	
12 Adicionalidade 13 Alavanca financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da despesa nacional em intervenções estruturais (análise global e por motivação de cada fundo) • Cofinanciamento público nacional mobilizado pela despesa comunitária; Despesas privadas induzidas; Equilíbrio qualitativo do financiamento do investimento (subsídios e empréstimos)
3. Critérios associados ao “método comunitário”	
14 Qualidade da programação e sua expressão pluri-anual 15 Expressão do parceria 16 Controlo e acompanhamento 18 Expressão dos exercícios de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de integração das prioridades regionais, nacionais e comunitárias ; Grau de coerência da programação (Estratégia, Objectivos, instrumentos); Continuidade e manutenção dos investimentos • Extensão das formas de parceria (penetração no programa, dimensão e representatividade); Expressão da contratualização; Contributo para a eficácia das decisões • Expressão das auditorias nos projectos aprovados ; Cobertura da informação de acompanhamento (físico e financeiro) • Expressão das avaliações externas (número, cobertura dos programas e orçamento); Expressão das estruturas de acompanhamento das avaliações; Qualidade das avaliações; Grau de utilização dos resultados e recomendações dos avaliadores

783. Em articulação com os serviços da comissão, mas prosseguindo uma linha de reflexão mais centrada no horizonte pós 2006 da reforma dos fundos estruturais, importa referir o contributo dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da rede IQ-net⁶ que conduzem à desagregação do conceito de valor acrescentado comunitário, numa perspectiva de desenvolvimento regional, em cinco grandes domínios:

- valor acrescentado em termos da prossecução da **coesão** (redução das disparidades económicas e sociais; contribuições específicas adicionais para o desenvolvimento, através da criação ou preservação de empregos, da criação de empresas ou das actividades de I&D);
- valor acrescentado em termos **políticos** (maior visibilidade da União e maior participação dos agentes económicos e sociais);
- valor acrescentado em termos das **políticas** (inovação na concepção e nos instrumentos das políticas regionais; recursos adicionais para financiar acções de desenvolvimento regional; reforço do papel das políticas regionais);
- valor acrescentado em termos **operacionais** (análise e reflexão estratégica de base regional; maior eficácia no planeamento e programação; desenvolvimento das condições do partenariado; avaliação e monitorização estratégica; indução, análise e selecção de projectos);
- valor acrescentado em termos do processo de **aprendizagem** (partilha de experiências; disseminação de “boas práticas”).

784. O valor acrescentado comunitário sendo susceptível de ser avaliado nos planos “macro” e “micro”, apresenta, talvez, o seu foco principal de interesse nos aspectos mais qualitativos da **integração estratégica**, conduzindo a uma concepção enriquecida do desenvolvimento económico e social, e do **equilíbrio operacional** das intervenções, conduzindo a uma distribuição espacial e sectorial de recursos e resultados mais próxima da configuração efectiva dos problemas, necessidades e desafios.

O valor acrescentado comunitário é, assim, influenciado por um amplo conjunto de factores que obrigam, em cada processo de avaliação concreto, a uma consideração dos seus contornos específicos, e onde podemos destacar:

- a **referência territorial** dos programas ou intervenções (nacional vs. regional; extensão; nível de desenvolvimento e expressão dos problemas estruturais, nomeadamente);

⁶ Veja-se, nomeadamente, Bachtler, J. e Taylor, S. (2003), *The Added Value of the Structural Funds: a Regional Perspective*, European Policies Research Centre, Glasgow.

- a dimensão financeira (grande vs. pequeno; maior ou menor alavancagem de recursos privados, nomeadamente) e organizacional (muitos projectos vs. poucos projectos; programa “aberto” vs programa “fechado”, nomeadamente) dos Programas ou intervenções;
- o espectro de objectivos prosseguidos pelos Programas ou intervenções, mais largo e geral (caso do objectivo 1) vs. mais estreito e focalizado (caso dos outros objectivos); de natureza mais quantitativa vs. de natureza mais qualitativa, nomeadamente;
- as características das administrações públicas nacionais (maior ou menor descentralização; formas de articulação entre organizações verticais/sectoriais e horizontais/transversais; maior ou menor peso das lógicas mais tradicionais e das lógicas, mais modernas, de agência, nomeadamente);
- o tipo de relacionamento entre o sector público e o sector privado (maior ou menor expressão do partenariado e da contratualização; maior ou menor capacidade de iniciativa e de partilha de riscos; maior ou menor valorização do papel dos bens e serviços públicos, nomeadamente);
- o grau de maturação da experiência em matéria de programação de intervenções estruturais (adaptação e/ou acomodação às regras comunitárias vs. inovação, consolidação e participação na sua evolução dinâmica, nomeadamente);
- as percepções dominantes sobre o papel dos fundos estruturais comunitários (maior ou menor expressão das visões “nacionalistas” e “europeístas”; maior ou menor identificação dos recursos financeiros públicos, comunitários e respectivas contrapartidas nacionais, e privados; maior ou menor concordância substancial com o princípio da adicionalidade, nomeadamente).

785. A existência de um desfasamento temporal significativo entre a adopção das políticas e a verificação dos resultados e impactos conduz esta componente de avaliação (valor acrescentado comunitário), em qualquer avaliação intercalar, a privilegiar o respectivo desenvolvimento metodológico e a montagem do sistema de indicadores mais adequado. O exercício de avaliação propriamente dito surge, assim, como um análise de natureza mais qualitativa, focalizando a informação e os resultados obtidos segundo este prisma de análise

13.2. O CONTRIBUTO DO PORLVT PARA O VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO

786. A avaliação do valor acrescentado comunitário, no quadro do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, deve ser situada num plano quantificado associado, no essencial, aos critérios relativos à coesão económica e social e à convergência no espaço europeu, bem como aos critérios de natureza financeira, por um lado, e num plano qualitativo associado, no essencial, aos critérios subjacentes às prioridades horizontais, aos critérios de objectivos e de método de programação e execução da intervenção, por outro lado.

787. A análise dos **critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias** foi sistematizada em dois quadros (Quadro 13-2 e Quadro 13-3) que detalham os principais contributos do programa em termos de coesão económica e social, em termos de desenvolvimento equilibrado e sustentado e em termos das grandes prioridades horizontais.

A sua leitura e interpretação deve ser enquadrada pelos contributos positivos do programa para os grandes objectivos de natureza nacional e comunitária, identificados a partir da análise da eficácia de conjunto do programa, isto é:

- expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural;
- desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local;
- contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social e (re)inserção no mercado de trabalho;
- expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas;
- resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos.

Quadro 13-2: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário

Critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
Contribuição para a coesão económica e social	
Crescimento económico	<p>O crescimento económico global, face ao final do QCA II (1999-2002), na região, foi de 6% em termos reais (1,8% entre 2000 e 2002).</p> <p>A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta indícios de estar a sofrer mais do que o resto do país os efeitos negativos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final de 2000</p>
Nível de vida da população	<p>O nível de vida real da população acompanhou sensivelmente o ritmos de crescimento económico e a sua desaceleração (5,1% de acréscimo entre 1999 e 2002, mas apenas 0,9% entre 2000 e 2002)</p>
Produtividade	<p>A produtividade (PIB/Emprego) registou, em termos reais, um crescimento de 2,4%, no período 1999-2002 (-1,3% entre 2000 e 2002)</p>
Emprego e desemprego	<p>O nível de emprego registou um crescimento de 3,6% no período 1999-2002 (3,0% entre 2000 e 2002).</p> <p>O nível de desemprego registou um agravamento de 21,8% no período 1999-2002 (34,8% entre 2000 e 2002). A taxa de actividade registou, no período 1999-2002, um aumento, face à tendência nacional, de 0,4% (0,7% entre 2000 e 2002).</p>
Integração económica europeia	<p>A polarização no espaço europeu por parte da região de Lisboa e Vale do Tejo sofreu um ligeiro reforço quer ao nível das suas exportações (14,9% do PIB), quer ao nível da sua abertura global, importações e exportações (52,3% do PIB), enquanto, no resto do país, se passou exactamente o contrário.</p>
Desenvolvimento equilibrado e sustentado	
Especialização e distribuição de actividades a nível europeu	<p>A região confirmou o seu complexo processo de convergência económica em termos europeus, isto é, melhorou, entre 1999 e 2002, a sua posição face à média europeia em termos de produto interno bruto por habitante em € correntes em 5,7% (4,5% nos últimos 2 anos), enquanto, em termos de produto interno bruto por habitante avaliado em PPS, viu a sua posição face à média europeia degradar-se em 3,1% (embora com uma melhoria de 1,4% nos últimos 2 anos)</p>
Regime de crescimento	<p>O crescimento económico foi induzido por uma dinâmica onde o crescimento do emprego (3,6%) se sobrepôs ao crescimento da produtividade (2,4%). Nos últimos 2 anos (2000-2002) verificou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento e uma acentuação da sua natureza extensiva.</p> <p>A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no entanto, uma melhor performance qualitativa, face ao resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização</p>
Convergência económica regional à escala nacional	<p>A convergência económica, em termos nacionais, sofreu uma evolução positiva, com a região de Lisboa e vale do Tejo a baixar a distância do seu PIB per capita em PPS face à média do país de 36,6%, em 1999, para 34,4%, em 2002.</p> <p>A convergência económica em termos nacionais, reflecte uma conjuntura de maiores dificuldades da região em termos demográficos e de mercado de trabalho (maior aumento da taxa de desemprego e aumento da taxa de actividade que, na evolução relativa face à média nacional, supera o aumento do nível de emprego)</p>

Quadro 13-3: Critérios de Avaliação do Valor Acrescentado Comunitário

Critérios associados às estratégias e dimensões comunitárias	
Prioridades Horizontais Comunitárias	
Desenvolvimento local	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como bastante significativo para a concretização desta prioridade horizontal, atingindo o patamar de contributo elevado quando se consideraram, quer os projectos desenvolvidos no eixo 1, quer a totalidade dos projectos do programa.</p> <p>O contributo foi mais positivo nas áreas da melhoria da qualidade de vida da população, da melhoria das acessibilidades, da valorização e revitalização de espaços territoriais específicos e do património e do aumento da dotação de equipamentos sociais e serviços associados, conferindo ao programa um impacto relevante na qualificação e estruturação regional do território.</p>
Emprego	<p>A formação e qualificação de recursos humanos, bem como a expansão das infraestruturas para a educação e formação situam-se entre os contributos mais positivos do programa (muito embora a melhoria das qualificações via ensino tenha sido considerada pouco significativa).</p> <p>A redução do desemprego constitui, necessariamente, uma área em que o contributo dos projectos executados não pode ser valorizado positivamente, muito embora as acções de inserção de desempregados, de apoio aos desempregados de longa duração e de apoio directo à criação de emprego tenham tido um contributo positivo na moderação do agravamento da situação registada ao nível do mercado de trabalho.</p>
Sociedade de informação	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como relevante para as áreas de criação de postos públicos de acesso à Internet, aumento das qualificações em tecnologias de informação e comunicação e aumento do nível de ligação a redes e serviços de informação e comunicação.</p> <p>Foi considerada, em sentido contrário, a existência de um contributo pouco significativo, dos projectos executados, para as áreas informatização de processos de produção e desenvolvimento do comércio electrónico.</p>
Ambiente	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado em função das debilidades da situação de partida (que tornam mais exigentes os ritmos de melhoria esperada). Assim, existindo um contributo significativo dos projectos executados em várias áreas, nomeadamente na “diminuição da poluição ambiental urbana” e na “requalificação de áreas degradadas”, parece ser necessário um reforço do ritmo de melhoria da “qualidade ambiental”.</p> <p>O contributo dos projectos executados no âmbito do eixo 3, para a prioridade horizontal “ambiente”, não é considerado muito significativo, em diversas áreas, nomeadamente na “utilização de energias renováveis” e na “sensibilização ambiental”.</p>
Igualdade de oportunidades (género)	<p>O contributo dos projectos executados foi avaliado como não sendo especialmente significativo para a concretização desta prioridade, muito embora se detecte um contributo positivo de carácter global, associado, nomeadamente, ao desenvolvimento local e à melhoria da equidade territorial (melhoria da dotação de equipamentos colectivos)</p> <p>O contributo dos projectos foi considerado pouco significativo principalmente nas áreas da diminuição do desemprego feminino e da criação de empresas por mulheres.</p>

788. O contributo do programa, em termos de valor acrescentado comunitário, exige ainda uma referência à situação transitória de “phasing-out” em que o PORLVT se enquadra, o que sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro imediato (reprogramações no QCA III e preparação da programação 2007-2013), quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.
789. A análise dos **critérios de natureza financeira** não exige, ao nível da presente avaliação intercalar, grande desenvolvimento, dada a verificação do princípio da adicionalidade e a reduzida expressão do critério da alavanca financeira que, ao nível da despesa programada do Programa Operacional, atinge um valor global de 8%, com expressão, sobretudo, ao nível dos eixos 2 (26%) e 3 (8%) e dos projectos com apoio FEOGA (32%) e FSE (8%), em função do peso relativo do financiamento privado associado à tipologia de projectos das diferentes medidas e acções. Em termos da execução analisada pela avaliação intercalar pode verificar-se que o efeito alavanca ficou aquém do programado, tendo atingido um valor global de 3%, com expressão, sobretudo, ao nível do eixo 3 (4%) e dos projectos com apoio FEOGA (18%) e FSE (5%).
790. Os **critérios associados à influência dos métodos comunitários** programação e execução das intervenções estruturais podem ser aproximados a partir quer dos resultados da avaliação da qualidade da estratégia de programação, quer dos resultados da avaliação da qualidade do sistema de gestão e acompanhamento do programa. Pode-se considerar que essa influência foi significativa e positiva em três planos principais, isto é, no plano da estrutura de programação adoptada (organização e horizonte temporal das intervenções), no plano da integração no diagnóstico, na formulação das acções e na definição dos critérios de selecção de elementos explícitos associados às prioridades horizontais comunitárias e no plano da adopção de regras de objectividade, prestação de contas e transparência (mecanismos de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação), por outro lado.
791. No plano dos critérios associados à influência dos métodos comunitários importa, sobretudo, valorizar a experiência de **contratualização** ensaiada pela gestão do programa que, devendo ser inserida na lógica mais geral do desenvolvimento de **parcerias** alargadas, se assume como um caso de “boas práticas” gerado no seio do programa, cujo valor seria seguramente muito importante se a fase final de execução do PORLVT viesse a consagrar a sua consolidação e extensão, nomeadamente em termos de parceria entre o sector público e o sector privado.

IV PARTE

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

784. As conclusões e recomendações que a seguir se enunciam são apresentadas segundo uma dupla perspectiva:

- i. As conclusões da avaliação foram organizadas tendo em conta a estrutura delineada na metodologia para a avaliação intercalar do PORLVT, a qual agrupa em quatro grandes domínios as diversas dimensões e objectivos da avaliação:
 - a. Qualidade da formulação estratégica do programa, que engloba a avaliação do contexto da intervenção e a análise da respectiva relevância, pertinência e coerência estratégica do PO;
 - b. Efeitos do Programa em acção, que inclui a articulação das dimensões de eficácia e de eficiência com base numa medição de realizações, resultados e impactos no referencial da quantificação dos objectivos da intervenção;
 - c. Qualidade da Gestão e Acompanhamento da intervenção, centrada na avaliação do modelo e desempenho de gestão na avaliação da qualidade do sistema de informação na eficácia do sistema de controlo;
 - d. Articulação das dimensões de utilidade e sustentabilidade, com base numa medição dos contributo da intervenção para a realização dos objectivos do QCA, das prioridades horizontais e do valor acrescentado comunitário.
- ii. As recomendações foram organizadas de forma a acompanhar o conjunto das conclusões com base nas quais se fundamentam e tendo em consideração as seguintes questões:
 - a. As que se assumem como possíveis alterações a considerar na configuração e execução do PORLVT no período 2004-2006, traduzidas em eventuais reprogramações do programa operacional, tendo em conta, nomeadamente, a **reduzida margem de correcção**, no plano quantitativo, dada a configuração do ritmo do “phasing-out”;
 - b. As que se podem traduzir em possíveis ganhos de eficácia das intervenções que correspondem, na região, ao cruzamento das diferentes **“lógicas sectoriais”** (de base nacional) com a “lógica” regional tendo em conta, nomeadamente, a **significativa importância quantitativa e qualitativa que assumem, para a região**, em função da dimensão do PORLVT;

- c. As que resultam, na perspectiva da passagem a um regime normal sem as ajudas associadas ao objectivo 1, da articulação entre as dimensões da eficiência/eficácia e as dimensões da utilidade/sustentabilidade atendendo, em especial, ao **quadro específico enfrentado pela região no seu futuro próximo**, quer enquanto região capital, quer enquanto região “alterada” pelo novo desenho da organização da NUT correspondente, na sua evolução socio-económico e, sobretudo, nas condições de crescimento e competitividade;
- d. As que podem ser consideradas como “lição da experiência” na preparação do **próximo período de programação**.

785. Tendo em consideração esta perspectiva de organização, apresentam-se de seguida as principais conclusões e recomendações resultantes do processo de avaliação intercalar do Programa.

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

786. O PORLVT ocupa um **“lugar” específico** no QCA III marcado pelo progresso alcançado pela Região no processo de convergência real no espaço europeu (única NUTS II portuguesa acima do limiar de $\frac{3}{4}$ do PIB per capita da média comunitária) que a coloca num **regime transitório** (“phasing-out” de objectivo 1). O PORLVT é, também, o **maior programa** no referencial de todas as **regiões europeias integradas** naquele **regime transitório**.

787. A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, no contexto nacional, um papel não só relevante, como desafiante para a concepção, execução e avaliação das políticas estruturais, na medida em que o respectivo sucesso depende, crescentemente, de uma boa combinação da lógica da afectação de recursos (redistribuição) com a lógica dos efeitos de arrastamento, a “montante” e a “jusante”, sobre a produção, o consumo e o emprego (sinergias), no relacionamento da região com as outras regiões do país. Com efeito, a coesão regional nacional tanto pode ser prejudicada por sinergias sem suficiente redistribuição, como por uma redistribuição excessiva que limite a dimensão efectiva das sinergias entre a região e o resto da economia.

788. A grande conclusão que emerge da caracterização da região de Lisboa e Vale do Tejo centra-se na natureza dos seus desafios de desenvolvimento económico, social e institucional, isto é, no facto de eles serem, no essencial, muito mais externos e dinâmicos do que internos e estáticos, muito mais referenciados à construção do “futuro” do que à simples correcção das insuficiências do “passado”.

789. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, indícios claros, por um lado, de estar a sofrer mais significativamente do que o resto do país os efeitos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final do ano 2000 e, por outro lado, de estar a prosseguir uma melhor performance qualitativa do que a do resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização.

As estimativas apresentadas, se confirmadas, como se espera, apoiam a lição do passado recente de que a convergência regional nacional se tem feito mais em tempos de crise ou desaceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a sofrer impactos negativos mais pronunciados) do que em tempos de progresso ou aceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a evidenciar maior capacidade de crescimento económico).

Recomendações

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

Tendo em atenção que na próxima situação de recuperação de uma conjuntura desfavorável, a região de Lisboa e Vale do Tejo não poderá contar, pela primeira vez, com apoios estruturais na quantidade e qualidade a que acedeu desde a plena adesão à UE em 1986, recomenda-se que se proceda, em tempo útil, a uma adequada reformulação das formas de articulação, na região, entre as políticas estruturais regionais de base nacional e europeia para poder gerir com sucesso a exigente transição da região de Lisboa e Vale do Tejo, o que se traduz:

- i. Na necessidade de encontrar formas novas de sustentar a coerência dos processos de convergência através da ligação da projecção europeia da região de Lisboa e Vale do Tejo com um efectivo “catching-up” activo das outras regiões portuguesas no contexto nacional e europeu, isto é, na necessidade de encontrar trajectórias concretas de investimento e desenvolvimento onde se possa verificar, simultaneamente, de afirmação internacional da região (ganhando peso e relevância à escala ibérica, europeia e mundial) e de reequilíbrio interno da região (perdendo peso quantitativo, que não relevância qualitativa, na afectação de recursos e na concentração da riqueza) o que só será possível com uma **maior diferenciação das estratégias regionais de desenvolvimento em Portugal;**

Recomendações

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

- ii. Na necessidade de garantir uma mais elevada inserção da região nas iniciativas comunitárias, associadas a políticas de base europeia ou a intervenções estruturais (para além do objectivo 1) ou a redes europeias de negócios, de investigação, de inovação, de desenvolvimento e acção cultural, entre outras, o que só será possível com um **reforço significativo da internacionalização institucional, seja das administrações públicas, seja das empresas**, que encontre adequada receptividade ao nível dos parceiros europeus.

Quanto à coerência da intervenção...

790. A avaliação da **coerência** do programa, através da construção da árvore de objectivos do PO veio a revelar-se de difícil concretização, uma vez que **a sua estrutura interna não adere inteiramente a uma lógica de hierarquização de objectivos**, dificuldade que não se refere a insuficiências específicas da estrutura do PORLVT, mas que resulta, da definição comum dos eixos prioritários dos vários Programas Operacionais Regionais que reflectem mais uma **lógica de “repartição de responsabilidades de gestão”**, do que uma **lógica de “repartição por domínios-problema”**.

791. A estrutura dos programas regionais representa, no modelo adoptado no QCA III, um certo tipo de compromisso entre uma lógica nacional/sectorial e uma lógica nacional/regional desconcentrada, arrastando, nomeadamente, um aumento da complexidade das estruturas de decisão. A análise realizada permitiu identificar um conjunto de limitações que decorrem, sobretudo, de uma insuficiente articulação entre os objectivos sectoriais prosseguidos pelas medidas e acções desconcentradas e os objectivos estratégicos da estratégia regional e da verificação de uma razoável diversidade das formas de articulação sectorial/regional adoptadas nas práticas concretas de gestão.

Recomendações

Quanto à coerência da intervenção

Tendo em consideração que o Programa assenta numa estrutura de objectivos que toma naturalmente como referência a vertente regional, mas que coexiste (no Eixo 3) com uma estrutura que à partida serve objectivos de natureza sectorial, recomenda-se que se valorize significativamente os esforços de coordenação e se corrija as insuficiências de programação, o que implica:

- i. uma redistribuição de responsabilidades e de competências entre os diferentes níveis da administração pública;
- ii. uma lógica de colaboração e concertação com expressão, sobretudo, na execução do Eixo 3, onde as intervenções que decorrem de programas definidos, à partida, segundo uma lógica sectorial, não podem deixar de considerar, explicitamente, a especificidade, as necessidades e as prioridades regionais, para poderem ser eficazes;
- iii. a adopção, em próximos exercícios de programação, de um lógica que permita adaptar efectivamente os objectivos dos PO sectoriais às características da Região e aos objectivos do Programa Operacional Regional.

Quanto aos níveis de adesão ao programa

792. Os promotores de projectos parecem privilegiar a construção de equipamentos colectivos, sejam os que representam ainda uma geração de investimentos orientados para a satisfação de necessidades básicas, sejam os que representam a consolidação e desenvolvimento dessa primeira geração, em comparação com infraestruturas e equipamentos traduzindo um padrão de vida mais elevado, com maior representatividade de bens intangíveis e com maior conteúdo de informação.

793. Apesar dos promotores privados apresentarem o maior número de projectos, são os projectos apresentados pelos promotores públicos aqueles que representam a maior parte do investimento elegível, tendo a administração central um peso ligeiramente superior ao peso da administração local.

A repartição das responsabilidades de gestão entre os eixos do programa reflecte-se claramente na distribuição do investimento aprovado por tipo de promotor, estando o investimento promovido pela administração central concentrado no eixo 3 e o promovido pela administração local maioritariamente posicionado no Eixo 1 do PO.

794. Existe uma relação inversa entre o peso dos fundos comunitários e o peso dos passivos financeiros nas receitas de capital dos municípios da RLVT entre 2000 e 2002. Verifica-se que para a grande maioria dos municípios, nomeadamente os pertencentes ao Vale do Tejo e ao Oeste, os fundos comunitários são uma fonte de receita extremamente importante, sendo o peso dos respectivos passivos financeiros nas receitas tendencialmente menor naqueles municípios onde a relevância dos fundos comunitários é superior, o que não indicia uma justificação do nível endividamento com a necessidade de autofinanciamento dos projectos no âmbito do QCA em cumprimento do princípio da adicionalidade.
795. Existe uma correlação forte entre a distribuição por concelhos do valor do investimento elegível aprovado no conjunto do PORLVT e a distribuição das transferências financeiras para as autarquias locais por via do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, o que mostra em todo o Programa e não só nas medidas contratualizadas do eixo 1, a relevância em termos de desenvolvimento local e coesão territorial.

Recomendações

Quanto aos níveis de adesão ao programa

Tornar o programa menos vertical e mais transversal, explorando mais intensamente a construção de sinergias entre as várias formas de intervenção quer numa lógica de coerência interna (entre as várias medidas, o que inclui um reforço da articulação dos diversos Eixos e Fundos do PO), quer numa lógica de coerência externa, na interacção com os PO sectoriais.

Reforçar drasticamente a capacidade de induzir e viabilizar projectos de elevada qualidade e sustentabilidade, de alcançar níveis de selectividade mais elevados e de deslocar progressivamente os referenciais de eficiência e eficácia do quadro nacional (menos exigente) para o quadro europeu e internacional (mais exigente), o que só será possível com uma muito **maior atenção às fases a montante e jusante do ciclo de vida dos projectos**, isto é, alongando o tempo de acompanhamento dos projectos no quadro da execução das intervenções estruturais.

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro

796. A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO, para o período 2000-2003, tendo por base a relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, apresenta uma taxa ligeiramente inferior à registada para o conjunto do QCA, situação que se inverte consideravelmente quando se considera a taxa de realização para todo o período de programação. No entanto, o Programa apresenta níveis de realização muito diferenciados por Fundos e Eixos, sendo de destacar, a baixa taxa de realização global do Eixo II, resultante dos níveis muito reduzidos de realização de todas as medidas, com excepção da medida 2.3 - Valtejo, as elevadas taxas de realização do Eixo I, resultado dos níveis de realização associados às duas medidas integralmente contratualizadas com as Associações de Municípios e as elevadas taxas de realização das medidas desconcentradas relativas à Formação do FSE, no Eixo III.
797. No quadro das intervenções do QCA na região, o PORLVT apresenta um desempenho, medido pela taxa de realização para o total do período de programação que o coloca também numa posição superior à taxa de realização média na região de Lisboa e Vale do Tejo dos diversos PO do QCA.
798. Em termos dos valores da taxa de compromisso para o conjunto do período de programação verifica-se que o PORLVT apresenta, como seria natural, em função da situação de *phasing-out*, valores superiores ao registados para o total do QCA, contudo, no quadro das intervenções do QCA em Lisboa apresenta um valor de compromisso inferior ao valor médio do conjunto das intervenções.

Recomendações

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro ...

O exercício de reprogramação que vier a ser realizado na sequência do presente exercício de avaliação e no quadro da afectação da reserva de eficiência que o Programa possa vir a conquistar, deve ter em conta o facto de que face aos níveis de compromisso actuais do PORLVT e dos PO sectoriais com intervenção na região, o Programa reforça o seu peso no total dos apoios ainda disponíveis para a segunda fase do actual período de programação dos Fundos Comunitários, o que exige uma maior coordenação entre os diversos PO com intervenção na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

- 799.O programa assume expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo, não só, uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural, surgindo, em contrapartida com expressão pouco significativa ao nível da qualificação das organizações onde comporta resultados modestos.
- 800.O programa apresenta níveis de realização, no plano das metas de resultados estabelecidas relativamente interessantes, muito embora, de um modo geral, não só a “ambição” das metas não seja muito significativa como esteja associada, de forma compreensível, ao nível de realização e cumprimento das mesmas, isto é, os níveis mais elevados de desempenho correspondem às metas menos ambiciosas.
- 801.O programa terá dado um contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social, inserção de desempregados, apoio à criação de empregos e aos desempregados de longa duração.
- 802.O programa não terá dado, em sentido inverso, nenhum contributo significativo, ao nível da qualificação do território, para a consolidação e captação directa de pólos de actividades industriais e de serviços, seja porque a medida desconcentrada “economia” não veio a incluir nenhuma acção nesse sentido, como as realizações na área das infraestruturas para a localização industrial foram muito modestas.
- 803.O programa terá tido, finalmente, expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas.
- 804.A opinião conjunta dos promotores e da gestão é, apesar das suas diferenças, muito expressiva ao conferir ao programa um desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local, e, também, ao conferir ao programa um desempenho claramente insuficiente na qualificação das organizações, com expressão, sobretudo, na competitividade das unidades subregionais e do desenvolvimento empresarial.
- 805.A comparação da relevância das medidas por domínios temáticos de intervenção permite, também, evidenciar um défice de sinergias na configuração do programa em acção que surge

demasiado ancorado em intervenções bem delimitadas e pouco expressivo em intervenções transversais de banda mais larga, isto é, em termos de concepção/programação, um desenho de objectivos relativamente geral e ambicioso tende a “empurrar” para cima a relevância esperada, enquanto em termos de execução/realização, uma tipologia de projectos mais específica e limitada, tende a “puxar” para baixo a relevância revelada.

806. A tendência que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

Equilibrar o desempenho global do programa que se revela mais positivo na lógica pontos fortes/ameaças do que na lógica pontos fracos/oportunidades, o que, não sendo fácil, considerando nomeadamente a conjuntura económica menos favorável em que o programa se tem desenvolvido, representa no entanto umas das formas mais seguras de gerir o período de *phasing-out*, apostando mais em efeitos estruturantes e duradouros (menos projectos e mais valiosos) do que em efeitos mais imediatos (maior número de projectos).

Correcção dos desequilíbrios identificados entre as tipologias de projectos efectivamente consagradas nas medidas do Eixo 3 e os problemas e necessidades da região, particularmente da afirmação competitiva à escala europeia internacional. Reside aqui o caminho para alcançar uma maior equilíbrio entre as três vertentes consagradas quer na estratégia regional quer ao nível do QCA: Território, Pessoas e Organizações.

Renovar os desafios do programa aumentando a ambição das metas em que na formulação inicial se foi menos ambicioso seja, no plano quantitativo, seja, sobretudo, no plano qualitativo, fundamentalmente nas áreas onde o programa revelou maior desempenho (infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património e ordenamento e requalificação).

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

Promover uma maior concentração dos meios em projectos inovadores e estruturantes centrados nos factores avançados da competitividade com efeitos alargados, demonstráveis, de arrastamento sobre outras organizações e actividades, de forma a enraizar, cada vez mais, o processo de crescimento competitivo e convergência económica da região de Lisboa, nos factores estruturais (qualidade do investimento, do crescimento e do modelo competitivo, melhoria rápida do nível de produtividade e sustentabilidade das intervenções estruturantes) e não nos factores nominais ou conjunturais.

Contemplar na execução futura das acções de educação, formação e qualificação dos recursos humanos uma inclusão explícita das necessidades da região em competências para a sofisticação das acções de valorização e qualificação do território.

Quanto ao sistema de gestão e acompanhamento...

807. A análise da gestão global do PO permite verificar a existência de uma **combinação adequada entre gestão estratégica** efectuada ao nível do Gestor, coadjuvado pelos gestores de eixo – orientação para o cumprimento dos objectivos do PO –, e **gestão operacional** – orientação para a utilização eficiente dos recursos financeiros, físicos e humanos, embora limitada pelas lacunas dos sistemas de informação.

A capacidade de coordenação e articulação institucional (particularmente importante e exigente ao nível do Eixo 3) do Gestor do Programa é reconhecida pela generalidade dos responsáveis da gestão ao nível das medidas desconcentradas.

Da mesma forma, ao nível da gestão do Eixo 1, foi possível constatar a existência de uma liderança activa das medidas coordenadas, particularmente importante no acompanhamento da implementação dos contratos-programa assinados com as Associações de Municípios (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e com a Junta Metropolitana de Lisboa, através do estabelecimento de mecanismos de concertação e de resposta aos objectivos contratualizados.

Ao nível da gestão do Eixo 2, nomeadamente da medida 2.3 – VALTEJO, regista-se a capacidade de articulação de projectos e instituições de nível supramunicipal e o permanente acompanhamento da evolução dos projectos, desde a fase de concepção até à sua plena execução física.

808. Do ponto de vista da adequação de recursos existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à Gestão do Programa, verifica-se, desde a concepção do Programa, a aposta em estruturas pouco numerosas. As restrições legais à contratação de técnicos, resultantes das políticas de contenção da despesa pública, reduziram a capacidade de resposta da Gestão e tiveram, designadamente, consequências negativas na capacidade de recrutamento de técnicos para a EAT Controlo limitando, assim, o potencial operacional das acções de controlo de 1º nível.

809. As tarefas de gestão corrente do Programa têm sido dificultadas pelas lacunas existentes ao nível do Sistema de Informação central dos Fundos, pela sua implementação tardia e pela falta de formação dos utilizadores. Os Sistemas de Informação dos Fundos têm sido utilizados essencialmente para a gestão do módulo de pagamentos, sendo a utilização destes sistemas, quase sempre, interpretada como mais uma formalidade/burocracia administrativa a cumprir do que como um instrumento relevante de apoio à gestão, nomeadamente na orientação da selectividade e da qualidade dos projectos e na monitorização da procura dos meios disponibilizados.

Os sistemas de informação existentes apenas parecem dar resposta às questões relacionadas com o controlo da execução física e, sobretudo, financeira dos projectos, sendo muito limitados em relação a outras áreas fundamentais do processo de gestão do Programa, nomeadamente a análise dos prazos de tramitação associados às várias fases do ciclo do projecto e na área de avaliação de resultados e impactes.

A actual inconsistência ao nível dos Sistemas de Informação é um dos factores críticos determinantes da eficácia do Programa nos aspectos relacionados com a gestão e estrutura de acompanhamento, sendo por isso importante que os esforços já desencadeados produzam resultados urgentemente.

810. Ao nível dos indicadores de avaliação definidos predominam os indicadores de realização, no sentido em que exprimem o resultado imediato das intervenções/projectos que apesar de globalmente se revelarem adequados para o acompanhamento e avaliação dos objectivos operacionais das medidas, poucos são, no entanto, aqueles que exprimem mudanças de estado associadas aos objectivos.

A ausência de indicadores de impacto e resultado, em particular a nível do Programa e dos Eixos, levanta a questão das possibilidades efectivas para uma medição dos objectivos fixados pelo Programa Operacional, constituindo por isso uma limitação à avaliação dos seus efeitos.

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

Ao nível da concepção do Programa recomenda-se a integração das políticas de desenvolvimento sectorial na estratégia de desenvolvimento regional exige o **estudo da adequação de normas, claras, de aplicação genérica para todas as regiões do País, mas especialmente a definição de políticas específicas que tenham em consideração as particularidades e o grau de desenvolvimento regional.** Nomeadamente, no que respeita à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o regime de “phasing-out” parece aconselhar a selecção cuidada dos domínios de intervenção e dos projectos a apoiar, o que deverá exigir maiores níveis de selectividade na escolha dos projectos.

Ao nível das **medidas contratualizadas**, deve ponderar-se a participação dos intervenientes na gestão do Programa com responsabilidades de nível sectorial na fase prévia à discussão dos projectos nas Unidades de Gestão, potenciando, desta forma, a articulação entre entidades responsáveis, o que pode contribuir positivamente para a actuação integrada ao nível dos domínios de intervenção e a prossecução dos objectivos do Programa Operacional.

A contratualização exige, por outro lado, uma **nova lógica de funcionamento para as Unidades de Gestão**, que ultrapasse a clássica gestão assente na avaliação individual de cada projecto para incorporar uma componente de avaliação contínua dos contratos-programa, que permita, eventualmente, corrigir ou reorientar alguns aspectos específicos destes contratos.

A adopção desta lógica de funcionamento possibilita, por outro lado, uma **participação mais activa dos vários membros da UG**, valorizadora de uma perspectiva de parceria e gestão estratégica com reforço da articulação sectorial e sem perda da função de acompanhamento e de garante da selectividade dos projectos, o que resultará no enriquecimento das funções destes órgãos de gestão.

Recomenda-se, por outro lado, a criação de condições para a **articulação dos sistemas de informação dos vários fundos**, bem como a criação de condições que

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

dotem a estrutura, no caso particular do sistema de informação do FEDER, de um grau de operacionalização que evite a necessidade de os diversos coordenadores de medidas criarem aplicações ou base de dados que dificilmente se conseguem articular.

Recomenda-se, igualmente, que sejam alargadas as actuais áreas de actuação do sistema de informação do SIFEC, passando, por um lado, a incluir um módulo sobre informação relativa ao processo de selecção e hierarquização dos projectos e, por outro, desenvolvendo o módulo de indicadores, de modo a reforçar a informação sobre resultados e impactos dos projectos, aproveitando, muitas vezes, a própria informação exigida, nos formulários de candidatura, mas que posteriormente não serve de input no processo de monitorização e gestão estratégica do Programa.

A análise realizada permite, ainda, com base nos aspectos bastante positivos associados à experiência de **contratualização** concretizada no seio do programa, recomendar o seu **prosseguimento e alargamento, nomeadamente em termos de novas parcerias, com os sectores privado e social**, com os objectivos de reforçar os níveis de eficiência e eficácia do programa e, sobretudo, de começar a construir uma nova geração de políticas regionais.

A análise realizada sobre a bateria de **indicadores** permite retirar indicações e recomendações para uma desejável introdução de ajustamentos, visando nomeadamente:

- i. alargar o espectro do processo de avaliação e acompanhamento, que deverá passar a contemplar indicadores de impacto e aumentar a representatividade dos indicadores de resultados, em particular aos níveis dos eixos e do PO globalmente;
- ii. facilitar a verificação do cumprimento dos objectivos durante o acompanhamento da execução do programa;
- iii. garantir correspondência entre indicadores e projectos susceptíveis de serem apoiados para permitir o tratamento das questões da eficiência e da eficácia no contexto do processo de avaliação;
- iv. identificar com rigor o alcance e caminho de um indispensável processo de

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

- clarificação sobre os indicadores a incluir num grupo de indicadores-chave;
- v. situar a vantagem potencial de recorrer à construção de indicadores sintéticos resultantes, quer da agregação de indicadores respeitantes a níveis inferiores de programação, quer da agregação de indicadores respeitantes a domínios com acções em mais do que um eixo do programa.

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

811. Tendo em consideração a execução financeira, o Programa contribuiu sobretudo para o objectivo do QCA “Qualificação das áreas metropolitanas”, tendo também gerado um impacto acrescido sobre a qualificação dos espaços rurais e a melhoria da qualidade de vida. A contribuição para os outros objectivos do QCA (Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos recursos humanos, reforço da inclusão social e reforço do sistema urbano) foi menos intensa podendo-se afirmar que o impacto do programa terá sido claramente inferior.

812. A comparação do impacte potencial (ao nível da concepção) com o impacte efectivo (face à execução financeira) do Programa revela, no entanto, que, até à data, o contributo do PORLVT para o QCA foi superior ao inicialmente concebido para os objectivos de reforço da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, qualificação dos espaços rurais e melhoria da empregabilidade e claramente inferior no que se refere ao reforço do sistema urbano. A menor contribuição do Programa para este último objectivo pode ficar a dever-se ao facto de algumas das realizações neste domínio ainda não terem sido aprovadas ou se encontrarem ainda em curso e, como tal, apresentarem taxas de realização relativamente mais baixas.

813. O contributo do PO para o Valor Acrescentado Comunitário, identificado a partir da análise da eficácia de conjunto do Programa para os grandes objectivos de natureza nacional e comunitária, manifesta-se nos seguintes resultados:

- desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local através da melhoria da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural;

- expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas;
- resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos;
- contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social e (re)inserção no mercado de trabalho.

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

O contributo do programa, em termos de valor acrescentado comunitário, exige uma referência à situação transitória de “phasing-out” em que o PORLVT se enquadra, o que sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro imediato (reprogramações no QCA III e preparação da programação 2007-2013), quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.

No plano dos critérios associados à influência dos métodos comunitários importa, sobretudo, valorizar a experiência de **contratualização** ensaiada pela gestão do programa que, devendo ser inserida na lógica mais geral do desenvolvimento de **parcerias** alargadas, se assume como um caso de “boas práticas” gerado no seio do programa, cujo valor seria seguramente muito importante se a fase final de execução do PORLVT viesse a consagrar a sua consolidação e extensão, nomeadamente em termos de parceria entre o sector público e o sector privado.

Na necessidade de aumentar os níveis de alavancagem financeira dos fundos nacionais e comunitários afectos a intervenções estruturais, enquanto instrumento de promoção da respectiva eficácia, o que só será possível com um **alargamento do recurso ao modelo da montagem de parcerias**, quer entre os sectores privado e social e as instituições públicas, quer entre os diferentes níveis de organização das administrações públicas, **articulado com uma lógica de maior rigor e força**

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

indutora nos incentivos ou apoios a conceder (a recomendação vai no sentido de reduzir, por um lado, o âmbito material e funcional do investimento elegível, em sintonia com os objectivos estratégicos das intervenções, e de aumentar, por outro lado, a atractividade dos apoios, seja em termos de intensidade, seja, sobretudo, em termos de adequação formal aos investimentos);

Ainda no terreno da generalização das boas práticas identificadas pelos trabalhos de avaliação recomenda-se que se procure aprofundar ainda mais a articulação das **diferentes dimensões territoriais** integradas no PO reforçando o nível de cooperação e especialização intra-regional e, sobretudo, reforçando o papel das iniciativas susceptíveis de contribuir para a coesão económica e social da região.

A análise revela que a região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa um lugar privilegiado no quadro das regiões europeias em **regime transitório** de saída do objectivo 1. Neste sentido recomenda-se que as autoridades regionais, em estreita colaboração com a DG Regional da Comissão Europeia, organize atempadamente uma Conferência Internacional que permita reflectir em conjunto quer sobre os resultados da avaliação do processo de “phasing-out” em curso, quer, sobretudo, sobre a preparação do próximo período de programação.

AVALIAÇÃO INTERCALAR
DO PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

RELATÓRIO FINAL

VOLUME CENTRAL - ANEXOS

OUTUBRO DE 2003



AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Relatório Final

(Volume Central)

ANEXOS

ANEXOS – ÍNDICE

ANEXO AO CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA: CONTEXTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO	1
<i>ANEXO I.A - FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS GLOBAIS E ESPECÍFICOS DO PORLVT E DA TIPOLOGIA DE PROJECTOS DAS MEDIDAS.....</i>	<i>1</i>
ANEXO AO CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROGRAMA.....	53
<i>ANEXO IV. A. – INFORMAÇÃO ADICIONAL PARA A ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE SUPORTE DA INTERVENÇÃO.....</i>	<i>53</i>
ANEXOS AO CAPÍTULO V– AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA DO PROGRAMA	65
<i>ANEXO V.A. – MATRIZES DE AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA EXTERNA DO PO.....</i>	<i>65</i>
<i>ANEXO V.B. – MATRIZ COMPLETA DOS INDICADORES DO PROGRAMA (OFICIAIS E PROPOSTOS PELA EQUIPA DE AVALIAÇÃO).....</i>	<i>84</i>
<i>ANEXO V.C. – MATRIZ COMPLETA DOS INDICADORES DE CONTEXTO (OFICIAIS E PROPOSTOS PELA EQUIPA DE AVALIAÇÃO).....</i>	<i>121</i>
ANEXO VIII – AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA	139
<i>ANEXO VIII.A – AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES DO PO.....</i>	<i>139</i>
<i>ANEXO VIII.B – INDICADORES ADICIONAIS – MEDIDA 3.15</i>	<i>146</i>

ANEXOS – CAPÍTULO I

ANEXO AO CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA: CONTEXTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO

ANEXO I.A - FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS GLOBAIS E ESPECÍFICOS DO PORLVT E DA TIPOLOGIA DE PROJECTOS DAS MEDIDAS

Este documento serve de base ao trabalho de avaliação a desenvolver, tendo sido elaborado a partir de documentos relativos aos textos integrais do PO e do Complemento de Programação (CP), de acordo com a metodologia referida no ponto 2.4 deste Relatório “A evolução do PO: alterações introduzidas nos documentos de suporte”.

A elaboração de um documento de trabalho com estas características resulta da necessidade da equipa considerar sempre a mesma formulação dos objectivos e tipologias de projectos do PORLVT, assim como de poder identificar a respectiva evolução ao longo do tempo em função de alterações entretanto introduzidas nos documentos de suporte. Uma vez que apenas ocorreram alterações ao nível dos objectivos e das tipologias de projectos em sede de complemento de programação, o texto que se encontra “**a preto**” corresponde ao que consta das versões iniciais do PO e do CP (1º PO e 1º CP, com datas de 28/07/2000 e de 25/09/2000, respectivamente), enquanto que o texto evidenciado “**a azul**” (e assinalado com a letra A como forma de identificação em impressões a preto e branco) evidencia as alterações introduzidas no último CP (CP, com data de 30/07/2002).

Apresentam-se primeiramente os objectivos do programa e dos eixos, passando-se depois à apresentação dos objectivos e tipologias das medidas.

OBJECTIVOS DO PROGRAMA	
Objectivo global	A qualificação do território, das pessoas e organizações
Objs. específicos	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local
	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das subunidades regionais
	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região

EIXO PRIORITÁRIO 1: Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal	
Objectivo global	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local
Objs. específicos	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas
	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial
	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais
	Qualificar o potencial humano
	Valorização territorial assente no efeito multiplicador de intervenções dirigidas a espaços territoriais concretos
EIXO PRIORITÁRIO 2: Acções Integradas de Base Territorial	
Objectivo global	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das subunidades regionais
Objs. específicos	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável
	Requalificar a AML, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeam. e gestão urbana e de participação do público nos processos que levem à melhoria do ambiente urbano
	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da AML
	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social
	Promover a igualdade de oport., melhorando as condições de empregabilidade e qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social
EIXO PRIORITÁRIO 3: Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas	
Objectivo global	Promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
Objs. específicos	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o invest. no desenvolvimento local e social
	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar
	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário
	Actuar ao nível das activ. económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial
	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;
	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Admin. Pública no contexto da Sociedade de Informação
	Apoiar e melhorar as infra-estruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios
	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social;
	Estruturar as redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva
	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas
	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de LVT e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental
	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde

MEDIDA 1.1. ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Garantir um melhor acesso da população – residente e não residente – aos equipamentos e infra-estruturas de transporte existentes e a mobilidade nos centros urbanos		x		x	x
2	Dotar e valorizar a rede urbana local de equipamentos com funções de apoio directo à população, por forma a satisfazer as suas necessidades e a assegurar um nível elevado de serviços que tornem a região atractiva como espaço de vida e de trabalho e como espaço de lazer		x		x	x
	Tipologia dos projectos					
1	Infra-estruturas de apoio e gestão ao sistema e à rede de transportes		x		x	
2	Construção de variantes aos centros urbanos, circulares e outras ligações aos eixos principais		x		x	
3	Construção, beneficiação ou remodelação de estradas, caminhos municipais e rede viária urbana		x		x	
4	Construção de centros coordenadores de transportes e centros multimodais		x		x	
5	Construção e modernização de interfaces de passageiros e de transferência e armazenamento de mercadorias - destaque para a implementação de uma rede de plataformas logísticas inseridas em corredores de transporte, fluidos e funcionalmente hierarquizados, que proporcionem uma melhoria global dos serviços de transporte e de movimentação de cargas, assegurando a integração eficaz dos vários modos de transporte		x		x	
6	Infra-estruturas de espaços destinados à produção, apoio empresarial, parques de exposições, centros de negócios e de serviços		x		x	
7	Infraestruturação de espaços devidamente licenciados, através de processo específico, como Áreas de Localização Empresarial, direccionados para a criação de sinergias e prestação de serviços comuns às actividades económicas nelas instaladas ou a instalar, e geridos por sociedades gestoras		x		x	
8	Incremento da mobilidade quotidiana, através da elaboração de planos de transporte em zonas rurais pouco povoadas		x		x	
9	Projectos de apoio a acções complementares no domínio da segurança rodoviária, da sinalização e da redução do impacto acústico e ambiental		x		x	
	Construção/recuperação de escolas profissionais, de equipamentos escolares, desportivos, sociais, culturais, de lazer e de apoio à 3ª idade, jovens e infância		x		x	
11	Outros equipamentos de utilização colectiva		x		x	
12	Parques de estacionamento		x		x	

MEDIDA 1.2. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Objectivos específicos					
1	Melhorar os níveis e a qualidade de atendimento em infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, tendo em conta as exigências da legislação existente sobre a matéria a nível nacional e comunitário	x	x	x	x	
2	Preservar, recuperar e valorizar o património paisagístico, ambiental e patrimonial construído, através da requalificação da paisagem urbana e da valorização do património construído existente, envolvendo a recuperação de conjuntos e elementos com reconhecido valor arquitectónico e histórico, bem como tratamento de espaços exteriores e zonas envolventes	x	x	x	x	
3	Promover a sustentabilidade, no sentido da compatibilização dos objectivos de desenvolvimento com as necessidades da preservação do ambiente, nomeadamente o urbano		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Sistemas de abastecimento de água	x	x	x	x	
2	Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	x	x	x	x	
3	Sistemas de recolha, reciclagem, tratamento e eliminação de resíduos sólidos urbanos	x	x	x	x	
4	Aproveitamento de energias renováveis e desenvolvimento de energias alternativas		x		x	
5	Projectos de melhoramento da imagem e ambiente urbanos	x	x	x	x	
6	Recuperação e preservação do cultural	x	x	x	x	
7	Planos de salvaguarda de zonas históricas	x	x	x	x	

MEDIDA 1.3. CAPACIDADE INSTITUCIONAL REGIONAL (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Objectivos específicos					
1	Contribuir para melhorar a visibilidade e a notoriedade externas da Região, reforçando a sua competitividade dentro do quadro nacional e internacional, através da criação e apoio a estruturas de oferta de serviços, de acções de divulgação da Região, da promoção internacional, da sensibilização e envolvimento dos agentes económicos, sociais e institucionais para as dinâmicas da Região	x	x	x	x	
2	Estimular as dinâmicas de cooperação inter-institucional e inter-regional		x		x	
3	Assegurar a gestão, o acompanhamento e a avaliação das intervenções dos fundos estruturais bem como a sua eficácia, publicitação e divulgação	x		x		
	Tipologia dos projectos					
1	Projectos de apoio e divulgação de actividades e festividades tradicionais e a outros eventos culturais relevantes para a imagem das cidades e territórios		x		x	
2	Organização e promoção de encontros, seminários, mostras e exposições, congressos, feiras		x		x	
3	Projectos de promoção e cooperação internacional		x		x	
4	Criação e implementação de sistemas de informação regional e exploração das tecnologias SIG		x		x	
5	Estudos que permitam um melhor conhecimento e o equacionamento da gestão estratégica da Região		x		x	

MEDIDA 1.4. FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Apoiar as acções de formação profissional de funcionários e agentes da administração local, com o objectivo de assegurar a melhoria das condições económicas, sociais e culturais de cidadãos e empresas.		x		x	x
	Objectivos específicos					
1	Qualificar profissionalmente funcionários e demais agentes da Administração Local para as exigências de modernização administrativa e reorganização dos serviços da administração local		x		x	
2	Qualificar profissionalmente os que detém vínculo precário à Administração Local e estagiários, numa perspectiva de gestão estratégica de recursos humanos;		x		x	
3	Desenvolver e melhorar as competências em matéria de gestão e acompanhamento dos equip. colectivos e infra-estruturas de nível municipal e intermunicipal, nas fases de construção, programação, gestão, exploração e manutenção, tendo em vista melhorar a eficiência do funcionamento dos equipamentos e infra-estruturas apoiados pelos recursos materiais postos à disposição da Região		x		x	
4	Formar e qualificar os recursos humanos da Administração Local em domínios chave ainda pouco desenvolvidos e imprescindíveis para a integração na nova sociedade de informação e na utilização das novas tecnologias, bem como em domínios ligados à promoção, dinamização e desenvolvimento de projectos em sectores como o turismo, o património, a animação e outros de interesse local		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Acções de formação que visem a modernização e melhoria da qualidade da Administração Pública Local		x		x	
2	Acções de formação que visem apoiar processos de informatização para a modernização administrativa, para a desburocratização, para a qualidade, para a melhoria do serviço e da informação prestados aos cidadãos e às empresas		x		x	
3	Acções de formação que visem o reforço de competências técnicas para racionalização e optimização da utilização das infraestruturas e equipamentos de natureza municipal e intermunicipal, melhorando a qualidade do serviço prestado, ou que visem a atribuição de competências ao nível do planeamento, programação, execução e controlo de investimentos municipais e intermunicipais		x		x	
4	Acções de formação que visem o reforço das competências técnicas nos domínios do Planeamento, Ambiente, Ordenamento do Território, Gestão Urbanística e Transportes, no sentido de proporcionar maior qualidade de vida aos cidadãos, e ainda em novas áreas fundamentais que decorram do processo em curso de transferência de atribuições e competências para a Administração Pública Local		x		x	
5	Acções de formação que visem garantir a formação generalizada e a sensibilização para o uso intensivo dos meios informáticos, assegurando o nível de conhecimentos básico e necessário ao desempenho eficiente e eficaz de funções mediante a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação		x		x	
6	Acções de formação que visem o apoio ao desenvolv. da formação		x		x	

MEDIDA 1.5. ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Promover a sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional, visando criar sinergias e massa crítica em articulação com outras medidas de qualquer dos eixos do Programa	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, e fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais	x	x	x	x	
2	Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional	x	x	x	x	
3	Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental	x	x	x	x	
4	Criar ou melhorar as condições, designadamente infra-estruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano	x	x	x	x	
5	Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenv. urbano, bem como sistemas de informação e comunicação	x	x	x	x	
	Tipologia dos projectos					
1	Projectos de revitalização económica e social no âmbito da recuperação urbana e territorial e da valorização de espaços específicos, compreendendo o apoio a projectos de tratamento e regeneração física de áreas degradadas e de zonas territoriais de elevada valia		x		x	
2	Projectos que permitam dar relevo e consolidar potencialidades económicas específicas da região, do ponto de vista territorial		x		x	
3	Projectos específicos de requalificação económica territorial, de modo a viabilizar a utilização destes espaços, de forma sustentável, por parte da actividade produtiva e das populações		x		x	
4	Projectos de desenvolvimento de formas institucionais de cooperação entre a Administração Central (e os seus vários sectores) e a Local, recorrendo também a sistemas de contratualização com os diversos actores locais do desenvolvimento económico e social		x		x	
5	Projectos de reforço das dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos específicos		x		x	
6	Projectos de criação, em rede, de infra-estruturas e equipamentos, tendo em vista o desenvolvimento articulado e hierarquizado do território da Região		x		x	

Embora não exista qualquer referência no CP, foram incluídas na medida duas acções que têm por objectivo global tornar atractivas as áreas suburbanas, combatendo o desordenamento e a desqualificação territorial e urbanística, e aliviar o congestionamento da AML - Área Metropolitana de Lisboa, apoiando projectos estratégicos integrados, traduzindo uma actuação de conjunto para o território em questão:

- Reforço e qualificação do Sistema Urbano Regional → pretende apoiar intervenções que promovam a consolidação, qualificação e valorização dos sistemas urbanos do Oeste e Vale do Tejo
- PROQUAL – Programa Integrado de Qualificação das Áreas Metropolitanas → pretende apoiar acções que promovam uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável

MEDIDA 1.6. BONIFICAÇÃO DE JUROS EM LINHAS DE CRÉDITO AO INVESTIMENTO AUTÁRQUICO (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Implementação de um Instrumento para financiamento complementar do investimento autárquico, a fim de assegurar os meios financeiros adequados à sua execução	x		x		x
	Objectivos específicos					
1						
	Tipologia dos projectos					
1	Bonificação de juros em linhas de crédito destinadas ao financiamento complementar dos projectos de investimento de natureza municipal e intermunicipal participados pelo FEDER e aprovados no âmbito do QCAIII ou dos programas de iniciativa comunitária	x	x	x	x	

MEDIDA 2.1. QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE TERRITORIAL (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Melhorar os parâmetros ambientais urbanos, designadamente, da qualidade do ar, dos níveis de ruído e da qualidade da paisagem urbana		x		x	
2	Melhorar a qualidade de vida dos residentes e utentes dos espaços urbanos		x		x	
3	Promoção da qualidade do espaço público urbano potenciador da melhoria do desempenho das actividades económicas		x		x	
4	Promoção da gestão sustentável urbana, contribuindo para a minimização do consumo de recursos naturais, nomeadamente da água, das fontes de energia não renováveis e do solo		x		x	
5	Promoção da mobilidade urbana sustentável		x		x	
6	Promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, nomeadamente para comércio, serviços, habitação, recreio, cultura e lazer		x		x	
7	Promoção de acções de Qualificação Urbana e ambiental nas áreas de realojamento, em articulação com os programas nacionais apoiados pelo SEM e ainda os projectos de renovação urbana dos bairros de arrendamento público já existentes, quando integrados em acções de recuperação no edificado dos mesmos, promovidos pela entidade proprietária e integrados em programas de intervenção territorial em que a recuperação física está associada ao desenvolvimento da acção social		x		x	
8	Promoção de acções com efeito catalisador na revitalização das cidades, assegurando padrões elevados de qualidade ambiental e urbanística		x		x	
9	Reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Projectos que promovam a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público, contemplando mobiliário urbano e outro equipamento considerado necessário		x		x	
2	Projectos que contribuam para o incremento da extensão dos percursos de circulação pedonal e de bicicletas		x		x	
3	Projectos que contribuam para a restrição à circulação automóvel, em particular dos veículos de utilização individual através, nomeadamente, da criação de áreas de estacionamento e da reestruturação da rede viária na malha urbana		x		x	
4	Projectos que promovam a utilização dos modos de transporte colectivo e/ou promovam modos de transporte urbanos favoráveis ao ambiente		x		x	

5	Projectos que visem a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade		x		x	
6	Recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional		x		x	
7	Aquisição de terrenos e construção de infraestruturas destinadas ao desenvolvimento de operações de realojamento de populações recenseadas, no Programa Especial de Realojamento na AML (PER)		x		x	
8	Construção/renovação das infra-estruturas nos bairros de arrendamento público		x		x	
9	Projectos de valorização urbanística e ambiental dos espaços públicos de áreas de realojamento, de bairros de arrendamento público e de zonas anteriormente ocupadas por barracas, contemplando mobiliário urbano e outro equipamento considerado necessário, nomeadamente, desportivo e de lazer, equipamentos de proximidade, de gestão e integração social da população residente e projectos que visem o apoio à infância, aos idosos ou a populações em risco		x		x	
10	Projectos de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio, e/ou cujas funções anteriores foram desactivadas, podendo contemplar a modernização de infra-estruturas, a criação de espaços colectivos de identidade e referência urbana, a promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação		x		x	
11	Ações que permitam a melhoria da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público, através de estudos, planos, projectos e infra-estruturas que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público		x		x	
12	Estudos, planos, projectos e assessoria técnica tendo vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta Medida		x		x	

Nota: Os objectivos específicos referidos no PO e no CP não são os mesmos, encontrando-se mais resumidos no PO (3 obj. específicos). No PO distinguem-se duas acções no âmbito desta medida (o que não acontece no CP), para as quais também são também enumerados objectivos específicos

MEDIDA 2.2. QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE EMPREGABILIDADE (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Apoiar acções formação que, estando relacionadas com os domínios prioritários da Medida 2.1, proporcionem a dinamização das actividades no espaço urbano, através da criação e reforço de uma mão-de-obra competente, qualificada e adaptável, nomeadamente nos domínios das novas tecnologias, do ambiente e da gestão urbana, para além de projectos que desenvolvam o espírito de iniciativa e de condições que facilitem a criação de emprego		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Promover o desenvolvimento de competências profissionais para a gestão de redes de serviços urbanos e metropolitanos, para a criação de iniciativas empresariais nos domínios, nomeadamente, do comércio, turismo, tecnologias da informação, cultura, património, animação urbana, apoio social, assim como no âmbito do acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social e do apoio a projectos de promoção do emprego e de estágios de formação profissional	X	X	X	X	
2	Fortalecer a articulação das políticas no espaço regional, valorizando tanto as identidades e especificidades locais como as estratégias de parceria	X	X	X	X	
3	Fortalecer o espírito de coesão da AML, valorizando as suas interações internas e o reconhecimento externo da imagem e da capacidade organizativa de eventos de repercussão regional, nacional e internacional	X	X	X	X	
	Tipologia dos projectos					
1	Acções de formação que reforcem as competências, nomeadamente, nos domínios da programação e produção cultural, da animação urbana, do apoio ao comércio e restauração, das tecnologias de informação, dos serviços de ambiente, do apoio à gestão de equipamentos colectivos, da reabilitação do património, etc.; dinamizem iniciativas ligadas ao turismo, comércio, ambiente, novas tecnologias, cultura e ao património; qualifiquem o planeamento da rede e a gestão de serviços e equipamentos nas áreas, nomeadamente, do ambiente, transportes, cultura, apoio social, desporto e lazer; melhorem a promoção, gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social; reforcem as competências empresariais, ao nível da promoção de produtos e actividades no exterior, da captação de investimentos, das novas tecnologias, da inovação organizacional, etc.	X	X	X	X	

Nota: No PO distinguem-se duas acções no âmbito desta medida (o que não acontece no CP), no entanto os objectivos específicos referidos são os mesmos.

MEDIDA 2.3. VALTEJO - VALORIZAÇÃO DO TEJO (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazer e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem-estar social (*)	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Apoiar e promover as intervenções de regularização do Tejo, desassoreamento, despoluição e preservação de ecossistemas, de forma a minimizar as cheias e a garantir uma qualidade mínima das águas necessária ao desenvolvimento das práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora		x		A	
1A	Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento das práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora					
2	Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer, apostando nos novos segmentos de mercado: o turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos.	x	x	x	x	
3	Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como as vivências e tradições, apoiando, também as actividades tradicionais e criando infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural	x	x	x	x	
4	Melhorar as condições de atravessamento do Tejo, tornando as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região.		x		A	
4A	Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e Região					
	Tipologia dos projectos					
1	Proj. de reparação, defesa margens e reforço dos diques de protecção		x		x	
2	Projectos de ordenamento e arranjo paisagístico das margens do rio		x		x	
3	Projectos de equipamentos de valorização lúdico-turística		x		x	
4	Projectos de reabilitação e valorização do património		x		x	
5	Projectos de recuperação e revitalização dos centros históricos		x		x	
6	Projectos de reabilitação, valorização e melhoria de funcionalidade dos aglomerados urbanos ribeirinhos		x		x	
7	Projectos de reforço do turismo rural		x		x	
8	Projectos de elaboração de rotas temáticas		x		x	
9	Projectos de valorização de espaços estratégicos		x		x	
10	Projectos de melhoria da mobilidade e acessibilidades		x		x	
11	Estudos e projectos técnicos directamente relacionados com a concretização dos projectos de investimento		x		x	
12	Projectos de construção de infra-estruturas ambientais e de qualificação do ambiente (esta tipologia foi retirada na última versão do CP)		x			

(*) Este objectivo global surge no CP como um dos objectivos específicos

MEDIDA 2.4. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Apoiar acções formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pela Acção Integrada de Base Territorial VALTEJO (Medida 2.3)	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Qualificar os recursos humanos e promover a empregabilidade, tendo em vista a preservação das actividades económicas tradicionais, a valorização dos valores culturais, históricos e patrimoniais da região, a fixação da população e o desenvolvimento sustentado do turismo		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Acções de formação destinadas a valorizar os saberes e competências já existentes, conferindo-lhes maior valor acrescentado e qualidade	x	x	x	x	
2	Estágios profissionais e formação qualificante em áreas estratégicas ligadas ao turismo, animação cultural e novas tecnologias	x	x	x	x	
3	Acções de formação tendo em vista a promoção e divulgação da imagem do Vale do Tejo	x	x	x	x	

MEDIDA 3.1. PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Promoção da inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população portuguesa mais jovem, em consonância com os objectivos inscritos em directrizes do Pilar I do Plano Nacional de Emprego		x		x	x
	Objectivos específicos					
1	Formação inicial qualificante de pessoas à procura do primeiro emprego ou que já tenham tido um emprego não qualificado, proporcionando-lhes uma qualificação profissional a que pode estar associada uma progressão escolar	x		x		x
	Tipologia dos projectos					
	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar:					
1	Acções desenvolvidas no âmbito do Sistema de Aprendizagem, assente num modelo pedagógico caracterizado pela alternância entre os contextos de formação e trabalho, facultando o acesso a qualificações profissionais de níveis 1,2 e 3 e certificações escolares ao nível dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário		x		x	
2	Acções de qualificação inicial desenvolvidas pelas Escolas de Hotelaria e Turismo, destinadas a jovens com o 9º ano, com uma duração de três anos e componentes de estágio em contexto real de trabalho. A conclusão destas acções com aproveitamento confere uma qualificação profissional de nível 3 e uma equivalência escolar ao 12º ano		x		x	
3	Acções de Formação Sócio-Profissional, modalidade de formação que visa facultar soluções flexíveis para os jovens que abandonaram precocemente o sistema educativo sem terem completado o 1º ou 2º Ciclo do Ensino Básico. Esta modalidade de formação pode conferir uma qualificação profissional de nível 1 e 2 e uma equivalência aos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico		x		x	
4	Acções de Educação/Formação, destinadas aos jovens que abandonaram o sistema educativo após a conclusão do 2º Ciclo. Esta modalidade de formação de nível 2, confere equivalência escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico e uma certificação profissional de nível 2		x		x	
	Formação Inicial para a Qualificação Profissional:					
5	Acções de Qualificação Inicial orientadas para a aquisição de competências técnicas e transversais, necessárias ao exercício de uma profissão, que conferem uma certificação profissional de nível 1, 2 e 3. Integram componentes de formação Sócio-Cultural, Científico-Tecnológica e sempre que possível, deverão, prever uma componente de Formação em Contexto de Trabalho, com vista à consolidação das competências técnicas apreendidas e aproximação ao mundo laboral		x		x	
6	Acções de Formação - Emprego de nível 2, ajustadas a desempenhos profissionais específicos e baseadas numa sólida formação prática em contexto de trabalho, onde são aplicados e ampliados os conhecimentos adquiridos em contexto de formação		x		x	
7	Acções de Especial. Tecnol., modalidade de formação pós-secundária e não superior, orientada para o aprofundamento dos conhecimentos científicos e das competências técnicas adquiridas previamente, na mesma área ou em área afim, destinadas a candidatos com uma qualificação de nível 3, que confere certificação profissional de nível 4 e releva para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior		x		x	

MEDIDA 3.2. FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados, em consonância com os objectivos inscritos em directrizes dos Pilares I e II do Plano Nacional de Emprego		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Desenvolvimento das competências dos activos empregados numa perspectiva de formação ao longo da vida, em paralelo com o apoio à capacidade de adaptação das PME, através de intervenções específicas dirigidas ao seu desenvolvimento organizacional	X		X		X
	Tipologia dos projectos					
	Formação Profissional Contínua:					
1	Acções de formação que visam a qualificação ou reconversão profissionais, destinadas fundamentalmente a trabalhadores menos qualificados ou semi-qualificados. A formação deverá assentar em modelos flexíveis e preferencialmente modulares, de forma a que os activos possam seguir percursos formativos acumulando créditos respeitantes às competências adquiridas ao longo de cursos de formação de menor dimensão (unidades capitalizáveis);		X		X	
2	Sempre que se mostre adequado, será estimulado o reforço da progressão escolar dos activos com reduzidas habilitações;		X		X	
3	Acções de formação de actualização e aperfeiçoamento destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizados ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações;		X		X	
4	Acções de formação de actualização e aperfeiçoamento dirigidas a trabalhadores da Administração Pública, incluindo quadros e dirigentes, orientada, fundamentalmente para a promoção do uso das novas tecnologias de informação e comunicação;		X		X	
5	Acções de formação contínua destinadas a trabalhadores do sector da saúde.		X		X	
	Formação e Desenvolvimento Organizacional:					
6	Acções de Consultoria Formativa especificamente dirigidas a PME's e sustentadas em modelos de diagnóstico situacional flexíveis e integrados, numa óptica de adaptação às necessidades e objectivos de pequenas e médias empresas. Estas acções incluem a consultoria nos domínios da gestão, a formação de empresários, quadros e gestores em áreas de suporte ao desenvolvimento empresarial e a formação dos trabalhadores das PME's em áreas detectadas como necessárias ao desenvolvimento da empresa;		X		X	
7	Intervenções que visem a inovação organizacional em sentido amplo, através do desenvolvimento de acções de formação, bem como o apoio a projectos que se proponham implementar novas soluções organizacionais nesta área.		X		X	

MEDIDA 3.3. QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)

	Objectivo global	1°PO	1°CP	PO	CP	Equipa
	Combate sistemático ao desemprego estrutural, através de uma intervenção precoce junto dos desempregados, minimizando o risco do desemprego de longa duração	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Reforço das competências/qualificações profissionais, bem como a integração em processos potenciadores da (re)integração profissional, visando a promoção da empregabilidade dos desempregados		x		x	x
	Tipologia dos projectos					
	Formação Profissional:					
1	Acções de Qualificação ou Reconversão Profissional que possibilitem a capitalização de saberes na área de desempenho do trabalhador ou em área diferente. Esta modalidade assentará em modelos sistemáticos, flexíveis e, preferencialmente modulares, permitindo, por esta via, uma creditação de competências, valorizável em termos de obtenção de um nível de qualificação;		x		x	
2	Modalidades de formação que estimulem o reforço da progressão escolar, a par de uma qualificação profissional, designadamente acções de Formação Socio-Profissional e Educação-Formação, destinadas a trabalhadores que não tenham completado os 2º e 3º ciclo do Ensino Básico;		x		x	
3	Acções de Formação-Emprego, destinadas aos desempregados que pretendam desenvolver um projecto específico de inserção, baseadas numa sólida formação prática em contexto de trabalho, onde são ampliados os conhecimentos apreendidos em contexto de formação;		x		x	
4	Acções destinadas a trabalhadores portadores de habilitações de nível superior que, num quadro de aceleradas transformações dos mercados e das tecnologias, necessitem de aprofundar competências transversais ou complementar qualificações técnicas, de forma a facilitar a sua reinserção no mercado de emprego.		x		x	
	(Re) Inserção Profissional:					
5	Possibilitar aos desempregados, estágios profissionais em contexto de trabalho, que promovam a sua (re)inserção no mercado de trabalho, facilitando, igualmente, o processo de recrutamento das empresas		x		x	

MEDIDA 3.4. CRIAÇÃO DE EMPREGO (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Responder de forma precoce aos problemas do desemprego, através de uma estratégia baseada nas potencialidades acrescidas da abordagem territorial para as questões do mercado de emprego	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Promover a criação de emprego a nível local através do apoio ao desenvolvimento do espírito empresarial nas pessoas desempregadas	x		x		
2	Incentivar a criação de emprego no âmbito da economia social	x		x		
3	Reforçar as condições de eficácia das redes regionais de agentes públicos e privados envolvidos na promoção das qualificações e do emprego.	x		x		
	Tipologia dos projectos					
1	Concessão de subsídios não reembolsáveis pela criação líquida de postos de trabalho para a constituição de unidades empresariais, em sentido lato, ou para a sua viabilização e consolidação, tendo como limite unidades com dimensão até 20 trabalhadores		x		x	
2	Os projectos candidatos podem ou não integrar uma componente FEDER		x		x	
3	Apoio a iniciativas individuais ou de grupo que visem a criação do próprio emprego, nomeadamente através da elaboração e acompanhamento do projecto, quer do apoio financeiro sob a forma de concessão de subsídios não reembolsáveis		x		x	
4	Acções de formação em constituição, organização e gestão de iniciativas empresariais, destinadas quer a candidatos à criação de unidades empresariais, quer a candidatos à criação do próprio emprego		x		x	

MEDIDA 3.5. EFICÁCIA E EQUIDADE DAS POLÍTICAS (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Consolidar e desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego, tendo em vista a sua qualidade, eficácia e acessibilidade		x		x	x
	Objectivos específicos					
1	Desenvolver/modernizar estruturas e serv. apoio ao emprego e form.	x		x		
2	Qualificar os profissionais das políticas de emprego e formação	x		x		
3	Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres através de uma acção positiva junto de agentes estratégicos	x		x		
	Tipologia dos projectos					
1	Acções destinadas a introduzir melhorias no quadro de funcionamento dos sistemas de informação profissional, designadamente através da concepção e disponibilização de instrumentos de suporte informático e do sistema de orientação profissional através, nomeadamente da criação de instrumentos técnicos que favoreçam os processos de (re)integração dos candidatos inscritos para emprego		x		x	
2	Apoio ao desenv. de estudos que objectivem o conhec. de situações, problemas e perspectivas de evolução do mercado de emprego da região, bem como à concepção e produção de recursos informativos e formativos com elevado grau de transferibilidade e efeito multiplicador		x		x	
3	Suporte à criação, apetrechamento e funcionamento de unidades de apoio à inserção profissional que funcionem como agentes prospectores de possibilidades de emprego ou despiste para processos formativos, constituindo, desta forma, um complemento à rede pública de serviços de emprego e formação		x		x	
4	Consolidação de uma rede de centros de recursos destinados a desenvolver soluções que visem dar resposta às necessidades de formação, informação e investigação, nas áreas de conhecimento ou sectores de actividade económica onde operem		x		x	
5	Acções de formação inicial e contínua destinadas aos agentes da política de emprego e formação, tais como: conselheiros de orientação profissional, técnicos de emprego, formadores, promotores de formação, técnicos de formação, técnicos de audiovisuais, entre outros		x		x	
6	Concepção e desenvolvimento de acções de sensibiliz. e comunic. sobre a temática da igualdade de oport., visando, designadamente os empregadores e o meio em que se encontram inseridos socialmente, outros públicos estratégicos e os jovens inseridos no sistema de ensino ou mercado de trabalho		x		x	
7	Formação de públicos estratégicos no domínio da igualdade de oport.		x		x	
8	Apoios à concessão de "prémios prestígio" às empresas e aos serviços públicos com políticas exemplares na área da igualdade, encorajando-os a que se constituam em difusores privilegiados da promoção da igualdade de oport. nas organizações e na sociedade		x		x	
9	Criação de um sistema de apoios às entidades empregadoras nos domínios da organiz. trabalho, desde a fase de realização de diagnóstico sobre a situação dos homens e mulheres nessas organiz. até à concretização de planos integrados para a igualdade de oport.		x		x	

Nota: Embora não se reflita no CP, foram publicados dois regulamentos específicos no âmbito da Medida 3.5, relativamente à tipologia de projectos referente à Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres e à tipologia de Centros de Recursos.

MEDIDA 3.6. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Fomentar a integração social e profissional de grupos com necessidades especiais de acesso ao mercado de trabalho		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Promover o desenvolvimento social integrado de comunidades e grupos sujeitos a fenómenos agravados de exclusão	X		X		
2	Promover a Inserção Social e Profissional das Pessoas com Deficiência	X		X		
3	Promover a Inserção Social e Profissional dos Grupos Desfavorecidos	X		X		
4	Promover a Inserção Social e Profissional através dos instrumentos que corporizam o Mercado Social de Emprego	X		X		
	Tipologia dos projectos					
	Apoio ao Desenvolvimento Social:					
1	Implementação, na região, da Rede Social para o Desenvolvimento, através da dinamização e consolidação de redes territoriais, no contexto do processo de planificação integrada do desenvolvimento social;		X		X	
2	Intervenções orientadas para a promoção das competências pessoais e sociais e promoção da participação e acção comunitária, como forma de reforçar a melhoria das condições de vida das pessoas, das comunidades e dos grupos sociais em situação de desfavorecimento ou exclusão social. Estas acções desenvolver-se-ão, através, nomeadamente, de acções sócio-educativas, acções sócio-profissionais, acções de mobilização e acompanhamento personalizado às pessoas e famílias, acções comunitárias e apoio ao funcionamento de serviços e equipamentos de apoio social que permitam conciliar a vida profissional e familiar;		X		X	
3	Formação dos agentes que intervêm directamente nos processos de desenvolvimento sócio-comunitário.		X		X	
	Promoção da empregabilidade dos grupos desfavorecidos:					
4	Acções de informação e avaliação/orientação profissional;		X		X	
5	Acções de formação profissional assentes em percursos formativos ajustados aos perfis e projectos pessoais;		X		X	
6	Acções de formação visando facilitar a transição da escola para a vida activa de jovens com deficiência que não tenham capacidade para cumprir o curricular escolar normal;		X		X	
7	Acções de readaptação ao trabalho, visando a reintegração profissional, incluindo a reabilitação funcional, avaliação e actualização de competências pessoais, sociais e relacionais;		X		X	
8	Apoio à integração, visando estimular a criação do próprio emprego e a contratação de pessoas com dificuldades acrescidas de inserção;		X		X	
9	Apoios que visem a eliminação de barreiras arquitectónicas e adaptação de postos de trabalho;		X		X	

10	Apoios à mediação e acompanhamento no processo formativo e de inserção profissional, nomeadamente durante o período de adaptação ao posto de trabalho;		x		x	
11	Formação de recursos humanos que intervêm na área dos desfavorecidos		x		x	
	Mercado Social de Emprego:		x		x	
	Formação em actividades de interesse social, nomeadamente no domínio da prestação de serviços de proximidade e à comunidade;		x		x	
13	Formação e apoio à criação de postos de trabalho, com vista à satisfação de necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado de trabalho, designadamente através das Empresas de Inserção;		x		x	
14	Apoio ao desenvolvimento de modalidades de ocupação profissional em áreas de interesse social, designadamente nos domínios da prestação de serviços de proximidade e à comunidade, como sejam o apoio domiciliário, o ambiente e a valorização do património cultural e natural;		x		x	
15	Formação destinada a desempregados, com vista a proporcionar-lhes qualificações profissionais associadas a áreas tradicionais, designadamente artes e ofícios, a desenvolver nas denominadas Escolas-Oficina.		x		x	

MEDIDA 3.7. APOIO AO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e reforçar a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Dinamização do desenvolvimento local e a criação de emprego, através do apoio ao investimento em iniciativas locais que visem a criação directa de postos de trabalho	X		X		X
2	Dotar os agentes da política de emprego e formação das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da sua acção	X		X		X
3	Apoio ao desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos/serviços vocacionados para a promoção do desenvolvimento social assim como ao respectivo funcionamento, particularmente em zonas de elevada carência	X		X		X
	Tipologia dos projectos					
	Acção 1. Apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego		X		X	
1	Concessão de apoios financeiros sob a modalidade de bonificação de juros de financiamento bancário, subsídios reembolsáveis conjugados com subsídios a fundo perdido, destinados à criação, viabilização e consolidação de unidades empresariais, em sentido lato, com dimensão até 20 trabalhadores		X		X	
2	Acções de assistência técnica especializada, designadamente, em organização, finanças, contabilidade, contencioso e registo de marcas numa perspectiva de garantia da consolidação e sucesso dos projectos		X		X	
3	Os apoios financeiros destinam-se a: compra de equipamento, à excepção de viaturas ligeiras; compra de mobiliário; compra de activo incorpóreo; Projecto de decoração de interiores e "lay outs" de instalações fabris		X		X	
	Acção 2. Infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação profissional					
4	Aquisição de terrenos e aquisição, construção e adaptação de infra-estruturas para Centros de Formação e Centros de Emprego;		X		X	
5	Aquisição de terrenos e aquisição, construção e adaptação de infra-estruturas para espaços e serviços que facilitem o acesso de determinados grupos aos serviços oferecidos nesses locais, designadamente espaços/serviços junto de unidades de formação favorecedores da conciliação da vida familiar com as actividades de qualificação;		X		X	
6	Financiamento da aquisição de equipamentos associados a infra-estruturas de apoio às políticas de emprego e formação.		X		X	

	Acção 3. Rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social				
7	Apoio à criação de estruturas de apoio social integrado, através do financiamento de equipamentos/serviços tais como, creches, centros de dia, ATL, centros comunitários, estruturas de apoio domiciliário, unidades de apoio integrado e estruturas de atendimento/accompanhamento social e de apoio social directo;		X		X
8	Apoios para a aquisição, construção ou adaptação de infraestruturas e para a aquisição de equipamentos que facilitem a formação e a integração sócio-económica de pessoas com deficiência. Os apoios a conceder destinam-se a: concepção do projecto, construção, adaptação, conservação ou aquisição de estruturas de avaliação/orientação e formação profissional, de estruturas de mediação para o emprego e acompanhamento pós-colocação e respectivos serviços de apoio, nomeadamente unidades de alojamento transitório;		X		X
9	Realização de obras e aquisição de equipamentos para eliminação de barreiras arquitectónicas e adaptação de postos de trabalho.		X		X
10	Apoios para a aquisição, construção ou adaptação de infraestruturas e para a aquisição de equipamentos que facilitem a formação e a integração sócio-económica de outros grupos sociais com particulares problemas de inserção. Os apoios a conceder destinam-se a: concepção, construção, adaptação, conservação ou aquisição de instalações destinadas ao desenvolvimento de acções de informação/orientação, adaptação ao sistema de formação, experiências de pré-profissionalização, formação sócio-educativa e formação profissional, de estruturas de mediação para o emprego e acompanhamento pós-colocação e respectivos serviços de apoio, bem como outras estruturas, designadamente, comunidades de estadia, apartamentos de reinserção e casa de meio caminho;		X		X
11	Aquisição de equipamentos para apetrechamento das estruturas criadas ou adaptadas e a reconversão e reequipamento de estruturas já existentes.		X		X

Nota: Foram aqui considerados como objectivos específicos os elencados em cada uma das três linhas de acção em que se divide esta medida

MEDIDA 3.8. INFRA-ESTRUTURAS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais do Plano de Desenvolvimento Educativo para Portugal - PRODEP III, no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Construir as escolas dos ensinos básico e secundário necessárias, de modo a erradicar os estabelecimentos com instalações provisórias ou pré-fabricadas		X		X	
2	Assegurar o completamento das escolas existentes de 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com laboratórios, bibliotecas e infra-estruturas desportivas		X		X	
3	Apoiar a criação e remodelação de jardins de infância, visando a rápida expansão e generalização da frequência da educação pré-escolar, ao nível da região		X		X	
4	Apetrechar os estabelecimentos de ensino, designadamente os de ensino secundário, visando, ao nível de região, a capacidade da oferta de uma rede integrada de ensino tecnológico e profissional		X		X	
	Tipologia dos projectos					
1	Através desta medida será apoiada financeiramente a construção, reparação, remodelação, ampliação e apetrechamento de estabelecimentos de educação e ensino, ao nível da educação pré-escolar, dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário, incluindo-se neste último as Escolas Profissionais, públicas e privadas		X		X	

MEDIDA 3.9. ENSINO PROFISSIONAL (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período 2000-2006	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Estimular a procura de formação inicial (escolar e profissional), inserida no sistema educativo, através do apoio ao funcionamento de cursos profissionais que preparem os jovens para um exercício profissional qualificado ou para o ingresso no ensino superior		x		x	
2	Qualificar e diversificar a oferta criando uma rede regionalizada de formações iniciais qualificantes de nível III		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	No âmbito desta Medida é apoiado o funcionamento de cursos profissionais, autorizados pelo Ministério da Educação, que satisfaçam os seguintes requisitos: - Serem cursos de nível secundário que atribuam diplomas equivalentes ao diploma do ensino secundário regular e uma certificação profissional de Nível III; - Organizarem a formação em módulos de duração variável, combináveis entre si e com a duração de 3 anos, sendo a respectiva carga horária a que resultar do plano curricular aprovado; - Inserirem-se no plano curricular dos Cursos Profissionais, o qual inclui componentes de: formação sócio-cultural, comum a todos os cursos; formação científica; formação técnica, tecnológica ou artística específica de cada curso; - Preverem pelo menos um período de formação em contexto de trabalho directamente ligado a actividades práticas no domínio profissional respectivo e em contacto com o tecido sócio-económico envolvente e que deve revestir, sempre que possível, a forma de estágio; - Preverem um sistema de avaliação de conhecimentos directamente referida à aprendizagem dos alunos, respeitando os princípios da organização modular da formação e concluindo-se obrigatoriamente pela prestação de uma prova de aptidão profissional.		x		x	
2	Poderão também ser apoiados cursos vocacionais dirigidos a jovens que, tendo concluído o 2º ciclo do ensino básico, manifestem aptidão e interesse por áreas artísticas. Estes cursos têm a duração de 3 anos, conferindo diploma de escolaridade básica e uma certificação de nível II.		x		x	

MEDIDA 3.10. ECONOMIA (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	n.d. (Prossegue os objectivos gerais do POE)					
	Objectivos específicos					
1 1A	Promover a reconversão de Parques Industriais, tornando-os verdadeiros centros de negócios, incluindo o fomento da sustentabilidade, a gestão de infra-estruturas comuns de apoio e a prestação de serviços às empresas instaladas <i>Promover a criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial, tornando-as verdadeiros centros de negócios, incluindo o fomento da sustentabilidade, a gestão de infra-estruturas comuns de apoio e a prestação de serviços às empresas instaladas (*)</i>		X		A	
2	Favorecer abordagens territoriais de valorização turística através da mobilização de esforços e sinergias entre agentes públicos e privados para actuação integrada em determinadas zonas com potencial de desenvolvimento	X	X	X	X	
3	Promover a melhoria da qualidade da oferta de alojamento destinado ao turismo juvenil e contribuir para a dinamização de áreas turísticas	X	X	X	X	
4	Contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo do gás natural	X	X	X	X	
5	Modernizar e reorientar as infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos e de consultoria <i>Promover o reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação (**)</i>		X		A	
6	Promover a inovação empresarial	X	X	X	X	
7 7A	Modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas no domínio do apoio à qualidade <i>Modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação (***)</i>		X		A	
8	Garantir o abastecimento de energia a empresas e consumidores em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo, contribuindo para o desenvolvimento económico da região	X	X	X	X	
9	Promover a utilização de novas tecnologias com impacte benéfico para o ambiente	X	X	X	X	
	Tipologia dos projectos					
1	Os projectos a considerar nesta medida devem reportar-se aos sectores de actividades da Indústria e Energia, Construção, Comércio, Turismo e Serviços visados no Programa Operacional da Economia. Podem ainda ser consideradas por despacho ministerial, projectos com relevância excepcional de outros sectores de actividade, de acordo com os objectivos específicos visados.		X		X	

	Ação A. Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento				
2	Projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), enquanto espaços privilegiados para explorar a localização de actividades económicas, particularmente nos domínios da indústria e dos serviços de apoio à produção, montagem ou distribuição (logística) ou das infraestruturas comuns nas áreas da produção e distribuição de energia (térmica e eléctrica), tratamento de efluentes e resíduos, higiene e segurança;		X		X
3	Projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER) que visem actuar de forma integrada e desejavelmente em parceria público/privado numa determinada zona, para criar condições e uma massa crítica para o aproveitamento do potencial turístico. Incluem não apenas alojamento mas igualmente equipamentos de animação turística, restauração, promoção e eventuais infraestruturas públicas necessárias ao projecto;		X		X
4	Projectos de expansão e valorização da Rede Nacional de Turismo Juvenil, através da construção de novas unidades e da recuperação e renovação das unidades que não ofereçam condições de segurança e de qualidade. As novas unidades desfrutarão do potencial turístico da região, fruto da sua proximidade com Lisboa, e do seu património arquitectónico e paisagístico;		X		X
5	Projectos de conversão de consumos de energia para gás natural.		X		X
	Ação B. Melhoria da envolvente empresarial				
6A	Projectos de investimento relativos à criação ou à modernização e consolidação das instituições de interface e de assistência empresarial, tendo em vista a sua reorientação estratégica para um apoio efectivo às empresas, no sentido de as ajudar a identificar os problemas e a resolvê-los, através da sua capacidade de investigação aplicada, transferência de tecnologia ou de intermediação junto dos centros de saber. (Enquadram-se neste tipo de instituições, designadamente os Centros Tecnológicos, os Centros de Excelência e de Transferência de Tecnologia, os Institutos de Novas Tecnologias, os Parques e Pólos Tecnológicos, as Incubadoras e Ninhos de Empresas, as Agências públicas, as Infra-estruturas de Protecção Ambiental e certas Infra-estruturas específicas em domínios como o da internacionalização das empresas e da logística dos transportes) <i>Criação de infra-estruturas dos Sistemas Tecnológicos, da formação do Sistema Português da Qualidade e outras infra-estruturas específicas vocacionadas nomeadamente para o apoio à inovação e ao ambiente</i>		X		A
7	Projectos de expansão em superfície das actuais redes de distribuição de gás natural		X		X
8	Projectos de investimento relativos à criação e à modernização dos laboratórios de medição e ensaios e estruturas de prestação de serviços técnicos, das instituições inseridas no Sistema Português da Qualidade <i>(esta tipologia foi retirada na última versão do CP)</i>		X		

(*) No 1º Obj. específico, foi substituída a expressão “reconversão de Parques Industriais” por “criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial”

(**) Foi retirado o domínio da consultoria e acrescentados dois novos domínios: qualidade e formação

(***) Foram acrescentados dois novos domínios: tecnológicos e formação

MEDIDA 3.11. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Promover a divulgação da cultura científica e tecnológica junto do grande público		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Criação de Centros de Ciência Viva ao nível distrital	X		X		
	Tipologia dos projectos					
1	Os Centros Ciência Viva são espaços interactivos de divulgação científica e tecnológica distribuídos pelo território nacional, funcionando como plataformas de desenvolvimento regional científico, cultural e económico através da dinamização dos actores regionais mais activos nestas áreas		X		X	
2	Os Centros Ciência Viva assumem-se como uma rede de divulgação científica e tecnológica. Em geral, as propostas aprovadas são apoiadas no que respeita à concepção e produção dos conteúdos, através de concurso público. Prevê-se, também, a aprovação directa de projectos apresentados por instituições locais, por sua própria iniciativa ou em resposta ao estímulo do programa Ciência Viva, em particular nos casos em que já foram apresentados projectos que estão em diferentes fases de concepção ou desenvolvimento		X		X	
3	A Rede de Centros Ciência Viva estimula também a formação em museologia científica, em colaboração com centros e museus de ciência nacionais e internacionais, a apoiar através de outras iniciativas e programas, nomeadamente pelo Programa Operacional "Ciência, Tecnologia, Inovação" do Eixo 1 do QCA III		X		X	

Nota: As tipologias surgem em “itálico” porque a equipa considerou que o texto apresentado no CP não corresponde, de facto, a qualquer tipologia.

MEDIDA 3.12. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO - FEDER

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Dinamização e generalização das tecnologias da informação e da comunicação		X		X	X
	Objectivos específicos					
1	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais;	X		X		X
2	Modernização da Admin. Pública no contexto da Sociedade de Inform.	X		X		X
	Tipologia dos projectos					
	Ação 1 - Portugal Digital					
1A	Projectos que visem a prossecução das finalidades da Iniciativa Internet e de outras iniciativas nacionais ou da União Europeia do mesmo âmbito				A	
2	Projectos relativos ao sistema de ensino, incluindo a ligação de escolas à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), a ligação e criação de redes entre universidades e institutos politécnicos, a ligação de centros de formação de professores e a criação de contextos educativos que permitam a utilização, por professores e estudantes, dos meios da sociedade da informação para melhoria da qualidade e eficácia do sistema de ensino		X		X	
3	Projectos relativos à criação de conteúdos didácticos suportados em projectos educativos multidisciplinares, assentes em critérios científicos sólidos e incluindo, preferencialmente, actividades de colaboração entre agentes do sistema de ensino		X		X	
4	Projectos que contribuam para a obtenção de competências básicas em tecnologias de informação		X		X	
5	Projectos que permitam a disponibilização, em formato digital, de conteúdos de interesse público ou cultural		X		X	
6	Projectos de iniciativa da administração local, dirigidos à modernização dos seus serviços internos, do uso de meios electrónicos na interacção entre os serviços municipais e os municípios e nos quais, designadamente, se promova a substituição dos processos baseados em papel por processos totalmente automatizados		X		X	
7	Projectos que contribuam para o aumento da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais, designadamente os que visem a criação de "montras digitais" e de espaços públicos de acesso gratuito à Internet, livre ou tutorado		X		X	
8	Projectos que prevejam o uso da tele-medicina para melhoria dos meios de diagnóstico, da prestação de serviços de saúde e da cobertura geográfica e eficácia dos serviços de saúde		X		X	
9	Projectos que, pela utilização das tecnologias da informação e comunicação e, designadamente, pelo uso da Internet e do comércio electrónico, contribuam para a modernização do tecido económico, para o aumento de competitividade das empresas nacionais, para a criação de novos postos de trabalho ou de postos de trabalho que exijam mais elevados níveis de qualificação		X		X	

10	Outros projectos de especial interesse no âmbito da política para a sociedade da informação		x		x	
Ação 2 - Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública						
11	Projectos de simplificação processual / organizacional e, nomeadamente, os que visem a introdução (ou reformulação) de processos de interacção entre a administração e os respectivos utentes finais (cidadãos e empresas), de acordo com uma perspectiva de "guichet único"		x		x	
12	Projectos de aplicações inovadoras de tecnologia na Administração Pública, que visem, nomeadamente, disponibilizar serviços ou produtos da administração aos respectivos utentes finais (cidadãos e empresas) por meios não presenciais, em particular com recurso à Internet		x		x	

Nota: No CP esta medida integra duas acções, o que não é expresso no PO.

MEDIDA 3.13. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO - FSE

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Assegurar a formação necessária para garantir a concepção, execução e desenvolvimento pleno dos projectos de Cidades ou Regiões Digitais		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Acções de formação em tecnologias de informação e comunicação exclusivamente integradas nos projectos candidatos a financiamento no âmbito da medida 3.12 "Sociedade da Informação/FEDER - acção Portugal Digital". Dar-se-á atenção especial aos projectos de formação dirigidos aos cidadãos com necessidades especiais decorrentes das suas deficiências, da sua idade ou do seu estado de incapacidade temporária, ou aos formadores em áreas relacionadas com aquelas necessidades		x		x	

MEDIDA 3.14. PESCAS - INFRAESTRUTURAS DE PORTOS (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	n.d.					
	Objectivos específicos					
1	Melhorar as infra-estruturas de portos de pesca que integram a rede básica de portos de pesca e melhorar as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios, com condições ainda deficientes e onde a actividade da pesca tenha um impacto económico e social importante	x	x	x	x	
	Tipologia dos projectos					
1	Construção ou reforço de obras exteriores de abrigo	x	x	x	x	
2	Construção de infra-estruturas portuárias	x	x	x	x	
3	Reordenamento e renovação de infra-estruturas	x	x	x	x	
4	Arranjo de acessos e terraplenos envolventes de portos de pesca		x		x	
5	Construção/melhoramento de infra-estruturas em pequenos núcleos de pesca	x	x	x	x	

MEDIDA 3.15. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (FEOGA)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social	x		x	x	
2	Incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica	x		x		
3	Promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar	x		x		
4	Valorizar o potencial específico dos diversos territórios rurais e apoiar o seu desenvolvimento e diversificação económica	x		x		
5	Melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através da promoção do emprego e da igualdade de oportunidades, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano	x		x		
6	Apoiar a organiz., associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes socio-económica e socio-profissional e dos demais agentes do desenvolv. rural, considerando-os protagonistas e parceiros importantes na definição e concretização da nova estratégia de desenvolv.	x		x		
	Tipologia dos projectos					
	Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura					
1	<u>Subacção 1.1 - Apoio à pequena agricultura:</u> - melhoramentos fundiários, plantações, comercialização de produtos da exploração e diversificação de actividades no domínio agro-florestal, que se enquadrem no modelo de desenvolvimento local; - construções, reparações e equipamentos adaptados à dimensão e características da exploração agro-florestal, para a correcta condução da exploração, para a preservação ou qualificação ambiental e para o bem-estar animal; - animais reprodutores, quando em início de activ. ou aumento de efectivo; - melhoramentos funcionais destinados à melhoria das condições económicas da exploração e à obtenção de certas condições mínimas regulamentares nas zonas rurais indicadas nas condições de acesso relativas a esta subacção.		x		x	
2	<u>Subacção 1.2 - Diversificação de actividades na exploração agrícola:</u> a diversificação das actividades, podendo incluir a transformação de produtos agrícolas fora do Anexo 1 do Tratado		x		x	
3	<u>Subacção 1.3 - Incentivos às actividades turísticas e artesanais:</u> criação e desenvolv. de actividades artesanais; desenvolvimento do turismo em espaço rural		x		x	

	Ação 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade					
4	<p><u>Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção, adaptação ou aquisição de bens imóveis, com excepção da compra de terrenos; - Aquisição de maquinaria e equipamento novo, programas informáticos e meios de transporte específico da actividade a desenvolver; - Aquisição de equipamento de tratamento de efluentes; - Despesas gerais, nomeadamente as despesas com consultores, estudos, aquisição de patentes e licenças até ao limite de 12% das despesas referidas acima. 		x		x	
5	<p><u>Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos de caracterização de produtos de qualidade e dos modos de produção particulares; - Realização de acções de controlo e certificação de produtos de qualidade (estas ajudas só serão concedidas a entidades diferentes do fabricante dos produtos); - Reforço da capacidade de acesso aos mercados através, nomeadamente, do estudo, concepção e desenvolvimento de embalagens e de rótulos e da criação de logotipos; - Melhoria dos circuitos e sistemas de comercialização dos produtos de qualidade (aquisição ou adaptação de instalações em locais estratégicos de venda; aquisição de equipamentos informáticos). 		x		x	
	Ação 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas					
6	<p><u>Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Despesas relativas à constituição; - Investimentos relativos a instalações, equip. e meios de transporte; - Encargos associados ao arranque da organização (recursos humanos e outras despesas de funcionamento), ao longo do período de contratualização (máximo de 5 anos); - Garantias exigidas no âmbito da análise de risco a coberto da legislação nacional. 		x		x	
7	<p><u>Subacção.3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais:</u> São elegíveis as despesas de constituição das entidades e a aquisição de equipamentos de escritório, de comunicações, equipamentos e programas informáticos e outros investimentos em equipamentos necessários ao desenvolv. dos serviços</p>		x		x	
8	<p><u>Subacção 3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais:</u> São elegíveis as despesas realizadas imputáveis directamente à prestação de serviços definidos no convite público e constantes do programa de trabalhos, bem como os respectivos custos indirectos até ao limite de 10% do custo total elegível</p>		x		x	
9	<p><u>Subacção.3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos (Componente 1): As candidaturas a esta componente revestem a forma de apresentação de um Plano Plurianual de Prevenção Sanitária, por um período de 3 anos, geograficamente delimitado. - Prevenção de riscos provocados por agentes abióticos (Componente 2): As candidaturas a esta componente revestem a forma de apresentação de um Plano Plurianual de Prevenção, por um período mínimo de 5 anos, geograficamente delimitado. 		x		x	

10	<p><u>Subacção 3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público:</u> medidas de conservação e melhoria das florestas, nomeadamente os relativos à protecção dos solos, da água e dos ecossistemas florestais, e à redução dos riscos de incêndios especificamente pela manutenção de corta-fogos através de práticas agrícolas, na parte que excede os rendimentos potenciais com a exploração dos espaços florestais em causa</p>		X		X	
Ação 4 - Serviços à Agricultura						
11	<p><u>Subacção 4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços de substituição nas explorações agrícolas em caso de impedimento temporário de agricultores, respectivos cônjuges e trabalhadores permanentes; - Serviços de gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas; - Círculos de mecanização e serviços, visando o aproveitamento dos excedentes de capacidade de trabalho, de máquinas e de mão de obra existentes nas explorações agrícolas. 		X		X	
12	<p><u>Subacção 4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajudas à instalação de entidades prestadoras de serviços agrícolas (Componente 1) - Comparticipação no custo de serviços agrícolas essenciais (Componente 2) 		X		X	
Ação 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento						
13	<p><u>Subacção 5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos e projectos de execução; - Execução de obras: construção ou reparação de barragens, açudes, charcas, reservatórios, estações elevatórias e de bombagem e respectivos equipamentos e tomadas de água; construção de pequenas barragens subterrâneas; prospecção e captação de águas subterrâneas através de furos e poços; construção ou recuperação de redes de rega, drenagem, viária; construção de centrais mini-hídricas; aquisição e montagem de contadores de água em redes de rega colectiva sob pressão ou outro equipamento necessário a uma adequada gestão da água; construção de redes de electrificação; obras de defesa contra marés e cheias; desenvolvimento de acções de emparcelamento; adaptação ao regadio; - Construção, recuperação e equipamento das sedes das associações de regantes e/ou beneficiárias, juntas de agricultores ou cooperativas de rega; - Expropriações e indemnizações a efectuar com obras; - Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultoria (jurídica, arqueológica, etc.); - Testagem das obras; - Aperfeiçoamento técnico em projectos, obras e exploração de regadios; - Equipamento para instalação de áreas piloto; - Implementação de sistemas de informação geográfica; - Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos; - Acções minimizadoras de impactes ambientais. 		X		X	

14	<p><u>Subacção 5.2 - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos e projectos de execução; - Execução de obras de construção, modernização ou reparação ao nível de: barragens; captação de águas subterrâneas através de furos e poços; redes de rega, drenagem, viária e de electrificação, desde que integradas na área de influência do perímetro e ainda que em zonas não beneficiadas actualmente; estações elevatórias, reservatórios e equipamentos; órgãos e equipamentos de segurança e de exploração; automatizações; instalações de apoio e de protecção às redes de rega e drenagem; acções de emparcelamento; - Recuperação e modernização das centrais hidroeléctricas associadas aos perímetros de rega; - Recuperação e construção de edifícios sede e aquisição de equipamento de funcionamento; - Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultadoria; - Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos; - Aperfeiçoamento de técnicas de regadio; - Equipamento para instalação de áreas piloto; - Implementação de sistemas de informação geográfica; - Expropriações e indemnizações a efectuar com as obras; - Acções minimizadoras de impactes ambientais. 		x		x	
15	<p><u>Subacção 5.3 - Emparcelamento Rural:</u> Relativamente aos Planos de Ordenamento do Espaço Rural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos de ordenamento do espaço rural; - Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação. <p>Nas Operações de Emparcelamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos prévios e projectos; - Execução dos projectos: infraestruturas rurais; melhoramentos fundiários; equipamentos de natureza colectiva com fins económicos ou sociais; reconversão e instalação de culturas perenes; obras de conservação e protecção da natureza e da paisagem; indemnizações e expropriações aos agricultores pelos danos causados aquando da elaboração e execução de projectos; equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção das obras; - Fotografia aérea, ortofotocartografia e cadastro geométrico; - Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação, incluindo consultoria; - Estudos de impacto ambiental, bem como outros estudos específicos; - Constituição de associações de beneficiários 		x		x	
	Ação 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais					
16	<p><u>Subacção 6.1 - Caminhos Agrícolas e Rurais:</u> elaboração de estudos e projectos, com a construção e/ou beneficiação dos caminhos, incluindo obras de arte, sinalização e acções minimizadoras de impacto ambiental, com o acompanhamento e fiscalização das obras e com o controlo de qualidade e ensaios</p>		x		x	
17	<p><u>Subacção 6.2 – Electrificação:</u> instalação de redes de distribuição e linhas de alimentação em média e baixa tensão, postos de transformação e o acompanhamento e fiscalização</p>		x		x	

	Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural					
18	<p><u>Subacção 7.1 - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural:</u></p> <p>Comparticipação nos custos associados à concretização de Planos Globais de Intervenção previamente aprovados, nomeadamente no que se refere a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Custos de elaboração, divulgação, dinamização, acompanhamento e avaliação do Plano Global de Intervenção e dos projectos; - Construção, beneficiação e recuperação de infra-estruturas colectivas e criação de zonas de lazer e espaços verdes; - Recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo; - Recuperação de fachadas de edifícios de traça tradicional; - Recuperação ou reconversão de edificações e seu apetrechamento para dinamização de actividades culturais em meio rural; - Despesas directamente ligadas à preservação e valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais abrangidos pelo Plano de Intervenção; - Melhoria do espaço envolvente quando associados a candidaturas individuais ao Grupo II das Medidas Agro-Ambientais; - Construção ou recuperação de passagens, zonas pedonais, itinerários, muros de protecção e sinalética de locais de interesse 		x		x	
19	<p><u>Subacção 7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projecto de requalificação ambiental - Investimentos de requalificação ambiental enquadrados numa solução de carácter colectivo (construção e adaptação de instalações e aquisição de equipamentos) 		x		x	
	Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural					
20	Elaboração de Planos de Acção e à respectiva dinamização, acompanhamento e avaliação, desde que os mesmos se apoiem em parcerias adequadas, perspectivem intervenções integradas e se enquadrem numa óptica plurianual		x		x	

Nota 1: O CP contém os objectivos específicos para cada uma das 8 acções (e subacções) desta medida. Optou-se por enumerar os objectivos específicos que constam do PO porque, nesta medida estão mesmo identificados como tal.

Nota 2: Nesta medida surgem, no título que se refere às tipologias de projectos, formulações que correspondem a despesas elegíveis. No entanto encontram-se também neste texto algumas formulações que correspondem, de facto, a tipologias de projectos, servindo de base para a compreensão das mesmas para a equipa de avaliação.

MEDIDA 3.16. DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Reforçar o invest. público no âmbito da construção, modernização, recuperação e adaptação de infraest. desportivas mediante uma política integrada de desenvolv. da procura e de equilíb. regional entre procura e oferta desportiva, no sentido de corrigir a escassez de infraest.		x		x	x
	Objectivos específicos					
1	Promoção e desenvolv. do desporto enquanto melhoria da qualidade de vida da população		x		x	
2	Generalizar a possibilidade de acesso à prática desportiva		x		x	
3A	Aumentar a quant. e qual. da oferta de condições de treino e formação desportivas				A	
4A	Contribuir para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades				A	
5	Contribuir para a inserção e integração sociais nomeadamente das minorias étnicas e sociais		x		x	
6	Incentivar hábitos de continuidade da prática desportiva		x		x	
7A	Aumentar o nº de atletas federados				A	
8	Inserção de equip. desportivos em programas de requalificação urbana		x		x	
9	Promoção do desenvolvimento do desporto a todos os níveis de prática como forma de incentivo à prática desportiva		x		A	
9A	Promover o desenvolvimento do nível do alto rendimento desportivo como forma de atracção da juventude para a prática desportiva					
	Tipologia dos projectos					
1	<u>Desenvolvimento da Rede de Equipamentos de Base:</u> Equip. organizados, quer de treino quer de competição local, que devem ser concebidos para funções polivalentes e permitir flexibilidade de utilização: rendimento e recreação. Envolve a modernização, recuperação, adaptação e construção de grandes e pequenos campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões e salas de desporto e piscinas		x		A	
1A	Equip. organizados, quer de treino quer de competição local, que devem ser concebidos para funções polivalentes e permitir flexibilidade de utilização. Envolve a modernização, recuperação, adaptação e construção de grandes campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões e salas de desporto e piscinas cobertas (**)					
2	<u>Desenvolvimento da Rede de Equipamentos Especializados</u> Equip. destinados à prática desportiva e recreativa de modalidades particulares		x		x	
3	<u>Desenv. Rede de Equip. para Alta Competição e Espect. Desportivos</u> Equipamentos orientados para a realização de competição de alto nível nacional e internacional com grande capacidade de público e infra-estruturas para a comunicação social. Integra a modernização, recuperação, adaptação e construção de estádios de nível intern. bem como pavilhões de competição e espectáculo		x		A	
3A	Equip. orientados para a realização de competição de alto nível nacional e internac. com grande capacidade de público e infraest. para a comunic. social. Integra a modernização, recuperação, adaptação e construção de estádios bem como pavilhões de competição e espectáculo (***)					

(**) Incluía no 1º CP a modernização, recuperação, adaptação e construção de pequenos campos de jogos. Não especificava o facto das piscinas serem cobertas.

(***) No 1ºCP eram referidos apenas os estádios de nível internacional

MEDIDA 3.17. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida na região, em especial nas zonas urbanas, e para a viabilização de um maior desenvolvimento económico	x	x	x	x	x
	Objectivos específicos					
1	Contribuir para o descongestionamento das áreas urbanas	x	x	x	x	
2	Desenvolver modos e meios de transporte menos poluentes	x	x	x	x	
3	Melhorar das acessibilidades regionais	x	x	x	x	
4	Contribuir para uma melhor articulação entre diferentes redes de transportes	x	x	x	x	
	Tipologia dos projectos					
1	Elaboração de planos de transporte que visem uma maior racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimentos		x		x	
2	Implementação de sistemas ferroviários ligeiros, nomeadamente o Metro Ligeiro do Sul do Tejo		x		x	
3	Melhoria das ligações fluviais, nomeadamente as ligações à Margem Sul do Tejo		x		x	
4	Melhoria das acessibilidades e intervenções em portos regionais		x		x	
5	Requalificação de estradas nacionais e regionais, visando reforçar a estruturação do sistema urbano principal e contribuir para a organização das respectivas áreas envolventes		x		x	

MEDIDA 3.18. AMBIENTE (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental, tendo em atenção e privilegiando os aspectos específicos do seu território	x		x		x
	Objectivos específicos					
	Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural					
1	Impulsionar a conservação e valorização do património natural, em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade		x		x	
2	Promover a utilização sustentada dos recursos naturais, nomeadamente através de actividades de recreio e lazer que constituam factor de demonstração de um modelo de desenvolvimento sustentável		x		x	
	Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais					
3	Assegurar a manutenção da biodiversidade das áreas naturais		x		x	
4	Reabilitar as áreas ambiental e paisagisticamente degradadas		x		x	
5	Melhorar a qualidade das praias, tanto do ponto de vista ambiental como do equilíbrio da fruição turística		x		x	
6	Introduzir novas práticas de defesa costeira, reduzindo as intervenções artificializadoras e valorizando a reposição de situações naturais		x		x	
7	Implementar as propostas de intervenção previstas nos POOC		x		x	
8	Promover acções de regularização e renaturalização de linhas de água		x		x	
9	Promover o ordenamento das utilizações potenciais das albufeiras		x		x	
10	Promover acções de melhoria das condições de segurança das barragens		x		x	
	Acção C - Informação e Gestão Ambientais					
11	Contribuição regional para a rede de monitorização de qualidade do Ambiente		x		x	
12	Remodelação e o reapetrechamento dos laboratórios regionais		x		x	
	Acção D - Melhoria do Ambiente Urbano					
13	Melhoria dos parâmetros ambientais urbanos, designadamente, da qualidade do ar, dos níveis de ruído e da qualidade da paisagem urbana		x		x	
14	Criação e/ou reforço dos instrumentos de gestão urbana, tendo em vista a melhoria do desempenho ambiental		x		x	
15	Melhoria da qualidade de vida dos residentes e utentes dos espaços urbanos		x		x	
16	Promoção da gestão sustentável urbana, contribuindo para a minimização do consumo de recursos naturais, nomeadamente da água, das fontes de energia não renováveis e do solo		x		x	
17	Promoção da mobilidade urbana sustentável		x		x	

18	Promoção de acções com efeito catalisador na revitalização das cidades, assegurando padrões elevados de qualidade ambiental e urbanística		x		x	
Ação E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental						
19	Incentivar a reabilitação de zonas poluídas pelas actividades económicas, cujos responsáveis pela poluição não são identificados ou por não ser aplicável o princípio da responsabilidade e o princípio do poluidor-pagador		x		x	
Ação A - Conservação e Valorização do Património Natural						
1	Estudos de caracterização e suporte à elaboração de planos especiais de ordenamento do território, planos sectoriais e planos de acção, bem como programas de conservação de espécies e habitats;		x		x	
2	Acções de manejo de espécies e habitats (manutenção, recuperação, repovoamentos, alimentadores, controlo de espécies exóticas, arborizações com espécies autóctones, etc.)		x		x	
3	Ao nível da gestão das áreas classificadas não abrangidas por Áreas Protegidas de âmbito nacional referidas no ponto "Descrição", serão cofinanciadas, através desta Acção, acções e estruturas do tipo: <ul style="list-style-type: none"> - Centros e Postos de Informação; - Centros de Interpretação e/ou Centros de Educação Ambiental; - Ecomuseus e Núcleos Museológicos; - Centros de Acolhimento, Casas de Abrigo e Casas de Retiro; - Trilhos e Percursos de Interpretação; - Sinalização; - Parques de Campismo, Parques de Merendas; - Edição de material de divulgação. 		x		x	
4	Serão, ainda, apoiadas por esta Acção, as seguintes acções de apoio ao desenvolvimento local: <ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas de suporte às actividades tradicionais; - Reabilitação de património histórico e cultural que potencie o desenvolvimento de actividades económicas ligadas à visitação; - Requalificação ambiental de aglomerados rurais; - Recuperação e melhoria de caminhos e acessos. 		x		x	
Ação B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais						
5	<ul style="list-style-type: none"> - Execução das intervenções previstas nos Planos de Praia; - Projectos de valorização de praias (limpeza e execução de infraestruturas); - Operações de transposição de inertes e recargas de praias; - Projectos de reabilitação de sistemas dunares; - Estabilização de arribas e falésias; - Retirada de intrusões visuais e paisagísticas; - Obras de defesa costeira e manutenção das estruturas existentes; - Construção de passadiços, infraestruturas, acessos, estacionamentos com óbvias repercussões na qualidade da fruição balnear; 		x		x	

	<ul style="list-style-type: none"> - Acções de limpeza e desassoreamento de linhas de água e de sist. lagunares; - Projectos de valorização das zonas fluviais e recuperação do património (infraestruturas de apoio); - Projectos de valorização das albufeiras (infraestruturas de apoio); - Acções para recuperação e melhoria das condições de segurança de barragens; - Projectos de requalificação ambiental e reabilitação do património; - Projectos de reabilitação e requalificação de áreas degradadas e frentes urbanas; - Estudos de base técnico-científicos e Planos de Pormenor; - Acções de Divulgação e Sensibilização Ambiental de projectos apoiados por esta Acção. 					
	Ação C - Informação e Gestão Ambientais					
6	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de equipamento e software para os subsistemas regionais de aquisição, armazenamento e processamento de dados de base regional; - Produção de informação geográfica de base necessária à caracterização regional do território e ambiente e implementação de sistemas de informação geográfica neste âmbito; - Construção ou adaptação de instalações, nomeadamente estações ou centros de aquisição e processamento de dados de ambiente; - Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais no domínio da água, ar, ruído, solos e com a aquisição de equipamento necessários ao cabal desempenho das suas funções; - Conclusão da rede da qualidade do ar incluindo a criação de estruturas fixas, e uma rede de comunicações; - Aquisição de equipamentos fixos e móveis para medição do ruído do ambiente exterior e respectivo software de aquisição de dados e ainda equipamento para contador de tráfego rodoviário e equipamento informático (software e hardware) para campanhas de medição acústica no exterior 		X		X	
	Ação D - Melhoria do Ambiente Urbano					
7	<ul style="list-style-type: none"> - Projectos complementares de Operações Integradas de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental de Cidades, nomeadamente, instalação/conversão de mobiliário e sinalética urbana; - Projectos relativos a sistemas de monitorização, de tratamento e de processamento de dados ambientais urbanos para apoio à decisão e/ou divulgação ao público; - Projectos de âmbito local ou regional, que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos-alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano; - Projectos que contribuam para a caracterização e a gestão do ambiente urbano, podendo contemplar a produção cartográfica de base digital e o recurso às novas tecnologias de informação, nomeadamente, os Sistemas de Informação Geográfica; - Projectos que promovam a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade, no âmbito de Operações Integradas; - Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano; 		X		X	

	<ul style="list-style-type: none"> - Projectos que visem a redução da produção de resíduos no espaço urbano e/ou a sua valorização e o seu confinamento, designadamente, estruturas de confinamento e de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos; - Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta acção 					
	Ação E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental					
8	Estudos, monitorização, diagnósticos e apoio a projectos referentes à recuperação do passivo ambiental e requalificação ambiental		X		X	

MEDIDA 3.19. SAÚDE (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, através da implementação de sistemas locais de saúde, a implantar em áreas urbanas e rurais, desenhados a partir das necessidades definidas em termos de risco de uma comunidade, sendo responsáveis pelos cuidados a prestar aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais	x		x		x
	Objectivos específicos					
1	Melhorar o Acesso, a Qualidade e a Humanização dos cuidados		x		x	
2	Reforçar a Promoção da Saúde		x		x	
3	Preservar ambientes saudáveis		x		x	
	Tipologia dos projectos					
1	Melhoria das condições físicas (infra-estruturas e equipamentos) de prestação de cuidados de saúde às populações pelas instituições de saúde de âmbito local e regional, quando as instalações e equipamentos sejam insuficientes, inadequadas ou pouco condignas para uma actividade assistencial tecnicamente qualificada e humanizada		x		x	
2	Preservação de um ambiente saudável no tocante ao tratamento de efluentes/águas residuais dos hospitais		x		x	
3	Beneficiação e dignificação das áreas de interface físico e humano entre os serviços das instituições de saúde e os cidadãos/utentes, acompanhadas de mudanças organizacionais internas, com vista a melhorar a comunicação e o atendimento ao cidadão e criar uma imagem renovada das instituições de Saúde e das respectivas equipas multiprofissionais		x		x	
4	Criação e desenvolvimento de infra-estruturas locais para resposta a necessidades emergentes decorrentes do aumento de esperança de vida, da compressão e complexificação da mobilidade e das respectivas consequências funcionais, especialmente nas fases avançadas da vida		x		x	
5	Criação de condições que viabilizem a prática de novos paradigmas assistenciais, designadamente unidades de estadia média e prolongada e estruturas de promoção da autonomia do idoso, de âmbito comunitário		x		x	
6	Criação de infra-estruturas de apoio à promoção da saúde, nomeadamente espaços específicos em meio comunitário (mercados, escolas, locais de trabalho, entre outros), que possam constituir-se como base de apoio e centro de recursos para o desenvolvimento de projectos específicos de promoção da saúde nas comunidades locais		x		x	
7	Apoio à criação de infra-estruturas destinadas à formação profissional em áreas de actividade emergentes, que permitam responder a necessidades de saúde insuficientemente satisfeitas, designadamente através da formação de "promotores de saúde" e mediadores sociais entre outros		x		x	
8	Melhoria das condições materiais e organizacionais que garantam a prontidão de acesso ou chegada aos pontos assistenciais adequados nas situações em que "os minutos contam", fundamentalmente nos acidentes coronários e nos acidentados, entre outros		x		x	

Nota: No PO estão referidos Obj. com maior detalhe

MEDIDA 3.20. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FEDER)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Objectivos específicos					
	Ação 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1 e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional					
1	Garantir as condições necessárias ao lançamento do Programa Operacional, assegurando a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e controlo, incluindo o processo decorrente da contratualização	x	x	x	x	
2	Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região	x	x	x	x	
3	Apoiar a promoção e divulgação do programa	x	x	x	x	
4	Apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	x	
	Ação 2 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social					
5	Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão desta medida regionalmente desconcentrada apoiada no âmbito do FEDER, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação	x	x	x	x	
	Ação 3 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Economia					
6	Igual ao Obj. específico da Acção 2		x		x	
	Ação 4 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Pescas - Infraestruturas de Portos					
7	Igual ao Obj. específico da Acção 2		x		x	
	Ação 5 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos					
8	Igual ao Obj. específico da Acção 2		x		x	
	Ação 6 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Ambiente					
9	Igual ao Obj. específico da Acção 2		x		x	
	Ação 7 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Saúde					
10	Igual ao Obj. específico da Acção 2		x		x	

	Tipologia dos projectos				
	Ação 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional				
1	Apoio às estruturas de coordenação e gestão do Programa Operacional;		x		x
2	Acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa;		x		x
3	Criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional;		x		x
4	Desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT;		x		x
5	Acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa		x		x
6	Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais;		x		x
7	Estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental;		x		x
8	Despesas relativas aos aspectos transversais do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, tais como: Comités de Acompanhamento, avaliação, estudos, seminários, etc;		x		x
9	Apoio ao desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo		x		x
	Ação 2 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social				
10	Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;		x		x
11	Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;		x		x
12	Estudos de indicadores de realização e de impacto;		x		x
13	Estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, acções de controlo e avaliação de tendências;		x		x
14	Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para o desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização		x		x
15	Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;		x		x
16	Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;		x		x
17	Aquisições de serviços necessários à implementação da medida;		x		x
18	Despesas relativas à avaliação técnica dos projectos		x		x

	Acção 3 -Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Economia					
19	Igual à tipologia de projectos da Acção 2		x		x	
	Acção 4 -Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Pescas - Infraestruturas de Portos					
20	Igual à tipologia de projectos da Acção 2		x		x	
	Acção 5 -Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos					
21	Igual à tipologia de projectos da Acção 2		x		x	
	Acção 6 -Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Ambiente					
22	Igual à tipologia de projectos da Acção 2		x		x	
	Acção 7 -Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Saúde					
23	Igual à tipologia de projectos da Acção 2		x		x	

MEDIDA 3.21. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FSE)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Objectivos específicos					
	Ação 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1 e 2					
1	Garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento, ao longo do período de programação dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e controlo, da vertente FSE do Programa Operacional, incluindo o processo decorrente da contratualização e o desempenho eficaz das funções em causa	x	x	x	x	
2	Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região	x	x	x	x	
3	Apoiar a promoção e divulgação do programa	x	x	x	x	
4	Apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	x	
	Ação 2 - Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3					
5	Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão das medidas regionalmente desconcentradas: Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa; Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade; Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados; Criação de Emprego; Eficácia e Equidade das Políticas; Promoção do Desenvolvimento Social, medidas estas apoiadas no âmbito do FSE, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.	x	x	x	x	
	Tipologia dos projectos					
	Ação 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1 e 2					
1	Apoio às estruturas de coordenação e gestão do PO (despesa IN)		x		x	
2	Acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa (despesa IN/OUT)		x		x	
3	Criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional (despesa OUT)		x		x	
4	Desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT (despesa IN)		x		x	
5	Acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa (despesa OUT)		x		x	

6	Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais (despesa OUT)		x		x	
7	Estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental (despesa OUT)		x		x	
Acção 2 - Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3						
8	Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção (despesa OUT)		x		x	
9	Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida (despesa OUT)		x		x	
10	Estudos de indicadores de realização e de impacto (despesa OUT)		x		x	
11	Estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, acções de controlo e avaliação de tendências (despesa OUT)		x		x	
12	Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para o desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização (despesa OUT)		x		x	
13	Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada (despesa IN)		x		x	
14	Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão (despesa OUT)		x		x	
15	Aquisições de serviços necessários à implementação da medida (despesa IN)		x		x	
16	Despesas relativas à avaliação técnica dos projectos (despesa IN)		x		x	

Nota: As referências ao tipo de despesa (IN e/ou OUT) não constam do 1ºCP

MEDIDA 3.22. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FEOGA)

	Objectivo global	1ºPO	1ºCP	PO	CP	Equipa
	Objectivos específicos					
1	Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão da medida regionalmente desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento Rural apoiada no âmbito do FEOGA, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação	x	x	x	x	
	Tipologia dos projectos					
1	Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção		x		x	
2	Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida		x		x	
3	Estudos de indicadores de realização e de impacte, principalmente necessários à avaliação		x		x	
4	Despesas relativas à avaliação técnica e física dos projectos		x		x	

ANEXOS – CAPÍTULO IV

ANEXO AO CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROGRAMA

ANEXO IV. A. – INFORMAÇÃO ADICIONAL PARA A ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE SUPORTE DA INTERVENÇÃO

Domínio: Actividades Produtivas

QUADRO IV. A. -1- DIMENSÃO DE ANÁLISE: DINÂMICAS DE CRESCIMENTO

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
PIB pm	Milhões Euros	1999	108030	48283	3267	34133	6325	2200	2358
VAB a preços de base	Milhões Euros	1999	92813	41482	2806	29325	5434	1890	2026
Rendimento disponível das famílias per capita	Milhares de euros	1999	7.3	9.5	-	-	-	-	-
FBCF	Milhões Euros	1999	29462	13622	-	-	-	-	-
FBCF/VABpm (esforço do investimento, medido através da percentagem do VABpm a afectar a FBCF)	%	1999	31.7	32.8	-	-	-	-	-

Fonte: Contas Regionais 1995-1999, INE

QUADRO IV. A. - 2 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: EFICIÊNCIA PRODUTIVA, RECURSOS DISPONÍVEIS E RESPECTIVA INTENSIDADE DE UTILIZAÇÃO

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Produtividade (em índice com a média do continente =100)	Continente = 100	1999	100	126	91	137	114	98	105
Taxa de Actividade	%	2001	48.2	51	48.2	52.6	51.3	44.3	48.1
População empregada	Milhares Indivíduos	1º Trim 2003	5060.3	1643	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001

QUADRO IV. A. - 3 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
VAB Sector I	Milhões Euros	1999	3587	902	338	60	139	70	295
VAB Sector II	Milhões Euros	1999	28230	9952	953	5621	1947	801	630
VAB Sector III	Milhões Euros	1999	65672	32718	1656	25121	3622	1115	1203
Estrutura da População Empregada por sectores: Agricultura, Silvicultura e Pesca	%	1º Trim 2003	12.6	4.4	-	-	-	-	-
Estrutura da População Empregada por sectores: Indústria, Construção, Electricidade, Gás e Água	%	1º Trim 2003	32.8	26.7	-	-	-	-	-
Estrutura da População Empregada por sectores: Serviços	%	1º Trim 2003	54.6	68.8	-	-	-	-	-
População Empregada por sectores: Agricultura, Silvicultura e Pesca	Milhares	1º Trim 2003	635.6	72.5	-	-	-	-	-
População Empregada por sectores: Indústria, Construção, Electricidade, Gás e Água	Milhares	1º Trim 2003	1661.2	439.5	-	-	-	-	-
População Empregada por sectores: Serviços	Milhares	1º Trim 2003	2763.5	1131.1	-	-	-	-	-
VAB agricultura/VA B tot (%)	%	1999	3.9	2.2	12.0	0.2	2.6	3.7	14.6
VAB da produção Agrícola, Silvícola e Pesca	Milhões de Euros	1999	3587	902	338	60	139	70	295

Fonte: INE

QUADRO IV. A. - 4 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: POSICIONAMENTO COMPETITIVO DO PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Emprego em sectores da indústria transformadora de elevada intensidade tecnológica	%	1999	4	5	-	-	-	-	-
Emprego em sectores de elevada intensidade tecnológica	%	1999	1	2	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001

QUADRO IV. A. - 5 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: ESTRUTURA EMPRESARIAL/ESTRUTURA DIMENSIONAL

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Estrutura Dimensional do tecido empresarial (Sociedades, incluindo empresas em nome individual): pessoal ao serviço/sociedade	nº	1999 e 2000	9.0	8.8	7.4	9.6	6.8	7.3	6.9
Estrutura Dimensional do tecido empresarial (Sociedades, incluindo empresas em nome individual): volume de vendas/sociedade	Milhares de euros	1999 e 2000	890.9	1115.4	585.5	1308.8	706	727.42	744.0
Nº total de empresas (todos os ramos CAE Rev.2)	nº	31/12/2000	1117132	424794	53786	235402	79134	24889	31583
Nº de sociedades (incluindo empresas em nome individual) com sede na região	nº	31/12/2000	267932	120876	9985	83526	16250	5005	6110
Pessoal ao serviço nas sociedades (incluindo empresas em nome individual) com sede na região	nº	31/12/1999	2408273	1065709	74281	802131	110226	36753	42318
Volume de vendas das sociedades (incluindo empresas em nome individual) com sede na região	Milhares de euros	31/12/1999	238709358	134823805	5846323	109318855	11471848	3640737	4546042
Taxa de crescimento empresarial (97-2000 tx média crescimento anual)	%	1999	2.0	2.2	1.9	2.4	2.8	0.7	1.3

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001. Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

QUADRO IV. A. - 6 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: GRAU DE ABERTURA DAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Taxa de Cobertura	%	2000	61	36	54	23	128	60	57
Taxa de Abertura	%	1999	56.2	67.7	-	-	-	-	-
Orientação para o Mercado Externo	%	1999	10.1	6.6	6.8	4.1	27.7	9.0	12.7

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001. Referência: INE, Contas Económicas da Agricultura, Dezembro de 2001.

2. - Domínio: Inclusão social

QUADRO IV. A. - 7 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: CULTURAL

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Despesa familiar média anual em vestuário e calçado	Euros	2000	912	948	-	-	-	-	-
Despesa familiar média anual em lazer, distração e cultura	Euros	2000	663	829	-	-	-	-	-
Despesa familiar média anual em hotéis, restaurantes, cafés e similares	Euros	2000	1307	1676	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares.

QUADRO IV. A. - 8 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: SOCIAL

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Índice de Dependência Idosos (% de idosos em relação à população em idade activa)	%	2001	23.8	22.9	26.4	21.1	20.5	33.3	30.1
Índice Envelhecimento	%	2000	102.3	109.9	124.8	104.6	91.3	139.9	172.8
Médicos/1000 habitantes	nº	2000	3.2	4.1	1.1	6.1	2.2	1.4	1.5
Taxa de abandono escolar precoce (Ministério da Educação, DAPP)	%	2001	2.7	2.22	2.5	1.8	2	2	2.8
% de idosos utentes de serviços de acção social (INE, Anuário Estatístico da RLVT)	%	2000 e 2001	8.7	8.6	9.2	8.0	9.8	8.8	9.1
Taxas de criminalidade (Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça)	%	2000	3.6	4.5	2.9	5.3	4.4	2.5	3.2

Fonte: INE, Censo 2001

QUADRO IV. A. - 9 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: ECONÓMICA

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Taxa de Desemprego HM	%	2001	6.8	7.4	5.4	7.2	8.9	6.4	8.1
Total de Desempregados HM	milhares (Média Anual dos trimestres)	2001	211.5	90.9	-	-	-	-	-
Total de Desempregados H	milhares (Média Anual dos trimestres)	2001	90.9	38.9	-	-	-	-	-
Total de Desempregados M	milhares (Média Anual dos trimestres)	2001	120.6	52	-	-	-	-	-
Taxa de Desemprego pessoas < 25 anos por sexos	%(média anual dos trimestres)	2001	13.1	9.2	-	-	-	-	-
% Desemprego de longa duração no total desemprego	%(média anual dos trimestres)	2001	39,2	39,7	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, Região de Lisboa e Vale do Tejo 2001

QUADRO IV. A. - 10 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: FORMAÇÃO/INFORMAÇÃO

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
% de agregados domésticos com telefone	% de agreg. fam.	2000	75.5	79.7	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com telemóvel 1997	% de agreg. fam.	1997	11.4	17.2	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com antena parabólica 1997	% de agreg. fam.	1997	9.7	15.5	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com computador pessoal 1997	% de agreg. fam.	1997	14.3	23.3	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com computador sem ligação à Internet 2000	% de agreg. fam.	2000	13.5	15.4	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com computador com ligação à Internet 2000	% de agreg. fam.	2000	8.5	13.1	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

QUADRO IV. A. - 11 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: CONTEXTO RESIDENCIAL

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Número total de edifícios ²	n.º	2001	3160043	721868	157910	227445	144871	98135	93507
Edifícios servidos com tratamento resíduos sólidos ²	n.º	2001	2864826	676203	147463	217402	133362	90682	87294
Nº Total de Alojamentos Clássicos ²	n.º	2001	5054622	1715203	212951	903950	361609	1222255	117169
Nº Total de Alojamentos Clássicos Familiares, ocupados como residência habitual ²	n.º	2001	5019425	1701426	211786	893053	358729	121487	116371
**Alojamentos com água canalizada interior proveniente de rede pública ²	n.º	2001	2934930	1216621	126467	690665	247540	72421	79528
**Alojamentos com água canalizada interior proveniente de rede particular ²	n.º	2001	567796	45169	11743	9090	9911	8223	6202
**Alojamentos com inst. fixas banho/duche ²	n.º	2001	3354632	1236722	134219	689516	253238	77455	82294
**Alojamentos com electricidade ²	n.º	2001	3562115	1270896	140290	702526	258744	81868	87468
**Alojamentos ligados a rede pública de esgotos ²	n.º	2001	2172390	1047994	84001	657779	218615	38141	49458
***Alojamentos com água canalizada interior ²	%	2001	69.3	73.6	64.9023	77.4	71.2	6.6	73.2
Alojamentos com inst. fixas banho/duche ²	%	2001	66.4	72.1	63.0281	76.3	70.0	6.3	70.2
% de despesa dirigida à habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis (INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000) ³	% de agreg. fam.	2000	19.8	17.2	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com micro-ondas ³	% de agreg. fam.	2000	33.3	42.8	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com aspirador ³	% de agreg. fam.	2000	67.3	78.7	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com máquina de lavar roupa ³	% de agreg. fam.	2000	82.2	88.2	-	-	-	-	-
% de agregados domésticos com máquina de lavar loiça ³	% de agreg. fam.	2000	17.1	24.3	-	-	-	-	-

* Referente à População Total;

** Nº Total de Alojamentos Clássicos Familiares, ocupados como residência habitual;

*** Ligados à rede pública ou particular.

Fontes:

¹ - INE, Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2001 - Dados Preliminares

² - INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 - Resultados definitivos

³ - INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

3.- Domínio: Instituições e governância

QUADRO IV. A. - 12 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
% de mandatos de independentes nas eleições para as Câmaras Municipais (STAPE)	%	2001	1.5	1.8	2.5	0	0	8.1	0
% de votos obtidos por candidatos independentes nas eleições para a Assembleia de Freguesia (STAPE)	%	2001	4.4	2.0	4.9	0.8	1.5	7.9	1.9

Fonte: STAPE

QUADRO IV. A. - 13 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES E CIDADÃOS

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
% de processos cíveis findos em relação ao total de processos (entrados e pendentes)	%	2000	31.2	25.1	33.9	23.9	29.5	40.7	34.3

Fonte: INE, Estatísticas da Justiça

4.- Domínio: Infra-estruturas e equipamentos colectivos

QUADRO IV. A. - 14 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
População Residente Total	n.º	2001	10356117	3468901	394487	1892903	714589	226090	240832
População Residente H	n.º	2001	5000141	1667030	165723	927401	348258	108734	116914
População Residente M	n.º	2001	5355976	1800453	172988	1019860	366331	117356	123918
Densidade Populacional	n.º	2001	112.4	294.7	156.5	1736.5	452	98	56.4
Taxa de Mortalidade	permilagem	2000	10.3	10.5	11.5	9.9	9.8	12.7	13.1
Taxa Média de Mortalidade Infantil no Quinquénio	permilagem	1996/2000	6.1	5.4	5.2	5.8	5	4.3	4.8

Fonte: INE, 2001

QUADRO IV. A. - 15 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: EDUCAÇÃO

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
N.º total de alunos matriculados	n.º	2001	2094111	742183	66979	455056	135373	43316	41645
Pré-escolar	n.º	2001	224575	75772	9297	43507	12122	5705	5141
Básico	n.º	2001	1138431	376292	42440	205101	79095	25301	24355
Secundário	n.º	2001	350227	129644	12970	73472	27651	8608	7129
Superior	n.º	2001	380878	160475	2272	132976	16505	3702	5020
Tx Conclusão segundo Nível de Ensino: Secundário ¹	%	2001	63.4	64.1	60.9	67.1	65	66.3	61.3
Taxa de retenção no ensino básico 1.º, 2.º, 3.º ciclos ¹	%	2001	12.3	12.36	12.5	13.8	10.1	11.9	13.5
Estab. de ensino Básico	n.º	2000/2001	12191	2961	602	1227	421	415	296
Estabelecimentos de ensino Secundário	n.º	2000/2001	637	228	18	139	40	18	13
Estab. de ensino Superior	n.º	2000/2001	300	125	7	95	12	5	6

* Total de Portugal refere-se apenas ao Continente

Fonte: INE, Anuário Estatístico da região de Lisboa e Vale do Tejo, 2001

QUADRO IV. A. - 16 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: ACESSIBILIDADES/TRANSPORTES

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Extensão Total das Linhas Exploradas	km	2001	2813.7	655	-	-	-	-	-
Linhas de Via Dupla ou Superior	km	2001	497.3	262.7	-	-	-	-	-
Linha Electrificada	km	2001	905.3	396.7	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes 2001, Referência REFER.

QUADRO IV. A. - 17 - DIMENSÃO DE ANÁLISE: CULTURA E RECREIO

Indicadores	Unidade de medida	Data	Portugal	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Bibliotecas	n.º	1999	1917	739	55	504	88	47	45

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2001.

5. - Domínio: Ambiente

QUADRO IV. A. - 18 - AMBIENTE

	Unidade de medida	Data	Região	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
ASPECTOS TERRITORIAIS								
% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) relativamente ao território total	%	1999 (A)	62,9	-	-	-	-	-
QUALIDADE DO AR								
Concentrações no ar ambiente de substâncias acidificantes e eutrofizantes: Concentração de Dióxido de Enxofre (SO ₂)	µg/m ³	2002 (B)	5,9	-	-	-	-	-
Concentrações no ar ambiente de substâncias precursoras do ozono troposférico: Concentração de Dióxido de Azoto (NO ₂)	µg/m ³	2002 (B)	27,9	-	-	-	-	-
ÁGUA								
População servida com abastecimento de água	%	2001 (C)	99,1	99,2	99,5	98,3	98,5	98,0
População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	%	2001 (C)	91,4	82,1	98,9	92,6	58,7	73,6
População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais	%	2001 (C)	67,1	57,3	88,4	30,0	47,9	43,5
Bandeiras azuis atribuídas a praias costeiras	Nº	2003 (D)	29	-	-	-	-	-
RESÍDUOS								
Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e despesa das famílias: Resíduos recolhidos – total	t	2001 (C)	1.819.642	187.244	1.006.305	435.034	80.469	110.590
Resíduos recolhidos – em recolha selectiva – total	t	2001 (C)	65.393	3.153	44.851	13.094	2.451	1.844
Resíduos recolhidos – em recolha selectiva - %	%	2001 (C)	3,6	1,7	4,5	3,0	3,0	1,7
População servida com sistemas de recolha de resíduos	%	2000 (E)	99,6	98,8	100,0	99,8	98,0	98,2
Produção de resíduos perigosos	t	2001 (F)	121.777	-	-	-	-	-
Produção de resíduos hospitalares	t	2001 (F)	35.058	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto

(A) **Fonte:** «Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Pesca - Recenseamento Geral da Agricultura 1999», INE.

(B) **Fonte do valor actual:** «QualAr – Base de Dados On-Line sobre Qualidade do Ar», Instituto do Ambiente, <http://www.qualar.org/?page=4&subpage=1>. Observações: O valor apresentado corresponde à média dos resultados da monitorização realizada nos postos de observação da RLVT.

(C) **Fonte:** «Ambiente - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002», INE, dados preliminares para 2001.

(D) **Fonte:** Associação Bandeira Azul da Europa, www.abae.pt; Observações: O apuramento para as praias costeiras da RLVT foi realizado pela equipa de projecto.

(E) **Fonte:** «Ambiente - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2001», INE, dados preliminares para 2001.

(f) **Fonte:** INR – Instituto dos Resíduos.

Tal como foi referido no capítulo 4 deste relatório, não foi possível a quantificação de outros indicadores relevantes para a avaliação da qualidade ambiental da região. De facto, alguns dos indicadores propostos pela equipa poderão ser regionalizáveis depois de realizados os adequados trabalhos de pesquisa e tratamento da informação. O Instituto do Ambiente (IA) e a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (DRAOT LVT) são entidades que estarão particularmente vocacionadas para realizar os trabalhos em causa. O quadro seguinte dá conta dos contactos oficiais que foram efectuados para que a sua quantificação possa ser possível; destes, apenas foi obtida resposta por parte do INR no que respeita à produção de resíduos.

Emissões de GEE por unidade de PIB (intensidade carbónica)	O apuramento do valor deste indicador exige uma recolha de informação específica junto do Instituto do Ambiente (IA).
Produção de resíduos perigosos	O apuramento dos valores destes indicadores exige uma recolha de informação específica junto do Instituto dos Resíduos (INR).
Produção de resíduos hospitalares	
Intensidade energética e intensidade das emissões de CO2 no sector dos transportes:	
Intensidade energética	O apuramento do valor deste indicador exige uma recolha de informação específica junto da Direcção Geral de Energia (DGE).
Emissões de CO2	O apuramento do valor deste indicador exige uma recolha de informação específica junto do Instituto do Ambiente (IA).

ANEXOS – CAPÍTULO V

ANEXOS AO CAPÍTULO V – AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA DO PROGRAMA

ANEXO V.A. – MATRIZES DE AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA EXTERNA DO PO

QUADRO V.B. – 1 – URBAN II – LISBOA (VALE DE ALCÂNTARA)

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do URBAN II - VALE DE ALCANTARA							
		Eixo 1		Eixo 2			Eixo 3		
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	2.1.	2.2.	2.3.	2.4.	3.1.	3.2.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;								C
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;	C	C						
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;								
O 1.4	Qualificar o potencial humano;								
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.	C	C					C	C
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial									
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;	C	C						
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;	C	C						
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;			C			C	C	C
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;								
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.			C			C	C	C
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas									
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;			C				C	C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;								
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;			C					
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;								
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;								
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;								
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;								
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;								
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;								
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;								
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.								

Objectivos Específicos dos Eixos do URBAN II - VALE DE ALCANTARA

Eixo 1 - Construção do Espaço Urbano

1.1. Dotar as novas áreas de um espaço público qualificado, valorizando a Zona URBAN e promovendo a autoconfiança e orgulho das populações, projectando uma imagem valorizada da zona urbana

1.2. Desenvolver acções que melhorem a qualidade ambiental e paisagística da zona envolvente

Eixo 2 - Inclusão social e valorização profissional

2.1. Criar condições que promovam uma melhor integração no mercado de emprego por parte de grupos sociais mais desfavorecidos

2.2. Fortalecer a comunidade e a interacção entre os promotores do Programa e a população alvo, através da criação de gabinetes de atendimento

2.3. Alargar a visibilidade externa e interna das acções a realizar no âmbito do Programa, divulgando as iniciativas exemplares e inovadoras e mobilizando os actores-alvo no sentido da participação

2.4. Promover programas de prevenção e combate ao consumo de estupefacientes

Eixo 3 - Promoção da revitalização económica, cultural e desportiva

3.1. Dotar a zona de estruturas capazes de desenvolver acções de apoio a iniciativas de auto-emprego ou a criação de micro-empresas

3.2. Criar condições infra-estruturais e organizativas para que os agentes educativos e/ou associativos desempenhem o seu papel de dinamizadores sociais

QUADRO V.B. – 2 – URBAN II –AMADORA (DAMAIA - BURACA)

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do URBAN II - AMADORA									
		Eixo 1			Eixo 2			Eixo 3			
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	2.1.	2.2.	2.3.	3.1.	3.2.	3.3.	3.4.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;	C		C						C	
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;		C	C							
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;										
O 1.4	Qualificar o potencial humano;										
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.	C	C	C						C	
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial											
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;	C	C	C							
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;	C	C	C							
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;				C	C	C	C	C	C	C
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;										
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.				C	C	C	C	C	C	C
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas											
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;				C	C				C	C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;							C			
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;				C	C					
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;										
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;							C			
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;										
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;										
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;										
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;										
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;										
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.						C				

Objectivos Específicos dos Eixos do URBAN II - AMADORA

Eixo 1 - Construção da coesão do Espaço Urbano

1.1. Dotar as diversas áreas mais desqualificadas de um espaço público qualificado, valorizando a Zona URBAN e promovendo a autoconfiança e orgulho das populações, projectando uma imagem valorizada da zona urbana

1.2. Melhorar a qualidade ambiental da Zona através do reforço da estrutura verde por forma a disponibilizar novos espaços destinados ao lazer e às actividades recreativas dos diversos estratos da população-alvo

1.3. Edificar um conjunto restrito de espaços que desempenhem um papel dinamizador e mobilizador da população, revelando-se como nós de amarração das actividades dirigidas aos segmentos desfavorecidos e desprotegidos

Eixo 2 - Inclusão social e valorização sócio-económica e profissional

2.1. Melhorar a integração no mercado de emprego por parte de grupos sociais mais desfavorecidos, como sejam os imigrantes, os jovens, as mulheres e os empregados de longa duração

2.2. Promover o desenvolvimento de iniciativas empresariais (auto-emprego, micro-empresas,...)

2.3. Combater a incidência da toxicod dependência

Eixo 3 - Revitalização social, cultural e desportiva

3.1. Reduzir as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar

- 3.2. Reduzir as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar
 3.3. Criar competências infra-estruturais e organizativas para que os agentes educativos e/ou associativos desempenhem o seu papel de dinamizadores sociais
 3.4. Promover as diversas culturas locais fortalecendo a identidade da comunidade

QUADRO V.B. – 3 – PROT-AML

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Medidas para a concretização das Linhas Estratégicas do PROTAML										
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal		1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;		C	C	C			C	C			
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;	C	C					C	C			
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;	C	C	C	C		C	C	C	C		C
O 1.4	Qualificar o potencial humano;				C	C	C	C	C	C	C	C
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.	C	C	C				C				
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial												
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;	C	C	C	C		C			C	C	C
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;	C	C	C		C						
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;	C		C	C	C	C			C	C	C
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;	C	C	C			C	C	C			C
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.		C			C	C					
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas												
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;			C		C	C					
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;					C	C					
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;				C	C	C	C	C			C
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;			C	C	C	C		C			C
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;	C			C		C			C	C	C
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;	C					C	C	C	C	C	C
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;			C		C						
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C		C		C	C	C				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;	C		C				C	C			
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.		C	C	C	C	C	C	C			

Medidas para a concretização das Linhas Estratégicas do PROTAML

1. Qualificação do território elegendo o ambiente e o património como factor de competitividade
2. Requalificação sócio urbanística de áreas degradadas
3. Reforço das acessibilidades internas e externas
4. Qualificação dos serviços de saúde
5. Integração urbana e social de grupos social e economicamente desfavorecidos
6. Qualificação dos sistemas de educação, formação e inserção profissional
7. Incremento do lazer e do turismo
8. Realização e promoção de eventos multiculturais e desportivos
9. Reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica
10. Desenvolvimento de serviços avançados de nível internacional
11. Desenvolvimento das indústrias de conteúdos

QUADRO V.B. – 4 – LEADER +

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Vectores do LEADER+									
		Vector 1						Vector 2	Vector 3		
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	2.1.	3.1.	3.2.	3.3.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;		C								
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;		C		C	C					
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;							C	C		C
O 1.4	Qualificar o potencial humano;						C				
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.										
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial											
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável; Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;										
O 2.2	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;										
O 2.3	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;		C		C	C					
O 2.4	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.						C				
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas											
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C					C				
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;						C				
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;	C					C				
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;										
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;						C				
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;						C				
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;										
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C	C	C	C	C	C				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;										
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				C						
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.										

Objectivos Específicos dos Vectores do LEADER+

Vector 1 Estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto

- 1.1. Utilização de novos repositórios de saber-fazer e novas tecnologias
- 1.2. Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais
- 1.3. Valorização dos produtos locais
- 1.4. Salvaguarda do ambiente e da paisagem
- 1.5. Preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais
- 1.6. Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais

Vector 2 Apoio à cooperação entre territórios

- 2.1. Incentivar e melhorar a cooperação entre territórios rurais

Vector 3 Colocação em rede

- 3.1. Incrementar a informação, a troca de experiências a de boas práticas, a reflexão conjunta e a concertação de pontos de vista entre os parceiros e outros actores do desenvolvimento rural
 3.2. Contribuir para uma maior articulação das políticas e para uma melhor aplicação dos outros instrumentos de intervenção com impacto nas zonas rurais
 3.3. Criar condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação

QUADRO V.B. – 5 – POCTI

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos dos Eixos do POCTI		
		1.	2.	3.
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal				
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;			
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;			
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;		C	
O 1.4	Qualificar o potencial humano;	C	C	C
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.		C	
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial				
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;			
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;			
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;			
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;	C	C	
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.			
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas				
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C	
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;			
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;		C	
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;		C	
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;		C	S
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;		C	C
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;		C	
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;		C	
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;		C	
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;			
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.			

Objectivos do POCTI

1. Formar e Qualificar
2. Desenvolver o Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação
3. Promover a Cultura Científica e Tecnológica

QUADRO V.B. – 6 – POSI

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos do POSI		
		1.	2.	3.
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal				
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;			C
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;			
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;		C	
O 1.4	Qualificar o potencial humano;	C	C	
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.		C	
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial				
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;			
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;			
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;	C		
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;			
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.			
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas				
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C	C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;			
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;	C	C	
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;		C	
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;	C	C	
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;	C	S	S
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;			
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;			
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;			
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;			
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.			

Objectivos do POSI

1. Desenvolver Competências
2. Portugal Digital: Contribuir para melhoria da qualidade vida, do ensino, da saúde, acesso à cultura e ao conhecimento
3. Modernizar a Administração Pública

QUADRO V.B. – 7 – LISACTION

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos do LISACTION			
		1.	2.	3.	4.
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal					
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;	C		C	
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;				
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;		C	C	
O 1.4	Qualificar o potencial humano;	C			
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.		C	C	
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial					
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;				
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;				
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;				
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;				
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.				
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas					
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C	C	
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;				
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;				
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;	C	C	C	C
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;	C			C
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;				C
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;				
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C	C	C	
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;				
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.				

Objectivos do LISACTION

1. Melhorar a interacção entre I&DT e a Inovação
2. Aumentar a informação e os serviços de apoio tecnológico
3. Fomentar a transferência de tecnologia
4. Sensibilizar para as tecnologias e para a sociedade de informação

QUADRO V.B. – 8 – PO EDUCAÇÃO

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos dos Eixos do PO Educação			
		Eixo 1	Eixo 2		Eixo 3
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal		1.1.	2.1.	2.2.	3.1.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;	S			
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;				
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;				
O 1.4	Qualificar o potencial humano;				
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.				
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial					
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;				
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urb				
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana				
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;				
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.				
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas					
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;				
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;	C			S
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;	S			
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;				
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;				
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;				S
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;				
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e pro				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;				
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.				

Objectivos dos Eixos do PO Educação

Eixo 1- Formação Inicial Qualificante de Jovens

1.1. Promoção de qualificação e elevada empregabilidade das novas gerações

Eixo 2 - Apoio à Transição para a Vida Activa e Promoção da Empregabilidade

2.1. Instituir uma articulação permanente entre o sistema educativo e a sociedade civil, facilitando a transição para a vida activa dos jovens e criando condições à actualização e promoção de empregabilidade dos adultos

2.2. Estimular a procura de formação por parte dos adultos e activos, bem como a procura de certificação das competências, entretanto adquiridas fora da escola

Eixo 3 - Sociedade de Aprendizagem

3.1. Articulação entre investimentos em formação dos profissionais da educação e em meios informáticos, visando, por uma gestão sinérgica destes investimentos, permitir a evolução de um sistema de ensino para um sistema de aprendizagem

QUADRO V.B. – 9 – PO SAÚDE

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do PO Saúde							
		Eixo 1			Eixo 2			Eixo 3	
	Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	2.1.	2.2.	2.3.	3.1.	3.2.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;								
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;								
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;								
O 1.4	Qualificar o potencial humano;								
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.								
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial									
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;								
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urb								
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitan								
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;								
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.								
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Descentralizadas									
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;								
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;								
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;								
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;								
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;								
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;					S			
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;								
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e pro								
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;								
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;								
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.	C	C	C	C	C	C	C	C

Objectivos Específicos dos Eixos do PO Saúde

Eixo Prioritário I - Promover a Saúde e Prevenir a Doença

1.1. Aperfeiçoar o sistema de informação em saúde, de modo a permitir, por um lado, conhecer melhor o estado de saúde dos portugueses e respectivos determinantes e, por outro, accionar, em tempo, as medidas necessárias para corrigir tendências negativas;

1.2. Reforçar as infra-estruturas de promoção, protecção e segurança da saúde, com especial incidência na implementação da rede de Serviços de Saúde Pública;

1.3. Desenvolver projectos que contribuam para uma melhoria das condições ambientais e, consequentemente, da qualidade de vida dos portugueses.

Eixo Prioritário II - Melhorar o Acesso a Cuidados de Saúde de Qualidade

2.1. Implementar redes de referência hospitalar por áreas de especialização;

2.2. Reforçar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no Serviço Nacional de Saúde;

2.3. Melhorar a prestação de cuidados de saúde, através da introdução de sistemas e práticas de qualidade, da preparação técnica dos recursos humanos para as novas tarefas e do desenvolvimento profissional dos dirigentes.

Eixo Prioritário III - Promover Novas Parcerias e Novos Actores na Saúde

3.1. Incrementar e reforçar parcerias para a prestação de cuidados de saúde em áreas carenciadas, em especial com os sectores social e privado;

3.2. Contribuir para a diminuição das desigualdades em saúde.

QUADRO V.B. – 10 – PO CULTURA

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do POC			
		Eixo 1		Eixo 2	
	Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	2.1.	2.2.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;	C		C	
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;	C			
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;	C	C		
O 1.4	Qualificar o potencial humano;	C	C	C	C
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.				
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial					
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;				
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;				
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;				
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;	C			
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.				
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas					
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C			
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;				
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;				
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;				
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;				
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;				C
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;				
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;				
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.				

Objectivos Específicos dos Eixos do POC

Eixo 1 - Valorizar o património histórico e cultural

1.1. Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e emprego (Recuperação e animação e sítios históricos e culturais)

1.2. Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e emprego (Modernização e animação dos museus nacionais)

Eixo 2 - Favorecer o acesso a bens culturais

2.1. Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura (Criação e animação de uma rede fundamental de recintos culturais)

2.2. Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura (Utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura)

QUADRO V.B. – 11 – PO ECONOMIA

Objectivos Específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do POE														
		Eixo 1			Eixo 2							Eixo 3				
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	2.1.	2.2.	2.3.	2.4.	2.5.	2.6.	2.7.	3.1.	3.2.	3.3.	3.4.	3.5.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas															
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial						C									
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais															C
O 1.4	Qualificar o potencial humano															
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos						C	C								
Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial																
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável															
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano															
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa							C								
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social					C	C									
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social					C	C									
Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas																
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social								S	C			C			
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar															
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário								C				C			
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial					C	C	C		C	C		C	C	C	
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região															
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação															
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios															
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva															
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas															
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental															
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde															

Objectivos Específicos dos Eixos do POE

Eixo 1. Actuar sobre os factores de competitividade da empresa

1.1. Promover e viabilizar o reforço das competências e dos processos tecnológicos das empresas

1.2. Promover práticas de gestão modernas e redes de comercialização

1.3. Promover a participação das empresas no mercado global

Eixo 2. Promover áreas estratégicas para o desenvolvimento

2.1. Promover produtos, actividades e sectores que se afigurem estratégicos para o reforço da competitividade global da economia portuguesa e para o seu reposicionamento no mercado mundial, dado o seu conteúdo inovador em termos de tecnologias, processos e nichos de mercado a atingir

2.2. Apostar em novas áreas com potencial de desenvolvimento sustentado, através da valorização dos recursos naturais e culturais e do saber fazer português no sentido da obtenção e ou promoção de produtos de excelência e de alta qualidade com vocação internacional

2.3. Estimular uma concepção de desenvolvimento empresarial que favoreça uma distribuição no território mais ordenada e amiga do ambiente

2.4. Adequar as qualificações e as competências dos activos existentes às crescentes necessidades das empresas e organizações do tecido económico

2.5. Promover a inovação, estimular novas iniciativas e mobilizar novos empreendedores

2.6. Promover o aproveitamento do potencial energético e a racionalização dos consumos

2.7. Promover a utilização do sistema de propriedade industrial, estimulando as empresas a investir em factores complexos de competitividade, associados aos sinais distintivos de empresas, produtos (marcas próprias, desenhos ou modelos) e inovação tecnológica

Eixo 3. Melhorar a envolvente empresarial

3.1. Promover e reforçar a oferta de serviços às empresas numa lógica de capacitação tecnológica e de inovação, em especial no apoio a novos empresários

3.2. Consolidar e reorientar as infra-estruturas de apoio à actividade empresarial

3.3. Promover a actuação estratégica das estruturas associativas empresariais, que têm constituído relevantes pólos aglutinadores de competências

- 3.4. Criar instrumentos que permitam melhorar as condições de financiamento das empresas, nomeadamente ao nível de projectos de PME com elevada componente inovadora e de novos empresários
 3.5. Criar instrumentos que permitam a criação de uma envolvente internacional favorável à actuação das empresas, promovendo a imagem de Portugal, associando o país e a sua oferta à qualidade, inovação e diferenciação

QUADRO V.B. – 12 – AGRO

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos do AGRO					
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal		1.	2.	3.	4.	5.	6.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;					C	
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;				C		
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;						C
O 1.4	Qualificar o potencial humano;					C	
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.				C		
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial							
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;						
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;						
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;						
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;	C			C		
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.						
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas							
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;					C	
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;					C	
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;					C	
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;						
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região			C			
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;						
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;						
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C	C	C	C	C	C
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;						
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;	C	C				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.						

Objectivos Específicos do AGRO

1. Reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social
2. Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica
3. Promoção da qualidade e da inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar
4. Valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica
5. Melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano
6. Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento

QUADRO V.B. – 13 – RURIS

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos do RURIS					
	Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.	2.	3.	4.	5.	6.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;						
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;		C				
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;						C
O 1.4	Qualificar o potencial humano;						
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.				C		
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial							
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;						
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;						
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;					C	
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;				C		
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.						
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas							
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;						
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;						
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;						
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;						
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região						
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;						
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;						
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C	C	C	C	C	C
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;						
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;		C				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.						

Objectivos Específicos do RURIS

1. Reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social
2. Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica
3. Promoção da qualidade e da inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar
4. Valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica
5. Melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano
6. Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento

QUADRO V.B. – 14– PO PESCAS

Objectivos Específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Globais do MARE				
Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal		1.	2.	3.	4.	5.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas					
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial					
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais					
O 1.4	Qualificar o potencial humano					
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos					
Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial						
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável					
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano					
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa					
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social				C	
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social				C	
Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas						
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social				C	
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar					
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário					
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial					
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região					
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação					
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios	C	C	C	C	C
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva					
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas					
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental			C		C
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde					

Objectivos Globais do MARE

1. Adequar a frota de pesca do Continente que actua em águas comunitárias, de países terceiros e internacionais aos recursos haliêuticos disponíveis, por forma a compatibilizar as capacidades de captura da frota com as possibilidades de pesca
2. Renovar e modernizar a frota de pesca por forma a dotá-la de unidades modernas, adaptadas aos tipos de pesca compatíveis com a conservação dos recursos e às condições de mar onde exercerão a actividade, bem dimensionadas e apetrechadas e com adequadas condições de segurança, trabalho a bordo, habitabilidade, navegação, acondicionamento e estiva do pescado
3. Potenciar a actividade aquícola e melhorar a competitividade, o abastecimento e a valorização dos produtos da pesca e da aquíicultura, mantendo os níveis de emprego
4. Melhorar a qualificação profissional, minimizar os impactes sociais negativos decorrentes da adaptação da frota de pesca, promover a criação de alternativas profissionais ou empresariais, estáveis e duradouras, aos agregados familiares dos profissionais da pesca, no sector ou noutros sectores de actividade, e reforçar a capacidade de intervenção das organizações de produtores e outras formas de organização associativa do sector
5. Melhorar o conhecimento dos recursos haliêuticos, do meio ambiente e das tecnologias de produção, promover a sua articulação intersectorial e apoiar o acesso das empresas a formas alternativas de financiamento.

QUADRO V.B. – 15 – PO ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos dos Eixos do POAT															
		Eixo 1				Eixo 2					Eixo 3				Eixo 4		
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	2.1.	2.2.	2.3.	2.4.	2.5.	3.1.	3.2.	3.3.	3.4.	4.1.	4.2.	4.3.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;	C	C	C	C		S	C	S			S		C		S	S
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;																
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;																
O 1.4	Qualificar o potencial humano;																
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.																
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial																	
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável; Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de alojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;																
O 2.2	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;																
O 2.3	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;																
O 2.4	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.																
O 2.5																	
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas																	
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;																
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;																
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;																
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;																
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;																
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;																
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;																
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;																
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;							C				C		S			
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;																
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.																

Objectivos dos Eixos do POAT

Eixo 1: Integração dos Corredores Estruturantes do Território na Rede Transeuropeia de Transportes

- 1.1. Vencer a periferidade e contribuir para o desenvolvimento económico e social do país
- 1.2. Contribuir para a estruturação da rede de transportes e a sua ligação ao exterior
- 1.3. Promover a conclusão do PP nº 8, eliminando ligações em falta e estrangulamentos de capacidades nos corredores que o integram
- 1.4. Contribuir para a coesão territorial, através da articulação dos Grandes Eixos Transversais e Diagonais

Eixo 2: Reforçar a Coordenação Intermodal

- 2.1. Promover uma nova centralidade do país na Europa e em relação ao resto do mundo
- 2.2. Criação das infraestruturas indispensáveis à implementação da articulação intermodal e intramodal
- 2.3. Melhorar a articulação do transporte marítimo com os outros modos de transporte
- 2.4. Desenvolver uma rede estruturada e coerente de plataformas de actividades logísticas
- 2.5. Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, pela racionalização do sistema de transportes e promovendo modos de transporte menos poluentes

Eixo 3: Reforço da Coesão Nacional

- 3.1. Reforçar a coesão e a solidariedade internas
- 3.2. Melhorar as ligações das cidades de média dimensão entre si e à rede nacional estruturante
- 3.3. Melhorar os acessos entre as zonas rurais e as áreas urbanas
- 3.4. Promover o transporte ferroviário como alternativa ao transporte individual no acesso aos centros urbanos

Eixo 4: Promoção da Qualidade, Eficiência e Segurança do Sistema de Transportes

4.1. Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de transporte, nomeadamente no que respeita aos meios de transporte de grande capacidade

4.2. Conhecer e gerir os tráfegos, bem como monitorizar os efeitos ambientais penalizadores da qualidade ambiental

4.3. Promover e reforçar as condições de segurança no sistema de transportes

QUADRO V.B. – 16 – PO AMBIENTE

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do POA						
		Eixo 1			Eixo 2			
	Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	2.1.	2.2.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;						C	
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;			C			C	
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;							
O 1.4	Qualificar o potencial humano;							
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.			C			C	C
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial								
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;			C			C	
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;			C			C	
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;							
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;	C	C	C	C	C	C	C
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.			C				
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas								
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;							
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;							
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;							
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;							C
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;			C				
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;							
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;			C	C			
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;	C	C	C		C		
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;						C	
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;	C	C	C	C	C	C	C
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.						C	

Objectivos Específicos dos Eixos do POA

Eixo 1: Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

1.1. Melhorar a gestão de espécies e habitats protegidos

1.2. Apoiar infra-estruturas de suporte ao turismo da natureza, de informação, de interpretação e de apoio a visitantes

1.3. Promover o desenvolvimento local em áreas protegidas

1.4. Proteger e requalificar a faixa costeira de acordo com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira

1.5. Reabilitar e valorizar a Rede Hidrográfica Nacional nas albufeiras

Eixo 2: Integração do Ambiente nas Actividades Económicas e Sociais

2.1. Melhorar o ambiente urbano através da redução dos níveis de poluição e da recuperação e reabilitação de áreas degradadas

2.2. Apoiar a sustentabilidade das actividades económicas através da promoção da ecogestão (...), do apoio a acções inovadoras e de demonstração (...), de acções de requalificação ambiental...

QUADRO V.B. – 17 – POEFDS

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos Específicos dos Eixos do POEFDS									
		Eixo 1	Eixo 2	Eixo3		Eixo 4			Eixo 5		
	Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	1.1.	2.1.	3.1.	3.2.	4.1.	4.2.	4.3.	5.1.	5.2.	5.3.
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;										
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;										
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;										
O 1.4	Qualificar o potencial humano;			C	C						
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.										
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial											
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável; Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;										
O 2.2	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;	S	S	S	S				S	S	S
O 2.3	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;										
O 2.4	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.	S	S	S	S						
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas											
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;										
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;										
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;										
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;										
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;			S	S						
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;										
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;										
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;										
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;										
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.										

Objectivos Específicos dos Eixos do POEFDS

- 1.1. Construir ofertas formativas de transição dos jovens para a vida activa, fortemente associadas aos contextos de trabalho e adaptadas às mutações em curso
- 2.1. Elevar o nível de qualificação dos activos, através da actuação combinada junto dos empregados e das empresas, com destaque para o universo das PME e para a sua gestão.
 - 3.1. Promover o nível de qualificação dos funcionários da Administração Pública Central;
 - 3.2. Promover a formação profissional especialmente orientada para a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação que contribuam para uma Administração Pública integrada e aberta.
 - 4.1. Reforçar quantitativa e qualitativamente a rede de equipamentos e serviços de apoio ao emprego e à formação;
 - 4.2. Qualificar os agentes dessas mesmas políticas;
 - 4.3. Agir positivamente junto de agentes e dimensões estratégicas para a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.
 - 5.1. Promoção do desenvolvimento social integrado de comunidades e grupos sujeitos a fenómenos agravados de exclusão;
 - 5.2. Promoção da empregabilidade dos grupos particularmente desfavorecidos numa óptica de mercado de trabalho aberto para todos;

5.3. Enriquecimento da rede de equipamentos e serviços sociais que assegurem o reforço da coesão social e da inserção sócio-profissional dos cidadãos mais desfavorecidos.

QUADRO V.B. – 18 – EEE / PLANO NACIONAL EMPREGO

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Pilares da Estratégia Europeia de Emprego			
	Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	Pilar I	Pilar II	Pilar III	Pilar IV
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;				
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;				
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;				
O 1.4	Qualificar o potencial humano;	C			
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.				
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial					
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;				
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;				
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;	C	C		C
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;				
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.	C	C		C
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas					
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C		C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;	C			C
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;	C			
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;				
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;	C	C		
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;	C			
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;				
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;				
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.				

Pilares da Estratégia Europeia de Emprego

Pilar I melhorar a empregabilidade

Pilar II Desenvolver o espírito empresarial e a criação de emprego

Pilar III Incentivar a adaptabilidade das empresas e seus trabalhadores

Pilar IV Igualdade de Oportunidades

QUADRO V.B. – 19 – PNAI

Objectivos específicos dos Eixos do PORLVT		Objectivos do PNAI			
		1.	2.	3.	4.
Eixo Prioritário I - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal		1.1.	1.2.		
O 1.1	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;				
O 1.2	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;				
O 1.3	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;				
O 1.4	Qualificar o potencial humano;				
O 1.5	Valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.			C	
Eixo Prioritário II: Acções Integradas de Base Territorial					
O 2.1	Reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;				
O 2.2	Requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;			C	
O 2.3	Promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;	C	C	C	C
O 2.4	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;				
O 2.5	Promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.	C	C	C	C
Eixo Prioritário III: Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas					
O 3.1	Promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;	C	C	C	C
O 3.2	Melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;			C	
O 3.3	Consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;	C			
O 3.4	Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;				
O 3.5	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;			C	
O 3.6	Promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;				
O 3.7	Apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;				
O 3.8	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;				
O 3.9	Melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;				
O 3.10	Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;				
O 3.11	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.		C		

Objectivos do PNAI

1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços
 - 1.1. Promover a participação no emprego
 - 1.2. Promover o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços
2. Prevenir os riscos de exclusão
3. Actuar em favor dos mais vulneráveis
4. Mobilizar o conjunto dos intervenientes

ANEXO V.B. – MATRIZ COMPLETA DOS INDICADORES DO PROGRAMA (OFICIAIS E PROPOSTOS PELA EQUIPA DE AVALIAÇÃO)

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1.1-E03		1	11		Densidade da rede rodoviária municipal (nº de km/1000km²)	1	km/km²	1041	1047	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	1	SEN	1	2	1	2-Eixo	
1.1-E06		1	11		% de população servida por biblioteca	3	%	70%	80%	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	0	SEN	0	2	1	2-Eixo	
1.1-E07		1	11		% de população servida por equipamentos desportivos	4	%	70%	80%	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	0	SEN	0	2	1	2-Eixo	
1.1-E10		1	11		Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	9	Nº		500 (CP); 10000 (PO)	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP
1.1-E16		1	11		Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	18	Ha		250	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP
1.1-I01		0	11		Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	62	Km	175	250	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
1.1-I02		0	11		Nº de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	312	Km		750	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
1.1-I04		0	11		Nº de centros de transporte construídos, apoiados	80	Nº		4	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
1.1-I05		0	11		Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	63	Km		30	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1.1-106		0	11		Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	11	Nº	14	20	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
1.1-107		0	11		Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	5	Nº	21	30	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
1.1-108		0	11		Nº de equipamentos escolares construídos, apoiados	81	Nº	7	10	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2	1	3-Medida	
1.1-Z08		1			VAB per capita a nível sub-regional aumentando de x% para y% em relação à média da região	160				0	0	Equipa	1-Impacte								1-Programa	
1.1-Z09		0	11		Varição dos tempos de percurso em rodovia (min) aos centros urbanos inseridos nas áreas de intervenção	2				0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Repetido
1.2-E01		1	12		% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	207	%	70%	95%	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	0	SEN	0	1	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP
1.2-E02		1	12		% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	313	%	85%	100%	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	0	SEN	0	1	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP
1.2-101		0	12		Nº de ações de valorização do património histórico, apoiadas	148	Nº	7	10	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1	1	3-Medida	
1.2-102		0	12		Nº de ações de valorização e requalificação urbana, apoiadas	166	Nº	20	30	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	
1.2-103		0	12		Nº de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados	208	Nº		5	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
1.2-Z01		0	12		Aumento da capacidade na rede de abastecimento de água (em m³)	209	m³			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
1.2-Z02		0	12		Aumento da capacidade em estações de tratamento de águas residuais (em m ³)	210	m ³			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
1.2-Z03		0	12		% de aumento na capacidade de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	211	%			0	0	Equipa	3-Realização									2-Eixo	Retirados
1.2-Z04		0	12		Nº de acções de recuperação e preservação do património cultural, apoiadas	12	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
1.2-Z05		0	12		Nº de projectos de aproveitamento e desenvolvimento de energias renováveis e alternativas, apoiados	89	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
1.2-Z06		0	12		% de população servida por sistemas de abastecimento de água	212	%			0	0	Equipa	2-Resultado									1-Programa	
1.2-Z07		0	12		Nº de empresas instaladas e de novos residentes nas zonas históricas	170	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	
1.2-Z08		0	12		Nº de habitantes na vizinhança das áreas com recuperação de edifícios ou fachadas	213	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
1.2-Z09		0	12		Aumento do número estimado de utentes (em %)	214	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	Retirados
1.2-Z10		0	12		Volume de água consumida através de redes novas ou melhoradas	215	m ³			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	
1.2-Z11		0	12		% de amostras de águas residuais com diminuição de poluentes identificados	216	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
1.2-Z12		0	12		% de resíduos sólidos reciclados para reutilização	217	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
1.2-Z13		0	12		Aumento da qualidade das águas balneares em zonas costeiras	218	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
1.2-Z14		0	12		Índice de conservação de arquitectura tradicional	219	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
1.2-Z15		0	12		Índice de recuperação de imóveis degradados	220	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	
1.3-E14		1	13		Nº de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	13	Nº		105	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
1.3-E15		1	13		Nº de congressos, seminários, workshops, apoiados	221	Nº		56	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
1.3-I03		0	13		Nº de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	90	Nº		10	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1		3-Medida	
1.3-Z01		0	13		Nº de parcerias/protocolos formalizados entre agentes regionais	222	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado							1		3-Medida	
1.3-Z02		0	13		Nº de parcerias/protocolos formalizados entre agentes inter-regionais	223	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado							1		3-Medida	
1.3-Z03		0	13		Resultados das avaliações intercalar e ex-post relativamente à eficiência e eficácia do PO	224				0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
1.3-Z06		0	13		Resultados da avaliação da adicionalidade do PO	225				0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	Retirados
1.4-E01		1	14		Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)	77	%	31%	34,9%	1	Resultado	CP+PO	2-Resultado	1	1	1	SEN	1	3	1		2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP
1.4-I01		0	14		Nº de acções de formação, apoiados	39	Nº/ano		429	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	Repetido
1.4-I02		0	14		Nº total de formandos	78	Nº (média/ano)	7322	6.437	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2	1		3-Medida	
1.4-I03		0	14		Formandos do sexo masculino	310	Nº			0	0	CP	3-Realização	1	2	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	
1.4-I04		0	14		Formandos do sexo feminino	311	Nº			0	0	CP	3-Realização	1	2	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	
1.4-Z02		0	14		Nº de utentes dos equipamentos (ou infraestruturas) / pessoas ao serviço	19	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
1.4-Z03		0	14		Variação do tempo médio de tramitação de processos municipais.	163				0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
1.4-Z04		0	14		Resultados da avaliação dos níveis de empregabilidade	138				0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	Retirados
1.4-Z05		0	14		Grau de satisfação dos munícipes com os serviços municipais (equipamentos, infraestruturas e celeridade dos procedimentos administrativos)	20				0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	
1.5-I01		0	15		Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	91	Nº		9	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1		3-Medida	
1.5-I02		0	15		Nº de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	92	Nº		20	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1			3-Medida	
1.5-I03		0	15		Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	226	Ha		200	0	0	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1		3-Medida	
1.5-I04		0	15		Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	21	Nº		10	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
1.5-Z02		0	15		Nº de unidades funcionais de comércio e serviços instaladas	227	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	
1.5-Z04		0	15		Variação do nível hierárquico das funções centrais instaladas	192				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
1.6-Z01		0	16		Valor dos juros bonificados	228				0	0	Equipa	3-Realização								1	3-Medida	
1.6-Z02		0	16		Acréscimo de investimento que beneficiou de juros bonificados através do PORLVT	229				0	0	Equipa	2-Resultado								1	3-Medida	
1+2.-E04		1+2			Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	63	Km		30	0	0	PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	3			2-Eixo	
1+2.-E05		1+2			Nº de equipamentos	172	Nº		6211	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI	0	1			2-Eixo	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
																	PORLVT					
1+2.-E08		1+2			% de população servida por equipamentos de apoio social	230	%		82%	0	0	PO	2-Resultado	0	1	0	SEN	1	3		2-Eixo	
1+2.-E09		1+2			Cobertura (em%) da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana	231	%		5,8%	0	0	PO	2-Resultado	0	1	0	SEN	1	3	1	2-Eixo	
1+2.-E12		1+2			Nº de ações de formação, apoiados	39	Nº (AIBT)/ano		67	0	0	PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		2-Eixo	
1+2.-E13		1+2			Nº de beneficiários de ações de formação (AIBT)/ano	40	Nº		1007	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	
1+2.-E17		1+2			Nº de intervenções de valorização do património histórico e paisagístico, apoiadas	314	Nº		50	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	3	1	1-Programa	
1+2.-E18		1+2			Nº de zonas de lazer/estâncias termais recuperadas/beneficiadas, apoiadas	232	Nº		10	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	
2.1-I01		0	21		Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	9	Nº		150	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1		3-Medida	Repetido
2.1-I02		0	21		Extensão de ciclovia a criar/reabilitar (nº de km)	64	Km		1,00	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
2.1-I03		0	21		Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (nº de m²)	234	m2		15.000,0	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	1	1	1	3-Medida	
2.2-I01		0	22		Nº de ações de formação, apoiados	39	Nº		100,0	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1		3-Medida	Repetido
2.3-I01		0	23		Nº de ações de valorização do património histórico, apoiadas	148	Nº		9	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2	1	3-Medida	Repetido
2.3-I02		0	23		Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	315	Nº	4	10	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
2.3-I03		0	23		Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	235	Nº	4	10	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
2.3-X01		0	23		% de freguesias com pólos de atracção turística	236	%	37%	40%	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	0	SEN	1	2	1	3-Medida	
2.3-Z01		0	23		Varição dos parâmetros de análise da qualidade da água	193				0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Retirados
2.3-Z02		0	23		Varição do tempo de deslocação	164				0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Retirados
2.3-Z03		0	23		Varição do nº de visitantes e turistas	191				0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	Repetido
2.3-Z04		0	23		Varição do rendimento das famílias residentes em áreas rurais	194				0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
2.3-Z05		0	23		Aumento da mobilidade entre as duas margens do Tejo	237				0	0	Equipa	1-Impacte								3-Medida	
2.4-I01		0	24		Nº de estágios profissionais, apoiados	238	Nº		10	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
2.4-I02		0	24		Nº de acções de formação, apoiados	39	Nº		14	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido
2.4-Z01		0	23		Varição da oferta de alojamento turístico não convencional	195				0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Retirados
2.4-Z02		0	24		Varição dos rendimentos provenientes de actividades económicas tradicionais	196				0	0	Equipa	2-Resultado							1	3-Medida	
2.4-Z03		0	24		Resultados da avaliação dos níveis de empregabilidade	138				0	0	Equipa	1-Impacte								1-Programa	
2.4-Z04		0	24		Varição do nº de visitantes e turistas	191				0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.10-E20		3	310		Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)	65	Km	570	1 100 (CP); 3000 (PO)	1	Real. Fis.	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	2-Eixo	Meta diferente entre o PO e o CP
3.10-E21		3			Nº de pousadas de juventude criadas/remodeladas	178	Nº		10	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.10-I01		0	310		Nº de Pousadas de Juventude a remodelar	316	Nº		2	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
3.10-I02		0	310		Nº de Pousadas de Juventude a criar	317	Nº		1	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
3.10-I04		0	310		Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	239	Nº	454600	540.000	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	
3.10-Z02		0	310		Nº de projectos de investimento relativos a áreas de localização empresarial com infra-estruturas e serviços ambientais	22	Nº			0	0	Equipa	3-Realização							1	3-Medida	
3.10-Z04		0	310		Nº de projectos de turismo sustentável	93	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z05		0	310		Número de camas criadas ou melhoradas	240	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z06		0	310		Número de novas iniciativas de marketing/programas promovidas	241	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z07		0	310		Nº de empresas apoiadas em sectores de forte inovação e crescimento	171	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z08		0	310		Nº de empresas que receberam apoio financeiro para projectos de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDTI)	94	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z09		0	310		Nº de novas infra-estruturas do sistema de formação profissional correspondendo a necessidades do tecido empresarial	23	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z10		0	310		Número de novas centrais apoiadas – Infraestruturas energéticas – Fontes de energia renováveis	24	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	
3.10-Z11		0	310		Nº empresas que receberam apoio financeiro para introduzir tecnologias ambientais	150	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.10-Z12		0	310		Número de pernoitas vendidas por ano no alojamento apoiado (ao fim de um	242	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
					ano)																		
3.10-Z13		0	310		Taxa de satisfação dos beneficiários	187	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	Retirados
3.10-Z14		0	310		Investimento em I&D + Inovação/ Investimento Total	243	%			0	0	Equipa	2-Resultado							1		1-Programa	
3.10-Z15		0	310		Aumento do investimento em IDTI pelas empresas envolvidas	244	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	Retirados
3.10-Z16		0	310		Investimento em Formação/ Investimento Total	41	%			0	0	Equipa	2-Resultado									1-Programa	
3.10-Z17		0	310		Aumento do nº estimado de utentes (usando coeficientes médios de consumo de energia) (%)	245	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	
3.10-Z19		0	310		Emprego bruto/líquido criado ou mantido ao fim de dois anos (número e % dos postos de trabalho totais)	139	Nº/%			0	0	Equipa	1-Impacte							1		1-Programa	
3.10-Z20		0	310		Número de contactos comerciais para as empresas locais devido às actividades de promoção, ao fim de um ano	246	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	Retirados
3.10-Z21		0	310		Vol. Negócios resultante de novos produtos (das actividades inovadoras)/ Total de volume de negócios das empresas	247	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.10-Z22		0	310		Nº de novos produtos/processos comercializados pelas empresas que recebam apoio financeiro	248	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	Retirados
3.10-Z23		0	310		Variação da quota das fontes de energia renováveis em comparação com o abastecimento total de energia (em %)	165	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.10-Z24		0	310		Impacto ambiental das actividades das empresas em termos da diminuição da poluição (CO ₂ , NO _x , etc. em %)	151	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.11-E13		3	311		Nº de centros Ciência Viva a criar	249	Nº		4 (CP); 1 por distrito (PO)	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP	
3.12-I01		0	312	A2	Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários	181	Nº caixas de correio	2300 (Novo CP)	100% (CP); 2600 (Novo CP)	0	Resultado	CP+NovoCP	2-Resultado	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	Alterados	
3.12-I02		0	312		Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos funcionários		Nº		100%	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	Retirados	
3.12-I03		0	312	A2	Organismos com ligação à internet	182	Nº	240 (Novo CP)	100% (CP); 260 (Novo CP)	0	Resultado	CP+NovoCP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	Alterados	
3.12-I04		0	312		Organismos que disponibilizam formulários através da Internet		Nº		75%	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	Retirados	
3.12-I05		0	312		Organismos que aceitam formulários através da Internet		Nº		75%	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	Retirados	
3.12-I06		0	312	A2	Organismos que utilizam as TIC em processos comuns	184	Nº	200 (Novo CP)	80% (CP); 250 (Novo CP)	0	Resultado	CP+NovoCP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	Alterados	
3.12-I07		0	312	A2	Redes locais instaladas	185	Nº	195	210	0	Real. Fis.	Novo CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	Novos	
3.12-I08		0	312	A2	Aplicações informáticas / BD desenvolvidas	250	Nº	9	11	0	Real. Fis.	Novo CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	Novos	
3.12-I09		0	312	A1	Projectos integrados no âmbito da Sociedade da Informação	42	Nº	6	12	0	Resultado	Novo CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	Novos	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
3.12-I10		0	312	A1	Concelhos envolvidos em projectos integrados	95	Nº	1	2	0	Resultado	Novo CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Novos		
3.12-I11		0	312	A1	Formulários disponibilizados com submissão on-line em projectos integrados	96	Nº	24	48	0	Resultado	Novo CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	Novos		
3.12-I12		0	312	A1	Ações aprovadas no âmbito de projectos integrados	97	Nº	18	36	0	Real. Fis.	Novo CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	Novos		
3.12-I13		0	312	A1	Instituições de ensino envolvidas nos projectos integrados	98	Nº	6	12	0	Real. Fis.	Novo CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	Novos		
3.12-Z01		0	311		Nº de visitantes por semana (em cada centro, por área geográfica)	251	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida		
3.12-Z01		0	312		Aumento do tráfego digital e da qualidade dos serviços	252				0	0	Equipa	2-Resultado										3-Medida	
3.12-Z02		0	311		Aumento dos candidatos ao Ensino Superior na áreas das Ciências (por área geográfica)	253				0	0	Equipa	1-Impacte							1		2-Eixo		
3.12-Z02		0	312		Criação de novos postos de trabalho nas áreas das novas tecnologias	254				0	0	Equipa	1-Impacte										3-Medida	
3.12-Z03		0	312		Aumento na utilização e qualidade dos serviços	255				0	0	Equipa	2-Resultado										3-Medida	Retirados
3.12-Z04		0	312		Poupança de custos com serviços da Administração pública, conseguida com as novas tecnologias	256				0	0	Equipa	1-Impacte							1		3-Medida		
3.13-I01		0	313		Nº de ações de formação, apoiados	39	Nº	12	24	0	0	Novo CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1			3-Medida	Novos (repetido)	
3.13-I02		0	313		Formandos do sexo masculino	310	Nº			0	0	Novo CP	3-Realização	1	2	1	SI PORLVT	1	1			3-Medida	Novos (repetido)	
3.13-I03		0	313		Formandos do sexo feminino	311	Nº			0	0	Novo CP	3-Realização	1	2	1	SI PORLVT	1	1			3-Medida	Novos (repetido)	
3.13-I04		0	313		Nº de horas de formação (Volume de formação)	43	Horas			0	0	Novo CP	3-Realização	1	2	1	SI PORLVT	1	1			3-Medida	Novos	
3.13-Z02		0	313		Nº total de formandos	78	Nº			0	0	Equipa	3-Realização							1		3-Medida	Repetido	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.13-Z03		0	313		Nº de pessoas empregadas na sequência das acções de formação realizadas	45	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	
3.14-I01		0	314		Nº de projectos de beneficiação ou construção em Portos de Pesca	99	Nº		4	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1		3-Medida	
3.15-A1-I01		0	315	A1	Nº de projectos aprovados	100	Nº		2.426	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	Repetido
3.15-A1-I02		0	315	A1	Ajudas Públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		18000-22000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	
3.15-A1-Z01		0	315	A1	Variação da margem bruta das unidades apoiadas em euros	197	EUR			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z02		0	315	A1	Variação da margem bruta das unidades apoiadas em percentagem	318	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z03		0	315	A1	Variação das MB por UTA das unidades apoiadas em percentagem	198	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z04		0	315	A1	Variação das UTA das unidades apoiadas [(UTA das unidades apoiadas após o projecto - UTA das unidades apoiadas antes do projecto) / UTA das unidades apoiadas antes do projecto em percentagem antes do projecto * 100]	199	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z05		0	315	A1	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas – UTA total	10	UTA			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z06		0	315	A1	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas – UTA jovens (menos de 30 anos)	319	UTA			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z07		0	315	A1	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas – UTA mulheres	320	UTA			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A1-Z08		0	315	A1	Valor do investimento por UTA pós projecto em euros	257	EUR			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.15-A2-I01		0	315	A2	Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas	101	Nº		49	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.15-A2-I02		0	315	A2	Nº de projectos de incentivos a produtos de qualidade	102	Nº		12	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.15-A2-I03		0	315	A2	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		4000-8000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido	
3.15-A2-Z01		0	315	A2	Variação do VABcf nas unidades apoiadas em euros	161	EUR			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A2-Z02		0	315	A2	Variação do VABcf nas unidades apoiadas em %	321	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A2-Z03		0	315	A2	Vendas de produtos de qualidade / Vendas nas unidades apoiadas, antes do projecto (%)	173	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A2-Z04		0	315	A2	Vendas de produtos de qualidade / Vendas nas unidades apoiadas, após do projecto (%)	322	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A2-Z05		0	315	A2	Nº de empregos para os beneficiários não agrícolas mantido/criado pelo apoio relacionado com os produtos locais	140	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A2-Z06		0	315	A2	Valor do investimento por posto de trabalho mantido e criado, em euros	258	EUR			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-I01		0	315	A3	Nº de organizações de produtores florestais constituídas	128	Nº		7	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.15-A3-I02		0	315	A3	Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	129	Nº		20	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.15-A3-I03		0	315	A3	Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados	103	Nº		9	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.15-A3-I04		0	315	A3	Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados	104	Nº		150	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.15-A3-105		0	315	A3	Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados	323	Nº		800	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.15-A3-106		0	315	A3	Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	130	Ha		60.000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.15-A3-107		0	315	A3	Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	324	Ha		40.000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.15-A3-108		0	315	A3	Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados	105	Nº		150	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.15-A3-109		0	315	A3	Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação	106	Ha		1.500	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.15-A3-110		0	315	A3	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		8000-12000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido
3.15-A3-Z01		0	315	A3	Área florestal abrangida pelas associações apoiadas, em percentagem	131	%			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	
3.15-A3-Z02		0	315	A3	Nº de produtores florestais abrangidos	132	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	
3.15-A3-Z03		0	315	A3	Nº de organizações de produtores florestais abrangidos	325	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	
3.15-A3-Z04		0	315	A3	Área florestal abrangida em hectares	133	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	
3.15-A3-Z05		0	315	A3	Área florestal abrangida em percentagem	134	%			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	
3.15-A3-Z06		0	315	A3	Área florestal abrangida em hectares	133	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	Repetido
3.15-A3-Z07		0	315	A3	Área florestal abrangida em percentagem	134	%			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	Repetido
3.15-A3-Z08		0	315	A3	Nº de explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados	135	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado								3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.15-A3-Z09		0	315	A3	Área das explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados, em hectares	326	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z10		0	315	A3	Superfície protegida dos riscos naturais (incl. Incêndios) em hectares	259	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z11		0	315	A3	Superfície protegida dos riscos naturais (incl. Incêndios) em %	327	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z12		0	315	A3	Área florestal de interesse público coberta por Planos Globais de Intervenção em hectares	136	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z13		0	315	A3	Área florestal de interesse público coberta por Planos Globais de Intervenção em percentagem	328	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z14		0	315	A3	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados graças ao apoio em zonas de rede Natura 2000 ou adjacentes (número)	260	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A3-Z15		0	315	A3	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados graças ao apoio, em número de sítios protegidos de riscos naturais ou restabelecidos depois de terem sido danificados por catástrofes naturais	261	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A4-I01		0	315	A4	Nº de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados	107	Nº		65	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A4-I02		0	315	A4	Nº de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados	14	Nº		160	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A4-I03		0	315	A4	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		12000-16000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	Repetido
3.15-A4-Z01		0	315	A4	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional, em número	156	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.15-A4-Z02		0	315	A4	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional, em %	329	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A5-I01		0	315	A5	Nº de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados	108	Nº		60	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I02		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	16	Nº		5.520	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I03		0	315	A5	Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	109	Ha		11.683	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I04		0	315	A5	Nº de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	15	Nº		25	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I05		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	330	Nº		3.562	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I06		0	315	A5	Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	331	Ha		17.138	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1		3-Medida	
3.15-A5-I07		0	315	A5	Nº de projectos de emparcelamento aprovados	110	Nº		9	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I08		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	17	Nº		4.261	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.15-A5-I09		0	315	A5	Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento	111	Ha		11.512	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1		3-Medida	
3.15-A5-I10		0	315	A5	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		118000-124000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	Repetido
3.15-A5-Z01		0	315	A5	Construção e reparação de açudes e charcas (mil m³)	262	(1000 m³)			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	
3.15-A5-Z02		0	315	A5	Construção e reparação de açudes e charcas, em número	332	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
3.15-A5-Z03		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (nº de explorações beneficiadas)	157	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida		
3.15-A5-Z04		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (área beneficiada – hectares)	333	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z05		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	334	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z06		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% de beneficiários nas explorações com superfície irrigável)	335	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z07		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável colectiva privada da região)	336	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z08		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% dos beneficiários nas explorações com superfície irrigável colectiva privada da região)	337	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
3.15-A5-Z09		0	315	A5	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais (Km)	66	Km			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida		
3.15-A5-Z10		0	315	A5	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega (km)	67	Km			0	0	Gestão	3-Realização										3-Medida	
3.15-A5-Z11		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (nº de explorações beneficiadas)	338	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z12		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos tradicionais (área beneficiada em hectares)	339	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z13		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	340	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z14		0	315	A5	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% de explorações beneficiadas nas explorações com superfície irrigável)	341	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z15		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Nº de explorações beneficiadas / a beneficiar	25	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
3.15-A5-Z16		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Área beneficiada / a beneficiar	342	Ha			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida		
3.15-A5-Z17		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem da área beneficiada / a beneficiar na área a necessitar emparcelamento	343	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A5-Z18		0	315	A5	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem de explorações beneficiadas / a beneficiar nas explorações a necessitar de emparcelamento	344	%			0	0	Gestão	2-Resultado										3-Medida	
3.15-A6-I01		0	315	A6	Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados	112	Nº		20	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2				3-Medida	
3.15-A6-I02		0	315	A6	Km de rede viária nova	68	Km		35	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2				3-Medida	
3.15-A6-I03		0	315	A6	Km de rede viária beneficiada	345	Km		35	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2				3-Medida	
3.15-A6-I04		0	315	A6	Nº de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	113	Nº		1.500	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2				3-Medida	
3.15-A6-I05		0	315	A6	Nº de projectos de electrificação aprovados	114	Nº		70	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2				3-Medida	
3.15-A6-I06		0	315	A6	Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	115	Nº		350	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1			3-Medida	
3.15-A6-		0	315	A6	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		4000-6000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI	1	2				3-Medida	Repetido

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
I07																	PORLVT					
3.15-A6-Z01		0	315	A6	Explorações agrícolas que têm acesso a caminhos agrícolas e rurais graças às acções apoiadas, em percentagem	158	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida
3.15-A6-Z02		0	315	A6	Linhas de média tensão instaladas (Km)	69	Km			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida
3.15-A6-Z03		0	315	A6	Linhas de baixa tensão instaladas	263	Km			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida
3.15-A6-Z04		0	315	A6	Explorações agrícolas que têm acesso a electrificação graças a acções apoiadas, em percentagem	159	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida
3.15-A7-I01		0	315	A7	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		4000-6000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido
3.15-A7-Z01		0	315	A7	Número de projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	116	Nº			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida
3.15-A7-Z02		0	315	A7	Número de projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	117	Nº			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida
3.15-A7-Z03		0	315	A7	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas, em número	152	Nº			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida
3.15-A7-Z04		0	315	A7	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas, em %	346	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida
3.15-A7-Z05		0	315	A7	Efluentes de lagares de azeite recolhidos/tratados graças a acções apoiadas (% de efluentes de esgoto)	264	%			0	0	Gestão	2-Resultado									3-Medida
3.15-A8-I01		0	315	A8	Ajudas públicas (1000 Euros)	61	1000 EUR		3000-5000	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2		3-Medida	Repetido
3.15-A8-Z01		0	315	A8	Nº de projectos aprovados	100	Nº			0	0	Gestão	3-Realização									3-Medida

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.15-E18		3			Taxa de crescimento médio anual da produtividade de trabalho nas actividades agro-florestais, medida através da relação entre o VABpm e as unidades de trabalho agrícola (UTA)	137	%		aumento > 4%	0	0	PO	1-Impacte	0	1	1	SEN	1	3	1	2-Eixo	
3.16-I01		0	316		Nº de m ² de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	7	m2		1,89	0	0	CP	2-Resultado	1	1	1	SEN	1	1		3-Medida	
3.16-I02		0	316		Nº de m ² de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	8	m2		30.700,0	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	
3.16-I03		0	316		Nº de intervenções em equipamentos desportivos	347	Nº		11	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
3.16-Z01		0	316		% de população servida por equipamentos desportivos	4	%			0	0	Equipa	2-Resultado							1	1-Programa	Repetido
3.16-Z02		0	316		Variação do nº de atletas federados registados nos concelhos de intervenção	200	%			0	0	Equipa	2-Resultado								2-Eixo	Retirados
3.16-Z03		0	316		Variação do nº de praticantes em diferentes modalidades	201	%			0	0	Equipa	2-Resultado								2-Eixo	Novos
3.16-Z04		0	316		Variação do nº de actividades desportivas disponíveis nos equipamentos desportivos, por concelho	6	%			0	0	Equipa	2-Resultado								2-Eixo	Novos
3.17-I01		0	317		Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	70	Km		12,5	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.17-I02		0	317		Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	265	Nº		19	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.17-I03		0	317		Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	71	Km	15	55	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
3.17-I04		0	317		Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	266	Nº	2	8	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.17-Z01		0	317		Extensão de estradas construídas ou requalificadas (nº de km) de acesso a portos regionais	72	Km			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.17-Z02		0	317		Aumento do número de Passageiros/Km em transporte ferroviário	73	Nº/Km			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Novos
3.17-Z03		0	317		Varição dos tempos de percurso em rodovia (min) aos centros urbanos inseridos nas áreas de intervenção	2	Min			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Novos
3.17-Z04		0	317		Varição da carga movimentada nos portos (Mt de carga geral/ano)	202	Mt/ano			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Novos
3.17-Z05		0	317		Nº de Kms de via ferroviária de metro ligeiro construídos	74	Km			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-E28		3	318	AA	% de território abrangido pelo estatuto de classificação (Rede Natura 2000, ZPE's e outras) objecto de acções apoiadas	267	%		6,9%	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1			2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP
3.18-AA-I01		0	318	AA	Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	26	Nº	4000	8.000	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1		3-Medida	
3.18-AA-Z01		0	318	AA	Nº de estudos e de programas de conservação, apoiados	268	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.18-AA-Z02		0	318	AA	Nº de acções de manejo de espécies e habitats, apoiadas	167	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z03		0	318	AA	Nº de estruturas de informação, interpretação e museológicas, reabilitadas, requalificadas ou criadas	27	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z04		0	318	AA	Nº de estruturas de acolhimento e afins, reabilitadas, requalificadas ou criadas	28	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z05		0	318	AA	Nº de parques de campismo e parques de merendas, reabilitados, requalificados ou criados	269	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.18-AA-Z06		0	318	AA	Nº de acções relativas a trilhos, percursos e sinalizações, apoiadas	168	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z07		0	318	AA	Nº de edições apoiadas	270	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z08		0	318	AA	Nº de projectos de reabilitação de património histórico e cultural e de apoio às actividades tradicionais, apoiados	118	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.18-AA-Z09		0	318	AA	Nº de projectos de requalificação de aglomerados rurais, apoiados	119	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z10		0	318	AA	Nº de projectos de recuperação de caminhos e acessos, apoiados	120	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z11		0	318	AA	Nº de empresas instaladas na vizinhança das áreas com património reabilitado	149	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z12		0	318	AA	Nº de habitantes nos aglomerados recuperados	271	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AA-Z13		0	318	AA	Variedade de espécies animais e vegetais nas áreas abrangidas pelos estudos e acções	272				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.18-AA-Z14		0	318	AA	Pessoal das autarquias afecto à manutenção e melhoria das infra-estruturas de apoio ao turismo da natureza	273	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	
3.18-AA-Z15		0	318	AA	% de empresas que pretendem permanecer nessas áreas nos próximos cinco anos	274	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	Retirados
3.18-AA-Z16		0	318	AA	% de habitantes que pretendem permanecer nesses aglomerados nos próximos cinco anos	275	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	Retirados

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.18-AB-E29		3	318	AB	Extensão de costa a intervir (nº de km)	75	Km	4	8 (CP); 40 (PO)	1	Real. Fis.	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1	1	2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP
3.18-AB-Z02		0	318	AB	Área intervencionada em valorização de praias e recuperação de sistemas dunares	276	Ha			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	
3.18-AB-Z03		0	318	AB	Nº de projectos apoiados, relativos a infraestruturas e estacionamento em praias	29	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z04		0	318	AB	Comprimento de linha de água intervencionada (em km)	76	Km			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	
3.18-AB-Z06		0	318	AB	Nº de projectos ou acções de valorização, recuperação ou melhoria da segurança, em zonas fluviais, albufeiras e barragens, apoiados	121	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z07		0	318	AB	Nº de projectos de requalificação e reabilitação, apoiados	122	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z08		0	318	AB	Área degradada e frente urbana intervencionadas (em ha)	277	Ha			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z09		0	318	AB	Nº de utentes em zonas balneares	278	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	
3.18-AB-Z10		0	318	AB	Melhoria da qualidade da água das praias fluviais	279				0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z11		0	318	AB	Área ocupada por conjuntos arquitectónicos harmoniosos	280	Ha			0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	Retirados
3.18-AB-Z12		0	318	AB	Nº de bandeiras azuis atribuídas	281	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte								3-Medida	
3.18-AB-Z13		0	318	AB	Área de ecossistemas dunares recuperada	282	Ha			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	Retirados
3.18-AB-Z14		0	318	AB	% de utilizadores de actividades de lazer	283	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	Retirados

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.18-AB-Z15		0	318	AB	Despesa pública anual per capita Em operações de recuperação do espaço edificado	284	EUR/capita			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	
3.18-AC-I01		0	318	AC	Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar	30	Nº		6	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1			3-Medida	
3.18-AC-I02		0	318	AC	% do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000	285	%		100,0	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SEN	0	1			3-Medida	
3.18-AC-I03		0	318	AC	% do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores	286	%		100,0	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SEN	0	1			3-Medida	
3.18-AC-Z01		0	318	AC	Nº de laboratórios devidamente equipados, que foram construídos, ampliados ou reabilitados	287	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.18-AC-Z02		0	318	AC	Nº de dias com ar saudável e com qualidade	288	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AC-Z03		0	318	AC	% de reclamações relativas ao ruído	289	%			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AC-Z04		0	318	AC	Emissões agregadas de substâncias precursoras do ozono	290				0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AC-Z05		0	318	AC	% de população que reside em áreas com concentração média de ozono superior a 65 microgramas por m³	291	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.18-AC-Z06		0	318	AC	% de população que reside em áreas com concentração média de chumbo superior a 1 microgramas por m³	292	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.18-AD-E01		3	318	AD	Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana	293	Nº		40000 (CP), 320000 (PO)	0	0	CP+PO	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	1	2			2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP
3.18-AD-I01		0	318	AD	Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar	46	Nº		2	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.18-AD-I03		0	318	AD	Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	153	Nº		1	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	Deveria ser afecto à Acção E	
3.18-AD-Z01		0	318	AD	Nº de projectos relativos ao complemento de acções de requalificação urbana e valorização ambiental, apoiados	123	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.18-AD-Z02		0	318	AD	Nº de projectos relativos a sistemas de monitorização, apoiados	124	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z03		0	318	AD	Nº de projectos de sensibilização e informação, apoiados	47	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z04		0	318	AD	Nº de projectos relativos à caracterização e gestão do ambiente urbano, apoiados	125	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z05		0	318	AD	Nº de projectos relativos a sistemas de gestão de dados no âmbito dos transportes colectivos e da mobilidade sustentável, apoiados	126	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z06		0	318	AD	Nº de projectos relativos a estruturas de confinamento e recolha selectiva de resíduos urbanos, apoiados	31	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z07		0	318	AD	% de população abrangida por estruturas de confinamento e recolha selectiva de resíduos urbanos	32	%			0	0	Equipa	2-Resultado							1		3-Medida	
3.18-AD-Z08		0	318	AD	Acessibilidade dos cidadãos em Informação ambientalmente relevante: nº de consultas realizadas	48	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AD-Z09		0	318	AD	% de resíduos sólidos urbanos objecto de recolha selectiva	294	%			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	
3.18-AD-Z10		0	318	AD	Nº de utilizadores de transportes públicos na mobilidade local	295	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte									3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.18-AD-Z11		0	318	AD	Taxa de recuperação e utilização do papel e taxa de reciclagem do vidro	188	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.18-AD-Z12		0	318	AD	Satisfação dos cidadãos com a comunidade local	296				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	Retirados
3.18-AE-Z01		0	318	AE	Área de solos descontaminados	297	Ha			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.18-AE-Z02		0	318	AE	Redução do nº de zonas de impacto (black-spots) ambientais	154	Nº			0	0	Equipa	1-Impacte							1		3-Medida	
3.19-I01		0	319		Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	174	Nº		20	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.19-I02		0	319		Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões	348	Nº		15	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.19-I03		0	319		Nº de intervenções de remodelação e adequação de instalações hospitalares	233	Nº		10	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.19-I04		0	319		Nº de intervenções em equipamento de instalações hospitalares	206	Nº		7	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2			3-Medida	
3.19-I05		0	319		Nº de novas infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação	33	Nº		20	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2	1		3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.19-I06		0	319		Nº de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais	298	Nº		18	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
3.19-Z01		0	319		Número de consultas hab/ano	299	Nº/ano			0	0	Equipa	2-Resultado								3-Medida	
3.1-E07		3	301		Nº médio anual de formandos em formação em alternância	49	Nº	5332	3.800	1	Real. Fis.	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP
3.1-I02		0	301		Contributo da medida por forma a atingir 8% dos jovens que entram no mercado de trabalho com frequência de acções de formação em alternância (%)	50	%		3,72%	0	0	CP	2-Resultado	0	1	1	SEN	1	1		3-Medida	
3.1-I03		0	301		Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	186	Nº	5319	3.800	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	
3.1-Z01		0	301		Redução da taxa de abandono escolar	85	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.1-Z02		0	301		Redução da taxa de desemprego Jovem	141	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.2-E08		3	302		Nº de activos em formação	51	Nº		22.100	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SEN	1	1	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP
3.2-E09		3	302		Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	52	Nº		3.800	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SEN	0	1	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.2-103		0	302		Nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa	300	Nº		50	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1		3-Medida	
3.2-104		0	302		Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	53	%		0,49%	0	0	CP	2-Resultado	0	1	1	SEN	1	1	1	3-Medida	
3.2-Z01		0	302		Aumento da taxa de participação da força de trabalho na formação	54	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.3-E03		3	303		Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	56	Nº	6175	4.400	1	Real. Fis.	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	Designação diferente entre o PO e CP
3.3-102		0	303		% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	183	%	13%	9,0%	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	1	1	1	3-Medida	
3.3-Z01		0	303		Varição da duração média do desemprego	142				0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.3-Z02		0	303		Varição da taxa dos desempregados de longa duração	143	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	Retirados
3.4-101		0	304		Nº de postos de trabalho criados	146	Nº		740	0	0	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	1	1	3-Medida	
3.4-Z01		0	304		Varição da taxa de desemprego Global	44	%			0	0	Equipa	1-Impacte								2-Eixo	
3.5-101		0	305		Nº de agentes da política de Emprego e Formação em formação	57	Nº		250	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida	
3.5-Z01		0	305		Nº de projectos de desenvolvimento e modernização de estruturas e serviços de apoio ao emprego e à formação	34	Nº			0	0	Equipa	3-Realização								3-Medida	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.5-Z02		0	305		Nº de ações para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	169	Nº			0	0	Equipa	3-Realização							1	3-Medida		
3.5-Z03		0	305		Nº de serviços e estruturas de apoio ao emprego e à formação modernizadas	35	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.5-Z04		0	305		Variação do nº de agentes da política de Emprego e Formação formados	58	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.5-Z05		0	305		Nº de entidades aderentes às ações para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	301	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	
3.5-Z06		0	305		Qualidade da rede de serviços e estruturas de apoio ao emprego e à formação	36				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.5-Z07		0	305		Variação do emprego por género e níveis de qualificação	144				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.6-E04		3	306		Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	175	Nº		2.250	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	2-Eixo	Designação e meta diferente entre o PO e CP	
3.6-E10		3	306		Nº de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	83	Nº		1.950	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo		
3.6-E11		3	306		Nº de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	176	Nº		1.250	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	2-Eixo	Designação diferente entre o PO e CP	
3.6-I03		0	306		Nº de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	302	Nº		200	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2		3-Medida		
3.6-I05		0	306		Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	303	%		0,14%	0	0	CP	2-Resultado	0	1	1	SEN	1	2	1	3-Medida		

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.6-Z01		0	306		Nº de pessoas apoiadas	177	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.6-Z02		0	306		Taxa de emprego das pessoas apoiadas	145	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	Retirados
3.6-Z03		0	306		Nº de postos de trabalho criados	146	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado							1	3-Medida	Repetido	
3.6-Z04		0	306		Taxa de actividade de pessoas portadoras de deficiência	189	%			0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.6-Z05		0	306		Varição do nº de toxicodependentes	203				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.6-Z06		0	306		Varição do rendimento médio das famílias	204				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.6-Z07		0	306		Varição dos fenómenos de exclusão e marginalidade social	205				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	Retirados
3.7-I01		0	307		Nº de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	127	Nº		148	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida		
3.7-Z01		0	307		Nº de equipamentos	172	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.7-Z02		0	307		Nº ou extensão das infraestruturas criadas ou beneficiadas	37	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.7-Z03		0	307		Nº de postos de trabalho criados	146	Nº			0	0	Equipa	2-Resultado							1	3-Medida	Repetido	
3.7-Z04		0	307		Taxa de sucesso da actividade dos agentes da política de emprego e formação	59	%			0	0	Equipa	2-Resultado									2-Eixo	
3.7-Z05		0	307		Racionalização dos serviços de apoio à política de emprego e formação	60				0	0	Equipa	2-Resultado									3-Medida	Retirados
3.7-Z06		0	307		Varição do emprego por género e níveis de qualificação	147				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.7-Z07		0	307		Varição do rendimento médio das famílias	204				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	Repetido

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
3.7-Z08		0	307		Qualidade da rede de serviços e estruturas de apoio ao emprego e à formação	38				0	0	Equipa	1-Impacte									2-Eixo	
3.8-E02		3	308		Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	88	Nº		108	0	0	CP+PO	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1			3-Medida	Designação diferente entre o PO e CP
3.8-I02		0	308		Nº de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	179	Nº		66	0	0	CP	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	1	1		3-Medida	
3.8-Z03	1	3	308		Taxa de escolarização líquida, no pré-primário, no ano t e o ano t+k	84	%			0	0	Equipa	1-Impacte									1-Programa	
3.8-Z04		0	308		Percentagem de escola do ensino secundário equipadas com "centros de recursos"	82	%			0	0	Equipa	2-Resultado								1	3-Medida	
3.8-Z05		0	308		Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	88	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Repetido
3.8-Z06		0	308		Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	88	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.8-Z07		0	308		Nº de salas de aula do ensino básico construídas	180	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	
3.8-Z08		0	308		Nº de salas de aula do ensino secundário construídas	162	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.8-Z09		0	308		Nº escolas do ensino secundário equipadas com ...	87	Nº			0	0	Equipa	3-Realização									3-Medida	Retirados
3.9-I01		0	309		Nº total de formandos	78	Nº	9000	12.990	1	Real. Fis.	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1	1		3-Medida	Repetido
3.9-I02		0	309		Nº de equipamentos escolares construídos, apoiados	81	Nº		21	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	1	1		3-Medida	Repetido
3.9-I03		0	309		Nº de turmas apoiadas	304	Nº		633	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	0	1			3-Medida	
3.9-I04		0	309		Nº de horas de formação (Volume de formação)	43	Nº		52.372.800	0	0	CP	3-Realização	1	1	1	SI PORLVT	1	2			3-Medida	repetido

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.9-I05		0	309		Nº de jovens/formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III	79	Nº	1950	2.800	1	Resultado	CP	2-Resultado	1	1	1	SI PORLVT	0	2	1	3-Medida	
3.-E01		3			Nº de alunos abrangidos por cursos profissionais em escolas profissionais públicas	86	Nº		14000	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	
3.-E06		3			Postos de trabalho/ano criados à escala local e da micro-iniciativa	305	Nº		740	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SI PORLVT	1	2		2-Eixo	
3.-E14		3			% de cidades da Região com mais de 50000 habitantes com estatuto de "cidade digital"	306	%		100%	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	1	3	1	2-Eixo	
3.-E15		3			Taxa de mortalidade perinatal (‰)	190	(‰)		5,8	0	0	PO	1-Impacte	0	1	1	SEN	1	3	1	2-Eixo	
3.-E16		3			Rácio entre consultas nos centros de saúde e consultas externas nos hospitais	307	%		5,8%	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	1	2		2-Eixo	
3.-E17		3			Nº de m² de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	7	m²/capita		2,9	0	0	PO	2-Resultado	1	1	1	SEN	1	3		2-Eixo	Repetido
3.-E19		3			Nº de idas anuais à lota nos portos intervencionados	308	%		"+10%"	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	
3.-E22		3			Redução dos tempos de percurso - rodovia (minutos) - Lisboa-Viseu	349	minutos		208	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	0	2		2-Eixo	
3.-E23		3			Redução dos tempos de percurso - rodovia (minutos) - Lisboa-Guarda	350	minutos		208	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	0	2		2-Eixo	
3.-E24		3			Redução dos tempos de percurso - rodovia (minutos) - Lisboa-Castelo Branco	351	minutos		135	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	0	2		2-Eixo	
3.-E25		3			Redução dos tempos de percurso - rodovia (minutos) - Lisboa-Beja	55	minutos		103	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	0	2		2-Eixo	

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
3.-E26		3			Procura no Metro do Sul do Tejo (milhões de passageiros no ano)	309	milhões de passageiros /ano		122	0	0	PO	2-Resultado	0	1	1	SEN	0	2		2-Eixo	
3.-E27		3			Densidade da rede rodoviária municipal (nº de km/1000km²)	1	km/km²		168	0	0	PO	2-Resultado	1	1	1	SEN	1	3	1	2-Eixo	Repetido
3.-E30		3			Nº de estações fixas a instalar para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	155	Nº		6	0	0	PO	3-Realização	0	1	1	SI PORLVT	0	2		2-Eixo	
I-AP-1				AP	PIB pm	352	euros					PO	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Contas Regionais
I-AP-3				AP	PIB per capita	353	euros/capita					PO	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Contas Regionais
I-AP-7				AP	FBCF/VABpm (esforço do investimento, medido através da percentagem do VABpm a afectar a FBCF)	354	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Contas Regionais
I-AP-10				AP	Produtividade	355	índice					PO	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001
I-AP-12				AP	Taxa de Actividade	356	%					RE	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001
I-AP-13				AP	População Empregada	357	pessoas					RE	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
I-AP-27				AP	Estrutura Dimensional do tecido empresarial	358						Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)
I-IS-14				IS	Taxas de insucesso escolar	359	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Ministério da Educação, DAPP
I-IS-20				IS	Taxa de Desemprego por sexos	360	%					PO+RE	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2002
I-IS-22				IS	% desemp. de longa duração no total desemp.	361	%					PO+RE	1-Impacte							1	1-Programa	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001
I-AM-1				AM	% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) relativamente ao território total.	362	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	INE: Recenseamento Geral da Agricultura 1999
I-AM-3				AM	Emissões de GEE por unidade de PIB (intensidade carbónica)	363						Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Instituto do Ambiente
I-AM-22				AM	Intensidade energética (energia primária e energia final): intensidade em energia final	364	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)
I-IE-2				IE	Densidade Populacional	365	pessoas					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Censos 2001

Cód.	Programa	EIXO	Medida	Ação	Designação	N_Ind	Unidade	Meta 2003	Meta 2006	Reserva de eficiência	Tipologia Oficial	Origem	Tipologia de Avaliação	Disponibilidade	Normatividade	Fiabilidade	Sistema de Informação	Agregabilidade	Relevância	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Nível	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
I-IE-3				IE	Taxa de Mortalidade	366	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas Demográficas
I-IE-4				IE	Taxa de Mortalidade Infantil	367	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas Demográficas
I-IE-14				IE	Taxa de analfabetismo	368	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
I-IN-1				IN	Despesas de I&D da região por área C&T	369	euros					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	
I-IN-3				IN	Recursos humanos em I&D ao nível NUTS III	370	%					Equipa	1-Impacte							1	1-Programa	Observatório da Ciência e do Ensino Superior

Notas:

- 1 - Código do Indicador definido pela Equipa
- 2 - Indicadores afectos ao nível do Programa
- 3 - Indicadores afectos ao nível do Eixo e descrição do Eixo
- 4 - Indicadores afectos ao nível do Medida e descrição da Medida

- 5 - Indicadores afectos ao nível da Acção e descrição da Acção
- 6 - Descrição do Indicador
- 7 - Identificação dos Indicadores, com repetição do número para os indicadores repetidos
- 8 - Unidade do Indicador
- 9 - Quantificação do Indicador para a Situação de Chegada (2003)
- 10 - Quantificação do Indicador para a Situação de Chegada (2006)
- 11 - Indicadores afectos à Reserva de Eficiência – “1”
- 12 - Tipologia referente aos Documentos Oficiais
- 13 - Origem: Complemento de Programação (CP); Programa Operacional (PO), Alterações ao Complemento de Programação (Novo CP), Relatório de Execução (RE), Equipa, Gestão (indicadores oriundos do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e utilizados pelo Coordenador da Medida)
- 14 - Tipologia subjacente à Metodologia de Base da Avaliação
- 15 - Disponibilidade: “1” existe disponibilidade, “0” não existe disponibilidade
- 16 - Normatividade: “1” apresentam metas definidas, “2” não apresentam metas definidas mas apresentam a possibilidade de estabelecer comparações com referências ou padrões em termos nacionais ou internacionais
- 17 - Fiabilidade: “1” são fiáveis, “0” não são fiáveis
- 18 - Sistema de Informação: “SI PORLVT” Sistema de Informação do PORLVT, “SEN” Sistema Estatístico Nacional
- 19 - Agregabilidade: “1” agregáveis, “0” não agregáveis
- 20 - Relevância: “1” pouco relevante, “2” relevante, “3” muito relevante
- 21 - Indicadores-Chave: “1”
- 22 - Nível de programação
- 23 - Observações

Fonte: Equipa de Avaliação

ANEXO V.C. – MATRIZ COMPLETA DOS INDICADORES DE CONTEXTO (OFICIAIS E PROPOSTOS PELA EQUIPA DE AVALIAÇÃO)

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-AP-1	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	PIB pm	PO	1999	INE, Contas Regionais	1	
I-AP-2	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	VAB a preços base	PO	1999	INE, Contas Regionais		
I-AP-3	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	PIB per capita	PO		INE, Contas Regionais	1	Poderiam ser efectuadas comparações mais detalhadas da região LVT no espaço nacional por NUTS III e a nível europeu. Fonte: INE, Contas Regionais e UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social
I-AP-4	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	Rendimento disponível das famílias per capita	PO	1999	INE, Contas Regionais		
I-AP-5	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	Peso da região no VAB nacional	Equipa	1999	INE, Contas Regionais		
I-AP-6	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	FBCF	Equipa	1999	INE, Contas Regionais		
I-AP-7	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	FBCF/VABpm (esforço do investimento, medido através da percentagem do VABpm a afectar a FBCF)	Equipa	1999	INE, Contas Regionais	1	
I-AP-8	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	Rendimento total por UTA medido através da relação entre o rendimento de trabalho agrícola (VALcf-Rendas-Juros+Ajudas ao rendimento desligadas da produção) e o total de UTA	Equipa		INE, Contas Económicas da Agricultura		
I-AP-9	Actividades Produtivas	Dinâmicas de Crescimento	Produto em PPC (VAB p/pess. empregada)	Equipa				
I-AP-10	Actividades Produtivas	Eficiência Produtiva	Produtividade	PO	1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001	1	Poderiam ser efectuadas comparações ao nível de NUTS III, Fonte: INE, Contas Regionais

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-AP-11	Actividades Produtivas	Eficiência Produtiva	Taxa de crescimento médio anual da produtividade do trabalho nas actividades agro-florestais, medida através da relação entre o VABpm e as unidades de trabalho agrícola (UTA) (VABpm/UTA)	PO				
I-AP-12	Actividades Produtivas	Recursos disponíveis e respectiva intensidade de utilização	Taxa de Actividade	RE	2001	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001	1	
I-AP-13	Actividades Produtivas	Recursos disponíveis e respectiva intensidade de utilização	População Empregada	RE	1º trimestre 2003	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001	1	Poderiam ser efectuadas comparações mais detalhadas da região LVT no espaço nacional por NUTS III e a nível europeu Fonte: Quadros Pessoal e UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social
I-AP-14	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	VAB por sectores de actividade	RE	1999	INE		
I-AP-15	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Emprego por sectores de actividade	RE	1º trimestre 2003	INE		Poderiam ser efectuadas comparações mais detalhadas da região LVT no espaço nacional por NUTS III e a nível europeu Fonte: Quadros Pessoal e UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social
I-AP-16	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Emprego, total na agricultura, produção animal, silvicultura e caça, por NUTS II	Equipa		INE, Estatísticas Agrícolas – População Agrícola		
I-AP-17	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Ganhos médio na indústria transformadora	Equipa		UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social		
I-AP-18	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Produção do ramo agrícola por regiões	Equipa		INE, Contas Económicas da Agricultura		
I-AP-19	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Estrutura da produção agrícola	Equipa		INE, Contas Económicas da Agricultura		
I-AP-20	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	VABpb agrícola / VABpb nacional	Equipa		INE, Contas Económicas da Agricultura		
I-AP-21	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	VAB da produção Agrícola, Silvícola e Pesca	PO				

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Observações
I-AP-22	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Peso da agricultura e do sector agro-florestal na RLVT	RE				
I-AP-23	Actividades Produtivas	Especialização Produtiva	Peso da agricultura, do sector agro-florestal e das pescas da RLVT ao nível nacional	RE				
I-AP-24	Actividades Produtivas	Posicionamento Competitivo do Perfil de Especialização Produtiva	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade	RE				Poderiam ser efectuadas comparações mais detalhadas da região LVT no espaço nacional por NUTS III. Fonte: Quadros de Pessoal
I-AP-25	Actividades Produtivas	Posicionamento Competitivo do Perfil de Especialização Produtiva	Especialização produtiva de acordo com a intensidade tecnológica	RE				Poderiam ser efectuadas comparações mais detalhadas da região LVT no espaço nacional por NUTS III. Fonte: Quadros de Pessoal
I-AP-26	Actividades Produtivas	Posicionamento Competitivo do Perfil de Especialização Produtiva	Emprego em sectores de elevada intensidade tecnológica	Equipa	1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		
I-AP-27	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Estrutura Dimensional do tecido empresarial	Equipa	1999 e 2000	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)	1	
I-AP-28	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Taxa de Crescimento Empresarial	Equipa	1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)		
I-AP-29	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Nº total de Empresas	Equipa	31-12-2000	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)		
I-AP-30	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Nº de Sociedades	Equipa	31-12-2000	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas		

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
						(FGUE)		
I-AP-31	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Pessoal ao serviço nas Sociedades	Equipa	31-12-1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)		
I-AP-32	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Volume de vendas das Sociedades	Equipa	31-12-1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001 - Referência: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE)		
I-AP-33	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Superfície Florestal segundo as Espécies, por NUTS II	Equipa		INE, Estatísticas Agrícolas – Produção Florestal		
I-AP-34	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração (%) - NUTS III	Equipa		INE, Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Pesca – Indicadores territoriais		
I-AP-35	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Dimensão/tipo de explorações agrícolas (Natureza jurídica) - NUTS III	RE/Equipa		INE, Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Pesca – Indicadores territoriais		
I-AP-36	Actividades Produtivas	Estrutura Empresarial/Estrutura Dimensional	Superfície irrigável/SAU	Equipa		INE, Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Pesca – Indicadores territoriais		
I-AP-37	Actividades Produtivas	Grau de Abertura das Actividades Produtivas	Taxa de Cobertura	Equipa	2000	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		
I-AP-38	Actividades Produtivas	Grau de Abertura das Actividades Produtivas	Taxa de Abertura	Equipa	1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-AP-39	Actividades Produtivas	Grau de Abertura das Actividades Produtivas	Orientação para o Mercado Externo	Equipa	1999	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		
I-AP-40	Actividades Produtivas	Grau de Abertura das Actividades Produtivas	Exportações da Agricultura, silvicultura e indústria agro-alimentar	Equipa		INE, Estimativas com base nas Contas Nacionais e nas taxas de variação das rubricas correspondentes à agricultura, silvicultura e ind. Agro-alimentares (01, DA, 02 e DD+21) das Estatísticas do Comércio Internacional		
I-AP-41	Actividades Produtivas	Qualificação das categorias socio-profissionais/ Situação na Profissão	Estrutura de Qualificações	Equipa		Quadros de Pessoal. (NUTS III)		
I-AP-42	Actividades Produtivas	Qualificação das categorias socio-profissionais/ Situação na Profissão	Recursos Humanos com formação científica e tecnológica	Equipa		UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social		
I-AP-43	Actividades Produtivas	Qualificação das categorias socio-profissionais/ Situação na Profissão	Nível de Instrução da População	Equipa		UE, Relatório sobre o estado da coesão económica e social		
I-AP-44	Actividades Produtivas	Qualificação das categorias socio-profissionais/ Situação na Profissão	Emprego na agricultura, produção animal, silvicultura e caça, segundo a situação na profissão por NUTS II	Equipa		INE, Estatísticas Agrícolas – População Agrícola		
I-IS-1	Inclusão Social	Política	Taxas de abstenção eleitoral	Equipa		STAPE		
I-IS-2	Inclusão Social	Política	Taxa de participação em actividades cívicas	Equipa		INE, Inquérito à Ocupação do Tempo		
I-IS-3	Inclusão Social	Cultural	Despesa familiar média em: Vestuário e calçado	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-4	Inclusão Social	Cultural	Despesa familiar média em: Lazer, distração e cultura	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-5	Inclusão Social	Cultural	Despesa familiar média em: Hotéis, restaurantes, cafés e similares.	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IS-6	Inclusão Social	Social	Índice de Dependência Idosos (% de idosos em relação à população activa)	PO+RE	2001	INE, Censos 2001		
I-IS-7	Inclusão Social	Social	Índice Envelhecimento	PO+RE	2000	INE, Censos 2001		
I-IS-8	Inclusão Social	Social	Médicos/1000 habitantes	PO+RE	2000	INE, Censos 2001		
I-IS-9	Inclusão Social	Social	Camas hospital/1000 habitantes	PO+RE				
I-IS-10	Inclusão Social	Social	Taxa de Mortalidade Infantil	PO+RE				retirados
I-IS-11	Inclusão Social	Social	Receita média dos agregados familiares segundo o tipo de agregado	Equipa		INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-12	Inclusão Social	Social	Estrangeiros agrupados por nacionalidades	Equipa		Censos, 2001		
I-IS-13	Inclusão Social	Social	Taxa de abandono escolar precoce	Equipa	2001	Ministério da Educação, DAPP		
I-IS-14	Inclusão Social	Social	Taxas de insucesso escolar	Equipa		Ministério da Educação, DAPP	1	
I-IS-15	Inclusão Social	Social	% de idosos utentes de serviços de acção social	Equipa	2000 e 2001	INE, Anuário Estatístico da RLVT		
I-IS-16	Inclusão Social	Social	% de pessoas com deficiência utentes de serviços de acção social	Equipa		MTSS, Estatísticas da Acção Social e INE, Censos 2001		
I-IS-17	Inclusão Social	Social	Consumo de bebidas alcoólicas	Equipa		Ministério da Saúde, INS		
I-IS-18	Inclusão Social	Social	Taxas de criminalidade	Equipa	2000	Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IS-19	Inclusão Social	Económica	População Desempregada por sexos	PO+RE	2001	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		
I-IS-20	Inclusão Social	Económica	Taxa de Desemprego por sexos	PO+RE	2001	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2002	1	
I-IS-21	Inclusão Social	Económica	Taxa de Desemprego pessoas < 25 anos por sexos	PO+RE	2001	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001		
I-IS-22	Inclusão Social	Económica	% desemp. de longa duração no total desemp.	PO+RE	2001	INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001	1	

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Observações
I-IS-23	Inclusão Social	Económica	Emprego por níveis de habilitação	PO+RE				
I-IS-24	Inclusão Social	Económica	Ganho médio mensal trab. p/ conta outrem por sexos	PO+RE				
I-IS-25	Inclusão Social	Formação e informação	Taxa Líquida de Escolaridade do Ensino Básico	PO+RE				retirados
I-IS-26	Inclusão Social	Formação e informação	Taxa Conclusão segundo o nível ensino	PO+RE				retirados
I-IS-27	Inclusão Social	Formação e informação	Taxa de Analfabetismo	PO+RE				retirados
I-IS-28	Inclusão Social	Formação e informação	% de população segundo o nível de instrução	Equipa		Censos 2001, INE		
I-IS-29	Inclusão Social	Formação e informação	% de população activa que frequentou acções de formação profissional	Equipa		Censos 2001, INE		
I-IS-30	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Telefone	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-31	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Telemóvel	Equipa	1997	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-32	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Antena parabólica ou Tv-Cabo	Equipa	1997	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-33	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Computador Pessoal	Equipa	1997	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-34	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Computador sem ligação à Internet	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-35	Inclusão Social	Formação e informação	% de agregados domésticos com Computador com ligação à Internet	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-36	Inclusão Social	Contexto residencial	População servida com abastecimento água	PO+RE				retirados
I-IS-37	Inclusão Social	Contexto residencial	População servida com drenagem águas residuais	PO+RE				retirados
I-IS-38	Inclusão Social	Contexto residencial	População servida com tratamento águas res. urb	PO+RE				retirados

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IS-39	Inclusão Social	Contexto residencial	População servida com tratamento resíduos sólidos	PO+RE				
I-IS-40	Inclusão Social	Contexto residencial	Alojamentos com água canalizada interior	PO+RE	2001	INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000		
I-IS-41	Inclusão Social	Contexto residencial	Alojamentos com inst. fixas banho/duche	PO+RE	2001	INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001		
I-IS-42	Inclusão Social	Contexto residencial	% de despesa dirigida à habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-43	Inclusão Social	Contexto residencial	% de agregados domésticos com Micro-ondas	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-44	Inclusão Social	Contexto residencial	% de agregados domésticos com Aspirador	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-45	Inclusão Social	Contexto residencial	% de agregados domésticos com Máquina de lavar roupa	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IS-46	Inclusão Social	Contexto residencial	% de agregados domésticos com Máquina de lavar loiça	Equipa	2000	INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000		
I-IG-1	Instituições e Governância	Dinâmicas espaciais	Participação dos municípios em parcerias nacionais e internacionais nos domínios da intervenção social e dinamização das actividades económicas	Equipa		sites Internet		
I-IG-2	Instituições e Governância	Dinâmicas espaciais	Existência nas Câmaras Municipais de Gabinetes específicos nos domínios das Actividades Económicas	Equipa		sites Internet		
I-IG-3	Instituições e Governância	Dinâmicas espaciais	Geminações de cidades e vilas	Equipa		Dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses		
I-IG-4	Instituições e Governância	Exercício da cidadania	% de eleitos pertencentes a listas partidárias e não partidárias nas Assembleias de Freguesia	Equipa		STAPE		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IG-5	Instituições e Governância	Exercício da cidadania	Taxa de abstenção nas eleições autárquicas	Equipa		STAPE		
I-IG-6	Instituições e Governância	Exercício da cidadania	Nº de candidatos nas eleições autárquicas (CM, AM, AF)	Equipa		STAPE		
I-IG-7	Instituições e Governância	Exercício da cidadania	Conselhos consultivos no âmbito das instituições municipais (existência e domínios)	Equipa		sites Internet		
I-IG-8	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Expressão dos segmentos mais qualificados do emprego na Administração Central	Equipa				
I-IG-9	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Expressão dos segmentos mais qualificados do emprego na Administração Local	Equipa				
I-IG-10	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	% orçamento municipal destinada ao apoio a associações	Equipa				
I-IG-11	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Ações cíveis findas, segundo os escalões de duração e duração média	Equipa		Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IG-12	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Nº de processos e informações prestadas nos centros de arbitragem da Região de Lisboa	Equipa		Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IG-13	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Processos instaurados pela Inspeção-Geral das Actividades Económicas (Processos anti-económicos e processos contra a saúde pública)	Equipa		Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IG-14	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Nº de utentes dos Gabinetes de Consulta Jurídica, segundo o sexo, escalões de idade e condições perante o trabalho	Equipa		Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IG-15	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Utentes dos Gabinetes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, por escalões etários e tipos de crime	Equipa		Ministério da Justiça, Estatísticas da Justiça		
I-IG-16	Instituições e Governância	Relações entre instituições e cidadãos	Nível de satisfação com os serviços públicos de saúde	Equipa		Ministério da Saúde, INS, Inquérito Nacional de Saúde		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IG-17	Instituições e Governância	Cooperação entre agentes	Contratualizações entre o Estado, o Sector Privado e o Terceiro Sector na área da acção social	Equipa		MTSS, Estatísticas da Acção Social		
I-IG-18	Instituições e Governância	Papel das organizações e dos movimentos sociais na mudança do tecido institucional	Número de ONG	Equipa		O Terceiro Sector em Portugal, Ed. Público		
I-IG-19	Instituições e Governância	Papel das organizações e dos movimentos sociais na mudança do tecido institucional	Número de IPSS	Equipa		MTSS, Estatísticas da Acção Social		
I-IG-20	Instituições e Governância	Papel das organizações e dos movimentos sociais na mudança do tecido institucional	Número de utentes de IPSS	Equipa		MTSS, Estatísticas da Acção Social		
I-AM-1	Ambiente	ASPECTOS TERRITORIAIS	% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) relativamente ao território total.	Equipa	1999	INE: Recenseamento Geral da Agricultura 1999	1	
I-AM-2	Ambiente	ASPECTOS TERRITORIAIS	% do território com áreas protegidas (Áreas Protegidas de âmbito nacional, regional e local; Sítios da Rede Natura 2000; Zonas de Protecção Especial [ZPE]; outras áreas classificadas ao abrigo de convenções internacionais).	Equipa		Instituto da Conservação da Natureza		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-AM-3	Ambiente	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Emissões de GEE por unidade de PIB (intensidade carbónica)	Equipa		Instituto do Ambiente	1	
I-AM-4	Ambiente	TRANSPORTES	Intensidade energética e intensidade das emissões de CO2 no sector dos transportes.	Equipa		Direcção Geral de Energia e Instituto do Ambiente		
I-AM-5	Ambiente	QUALIDADE DO AR	Concentrações no ar ambiente de substâncias acidificantes e eutrofizantes: concentração de dióxido de enxofre (SO ₂)	Equipa	2002	Instituto do Ambiente		O valor apresentado corresponde à média dos resultados da monitorização realizada nos postos de observação da RLVT
I-AM-6	Ambiente	QUALIDADE DO AR	Concentrações no ar ambiente de substâncias precursoras do ozono troposférico: concentração de dióxido de azoto (NO ₂)	Equipa	2002	Instituto do Ambiente		O valor apresentado corresponde à média dos resultados da monitorização realizada nos postos de observação da RLVT

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade (Ind. Chave)	Observações
I-AM-7	Ambiente	ÁGUA	População residente com abastecimento de água no domicílio.	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-8	Ambiente	ÁGUA	População residente servida com sistemas de drenagem de águas residuais.	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-9	Ambiente	ÁGUA	População residente com sistemas de tratamento de águas residuais.	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-10	Ambiente	ÁGUA	Bandeiras azuis atribuídas a praias costeiras.	Equipa	2003	Associação Bandeira Azul da Europa		
I-AM-11	Ambiente	RESÍDUOS	Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU): resíduos recolhidos (total)	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-12	Ambiente	RESÍDUOS	Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU): resíduos recolhidos - em recolha selectiva (total)	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-13	Ambiente	RESÍDUOS	Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU): resíduos recolhidos - em recolha selectiva (%)	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-14	Ambiente	RESÍDUOS	População residente servida com sistemas de recolha de RSU.	Equipa	2000	INE: "Ambiente - Anuário Estatístico da RLVT 2001"		
I-AM-15	Ambiente	RESÍDUOS	Tratamento e destino final de RSU.	Equipa		INR - Instituto dos Resíduos		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-AM-16	Ambiente	RESÍDUOS	Produção de resíduos perigosos.	Equipa	2001	INR - Instituto dos Resíduos		
I-AM-17	Ambiente	RESÍDUOS	Produção de resíduos hospitalares.	Equipa	2001	INR - Instituto dos Resíduos		
I-AM-18	Ambiente	ENERGIA	Consumo de energia final por sector: sector das indústrias extrativa e transformadora	Equipa		Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-AM-19	Ambiente	ENERGIA	Consumo de energia final por sector: sector dos transportes	Equipa		Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-AM-20	Ambiente	ENERGIA	Consumo de energia final por sector: sector dos serviços	Equipa		Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-AM-21	Ambiente	ENERGIA	Consumo de energia final por sector: sector doméstico	Equipa		Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)		Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-AM-22	Ambiente	ENERGIA	Intensidade energética (energia primária e energia final): intensidade em energia final	Equipa		Direcção Geral Energia (Divisão de Estatística)	1	Existe informação devidamente regionalizada, mas não foi possível, ainda, apurar esses valores
I-PH-1	Potencial Humano		Tipos de habilitações com maior escassez	Equipa		Inofor		
I-PH-2	Potencial Humano		Tipos de qualificações com maior escassez	Equipa		Inofor/INE		
I-PH-3	Potencial Humano		Estrutura sectorial do emprego com desagregação elevada da CAE	Equipa		INE		
I-PH-4	Potencial Humano		Estrutura da população total, empregada e desempregada por níveis de habilitações escolares com identificação das áreas científicas	Equipa		INE		
I-PH-5	Potencial Humano		Estrutura da população empregada e desempregada por níveis de qualificações com elevada desagregação	Equipa		INE		
I-PH-6	Potencial Humano		Taxa de destruição, criação e rotação de emprego	Equipa		INE, DEPP		
I-PH-7	Potencial Humano		Movimentos de trabalhadores entre estados	Equipa		INE		
I-PH-8	Potencial Humano		% da População residente num concelho diferente do concelho onde trabalha	Equipa		INE		
I-IE-1	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Indicadores Demográficos	População Residente	Equipa	2001	Censos 2001		
I-IE-2	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Indicadores Demográficos	Densidade Populacional	Equipa	2001	Censos 2001	1	
I-IE-3	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Saúde	Taxa de Mortalidade	Equipa	2000	INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas	1	

Código	Dominios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
						Demográficas		
I-IE-4	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Saúde	Taxa de Mortalidade Infantil	Equipa	2000	INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas Demográficas	1	
I-IE-5	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Saúde	Esperança de Vida - Mulheres	Equipa		INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas Demográficas		
I-IE-6	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Saúde	Esperança de Vida - Homens	Equipa		INE - Anuário Estatístico da RLVT; Referência: INE - Estatísticas Demográficas		
I-IE-7	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	N.º total de alunos matriculados - Pré-escolar	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-8	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	N.º total de alunos matriculados - Básico	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-9	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	N.º total de alunos matriculados - Secundário	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-10	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	N.º total de alunos matriculados - Superior	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-11	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Taxa Líquida de Escolaridade do Ensino Básico	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-12	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Taxa de Conclusão segundo o Nível de Ensino - Ensino Básico (regular diurno)	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-13	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Taxa de Conclusão segundo o Nível de Ensino - Ensino Secundário (cursos gerais)	Equipa	2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IE-14	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Taxa de analfabetismo	Equipa		Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento	1	
I-IE-15	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Estabelecimentos de ensino - Básico	Equipa	2000/2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-16	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Estabelecimentos de ensino - Secundário	Equipa	2000/2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-17	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Educação	Estabelecimentos de ensino - Superior	Equipa	2000/2001	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-18	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Acessibilidades/Transportes	Rede de estradas - Itinerários Complementares	Equipa		Plano Rodoviário Nacional		
I-IE-19	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Acessibilidades/Transportes	Rede de estradas - Itinerários Principais	Equipa		Plano Rodoviário Nacional		
I-IE-20	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Acessibilidades/Transportes	Densidade ferroviária por c/1000 km ²	Equipa				
I-IE-21	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Acessibilidades/Transportes	% de rede ferroviária electrificado	Equipa				
I-IE-22	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Acessibilidades/Transportes	Construção de novas infra-estruturas	Equipa				
I-IE-23	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Cultura e Recreio	Museus	Equipa		INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio		
I-IE-24	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Cultura e Recreio	Bibliotecas	Equipa	1999	INE - Anuário Estatístico da RLVT, 2001		
I-IE-25	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	Cultura e Recreio	Espectáculos Públicos-Sessões	Equipa		INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio		

Código	Domínios	Dimensão de análise	Designação	Origem	Ano	Fonte	Inter-conectividade e (Ind. Chave)	Observações
I-IN-1	Inovação	Despesas I&D	Despesas de I&D da região por área C&T	Equipa			1	
I-IN-2	Inovação	Recursos humanos I&D	Recursos humanos empregues pelas empresas com I&D por sector CAE	Equipa				
I-IN-3	Inovação	Recursos humanos I&D	Recursos humanos em I&D ao nível NUTS III	Equipa		Observatório da Ciência e do Ensino Superior	1	

Fonte: Equipa de Avaliação

ANEXOS – CAPÍTULO VIII

ANEXO VIII – AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA

ANEXO VIII.A – AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA DAS REALIZAÇÕES DO PO

QUADRO VIII - 1 - MATRIZ BASE - EIXO 1

Indicadores		Metas Estimadas				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003	Tx de Realização Junho 2003
		Meta 2003							(vs Meta Est. Jun2003)	(vs Meta Est. 2003)	(vs Meta 2006)	(vs Ritmo 2003)	(vs Ritmo 2006)
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003			(9)/(5)	(9)/(6)	(9)/(7)	(9)/(3)	(9)/(4)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos													
1.1-I01	Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	87,5	90,9	160,9	175,0	250,0	136,0	150,0	93,2%	85,7%	60,0%	171,4%	165,0%
1.1-I02	Nº de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	308,58	272,73	567,49	617,15	750,00	466,00	491,41	86,6%	79,6%	65,5%	159,3%	180,2%
1.1-E10	Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	206	182	378	411	500	1.036	1.036	274,1%	252,1%	207,2%	502,9%	569,2%
1.1-I05	Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	12,3	10,9	22,7	24,7	30,0	9,5	9,6	42,5%	39,1%	32,1%	78,1%	88,4%
1.1-I06	Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	7,0	7,3	12,9	14,0	20,0	12,1	13,0	101,0%	92,9%	65,0%	185,7%	178,8%
1.1-I08	Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	3,5	3,6	6,4	7,0	10,0	8,9	14,0	217,5%	200,0%	140,0%	400,0%	385,0%
1.1-I07	Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	10,50	10,91	19,31	21,00	30,00	20,19	24,00	124,3%	114,3%	80,0%	228,6%	220,0%
1.1-E16	Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	102,86	90,91	189,16	205,72	250,00	60,66	99,40	52,5%	48,3%	39,8%	96,6%	109,3%
Medida 1.2 - Valorização Ambiental e Patrimonial													
1.2-I01	Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	4	4	6	7	10	3	6	100,0%	85,7%	60,0%	150,0%	150,0%
1.2-I02	Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	10	11	18	20	30	44	46	255,6%	230,0%	153,3%	460,0%	418,2%
Medida 1.3 - Capacidade Institucional Regional													
1.3-E14	Nº de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	43,20	38,18	79,45	86,40	105,00	7,64	7,64	9,6%	8,8%	7,3%	17,7%	20,0%
1.3-E15	Nº de congressos, seminários, workshops, apoiados	23	20	42	46	56	1	1	2,4%	2,2%	1,8%	4,3%	5,0%
1.3-I03	Nº de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	4	4	7	8	10	1	1	14,3%	12,5%	10,0%	25,0%	25,0%
Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento													
1.4-I01	Nº de acções de formação por ano, apoiadas	927	819	2073	2471	3003	1089	0	52,5%	44,1%	36,3%	117,5%	133,0%
1.4-I02	Nº médio de formandos por ano	10983	12289	24575	29288	45059	13899	0	56,6%	47,5%	30,8%	126,6%	113,1%

Indicadores		Metas Estimadas Meta 2003				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta Est. Jun2003)	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta Est. 2003)	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta 2006)	Tx de Realização Junho 2003 (vs Ritmo 2003)	Tx de Realização Junho 2003 (vs Ritmo 2006)
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003				(9)/(5)	(9)/(6)	(9)/(7)	(9)/(3)	(9)/(4)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial													
1.5-101	Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	4	3	6	7	9	0	1	16,7%	14,3%	11,1%	25,0%	33,3%
1.5-102	Nº de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	8,23	7,27	15,13	16,46	20,00	7,54	10,02	66,2%	60,9%	50,1%	121,8%	137,8%
1.5-103	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	82,29	72,73	151,33	164,57	200,00	10,36	10,40	6,9%	6,3%	5,2%	12,6%	14,3%
1.5-104	Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	4,11	3,64	7,57	8,23	10,00	10,28	10,73	141,8%	130,4%	107,3%	260,8%	295,1%

Fonte: Elaborado pela Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002.

QUADRO VIII - 2 - MATRIZ BASE – EIXO 2

Indicadores		Metas Estimadas Meta 2003				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta Est. Jun2003)	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta Est. 2003)	Tx Realização Junho 2003 (vs Meta 2006)	Tx de Realização Junho 2003 (vs Ritmo 2003)	Tx de Realização Junho 2003 (vs Ritmo 2006)
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003				(9)/(5)	(9)/(6)	(9)/(7)	(9)/(3)	(9)/(4)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo													
2.3-101	Nº de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas	3,70	3,27	6,81	7,41	9,00	2,00	3,34	49,0%	45,1%	37,1%	90,2%	102,1%
2.3-102	Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	2,00	4,00	4,00	4,00	10,00	8,00	8,00	200,0%	200,0%	80,0%	400,0%	200,0%
2.3-103	Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	2,00	3,64	3,68	4,00	10,00	4,08	4,65	126,4%	116,3%	46,5%	232,5%	127,9%
Medida 2.4 - Formação e Empregabilidade													
2.4-101	Nº de estágios profissionais, apoiados	4	4	7	8	10	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2.4-102	Nº de acções de formação, apoiados	6	5	11	12	14	0	3	27,3%	25,0%	21,4%	50,0%	60,0%

Fonte: Elaborado pela Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002.

QUADRO VIII - 3 - MATRIZ BASE - EIXO 3

Código	Indicadores Designação	Metas Estimadas				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização	Tx Realização	Tx Realização	Tx de Realização	Tx de Realização
		Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada Junho 2003				Junho 2003 (vs Meta Est. Jun2003)	Junho 2003 (vs Meta Est. 2003)	Junho 2003 (vs Meta 2006)	Junho 2003 (vs Ritmo 2003)	Junho 2003 (vs Ritmo 2006)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa													
3.1-E07	Nº médio anual de formandos em formação em alternância	7998	7255	17896	21328	26600	21249	21249	118,7%	99,6%	79,9%	265,7%	292,9%
3.1-I03	Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	7979	7255	17852	21276	26600	19269	0	107,9%	90,6%	72,4%	241,5%	265,6%
Medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade													
3.2-E08	Nº de activos em formação	46522	42191	104094	124059	154700	152196	0	146,2%	122,7%	98,4%	327,1%	360,7%
3.2-E09	Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	7999	7255	17898	21331	26600	24105	0	134,7%	113,0%	90,6%	301,4%	332,3%
Medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados													
3.3-E03	Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	9263	8400	20725	24700	30800	23526	0	113,5%	95,2%	76,4%	254,0%	280,1%
Medida 3.4 - Criação de Emprego													
3.4-I01	Nº de postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	1558	1413	3485	4154	5180	2436	0	69,9%	58,6%	47,0%	156,4%	172,4%
Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas													
3.5-I01	Nº de agentes da política de Emprego e Formação em formação	526	477	1177	1403	1750	2910	0	247,2%	207,4%	166,3%	553,2%	610,1%
Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social													
3.6-E10	Nº de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	4105	3723	9184	10946	13650	14163	0	154,2%	129,4%	103,8%	345,0%	380,4%
3.6-E11	Nº de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	2631	2386	5888	7017	8750	7623	0	129,5%	108,6%	87,1%	289,7%	319,5%
3.6-I03	Nº de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	421	382	942	1123	1400	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.6-E04	Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	4736	4295	10597	12630	15750	5763	0	54,4%	45,6%	36,6%	121,7%	134,2%
Medida 3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social													
3.7-I01	Nº de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	61	54	112	122	148	103	103	92,0%	84,4%	69,6%	168,9%	190,7%
Medida 3.8 - Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário													
3.8-E02	Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	45	39	83	90	108	57	60	72,3%	66,7%	55,6%	133,3%	153,8%
Medida 3.9 - Ensino Profissional													
3.9-I01	Nº de formandos	3.375	3.543	7.552	9.000	12.990	13.021	0	172,4%	144,7%	100,2%	385,8%	367,5%
3.9-I02	Nº de escolas apoiadas	6	6	14	17	21	23	0	164,3%	135,3%	109,5%	383,3%	383,3%
3.9-I03	Nº de turmas apoiadas	196	173	438	522	633	594	0	135,6%	113,8%	93,8%	303,1%	343,4%
3.9-I04	Nº de horas de formação (Volume de formação)	16.210,038	14.283.491	36.272.132	43.226.767	52.372.800	11.212.753	0	30,9%	25,9%	21,4%	69,2%	78,5%
3.9-I05	Nº de jovens/formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III	731	764	1.636	1.950	2.800	2.211	0	135,1%	113,4%	79,0%	302,5%	289,4%

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT - RELATÓRIO FINAL

Indicadores		Metas Estimadas				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização	Tx Realização	Tx Realização	Tx de Realização	Tx de Realização
		Meta 2003							Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003			(vs Meta Est. Jun2003) (9)/(5)	(vs Meta Est. 2003) (9)/(6)	(vs Meta 2006) (9)/(7)	(vs Ritmo 2003) (9)/(3)	(vs Ritmo 2006) (9)/(4)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 3.10 - Economia													
3.10-I01	Nº de Pousadas de Juventude a remodelar	1	1	2	2	2	2	2	100,0%	100,0%	100,0%	200,0%	200,0%
3.10-I02	Nº de Pousadas de Juventude a criar	1	0	1	1	1	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.10-E20	Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural Primária + Secundária (nº de km)	285,00	400,00	523,03	570,00	1.100,00	1.122,73	1.356,41	259,3%	238,0%	123,3%	475,9%	339,1%
3.10-I04	Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	227.300	196.364	417.142	454.600	540.000	199.874	543.099	130,2%	119,5%	100,6%	238,9%	276,6%
Medida 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação													
3.11-E13	Nº de centros Ciência Viva a criar	2,00	1,45	3,23	4,00	4,00	0,00	0,95	29,4%	23,8%	23,8%	47,5%	65,3%
Medida 3.12 - Sociedade da Informação													
3.12-I03	Organismos com ligação à internet	120	95	160	240	260	239	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.12-I06	Organismos que utilizam as TIC em processos comuns	100	91	134	200	250	109	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Medida 3.14 - Pescas - Infra-estruturas de Portos													
3.14-I01	Nº de projectos de beneficiação ou construção em Portos de Pesca	2,0	1,5	3,1	3,3	4,0	0,0	1,6	52,3%	48,2%	40,0%	80,0%	110,0%
Medida 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural													
3.15-A1-I01	Nº de projectos aprovados	982	882	1.883	1.963	2.426	422	563	29,9%	28,7%	23,2%	57,3%	63,8%
3.15-A1-I02	Ajudas Públicas (1000 Euros)	8.092,47	7.272,73	15.527,96	16.184,94	18000-22000	2.506,56	3.577,97	23,0%	22,1%	17,9%	44,2%	49,2%
3.15-A2-I01	Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas	20	18	38	40	49	16	17	44,7%	42,5%	34,7%	85,0%	94,4%
3.15-A2-I02	Nº de projectos de incentivos a produtos de qualidade	5	4	10	10	12	8	9	90,0%	90,0%	75,0%	180,0%	225,0%
3.15-A2-I03	Ajudas públicas (1000 Euros)	3.000,00	2.181,82	4.658,39	4.855,48	4000-8000	1.632,10	1.774,10	38,1%	36,5%	29,6%	59,1%	81,3%
3.15-A3-I01	Nº de organizações de produtores florestais constituídas	3	3	6	6	7	2	2	33,3%	33,3%	28,6%	66,7%	66,7%
3.15-A3-I02	Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	8	7	15	16	20	1	1	6,7%	6,3%	5,0%	12,5%	14,3%
3.15-A3-I03	Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados	4	3	7	7	9	4	4	57,1%	57,1%	44,4%	100,0%	133,3%
3.15-A3-I04	Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados	61	55	116	121	150	0	2	1,7%	1,7%	1,3%	3,3%	3,6%
3.15-A3-I05	Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados	324	291	621	647	800	0	2	0,3%	0,3%	0,3%	0,6%	0,7%
3.15-A3-I06	Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	24.277,41	21.818,18	46.583,87	48.554,81	60.000,00	0,00	16.500,00	35,4%	34,0%	27,5%	68,0%	75,6%
3.15-A3-I07	Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	16.184,94	14.545,45	31.055,92	32.369,87	40.000,00	0,00	3.805,30	12,3%	11,8%	9,5%	23,5%	26,2%
3.15-A3-I08	Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados	61	55	116	121	150	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.15-A3-I09	Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação	606,94	545,45	1.164,60	1.213,87	1.500,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.15-A3-I10	Ajudas públicas (1000 Euros)	4.046,23	3.636,36	7.763,98	8.092,47	8000-12000	958,63	1.678,38	21,6%	20,7%	16,8%	41,5%	46,2%

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT - RELATÓRIO FINAL

Indicadores		Metas Estimadas				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização	Tx Realização	Tx Realização	Tx de Realização	Tx de Realização
		Meta 2003							Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003	Junho 2003
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003			(vs Meta Est. Jun2003)	(vs Meta Est. 2003)	(vs Meta 2006)	(vs Ritmo 2003)	(vs Ritmo 2006)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)/(5)	(9)/(6)	(9)/(7)	(9)/(3)	(9)/(4)	
3.15-A4-101	Nº de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados	27	24	51	53	65	0	2	3,9%	3,8%	3,1%	7,4%	8,3%
3.15-A4-102	Nº de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados	65	58	124	129	160	43	50	40,3%	38,8%	31,3%	76,9%	86,2%
3.15-A4-103	Ajudas públicas (1000 Euros)	5.664,73	5.090,91	10.869,57	11.329,46	12000-16000	4.076,78	5.715,98	52,6%	50,5%	40,8%	100,9%	112,3%
3.15-A5-101	Nº de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados	25	22	47	49	60	14	19	40,4%	38,8%	31,7%	76,0%	86,4%
3.15-A5-102	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	2.234	2.007	4.286	4.467	5.520	5.281	5.612	130,9%	125,6%	101,7%	251,2%	279,6%
3.15-A5-103	Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	4.727,22	4.248,36	9.070,66	9.454,43	11.683,00	17.995,00	18.536,00	204,4%	196,1%	158,7%	392,1%	436,3%
3.15-A5-104	Nº de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	10	9	19	20	25	11	18	94,7%	90,0%	72,0%	180,0%	200,0%
3.15-A5-105	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	1.442	1.295	2.766	2.883	3.562	2.698	2.843	102,8%	98,6%	79,8%	197,2%	219,5%
3.15-A5-106	Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	6.934,44	6.232,00	13.305,91	13.868,87	17.138,00	22.758,00	23.674,00	177,9%	170,7%	138,1%	341,4%	379,9%
3.15-A5-107	Nº de projectos de emparcelamento aprovados	4	3	7	7	9	2	5	71,4%	71,4%	55,6%	125,0%	166,7%
3.15-A5-108	Nº de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	1.724	1.549	3.308	3.448	4.261	1.958	2.284	69,0%	66,2%	53,6%	132,5%	147,4%
3.15-A5-109	Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento	4.658,02	4.186,18	8.937,89	9.316,05	11.512,00	7.365,00	8.076,00	90,4%	86,7%	70,2%	173,4%	192,9%
3.15-A5-110	Ajudas públicas (1000 Euros)	48.959,43	44.000,00	93.944,14	97.918,87	118000-124000	54.840,00	67.035,15	71,4%	68,5%	55,4%	136,9%	152,4%
3.15-A6-101	Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados	8	7	15	16	20	30	95	633,3%	593,8%	475,0%	1187,5%	1357,1%
3.15-A6-102	Km de rede viária nova	14	13	27	28	35	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.15-A6-103	Km de rede viária beneficiada	14,16	12,73	27,17	28,32	35,00	41,89	174,01	640,4%	614,4%	497,2%	1228,7%	1367,2%
3.15-A6-104	Nº de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	607	545	1.165	1.214	1.500	1.381	3.143	269,8%	258,9%	209,5%	517,8%	576,7%
3.15-A6-105	Nº de projectos de electrificação aprovados	29	25	55	57	70	81	91	165,5%	159,6%	130,0%	313,8%	364,0%
3.15-A6-106	Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	142	127	272	283	350	186	196	72,1%	69,3%	56,0%	138,0%	154,3%
3.15-A6-107	Ajudas públicas (1000 Euros)	2.023,12	1.818,18	3.881,99	4.046,23	4000-6000	4.219,00	11.977,65	308,5%	296,0%	239,6%	592,0%	658,8%
3.15-A7-101	Ajudas públicas (1000 Euros)	2.023,12	1.818,18	3.881,99	4.046,23	4000-6000	2.194,00	3.711,44	95,6%	91,7%	74,2%	183,5%	204,1%
3.15-A8-101	Ajudas públicas (1000 Euros)	1.618,49	1.454,55	3.105,59	3.236,99	3000-5000	99,00	99,26	3,2%	3,1%	2,5%	6,1%	6,8%
Medida 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos													
3.16-101	Nº de m2 de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	1,88	1,88	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%
3.16-102	Nº de m2 de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	12631	11164	23229	25262	30700	56592	83243	358,4%	329,5%	271,1%	659,0%	745,6%
3.16-103	Nº de intervenções em equipamentos desportivos	5	4	8	9	11	12	13	162,5%	144,4%	118,2%	260,0%	325,0%

Indicadores		Metas Estimadas				Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002	Indicadores Físicos 30/06/2003	Tx Realização	Tx Realização	Tx Realização	Tx de Realização	Tx de Realização
		Meta 2003							Junho 2003 (vs Meta Est. Jun2003)	Junho 2003 (vs Meta Est. 2003)	Junho 2003 (vs Meta 2006)	Junho 2003 (vs Ritmo 2003)	Junho 2003 (vs Ritmo 2006)
Código	Designação	Ritmo de execução 2003	Ritmo de execução 2006	Situação Estimada Junho 2003	Situação Estimada 2003			(9)/(5)	(9)/(6)	(9)/(7)	(9)/(3)	(9)/(4)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Medida 3.17 - Acessibilidades e Transportes													
3.17-I01	Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	4,96	4,55	9,1	9,9	12,5	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.17-I02	Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	8,0	7,0	14,0	15,0	19,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.17-I03	Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	7,50	20,00	13,8	15,0	55,0	42,6	63,8	462,2%	425,0%	115,9%	850,0%	318,8%
3.17-I04	Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	1	3	2	2	8	0	2	100,0%	100,0%	25,0%	200,0%	66,7%
Medida 3.18 - Ambiente													
3.18-AA-E28	% de território abrangido pelo estatuto de classificação (Rede Natura 2000, ZPE's e outras) objecto de acções apoiadas	0,06	0,06	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	76,7%	75,5%	72,5%	83,9%	85,0%
3.18-AA-E01	Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	2000	2909	3681	4000	8000	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.18-AB-E29	Extensão de costa a intervencionar (nº de km)	2	3	4	4	8	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.18-AC-I01	Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar	3	2	5	5	6	30	30	600,0%	600,0%	500,0%	1000,0%	1500,0%
3.18-AC-I02	% do território da região coberto pela série cartográfica I/10000	0,41	0,36	0,8	0,8	1,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.18-AC-I03	% do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores	0,94	0,94	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.18-AD-I01	Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar	1	1	2	2	2	2	2	100,0%	100,0%	100,0%	200,0%	200,0%
3.18-AD-E01	Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana	16557	14545	30474	33113	40000	226779	226779	744,2%	684,9%	566,9%	1369,7%	1559,2%
3.18-AD-I03	Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	1	0	1	1	1	1	1	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	275,0%
Medida 3.19 - Saúde													
3.19-I01	Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	8	7	15	16	20	8	13	86,7%	81,3%	65,0%	162,5%	185,7%
3.19-I02	Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões	6	5	11	12	15	11	17	154,5%	141,7%	113,3%	283,3%	340,0%

Fonte: Elaborado pela Equipa de Avaliação com base no Relatório de Execução 2002.

ANEXO VIII.B – INDICADORES ADICIONAIS – MEDIDA 3.15

QUADRO VIII - 3 - MATRIZ ADICIONAL – INDICADORES DA MEDIDA 3.15 (NÃO AVALIADOS)

Indicadores			Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002
Código	Designação	Unidade		
3.15-A1-Z01	Variação da margem bruta das unidades apoiadas em euros	EUR		553.486
3.15-A1-Z02	Variação da margem bruta das unidades apoiadas em percentagem	%		43,3
3.15-A1-Z03	Variação das MB por UTA das unidades apoiadas em percentagem	%		16,0
3.15-A1-Z04	Variação das UTA das unidades apoiadas [(UTA das unidades apoiadas após o projecto - UTA das unidades apoiadas antes do projecto) / UTA das unidades apoiadas antes do projecto em percentagem antes do projecto * 100]	%		23,6
3.15-A1-Z05	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas – UTA total	UTA		0
3.15-A1-Z06	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas – UTA jovens (menos de 30 anos)	UTA		0
3.15-A1-Z07	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas –UTA mulheres	UTA		0
3.15-A1-Z08	Valor do investimento por UTA pós projecto em euros	EUR		0
3.15-A2-Z01	Variação do VABcf nas unidades apoiadas em euros	EUR		1.555.110
3.15-A2-Z02	Variação do VABcf nas unidades apoiadas em %	%		638
3.15-A2-Z03	Vendas de produtos de qualidade / Vendas nas unidades apoiadas, antes do projecto (%)	%		98,3
3.15-A2-Z04	Vendas de produtos de qualidade / Vendas nas unidades apoiadas, após do projecto (%)	%		92,5
3.15-A2-Z05	Nº de empregos para os beneficiários não agrícolas mantido/criado pelo apoio relacionado com os produtos locais	Nº		9
3.15-A2-Z06	Valor do investimento por posto de trabalho mantido e criado, em euros	EUR		38,8
3.15-A3-Z01	Área florestal abrangida pelas associações apoiadas, em percentagem	%		12,8
3.15-A3-Z02	Nº de produtores florestais abrangidos	Nº		69
3.15-A3-Z03	Nº de organizações de produtores florestais abrangidos	Nº		2
3.15-A3-Z04	Área florestal abrangida em hectares	Ha		985.100
3.15-A3-Z05	Área florestal abrangida em percentagem	%		226,5
3.15-A3-Z06	Área florestal abrangida em hectares	Ha		31.725
3.15-A3-Z07	Área florestal abrangida em percentagem	%		7,3

Indicadores			Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002
Código	Designação	Unidade		
3.15-A3-Z08	Nº de explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados	Nº		703
3.15-A3-Z09	Área das explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados, em hectares	Ha		31.725
3.15-A3-Z10	Superfície protegida dos riscos naturais (incl. Incêndios) em hectares	Ha		0
3.15-A3-Z11	Superfície protegida dos riscos naturais (incl. Incêndios) em %	%		0
3.15-A3-Z12	Área florestal de interesse público coberta por Planos Globais de Intervenção em hectares	Ha		0
3.15-A3-Z13	Área florestal de interesse público coberta por Planos Globais de Intervenção em percentagem	%		0
3.15-A3-Z14	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados graças ao apoio em zonas de rede Natura 2000 ou adjacentes (número)	Nº		0
3.15-A3-Z15	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados graças ao apoio, em número de sítios protegidos de riscos naturais ou restabelecidos depois de terem sido danificados por catástrofes naturais	Nº		0
3.15-A4-Z01	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional, em número	Nº		0
3.15-A4-Z02	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional, em %	%		0
3.15-A5-Z01	Construção e reparação de açudes e charcas (mil m ³)	(1000 m ³)		0
3.15-A5-Z02	Construção e reparação de açudes e charcas, em número	Nº		0
3.15-A5-Z03	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (nº de explorações beneficiadas)	Nº		5.281
3.15-A5-Z04	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (área beneficiada – hectares)	Ha		17.995
3.15-A5-Z05	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	%		11,6
3.15-A5-Z06	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% de beneficiários nas explorações com superfície irrigável)	%		17,2
3.15-A5-Z07	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável colectiva privada da região)	%		45,0

Indicadores			Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002
Código	Designação	Unidade		
3.15-A5-Z08	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% dos beneficiários nas explorações com superfície irrigável colectiva privada da região)	%		159,6
3.15-A5-Z09	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais (Km)	Km		62,6
3.15-A5-Z10	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega (km)	Km		36
3.15-A5-Z11	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (nº de explorações beneficiadas)	Nº		2.698
3.15-A5-Z12	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos tradicionais (área beneficiada em hectares)	Ha		22.758
3.15-A5-Z13	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	%		14,73
3.15-A5-Z14	Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% de explorações beneficiadas nas explorações com superfície irrigável)	%		8,77
3.15-A5-Z15	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Nº de explorações beneficiadas / a beneficiar	Nº		1.958
3.15-A5-Z16	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Área beneficiada / a beneficiar	Ha		7.365
3.15-A5-Z17	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem da área beneficiada / a beneficiar na área a necessitar emparcelamento	%		15,2
3.15-A5-Z18	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem de explorações beneficiadas / a beneficiar nas explorações a necessitar de emparcelamento	%		70,4
3.15-A6-Z01	Explorações agrícolas que têm acesso a caminhos agrícolas e rurais graças às acções apoiadas, em percentagem	%		2,2
3.15-A6-Z02	Linhas de média tensão instaladas (Km)	Km		62.150
3.15-A6-Z03	Linhas de baixa tensão instaladas	Km		25.966
3.15-A6-Z04	Explorações agrícolas que têm acesso a electrificação graças a acções apoiadas, em percentagem	%		0,3

Indicadores			Meta 2006	Indicadores Físicos 31/12/2002
Código	Designação	Unidade		
3.15-A7-Z01	Número de projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados			26
3.15-A7-Z02	Número de projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	Nº		41
3.15-A7-Z03	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas, em número	Nº		3.268
3.15-A7-Z04	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas, em %	Nº		0,4
3.15-A7-Z05	Efluentes de lagares de azeite recolhidos/tratados graças a acções apoiadas (% de efluentes de esgoto)	%		0
3.15-A8-Z01	Nº de projectos aprovados	Nº		1

Fonte: Elaborado pela Equipa de Avaliação com base nos dados da DRARO.